

SECRETARIA DE JURISPRUDÊNCIA

Coordenadoria de Divulgação de Jurisprudência

INTEIRO TEOR DAS SÚMULAS

Brasília-DF, 18 de setembro de 2024

## SUMÁRIO



Inteiro Teor das

Súmulas

[Súmula 1](#_bookmark0) ........................................................................................................................................ [1](#_bookmark0)

[DIREITO CIVIL - INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE](#_bookmark0)

[Súmula 2](#_bookmark1) ........................................................................................................................................ [3](#_bookmark1)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - HABEAS DATA](#_bookmark1)

[Súmula 3](#_bookmark2) ........................................................................................................................................ [6](#_bookmark2)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL](#_bookmark2)

[Súmula 4](#_bookmark3) ........................................................................................................................................ [8](#_bookmark3)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL](#_bookmark3)

[Súmula 5](#_bookmark4) ........................................................................................................................................ [10](#_bookmark4)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL](#_bookmark4)

[Súmula 6](#_bookmark5) ........................................................................................................................................ [13](#_bookmark5)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL](#_bookmark5)

[Súmula 7](#_bookmark6) ........................................................................................................................................ [17](#_bookmark6)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL](#_bookmark6)

[Súmula 8](#_bookmark7) ........................................................................................................................................ [22](#_bookmark7)

[DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA](#_bookmark7)

[Súmula 9](#_bookmark8) ........................................................................................................................................ [24](#_bookmark8)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - PRISÃO](#_bookmark8)

[Súmula 10](#_bookmark9) ........................................................................................................................................ [27](#_bookmark9)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA TRABALHISTA](#_bookmark9)

[Súmula 11](#_bookmark10) ........................................................................................................................................ [29](#_bookmark10)

[DIREITO CIVIL - USUCAPIÃO](#_bookmark10)

[Súmula 12](#_bookmark11) ........................................................................................................................................ [30](#_bookmark11)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO](#_bookmark11)

[Súmula 13](#_bookmark12) ........................................................................................................................................ [33](#_bookmark12)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL](#_bookmark12)

[Súmula 14](#_bookmark13) ........................................................................................................................................ [36](#_bookmark13)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#_bookmark13)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AÇÃO ACIDENTÁRIA](#_bookmark14)

[Súmula 16](#_bookmark15) ........................................................................................................................................ [41](#_bookmark15)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark15)

[Súmula 17](#_bookmark16) ........................................................................................................................................ [44](#_bookmark16)

[DIREITO PENAL - ESTELIONATO](#_bookmark16)

[Súmula 18](#_bookmark17) ........................................................................................................................................ [46](#_bookmark17)

[DIREITO PENAL - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE](#_bookmark17)

[Súmula 19](#_bookmark18) ........................................................................................................................................ [48](#_bookmark18)

[DIREITO BANCÁRIO - SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL](#_bookmark18)

[Súmula 20](#_bookmark19) ........................................................................................................................................ [50](#_bookmark19)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark19)

[Súmula 21](#_bookmark20) ........................................................................................................................................ [52](#_bookmark20)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - CONSTRANGIMENTO ILEGAL](#_bookmark20)

[Súmula 22](#_bookmark21) ........................................................................................................................................ [54](#_bookmark21)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL](#_bookmark21)

[Súmula 23](#_bookmark22) ........................................................................................................................................ [55](#_bookmark22)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO](#_bookmark22)

[Súmula 24](#_bookmark23) ........................................................................................................................................ [58](#_bookmark23)

[DIREITO PENAL - ESTELIONATO](#_bookmark23)

[Súmula 25](#_bookmark24) ........................................................................................................................................ [59](#_bookmark24)

[DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA](#_bookmark24)

[Súmula 26](#_bookmark25) ........................................................................................................................................ [62](#_bookmark25)

[DIREITO EMPRESARIAL - TÍTULOS DE CRÉDITO](#_bookmark25)

[Súmula 27](#_bookmark26) ........................................................................................................................................ [65](#_bookmark26)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO](#_bookmark26)

[Súmula 28](#_bookmark27) ........................................................................................................................................ [67](#_bookmark27)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA](#_bookmark27)

[Súmula 29](#_bookmark28) ........................................................................................................................................ [70](#_bookmark28)

[DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA](#_bookmark28)

[Súmula 30](#_bookmark29) ........................................................................................................................................ [72](#_bookmark29)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark29)

[Súmula 31](#_bookmark30) ........................................................................................................................................ [74](#_bookmark30)

[DIREITO BANCÁRIO - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO](#_bookmark30)

[Súmula 32](#_bookmark31) ........................................................................................................................................ [77](#_bookmark31)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL](#_bookmark31)

[Súmula 33](#_bookmark32) ........................................................................................................................................ [81](#_bookmark32)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - INCOMPETÊNCIA RELATIVA](#_bookmark32)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL](#_bookmark33)

[Súmula 35](#_bookmark34) ........................................................................................................................................ [85](#_bookmark34)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - CONSÓRCIO](#_bookmark34)

[Súmula 36](#_bookmark35) ........................................................................................................................................ [88](#_bookmark35)

[DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA](#_bookmark35)

[Súmula 37](#_bookmark36) ........................................................................................................................................ [91](#_bookmark36)

[DIREITO CIVIL - DANO MORAL](#_bookmark36)

[Súmula 38](#_bookmark37) ........................................................................................................................................ [94](#_bookmark37)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL](#_bookmark37)

[Súmula 39](#_bookmark38) ........................................................................................................................................ [97](#_bookmark38)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA](#_bookmark38)

[Súmula 40](#_bookmark39) ........................................................................................................................................ [99](#_bookmark39)

[DIREITO PENAL - EXECUÇÃO PENAL](#_bookmark39)

[Súmula 41](#_bookmark40) ........................................................................................................................................ [102](#_bookmark40)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DO STJ](#_bookmark40)

[Súmula 42](#_bookmark41) ........................................................................................................................................ [105](#_bookmark41)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL](#_bookmark41)

[Súmula 43](#_bookmark42) ........................................................................................................................................ [110](#_bookmark42)

[DIREITO CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL](#_bookmark42)

[Súmula 44](#_bookmark43) ........................................................................................................................................ [114](#_bookmark43)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO-SUPLEMENTAR](#_bookmark43)

[Súmula 45](#_bookmark44) ........................................................................................................................................ [115](#_bookmark44)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - REEXAME NECESSÁRIO](#_bookmark44)

[Súmula 46](#_bookmark45) ........................................................................................................................................ [116](#_bookmark45)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO](#_bookmark45)

[Súmula 47](#_bookmark46) ........................................................................................................................................ [118](#_bookmark46)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR](#_bookmark46)

[Súmula 48](#_bookmark47) ........................................................................................................................................ [120](#_bookmark47)

[DIREITO PENAL - ESTELIONATO](#_bookmark47)

[Súmula 49](#_bookmark48) ........................................................................................................................................ [122](#_bookmark48)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark48)

[Súmula 50](#_bookmark49) ........................................................................................................................................ [126](#_bookmark49)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ADICIONAL DE TARIFA PORTUÁRIA](#_bookmark49)

[Súmula 51](#_bookmark50) ........................................................................................................................................ [129](#_bookmark50)

[DIREITO PENAL - CONTRAVENÇÃO PENAL](#_bookmark50)

[Súmula 52](#_bookmark51) ........................................................................................................................................ [131](#_bookmark51)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - CONSTRANGIMENTO ILEGAL](#_bookmark51)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL](#_bookmark52)

[Súmula 54](#_bookmark53) ........................................................................................................................................ [136](#_bookmark53)

[DIREITO CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL](#_bookmark53)

[Súmula 55](#_bookmark54) ........................................................................................................................................ [139](#_bookmark54)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL](#_bookmark54)

[Súmula 56](#_bookmark55) ........................................................................................................................................ [141](#_bookmark55)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO](#_bookmark55)

[Súmula 57](#_bookmark56) ........................................................................................................................................ [144](#_bookmark56)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL](#_bookmark56)

[Súmula 58](#_bookmark57) ........................................................................................................................................ [147](#_bookmark57)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark57)

[Súmula 59](#_bookmark58) ........................................................................................................................................ [149](#_bookmark58)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA](#_bookmark58)

[Súmula 60](#_bookmark59) ........................................................................................................................................ [152](#_bookmark59)

[DIREITO EMPRESARIAL - TÍTULOS DE CRÉDITO](#_bookmark59)

[Súmula 61](#_bookmark60) ........................................................................................................................................ [155](#_bookmark60)

[DIREITO CIVIL - CONTRATO DE SEGURO](#_bookmark60)

[Súmula 62](#_bookmark61) ........................................................................................................................................ [157](#_bookmark61)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL](#_bookmark61)

[Súmula 63](#_bookmark62) ........................................................................................................................................ [159](#_bookmark62)

[DIREITO CIVIL - DIREITO AUTORAL](#_bookmark62)

[Súmula 64](#_bookmark63) ........................................................................................................................................ [161](#_bookmark63)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - CONSTRANGIMENTO ILEGAL](#_bookmark63)

[Súmula 65](#_bookmark64) ........................................................................................................................................ [164](#_bookmark64)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA](#_bookmark64)

[Súmula 66](#_bookmark65) ........................................................................................................................................ [166](#_bookmark65)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark65)

[Súmula 67](#_bookmark66) ........................................................................................................................................ [168](#_bookmark66)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO](#_bookmark66)

[Súmula 68](#_bookmark67) ........................................................................................................................................ [171](#_bookmark67)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark67)

[Súmula 69](#_bookmark68) ........................................................................................................................................ [174](#_bookmark68)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO](#_bookmark68)

[Súmula 70](#_bookmark69) ........................................................................................................................................ [178](#_bookmark69)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO](#_bookmark69)

[Súmula 71](#_bookmark70) ........................................................................................................................................ [182](#_bookmark70)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark70)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA](#_bookmark71)

[Súmula 73](#_bookmark72) ........................................................................................................................................ [187](#_bookmark72)

[DIREITO PENAL - ESTELIONATO](#_bookmark72)

[Súmula 74](#_bookmark73) ........................................................................................................................................ [190](#_bookmark73)

[DIREITO PENAL - MENORIDADE PENAL](#_bookmark73)

[Súmula 75](#_bookmark74) ........................................................................................................................................ [193](#_bookmark74)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL](#_bookmark74)

[Súmula 76](#_bookmark75) ........................................................................................................................................ [195](#_bookmark75)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL](#_bookmark75)

[Súmula 77](#_bookmark76) ........................................................................................................................................ [198](#_bookmark76)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - PIS - PASEP](#_bookmark76)

[Súmula 78](#_bookmark77) ........................................................................................................................................ [201](#_bookmark77)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR](#_bookmark77)

[Súmula 79](#_bookmark78) ........................................................................................................................................ [203](#_bookmark78)

[DIREITO BANCÁRIO - SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL](#_bookmark78)

[Súmula 80](#_bookmark79) ........................................................................................................................................ [205](#_bookmark79)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark79)

[Súmula 81](#_bookmark80) ........................................................................................................................................ [207](#_bookmark80)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - FIANÇA](#_bookmark80)

[Súmula 82](#_bookmark81) ........................................................................................................................................ [209](#_bookmark81)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO](#_bookmark81)

[Súmula 83](#_bookmark82) ........................................................................................................................................ [214](#_bookmark82)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL](#_bookmark82)

[Súmula 84](#_bookmark83) ........................................................................................................................................ [218](#_bookmark83)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL](#_bookmark83)

[Súmula 85](#_bookmark84) ........................................................................................................................................ [222](#_bookmark84)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA](#_bookmark84)

[Súmula 86](#_bookmark85) ........................................................................................................................................ [225](#_bookmark85)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL](#_bookmark85)

[Súmula 87](#_bookmark86) ........................................................................................................................................ [227](#_bookmark86)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark86)

[Súmula 88](#_bookmark87) ........................................................................................................................................ [230](#_bookmark87)

[DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA](#_bookmark87)

[Súmula 89](#_bookmark88) ........................................................................................................................................ [232](#_bookmark88)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AÇÃO ACIDENTÁRIA](#_bookmark88)

[Súmula 90](#_bookmark89) ........................................................................................................................................ [235](#_bookmark89)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR](#_bookmark89)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL](#_bookmark90)

[Súmula 92](#_bookmark91) ........................................................................................................................................ [241](#_bookmark91)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA](#_bookmark91)

[Súmula 93](#_bookmark92) ........................................................................................................................................ [243](#_bookmark92)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark92)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| [Súmula 94](#_bookmark93)  [DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark93) | ........................................................................................................................................ | [246](#_bookmark93) |
| [Súmula 95](#_bookmark94)  [DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark94) | ........................................................................................................................................ | [248](#_bookmark94) |
| [Súmula 96](#_bookmark95)  [DIREITO PENAL - EXTORSÃO](#_bookmark95) | ........................................................................................................................................ | [251](#_bookmark95) |
| [Súmula 97](#_bookmark96) | ........................................................................................................................................ | [253](#_bookmark96) |

[DIREITO ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL](#_bookmark96)

[Súmula 98](#_bookmark97) ........................................................................................................................................ [256](#_bookmark97)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO](#_bookmark97)

[Súmula 99](#_bookmark98) ........................................................................................................................................ [259](#_bookmark98)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - MINISTÉRIO PÚBLICO](#_bookmark98)

[Súmula 100](#_bookmark99) ........................................................................................................................................ [263](#_bookmark99)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE](#_bookmark99)

[Súmula 101](#_bookmark100) ........................................................................................................................................ [266](#_bookmark100)

[DIREITO CIVIL - CONTRATO DE SEGURO](#_bookmark100)

[Súmula 102](#_bookmark101) ........................................................................................................................................ [268](#_bookmark101)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO](#_bookmark101)

[Súmula 103](#_bookmark102) ........................................................................................................................................ [270](#_bookmark102)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - BEM PÚBLICO](#_bookmark102)

[Súmula 104](#_bookmark103) ........................................................................................................................................ [273](#_bookmark103)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL](#_bookmark103)

[Súmula 105](#_bookmark104) ........................................................................................................................................ [276](#_bookmark104)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA](#_bookmark104)

[Súmula 106](#_bookmark105) ........................................................................................................................................ [278](#_bookmark105)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CITAÇÃO](#_bookmark105)

[Súmula 107](#_bookmark106) ........................................................................................................................................ [282](#_bookmark106)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL](#_bookmark106)

[Súmula 108](#_bookmark107) ........................................................................................................................................ [284](#_bookmark107)

[DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - MEDIDA SOCIOEDUCATIVA](#_bookmark107)

[Súmula 109](#_bookmark108) ........................................................................................................................................ [287](#_bookmark108)

[DIREITO CIVIL - TRANSPORTE MARÍTIMO](#_bookmark108)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AÇÃO ACIDENTÁRIA](#_bookmark109)

[Súmula 111](#_bookmark110) ........................................................................................................................................ [293](#_bookmark110)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AÇÃO ACIDENTÁRIA](#_bookmark110)

[Súmula 112](#_bookmark111) ........................................................................................................................................ [296](#_bookmark111)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - CRÉDITO TRIBUTÁRIO](#_bookmark111)

[Súmula 113](#_bookmark112) ........................................................................................................................................ [298](#_bookmark112)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO](#_bookmark112)

[Súmula 114](#_bookmark113) ........................................................................................................................................ [302](#_bookmark113)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO](#_bookmark113)

[Súmula 115](#_bookmark114) ........................................................................................................................................ [304](#_bookmark114)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PERANTE O STJ](#_bookmark114)

[Súmula 116](#_bookmark115) ........................................................................................................................................ [308](#_bookmark115)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL](#_bookmark115)

[Súmula 117](#_bookmark116) ........................................................................................................................................ [309](#_bookmark116)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - PAUTA DE JULGAMENTO](#_bookmark116)

[Súmula 118](#_bookmark117) ........................................................................................................................................ [312](#_bookmark117)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO](#_bookmark117)

[Súmula 119](#_bookmark118) ........................................................................................................................................ [313](#_bookmark118)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO](#_bookmark118)

[Súmula 120](#_bookmark119) ........................................................................................................................................ [316](#_bookmark119)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - ATIVIDADE FARMACÊUTICA](#_bookmark119)

[Súmula 121](#_bookmark120) ........................................................................................................................................ [319](#_bookmark120)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark120)

[Súmula 122](#_bookmark121) ........................................................................................................................................ [322](#_bookmark121)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL](#_bookmark121)

[Súmula 123](#_bookmark122) ........................................................................................................................................ [326](#_bookmark122)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL](#_bookmark122)

[Súmula 124](#_bookmark123) ........................................................................................................................................ [328](#_bookmark123)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - IPI](#_bookmark123)

[Súmula 125](#_bookmark124) ........................................................................................................................................ [332](#_bookmark124)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA](#_bookmark124)

[Súmula 126](#_bookmark125) ........................................................................................................................................ [335](#_bookmark125)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL](#_bookmark125)

[Súmula 127](#_bookmark126) ........................................................................................................................................ [341](#_bookmark126)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO](#_bookmark126)

[Súmula 128](#_bookmark127) ........................................................................................................................................ [343](#_bookmark127)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark127)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark128)

[Súmula 130](#_bookmark129) ........................................................................................................................................ [348](#_bookmark129)

[DIREITO CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL](#_bookmark129)

[Súmula 131](#_bookmark130) ........................................................................................................................................ [352](#_bookmark130)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO](#_bookmark130)

[Súmula 132](#_bookmark131) ........................................................................................................................................ [356](#_bookmark131)

[DIREITO CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL](#_bookmark131)

[Súmula 133](#_bookmark132) ........................................................................................................................................ [358](#_bookmark132)

[DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA](#_bookmark132)

[Súmula 134](#_bookmark133) ........................................................................................................................................ [362](#_bookmark133)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE TERCEIRO](#_bookmark133)

[Súmula 135](#_bookmark134) ........................................................................................................................................ [364](#_bookmark134)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark134)

[Súmula 136](#_bookmark135) ........................................................................................................................................ [367](#_bookmark135)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA](#_bookmark135)

[Súmula 137](#_bookmark136) ........................................................................................................................................ [369](#_bookmark136)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL](#_bookmark136)

[Súmula 138](#_bookmark137) ........................................................................................................................................ [373](#_bookmark137)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ISS](#_bookmark137)

[Súmula 139](#_bookmark138) ........................................................................................................................................ [375](#_bookmark138)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark138)

[Súmula 140](#_bookmark139) ........................................................................................................................................ [379](#_bookmark139)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL](#_bookmark139)

[Súmula 141](#_bookmark140) ........................................................................................................................................ [382](#_bookmark140)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO](#_bookmark140)

[Súmula 142](#_bookmark141) ........................................................................................................................................ [385](#_bookmark141)

[DIREITO EMPRESARIAL - MARCA COMERCIAL](#_bookmark141)

[Súmula 143](#_bookmark142) ........................................................................................................................................ [387](#_bookmark142)

[DIREITO EMPRESARIAL - MARCA COMERCIAL](#_bookmark142)

[Súmula 144](#_bookmark143) ........................................................................................................................................ [389](#_bookmark143)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - PRECATÓRIO](#_bookmark143)

[Súmula 145](#_bookmark144) ........................................................................................................................................ [392](#_bookmark144)

[DIREITO CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL](#_bookmark144)

[Súmula 146](#_bookmark145) ........................................................................................................................................ [394](#_bookmark145)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO-ACIDENTE](#_bookmark145)

[Súmula 147](#_bookmark146) ........................................................................................................................................ [396](#_bookmark146)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL](#_bookmark146)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - DÉBITO PREVIDENCIÁRIO](#_bookmark147)

[Súmula 149](#_bookmark148) ........................................................................................................................................ [400](#_bookmark148)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - TRABALHO RURAL](#_bookmark148)

[Súmula 150](#_bookmark149) ........................................................................................................................................ [403](#_bookmark149)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL](#_bookmark149)

[Súmula 151](#_bookmark150) ........................................................................................................................................ [407](#_bookmark150)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - PREVENÇÃO](#_bookmark150)

[Súmula 152](#_bookmark151) ........................................................................................................................................ [410](#_bookmark151)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark151)

[Súmula 153](#_bookmark152) ........................................................................................................................................ [412](#_bookmark152)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark152)

[Súmula 154](#_bookmark153) ........................................................................................................................................ [415](#_bookmark153)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO](#_bookmark153)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| [Súmula 155](#_bookmark154)  [DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark154) | ........................................................................................................................................ | [419](#_bookmark154) |
| [Súmula 156](#_bookmark155)  [DIREITO TRIBUTÁRIO - ISS](#_bookmark155) | ........................................................................................................................................ | [421](#_bookmark155) |
| [Súmula 157](#_bookmark156) | ........................................................................................................................................ | [424](#_bookmark156) |

[DIREITO TRIBUTÁRIO - TAXAS](#_bookmark156)

[Súmula 158](#_bookmark157) ........................................................................................................................................ [428](#_bookmark157)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA](#_bookmark157)

[Súmula 159](#_bookmark158) ........................................................................................................................................ [430](#_bookmark158)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - SALÁRIO DE BENEFÍCIO](#_bookmark158)

[Súmula 160](#_bookmark159) ........................................................................................................................................ [432](#_bookmark159)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - IPTU](#_bookmark159)

[Súmula 161](#_bookmark160) ........................................................................................................................................ [436](#_bookmark160)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO](#_bookmark160)

[Súmula 162](#_bookmark161) ........................................................................................................................................ [439](#_bookmark161)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - REPETIÇÃO DE INDÉBITO](#_bookmark161)

[Súmula 163](#_bookmark162) ........................................................................................................................................ [442](#_bookmark162)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark162)

[Súmula 164](#_bookmark163) ........................................................................................................................................ [446](#_bookmark163)

[DIREITO PENAL - CRIME DE RESPONSABILIDADE](#_bookmark163)

[Súmula 165](#_bookmark164) ........................................................................................................................................ [450](#_bookmark164)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL](#_bookmark164)

[Súmula 166](#_bookmark165) ........................................................................................................................................ [452](#_bookmark165)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark165)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ISS](#_bookmark166)

[Súmula 168](#_bookmark167) ........................................................................................................................................ [456](#_bookmark167)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA](#_bookmark167)

[Súmula 169](#_bookmark168) ........................................................................................................................................ [459](#_bookmark168)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA](#_bookmark168)

[Súmula 170](#_bookmark169) ........................................................................................................................................ [464](#_bookmark169)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA TRABALHISTA](#_bookmark169)

[Súmula 171](#_bookmark170) ........................................................................................................................................ [466](#_bookmark170)

[DIREITO PENAL - APLICAÇÃO DA PENA](#_bookmark170)

[Súmula 172](#_bookmark171) ........................................................................................................................................ [469](#_bookmark171)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL](#_bookmark171)

[Súmula 173](#_bookmark172) ........................................................................................................................................ [472](#_bookmark172)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL](#_bookmark172)

[Súmula 174](#_bookmark173) ........................................................................................................................................ [474](#_bookmark173)

[DIREITO PENAL - APLICAÇÃO DA PENA](#_bookmark173)

[Súmula 175](#_bookmark174) ........................................................................................................................................ [478](#_bookmark174)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CUSTAS PROCESSUAIS](#_bookmark174)

[Súmula 176](#_bookmark175) ........................................................................................................................................ [481](#_bookmark175)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark175)

[Súmula 177](#_bookmark176) ........................................................................................................................................ [485](#_bookmark176)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DO STJ](#_bookmark176)

[Súmula 178](#_bookmark177) ........................................................................................................................................ [488](#_bookmark177)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CUSTAS PROCESSUAIS](#_bookmark177)

[Súmula 179](#_bookmark178) ........................................................................................................................................ [490](#_bookmark178)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - DEPÓSITO JUDICIAL](#_bookmark178)

[Súmula 180](#_bookmark179) ........................................................................................................................................ [493](#_bookmark179)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA TRABALHISTA](#_bookmark179)

[Súmula 181](#_bookmark180) ........................................................................................................................................ [496](#_bookmark180)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DECLARATÓRIA](#_bookmark180)

[Súmula 182](#_bookmark181) ........................................................................................................................................ [499](#_bookmark181)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL](#_bookmark181)

[Súmula 183](#_bookmark182) ........................................................................................................................................ [504](#_bookmark182)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA](#_bookmark182)

[Súmula 184](#_bookmark183) ........................................................................................................................................ [506](#_bookmark183)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA](#_bookmark183)

[Súmula 185](#_bookmark184) ........................................................................................................................................ [510](#_bookmark184)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - IOF](#_bookmark184)

[DIREITO CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL](#_bookmark185)

[Súmula 187](#_bookmark186) ........................................................................................................................................ [515](#_bookmark186)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL](#_bookmark186)

[Súmula 188](#_bookmark187) ........................................................................................................................................ [518](#_bookmark187)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - REPETIÇÃO DE INDÉBITO](#_bookmark187)

[Súmula 189](#_bookmark188) ........................................................................................................................................ [521](#_bookmark188)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark188)

[Súmula 190](#_bookmark189) ........................................................................................................................................ [525](#_bookmark189)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark189)

[Súmula 191](#_bookmark190) ........................................................................................................................................ [526](#_bookmark190)

[DIREITO PENAL - PRESCRIÇÃO](#_bookmark190)

[Súmula 192](#_bookmark191) ........................................................................................................................................ [529](#_bookmark191)

[DIREITO PENAL - EXECUÇÃO PENAL](#_bookmark191)

[Súmula 193](#_bookmark192) ........................................................................................................................................ [532](#_bookmark192)

[DIREITO CIVIL - USUCAPIÃO](#_bookmark192)

[Súmula 194](#_bookmark193) ........................................................................................................................................ [534](#_bookmark193)

[DIREITO CIVIL - CONTRATO DE CONSTRUÇÃO](#_bookmark193)

[Súmula 195](#_bookmark194) ........................................................................................................................................ [537](#_bookmark194)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE TERCEIRO](#_bookmark194)

[Súmula 196](#_bookmark195) ........................................................................................................................................ [540](#_bookmark195)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO](#_bookmark195)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| [Súmula 197](#_bookmark196)  [DIREITO CIVIL - DIVÓRCIO](#_bookmark196) | ........................................................................................................................................ | [544](#_bookmark196) |
| [Súmula 198](#_bookmark197)  [DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark197) | ........................................................................................................................................ | [546](#_bookmark197) |
| [Súmula 199](#_bookmark198) | ........................................................................................................................................ | [550](#_bookmark198) |

[DIREITO BANCÁRIO - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO](#_bookmark198)

[Súmula 200](#_bookmark199) ........................................................................................................................................ [553](#_bookmark199)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA EM CRIME DE USO DE PASSAPORTE FALSO](#_bookmark199)

[Súmula 201](#_bookmark200) ........................................................................................................................................ [556](#_bookmark200)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#_bookmark200)

[Súmula 202](#_bookmark201) ........................................................................................................................................ [559](#_bookmark201)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA](#_bookmark201)

[Súmula 203](#_bookmark202) ........................................................................................................................................ [564](#_bookmark202)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL](#_bookmark202)

[Súmula 204](#_bookmark203) ........................................................................................................................................ [569](#_bookmark203)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - DÉBITO PREVIDENCIÁRIO](#_bookmark203)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - BEM DE FAMÍLIA](#_bookmark204)

[Súmula 206](#_bookmark205) ........................................................................................................................................ [578](#_bookmark205)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL](#_bookmark205)

[Súmula 207](#_bookmark206) ........................................................................................................................................ [582](#_bookmark206)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL](#_bookmark206)

[Súmula 208](#_bookmark207) ........................................................................................................................................ [585](#_bookmark207)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL](#_bookmark207)

[Súmula 209](#_bookmark208) ........................................................................................................................................ [587](#_bookmark208)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL](#_bookmark208)

[Súmula 210](#_bookmark209) ........................................................................................................................................ [590](#_bookmark209)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO](#_bookmark209)

[Súmula 211](#_bookmark210) ........................................................................................................................................ [595](#_bookmark210)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL](#_bookmark210)

[Súmula 212](#_bookmark211) ........................................................................................................................................ [600](#_bookmark211)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS](#_bookmark211)

[Súmula 213](#_bookmark212) ........................................................................................................................................ [605](#_bookmark212)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS](#_bookmark212)

[Súmula 214](#_bookmark213) ........................................................................................................................................ [608](#_bookmark213)

[DIREITO CIVIL - CONTRATO DE LOCAÇÃO](#_bookmark213)

[Súmula 215](#_bookmark214) ........................................................................................................................................ [612](#_bookmark214)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA](#_bookmark214)

[Súmula 216](#_bookmark215) ........................................................................................................................................ [616](#_bookmark215)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PERANTE O STJ](#_bookmark215)

[Súmula 217](#_bookmark216) ........................................................................................................................................ [621](#_bookmark216)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL](#_bookmark216)

[Súmula 218](#_bookmark217) ........................................................................................................................................ [623](#_bookmark217)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL](#_bookmark217)

[Súmula 219](#_bookmark218) ........................................................................................................................................ [626](#_bookmark218)

[DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA](#_bookmark218)

[Súmula 220](#_bookmark219) ........................................................................................................................................ [629](#_bookmark219)

[DIREITO PENAL - PRESCRIÇÃO](#_bookmark219)

[Súmula 221](#_bookmark220) ........................................................................................................................................ [632](#_bookmark220)

[DIREITO CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL](#_bookmark220)

[Súmula 222](#_bookmark221) ........................................................................................................................................ [634](#_bookmark221)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL](#_bookmark221)

[Súmula 223](#_bookmark222) ........................................................................................................................................ [638](#_bookmark222)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO DE INADMISSÃO DE RECURSO](#_bookmark222) [ESPECIAL](#_bookmark222)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL](#_bookmark223)

[Súmula 225](#_bookmark224) ........................................................................................................................................ [647](#_bookmark224)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA TRABALHISTA](#_bookmark224)

[Súmula 226](#_bookmark225) ........................................................................................................................................ [650](#_bookmark225)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AÇÃO ACIDENTÁRIA](#_bookmark225)

[Súmula 227](#_bookmark226) ........................................................................................................................................ [655](#_bookmark226)

[DIREITO CIVIL - DANO MORAL](#_bookmark226)

[Súmula 228](#_bookmark227) ........................................................................................................................................ [657](#_bookmark227)

[DIREITO CIVIL - DIREITO AUTORAL](#_bookmark227)

[Súmula 229](#_bookmark228) ........................................................................................................................................ [660](#_bookmark228)

[DIREITO CIVIL - CONTRATO DE SEGURO](#_bookmark228)

[Súmula 230](#_bookmark229) ........................................................................................................................................ [664](#_bookmark229)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL](#_bookmark229)

[Súmula 231](#_bookmark230) ........................................................................................................................................ [668](#_bookmark230)

[DIREITO PENAL - APLICAÇÃO DA PENA](#_bookmark230)

[Súmula 232](#_bookmark231) ........................................................................................................................................ [671](#_bookmark231)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - HONORÁRIOS PERICIAIS](#_bookmark231)

[Súmula 233](#_bookmark232) ........................................................................................................................................ [677](#_bookmark232)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark232)

[Súmula 234](#_bookmark233) ........................................................................................................................................ [681](#_bookmark233)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - OFERECIMENTO DE DENÚNCIA](#_bookmark233)

[Súmula 235](#_bookmark234) ........................................................................................................................................ [684](#_bookmark234)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONEXÃO](#_bookmark234)

[Súmula 236](#_bookmark235) ........................................................................................................................................ [688](#_bookmark235)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DO STJ](#_bookmark235)

[Súmula 237](#_bookmark236) ........................................................................................................................................ [691](#_bookmark236)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark236)

[Súmula 238](#_bookmark237) ........................................................................................................................................ [694](#_bookmark237)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL](#_bookmark237)

[Súmula 239](#_bookmark238) ........................................................................................................................................ [697](#_bookmark238)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL](#_bookmark238)

[Súmula 240](#_bookmark239) ........................................................................................................................................ [702](#_bookmark239)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXTINÇÃO DO PROCESSO](#_bookmark239)

[Súmula 241](#_bookmark240) ........................................................................................................................................ [705](#_bookmark240)

[DIREITO PENAL - APLICAÇÃO DA PENA](#_bookmark240)

[Súmula 242](#_bookmark241) ........................................................................................................................................ [707](#_bookmark241)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - TRABALHO RURAL](#_bookmark241)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO](#_bookmark242)

[Súmula 244](#_bookmark243) ........................................................................................................................................ [714](#_bookmark243)

[DIREITO PENAL - ESTELIONATO](#_bookmark243)

[Súmula 245](#_bookmark244) ........................................................................................................................................ [717](#_bookmark244)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA](#_bookmark244)

[Súmula 246](#_bookmark245) ........................................................................................................................................ [720](#_bookmark245)

[DIREITO CIVIL - DPVAT](#_bookmark245)

[Súmula 247](#_bookmark246) ........................................................................................................................................ [723](#_bookmark246)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO MONITÓRIA](#_bookmark246)

[Súmula 248](#_bookmark247) ........................................................................................................................................ [726](#_bookmark247)

[DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA](#_bookmark247)

[Súmula 249](#_bookmark248) ........................................................................................................................................ [728](#_bookmark248)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO](#_bookmark248)

[Súmula 250](#_bookmark249) ........................................................................................................................................ [729](#_bookmark249)

[DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA](#_bookmark249)

[Súmula 251](#_bookmark250) ........................................................................................................................................ [732](#_bookmark250)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark250)

[Súmula 252](#_bookmark251) ........................................................................................................................................ [735](#_bookmark251)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO](#_bookmark251)

[Súmula 253](#_bookmark252) ........................................................................................................................................ [739](#_bookmark252)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - REEXAME NECESSÁRIO](#_bookmark252)

[Súmula 254](#_bookmark253) ........................................................................................................................................ [742](#_bookmark253)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL](#_bookmark253)

[Súmula 255](#_bookmark254) ........................................................................................................................................ [745](#_bookmark254)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS INFRINGENTES](#_bookmark254)

[Súmula 256](#_bookmark255) ........................................................................................................................................ [748](#_bookmark255)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PERANTE O STJ](#_bookmark255)

[Súmula 257](#_bookmark256) ........................................................................................................................................ [753](#_bookmark256)

[DIREITO CIVIL - DPVAT](#_bookmark256)

[Súmula 258](#_bookmark257) ........................................................................................................................................ [755](#_bookmark257)

[DIREITO EMPRESARIAL - TÍTULOS DE CRÉDITO](#_bookmark257)

[Súmula 259](#_bookmark258) ........................................................................................................................................ [761](#_bookmark258)

[DIREITO BANCÁRIO - AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS](#_bookmark258)

[Súmula 260](#_bookmark259) ........................................................................................................................................ [765](#_bookmark259)

[DIREITO CIVIL - CONDOMÍNIO](#_bookmark259)

[Súmula 261](#_bookmark260) ........................................................................................................................................ [767](#_bookmark260)

[DIREITO CIVIL - DIREITO AUTORAL](#_bookmark260)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA](#_bookmark261)

[Súmula 263](#_bookmark262) ........................................................................................................................................ [773](#_bookmark262)

[DIREITO EMPRESARIAL - ARRENDAMENTO MERCANTIL](#_bookmark262)

[Súmula 264](#_bookmark263) ........................................................................................................................................ [776](#_bookmark263)

[DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA](#_bookmark263)

[Súmula 265](#_bookmark264) ........................................................................................................................................ [778](#_bookmark264)

[DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - MEDIDA SOCIOEDUCATIVA](#_bookmark264)

[Súmula 266](#_bookmark265) ........................................................................................................................................ [781](#_bookmark265)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO](#_bookmark265)

[Súmula 267](#_bookmark266) ........................................................................................................................................ [784](#_bookmark266)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - PRISÃO](#_bookmark266)

[Súmula 268](#_bookmark267) ........................................................................................................................................ [787](#_bookmark267)

[DIREITO CIVIL - CONTRATO DE LOCAÇÃO](#_bookmark267)

[Súmula 269](#_bookmark268) ........................................................................................................................................ [789](#_bookmark268)

[DIREITO PENAL - APLICAÇÃO DA PENA](#_bookmark268)

[Súmula 270](#_bookmark269) ........................................................................................................................................ [791](#_bookmark269)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL](#_bookmark269)

[Súmula 271](#_bookmark270) ........................................................................................................................................ [794](#_bookmark270)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - DEPÓSITO JUDICIAL](#_bookmark270)

[Súmula 272](#_bookmark271) ........................................................................................................................................ [797](#_bookmark271)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - TRABALHO RURAL](#_bookmark271)

[Súmula 273](#_bookmark272) ........................................................................................................................................ [801](#_bookmark272)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - CARTA PRECATÓRIA](#_bookmark272)

[Súmula 274](#_bookmark273) ........................................................................................................................................ [806](#_bookmark273)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ISS](#_bookmark273)

[Súmula 275](#_bookmark274) ........................................................................................................................................ [808](#_bookmark274)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - ATIVIDADE FARMACÊUTICA](#_bookmark274)

[Súmula 276](#_bookmark275) ........................................................................................................................................ [811](#_bookmark275)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL](#_bookmark275)

[Súmula 277](#_bookmark276) ........................................................................................................................................ [815](#_bookmark276)

[DIREITO CIVIL - INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE](#_bookmark276)

[Súmula 278](#_bookmark277) ........................................................................................................................................ [819](#_bookmark277)

[DIREITO CIVIL - CONTRATO DE SEGURO](#_bookmark277)

[Súmula 279](#_bookmark278) ........................................................................................................................................ [822](#_bookmark278)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO](#_bookmark278)

[Súmula 280](#_bookmark279) ........................................................................................................................................ [826](#_bookmark279)

[DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA](#_bookmark279)

[DIREITO CIVIL - DANO MORAL](#_bookmark280)

[Súmula 282](#_bookmark281) ........................................................................................................................................ [832](#_bookmark281)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO MONITÓRIA](#_bookmark281)

[Súmula 283](#_bookmark282) ........................................................................................................................................ [834](#_bookmark282)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark282)

[Súmula 284](#_bookmark283) ........................................................................................................................................ [837](#_bookmark283)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA](#_bookmark283)

[Súmula 285](#_bookmark284) ........................................................................................................................................ [840](#_bookmark284)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark284)

[Súmula 286](#_bookmark285) ........................................................................................................................................ [843](#_bookmark285)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark285)

[Súmula 287](#_bookmark286) ........................................................................................................................................ [845](#_bookmark286)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark286)

[Súmula 288](#_bookmark287) ........................................................................................................................................ [848](#_bookmark287)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark287)

[Súmula 289](#_bookmark288) ........................................................................................................................................ [850](#_bookmark288)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - PREVIDÊNCIA PRIVADA](#_bookmark288)

[Súmula 290](#_bookmark289) ........................................................................................................................................ [855](#_bookmark289)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - PREVIDÊNCIA PRIVADA](#_bookmark289)

[Súmula 291](#_bookmark290) ........................................................................................................................................ [858](#_bookmark290)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - PREVIDÊNCIA PRIVADA](#_bookmark290)

[Súmula 292](#_bookmark291) ........................................................................................................................................ [861](#_bookmark291)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO MONITÓRIA](#_bookmark291)

[Súmula 293](#_bookmark292) ........................................................................................................................................ [863](#_bookmark292)

[DIREITO EMPRESARIAL - ARRENDAMENTO MERCANTIL](#_bookmark292)

[Súmula 294](#_bookmark293) ........................................................................................................................................ [865](#_bookmark293)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark293)

[Súmula 295](#_bookmark294) ........................................................................................................................................ [869](#_bookmark294)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark294)

[Súmula 296](#_bookmark295) ........................................................................................................................................ [872](#_bookmark295)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark295)

[Súmula 297](#_bookmark296) ........................................................................................................................................ [874](#_bookmark296)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark296)

[Súmula 298](#_bookmark297) ........................................................................................................................................ [876](#_bookmark297)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark297)

[Súmula 299](#_bookmark298) ........................................................................................................................................ [879](#_bookmark298)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO MONITÓRIA](#_bookmark298)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark299)

[Súmula 301](#_bookmark300) ........................................................................................................................................ [884](#_bookmark300)

[DIREITO CIVIL - INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE](#_bookmark300)

[Súmula 302](#_bookmark301) ........................................................................................................................................ [887](#_bookmark301)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - PLANO DE SAÚDE](#_bookmark301)

[Súmula 303](#_bookmark302) ........................................................................................................................................ [890](#_bookmark302)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE TERCEIRO](#_bookmark302)

[Súmula 304](#_bookmark303) ........................................................................................................................................ [894](#_bookmark303)

[DIREITO CIVIL - PRISÃO CIVIL](#_bookmark303)

[Súmula 305](#_bookmark304) ........................................................................................................................................ [897](#_bookmark304)

[DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA](#_bookmark304)

[Súmula 306](#_bookmark305) ........................................................................................................................................ [900](#_bookmark305)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#_bookmark305)

[Súmula 307](#_bookmark306) ........................................................................................................................................ [904](#_bookmark306)

[DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA](#_bookmark306)

[Súmula 308](#_bookmark307) ........................................................................................................................................ [909](#_bookmark307)

[DIREITO BANCÁRIO - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO](#_bookmark307)

[Súmula 309](#_bookmark308) ........................................................................................................................................ [915](#_bookmark308)

[DIREITO CIVIL - ALIMENTOS](#_bookmark308)

[Súmula 310](#_bookmark309) ........................................................................................................................................ [919](#_bookmark309)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA](#_bookmark309)

[Súmula 311](#_bookmark310) ........................................................................................................................................ [921](#_bookmark310)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - PRECATÓRIO](#_bookmark310)

[Súmula 312](#_bookmark311) ........................................................................................................................................ [924](#_bookmark311)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO](#_bookmark311)

[Súmula 313](#_bookmark312) ........................................................................................................................................ [928](#_bookmark312)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - GARANTIA PARA PAGAMENTO FUTURO](#_bookmark312)

[Súmula 314](#_bookmark313) ........................................................................................................................................ [932](#_bookmark313)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark313)

[Súmula 315](#_bookmark314) ........................................................................................................................................ [937](#_bookmark314)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA](#_bookmark314)

[Súmula 316](#_bookmark315) ........................................................................................................................................ [941](#_bookmark315)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA](#_bookmark315)

[Súmula 317](#_bookmark316) ........................................................................................................................................ [945](#_bookmark316)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO](#_bookmark316)

[Súmula 318](#_bookmark317) ........................................................................................................................................ [951](#_bookmark317)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - SENTENÇA ILÍQUIDA](#_bookmark317)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - DEPÓSITO DE BENS](#_bookmark318)

[Súmula 320](#_bookmark319) ........................................................................................................................................ [960](#_bookmark319)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL](#_bookmark319)

[Súmula 321](#_bookmark320) ........................................................................................................................................ [964](#_bookmark320)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - PREVIDÊNCIA PRIVADA](#_bookmark320)

[Súmula 322](#_bookmark321) ........................................................................................................................................ [966](#_bookmark321)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark321)

[Súmula 323](#_bookmark322) ........................................................................................................................................ [968](#_bookmark322)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES](#_bookmark322)

[Súmula 324](#_bookmark323) ........................................................................................................................................ [970](#_bookmark323)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL](#_bookmark323)

[Súmula 325](#_bookmark324) ........................................................................................................................................ [972](#_bookmark324)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - REEXAME NECESSÁRIO](#_bookmark324)

[Súmula 326](#_bookmark325) ........................................................................................................................................ [976](#_bookmark325)

[DIREITO CIVIL - DANO MORAL](#_bookmark325)

[Súmula 327](#_bookmark326) ........................................................................................................................................ [980](#_bookmark326)

[DIREITO BANCÁRIO - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO](#_bookmark326)

[Súmula 328](#_bookmark327) ........................................................................................................................................ [984](#_bookmark327)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO](#_bookmark327)

[Súmula 329](#_bookmark328) ........................................................................................................................................ [988](#_bookmark328)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA](#_bookmark328)

[Súmula 330](#_bookmark329) ........................................................................................................................................ [994](#_bookmark329)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - RESPOSTA PRELIMINAR](#_bookmark329)

[Súmula 331](#_bookmark330) ........................................................................................................................................ [997](#_bookmark330)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO](#_bookmark330)

[Súmula 332](#_bookmark331) ........................................................................................................................................ [1000](#_bookmark331)

[DIREITO CIVIL - CONTRATO DE FIANÇA](#_bookmark331)

[Súmula 333](#_bookmark332) ........................................................................................................................................ [1006](#_bookmark332)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA](#_bookmark332)

[Súmula 334](#_bookmark333) ........................................................................................................................................ [1010](#_bookmark333)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark333)

[Súmula 335](#_bookmark334) ........................................................................................................................................ [1017](#_bookmark334)

[DIREITO CIVIL - CONTRATO DE LOCAÇÃO](#_bookmark334)

[Súmula 336](#_bookmark335) ........................................................................................................................................ [1019](#_bookmark335)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO POR MORTE](#_bookmark335)

[Súmula 337](#_bookmark336) ........................................................................................................................................ [1023](#_bookmark336)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO](#_bookmark336)

[DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - MEDIDA SOCIOEDUCATIVA](#_bookmark337)

[Súmula 339](#_bookmark338) ........................................................................................................................................ [1031](#_bookmark338)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO MONITÓRIA](#_bookmark338)

[Súmula 340](#_bookmark339) ........................................................................................................................................ [1035](#_bookmark339)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO POR MORTE](#_bookmark339)

[Súmula 341](#_bookmark340) ........................................................................................................................................ [1040](#_bookmark340)

[DIREITO PENAL - EXECUÇÃO PENAL](#_bookmark340)

[Súmula 342](#_bookmark341) ........................................................................................................................................ [1043](#_bookmark341)

[DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - MEDIDA SOCIOEDUCATIVA](#_bookmark341)

[Súmula 343](#_bookmark342) ........................................................................................................................................ [1050](#_bookmark342)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR](#_bookmark342)

[Súmula 344](#_bookmark343) ........................................................................................................................................ [1053](#_bookmark343)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA](#_bookmark343)

[Súmula 345](#_bookmark344) ........................................................................................................................................ [1057](#_bookmark344)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#_bookmark344)

[Súmula 346](#_bookmark345) ........................................................................................................................................ [1061](#_bookmark345)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO MILITAR](#_bookmark345)

[Súmula 347](#_bookmark346) ........................................................................................................................................ [1064](#_bookmark346)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - APELAÇÃO](#_bookmark346)

[Súmula 348](#_bookmark347) ........................................................................................................................................ [1070](#_bookmark347)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DO STJ](#_bookmark347)

[Súmula 349](#_bookmark348) ........................................................................................................................................ [1074](#_bookmark348)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO](#_bookmark348)

[Súmula 350](#_bookmark349) ........................................................................................................................................ [1079](#_bookmark349)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark349)

[Súmula 351](#_bookmark350) ........................................................................................................................................ [1084](#_bookmark350)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO](#_bookmark350)

[Súmula 352](#_bookmark351) ........................................................................................................................................ [1088](#_bookmark351)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA](#_bookmark351)

[Súmula 353](#_bookmark352) ........................................................................................................................................ [1095](#_bookmark352)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO](#_bookmark352)

[Súmula 354](#_bookmark353) ........................................................................................................................................ [1098](#_bookmark353)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO](#_bookmark353)

[Súmula 355](#_bookmark354) ........................................................................................................................................ [1103](#_bookmark354)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - REFIS](#_bookmark354)

[Súmula 356](#_bookmark355) ........................................................................................................................................ [1108](#_bookmark355)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - TELEFONIA](#_bookmark355)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - TELEFONIA](#_bookmark356)

[Súmula 358](#_bookmark357) ........................................................................................................................................ [1117](#_bookmark357)

[DIREITO CIVIL - ALIMENTOS](#_bookmark357)

[Súmula 359](#_bookmark358) ........................................................................................................................................ [1121](#_bookmark358)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES](#_bookmark358)

[Súmula 360](#_bookmark359) ........................................................................................................................................ [1125](#_bookmark359)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - DENÚNCIA ESPONTÂNEA](#_bookmark359)

[Súmula 361](#_bookmark360) ........................................................................................................................................ [1132](#_bookmark360)

[DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA](#_bookmark360)

[Súmula 362](#_bookmark361) ........................................................................................................................................ [1135](#_bookmark361)

[DIREITO CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL](#_bookmark361)

[Súmula 363](#_bookmark362) ........................................................................................................................................ [1139](#_bookmark362)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL](#_bookmark362)

[Súmula 364](#_bookmark363) ........................................................................................................................................ [1143](#_bookmark363)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - BEM DE FAMÍLIA](#_bookmark363)

[Súmula 365](#_bookmark364) ........................................................................................................................................ [1149](#_bookmark364)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL](#_bookmark364)

[Súmula 366](#_bookmark365) ........................................................................................................................................ [1152](#_bookmark365)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL](#_bookmark365)

[Súmula 367](#_bookmark366) ........................................................................................................................................ [1155](#_bookmark366)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA TRABALHISTA](#_bookmark366)

[Súmula 368](#_bookmark367) ........................................................................................................................................ [1160](#_bookmark367)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL](#_bookmark367)

[Súmula 369](#_bookmark368) ........................................................................................................................................ [1163](#_bookmark368)

[DIREITO EMPRESARIAL - ARRENDAMENTO MERCANTIL](#_bookmark368)

[Súmula 370](#_bookmark369) ........................................................................................................................................ [1166](#_bookmark369)

[DIREITO CIVIL - DANO MORAL](#_bookmark369)

[Súmula 371](#_bookmark370) ........................................................................................................................................ [1168](#_bookmark370)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - TELEFONIA](#_bookmark370)

[Súmula 372](#_bookmark371) ........................................................................................................................................ [1174](#_bookmark371)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS](#_bookmark371)

[Súmula 373](#_bookmark372) ........................................................................................................................................ [1176](#_bookmark372)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - PROCESSO ADMINISTRATIVO](#_bookmark372)

[Súmula 374](#_bookmark373) ........................................................................................................................................ [1180](#_bookmark373)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL](#_bookmark373)

[Súmula 375](#_bookmark374) ........................................................................................................................................ [1183](#_bookmark374)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - FRAUDE À EXECUÇÃO](#_bookmark374)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA](#_bookmark375)

[Súmula 377](#_bookmark376) ........................................................................................................................................ [1198](#_bookmark376)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO](#_bookmark376)

[Súmula 378](#_bookmark377) ........................................................................................................................................ [1201](#_bookmark377)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL](#_bookmark377)

[Súmula 379](#_bookmark378) ........................................................................................................................................ [1204](#_bookmark378)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark378)

[Súmula 380](#_bookmark379) ........................................................................................................................................ [1208](#_bookmark379)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark379)

[Súmula 381](#_bookmark380) ........................................................................................................................................ [1212](#_bookmark380)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark380)

[Súmula 382](#_bookmark381) ........................................................................................................................................ [1216](#_bookmark381)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark381)

[Súmula 383](#_bookmark382) ........................................................................................................................................ [1219](#_bookmark382)

[DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - GUARDA](#_bookmark382)

[Súmula 384](#_bookmark383) ........................................................................................................................................ [1222](#_bookmark383)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO MONITÓRIA](#_bookmark383)

[Súmula 385](#_bookmark384) ........................................................................................................................................ [1224](#_bookmark384)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES](#_bookmark384)

[Súmula 386](#_bookmark385) ........................................................................................................................................ [1228](#_bookmark385)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA](#_bookmark385)

[Súmula 387](#_bookmark386) ........................................................................................................................................ [1234](#_bookmark386)

[DIREITO CIVIL - DANO MORAL](#_bookmark386)

[Súmula 388](#_bookmark387) ........................................................................................................................................ [1240](#_bookmark387)

[DIREITO CIVIL - DANO MORAL](#_bookmark387)

[Súmula 389](#_bookmark388) ........................................................................................................................................ [1244](#_bookmark388)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - TELEFONIA](#_bookmark388)

[Súmula 390](#_bookmark389) ........................................................................................................................................ [1249](#_bookmark389)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS INFRINGENTES](#_bookmark389)

[Súmula 391](#_bookmark390) ........................................................................................................................................ [1253](#_bookmark390)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark390)

[Súmula 392](#_bookmark391) ........................................................................................................................................ [1258](#_bookmark391)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark391)

[Súmula 393](#_bookmark392) ........................................................................................................................................ [1264](#_bookmark392)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark392)

[Súmula 394](#_bookmark393) ........................................................................................................................................ [1270](#_bookmark393)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark393)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark394)

[Súmula 396](#_bookmark395) ........................................................................................................................................ [1278](#_bookmark395)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL](#_bookmark395)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| [Súmula 397](#_bookmark396)  [DIREITO TRIBUTÁRIO - IPTU](#_bookmark396) | ........................................................................................................................................ | [1281](#_bookmark396) |
| [Súmula 398](#_bookmark397) | ........................................................................................................................................ | [1285](#_bookmark397) |
| [DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO](#_bookmark397) | | |
| [Súmula 399](#_bookmark398)  [DIREITO TRIBUTÁRIO - IPTU](#_bookmark398) | ........................................................................................................................................ | [1291](#_bookmark398) |
| [Súmula 400](#_bookmark399) | ........................................................................................................................................ | [1295](#_bookmark399) |

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark399)

[Súmula 401](#_bookmark400) ........................................................................................................................................ [1299](#_bookmark400)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO RESCISÓRIA](#_bookmark400)

[Súmula 402](#_bookmark401) ........................................................................................................................................ [1305](#_bookmark401)

[DIREITO CIVIL - CONTRATO DE SEGURO](#_bookmark401)

[Súmula 403](#_bookmark402) ........................................................................................................................................ [1308](#_bookmark402)

[DIREITO CIVIL - DANO MORAL](#_bookmark402)

[Súmula 404](#_bookmark403) ........................................................................................................................................ [1312](#_bookmark403)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES](#_bookmark403)

[Súmula 405](#_bookmark404) ........................................................................................................................................ [1316](#_bookmark404)

[DIREITO CIVIL - DPVAT](#_bookmark404)

[Súmula 406](#_bookmark405) ........................................................................................................................................ [1318](#_bookmark405)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark405)

[Súmula 407](#_bookmark406) ........................................................................................................................................ [1323](#_bookmark406)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - ÁGUA E ESGOTO](#_bookmark406)

[Súmula 408](#_bookmark407) ........................................................................................................................................ [1326](#_bookmark407)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO](#_bookmark407)

[Súmula 409](#_bookmark408) ........................................................................................................................................ [1330](#_bookmark408)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark408)

[Súmula 410](#_bookmark409) ........................................................................................................................................ [1335](#_bookmark409)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO DE ASTREINTES](#_bookmark409)

[Súmula 411](#_bookmark410) ........................................................................................................................................ [1337](#_bookmark410)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - IPI](#_bookmark410)

[Súmula 412](#_bookmark411) ........................................................................................................................................ [1342](#_bookmark411)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - ÁGUA E ESGOTO](#_bookmark411)

[Súmula 413](#_bookmark412) ........................................................................................................................................ [1344](#_bookmark412)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - ATIVIDADE FARMACÊUTICA](#_bookmark412)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark413)

[Súmula 415](#_bookmark414) ........................................................................................................................................ [1351](#_bookmark414)

[DIREITO PENAL - PRESCRIÇÃO](#_bookmark414)

[Súmula 416](#_bookmark415) ........................................................................................................................................ [1354](#_bookmark415)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO POR MORTE](#_bookmark415)

[Súmula 417](#_bookmark416) ........................................................................................................................................ [1358](#_bookmark416)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO](#_bookmark416)

[Súmula 418](#_bookmark417) ........................................................................................................................................ [1365](#_bookmark417)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL](#_bookmark417)

[Súmula 419](#_bookmark418) ........................................................................................................................................ [1373](#_bookmark418)

[DIREITO CIVIL - PRISÃO CIVIL](#_bookmark418)

[Súmula 420](#_bookmark419) ........................................................................................................................................ [1379](#_bookmark419)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA](#_bookmark419)

[Súmula 421](#_bookmark420) ........................................................................................................................................ [1384](#_bookmark420)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#_bookmark420)

[Súmula 422](#_bookmark421) ........................................................................................................................................ [1389](#_bookmark421)

[DIREITO BANCÁRIO - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO](#_bookmark421)

[Súmula 423](#_bookmark422) ........................................................................................................................................ [1393](#_bookmark422)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL](#_bookmark422)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| [Súmula 424](#_bookmark423)  [DIREITO TRIBUTÁRIO - ISS](#_bookmark423) | ........................................................................................................................................ | [1396](#_bookmark423) |
| [Súmula 425](#_bookmark424) | ........................................................................................................................................ | [1400](#_bookmark424) |
| [DIREITO TRIBUTÁRIO - SIMPLES](#_bookmark424) | | |
| [Súmula 426](#_bookmark425)  [DIREITO CIVIL - DPVAT](#_bookmark425) | ........................................................................................................................................ | [1406](#_bookmark425) |
| [Súmula 427](#_bookmark426) | ........................................................................................................................................ | [1409](#_bookmark426) |

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - PREVIDÊNCIA PRIVADA](#_bookmark426)

[Súmula 428](#_bookmark427) ........................................................................................................................................ [1414](#_bookmark427)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL](#_bookmark427)

[Súmula 429](#_bookmark428) ........................................................................................................................................ [1418](#_bookmark428)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CITAÇÃO](#_bookmark428)

[Súmula 430](#_bookmark429) ........................................................................................................................................ [1423](#_bookmark429)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark429)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| [Súmula 431](#_bookmark430)  [DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark430) | ........................................................................................................................................ | [1429](#_bookmark430) |
| [Súmula 432](#_bookmark431)  [DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark431) | ........................................................................................................................................ | [1433](#_bookmark431) |

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark432)

[Súmula 434](#_bookmark433) ........................................................................................................................................ [1442](#_bookmark433)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO](#_bookmark433)

[Súmula 435](#_bookmark434) ........................................................................................................................................ [1446](#_bookmark434)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark434)

[Súmula 436](#_bookmark435) ........................................................................................................................................ [1451](#_bookmark435)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - CRÉDITO TRIBUTÁRIO](#_bookmark435)

[Súmula 437](#_bookmark436) ........................................................................................................................................ [1455](#_bookmark436)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - REFIS](#_bookmark436)

[Súmula 438](#_bookmark437) ........................................................................................................................................ [1461](#_bookmark437)

[DIREITO PENAL - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE](#_bookmark437)

[Súmula 439](#_bookmark438) ........................................................................................................................................ [1465](#_bookmark438)

[DIREITO PENAL - EXECUÇÃO PENAL](#_bookmark438)

[Súmula 440](#_bookmark439) ........................................................................................................................................ [1469](#_bookmark439)

[DIREITO PENAL - APLICAÇÃO DA PENA](#_bookmark439)

[Súmula 441](#_bookmark440) ........................................................................................................................................ [1473](#_bookmark440)

[DIREITO PENAL - EXECUÇÃO PENAL](#_bookmark440)

[Súmula 442](#_bookmark441) ........................................................................................................................................ [1477](#_bookmark441)

[DIREITO PENAL - APLICAÇÃO DA PENA](#_bookmark441)

[Súmula 443](#_bookmark442) ........................................................................................................................................ [1481](#_bookmark442)

[DIREITO PENAL - APLICAÇÃO DA PENA](#_bookmark442)

[Súmula 444](#_bookmark443) ........................................................................................................................................ [1485](#_bookmark443)

[DIREITO PENAL - APLICAÇÃO DA PENA](#_bookmark443)

[Súmula 445](#_bookmark444) ........................................................................................................................................ [1489](#_bookmark444)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO](#_bookmark444)

[Súmula 446](#_bookmark445) ........................................................................................................................................ [1491](#_bookmark445)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL](#_bookmark445)

[Súmula 447](#_bookmark446) ........................................................................................................................................ [1496](#_bookmark446)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA](#_bookmark446)

[Súmula 448](#_bookmark447) ........................................................................................................................................ [1499](#_bookmark447)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - SIMPLES](#_bookmark447)

[Súmula 449](#_bookmark448) ........................................................................................................................................ [1503](#_bookmark448)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - BEM DE FAMÍLIA](#_bookmark448)

[Súmula 450](#_bookmark449) ........................................................................................................................................ [1507](#_bookmark449)

[DIREITO BANCÁRIO - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO](#_bookmark449)

[Súmula 451](#_bookmark450) ........................................................................................................................................ [1511](#_bookmark450)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark450)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO](#_bookmark451)

[Súmula 453](#_bookmark452) ........................................................................................................................................ [1519](#_bookmark452)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#_bookmark452)

[Súmula 454](#_bookmark453) ........................................................................................................................................ [1523](#_bookmark453)

[DIREITO BANCÁRIO - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO](#_bookmark453)

[Súmula 455](#_bookmark454) ........................................................................................................................................ [1528](#_bookmark454)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - PROVAS](#_bookmark454)

[Súmula 456](#_bookmark455) ........................................................................................................................................ [1531](#_bookmark455)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - SALÁRIO DE CONTIBUIÇÃO](#_bookmark455)

[Súmula 457](#_bookmark456) ........................................................................................................................................ [1535](#_bookmark456)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark456)

[Súmula 458](#_bookmark457) ........................................................................................................................................ [1540](#_bookmark457)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA](#_bookmark457)

[Súmula 459](#_bookmark458) ........................................................................................................................................ [1544](#_bookmark458)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO](#_bookmark458)

[Súmula 460](#_bookmark459) ........................................................................................................................................ [1548](#_bookmark459)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS](#_bookmark459)

[Súmula 461](#_bookmark460) ........................................................................................................................................ [1551](#_bookmark460)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - RECEBIMENTO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO](#_bookmark460)

[Súmula 462](#_bookmark461) ........................................................................................................................................ [1555](#_bookmark461)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO](#_bookmark461)

[Súmula 463](#_bookmark462) ........................................................................................................................................ [1557](#_bookmark462)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA](#_bookmark462)

[Súmula 464](#_bookmark463) ........................................................................................................................................ [1561](#_bookmark463)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS](#_bookmark463)

[Súmula 465](#_bookmark464) ........................................................................................................................................ [1565](#_bookmark464)

[DIREITO CIVIL - CONTRATO DE SEGURO](#_bookmark464)

[Súmula 466](#_bookmark465) ........................................................................................................................................ [1567](#_bookmark465)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO](#_bookmark465)

[Súmula 467](#_bookmark466) ........................................................................................................................................ [1571](#_bookmark466)

[DIREITO AMBIENTAL - MULTA](#_bookmark466)

[Súmula 468](#_bookmark467) ........................................................................................................................................ [1577](#_bookmark467)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - PIS - PASEP](#_bookmark467)

[Súmula 469](#_bookmark468) ........................................................................................................................................ [1580](#_bookmark468)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - PLANO DE SAÚDE](#_bookmark468)

[Súmula 470](#_bookmark469) ........................................................................................................................................ [1584](#_bookmark469)

[DIREITO CIVIL - DPVAT](#_bookmark469)

[DIREITO PENAL - EXECUÇÃO PENAL](#_bookmark470)

[Súmula 472](#_bookmark471) ........................................................................................................................................ [1590](#_bookmark471)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark471)

[Súmula 473](#_bookmark472) ........................................................................................................................................ [1596](#_bookmark472)

[DIREITO BANCÁRIO - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO](#_bookmark472)

[Súmula 474](#_bookmark473) ........................................................................................................................................ [1598](#_bookmark473)

[DIREITO CIVIL - DPVAT](#_bookmark473)

[Súmula 475](#_bookmark474) ........................................................................................................................................ [1601](#_bookmark474)

[DIREITO EMPRESARIAL - TÍTULOS DE CRÉDITO](#_bookmark474)

[Súmula 476](#_bookmark475) ........................................................................................................................................ [1604](#_bookmark475)

[DIREITO EMPRESARIAL - TÍTULOS DE CRÉDITO](#_bookmark475)

[Súmula 477](#_bookmark476) ........................................................................................................................................ [1608](#_bookmark476)

[DIREITO BANCÁRIO - AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS](#_bookmark476)

[Súmula 478](#_bookmark477) ........................................................................................................................................ [1611](#_bookmark477)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO](#_bookmark477)

[Súmula 479](#_bookmark478) ........................................................................................................................................ [1614](#_bookmark478)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR](#_bookmark478)

[Súmula 480](#_bookmark479) ........................................................................................................................................ [1620](#_bookmark479)

[DIREITO EMPRESARIAL - RECUPERAÇÃO JUDICIAL](#_bookmark479)

[Súmula 481](#_bookmark480) ........................................................................................................................................ [1624](#_bookmark480)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA](#_bookmark480)

[Súmula 482](#_bookmark481) ........................................................................................................................................ [1628](#_bookmark481)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - PROCESSO CAUTELAR](#_bookmark481)

[Súmula 483](#_bookmark482) ........................................................................................................................................ [1634](#_bookmark482)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CUSTAS PROCESSUAIS](#_bookmark482)

[Súmula 484](#_bookmark483) ........................................................................................................................................ [1637](#_bookmark483)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - PREPARO](#_bookmark483)

[Súmula 485](#_bookmark484) ........................................................................................................................................ [1642](#_bookmark484)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - ARBITRAGEM](#_bookmark484)

[Súmula 486](#_bookmark485) ........................................................................................................................................ [1645](#_bookmark485)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - BEM DE FAMÍLIA](#_bookmark485)

[Súmula 487](#_bookmark486) ........................................................................................................................................ [1651](#_bookmark486)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO](#_bookmark486)

[Súmula 488](#_bookmark487) ........................................................................................................................................ [1659](#_bookmark487)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#_bookmark487)

[Súmula 489](#_bookmark488) ........................................................................................................................................ [1662](#_bookmark488)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA](#_bookmark488)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - REEXAME NECESSÁRIO](#_bookmark489)

[Súmula 491](#_bookmark490) ........................................................................................................................................ [1669](#_bookmark490)

[DIREITO PENAL - EXECUÇÃO PENAL](#_bookmark490)

[Súmula 492](#_bookmark491) ........................................................................................................................................ [1673](#_bookmark491)

[DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - MEDIDA SOCIOEDUCATIVA](#_bookmark491)

[Súmula 493](#_bookmark492) ........................................................................................................................................ [1680](#_bookmark492)

[DIREITO PENAL - EXECUÇÃO PENAL](#_bookmark492)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| [Súmula 494](#_bookmark493)  [DIREITO TRIBUTÁRIO - IPI](#_bookmark493) | ........................................................................................................................................ | [1684](#_bookmark493) |
| [Súmula 495](#_bookmark494)  [DIREITO TRIBUTÁRIO - IPI](#_bookmark494) | ........................................................................................................................................ | [1690](#_bookmark494) |
| [Súmula 496](#_bookmark495) | ........................................................................................................................................ | [1694](#_bookmark495) |

[DIREITO ADMINISTRATIVO - TERRENO DE MARINHA](#_bookmark495)

[Súmula 497](#_bookmark496) ........................................................................................................................................ [1699](#_bookmark496)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark496)

[Súmula 498](#_bookmark497) ........................................................................................................................................ [1702](#_bookmark497)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA](#_bookmark497)

[Súmula 499](#_bookmark498) ........................................................................................................................................ [1706](#_bookmark498)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O SESC E O SENAC](#_bookmark498)

[Súmula 500](#_bookmark499) ........................................................................................................................................ [1712](#_bookmark499)

[DIREITO PENAL - CORRUPÇÃO DE MENORES](#_bookmark499)

[Súmula 501](#_bookmark500) ........................................................................................................................................ [1720](#_bookmark500)

[DIREITO PENAL - APLICAÇÃO DA LEI PENAL](#_bookmark500)

[Súmula 502](#_bookmark501) ........................................................................................................................................ [1728](#_bookmark501)

[DIREITO PENAL - VIOLAÇÃO A DIREITO AUTORAL](#_bookmark501)

[Súmula 503](#_bookmark502) ........................................................................................................................................ [1734](#_bookmark502)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO MONITÓRIA](#_bookmark502)

[Súmula 504](#_bookmark503) ........................................................................................................................................ [1738](#_bookmark503)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO MONITÓRIA](#_bookmark503)

[Súmula 505](#_bookmark504) ........................................................................................................................................ [1741](#_bookmark504)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - PREVIDÊNCIA PRIVADA](#_bookmark504)

[Súmula 506](#_bookmark505) ........................................................................................................................................ [1745](#_bookmark505)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - TELEFONIA](#_bookmark505)

[Súmula 507](#_bookmark506) ........................................................................................................................................ [1751](#_bookmark506)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO-ACIDENTE](#_bookmark506)

[Súmula 508](#_bookmark507) ........................................................................................................................................ [1756](#_bookmark507)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL](#_bookmark507)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark508)

[Súmula 510](#_bookmark509) ........................................................................................................................................ [1768](#_bookmark509)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO](#_bookmark509)

[Súmula 511](#_bookmark510) ........................................................................................................................................ [1775](#_bookmark510)

[DIREITO PENAL - FURTO](#_bookmark510)

[Súmula 512](#_bookmark511) ........................................................................................................................................ [1784](#_bookmark511)

[DIREITO PENAL - TRÁFICO DE DROGAS](#_bookmark511)

[Súmula 513](#_bookmark512) ........................................................................................................................................ [1789](#_bookmark512)

[DIREITO PENAL - PORTE OU POSSE DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO](#_bookmark512)

[Súmula 514](#_bookmark513) ........................................................................................................................................ [1795](#_bookmark513)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO](#_bookmark513)

[Súmula 515](#_bookmark514) ........................................................................................................................................ [1800](#_bookmark514)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark514)

[Súmula 516](#_bookmark515) ........................................................................................................................................ [1804](#_bookmark515)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO PARA O INCRA](#_bookmark515)

[Súmula 517](#_bookmark516) ........................................................................................................................................ [1812](#_bookmark516)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#_bookmark516)

[Súmula 518](#_bookmark517) ........................................................................................................................................ [1820](#_bookmark517)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL](#_bookmark517)

[Súmula 519](#_bookmark518) ........................................................................................................................................ [1826](#_bookmark518)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#_bookmark518)

[Súmula 520](#_bookmark519) ........................................................................................................................................ [1829](#_bookmark519)

[DIREITO PENAL - EXECUÇÃO PENAL](#_bookmark519)

[Súmula 521](#_bookmark520) ........................................................................................................................................ [1834](#_bookmark520)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA](#_bookmark520)

[Súmula 522](#_bookmark521) ........................................................................................................................................ [1838](#_bookmark521)

[DIREITO PENAL - FALSA IDENTIDADE](#_bookmark521)

[Súmula 523](#_bookmark522) ........................................................................................................................................ [1843](#_bookmark522)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - REPETIÇÃO DE INDÉBITO](#_bookmark522)

[Súmula 524](#_bookmark523) ........................................................................................................................................ [1849](#_bookmark523)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ISS](#_bookmark523)

[Súmula 525](#_bookmark524) ........................................................................................................................................ [1856](#_bookmark524)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - PERSONALIDADE JUDICIÁRIA](#_bookmark524)

[Súmula 526](#_bookmark525) ........................................................................................................................................ [1863](#_bookmark525)

[DIREITO PENAL - EXECUÇÃO PENAL](#_bookmark525)

[Súmula 527](#_bookmark526) ........................................................................................................................................ [1867](#_bookmark526)

[DIREITO PENAL - MEDIDA DE SEGURANÇA](#_bookmark526)

[DIREITO PENAL - TRÁFICO DE DROGAS](#_bookmark527)

[Súmula 529](#_bookmark528) ........................................................................................................................................ [1875](#_bookmark528)

[DIREITO CIVIL - CONTRATO DE SEGURO](#_bookmark528)

[Súmula 530](#_bookmark529) ........................................................................................................................................ [1878](#_bookmark529)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark529)

[Súmula 531](#_bookmark530) ........................................................................................................................................ [1882](#_bookmark530)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO MONITÓRIA](#_bookmark530)

[Súmula 532](#_bookmark531) ........................................................................................................................................ [1887](#_bookmark531)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR](#_bookmark531)

[Súmula 533](#_bookmark532) ........................................................................................................................................ [1891](#_bookmark532)

[DIREITO PENAL - EXECUÇÃO PENAL](#_bookmark532)

[Súmula 534](#_bookmark533) ........................................................................................................................................ [1896](#_bookmark533)

[DIREITO PENAL - EXECUÇÃO PENAL](#_bookmark533)

[Súmula 535](#_bookmark534) ........................................................................................................................................ [1904](#_bookmark534)

[DIREITO PENAL - EXECUÇÃO PENAL](#_bookmark534)

[Súmula 536](#_bookmark535) ........................................................................................................................................ [1910](#_bookmark535)

[DIREITO PENAL - LEI MARIA DA PENHA](#_bookmark535)

[Súmula 537](#_bookmark536) ........................................................................................................................................ [1914](#_bookmark536)

[DIREITO CIVIL - CONTRATO DE SEGURO](#_bookmark536)

[Súmula 538](#_bookmark537) ........................................................................................................................................ [1918](#_bookmark537)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - CONSÓRCIO](#_bookmark537)

[Súmula 539](#_bookmark538) ........................................................................................................................................ [1925](#_bookmark538)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark538)

[Súmula 540](#_bookmark539) ........................................................................................................................................ [1933](#_bookmark539)

[DIREITO CIVIL - DPVAT](#_bookmark539)

[Súmula 541](#_bookmark540) ........................................................................................................................................ [1936](#_bookmark540)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark540)

[Súmula 542](#_bookmark541) ........................................................................................................................................ [1940](#_bookmark541)

[DIREITO PENAL - LEI MARIA DA PENHA](#_bookmark541)

[Súmula 543](#_bookmark542) ........................................................................................................................................ [1944](#_bookmark542)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL](#_bookmark542)

[Súmula 544](#_bookmark543) ........................................................................................................................................ [1949](#_bookmark543)

[DIREITO CIVIL - DPVAT](#_bookmark543)

[Súmula 545](#_bookmark544) ........................................................................................................................................ [1954](#_bookmark544)

[DIREITO PENAL - APLICAÇÃO DA PENA](#_bookmark544)

[Súmula 546](#_bookmark545) ........................................................................................................................................ [1958](#_bookmark545)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA EM CRIME DE USO DE DOCUMENTO FALSO](#_bookmark545)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - ENERGIA ELÉTRICA](#_bookmark546)

[Súmula 548](#_bookmark547) ........................................................................................................................................ [1968](#_bookmark547)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES](#_bookmark547)

[Súmula 549](#_bookmark548) ........................................................................................................................................ [1973](#_bookmark548)

[DIREITO CIVIL - CONTRATO DE LOCAÇÃO](#_bookmark548)

[Súmula 550](#_bookmark549) ........................................................................................................................................ [1975](#_bookmark549)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - SISTEMA CREDIT SCORING](#_bookmark549)

[Súmula 551](#_bookmark550) ........................................................................................................................................ [1980](#_bookmark550)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - TELEFONIA](#_bookmark550)

[Súmula 552](#_bookmark551) ........................................................................................................................................ [1983](#_bookmark551)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO](#_bookmark551)

[Súmula 553](#_bookmark552) ........................................................................................................................................ [1988](#_bookmark552)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA](#_bookmark552)

[Súmula 554](#_bookmark553) ........................................................................................................................................ [1995](#_bookmark553)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA](#_bookmark553)

[Súmula 555](#_bookmark554) ........................................................................................................................................ [2000](#_bookmark554)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - CRÉDITO TRIBUTÁRIO](#_bookmark554)

[Súmula 556](#_bookmark555) ........................................................................................................................................ [2007](#_bookmark555)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA](#_bookmark555)

[Súmula 557](#_bookmark556) ........................................................................................................................................ [2015](#_bookmark556)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ](#_bookmark556)

[Súmula 558](#_bookmark557) ........................................................................................................................................ [2018](#_bookmark557)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark557)

[Súmula 559](#_bookmark558) ........................................................................................................................................ [2021](#_bookmark558)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark558)

[Súmula 560](#_bookmark559) ........................................................................................................................................ [2027](#_bookmark559)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark559)

[Súmula 561](#_bookmark560) ........................................................................................................................................ [2033](#_bookmark560)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - ATIVIDADE FARMACÊUTICA](#_bookmark560)

[Súmula 562](#_bookmark561) ........................................................................................................................................ [2040](#_bookmark561)

[DIREITO PENAL - EXECUÇÃO PENAL](#_bookmark561)

[Súmula 563](#_bookmark562) ........................................................................................................................................ [2044](#_bookmark562)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - PREVIDÊNCIA PRIVADA](#_bookmark562)

[Súmula 564](#_bookmark563) ........................................................................................................................................ [2050](#_bookmark563)

[DIREITO EMPRESARIAL - ARRENDAMENTO MERCANTIL](#_bookmark563)

[Súmula 565](#_bookmark564) ........................................................................................................................................ [2054](#_bookmark564)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA](#_bookmark564)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA](#_bookmark565)

[Súmula 567](#_bookmark566) ........................................................................................................................................ [2068](#_bookmark566)

[DIREITO PENAL - CRIME IMPOSSÍVEL](#_bookmark566)

[Súmula 568](#_bookmark567) ........................................................................................................................................ [2074](#_bookmark567)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR](#_bookmark567)

[Súmula 569](#_bookmark568) ........................................................................................................................................ [2080](#_bookmark568)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - DRAWBACK](#_bookmark568)

[Súmula 570](#_bookmark569) ........................................................................................................................................ [2084](#_bookmark569)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - DIPLOMA DE CURSO DE ENSINO SUPERIOR](#_bookmark569)

[Súmula 571](#_bookmark570) ........................................................................................................................................ [2088](#_bookmark570)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO](#_bookmark570)

[Súmula 572](#_bookmark571) ........................................................................................................................................ [2091](#_bookmark571)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES](#_bookmark571)

[Súmula 573](#_bookmark572) ........................................................................................................................................ [2096](#_bookmark572)

[DIREITO CIVIL - DPVAT](#_bookmark572)

[Súmula 574](#_bookmark573) ........................................................................................................................................ [2100](#_bookmark573)

[DIREITO PENAL - VIOLAÇÃO A DIREITO AUTORAL](#_bookmark573)

[Súmula 575](#_bookmark574) ........................................................................................................................................ [2106](#_bookmark574)

[DIREITO PENAL - CRIMES DE TRÂNSITO](#_bookmark574)

[Súmula 576](#_bookmark575) ........................................................................................................................................ [2112](#_bookmark575)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ](#_bookmark575)

[Súmula 577](#_bookmark576) ........................................................................................................................................ [2116](#_bookmark576)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - TRABALHO RURAL](#_bookmark576)

[Súmula 578](#_bookmark577) ........................................................................................................................................ [2122](#_bookmark577)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO](#_bookmark577)

[Súmula 579](#_bookmark578) ........................................................................................................................................ [2125](#_bookmark578)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL](#_bookmark578)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| [Súmula 580](#_bookmark579)  [DIREITO CIVIL - DPVAT](#_bookmark579) | ........................................................................................................................................ | [2130](#_bookmark579) |
| [Súmula 581](#_bookmark580) | ........................................................................................................................................ | [2135](#_bookmark580) |
| [DIREITO EMPRESARIAL - RECUPERAÇÃO JUDICIAL](#_bookmark580) | | |
| [Súmula 582](#_bookmark581)  [DIREITO PENAL - ROUBO](#_bookmark581) | ........................................................................................................................................ | [2142](#_bookmark581) |
| [Súmula 583](#_bookmark582) | ........................................................................................................................................ | [2146](#_bookmark582) |
| [DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark582) | | |

[Súmula 584](#_bookmark583) ........................................................................................................................................ [2149](#_bookmark583)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL](#_bookmark583)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - IPVA](#_bookmark584)

[Súmula 586](#_bookmark585) ........................................................................................................................................ [2157](#_bookmark585)

[DIREITO BANCÁRIO - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO](#_bookmark585)

[Súmula 587](#_bookmark586) ........................................................................................................................................ [2160](#_bookmark586)

[DIREITO PENAL - APLICAÇÃO DA PENA](#_bookmark586)

[Súmula 588](#_bookmark587) ........................................................................................................................................ [2166](#_bookmark587)

[DIREITO PENAL - LEI MARIA DA PENHA](#_bookmark587)

[Súmula 589](#_bookmark588) ........................................................................................................................................ [2172](#_bookmark588)

[DIREITO PENAL - LEI MARIA DA PENHA](#_bookmark588)

[Súmula 590](#_bookmark589) ........................................................................................................................................ [2176](#_bookmark589)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA](#_bookmark589)

[Súmula 591](#_bookmark590) ........................................................................................................................................ [2179](#_bookmark590)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR](#_bookmark590)

[Súmula 592](#_bookmark591) ........................................................................................................................................ [2183](#_bookmark591)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR](#_bookmark591)

[Súmula 593](#_bookmark592) ........................................................................................................................................ [2188](#_bookmark592)

[DIREITO PENAL - ESTUPRO](#_bookmark592)

[Súmula 594](#_bookmark593) ........................................................................................................................................ [2195](#_bookmark593)

[DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - AÇÃO DE ALIMENTOS](#_bookmark593)

[Súmula 595](#_bookmark594) ........................................................................................................................................ [2199](#_bookmark594)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR](#_bookmark594)

[Súmula 596](#_bookmark595) ........................................................................................................................................ [2205](#_bookmark595)

[DIREITO CIVIL - ALIMENTOS](#_bookmark595)

[Súmula 597](#_bookmark596) ........................................................................................................................................ [2209](#_bookmark596)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - PLANO DE SAÚDE](#_bookmark596)

[Súmula 598](#_bookmark597) ........................................................................................................................................ [2215](#_bookmark597)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA](#_bookmark597)

[Súmula 599](#_bookmark598) ........................................................................................................................................ [2220](#_bookmark598)

[DIREITO PENAL - PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA](#_bookmark598)

[Súmula 600](#_bookmark599) ........................................................................................................................................ [2226](#_bookmark599)

[DIREITO PENAL - LEI MARIA DA PENHA](#_bookmark599)

[Súmula 601](#_bookmark600) ........................................................................................................................................ [2232](#_bookmark600)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA](#_bookmark600)

[Súmula 602](#_bookmark601) ........................................................................................................................................ [2239](#_bookmark601)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - COOPERATIVA HABITACIONAL](#_bookmark601)

[Súmula 603](#_bookmark602) ........................................................................................................................................ [2243](#_bookmark602)

[DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO](#_bookmark602)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - MANDADO DE SEGURANÇA](#_bookmark603)

[Súmula 605](#_bookmark604) ........................................................................................................................................ [2253](#_bookmark604)

[DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - MEDIDA SOCIOEDUCATIVA](#_bookmark604)

[Súmula 606](#_bookmark605) ........................................................................................................................................ [2260](#_bookmark605)

[DIREITO PENAL - PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA](#_bookmark605)

[Súmula 607](#_bookmark606) ........................................................................................................................................ [2266](#_bookmark606)

[DIREITO PENAL - APLICAÇÃO DA PENA](#_bookmark606)

[Súmula 608](#_bookmark607) ........................................................................................................................................ [2270](#_bookmark607)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - PLANO DE SAÚDE](#_bookmark607)

[Súmula 609](#_bookmark608) ........................................................................................................................................ [2275](#_bookmark608)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - PLANO DE SAÚDE](#_bookmark608)

[Súmula 610](#_bookmark609) ........................................................................................................................................ [2281](#_bookmark609)

[DIREITO CIVIL - CONTRATO DE SEGURO](#_bookmark609)

[Súmula 611](#_bookmark610) ........................................................................................................................................ [2283](#_bookmark610)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR](#_bookmark610)

[Súmula 612](#_bookmark611) ........................................................................................................................................ [2287](#_bookmark611)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA](#_bookmark611)

[Súmula 613](#_bookmark612) ........................................................................................................................................ [2291](#_bookmark612)

[DIREITO AMBIENTAL - DANO AMBIENTAL](#_bookmark612)

[Súmula 614](#_bookmark613) ........................................................................................................................................ [2295](#_bookmark613)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - IPTU](#_bookmark613)

[Súmula 615](#_bookmark614) ........................................................................................................................................ [2299](#_bookmark614)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - INSCRIÇÃO EM CADASTROS RESTRITIVOS](#_bookmark614)

[Súmula 616](#_bookmark615) ........................................................................................................................................ [2305](#_bookmark615)

[DIREITO CIVIL - CONTRATO DE SEGURO](#_bookmark615)

[Súmula 617](#_bookmark616) ........................................................................................................................................ [2310](#_bookmark616)

[DIREITO PENAL - EXECUÇÃO PENAL](#_bookmark616)

[Súmula 618](#_bookmark617) ........................................................................................................................................ [2315](#_bookmark617)

[DIREITO AMBIENTAL - DANO AMBIENTAL](#_bookmark617)

[Súmula 619](#_bookmark618) ........................................................................................................................................ [2321](#_bookmark618)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - BEM PÚBLICO](#_bookmark618)

[Súmula 620](#_bookmark619) ........................................................................................................................................ [2325](#_bookmark619)

[DIREITO CIVIL - CONTRATO DE SEGURO](#_bookmark619)

[Súmula 621](#_bookmark620) ........................................................................................................................................ [2329](#_bookmark620)

[DIREITO CIVIL - ALIMENTOS](#_bookmark620)

[Súmula 622](#_bookmark621) ........................................................................................................................................ [2335](#_bookmark621)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - CRÉDITO TRIBUTÁRIO](#_bookmark621)

[DIREITO AMBIENTAL - DANO AMBIENTAL](#_bookmark622)

[Súmula 624](#_bookmark623) ........................................................................................................................................ [2344](#_bookmark623)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - ANISTIA POLÍTICA](#_bookmark623)

[Súmula 625](#_bookmark624) ........................................................................................................................................ [2347](#_bookmark624)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - REPETIÇÃO DE INDÉBITO](#_bookmark624)

[Súmula 626](#_bookmark625) ........................................................................................................................................ [2353](#_bookmark625)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - IPTU](#_bookmark625)

[Súmula 627](#_bookmark626) ........................................................................................................................................ [2357](#_bookmark626)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA](#_bookmark626)

[Súmula 628](#_bookmark627) ........................................................................................................................................ [2364](#_bookmark627)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA](#_bookmark627)

[Súmula 629](#_bookmark628) ........................................................................................................................................ [2371](#_bookmark628)

[DIREITO AMBIENTAL - DANO AMBIENTAL](#_bookmark628)

[Súmula 630](#_bookmark629) ........................................................................................................................................ [2377](#_bookmark629)

[DIREITO PENAL - APLICAÇÃO DA PENA](#_bookmark629)

[Súmula 631](#_bookmark630) ........................................................................................................................................ [2382](#_bookmark630)

[DIREITO PENAL - EFEITOS DA CONDENAÇÃO](#_bookmark630)

[Súmula 632](#_bookmark631) ........................................................................................................................................ [2387](#_bookmark631)

[DIREITO CIVIL - CONTRATO DE SEGURO](#_bookmark631)

[Súmula 633](#_bookmark632) ........................................................................................................................................ [2390](#_bookmark632)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA](#_bookmark632)

[Súmula 634](#_bookmark633) ........................................................................................................................................ [2396](#_bookmark633)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA](#_bookmark633)

[Súmula 635](#_bookmark634) ........................................................................................................................................ [2401](#_bookmark634)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR](#_bookmark634)

[Súmula 636](#_bookmark635) ........................................................................................................................................ [2407](#_bookmark635)

[DIREITO PENAL - APLICAÇÃO DA PENA](#_bookmark635)

[Súmula 637](#_bookmark636) ........................................................................................................................................ [2411](#_bookmark636)

[DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO POSSESSÓRIA](#_bookmark636)

[Súmula 638](#_bookmark637) ........................................................................................................................................ [2414](#_bookmark637)

[DIREITO DO CONSUMIDOR - CONTRATO DE PENHOR](#_bookmark637)

[Súmula 639](#_bookmark638) ........................................................................................................................................ [2417](#_bookmark638)

[DIREITO PENAL - EXECUÇÃO PENAL](#_bookmark638)

[Súmula 640](#_bookmark639) ........................................................................................................................................ [2424](#_bookmark639)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - REINTEGRA](#_bookmark639)

[Súmula 641](#_bookmark640) ........................................................................................................................................ [2429](#_bookmark640)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR](#_bookmark640)

[DIREITO CIVIL - DANO MORAL](#_bookmark641)

[Súmula 643](#_bookmark642) ........................................................................................................................................ [2438](#_bookmark642)

[DIREITO PENAL - EXECUÇÃO PENAL](#_bookmark642)

[Súmula 644](#_bookmark643) ........................................................................................................................................ [2446](#_bookmark643)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL](#_bookmark643)

[Súmula 645](#_bookmark644) ........................................................................................................................................ [2449](#_bookmark644)

[DIREITO PENAL - FRAUDE À LICITAÇÃO](#_bookmark644)

[Súmula 646](#_bookmark645) ........................................................................................................................................ [2454](#_bookmark645)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO](#_bookmark645)

[Súmula 647](#_bookmark646) ........................................................................................................................................ [2458](#_bookmark646)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - ANISTIA POLÍTICA](#_bookmark646)

[Súmula 648](#_bookmark647) ........................................................................................................................................ [2463](#_bookmark647)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL](#_bookmark647)

[Súmula 649](#_bookmark648) ........................................................................................................................................ [2467](#_bookmark648)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark648)

[Súmula 650](#_bookmark649) ........................................................................................................................................ [2472](#_bookmark649)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR](#_bookmark649)

[Súmula 651](#_bookmark650) ........................................................................................................................................ [2478](#_bookmark650)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA](#_bookmark650)

[Súmula 652](#_bookmark651) ........................................................................................................................................ [2481](#_bookmark651)

[DIREITO AMBIENTAL - DANO AMBIENTAL](#_bookmark651)

[Súmula 653](#_bookmark652) ........................................................................................................................................ [2485](#_bookmark652)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark652)

[Súmula 654](#_bookmark653) ........................................................................................................................................ [2489](#_bookmark653)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS](#_bookmark653)

[Súmula 655](#_bookmark654) ........................................................................................................................................ [2492](#_bookmark654)

[DIREITO CIVIL - REGIME DE BENS](#_bookmark654)

[Súmula 656](#_bookmark655) ........................................................................................................................................ [2496](#_bookmark655)

[DIREITO CIVIL - CONTRATO DE FIANÇA](#_bookmark655)

[Súmula 657](#_bookmark656) ........................................................................................................................................ [2502](#_bookmark656)

[DIREITO PREVIDENCIÁRIO - SALÁRIO-MATERNIDADE](#_bookmark656)

[Súmula 658](#_bookmark657) ........................................................................................................................................ [2506](#_bookmark657)

[DIREITO PENAL - APROPRIAÇÃO INDÉBITA TRIBUTÁRIA](#_bookmark657)

[Súmula 659](#_bookmark658) ........................................................................................................................................ [2513](#_bookmark658)

[DIREITO PENAL - APLICAÇÃO DA PENA](#_bookmark658)

[Súmula 660](#_bookmark659) ........................................................................................................................................ [2516](#_bookmark659)

[DIREITO PENAL - EXECUÇÃO PENAL](#_bookmark659)

[DIREITO PENAL - EXECUÇÃO PENAL](#_bookmark660)

[Súmula 662](#_bookmark661) ........................................................................................................................................ [2524](#_bookmark661)

[DIREITO PENAL - EXECUÇÃO PENAL](#_bookmark661)

[Súmula 663](#_bookmark662) ........................................................................................................................................ [2529](#_bookmark662)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL](#_bookmark662)

[Súmula 664](#_bookmark663) ........................................................................................................................................ [2532](#_bookmark663)

[DIREITO PENAL - CRIMES DE TRÂNSITO](#_bookmark663)

[Súmula 665](#_bookmark664) ........................................................................................................................................ [2536](#_bookmark664)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR](#_bookmark664)

[Súmula 666](#_bookmark665) ........................................................................................................................................ [2541](#_bookmark665)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - REPETIÇÃO DE INDÉBITO](#_bookmark665)

[Súmula 667](#_bookmark666) ........................................................................................................................................ [2547](#_bookmark666)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO](#_bookmark666)

[Súmula 668](#_bookmark667) ........................................................................................................................................ [2550](#_bookmark667)

[DIREITO PENAL - PORTE OU POSSE DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO](#_bookmark667)

[Súmula 669](#_bookmark668) ........................................................................................................................................ [2555](#_bookmark668)

[DIREITO PENAL - FORNECIMENTO DE BEBIDA ALCOÓLICA A MENOR DE IDADE](#_bookmark668)

[Súmula 670](#_bookmark669) ........................................................................................................................................ [2557](#_bookmark669)

[DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL](#_bookmark669)

[Súmula 671](#_bookmark670) ........................................................................................................................................ [2561](#_bookmark670)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - IPI](#_bookmark670)

[Súmula 672](#_bookmark671) ........................................................................................................................................ [2564](#_bookmark671)

[DIREITO ADMINISTRATIVO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR](#_bookmark671)

[Súmula 673](#_bookmark672) ........................................................................................................................................ [2568](#_bookmark672)

[DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL](#_bookmark672)

# SÚMULA 1

DIREITO CIVIL - INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE

## Enunciado:

O foro do domicílio ou da residência do alimentando é o competente para a ação de investigação de paternidade, quando cumulada com a de alimentos.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 ART:00100 INC:00002

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

25/04/1990

## Fonte:

DJ DATA:02/05/1990 PG:03619 RSTJ VOL.:00016 PG:00015

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ALIMENTOS. CUMULAÇÃO COM INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. PREVALÊNCIA DO FORO ESPECIAL DO DOMICÍLIO DO ALIMENTANDO. [...] EM SE TRATANDO DE CUMULAÇÃO DE AÇÕES DE ALIMENTOS E INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE, MAIS RAZOÁVEL E ADEQUADO SE MOSTRA O ENTENDIMENTO DE QUE A REGRA ESPECIAL DO FORO DO DOMICÍLIO DO ALIMENTANDO (CPC, ART. 100, II) DEVA PREVALECER SOBRE A REGRA GERAL DO ART. 94, CPC." ([CC 683](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27683%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/10/1989, DJ 04/12/1989, p. 17874)

"COMPETÊNCIA. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE CUMULADA COM ALIMENTOS. PREVALÊNCIA DO FORO ESPECIAL DA AÇÃO DE ALIMENTOS, ART. 100, II, DO CPC, SOBRE O FORO GERAL DO DOMICÍLIO, ART. 94, CAPUT, PREVISTO PARA AS AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. [...]" ([CC 214](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27214%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/06/1989, DJ 28/08/1989, p. 13676)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900074172&dt_publicacao=28/08/1989) | [214](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900074172&dt_publicacao=28/08/1989) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900074172&dt_publicacao=28/08/1989) | [1989/0007417-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900074172&dt_publicacao=28/08/1989) | [Decisão:28/06/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900074172&dt_publicacao=28/08/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/08/1989 | PG:13676 |
| **JTS** |  |  | VOL.:00015 | PG:00127 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00334 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00017 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900105205&dt_publicacao=04/12/1989) | [683](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900105205&dt_publicacao=04/12/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900105205&dt_publicacao=04/12/1989) | [1989/0010520-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900105205&dt_publicacao=04/12/1989) | [Decisão:25/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900105205&dt_publicacao=04/12/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/12/1989 | PG:17874 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00154 | PG:00223 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00171 | PG:00088 |
| **RCJ** |  |  | VOL.:00034 | PG:00078 |
| **RJM** |  |  | VOL.:00074 | PG:00078 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00019 |
| **RT** |  |  | VOL.:00656 | PG:00206 |

# SÚMULA 2

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - HABEAS DATA

## Enunciado:

Não cabe o habeas data (CF, art. 5., LXXII, letra "a") se não houve recusa de informações por parte da autoridade administrativa.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00005 INC:00033 INC:00072 LET:A

LEG:FED LEI:001533 ANO:1951 LEG:FED DEC:096876 ANO:1988

LEG:FED ATO:001245 ANO:1988 INC:00009

(TFR).

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

08/05/1990

## Fonte:

DJ DATA:18/05/1990 PG:04359 RSTJ VOL.:00016 PG:00025

## Excerto dos Precedentes Originários:

"HABEAS DATA - PEDIDO DE INFORMAÇÕES. [...] A JURISPRUDÊNCIA FIRMOU-SE NO SENTIDO DE QUE A POSTULAÇÃO DO ''HABEAS DATA' NASCE COM A NEGATIVA, POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM FORNECER INFORMAÇÕES DE INTERESSE PARTICULAR EM GERAL, QUE LHE FOREM SOLICITADAS. HIPÓTESE EM QUE NÃO HOUVE, PROPRIAMENTE, RECUSA DA AUTORIDADE, MAS SIM O FORNECIMENTO DE MERA CERTIDÃO, QUE NÃO ATENDEU A PRETENSÃO DO INTERESSADO. [...]" ([HD 9](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HD%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro MIGUEL FERRANTE, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 17/10/1989, DJ 04/12/1989, p. 17869)

"HABEAS DATA. AUSÊNCIA DE POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA. [...] ANTE A AUSÊNCIA DE PLEITO ADMINISTRATIVO, SUFICIENTE A CONFIGURAR RELUTÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO A ATENDER O PEDIDO, SOFRE O HABEAS DATA DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. [...]" ([HD 2](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HD%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja)

DF, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/08/1989, DJ 04/09/1989, p. 14030)

"HABEAS-DATA - CF, ART. 5., LXXII, A E B PARA EXERCER JUDICIALMENTE O DIREITO POSTULATIVO É INDISPENSÁVEL A PROVA DE TER O IMPETRANTE REQUERIDO, NA VIA ADMINISTRATIVA, AS INFORMAÇÕES PRETENDIDAS. [...]" ([HD 5](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HD%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/06/1989, DJ 28/08/1989, p. 13672)

"HABEAS DATA. CONHECIMENTO. O HABEAS DATA É AÇÃO CONSTITUCIONAL. SUBMETE-SE, POR ISSO, ÀS RESPECTIVAS CONDIÇÕES, ENTRE AS QUAIS O INTERESSE DE AGIR. PROCESSUALMENTE, SIGNIFICA NECESSIDADE DE INGRESSO EM JUÍZO, DADA A RESISTÊNCIA DA CONTRAPARTE. FALTARÁ, ENTRETANTO, ESSA CONDIÇÃO, SE QUEM DEVERIA PRESTAR AS INFORMAÇÕES OU PROMOVER A RETIFICAÇÃO DE DADOS NÃO AS NEGOU, PORQUE NADA LHE

FORA REQUERIDO. [...]" ([HD 4](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HD%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro ILMAR GALVAO, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/06/1989, DJ 28/08/1989, p. 13672)

"'HABEAS DATA'. CONHECIMENTO. O 'HABEAS DATA' É AÇÃO CONSTITUCIONAL. SUBMETE-SE, POR ISSO, ÀS RESPECTIVAS CONDIÇÕES, ENTRE AS QUAIS O INTERESSE DE AGIR. PROCESSUALMENTE, SIGNIFICA NECESSIDADE DE INGRESSO EM JUÍZO, DADA A RESISTÊNCIA DA CONTRAPARTE. FALTARÁ, ENTRETANTO, ESSA CONDIÇÃO, SE QUEM DEVERIA PRESTAR AS INFORMAÇÕES OU PROMOVER A RETIFICAÇÃO DE DADOS NÃO AS NEGOU, PORQUE NADA LHE

FORA REQUERIDO. [...]" ([HD 8](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HD%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/06/1989, DJ 28/08/1989, p. 13673)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [HD](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900076604&dt_publicacao=04/09/1989) | [2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900076604&dt_publicacao=04/09/1989) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900076604&dt_publicacao=04/09/1989) | [1989/0007660-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900076604&dt_publicacao=04/09/1989) | [Decisão:08/08/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900076604&dt_publicacao=04/09/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/09/1989 | PG:14030 |
| **JTS** |  |  | VOL.:00015 | PG:00025 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00003 | PG:00901 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00027 |
| [HD](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900076590&dt_publicacao=28/08/1989) | [4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900076590&dt_publicacao=28/08/1989) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900076590&dt_publicacao=28/08/1989) | [1989/0007659-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900076590&dt_publicacao=28/08/1989) | [Decisão:13/06/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900076590&dt_publicacao=28/08/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/08/1989 | PG:13672 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00150 | PG:00236 |
| **JTS** |  |  | VOL.:00015 | PG:00061 |
| **RDA** |  |  | VOL.:00178 | PG:00083 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00463 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00030 |
| [HD](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900076620&dt_publicacao=28/08/1989) | [5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900076620&dt_publicacao=28/08/1989) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900076620&dt_publicacao=28/08/1989) | [1989/0007662-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900076620&dt_publicacao=28/08/1989) | [Decisão:27/06/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900076620&dt_publicacao=28/08/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/08/1989 | PG:13672 |
| **RDA** |  |  | VOL.:00178 | PG:00082 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00474 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00042 |
| [HD](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900077422&dt_publicacao=28/08/1989) | [8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900077422&dt_publicacao=28/08/1989) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900077422&dt_publicacao=28/08/1989) | [1989/0007742-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900077422&dt_publicacao=28/08/1989) | [Decisão:13/06/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900077422&dt_publicacao=28/08/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/08/1989 | PG:13673 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00045 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [HD](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092979&dt_publicacao=04/12/1989) | [9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092979&dt_publicacao=04/12/1989) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092979&dt_publicacao=04/12/1989) | [1989/0009297-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092979&dt_publicacao=04/12/1989) | [Decisão:17/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092979&dt_publicacao=04/12/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/12/1989 | PG:17869 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00156 | PG:00168 |
| **RDA** |  |  | VOL.:00178 | PG:00088 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00211 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00052 |
| **RT** |  |  | VOL.:00667 | PG:00169 |

# SÚMULA 3

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

## Enunciado:

Compete ao Tribunal Regional Federal dirimir conflito de competência verificado, na respectiva região, entre juiz federal e juiz estadual investido de jurisdição federal.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00108 INC:00001 LET:E

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

08/05/1990

## Fonte:

DJ DATA:18/05/1990 PG:04359 RSTJ VOL.:00016 PG:00057

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA CONTRA DEVEDOR DOMICILIADO EM COMARCA ONDE NÃO FUNCIONA VARA DA JUSTIÇA FEDERAL. JUIZ ESTADUAL INVESTIDO NAS FUNÇÕES DE JUIZ FEDERAL. EM FACE DO ART.108, INCISO I, LETRA 'E', DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, A COMPETÊNCIA PARA DIRIMIR O CONFLITO SUSCITADO PASSA A SER DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS. [...]" ([CC 256](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27256%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) AL, Rel. Ministro MIGUEL FERRANTE, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/08/1989, DJ 04/09/1989, p. 14033)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DECIDE CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE JUÍZES VINCULADOS A TRIBUNAIS DIVERSOS (CRFB, ART. 105, I, D, 'IN FINE'). QUANDO O JUIZ ESTADUAL ESTÁ INVESTIDO DE JURISDIÇÃO FEDERAL, SUAS DECISÕES SÃO SUBMETIDAS AO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL, COMO ACONTECE COM O JUIZ FEDERAL. AMBOS, POIS, SUBMETIDOS AO MESMO COLEGIADO, QUE É O COMPETENTE PARA APRECIAR A MATÉRIA." ([CC 291](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27291%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/08/1989, DJ 04/09/1989, p. 14034)

"[...] COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA: JUIZ DE DIREITO INVESTIDO DE JURISDIÇÃO FEDERAL E JUIZ FEDERAL VINCULADOS AO MESMO TRIBUNAL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART.108, I, 'E'. [...] JUIZ DE DIREITO INVESTIDO DE JURISDIÇÃO FEDERAL E JUIZ FEDERAL VINCULADOS AO MESMO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. COMPETÊNCIA DESTE PARA DECIDIR O CONFLITO. [...]" ([CC 3](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CARLOS VELLOSO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/06/1989, DJ 28/08/1989, p. 13672)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUIZ ESTADUAL. [...] A MATÉRIA TRATADA É DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL, TODAVIA, DIANTE DO INVESTIMENTO DO JUÍZO ESTADUAL, EM COMPETÊNCIA FEDERAL, NA FORMA CONSTITUCIONAL, SURGE O CONFLITO, QUE DEVERÁ SER APRECIADO PELO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A.REGIÃO, QUE É O TRIBUNAL COMPETENTE. [...]" ([CC 43](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2743%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/06/1989, DJ 04/09/1989, p. 14030)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900070835&dt_publicacao=28/08/1989) | [3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900070835&dt_publicacao=28/08/1989) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900070835&dt_publicacao=28/08/1989) | [1989/0007083-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900070835&dt_publicacao=28/08/1989) | [Decisão:27/06/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900070835&dt_publicacao=28/08/1989) |
| **DJ**  **RSTJ** |  |  | DATA:28/08/1989  VOL.:00016 | PG:13672  PG:00059 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900071238&dt_publicacao=04/09/1989) | [43](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900071238&dt_publicacao=04/09/1989) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900071238&dt_publicacao=04/09/1989) | [1989/0007123-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900071238&dt_publicacao=04/09/1989) | [Decisão:27/06/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900071238&dt_publicacao=04/09/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/09/1989 | PG:14030 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00061 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900078623&dt_publicacao=04/09/1989) | [256](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900078623&dt_publicacao=04/09/1989) | [AL](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900078623&dt_publicacao=04/09/1989) | [1989/0007862-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900078623&dt_publicacao=04/09/1989) | [Decisão:08/08/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900078623&dt_publicacao=04/09/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/09/1989 | PG:14033 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00064 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900080660&dt_publicacao=04/09/1989) | [291](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900080660&dt_publicacao=04/09/1989) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900080660&dt_publicacao=04/09/1989) | [1989/0008066-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900080660&dt_publicacao=04/09/1989) | [Decisão:08/08/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900080660&dt_publicacao=04/09/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/09/1989 | PG:14034 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00066 |
| **RT** |  |  | VOL.:00656 | PG:00187 |

# SÚMULA 4

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Estadual julgar causa decorrente do processo eleitoral sindical.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00008

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

08/05/1990

## Fonte:

DJ DATA:18/05/1990 PG:04359 RSTJ VOL.:00016 PG:00071

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ELEIÇÃO SINDICAL. COMPETÊNCIA. [...] COMPETE À JUSTIÇA COMUM ESTADUAL CONHECER E DECIDIR AÇÃO OU MEDIDA CAUTELAR CUJO OBJETO ENVOLVA ELEIÇÃO SINDICAL. [...]" ([CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27754%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [754](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27754%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/11/1989, DJ

18/12/1989, p. 18457)

" CONFLITO DE COMPETÊNCIA. [...] INEXISTÊNCIA, NA HIPÓTESE, DE CONFLITO A SER DIRIMIDO PELO TRIBUNAL. [...]" ([CC 774](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27774%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/11/1989, DJ 05/02/1990, p. 447)

"[...] COMPETÊNCIA. ELEIÇÕES SINDICAIS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. [...] AÇÃO QUE TEM POR OBJETO ELEIÇÃO REALIZADA EM SINDICATO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL, JÁ QUE DA RELAÇÃO PROCESSUAL NÃO PARTICIPA A UNIÃO, AUTARQUIA OU EMPRESA PÚBLICA FEDERAL. [...]" ([CC 268](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27268%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PB, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, Rel. p/

Acórdão Ministro CARLOS VELLOSO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/09/1989, DJ 20/11/1989, p. 17288)

"[...] COMPETÊNCIA JURISDICIONAL. ELEIÇÃO SINDICAL. [...] EM SE TRATANDO DE MATÉRIA PERTINENTE A ELEIÇÃO SINDICAL, FALECE COMPETÊNCIA À JUSTIÇA DO TRABALHO, BEM ASSIM AOS JUÍZES FEDERAIS PARA O DESATE DE CONTENDAS, EX VI DO DISPOSTO NO ART. 8, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NÃO HÁ MAIS QUALQUER INTERESSE DA UNIÃO FEDERAL E DEMAIS ENTES ELENCADOS NO ART. 109, I, DA CARTA MAGNA. II- CONFLITO QUE SE CONHECE PARA DECLARAR-SE COMPETENTE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL." ([CC 233](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27233%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PB, Rel. Ministro GERALDO SOBRAL, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 19/09/1989, DJ 23/10/1989, p. 16187)

"[...] SINDICATO - MATÉRIA ELEITORAL. COMPETE À JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR MATÉRIA ELEITORAL SINDICAL. A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL (ART. 8 CF) AFASTA A INTERVENÇÃO DO PODER PÚBLICO NA ORGANIZAÇÃO DOS SINDICATOS QUE PASSARAM A REGER-SE PELOS SEUS PRÓPRIOS ESTATUTOS. [...]" ([CC 156](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27156%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MIGUEL FERRANTE, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/06/1989, DJ 14/08/1989, p. 13060)

"[...] CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE EMPREGADO CONTRA DIRIGENTE DO SINDICATO DE SUA CATEGORIA PROFISSIONAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL, JÁ QUE DA RELAÇÃO PROCESSUAL NÃO PARTICIPA A UNIÃO NEM QUALQUER AUTARQUIA OU EMPRESA PÚBLICA FEDERAL. [...]" ([CC 169](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27169%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PB, Rel. Ministro ILMAR GALVAO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 30/05/1989, DJ 19/06/1989, p. 10706)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900112970&dt_publicacao=18/12/1989) | [754](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900112970&dt_publicacao=18/12/1989) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900112970&dt_publicacao=18/12/1989) | [1989/0011297-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900112970&dt_publicacao=18/12/1989) | [Decisão:28/11/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900112970&dt_publicacao=18/12/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/12/1989 | PG:18457 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00088 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900116649&dt_publicacao=05/02/1990) | [774](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900116649&dt_publicacao=05/02/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900116649&dt_publicacao=05/02/1990) | [1989/0011664-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900116649&dt_publicacao=05/02/1990) | [Decisão:28/11/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900116649&dt_publicacao=05/02/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/02/1990 | PG:00447 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00091 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900079824&dt_publicacao=20/11/1989) | [268](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900079824&dt_publicacao=20/11/1989) | [PB](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900079824&dt_publicacao=20/11/1989) | [1989/0007982-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900079824&dt_publicacao=20/11/1989) | [Decisão:26/09/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900079824&dt_publicacao=20/11/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/11/1989 | PG:17288 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00081 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900077252&dt_publicacao=23/10/1989) | [233](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900077252&dt_publicacao=23/10/1989) | [PB](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900077252&dt_publicacao=23/10/1989) | [1989/0007725-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900077252&dt_publicacao=23/10/1989) | [Decisão:19/09/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900077252&dt_publicacao=23/10/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/10/1989 | PG:16187 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00078 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00095 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073575&dt_publicacao=14/08/1989) | [156](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073575&dt_publicacao=14/08/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073575&dt_publicacao=14/08/1989) | [1989/0007357-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073575&dt_publicacao=14/08/1989) | [Decisão:13/06/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073575&dt_publicacao=14/08/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/08/1989 | PG:13060 |
| **RLTR** |  |  | VOL.:00001 JANEIRO/1990 | PG:00059 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00073 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00301 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073729&dt_publicacao=19/06/1989) | [169](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073729&dt_publicacao=19/06/1989) | [PB](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073729&dt_publicacao=19/06/1989) | [1989/0007372-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073729&dt_publicacao=19/06/1989) | [Decisão:30/05/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073729&dt_publicacao=19/06/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/06/1989 | PG:10706 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00151 | PG:00191 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00075 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00309 |

# SÚMULA 5

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL

## Enunciado:

A simples interpretação de clausula contratual não enseja recurso especial.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00105 INC:00003

LEG:FED RGI:\*\*\*\*\*\* ANO:1989

\*\*\*\*\* RISTJ-89 REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ART:00257

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

10/05/1990

## Fonte:

DJ DATA:21/05/1990 PG:04407 RSTJ VOL.:00016 PG:00095

## Excerto dos Precedentes Originários:

"RECURSO ESPECIAL. CLAUSULA CONTRATUAL. NÃO CONHECIMENTO. O RECURSO ESPECIAL É RESTRITO ÀS HIPÓTESES DO ART. 105, III, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988. A INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL REFOGE AO SEU ÂMBITO. NÃO CONHECIDO." ([REsp 1085](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271085%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/02/1990, DJ 19/03/1990, p. 1944)

"RECURSO ESPECIAL. LOCAÇÃO. CLÁUSULA CONTRATUAL, INTERPRETAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. CLÁUSULA SOBRE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO INTERPRETADA PELO TRIBUNAL EM GRAU DE APELAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE ENSEJO AO RECURSO ESPECIAL. CASO DE NÃO CONHECIMENTO." ([REsp 1811](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271811%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/02/1990, DJ 26/03/1990, p. 2174)

"[...] NO ÂMBITO DO RECURSO ESPECIAL NÃO SE INTERPRETAM CLÁUSULAS CONTRATUAIS, CONSOANTE ENTENDIMENTO JÁ SOLIDIFICADO NA VIGÊNCIA DO SISTEMA CONSTITUCIONAL ANTERIOR. [...]" ([REsp 1642](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271642%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA,

julgado em 13/02/1990, DJ 12/03/1990, p. 1706)

"RECURSO ESPECIAL. INVIÁVEL ESSE RECURSO SE A QUESTÃO CINGE-SE A INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS." ([REsp 1563](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271563%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PI, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA,

julgado em 12/12/1989, DJ 05/03/1990, p. 1408)

"RECURSO ESPECIAL. NÃO CABE PARA SIMPLES REEXAME NEM DE PROVA NEM DE CLÁUSULA CONTRATUAL. DISSÍDIO QUE NÃO RESTOU COMPROVADO. RECURSO NÃO CONHECIDO." ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271672%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [1672](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271672%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/1989, DJ 19/02/1990,

p. 1046)

"AÇÃO DECLARATÓRIA, EMBORA AJUIZADA SOB DIVERSO 'NOMEM JURIS' COM O OBJETIVO DE DECLARAR A INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA DO ACORDO, DEVIDAMENTE HOMOLOGADO, DE SEPARAÇÃO JUDICIAL, CLÁUSULA ESTA RELATIVA AO MONTANTE DO AUXÍLIO MENSAL OUTORGADO A MULHER PARA O PAGAMENTO DE PRESTAÇÕES DE MÚTUO DESTINADO A AQUISIÇÃO DE CASA. CABIMENTO DE AÇÃO DECLARATÓRIA, QUE PRETENDE COMO 'BEM DA VIDA' A CERTEZA JURÍDICA SOBRE A EXISTÊNCIA, INEXISTÊNCIA OU MODO DE EXISTIR DE RELAÇÃO JURÍDICA. NÃO É ADMISSÍVEL O RECURSO ESPECIAL QUANDO A MATÉRIA QUESTIONADA DIZ RESPEITO A INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL, AINDA QUE SE CUIDE DE ACORDO SUBMETIDO A HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL. RECURSO NÃO CONHECIDO." ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271510%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [1510](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271510%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PB, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 05/12/1989, DJ 19/02/1990,

p. 1047)

"RECURSO ESPECIAL. REAJUSTE DA CASA PRÓPRIA. NÃO CONHECIMENTO. [...] ACOLHIDA A ARGUIÇÃO DE RELEVANCIA, DE ACORDO COM A LINHA SUSTENTADA PELA CONSTITUIÇÃO ANTERIOR, O RECURSO ESPECIAL É CABÍVEL, PELO QUE É DESNECESSÁRIO O RECORRENTE DEMONSTRAR OS PRESSUPOSTOS DO SEU CABIMENTO. [...] 5 - O PRESTÍGIO DADO PELA DECISÃO AO CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO DAS PRESTAÇÕES COM BASE EM ÍNDICES DE REAJUSTAMENTOS SALARIAIS DECORREU DE CONCLUSÃO FIRMADA DE QUE FOI LIVREMENTE AJUSTADO PELAS PARTES, POR TER HAVIDO OPÇÃO PELO CHAMADO 'PLANO DE EQUIVALÊNCIA SALARIAL'. 6 - RECURSO NÃO CONHECIDO." ([REsp 1306](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271306%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/11/1989, DJ 11/12/1989, p. 18130)

"ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CONVERSÃO DO PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO EM AÇÃO DE DEPÓSITO. [...] QUESTÕES DECIDIDAS À LUZ DA MATÉRIA FÁTICA (SÚMULA N. 279) E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL (SÚMULA 454). DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL QUE NÃO ATENDE AOS REQUISITOS DA SÚMULA 291 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, C/C O ART. 225, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. III - RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO." ([REsp 1162](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271162%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 30/10/1989, DJ 11/12/1989, p. 18141)

"[...] RECURSO ESPECIAL. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. [...] A SIMPLES INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS NÃO DÁ LUGAR AO RESP (STF, SÚMULA N.

454)." ([AgRg no Ag 165](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27165%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro GUEIROS LEITE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/10/1989, DJ 18/12/1989, p. 18474)

## Precedentes:

[REsp 1085 RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900108964&dt_publicacao=19/03/1990) [1989/0010896-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900108964&dt_publicacao=19/03/1990) [Decisão:21/02/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900108964&dt_publicacao=19/03/1990)

**DJ** DATA:19/03/1990 PG:01944

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **RSTJ** |  | VOL.:00016 | PG:00099 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900130749&dt_publicacao=26/03/1990) | [1811 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900130749&dt_publicacao=26/03/1990) | [1989/0013074-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900130749&dt_publicacao=26/03/1990) | [Decisão:20/02/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900130749&dt_publicacao=26/03/1990) |
| **DJ** |  | DATA:26/03/1990 | PG:02174 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00010 | PG:00430 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00016 | PG:00123 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900125249&dt_publicacao=12/03/1990) | [1642 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900125249&dt_publicacao=12/03/1990) | [1989/0012524-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900125249&dt_publicacao=12/03/1990) | [Decisão:13/02/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900125249&dt_publicacao=12/03/1990) |
| **DJ** |  | DATA:12/03/1990 | PG:01706 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00016 | PG:00117 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900122916&dt_publicacao=05/03/1990) | [1563 PI](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900122916&dt_publicacao=05/03/1990) | [1989/0012291-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900122916&dt_publicacao=05/03/1990) | [Decisão:12/12/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900122916&dt_publicacao=05/03/1990) |
| **DJ** |  | DATA:05/03/1990 | PG:01408 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00016 | PG:00114 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900126130&dt_publicacao=19/02/1990) | [1672 GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900126130&dt_publicacao=19/02/1990) | [1989/0012613-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900126130&dt_publicacao=19/02/1990) | [Decisão:12/12/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900126130&dt_publicacao=19/02/1990) |
| **DJ** |  | DATA:19/02/1990 | PG:01046 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00016 | PG:00121 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900121375&dt_publicacao=19/02/1990) | [1510 PB](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900121375&dt_publicacao=19/02/1990) | [1989/0012137-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900121375&dt_publicacao=19/02/1990) | [Decisão:05/12/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900121375&dt_publicacao=19/02/1990) |
| **DJ** |  | DATA:19/02/1990 | PG:01047 |
| **JBCC** |  | VOL.:00158 | PG:00242 |
| **JTS** |  | VOL.:00020 | PG:00109 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00016 | PG:00109 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900115146&dt_publicacao=11/12/1989) | [1306 PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900115146&dt_publicacao=11/12/1989) | [1989/0011514-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900115146&dt_publicacao=11/12/1989) | [Decisão:22/11/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900115146&dt_publicacao=11/12/1989) |
| **DJ** |  | DATA:11/12/1989 | PG:18130 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00016 | PG:00105 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900111167&dt_publicacao=11/12/1989) | [1162 GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900111167&dt_publicacao=11/12/1989) | [1989/0011116-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900111167&dt_publicacao=11/12/1989) | [Decisão:30/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900111167&dt_publicacao=11/12/1989) |
| **DJ** |  | DATA:11/12/1989 | PG:18141 |
| **REVJUR** |  | VOL.:00150 | PG:00041 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00010 | PG:00382 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00016 | PG:00102 |
| [AgRg no Ag 165 RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900087070&dt_publicacao=18/12/1989) | | [1989/0008707-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900087070&dt_publicacao=18/12/1989) | [Decisão:24/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900087070&dt_publicacao=18/12/1989) |
| **DJ** |  | DATA:18/12/1989 | PG:18474 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00016 | PG:00097 |

# SÚMULA 6

DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar delito decorrente de acidente de trânsito envolvendo viatura de polícia militar, salvo se autor e vítima forem policiais militares em situação de atividade.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00125 PAR:00004

LEG:FED DEL:006227 ANO:1944

\*\*\*\*\* CPM-44 CODIGO PENAL MILITAR ART:00009 INC:00002 LET:A LET:C

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

07/06/1990

## Fonte:

DJ DATA:15/06/1990 PG:05519 RSTJ VOL.:00016 PG:00127

RT VOL.:00661 PG:00324

## Excerto dos Precedentes Originários:

"PENAL. COMPETÊNCIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. VEÍCULO DA CORPORAÇÃO MILITAR, CONDUZIDO POR MILITAR. VÍTIMA TAMBÉM MILITAR. É DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL MILITAR O PROCESSO QUE APURA ACIDENTE DE TRÂNSITO ENVOLVENDO VEÍCULO MILITAR, DIRIGIDO POR MILITAR, QUE VITIMOU MILITAR. [...]" ([CC 888](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27888%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 03/05/1990, DJ 21/05/1990, p. 4424)

"PENAL/PROCESSUAL. COMPETÊNCIA. DELITO DE TRÂNSITO. NOS DELITOS DE TRÂNSITO, ENVOLVENDO VIATURA MILITAR E CARRO PARTICULAR, QUANDO VITIMADOS CIVIS OCUPANTES DESTE, DETERMINA-SE A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM, PELA INEXISTÊNCIA DE CRIME MILITAR." ([CC 992](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27992%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 19/04/1990, DJ 07/05/1990, p. 3825)

"PROCESSUAL PENAL. COMPETÊNCIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. POLICIAIS MILITARES. SENDO AUTOR E VÍTIMA POLICIAIS MILITARES EM SITUAÇÃO DE ATIVIDADE, CONFIGURA-SE O CRIME MILITAR (ART. 9., II, 'A', DO CPM). COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL." ([CC 1024](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271024%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 05/04/1990, DJ 30/04/1990, p. 3521)

"PROCESSUAL PENAL E CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA. POLICIAIS MILITARES. DELITO DE TRÂNSITO. DELITO DE TRÂNSITO TENDO COMO AUTOR E VÍTIMA POLICIAIS MILITARES EM SITUAÇÃO DE ATIVIDADE OU ASSEMELHADA. TRATA-SE DE CRIME MILITAR A SER APRECIADO PELA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL." ([CC 325](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27325%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 21/09/1989, DJ 10/10/1989, p. 15642)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - PROCESSUAL PENAL - ACIDENTE DE TRÂNSITO ENVOLVENDO VIATURA MILITAR - JUSTIÇA COMUM. [...] ACIDENTE DE TRÂNSITO, COM VÍTIMAS, ENVOLVENDO POLICIAL, EM SERVIÇO, NA CONDUÇÃO DE VIATURA PERTENCENTE A CORPORAÇÃO E VEÍCULO PARTICULAR, NÃO CONSTITUI DELITO MILITAR. 2- COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM CRIMINAL PARA O PROCESSO E JULGAMENTO DA AÇÃO." ([CC 395](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27395%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 21/09/1989, DJ 10/10/1989, p. 15642)

"PENAL - ACIDENTE DE TRÂNSITO ENVOLVENDO VEÍCULO MILITAR - COMPETÊNCIA. COMPETE À JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR AÇÃO PENAL INSTAURADA EM DECORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO ENVOLVENDO VEÍCULO CIVIL E VIATURA MILITAR, AINDA QUE EM SERVIÇO DE SUA CORPORAÇÃO." ([CC 443](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27443%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 21/09/1989, DJ 23/10/1989, p. 16191)

"PENAL. COMPETÊNCIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. VEÍCULO CONDUZIDO POR MILITAR. VÍTIMA TAMBÉM MILITAR. O ACIDENTE DE TRÂNSITO PROVOCADO POR VEÍCULO CONDUZIDO POR MILITAR, EM QUE VITIMOU MILITAR, DEVE SER APURADO EM PROCESSO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA CASTRENSE." ([CC 362](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27362%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 31/08/1989, DJ 18/09/1989, p. 14661)

"COMPETÊNCIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. POLICIAL MILITAR. O ACIDENTE DE TRÂNSITO ENVOLVENDO VEÍCULO DE CIVIL E VIATURA DE CORPORAÇÃO MILITAR, DIRIGIDA POR POLICIAL, NÃO CONSTITUI CRIME MILITAR, DE SORTE A JUSTIFICAR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA CASTRENSE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM." ([CC 97](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2797%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 17/08/1989, DJ 04/09/1989, p. 14038)

"PROCESSO PENAL. COMPETÊNCIA. DELITO DE TRÂNSITO. VIATURA DA POLÍCIA MILITAR. HIPÓTESE EM QUE AUTOR E VÍTIMAS SÃO POLICIAIS MILITARES, EM SITUAÇÃO DE ATIVIDADE. INCIDÊNCIA DA NORMA INSERTA, NA LETRA A DO ITEM II, DO ART. 9 DO CÓDIGO PENAL MILITAR, CONFIGURANDO-SE, POIS, O CRIME MILITAR E, EM CONSEQUÊNCIA A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR." ([CC 92](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2792%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 03/08/1989, DJ 21/08/1989, p. 13327)

"PROCESSO PENAL. COMPETÊNCIA. DELITO CULPOSO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. VIATURA DA POLÍCIA MILITAR. [...] COMPETE À JUSTIÇA COMUM O PROCESSO E JULGAMENTO DE DELITO CULPOSO DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO, ENVOLVENDO VIATURA DA POLÍCIA MILITAR E AUTOMÓVEL PARTICULAR. II - DECLARADA A COMPETÊNCIA DO MM. JUIZ DE DIREITO DA 2A. VARA CRIMINAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS- SP." ([CC 167](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27167%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| PAULO COSTA | LEITE, | TERCEIRA | SEÇÃO, julgado em 06/06/1989, | DJ 26/06/1989, p. 11101) |
| Precedentes:  [CC 888 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900133055&dt_publicacao=21/05/1990) | |  | [1989/0013305-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900133055&dt_publicacao=21/05/1990) | [Decisão:03/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900133055&dt_publicacao=21/05/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/05/1990 | PG:04424 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00150 |
| [CC 992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000008344&dt_publicacao=07/05/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000008344&dt_publicacao=07/05/1990) |  | [1990/0000834-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000008344&dt_publicacao=07/05/1990) | [Decisão:19/04/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000008344&dt_publicacao=07/05/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/05/1990 | PG:03825 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00082 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00152 |
| [CC 1024](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000013003&dt_publicacao=30/04/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000013003&dt_publicacao=30/04/1990) |  | [1990/0001300-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000013003&dt_publicacao=30/04/1990) | [Decisão:05/04/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000013003&dt_publicacao=30/04/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/04/1990 | PG:03521 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00154 |
| [CC 325](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900082280&dt_publicacao=10/10/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900082280&dt_publicacao=10/10/1989) |  | [1989/0008228-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900082280&dt_publicacao=10/10/1989) | [Decisão:21/09/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900082280&dt_publicacao=10/10/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/10/1989 | PG:15642 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00136 |
| [CC 395](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900089242&dt_publicacao=10/10/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900089242&dt_publicacao=10/10/1989) |  | [1989/0008924-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900089242&dt_publicacao=10/10/1989) | [Decisão:21/09/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900089242&dt_publicacao=10/10/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/10/1989 | PG:15642 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00143 |
| [CC 443](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092634&dt_publicacao=23/10/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092634&dt_publicacao=23/10/1989) |  | [1989/0009263-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092634&dt_publicacao=23/10/1989) | [Decisão:21/09/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092634&dt_publicacao=23/10/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/10/1989 | PG:16191 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00147 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00064 |
| [CC 362](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086669&dt_publicacao=18/09/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086669&dt_publicacao=18/09/1989) |  | [1989/0008666-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086669&dt_publicacao=18/09/1989) | [Decisão:31/08/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086669&dt_publicacao=18/09/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/09/1989 | PG:14661 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00140 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00004 | PG:01287 |
| [CC 97](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900072978&dt_publicacao=04/09/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900072978&dt_publicacao=04/09/1989) |  | [1989/0007297-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900072978&dt_publicacao=04/09/1989) | [Decisão:17/08/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900072978&dt_publicacao=04/09/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/09/1989 | PG:14038 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00131 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00046 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900072862&dt_publicacao=21/08/1989) | [92](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900072862&dt_publicacao=21/08/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900072862&dt_publicacao=21/08/1989) | [1989/0007286-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900072862&dt_publicacao=21/08/1989) | [Decisão:03/08/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900072862&dt_publicacao=21/08/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/08/1989 | PG:13327 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00129 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00257 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073702&dt_publicacao=26/06/1989) | [167](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073702&dt_publicacao=26/06/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073702&dt_publicacao=26/06/1989) | [1989/0007370-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073702&dt_publicacao=26/06/1989) | [Decisão:06/06/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073702&dt_publicacao=26/06/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/06/1989 | PG:11101 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00134 |

# SÚMULA 7

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL

## Enunciado:

A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00105 INC:00003

LEG:FED RGI:\*\*\*\*\*\* ANO:1989

\*\*\*\*\* RISTJ-89 REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ART:00257

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

28/06/1990

## Fonte:

DJ DATA:03/07/1990 PG:06478 RSTJ VOL.:00016 PG:00157

RT VOL.:00661 PG:00172

## Excerto dos Precedentes Originários:

"RECURSO ESPECIAL PELAS LETRAS 'A' E 'C'. PENA-BASE. FIXAÇÃO. ARBÍTRIO DO JUIZ. REEXAME DA PROVA. IMPOSSIBILIDADE. FIXADA A PENA-BASE PELO EXAME EM CONJUNTO DOS ELEMENTOS PROBATÓRIOS, INCABÍVEL O RECURSO ESPECIAL SOB O ARGUMENTO DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 59 DA LEI PENAL SUBSTANTIVA. [...]" ([AgRg no Ag 1232](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271232%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro JOSE CANDIDO DE CARVALHO FILHO, SEXTA TURMA, julgado em 20/02/1990, DJ 12/03/1990, p. 1711)

"RECURSO ESPECIAL. NÃO SE PRESTA A SIMPLES APRECIAÇÃO DA PROVA, NÃO SE INDICANDO QUALQUER NORMA OU PRINCÍPIO LEGAL A ELA PERTINENTE QUE HAJA SIDO VIOLADO." ([AgRg](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271543%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja)

[no Ag 1543](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271543%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/02/1990, DJ 19/03/1990, p. 1947)

"[...] RECURSO ESPECIAL - CABIMENTO - NÃO CABE RECURSO ESPECIAL PARA SIMPLES REEXAME DE PROVAS. [...]" ([REsp 305](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27305%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA,

julgado em 19/02/1990, DJ 12/03/1990, p. 1707)

"[...] LIMITANDO-SE A RECORRENTE A REITERAR ARGUMENTOS LASTREADOS NA PROVA QUE O ACORDÃO RECORRIDO NÃO CONSIDEROU SUFICIENTE PARA ILIDIR SUA RESPONSABILIDADE E, POR ISSO MESMO, REPELIDOS NA DECISÃO AGRAVADA, QUE FOI MANTIDA POR SEUS FUNDAMENTOS. II- DESCABIMENTO DO REEXAME DE PROVA NA VIDA DO APELO EXTREMO.

[...]" ([AgRg no Ag 1425](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271425%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/02/1990, DJ 12/03/1990, p. 1703)

"[...] JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. [...] DEMONSTRADO NOS AUTOS QUE A PROVA NELE CONTIDA JÁ ERA SUFICIENTE PARA PROFERIR A DECISÃO, A FALTA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO NÃO IMPLICA EM CERCEAMENTO DE DEFESA. II

- O RECURSO ESPECIAL NÃO SE PRESTA PARA O REEXAME DA PROVA (SUMULA 279). [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27674%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [674](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27674%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/1989, DJ

19/03/1990, p. 1948)

"RECURSO ESPECIAL. NÃO CABE PARA SIMPLES REEXAME NEM DE PROVA NEM DE CLAUSULA CONTRATUAL. [...]" ([REsp 1672](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271672%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/1989, DJ 19/02/1990, p. 1046)

"[...] EXAME DE PROVAS EM RECURSO ESPECIAL. [...] DESCABE O RECURSO ESPECIAL PARA SIMPLES REEXAME DE PROVAS, AINDA QUE INTERPOSTO SOB INVOCAÇÃO DE SUPOSTA INFRINGENCIA DE NORMA PROCESSUAL (SUMULA 279/STF). [...]" ([AgRg no Ag 148](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27148%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro CARLOS THIBAU, SEXTA TURMA, julgado em 05/12/1989, DJ 19/03/1990, p. 1952)

"RECURSO ESPECIAL. NÃO CONHECIMENTO. [...] EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL HÁ DE SE EXIGIR O PREQUESTIONAMENTO COMO PRESSUPOSTO ESSENCIAL PARA O SEU CONHECIMENTO. EM FACE, PORÉM, DA INTERPRETAÇÃO SISTÊMICA A SER DADA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL E EM OBEDIÊNCIA OS SEUS PRINCÍPIOS LIBERALIZANTES, DEVE SER AFASTADO, CONTUDO, NA EXIGIBILIDADE DO PREQUESTIONAMENTO, O RIGORISMO JURISPRUDENCIAL COM QUE O TEMA VINHA SENDO TRATADO. NÃO SE DEVE, PORÉM, EM HOMENAGEM AOS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS DA EVENTUALIDADE, DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO E DO AMPLO CONTRADITÓRIO, SE ACATAR, EM RECURSO ESPECIAL, ASSUNTO NÃO ABORDADO, QUER EXPLÍCITO, QUER EXPLICITAMENTE, NAS FASES ANTERIORES DO PROCESSO. [...]" ([REsp 1326](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271326%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 29/11/1989, DJ 18/12/1989, p. 18466)

"A QUESTÃO DA COINCIDÊNCIA DA CONCEPÇÃO DO FILHO COM O PERÍODO DE RELACIONAMENTO ENTRE A MÃE E O SUPOSTO PAI (ART. 363, II, DO CÓDIGO CIVIL), É QUESTÃO DE FATO, CUJA PROVA NÃO PODE SER REEXAMINADA EM GRAU DE RECURSO ESPECIAL. [...]"

([AgRg no Ag 824](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27824%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/11/1989, DJ 18/12/1989, p. 18474)

"CONCUBINATO. SOCIEDADE DE FATO. PERQUIRIR SE HOUVE OU NÃO SOCIEDADE DE FATO, SE O PATRIMÔNIO RESULTOU OU NÃO DE ESFORÇO COMUM, EXIGE A ANÁLISE E O EXAME DAS PROVAS, INSUSCETÍVEL DE RENOVAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. TAL DECORRE DA PRÓPRIA NATUREZA E FINALIDADES DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, TANTO DO EXTRAORDINÁRIO PROPRIAMENTE DITO, COMO DO RECURSO ESPECIAL. [...]" ([REsp 1412](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271412%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 07/11/1989, DJ 27/11/1989, p. 17573)

"RECURSO ESPECIAL. REEXAME DA PROVA. O REEXAME DA PROVA NÃO SE HARMONIZA COM A ÍNDOLE DO RESP, A EXEMPLO DO QUE OCORRIA COM O RE (STF, SUMULA NR. 279). [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27982%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [982](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27982%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro GUEIROS LEITE, TERCEIRA TURMA, julgado em 31/10/1989, DJ 11/12/1989, p.

18138)

"[...] RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA DE FATO. DESCABE O REEXAME DE PROVA NO ÂMBITO DO RECURSO ESPECIAL. [...]" ([AgRg no Ag 499](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27499%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA,

julgado em 24/10/1989, DJ 20/11/1989, p. 17295)

"[...] RECURSO ESPECIAL. DESCABIMENTO. LIQUIDAÇÃO POR ARTIGOS. DESNECESSIDADE. MATÉRIA DE PROVA. REEXAME VEDADO. [...] O RECURSO ESPECIAL NÃO SE PRESTA A SIMPLES REEXAME DE PROVA. [...]" ([REsp 943](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27943%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 24/10/1989, DJ 20/11/1989, p. 17297)

"CRIMINAL. RECURSO ESPECIAL. REEXAME DA PROVA. CUMPRIDAMENTE PONDERADA PROVA PELA DECISÃO RECORRIDA, CONSTITUI COMETIMENTO INCOMPATÍVEL COM O RECURSO ESPECIAL QUEREREM AS PARTES O SEU REEXAME A TÍTULO DE VALORAÇÃO ADVERSAMENTE CONCLUSIVA." ([REsp 290](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27290%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 02/10/1989, DJ 16/10/1989, p. 15858)

"ADMINISTRATIVO. PREVIDENCIÁRIO. ACIDENTE DO TRABALHO. PRESCRIÇÃO. LEI 6367, DE 1976, ART.18, III. [...] PRAZO PRESCRICIONAL CONTADO NA FORMA DO DISPOSTO NO ART.18, III, DA LEI 6367, DE 1976, DECISÃO TOMADA PELA INSTÂNCIA ORDINÁRIA COM BASE NA PROVA. IMPOSSIBILIDADE DO REEXAME DESTA NA INSTÂNCIA EXTRAORDINÁRIA, ESPECIAL. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27482%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [482](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27482%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS VELLOSO, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/1989, DJ 11/09/1989,

p. 14368)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900121006&dt_publicacao=12/03/1990) | [1232](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900121006&dt_publicacao=12/03/1990) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900121006&dt_publicacao=12/03/1990) | [1989/0012100-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900121006&dt_publicacao=12/03/1990) | [Decisão:20/02/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900121006&dt_publicacao=12/03/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/03/1990 | PG:01711 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00169 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900128760&dt_publicacao=19/03/1990) | [1543](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900128760&dt_publicacao=19/03/1990) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900128760&dt_publicacao=19/03/1990) | [1989/0012876-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900128760&dt_publicacao=19/03/1990) | [Decisão:20/02/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900128760&dt_publicacao=19/03/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/03/1990 | PG:01947 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00179 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900087568&dt_publicacao=12/03/1990) | [305 MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900087568&dt_publicacao=12/03/1990) |  | [1989/0008756-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900087568&dt_publicacao=12/03/1990) | [Decisão:19/02/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900087568&dt_publicacao=12/03/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/03/1990 | PG:01707 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00184 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900125516&dt_publicacao=12/03/1990) | [1425](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900125516&dt_publicacao=12/03/1990) | | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900125516&dt_publicacao=12/03/1990) | [1989/0012551-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900125516&dt_publicacao=12/03/1990) | [Decisão:13/02/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900125516&dt_publicacao=12/03/1990) |
| **DJ**  **RSTJ** |  | | | DATA:12/03/1990  VOL.:00016 | PG:01703  PG:00176 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099515&dt_publicacao=19/03/1990) | [674 MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099515&dt_publicacao=19/03/1990) | | | [1989/0009951-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099515&dt_publicacao=19/03/1990) | [Decisão:12/12/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099515&dt_publicacao=19/03/1990) |
| **DJ** |  | | | DATA:19/03/1990 | PG:01948 |
| **RSTJ** |  | | | VOL.:00016 | PG:00191 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900126130&dt_publicacao=19/02/1990) | [1672 GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900126130&dt_publicacao=19/02/1990) | | | [1989/0012613-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900126130&dt_publicacao=19/02/1990) | [Decisão:12/12/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900126130&dt_publicacao=19/02/1990) |
| **DJ** |  | | | DATA:19/02/1990 | PG:01046 |
| **RSTJ** |  | | | VOL.:00016 | PG:00121 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086316&dt_publicacao=19/03/1990) | [148 MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086316&dt_publicacao=19/03/1990) | | | [1989/0008631-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086316&dt_publicacao=19/03/1990) | [Decisão:05/12/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086316&dt_publicacao=19/03/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/03/1990 | | PG:01952 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | | PG:00159 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900115340&dt_publicacao=18/12/1989) | [1326](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900115340&dt_publicacao=18/12/1989) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900115340&dt_publicacao=18/12/1989) | [1989/0011534-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900115340&dt_publicacao=18/12/1989) | | [Decisão:29/11/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900115340&dt_publicacao=18/12/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/12/1989 | | PG:18466 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | | PG:00205 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900110411&dt_publicacao=18/12/1989) | [824](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900110411&dt_publicacao=18/12/1989) | | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900110411&dt_publicacao=18/12/1989) | [1989/0011041-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900110411&dt_publicacao=18/12/1989) | [Decisão:21/11/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900110411&dt_publicacao=18/12/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/12/1989 | | PG:18474 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | | PG:00165 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900117882&dt_publicacao=27/11/1989) | [1412](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900117882&dt_publicacao=27/11/1989) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900117882&dt_publicacao=27/11/1989) | [1989/0011788-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900117882&dt_publicacao=27/11/1989) | | [Decisão:07/11/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900117882&dt_publicacao=27/11/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/11/1989 | | PG:17573 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00173 | | PG:00085 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | | PG:00212 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00008 | | PG:00424 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900105450&dt_publicacao=11/12/1989) | [982](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900105450&dt_publicacao=11/12/1989) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900105450&dt_publicacao=11/12/1989) | [1989/0010545-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900105450&dt_publicacao=11/12/1989) | | [Decisão:31/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900105450&dt_publicacao=11/12/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/12/1989 | | PG:18138 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | | PG:00201 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00007 | | PG:00403 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900101463&dt_publicacao=20/11/1989) | [499 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900101463&dt_publicacao=20/11/1989) | | | [1989/0010146-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900101463&dt_publicacao=20/11/1989) | [Decisão:24/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900101463&dt_publicacao=20/11/1989) |
| **DJ** |  | | | DATA:20/11/1989 | PG:17295 |
| **RSTJ** |  | | | VOL.:00016 | PG:00162 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900104560&dt_publicacao=20/11/1989) | [943 GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900104560&dt_publicacao=20/11/1989) | | | [1989/0010456-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900104560&dt_publicacao=20/11/1989) | [Decisão:24/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900104560&dt_publicacao=20/11/1989) |
| **DJ** |  | | | DATA:20/11/1989 | PG:17297 |
| **RSTJ** |  | | | VOL.:00016 | PG:00199 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086197&dt_publicacao=16/10/1989) | [290](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086197&dt_publicacao=16/10/1989) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086197&dt_publicacao=16/10/1989) | [1989/0008619-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086197&dt_publicacao=16/10/1989) | [Decisão:02/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086197&dt_publicacao=16/10/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/10/1989 | PG:15858 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00181 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00296 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092405&dt_publicacao=11/09/1989) | [482](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092405&dt_publicacao=11/09/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092405&dt_publicacao=11/09/1989) | [1989/0009240-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092405&dt_publicacao=11/09/1989) | [Decisão:23/08/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092405&dt_publicacao=11/09/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/09/1989 | PG:14368 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00187 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00003 | PG:01146 |

# SÚMULA 8

DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA

## Enunciado:

Aplica-se a correção monetária aos créditos habilitados em concordata preventiva, salvo durante o período compreendido entre as datas de vigência da Lei 7.274, de 10-12-84, e do Decreto-lei 2.283, de 27-02-86.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:006899 ANO:1981 LEG:FED LEI:007274 ANO:1984 LEG:FED DEL:002283 ANO:1986 LEG:FED DEL:002284 ANO:1986

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

29/08/1990

## Fonte:

DJ DATA:04/09/1990 PG:08901 RSTJ VOL.:00016 PG:00219

RT VOL.:00661 PG:00172

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CONCORDATA PREVENTIVA. CRÉDITO HABILITADO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA, A TEOR DO QUE DECIDIU O STJ NO RESP - 613. [...]" ([REsp 3226](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273226%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MT, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/08/1990, DJ 03/09/1990, p. 8844)

"FALÊNCIA. CONCORDATA. CRÉDITO HABILITADO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. ORIENTAÇÃO DO TRIBUNAL. [...] EM FACE DA ORIENTAÇÃO DA CORTE, FIRMADA NA SEÇÃO COMPETENTE A PARTIR DO RESP 613-MG, INCIDE A CORREÇÃO MONETÁRIA NOS CRÉDITOS HABILITADOS EM CONCORDATAS, COM RESSALVA DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A LEI 7274/84 E O DL. 2283/86." ([REsp 2315](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272315%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA

TURMA, julgado em 19/06/1990, DJ 06/08/1990, p. 7339)

"CONCORDATA PREVENTIVA. CORREÇÃO MONETÁRIA DOS CRÉDITOS HABILITADOS. PROBLEMA DA INCIDÊNCIA DO PARAG. 3 DO ARTIGO 175 DA LEI FALENCIAL, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 7.274/84. SUPERVENIÊNCIA DECRETO-LEI 2.283/86, ARTIGO 33, IN FINE. EM ÉPOCAS DE INFLAÇÃO ACENTUADA, SUSPENDER POR LARGO TEMPO A INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA DOS CRÉDITOS EM HABILITAÇÃO, AO PASSO EM QUE SE VALORIZA NOMINALMENTE O ATIVO DO CONCORDATÁRIO, EQUIVALERÁ A TOTAL RUPTURA DA COMUTATIVIDADE DOS CONTRATOS, EM OFENSA A REGRA CONSPICUA DA SUBSTANCIAL IGUALDADE PERANTE A LEI. O DECRETO-LEI 2.283, ART. 33, DEU TRATAMENTO ISONÔMICO AOS DÉBITOS RESULTANTES DA CONDENAÇÃO JUDICIAL E AOS CRÉDITOS HABILITADOS EM FALÊNCIA OU CONCORDATA OU LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL, PREVENDO SEU REAJUSTAMENTO 'PELA OTN EM CRUZADOS'. O DECRETO-LEI 2.284, EMBORA MODIFICANDO A REDAÇÃO DO ARTIGO 33 DO 'PLANO CRUZADO', NÃO RESTAUROU A LEGISLAÇÃO ANTERIOR - LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL, ART. 2, PARAG. 3. A SUSPENSÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA, ASSIM, NOS CRÉDITOS HABILITADOS EM CONCORDATA PREVENTIVA, SOMENTE SE IMPÕE NO PERÍODO EM QUE VIGOROU O PARAG. 3, DO ARTIGO 175 DA LEI FALENCIAL, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 7.274/84. [...]" ([REsp 613](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27613%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, Rel. p/

Acórdão Ministro ATHOS CARNEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/03/1990, DJ 16/04/1990, p. 2862)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000047897&dt_publicacao=03/09/1990) | [3226](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000047897&dt_publicacao=03/09/1990) | [MT](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000047897&dt_publicacao=03/09/1990) | [1990/0004789-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000047897&dt_publicacao=03/09/1990) | [Decisão:13/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000047897&dt_publicacao=03/09/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/09/1990 | PG:08844 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00246 |
| **RT** |  |  | VOL.:00663 | PG:00199 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000018250&dt_publicacao=06/08/1990) | [2315](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000018250&dt_publicacao=06/08/1990) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000018250&dt_publicacao=06/08/1990) | [1990/0001825-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000018250&dt_publicacao=06/08/1990) | [Decisão:19/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000018250&dt_publicacao=06/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/08/1990 | PG:07339 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00243 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900098500&dt_publicacao=16/04/1990) | [613](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900098500&dt_publicacao=16/04/1990) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900098500&dt_publicacao=16/04/1990) | [1989/0009850-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900098500&dt_publicacao=16/04/1990) | [Decisão:28/03/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900098500&dt_publicacao=16/04/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/04/1990 | PG:02862 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00221 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00268 |

# SÚMULA 9

DIREITO PROCESSUAL PENAL - PRISÃO

## Enunciado:

A exigência da prisão provisória, para apelar, não ofende a garantia constitucional da presunção de inocência.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00005 INC:00057 INC:00061

LEG:FED DEL:003689 ANO:1941

\*\*\*\*\* CPP-41 CODIGO DE PROCESSO PENAL ART:00393 INC:00001 ART:00594

LEG:FED LEI:006368 ANO:1976

\*\*\*\*\* LT-76 LEI DE TOXICOS ART:00035

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

06/09/1990

## Fonte:

DJ DATA:12/09/1990 PG:09278 RSTJ VOL.:00016 PG:00251

RT VOL.:00661 PG:00324

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] APELAÇÃO CRIMINAL EM LIBERDADE. CASO EM QUE NÃO SE ADMITE. [...] NÃO HÁ INCOMPATIBILIDADE ENTRE OS PRINCÍPIOS CONSAGRADOS NO ART. 5, INCISOS LVII E LXVI, DA CONSTITUIÇÃO E A DISPOSIÇÃO DO ART. 594, DO CPP. 3- A CONSTITUIÇÃO PERMITE SEJA O RÉU LEVADO A PRISÃO OU NELA MANTIDO, QUANDO A LEI NÃO ADMITIR A LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA. [...]" ([HC 102](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27102%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JOSE CANDIDO DE CARVALHO FILHO, SEXTA TURMA, julgado em 21/11/1989, DJ 11/12/1989, p. 18144)

"[...] PRISÃO DECORRENTE DE SENTENÇA CONDENATÓRIA RECORRÍVEL. [...] A PRISÃO DECORRENTE DE SENTENÇA CONDENATÓRIA RECORRÍVEL (CPP, ART. 393, I), TANTO QUANTO A PRISÃO DO CONDENADO PARA PODER APELAR (CPP, ART. 594), É DE NATUREZA PROCESSUAL, COMPATIBILIZANDO-SE, POR ISSO, COM O PRINCÍPIO INSCRITO NO ART. 5, LVII, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988, SEGUNDO O QUAL NINGUÉM SERÁ CONSIDERADO CULPADO ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO CONDENATÓRIA. [...]" ([HC 84](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2784%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS THIBAU, SEXTA TURMA, julgado em 31/10/1989, DJ 20/11/1989, p. 17300)

"[...] RÉU. APELAÇÃO EM LIBERDADE. MAUS ANTECEDENTES. NÃO TEM DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE O RÉU QUE REGISTRA MAUS ANTECEDENTES, BEM ASSIM DIFICULTOU A NORMALIDADE DO CURSO PROCESSUAL. [...]" ([RHC 331](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27331%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, SEXTA TURMA, julgado em 30/10/1989, DJ 20/11/1989, p. 17302)

"[...] RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL. NECESSIDADE DE PRÉVIO RECOLHIMENTO A PRISÃO (ART. 594 DO CPP). ALEGAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE DESSA EXIGÊNCIA COM O PRECEITO DO ART. 5, LVII, DA CONSTITUIÇÃO. IMPROCEDÊNCIA DESSA ALEGAÇÃO JÁ QUE A PRISÃO PROVISÓRIA PROCESSUAL, COMO PROVIDÊNCIA OU MEDIDA CAUTELAR, ESTA EXPRESSAMENTE PREVISTA E PERMITIDA PELA CONSTITUIÇÃO EM OUTRO INCISO DO MESMO ART. 5 (O INCISO LXI). NO CASO A PRISÃO DECORRE DE MANDADO JUDICIAL (ART. 393, I, DO CPP). PRIMARIEDADE E BONS ANTECEDENTES SÃO DOIS REQUISITOS QUE NÃO SE CONFUNDEM, PODENDO VERIFICAR-SE O PRIMEIRO E ESTAR AUSENTE O SEGUNDO [...]" ([RHC 270](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27270%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, QUINTA TURMA, julgado em 25/10/1989, DJ 27/11/1989, p. 17574)

"[...] APELAÇÃO EM LIBERDADE. RÉU REINCIDENTE. IMPOSSIBILIDADE DE APELAR EM LIBERDADE. O CÓDIGO PENAL NÃO FAZ DISTINÇÃO QUANTO A ESPÉCIE DE PENA APLICADA, PARA A CARACTERIZAÇÃO DE REINCIDÊNCIA. NÃO PODE PRESTAR FIANÇA O RÉU CONDENADO POR OUTRO CRIME DOLOSO, EM SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. INEXISTE INCOMPATIBILIDADE ENTRE A REGRA DO ART. 594, DO CPP, E O INCISO LVII DO ART. 5, DA CONSTITUIÇÃO. [...]" ([RHC 303](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27303%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, SEXTA TURMA, julgado em 17/10/1989, DJ 06/11/1989, p. 16695)

"[...] TÓXICOS [...] COMPATIBILIDADE DA REGRA DO ART. 35, DA LEI DE TOXICOS COM O ART. 5. DA NOVA CARTA - LIBERDADE PARA APELAR. [...] TAMBÉM NÃO HÁ QUE SE FALAR EM INCOMPATIBILIDADE DO ART. 35, DA LEI ESPECIAL DE TÓXICOS COM O INCISO LVII DO ART. 5., DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL POIS PREVALECEM, NA NOVA CARTA, OS COMANDOS PRISIONAIS EXISTENTES ANTERIORMENTE A ESSA DISPOSIÇÃO CONSTITUCIONAL. 3. AINDA NÃO HÁ QUE SER APLICADO O MESMO ART. 5., INCISO LVII, PARA GARANTIR A LIBERDADE DE CONDENADO QUE AGUARDA JULGAMENTO DE RECURSO INTERPOSTO. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. [...]" ([RHC 202](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27202%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 18/09/1989, DJ 21/05/1990, p. 4435)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096648&dt_publicacao=11/12/1989) | [102](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096648&dt_publicacao=11/12/1989) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096648&dt_publicacao=11/12/1989) | [1989/0009664-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096648&dt_publicacao=11/12/1989) | [Decisão:21/11/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096648&dt_publicacao=11/12/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/12/1989 | PG:18144 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00256 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00174 |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092502&dt_publicacao=20/11/1989) | [84](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092502&dt_publicacao=20/11/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092502&dt_publicacao=20/11/1989) | [1989/0009250-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092502&dt_publicacao=20/11/1989) | [Decisão:31/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092502&dt_publicacao=20/11/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/11/1989 | PG:17300 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00253 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00166 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900112430&dt_publicacao=20/11/1989) | [331](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900112430&dt_publicacao=20/11/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900112430&dt_publicacao=20/11/1989) | [1989/0011243-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900112430&dt_publicacao=20/11/1989) | [Decisão:30/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900112430&dt_publicacao=20/11/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/11/1989 | PG:17302 |
| **RJTJRS** |  |  | VOL.:00144 | PG:00021 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00276 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00137 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900102648&dt_publicacao=27/11/1989) | [270](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900102648&dt_publicacao=27/11/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900102648&dt_publicacao=27/11/1989) | [1989/0010264-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900102648&dt_publicacao=27/11/1989) | [Decisão:25/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900102648&dt_publicacao=27/11/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/11/1989 | PG:17574 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00266 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00135 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900108042&dt_publicacao=06/11/1989) | [303](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900108042&dt_publicacao=06/11/1989) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900108042&dt_publicacao=06/11/1989) | [1989/0010804-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900108042&dt_publicacao=06/11/1989) | [Decisão:17/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900108042&dt_publicacao=06/11/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/11/1989 | PG:16695 |
| **RJTJRS** |  |  | VOL.:00144 | PG:00019 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00274 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092677&dt_publicacao=21/05/1990) | [202](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092677&dt_publicacao=21/05/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092677&dt_publicacao=21/05/1990) | [1989/0009267-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092677&dt_publicacao=21/05/1990) | [Decisão:18/09/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092677&dt_publicacao=21/05/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/05/1990 | PG:04435 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00099 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00260 |

# SÚMULA 10

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA TRABALHISTA

## Enunciado:

Instalada a Junta de Conciliação e Julgamento, cessa a competência do Juiz de Direito em matéria trabalhista, inclusive para a execução das sentenças por ele proferidas.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00087

LEG:FED DEL:005452 ANO:1943

\*\*\*\*\* CLT-43 CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO ART:00769

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

26/09/1990

## Fonte:

DJE DATA:29/05/2023

DJ DATA:01/10/1990 PG:10459 RSTJ VOL.:00016 PG:00281

RT VOL.:00661 PG:00172

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] COMPETÊNCIA - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA - SENTENÇA PROFERIDA POR JUIZ DE DIREITO - INSTALAÇÃO DE JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO - EXECUÇÃO. [...] INSTALADA A JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO, DESAPARECE A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO LOCAL PARA O EXAME DAS CAUSAS TRABALHISTAS, QUALQUER QUE SEJA A FASE EM QUE ELAS SE ENCONTREM. II - EXCEÇÃO AO PRINCÍPIO DA 'PERPETUATIO JURISDICTIONIS' PREVISTA NO ART. 87, DO CPC. III - CONFLITO CONHECIDO, PARA DECLARAR-SE COMPETENTE A JUSTIÇA DO TRABALHO." ([CC 952](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27952%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/05/1990, DJ 28/05/1990, p. 4722)

"COMPETÊNCIA - EXECUÇÃO - JULGADO TRABALHISTA PROFERIDO POR JUIZ DE DIREITO. INSTALADA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO, EXTINGUE-SE POR COMPLETO A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM PARA O PROCESSO E JULGAMENTO DE FEITOS TRABALHISTAS. NA JUSTIÇA ESPECIALIZADA FAR-SE-Á A EXECUÇÃO DE SENTENÇAS PROLATADAS POR JUIZ DE DIREITO." ([CC 939](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27939%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, SEGUNDA

SEÇÃO, julgado em 28/03/1990, DJ 16/04/1990, p. 2863)

"COMPETÊNCIA - EXECUÇÃO - JULGADO TRABALHISTA PROFERIDO POR JUIZ DE DIREITO - INSTALAÇÃO DE JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO. INSTALADA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO, EXTINGUE-SE POR COMPLETO A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM PARA O PROCESSO E JULGAMENTO DE FEITOS TRABALHISTAS. NA JUSTIÇA ESPECIALIZADA FAR-SE-Á A EXECUÇÃO DE SENTENÇAS PROLATADAS POR JUIZ DE DIREITO." ([CC 168](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27168%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro

NILSON NAVES, Rel. p/ Acórdão Ministro EDUARDO RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/08/1989, DJ 02/10/1989, p. 15345)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073710&dt_publicacao=02/10/1989) | [168](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073710&dt_publicacao=02/10/1989) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073710&dt_publicacao=02/10/1989) | [1989/0007371-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073710&dt_publicacao=02/10/1989) | [Decisão:09/08/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073710&dt_publicacao=02/10/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/10/1989 | PG:15345 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00283 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000004241&dt_publicacao=16/04/1990) | [939](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000004241&dt_publicacao=16/04/1990) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000004241&dt_publicacao=16/04/1990) | [1990/0000424-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000004241&dt_publicacao=16/04/1990) | [Decisão:28/03/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000004241&dt_publicacao=16/04/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/04/1990 | PG:02863 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00289 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000004420&dt_publicacao=28/05/1990) | [952](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000004420&dt_publicacao=28/05/1990) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000004420&dt_publicacao=28/05/1990) | [1990/0000442-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000004420&dt_publicacao=28/05/1990) | [Decisão:09/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000004420&dt_publicacao=28/05/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/05/1990 | PG:04722 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00291 |

# DIREITO CIVIL - USUCAPIÃO

## Enunciado:

A presença da União ou de qualquer de seus entes, na ação de usucapião especial, não afasta a competência do foro da situação do imóvel.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00109 PAR:00003

LEG:FED LEI:006969 ANO:1981 ART:00004 PAR:00001

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

26/09/1990

## Fonte:

DJ DATA:01/10/1990 PG:10459 RSTJ VOL.:00016 PG:00295

RT VOL.:00661 PG:00172

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] USUCAPIÃO ESPECIAL. COMPETÊNCIA. AS AÇÕES DE USUCAPIÃO ESPECIAL, EM QUAISQUER CIRCUNSTÂNCIAS, DEVEM SER PROMOVIDAS NA COMARCA DE SITUAÇÃO DO IMÓVEL. [...]" ([CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271064%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [1064](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271064%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SE, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 30/05/1990, DJ

25/06/1990, p. 6022)

"[...] USUCAPIÃO ESPECIAL. COMPETÊNCIA. AS AÇÕES DE USUCAPIÃO ESPECIAL, EM QUAISQUER CIRCUNSTÂNCIAS, DEVEM SER PROMOVIDAS NA COMARCA DE SITUAÇÃO DO IMÓVEL. [...]" ([CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27146%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja)

[146](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27146%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/06/1989, DJ

21/08/1989, p. 13325)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000019176&dt_publicacao=25/06/1990) | [1064](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000019176&dt_publicacao=25/06/1990) | [SE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000019176&dt_publicacao=25/06/1990) | [1990/0001917-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000019176&dt_publicacao=25/06/1990) | [Decisão:30/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000019176&dt_publicacao=25/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/06/1990 | PG:06022 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00299 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073478&dt_publicacao=21/08/1989) | [146](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073478&dt_publicacao=21/08/1989) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073478&dt_publicacao=21/08/1989) | [1989/0007347-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073478&dt_publicacao=21/08/1989) | [Decisão:28/06/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073478&dt_publicacao=21/08/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/08/1989 | PG:13325 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00151 | PG:00188 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00177 | PG:00096 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00297 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00291 |

# SÚMULA 12

DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO

## Enunciado:

Em desapropriação, são cumuláveis juros compensatórios e moratórios.

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

30/10/1990

## Fonte:

DJ DATA:05/11/1990 PG:12448 RSTJ VOL.:00016 PG:00303

RT VOL.:00661 PG:00172

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] DESAPROPRIAÇÃO - JUROS COMPENSATÓRIOS - JUROS MORATÓRIOS - CUMULAÇÃO. OS JUROS COMPENSATÓRIOS DE 12% AO ANO, NA DESAPROPRIAÇÃO DIRETA E INDIRETA (SUM. 618 DO STF), SÃO DEVIDOS DESDE A ANTECIPADA IMISSÃO DE POSSE (SUM. 74 DO EXTINTO TFR E 164 DO STF), COMO COMPENSAÇÃO AO EXPROPRIADO PELA PERDA ANTECIPADA DA POSSE DE SUA PROPRIEDADE, SÃO ACUMULÁVEIS COM OS JUROS MORATÓRIOS DE 6% AO ANO, A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA FINAL QUE FIXA A INDENIZAÇÃO E RESULTAM DA DEMORA NO PAGAMENTO. [...]" ([REsp 2918](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272918%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 30/05/1990, DJ 25/06/1990, p. 6028)

"[...] DESAPROPRIAÇÃO. [...] JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. NAS AÇÕES DO TIPO SÃO CUMULÁVEIS TAIS JUROS. [...]" ([REsp 2925](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272925%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA,

julgado em 30/05/1990, DJ 18/06/1990, p. 5685)

"[...] DESAPROPRIAÇÃO. CUMULATIVIDADE DOS JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. POSSIBILIDADE. [...] CONSOANTE A ITERATIVA JURISPRUDÊNCIA DE NOSSOS TRIBUNAIS, OS JUROS COMPENSATÓRIOS DE 12% AO ANO, NA DESAPROPRIAÇÃO DIRETA, CONTAM-SE A PARTIR DA ANTECIPADA IMISSÃO NA POSSE E, NA DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA, A PARTIR DA EFETIVA OCUPAÇÃO DO BEM E SÃO DEVIDOS ATÉ O EFETIVO PAGAMENTO DO PREÇO. JÁ OS JUROS MORATÓRIOS À TAXA DE 6% AO ANO ANO, FLUEM DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA. II - POSSIBILIDADE DA ACUMULAÇÃO DESSES JUROS. [...]" ([REsp 2139](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272139%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GERALDO SOBRAL, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/04/1990, DJ 14/05/1990, p. 4155)

"[...] DESAPROPRIAÇÃO - JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS - CUMULAÇÃO - OS JUROS COMPENSATÓRIOS BUSCAM REPARAR O PREJUÍZO CAUSADO PELA PERDA DA POSSE DIRETA DO IMÓVEL. OS JUROS MORATÓRIOS TEM COMO ANTECEDENTE O NÃO-RESGATE DA OBRIGAÇÃO NA DATA CERTA. EVIDENCIAM CAUSAS DIFERENTES. ADMISSIBILIDADE DA CUMULAÇÃO, QUE NÃO SIGNIFICA 'BIS IN IDEM'." ([REsp 2538](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272538%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/04/1990, DJ 14/05/1990, p. 4157)

"[...] DESAPROPRIAÇÃO. INDENIZAÇÃO. CUMULAÇÃO DE JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. NAS AÇÕES DA ESPÉCIE, A CUMULAÇÃO DAS DUAS VERBAS E ADMISSÍVEL, DE VEZ QUE SÃO DISTINTOS OS SEUS FUNDAMENTOS. OS MORATÓRIOS SÃO DEVIDOS PELO ATRASO NO PAGAMENTO NA INDENIZAÇÃO. OS COMPENSATÓRIOS, RESULTANTES DE CRIAÇÃO PRETORIANA, DESTINAM-SE A COBRIR LUCROS CESSANTES, NOS CASOS DE OCUPAÇÃO ANTECIPADA DO IMÓVEL PELO PODER PÚBLICO. [...]" ([REsp 2120](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272120%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ILMAR GALVAO, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/03/1990, DJ 23/04/1990, p. 3218)

"[...] DESAPROPRIAÇÃO - JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS - CUMULAÇÃO. DESTINANDO-SE OS JUROS COMPENSATÓRIOS A INDENIZAR O DESAPROPRIADO PELO NÃO USO DO BEM, E OS MORATÓRIOS A COMPENSAR O ATRASO NO PAGAMENTO DO DÉBITO ESTABELECIDO NA SENTENÇA, NÃO HÁ PORQUE ENTENDER-SE INACUMULÁVEIS AS DUAS PARCELAS. [...]" ([REsp 2141](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272141%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ARMANDO ROLEMBERG, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/1990, DJ 28/05/1990, p. 4727)

"[...] DESAPROPRIAÇÃO. JUROS COMPENSATÓRIOS E JUROS MORATÓRIOS: CUMULAÇÃO. [...] OS JUROS COMPENSATÓRIOS DE 12% AO ANO CONTAM-SE, NA DESAPROPRIAÇÃO DIRETA, A PARTIR DA ANTECIPADA IMISSÃO NA POSSE; NA DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA, A PARTIR DA EFETIVA OCUPAÇÃO DO BEM E SÃO DEVIDOS ATÉ O EFETIVO PAGAMENTO DO PREÇO. II - OS JUROS MORATÓRIOS, À TAXA DE 6% AO ANO, FLUEM DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA QUE PÕE FIM À INSTÂNCIA DE CONHECIMENTO E FIXA A INDENIZAÇÃO E RESULTAM DA DEMORA NO PAGAMENTO DO PREÇO. III - CUMULATIVIDADE DESSES JUROS. [...]" ([REsp 2020](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272020%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS VELLOSO, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/03/1990, DJ 09/04/1990, p. 2739)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039290&dt_publicacao=25/06/1990) | [2918](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039290&dt_publicacao=25/06/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039290&dt_publicacao=25/06/1990) | [1990/0003929-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039290&dt_publicacao=25/06/1990) | [Decisão:30/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039290&dt_publicacao=25/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/06/1990 | PG:06028 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00325 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039380&dt_publicacao=18/06/1990) | [2925](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039380&dt_publicacao=18/06/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039380&dt_publicacao=18/06/1990) | [1990/0003938-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039380&dt_publicacao=18/06/1990) | [Decisão:30/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039380&dt_publicacao=18/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/06/1990 | PG:05685 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00051 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00328 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00268 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000011604&dt_publicacao=14/05/1990) | [2139](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000011604&dt_publicacao=14/05/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000011604&dt_publicacao=14/05/1990) | [1990/0001160-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000011604&dt_publicacao=14/05/1990) | [Decisão:25/04/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000011604&dt_publicacao=14/05/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/05/1990 | PG:04155 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00315 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026121&dt_publicacao=14/05/1990) | [2538](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026121&dt_publicacao=14/05/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026121&dt_publicacao=14/05/1990) | [1990/0002612-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026121&dt_publicacao=14/05/1990) | [Decisão:25/04/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026121&dt_publicacao=14/05/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/05/1990 | PG:04157 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00320 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000010535&dt_publicacao=23/04/1990) | [2120](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000010535&dt_publicacao=23/04/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000010535&dt_publicacao=23/04/1990) | [1990/0001053-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000010535&dt_publicacao=23/04/1990) | [Decisão:28/03/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000010535&dt_publicacao=23/04/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/04/1990 | PG:03218 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00357 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00310 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000011620&dt_publicacao=28/05/1990) | [2141](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000011620&dt_publicacao=28/05/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000011620&dt_publicacao=28/05/1990) | [1990/0001162-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000011620&dt_publicacao=28/05/1990) | [Decisão:21/03/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000011620&dt_publicacao=28/05/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/05/1990 | PG:04727 |
| **RDA** |  |  | VOL.:00179 | PG:00180 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00318 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000006791&dt_publicacao=09/04/1990) | [2020](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000006791&dt_publicacao=09/04/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000006791&dt_publicacao=09/04/1990) | [1990/0000679-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000006791&dt_publicacao=09/04/1990) | [Decisão:14/03/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000006791&dt_publicacao=09/04/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/04/1990 | PG:02739 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00305 |

# SÚMULA 13

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL

## Enunciado:

A divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ART:00105 INC:00003 LET:C

LEG:FED RGI:\*\*\*\*\*\* ANO:1989

\*\*\*\*\* RISTJ-89 REGIMENTO INTERNO DO STJ ART:00255 PAR:UNICO

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

08/11/1990

## Fonte:

DJ DATA:14/11/1990 PG:13025 RSTJ VOL.:00016 PG:00331

RT VOL.:00661 PG:00172

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] INTERPRETAÇÃO RAZOÁVEL - AUXÍLIO - ACIDENTE - APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO - CUMULAÇÃO. O V. ACORDÃO AO ENTENDER QUE NÃO HÁ INCOMPATIBILIDADE ENTRE O AUXÍLIO-ACIDENTE E A APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO DEU RAZOÁVEL INTERPRETAÇÃO A LEI (SÚMULA N. 400 DO STF), NÃO AUTORIZANDO A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL. PRECEDENTE DE MERITO DO EXTINTO TFR. NÃO COMPROVADA A DIVERGÊNCIA POR SEREM DO MESMO TRIBUNAL OS ACORDÃOS CITADOS E PORQUE NÃO CUMPRIDO O DISPOSTO NO ART. 255 DO RISTJ. [...]" ([AgRg no Ag 2038](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272038%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/04/1990, DJ 30/04/1990, p. 3522)

"[...] RECURSO ESPECIAL. [...] ACÓRDÃO DO PRÓPRIO TRIBUNAL. CF, ART. 105, III, 'A' E 'C'. [...] SE O ACÓRDÃO INDICADO PADRÃO É DO PRÓPRIO TRIBUNAL, NÃO HÁ FALAR NA OCORRÊNCIA DO PRESSUPOSTO INDICADO NA ALÍNEA 'C' DO INCISO III DO ART. 105 DA CONSTITUIÇÃO. [...]"

([AgRg no Ag 2171](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272171%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS VELLOSO, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/03/1990, DJ 23/04/1990, p. 3219)

"[...] NÃO SERVE A CARACTERIZAR DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL A DIVERGÊNCIA DE JULGADOS DE UM MESMO TRIBUNAL." ([REsp 1215](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271215%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, SEXTA TURMA, julgado em 13/02/1990, DJ 12/03/1990, p. 1711)

"RECURSO ESPECIAL. PROVA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. [...] ACÓRDÃOS DO MESMO TRIBUNAL NÃO SE PRESTAM A FUNDAMENTAR O RECURSO ESPECIAL POR DISSÍDIO PRETORIANO. [...]" ([REsp 1792](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271792%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 06/02/1990, DJ 09/04/1990, p. 2745)

"RECURSO ESPECIAL. NÃO CONHECIMENTO. [...] A DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PARA PERMITIR O CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL HÁ DE SER APRESENTADA DE CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS EXIGIDOS PELO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 225, DO REGIMENTO INTERNO DESTE TRIBUNAL. 4 - JULGADOS DO MESMO TRIBUNAL NÃO SERVEM PARA FUNDAMENTAR RECURSO ESPECIAL." ([REsp 1488](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271488%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/11/1989, DJ 11/12/1989, p. 18130)

"[...] RECURSO ESPECIAL. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO IMPERTINENTE. NÃO CONHECIMENTO. NÃO SE CONHECE DE RECURSO ESPECIAL PELA ALÍNEA 'C' QUANDO O PARADIGMA NÃO TEM PERTINÊNCIA OU É ORIGINÁRIO DO MESMO TRIBUNAL, NÃO SE CONHECENDO TAMBÉM PELA ALÍNEA 'A' QUANDO O RECORRENTE NÃO FUNDAMENTA A ALEGADA VULNERAÇÃO." ([REsp 1157](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271157%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 30/10/1989, DJ 20/11/1989, p. 17297)

"[...] RECURSO ESPECIAL - DIVERGÊNCIA INCOMPROVADA - NÃO CABIMENTO. [...] PARA CABIMENTO DE RECURSO ESPECIAL, A DISSIDÊNCIA HÁ QUE SER ENTRE ARESTOS DE TRIBUNAIS DIVERSOS CONFORME A NORMA CONSTITUCIONAL EM APREÇO, E NÃO ENTRE CÂMARAS DO MESMO COLEGIADO. [...]" ([Ag 68](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AG%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2768%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 13/09/1989, DJ 18/12/1989, p. 18479)

"RECURSO ESPECIAL. CABIMENTO PELA ALÍNEA C DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA COM PRECEDENTE DO STF INDICADO EM ACÓRDÃO DO PRÓPRIO TRIBUNAL DE ORIGEM. INVIABILIDADE. [...] PARA A CARACTERIZAÇÃO DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL ENSEJADOR DO CABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL PARA ESTA CORTE, EM FACE DO DISPOSTO NO ARTIGO 105, INCISO III, ALÍNEA C, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, É INEFICAZ A DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA DA DIVERGÊNCIA COM PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, INDICADO NA FUNDAMENTAÇÃO DE JULGADO DO PRÓPRIO TRIBUNAL DE ORIGEM, TRAZIDO À COLAÇÃO PELO RECORRENTE. [...]" ([REsp 551](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27551%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/09/1989, DJ 10/10/1989, p. 15645)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000005094&dt_publicacao=30/04/1990) | [2038](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000005094&dt_publicacao=30/04/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000005094&dt_publicacao=30/04/1990) | [1990/0000509-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000005094&dt_publicacao=30/04/1990) | [Decisão:04/04/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000005094&dt_publicacao=30/04/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/04/1990 | PG:03522 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00339 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000007658&dt_publicacao=23/04/1990) | [2171](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000007658&dt_publicacao=23/04/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000007658&dt_publicacao=23/04/1990) | [1990/0000765-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000007658&dt_publicacao=23/04/1990) | [Decisão:28/03/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000007658&dt_publicacao=23/04/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/04/1990 | PG:03219 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00342 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900112694&dt_publicacao=12/03/1990) | [1215 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900112694&dt_publicacao=12/03/1990) | [1989/0011269-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900112694&dt_publicacao=12/03/1990) | [Decisão:13/02/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900112694&dt_publicacao=12/03/1990) |
| **DJ** |  | DATA:12/03/1990 | PG:01711 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00010 | PG:00389 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00016 | PG:00351 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900129970&dt_publicacao=09/04/1990) | [1792 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900129970&dt_publicacao=09/04/1990) | [1989/0012997-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900129970&dt_publicacao=09/04/1990) | [Decisão:06/02/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900129970&dt_publicacao=09/04/1990) |
| **DJ** |  | DATA:09/04/1990 | PG:02745 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00016 | PG:00357 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900120565&dt_publicacao=11/12/1989) | [1488 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900120565&dt_publicacao=11/12/1989) | [1989/0012056-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900120565&dt_publicacao=11/12/1989) | [Decisão:22/11/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900120565&dt_publicacao=11/12/1989) |
| **DJ** |  | DATA:11/12/1989 | PG:18130 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00016 | PG:00354 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00008 | PG:00453 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900110926&dt_publicacao=20/11/1989) | [1157 GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900110926&dt_publicacao=20/11/1989) | [1989/0011092-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900110926&dt_publicacao=20/11/1989) | [Decisão:30/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900110926&dt_publicacao=20/11/1989) |
| **DJ** |  | DATA:20/11/1989 | PG:17297 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00016 | PG:00348 |
| [Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900081420&dt_publicacao=18/12/1989) | [68 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900081420&dt_publicacao=18/12/1989) | [1989/0008142-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900081420&dt_publicacao=18/12/1989) | [Decisão:13/09/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900081420&dt_publicacao=18/12/1989) |
| **DJ** |  | DATA:18/12/1989 | PG:18479 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00016 | PG:00333 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096583&dt_publicacao=10/10/1989) | [551 RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096583&dt_publicacao=10/10/1989) | [1989/0009658-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096583&dt_publicacao=10/10/1989) | [Decisão:12/09/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096583&dt_publicacao=10/10/1989) |
| **DJ** |  | DATA:10/10/1989 | PG:15645 |
| **JBCC** |  | VOL.:00153 | PG:00226 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00016 | PG:00345 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00006 | PG:00385 |

# SÚMULA 14

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

## Enunciado:

Arbitrados os honorários advocatícios em percentual sobre o valor da causa, a correção monetária incide a partir do respectivo ajuizamento.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:006899 ANO:1981 ART:00001 PAR:00001 PAR:00002

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL

ART:00020 PAR:00001 PAR:00002 PAR:00003 PAR:00004 PAR:00005

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

08/11/1990

## Fonte:

DJ DATA:14/11/1990 PG:13025 RSTJ VOL.:00016 PG:00361

RT VOL.:00661 PG:00173

## Excerto dos Precedentes Originários:

"HONORÁRIOS DE ADVOGADO. VALOR DA CAUSA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TENDO O MAGISTRADO FIXADO OS HONORÁRIOS EM PERCENTAGEM SOBRE O VALOR DA CAUSA, ESTE VALOR DEVE SER CORRIGIDO MONETARIAMENTE A PARTIR DA DATA DO AJUIZAMENTO DA DEMANDA, ATÉ A DATA DO CÁLCULO DA VERBA HONORÁRIA." ([REsp 2870](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272870%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/09/1990, DJ 03/12/1990, p. 14303)

"CORREÇÃO MONETÁRIA - HONORÁRIOS DE ADVOGADO. QUANDO OS HONORÁRIOS DE ADVOGADO SÃO ARBITRADOS SOBRE O VALOR DA CAUSA, A CORREÇÃO MONETÁRIA DEVE SER CALCULADA A PARTIR DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO PORQUE ESTA É UMA DAS HIPÓTESES INCLUÍDA NOS DEMAIS CASOS DE QUE FALA O PAR. 2. DO ART. 1. DA LEI 6.899/81. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272699%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [2699](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272699%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/05/1990, DJ 21/05/1990, p.

4426)

"HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. SENDO A VERBA HONORÁRIA FIXADA EM PERCENTUAL SOBRE O VALOR DA CAUSA, A CORREÇÃO DEVE INCIDIR A PARTIR DO AJUIZAMENTO. [...]" ([REsp 2404](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272404%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA

TURMA, julgado em 24/04/1990, DJ 28/05/1990, p. 4733)

"HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CORREÇÃO MONETÁRIA (LEI NR. 6.899/81, ART. 1., SEGUNDA PARTE, E PARAG. 2.; DECRETO NR. 86.649/81, ART. 3.). TRATANDO-SE DE HONORÁRIOS ARBITRADOS SOBRE O VALOR DA CAUSA, OU DO PEDIDO, A CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDE DESDE O AJUIZAMENTO DA AÇÃO, NÃO PODENDO, PORÉM, TER POR TERMO INICIAL DATA ANTERIOR A DA VIGÊNCIA DA LEI. [...]" ([REsp 484](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27484%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro GUEIROS LEITE, Rel. p/

Acórdão Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/09/1989, DJ 06/11/1989, p. 16689)

"[...] HONORÁRIOS. ADVOCATÍCIOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. LEI 6899/81, ART.1, PARÁGRAFO 2. [...] HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM QUANTIA CERTA: NESTE CASO, A CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDE A PARTIR DA SENTENÇA QUE OS CONCEDEU. TODAVIA, SE A VERBA HONORÁRIA É ARBITRADA SOBRE O VALOR DA CAUSA, A CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDIRÁ DESDE O AJUIZAMENTO DESTA (LEI 6899, DE 1981, ART. 1, PARÁGRAFO 2). [...]" ([REsp 34](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2734%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS VELLOSO, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/1989, DJ 11/09/1989, p. 14367)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000018463&dt_publicacao=03/12/1990) | [2870](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000018463&dt_publicacao=03/12/1990) | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000018463&dt_publicacao=03/12/1990) | [1990/0001846-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000018463&dt_publicacao=03/12/1990) | [Decisão:12/09/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000018463&dt_publicacao=03/12/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/12/1990 | PG:14303 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00379 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000021987&dt_publicacao=21/05/1990) | [2699](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000021987&dt_publicacao=21/05/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000021987&dt_publicacao=21/05/1990) | [1990/0002198-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000021987&dt_publicacao=21/05/1990) | [Decisão:07/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000021987&dt_publicacao=21/05/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/05/1990 | PG:04426 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00376 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000022029&dt_publicacao=28/05/1990) | [2404](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000022029&dt_publicacao=28/05/1990) | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000022029&dt_publicacao=28/05/1990) | [1990/0002202-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000022029&dt_publicacao=28/05/1990) | [Decisão:24/04/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000022029&dt_publicacao=28/05/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/05/1990 | PG:04733 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00374 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092421&dt_publicacao=06/11/1989) | [484](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092421&dt_publicacao=06/11/1989) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092421&dt_publicacao=06/11/1989) | [1989/0009242-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092421&dt_publicacao=06/11/1989) | [Decisão:19/09/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900092421&dt_publicacao=06/11/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/11/1989 | PG:16689 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00368 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00246 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900081691&dt_publicacao=11/09/1989) | [34](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900081691&dt_publicacao=11/09/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900081691&dt_publicacao=11/09/1989) | [1989/0008169-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900081691&dt_publicacao=11/09/1989) | [Decisão:16/08/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900081691&dt_publicacao=11/09/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/09/1989 | PG:14367 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00152 | PG:00188 |
| **JTS** |  |  | VOL.:00020 | PG:00071 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00363 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00003 | PG:01057 |

# SÚMULA 15

DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AÇÃO ACIDENTÁRIA

## Enunciado:

Compete à Justiça Estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00109 INC:00001

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

08/11/1990

## Fonte:

DJ DATA:14/11/1990 PG:13025

RLTR VOL.:00001 JANEIRO/1991 PG:00051 RSTJ VOL.:00016 PG:00391

RT VOL.:00661 PG:00173

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] COMPETÊNCIA. AÇÃO ACIDENTÁRIA. JUÍZO ESTADUAL. CF., ART. 109, I. [...] É DA JUSTIÇA COMUM DO ESTADO A COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR AÇÕES ACIDENTÁRIAS (CF., ART. 109, I) [...]" ([CC 1057](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271057%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CARLOS VELLOSO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/04/1990, DJ 14/05/1990, p. 4150)

"COMPETÊNCIA - ACIDENTE DO TRABALHO. Compete à Justiça Comum o processo e julgamento dos litígios relativos a acidentes do trabalho." ([CC 950](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27950%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 20/03/1990, DJ 16/04/1990, p. 2861)

"[...] CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. [...] NÃO COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR CAUSAS DE ACIDENTES DE TRABALHO, ART. 109, I, CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. 2. CONFLITO CONHECIDO E DECLARADO COMPETENTE O JUÍZO ESTADUAL, SUSCITADO. [...]" ([CC 263](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27263%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro BUENO DE SOUZA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/09/1989, DJ 30/10/1989, p. 16503)

"COMPETÊNCIA. AÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO PROMOVIDA POR SEGURADO CONTRA ÓRGÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. [...] NÃO SE INSERE NA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL O PROCESSAMENTO E O JULGAMENTO DE AÇÕES RELATIVAS A ACIDENTES DO TRABALHO." ([CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27377%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [377](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27377%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/1989, DJ 02/10/1989, p.

15337)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ACIDENTE DE TRABALHO. AÇÃO MOVIDA POR SEGURADO CONTRA A INSTITUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL (ART. 109, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988). [...]" ([CC 439](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27439%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ILMAR GALVAO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 05/09/1989, DJ 02/10/1989, p. 15338)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - ACIDENTE DE TRABALHO - SÚMULA 501 DO STF. NÃO COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL JULGAR AÇÕES RELATIVAS A ACIDENTES DE TRABALHO, AINDA QUE PROMOVIDAS CONTRA A UNIÃO, SUAS AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. [...]" ([CC 137](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27137%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro MIGUEL FERRANTE, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/06/1989, DJ 14/08/1989, p. 13059)

"[...] JURISDIÇÃO - COMPETÊNCIA A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988, COMO A ANTERIOR, NÃO INCLUIU O JULGAMENTO DAS AÇÕES DE ACIDENTE DO TRABALHO NA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. EM CONSEQUÊNCIA NÃO INCIDE A RESSALVA DO ART. 27 PAR. 10 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. JURISDIÇÃO DA JUSTIÇA ESTADUAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO." ([CC 196](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27196%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja)RJ, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 30/05/1989, DJ 07/08/1989, p. 12731)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000018722&dt_publicacao=14/05/1990) | [1057](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000018722&dt_publicacao=14/05/1990) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000018722&dt_publicacao=14/05/1990) | [1990/0001872-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000018722&dt_publicacao=14/05/1990) | [Decisão:10/04/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000018722&dt_publicacao=14/05/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/05/1990 | PG:04150 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00407 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000004403&dt_publicacao=16/04/1990) | [950](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000004403&dt_publicacao=16/04/1990) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000004403&dt_publicacao=16/04/1990) | [1990/0000440-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000004403&dt_publicacao=16/04/1990) | [Decisão:20/03/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000004403&dt_publicacao=16/04/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/04/1990 | PG:02861 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00405 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900079530&dt_publicacao=30/10/1989) | [263](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900079530&dt_publicacao=30/10/1989) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900079530&dt_publicacao=30/10/1989) | [1989/0007953-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900079530&dt_publicacao=30/10/1989) | [Decisão:27/09/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900079530&dt_publicacao=30/10/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/10/1989 | PG:16503 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00397 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900087932&dt_publicacao=02/10/1989) | [377](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900087932&dt_publicacao=02/10/1989) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900087932&dt_publicacao=02/10/1989) | [1989/0008793-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900087932&dt_publicacao=02/10/1989) | [Decisão:12/09/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900087932&dt_publicacao=02/10/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/10/1989 | PG:15337 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00400 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900091816&dt_publicacao=02/10/1989) | [439](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900091816&dt_publicacao=02/10/1989) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900091816&dt_publicacao=02/10/1989) | [1989/0009181-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900091816&dt_publicacao=02/10/1989) | [Decisão:05/09/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900091816&dt_publicacao=02/10/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/10/1989 | PG:15338 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00402 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073389&dt_publicacao=14/08/1989) | [137](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073389&dt_publicacao=14/08/1989) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073389&dt_publicacao=14/08/1989) | [1989/0007338-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073389&dt_publicacao=14/08/1989) | [Decisão:13/06/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073389&dt_publicacao=14/08/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/08/1989 | PG:13059 |
| **RLTR** |  |  | VOL.:00001 JANEIRO/1990 | PG:00058 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00393 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073990&dt_publicacao=07/08/1989) | [196](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073990&dt_publicacao=07/08/1989) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073990&dt_publicacao=07/08/1989) | [1989/0007399-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073990&dt_publicacao=07/08/1989) | [Decisão:30/05/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073990&dt_publicacao=07/08/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/08/1989 | PG:12731 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00150 | PG:00231 |
| **JTS** |  |  | VOL.:00015 | PG:00065 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00395 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00327 |

# SÚMULA 16

DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO

## Enunciado:

A legislação ordinária sobre crédito rural não veda a incidência da correção monetária.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:006899 ANO:1981

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

14/11/1990

## Fonte:

DJ DATA:21/11/1990 PG:13477 RSTJ VOL.:00016 PG:00411

RT VOL.:00661 PG:00173

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CONTRATO DE FINANCIAMENTO RURAL. CÉDULAS RURAIS PIGNORATÍCIAS E HIPOTECÁRIA. VALIDADE E EFICACIA DA ESTIPULAÇÃO RELATIVA A CORREÇÃO MONETÁRIA. O ART. 9 DO DL 70/66, NA PARTE EM QUE TORNAVA DEFESA A CORREÇÃO MONETÁRIA NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL COM GARANTIA HIPOTECÁRIA, É DE CONSIDERAR-SE REVOGADO PELO DL 167/67, QUE REGULOU INTEGRALMENTE A MATÉRIA E NÃO REEDITOU TAL VEDAÇÃO. PREVALÊNCIA, DESDE ENTÃO, DO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DA VONTADE. MESMO QUE SE ADMITA QUE A INTENÇÃO DO LEGISLADOR POSSA TER SIDO A DE EXCLUIR A CORREÇÃO MONETÁRIA NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL, A EVOLUÇÃO DOS FATOS ECONÔMICOS TORNOU INSUSTENTÁVEL A SUA NÃO-INCIDÊNCIA, SOB PENA DE PRESTIGIAR-SE O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DO DEVEDOR, CUJO PATRIMÔNIO E CUJA PRODUÇÃO ACOMPANHAM EM SEUS VALORES A ESPIRAL INFLACIONÁRIA. CONSTRUÇÃO PRETORIANA E DOUTRINÁRIA, ANTECIPANDO-SE AO LEGISLADOR, AO ADOTAR A CORREÇÃO COMO IMPERATIVO ECONÔMICO, JURÍDICO E ÉTICO INDISPENSÁVEL À PLENA INDENIZAÇÃO DOS DANOS E AO FIEL E COMPLETO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES, DISPENSOU A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO LEGAL PARA A SUA APLICAÇÃO. O ART. 47, DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DA CARTA DE 88, TORNA CERTA A LICITUDE DA CORREÇÃO MONETÁRIA COBRADA AOS PRODUTORES RURAIS NOS FINANCIAMENTOS RELATIVOS A CRÉDITO RURAL. [...]" ([REsp 3170](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273170%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 07/08/1990, DJ 27/08/1990, p. 8325)

"[...] MÚTUO RURAL - CORREÇÃO MONETÁRIA. [...] VALOR DO DÉBITO CONSIGNADO DEVE SER RESTITUÍDO AO CREDOR NO MESMO VALOR ORIGINÁRIO, IMPONDO-SE A CORREÇÃO MONETÁRIA DESTE QUANDO O DEVEDOR O DEPOSITA EM CONSIGNATÓRIA. II - DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA, ANTE A EVOLUÇÃO DO FENÔMENO INFLACIONÁRIO, PASSARAM A NÃO MAIS EXIGIR, COMO CRITÉRIO DE APLICAÇÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA, A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO LEGAL. III ESSA MATÉRIA SOBRE SER POSSÍVEL OU NÃO A INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA, EM TAIS CIRCUNSTÂNCIAS E MESMO EM OUTRAS NAS QUAIS SE ARGUMENTA COM VIOLAÇÕES LEGISLATIVAS ARCAICAS, PORQUE SUPERADAS PELOS FATOS SOCIAIS, NÃO PODEM INIBIR O JULGADOR DE ADEQUANDO SUA INTERPRETAÇÃO A REALIDADE SOCIAL OU ECONÔMICA ENTREGAR PRESTAÇAO JURISDICIONAL A QUE FAZ JUS O INTERESSADO. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272665%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [2665](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272665%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/06/1990, DJ

13/08/1990, p. 7649)

"CORREÇÃO MONETÁRIA. MÚTUO RURAL. INCIDÊNCIA. EVOLUÇÃO DOS FATOS ECONÔMICOS E CONSTRUÇÃO PRETORIANA. REGRA MORAL. INVOCAÇÃO DE OFENSA A LEI 4829/65, AO D.L. 167/67 E AO ART. 145 - II, CCB. [...] MESMO QUE SE ADMITA QUE A INTENÇÃO INICIAL DO LEGISLADOR TENHA SIDO A DE EXCLUIR A CORREÇÃO MONETÁRIA DOS MÚTUOS RURAIS, A EVOLUÇÃO DOS FATOS ECONÔMICOS TORNOU INSUSTENTÁVEL A SUA NÃO-INCIDÊNCIA, SOB PENA DE PRESTIGIAR-SE O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA, RECORDADA AINDA A LIÇÃO DE QUE REGRA MORAL ESTÁ ACIMA DAS LEIS POSITIVAS. II- CONSTRUÇÃO PRETORIANA E DOUTRINÁRIA, ANTECIPANDO-SE AO LEGISLADOR, ADOTANDO A CORREÇÃO COMO IMPERATIVO ECONÔMICO, JURÍDICO E ÉTICO INDISPENSÁVEL A JUSTA COMPOSIÇÃO DOS DANOS E AO FIEL ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES, DISPENSOU A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO LEGAL PARA A SUA APLICAÇÃO. [...]" ([REsp 2122](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272122%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 14/05/1990, DJ 11/06/1990, p. 5361)

"[...] CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. NO CONTRATO DE FINANCIAMENTO, CONSUBSTANCIADO EM CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E CELEBRADO NA VIGÊNCIA DO PLANO CRUZADO, É DEVIDA A CORREÇÃO MONETÁRIA, SOB PENA DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DO DEVEDOR. [...]" ([REsp 1124](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271124%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/1989, DJ 18/12/1989, p. 18477)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000046637&dt_publicacao=27/08/1990) | [3170](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000046637&dt_publicacao=27/08/1990) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000046637&dt_publicacao=27/08/1990) | [1990/0004663-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000046637&dt_publicacao=27/08/1990) | [Decisão:07/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000046637&dt_publicacao=27/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/08/1990 | PG:08325 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00390 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00434 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000030820&dt_publicacao=13/08/1990) | [2665](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000030820&dt_publicacao=13/08/1990) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000030820&dt_publicacao=13/08/1990) | [1990/0003082-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000030820&dt_publicacao=13/08/1990) | [Decisão:12/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000030820&dt_publicacao=13/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/08/1990 | PG:07649 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00427 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000010802&dt_publicacao=11/06/1990) | [2122](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000010802&dt_publicacao=11/06/1990) | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000010802&dt_publicacao=11/06/1990) | [1990/0001080-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000010802&dt_publicacao=11/06/1990) | [Decisão:14/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000010802&dt_publicacao=11/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/06/1990 | PG:05361 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00160 | PG:00267 |
| **RCJ** |  |  | VOL.:00045 | PG:00097 |
| **RDA** |  |  | VOL.:00181 | PG:00301 |
| **REVJMG** |  |  | VOL.:00112 | PG:00377 |
| **RJM** |  |  | VOL.:00085/86 | PG:00065 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00384 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00420 |
| **RT** |  |  | VOL.:00668 | PG:00167 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900109979&dt_publicacao=18/12/1989) | [1124](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900109979&dt_publicacao=18/12/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900109979&dt_publicacao=18/12/1989) | [1989/0010997-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900109979&dt_publicacao=18/12/1989) | [Decisão:21/11/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900109979&dt_publicacao=18/12/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/12/1989 | PG:18477 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00368 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00413 |

# SÚMULA 17

DIREITO PENAL - ESTELIONATO

## Enunciado:

Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:002848 ANO:1940

\*\*\*\*\* CP-40 CODIGO PENAL ART:00070 ART:00171

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

20/11/1990

## Fonte:

DJ DATA:28/11/1990 PG:13963 RSTJ VOL.:00016 PG:00443

RT VOL.:00661 PG:00324

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] FALSO E ESTELIONATO - ABSORÇÃO DAQUELE POR ESTE. [...] QUANDO OCORRE O EXAURIMENTO DO CRIME DE FALSO NO DE ESTELIONATO, NÃO LHE RESTANDO EFICÁCIA PARA A PRÁTICA DE ATOS LESIVOS FUTUROS, A TESE DA ABSORÇÃO É DE SER INVOCADA, AFASTANDO-SE EM CONSEQUÊNCIA, O CONCURSO FORMAL. [...]" ([REsp 2622](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272622%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 08/08/1990, DJ 27/08/1990, p. 8327)

"USO DE DOCUMENTO FALSO E ESTELIONATO. ARTS. 304 E 171 DO CÓDIGO PENAL. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONDENAÇÃO PELO ESTELIONATO. PENA IMPOSTA SOMENTE AO USO DE DOCUMENTO FALSO. SUA POSTERIOR ABSOLVIÇÃO EM REVISÃO CRIMINAL. CONCURSO DE CRIMES. SISTEMA DE ABSORÇÃO. PRATICADOS DOS DOIS CRIMES EM CONCURSO MATERIAL OU FORMAL, COMO QUEREM AS CORRENTES QUE DIVERGEM SOBRE O TEMA, NADA IMPEDE SEJAM ADOTADAS AS REGRAS DO CRIME PROGRESSIVO (O PRIMEIRO CRIME É MEIO NECESSÁRIO OU NORMAL FASE DE PREPARAÇÃO OU EXECUÇÃO DO SEGUNDO), PODENDO OPERAR-SE A ABSORÇÃO COM BASE NO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO, CAPÍTULO DO CONCURSO APARENTE DE NORMAS PENAIS. INEXISTINDO JUSTA CAUSA PARA A CONDENAÇÃO PELO ESTELIONATO, META A SER ATINGIDA PELO AGENTE, EM AÇÃO DIRIGIDA PARA ESSE FIM, NENHUM EMPECILHO PODE OCORRER À ABSOLVIÇÃO DO RÉU PELO CRIME-MEIO. [...]" ([REsp 1391](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271391%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE CANDIDO DE CARVALHO FILHO, SEXTA TURMA, julgado em 13/03/1990, DJ 02/04/1990, p. 2463)

"[...] TRANSITADA EM JULGADO, PARA A JUSTIÇA PÚBLICA, A SENTENÇA QUE TEVE POR ABSORVIDO DELITO DE FALSIDADE PELO ESTELIONATO, NÃO SE CONHECE DE RECURSO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO QUE ATACA ESSA CONSUMPÇÃO, SOB O PÁLIO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL." ([REsp 1453](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271453%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, SEXTA TURMA,

julgado em 13/02/1990, DJ 05/03/1990, p. 1418)

"[...] ABSORÇÃO DO FALSO PELO ESTELIONATO. QUANDO O FALSO SE EXAURE NO ESTELIONATO, NÃO LHE RESTANDO, POIS, POTENCIALIDADE LESIVA, É POR ESTE ABSORVIDO. [...]" ([REsp 1564](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271564%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. COSTA LEITE, SEXTA TURMA, julgado em 06/02/1990, DJ 05/03/1990, p. 1418)

"[...] ESTELIONATO. FALSUM. CONCURSO FORMAL. QUANDO NÃO OCORRE. SE O FALSUM ESGOTA-SE NA PRÁTICA DO CRIME-FIM (ESTELIONATO), SEM POSSIBILIDADE DE SER UTILIZADO EM OUTRAS AÇÕES DELITUOSAS, INEXISTE A FIGURA DO CONCURSO FORMAL, POIS O PRIMEIRO FICA ABSORVIDO PELO SEGUNDO. [...]" ([REsp 284](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27284%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, SEXTA TURMA, julgado em 14/11/1989, DJ 04/12/1989, p. 17888)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000029740&dt_publicacao=27/08/1990) | [2622](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000029740&dt_publicacao=27/08/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000029740&dt_publicacao=27/08/1990) | [1990/0002974-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000029740&dt_publicacao=27/08/1990) | [Decisão:08/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000029740&dt_publicacao=27/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/08/1990 | PG:08327 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00461 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900117327&dt_publicacao=02/04/1990) | [1391](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900117327&dt_publicacao=02/04/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900117327&dt_publicacao=02/04/1990) | [1989/0011732-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900117327&dt_publicacao=02/04/1990) | [Decisão:13/03/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900117327&dt_publicacao=02/04/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/04/1990 | PG:02463 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00395 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00448 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900119850&dt_publicacao=05/03/1990) | [1453](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900119850&dt_publicacao=05/03/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900119850&dt_publicacao=05/03/1990) | [1989/0011985-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900119850&dt_publicacao=05/03/1990) | [Decisão:13/02/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900119850&dt_publicacao=05/03/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/03/1990 | PG:01418 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00455 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900123386&dt_publicacao=05/03/1990) | [1564](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900123386&dt_publicacao=05/03/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900123386&dt_publicacao=05/03/1990) | [1989/0012338-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900123386&dt_publicacao=05/03/1990) | [Decisão:06/02/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900123386&dt_publicacao=05/03/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/03/1990 | PG:01418 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00457 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086120&dt_publicacao=04/12/1989) | [284](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086120&dt_publicacao=04/12/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086120&dt_publicacao=04/12/1989) | [1989/0008612-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086120&dt_publicacao=04/12/1989) | [Decisão:14/11/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086120&dt_publicacao=04/12/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/12/1989 | PG:17888 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00445 |

# SÚMULA 18

DIREITO PENAL - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

## Enunciado:

A sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:002848 ANO:1940

\*\*\*\*\* CP-40 CODIGO PENAL ART:00107 INC:00009 ART:00120

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

20/11/1990

## Fonte:

DJ DATA:28/11/1990 PG:13963 RSTJ VOL.:00016 PG:00465

RT VOL.:00661 PG:00324

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] PERDÃO JUDICIAL. NATUREZA DA SENTENÇA CONCESSIVA. A FUNÇÃO SANCIONADORA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA, NO PROCESSO PENAL, TRADUZ-SE NA APLICAÇÃO DE PENA. SENDO, NO ENTANTO, DA ESSÊNCIA DO PERDÃO JUDICIAL A NÃO APLICAÇÃO DA PENA, COMO SE DESSUME DOS DISPOSITIVOS PERTINENTES DO CÓDIGO PENAL, NÃO SE PODE COGITAR DA CONDENAÇÃO. A SENTENÇA CONCESSIVA DO PERDÃO JUDICIAL É EXTINTIVA DA PUNIBILIDADE, NÃO SOFRENDO O RÉU NENHUMA CONSEQUÊNCIA PENAL. INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 107, IX E 120, DO CÓDIGO PENAL. [...]" ([REsp 524](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27524%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. MIN. COSTA LEITE, SEXTA TURMA, julgado em 12/09/1989, DJ 10/10/1989, p. 15652)

"[...] PERDÃO JUDICIAL - SENTENÇA DECLARATÓRIA - EFEITOS. [...] A SENTENÇA, QUE CONCEDE PERDÃO JUDICIAL, POR SER MERAMENTE DECLARATÓRIA, NÃO PRODUZ EFEITOS CONDENATÓRIOS DE NENHUMA ORDEM. [...]" ([REsp 2072](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272072%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/1990, DJ 20/08/1990, p. 7973)

"[...] PERDÃO JUDICIAL. EFEITOS SECUNDÁRIOS. ALCANCE. CONCEBIDA A SENTENÇA CONCESSIVA DO PERDÃO JUDICIAL COMO DE NATUREZA EXTINTIVA DA PUNIBILIDADE, NENHUM EFEITO SECUNDÁRIO PODE PERSISTIR. [...]" ([REsp 2201](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272201%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, SEXTA TURMA, julgado em 26/06/1990, DJ 10/09/1990, p. 9134)

"[...] PERDÃO JUDICIAL. SENTENÇA CONCESSIVA. EFEITOS. [...] NO QUE PESE AO PRESTÍGIO DA FONTE, OS PRECEDENTES DO STF SOBRE OS EFEITOS PENAIS SECUNDÁRIOS, RESIDUAIS, DO PERDÃO JUDICIAL SERVEM, NO CASO, AO CONHECIMENTO DO RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, MAS NÃO A SEU PROVIMENTO, DADO QUE REITERADA NO STJ A ASSERTIVA DE QUE A SENTENÇA CONCESSIVA DO PERDÃO, EM SENDO EXTINTIVA DA PUNIBILIDADE, NÃO PRODUZ NENHUM EFEITO CONDENATÓRIO." ([REsp 4348](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274348%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) AM, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 24/10/1990, DJ 26/11/1990, p. 13782)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900095153&dt_publicacao=10/10/1989) | [524](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900095153&dt_publicacao=10/10/1989) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900095153&dt_publicacao=10/10/1989) | [1989/0009515-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900095153&dt_publicacao=10/10/1989) | [Decisão:12/09/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900095153&dt_publicacao=10/10/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/10/1989 | PG:15652 |
| **RDJTJDFT** |  |  | VOL.:00035 | PG:00049 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00004 | PG:01624 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00467 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000009049&dt_publicacao=20/08/1990) | [2072](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000009049&dt_publicacao=20/08/1990) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000009049&dt_publicacao=20/08/1990) | [1990/0000904-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000009049&dt_publicacao=20/08/1990) | [Decisão:21/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000009049&dt_publicacao=20/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/08/1990 | PG:07973 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00472 |
| **RT** |  |  | VOL.:00661 | PG:00344 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000014549&dt_publicacao=10/09/1990) | [2201](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000014549&dt_publicacao=10/09/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000014549&dt_publicacao=10/09/1990) | [1990/0001454-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000014549&dt_publicacao=10/09/1990) | [Decisão:26/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000014549&dt_publicacao=10/09/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/09/1990 | PG:09134 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00480 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000074525&dt_publicacao=26/11/1990) | [4348](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000074525&dt_publicacao=26/11/1990) | [AM](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000074525&dt_publicacao=26/11/1990) | [1990/0007452-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000074525&dt_publicacao=26/11/1990) | [Decisão:24/10/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000074525&dt_publicacao=26/11/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/11/1990 | PG:13782 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00486 |

# SÚMULA 19

DIREITO BANCÁRIO - SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

## Enunciado:

A fixação do horário bancário, para atendimento ao público, é da competência da União.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:004595 ANO:1964 ART:00004 INC:00008

LEG:FED LEI:006045 ANO:1974

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

04/12/1990

## Fonte:

DJ DATA:07/12/1990 PG:14682 RSTJ VOL.:00016 PG:00495

RT VOL.:00662 PG:00167

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] BANCO. [...] HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO. A COMPETÊNCIA PARA FIXÁ-LO É DAS INSTITUIÇÕES MENCIONADAS NO ART. 4, VIII DA LEI 4595/64. - PREVALÊNCIA DO INTERESSE NACIONAL SOBRE O LOCAL. [...]" ([REsp 3397](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273397%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA,

julgado em 27/06/1990, DJ 13/08/1990, p. 7647)

"BANCOS. FIXAÇÃO DO HORÁRIO PARA ATENDIMENTO AO PÚBLICO. COMPETÊNCIA DA UNIÃO FEDERAL. LEI N. 4.595/64. [...] COMPETE AO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL FIXAR O HORÁRIO BANCÁRIO PARA ATENDIMENTO AO PÚBLICO, ULTRAPASSANDO, DESSA FORMA, O INTERESSE MUNICIPAL. [...]" ([REsp 2689](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272689%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, PRIMEIRA

TURMA, julgado em 13/06/1990, DJ 06/08/1990, p. 7322)

"[...] BANCO. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO. COMPETE À UNIAO FEDERAL LEGISLAR SOBRE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE AGÊNCIA BANCÁRIA. INTERESSE NACIONAL QUE SOBREPAIRA AO DO PECULIAR INTERESSE LOCAL. CONSIDERE-SE, AINDA, A NECESSIDADE DE UNIFORMIZAÇÃO PARA ATENDER O SISTEMA COMPUTADORIZADO DE COMPENSAÇÃO DE CHEQUES." ([REsp 3042](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273042%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEGUNDA TURMA,

julgado em 06/06/1990, DJ 25/06/1990, p. 6034)

"[...] HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE BANCOS. É TRANQUILO O ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO SENTIDO DE QUE FALECE COMPETÊNCIA AO MUNICÍPIO PARA DISPOR SOBRE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE BANCOS. [...]" ([REsp 2456](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272456%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro ARMANDO ROLEMBERG, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/05/1990, DJ 25/06/1990, p. 6026)

"[...] HORÁRIO DE BANCOS. MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO POR ESTABELECIMENTO BANCÁRIO CONTRA ATO DE PREFEITO MUNICIPAL QUE FIXOU HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE BANCOS EM DESACORDO COM AS RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL E DO BANCO CENTRAL. [...] COMPETÊNCIA DAS MENCIONADAS INSTITUIÇÕES PARA O MISTER. PREVALÊNCIA DO INTERESSE NACIONAL SOBRE O LOCAL. PRECEDENTES DA SUPREMA CORTE E DO EXTINTO TFR PELA COMPETÊNCIA DA UNIÃO. [...]" ([REsp 2518](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272518%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro ILMAR GALVAO, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/05/1990, DJ 04/06/1990, p. 5055)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000051410&dt_publicacao=13/08/1990) | [3397](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000051410&dt_publicacao=13/08/1990) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000051410&dt_publicacao=13/08/1990) | [1990/0005141-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000051410&dt_publicacao=13/08/1990) | [Decisão:27/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000051410&dt_publicacao=13/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/08/1990 | PG:07647 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00510 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000031699&dt_publicacao=06/08/1990) | [2689](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000031699&dt_publicacao=06/08/1990) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000031699&dt_publicacao=06/08/1990) | [1990/0003169-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000031699&dt_publicacao=06/08/1990) | [Decisão:13/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000031699&dt_publicacao=06/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/08/1990 | PG:07322 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00502 |
| **RT** |  |  | VOL.:00660 | PG:00215 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000043506&dt_publicacao=25/06/1990) | [3042](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000043506&dt_publicacao=25/06/1990) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000043506&dt_publicacao=25/06/1990) | [1990/0004350-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000043506&dt_publicacao=25/06/1990) | [Decisão:06/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000043506&dt_publicacao=25/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/06/1990 | PG:06034 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00507 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000024110&dt_publicacao=25/06/1990) | [2456](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000024110&dt_publicacao=25/06/1990) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000024110&dt_publicacao=25/06/1990) | [1990/0002411-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000024110&dt_publicacao=25/06/1990) | [Decisão:23/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000024110&dt_publicacao=25/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/06/1990 | PG:06026 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00497 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000025400&dt_publicacao=04/06/1990) | [2518](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000025400&dt_publicacao=04/06/1990) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000025400&dt_publicacao=04/06/1990) | [1990/0002540-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000025400&dt_publicacao=04/06/1990) | [Decisão:21/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000025400&dt_publicacao=04/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/06/1990 | PG:05055 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00499 |

# SÚMULA 20

DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS

## Enunciado:

A mercadoria importada de país signatário do GATT é isenta do ICM, quando contemplado com esse favor o similar nacional.

## Referências Legislativas:

LEG:FED EMC:000023 ANO:1983

(COM A NOVA REDAÇÃO AO ART. 23, §11 DA CF/67)

LEG:FED LEI:005172 ANO:1966

\*\*\*\*\* CTN-66 CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL ART:00098

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

04/12/1990

## Fonte:

REPDJ DATA:13/12/1990 PG:15022 DJ DATA:07/12/1990 PG:14682 RSTJ VOL.:00016 PG:00515

RT VOL.:00662 PG:00167

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ICM. IMPORTAÇÃO DE PRODUTO CUJO SIMILAR NACIONAL GOZA DE ISENÇÃO DO IMPOSTO. LEI N. 3991/83, DO ESTADO DE SÃO PAULO, QUE INSTITUIU O TRIBUTO COM BASE NA COMPETÊNCIA EXPLICITADA E AMPLIADA PELA EC N. 23/83, AO ADITAR O PAR-11 DO ART. 23 DA CF/67. DIPLOMA LEGAL QUE HÁ DE SER INTERPRETADO EM CONSONÂNCIA COM O PRINCÍPIO DA EQUIVALÊNCIA DE TRATAMENTO FISCAL, CONSAGRADO NO TEXTO DO GATT (PARTE II, ART. III), POR FORÇA DO QUAL AS ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS QUE CONTEMPLAM O SIMILAR NACIONAL DEVEM SER ESTENDIDAS AO PRODUTO IMPORTADO DE PAÍSES SIGNATÁRIOS DO TRABALHO EM APREÇO, SOB PENA DE OFENSA ART. 98 DO CTN. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273143%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [3143](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273143%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ILMAR GALVAO, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/06/1990, DJ 06/08/1990,

p. 7328)

"[...] ICM - MERCADORIA IMPORTADA DE PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT. DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, O PAR. 11 DO ART. 23 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1967 (EMENDA 23/83) NÃO TORNOU INCOMPATÍVEL O RECONHECIMENTO DA ISENÇÃO DO ICM AO PRODUTO IMPORTADO DE PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT QUANDO SIMILAR NACIONAL GOZA DO FAVOR. [...]" ([REsp 1845](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271845%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ARMANDO ROLEMBERG, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/06/1990, DJ 25/06/1990, p. 6024)

"[...] TRIBUTÁRIO. ICM. GATT. ISENÇÃO. EMENDA CONSTITUCIONAL N. 23, DE 1983. [...] ISENÇÃO DE SIMILAR NACIONAL. SUM. 275/STF. A INCIDÊNCIA INSCRITA NO PARAG. 11 DO ART. 23 DA CONSTITUIÇÃO (EMENDA CONSTITUCIONAL N. 23, DE 1983) NÃO INTERFERE COM A ISENÇÃO DO ICM AO PRODUTO IMPORTADO DE PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT, QUANDO ISENTO O SIMILAR NACIONAL. [...]" ([REsp 1309](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271309%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS VELLOSO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/05/1990, DJ 28/05/1990, p. 4729)

"GATT - ICM - A EMENDA CONSTITUCIONAL N. 23/83 NÃO REVOGOU O ART. 98 DO CTN E A LEGISLAÇÃO ESTADUAL. MERCADORIA IMPORTADA DE PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT E ISENTA DE ICM, CASO O MESMO OCORRA COM PRODUTO NACIONAL SIMILAR." ([REsp 1532](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271532%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/12/1989, DJ 19/02/1990,

p. 1041)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000045681&dt_publicacao=06/08/1990) | [3143](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000045681&dt_publicacao=06/08/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000045681&dt_publicacao=06/08/1990) | [1990/0004568-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000045681&dt_publicacao=06/08/1990) | [Decisão:20/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000045681&dt_publicacao=06/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/08/1990 | PG:07328 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00531 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900132350&dt_publicacao=25/06/1990) | [1845](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900132350&dt_publicacao=25/06/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900132350&dt_publicacao=25/06/1990) | [1989/0013235-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900132350&dt_publicacao=25/06/1990) | [Decisão:04/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900132350&dt_publicacao=25/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/06/1990 | PG:06024 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00527 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900115170&dt_publicacao=28/05/1990) | [1309](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900115170&dt_publicacao=28/05/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900115170&dt_publicacao=28/05/1990) | [1989/0011517-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900115170&dt_publicacao=28/05/1990) | [Decisão:07/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900115170&dt_publicacao=28/05/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/05/1990 | PG:04729 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00517 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900122118&dt_publicacao=19/02/1990) | [1532](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900122118&dt_publicacao=19/02/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900122118&dt_publicacao=19/02/1990) | [1989/0012211-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900122118&dt_publicacao=19/02/1990) | [Decisão:18/12/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900122118&dt_publicacao=19/02/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/02/1990 | PG:01041 |
| **JTS** |  |  | VOL.:00017 | PG:00021 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00520 |

# SÚMULA 21

DIREITO PROCESSUAL PENAL - CONSTRANGIMENTO ILEGAL

## Enunciado:

Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:003689 ANO:1941

\*\*\*\*\* CPP-41 CODIGO DE PROCESSO PENAL ART:00408 PAR:00001

LEG:FED LEI:005941 ANO:1973

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

06/12/1990

## Fonte:

DJ DATA:11/12/1990 PG:14873 RSTJ VOL.:00033 PG:00015

RT VOL.:00662 PG:00329

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. CONDENAÇÃO SUPERVENIENTE. - DEMONSTRADO QUE JÁ EXISTE SENTENÇA CONDENATÓRIA, DESCABE RECONHECER EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA, OBJETO DO WRIT. [...]" ([HC 407](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27407%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RN, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, SEXTA TURMA, julgado em 04/09/1990, DJ 17/09/1990, p. 9519)

"[...] PRISÃO. ILEGALIDADE. EXCESSO DE PRAZO. [...] ORDEM DENEGADA, POIS NÃO DEMONSTRADO O EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA, ESTANDO OS PACIENTES PRONUNCIADOS." ([HC 393](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27393%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 03/09/1990, DJ 17/09/1990, p. 9517)

"[...] PRISÃO. EXCESSO DE PRAZO. PRONUNCIADO O RÉU, FICA SUPERADA A ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA JUSTIFICADA PELO JUIZ NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. [...]" ([HC 226](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27226%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, QUINTA TURMA, julgado em 28/03/1990, DJ 16/04/1990, p. 2879)

"[...] PRISÃO DECORRENTE DE PRONÚNCIA. SOBREVINDO SENTENÇA DE PRONÚNCIA, RESTA ELIDIDO O CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO DE PRISÃO PREVENTIVA ANTERIORMENTE EFETIVADA." ([HC 195](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27195%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) TO, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, SEXTA TURMA,

julgado em 06/02/1990, DJ 05/03/1990, p. 1416)

"[...] PRISÃO. EXCESSO DE PRAZO NA OITIVA DE TESTEMUNHAS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRONÚNCIA. DESAPARECENDO O MOTIVO ENSEJADOR DA IMPETRAÇÃO, EM DECORRÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, ESTANDO O RÉU NO AGUARDO DE JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JURI POPULAR, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM EXCESSO DE PRAZO COMO FATOR DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO. [...]" ([RHC 128](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27128%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 08/11/1989, DJ 05/02/1990, p. 458)

"[...] EXCESSO DE PRAZO EM PROCESSO DE RÉU PRONUNCIADO. INOCORRÊNCIA. DENÚNCIA APTA. [...] PRONUNCIADO O RÉU, NÃO CABE MAIS A ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA, PASSANDO A PRISÃO A SUBSISTIR EM RAZÃO DA PRONÚNCIA. II. NÃO É INEPTA A DENÚNCIA QUE DESCREVE, ATÉ COM MINÚCIAS, A CONDUTA DO AGENTE, OBSERVANDO AS DIRETRIZES DO ART. 41 DO CPP, E POSSUI OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS A OPORTUNIZAR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA, E A PERMITIR UM JUÍZO DE VALOR PELO JUIZ. [...]" ([RHC 181](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27181%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro CARLOS THIBAU, SEXTA TURMA, julgado em 22/08/1989, DJ 11/09/1989, p. 14371)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000062683&dt_publicacao=17/09/1990) | [407](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000062683&dt_publicacao=17/09/1990) | [RN](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000062683&dt_publicacao=17/09/1990) | [1990/0006268-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000062683&dt_publicacao=17/09/1990) | [Decisão:04/09/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000062683&dt_publicacao=17/09/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/09/1990 | PG:09519 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00030 |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055156&dt_publicacao=17/09/1990) | [393](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055156&dt_publicacao=17/09/1990) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055156&dt_publicacao=17/09/1990) | [1990/0005515-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055156&dt_publicacao=17/09/1990) | [Decisão:03/09/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055156&dt_publicacao=17/09/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/09/1990 | PG:09517 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00028 |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000002451&dt_publicacao=16/04/1990) | [226](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000002451&dt_publicacao=16/04/1990) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000002451&dt_publicacao=16/04/1990) | [1990/0000245-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000002451&dt_publicacao=16/04/1990) | [Decisão:28/03/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000002451&dt_publicacao=16/04/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/04/1990 | PG:02879 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00026 |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127608&dt_publicacao=05/03/1990) | [195](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127608&dt_publicacao=05/03/1990) | [TO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127608&dt_publicacao=05/03/1990) | [1989/0012760-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127608&dt_publicacao=05/03/1990) | [Decisão:06/02/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127608&dt_publicacao=05/03/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/03/1990 | PG:01416 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00024 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086227&dt_publicacao=05/02/1990) | [128](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086227&dt_publicacao=05/02/1990) | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086227&dt_publicacao=05/02/1990) | [1989/0008622-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086227&dt_publicacao=05/02/1990) | [Decisão:08/11/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086227&dt_publicacao=05/02/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/02/1990 | PG:00458 |
| **JTS** |  |  | VOL.:00018 | PG:00175 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00093 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00017 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900089226&dt_publicacao=11/09/1989) | [181](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900089226&dt_publicacao=11/09/1989) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900089226&dt_publicacao=11/09/1989) | [1989/0008922-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900089226&dt_publicacao=11/09/1989) | [Decisão:22/08/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900089226&dt_publicacao=11/09/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/09/1989 | PG:14371 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00003 | PG:00896 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00020 |

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

## Enunciado:

Não há conflito de competência entre o Tribunal de Justiça e Tribunal de Alçada do mesmo estado-membro.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00105 INC:00001 LET:D

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

13/12/1990

## Fonte:

DJ DATA:04/01/1991 PG:00034 RSTJ VOL.:00033 PG:00035

RT VOL.:00663 PG:00171

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA. NÃO HÁ CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E TRIBUNAL DE ALÇADA DO MESMO ESTADO-MEMBRO. [...]" ([CC 1364](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271364%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, CORTE ESPECIAL, julgado em 08/11/1990, DJ 04/03/1991, p. 1956)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000067677&dt_publicacao=04/03/1991) | [1364](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000067677&dt_publicacao=04/03/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000067677&dt_publicacao=04/03/1991) | [1990/0006767-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000067677&dt_publicacao=04/03/1991) | [Decisão:08/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000067677&dt_publicacao=04/03/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/03/1991 | PG:01956 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00200 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00037 |

# SÚMULA 23

DIREITO TRIBUTÁRIO - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

## Enunciado:

O Banco Central do Brasil é parte legítima nas ações fundadas na Resolução 1154, de 1986.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:004131 ANO:1962 ART:00029 ART:00030 ART:00058

LEG:FED LEI:004595 ANO:1964 LEG:FED RES:001154 ANO:1986

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

19/03/1991

## Fonte:

DJ DATA:22/03/1991 PG:03077 RSTJ VOL.:00033 PG:00047

RT VOL.:00665 PG:00171

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] RESOLUÇÃO 1154, DO BACEN. [...] AÇÃO DECLARATÓRIA. LEGITIMIDADE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL PARA FIGURAR AO LADO DA UNIÃO FEDERAL COMO RÉU NO PROCESSO, PORQUE AUTOR DO ATO IMPUGNADO. [...]" ([REsp 2589](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272589%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/09/1990, DJ 09/10/1990, p. 10883)

"[...] LEGITIMIDADE. BACEN. RES. 1154/86. [...] O BANCO CENTRAL DETEM LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DA LIDE COMO LITISCONSORTE NECESSÁRIO, ONDE SE BUSCA A REPETIÇÃO DE INDÉBITO ORIGINADA DA EXIGÊNCIA IMPOSTA PELA RESOLUÇÃO 1154/86. [...]" ([REsp 4121](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274121%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 05/09/1990, DJ 01/10/1990, p. 10435)

"[...] ENCARGO FINANCEIRO SOBRE A EMISSÃO DE PASSAGENS INTERNACIONAIS. TEM O BANCO CENTRAL DO BRASIL LEGITIMIDADE PARA FIGURAR COMO RÉU, EM AÇÃO DESTINADA A OBTER DECLARAÇÃO DE NULIDADE DA RESOLUÇÃO 1.154/86, QUE INSTITUIU O ENCARGO FINANCEIRO REFERIDO. [...]" ([REsp 3601](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273601%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro ARMANDO ROLEMBERG, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/08/1990, DJ 01/10/1990, p. 10443)

"[...] AÇÃO INSURGINDO-SE CONTRA A COBRANÇA, CONSIDERADA INDEVIDA, DE ENCARGOS FINANCEIROS INSTITUÍDOS ATRAVÉS DE RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL. NATUREZA DECLARATÓRIA DO PEDIDO. LEGITIMIDADE PASSIVA. [...] SENDO O BANCO CENTRAL DO BRASIL, QUE EXPEDIU RESOLUÇÃO INSTITUINDO ENCARGOS FINANCEIROS SOBRE PASSAGENS INTERNACIONAIS E AQUISIÇÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA, EXECUTOR DAS MEDIDAS QUE DERAM CAUSA À AÇÃO DE NATUREZA DECLARATÓRIA NEGATIVA, É PARTE LEGÍTIMA PARA RESPONDER AOS TERMOS DA DEMANDA. [...]" ([REsp 3802](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273802%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro LUIZ VICENTE

CERNICCHIARO, Rel. p/ Acórdão Ministro HÉLIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/1990, DJ 10/09/1990, p. 9120)

"[...] AÇÃO DECLARATÓRIA - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO - RESOLUÇÃO N. 1.154 DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. ENCARGO FINANCEIRO EXIGIDO COM BASE NA RES. 1.154 DO BACEN. NÃO SE TRATA DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO E SIM DE DECLARAÇÃO DE ILEGALIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO. O BACEN INDISCUTIVELMENTE É PARTE LEGÍTIMA. [...]" ([REsp 3596](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273596%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/08/1990, DJ 20/08/1990, p. 7960)

"[...] ENCARGOS FINANCEIROS INSTITUÍDOS ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO N. 1.154/86, DO BANCO CENTRAL. AÇÃO DECLARATÓRIA NEGATIVA DA OBRIGAÇÃO EM CAUSA. LEGITIMAÇÃO PASSIVA DA REFERIDA AUTARQUIA. DEVENDO A AÇÃO DECLARATÓRIA DIRIGIR-SE CONTRA AQUELE EM FACE DO QUAL A COISA JULGADA PRECISA PRODUZIR OS SEUS EFEITOS, NINGUÉM MAIS PASSIVAMENTE LEGITIMADO PARA A DECLARATÓRIA EM CAUSA DO QUE O BANCO CENTRAL, ENTIDADE DE QUE PARTIU A EXIGÊNCIA IMPUGNADA. [...]" ([REsp 2558](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272558%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro ILMAR GALVAO, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/06/1990, DJ 06/08/1990, p. 7326)

"[...] RESOLUÇÃO N. 1.154, DO BACEN. LEGITIMIDADE PASSIVA. [...] TRATANDO-SE DE AÇÃO ONDE SE PLEITEIA OBTER A DECLARAÇÃO DE ILEGALIDADE DA RESOLUÇÃO N. 1.154/86, DO BACEN, TINHA ESTE LEGITIMIDADE PARA FIGURAR AO LADO DA UNIÃO FEDERAL COMO RÉU NO PROCESSO, PORQUE AUTOR DO ATO IMPUGNADO. [...]" ([REsp 2742](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272742%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro GERALDO SOBRAL, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/06/1990, DJ 06/08/1990, p. 7323)

"[...] AÇÃO DE REPETIÇÃO AJUIZADA CONTRA O BANCO CENTRAL. LEGITIMIDADE PASSIVA

DESTE." ([REsp 2738](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272738%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, Rel. p/ Acórdão Ministro CARLOS VELLOSO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/1990, DJ 25/06/1990, p. 6031)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000028167&dt_publicacao=09/10/1990) | [2589](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000028167&dt_publicacao=09/10/1990) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000028167&dt_publicacao=09/10/1990) | [1990/0002816-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000028167&dt_publicacao=09/10/1990) | [Decisão:26/09/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000028167&dt_publicacao=09/10/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/10/1990 | PG:10883 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00052 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000069556&dt_publicacao=01/10/1990) | [4121](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000069556&dt_publicacao=01/10/1990) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000069556&dt_publicacao=01/10/1990) | [1990/0006955-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000069556&dt_publicacao=01/10/1990) | [Decisão:05/09/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000069556&dt_publicacao=01/10/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/10/1990 | PG:10435 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00071 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055440&dt_publicacao=01/10/1990) | [3601](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055440&dt_publicacao=01/10/1990) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055440&dt_publicacao=01/10/1990) | [1990/0005544-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055440&dt_publicacao=01/10/1990) | [Decisão:20/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055440&dt_publicacao=01/10/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/10/1990 | PG:10443 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00064 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000061342&dt_publicacao=10/09/1990) | [3802](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000061342&dt_publicacao=10/09/1990) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000061342&dt_publicacao=10/09/1990) | [1990/0006134-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000061342&dt_publicacao=10/09/1990) | [Decisão:15/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000061342&dt_publicacao=10/09/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/09/1990 | PG:09120 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00023 | PG:00243 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00066 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055393&dt_publicacao=20/08/1990) | [3596](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055393&dt_publicacao=20/08/1990) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055393&dt_publicacao=20/08/1990) | [1990/0005539-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055393&dt_publicacao=20/08/1990) | [Decisão:06/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055393&dt_publicacao=20/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/08/1990 | PG:07960 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00061 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026709&dt_publicacao=06/08/1990) | [2558](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026709&dt_publicacao=06/08/1990) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026709&dt_publicacao=06/08/1990) | [1990/0002670-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026709&dt_publicacao=06/08/1990) | [Decisão:18/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026709&dt_publicacao=06/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/08/1990 | PG:07326 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00049 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000034086&dt_publicacao=06/08/1990) | [2742](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000034086&dt_publicacao=06/08/1990) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000034086&dt_publicacao=06/08/1990) | [1990/0003408-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000034086&dt_publicacao=06/08/1990) | [Decisão:13/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000034086&dt_publicacao=06/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/08/1990 | PG:07323 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00059 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000034043&dt_publicacao=25/06/1990) | [2738](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000034043&dt_publicacao=25/06/1990) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000034043&dt_publicacao=25/06/1990) | [1990/0003404-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000034043&dt_publicacao=25/06/1990) | [Decisão:06/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000034043&dt_publicacao=25/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/06/1990 | PG:06031 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00055 |

# DIREITO PENAL - ESTELIONATO

## Enunciado:

Aplica-se ao crime de estelionato, em que figure como vítima entidade autárquica da previdência social, a qualificadora do

§ 3º, do art. 171 do Código Penal.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:002848 ANO:1940

\*\*\*\*\* CP-40 CODIGO PENAL ART:00171 PAR:00003

LEG:FED LEI:003807 ANO:1960

\*\*\*\*\* LOPS-60 LEI ORGANICA DA PREVIDENCIA SOCIAL ART:00155 INC:00004 LET:A LET:B LET:C

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

04/04/1991

## Fonte:

DJ DATA:10/04/1991 PG:04043 RSTJ VOL.:00033 PG:00075

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ESTELIONATO POR EQUIPARAÇÃO. UNIFORMIZAÇÃO. INCIDÊNCIA DO PARÁGRAFO 3. DO ART. 171. NO DELITO DO ART. 155 IV 'A'' DA LOPS, EQUIPARADO A ESTELIONATO, CABE A MAJORANTE DO PARÁGRAFO 3. DO ART. 171, SEGUNDO DECISÃO EM INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS CRIMINAIS." ([REsp 2169](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272169%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 06/12/1990, DJ 04/03/1991, p. 1964)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000012937&dt_publicacao=04/03/1991) | [2169](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000012937&dt_publicacao=04/03/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000012937&dt_publicacao=04/03/1991) | [1990/0001293-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000012937&dt_publicacao=04/03/1991) | [Decisão:06/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000012937&dt_publicacao=04/03/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/03/1991 | PG:01964 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00077 |
| **RT** |  |  | VOL.:00671 | PG:00387 |

# SÚMULA 25

DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA

## Enunciado:

Nas ações da Lei de Falências o prazo para a interposição de recurso conta-se da intimação da parte.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00242 PAR:00001 PAR:00002

LEG:FED DEL:007661 ANO:1945

\*\*\*\*\* LF-45 LEI DE FALENCIA ART:00207

(COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 6014/73) LEG:FED LEI:006014 ANO:1973

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

10/04/1991

## Fonte:

DJ DATA:17/04/1991 PG:04476 RSTJ VOL.:00033 PG:00087

RT VOL.:00666 PG:00173

## Excerto dos Precedentes Originários:

"FALÊNCIA. RECURSO. CONTAGEM DO PRAZO. NOS PROCESSOS FALIMENTARES, O PROCEDIMENTO E OS PRAZOS DA APELAÇÃO E DO AGRAVO DE INSTRUMENTO SÃO OS PREVISTOS NO CPC (ART. 207 DA LEI DE FALENCIAS, ART. 207, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 6.014/73). DE RIGOR, ASSIM, PARA A FLUÊNCIA DO PRAZO RECURSAL, A INTIMAÇÃO DA PARTE NOS TERMOS DO DISPOSTO NOS ARTS. 242 E 506 DO CPC. [...]" ([REsp 3184](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273184%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 28/08/1990, DJ 01/10/1990, p. 10450)

"[...] FALÊNCIA. APELAÇÃO. PRAZO. TERMO INICIAL. O PRAZO PARA O OFERECIMENTO DA APELAÇÃO CONTA-SE DA DATA EM QUE AS PARTES SÃO INTEIRADAS DA SENTENÇA, QUANDO NÃO PUBLICADA EM AUDIÊNCIA (ART. 242 DO C.P.C. C/C O ART. 207 DA LEI DE FALÊNCIAS) [...]" ([REsp 3630](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273630%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/1990, DJ 10/09/1990, p. 9128)

"[...] PRAZO FALIMENTAR. RECURSO. CONTAGEM. EXEGESE. INCIDÊNCIA DOS ARTS. 207 DO DL 7661/45 E 242, CPC. [...] POR FORÇA DA REDAÇÃO DADA AO ART. 207 DA LEI FALIMENTAR (DL

7661/45) PELA LEI 6.014/73, OS RECURSOS FALIMENTARES CORREM DA INTIMAÇÃO DAS DECISÕES, NOS TERMOS DO ART. 242, CPC, INAPLICANDO-SE O DISPOSTO NO ART. 204 DA 'LEI DE QUEBRA'." ([REsp 1714](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271714%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA,

julgado em 14/08/1990, DJ 17/09/1990, p. 9511)

"FALÊNCIA - SENTENÇA JULGAMENTO EXTINTO O PROCESSO EM VIRTUDE DO DEPÓSITO DA IMPORTÂNCIA DO DÉBITO - CONDENAÇÃO A ACESSÓRIOS - RECURSO - INÍCIO DE FLUÊNCIA DO PRAZO. O ARTIGO 204 DA LEI DE FALÊNCIA DETERMINA QUE CORRAM, INDEPENDENTEMENTE DE INTIMAÇÃO, OS PRAZOS NELA MARCADOS. OS RECURSOS, ENTRETANTO, REGEM-SE PELO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E OS RESPECTIVOS PRAZOS SÃO OS NELE ESTABELECIDOS (ARTIGO 207). NÃO INCIDE O DISPOSTO NO ARTIGO 204." ([REsp 2976](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272976%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/06/1990, DJ 06/08/1990, p. 7336)

"FALÊNCIA. APELAÇÃO. CONTAGEM DO PRAZO. NOS PROCESSOS FALENCIAIS, O PROCEDIMENTO E OS PRAZOS DA APELAÇÃO E DO AGRAVO DE INSTRUMENTO SÃO OS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI DE FALÊNCIAS, ART. 207, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 6014/73). ASSIM, O PRAZO PARA A APELAÇÃO SERÁ CONTADO APÓS A INTIMAÇÃO DA PARTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 242 DO ALUDIDO CÓDIGO. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 204 DA LEI FALIMENTAR AOS ALUDIDOS RECURSOS. [...]" ([REsp 1711](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271711%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 06/03/1990, DJ 26/03/1990, p. 2175)

"FALÊNCIA. DEPÓSITO ELISIVO. APELAÇÃO. PRAZO. [...] O PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DO APELO MANIFESTADO CONTRA A SENTENÇA QUE, EM FACE DO DEPÓSITO ELISIVO DA FALÊNCIA, JULGOU EXTINTO O PROCESSO, É DE SER CONTADO A PARTIR DE SUA INTIMAÇÃO. [...]" ([REsp 1709](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271709%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 06/02/1990, DJ 16/04/1990, p. 2879)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000046840&dt_publicacao=01/10/1990) | [3184](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000046840&dt_publicacao=01/10/1990) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000046840&dt_publicacao=01/10/1990) | [1990/0004684-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000046840&dt_publicacao=01/10/1990) | [Decisão:28/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000046840&dt_publicacao=01/10/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/10/1990 | PG:10450 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00101 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055725&dt_publicacao=10/09/1990) | [3630](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055725&dt_publicacao=10/09/1990) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055725&dt_publicacao=10/09/1990) | [1990/0005572-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055725&dt_publicacao=10/09/1990) | [Decisão:21/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055725&dt_publicacao=10/09/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/09/1990 | PG:09128 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00104 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127357&dt_publicacao=17/09/1990) | [1714](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127357&dt_publicacao=17/09/1990) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127357&dt_publicacao=17/09/1990) | [1989/0012735-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127357&dt_publicacao=17/09/1990) | [Decisão:14/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127357&dt_publicacao=17/09/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/09/1990 | PG:09511 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00095 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000041597&dt_publicacao=06/08/1990) | [2976](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000041597&dt_publicacao=06/08/1990) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000041597&dt_publicacao=06/08/1990) | [1990/0004159-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000041597&dt_publicacao=06/08/1990) | [Decisão:05/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000041597&dt_publicacao=06/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/08/1990 | PG:07336 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00099 |
| **RT** |  |  | VOL.:00660 | PG:00218 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127322&dt_publicacao=26/03/1990) | [1711](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127322&dt_publicacao=26/03/1990) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127322&dt_publicacao=26/03/1990) | [1989/0012732-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127322&dt_publicacao=26/03/1990) | [Decisão:06/03/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127322&dt_publicacao=26/03/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/03/1990 | PG:02175 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00092 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127306&dt_publicacao=16/04/1990) | [1709](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127306&dt_publicacao=16/04/1990) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127306&dt_publicacao=16/04/1990) | [1989/0012730-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127306&dt_publicacao=16/04/1990) | [Decisão:06/02/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127306&dt_publicacao=16/04/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/04/1990 | PG:02879 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00317 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00089 |

# SÚMULA 26

DIREITO EMPRESARIAL - TÍTULOS DE CRÉDITO

## Enunciado:

O avalista do título de crédito vinculado a contrato de mútuo também responde pelas obrigações pactuadas, quando no contrato figurar como devedor solidário.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:00896 ART:00904

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

12/06/1991

## Fonte:

DJ DATA:20/06/1991 PG:08374 RSTJ VOL.:00033 PG:00109

RT VOL.:00669 PG:00178

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] MÚTUO COM GARANTIA CAMBIARIFORME - AVALISTA - SOLIDARIEDADE (ART. 896, DO CC) [...] PRECEDENTES DO STJ ASSENTARAM O ENTENDIMENTO SEGUNDO O QUAL SE OS AVALISTAS TAMBÉM FIRMARAM CLÁUSULA CONTRATUAL ONDE SE CONSUBSTANCIA O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE INSERTO NOS ARTIGOS 896 E 904 DO CÓDIGO CIVIL (INSTITUTO DA SOLIDARIEDADE), ENTÃO SE VINCULAM À OBRIGAÇÃO PACTUADA. [...]" ([REsp 6251](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276251%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/12/1990, DJ 18/02/1991, p. 1038)

"NOTA PROMISSÓRIA / CONTRATO DE MÚTUO. EXECUÇÃO. AVAL. [...] PODE O AVALISTA FIGURAR, COMO DEVEDOR SOLIDÁRIO, NO CONTRATO DE MÚTUO, ADERINDO, ASSIM, A DÍVIDA DO MUTUÁRIO. [...]" ([REsp 5060](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275060%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/10/1990, DJ 12/11/1990, p. 12870)

"DEVEDOR SOLIDÁRIO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. AVALISTA. [...] RESPONDE TAMBÉM PELAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO QUEM, ALÉM DE DAR O SEU AVAL AO EMITENTE DE TÍTULO DE CRÉDITO DELE DECORRENTE, ASSUME A POSIÇÃO DE DEVEDOR NO ALUDIDO CONTRATO. [...]" ([REsp 3839](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273839%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 18/09/1990, DJ 05/11/1990, p. 12432)

"EXECUÇÃO POR CONTRATO DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO, E NOTA PROMISSÓRIA DELE DECORRENTE. O AVALISTA DA CAMBIAL, E QUE ASSINA COMO PRINCIPAL PAGADOR O CONTRATO, NÃO DEVE SER EXCLUÍDO DA RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL. [...]" ([REsp 2945](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272945%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 28/08/1990, DJ 24/09/1990, p. 9983)

"[...] NOTA PROMISSÓRIA VINCULADA A CONTRATO DE MÚTUO. OBRIGAÇÃO ASSUMIDA POR AVALISTA. É RESPONSÁVEL PELOS ENCARGOS CONVENCIONADOS O AVALISTA DE NOTA PROMISSÓRIA, QUE TAMBÉM FIRMA O CONTRATO DE MÚTUO COM A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NA QUALIDADE DE DEVEDOR SOLIDÁRIO. [...]" ([REsp 2773](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272773%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 07/08/1990, DJ 03/09/1990, p. 8846)

"[...] EMPRÉSTIMO BANCÁRIO - CAMBIAL - VINCULAÇÃO A CONTRATO - AUTONOMIA DA CÁRTULA. [...] A DOUTRINA SE ASSENTOU EM QUE A AUTONOMIA DA NOTA PROMISSÓRIA NÃO SE ABALA PELO FATO DE ESTAR PRESA A CONTRATO. ASSIM, NÃO SE TERIA INEXECUTÁVEL A CAMBIAL AO ARGUMENTO DE QUE ESTA ESTEJA PRESA A CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO, EIS QUE TAMBÉM O ENTENDIMENTO PRETORIANO REALÇA A SUA AUTONOMIA E EXECUTORIEDADE, OSTENTANDO SUA EFICÁCIA NO DIREITO MATERIAL QUE A REGULA QUANTO A SUA CONSTITUIÇÃO E FORMALIDADES EXTRÍNSECAS. [...]" ([REsp 3257](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273257%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/06/1990, DJ 27/08/1990, p. 8323)

"MÚTUO - CONTRATO - PROMISSÓRIA - AVAL. INEXISTE IMPEDIMENTO A QUE O AVALISTA FIGURE, COMO DEVEDOR SOLIDÁRIO, NO CONTRATO DE MÚTUO, ADERINDO À DÍVIDA DO MUTUÁRIO. RESPONDERÁ NESSE CASO, TAMBÉM PELOS ACESSÓRIOS ALI PREVISTOS, NADA IMPORTANDO QUE RESULTE OBRIGAÇÃO MAIS AMPLA QUE A ORIUNDA DA CAMBIAL." ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272405%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [2405](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272405%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/1990, DJ

11/06/1990, p. 5358)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000120250&dt_publicacao=18/02/1991) | [6251](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000120250&dt_publicacao=18/02/1991) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000120250&dt_publicacao=18/02/1991) | [1990/0012025-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000120250&dt_publicacao=18/02/1991) | [Decisão:11/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000120250&dt_publicacao=18/02/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/02/1991 | PG:01038 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00137 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000091039&dt_publicacao=12/11/1990) | [5060](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000091039&dt_publicacao=12/11/1990) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000091039&dt_publicacao=12/11/1990) | [1990/0009103-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000091039&dt_publicacao=12/11/1990) | [Decisão:09/10/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000091039&dt_publicacao=12/11/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/11/1990 | PG:12870 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00133 |
| **RT** |  |  | VOL.:00662 | PG:00194 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000062055&dt_publicacao=05/11/1990) | [3839](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000062055&dt_publicacao=05/11/1990) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000062055&dt_publicacao=05/11/1990) | [1990/0006205-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000062055&dt_publicacao=05/11/1990) | [Decisão:18/09/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000062055&dt_publicacao=05/11/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/11/1990 | PG:12432 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00470 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00127 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000040892&dt_publicacao=24/09/1990) | [2945](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000040892&dt_publicacao=24/09/1990) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000040892&dt_publicacao=24/09/1990) | [1990/0004089-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000040892&dt_publicacao=24/09/1990) | [Decisão:28/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000040892&dt_publicacao=24/09/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/09/1990 | PG:09983 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00121 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000034957&dt_publicacao=03/09/1990) | [2773](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000034957&dt_publicacao=03/09/1990) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000034957&dt_publicacao=03/09/1990) | [1990/0003495-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000034957&dt_publicacao=03/09/1990) | [Decisão:07/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000034957&dt_publicacao=03/09/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/09/1990 | PG:08846 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00116 |
| **RT** |  |  | VOL.:00665 | PG:00181 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000048702&dt_publicacao=27/08/1990) | [3257](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000048702&dt_publicacao=27/08/1990) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000048702&dt_publicacao=27/08/1990) | [1990/0004870-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000048702&dt_publicacao=27/08/1990) | [Decisão:29/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000048702&dt_publicacao=27/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/08/1990 | PG:08323 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00026 | PG:00343 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00124 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000022118&dt_publicacao=11/06/1990) | [2405](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000022118&dt_publicacao=11/06/1990) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000022118&dt_publicacao=11/06/1990) | [1990/0002211-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000022118&dt_publicacao=11/06/1990) | [Decisão:22/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000022118&dt_publicacao=11/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/06/1990 | PG:05358 |
| **JTARS** |  |  | VOL.:00076 | PG:00365 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00111 |

# SÚMULA 27

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO

## Enunciado:

Pode a execução fundar-se em mais de um título extrajudicial relativos ao mesmo negócio.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00573 ART:00618

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

12/06/1991

## Fonte:

DJ DATA:20/06/1991 PG:08374 RSTJ VOL.:00033 PG:00143

RT VOL.:00669 PG:00178

## Excerto dos Precedentes Originários:

"EXECUÇÃO - CONTRATO E NOTA PROMISSÓRIA. REFERINDO-SE À MESMA DÍVIDA, OS DOIS TÍTULOS DEVEM INSTRUIR A INICIAL, INEXISTINDO IMPEDIMENTO A QUE, NO CONTRATO, SEJAM PACTUADOS ACESSÓRIOS. [...]" ([REsp 5199](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275199%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/12/1990, DJ 25/02/1991, p. 1468)

"EXECUÇÃO. NOTA PROMISSÓRIA VINCULADA A CONTRATO DE FINANCIAMENTO. NADA IMPEDE QUE O CREDOR INSTRUA A EXECUÇÃO COM PLURALIDADE DE TÍTULOS VINCULADOS AO MESMO NEGÓCIO. [...]" ([REsp 6592](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276592%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA,

julgado em 11/12/1990, DJ 25/02/1991, p. 1473)

"EXECUÇÃO. PLURALIDADE DE TÍTULOS EXECUTIVOS. [...] É ADMISSÍVEL A EXECUÇÃO FUNDADA NA PLURALIDADE DE TÍTULOS VINCULADOS AO MESMO NEGÓCIO. [...]" ([REsp 5511](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275511%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/1990, DJ 17/12/1990,

p. 15384)

"[...] PLURALIDADE DE TÍTULOS VINCULADOS AO MESMO NEGÓCIO. POSSIBILIDADE. [...] A LEI NÃO VEDA QUE O CREDOR INSTRUA A EXECUÇÃO COM PLURALIDADE DE TÍTULOS VINCULADOS AO MESMO NEGÓCIO. - INSTRUMENTALIZADA A EXECUÇÃO COM MAIS DE UM TÍTULO, A EVENTUAL IMPRESTABILIDADE DE UM NÃO INDUZ, NECESSARIAMENTE, A INVALIDADE DOS DEMAIS. HAVENDO APENAS UM VÁLIDO DENTRE ELES, IDÔNEA SE AFIGURA A EXECUÇÃO, RESSALVADA POSIÇÃO DE AVALISTAS SE IMPRESTÁVEL O TÍTULO CAMBIAL, UMA VEZ INEXISTIR AVAL FORA DESTE." ([REsp 2531](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272531%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 29/06/1990, DJ 20/08/1990, p. 7968)

"EXECUÇÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO E NOTA PROMISSÓRIA EMITIDA EM GARANTIA. AUSÊNCIA DE NULIDADE. LIQUIDEZ. EM NENHUMA DAS HIPÓTESES DO ART. 618, DO C.P.C., ENCONTRA-SE A DE NULIDADE DE EXECUÇÃO APARELHADA CONCOMITANTEMENTE COM O CONTRATO DE FINANCIAMENTO E A NOTA PROMISSÓRIA EMITIDA EM GARANTIA. LIQUIDEZ DOS TÍTULOS NÃO AFETADA PELA COBRANÇA DO SALDO DEVEDOR. [...]" ([REsp 2550](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272550%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/05/1990, DJ 04/06/1990, p. 5060)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000094119&dt_publicacao=25/02/1991) | [5199](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000094119&dt_publicacao=25/02/1991) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000094119&dt_publicacao=25/02/1991) | [1990/0009411-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000094119&dt_publicacao=25/02/1991) | [Decisão:19/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000094119&dt_publicacao=25/02/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/02/1991 | PG:01468 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00153 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000127645&dt_publicacao=25/02/1991) | [6592](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000127645&dt_publicacao=25/02/1991) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000127645&dt_publicacao=25/02/1991) | [1990/0012764-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000127645&dt_publicacao=25/02/1991) | [Decisão:11/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000127645&dt_publicacao=25/02/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/02/1991 | PG:01473 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00160 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000102529&dt_publicacao=17/12/1990) | [5511](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000102529&dt_publicacao=17/12/1990) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000102529&dt_publicacao=17/12/1990) | [1990/0010252-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000102529&dt_publicacao=17/12/1990) | [Decisão:13/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000102529&dt_publicacao=17/12/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/12/1990 | PG:15384 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00157 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000025826&dt_publicacao=20/08/1990) | [2531](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000025826&dt_publicacao=20/08/1990) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000025826&dt_publicacao=20/08/1990) | [1990/0002582-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000025826&dt_publicacao=20/08/1990) | [Decisão:29/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000025826&dt_publicacao=20/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/08/1990 | PG:07968 |
| **RCJ** |  |  | VOL.:00039 | PG:00077 |
| **RJM** |  |  | VOL.:00087/88 | PG:00055 |
| **RJM** |  |  | VOL.:00098 | PG:00070 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00370 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00145 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026369&dt_publicacao=04/06/1990) | [2550](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026369&dt_publicacao=04/06/1990) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026369&dt_publicacao=04/06/1990) | [1990/0002636-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026369&dt_publicacao=04/06/1990) | [Decisão:08/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026369&dt_publicacao=04/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/06/1990 | PG:05060 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00150 |

# SÚMULA 28

DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

## Enunciado:

O contrato de alienação fiduciária em garantia pode ter por objeto bem que já integrava o patrimônio do devedor.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:004728 ANO:1965 ART:00066

(COM REDAÇÃO DADA PELO ART. 1º DO DECRETO-LEI 911, DE 01/10/69)

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

25/09/1991

## Fonte:

DJ DATA:08/10/1991 PG:14038 RSTJ VOL.:00033 PG:00165

## Excerto dos Precedentes Originários:

"ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. BENS NÃO ADQUIRIDOS COM O PRODUTO DO FINANCIAMENTO. A LEI ADMITE A POSSIBILIDADE DE SEREM FIDUCIARIAMENTE ALIENADOS BENS JÁ ANTES PERTENCENTES AO DEVEDOR, E PORTANTO NÃO ADQUIRIDOS COM O PRODUTO DO FINANCIAMENTO. EXCLUSÃO, TODAVIA, DA COMINAÇÃO DE PRISÃO CIVIL, NÃO ESSENCIAL À NATUREZA MESMA DA AÇÃO DE DEPÓSITO E EXCLUÍDA DO PERMISSIVO DO ART. 5O., LXVII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, QUE PERTINE TÃO SOMENTE AOS DEPÓSITOS CLÁSSICOS, PREVISTOS NO CÓDIGO CIVIL, SEM POSSÍVEIS AMPLIAÇÕES QUE PONHAM EM RISCO A LIBERDADE DOS DEVEDORES EM GERAL. [...]" ([REsp 7943](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277943%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 30/04/1991, DJ 10/06/1991, p. 7854)

"[...] CÉDULA DE CRÉDITO A EXPORTAÇÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. OBJETO. A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DE DÍVIDA REPRESENTADA POR CÉDULA DE CRÉDITO A EXPORTAÇÃO, PODE TER POR OBJETO BENS JÁ INTEGRANTES DO PATRIMÔNIO DO DEVEDOR."

([REsp 5306](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275306%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/04/1991, DJ 06/05/1991, p. 5664)

"ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. [...] PODE SER OBJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA A COISA JÁ COMPONENTE, NA DATA DO RESPECTIVO INSTRUMENTO, DO PATRIMÔNIO DO ALIENANTE. [...]" ([REsp 2222](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272222%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA

TURMA, julgado em 09/04/1991, DJ 10/06/1991, p. 7851)

"[...] MÚTUO (EMPRÉSTIMO BANCÁRIO) - BEM DO PATRIMÔNIO DO DEVEDOR (ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA). [...] A JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE, INCLUSIVE A DO PRETÓRIO EXCELSO, CONSOLIDOU ENTENDIMENTO SEGUNDO O QUAL QUALQUER INSTITUIÇÃO EM SENTIDO AMPLO, ENTRE AS QUAIS AS ENTIDADES BANCÁRIAS QUE NÃO SÃO SOCIEDADES FINANCEIRAS, PODE UTILIZAR-SE DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA PARA GARANTIA DE SEUS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS. II - ADMISSÍVEL QUE O BEM DADO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA PARA GARANTIA DE MÚTUO SEJA QUALQUER DO PATRIMÔNIO DO DEVEDOR, EIS QUE O STJ CONSOLIDOU TESE QUE PERMITE CERTO ELASTERIO DO INSTITUTO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA PARA SE AJUSTAR AO DINAMISMO DOS NEGÓCIOS FINANCEIROS. [...]" ([REsp 5937](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275937%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/1990, DJ 18/02/1991, p. 1037)

"ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - GRAVAME INCIDENTE SOBRE BEM QUE JÁ INTEGRAVA O PATRIMÔNIO DO DEVEDOR - POSSIBILIDADE. INEXISTE EXIGÊNCIA LEGAL DE QUE A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DEVA NECESSARIAMENTE TER POR OBJETO BENS ADQUIRIDOS COM O MÚTUO CUJO PAGAMENTO VISA A GARANTIR." ([REsp 4031](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274031%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/09/1990, DJ 09/10/1990, p. 10886)

"ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. BENS JÁ INTEGRADOS NO PATRIMÔNIO DO TOMADOR DO EMPRÉSTIMO. ADMISSIBILIDADE, CONFORME PRECEDENTES DO STJ. [...]" ([REsp 3348](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273348%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/08/1990, DJ 01/10/1990, p. 10445)

"ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. BENS NÃO ADQUIRIDOS COM OS RECURSOS DO FINANCIAMENTO. NÃO EXCLUI A LEI A POSSIBILIDADE DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA CONSTITUÍDA DE BENS NÃO ADQUIRIDOS COM O PRODUTO DO FINANCIAMENTO. [...]" ([REsp 1121](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271121%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/05/1990, DJ 25/06/1990, p. 6036)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100018961&dt_publicacao=10/06/1991) | [7943](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100018961&dt_publicacao=10/06/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100018961&dt_publicacao=10/06/1991) | [1991/0001896-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100018961&dt_publicacao=10/06/1991) | [Decisão:30/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100018961&dt_publicacao=10/06/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/06/1991 | PG:07854 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00030 | PG:00206 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00023 | PG:00378 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00204 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000097045&dt_publicacao=06/05/1991) | [5306](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000097045&dt_publicacao=06/05/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000097045&dt_publicacao=06/05/1991) | [1990/0009704-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000097045&dt_publicacao=06/05/1991) | [Decisão:16/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000097045&dt_publicacao=06/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/05/1991 | PG:05664 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00195 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000015391&dt_publicacao=10/06/1991) | [2222](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000015391&dt_publicacao=10/06/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000015391&dt_publicacao=10/06/1991) | [1990/0001539-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000015391&dt_publicacao=10/06/1991) | [Decisão:09/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000015391&dt_publicacao=10/06/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/06/1991 | PG:07851 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00182 |
| **RT** |  |  | VOL.:00677 | PG:00206 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111960&dt_publicacao=18/02/1991) | [5937](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111960&dt_publicacao=18/02/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111960&dt_publicacao=18/02/1991) | [1990/0011196-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111960&dt_publicacao=18/02/1991) | [Decisão:10/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111960&dt_publicacao=18/02/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/02/1991 | PG:01037 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00199 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000067030&dt_publicacao=09/10/1990) | [4031](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000067030&dt_publicacao=09/10/1990) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000067030&dt_publicacao=09/10/1990) | [1990/0006703-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000067030&dt_publicacao=09/10/1990) | [Decisão:11/09/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000067030&dt_publicacao=09/10/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/10/1990 | PG:10886 |
| **JTARS** |  |  | VOL.:00076 | PG:00368 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00191 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000050120&dt_publicacao=01/10/1990) | [3348](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000050120&dt_publicacao=01/10/1990) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000050120&dt_publicacao=01/10/1990) | [1990/0005012-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000050120&dt_publicacao=01/10/1990) | [Decisão:27/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000050120&dt_publicacao=01/10/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/10/1990 | PG:10445 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00187 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900109820&dt_publicacao=25/06/1990) | [1121](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900109820&dt_publicacao=25/06/1990) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900109820&dt_publicacao=25/06/1990) | [1989/0010982-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900109820&dt_publicacao=25/06/1990) | [Decisão:29/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900109820&dt_publicacao=25/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/06/1990 | PG:06036 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00167 |

# SÚMULA 29

DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA

## Enunciado:

No pagamento em juízo para elidir falência, são devidos correção monetária, juros e honorários de advogado.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL

ART:00020 PAR:00001 PAR:00002 PAR:00003 PAR:00004 PAR:00005

LEG:FED LEI:006899 ANO:1981

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

09/10/1991

## Fonte:

DJ DATA:18/10/1991 PG:14591 RSTJ VOL.:00033 PG:00217

RT VOL.:00672 PG:00195

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] FALÊNCIA - DEPÓSITO ELISIVO - JUROS - CUSTAS - HONORÁRIOS. [...] O DEPÓSITO ELISIVO IMPEDE A INSTAURAÇÃO DA FALÊNCIA, POR ISSO QUE IMPRIME AO PROCEDIMENTO NATUREZA DE AÇÃO DE COBRANÇA E, NESTE CASO, NÃO HÁ COMO DISPENSAR O PAGAMENTO DE JUROS, CUSTAS E HONORÁRIOS E BEM ASSIM A CORREÇÃO MONETÁRIA (LEI 6.899/81). [...]"

([REsp 6402](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276402%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, Rel. p/ Acórdão Ministro WALDEMAR ZVEITER, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/04/1991, DJ 24/06/1991, p. 8614)

"FALÊNCIA - DEPÓSITO ELISIVO - CORREÇÃO MONETÁRIA. PRETENDENDO O COMERCIANTE EFETUAR DEPÓSITO, TENDENTE A IMPEDIR A DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA, ESTE DEVE COMPREENDER A CORREÇÃO MONETÁRIA DO DÉBITO." ([REsp 6989](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276989%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/03/1991, DJ 08/04/1991, p. 3886)

"FALÊNCIA. DEPÓSITO ELISIVO. IMPRIMIDA AO FEITO A ÍNDOLE DE VERDADEIRA AÇÃO DE COBRANÇA, INCIDE A CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE O VALOR DA DÍVIDA. [...]" ([REsp 2091](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272091%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG,

Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/1990, DJ 14/05/1990, p. 4159)

"DEPÓSITO ELISIVO DA FALÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. LEI N. 6.899/81. [...] O DEPÓSITO ELISIVO, EM PEDIDO DE FALÊNCIA, CORRESPONDEM A UMA VERDADEIRA AÇÃO DE COBRANÇA, SENDO, PORTANTO, CORRIGIDO MONETARIAMENTE NOS TERMOS DA LEI N. 6.899/81. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271698%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [1698](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271698%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/1989, DJ

05/03/1990, p. 1414)

"[...] DEPÓSITO ELISIVO DE FALÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA DA LEI N. 6899/81. O DEPÓSITO ELISIVO DA FALÊNCIA TORNA O DEVEDOR DE INSOLVENTE EM INADIMPLENTE E, ASSIM, COMPELIDO A RESPONDER PELA SUA MORA, QUE VAI ALÉM DOS JUROS E ABRANGE A CORREÇÃO MONETÁRIA, QUE É A PRÓPRIA DÍVIDA EM SUA EXPRESSÃO ATUALIZADA. INCIDÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEI N. 6899/81." ([REsp 630](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27630%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro GUEIROS LEITE, TERCEIRA TURMA, julgado em 31/10/1989, DJ 04/12/1989, p. 17881)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000122597&dt_publicacao=24/06/1991) | [6402](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000122597&dt_publicacao=24/06/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000122597&dt_publicacao=24/06/1991) | [1990/0012259-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000122597&dt_publicacao=24/06/1991) | [Decisão:24/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000122597&dt_publicacao=24/06/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/06/1991 | PG:08614 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00023 | PG:00357 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00228 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000138817&dt_publicacao=08/04/1991) | [6989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000138817&dt_publicacao=08/04/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000138817&dt_publicacao=08/04/1991) | [1990/0013881-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000138817&dt_publicacao=08/04/1991) | [Decisão:12/03/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000138817&dt_publicacao=08/04/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/04/1991 | PG:03886 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00238 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000009537&dt_publicacao=14/05/1990) | [2091](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000009537&dt_publicacao=14/05/1990) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000009537&dt_publicacao=14/05/1990) | [1990/0000953-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000009537&dt_publicacao=14/05/1990) | [Decisão:10/04/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000009537&dt_publicacao=14/05/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/05/1990 | PG:04159 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00226 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900126695&dt_publicacao=05/03/1990) | [1698](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900126695&dt_publicacao=05/03/1990) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900126695&dt_publicacao=05/03/1990) | [1989/0012669-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900126695&dt_publicacao=05/03/1990) | [Decisão:12/12/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900126695&dt_publicacao=05/03/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/03/1990 | PG:01414 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00224 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099035&dt_publicacao=04/12/1989) | [630](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099035&dt_publicacao=04/12/1989) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099035&dt_publicacao=04/12/1989) | [1989/0009903-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099035&dt_publicacao=04/12/1989) | [Decisão:31/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099035&dt_publicacao=04/12/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/12/1989 | PG:17881 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00219 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00339 |

# SÚMULA 30

DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO

## Enunciado:

A comissão de permanência e a correção monetária são inacumuláveis.

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

09/10/1991

## Fonte:

DJ DATA:18/10/1991 PG:14591 RSTJ VOL.:00033 PG:00241

RT VOL.:00672 PG:00195

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CORREÇÃO MONETÁRIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INACUMULABILIDADE. [...] SEGUNDO ORIENTAÇÃO FIRMADA PELA SEGUNDA SEÇÃO DO TRIBUNAL, SÃO INACUMULÁVEIS A CORREÇÃO MONETÁRIA E A COMISSÃO DE PERMANÊNCIA." ([EREsp 8706](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278706%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/08/1991, DJ 07/10/1991, p. 13935)

"CORREÇÃO MONETÁRIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INACUMULABILIDADE. [...] SEGUNDO ORIENTAÇÃO FIRMADA PELA SEGUNDA SEÇÃO DO TRIBUNAL, SÃO INACUMULÁVEIS A CORREÇÃO MONETÁRIA E A COMISSÃO DE PERMANÊNCIA." ([REsp 10493](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710493%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/1991, DJ 23/09/1991, p. 13087)

"[...] CORREÇÃO MONETÁRIA E COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INADMISSÍVEL A COBRANÇA CUMULATIVA DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA, QUANDO JÁ VINCULADA À CORREÇÃO MONETÁRIA. CONSTITUI ÔNUS DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA O COMPROVAR DEVIDAMENTE A NÃO CONCORRÊNCIA DO BIS IN IDEM EM TEMA DE ATUALIZAÇÃO COMPENSATÓRIA DA DESVALORIZAÇÃO DA MOEDA. [...]" ([EREsp 4909](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274909%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, Rel. p/

Acórdão Ministro ATHOS CARNEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/06/1991, DJ 09/09/1991, p. 12172)

"COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - CORREÇÃO MONETÁRIA. A COMISSÃO DE PERMANÊNCIA, INSTITUÍDA QUANDO INEXISTIA PREVISÃO LEGAL DE CORREÇÃO MONETÁRIA, VISAVA A COMPENSAR A DESVALORIZAÇÃO DA MOEDA E REMUNERAR O MUTUANTE. SOBREVINDO A LEI 6.899/81, DEIXOU DE JUSTIFICAR-SE AQUELA PRIMEIRA FINALIDADE, NÃO HAVENDO DE CUMULAR-SE COM A CORREÇÃO ALI INSTITUÍDA. [...]" ([REsp 4443](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274443%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/10/1990, DJ 29/10/1990, p. 12146)

"[...] COMISSÃO DE PERMANÊNCIA . CORREÇÃO MONETÁRIA. INACUMULABILIDADE. SÃO INACUMULÁVEIS A 'COMISSÃO DE PERMANÊNCIA' E A CORREÇÃO MONETÁRIA NAS EXECUÇÕES DE TÍTULOS DE DÍVIDA LÍQUIDA E CERTA." ([REsp 2369](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272369%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER,

Rel. p/ Acórdão Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/06/1990, DJ 06/08/1990, p. 7333)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100090336&dt_publicacao=07/10/1991) | [8706](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100090336&dt_publicacao=07/10/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100090336&dt_publicacao=07/10/1991) | [1991/0009033-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100090336&dt_publicacao=07/10/1991) | [Decisão:14/08/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100090336&dt_publicacao=07/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/10/1991 | PG:13935 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00274 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100081345&dt_publicacao=23/09/1991) | [10493](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100081345&dt_publicacao=23/09/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100081345&dt_publicacao=23/09/1991) | [1991/0008134-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100081345&dt_publicacao=23/09/1991) | [Decisão:25/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100081345&dt_publicacao=23/09/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/09/1991 | PG:13087 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00281 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100001180&dt_publicacao=09/09/1991) | [4909](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100001180&dt_publicacao=09/09/1991) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100001180&dt_publicacao=09/09/1991) | [1991/0000118-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100001180&dt_publicacao=09/09/1991) | [Decisão:12/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100001180&dt_publicacao=09/09/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/09/1991 | PG:12172 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00029 | PG:00047 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00253 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000076552&dt_publicacao=29/10/1990) | [4443](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000076552&dt_publicacao=29/10/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000076552&dt_publicacao=29/10/1990) | [1990/0007655-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000076552&dt_publicacao=29/10/1990) | [Decisão:09/10/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000076552&dt_publicacao=29/10/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/10/1990 | PG:12146 |
| **REVPRO** |  |  | VOL.:00060 | PG:00235 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00249 |
| **RT** |  |  | VOL.:00664 | PG:00179 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000020590&dt_publicacao=06/08/1990) | [2369](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000020590&dt_publicacao=06/08/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000020590&dt_publicacao=06/08/1990) | [1990/0002059-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000020590&dt_publicacao=06/08/1990) | [Decisão:05/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000020590&dt_publicacao=06/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/08/1990 | PG:07333 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00243 |

# SÚMULA 31

DIREITO BANCÁRIO - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO

## Enunciado:

A aquisição, pelo segurado, de mais de um imóvel financiado pelo Sistema Financeiro da Habitação, situados na mesma localidade, não exime a seguradora da obrigação de pagamento dos seguros.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:01432

LEG:FED LEI:004380 ANO:1964 ART:00009 PAR:00001

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

09/10/1991

## Fonte:

DJ DATA:18/10/1991 PG:14591 RSTJ VOL.:00033 PG:00285

RT VOL.:00672 PG:00195

## Excerto dos Precedentes Originários:

"SEGURO HABITACIONAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. MAIS DE UM IMÓVEL ADQUIRIDO NA MESMA LOCALIDADE, INTELIGÊNCIA DA LEI N. 4380/64 A PROIBIÇÃO DE SE ADQUIRIR, NA MESMA LOCALIDADE, MAIS DE UM IMÓVEL FINANCIADO PELO SFH, DIRIGE-SE A PROTEÇÃO DESTE MESMO, NO QUE CONCERNE AOS OBJETIVOS SOCIAIS PELO SISTEMA COLIMADOS. AOS AGENTES FINANCEIROS E AO PRÓPRIO SFH CABE CONTROLAR O CUMPRIMENTO DA REGRA CONTIDA NO ART. 9 DA LEI N. 4380/64. NÃO PODEM AS SEGURADORAS DELA SE VALER PARA, SOBREVINDO A DEFUNÇÃO DO FINANCIADO, PRETENDER EXONERAR-SE DE INDENIZAÇÃO QUE QUITA OS DÉBITOS PENDENTES EM MAIS DE UM IMÓVEL ASSIM ADQUIRIDO, VEZ QUE O PREJUÍZO QUE SOFREM DECORRE DA PRÓPRIA ÁLEA ÍNSITA NO SEGURO E JÁ COBERTA PELOS PAGAMENTOS DOS RESPECTIVOS PRÊMIOS. [...]" ([REsp 3805](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273805%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 30/04/1991, DJ 20/05/1991, p. 6531)

"[...] SEGURO. SFH. AQUISIÇÃO DE MAIS DE UM IMÓVEL NA MESMA LOCALIDADE. [...] CONTRATADO O SEGURO, RECEBIDO O PRÊMIO, CUMPRE À SEGURADORA, UMA VEZ VERIFICADO O SINISTRO, HONRAR A APÓLICE, SEM RELEVO A CIRCUNSTÂNCIA DE QUE O SEGURADO TENHA OBTIDO, EM INFRAÇÃO AO ART. 9 PARÁGRAFO 1 DA LEI 4380/64, MAIS DE UM FINANCIAMENTO PELO SFH. SOMENTE O DESFAZIMENTO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO, PARA O QUE A SEGURADORA NÃO TEM LEGITIMIDADE, É QUE PODERIA REPERCUTIR NA AVENÇA SECURITÁRIA." ([REsp 5101](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275101%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, TERCEIRA

TURMA, julgado em 08/04/1991, DJ 06/05/1991, p. 5663)

"[...] SEGURO - IMÓVEIS NO MESMO MUNICÍPIO - SISTEMA HABITACIONAL (SFH) - MORTE DO

MUTUÁRIO. [...] Tem-se como aplicável o princípio da boa-fé, quando, os contratos de seguro referem-se a imóveis diversos que, embora adquiridos no mesmo Município, foram financiados e segurados, respectivamente, por agentes financeiros e entidades securitárias distintos. II - Ocorrido o sinistro, a morte do mutuário, cumpre à Companhia de Seguros adimplir sua obrigação, pois se cada seguradora recebeu o prêmio do seguro, cabe-lhe o compromisso de ressarcir o segurado pelo eventual risco, eis que tal avença é de natureza sinalagmática. [...]" ([REsp 5932](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275932%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/12/1990, DJ 18/02/1991, p. 1037)

"SEGURO HABITACIONAL. AQUISIÇÃO DE MAIS DE UM IMÓVEL RESIDENCIAL NO MESMO MUNICÍPIO (SFH). MORTE DO MUTUÁRIO. COBERTURA DO SEGUNDO CONTRATO. POSSIBILIDADE. [...] A LEI N. 4380/64, AO IMPEDIR, NO ART. 9., PAR-1., A AQUISIÇÃO DE MAIS DE UM IMÓVEL OBJETO DE APLICAÇÃO PELO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO, DIZ COM O SISTEMA EM SI, NO QUE TEM A VER COM O FINANCIAMENTO; VINCULA O MUTUÁRIO AO AGENTE FINANCEIRO. 2. DIVERSA, PORÉM, A RELAÇÃO ENTRE SEGURADO E SEGURADOR: RECEBIDO, PELO SEGURADOR, O PRÊMIO, CABE-LHE, OCORRIDA A MORTE DO SEGURADO, CUMPRIR A SUA PARTE, QUITANDO OS DÉBITOS PENDENTES. [...]" ([REsp 2910](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272910%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/1990, DJ 18/02/1991, p. 1033)

"SEGURO HABITACIONAL. AQUISIÇÃO DE MAIS DE UM IMÓVEL RESIDENCIAL NO MESMO MUNICÍPIO (SFH). MORTE DO MUTUÁRIO. COBERTURA DO SEGUNDO CONTRATO. POSSIBILIDADE. [...] A LEI N. 4380/64, AO IMPEDIR, NO ART. 9, PAR. 1, A AQUISIÇÃO DE MAIS DE UM IMÓVEL OBJETO DE APLICAÇÃO PELO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO, DIZ COM O SISTEMA EM SI, NO QUE TEM A VER COM O FINANCIAMENTO; VINCULA O MUTUÁRIO AO AGENTE FINANCEIRO. 2 - DIVERSA, POREM, A RELAÇÃO ENTRE SEGURADO E SEGURADOR: RECEBIDO, PELO SEGURADOR, O PRÊMIO, CABE-LHE, OCORRIDA A MORTE DO SEGURADO, CUMPRIR A SUA PARTE, QUITANDO OS DÉBITOS PENDENTES. [...]" ([REsp 2582](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272582%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro

GUEIROS LEITE, Rel. p/ Acórdão Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/1990, DJ 18/02/1991, p. 1032)

"SEGURO HABITACIONAL. FALECIMENTO DO MUTUÁRIO. EXISTÊNCIA DE OUTRO IMÓVEL FINANCIADO PELO SFH. A CIRCUNSTÂNCIA DE HAVER O MUTUÁRIO ADQUIRIDO DOIS IMÓVEIS NA MESMA LOCALIDADE ATRAVÉS DO SFH (ART. 9., PARÁGRAFO 1., DA LEI N. 4.380/64) NÃO INTERFERE NAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA SEGURADORA, QUE CONTINUA RESPONSÁVEL PELA COBERTURA SECURITÁRIA CONTRATADA. [...]" ([REsp 3561](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273561%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 02/10/1990, DJ 03/12/1990, p. 14323)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000061385&dt_publicacao=20/05/1991) | [3805](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000061385&dt_publicacao=20/05/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000061385&dt_publicacao=20/05/1991) | [1990/0006138-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000061385&dt_publicacao=20/05/1991) | [Decisão:30/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000061385&dt_publicacao=20/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/05/1991 | PG:06531 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00174 | PG:00118 |
| **REVJUR** |  |  | VOL.:00167 | PG:00045 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00316 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000091730&dt_publicacao=06/05/1991) | [5101](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000091730&dt_publicacao=06/05/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000091730&dt_publicacao=06/05/1991) | [1990/0009173-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000091730&dt_publicacao=06/05/1991) | [Decisão:08/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000091730&dt_publicacao=06/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/05/1991 | PG:05663 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00024 | PG:00388 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00320 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111919&dt_publicacao=18/02/1991) | [5932](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111919&dt_publicacao=18/02/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111919&dt_publicacao=18/02/1991) | [1990/0011191-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111919&dt_publicacao=18/02/1991) | [Decisão:11/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111919&dt_publicacao=18/02/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/02/1991 | PG:01037 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00323 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039215&dt_publicacao=18/02/1991) | [2910](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039215&dt_publicacao=18/02/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039215&dt_publicacao=18/02/1991) | [1990/0003921-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039215&dt_publicacao=18/02/1991) | [Decisão:10/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039215&dt_publicacao=18/02/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/02/1991 | PG:01033 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00296 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000027152&dt_publicacao=18/02/1991) | [2582](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000027152&dt_publicacao=18/02/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000027152&dt_publicacao=18/02/1991) | [1990/0002715-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000027152&dt_publicacao=18/02/1991) | [Decisão:20/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000027152&dt_publicacao=18/02/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/02/1991 | PG:01032 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00024 | PG:00304 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00287 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000054516&dt_publicacao=03/12/1990) | [3561](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000054516&dt_publicacao=03/12/1990) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000054516&dt_publicacao=03/12/1990) | [1990/0005451-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000054516&dt_publicacao=03/12/1990) | [Decisão:02/10/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000054516&dt_publicacao=03/12/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/12/1990 | PG:14323 |
| **RJTJRS** |  |  | VOL.:00152 | PG:00039 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00442 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00305 |

# SÚMULA 32

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Federal processar justificações judiciais destinadas a instruir pedidos perante entidades que nela tem exclusividade de foro, ressalvada a aplicação do art. 15, II da Lei 5010/66.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00109 INC:00001 PAR:00003 PAR:00004

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00109

LEG:FED LEI:005010 ANO:1966 ART:00015

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

24/10/1991

## Fonte:

DJ DATA:29/10/1991 PG:15312 RSTJ VOL.:00033 PG:00329

RT VOL.:00672 PG:00195

## Excerto dos Precedentes Originários:

"COMPETÊNCIA. CONFLITO NEGATIVO. JUSTIFICAÇÃO. É DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL O PROCESSAMENTO DE JUSTIFICAÇÃO COM O ESCOPO DE FAZER PROVA JUNTO A ORGÃO DA UNIÃO, QUANDO PROMOVIDA EM COMARCA EM QUE FUNCIONA VARA DA JUSTIÇA FEDERAL. [...]" ([CC 1882](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271882%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/04/1991, DJ 24/06/1991, p. 8613)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIFICAÇÃO. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. JUSTIÇA FEDERAL. JUSTIFICAÇÕES DESTINADAS A FAZER PROVA PARA OBTENÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL (ART. 15, II, DA LEI N. 5.010/66)." ([CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271670%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [1670](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271670%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/04/1991, DJ 06/05/1991,

p. 5640)

"[...] CONFLITO. COMPETÊNCIA. [...] SENDO CERTO QUE A PRETENSÃO DEDUZIDA OBJETIVA A JUSTIFICAÇÃO PARA CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO PARA FINS DE OBTENÇÃO, INCLUSIVE, DE APOSENTADORIA JUNTO AO INPS, É CURIAL O INTERESSE DA UNIÃO NO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. II - CONFLITO CONHECIDO. COMPETÊNCIA DO JUIZ FEDERAL, SUSCITADO." ([CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271420%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [1420](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271420%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro GERALDO SOBRAL, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 05/03/1991, DJ

01/04/1991, p. 3411)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL. CONVIVÊNCIA MARITAL. DIREITO DE FAMÍLIA. SEGUNDA SEÇÃO. A JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL FORMALIZADA PARA FAZER PROVA SOBRE UNIÃO DE FATO (CONCUBINATO) ENVOLVE TEMA DO DIREITO DE FAMÍLIA, E, COMO TAL, ESTÁ INCLUÍDA NA COMPETÊNCIA DA 2A. SEÇÃO, DESTE STJ (ART. 9., PAR-2., IV, DO REGIMENTO INTERNO). [...] JUSTIFICAÇÃO DE UNIÃO DE FATO, PARA FAZER PROVA PERANTE O MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. A EXPRESSÃO CAUSA, QUE ESTA NO ARTIGO 109, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ABRANGE OS PROCESSOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA. NAS JUSTIFICAÇÕES PROCEDE-SE A ANGULARIZAÇÃO PROCESSUAL, SENDO ESSENCIAL A CITAÇÃO DOS INTERESSADOS (CPC, ART. 862), NO CASO A UNIÃO FEDERAL. ARTIGO 15, II, DA LEI N. 5.010/66, ATRIBUINDO AOS JUIZES ESTADUAIS, NAS COMARCAS DO INTERIOR ONDE NÃO FUNCIONE VARA DA JUSTIÇA FEDERAL, A COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR AS JUSTIFICAÇÕES DESTINADAS A FAZER PROVA PERANTE A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL. NORMA CONFIRMADA PELO ARTIGO 109, PARAG. 3, IN FINE, E PARAG. 4, DA VIGENTE CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. [...] QUANDO O OBJETIVO DA JUSTIFICAÇÃO FOR DIRETAMENTE O BENEFÍCIO PREVIDÊNCIARIO OU ESTATUTÁRIO, PERANTE A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, A COMPETÊNCIA É DA JUSTIÇA FEDERAL. [...]" ([CC 660](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27660%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, CORTE ESPECIAL, julgado em 14/12/1990, DJ 22/04/1991, p. 4769)

"JUSTIFICAÇÃO - COMPETÊNCIA. DESTINANDO-SE A DEMONSTRAR FATO, DE CUJA EXISTÊNCIA DECORRA RELAÇÃO JURÍDICA, EM QUE FIGURE COMO PARTE ENTE ABRANGIDO PELO ARTIGO 109, I DA CONSTITUIÇÃO, A COMPETÊNCIA SERÁ DA JUSTIÇA FEDERAL, HIPÓTESE EM QUE OFICIARÁ O JUIZ ESTADUAL (C.F. ART. 109 - PAR-4. - LEI 5.010 ART. 15, II)." ([CC 1281](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271281%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/12/1990, DJ 08/04/1991, p. 3863)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL PARA FINS DE HABILITAÇÃO A RECEBIMENTO DE PENSÃO JUNTO AO INPS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. INCIDÊNCIA, EM TESE, DO ART. 15 DA LEI 5010/66. ORIENTAÇÃO DA CORTE. [...] REVENDO SEU POSICIONAMENTO ANTERIOR, QUE PRESTIGIAVA SÚMULA DO EXTINTO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, A SEÇÃO, POR UNANIMIDADE, FIXOU ORIENTAÇÃO TENDO POR COMPETENTE A JUSTIÇA FEDERAL PARA APRECIAR AS JUSTIFICAÇÕES JUDICIAIS DESTINADAS A FAZER PROVA JUNTO AO INPS, TENDO POR APLICÁVEL, QUANDO FOR O CASO, A NORMA DO ART. 15-II DA LEI 5010/66." ([CC 1475](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271475%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/12/1990, DJ 04/03/1991, p. 1964)

"JUSTIFICAÇÃO DESTINADA A FAZER PROVA JUNTO A ENTE PÚBLICO (CF/88, ART. 109-I). COMPETÊNCIA. [...] A COMPETÊNCIA É FEDERAL, PROCESSANDO-SE PERANTE JUIZ ESTADUAL, ONDE NÃO HOUVER VARA DO JUÍZO FEDERAL. APLICAÇÃO DOS ARTS. 109 E PAR-3. E 4. DA CF/88, E 15-II DA LEI N. 5.010/66. [...]" ([CC 1476](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271476%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEGUNDA SEÇÃO,

julgado em 14/12/1990, DJ 01/04/1991, p. 3412)

"[...] COMPETENCIA - JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL - COMPROVAÇÃO - CONVIVÊNCIA MORE UXORIO [...] TRATANDO-SE DE JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL, POR MEIO DA QUAL SE PRETENDE COMPROVAÇÃO DE CONCUBINATO, A COMPETÊNCIA PARA PROCESSA-LA E JULGA-LA É DA JUSTIÇA ESTADUAL, AINDA QUE REQUERIDA OBJETIVANDO-SE PRODUZIR EFEITOS JUNTO AO INPS [...]" ([CC 1477](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271477%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/12/1990, DJ 11/03/1991, p. 2373, REPDJ 22/04/1991, p. 4799)

"[...] COMPETÊNCIA. JUSTIFICAÇÃO PROMOVIDA CONTRA O INPS VISANDO APOSENTADORIA PELO FUNRURAL. 'EX VI' DO ART.109, PARÁGRAFO 3. DA CF, AS CAUSAS EM QUE FOREM PARTES INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E SEGURADO, CUJA COMARCA SEJA SEDE DE VARA DO JUÍZO FEDERAL, A ESTE COMPETE PROCESSA-LAS E JULGA-LAS." ([CC 1036](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271036%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/04/1990, DJ 18/06/1990, p. 5674)

"[...] COMPETÊNCIA. JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL COM PEDIDO DE CITAÇÃO DO INPS. COMPROVAÇÃO DE ESTADO DE CÔNJUGE PARA O FIM DE HABILITAR-SE AO RECEBIMENTO DE PENSÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FEDERAL. C.F., ART. 109, I., CPC, ARTS. 108 E 800. LEI N. 5010/66, ART. 15, II. [...] JUSTIFICAÇÃO QUE SE DESTINA A SERVIR DE PROVA EM PROCESSO FUTURO. NESTE CASO, A COMPETÊNCIA PARA O SEU PROCESSO É DO JUIZ DA CAUSA PRINCIPAL, TENDO EM VISTA O PRINCÍPIO DA ACESSORIEDADE (CPC, ARTIGOS 108 E 800; LEI N. 5.010/66, ART. 15, II). II - A PALAVRA CAUSA, EM SENTIDO LARGO, É SINÔNIMO DE PROCEDIMENTO JUDICIAL, NO QUAL SE INCLUEM OS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA. [...]" ([CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27893%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [893](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27893%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS VELLOSO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 20/03/1990, DJ 14/05/1990,

p. 4145)

"[...] CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA TRAVADO ENTRE JUIZ FEDERAL E JUIZ DE DIREITO. JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL. [...] NÃO IMPORTA SE SE TRATA DE JURISDIÇÃO GRACIOSA. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM SEU ART. 109, I, FALA, ABRANGENTEMENTE, EM 'CAUSA'. - PEDIU- SE A CITAÇÃO DA 'RECEITA FEDERAL' (RECTIUS: UNIÃO FEDERAL). LOGO, COMPETENTE É O JUIZ FEDERAL (CF., ART. 109, I). [...]" ([CC 410](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27410%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PB, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, PRIMEIRA SEÇÃO,

julgado em 10/10/1989, DJ 04/12/1989, p. 17871)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100044423&dt_publicacao=24/06/1991) | [1882](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100044423&dt_publicacao=24/06/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100044423&dt_publicacao=24/06/1991) | [1991/0004442-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100044423&dt_publicacao=24/06/1991) | [Decisão:24/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100044423&dt_publicacao=24/06/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/06/1991 | PG:08613 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00375 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100015555&dt_publicacao=06/05/1991) | [1670](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100015555&dt_publicacao=06/05/1991) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100015555&dt_publicacao=06/05/1991) | [1991/0001555-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100015555&dt_publicacao=06/05/1991) | [Decisão:10/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100015555&dt_publicacao=06/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/05/1991 | PG:05640 |
| **REVPRO** |  |  | VOL.:00064 | PG:00261 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00373 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000077958&dt_publicacao=01/04/1991) | [1420](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000077958&dt_publicacao=01/04/1991) | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000077958&dt_publicacao=01/04/1991) | [1990/0007795-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000077958&dt_publicacao=01/04/1991) | [Decisão:05/03/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000077958&dt_publicacao=01/04/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/04/1991 | PG:03411 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00360 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900103440&dt_publicacao=22/04/1991) | [660](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900103440&dt_publicacao=22/04/1991) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900103440&dt_publicacao=22/04/1991) | [1989/0010344-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900103440&dt_publicacao=22/04/1991) | [Decisão:14/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900103440&dt_publicacao=22/04/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/04/1991 | PG:04769 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00335 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000052343&dt_publicacao=08/04/1991) | [1281](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000052343&dt_publicacao=08/04/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000052343&dt_publicacao=08/04/1991) | [1990/0005234-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000052343&dt_publicacao=08/04/1991) | [Decisão:14/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000052343&dt_publicacao=08/04/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/04/1991 | PG:03863 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00190 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00356 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095182&dt_publicacao=04/03/1991) | [1475](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095182&dt_publicacao=04/03/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095182&dt_publicacao=04/03/1991) | [1990/0009518-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095182&dt_publicacao=04/03/1991) | [Decisão:14/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095182&dt_publicacao=04/03/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/03/1991 | PG:01964 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00362 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095190&dt_publicacao=01/04/1991) | [1476](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095190&dt_publicacao=01/04/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095190&dt_publicacao=01/04/1991) | [1990/0009519-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095190&dt_publicacao=01/04/1991) | [Decisão:14/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095190&dt_publicacao=01/04/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/04/1991 | PG:03412 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00364 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095204&dt_publicacao=22/04/1991) | [1477](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095204&dt_publicacao=22/04/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095204&dt_publicacao=22/04/1991) | [1990/0009520-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095204&dt_publicacao=22/04/1991) | [Decisão:14/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095204&dt_publicacao=22/04/1991) |
| **REPDJ** |  |  | DATA:22/04/1991 | PG:04799 |
| **DJ** |  |  | DATA:11/03/1991 | PG:02373 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00368 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000014395&dt_publicacao=18/06/1990) | [1036](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000014395&dt_publicacao=18/06/1990) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000014395&dt_publicacao=18/06/1990) | [1990/0001439-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000014395&dt_publicacao=18/06/1990) | [Decisão:24/04/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000014395&dt_publicacao=18/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/06/1990 | PG:05674 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00353 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000000017&dt_publicacao=14/05/1990) | [893](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000000017&dt_publicacao=14/05/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000000017&dt_publicacao=14/05/1990) | [1990/0000001-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000000017&dt_publicacao=14/05/1990) | [Decisão:20/03/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000000017&dt_publicacao=14/05/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/05/1990 | PG:04145 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00348 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900090755&dt_publicacao=04/12/1989) | [410](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900090755&dt_publicacao=04/12/1989) | [PB](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900090755&dt_publicacao=04/12/1989) | [1989/0009075-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900090755&dt_publicacao=04/12/1989) | [Decisão:10/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900090755&dt_publicacao=04/12/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/12/1989 | PG:17871 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00331 |

# SÚMULA 33

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - INCOMPETÊNCIA RELATIVA

## Enunciado:

A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00112

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

24/10/1991

## Fonte:

DJ DATA:29/10/1991 PG:15312 RSTJ VOL.:00033 PG:00379

RT VOL.:00672 PG:00195

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] COMPETÊNCIA - INCOMPETÊNCIA RELATIVA. [...] CABE AO RÉU ARGUIR A INCOMPETÊNCIA RELATIVA DO FORO ONDE O AUTOR AJUIZAR A AÇÃO. A POSSIBILIDADE DE O JUIZ, DE OFÍCIO, DECLARAR-SE INCOMPETENTE, OU SUSCITAR CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA, LIMITA- SE AOS CASOS DE COMPETÊNCIA ABSOLUTA. [...]" ([CC 1589](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271589%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RN, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/02/1991, DJ 01/04/1991, p. 3413)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. [...] Tratando-se de competência relativa e não sendo oposta exceção declinatória de foro, não pode o juiz, de ofício, declinar de sua competência." ([CC 1496](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271496%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/11/1990, DJ 17/12/1990, p. 15336)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - INCOMPETÊNCIA RELATIVA - O JUIZ NÃO PODE, DE OFÍCIO, DECLINAR DA COMPETÊNCIA QUANDO SE TRATA DE INCOMPETÊNCIA RELATIVA. NECESSÁRIA A PROVOCAÇÃO DA PARTE." ([CC 1506](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271506%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/11/1990, DJ 19/08/1991, p. 10974)

"[...] EXECUÇÃO FISCAL PROPOSTA PELA FAZENDA NACIONAL PERANTE O JUÍZO DA COMARCA EM QUE E DOMICILIADO O DEVEDOR. A INCOMPETÊNCIA RELATIVA DEVE SER ARGUIDA PELA PARTE NO MOMENTO OPORTUNO, SOB PENA DE PRECLUSÃO E PRORROGAÇÃO DA COMPETÊNCIA, SENDO DEFESO AO JUIZ DECLARÁ-LA DE OFÍCIO. [...]" ([CC 1519](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271519%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro

AMÉRICO LUZ, Rel. p/ Acórdão Ministro ILMAR GALVAO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/11/1990, DJ 08/04/1991, p. 3862)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. A POSSIBILIDADE DE O JUIZ, DE OFÍCIO, DECLARAR-SE INCOMPETENTE, LIMITA-SE AOS CASOS DE COMPETÊNCIA ABSOLUTA." ([CC 872](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27872%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/06/1990, DJ 20/08/1990, p. 7954)

"NÃO PODE O JUIZ APRECIAR DE OFÍCIO A SUA INCOMPETÊNCIA RELATIVA. SENDO RELATIVA A COMPETÊNCIA DO FORO DA MULHER PARA AÇÃO DE SEPARAÇÃO JUDICIAL, NÃO PODE O JUIZ DO DOMICÍLIO DO MARIDO, ONDE POR ESTE AJUIZADA A CAUSA, DECLINAR DE SUA COMPETÊNCIA SEM ARGUIÇÃO DA MULHER." ([CC 245](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27245%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/06/1989, DJ 11/09/1989, p. 14364)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000128129&dt_publicacao=01/04/1991) | [1589](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000128129&dt_publicacao=01/04/1991) | [RN](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000128129&dt_publicacao=01/04/1991) | [1990/0012812-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000128129&dt_publicacao=01/04/1991) | [Decisão:27/02/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000128129&dt_publicacao=01/04/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/04/1991 | PG:03413 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00395 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000101298&dt_publicacao=17/12/1990) | [1496](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000101298&dt_publicacao=17/12/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000101298&dt_publicacao=17/12/1990) | [1990/0010129-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000101298&dt_publicacao=17/12/1990) | [Decisão:13/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000101298&dt_publicacao=17/12/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/12/1990 | PG:15336 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00386 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000104181&dt_publicacao=19/08/1991) | [1506](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000104181&dt_publicacao=19/08/1991) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000104181&dt_publicacao=19/08/1991) | [1990/0010418-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000104181&dt_publicacao=19/08/1991) | [Decisão:13/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000104181&dt_publicacao=19/08/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/08/1991 | PG:10974 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00389 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000110521&dt_publicacao=08/04/1991) | [1519](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000110521&dt_publicacao=08/04/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000110521&dt_publicacao=08/04/1991) | [1990/0011052-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000110521&dt_publicacao=08/04/1991) | [Decisão:13/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000110521&dt_publicacao=08/04/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/04/1991 | PG:03862 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00391 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900130366&dt_publicacao=20/08/1990) | [872](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900130366&dt_publicacao=20/08/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900130366&dt_publicacao=20/08/1990) | [1989/0013036-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900130366&dt_publicacao=20/08/1990) | [Decisão:27/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900130366&dt_publicacao=20/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/08/1990 | PG:07954 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00383 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900078518&dt_publicacao=11/09/1989) | [245](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900078518&dt_publicacao=11/09/1989) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900078518&dt_publicacao=11/09/1989) | [1989/0007851-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900078518&dt_publicacao=11/09/1989) | [Decisão:28/06/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900078518&dt_publicacao=11/09/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/09/1989 | PG:14364 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00151 | PG:00202 |
| **JTS** |  |  | VOL.:00019 | PG:00100 |
| **RJM** |  |  | VOL.:00071 | PG:00080 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00003 | PG:00741 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00381 |

# SÚMULA 34

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Estadual processar e julgar causa relativa a mensalidade escolar, cobrada por estabelecimento particular de ensino.

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

13/11/1991

## Fonte:

DJ DATA:21/11/1991 PG:16774 RSTJ VOL.:00033 PG:00399

RT VOL.:00673 PG:00164

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ENSINO SUPERIOR. MENSALIDADES. REAJUSTE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. CONFLITO IMPROCEDENTE. NA LINHA DE PRECEDENTES DO TRIBUNAL, O REAJUSTE DE MENSALIDADES DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NÃO SE INSERE ENTRE OS ATOS DELEGADOS DO PODER PÚBLICO, RAZÃO PELA QUAL NÃO SE APRESENTA COMPETENTE A JUSTIÇA FEDERAL PARA CONHECER DE MANDADO DE SEGURANÇA NO QUAL VERSADA A MATÉRIA." ([CC 1390](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271390%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, SEGUNDA SEÇÃO,

julgado em 24/04/1991, DJ 27/05/1991, p. 6934)

"[...] ENSINO SUPERIOR. ENTIDADE PRIVADA. REAJUSTE DE MENSALIDADE. TRATANDO-SE DE MERO REAJUSTE DE MENSALIDADE, NÃO AGE O IMPETRADO COMO DELEGADO DO PODER PÚBLICO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. [...]" ([CC 1430](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271430%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/04/1991, DJ 27/05/1991, p. 6935)

"ESTABELECIMENTO PARTICULAR DE ENSINO SUPERIOR. REAJUSTE DE MENSALIDADE. COMPETÊNCIA. [...] EM CASOS QUE TAIS, INEXISTE DELEGAÇÃO DO PODER PÚBLICO, SENDO DE ORDEM ESTADUAL A COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR AS AÇÕES PROPOSTAS. [...]" ([CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271383%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [1383](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271383%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/12/1990, DJ 25/02/1991, p.

1450)

"COMPET~ENCIA. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. MENSALIDADE. REAJUSTE. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. [...] QUANDO REAJUSTAM SUAS MENSALIDADES, AS FUNDAÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NÃO AGEM COMO DELEGADAS DO PODER PÚBLICO, AINDA QUE O FAÇAM EM DECORRÊNCIA DE ATOS DESSE ÚLTIMO. [...]" ([CC 113](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27113%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/10/1989, DJ 04/12/1989, p. 17872)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072255&dt_publicacao=27/05/1991) | [1390](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072255&dt_publicacao=27/05/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072255&dt_publicacao=27/05/1991) | [1990/0007225-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072255&dt_publicacao=27/05/1991) | [Decisão:24/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072255&dt_publicacao=27/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/05/1991 | PG:06934 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00411 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000085780&dt_publicacao=27/05/1991) | [1430](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000085780&dt_publicacao=27/05/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000085780&dt_publicacao=27/05/1991) | [1990/0008578-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000085780&dt_publicacao=27/05/1991) | [Decisão:10/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000085780&dt_publicacao=27/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/05/1991 | PG:06935 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00414 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000069890&dt_publicacao=25/02/1991) | [1383](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000069890&dt_publicacao=25/02/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000069890&dt_publicacao=25/02/1991) | [1990/0006989-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000069890&dt_publicacao=25/02/1991) | [Decisão:14/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000069890&dt_publicacao=25/02/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/02/1991 | PG:01450 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00405 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073141&dt_publicacao=04/12/1989) | [113](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073141&dt_publicacao=04/12/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073141&dt_publicacao=04/12/1989) | [1989/0007314-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073141&dt_publicacao=04/12/1989) | [Decisão:25/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073141&dt_publicacao=04/12/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/12/1989 | PG:17872 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00041 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00401 |

# SÚMULA 35

DIREITO DO CONSUMIDOR - CONSÓRCIO

## Enunciado:

Incide correção monetária sobre as prestações pagas, quando de sua restituição, em virtude da retirada ou exclusão do participante de plano de consórcio.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:005768 ANO:1971 ART:00007 ART:00008

LEG:FED DEC:070951 ANO:1972 ART:00031 INC:00001 ART:00039

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

13/11/1991

## Fonte:

DJ DATA:21/11/1991 PG:16774 RSTJ VOL.:00033 PG:00417

RT VOL.:00673 PG:00164

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CONSÓRCIO. EXCLUSÃO DE CONSORCIADO. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. AMBAS AS TURMAS DA 2A. SEÇÃO DO STJ ASSENTARAM QUE A DEVOLUÇÃO DAS PARCELAS PAGAS É DE SER ACRESCIDA DA CORREÇÃO MONETÁRIA. [...]" ([REsp 5924](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275924%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 27/08/1991, DJ 30/09/1991, p. 13487)

"CONSÓRCIO - DESISTÊNCIA OU EXCLUSÃO - CORREÇÃO MONETÁRIA. A DEVOLUÇÃO DAS IMPORTÂNCIAS PAGAS, A SER EFETUADA NA ÉPOCA CONTRATUALMENTE ESTABELECIDA, FAR- SE-Á COM CORREÇÃO MONETARIA. [...]" ([REsp 6419](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276419%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/06/1991, DJ 12/08/1991, p. 10553)

"CONSÓRCIO DE AUTOMÓVEIS. DESISTÊNCIA. RESTITUIÇÃO DA QUANTIA PAGA, APÓS ENCERRADO O PLANO, COM CORREÇÃO MONETÁRIA. [...] CABIMENTO DA RESTITUIÇÃO, DE ACORDO COM OS ÍNDICES OFICIAIS DE ATUALIZAÇÃO DA MOEDA. 2. INEFICÁCIA DA CLÁUSULA CONTRATUAL QUE PREVÊ A NÃO-INCIDÊNCIA DESSA CORREÇÃO. 3. EXAME DOS PRINCÍPIOS QUE INFORMAM OS CONTRATOS. 4. PRECEDENTES DO STJ, QUANTO AO ALCANCE DA CORREÇÃO MONETÁRIA. [...]" ([REsp 7297](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277297%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/06/1991, DJ 12/08/1991, p. 10554)

"CIVIL. ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIO. DEVOLUÇÃO DE PRESTAÇÕES PAGAS. SOBRE AS PRESTAÇÕES PAGAS PELO CONSORCIADO, AO SE RETIRAR OU SER EXCLUÍDO DO GRUPO, INCIDE CORREÇÃO MONETÁRIA." ([REsp 9609](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279609%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, TERCEIRA TURMA,

julgado em 21/06/1991, DJ 26/08/1991, p. 11399)

"CONSÓRCIO DE AUTOMÓVEL. DEVOLUÇÃO DE PRESTAÇÕES. CORREÇÃO MONETÁRIA. [...] FIRME E A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO SENTIDO DE QUE A DEVOLUÇÃO DAS PRESTAÇÕES PAGAS PELO CONSORCIADO HÁ DE SER EFETUADA COM CORREÇÃO MONETÁRIA. [...]" ([REsp 8125](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278125%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 04/06/1991, DJ 02/09/1991, p. 11815)

"[...] CONSÓRCIO DE VEÍCULOS. DESISTÊNCIA. INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA. [...] CONSTITUINDO A CORREÇÃO MONETÁRIA MERA ATUALIZAÇÃO DO VALOR DA MOEDA CORROÍDA PELO PROCESSO INFLACIONÁRIO, INCIDE A MESMA SOBRE EVENTUAIS DEVOLUÇÕES DE COTAS DE CONSÓRCIO. II - ADMITIDA A CORREÇÃO MONETÁRIA NAS PARCELAS PAGAS PELO CONSORCIADO, POR IMPERATIVO LÓGICO HÁ DE SER AFASTADA QUALQUER DISPOSIÇÃO CONTRATUAL OU REGULAMENTAR QUE IMPEÇA SUA APLICAÇÃO, SOB PENA DE SE COMPROMETER A JUSTA COMPOSIÇÃO DOS DANOS E O FIEL ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES." ([REsp 5310](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275310%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA,

julgado em 23/04/1991, DJ 27/05/1991, p. 6967)

"CONSÓRCIO DE AUTOMÓVEIS. DEVOLUÇÃO DE PRESTAÇÕES JÁ PAGAS PELO PARTICIPANTE DESISTENTE OU EXCLUÍDO. CORREÇÃO MONETÁRIA. AO PARTICIPANTE DE CONSÓRCIO QUE DELE SE AFASTA É DEVIDA, QUANDO DO ENCERRAMENTO DO PLANO, A DEVOLUÇÃO DAS PRESTAÇÕES PAGAS, COM CORREÇÃO MONETÁRIA. A CLÁUSULA DO CONTRATO DE ADESÃO QUE EXCLUI A ATUALIZAÇÃO DA QUANTIA A SER RESTITUÍDA, É DE SER CONSIDERADA LEONINA E SEM VALIDADE, IMPORTANDO EM LOCUPLETAMENTO DA ADMINISTRADORA; NÃO PODE SER TIDA, OUTROSSIM, COMO CLÁUSULA PENAL, POIS ESTA EXIGE ESTIPULAÇÃO INEQUÍVOCA E DEVE SER PROPORCIONAL A GRAVEZA DO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. A CORREÇÃO MONETÁRIA NÃO E UM PLUS QUE SE ACRESCENTA AO CRÉDITO, MAS UM MINUS QUE SE EVITA. [...]" ([REsp 7326](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277326%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 23/04/1991, DJ 13/05/1991, p. 6086)

"[...] CONSÓRCIO DE AUTOMÓVEL - DESISTÊNCIA - DEVOLUÇÃO DAS COTAS PAGAS APÓS ENCERRAMENTO DO PLANO - CORREÇÃO MONETÁRIA. [...] A JURISPRUDÊNCIA DO EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTÁ ORIENTADA NO SENTIDO DE ESTENDER A CORREÇÃO MONETÁRIA A TODOS OS DÉBITOS, SEJA DE QUE NATUREZA FOREM, NO QUE DIZ RESPEITO AQUELES RESULTANTES DE DECISÃO JUDICIAL, COM A EDIÇÃO DA LEI N. 6.899/81. ESSA MATÉRIA SOBRE SER POSSÍVEL OU NÃO A INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA NÃO PODE INIBIR O JULGADOR DE, ADEQUANDO SUA INTERPRETAÇÃO A REALIDADE SOCIAL OU ECONÔMICA, ENTREGAR A PRESTAÇÃO A QUE FAZ JUS O JURISDICIONADO. [...]" ([REsp 5383](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275383%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/12/1990, DJ 04/02/1991, p. 575)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111838&dt_publicacao=30/09/1991) | [5924](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111838&dt_publicacao=30/09/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111838&dt_publicacao=30/09/1991) | [1990/0011183-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111838&dt_publicacao=30/09/1991) | [Decisão:27/08/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111838&dt_publicacao=30/09/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/09/1991 | PG:13487 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00435 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **RT** |  |  | VOL.:00680 | PG:00201 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000122767&dt_publicacao=12/08/1991) | [6419](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000122767&dt_publicacao=12/08/1991) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000122767&dt_publicacao=12/08/1991) | [1990/0012276-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000122767&dt_publicacao=12/08/1991) | [Decisão:28/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000122767&dt_publicacao=12/08/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/08/1991 | PG:10553 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00438 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100004910&dt_publicacao=12/08/1991) | [7297](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100004910&dt_publicacao=12/08/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100004910&dt_publicacao=12/08/1991) | [1991/0000491-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100004910&dt_publicacao=12/08/1991) | [Decisão:21/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100004910&dt_publicacao=12/08/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/08/1991 | PG:10554 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00027 | PG:00366 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00441 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100060453&dt_publicacao=26/08/1991) | [9609](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100060453&dt_publicacao=26/08/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100060453&dt_publicacao=26/08/1991) | [1991/0006045-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100060453&dt_publicacao=26/08/1991) | [Decisão:21/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100060453&dt_publicacao=26/08/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/08/1991 | PG:11399 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00031 | PG:00234 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00471 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100022560&dt_publicacao=02/09/1991) | [8125](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100022560&dt_publicacao=02/09/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100022560&dt_publicacao=02/09/1991) | [1991/0002256-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100022560&dt_publicacao=02/09/1991) | [Decisão:04/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100022560&dt_publicacao=02/09/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/09/1991 | PG:11815 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00029 | PG:00393 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00467 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000097088&dt_publicacao=27/05/1991) | [5310](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000097088&dt_publicacao=27/05/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000097088&dt_publicacao=27/05/1991) | [1990/0009708-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000097088&dt_publicacao=27/05/1991) | [Decisão:23/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000097088&dt_publicacao=27/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/05/1991 | PG:06967 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00029 | PG:00135 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00419 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100005851&dt_publicacao=13/05/1991) | [7326](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100005851&dt_publicacao=13/05/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100005851&dt_publicacao=13/05/1991) | [1991/0000585-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100005851&dt_publicacao=13/05/1991) | [Decisão:23/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100005851&dt_publicacao=13/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/05/1991 | PG:06086 |
| **JTS** |  |  | VOL.:00022 | PG:00012 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00483 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00458 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000098734&dt_publicacao=04/02/1991) | [5383](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000098734&dt_publicacao=04/02/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000098734&dt_publicacao=04/02/1991) | [1990/0009873-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000098734&dt_publicacao=04/02/1991) | [Decisão:04/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000098734&dt_publicacao=04/02/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/02/1991 | PG:00575 |
| **JTARS** |  |  | VOL.:00076 | PG:00370 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00031 | PG:00318 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00430 |

# SÚMULA 36

DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA

## Enunciado:

A correção monetária integra o valor da restituição, em caso de adiantamento de câmbio, requerida em concordata ou falência.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:004728 ANO:1965 ART:00075 PAR:00002 PAR:00003

LEG:FED LEI:006899 ANO:1981

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

11/12/1991

## Fonte:

DJ DATA:17/12/1991 PG:18618 RSTJ VOL.:00033 PG:00477

RT VOL.:00674 PG:00201

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CONCORDATA. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE QUANTIA ADIANTADA A CONTA DE CONTRATO DE CÂMBIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. PACIFICOU-SE O ENTENDIMENTO DE QUE A RESTITUIÇÃO DAS IMPORTÂNCIAS ADIANTADAS DEVE OPERAR-SE COM A CORREÇÃO MONETÁRIA. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279096%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [9096](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279096%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 24/09/1991, DJ

04/11/1991, p. 15689)

"CONCORDATA - CONTRATO DE CÂMBIO - ADIANTAMENTO - RESTITUIÇÃO - CORREÇÃO. A RESTITUIÇÃO DAS IMPORTÂNCIAS ADIANTADAS, A FAZER-SE NOS TERMOS DO ARTIGO 75 DA LEI 4728/64, DEVERÁ EFETUAR-SE COM CORREÇÃO MONETÁRIA." ([REsp 6148](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276148%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/06/1991, DJ 05/08/1991, p. 9996)

"[...] CONTRATO DE CÂMBIO - RESTRIÇÃO - CORREÇÃO MONETÁRIA. [...] LEGÍTIMO CORRIGIR-SE O VALOR DE RESTITUIÇÃO, EM FALÊNCIA OU CONCORDATA, REFERENTE A CONTRATO DE CÂMBIO PARA EXPORTAÇÃO. A JURISPRUDÊNCIA ASSENTOU QUE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA NÃO AMPLIA A DÍVIDA; TÃO SÓ OBSTA QUE SE A DIMINUA EM FACE DA CORROSÃO DA MOEDA POR FORÇA DO FENÔMENO INFLACIONÁRIO. II - CUSTAS E HONORÁRIOS SÃO DEVIDOS PELA SUCUMBÊNCIA, HAVENDO MANIFESTAÇÃO DO SÍNDICO SOBRE OS VALORES. [...]" ([REsp 6787](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276787%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/05/1991, DJ 19/08/1991, p. 10991)

"[...] CORREÇÃO MONETÁRIA. RESTITUIÇÃO DE ADIANTAMENTO DE CONTRATO DE CÂMBIO. [...] INCIDE CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE CRÉDITOS DE ADIANTAMENTOS DE CONTRATO DE CÂMBIO RESTITUÍDOS EM CONCORDATA, NÃO SENDO POSSÍVEL REMETER AO CONCURSO COMO QUIROGRAFÁRIO ESSA INCIDÊNCIA REPRESENTATIVA DO PRÓPRIO VALOR ORIGINÁRIO.

1. A CONCORDATÁRIA DEVE SUPORTAR OS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA, QUANDO SE OPÕE À RESTITUIÇÃO, AINDA QUE EM PARTE, POIS QUE ESSA RESISTÊNCIA VALE COMO CONTESTAÇÃO (ART. 77 PAR-1. DA LEI DE FALÊNCIAS)." ([REsp 2936](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272936%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, TERCEIRA

TURMA, julgado em 07/05/1991, DJ 03/06/1991, p. 7420)

"FALÊNCIA. CONCORDATA. CONTRATO DE CÂMBIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. [...] EM RESPEITO AO PRINCÍPIO DA RESTITUIÇÃO INTEGRAL, A CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDE SOBRE A IMPORTÂNCIA ADIANTADA EM DECORRÊNCIA DE CONTRATO DE CÂMBIO (LEI 4.728/65, ART. 75, PAR. 3.)." ([REsp 3984](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273984%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA

TURMA, julgado em 19/03/1991, DJ 22/04/1991, p. 4791)

"CONTRATO DE CÂMBIO. ADIANTAMENTO. ARTIGO 75, PAR-3., DA LEI 4728, DE 14.07.65. A RESTITUIÇÃO, A QUE ALUDE O ART. 75, PAR-3., DA LEI DE MERCADO DE CAPITAIS, É DO VALOR DO ADIANTAMENTO DEVIDAMENTE CORRIGIDO, NÃO CABENDO SUBMETER A PARCELA DA CORREÇÃO A REGIME JURÍDICO DIVERSO, COMO SIMPLES CRÉDITO QUIROGRÁFICO. A CORREÇÃO MONETÁRIA NÃO É UM PLUS QUE SE ACRESCE, MAS UM MINUS QUE SE EVITA. [...]"

([REsp 5926](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275926%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/1991, DJ 25/03/1991, p. 3227)

"CONCORDATA PREVENTIVA. ADIANTAMENTO A CONTA DE CONTRATO DE CÂMBIO (LEI 4.728/65, ART. 75, PAR. 3.). RESTITUIÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. A RESTITUIÇÃO DA IMPORTÂNCIA ADIANTADA COMPREENDE A CORREÇÃO MONETÁRIA. [...]" ([REsp 2171](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272171%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/1990, DJ 17/09/1990, p. 9507)

"CONCORDATA. ADIANTAMENTO EM CONTRATO DE CÂMBIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. RESTITUIÇÃO. RESTITUÍVEL COM A IMPORTÂNCIA ADIANTADA EM CONTRATO DE CÂMBIO É A CORREÇÃO MONETÁRIA, QUE, ALIÁS, INTEGRA AQUELA QUANTIA A FIM DE PRESERVAR SUA IDENTIDADE NO TEMPO. [...]" ([REsp 2077](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272077%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA,

julgado em 07/08/1990, DJ 03/09/1990, p. 8842)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100046434&dt_publicacao=04/11/1991) | [9096](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100046434&dt_publicacao=04/11/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100046434&dt_publicacao=04/11/1991) | [1991/0004643-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100046434&dt_publicacao=04/11/1991) | [Decisão:24/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100046434&dt_publicacao=04/11/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/11/1991 | PG:15689 |
| **REVPRO** |  |  | VOL.:00067 | PG:00249 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00511 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000117208&dt_publicacao=05/08/1991) | [6148](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000117208&dt_publicacao=05/08/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000117208&dt_publicacao=05/08/1991) | [1990/0011720-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000117208&dt_publicacao=05/08/1991) | [Decisão:25/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000117208&dt_publicacao=05/08/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/08/1991 | PG:09996 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00505 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000131820&dt_publicacao=19/08/1991) | [6787](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000131820&dt_publicacao=19/08/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000131820&dt_publicacao=19/08/1991) | [1990/0013182-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000131820&dt_publicacao=19/08/1991) | [Decisão:21/05/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000131820&dt_publicacao=19/08/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/08/1991 | PG:10991 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00507 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000040795&dt_publicacao=03/06/1991) | [2936](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000040795&dt_publicacao=03/06/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000040795&dt_publicacao=03/06/1991) | [1990/0004079-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000040795&dt_publicacao=03/06/1991) | [Decisão:07/05/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000040795&dt_publicacao=03/06/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/06/1991 | PG:07420 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00494 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000065097&dt_publicacao=22/04/1991) | [3984](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000065097&dt_publicacao=22/04/1991) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000065097&dt_publicacao=22/04/1991) | [1990/0006509-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000065097&dt_publicacao=22/04/1991) | [Decisão:19/03/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000065097&dt_publicacao=22/04/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/04/1991 | PG:04791 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00497 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111854&dt_publicacao=25/03/1991) | [5926](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111854&dt_publicacao=25/03/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111854&dt_publicacao=25/03/1991) | [1990/0011185-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111854&dt_publicacao=25/03/1991) | [Decisão:26/02/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111854&dt_publicacao=25/03/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/03/1991 | PG:03227 |
| **RJTJRS** |  |  | VOL.:00147 | PG:00043 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00502 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000013070&dt_publicacao=17/09/1990) | [2171](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000013070&dt_publicacao=17/09/1990) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000013070&dt_publicacao=17/09/1990) | [1990/0001307-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000013070&dt_publicacao=17/09/1990) | [Decisão:21/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000013070&dt_publicacao=17/09/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/09/1990 | PG:09507 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00487 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000009251&dt_publicacao=03/09/1990) | [2077](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000009251&dt_publicacao=03/09/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000009251&dt_publicacao=03/09/1990) | [1990/0000925-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000009251&dt_publicacao=03/09/1990) | [Decisão:07/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000009251&dt_publicacao=03/09/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/09/1990 | PG:08842 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00327 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00479 |

# SÚMULA 37

DIREITO CIVIL - DANO MORAL

## Enunciado:

São cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:00159

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

12/03/1992

## Fonte:

REPDJ DATA:19/03/1992 PG:03201 DJ DATA:17/03/1992 PG:03172 RSTJ VOL.:00033 PG:00513

RT VOL.:00677 PG:00203

## Excerto dos Precedentes Originários:

"RESPONSABILIDADE CIVIL. MORTE EM CONSEQUÊNCIA DE ATROPELAMENTO POR COMBOIO FERROVIÁRIO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. [...] CUMULAÇÃO DO RESSARCIMENTO PELOS DANOS MATERIAIS COM A INDENIZAÇÃO PELO DANO MORAL. [...] DANO MORAL. REPARABILIDADE. CUMULABILIDADE. SE EXISTEM DANO MATERIAL E DANO MORAL, AMBOS ENSEJANDO INDENIZAÇÃO, ESTA SERÁ DEVIDA CUMULATIVAMENTE COM O RESSARCIMENTO DE CADA UM DELES, AINDA QUE ORIUNDOS DO MESMO FATO. [...]" ([REsp 1604](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271604%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/1991, DJ 11/11/1991, p. 16147)

"RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL E MATERIAL. ACUMULÁVEIS SÃO AS INDENIZAÇÕES POR DANO MORAL E DANO PATRIMONIAL. [...]" ([REsp 11177](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711177%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 01/10/1991, DJ 04/11/1991, p. 15691)

"[...] CIRURGIA ESTÉTICA. OBRIGAÇÃO DE RESULTADO. INDENIZAÇÃO. DANO MATERIAL E DANO MORAL. CONTRATADA A REALIZAÇÃO DE CIRURGIA ESTÉTICA EMBELEZADORA, O CIRURGIÃO ASSUME OBRIGAÇÃO DE RESULTADO, SENDO OBRIGADO A INDENIZAR PELO NÃO CUMPRIMENTO DA MESMA OBRIGAÇÃO, TANTO PELO DANO MATERIAL QUANTO PELO MORAL, DECORRENTE DE DEFORMIDADE ESTÉTICA, SALVO PROVA DE FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO." ([REsp 10536](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710536%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/06/1991, DJ 19/08/1991, p. 10993)

"[...] DANO MORAL E DANO PATRIMONIAL. CUMULAÇÃO. [...] É ACUMULÁVEL A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COM A INDENIZAÇÃO POR DANO PATRIMONIAL. [...]" ([REsp 3229](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273229%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel.

Ministro WALDEMAR ZVEITER, Rel. p/ Acórdão Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/1991, DJ 05/08/1991, p. 9995)

"RESPONSABILIDADE CIVIL - HOMICÍDIO - DANO MORAL. INDENIZAÇÃO - CUMULAÇÃO COM A DEVIDA PELO DANO MATERIAL. OS TERMOS AMPLOS DO ARTIGO 159 DO CÓDIGO CIVIL HÃO DE ENTENDER-SE COMO ABRANGENDO QUAISQUER DANOS, COMPREENDO, POIS, TAMBÉM OS DE NATUREZA MORAL. O TÍTULO VIII DO LIVRO VIII DO CÓDIGO CIVIL LIMITA-SE A ESTABELECER PARÂMETROS PARA ALCANÇAR O MONTANTE DAS INDENIZAÇÕES. [...] A NORMA DO ART. 1537 REFERE-SE APENAS AOS DANOS MATERIAIS, RESULTANTES DO HOMICÍDIO, NÃO CONSTITUINDO ÓBICE A QUE SE RECONHEÇA DEVA SER RESSARCIDO O DANO MORAL. SE EXISTE DANO MATERIAL E DANO MORAL, AMBOS ENSEJANDO INDENIZAÇÃO, ESTA SERÁ DEVIDA COMO RESSARCIMENTO DE CADA UM DELES, AINDA QUE ORIUNDOS DO MESMO FATO. NECESSIDADE DE DISTINGUIR AS HIPÓTESES EM QUE, A PRETEXTO DE INDENIZAR-SE O DANO MATERIAL, O FUNDAMENTO DO RESSARCIMENTO, EM VERDADE, É A EXISTENCIA DO DANO

MORAL." ([REsp 4236](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274236%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro NILSON NAVES, Rel. p/ Acórdão Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/06/1991, DJ 01/07/1991, p. 4190)

"[...] INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, POSTULADA PELOS PAIS DE OPERÁRIO SOLTEIRO, QUE VIVIA EM SUA COMPANHIA, VÍTIMA DE VIOLÊNCIAS PRATICADAS POR POLICIAIS. CUMULAÇÃO COM DANOS PATRIMONIAIS. ADMISSIBILIDADE. O ESTADO É RESPONSÁVEL PELOS DANOS QUE SEUS AGENTES, NESSA QUALIDADE, CAUSAREM A TERCEIROS, DEVENDO A INDENIZAÇÃO COBRIR DANOS MORAIS E MATERIAIS. [...]" ([REsp 3604](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273604%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ILMAR GALVAO, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/09/1990, DJ 22/10/1990, p. 11656)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900124358&dt_publicacao=11/11/1991) | [1604](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900124358&dt_publicacao=11/11/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900124358&dt_publicacao=11/11/1991) | [1989/0012435-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900124358&dt_publicacao=11/11/1991) | [Decisão:09/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900124358&dt_publicacao=11/11/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/11/1991 | PG:16147 |
| **RJTJRS** |  |  | VOL.:00154 | PG:00030 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00027 | PG:00267 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00515 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100099821&dt_publicacao=04/11/1991) | [11177](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100099821&dt_publicacao=04/11/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100099821&dt_publicacao=04/11/1991) | [1991/0009982-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100099821&dt_publicacao=04/11/1991) | [Decisão:01/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100099821&dt_publicacao=04/11/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/11/1991 | PG:15691 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00558 |
| **RT** |  |  | VOL.:00683 | PG:00188 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100081779&dt_publicacao=19/08/1991) | [10536](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100081779&dt_publicacao=19/08/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100081779&dt_publicacao=19/08/1991) | [1991/0008177-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100081779&dt_publicacao=19/08/1991) | [Decisão:21/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100081779&dt_publicacao=19/08/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/08/1991 | PG:10993 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00194 | PG:00041 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00555 |
| **SJADCOAS** | | VOL.:00101 | | PG:00031 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000047927&dt_publicacao=05/08/1991) | [3229](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000047927&dt_publicacao=05/08/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000047927&dt_publicacao=05/08/1991) | [1990/0004792-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000047927&dt_publicacao=05/08/1991) | [Decisão:10/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000047927&dt_publicacao=05/08/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/08/1991 | PG:09995 |
| **REVJUR** |  |  | VOL.:00170 | PG:00037 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00027 | PG:00288 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00526 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072506&dt_publicacao=01/07/1991) | [4236](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072506&dt_publicacao=01/07/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072506&dt_publicacao=01/07/1991) | [1990/0007250-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072506&dt_publicacao=01/07/1991) | [Decisão:04/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072506&dt_publicacao=01/07/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/07/1991 | PG:04190 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00032 | PG:00126 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00023 | PG:00260 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00542 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055474&dt_publicacao=22/10/1990) | [3604](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055474&dt_publicacao=22/10/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055474&dt_publicacao=22/10/1990) | [1990/0005547-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055474&dt_publicacao=22/10/1990) | [Decisão:19/09/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055474&dt_publicacao=22/10/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/10/1990 | PG:11656 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00533 |

# SÚMULA 38

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Estadual Comum, na vigência da Constituição de 1988, o processo por contravenção penal, ainda que praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00109 INC:00004

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* ADCT-88 ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITORIAS

ART:00027 PAR:00010

LEG:FED LEI:004771 ANO:1965

\*\*\*\*\* CFLO-65 CODIGO FLORESTAL ART:00026

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

19/03/1992

## Fonte:

REPDJ DATA:30/03/1992 PG:04404 DJ DATA:27/03/1992 PG:03830 RSTJ VOL.:00033 PG:00565

RT VOL.:00677 PG:00402

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - CONSTITUCIONAL - COMPETÊNCIA - CONTRAVENÇÃO PENAL - A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, NO ART. 109, IV EXCLUI A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA PROCESSAR E JULGAR AS CONTRAVENÇÕES PENAIS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL PARA OS FATOS OCORRIDOS APÓS 5 DE OUTUBRO DE 1988." ([CC 2110](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272110%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 19/09/1991, DJ 07/10/1991,

p. 13935)

"CONSTITUCIONAL. CONTRAVENÇÃO FLORESTAL. [...] COMPETÊNCIA. COMETIDA A CONTRAVENÇÃO NA VIGÊNCIA DA CARTA DE 1988, NÃO HÁ MAIS FALAR-SE DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL (ART. 109, INC. IV). [...]" ([CC 2207](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272207%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 19/09/1991, DJ 07/10/1991, p. 13936)

"[...] CONTRAVENÇÃO PENAL - LEI 4.771/65 (26, LETRAS 'A' E 'E') - JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. [...] DESTRUIR OU DANIFICAR FLORESTAS, COM USO DE FOGO, CONSTITUI CONTRAVENÇÃO PENAL DE QUE TRATA O ART. 26, 'A' E 'E', DA LEI 4771/65, (CÓDIGO FLORESTAL) FIRMANDO-SE, POR CONSEQUÊNCIA, A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL, INOBSTANTE SER A NORMA LEGAL, DE ÂMBITO FEDERAL." ([CC 1889](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271889%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, TERCEIRA

SEÇÃO, julgado em 16/05/1991, DJ 03/06/1991, p. 7405)

"[...] COMPETÊNCIA. CONTRAVENÇÃO. CÓDIGO FLORESTAL. CONSTITUIÇÃO DE 1988. JUSTIÇA ESTADUAL. CONSTITUI CONTRAVENÇÃO PENAL A PRÁTICA DE ATOS QUE SE AJUSTAM À CONCEITUAÇÃO CONTIDA NA ALÍNEA 'N', DO ART. 26, DA LEI 4.771, DE 1965 (CÓDIGO FLORESTAL). COMETIDA A INFRAÇÃO EM PLENA VIGÊNCIA DA ATUAL CONSTITUIÇÃO FEDERAL, FORÇOSO É RECONHECER A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL PARA O PROCESSO E JULGAMENTO, A TEOR DO DISPOSTO EM SEU ART. 109, IV." ([CC 1860](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271860%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 02/05/1991, DJ 20/05/1991, p. 6504)

"[...] COMPETÊNCIA. CONTRAVENÇÃO. CÓDIGO FLORESTAL. COMPETE À JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR CONTRAVENÇÃO PENAL PRATICADA SOB A ÉGIDE DA NOVA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 109, IV)." ([CC 1634](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271634%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, TERCEIRA

SEÇÃO, julgado em 07/03/1991, DJ 25/03/1991, p. 3208)

"COMPETÊNCIA. FURTO DE MADEIRA. HIPÓTESE QUE EVIDENCIA FURTO DE MADEIRA PERTENCENTE A PARTICULARES, NÃO SE JUSTIFICANDO A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. EVENTUAL INFRINGÊNCIA A DISPOSITIVO DO CÓDIGO FLORESTAL, POR OUTRO LADO, CONSTITUI CONTRAVENÇÃO, QUE A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL EXCLUI EXPRESSAMENTE DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL (ART. 109, IV)." ([CC 1320](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271320%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/08/1990, DJ 10/09/1990, p. 9112)

"PENAL/PROCESSUAL. CONTRAVENÇÃO. COMPETÊNCIA. O ART. 109, IV, DA CONSTITUIÇÃO, EXCLUI DA COMPETÊNCIA DOS JUÍZES FEDERAIS O PROCESSO E JULGAMENTO DAS CONTRAVENÇÕES." ([CC 1099](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271099%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 03/05/1990, DJ 21/05/1990, p. 4425)

"CONTRAVENÇÃO PENAL. CÓDIGO FLORESTAL. COMPETÊNCIA. COM A CONSTITUIÇÃO DE OUTUBRO DE 1988, A COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR AS CONTRAVENÇÕES PENAIS PASSOU À JUSTIÇA ESTADUAL. [...]" ([CC 1019](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271019%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro JOSE CANDIDO DE CARVALHO FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 19/04/1990, DJ 07/05/1990, p. 3825)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CONTRAVENÇÃO PENAL. DESMATAMENTO EM ÁREA DE RESERVA FLORESTAL. [...] COMPETE À JUSTIÇA COMUM ESTADUAL O PROCESSO E JULGAMENTO DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS (ART. 109, IV, DA CF.) DESDE QUE NÃO INCLUÍDAS NA EXCEÇÃO DO PAR-10, DO ART. 27, DO A.D.C.T. DO TEXTO EM VIGOR. [...]" ([CC 693](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27693%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 19/10/1989, DJ 06/11/1989, p. 16684)

"[...] COMPETÊNCIA. CONTRAVENÇÃO PENAL. COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR TODAS AS CONTRAVENÇÕES PENAIS COMETIDAS A PARTIR DA PROMULGAÇÃO DA NOVA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM 05-10-88 (ART. 109, IV DA LEI MAIOR)." ([CC 261](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27261%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro CARLOS THIBAU, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 17/08/1989, DJ 04/09/1989, p. 14038)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100108030&dt_publicacao=07/10/1991) | [2110](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100108030&dt_publicacao=07/10/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100108030&dt_publicacao=07/10/1991) | [1991/0010803-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100108030&dt_publicacao=07/10/1991) | [Decisão:19/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100108030&dt_publicacao=07/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/10/1991 | PG:13935 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00587 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100136786&dt_publicacao=07/10/1991) | [2207](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100136786&dt_publicacao=07/10/1991) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100136786&dt_publicacao=07/10/1991) | [1991/0013678-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100136786&dt_publicacao=07/10/1991) | [Decisão:19/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100136786&dt_publicacao=07/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/10/1991 | PG:13936 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00590 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100047430&dt_publicacao=03/06/1991) | [1889](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100047430&dt_publicacao=03/06/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100047430&dt_publicacao=03/06/1991) | [1991/0004743-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100047430&dt_publicacao=03/06/1991) | [Decisão:16/05/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100047430&dt_publicacao=03/06/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/06/1991 | PG:07405 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00585 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100040037&dt_publicacao=20/05/1991) | [1860](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100040037&dt_publicacao=20/05/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100040037&dt_publicacao=20/05/1991) | [1991/0004003-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100040037&dt_publicacao=20/05/1991) | [Decisão:02/05/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100040037&dt_publicacao=20/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/05/1991 | PG:06504 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00582 |
| **RT** |  |  | VOL.:00671 | PG:00385 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000139783&dt_publicacao=25/03/1991) | [1634](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000139783&dt_publicacao=25/03/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000139783&dt_publicacao=25/03/1991) | [1990/0013978-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000139783&dt_publicacao=25/03/1991) | [Decisão:07/03/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000139783&dt_publicacao=25/03/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/03/1991 | PG:03208 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00580 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000062241&dt_publicacao=10/09/1990) | [1320](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000062241&dt_publicacao=10/09/1990) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000062241&dt_publicacao=10/09/1990) | [1990/0006224-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000062241&dt_publicacao=10/09/1990) | [Decisão:23/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000062241&dt_publicacao=10/09/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/09/1990 | PG:09112 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00578 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026229&dt_publicacao=21/05/1990) | [1099](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026229&dt_publicacao=21/05/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026229&dt_publicacao=21/05/1990) | [1990/0002622-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026229&dt_publicacao=21/05/1990) | [Decisão:03/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026229&dt_publicacao=21/05/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/05/1990 | PG:04425 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00576 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000011043&dt_publicacao=07/05/1990) | [1019](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000011043&dt_publicacao=07/05/1990) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000011043&dt_publicacao=07/05/1990) | [1990/0001104-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000011043&dt_publicacao=07/05/1990) | [Decisão:19/04/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000011043&dt_publicacao=07/05/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/05/1990 | PG:03825 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00572 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900107194&dt_publicacao=06/11/1989) | [693](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900107194&dt_publicacao=06/11/1989) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900107194&dt_publicacao=06/11/1989) | [1989/0010719-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900107194&dt_publicacao=06/11/1989) | [Decisão:19/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900107194&dt_publicacao=06/11/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/11/1989 | PG:16684 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00569 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900079115&dt_publicacao=04/09/1989) | [261](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900079115&dt_publicacao=04/09/1989) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900079115&dt_publicacao=04/09/1989) | [1989/0007911-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900079115&dt_publicacao=04/09/1989) | [Decisão:17/08/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900079115&dt_publicacao=04/09/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/09/1989 | PG:14038 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00003 | PG:00746 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00567 |

# SÚMULA 39

DIREITO ADMINISTRATIVO - PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

## Enunciado:

Prescreve em vinte anos a ação para haver indenização, por responsabilidade civil, de sociedade de economia mista.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:00177

LEG:FED DEL:004597 ANO:1942 ART:00002

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

08/04/1992

## Fonte:

DJ DATA:20/04/1992 PG:05268 RSTJ VOL.:00033 PG:00593

RT VOL.:00678 PG:00192

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE FERROVIÁRIO. PRESCRIÇÃO. [...] NA HIPÓTESE, A PRESCRIÇÃO CONTRA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA OPERA-SE EM VINTE ANOS. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27540%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [540](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27540%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BUENO DE SOUZA, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/1991, DJ 09/12/1991, p.

18032)

"RESPONSABILIDADE CIVIL. MORTE EM CONSEQUÊNCIA DE ATROPELAMENTO POR COMBOIO FERROVIÁRIO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PRAZO PRESCRICIONAL. [...] PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA, E NÃO QUINQUENAL, POR NÃO SATISFAZER A FEPASA, SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, AOS PRESSUPOSTOS ESTABELECIDOS NO ART. 2. DO DLEI 4597/42, POIS SUA FONTE BÁSICA DE RECEITAS SÃO AS TARIFAS, PORTANTO PREÇO PUBLICO, E NÃO IMPOSTOS, TAXAS OU CONTRIBUIÇÕES EXIGÍVEIS POR LEI. [...]" ([REsp 1604](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271604%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/1991, DJ 11/11/1991, p. 16147)

"[...] ACIDENTE. INDENIZAÇÃO. FEPASA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. [...] SEGUNDO ASSENTE NA CORTE, É VINTENÁRIA A PRESCRIÇÃO CONCERNENTE À INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE FERROVIÁRIO POSTULADA CONTRA A FEPASA, SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA." ([REsp 6643](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276643%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 11/06/1991, DJ 05/08/1991, p. 10007)

"RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE FERROVIÁRIO. AÇÃO PROPOSTA CONTRA A FEPASA - FERROVIA PAULISTA S.A. [...] PRESCRIÇÃO. A PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PESSOAL CONTRA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA É A VINTENÁRIA, E NÃO A QUINQUENAL. [...]" ([REsp 2993](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272993%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/1990, DJ 17/09/1990, p. 9508)

"ACIDENTE EM COMPOSIÇÃO FERROVIÁRIA. INDENIZAÇÃO. PRESCRIÇÃO. AÇÃO MOVIDA CONTRA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. [...] 'É VINTENÁRIA A PRESCRIÇÃO, POR TRATAR-SE DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, QUE NÃO SATISFAZ OS REQUISITOS DO ART. 2 DO DECRETO-LEI N. 4597/42. [...]" ([REsp 2647](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272647%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA,

julgado em 05/06/1990, DJ 25/06/1990, p. 6041)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900095870&dt_publicacao=09/12/1991) | [540](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900095870&dt_publicacao=09/12/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900095870&dt_publicacao=09/12/1991) | [1989/0009587-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900095870&dt_publicacao=09/12/1991) | [Decisão:29/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900095870&dt_publicacao=09/12/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/12/1991 | PG:18032 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00595 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00371 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900124358&dt_publicacao=11/11/1991) | [1604](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900124358&dt_publicacao=11/11/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900124358&dt_publicacao=11/11/1991) | [1989/0012435-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900124358&dt_publicacao=11/11/1991) | [Decisão:09/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900124358&dt_publicacao=11/11/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/11/1991 | PG:16147 |
| **RJTJRS** |  |  | VOL.:00154 | PG:00030 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00027 | PG:00267 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00515 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000129095&dt_publicacao=05/08/1991) | [6643](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000129095&dt_publicacao=05/08/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000129095&dt_publicacao=05/08/1991) | [1990/0012909-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000129095&dt_publicacao=05/08/1991) | [Decisão:11/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000129095&dt_publicacao=05/08/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/08/1991 | PG:10007 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00030 | PG:00185 |
| **REVPRO** |  |  | VOL.:00069 | PG:00214 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00026 | PG:00445 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00627 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000042291&dt_publicacao=17/09/1990) | [2993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000042291&dt_publicacao=17/09/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000042291&dt_publicacao=17/09/1990) | [1990/0004229-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000042291&dt_publicacao=17/09/1990) | [Decisão:19/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000042291&dt_publicacao=17/09/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/09/1990 | PG:09508 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00618 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000030064&dt_publicacao=25/06/1990) | [2647](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000030064&dt_publicacao=25/06/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000030064&dt_publicacao=25/06/1990) | [1990/0003006-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000030064&dt_publicacao=25/06/1990) | [Decisão:05/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000030064&dt_publicacao=25/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/06/1990 | PG:06041 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00422 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00610 |

# SÚMULA 40

DIREITO PENAL - EXECUÇÃO PENAL

## Enunciado:

Para obtenção dos benefícios de saída temporária e trabalho externo, considera-se o tempo de cumprimento da pena no regime fechado.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:007210 ANO:1984

\*\*\*\*\* LEP-84 LEI DE EXECUÇÃO PENAL ART:00037 ART:00122 ART:00123 INC:00002

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

07/05/1992

## Fonte:

DJ DATA:12/05/1992 PG:06547 RSTJ VOL.:00033 PG:00637

RT VOL.:00679 PG:00391

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] SAÍDA TEMPORÁRIA E TRABALHO EXTERNO - REGIME PRISIONAL SEMI-ABERTO - PROGRESSÃO - EXIGÊNCIA DE REQUISITO TEMPORAL - APLICAÇÃO. [...] O REQUISITO TEMPORAL DE CUMPRIMENTO MÍNIMO DE UM SEXTO DA PENA, PREVISTO NO ART. 123, II, DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL, PARA EFEITO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PRÓPRIOS DO REGIME PRISIONAL SEMI-ABERTO, NÃO SE APLICA AOS QUE NELE INGRESSARAM PELA PROGRESSÃO DE REGIME, PORQUANTO JÁ CUMPRIDO NO REGIME ANTERIOR FECHADO, QUE DEVE SER COMPUTADO. [...]" ([RHC 1587](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271587%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA,

julgado em 02/12/1991, DJ 16/12/1991, p. 18551)

"EXECUÇÃO DE SENTENÇA. EXECUÇÃO PENAL. SAÍDA TEMPORÁRIA. AUTORIZAÇÃO. A EXIGÊNCIA DE CUMPRIMENTO MÍNIMO DE UM SEXTO DA PENA (ART. 123, II) CONSIDERA-SE SATISFEITA QUANDO O CONDENADO, RECÉM-INGRESSO NO REGIME SEMI-ABERTO, JÁ CUMPRIRA ESSE REQUISITO NO REGIME ANTERIOR (FECHADO). [...]" ([RHC 1588](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271588%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, QUINTA TURMA, julgado em 02/12/1991, DJ 16/12/1991, p. 18551, DJ 10/02/1992, p. 867)

"EXECUÇÃO PENAL. CONDENADO EM REGIME SEMI-ABERTO. SAÍDA TEMPORÁRIA. DESNECESSÁRIO O CUMPRIMENTO DE UM SEXTO DA PENA NO ATUAL REGIME, SE HOUVE PROGRESSÃO. [...] O DIREITO A SAÍDAS TEMPORÁRIAS PELO CONDENADO PRIMÁRIO, QUE CUMPRE PENA NO REGIME SEMI-ABERTO, SE PROGREDIU DO REGIME FECHADO APÓS CUMPRIDO UM SEXTO DA PENA, NÃO FICA SUJEITO A ESSE REQUISITO TEMPORAL NO REGIME ATUAL, SEMI-ABERTO, CONFORME SE EXTRAI DA NORMA INSCRITA NO ITEM II DO ART. 123, DA LEP. [...]" ([RHC 1617](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271617%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 02/12/1991, DJ 03/02/1992, p. 474)

"PENAL. EXECUÇÃO DA PENA. REGIME SEMI-ABERTO. BENEFÍCIOS. [...] TEMPO MÍNIMO DE CUMPRIMENTO DA PENA. NOS CASOS DE PROGRESSÃO PARA O REGIME SEMI-ABERTO, A CONDIÇÃO FIXADA NO ART. 122, II, C.C. O ART. 37, DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL, RELATIVAMENTE AOS BENEFÍCIOS DE 'TRABALHO EXTERNO, E 'SAÍDA TEMPORÁRIA', ATENDE- SE PELO TEMPO DE CUMPRIMENTO DA PENA NO REGIME FECHADO." ([RHC 1584](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271584%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 27/11/1991, DJ 16/12/1991, p. 18550)

"PENAL. EXECUÇÃO. SAÍDA TEMPORÁRIA SEM VIGILÂNCIA. AUTORIZAÇÃO. REQUISITO TEMPORAL. CONQUANTO SE TRATE DE BENEFÍCIO PRÓPRIO DO REGIME SEMI-ABERTO, IMPENDE CONSIDERAR O TEMPO DE CUMPRIMENTO DA PENA EM REGIME FECHADO. INTELIGÊNCIA DO ART. 123, I DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. [...]" ([RHC 1582](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271582%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. MIN. COSTA LEITE, SEXTA TURMA, julgado em 26/11/1991, DJ 09/03/1992, p. 2593)

"[...] LEI DAS EXECUÇÕES PENAIS - SAÍDA TEMPORÁRIA - A LEI DE EXECUÇÕES PENAIS TEM POR OBJETIVO EFETIVAR AS DISPOSIÇÕES DA SENTENÇA OU DECISÃO CRIMINAL E PROPORCIONAR CONDIÇÕES PARA A HARMONICA INTEGRAÇÃO SOCIAL DO CONDENADO E DO INTERNADO. A SAÍDA TEMPORÁRIA (ART. 122) É DIREITO PÚBLICO, SUBJETIVO DO CONDENADO. UMA VEZ REUNIDAS AS CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVA, É EXIGÍVEL A SUA CONCESSÃO. AO JUIZ DA EXECUÇÃO CUMPRE DECIDIR MOTIVADAMENTE QUANTO A SATISFAÇÃO DOS REQUISITOS. O CUMPRIMENTO MÍNIMO DE UM SEXTO DA PENA, SE O CONDENADO FOR PRIMÁRIO, E UM QUARTO, SE REINCIDENTE, REFERE-SE A QUEM ESTEJA CUMPRINDO A PENA EM REGIME SEMI- ABERTO. NO CASO DE PROGRESSÃO, SATISFEITO AQUELE PERÍODO, NO REGIME FECHADO, SUPRIDA ESTARÁ A EXIGÊNCIA, DISPENSADA, POIS, NO REGIME SEGUINTE, O MESMO RESGATE. A PENA É UMA SÓ, EMBORA A EXECUÇÃO, QUANTO A PROGRESSÃO, SE DESDOBRE EM REGIMES SUCESSIVOS." ([RHC 1585](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271585%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEXTA TURMA, julgado em 26/11/1991, DJ 03/02/1992, p. 476)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204498&dt_publicacao=16/12/1991) | [1587](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204498&dt_publicacao=16/12/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204498&dt_publicacao=16/12/1991) | [1991/0020449-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204498&dt_publicacao=16/12/1991) | [Decisão:02/12/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204498&dt_publicacao=16/12/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/12/1991 | PG:18551 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00653 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204501&dt_publicacao=10/02/1992) | [1588](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204501&dt_publicacao=10/02/1992) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204501&dt_publicacao=10/02/1992) | [1991/0020450-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204501&dt_publicacao=10/02/1992) | [Decisão:02/12/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204501&dt_publicacao=10/02/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/02/1992 | PG:00867 |
| **DJ** |  |  | DATA:16/12/1991 | PG:18551 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00659 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100212865&dt_publicacao=03/02/1992) | [1617](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100212865&dt_publicacao=03/02/1992) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100212865&dt_publicacao=03/02/1992) | [1991/0021286-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100212865&dt_publicacao=03/02/1992) | [Decisão:02/12/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100212865&dt_publicacao=03/02/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/02/1992 | PG:00474 |
| **REVJUR** |  |  | VOL.:00175 | PG:00094 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00663 |
| **RT** |  |  | VOL.:00687 | PG:00355 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204463&dt_publicacao=16/12/1991) | [1584](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204463&dt_publicacao=16/12/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204463&dt_publicacao=16/12/1991) | [1991/0020446-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204463&dt_publicacao=16/12/1991) | [Decisão:27/11/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204463&dt_publicacao=16/12/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/12/1991 | PG:18550 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00031 | PG:00170 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00643 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204447&dt_publicacao=09/03/1992) | [1582](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204447&dt_publicacao=09/03/1992) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204447&dt_publicacao=09/03/1992) | [1991/0020444-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204447&dt_publicacao=09/03/1992) | [Decisão:26/11/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204447&dt_publicacao=09/03/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/03/1992 | PG:02593 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00639 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204471&dt_publicacao=03/02/1992) | [1585](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204471&dt_publicacao=03/02/1992) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204471&dt_publicacao=03/02/1992) | [1991/0020447-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204471&dt_publicacao=03/02/1992) | [Decisão:26/11/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204471&dt_publicacao=03/02/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/02/1992 | PG:00476 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00647 |

# SÚMULA 41

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DO STJ

## Enunciado:

O Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais ou dos respectivos órgãos.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00105 INC:00001 LET:B

LEG:FED LCP:000035 ANO:1979

\*\*\*\*\* LOMAN-79 LEI ORGANICA DA MAGISTRATURA NACIONAL

ART:00021 INC:00006

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

14/05/1992

## Fonte:

DJ DATA:20/05/1992 PG:07074 RSTJ VOL.:00038 PG:00017

RT VOL.:00679 PG:00188

## Excerto dos Precedentes Originários:

"COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO CONTRA ATO DE PRESIDENTE DE TRIBUNAL ESTADUAL. NÃO É O STJ COMPETENTE PARA CONHECER ORIGINARIAMENTE DE MANDADOS DE SEGURANÇA IMPETRADOS CONTRA ATOS DE TRIBUNAIS ESTADUAIS. [...]" ([AgRg](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271103%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja)

[no MS 1103](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271103%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PA, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/09/1991, DJ 04/11/1991, p. 15652)

"COMPETÊNCIA - MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO. O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA É COMPETENTE PARA APRECIAR ORIGINARIAMENTE MANDADOS DE SEGURANÇA CONTRA ATO DE MINISTRO DE ESTADO OU DO PRÓPRIO TRIBUNAL. TRATANDO-SE DE ATO DE PRESIDENTE DE TRIBUNAL DE JUSTIÇA, SERÁ DAQUELA CORTE A COMPETÊNCIA PARA O PROCESSO E JULGAMENTO DE PEDIDO DE SEGURANÇA. CONSTITUIÇÃO FEDERAL - ARTIGO 105, I, ''B'' - LEI COMPLEMENTAR 35/79 - ARTIGO 21, VI." ([MS 773](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27MS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27773%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, SEGUNDA

SEÇÃO, julgado em 10/04/1991, DJ 06/05/1991, p. 5639)

"MANDADO DE SEGURANÇA. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DESTA CORTE. ATOS DE MINISTROS DE ESTADO OU DO PRÓPRIO TRIBUNAL. [...] AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA COMPETE PROCESSAR E JULGAR, ORIGINALMENTE, OS MANDADOS DE SEGURANÇA CONTRA ATOS DOS MINISTROS DE ESTADO E DO PRÓPRIO TRIBUNAL, MAS NÃO CONTRA ATOS DE OUTROS TRIBUNAIS OU SEUS PRESIDENTES. [...]" ([MS 681](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27MS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27681%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, PRIMEIRA

SEÇÃO, julgado em 02/04/1991, DJ 29/04/1991, p. 5246)

"[...] MANDADO DE SEGURANÇA. INCOMPETÊNCIA. [...] O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÃO TEM COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATOS DE PRESIDENTE DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL E DE JUIZ FEDERAL DIRETOR DE FORO (CF, ARTS. 105, I, 'B' E 108, I, 'C'). [...]" ([MS 525](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27MS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27525%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro ANTONIO TORREÃO BRAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 13/12/1990, DJ 18/02/1991, p. 1018)

"COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. [...] A COMPETÊNCIA PARA JULGAR ORIGINARIAMENTE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DO RESPECTIVO PRESIDENTE, É DE SUAS TURMAS, CÂMARAS OU SEÇÕES, E DO PRÓPRIO TRIBUNAL.

[...]" ([AgRg no MS 564](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27564%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/09/1990, DJ 26/11/1990, p. 13763)

"[...] MANDADO DE SEGURANÇA - COMPETÊNCIA DO ARTIGO 105, I, LETRA 'D'. COMPETE AO PRÓPRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DOS ESTADOS O JULGAMENTO DE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DE SEUS PRESIDENTES. É INCABÍVEL O MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA LIMINAR CONCEDIDA EM OUTRO MANDADO DE SEGURANÇA. [...]" ([MS 460](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27MS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27460%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/09/1990, DJ 22/10/1990, p. 11646)

"MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DE PRESIDENTE DE TRIBUNAL LOCAL, QUANDO DO PROCESSAMENTO DO RECURSO ÚLTIMO. COMPETÊNCIA. NÃO COMPETE AO STJ PROCESSAR E JULGAR, ORIGINARIAMENTE, MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DOS TRIBUNAIS LOCAIS OU DOS RESPECTIVOS PRESIDENTES. APLICAÇÃO DO ART. 105-I-B DA CF. [...]" ([MS 129](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27MS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27129%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/06/1989, DJ 21/08/1989, p. 13325)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100144312&dt_publicacao=04/11/1991) | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100144312&dt_publicacao=04/11/1991) | [1103](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100144312&dt_publicacao=04/11/1991) | [PA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100144312&dt_publicacao=04/11/1991) | [1991/0014431-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100144312&dt_publicacao=04/11/1991) | [Decisão:11/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100144312&dt_publicacao=04/11/1991) |
| **DJ** |  |  |  | DATA:04/11/1991 | PG:15652 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00038 | PG:00038 |
| [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100011665&dt_publicacao=06/05/1991) | [773](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100011665&dt_publicacao=06/05/1991) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100011665&dt_publicacao=06/05/1991) |  | [1991/0001166-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100011665&dt_publicacao=06/05/1991) | [Decisão:10/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100011665&dt_publicacao=06/05/1991) |
| **DJ** |  |  |  | DATA:06/05/1991 | PG:05639 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00038 | PG:00035 |
| [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000131677&dt_publicacao=29/04/1991) | [681](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000131677&dt_publicacao=29/04/1991) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000131677&dt_publicacao=29/04/1991) |  | [1990/0013167-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000131677&dt_publicacao=29/04/1991) | [Decisão:02/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000131677&dt_publicacao=29/04/1991) |
| **DJ** |  |  |  | DATA:29/04/1991 | PG:05246 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00038 | PG:00032 |
| [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072700&dt_publicacao=18/02/1991) | [525](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072700&dt_publicacao=18/02/1991) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072700&dt_publicacao=18/02/1991) |  | [1990/0007270-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072700&dt_publicacao=18/02/1991) | [Decisão:13/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072700&dt_publicacao=18/02/1991) |
| **DJ** |  |  |  | DATA:18/02/1991 | PG:01018 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00038 | PG:00026 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000083818&dt_publicacao=26/11/1990) | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000083818&dt_publicacao=26/11/1990) | [564](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000083818&dt_publicacao=26/11/1990) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000083818&dt_publicacao=26/11/1990) | [1990/0008381-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000083818&dt_publicacao=26/11/1990) | [Decisão:26/09/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000083818&dt_publicacao=26/11/1990) |
| **DJ** |  |  |  | DATA:26/11/1990 | PG:13763 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00038 | PG:00030 |
| [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000061938&dt_publicacao=22/10/1990) | [460](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000061938&dt_publicacao=22/10/1990) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000061938&dt_publicacao=22/10/1990) |  | [1990/0006193-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000061938&dt_publicacao=22/10/1990) | [Decisão:25/09/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000061938&dt_publicacao=22/10/1990) |
| **DJ** |  |  |  | DATA:22/10/1990 | PG:11646 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00038 | PG:00023 |
| [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900076477&dt_publicacao=21/08/1989) | [129](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900076477&dt_publicacao=21/08/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900076477&dt_publicacao=21/08/1989) |  | [1989/0007647-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900076477&dt_publicacao=21/08/1989) | [Decisão:14/06/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900076477&dt_publicacao=21/08/1989) |
| **DJ** |  |  |  | DATA:21/08/1989 | PG:13325 |
| **JBCC** |  |  |  | VOL.:00151 | PG:00186 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00002 | PG:00563 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00038 | PG:00019 |

# SÚMULA 42

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00109 INC:00001 INC:00004

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

14/05/1992

## Fonte:

DJ DATA:20/05/1992 PG:07074 RSTJ VOL.:00038 PG:00041

RT VOL.:00679 PG:00188

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] DESAPROPRIAÇÃO. REDE FERROVIÁRIA FEDERAL. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. SE A UNIÃO FEDERAL NÃO INTERVEM EM PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO PROMOVIDO POR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, RECONHECE-SE A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL (ART. 109 DA CF)." ([CC 2193](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272193%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA SEÇÃO,

julgado em 11/10/1991, DJ 25/11/1991, p. 17037)

"[...] COMPETÊNCIA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. [...] JUSTIÇA ESTADUAL. SUA COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR CRIME EM DETRIMENTO DE BENS DA REFESA. [...]" ([CC 2197](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272197%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 03/10/1991, DJ 16/10/1991, p. 14460)

"[...] EMPRESA DE ECONOMIA MISTA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL O PROCESSO E JULGAMENTO DAS CAUSAS EM QUE FIGURA EMPRESA DE ECONOMIA MISTA." ([CC 1980](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271980%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/09/1991, DJ 04/11/1991, p. 15654)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - CONSTITUCIONAL - COMPETÊNCIA - CRIME CONTRA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA - A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, NO ART. 109, IV, PARA DEFINIR A COMPETÊNCIA, ELEGEU DOIS CRITÉRIOS: OBJETO JURÍDICO E NATUREZA JURÍDICA DO SUJEITO PASSIVO. A SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, DE QUE PARTICIPA A UNIÃO FEDERAL, AÍ NÃO ESTA INCLUÍDA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL." ([CC 2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272001%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 19/09/1991, DJ 07/10/1991, p. 13935)

"COMPETÊNCIA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. CRIME COMETIDO EM DETRIMENTO DE INTERESSE DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA CONTROLADA PELA UNIÃO (RFFSA). COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PARA O PROCESSO E JULGAMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 109, IV, DA CONSTITUIÇÃO." ([CC 2198](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272198%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 19/09/1991, DJ 28/10/1991, p. 15219)

"[...] COMPETÊNCIA. CRIME CONTRA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PRATICADO DELITO CONTRA BENS, INTERESSES OU SERVIÇOS DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, ASSIM CONSIDERADA A TELEGOIAS, COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO É A JUSTIÇA COMUM DO ESTADO." ([CC 2208](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272208%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 05/09/1991, DJ 23/09/1991, p. 13062)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO. LEI 8.029/90. CONFLITO ENTRE PARTICULARES. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. [...] A SIMPLES EXISTÊNCIA DE PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA NÃO AUTORIZA O DESLOCAMENTO DO FEITO PARA A JUSTIÇA FEDERAL." ([CC 1637](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271637%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/04/1991, DJ 27/05/1991, p. 6936)

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. [...] NO ÂMBITO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL NÃO SE INCLUEM AS CAUSAS DE QUE PARTICIPEM AS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA. II- CONFLITO CONHECIDO. DECLARADO A COMPETÊNCIA DO JUIZ ESTADUAL SUSCITADO. [...]" ([CC 1485](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271485%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, SEGUNDA

SEÇÃO, julgado em 14/12/1990, DJ 29/04/1991, p. 5247)

"[...] COMPETÊNCIA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. COMPETE À JUSTIÇA COMUM ESTADUAL O PROCESSO E JULGAMENTO DE CRIMES PRATICADOS CONTRA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA." ([CC 1524](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271524%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) AM, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 20/11/1990, DJ 10/12/1990, p. 14791)

"[...] COMPETÊNCIA. JUÍZO ESTADUAL. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. [...] COMPETE À JUSTIÇA COMUM ESTADUAL CONHECER E JULGAR AS CAUSAS EM QUE FIGURA COMO PARTE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, NO CASO, A TELEGOIAS. - CONFLITO CONHECIDO E DECLARADO COMPETENTE O JUÍZO DE DIREITO DA 4. VARA DA FAZENDA PÚBLICA E REGISTROS PÚBLICOS DE ANÁPOLIS-GO." ([CC 1321](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271321%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO,

julgado em 25/09/1990, DJ 22/10/1990, p. 11647)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA - EXCLUSÃO DO ART. 109, IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. CONSTITUINDO-SE O BANCO DO BRASIL UMA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, AS INFRAÇÕES PENAIS PRATICADAS EM DETRIMENTO DE SEUS BENS OU INTERESSES, SÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. [...]" ([CC 1403](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271403%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro JOSE CANDIDO DE CARVALHO FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 06/09/1990, DJ 24/09/1990, p. 9965)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA IRB. TRATANDO-SE O INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA A COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DE CAUSA EM QUE FOR PARTE É DA JUSTIÇA ESTADUAL COMUM." ([CC 874](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27874%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/02/1990, DJ 12/03/1990, p. 1698)

"SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA FEDERAL. INTERVENÇÃO. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL. INEXISTINDO LEGÍTIMO INTERESSE JURÍDICO NO DESLINDE DA CAUSA, A SIMPLES INTERVENÇÃO DA UNIÃO NO FEITO NÃO DESLOCA A COMPETÊNCIA PARA A JURISDIÇÃO FEDERAL (SÚMULAS 61/TFR, 517/STF E 556/STF). [...]" ([CC 633](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27633%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PA, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/12/1989, DJ 19/02/1990, p. 1031)

"REDE FERROVIÁRIA FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DOS ESTADOS PARA JULGAMENTOS DAS CAUSAS EM QUE SEJA RÉ." ([CC 686](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27686%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO,

julgado em 27/09/1989, DJ 30/10/1989, p. 16504)

"[...] COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. [...] SENDO PARTE A COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, É COMPETENTE A JUSTIÇA COMUM PARA JULGAMENTO DA CAUSA (SUMULA 556-STF). [...]" ([CC 409](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27409%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 31/08/1989, DJ 02/10/1989, p. 15348)

"PENAL. COMPETÊNCIA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. JUSTIÇA COMUM. É DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL O PROCESSO E JULGAMENTO DOS CRIMES PRATICADOS CONTRA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, NO CASO O BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO S/A." ([CC 193](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27193%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, TERCEIRA SEÇÃO,

julgado em 03/08/1989, DJ 28/08/1989, p. 13677)

"[...] COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL É COMPETENTE PARA JULGAR AS CAUSAS DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA. [...]" ([CC 105](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27105%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/06/1989, DJ 07/08/1989, p. 12731)

Precedentes:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132756&dt_publicacao=25/11/1991) | [2193 MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132756&dt_publicacao=25/11/1991) | [1991/0013275-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132756&dt_publicacao=25/11/1991) | [Decisão:11/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132756&dt_publicacao=25/11/1991) |
| **DJ** |  | DATA:25/11/1991 | PG:17037 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132799&dt_publicacao=16/10/1991) | [2197](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132799&dt_publicacao=16/10/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132799&dt_publicacao=16/10/1991) | [1991/0013279-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132799&dt_publicacao=16/10/1991) | [Decisão:03/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132799&dt_publicacao=16/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/10/1991 | PG:14460 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00081 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100068373&dt_publicacao=04/11/1991) | [1980](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100068373&dt_publicacao=04/11/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100068373&dt_publicacao=04/11/1991) | [1991/0006837-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100068373&dt_publicacao=04/11/1991) | [Decisão:25/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100068373&dt_publicacao=04/11/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/11/1991 | PG:15654 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00072 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100077321&dt_publicacao=07/10/1991) | [2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100077321&dt_publicacao=07/10/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100077321&dt_publicacao=07/10/1991) | [1991/0007732-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100077321&dt_publicacao=07/10/1991) | [Decisão:19/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100077321&dt_publicacao=07/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/10/1991 | PG:13935 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00074 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132802&dt_publicacao=28/10/1991) | [2198](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132802&dt_publicacao=28/10/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132802&dt_publicacao=28/10/1991) | [1991/0013280-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132802&dt_publicacao=28/10/1991) | [Decisão:19/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132802&dt_publicacao=28/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/10/1991 | PG:15219 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00083 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100136930&dt_publicacao=23/09/1991) | [2208](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100136930&dt_publicacao=23/09/1991) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100136930&dt_publicacao=23/09/1991) | [1991/0013693-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100136930&dt_publicacao=23/09/1991) | [Decisão:05/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100136930&dt_publicacao=23/09/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/09/1991 | PG:13062 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00086 |
| **RT** |  |  | VOL.:00679 | PG:00412 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100000469&dt_publicacao=27/05/1991) | [1637](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100000469&dt_publicacao=27/05/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100000469&dt_publicacao=27/05/1991) | [1991/0000046-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100000469&dt_publicacao=27/05/1991) | [Decisão:24/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100000469&dt_publicacao=27/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/05/1991 | PG:06936 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00069 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000097207&dt_publicacao=29/04/1991) | [1485](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000097207&dt_publicacao=29/04/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000097207&dt_publicacao=29/04/1991) | [1990/0009720-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000097207&dt_publicacao=29/04/1991) | [Decisão:14/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000097207&dt_publicacao=29/04/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/04/1991 | PG:05247 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00065 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000112320&dt_publicacao=10/12/1990) | [1524](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000112320&dt_publicacao=10/12/1990) | [AM](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000112320&dt_publicacao=10/12/1990) | [1990/0011232-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000112320&dt_publicacao=10/12/1990) | [Decisão:20/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000112320&dt_publicacao=10/12/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/12/1990 | PG:14791 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00067 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000062250&dt_publicacao=22/10/1990) | [1321](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000062250&dt_publicacao=22/10/1990) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000062250&dt_publicacao=22/10/1990) | [1990/0006225-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000062250&dt_publicacao=22/10/1990) | [Decisão:25/09/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000062250&dt_publicacao=22/10/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/10/1990 | PG:11647 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00059 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000075270&dt_publicacao=24/09/1990) | [1403](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000075270&dt_publicacao=24/09/1990) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000075270&dt_publicacao=24/09/1990) | [1990/0007527-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000075270&dt_publicacao=24/09/1990) | [Decisão:06/09/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000075270&dt_publicacao=24/09/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/09/1990 | PG:09965 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00062 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900130595&dt_publicacao=12/03/1990) | [874](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900130595&dt_publicacao=12/03/1990) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900130595&dt_publicacao=12/03/1990) | [1989/0013059-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900130595&dt_publicacao=12/03/1990) | [Decisão:14/02/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900130595&dt_publicacao=12/03/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/03/1990 | PG:01698 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00057 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900097903&dt_publicacao=19/02/1990) | [633](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900097903&dt_publicacao=19/02/1990) | [PA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900097903&dt_publicacao=19/02/1990) | [1989/0009790-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900097903&dt_publicacao=19/02/1990) | [Decisão:13/12/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900097903&dt_publicacao=19/02/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/02/1990 | PG:01031 |
| **JTS** |  |  | VOL.:00024 | PG:00048 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00051 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900105531&dt_publicacao=30/10/1989) | [686](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900105531&dt_publicacao=30/10/1989) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900105531&dt_publicacao=30/10/1989) | [1989/0010553-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900105531&dt_publicacao=30/10/1989) | [Decisão:27/09/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900105531&dt_publicacao=30/10/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/10/1989 | PG:16504 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00054 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900090747&dt_publicacao=02/10/1989) | [409](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900090747&dt_publicacao=02/10/1989) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900090747&dt_publicacao=02/10/1989) | [1989/0009074-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900090747&dt_publicacao=02/10/1989) | [Decisão:31/08/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900090747&dt_publicacao=02/10/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/10/1989 | PG:15348 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00047 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00071 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073966&dt_publicacao=28/08/1989) | [193](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073966&dt_publicacao=28/08/1989) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073966&dt_publicacao=28/08/1989) | [1989/0007396-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073966&dt_publicacao=28/08/1989) | [Decisão:03/08/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073966&dt_publicacao=28/08/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/08/1989 | PG:13677 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00045 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00053 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073060&dt_publicacao=07/08/1989) | [105](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073060&dt_publicacao=07/08/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073060&dt_publicacao=07/08/1989) | [1989/0007306-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073060&dt_publicacao=07/08/1989) | [Decisão:14/06/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073060&dt_publicacao=07/08/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/08/1989 | PG:12731 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00043 |

# SÚMULA 43

DIREITO CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL

## Enunciado:

Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo.

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

14/05/1992

## Fonte:

DJ DATA:20/05/1992 PG:07074 RSTJ VOL.:00038 PG:00091

RT VOL.:00679 PG:00188

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] RESPONSABILIDADE. ATO ILÍCITO. CORREÇÃO MONETÁRIA. A CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE INDENIZAÇÃO POR DANOS DECORRENTES DE ATO ILÍCITO, INCIDE DESDE ANTES DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO." ([REsp 10913](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710913%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, TERCEIRA TURMA,

julgado em 25/06/1991, DJ 19/08/1991, p. 10996)

"AÇÃO DE COBRANÇA. ATO ILÍCITO CONTRATUAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDE, NOS CASOS DE ATO ILÍCITO CONTRATUAL, DESDE O VENCIMENTO DA DÍVIDA, E NÃO SÓ A PARTIR DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. [...]" ([REsp 10680](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710680%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA,

julgado em 21/06/1991, DJ 12/08/1991, p. 10557)

"CORREÇÃO MONETÁRIA - ILÍCITO CONTRATUAL. CARACTERIZADO O ILÍCITO CONTRATUAL PORQUE NÃO PAGAS, NO PRAZO ESTIPULADO, AS IMPORTÂNCIAS DEVIDAS EM VIRTUDE DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PARA A REALIZAÇÃO DE OBRA PÚBLICA, É DEVIDA A CORREÇÃO MONETÁRIA, MESMO EM PERÍODO ANTERIOR À LEI 6.899/81, POR TRATAR-SE DE DÍVIDA DE VALOR. [...]" ([REsp 10554](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710554%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/06/1991, DJ 05/08/1991, p. 9987)

"CORREÇÃO MONETÁRIA. ILÍCITO CONTRATUAL. DÍVIDA DE VALOR. PERÍODO ANTERIOR À LEI 6899/81. INCIDÊNCIA. [...] EM SE TRATANDO DE ILÍCITO CONTRATUAL, CARACTERIZADA A DÍVIDA COMO DE VALOR, INCIDENTE É A CORREÇÃO MONETÁRIA MESMO EM PERÍODO ANTERIOR À LEI 6899/81, QUANDO A JURISPRUDÊNCIA JÁ A ADMITIA. II - É DE ENTENDER-SE QUE A LEI 6899/81 VEIO ESTENDER A CORREÇÃO MONETÁRIA À HIPÓTESES EM QUE ATÉ ENTÃO NÃO ERA APLICADA, COMO OCORRIA COM A CHAMADA DÍVIDA DE DINHEIRO. III - CONSOANTE REITERADAMENTE AFIRMADO PELA CORTE, NÃO CONSTITUINDO UM PLUS MAS MERA ATUALIZAÇÃO DA MOEDA AVILTADA PELA INFLAÇÃO, A CORREÇÃO MONETÁRIA SE IMPÕE COMO IMPERATIVOS ECONÔMICO, JURÍDICO E ÉTICO, PARA COIBIR O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA." ([REsp 4874](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274874%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/1990, DJ 04/03/1991, p. 1987)

"[...] AÇÃO INDENIZATÓRIA DECORRENTE DO ATRASO NO PAGAMENTO DE VÁRIAS PARCELAS DO PREÇO AJUSTADO EM CONTRATO PARA REFORMA DE PRÉDIO PÚBLICO. [...] A DEMORA NO PAGAMENTO DO PREÇO AJUSTADO CONSTITUI ILÍCITO CONTRATUAL QUE DEVE SER REPARADO, UTILIZANDO-SE OS ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA, DESDE O TERMO INICIAL DA MORA. [...]" ([REsp 710](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27710%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/1990, DJ 17/12/1990, p. 15350)

"CORREÇÃO MONETÁRIA. INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL. INCIDÊNCIA ANTERIOR À PROPOSITURA DA AÇÃO. JURISPRUDÊNCIA DO STF DO STJ. INCIDE A CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE OS VALORES COBRADOS EM FACE DE INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL, INDEPENDENTEMENTE DAS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NA LEI N. 6899/81." ([REsp 3154](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273154%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel.

Ministro CLAUDIO SANTOS, Rel. p/ Acórdão Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/1990, DJ 17/12/1990, p. 15371)

"[...] CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. [...] CUIDANDO-SE DE DÍVIDA DE VALOR, ORIUNDA DE ILÍCITO CONTRATUAL, A CORREÇÃO MONETÁRIA É DEVIDA INDEPENDENTEMENTE DA PREVISÃO CONSTANTE DA LEI N. 6899/81. ATUALIZAÇÃO CABÍVEL DESDE O DESEMBOLSO DAS PRESTAÇÕES. [...]" ([REsp 4029](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274029%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 20/11/1990, DJ 17/12/1990, p. 15381)

"[...] AÇÃO DE RESSARCIMENTO - RESPONSABILIDADE CIVIL - ATO ILÍCITO - DANOS MATERIAIS - ACIDENTE DE TRÂNSITO - DÍVIDA DE VALOR - CORREÇÃO MONETÁRIA - LEI N. 6.899/81. [...] O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR RESPONSABILIDADE CIVIL, DECORRENTE DE ATO ILÍCITO (ACIDENTE DE TRÂNSITO), DEVERÁ SER PAGO EM MOEDA CORRIGIDA, CALCULADA DA DATA EM QUE, EFETIVAMENTE, O PATRIMÔNIO DA VÍTIMA FOI DESFALCADO PELO ATO DO AGENTE. II - A INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA ANTES MESMO DO ADVENTO DA LEI N. 6.899/81, JÁ ERA ADMITIDA PELA CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL, CONSUBSTANCIADA EM QUE A OBRIGAÇÃO DO DEVEDOR NÃO É A DE PAGAR UMA QUANTIA EM DINHEIRO, MAS SIM, A DE RESTAURAR O PATRIMÔNIO DO CREDOR NA SITUAÇÃO EM QUE SE ENCONTRAVA, ANTERIORMENTE, A LESÃO (RTJ'S 73/956 E 76/623). [...]" ([REsp 4647](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274647%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/1990, DJ 12/11/1990, p. 12870)

"ATO ILÍCITO. INDENIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. CABE A CORREÇÃO MONETÁRIA DO DÉBITO, QUANDO DECORRENTE DE ATO ILÍCITO, A PARTIR DO DANO, NÃO VINDO A SER ESSE CRITÉRIO MODIFICADO PELA LEI N. 6899/81. [...]" ([REsp 1519](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271519%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro GUEIROS LEITE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/1990, DJ 17/12/1990, p. 15370)

"AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CULPA CONTRATUAL. [...] AS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS NÃO DETERMINARAM A CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE O PREJUÍZO RESULTANTE DO DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO, MAS CONDENARAM À PARTE ORA RECORRENTE A REPARAR O DANO, INCLUSIVE A CORREÇÃO MONETÁRIA QUE OS AUTORES DEIXARAM DE RECEBER POR CULPA DO INADIMPLENTE. [...]" ([REsp 1524](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271524%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA

TURMA, julgado em 28/11/1989, DJ 05/02/1990, p. 457)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100092118&dt_publicacao=19/08/1991) | [10913](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100092118&dt_publicacao=19/08/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100092118&dt_publicacao=19/08/1991) | [1991/0009211-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100092118&dt_publicacao=19/08/1991) | [Decisão:25/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100092118&dt_publicacao=19/08/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/08/1991 | PG:10996 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00136 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100086320&dt_publicacao=12/08/1991) | [10680](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100086320&dt_publicacao=12/08/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100086320&dt_publicacao=12/08/1991) | [1991/0008632-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100086320&dt_publicacao=12/08/1991) | [Decisão:21/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100086320&dt_publicacao=12/08/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/08/1991 | PG:10557 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00133 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100081965&dt_publicacao=05/08/1991) | [10554](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100081965&dt_publicacao=05/08/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100081965&dt_publicacao=05/08/1991) | [1991/0008196-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100081965&dt_publicacao=05/08/1991) | [Decisão:05/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100081965&dt_publicacao=05/08/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/08/1991 | PG:09987 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00025 | PG:00497 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00129 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000086922&dt_publicacao=04/03/1991) | [4874](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000086922&dt_publicacao=04/03/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000086922&dt_publicacao=04/03/1991) | [1990/0008692-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000086922&dt_publicacao=04/03/1991) | [Decisão:18/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000086922&dt_publicacao=04/03/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/03/1991 | PG:01987 |
| **RJM** |  |  | VOL.:00103 | PG:00078 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00023 | PG:00307 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00125 |
| **RT** |  |  | VOL.:00673 | PG:00178 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099906&dt_publicacao=17/12/1990) | [710](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099906&dt_publicacao=17/12/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099906&dt_publicacao=17/12/1990) | [1989/0009990-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099906&dt_publicacao=17/12/1990) | [Decisão:28/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099906&dt_publicacao=17/12/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/12/1990 | PG:15350 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00093 |
| **RT** |  |  | VOL.:00666 | PG:00181 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000046041&dt_publicacao=17/12/1990) | [3154](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000046041&dt_publicacao=17/12/1990) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000046041&dt_publicacao=17/12/1990) | [1990/0004604-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000046041&dt_publicacao=17/12/1990) | [Decisão:20/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000046041&dt_publicacao=17/12/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/12/1990 | PG:15371 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00108 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000067014&dt_publicacao=17/12/1990) | [4029](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000067014&dt_publicacao=17/12/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000067014&dt_publicacao=17/12/1990) | [1990/0006701-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000067014&dt_publicacao=17/12/1990) | [Decisão:20/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000067014&dt_publicacao=17/12/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/12/1990 | PG:15381 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00116 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000080940&dt_publicacao=12/11/1990) | [4647](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000080940&dt_publicacao=12/11/1990) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000080940&dt_publicacao=12/11/1990) | [1990/0008094-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000080940&dt_publicacao=12/11/1990) | [Decisão:16/10/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000080940&dt_publicacao=12/11/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/11/1990 | PG:12870 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00120 |
| **RT** |  |  | VOL.:00662 | PG:00189 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900121626&dt_publicacao=17/12/1990) | [1519](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900121626&dt_publicacao=17/12/1990) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900121626&dt_publicacao=17/12/1990) | [1989/0012162-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900121626&dt_publicacao=17/12/1990) | [Decisão:22/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900121626&dt_publicacao=17/12/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/12/1990 | PG:15370 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00098 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900122010&dt_publicacao=05/02/1990) | [1524](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900122010&dt_publicacao=05/02/1990) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900122010&dt_publicacao=05/02/1990) | [1989/0012201-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900122010&dt_publicacao=05/02/1990) | [Decisão:28/11/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900122010&dt_publicacao=05/02/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/02/1990 | PG:00457 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00103 |

# DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO-SUPLEMENTAR

## Enunciado:

A definição, em ato regulamentar, de grau mínimo de disacusia, não exclui, por si só, a concessão do benefício previdenciário.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:006367 ANO:1976 ART:00009

LEG:FED DEC:079037 ANO:1976

(REGULAMENTO BAIXADO PELO DEC. 79037, ANEXO III, QUADRO Nº 2)

LEG:FED DEC:083080 ANO:1979

\*\*\*\*\* RBPS-79 REGULAMENTO DOS BENEFICIOS DA PREVIDENCIA SOCIAL

(REGULAMENTO BAIXADO PELO DEC. 83080, ANEXO VII, QUADRO Nº 2)

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

16/06/1992

## Fonte:

DJ DATA:26/06/1992 PG:10156 RSTJ VOL.:00038 PG:00139

RT VOL.:00681 PG:00199

## Excerto dos Precedentes Originários:

"ACIDENTE DO TRABALHO. AUXÍLIO-SUPLEMENTAR. DISACUSIA EM GRAU MÍNIMO. [...] A DISACUSIA, EM GRAU MÍNIMO, DEFINIDA EM ATO REGULAMENTAR, NÃO EXCLUI, POR SI SÓ, A CONCESSÃO DO AUXÍLIO-SUPLEMENTAR, PREVISTO NO ART. 9. DA LEI 6.367, DE 19.10.76. [...]"

([IUJur no REsp 9469](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27IURESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279469%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/02/1992, DJ 03/08/1992, p. 11241, REPDJ 17/08/1992, p. 12478)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Precedentes: |  | | | |
| [IUJur no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100056260&dt_publicacao=17/08/1992) | [9469](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100056260&dt_publicacao=17/08/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100056260&dt_publicacao=17/08/1992) | [1991/0005626-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100056260&dt_publicacao=17/08/1992) | [Decisão:25/02/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100056260&dt_publicacao=17/08/1992) |
| **REPDJ** |  |  | DATA:17/08/1992 | PG:12478 |
| **DJ** |  |  | DATA:03/08/1992 | PG:11241 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00141 |

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - REEXAME NECESSÁRIO

## Enunciado:

No reexame necessário, é defeso, ao Tribunal, agravar a condenação imposta à Fazenda Pública.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00475

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

16/06/1992

## Fonte:

DJ DATA:26/06/1992 PG:10156 RSTJ VOL.:00038 PG:00157

RT VOL.:00681 PG:00199

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] REFORMATIO IN PEJUS EM REMESSA OFICIAL. O INSTITUTO DA REMESSA EX OFFICIO CONSULTA PRECIPUAMENTE O INTERESSE DO ESTADO OU DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, QUANDO SUCUMBENTE, PARA QUE A LIDE SEJA REAVALIADA POR UM COLEGIADO E EXPURGADAS IMPRECISÕES OU EXCESSOS DANOSOS AO INTERESSE PÚBLICO. FERE A PROIBIÇÃO DE REFORMATIO IN PEJUS A DECISÃO QUE, NA REMESSA DE OFÍCIO, AGRAVA A CONDENAÇÃO IMPINGIDA À FAZENDA PÚBLICA, SABENDO-SE QUE O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO SÓ A ELA APROVEITA. SE A PARTE VENCEDORA NO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO DEIXOU DE RECORRER, CONCLUI-SE QUE SE CONFORMOU, IN TOTUM, COM O JULGAMENTO, NÃO SE LHE PODENDO BENEFICIAR MEDIANTE UM RECURSO CUJO INTERESSE A TUTELAR NÃO É O SEU. [...]" ([REsp 14238](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714238%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/1992, DJ 21/09/1992, p. 15657)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100181188&dt_publicacao=21/09/1992) | [14238](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100181188&dt_publicacao=21/09/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100181188&dt_publicacao=21/09/1992) | [1991/0018118-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100181188&dt_publicacao=21/09/1992) | [Decisão:05/08/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100181188&dt_publicacao=21/09/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/09/1992 | PG:15657 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00159 |

# SÚMULA 46

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO

## Enunciado:

Na execução por carta, os embargos do devedor serão decididos no juízo deprecante, salvo se versarem unicamente vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação dos bens.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00658 ART:00747

LEG:FED LEI:006830 ANO:1980

\*\*\*\*\* LEF-80 LEI DE EXECUÇÕES FISCAIS ART:00020 PAR:UNICO

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

13/08/1992

## Fonte:

DJ DATA:24/08/1992 PG:13010 RSTJ VOL.:00038 PG:00165

RT VOL.:00685 PG:00160

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] COMPETÊNCIA - EMBARGOS DO DEVEDOR - EXECUÇÃO POR CARTA - ART. 747 DO CPC. [...] EMBARGOS DO DEVEDOR OPOSTOS, EM EXECUÇÃO POR CARTA, COMPETENTE PARA O PROCESSO E JULGAMENTO É O JUÍZO DEPRECANTE (ART. 747, DO CPC). TAL COMPETÊNCIA SOMENTE SE DESLOCARIA PARA O JUÍZO DEPRECADO SE ESTES VERSASSEM VÍCIO OU IRREGULARIDADE DE ATOS PRATICADOS POR ESTE JUIZ (LEI 6830/80, ART. 20, PARÁGRAFO ÚNICO). [...]" ([CC 2285](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272285%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/11/1991, DJ 03/02/1992, p. 432)

"COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO. EMBARGOS. PRECATÓRIA. ORIENTAÇÃO DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL. PRECEDENTES DA CORTE. CPC, ART. 747. [...] CONSOANTE ASSENTE EM DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA DE MELHOR QUILATE, OS EMBARGOS DO DEVEDOR NA EXECUÇÃO POR PRECATÓRIA DEVEM SER PROCESSADOS E JULGADOS NO JUÍZO DEPRECADO APENAS QUANDO VERSAREM SOBRE ATOS NELE PRATICADOS." ([CC 1821](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271821%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 29/05/1991, DJ 01/07/1991, p. 9157)

"[...] COMPETÊNCIA - EXECUÇÃO POR CARTA - EMBARGOS À ARREMATAÇÃO - ART. 747, DO CPC. [...] EMBARGOS OPOSTOS À ARREMATAÇÃO, EM EXECUÇÃO POR CARTA, COMPETENTE PARA PROCESSA-LOS E JULGA-LOS É O JUÍZO DEPRECANTE (ART. 747, DO CPC). TAL COMPETÊNCIA SOMENTE SE DESLOCARIA PARA O JUÍZO DEPRECADO, SE ESTES VERSASSEM VÍCIOS OU IRREGULARIDADES DE ATOS PRATICADOS POR ESTE JUIZ (LEI N. 6.830/80, ART. 20, PARÁGRAFO ÚNICO). II - MATÉRIA PERTINENTE AO ÂMAGO DA EXECUÇÃO, EIS QUE INSURGE-SE O EMBARGANTE CONTRA A ARREMATAÇÃO, EM FACE DE ACORDO CELEBRADO E HOMOLOGADO, POR TRANSAÇÃO, NO JUÍZO DEPRECANTE. [...]" ([CC 967](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27967%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/09/1990, DJ 29/10/1990, p. 12119)

"[...] EXECUÇÃO POR CARTA. EMBARGOS DE TERCEIRO. COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DESTES. MÉRITO DA CAUSA: COMPETÊNCIA DO JUÍZO DEPRECANTE. SÚMULAS NOS. 32 E 33-TFR. [...] NA EXECUÇÃO POR CARTA (CPC, ART. 747 C. C. ART. 658), OS EMBARGOS DEVERÃO SER JULGADOS PELO JUÍZO DEPRECANTE, SE DIZEM RESPEITO AO MÉRITO DA CAUSA PRINCIPAL. SE OS EMBARGOS DIZEM RESPEITO APENAS AO ATO DE ARREMATAÇÃO, OU AO ATO DE PENHORA, OU AO ATO DE ADJUDICAÇÃO EM SI, SEM REPERCUSSÃO NO MÉRITO DA CAUSA PRINCIPAL, SERÃO DECIDIDOS PELO JUÍZO DEPRECADO, POR ISSO QUE ESSES ATOS SÃO DA RESPONSABILIDADE DO JUIZ QUE OS REALIZA. II - INTELIGÊNCIA DAS SÚMULAS 32 E 33-TFR. [...]" ([CC 617](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27617%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CARLOS VELLOSO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/11/1989, DJ 19/02/1990, p. 1029)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100164127&dt_publicacao=03/02/1992) | [2285](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100164127&dt_publicacao=03/02/1992) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100164127&dt_publicacao=03/02/1992) | [1991/0016412-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100164127&dt_publicacao=03/02/1992) | [Decisão:27/11/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100164127&dt_publicacao=03/02/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/02/1992 | PG:00432 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00036 | PG:00059 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00180 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100033685&dt_publicacao=01/07/1991) | [1821](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100033685&dt_publicacao=01/07/1991) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100033685&dt_publicacao=01/07/1991) | [1991/0003368-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100033685&dt_publicacao=01/07/1991) | [Decisão:29/05/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100033685&dt_publicacao=01/07/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/07/1991 | PG:09157 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00177 |
| **RT** |  |  | VOL.:00675 | PG:00218 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000006775&dt_publicacao=29/10/1990) | [967](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000006775&dt_publicacao=29/10/1990) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000006775&dt_publicacao=29/10/1990) | [1990/0000677-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000006775&dt_publicacao=29/10/1990) | [Decisão:26/09/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000006775&dt_publicacao=29/10/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/10/1990 | PG:12119 |
| **RLTR** |  |  | VOL.:00003 MARÇO/1991 | PG:00345 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00171 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096290&dt_publicacao=19/02/1990) | [617](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096290&dt_publicacao=19/02/1990) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096290&dt_publicacao=19/02/1990) | [1989/0009629-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096290&dt_publicacao=19/02/1990) | [Decisão:28/11/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096290&dt_publicacao=19/02/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/02/1990 | PG:01029 |
| **JTS** |  |  | VOL.:00017 | PG:00106 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00052 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00167 |

# SÚMULA 47

DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR

## Enunciado:

Compete à Justiça Militar processar e julgar crime cometido por militar contra civil, com emprego de arma pertencente à corporação, mesmo não estando em serviço.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:006227 ANO:1944

\*\*\*\*\* CPM-44 CODIGO PENAL MILITAR ART:00009 INC:00002 LET:F

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

20/08/1992

## Fonte:

DJ DATA:25/08/1992 PG:13103 RSTJ VOL.:00038 PG:00193

RT VOL.:00685 PG:00359

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - AGRESSÃO - ARMAMENTO MILITAR. - AGRESSÃO E DISPARO FEITOS POR POLICIAL MILITAR CONTRA CIVIL, COM ARMA DA CORPORAÇÃO, SE AJUSTA NA REGRA DO ART. 9, II, 'F', DO CÓDIGO PENAL MILITAR, O QUE O COLOCA SOB A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA CASTRENSE PARA SE VER PROCESSAR E JULGAR. - COMPETÊNCIA DA AUDITORIA DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO." ([CC 1875](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271875%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 18/04/1991, DJ 06/05/1991, p. 5641)

"CONSTITUCIONAL E PENAL. COMPETÊNCIA, CRIME PRATICADO POR POLICIAL MILITAR COM ARMAMENTO DA CORPORAÇÃO. COMPETE À JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR POLICIAL MILITAR ACUSADO DE PRATICAR DELITO DE LESÃO CORPORAL, SE UTILIZOU ARMAMENTO PERTENCENTE AO PATRIMÔNIO MILITAR." ([CC 1550](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271550%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 20/11/1990, DJ 03/12/1990, p. 14303)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CRIME PRATICADO POR MILITAR. VÍTIMA CIVIL. ARMA DA CORPORAÇÃO. JUSTIÇA MILITAR. O MILITAR QUE PRATICA CRIME CONTRA CIVIL, FAZENDO USO DE ARMA DA CORPORAÇÃO, MESMO NÃO ESTANDO EM SERVIÇO, DEVE SER JULGADO PELA JUSTIÇA MILITAR (ART.9, II, F, DO CPM). [...]" ([CC 1100](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271100%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE CANDIDO DE CARVALHO FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 07/06/1990, DJ 25/06/1990, p. 6023)

"PENAL - COMPETÊNCIA - LESÃO CORPORAL PRATICADA POR POLICIAL MILITAR DA ATIVA. O DELITO PRATICADO POR POLICIAL MILITAR CONTRA CIVIS, USANDO VIATURA DA CORPORAÇÃO MILITAR, EMBORA ESTIVESSE A PAISANA E DE FOLGA DO SERVIÇO NAQUELE DIA, NÃO DESCARACTERIZA O DELITO MILITAR. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR COMPETENTE A JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL." ([CC 1084](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271084%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, TERCEIRA SEÇÃO,

julgado em 03/05/1990, DJ 21/05/1990, p. 4425)

"COMPETÊNCIA. POLICIAL MILITAR. ARMA DA CORPORAÇÃO. CRIME DE ESTUPRO. VONTADE DA VÍTIMA SUBJUGADA MEDIANTE O EMPREGO DE ARMA PERTENCENTE A CORPORAÇÃO MILITAR. CARACTERIZAÇÃO DO CRIME MILITAR, NOS TERMOS DO ART. 90, II, F, DO CÓDIGO PENAL MILITAR. IRRELEVANTE A CIRCUNSTÂNCIA DE O POLICIAL MILITAR NÃO SE ENCONTRAR EM SERVIÇO." ([CC 694](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27694%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. COSTA LEITE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 19/10/1989, DJ 13/11/1989, p. 17022)

"COMPETÊNCIA. JUSTIÇA MILITAR. CRIME MILITAR. É DE NATUREZA MILITAR O CRIME COMETIDO POR MILITAR QUE, MESMO NÃO SE ENCONTRANDO EM SERVIÇO, UTILIZOU, NA SUA PRÁTICA, ARMA DE PROPRIEDADE DA CORPORAÇÃO. CONFLITO PROCEDENTE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR." ([CC 437](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27437%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 05/10/1989, DJ 23/10/1989, p. 16191)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100041866&dt_publicacao=06/05/1991) | [1875](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100041866&dt_publicacao=06/05/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100041866&dt_publicacao=06/05/1991) | [1991/0004186-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100041866&dt_publicacao=06/05/1991) | [Decisão:18/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100041866&dt_publicacao=06/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/05/1991 | PG:05641 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00209 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000119154&dt_publicacao=03/12/1990) | [1550](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000119154&dt_publicacao=03/12/1990) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000119154&dt_publicacao=03/12/1990) | [1990/0011915-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000119154&dt_publicacao=03/12/1990) | [Decisão:20/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000119154&dt_publicacao=03/12/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/12/1990 | PG:14303 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00206 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026237&dt_publicacao=25/06/1990) | [1100](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026237&dt_publicacao=25/06/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026237&dt_publicacao=25/06/1990) | [1990/0002623-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026237&dt_publicacao=25/06/1990) | [Decisão:07/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000026237&dt_publicacao=25/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/06/1990 | PG:06023 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00203 |
| **RT** |  |  | VOL.:00662 | PG:00351 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000023823&dt_publicacao=21/05/1990) | [1084](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000023823&dt_publicacao=21/05/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000023823&dt_publicacao=21/05/1990) | [1990/0002382-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000023823&dt_publicacao=21/05/1990) | [Decisão:03/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000023823&dt_publicacao=21/05/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/05/1990 | PG:04425 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00200 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900107208&dt_publicacao=13/11/1989) | [694](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900107208&dt_publicacao=13/11/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900107208&dt_publicacao=13/11/1989) | [1989/0010720-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900107208&dt_publicacao=13/11/1989) | [Decisão:19/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900107208&dt_publicacao=13/11/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/11/1989 | PG:17022 |
| **JTS** |  |  | VOL.:00016 | PG:00115 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00198 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900091794&dt_publicacao=23/10/1989) | [437](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900091794&dt_publicacao=23/10/1989) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900091794&dt_publicacao=23/10/1989) | [1989/0009179-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900091794&dt_publicacao=23/10/1989) | [Decisão:05/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900091794&dt_publicacao=23/10/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/10/1989 | PG:16191 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00195 |

# SÚMULA 48

DIREITO PENAL - ESTELIONATO

## Enunciado:

Compete ao juízo do local da obtenção da vantagem ilícita processar e julgar crime de estelionato cometido mediante falsificação de cheque.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:002848 ANO:1940

\*\*\*\*\* CP-40 CODIGO PENAL ART:00171

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

20/08/1992

## Fonte:

DJ DATA:25/08/1992 PG:13103 RSTJ VOL.:00038 PG:00213

RT VOL.:00685 PG:00359

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] COMPETÊNCIA. CHEQUE FURTADO. - ESTELIONATO TÍPICO. COMPETÊNCIA QUE SE DETERMINA PELO LUGAR DO NEGÓCIO A QUE VINCULADA A FALSIFICAÇÃO DO CHEQUE EXTRAÍDO DO TALONÁRIO FURTADO. [...]" ([CC 2385](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272385%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA

SEÇÃO, julgado em 21/05/1992, DJ 15/06/1992, p. 9217)

"[...] ESTELIONATO - CHEQUE FURTADO - MODALIDADE - COMPETÊNCIA. -A AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS COM PAGAMENTO POR CHEQUE QUE FORA FURTADO, E EMITIDO MEDIANTE FALSIFICAÇÃO DE ASSINATURA DO TITULAR DA CONTA, CONFIGURA O ESTELIONATO EM SEU TIPO FUNDAMENTAL, E NÃO NA MODALIDADE PREVISTA NO ITEM VI, DO ART. 171 DO CÓDIGO PENAL, DETERMINANDO-SE A COMPETÊNCIA PELO LUGAR EM QUE O AGENTE OBTEM A VANTAGEM ILÍCITA." ([CC 2500](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272500%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, TERCEIRA SEÇÃO,

julgado em 02/04/1992, DJ 20/04/1992, p. 5199)

"COMPETÊNCIA. CHEQUES ROUBADOS. ESTELIONATO. - QUEM FAZ PAGAMENTO COM CHEQUE ROUBADO COMETE CRIME DE ESTELIONATO. (CP, ART. 171, 'CAPUT'). - COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR É O JUÍZO ONDE OCORREU O FATO. [...]" ([CC 1922](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271922%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 06/06/1991, DJ 24/06/1991, p. 8615)

"[...] CONFLITO DE JURISDIÇÃO. ESTELIONATO COM O USO DE CHEQUE FALSIFICADO. NO CASO DE ESTELIONATO, PRATICADO MEDIANTE UTILIZAÇÃO DE CHEQUE FALSIFICADO, PARA PAGAMENTO DE AQUISIÇÃO DE BEM, DETERMINA-SE A COMPETÊNCIA PELO LUGAR EM QUE FOI REALIZADO O NEGÓCIO, SEM RELEVO A CIRCUNSTÂNCIA DE HAVER OU NÃO FUNDOS NA CONTA." ([CC 856](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27856%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 19/04/1990, DJ 07/05/1990, p. 3825)

"[...] COMPETÊNCIA. CHEQUE FURTADO. TRATANDO-SE DE VANTAGEM ILÍCITA OBTIDA ATRAVÉS DE CHEQUE FURTADO, COMPETENTE PARA O PROCESSO E JULGAMENTO DO FEITO É O JUÍZO DO LOCAL DA INFRAÇÃO. [...]" ([CC 178](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27178%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 03/08/1989, DJ 28/08/1989, p. 13677)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100196215&dt_publicacao=15/06/1992) | [2385](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100196215&dt_publicacao=15/06/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100196215&dt_publicacao=15/06/1992) | [1991/0019621-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100196215&dt_publicacao=15/06/1992) | [Decisão:21/05/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100196215&dt_publicacao=15/06/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/06/1992 | PG:09217 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00222 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100221058&dt_publicacao=20/04/1992) | [2500](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100221058&dt_publicacao=20/04/1992) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100221058&dt_publicacao=20/04/1992) | [1991/0022105-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100221058&dt_publicacao=20/04/1992) | [Decisão:02/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100221058&dt_publicacao=20/04/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/04/1992 | PG:05199 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00032 | PG:00045 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00225 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100052965&dt_publicacao=24/06/1991) | [1922](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100052965&dt_publicacao=24/06/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100052965&dt_publicacao=24/06/1991) | [1991/0005296-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100052965&dt_publicacao=24/06/1991) | [Decisão:06/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100052965&dt_publicacao=24/06/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/06/1991 | PG:08615 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00219 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900128655&dt_publicacao=07/05/1990) | [856](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900128655&dt_publicacao=07/05/1990) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900128655&dt_publicacao=07/05/1990) | [1989/0012865-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900128655&dt_publicacao=07/05/1990) | [Decisão:19/04/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900128655&dt_publicacao=07/05/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/05/1990 | PG:03825 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00068 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00217 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073818&dt_publicacao=28/08/1989) | [178](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073818&dt_publicacao=28/08/1989) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073818&dt_publicacao=28/08/1989) | [1989/0007381-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073818&dt_publicacao=28/08/1989) | [Decisão:03/08/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073818&dt_publicacao=28/08/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/08/1989 | PG:13677 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00215 |

# SÚMULA 49

DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS

## Enunciado:

Na exportação de café em grão, não se inclui na base de cálculo do ICM a quota de contribuição, a que e refere o art. 2. do Decreto-lei 2.295, de 21.11.86.

Referências Legislativas: LEG:FED DEL:000406 ANO:1968 ART:00002 PAR:00008

LEG:FED DEL:002295 ANO:1986 ART:00002

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

08/09/1992

## Fonte:

DJ DATA:17/09/1992 PG:15288 RSTJ VOL.:00038 PG:00229

RT VOL.:00688 PG:00171

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ICMS. EXPORTAÇÃO DE CAFÉ CRU. QUOTA DE CONTRIBUIÇÃO DEVIDA AO IBC. [...] O VALOR DA 'QUOTA DE CONTRIBUIÇÃO', A QUE SE REFERE O ART. 2. DO DECRETO-LEI 2.295, DE 21.11.86, NÃO SE INCLUI NA BASE DE CÁLCULO DO ICMS. [...]" ([REsp 22498](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2722498%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/06/1992, DJ 10/08/1992, p. 11947)

"[...] ICMS. EXPORTAÇÃO DE CAFÉ EM GRÃO. QUOTA DE CONTRIBUIÇÃO DEVIDA AO IBC. NÃO SE INCLUI NA BASE DE CÁLCULO DO ICMS, INCIDENTE SOBRE A EXPORTAÇÃO DE CAFÉ EM GRÃO, O VALOR DA QUOTA DE CONTRIBUIÇÃO, A QUE SE REFERE O ART. 2. DO DECRETO-LEI N. 2295/86. [...]" ([REsp 11459](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711459%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em

01/06/1992, DJ 29/06/1992, p. 10263)

"[...] ICMS - BASE DE CÁLCULO - QUOTA DE CONTRIBUIÇÃO - IBC - DECRETO-LEI 2.295/86 - DECRETO-LEI 406/68. NAS OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS RELATIVAS A EXPORTAÇÃO DE CAFÉ EM GRÃO, DEFINIDA A BASE DE CÁLCULO DO ICMS COMO O VALOR LÍQUIDO FATURADO, EXCLUI- SE O VALOR CORRESPONDENTE A QUOTA DE CONTRIBUIÇÃO DEVIDA AO IBC." ([REsp 15677](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2715677%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/02/1992, DJ 09/03/1992, p. 2557)

"[...] INCIDÊNCIA DO ICM - IMPOSTO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS SOBRE AS QUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO E DE LEILÃO DEVIDAS AO IBC - INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ, NA EXPORTAÇÃO DESSE PRODUTO. ESTATUINDO A LEI (DECRETO-LEI N. 406, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1968, ARTIGO 2., PAR. 8.) QUE, NA SAÍDA DA MERCADORIA (EXPORTAÇÃO DE CAFÉ), A BASE DE CÁLCULO É O VALOR LÍQUIDO FATURADO (EXCLUINDO-SE AS DESPESAS COM FRETE, SEGURO E OUTRAS DECORRENTES DOS SERVIÇOS DE EMBARQUE), TORNA EVIDENTE QUE O ICM NÃO INCIDE SOBRE AS QUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO E DE LEILÃO DEVIDAS AO IBC, NAS EXPORTAÇÕES DE CAFÉ CRU. [...]" ([REsp 12108](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2712108%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/09/1991, DJ 28/10/1991, p. 15222)

"[...] ICM. EXPORTAÇÃO DE CAFÉ EM GRÃO. QUOTA DE CONTRIBUIÇÃO. EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO. [...]" ([REsp 11213](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711213%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/06/1991, DJ 19/08/1991, p. 10990)

"[...] QUOTA DE CONTRIBUIÇÃO. EXPORTAÇÃO DE CAFÉ CRU - BASE DE CÁLCULO. A NÃO INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DO ICM DA QUOTA DE CONTRIBUIÇÃO, INCIDENTE SOBRE AS EXPORTAÇÕES DE CAFÉ É, HOJE, TRANQUILA NESTA EGRÉGIA TURMA. PRECEDENTES NOS RECURSOS ESPECIAIS NÚMEROS 3.893-SP, 3.929-PR, 3.933-PR E 4.429-PR. O DEL. 406/68, ART. 2., PARAG. 8., ORDENA QUE A BASE DE CÁLCULO É O VALOR LÍQUIDO FATURADO. [...]" ([REsp 9835](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279835%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/05/1991, DJ 17/06/1991, p. 8191)

"ICM - BASE DE CÁLCULO - QUOTA DE CONTRIBUIÇÃO - IBC. - A CHAMADA QUOTA DE CONTRIBUIÇÃO, INCIDENTE SOBRE AS EXPORTAÇÕES DE CAFÉ, NÃO SE INCLUI NA BASE DE CÁLCULO DO ICM. [...]" ([REsp 7798](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277798%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 17/04/1991, DJ 06/05/1991, p. 5647)

"[...] ICM. QUOTA. IBC. [...] NO CÁLCULO DO ICM INCIDENTE NAS EXPORTAÇÕES DO CAFÉ, NÃO SE INCLUI A QUOTA DE PARTICIPAÇÃO DO IBC. [...]" ([REsp 6839](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276839%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/04/1991, DJ 06/05/1991, p. 5644)

"O VALOR DA QUOTA DE CONTRIBUIÇÃO ESTABELECIDA NO ART. 2. DO DECRETO-LEI N. 2 295/86 NÃO PODE SER INSERIDA NA BASE DE CÁLCULO DO ICM. [...]" ([REsp 8086](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278086%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/04/1991, DJ 27/05/1991, p. 6952)

"[...] EXPORTAÇÃO DE CAFÉ. QUOTA DE CONTRIBUIÇÃO. DL. 2295/86. EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ICM. DL. 406/68, ART. 2., PAR-8. - NA EXPORTAÇÃO DE CAFÉ CRU, O VALOR DA QUOTA DE CONTRIBUIÇÃO, INSTITUÍDA PELO DECRETO-LEI N. 2295/86, NÃO SE INCLUI NA BASE DE CÁLCULO DO ICM." ([REsp 7768](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277768%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/03/1991, DJ 01/04/1991, p. 3421)

"[...] ICM. EXPORTAÇÃO DE CAFÉ. QUOTA DE CONTRIBUIÇÃO RECOLHIDA AO IBC. BASE DE CÁLCULO. [...] SEGUNDO O ENTENDIMENTO DESTA TURMA: 'NÃO HÁ COMO CONSIDERAR-SE QUE O PAR-8., DO ART. 2., DO DEC.-LEI N. 406/68, AO ESTABELECER QUE A BASE DE CÁLCULO NA SAÍDA DE MERCADORIAS PARA O EXTERIOR SERIA O VALOR LÍQUIDO FATURADO, ESTIVESSE CONSIDERANDO TAL VALOR DIVERSO DAQUELE ALCANÇADO PELA MERCADORIA, DEDUZIDOS OS ÔNUS PREVISTOS EM RELAÇÃO A MESMA, E, PORTANTO, A QUOTA DE CONTRIBUIÇÃO PARA O IBC. QUANTO À REFERÊNCIA CONTIDA NA REFERIDA NORMA LEGAL A FRETE, SEGURO E DESPESAS DE EMBARQUE, TEM A FINALIDADE DE NÃO FAZER A BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO MENOR QUE O VALOR LÍQUIDO DA MERCADORIA, NÃO INTERFERINDO, PORÉM, NA CONCEITUAÇÃO DE TAL VALOR.' [...]" ([REsp 4440](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274440%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro GERALDO SOBRAL, PRIMEIRA

TURMA, julgado em 27/02/1991, DJ 18/03/1991, p. 2775)

"[...] ICM - EXPORTAÇÃO DE CAFÉ - ABATIMENTO DA QUOTA DE CONTRIBUIÇÃO RECOLHIDA AO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. NÃO HÁ COMO CONSIDERAR-SE QUE O PAR-8., DO ART. 2., DO DEC.-LEI 406/68, AO ESTABELECER QUE A BASE DE CÁLCULO NA SAÍDA DE MERCADORIAS PARA O EXTERIOR SERIA O VALOR LÍQUIDO FATURADO, ESTIVESSE CONSIDERANDO TAL VALOR DIVERSO DAQUELE ALCANÇADO PELA MERCADORIA, DEDUZIDOS OS ÔNUS PREVISTOS EM RELAÇÃO A MESMA, E, PORTANTO, A QUOTA DE CONTRIBUIÇÃO PARA O IBC. QUANTO À REFERÊNCIA CONTIDA NA REFERIDA NORMA LEGAL A FRETE, SEGURO E DESPESAS DE EMBARQUE, TEM A FINALIDADE DE NÃO FAZER A BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO MENOR QUE O VALOR LÍQUIDO DA MERCADORIA, NÃO INTERFERINDO, PORÉM, NA CONCEITUAÇÃO DE TAL VALOR. [...]" ([REsp 3893](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273893%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ARMANDO ROLEMBERG, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/10/1990, DJ 03/12/1990, p. 14305)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200118445&dt_publicacao=10/08/1992) | [22498](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200118445&dt_publicacao=10/08/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200118445&dt_publicacao=10/08/1992) | [1992/0011844-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200118445&dt_publicacao=10/08/1992) | [Decisão:15/06/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200118445&dt_publicacao=10/08/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/08/1992 | PG:11947 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00271 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100107026&dt_publicacao=29/06/1992) | [11459](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100107026&dt_publicacao=29/06/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100107026&dt_publicacao=29/06/1992) | [1991/0010702-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100107026&dt_publicacao=29/06/1992) | [Decisão:01/06/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100107026&dt_publicacao=29/06/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/06/1992 | PG:10263 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00263 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100211915&dt_publicacao=09/03/1992) | [15677](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100211915&dt_publicacao=09/03/1992) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100211915&dt_publicacao=09/03/1992) | [1991/0021191-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100211915&dt_publicacao=09/03/1992) | [Decisão:05/02/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100211915&dt_publicacao=09/03/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/03/1992 | PG:02557 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00268 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100128791&dt_publicacao=28/10/1991) | [12108](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100128791&dt_publicacao=28/10/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100128791&dt_publicacao=28/10/1991) | [1991/0012879-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100128791&dt_publicacao=28/10/1991) | [Decisão:11/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100128791&dt_publicacao=28/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/10/1991 | PG:15222 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00266 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100100242&dt_publicacao=19/08/1991) | [11213](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100100242&dt_publicacao=19/08/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100100242&dt_publicacao=19/08/1991) | [1991/0010024-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100100242&dt_publicacao=19/08/1991) | [Decisão:26/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100100242&dt_publicacao=19/08/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/08/1991 | PG:10990 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00260 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100065153&dt_publicacao=17/06/1991) | [9835](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100065153&dt_publicacao=17/06/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100065153&dt_publicacao=17/06/1991) | [1991/0006515-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100065153&dt_publicacao=17/06/1991) | [Decisão:20/05/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100065153&dt_publicacao=17/06/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/06/1991 | PG:08191 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00257 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100016055&dt_publicacao=06/05/1991) | [7798](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100016055&dt_publicacao=06/05/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100016055&dt_publicacao=06/05/1991) | [1991/0001605-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100016055&dt_publicacao=06/05/1991) | [Decisão:17/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100016055&dt_publicacao=06/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/05/1991 | PG:05647 |
| **JTS** |  |  | VOL.:00024 | PG:00009 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00246 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000133564&dt_publicacao=06/05/1991) | [6839](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000133564&dt_publicacao=06/05/1991) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000133564&dt_publicacao=06/05/1991) | [1990/0013356-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000133564&dt_publicacao=06/05/1991) | [Decisão:15/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000133564&dt_publicacao=06/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/05/1991 | PG:05644 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00240 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100021369&dt_publicacao=27/05/1991) | [8086](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100021369&dt_publicacao=27/05/1991) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100021369&dt_publicacao=27/05/1991) | [1991/0002136-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100021369&dt_publicacao=27/05/1991) | [Decisão:15/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100021369&dt_publicacao=27/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/05/1991 | PG:06952 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00249 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100014630&dt_publicacao=01/04/1991) | [7768](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100014630&dt_publicacao=01/04/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100014630&dt_publicacao=01/04/1991) | [1991/0001463-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100014630&dt_publicacao=01/04/1991) | [Decisão:13/03/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100014630&dt_publicacao=01/04/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/04/1991 | PG:03421 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00243 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000076528&dt_publicacao=18/03/1991) | [4440](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000076528&dt_publicacao=18/03/1991) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000076528&dt_publicacao=18/03/1991) | [1990/0007652-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000076528&dt_publicacao=18/03/1991) | [Decisão:27/02/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000076528&dt_publicacao=18/03/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/03/1991 | PG:02775 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00235 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000063205&dt_publicacao=03/12/1990) | [3893](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000063205&dt_publicacao=03/12/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000063205&dt_publicacao=03/12/1990) | [1990/0006320-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000063205&dt_publicacao=03/12/1990) | [Decisão:24/10/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000063205&dt_publicacao=03/12/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/12/1990 | PG:14305 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00231 |

# SÚMULA 50

DIREITO TRIBUTÁRIO - ADICIONAL DE TARIFA PORTUÁRIA

## Enunciado:

O adicional de tarifa portuária incide apenas nas operações realizadas com mercadorias importadas ou exportadas, objeto do comércio de navegação de longo curso.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:007700 ANO:1988 ART:00001 PAR:00001

LEG:FED DEC:024508 ANO:1934

ART:00005 ART:00006 ART:00007 ART:00008 ART:00009 ART:00010 ART:00011 ART:00012 ART:00013 ART:00014 ART:00015 ART:00016 ART:00017 ART:00018

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

08/09/1992

## Fonte:

DJ DATA:17/09/1992 PG:15288 RSTJ VOL.:00038 PG:00275

RT VOL.:00688 PG:00171

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ADICIONAL DE TARIFA PORTUÁRIA. INCIDÊNCIA. - O ADICIONAL DE TARIFA PORTUÁRIA - ATP INCIDE APENAS NAS OPERAÇÕES REALIZADAS COM MERCADORIAS IMPORTADAS OU EXPORTADAS, OBJETO DO COMÉRCIO DE NAVEGAÇÃO DE LONGO CURSO. [...]" ([REsp 15802](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2715802%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA,

Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/03/1992, DJ 06/04/1992, p. 4476)

"[...] ADICIONAL DE TARIFA PORTUÁRIA - ATP - LEI N. 7.700, DE 21.12.88, ART. 1, PARÁGRAFO 1. [...] O ADICIONAL DE TARIFA PORTUÁRIA INCIDE APENAS SOBRE AS OPERAÇÕES REALIZADAS COM MERCADORIAS IMPORTADAS OU EXPORTADAS, OBJETO DO COMÉRCIO NA NAVEGAÇÃO DE LONGO CURSO. NÃO ALCANÇA, POIS, AS OPERAÇÕES MENCIONADAS NAS LETRAS A, B, J, K, L E M DO ART. 5 DO DECRETO N. 25.408, DE 29.06.34. [...]" ([REsp 11277](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711277%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/02/1992, DJ 23/03/1992, p. 3468)

"[...] A. T. P.. INCIDÊNCIA. [...] O ADICIONAL DAS TARIFAS PORTUÁRIAS - A. T. P. - SOMENTE NÃO TEM INCIDÊNCIA NOS CASOS ELENCADOS NA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. [...]" ([REsp 13710](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713710%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/12/1991, DJ 17/02/1992, p. 1360)

"[...] ADICIONAL DE TARIFA PORTUÁRIA. INCIDÊNCIA. ART. 1., PAR-1., DA LEI N. 7700/88. [...] - O ADICIONAL DE TARIFA PORTUÁRIA - ATP - INCIDE SOMENTE SOBRE AS OPERAÇÕES REALIZADAS COM MERCADORIAS EXPORTADAS OU IMPORTADAS, OBJETO DE NAVEGAÇÃO DE LONGO CURSO. EXCLUEM-SE, POIS, OS SERVIÇOS PRESTADOS NO PORTO, AOS NAVIOS OU EMBARCAÇÕES, NÃO RELACIONADAS COM TAIS MERCADORIAS, SOBRE OS QUAIS INCIDEM AS TARIFAS PORTUÁRIAS NORMAIS. [...]" ([REsp 10567](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710567%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/12/1991, DJ 10/02/1992, p. 857)

"[...] ADICIONAL DE TARIFA PORTUÁRIA-ATP. LEI 7700/88. INCIDÊNCIA. - REFERIDO ADICIONAL INCIDE APENAS NAS OPERAÇÕES REALIZADAS COM MERCADORIAS IMPORTADAS OU EXPORTADAS, OBJETO DO COMÉRCIO DE NAVEGAÇÃO DE LONGO CURSO." ([REsp 10818](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710818%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PA, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/12/1991, DJ 03/02/1992, p. 453)

"[...] ATP - ADICIONAL DE TARIFA PORTUÁRIA. SEGUNDO O PAR-1. DO ARTIGO 1. DA LEI N. 7.700, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1988, O ADICIONAL DE TARIFA PORTUÁRIA INCIDE APENAS NAS OPERAÇÕES REALIZADAS COM MERCADORIAS IMPORTADAS OU EXPORTADAS, OBJETO DO COMÉRCIO DE NAVEGAÇÃO DE LONGO CURSO. A CONTRARIO SENSU, NÃO ATINGE AS OPERAÇÕES QUE NÃO ENVOLVAM DITAS MERCADORIAS, AS QUAIS SÃO CUSTEADAS PELAS TARIFAS PORTUÁRIAS NORMAIS. [...]" ([REsp 11753](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711753%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/09/1991, DJ 04/11/1991, p. 15659)

"[...] TARIFA PORTUÁRIA - INCIDÊNCIA - COMÉRCIO INTERNO. O ADICIONAL DE TARIFA PORTUÁRIA INCIDE SOMENTE SOBRE OPERAÇÕES REALIZADAS SOBRE MERCADORIAS." ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710820%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja)

[10820](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710820%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PA, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, Rel. p/ Acórdão Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/08/1991, DJ 16/10/1991, p. 14462)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100213918&dt_publicacao=06/04/1992) | [15802](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100213918&dt_publicacao=06/04/1992) | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100213918&dt_publicacao=06/04/1992) | [1991/0021391-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100213918&dt_publicacao=06/04/1992) | [Decisão:11/03/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100213918&dt_publicacao=06/04/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/04/1992 | PG:04476 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00296 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100101893&dt_publicacao=23/03/1992) | [11277](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100101893&dt_publicacao=23/03/1992) | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100101893&dt_publicacao=23/03/1992) | [1991/0010189-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100101893&dt_publicacao=23/03/1992) | [Decisão:26/02/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100101893&dt_publicacao=23/03/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/03/1992 | PG:03468 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00032 | PG:00346 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00288 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100168955&dt_publicacao=17/02/1992) | [13710](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100168955&dt_publicacao=17/02/1992) | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100168955&dt_publicacao=17/02/1992) | [1991/0016895-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100168955&dt_publicacao=17/02/1992) | [Decisão:18/12/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100168955&dt_publicacao=17/02/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/02/1992 | PG:01360 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00294 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100082660&dt_publicacao=10/02/1992) | [10567](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100082660&dt_publicacao=10/02/1992) | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100082660&dt_publicacao=10/02/1992) | [1991/0008266-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100082660&dt_publicacao=10/02/1992) | [Decisão:11/12/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100082660&dt_publicacao=10/02/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/02/1992 | PG:00857 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00277 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100089494&dt_publicacao=03/02/1992) | [10818](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100089494&dt_publicacao=03/02/1992) | [PA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100089494&dt_publicacao=03/02/1992) | [1991/0008949-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100089494&dt_publicacao=03/02/1992) | [Decisão:04/12/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100089494&dt_publicacao=03/02/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/02/1992 | PG:00453 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00280 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100116157&dt_publicacao=04/11/1991) | [11753](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100116157&dt_publicacao=04/11/1991) | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100116157&dt_publicacao=04/11/1991) | [1991/0011615-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100116157&dt_publicacao=04/11/1991) | [Decisão:25/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100116157&dt_publicacao=04/11/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/11/1991 | PG:15659 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00291 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100089516&dt_publicacao=16/10/1991) | [10820](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100089516&dt_publicacao=16/10/1991) | [PA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100089516&dt_publicacao=16/10/1991) | [1991/0008951-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100089516&dt_publicacao=16/10/1991) | [Decisão:21/08/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100089516&dt_publicacao=16/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/10/1991 | PG:14462 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00285 |

# SÚMULA 51

DIREITO PENAL - CONTRAVENÇÃO PENAL

## Enunciado:

A punição do intermediador, no jogo do bicho, independe da identificação do "apostador" ou do "banqueiro".

Referências Legislativas: LEG:FED DEL:006259 ANO:1944 ART:00058 PAR:00001 LET:A

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

17/09/1992

## Fonte:

DJ DATA:24/09/1992 PG:16070 RSTJ VOL.:00038 PG:00301

RT VOL.:00688 PG:00360

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] CONTRAVENÇÃO - JOGO DO BICHO. [...] PARA A TIPIFICAÇÃO DO DELITO DENOMINADO 'JOGO DO BICHO', É DESNECESSÁRIA A IDENTIFICAÇÃO DO JOGADOR OU DO BANQUEIRO, SENDO SUFICIENTE A MERA POSSE OU GUARDA DE MATERIAL PRÓPRIO PARA A CONTRAVENÇÃO. [...]" ([REsp 18528](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2718528%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA

TURMA, julgado em 08/04/1992, DJ 04/05/1992, p. 5898)

"[...] CONTRAVENÇÃO DO 'JOGO DO BICHO'. [...] CONDENAÇÃO. FLAGRADO NA POSSE DE FARTO MATERIAL DESTINADO A APOSTAS, NÃO HÁ ABSOLVER-SE O 'CAMBISTA' POR INSUFICIÊNCIA DE PROVA, PELA SÓ FALTA DE IDENTIFICAÇÃO DO 'APOSTADOR' E DO 'BANQUEIRO'. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2718982%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [18982](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2718982%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 06/04/1992, DJ 04/05/1992, p.

5899)

"JOGO DO BICHO. CONTRAVENÇÃO. O DECRETO-LEI N. 6.259, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1944, EQUIPARA, AO VENDEDOR OU BANQUEIRO, OS QUE SERVIREM DE INTERMEDIÁRIOS NA EFETIVAÇÃO DO JOGO. [...]" ([REsp 11867](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711867%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE CANDIDO DE CARVALHO FILHO, SEXTA TURMA, julgado em 10/09/1991, DJ 30/09/1991, p. 13500)

"[...] CONTRAVENÇÃO. 'JOGO DO BICHO'. PLURI-SUBJETIVIDADE INEXISTENTE NO TIPO. [...] NÃO HÁ NO TIPO PENAL EMPRESTADO A CONTRAVENÇÃO PENAL CONHECIDA COMO 'JOGO DO BICHO' O CARÁTER PLURI-SUBJETIVO, A EXIGIR CONCURSO DE AGENTES. - O DELITO É TIPIFICADO PELO SIMPLES PORTAR MATERIAL COMPROVADAMENTE DESTINADO A TRANSGRESSÃO DA NORMA LEGAL. [...]" ([REsp 5266](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275266%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 19/11/1990, DJ 10/12/1990, p. 14813)

"[...] 'JOGO DO BICHO'. CONTRAVENÇÃO. REQUISITOS. [...] A FALTA DE IDENTIFICAÇÃO DO BANQUEIRO OU DO APOSTADOR NÃO É MOTIVO PARA DEIXAR-SE DE PUNIR QUEM É ENCONTRADO NA POSSE DE FARTO MATERIAL DESTINADO À PRÁTICA DO CHAMADO 'JOGO DO BICHO'. [...]" ([REsp 5267](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275267%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 05/11/1990, DJ 19/11/1990, p. 13266)

"[...] CONTRAVENÇÃO DO JOGO DO BICHO. A IMPOSSIBILIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DO 'BANQUEIRO' NÃO IMPEDE A PUNIÇÃO DA PRÁTICA CONTRAVENCIONAL PELO INTERMEDIADOR EM PODER DO QUAL É APREENDIDO FARTO MATERIAL DESTINADO A APOSTAS. [...]" ([REsp 2774](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272774%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, QUINTA TURMA, julgado em 08/08/1990, DJ 20/08/1990, p. 7974)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200029981&dt_publicacao=04/05/1992) | [18528](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200029981&dt_publicacao=04/05/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200029981&dt_publicacao=04/05/1992) | [1992/0002998-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200029981&dt_publicacao=04/05/1992) | [Decisão:08/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200029981&dt_publicacao=04/05/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/05/1992 | PG:05898 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00034 | PG:00432 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00318 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200040381&dt_publicacao=04/05/1992) | [18982](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200040381&dt_publicacao=04/05/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200040381&dt_publicacao=04/05/1992) | [1992/0004038-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200040381&dt_publicacao=04/05/1992) | [Decisão:06/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200040381&dt_publicacao=04/05/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/05/1992 | PG:05899 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00322 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100119350&dt_publicacao=30/09/1991) | [11867](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100119350&dt_publicacao=30/09/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100119350&dt_publicacao=30/09/1991) | [1991/0011935-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100119350&dt_publicacao=30/09/1991) | [Decisão:10/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100119350&dt_publicacao=30/09/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/09/1991 | PG:13500 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00027 | PG:00451 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00027 | PG:00451 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00315 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095751&dt_publicacao=10/12/1990) | [5266](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095751&dt_publicacao=10/12/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095751&dt_publicacao=10/12/1990) | [1990/0009575-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095751&dt_publicacao=10/12/1990) | [Decisão:19/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095751&dt_publicacao=10/12/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/12/1990 | PG:14813 |
| **JTS** |  |  | VOL.:00023 | PG:00153 |
| **RJM** |  |  | VOL.:00101 | PG:00148 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00306 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095760&dt_publicacao=19/11/1990) | [5267](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095760&dt_publicacao=19/11/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095760&dt_publicacao=19/11/1990) | [1990/0009576-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095760&dt_publicacao=19/11/1990) | [Decisão:05/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095760&dt_publicacao=19/11/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/11/1990 | PG:13266 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00027 | PG:00326 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00312 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000034965&dt_publicacao=20/08/1990) | [2774](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000034965&dt_publicacao=20/08/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000034965&dt_publicacao=20/08/1990) | [1990/0003496-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000034965&dt_publicacao=20/08/1990) | [Decisão:08/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000034965&dt_publicacao=20/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/08/1990 | PG:07974 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00303 |

# SÚMULA 52

DIREITO PROCESSUAL PENAL - CONSTRANGIMENTO ILEGAL

## Enunciado:

Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:003689 ANO:1941

\*\*\*\*\* CPP-41 CODIGO DE PROCESSO PENAL ART:00401

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

17/09/1992

## Fonte:

DJ DATA:24/09/1992 PG:16070 RSTJ VOL.:00038 PG:00327

RT VOL.:00688 PG:00360

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] PRISÃO PREVENTIVA SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. PRETENSÃO A FIANÇA E A SURSIS, IMPROCEDENTE. EXCESSO DE PRAZO INEXISTENTE, DADA A FASE EM QUE SE ENCONTRA O PROCESSO. [...]" ([HC 1153](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271153%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, QUINTA TURMA, julgado em 20/04/1992, DJ 11/05/1992, p. 6440)

"[...] NULIDADES. REITERAÇÃO DO PEDIDO. - EXCESSO DE PRAZO. ACORDÃO BEM POSTO NA DENEGAÇÃO DA ORDEM, DESDE A PREJUDICIAL DE REITERAÇÃO DA ALEGAÇÃO DE NULIDADES, E A DE SUPERAÇÃO DO EXCESSO PELO SOBREVINDO ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO." ([RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271716%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [1716](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271716%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 17/02/1992, DJ 09/03/1992, p.

2589)

"[...] PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. RÉU FORAGIDO. [...] ENCERRADA A INSTRUÇÃO, NÃO SE FALA EM EXCESSO DE PRAZO. 2. FORAGIDO O RÉU, HÁ É QUE SE MANTER A PRISÃO PREVENTIVA. [...]" ([RHC 1495](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271495%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 21/10/1991, DJ 11/05/1992, p. 6441)

"[...] PRISÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. IRREGULARIDADE PROCESSUAL NÃO DEMONSTRADA. SUPERADO O EXCESSO DE PRAZO. [...]" ([RHC 1262](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271262%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JOSE CANDIDO DE CARVALHO FILHO, SEXTA TURMA, julgado em 06/08/1991, DJ 26/08/1991, p. 11405)

"PENAL. PRISÃO. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. INSTRUÇÃO ENCERRADA. DEMONSTRADO QUE A INSTRUÇÃO PROCESSUAL JÁ FOI ENCERRADA, DESCABE FALAR EM EXCESSO DE PRAZO. [...]" ([RHC 1172](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271172%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, SEXTA TURMA,

julgado em 14/05/1991, DJ 03/06/1991, p. 7436)

"[...] EXCESSO DE PRAZO - CONSTRANGIMENTO ILEGAL - SENTENÇA CONDENATÓRIA [...] SOBREVINDO A SENTENÇA CONDENATÓRIA, RESTOU SUPERADO O ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PORVENTURA OCORRIDO. [...]" ([RHC 1081](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271081%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 17/04/1991, DJ 06/05/1991, p. 5671)

"[...] EXCESSO DE PRAZO. INSTRUÇÃO CONCLUIDA. RETARDAMENTO ATRIBUÍDO A DEFESA. NEGA-SE ORDEM DE HABEAS-CORPUS, POR NÃO SER RECONHECIDO EXCESSO DE PRAZO SE JÁ CONCLUÍDA A INSTRUÇÃO, TANTO MAIS QUANDO O SUPERADO RETARDAMENTO E CAUSADO PELA DEFESA." ([RHC 834](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27834%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, SEXTA TURMA, julgado em 29/10/1990, DJ 19/11/1990, p. 13268)

"[...] EXCESSO DE PRAZO EM CONCLUIR A INSTRUÇÃO. [...] RESTANDO DEMONSTRADO PELAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES QUE O PACIENTE JÁ FOI JULGADO E CONDENADO, FICA SEM OBJETO O PEDIDO EM QUE ERA ALEGADO EXCESSO DE PRAZO EM CONCLUIR A INSTRUÇÃO." ([HC 213](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27213%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SE, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 16/04/1990, DJ 20/08/1990, p. 7970)

"[...] PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INSTRUÇÃO ENCERRADA. [...] ENCERRADA A INSTRUÇÃO CRIMINAL, SUPERADO ESTÁ O CONSTRANGIMENTO ADVINDO DO EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. II. PRESENÇA DOS REQUISITOS QUE AUTORIZAM A MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. [...]" ([RHC 239](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27239%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CARLOS THIBAU, SEXTA TURMA, julgado em 10/10/1989, DJ 06/11/1989, p. 16695)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200050220&dt_publicacao=11/05/1992) | [1153](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200050220&dt_publicacao=11/05/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200050220&dt_publicacao=11/05/1992) | [1992/0005022-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200050220&dt_publicacao=11/05/1992) | [Decisão:20/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200050220&dt_publicacao=11/05/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/05/1992 | PG:06440 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00341 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100240540&dt_publicacao=09/03/1992) | [1716](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100240540&dt_publicacao=09/03/1992) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100240540&dt_publicacao=09/03/1992) | [1991/0024054-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100240540&dt_publicacao=09/03/1992) | [Decisão:17/02/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100240540&dt_publicacao=09/03/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/03/1992 | PG:02589 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00353 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175978&dt_publicacao=11/05/1992) | [1495](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175978&dt_publicacao=11/05/1992) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175978&dt_publicacao=11/05/1992) | [1991/0017597-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175978&dt_publicacao=11/05/1992) | [Decisão:21/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175978&dt_publicacao=11/05/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/05/1992 | PG:06441 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00351 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100112356&dt_publicacao=26/08/1991) | [1262](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100112356&dt_publicacao=26/08/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100112356&dt_publicacao=26/08/1991) | [1991/0011235-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100112356&dt_publicacao=26/08/1991) | [Decisão:06/08/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100112356&dt_publicacao=26/08/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/08/1991 | PG:11405 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00349 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100074640&dt_publicacao=03/06/1991) | [1172](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100074640&dt_publicacao=03/06/1991) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100074640&dt_publicacao=03/06/1991) | [1991/0007464-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100074640&dt_publicacao=03/06/1991) | [Decisão:14/05/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100074640&dt_publicacao=03/06/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/06/1991 | PG:07436 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00346 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100037427&dt_publicacao=06/05/1991) | [1081](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100037427&dt_publicacao=06/05/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100037427&dt_publicacao=06/05/1991) | [1991/0003742-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100037427&dt_publicacao=06/05/1991) | [Decisão:17/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100037427&dt_publicacao=06/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/05/1991 | PG:05671 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00338 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000103215&dt_publicacao=19/11/1990) | [834](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000103215&dt_publicacao=19/11/1990) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000103215&dt_publicacao=19/11/1990) | [1990/0010321-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000103215&dt_publicacao=19/11/1990) | [Decisão:29/10/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000103215&dt_publicacao=19/11/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/11/1990 | PG:13268 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00336 |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900132652&dt_publicacao=20/08/1990) | [213](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900132652&dt_publicacao=20/08/1990) | [SE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900132652&dt_publicacao=20/08/1990) | [1989/0013265-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900132652&dt_publicacao=20/08/1990) | [Decisão:16/04/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900132652&dt_publicacao=20/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/08/1990 | PG:07970 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00329 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096966&dt_publicacao=06/11/1989) | [239](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096966&dt_publicacao=06/11/1989) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096966&dt_publicacao=06/11/1989) | [1989/0009696-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096966&dt_publicacao=06/11/1989) | [Decisão:10/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096966&dt_publicacao=06/11/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/11/1989 | PG:16695 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00332 |

# SÚMULA 53

DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar civil acusado de prática de crime contra instituições militares estaduais.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00125 PAR:00004

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

17/09/1992

## Fonte:

DJ DATA:24/09/1992 PG:16070 RSTJ VOL.:00038 PG:00357

RT VOL.:00688 PG:00360

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] CRIME MILITAR PRATICADO POR CIVIL CONTRA POLICIAL MILITAR. - COMPETÊNCIA. A JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL NÃO CABE PROCESSAR E JULGAR CIVIL, AINDA QUE PELA PRÁTICA DE CRIME CONTRA INSTITUIÇÃO POLICIAL MILITAR - CF, ART. 125, PAR. 4. [...]" ([CC 2117](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272117%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 03/10/1991, DJ 16/10/1991, p. 14460)

"[...] COMPETÊRNCIA. CIVIL. PRÁTICA DE CRIME MILITAR CONTRA INSTITUIÇÃO MILITAR ESTADUAL. [...] A CONSTITUIÇÃO - ARTIGO 125, PAR-4 - CONFERE À JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL COMPETÊNCIA PARA JULGAR APENAS OS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES NOS CRIMES MILITARES DEFINIDOS EM LEI. 2- ASSIM, COMPETE À JUSTIÇA COMUM ESTADUAL JULGAR CIVIL ACUSADO DA PRÁTICA DE CRIME CONTRA INSTITUIÇÕES MILITARES ESTADUAIS." ([CC 1525](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271525%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 20/11/1990, DJ 03/12/1990, p. 14303)

"COMPETÊNCIA - CRIME MILITAR PRATICADO POR CIVIL - ART. 125, PAR-4., CONSTITUIÇÃO FEDERAL. - OS CRIMES MILITARES PRATICADOS POR CIVIL, SÃO DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM, FACE A EXPRESSA DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 125, PAR-4.), QUE NÃO PERMITE A JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL, PROCESSAR E JULGAR PARTES ESTRANHAS À CORPORAÇÃO MILITAR. [...]" ([CC 1258](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271258%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, TERCEIRA

SEÇÃO, julgado em 02/08/1990, DJ 20/08/1990, p. 7956)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100112577&dt_publicacao=16/10/1991) | [2117](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100112577&dt_publicacao=16/10/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100112577&dt_publicacao=16/10/1991) | [1991/0011257-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100112577&dt_publicacao=16/10/1991) | [Decisão:03/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100112577&dt_publicacao=16/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/10/1991 | PG:14460 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00365 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000114284&dt_publicacao=03/12/1990) | [1525](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000114284&dt_publicacao=03/12/1990) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000114284&dt_publicacao=03/12/1990) | [1990/0011428-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000114284&dt_publicacao=03/12/1990) | [Decisão:20/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000114284&dt_publicacao=03/12/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/12/1990 | PG:14303 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00362 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000048907&dt_publicacao=20/08/1990) | [1258](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000048907&dt_publicacao=20/08/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000048907&dt_publicacao=20/08/1990) | [1990/0004890-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000048907&dt_publicacao=20/08/1990) | [Decisão:02/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000048907&dt_publicacao=20/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/08/1990 | PG:07956 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00359 |
| **RT** |  |  | VOL.:00667 | PG:00343 |

# SÚMULA 54

DIREITO CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL

## Enunciado:

Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:00962

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

24/09/1992

## Fonte:

DJ DATA:01/10/1992 PG:16801 RSTJ VOL.:00038 PG:00369

RT VOL.:00688 PG:00171

## Excerto dos Precedentes Originários:

"RESPONSABILIDADE CIVIL. JUROS DE MORA. A 2A. SEÇÃO ESTABELECEU DISTINÇÃO ENTRE AS ESPÉCIES DE RESPONSABILIDADE, DE SORTE QUE, NO CASO DA EXTRACONTRATUAL, OS JUROS FLUEM DESDE O EVENTO DANOSO (CCV, ART. 962), E NO CASO DA CONTRATUAL, A PARTIR DA CITAÇÃO INICIAL (CCV, ART. 1.536, PARAGRAFO 2.), SOMENTE. [...]" ([REsp 16238](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716238%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/03/1992, DJ 01/06/1992, p. 8045)

"RESPONSABILIDADE CIVIL. FLUEM OS JUROS, EM SE TRATANDO DE ILÍCITO CONTRATUAL, A PARTIR DA CITAÇÃO. [...]" ([REsp 11624](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711624%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, Rel. p/ Acórdão Ministro FONTES DE ALENCAR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/11/1991, DJ 01/03/1993, p. 2482)

"[...] ACIDENTE FERROVIÁRIO. PINGENTE. MENOR DE 13 ANOS. CULPA CONCORRENTE. DANOS MATERIAL E MORAL. CUMULABILIDADE. JUROS MORATÓRIOS. TERMO 'A QUO'. INCIDÊNCIA DO ART. 1536, PARÁGRAFO 2., CC. ILÍCITO CONTRATUAL. NÃO INCIDÊNCIA DO PARÁGRAFO 5. DO ART. 20, CPC. [...] SEGUNDO JURISPRUDÊNCIA ASSENTE NO TRIBUNAL, SÃO PERFEITAMENTE CUMULÁVEIS AS INDENIZAÇÕES POR DANOS MATERIAL E MORAL, PROVENIENTES DO MESMO FATO, SE DECORRENTES DE CIRCUNSTÂNCIAS DIVERSAS. II - EM SE TRATANDO DE CULPA CONTRATUAL, NÃO COMPREENDIDA NA EXPRESSÃO 'DELITO' DO ART. 962 DO CÓDIGO CIVIL, OS JUROS MORATÓRIOS FLUEM A PARTIR DA CITAÇÃO (ART. 1536, PARAGRAFO 2.). III - A REGRA DO ART. 20, PARÁGRAFO 5., CPC, DADA A SUA EXCEPCIONALIDADE, NÃO INCIDE CASOS DE ILÍCITO CONTRATUAL, SOMENTE SE APLICANDO NAS HIPÓTESES DE ILÍCITO ABSOLUTO (RESPONSABILIDADE AQUILIANA)." ([REsp 9753](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279753%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 12/11/1991, DJ 09/12/1991, p. 18038)

"[...] AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE FERROVIÁRIO. PRESCRIÇÃO. JUROS MORATÓRIOS. [...] OS JUROS DE MORA DEVEM FLUIR DESDE A DATA DO SINISTRO (ATROPELAMENTO), PORQUANTO O DEVER DE INDENIZAR DECORRE DE CULPA EXTRACONTRATUAL OU AQUILIANA, MERECENDO APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 962 DO CÓDIGO CIVIL, EIS QUE A EXPRESSÃO DELITO ABARCA O ATO ILÍCITO. [...]" ([REsp 540](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27540%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BUENO DE SOUZA, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/1991, DJ 09/12/1991, p. 18032)

"[...] RESPONSABILIDADE CIVIL. INCIDÊNCIA DOS JUROS COMPOSTOS EM CASO DE CRIME. [...] NAS INDENIZAÇÕES DECORRENTES DE ATO ILÍCITO OS JUROS COMPOSTOS NÃO INCIDEM SOBRE O PREPONENTE, SUPORTANDO-OS APENAS O RESPONSÁVEL PELO CRIME (CÓDIGO CIVIL, ARTIGO 1544). [...]" ([EREsp 3766](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273766%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, CORTE ESPECIAL, julgado em 13/06/1991, DJ 28/10/1991, p. 15214)

"RESPONSABILIDADE CIVIL. ATROPELAMENTO POR VEÍCULO AUTOMOTOR. JUROS DE MORA. CÓDIGO CIVIL, ARTIGO 962. COMPREENDENDO A EXPRESSÃO 'DELITO', DO ARTIGO 962 DO CÓDIGO CIVIL, O ATO ILÍCITO DECORRENTE DE CULPA EXTRACONTRATUAL, DEVEM CONTAR-SE OS JUROS DE MORA DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO." ([REsp 6195](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276195%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/1990, DJ 11/03/1991, p. 2398)

"RESPONSABILIDADE CIVIL. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. NAS INDENIZAÇÕES POR FATO ILÍCITO, TRATANDO-SE DE DELITO, OS JUROS DE MORA INCIDEM DESDE A ÉPOCA DO FATO, NA CONSONÂNCIA DO ARTIGO 1544 DO CÓDIGO CIVIL. [...]" ([REsp 3766](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273766%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/11/1990, DJ 18/03/1991, p. 2774)C

"ATROPELAMENTO EM VIA FÉRREA. RESPONSABILIDADE CIVIL. JUROS MORATÓRIOS. [...] OS JUROS MORATÓRIOS CONTAM-SE A PARTIR DO EVENTO. [...]" ([REsp 4517](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274517%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 25/09/1990, DJ 05/11/1990, p. 12433)

"JUROS MORATÓRIOS. ATROPELAMENTO POR COMPOSIÇÃO FERROVIÁRIA. DATA DA FLUÊNCIA. COMPREENDENDO A EXPRESSÃO 'DELITO' CONSTANTE DO ART. 962 DO CÓDIGO CIVIL O ATO ILÍCITO, OS JUROS DE MORA CONTAM-SE DESDE A ÉPOCA DO EVENTO. [...]" ([REsp 1437](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271437%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 06/02/1990, DJ 13/08/1990, p. 7649)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100230600&dt_publicacao=01/06/1992) | [16238](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100230600&dt_publicacao=01/06/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100230600&dt_publicacao=01/06/1992) | [1991/0023060-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100230600&dt_publicacao=01/06/1992) | [Decisão:09/03/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100230600&dt_publicacao=01/06/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/06/1992 | PG:08045 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00409 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100111708&dt_publicacao=01/03/1993) | [11624](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100111708&dt_publicacao=01/03/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100111708&dt_publicacao=01/03/1993) | [1991/0011170-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100111708&dt_publicacao=01/03/1993) | [Decisão:27/11/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100111708&dt_publicacao=01/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/03/1993 | PG:02482 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100062855&dt_publicacao=09/12/1991) | [9753](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100062855&dt_publicacao=09/12/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100062855&dt_publicacao=09/12/1991) | [1991/0006285-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100062855&dt_publicacao=09/12/1991) | [Decisão:12/11/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100062855&dt_publicacao=09/12/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/12/1991 | PG:18038 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00404 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900095870&dt_publicacao=09/12/1991) | [540](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900095870&dt_publicacao=09/12/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900095870&dt_publicacao=09/12/1991) | [1989/0009587-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900095870&dt_publicacao=09/12/1991) | [Decisão:29/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900095870&dt_publicacao=09/12/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/12/1991 | PG:18032 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00033 | PG:00595 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00371 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100063797&dt_publicacao=28/10/1991) | [3766](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100063797&dt_publicacao=28/10/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100063797&dt_publicacao=28/10/1991) | [1991/0006379-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100063797&dt_publicacao=28/10/1991) | [Decisão:13/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100063797&dt_publicacao=28/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/10/1991 | PG:15214 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00271 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00093 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00032 | PG:00211 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00385 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000118026&dt_publicacao=11/03/1991) | [6195](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000118026&dt_publicacao=11/03/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000118026&dt_publicacao=11/03/1991) | [1990/0011802-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000118026&dt_publicacao=11/03/1991) | [Decisão:18/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000118026&dt_publicacao=11/03/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/03/1991 | PG:02398 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00401 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000059755&dt_publicacao=18/03/1991) | [3766](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000059755&dt_publicacao=18/03/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000059755&dt_publicacao=18/03/1991) | [1990/0005975-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000059755&dt_publicacao=18/03/1991) | [Decisão:14/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000059755&dt_publicacao=18/03/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/03/1991 | PG:02774 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00381 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000078539&dt_publicacao=05/11/1990) | [4517](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000078539&dt_publicacao=05/11/1990) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000078539&dt_publicacao=05/11/1990) | [1990/0007853-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000078539&dt_publicacao=05/11/1990) | [Decisão:25/09/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000078539&dt_publicacao=05/11/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/11/1990 | PG:12433 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00398 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900119281&dt_publicacao=13/08/1990) | [1437](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900119281&dt_publicacao=13/08/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900119281&dt_publicacao=13/08/1990) | [1989/0011928-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900119281&dt_publicacao=13/08/1990) | [Decisão:06/02/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900119281&dt_publicacao=13/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/08/1990 | PG:07649 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00375 |

# SÚMULA 55

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

## Enunciado:

Tribunal Regional Federal não é competente para julgar recurso de decisão proferida por juiz estadual não investido de jurisdição federal.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00108 INC:00002

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

24/09/1992

## Fonte:

DJ DATA:01/10/1992 PG:16801 RSTJ VOL.:00038 PG:00413

RT VOL.:00688 PG:00171

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. [...] ANULAÇÃO DE SENTENÇA. INCOMPETENTE O JUIZ ESTADUAL PROLATOR, DA APELAÇÃO CABE CONHECER O TRIBUNAL ESTADUAL REQUERIDO, AINDA QUE SEJA PARA DECLARAR A NULIDADE DA SENTENÇA MACULADA DE INCOMPETÊNCIA. [...]" ([CC 1965](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271965%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 03/10/1991, DJ 16/10/1991, p. 14460)

"[...] COMPETÊNCIA - AÇÃO DE USUCAPIÃO AFORADA PERANTE A JUSTIÇA ESTADUAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELA UNIÃO FEDERAL CONTRA DECISÃO DE JUÍZO DE DIREITO QUE INDEFERIU O DESLOCAMENTO DO FEITO PARA A JUSTIÇA FEDERAL - ART. 108, II C/C O 109, PAR-4., DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. [...] CONSOLIDADO NA JURISPRUDÊNCIA DO EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA O ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE 'JUIZ ESTADUAL, NO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIA PRÓPRIA, NÃO TEM OS SEUS ATOS SUJEITOS A JURISDIÇÃO DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. TEVE-OS, NO PASSADO, EM RELAÇÃO AO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, MAS EM DECORRÊNCIA DA DUPLA NATUREZA DO TRIBUNAL EXTINTO'. [...]" ([CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271975%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [1975](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271975%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/09/1991, DJ

16/10/1991, p. 14459)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUSTIÇA DO ESTADO - AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA INCUMBE PROCESSAR E JULGAR RECURSO INTERPOSTO DE SENTENÇA DE JUIZ DE DIREITO DE SUA JURISDIÇÃO. AINDA QUE SEJA PARA DECLARAR A NULIDADE POR VÍCIO DE JURISDIÇÃO OU COMPETÊNCIA. INVIÁVEL, PORÉM, DECLINAR PARA OUTRO TRIBUNAL, SEM A DECISÃO QUE LHE É PRÓPRIA." ([CC 1618](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271618%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, PRIMEIRA SEÇÃO,

julgado em 18/12/1990, DJ 11/03/1991, p. 2369)

"COMPETÊNCIA - SENTENÇA DE JUIZ ESTADUAL - NULIDADE SENTENÇA PROFERIDA POR JUIZ ESTADUAL EM FEITO DE COMPETÊNCIA DE JUIZ FEDERAL CABE AO EG. TRIBUNAL DE JUSTIÇA APRECIAR A APELAÇÃO E, SE FOR O CASO, ANULAR A SENTENÇA. [...]" ([CC 1571](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271571%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 04/12/1990, DJ 04/02/1991, p. 560)

"AÇÃO DE USUCAPIÃO INTENTADA PERANTE JUIZ ESTADUAL. INTERVENÇÃO DA UNIÃO, REQUERENDO O DESLOCAMENTO DO PROCESSO PARA JUIZ FEDERAL. PEDIDO INDEFERIDO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPETÊNCIA. JUIZ ESTADUAL, NO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIA PRÓPRIA, NÃO TEM OS SEUS ATOS SUJEITOS A JURISDIÇÃO DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. TEVE-OS, NO PASSADO, EM RELAÇÃO AO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, MAS EM DECORRÊNCIA DA DUPLA NATUREZA DO TRIBUNAL EXTINTO. [...]" ([CC 1357](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271357%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/10/1990, DJ 03/12/1990, p. 14302)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100060607&dt_publicacao=16/10/1991) | [1965](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100060607&dt_publicacao=16/10/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100060607&dt_publicacao=16/10/1991) | [1991/0006060-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100060607&dt_publicacao=16/10/1991) | [Decisão:03/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100060607&dt_publicacao=16/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/10/1991 | PG:14460 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00424 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067598&dt_publicacao=16/10/1991) | [1975](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067598&dt_publicacao=16/10/1991) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067598&dt_publicacao=16/10/1991) | [1991/0006759-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067598&dt_publicacao=16/10/1991) | [Decisão:11/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067598&dt_publicacao=16/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/10/1991 | PG:14459 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00427 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000137659&dt_publicacao=11/03/1991) | [1618](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000137659&dt_publicacao=11/03/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000137659&dt_publicacao=11/03/1991) | [1990/0013765-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000137659&dt_publicacao=11/03/1991) | [Decisão:18/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000137659&dt_publicacao=11/03/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/03/1991 | PG:02369 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00422 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000124875&dt_publicacao=04/02/1991) | [1571](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000124875&dt_publicacao=04/02/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000124875&dt_publicacao=04/02/1991) | [1990/0012487-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000124875&dt_publicacao=04/02/1991) | [Decisão:04/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000124875&dt_publicacao=04/02/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/02/1991 | PG:00560 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00419 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000067219&dt_publicacao=03/12/1990) | [1357](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000067219&dt_publicacao=03/12/1990) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000067219&dt_publicacao=03/12/1990) | [1990/0006721-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000067219&dt_publicacao=03/12/1990) | [Decisão:10/10/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000067219&dt_publicacao=03/12/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/12/1990 | PG:14302 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00415 |

# SÚMULA 56

DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO

## Enunciado:

Na desapropriação para instituir servidão administrativa são devidos os juros compensatórios pela limitação de uso da propriedade.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00005 INC:00024

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

29/09/1992

## Fonte:

DJ DATA:06/10/1992 PG:17215 RSTJ VOL.:00038 PG:00431

RT VOL.:00688 PG:00172

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] SERVIDÃO DE PASSAGEM. JUROS COMPENSATÓRIOS. [...] COM A SERVIDÃO DE PASSAGEM DE ELETRODUTO HÁ LIMITAÇÃO NO USO DA PROPRIEDADE, O QUE JUSTIFICA A INCIDÊNCIA DOS JUROS COMPENSATÓRIOS, EM OBEDIÊNCIA, INCLUSIVE, AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA JUSTA INDENIZAÇÃO. [...]" ([REsp 21466](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2721466%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/06/1992, DJ 10/08/1992, p. 11945)

"[...] EXPROPRIAÇÃO. SERVIDÃO. [...] CARACTERIZADA A SERVIDÃO PERPÉTUA E A IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DA ÁREA SERVIENDA, IMPÕE-SE A DEVIDA REPARAÇÃO, ASSEGURADA CONSTITUCIONALMENTE, COM OS ACESSÓRIOS ADEQUADAMENTE FIXADOS. [...]"

([REsp 5741](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275741%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/05/1991, DJ 27/05/1991, p. 6938)

"[...] SERVIDÃO DE PASSAGEM. JUROS COMPENSATÓRIOS. INCIDÊNCIA. [...] EM AÇÃO EXPROPRIATÓRIA DE SERVIDÃO DE PASSAGEM HÁ LIMITAÇÃO DE USO DA PROPRIEDADE O QUE FAZ CERTO A INCIDÊNCIA DOS JUROS COMPENSATÓRIOS, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA JUSTA INDENIZAÇÃO. [...]" ([REsp 5938](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275938%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro GERALDO SOBRAL, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/02/1991, DJ 11/03/1991, p. 2382)

"[...] SERVIDÃO DE PASSAGEM - INDENIZAÇÃO - JUROS COMPENSATÓRIOS - A SERVIDÃO DE PASSAGEM PERPÉTUA ACARRETA PREJUÍZO PATRIMONIAL. A REPARAÇÃO DEVE SER INTEGRAL, AUTORIZANDO OS JUROS COMPENSATÓRIOS. [...]" ([REsp 6615](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276615%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/12/1990, DJ 11/03/1991, p. 2388)

"[...] AÇÃO EXPROPRIATÓRIA INDIRETA, PROMOVIDA EM RAZÃO DE PASSAGEM DE

ELETRODUTO. JUROS COMPENSATÓRIOS. Incidência do encargo, que tem em mira a remuneração devida ao expropriado, pela utilização do imóvel pelo Poder Público durante o período anterior à desapropriação, que somente se consuma mediante o pagamento da indenização, a teor da norma do art. 5º, XXIV, da CF/88. [...]" ([REsp 5921](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275921%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ILMAR GALVAO, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/1990, DJ 17/12/1990, p. 15359)

"[...] DESAPROPRIAÇÃO POR SERVIDÃO DE PASSAGEM - JUROS COMPENSATÓRIOS. NA DESAPROPRIAÇÃO POR SERVIDÃO DE PASSAGEM HÁ LIMITAÇÃO DE USO DE PROPRIEDADE, SENDO DEVIDOS OS JUROS COMPENSATÓRIOS, NOS TERMOS DA SÚMULA N. 618 DO STF, EM OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA JUSTA INDENIZAÇÃO. [...]" ([REsp 2471](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272471%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/10/1990, DJ 25/02/1991, p. 1451)

"[...] DESAPROPRIAÇÃO. SERVIDÃO DE PASSAGEM. [...] JUROS COMPENSATÓRIOS. CABIMENTO NAS AÇÕES DO TIPO. [...]" ([REsp 4821](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274821%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/10/1990, DJ 29/10/1990, p. 12137)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200097278&dt_publicacao=10/08/1992) | [21466](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200097278&dt_publicacao=10/08/1992) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200097278&dt_publicacao=10/08/1992) | [1992/0009727-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200097278&dt_publicacao=10/08/1992) | [Decisão:24/06/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200097278&dt_publicacao=10/08/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/08/1992 | PG:11945 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00454 |
| **RT** |  |  | VOL.:00691 | PG:00213 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000107822&dt_publicacao=27/05/1991) | [5741](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000107822&dt_publicacao=27/05/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000107822&dt_publicacao=27/05/1991) | [1990/0010782-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000107822&dt_publicacao=27/05/1991) | [Decisão:08/05/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000107822&dt_publicacao=27/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/05/1991 | PG:06938 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00443 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111978&dt_publicacao=11/03/1991) | [5938](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111978&dt_publicacao=11/03/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111978&dt_publicacao=11/03/1991) | [1990/0011197-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111978&dt_publicacao=11/03/1991) | [Decisão:04/02/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111978&dt_publicacao=11/03/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/03/1991 | PG:02382 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00447 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000128250&dt_publicacao=11/03/1991) | [6615](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000128250&dt_publicacao=11/03/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000128250&dt_publicacao=11/03/1991) | [1990/0012825-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000128250&dt_publicacao=11/03/1991) | [Decisão:12/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000128250&dt_publicacao=11/03/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/03/1991 | PG:02388 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00451 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111692&dt_publicacao=17/12/1990) | [5921](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111692&dt_publicacao=17/12/1990) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111692&dt_publicacao=17/12/1990) | [1990/0011169-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111692&dt_publicacao=17/12/1990) | [Decisão:28/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111692&dt_publicacao=17/12/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/12/1990 | PG:15359 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00445 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000024269&dt_publicacao=25/02/1991) | [2471](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000024269&dt_publicacao=25/02/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000024269&dt_publicacao=25/02/1991) | [1990/0002426-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000024269&dt_publicacao=25/02/1991) | [Decisão:24/10/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000024269&dt_publicacao=25/02/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/02/1991 | PG:01451 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00169 | PG:00182 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00422 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00433 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000085322&dt_publicacao=29/10/1990) | [4821](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000085322&dt_publicacao=29/10/1990) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000085322&dt_publicacao=29/10/1990) | [1990/0008532-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000085322&dt_publicacao=29/10/1990) | [Decisão:10/10/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000085322&dt_publicacao=29/10/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/10/1990 | PG:12137 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00441 |

# SÚMULA 57

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar ação de cumprimento fundada em acordo ou convenção coletiva não homologados pela Justiça do Trabalho.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00114

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

29/09/1992

## Fonte:

DJ DATA:06/10/1992 PG:17215

RLTR VOL.:00001 JANEIRO/1993 PG:00064 RSTJ VOL.:00038 PG:00459

RT VOL.:00688 PG:00172

## Excerto dos Precedentes Originários:

"COMPETE À JUSTIÇA COMUM APRECIAR AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE CONVENÇÃO OU ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, NÃO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE. NÃO INCIDÊNCIA DO ART. 114 DA CONSTITUIÇÃO DE 1988." ([CC 2520](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272520%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/05/1992, DJ 29/06/1992, p. 10249)

"COMPETÊNCIA - SINDICATO - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. [...] COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR AS AÇÕES DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES ASSISTENCIAIS, ESTABELECIDOS EM CONVENÇÕES OU ACORDOS COLETIVOS NÃO HOMOLOGADOS PELA JUSTIÇA DO TRABALHO." ([CC 2393](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272393%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 06/12/1991, DJ 10/02/1992, p. 854)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA - PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO. NA AÇÃO DE COBRANÇA DE TAXA ASSISTENCIAL DE SINDICATO, INEXISTE DISSÍDIO ENTRE TRABALHADORES E EMPREGADORES OU CONTROVÉRSIA DECORRENTE DE RELAÇÃO DE TRABALHO. AS PARTES NÃO SE VINCULAM EMPREGATICIAMENTE. PREVALECE O ENTENDIMENTO DA SÚMULA 87 DO TFR E RECENTES DECISÕES DA SUPREMA CORTE (RE 131032-4-DF, 130552-5-SP E 131017-1-DF). [...]" ([CC 2318](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272318%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 19/11/1991, DJ 03/02/1992, p. 430)

"COMPETE À JUSTIÇA COMUM APRECIAR AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE CONVENÇÃO OU ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, NÃO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE. NÃO INCIDÊNCIA DO ART. 114 DA CONSTITUIÇÃO DE 1988." ([CC 2320](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272320%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 29/10/1991, DJ 10/02/1992, p. 854)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS. AÇÃO DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL NÃO É CONTROVÉRSIA DECORRENTE DE RELAÇÃO DE TRABALHO OU DE DISSÍDIO ENTRE EMPREGADO E EMPREGADOR, É LITÍGIO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. [...]" ([CC 2215](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272215%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/10/1991, DJ 25/11/1991, p. 17038)

"[...] CONFLITO DE COMPETÊNCIA EM AÇÃO EM QUE SE POSTULA O CUMPRIMENTO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. EXCLUSÃO, DA MATÉRIA, DO ESTATUÍDO EM REGRA CONSTITUCIONAL ESPECÍFICA (ART. 114) E VINCULATIVA DA JUSTIÇA OBREIRA. O ENTENDIMENTO PREDOMINANTE NA 1. SEÇÃO DESTE EGRÉGIO STJ É NO SENTIDO DE QUE, SÓ AS AÇÕES EM QUE SE POSTULA O EFETIVO CUMPRIMENTO DAQUILO QUE SE MATERIALIZOU NO CONTEXTO DA SENTENÇA JUDICIAL (E, PORTANTO, NÃO COMPREENSIVO DE CLÁUSULAS PORVENTURA FIGURANTES EM CONVENÇÕES OU ACORDOS COLETIVOS), VINCULAM A JUSTIÇA ESPECIALIZADA, NA DEFINIÇÃO DO PRECEITO CONSTITUCIONAL (ART. 114). NÃO DECORRENDO, A QUAESTIO JURIS SUB EXAMEN, DE RELAÇÃO EMPREGATÍCIA ENTRE O OBREIRO E O EMPREGADOR, A COMPETÊNCIA PARA DELA CONHECER E JULGAR É DA JUSTIÇA COMUM. [...]" ([CC 2242](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272242%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/10/1991, DJ 02/12/1991, p. 17508)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100228630&dt_publicacao=29/06/1992) | [2520](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100228630&dt_publicacao=29/06/1992) | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100228630&dt_publicacao=29/06/1992) | [1991/0022863-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100228630&dt_publicacao=29/06/1992) | [Decisão:26/05/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100228630&dt_publicacao=29/06/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/06/1992 | PG:10249 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00474 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100203815&dt_publicacao=10/02/1992) | [2393](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100203815&dt_publicacao=10/02/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100203815&dt_publicacao=10/02/1992) | [1991/0020381-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100203815&dt_publicacao=10/02/1992) | [Decisão:06/12/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100203815&dt_publicacao=10/02/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/02/1992 | PG:00854 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00471 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100177695&dt_publicacao=03/02/1992) | [2318](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100177695&dt_publicacao=03/02/1992) | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100177695&dt_publicacao=03/02/1992) | [1991/0017769-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100177695&dt_publicacao=03/02/1992) | [Decisão:19/11/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100177695&dt_publicacao=03/02/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/02/1992 | PG:00430 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00467 |
| **RT** |  |  | VOL.:00684 | PG:00175 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100177717&dt_publicacao=10/02/1992) | [2320](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100177717&dt_publicacao=10/02/1992) | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100177717&dt_publicacao=10/02/1992) | [1991/0017771-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100177717&dt_publicacao=10/02/1992) | [Decisão:29/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100177717&dt_publicacao=10/02/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/02/1992 | PG:00854 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00469 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100138924&dt_publicacao=25/11/1991) | [2215](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100138924&dt_publicacao=25/11/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100138924&dt_publicacao=25/11/1991) | [1991/0013892-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100138924&dt_publicacao=25/11/1991) | [Decisão:11/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100138924&dt_publicacao=25/11/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/11/1991 | PG:17038 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00461 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100148334&dt_publicacao=02/12/1991) | [2242](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100148334&dt_publicacao=02/12/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100148334&dt_publicacao=02/12/1991) | [1991/0014833-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100148334&dt_publicacao=02/12/1991) | [Decisão:11/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100148334&dt_publicacao=02/12/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/12/1991 | PG:17508 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00463 |

# SÚMULA 58

DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL

## Enunciado:

Proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado não desloca a competência já fixada.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00087 ART:00578

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

29/09/1992

## Fonte:

DJ DATA:06/10/1992 PG:17215 RSTJ VOL.:00038 PG:00477

RT VOL.:00688 PG:00172

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - EXECUÇÃO FISCAL - MUDANÇA DE DOMICÍLIO. APLICA-SE A SÚMULA 189 DO TFR VERBIS: 'PROPOSTA A EXECUÇÃO FISCAL, A POSTERIOR MUDANÇA DO DOMICÍLIO DO EXECUTADO NÃO DESLOCA A COMPETÊNCIA JÁ FIXADA.' [...]" ([CC 2253](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272253%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/10/1991, DJ 25/11/1991, p. 17038)

"[...] CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. SÚMULA N. 189 DO TFR. [...] A MUDANÇA DE DOMICÍLIO DO EXECUTADO, APÓS A PROPOSITURA DA EXECUÇÃO FISCAL, NÃO DESLOCA A COMPETÊNCIA. - INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 189 DO EXTINTO TFR. [...]" ([CC 2116](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272116%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. MIN. PEÇANHA MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 17/09/1991, DJ 25/11/1991, p. 17036)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - EXECUÇÃO FISCAL - DOMICÍLIO DO DEVEDOR. É APLICÁVEL, NO CASO, O PRINCÍPIO DA SÚMULA N. 40 DO ANTIGO TFR, QUE FIXA A COMPETÊNCIA PARA A EXECUÇÃO FISCAL NO DOMICÍLIO DO DEVEDOR, ATÉ PELA CONVENIÊNCIA DE QUE QUASE TODOS OS ATOS PROCESSUAIS OCORREM NO DOMICÍLIO DO DEVEDOR. [...]" ([CC 2127](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272127%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 17/09/1991, DJ 21/10/1991, p. 14726)

"[...] CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. DOMICÍLIO DO DEVEDOR. [...] Proposta a

execução fiscal, a posterior mudança de domicílio da executada não desloca a competência já fixada (SÚM. 189/TFR). [...]" ([CC 1495](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271495%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ILMAR GALVAO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/11/1990, DJ 10/12/1990, p. 14789)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. [...] A MUDANÇA DE DOMICÍLIO DO EXECUTADO NÃO DESLOCA A COMPETÊNCIA PARA A EXECUÇÃO. [...]" ([CC 1196](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271196%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/05/1990, DJ 18/06/1990, p. 5677)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100155705&dt_publicacao=25/11/1991) | [2253](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100155705&dt_publicacao=25/11/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100155705&dt_publicacao=25/11/1991) | [1991/0015570-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100155705&dt_publicacao=25/11/1991) | [Decisão:11/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100155705&dt_publicacao=25/11/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/11/1991 | PG:17038 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00488 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100112569&dt_publicacao=25/11/1991) | [2116](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100112569&dt_publicacao=25/11/1991) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100112569&dt_publicacao=25/11/1991) | [1991/0011256-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100112569&dt_publicacao=25/11/1991) | [Decisão:17/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100112569&dt_publicacao=25/11/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/11/1991 | PG:17036 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00483 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100114847&dt_publicacao=21/10/1991) | [2127](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100114847&dt_publicacao=21/10/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100114847&dt_publicacao=21/10/1991) | [1991/0011484-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100114847&dt_publicacao=21/10/1991) | [Decisão:17/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100114847&dt_publicacao=21/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/10/1991 | PG:14726 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00486 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000100127&dt_publicacao=10/12/1990) | [1495](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000100127&dt_publicacao=10/12/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000100127&dt_publicacao=10/12/1990) | [1990/0010012-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000100127&dt_publicacao=10/12/1990) | [Decisão:13/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000100127&dt_publicacao=10/12/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/12/1990 | PG:14789 |
| **JTS** |  |  | VOL.:00022 | PG:00101 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00481 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000036984&dt_publicacao=18/06/1990) | [1196](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000036984&dt_publicacao=18/06/1990) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000036984&dt_publicacao=18/06/1990) | [1990/0003698-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000036984&dt_publicacao=18/06/1990) | [Decisão:22/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000036984&dt_publicacao=18/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/06/1990 | PG:05677 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00479 |

# SÚMULA 59

DIREITO PROCESSUAL PENAL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA

## Enunciado:

Não há conflito de competência se já existe sentença com trânsito em julgado, proferida por um dos juízos conflitantes.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00113 PAR:00002 ART:00118

LEG:FED DEL:003689 ANO:1941

\*\*\*\*\* CPP-41 CODIGO DE PROCESSO PENAL ART:00114 ART:00115

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

08/10/1992

## Fonte:

DJ DATA:14/10/1992 PG:17850 RSTJ VOL.:00038 PG:00491

RT VOL.:00688 PG:00360

## Excerto dos Precedentes Originários:

"PENAL. COMPETÊNCIA. CONFLITO POSITIVO. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. - INOCORRÊNCIA. TRANSITADA EM JULGADO A SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA POR UM DOS JUÍZES EM TESTILHA, NÃO HÁ MAIS FALAR-SE EM CONFLITO DE COMPETÊNCIA. [...]" ([CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272114%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [2114](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272114%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 21/05/1992, DJ 15/06/1992, p.

9217)

"PENAL. COMPETÊNCIA. CONFLITO POSITIVO. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. INOCORRÊNCIA. SE O JUIZ QUE SE CONSIDERA COMPETENTE REQUISITA AUTOS DE INQUÉRITO, QUE TRAMITA EM OUTRO JUÍZO SOBRE O MESMO FATO, QUANDO JÁ TRANSITADA EM JULGADO DECISÃO DESSE ÚLTIMO, DESCABE FALAR EM CONFLITO, TAL COMO DEFINIDO NO ART. 114, DO CPP. [...]" ([CC 1878](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271878%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 06/06/1991, DJ 24/06/1991, p. 8614)

"PROCESSUAL PENAL. COMPETÊNCIA. EXISTÊNCIA DE CONFLITO. PARA QUE SE POSSA COGITAR DA EXISTÊNCIA DE CONFLITO É NECESSÁRIO ESTEJAM EM CURSO DUAS AÇÕES IDÊNTICAS PERANTE DOIS OU MAIS JUÍZES. RÉU PROCESSADO PELO MESMO FATO NA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL E NA JUSTIÇA COMUM FEDERAL. TENDO-SE EM CONTA QUE, NESTA, A DENÚNCIA APENAS FOI RECEBIDA, ENQUANTO NAQUELA A SENTENÇA JÁ TRANSITOU EM JULGADO, DE CONFLITO NÃO MAIS SE PODE CUIDAR." ([CC 1624](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271624%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, TERCEIRA

SEÇÃO, julgado em 02/05/1991, DJ 27/05/1991, p. 6937)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO MOVIDA CONTRA AUTARQUIA FEDERAL, EM MINAS GERAIS. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA JULGADA PROCEDENTE, EM FAVOR DA JUSTIÇA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO. REMETIDOS OS AUTOS À SEÇÃO JUDICIÁRIA APONTADA COMO COMPETENTE, EM DECISÃO DECLINATÓRIA DE FORO, TRANSITA EM JULGADO, INEXISTE ESPAÇO PARA NOVA MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA, A PRETEXTO DA OCORRÊNCIA DE SUPOSTA CONEXÃO. [...]" ([CC 1925](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271925%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro ILMAR GALVAO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 30/04/1991, DJ 20/05/1991, p. 6503)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. COISA JULGADA. [...] UMA VEZ FIXADA A COMPETÊNCIA POR DECISÃO COM TRÂNSITO EM JULGADO, É DEFESO AO JUÍZO COMPETENTE REDISCUTIR A MATÉRIA, SOB PENA DE OFENSA A COISA JULGADA. [...]" ([CC 1327](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271327%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/09/1990, DJ 05/11/1990, p. 12414)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXCLUSÃO DO INAMPS DO PROCESSO. DECISÃO TRÂNSITA EM JULGADO. EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA TRABALHISTA. ORIENTAÇÃO SUMULADA. - TENDO TRANSITADO EM JULGADO A DECISÃO QUE EXCLUI DA RELAÇÃO PROCESSUAL O ENTE PÚBLICO, DEIXA DE SUBSISTIR RAZÃO PARA A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. [...]" ([CC 818](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27818%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, SEGUNDA

SEÇÃO, julgado em 13/06/1990, DJ 06/08/1990, p. 7318)

"COMPETÊNCIA. RENOVAÇÃO DE INSTÂNCIA. [...] O INSUCESSO DA PARTE EM INSTÂNCIA DIFERENCIADA NÃO A AUTORIZA A RENOVAR A APRECIAÇÃO DE LIDE QUE TENHA DECISÃO COM TRÂNSITO EM JULGADO. II - PERMANECE INTOCÁVEL A DECISÃO PROFERIDA NA VARA DE ACIDENTES DO TRABALHO, A QUAL DE DEFINE A COMPETÊNCIA. [...]" ([CC 719](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27719%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/04/1990, DJ 21/05/1990, p. 4421)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100109525&dt_publicacao=15/06/1992) | [2114](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100109525&dt_publicacao=15/06/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100109525&dt_publicacao=15/06/1992) | [1991/0010952-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100109525&dt_publicacao=15/06/1992) | [Decisão:21/05/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100109525&dt_publicacao=15/06/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/06/1992 | PG:09217 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00517 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100043532&dt_publicacao=24/06/1991) | [1878](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100043532&dt_publicacao=24/06/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100043532&dt_publicacao=24/06/1991) | [1991/0004353-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100043532&dt_publicacao=24/06/1991) | [Decisão:06/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100043532&dt_publicacao=24/06/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/06/1991 | PG:08614 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00509 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000138396&dt_publicacao=27/05/1991) | [1624](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000138396&dt_publicacao=27/05/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000138396&dt_publicacao=27/05/1991) | [1990/0013839-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000138396&dt_publicacao=27/05/1991) | [Decisão:02/05/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000138396&dt_publicacao=27/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/05/1991 | PG:06937 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00504 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100054240&dt_publicacao=20/05/1991) | [1925](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100054240&dt_publicacao=20/05/1991) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100054240&dt_publicacao=20/05/1991) | [1991/0005424-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100054240&dt_publicacao=20/05/1991) | [Decisão:30/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100054240&dt_publicacao=20/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/05/1991 | PG:06503 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00514 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000063620&dt_publicacao=05/11/1990) | [1327](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000063620&dt_publicacao=05/11/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000063620&dt_publicacao=05/11/1990) | [1990/0006362-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000063620&dt_publicacao=05/11/1990) | [Decisão:25/09/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000063620&dt_publicacao=05/11/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/11/1990 | PG:12414 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00092 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00501 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900121308&dt_publicacao=06/08/1990) | [818](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900121308&dt_publicacao=06/08/1990) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900121308&dt_publicacao=06/08/1990) | [1989/0012130-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900121308&dt_publicacao=06/08/1990) | [Decisão:13/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900121308&dt_publicacao=06/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/08/1990 | PG:07318 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00498 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900109863&dt_publicacao=21/05/1990) | [719](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900109863&dt_publicacao=21/05/1990) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900109863&dt_publicacao=21/05/1990) | [1989/0010986-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900109863&dt_publicacao=21/05/1990) | [Decisão:24/04/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900109863&dt_publicacao=21/05/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/05/1990 | PG:04421 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00133 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00493 |

# SÚMULA 60

DIREITO EMPRESARIAL - TÍTULOS DE CRÉDITO

## Enunciado:

É nula a obrigação cambial assumida por procurador do mutuário vinculado ao mutuante, no exclusivo interesse deste.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:00115

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

14/10/1992

## Fonte:

DJ DATA:20/10/1992 PG:18382 RSTJ VOL.:00044 PG:00017

RT VOL.:00688 PG:00172

## Excerto dos Precedentes Originários:

"MANDATO - NOTA PROMISSÓRIA. CARECE DE VALIDADE A NOTA PROMISSÓRIA EMITIDA MEDIANTE PROCURAÇÃO OUTORGADA PELO DEVEDOR, AO CONTRAIR O EMPRÉSTIMO, A INTEGRANTE DO MESMO GRUPO ECONÔMICO A QUE PERTENCE O CREDOR." ([REsp 13996](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713996%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/11/1991, DJ 09/12/1991, p. 18029)

"[...] PROCURAÇÃO OUTORGADA A EMPRESA DO MESMO GRUPO FINANCEIRO DO MUTUANTE. INVALIDADE. [...] INVALIDA SE APRESENTA A CLÁUSULA NA QUAL O MUTUÁRIO OUTORGA PROCURAÇÃO A EMPRESA DO MESMO GRUPO FINANCEIRO DO CREDOR PARA ASSUMIR RESPONSABILIDADES, DE EXTENSÃO NÃO ESPECIFICADA, EM TÍTULOS CAMBIAIS, FIGURANDO COMO FAVORECIDO O MUTUANTE." ([REsp 1552](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271552%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 09/04/1991, DJ 05/08/1991, p. 10003)

"EXECUÇÃO POR NOTA PROMISSÓRIA. EMBARGOS DO EMITENTE E AVALISTAS, ALEGADA A INVALIDADE DA CLÁUSULA DE MANDATO OUTORGADA EM CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO, ART. 115 DO CÓDIGO CIVIL. A NOTA PROMISSÓRIA PODE, EM TESE, SER EMITIDA POR MANDATÁRIO COM PODERES ESPECIAIS. TODAVIA, POR VULNERAÇÃO AO ART. 115 DO CÓDIGO CIVIL, É NULA A CAMBIAL EMITIDA COM BASE EM MANDATO, DE EXTENSÃO NÃO ESPECIFICADA, OUTORGADO PELO DEVEDOR EM FAVOR DE EMPRESA INTEGRANTE DO MESMO GRUPO FINANCEIRO A QUE PERTENCE A INSTITUIÇÃO CREDORA. CONFLITO EFETIVO DE INTERESSES ENTRE REPRESENTANTE E REPRESENTADO. TEMA DO ''CONTRATO CONSIGO

MESMO''. [...]" ([REsp 1957](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271957%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MT, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, Rel. p/ Acórdão Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 09/04/1991, DJ 10/06/1991, p. 7851)

"ARRENDAMENTO MERCANTIL. LEASING DE VEÍCULO AUTOMOTOR. FABRICADO NO BRASIL. CLÁUSULA CONTRATUAL CONFERINDO AO CREDOR MANDATO PARA EMISSÃO DE TÍTULO CAMBIAL CONTRA O PRÓPRIO DEVEDOR-MANDANTE. [...] INVALIDADE DE CLÁUSULA, EM CONTRATO DE ADESÃO, OUTORGANDO AMPLO MANDATO AO CREDOR, OU A EMPRESA DO MESMO GRUPO FINANCEIRO, PARA EMITIR TÍTULO CAMBIÁRIO CONTRA O PRÓPRIO DEVEDOR E MANDANTE. OFENSA AO ARTIGO 115 DO CÓDIGO CIVIL. [...]" ([REsp 1641](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271641%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/1990, DJ 22/04/1991, p. 4789)

"[...] CONTRATO CONSIGO MESMO. A OUTORGA DE MANDATO, PELO MUTUÁRIO, A PESSOA JURÍDICA INTEGRANTE DO GRUPO DO MUTUANTE, EM REGRA, NÃO TEM VALIDADE FACE AO MANIFESTO CONFLITO DE INTERESSES, A SUJEIÇÃO DO ATO AO ARBÍTRIO DE UMA DAS PARTES E A AFETAÇÃO DA VONTADE." ([REsp 6263](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276263%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, Rel. p/

Acórdão Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/1990, DJ 25/02/1991, p. 1470)

"[...] CONTRATO DE MÚTUO, SUBSCRITO POR AVALISTAS. [...] 2. NOTA PROMISSÓRIA EMITIDA E AVALIZADA SOB PROCURAÇÃO, POR EMPRESA DO MESMO GRUPO DA EXEQUENTE. IMPOSSIBILIDADE, CONFORME PRECEDENTE DO STJ. [...]" ([REsp 5192](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275192%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/10/1990, DJ 10/12/1990, p. 14806)

## Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175552&dt_publicacao=09/12/1991) | [13996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175552&dt_publicacao=09/12/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175552&dt_publicacao=09/12/1991) | [1991/0017555-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175552&dt_publicacao=09/12/1991) | [Decisão:12/11/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175552&dt_publicacao=09/12/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/12/1991 | PG:18029 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00076 |
| **RT** |  |  | VOL.:00693 | PG:00260 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900122703&dt_publicacao=05/08/1991) | [1552](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900122703&dt_publicacao=05/08/1991) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900122703&dt_publicacao=05/08/1991) | [1989/0012270-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900122703&dt_publicacao=05/08/1991) | [Decisão:09/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900122703&dt_publicacao=05/08/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/08/1991 | PG:10003 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00019 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000003385&dt_publicacao=10/06/1991) | [1957](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000003385&dt_publicacao=10/06/1991) | [MT](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000003385&dt_publicacao=10/06/1991) | [1990/0000338-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000003385&dt_publicacao=10/06/1991) | [Decisão:09/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000003385&dt_publicacao=10/06/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/06/1991 | PG:07851 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00029 | PG:00080 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00044 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900125230&dt_publicacao=22/04/1991) | [1641](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900125230&dt_publicacao=22/04/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900125230&dt_publicacao=22/04/1991) | [1989/0012523-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900125230&dt_publicacao=22/04/1991) | [Decisão:18/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900125230&dt_publicacao=22/04/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/04/1991 | PG:04789 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00200 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00031 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000120373&dt_publicacao=25/02/1991) | [6263](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000120373&dt_publicacao=25/02/1991) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000120373&dt_publicacao=25/02/1991) | [1990/0012037-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000120373&dt_publicacao=25/02/1991) | [Decisão:10/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000120373&dt_publicacao=25/02/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/02/1991 | PG:01470 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00066 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000094046&dt_publicacao=10/12/1990) | [5192](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000094046&dt_publicacao=10/12/1990) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000094046&dt_publicacao=10/12/1990) | [1990/0009404-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000094046&dt_publicacao=10/12/1990) | [Decisão:23/10/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000094046&dt_publicacao=10/12/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/12/1990 | PG:14806 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00061 |

SÚMULA 61 (SÚMULA CANCELADA)

# DIREITO CIVIL - CONTRATO DE SEGURO

## Enunciado:

O seguro de vida cobre o suicídio não premeditado.

A Segunda Seção, na sessão de 25 de abril de 2018, ao apreciar o Projeto de Súmula n. 1.154, determinou o CANCELAMENTO da Súmula n. 61-STJ.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:01440

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

14/10/1992

## Fonte:

DJ DATA:20/10/1992 PG:18382 RSTJ VOL.:00250 PG:01003 RSTJ VOL.:00044 PG:00081

RT VOL.:00688 PG:00172

## Excerto dos Precedentes Originários:

"SEGURO. ACIDENTES PESSOAIS. SUICÍDIO INVOLUNTÁRIO. O SUICÍDIO DESINTENCIONAL ESTÁ ABRANGIDO PELO SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS. [...]" ([REsp 16560](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716560%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 12/05/1992, DJ 22/06/1992, p. 9765)

"SEGURO - ACIDENTES PESSOAIS. O SUICÍDIO NÃO PREMEDITADO É DE CONSIDERAR-SE ABRANGIDO PELO CONCEITO DE ACIDENTE PARA FINS DE SEGURO. INVALIDADE DA CLÁUSULA EXCLUDENTE DESSE RISCO." ([REsp 6729](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276729%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA,

julgado em 30/04/1991, DJ 03/06/1991, p. 7424)

"[...] SEGURO. SUICÍDIO INVOLUNTÁRIO. É INOPERANTE A CLÁUSULA QUE, NOS SEGUROS DE ACIDENTES PESSOAIS, EXCLUI A RESPONSABILIDADE DE SEGURADORA EM CASOS DE SUICÍDIO INVOLUNTÁRIO. À SEGURADORA, AINDA, COMPETE A PROVA DE QUE O SEGURADO SE SUICIDOU PREMEDITADAMENTE, COM A CONSCIÊNCIA DE SEU ATO. [...]" ([REsp 194](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27194%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/1989, DJ 02/10/1989, p. 15350)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100236969&dt_publicacao=22/06/1992) | [16560](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100236969&dt_publicacao=22/06/1992) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100236969&dt_publicacao=22/06/1992) | [1991/0023696-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100236969&dt_publicacao=22/06/1992) | [Decisão:12/05/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100236969&dt_publicacao=22/06/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/06/1992 | PG:09765 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00174 | PG:00131 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00037 | PG:00198 |
| **RCJ** |  |  | VOL.:00050 | PG:00088 |
| **REVJUR** |  |  | VOL.:00182 | PG:00057 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00039 | PG:00523 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00093 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **RT** |  |  | VOL.:00687 | PG:00198 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000130891&dt_publicacao=03/06/1991) | [6729](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000130891&dt_publicacao=03/06/1991) | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000130891&dt_publicacao=03/06/1991) | [1990/0013089-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000130891&dt_publicacao=03/06/1991) | [Decisão:30/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000130891&dt_publicacao=03/06/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/06/1991 | PG:07424 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00091 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900084275&dt_publicacao=02/10/1989) | [194](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900084275&dt_publicacao=02/10/1989) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900084275&dt_publicacao=02/10/1989) | [1989/0008427-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900084275&dt_publicacao=02/10/1989) | [Decisão:29/08/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900084275&dt_publicacao=02/10/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/10/1989 | PG:15350 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00153 | PG:00215 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00004 | PG:01495 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00083 |

# SÚMULA 62

DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Estadual processar e julgar o crime de falsa anotação na carteira de trabalho e previdência social, atribuído a empresa privada.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00109 INC:00004

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

19/11/1992

## Fonte:

DJ DATA:26/11/1992 PG:22212

RLTR VOL.:00001 JANEIRO/1993 PG:00064 RSTJ VOL.:00044 PG:00099

RT VOL.:00689 PG:00400

## Excerto dos Precedentes Originários:

"COMPETÊNCIA. CARTEIRA DE TRABALHO. ANOTAÇÕES FALSAS. [...] INSERIR ANOTAÇÕES FALSAS EM CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL CONSTITUI OFENSA A BEM JURÍDICO CIRCUNSCRITO À ESFERA DO DIREITO PRIVADO, NÃO CONFIGURANDO CRIME DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. [...]" ([CC 3228](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273228%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 03/09/1992, DJ 21/09/1992, p. 15652)

"PROCESSUAL PENAL. CARTEIRA PROFISSIONAL. FALSAS ANOTAÇÕES. - COMPETÊNCIA CRIMINAL. SEGUNDO A REITERADA JURISPRUDÊNCIA DESTE EG. TRIBUNAL, CABE À JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR OS CRIMES DE TAL NATUREZA." ([CC 3341](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273341%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PI, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 20/08/1992, DJ 31/08/1992, p. 13630)

"COMPETÊNCIA. FALSIDADE IDEOLÓGICA. CARTEIRA DE TRABALHO. ANOTAÇÕES FALSAS QUANTO AO CONTRATO DE TRABALHO. - AUSENTE AFETAÇÃO DE PATRIMÔNIO, INTERESSE OU SERVIÇO DA UNIÃO FEDERAL, COMPETE O PROCESSAMENTO E JULGAMENTO À JUSTIÇA ESTADUAL. [...]" ([CC 1522](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271522%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 20/11/1990, DJ 03/12/1990, p. 14303)

"PROCESSO PENAL - CARTEIRA PROFISSIONAL - FALSAS ANOTAÇÕES DE CONTRATO DE TRABALHO - COMPETÊNCIA. - FALSAS ANOTAÇÕES DE CONTRATO DE TRABALHO NA C.T.P.S. NÃO CONFIGURA CRIME DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. [...]" ([CC 1092](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271092%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 03/05/1990, DJ 28/05/1990, p. 4724)

## Precedentes:

[CC 3228 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200164161&dt_publicacao=21/09/1992) [1992/0016416-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200164161&dt_publicacao=21/09/1992) [Decisão:03/09/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200164161&dt_publicacao=21/09/1992)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DJ** |  |  | DATA:21/09/1992 | PG:15652 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00107 |
| **RT** |  |  | VOL.:00691 | PG:00374 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200192033&dt_publicacao=31/08/1992) | [3341](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200192033&dt_publicacao=31/08/1992) | [PI](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200192033&dt_publicacao=31/08/1992) | [1992/0019203-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200192033&dt_publicacao=31/08/1992) | [Decisão:20/08/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200192033&dt_publicacao=31/08/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:31/08/1992 | PG:13630 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00110 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000112265&dt_publicacao=03/12/1990) | [1522](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000112265&dt_publicacao=03/12/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000112265&dt_publicacao=03/12/1990) | [1990/0011226-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000112265&dt_publicacao=03/12/1990) | [Decisão:20/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000112265&dt_publicacao=03/12/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/12/1990 | PG:14303 |
| **JTS** |  |  | VOL.:00020 | PG:00123 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00104 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000025150&dt_publicacao=28/05/1990) | [1092](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000025150&dt_publicacao=28/05/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000025150&dt_publicacao=28/05/1990) | [1990/0002515-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000025150&dt_publicacao=28/05/1990) | [Decisão:03/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000025150&dt_publicacao=28/05/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/05/1990 | PG:04724 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00101 |

# SÚMULA 63

DIREITO CIVIL - DIREITO AUTORAL

## Enunciado:

São devidos direitos autorais pela retransmissão radiofônica de músicas em estabelecimentos comerciais.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:005988 ANO:1973 ART:00030 INC:00004 ART:00073

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

25/11/1992

## Fonte:

DJ DATA:01/12/1992 PG:22728 RDDT VOL.:00058 PG:00187 RSTJ VOL.:00044 PG:00113

RT VOL.:00689 PG:00238

## Excerto dos Precedentes Originários:

"DIREITOS AUTORAIS. MÚSICA AMBIENTE EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL. RETRANSMISSÃO. PAGAMENTO DEVIDO. ORIENTAÇÃO FIRMADA. [...] ENTENDE A SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO, POR MAIORIA, QUE A UTILIZAÇÃO DE MÚSICA EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL, MESMO QUANDO EM RETRANSMISSÃO RADIOFÔNICA, ESTÁ SUJEITA AO PAGAMENTO DE DIREITOS AUTORAIS, POR CARACTERIZADO O LUCRO INDIRETO, ATRAVÉS DA CAPTAÇÃO DE CLIENTELA." ([REsp 11718](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711718%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 28/04/1992, DJ 01/06/1992, p. 8051)

"[...] DIREITOS AUTORAIS. MÚSICA AMBIENTE. RETRANSMISSÃO RADIOFÔNICA. A RETRANSMISSÃO DE MÚSICA, PARA A SONORIZAÇÃO DE AMBIENTE, EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL, PELA EVIDÊNCIA DE LUCRO, ESTÁ SUJEITA A AUTORIZAÇÃO, ESTANDO A APROVAÇÃO DA TRANSMISSÃO CONDICIONADA A PROVA DO PAGAMENTO DO VALOR CORRESPONDENTE AOS DIREITOS AUTORAIS." ([REsp 16131](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716131%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/02/1992, DJ 05/10/1992, p. 17097)

"DIREITOS AUTORAIS. MÚSICA AMBIENTE EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL. RETRANSMISSÃO. PAGAMENTO DEVIDO. ORIENTAÇÃO FIRMADA. [...] ENTENDE A SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO, POR MAIORIA, QUE A UTILIZAÇÃO DE MÚSICA EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL, MESMO QUANDO EM RETRANSMISSÃO RADIOFÔNICA, ESTÁ SUJEITA AO PAGAMENTO DE DIREITOS AUTORAIS, POR CARACTERIZADO O LUCRO INDIRETO, ATRAVÉS DA CAPTAÇÃO DE CLIENTELA." ([EREsp 983](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27983%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/06/1990, DJ 03/09/1990, p. 8824)

## Precedentes:

[REsp 11718 PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100114928&dt_publicacao=01/06/1992) [1991/0011492-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100114928&dt_publicacao=01/06/1992) [Decisão:28/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100114928&dt_publicacao=01/06/1992)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DJ** |  |  | DATA:01/06/1992 | PG:08051 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00127 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100220396&dt_publicacao=05/10/1992) | [16131](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100220396&dt_publicacao=05/10/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100220396&dt_publicacao=05/10/1992) | [1991/0022039-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100220396&dt_publicacao=05/10/1992) | [Decisão:04/02/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100220396&dt_publicacao=05/10/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/10/1992 | PG:17097 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00132 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000033217&dt_publicacao=03/09/1990) | [983](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000033217&dt_publicacao=03/09/1990) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000033217&dt_publicacao=03/09/1990) | [1990/0003321-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000033217&dt_publicacao=03/09/1990) | [Decisão:27/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000033217&dt_publicacao=03/09/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/09/1990 | PG:08824 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00030 | PG:00072 |
| **RDJTJDFT** |  |  | VOL.:00033 | PG:00062 |
| **RJM** |  |  | VOL.:00103 | PG:00081 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00231 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00115 |

# SÚMULA 64

DIREITO PROCESSUAL PENAL - CONSTRANGIMENTO ILEGAL

## Enunciado:

Não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa.

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

03/12/1992

## Fonte:

DJ DATA:09/12/1992 PG:23482 RSTJ VOL.:00044 PG:00137

RT VOL.:00690 PG:00368

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] INSTRUÇÃO CRIMINAL. PRAZO. [...] O EXCESSO DE PRAZO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL DEVE- SE UNICAMENTE AS SUCESSIVAS INTERVENÇÕES POR PARTE DA DEFESA, ACARRETANDO, CONTINUAMENTE, NOVAS PROVIDÊNCIAS DO JUÍZO PARA ATENDER AO JUSTO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA. [...]" ([HC 1295](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271295%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, SEXTA TURMA, julgado em 22/09/1992, DJ 16/11/1992, p. 21163)

"PRISÃO. EXCESSO DE PRAZO. PRECATÓRIA PARA OUVIDA DE TESTEMUNHAS DE DEFESA. HIPÓTESE EM QUE O RETARDAMENTO NÃO CONSTITUI CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DO STF (RHC 55.785, 63.168 E 66.174) E DO STJ (HC 1.098 E RHC 899). [...]" ([RHC 1928](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271928%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, QUINTA TURMA, julgado em 04/05/1992, DJ 18/05/1992, p. 6987)

"[...] PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. SE O ATRASO VERIFICADO NA FORMAÇÃO DA CULPA FOI PROVOCADO PELA ATUAÇÃO DA DEFESA, NÃO HÁ FALAR EM CONSTRANGIMENTO ILEGAL. [...]" ([RHC 1315](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271315%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PA, Rel. MIN. COSTA LEITE, SEXTA TURMA, julgado em 06/08/1991, DJ 02/09/1991, p. 11821)

"[...] PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO. EXCESSO DE PRAZO. - CAUSA. HABEAS CORPUS ACERTADAMENTE INDEFERIDO NA ORIGEM, DESDE A VERIFICAÇÃO DO RETARDAMENTO DA INSTRUÇÃO MOTIVADO POR DILIGÊNCIAS INSISTIDAS PELA PRÓPRIA DEFESA." ([HC 665](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27665%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 24/04/1991, DJ 20/05/1991, p. 6538)

"[...] LATROCÍNIO - PRISÃO PREVENTIVA - MANUTENÇÃO - AUTORIA - MATERIALIDADE - MAUS ANTECEDENTES - EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA-CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PROVADA A AUTORIA E A MATERIALIDADE DO DELITO, NÃO SENDO O RÉU PRIMÁRIO E DE BONS ANTECEDENTES, E CONSIDERANDO-SE AINDA A POSSIBILIDADE DE SUA EVASÃO DO DISTRITO DA CULPA, HÁ QUE SER MANTIDA A MEDIDA CAUTELAR PARA GARANTIA DA EXECUÇÃO DA LEI PENAL. OCORRENDO RETARDAMENTO NA TRAMITAÇÃO DO PROCESSO POR ATUAÇÃO DA PRÓPRIA DEFESA, NÃO HÁ CONSTRANGIMENTO ILEGAL. [...]" ([RHC 644](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27644%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 30/05/1990, DJ 25/06/1990, p. 6043)

"[...] EXCESSO DE PRAZO - CONSTRANGIMENTO ILEGAL - LIBERAÇÃO DE CO-AUTORES. - NÃO HÁ QUE SE ALEGAR EXCESSO DE PRAZO COMO CONSTRANGIMENTO ILEGAL, QUANDO A DEMORA NA FORMAÇÃO DA CULPA DEU-SE POR RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DA PRÓPRIA DEFESA. ADEMAIS, ESTANDO O FEITO EM FASE DE ALEGAÇÕES FINAIS, SUPERADO RESTOU QUALQUER EXCESSO OCORRIDO. [...]" ([RHC 391](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27391%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA

TURMA, julgado em 06/12/1989, DJ 05/02/1990, p. 459)

"[...] PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E POR CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL CONTRA RÉU ACUSADO DE HAVER TORTURADO E MATADO A PRÓPRIA MULHER. [...] EXCESSO DE PRAZO JUSTIFICADO PELA DEMORA NA OUVIDA, POR PRECATÓRIA DIRIGIDA A OUTRO ESTADO, DE TESTEMUNHAS ARROLADAS PELA DEFESA. [...]" ([RHC 315](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27315%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SE, Rel. Ministro CARLOS THIBAU, SEXTA TURMA, julgado em 17/10/1989, DJ 06/11/1989, p. 16695)

"PENAL. INSTRUÇÃO PROCESSUAL. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. DEMONSTRADO QUE O RETARDAMENTO NA CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL DECORREU POR CULPA DA PRÓPRIA DEFESA DO RÉU, DESCABE ACOLHER O ALEGADO VÍCIO DE EXCESSO DE PRAZO. [...]" ([RHC 291](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27291%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, SEXTA TURMA, julgado em 10/10/1989, DJ 30/10/1989, p. 16514)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200117392&dt_publicacao=16/11/1992) | [1295](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200117392&dt_publicacao=16/11/1992) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200117392&dt_publicacao=16/11/1992) | [1992/0011739-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200117392&dt_publicacao=16/11/1992) | [Decisão:22/09/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200117392&dt_publicacao=16/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/11/1992 | PG:21163 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00156 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200081932&dt_publicacao=18/05/1992) | [1928](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200081932&dt_publicacao=18/05/1992) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200081932&dt_publicacao=18/05/1992) | [1992/0008193-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200081932&dt_publicacao=18/05/1992) | [Decisão:04/05/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200081932&dt_publicacao=18/05/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/05/1992 | PG:06987 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00163 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100126390&dt_publicacao=02/09/1991) | [1315](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100126390&dt_publicacao=02/09/1991) | [PA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100126390&dt_publicacao=02/09/1991) | [1991/0012639-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100126390&dt_publicacao=02/09/1991) | [Decisão:06/08/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100126390&dt_publicacao=02/09/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/09/1991 | PG:11821 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00160 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100040347&dt_publicacao=20/05/1991) | [665](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100040347&dt_publicacao=20/05/1991) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100040347&dt_publicacao=20/05/1991) | [1991/0004034-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100040347&dt_publicacao=20/05/1991) | [Decisão:24/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100040347&dt_publicacao=20/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/05/1991 | PG:06538 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00151 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000042780&dt_publicacao=25/06/1990) | [644](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000042780&dt_publicacao=25/06/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000042780&dt_publicacao=25/06/1990) | [1990/0004278-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000042780&dt_publicacao=25/06/1990) | [Decisão:30/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000042780&dt_publicacao=25/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/06/1990 | PG:06043 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00148 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900126059&dt_publicacao=05/02/1990) | [391](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900126059&dt_publicacao=05/02/1990) | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900126059&dt_publicacao=05/02/1990) | [1989/0012605-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900126059&dt_publicacao=05/02/1990) | [Decisão:06/12/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900126059&dt_publicacao=05/02/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/02/1990 | PG:00459 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00144 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900108840&dt_publicacao=06/11/1989) | [315](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900108840&dt_publicacao=06/11/1989) | [SE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900108840&dt_publicacao=06/11/1989) | [1989/0010884-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900108840&dt_publicacao=06/11/1989) | [Decisão:17/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900108840&dt_publicacao=06/11/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/11/1989 | PG:16695 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00142 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900106074&dt_publicacao=30/10/1989) | [291](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900106074&dt_publicacao=30/10/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900106074&dt_publicacao=30/10/1989) | [1989/0010607-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900106074&dt_publicacao=30/10/1989) | [Decisão:10/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900106074&dt_publicacao=30/10/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/10/1989 | PG:16514 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00139 |

# SÚMULA 65

DIREITO TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

## Enunciado:

O cancelamento, previsto no art. 29 do Decreto-lei 2.303, de 21.11.86, não alcança os débitos previdenciários.

Referências Legislativas: LEG:FED DEL:002303 ANO:1986 ART:00029

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

15/12/1992

## Fonte:

DJ DATA:04/02/1993 PG:00774 RSTJ VOL.:00044 PG:00167

RT VOL.:00696 PG:00211

## Excerto dos Precedentes Originários:

"DÉBITO PREVIDENCIÁRIO - CANCELAMENTO - DECRETO-LEI N. 2.303/86. O DECRETO-LEI 2.303/86 CANCELOU APENAS OS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA NACIONAL E NÃO OS DAS AUTARQUIAS FEDERAIS. QUANDO O LEGISLADOR PRETENDEU CANCELAR OS DÉBITOS DAS AUTARQUIAS E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL O FEZ EXPRESSAMENTE, POR NORMAS LEGAIS A ELA DESTINADAS, COMO, POR EXEMPLO NOS DECRETOS-LEIS N. 1.889, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1981, 1.699, DE 16 DE OUTUBRO DE 1.979 E 1.694, DE 06 DE SETEMBRO DE 1 979." ([REsp 11444](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711444%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/06/1992, DJ 03/08/1992, p. 11248)

"PREVIDÊNCIA SOCIAL. DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS. CANCELAMENTO. INAPLICAÇÃO DO ART. 29 DO DECRETO-LEI N. 2.303/86. [...] O ART. 29 DO DECRETO-LEI N. 2.303, DE 21.11.86, CANCELOU APENAS OS DÉBITOS PARA COM A UNIÃO, NÃO ABRANGENDO AQUELES RELATIVOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL. [...]" ([REsp 16442](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716442%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. ANTONIO DE PADUA RIBEIRO, SEGUNDA

TURMA, julgado em 29/04/1992, DJ 25/05/1992, p. 7370)

"EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, DO DECRETO-LEI N. 2.303/86. [...] O ART. 29, DO DEC.-LEI N. 2.303/86 NÃO ABRANGE OS DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS. [...]" ([REsp 15141](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2715141%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/12/1991, DJ 24/02/1992, p. 1862)

"TRIBUTÁRIO. ANISTIA DO ARTIGO 29, DO DECRETO-LEI 2.303/86. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INAPLICABILIDADE. [...] O ARTIGO 29, DO DECRETO-LEI N. 2.303, DE 21.11.86, CANCELOU APENAS OS DÉBITOS PARA COM A UNIÃO FEDERAL, NÃO ABRANGENDO AQUELES PARA COM AS AUTARQUIAS. [...]" ([REsp 11424](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711424%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/08/1991, DJ 09/09/1991, p. 12186)

"TRIBUTÁRIO. ANISTIA DO ART. 29, DO DECRETO-LEI N. 2.303/86. NÃO ABRANGÊNCIA DOS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS. EXTINÇÃO DE PROCESSO DE EXECUÇÃO, EM FACE DA PARALISAÇÃO DE SEU CURSO. O TEXTO DO DISPOSITIVO LEGAL ACIMA NÃO COMPORTA OUTRA INTERPRETAÇÃO, RELATIVAMENTE AOS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS, SENÃO A INDICADA. A EXECUÇÃO FISCAL NÃO SE EXTINGUE PELA PARALISAÇÃO, FACE AO DISPOSTO NO ART. 40 E PARÁGRAFOS, DA LEI N. 6.830/80. [...]" ([REsp 9931](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279931%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ILMAR GALVAO, SEGUNDA

TURMA, julgado em 12/06/1991, DJ 01/07/1991, p. 9186)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100106453&dt_publicacao=03/08/1992) | [11444](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100106453&dt_publicacao=03/08/1992) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100106453&dt_publicacao=03/08/1992) | [1991/0010645-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100106453&dt_publicacao=03/08/1992) | [Decisão:10/06/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100106453&dt_publicacao=03/08/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/08/1992 | PG:11248 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00175 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100233420&dt_publicacao=25/05/1992) | [16442](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100233420&dt_publicacao=25/05/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100233420&dt_publicacao=25/05/1992) | [1991/0023342-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100233420&dt_publicacao=25/05/1992) | [Decisão:29/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100233420&dt_publicacao=25/05/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/05/1992 | PG:07370 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00040 | PG:00468 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00180 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100200530&dt_publicacao=24/02/1992) | [15141](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100200530&dt_publicacao=24/02/1992) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100200530&dt_publicacao=24/02/1992) | [1991/0020053-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100200530&dt_publicacao=24/02/1992) | [Decisão:16/12/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100200530&dt_publicacao=24/02/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/02/1992 | PG:01862 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00177 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100106194&dt_publicacao=09/09/1991) | [11424](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100106194&dt_publicacao=09/09/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100106194&dt_publicacao=09/09/1991) | [1991/0010619-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100106194&dt_publicacao=09/09/1991) | [Decisão:19/08/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100106194&dt_publicacao=09/09/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/09/1991 | PG:12186 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00172 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067113&dt_publicacao=01/07/1991) | [9931](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067113&dt_publicacao=01/07/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067113&dt_publicacao=01/07/1991) | [1991/0006711-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067113&dt_publicacao=01/07/1991) | [Decisão:12/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067113&dt_publicacao=01/07/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/07/1991 | PG:09186 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00169 |

# SÚMULA 66

DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Federal processar e julgar execução fiscal promovida por Conselho de Fiscalização Profissional.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00109 INC:00001

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

15/12/1992

## Fonte:

DJ DATA:04/02/1993 PG:00774 RSTJ VOL.:00044 PG:00185

RT VOL.:00696 PG:00211

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHOS PROFISSIONAIS. A LEI CONCEITUA O CONSELHO FEDERAL E OS REGIONAIS DOS CORRETORES DE IMÓVEIS NA QUALIDADE DE AUTARQUIAS, PORTANTO, SUAS EXECUÇÕES FISCAIS SÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. [...]" ([CC 2516](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272516%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/03/1992, DJ 11/05/1992, p. 6400)

"COMPETÊNCIA, EXECUÇÃO FISCAL MOVIDA POR CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS. [...] OS CONSELHOS REGIONAIS DE CORRETORES DE IMÓVEIS CONSTITUEM AUTARQUIAS FEDERAIS, SEGUNDO DISPÕE EXPRESSAMENTE O ART. 5 DA LEI N. 6.530, DE 12/5/78. POR ISSO, COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR AS EXECUÇÕES FISCAIS POR ELES PROMOVIDOS CONTRA PARTICULARES (CONSTITUIÇÃO, ART. 109, I). [...]" ([CC 2419](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272419%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/03/1992, DJ 30/03/1992, p. 3958)

"[...] CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CONSELHOS REGIONAIS. OS CONSELHOS REGIONAIS DAS DIVERSAS PROFISSÕES TEM NATUREZA JURÍDICA DE AUTARQUIAS FEDERAIS, A CUMPRIR O ARTIGO 21, XXIV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, SEGUNDO O QUAL CABE A UNIÃO 'ORGANIZAR, MANTER E EXECUTAR A INSPEÇÃO DO TRABALHO'. QUANDO TAIS ENTES FOREM AUTORES, RÉUS, ASSISTENTES OU OPONENTES, EXCETO NAS CAUSAS FALIMENTARES, ACIDENTÁRIAS, ELEITORAIS E TRABALHISTAS, A COMPETÊNCIA É DA JUSTIÇA FEDERAL (CONSTITUIÇÃO, ARTIGO 109, I). [...]" ([CC 2378](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272378%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA SEÇÃO,

julgado em 06/12/1991, DJ 09/03/1992, p. 2529)

## Precedentes:

[CC 2516 MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100228591&dt_publicacao=11/05/1992) [1991/0022859-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100228591&dt_publicacao=11/05/1992) [Decisão:24/03/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100228591&dt_publicacao=11/05/1992)

**DJ** DATA:11/05/1992 PG:06400

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00193 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204978&dt_publicacao=30/03/1992) | [2419](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204978&dt_publicacao=30/03/1992) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204978&dt_publicacao=30/03/1992) | [1991/0020497-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204978&dt_publicacao=30/03/1992) | [Decisão:10/03/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204978&dt_publicacao=30/03/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/03/1992 | PG:03958 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00190 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100196142&dt_publicacao=09/03/1992) | [2378](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100196142&dt_publicacao=09/03/1992) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100196142&dt_publicacao=09/03/1992) | [1991/0019614-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100196142&dt_publicacao=09/03/1992) | [Decisão:06/12/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100196142&dt_publicacao=09/03/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/03/1992 | PG:02529 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00187 |
| **RT** |  |  | VOL.:00686 | PG:00189 |

# SÚMULA 67

DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO

## Enunciado:

Na desapropriação, cabe a atualização monetária, ainda que por mais de uma vez, independente do decurso de prazo superior a um ano entre o cálculo e o efetivo pagamento da indenização.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:006899 ANO:1981

LEG:FED DEL:003365 ANO:1941

\*\*\*\*\* LD-41 LEI DE DESAPROPRIAÇÃO ART:00026 PAR:00002

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

15/12/1992

## Fonte:

DJ DATA:04/02/1993 PG:00774 RSTJ VOL.:00044 PG:00197

RT VOL.:00696 PG:00211

## Excerto dos Precedentes Originários:

"DESAPROPRIAÇÃO - INDENIZAÇÃO - CORREÇÃO MONETÁRIA. A LEI N. 6.899/81 DERROGOU A EXPRESSÃO 'DECORRIDO PRAZO SUPERIOR A UM ANO', CONTIDA NO PARÁGRAFO 2. DO ART. 26 DO DEC-LEI N. 3.365/41. DE ACORDO COM A LEI EM VIGOR, A CORREÇÃO MONETÁRIA DE RESSARCIMENTO POR DESAPROPRIAÇÃO É OBRIGATÓRIA, DESDE A AVALIAÇÃO ATÉ O EFETIVO PAGAMENTO." ([REsp 16894](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716894%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 15/06/1992, DJ 24/08/1992, p. 12984)

"DESAPROPRIAÇÃO. INDENIZAÇÃO VIA PRECATÓRIO. ATUALIZAÇÕES SUCESSIVAS. TANTO ESTA CORTE COMO O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL FIRMARAM O ENTENDIMENTO DE QUE, 'EM DESAPROPRIAÇÃO, É DEVIDA CORREÇÃO MONETÁRIA ATÉ A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO, DEVENDO PROCEDER-SE A ATUALIZAÇÃO DO CÁLCULO, AINDA QUE POR MAIS DE UMA VEZ' (SÚMULA N. 561 DO PRETÓRIO EXCELSO). [...]" ([REsp 17006](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2717006%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/05/1992, DJ 03/08/1992, p. 11252)

"DESAPROPRIAÇÃO - ATUALIZAÇÃO DO CÁLCULO - CORREÇÃO MONETÁRIA - PRAZO DE UM ANO

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 5., XXIV - DECRETO-LEI N. 3.365, DE 21.06.41. SÚMULA 561 STF [...] EM OBEDIÊNCIA AO PRECEITO CONSTITUCIONAL DA JUSTA INDENIZAÇÃO E DIANTE DA REALIDADE INFLACIONÁRIA DO PAÍS, A ATUALIZAÇÃO DO CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO SE IMPÕE, AINDA QUE DE DENTRO DO PRAZO DE 01 (UM) ANO, NÃO SIGNIFICANDO INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA, MAS SIMPLES ATUALIZAÇÃO DESTA. [...]" ([REsp 12245](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2712245%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/05/1992, DJ 15/06/1992, p. 9242)

"DESAPROPRIAÇÃO. INDENIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO. PRAZO ÂNUO. ART. 26, PAR-2, DO DL. 3365/41. SÚMULA 561-STF. [...] EM HAVENDO DESVALORIZAÇÃO DA MOEDA, ENTRE A ÚLTIMA CORREÇÃO E O PAGAMENTO, INDEPENDENTEMENTE DA DATA, CUMPRE ATUALIZAR A DIFERENÇA, SOB PENA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA JUSTA INDENIZAÇÃO. [...]" ([REsp 16342](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716342%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/05/1992, DJ 01/06/1992, p. 8034)

"DESAPROPRIAÇÃO. ATUALIZAÇÃO DO CÁLCULO DE LIQUIDAÇÃO. ART. 26, PARÁGRAFO 2. DA LEI 3365/41. SÚMULA 561 DO S.T.F. ENQUANTO PERDURAR O CLIMA INFLACIONÁRIO EM QUE VIVEMOS, INTERPRETAR LITERALMENTE O PARÁGRAFO 2. DO ART. 26 DA LEI DE DESAPROPRIAÇÕES, E AFRONTAR O DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL QUE ASSEGURA AO EXPROPRIADO, COMO NA HIPÓTESE DOS AUTOS, A JUSTA INDENIZAÇÃO. SE O FIZERMOS NA FORMA PRECONIZADA NO RECURSO, O ESTADO PASSA A DISPOR DE UM PRAZO ÂNUO PARA PAGAR AS DESAPROPRIAÇÕES SEM A DEVIDA CORREÇÃO, O QUE É INJUSTO DO PONTO DE VISTA JURÍDICO. NÃO HOUVESSE INFLAÇÃO, O DISPOSITIVO SERIA LOUVÁVEL, EM FACE DA BUROCRACIA ORÇAMENTÁRIA. O QUE É PRECISO, PARA SOLUCIONAR O IMPASSE, A MEU SENTIR, É CONSTAR DAS CONTAS DA LIQUIDAÇÃO, ALÉM DO VALOR EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, O EQUIVALENTE AO ÍNDICE INFLACIONÁRIO (ÍNDICE OFICIAL DO GOVERNO), PARA QUE O ESTADO AO LIBERAR O CRÉDITO REQUISITADO, ATUALIZE SEU VALOR E DEPOSITE A DEVIDA INDENIZAÇÃO, QUANDO DAR-SE-Á A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 561 DO S.T.F. [...]" ([REsp 7916](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277916%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 17/04/1991, DJ 27/05/1991, p. 6939)

"[...] DESAPROPRIAÇÃO - JUSTA INDENIZAÇÃO - ATUALIZAÇÃO. O MANDAMENTO CONSTITUCIONAL DE JUSTA INDENIZAÇÃO IMPLICA EM ATUALIZAÇÃO DO VALOR ATÉ O RECEBIMENTO. É LEGÍTIMA A EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO SUPLEMENTAR, INDEPENDENTE DO PRAZO DECORRIDO DESDE A ULTIMA ATUALIZAÇÃO. [...]" ([REsp 5980](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275980%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/11/1990, DJ 04/02/1991, p. 564)

"DESAPROPRIAÇÃO. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO SOBRE PARCELA QUE JÁ CORRESPONDE À CORREÇÃO. A CORREÇÃO MONETARIA NÃO CONSTITUI ACESSÓRIO DO DÉBITO, MAS PARTE INTEGRANTE DESTE. O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR VALOR NOMINAL DEFASADO CORRESPONDE A PAGAMENTO PARCIAL, ESTANDO SUJEITO A COMPLEMENTAÇÃO. EM DESAPROPRIAÇÃO, É DEVIDA A CORREÇÃO MONETÁRIA ATÉ A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO, DEVENDO PROCEDER-SE A ATUALIZAÇÃO DO CÁLCULO, AINDA QUE POR MAIS DE UMA VEZ. (SÚMULA 561 DO STF). [...]" ([REsp 754](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27754%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ILMAR GALVAO, SEGUNDA TURMA,

julgado em 11/10/1989, DJ 30/10/1989, p. 16507)

## Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100243884&dt_publicacao=24/08/1992) | [16894](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100243884&dt_publicacao=24/08/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100243884&dt_publicacao=24/08/1992) | [1991/0024388-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100243884&dt_publicacao=24/08/1992) | [Decisão:15/06/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100243884&dt_publicacao=24/08/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/08/1992 | PG:12984 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00218 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200005748&dt_publicacao=03/08/1992) | [17006](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200005748&dt_publicacao=03/08/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200005748&dt_publicacao=03/08/1992) | [1992/0000574-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200005748&dt_publicacao=03/08/1992) | [Decisão:18/05/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200005748&dt_publicacao=03/08/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/08/1992 | PG:11252 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00222 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132098&dt_publicacao=15/06/1992) | [12245](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132098&dt_publicacao=15/06/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132098&dt_publicacao=15/06/1992) | [1991/0013209-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132098&dt_publicacao=15/06/1992) | [Decisão:13/05/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132098&dt_publicacao=15/06/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/06/1992 | PG:09242 |
| **RDA** |  |  | VOL.:00191 | PG:00179 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00212 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100231657&dt_publicacao=01/06/1992) | [16342](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100231657&dt_publicacao=01/06/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100231657&dt_publicacao=01/06/1992) | [1991/0023165-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100231657&dt_publicacao=01/06/1992) | [Decisão:13/05/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100231657&dt_publicacao=01/06/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/06/1992 | PG:08034 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00214 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100018295&dt_publicacao=27/05/1991) | [7916](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100018295&dt_publicacao=27/05/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100018295&dt_publicacao=27/05/1991) | [1991/0001829-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100018295&dt_publicacao=27/05/1991) | [Decisão:17/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100018295&dt_publicacao=27/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/05/1991 | PG:06939 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00208 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000112958&dt_publicacao=04/02/1991) | [5980](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000112958&dt_publicacao=04/02/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000112958&dt_publicacao=04/02/1991) | [1990/0011295-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000112958&dt_publicacao=04/02/1991) | [Decisão:19/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000112958&dt_publicacao=04/02/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/02/1991 | PG:00564 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00202 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900100700&dt_publicacao=30/10/1989) | [754](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900100700&dt_publicacao=30/10/1989) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900100700&dt_publicacao=30/10/1989) | [1989/0010070-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900100700&dt_publicacao=30/10/1989) | [Decisão:11/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900100700&dt_publicacao=30/10/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/10/1989 | PG:16507 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00199 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00416 |

SÚMULA 68 (SÚMULA CANCELADA)

# DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS

## Enunciado:

A parcela relativa ao ICM inclui-se na base de cálculo do PIS.

A Primeira Seção, na sessão de 27 de março de 2019, ao julgar a Questão de Ordem nos REsps 1.624.297-RS, 1.629.001-SC e 1.638.772-SC, determinou o CANCELAMENTO da Súmula n. 68- STJ.

Referências Legislativas: LEG:FED LCP:000007 ANO:1970 ART:00003 LET:B

LEG:FED DEL:000406 ANO:1968 ART:00002 PAR:00007

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

15/12/1992

## Fonte:

DJ DATA:04/02/1993 PG:00775 RSSTJ VOL.:00005 PG:00011 RSTJ VOL.:00253 PG:00927 RSTJ VOL.:00044 PG:00227

RT VOL.:00696 PG:00211

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ICM - BASE DE CÁLCULO - PIS. É LEGAL A INCLUSÃO DA PARCELA RELATIVA AO ICM NA BASE DE CÁLCULO PARA O PIS. [...]" ([REsp 19455](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2719455%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/06/1992, DJ 17/08/1992, p. 12483)

"PIS. BASE DE CÁLCULO. ICM. [...] 'Inclui-se na base de cálculo do PIS, a parcela relativa ao ICM' (Sum. 258/TFR). [...]" ([REsp 21497](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2721497%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA,

julgado em 10/06/1992, DJ 10/08/1992, p. 11945)

"[...] INCLUSÃO DO ICM NA BASE DE CÁLCULO DO PIS. - Firmado tal entendimento pela Corte, e assim tendo decidido o acordão recorrido, inviável é o processamento do especial. [...]" ([AgRg no](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716577%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [Ag 16577](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716577%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/04/1992, DJ 11/05/1992, p. 6416)

"PIS - BASE DE CÁLCULO - SÚMULA N. 258 TFR. - A PARCELA RELATIVA AO ICM HÁ QUE SER INCLUÍDA NA BASE DE CÁLCULO DO PIS, DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO SUMULADO NO VERBETE 258 DO EXTINTO TFR E CONSAGRADO, SEM DISCREPÂNCIA, NESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. [...]" ([REsp 8601](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278601%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA,

julgado em 06/04/1992, DJ 18/05/1992, p. 6968)

"ICM. BASE DE CÁLCULO. PIS. [...] 'INCLUI-SE NA BASE DE CÁLCULO DO PIS A PARCELA RELATIVA AO ICM' [...]" ([REsp 16841](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716841%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/02/1992, DJ 06/04/1992, p. 4471)

"[...] CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS. INCLUSÃO DO ICM NA SUA BASE DE CÁLCULO. [...] A

jurisprudência das duas Turmas especializadas em Direito Público, desta Corte, firmou-se no sentido de que se inclui o ICM na base de cálculo da contribuição para o PIS. [...]" ([REsp 14471](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714471%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/12/1991, DJ 17/02/1992, p. 1362)

"[...] ICM. PIS. BASE DE CÁLCULO. [...] É LEGAL A INCLUSÃO DA PARCELA RELATIVA AO ICM NA BASE DE CÁLCULO PARA O PIS. [...]" ([REsp 6924](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276924%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PB, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/09/1991, DJ 23/09/1991, p. 13066)

"[...] PIS. PARCELA PREVISTA NO ART. 36, B, DA LEI COMPLEMENTAR N. 7/70. BASE DE CÁLCULO. ICM. O TRIBUTO EM REFERÊNCIA INTEGRA, PARA TODOS OS EFEITOS, O PREÇO FINAL DA MERCADORIA, RAZÃO PELA QUAL NÃO PODE SER EXCLUÍDO DA BASE DE CÁLCULO DO PIS. INTELIGÊNCIA DO DISPOSITIVO LEGAL SOB APRECIAÇÃO. [...]" ([REsp 8541](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278541%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ILMAR GALVAO, SEGUNDA | | | TURMA, | julgado em 22/05/1991, | DJ | 25/11/1991, p. 17047) |
| Precedentes:  [REsp 19455 DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200049575&dt_publicacao=17/08/1992) | | |  | [1992/0004957-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200049575&dt_publicacao=17/08/1992) |  | [Decisão:17/06/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200049575&dt_publicacao=17/08/1992) |
| **DJ** | | |  | DATA:17/08/1992 |  | PG:12483 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00005 |  | PG:00033 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00044 |  | PG:00251 |
| [REsp 21497 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200097588&dt_publicacao=10/08/1992) | | |  | [1992/0009758-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200097588&dt_publicacao=10/08/1992) |  | [Decisão:10/06/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200097588&dt_publicacao=10/08/1992) |
| **DJ** | | |  | DATA:10/08/1992 |  | PG:11945 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00005 |  | PG:00035 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00044 |  | PG:00253 |
| [AgRg no Ag 16577 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100210102&dt_publicacao=11/05/1992) | | |  | [1991/0021010-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100210102&dt_publicacao=11/05/1992) |  | [Decisão:06/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100210102&dt_publicacao=11/05/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/05/1992 | | PG:06416 | |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | | PG:00015 | |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | | PG:00245 | |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100034045&dt_publicacao=18/05/1992) | [8601](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100034045&dt_publicacao=18/05/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100034045&dt_publicacao=18/05/1992) | [1991/0003404-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100034045&dt_publicacao=18/05/1992) | | [Decisão:06/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100034045&dt_publicacao=18/05/1992) | |
| **DJ** |  |  | DATA:18/05/1992 | | PG:06968 | |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | | PG:00025 | |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | | PG:00240 | |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100240745&dt_publicacao=06/04/1992) | [16841](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100240745&dt_publicacao=06/04/1992) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100240745&dt_publicacao=06/04/1992) | [1991/0024074-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100240745&dt_publicacao=06/04/1992) | [Decisão:17/02/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100240745&dt_publicacao=06/04/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/04/1992 | PG:04471 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00030 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00247 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100183571&dt_publicacao=17/02/1992) | [14471](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100183571&dt_publicacao=17/02/1992) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100183571&dt_publicacao=17/02/1992) | [1991/0018357-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100183571&dt_publicacao=17/02/1992) | [Decisão:18/12/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100183571&dt_publicacao=17/02/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/02/1992 | PG:01362 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00028 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00242 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000136130&dt_publicacao=23/09/1991) | [6924](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000136130&dt_publicacao=23/09/1991) | [PB](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000136130&dt_publicacao=23/09/1991) | [1990/0013613-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000136130&dt_publicacao=23/09/1991) | [Decisão:02/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000136130&dt_publicacao=23/09/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/09/1991 | PG:13066 |
| **RDC** |  |  | VOL.:00061 | PG:00198 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00016 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00229 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100031976&dt_publicacao=25/11/1991) | [8541](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100031976&dt_publicacao=25/11/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100031976&dt_publicacao=25/11/1991) | [1991/0003197-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100031976&dt_publicacao=25/11/1991) | [Decisão:22/05/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100031976&dt_publicacao=25/11/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/11/1991 | PG:17047 |
| **REVJUR** |  |  | VOL.:00174 | PG:00055 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00018 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00231 |

# SÚMULA 69

DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO

## Enunciado:

Na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos desde a antecipada imissão na posse e, na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do imóvel.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:003365 ANO:1941

\*\*\*\*\* LD-41 LEI DE DESAPROPRIAÇÃO ART:00015 ART:00026

LEG:FED DEC:022785 ANO:1933 ART:00003

(REVOGADO PELO ART. 2º DA LEI Nº 4414, DE 24/09/64) LEG:FED LEI:004414 ANO:1964

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

15/12/1992

## Fonte:

DJ DATA:04/02/1993 PG:00775 RSSTJ VOL.:00005 PG:00039 RSTJ VOL.:00044 PG:00257

RT VOL.:00696 PG:00211

## Excerto dos Precedentes Originários:

"DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA - JUROS MORATÓRIOS E JUROS COMPENSATÓRIOS [...] Os juros

moratórios incidem sobre o valor total da indenização, abrangente dos compensatórios, penalizando o expropriante pela demora no cumprimento da obrigação. Os juros compensatórios são calculados sobre o valor do imóvel e visam ressarcir o expropriado pela perda da posse do bem. [...]" ([REsp 14339](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714339%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA,

julgado em 01/06/1992, DJ 03/08/1992, p. 11277)

"DESAPROPRIAÇÃO - JUROS COMPENSATÓRIOS - JUROS MORATÓRIOS - CUMULAÇÃO. Os juros

compensatórios de 12% ao ano, na desapropriação direta e indireta (Súmula nº 618 do STF), são devidos desde a antecipada imissão de posse (Súmula nºs 74 do extinto TFR e 164 do STF), como compensação ao expropriado pela perda antecipada da posse de sua propriedade, são acumuláveis com os juros moratórios de 6% ao ano, a partir do trânsito em julgado da sentença final que fixa a indenização e resultam da demora no pagamento. [...]" ([REsp 13075](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713075%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/02/1992, DJ 30/03/1992, p. 3963)

"EXPROPRIATÓRIA INDIRETA. JUROS MORATÓRIOS E JUROS COMPENSATÓRIOS. CRITÉRIO DE CÁLCULO DA PRIMEIRA VERBA. ILEGITIMIDADE DA CAPITALIZAÇÃO. OS JUROS MORATÓRIOS, NAS EXPROPRIATÓRIAS, SÃO CALCULADOS SOBRE O VALOR DA INDENIZAÇÃO, NELE INCLUÍDOS OS JUROS COMPENSATÓRIOS, DESTINADOS QUE SÃO A COMPENSAR A CONTRAPRESTAÇÃO A QUE TEM DIREITO O EXPROPRIADO, PELO TEMPO DE OCUPAÇÃO DO IMÓVEL PELO PODER PÚBLICO, ANTES DO PAGAMENTO DA VERBA INDENIZATÓRIA. OS JUROS COMPENSATÓRIOS, POR SUA VEZ, SÃO COMPUTADOS SOBRE O VALOR DO IMÓVEL, NA FORMA PREVISTA NA SUMULA N. 74, QUE NÃO PREVÊ CAPITALIZAÇÃO. [...]" ([REsp 10123](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710123%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ILMAR GALVAO, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/06/1991, DJ 01/07/1991, p. 9187)

"DESAPROPRIAÇÃO. CUMULATIVIDADE DOS JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS.

POSSIBILIDADE. [...] Consoante a iterativa jurisprudência de nossos Tribunais, os juros compensatórios de 12% ao ano, na desapropriação direta, contam-se a partir da antecipada imissão na posse e, na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do bem e são devidos até o efetivo pagamento do preço. Já os juros moratórios à taxa de 6% ao ano, fluem do trânsito em julgado da sentença. II - Possibilidade da acumulação desses juros. [...]" ([REsp 4244](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274244%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GERALDO SOBRAL, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/09/1990, DJ 29/10/1990, p. 12122)

"Desapropriação - Juros compensatórios e moratórios - Cumulação. Enquanto os juros compensatórios de 12% são devidos pela utilização antecipada do imóvel e se contam da imissão provisória na posse até o efetivo pagamento da indenização, os moratórios, à taxa de 6%, fluem desde o trânsito em julgado da sentença final e são devidos pelo atraso no pagamento da indenização, nada havendo que impeça incidam cumulativamente. [...]" ([REsp 4887](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274887%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ARMANDO ROLEMBERG, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/09/1990, DJ 22/10/1990, p. 11654)

"[...] DESAPROPRIAÇÃO. JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. CUMULAÇÃO. [...] EM AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO DIRETA OS JUROS COMPENSATÓRIOS CONTAM-SE A PARTIR DA IMISSÃO NA POSSE E OS JUROS MORATÓRIOS, QUE TEM NATUREZA DIVERSA DAQUELES, FLUEM A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA QUE FIXA A INDENIZAÇÃO. [...]" ([REsp 2602](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272602%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/08/1990, DJ 19/11/1990,

p. 13245)

"[...] DESAPROPRIAÇÃO. JUROS COMPENSATÓRIOS E JUROS MORATÓRIOS: CUMULAÇÃO. [...] Os

juros compensatórios de 12% ao ano contam-se, na desapropriação direta, a partir da antecipada imissão na posse; na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do bem e são devidos até o efetivo pagamento do preço. II - Os juros moratórios, à taxa de 6% ao ano, fluem do trânsito em julgado da sentença que põe fim à instância de conhecimento e fixa a indenização e resultam da demora no pagamento do preço. III - Cumulatividade desses juros. [...]" ([REsp 2781](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272781%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS VELLOSO, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/1990, DJ 25/06/1990, p. 6031)

"DESAPROPRIAÇÃO. [...] JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. NAS AÇÕES DO TIPO SÃO CUMULÁVEIS TAIS JUROS. [...]" ([REsp 2925](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272925%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA,

julgado em 30/05/1990, DJ 18/06/1990, p. 5685)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100182257&dt_publicacao=03/08/1992) | [14339](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100182257&dt_publicacao=03/08/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100182257&dt_publicacao=03/08/1992) | [1991/0018225-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100182257&dt_publicacao=03/08/1992) | [Decisão:01/06/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100182257&dt_publicacao=03/08/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/08/1992 | PG:11277 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00063 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00282 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100151467&dt_publicacao=30/03/1992) | [13075](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100151467&dt_publicacao=30/03/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100151467&dt_publicacao=30/03/1992) | [1991/0015146-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100151467&dt_publicacao=30/03/1992) | [Decisão:17/02/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100151467&dt_publicacao=30/03/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/03/1992 | PG:03963 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00061 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00279 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100071498&dt_publicacao=01/07/1991) | [10123](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100071498&dt_publicacao=01/07/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100071498&dt_publicacao=01/07/1991) | [1991/0007149-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100071498&dt_publicacao=01/07/1991) | [Decisão:12/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100071498&dt_publicacao=01/07/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/07/1991 | PG:09187 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00058 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00276 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072590&dt_publicacao=29/10/1990) | [4244](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072590&dt_publicacao=29/10/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072590&dt_publicacao=29/10/1990) | [1990/0007259-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072590&dt_publicacao=29/10/1990) | [Decisão:26/09/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072590&dt_publicacao=29/10/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/10/1990 | PG:12122 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00053 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00271 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000087082&dt_publicacao=22/10/1990) | [4887](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000087082&dt_publicacao=22/10/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000087082&dt_publicacao=22/10/1990) | [1990/0008708-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000087082&dt_publicacao=22/10/1990) | [Decisão:26/09/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000087082&dt_publicacao=22/10/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/10/1990 | PG:11654 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00056 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00273 |
| **RT** |  |  | VOL.:00675 | PG:00232 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000028493&dt_publicacao=19/11/1990) | [2602](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000028493&dt_publicacao=19/11/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000028493&dt_publicacao=19/11/1990) | [1990/0002849-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000028493&dt_publicacao=19/11/1990) | [Decisão:20/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000028493&dt_publicacao=19/11/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/11/1990 | PG:13245 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00043 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00259 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000035031&dt_publicacao=25/06/1990) | [2781](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000035031&dt_publicacao=25/06/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000035031&dt_publicacao=25/06/1990) | [1990/0003503-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000035031&dt_publicacao=25/06/1990) | [Decisão:04/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000035031&dt_publicacao=25/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/06/1990 | PG:06031 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00045 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00262 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039380&dt_publicacao=18/06/1990) | [2925](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039380&dt_publicacao=18/06/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039380&dt_publicacao=18/06/1990) | [1990/0003938-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039380&dt_publicacao=18/06/1990) | [Decisão:30/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039380&dt_publicacao=18/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/06/1990 | PG:05685 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00051 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00328 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00268 |

# SÚMULA 70

DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO

## Enunciado:

Os juros moratórios, na desapropriação direta ou indireta, contam-se desde o trânsito em julgado da sentença.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:01063

LEG:FED DEL:003365 ANO:1941

\*\*\*\*\* LD-41 LEI DE DESAPROPRIAÇÃO ART:00015 ART:00026

LEG:FED DEC:022785 ANO:1933 ART:00003

(REVOGADO PELO ART. 2º DA LEI 4414, DE 24/09/64) LEG:FED LEI:004414 ANO:1964

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

15/12/1992

## Fonte:

DJ DATA:04/02/1993 PG:00775 RSSTJ VOL.:00005 PG:00067 RSTJ VOL.:00044 PG:00287

RT VOL.:00696 PG:00212

## Excerto dos Precedentes Originários:

"DESAPROPRIAÇÃO - INCIDÊNCIA DOS JUROS MORATÓRIOS SOBRE OS COMPENSATÓRIOS.

CABIMENTO. [...] Na desapropriação, os juros moratórios, à taxa de 6% ao ano, fluem, a partir do trânsito em julgado da sentença, sobre o total da indenização, nesta abrangidos os juros compensatórios. II - Essa incidência de juros sobre juros não constitui, no caso, anatocismo, não se subsumindo a hipótese à Sum. 121 do STF, segundo precedente daquela Colenda Corte. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2720652%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [20652](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2720652%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/06/1992, DJ 03/08/1992, p. 11285)

"DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA - JUROS MORATÓRIOS E JUROS COMPENSATÓRIOS [...] Os juros

moratórios incidem sobre o valor total da indenização, abrangente dos compensatórios, penalizando o expropriante pela demora no cumprimento da obrigação. Os juros compensatórios são calculados sobre o valor do imóvel e visam ressarcir o expropriado pela perda da posse do bem. [...]" ([REsp 14339](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714339%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA,

julgado em 01/06/1992, DJ 03/08/1992, p. 11277)

"DESAPROPRIAÇÃO - JUROS COMPENSATÓRIOS - JUROS MORATÓRIOS - CUMULAÇÃO. Os juros

compensatórios de 12% ao ano, na desapropriação direta e indireta (Súmula nº 618 do STF), são devidos desde a antecipada imissão de posse (Súmula nºs 74 do extinto TFR e 164 do STF), como compensação ao expropriado pela perda antecipada da posse de sua propriedade, são acumuláveis com os juros moratórios de 6% ao ano, a partir do trânsito em julgado da sentença final que fixa a indenização e resultam da demora no pagamento. [...]" ([REsp 13075](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713075%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/02/1992, DJ 30/03/1992, p. 3963)

"EXPROPRIATÓRIA INDIRETA. JUROS MORATÓRIOS E JUROS COMPENSATÓRIOS. CRITÉRIO DE CÁLCULO DA PRIMEIRA VERBA. ILEGITIMIDADE DA CAPITALIZAÇÃO. OS JUROS MORATÓRIOS, NAS EXPROPRIATÓRIAS, SÃO CALCULADOS SOBRE O VALOR DA INDENIZAÇÃO, NELE INCLUÍDOS OS JUROS COMPENSATÓRIOS, DESTINADOS QUE SÃO A COMPENSAR A CONTRAPRESTAÇÃO A QUE TEM DIREITO O EXPROPRIADO, PELO TEMPO DE OCUPAÇÃO DO IMÓVEL PELO PODER PÚBLICO, ANTES DO PAGAMENTO DA VERBA INDENIZATÓRIA. OS JUROS COMPENSATÓRIOS, POR SUA VEZ, SÃO COMPUTADOS SOBRE O VALOR DO IMÓVEL, NA FORMA PREVISTA NA SÚMULA N. 74, QUE NÃO PREVÊ CAPITALIZAÇÃO. [...]" ([REsp 10123](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710123%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ILMAR GALVAO, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/06/1991, DJ 01/07/1991, p. 9187)

"DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. [...] CONTAM-SE TAIS JUROS, NO CASO, DO TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO, CONFORME ORIENTAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PRECEDENTES DESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. [...]" ([REsp 862](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27862%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/10/1990, DJ 04/02/1991, p. 567)

"DESAPROPRIAÇÃO. CUMULATIVIDADE DOS JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS.

POSSIBILIDADE. [...] Consoante a iterativa jurisprudência de nossos Tribunais, os juros compensatórios de 12% ao ano, na desapropriação direta, contam-se a partir da antecipada imissão na posse e, na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do bem e são devidos até o efetivo pagamento do preço. Já os juros moratórios à taxa de 6% ao ano, fluem do trânsito em julgado da sentença. II - Possibilidade da acumulação desses juros. [...]" ([REsp 4244](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274244%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GERALDO SOBRAL, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/09/1990, DJ 29/10/1990, p. 12122)

"Desapropriação - Juros compensatórios e moratórios - Cumulação. Enquanto os juros compensatórios de 12% são devidos pela utilização antecipada do imóvel e se contam da imissão provisória na posse até o efetivo pagamento da indenização, os moratórios, à taxa de 6%, fluem desde o trânsito em julgado da sentença final e são devidos pelo atraso no pagamento da indenização, nada havendo que impeça incidam cumulativamente. [...]" ([REsp 4887](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274887%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ARMANDO ROLEMBERG, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/09/1990, DJ 22/10/1990, p. 11654)

"[...] DESAPROPRIAÇÃO. JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. CUMULAÇÃO. [...] EM AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO DIRETA OS JUROS COMPENSATÓRIOS CONTAM-SE A PARTIR DA IMISSÃO NA POSSE E OS JUROS MORATÓRIOS, QUE TEM NATUREZA DIVERSA DAQUELES, FLUEM A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA QUE FIXA A INDENIZAÇÃO. II - DEVIDA A ACUMULAÇÃO. [...]" ([REsp 2602](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272602%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 20/08/1990, DJ 19/11/1990, p. 13245)

"[...] DESAPROPRIAÇÃO. JUROS COMPENSATÓRIOS E JUROS MORATÓRIOS: CUMULAÇÃO. [...] Os

juros compensatórios de 12% ao ano contam-se, na desapropriação direta, a partir da antecipada imissão na posse; na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do bem e são devidos até o efetivo pagamento do preço. II - Os juros moratórios, à taxa de 6% ao ano, fluem do trânsito em julgado da sentença que põe fim à instância de conhecimento e fixa a indenização e resultam da demora no pagamento do preço. III - Cumulatividade desses juros. [...]" ([REsp 2781](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272781%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS VELLOSO, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/1990, DJ 25/06/1990, p. 6031)

"DESAPROPRIAÇÃO. [...] JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. NAS AÇÕES DO TIPO SÃO CUMULÁVEIS TAIS JUROS. [...]" ([REsp 2925](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272925%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA,

julgado em 30/05/1990, DJ 18/06/1990, p. 5685)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200072984&dt_publicacao=03/08/1992) | [20652](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200072984&dt_publicacao=03/08/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200072984&dt_publicacao=03/08/1992) | [1992/0007298-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200072984&dt_publicacao=03/08/1992) | [Decisão:24/06/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200072984&dt_publicacao=03/08/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/08/1992 | PG:11285 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00097 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00318 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100182257&dt_publicacao=03/08/1992) | [14339](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100182257&dt_publicacao=03/08/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100182257&dt_publicacao=03/08/1992) | [1991/0018225-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100182257&dt_publicacao=03/08/1992) | [Decisão:01/06/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100182257&dt_publicacao=03/08/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/08/1992 | PG:11277 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00063 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00282 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100151467&dt_publicacao=30/03/1992) | [13075](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100151467&dt_publicacao=30/03/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100151467&dt_publicacao=30/03/1992) | [1991/0015146-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100151467&dt_publicacao=30/03/1992) | [Decisão:17/02/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100151467&dt_publicacao=30/03/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/03/1992 | PG:03963 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00061 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00279 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100071498&dt_publicacao=01/07/1991) | [10123](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100071498&dt_publicacao=01/07/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100071498&dt_publicacao=01/07/1991) | [1991/0007149-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100071498&dt_publicacao=01/07/1991) | [Decisão:12/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100071498&dt_publicacao=01/07/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/07/1991 | PG:09187 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00058 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00276 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900103318&dt_publicacao=04/02/1991) | [862](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900103318&dt_publicacao=04/02/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900103318&dt_publicacao=04/02/1991) | [1989/0010331-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900103318&dt_publicacao=04/02/1991) | [Decisão:17/10/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900103318&dt_publicacao=04/02/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/02/1991 | PG:00567 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00071 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00289 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072590&dt_publicacao=29/10/1990) | [4244](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072590&dt_publicacao=29/10/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072590&dt_publicacao=29/10/1990) | [1990/0007259-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072590&dt_publicacao=29/10/1990) | [Decisão:26/09/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000072590&dt_publicacao=29/10/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/10/1990 | PG:12122 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00053 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00271 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000087082&dt_publicacao=22/10/1990) | [4887](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000087082&dt_publicacao=22/10/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000087082&dt_publicacao=22/10/1990) | [1990/0008708-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000087082&dt_publicacao=22/10/1990) | [Decisão:26/09/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000087082&dt_publicacao=22/10/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/10/1990 | PG:11654 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00056 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00273 |
| **RT** |  |  | VOL.:00675 | PG:00232 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000028493&dt_publicacao=19/11/1990) | [2602](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000028493&dt_publicacao=19/11/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000028493&dt_publicacao=19/11/1990) | [1990/0002849-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000028493&dt_publicacao=19/11/1990) | [Decisão:20/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000028493&dt_publicacao=19/11/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/11/1990 | PG:13245 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00043 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00259 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000035031&dt_publicacao=25/06/1990) | [2781](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000035031&dt_publicacao=25/06/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000035031&dt_publicacao=25/06/1990) | [1990/0003503-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000035031&dt_publicacao=25/06/1990) | [Decisão:04/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000035031&dt_publicacao=25/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/06/1990 | PG:06031 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00045 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00262 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039380&dt_publicacao=18/06/1990) | [2925](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039380&dt_publicacao=18/06/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039380&dt_publicacao=18/06/1990) | [1990/0003938-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039380&dt_publicacao=18/06/1990) | [Decisão:30/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039380&dt_publicacao=18/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/06/1990 | PG:05685 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00051 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00328 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00268 |

# SÚMULA 71

DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS

## Enunciado:

O bacalhau importado de país signatário do GATT é isento do ICM.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005172 ANO:1966

\*\*\*\*\* CTN-66 CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL ART:00098

LEG:FED ACO:\*\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\* GATT ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS ADUANEIRAS E COMERCIO

ART:00003 NUM:00002

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

15/12/1992

## Fonte:

DJ DATA:04/02/1993 PG:00775 RSSTJ VOL.:00005 PG:00101 RSTJ VOL.:00044 PG:00323

RT VOL.:00696 PG:00212

## Excerto dos Precedentes Originários:

"ICM - GATT - BACALHAU IMPORTADO - ISENÇÃO. ESTA E. CORTE FIRMOU O ENTENDIMENTO DE QUE O BACALHAU IMPORTADO DA NORUEGA, PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT, ESTÁ INCLUÍDO NO GÊNERO 'PEIXE SALGADO E SECO', DE ORIGEM NACIONAL E GOZA DE ISENÇÃO DO ICM, TAL COMO ESTE, SIMILAR NACIONAL. [...]" ([REsp 21577](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2721577%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/06/1992, DJ 29/06/1992, p. 10294)

"[...] ICM. GATT. ISENÇÃO. BACALHAU DA NORUEGA. PEIXE SECO E SALGADO (NACIONAL). SIMILARIDADE. - DESDE QUE O BACALHAU IMPORTADO DA NORUEGA, CONFORME É INCONTROVERSO, NÃO TEM SIMILAR NACIONAL, A SUA CORRESPONDÊNCIA É COM A ESPÉCIE PEIXE SECO E SALGADO, DE ORIGEM INTERNA, QUE GOZA DE ISENÇÃO DO ICM. [...]" ([REsp 20052](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2720052%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/04/1992, DJ 11/05/1992, p. 6430)

"[...] IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS (ICM). GENERAL 'AGREEMENT ON TARIFFS AND TRADE (GATT)'. BACALHAU IMPORTADO. ISENÇÃO. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E ESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA MANIFESTARAM-SE REPETIDAMENTE NO SENTIDO DE QUE O BACALHAU IMPORTADO PERTENCE AO GÊNERO 'PEIXE SECO' E QUE, SENDO IMPORTADO DE PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT, MERECE A ISENÇÃO DO ICM DEFERIDA AO PEIXE SECO NACIONAL, DE QUE É SIMILAR. [...]" ([REsp 13866](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713866%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/04/1992, DJ 04/05/1992, p. 5851)

"[...] ICM. ISENÇÃO. BACALHAU IMPORTADO. GATT. SÚMULA N. 575-STF. [...] O BACALHAU, ORIUNDO DE PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT, PEIXE SECO QUE É, GOZA DA ISENÇÃO DO ICM, TAL COMO O PEIXE SECO E SALGADO DE PRODUÇÃO NACIONAL. [...]" ([REsp 12059](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2712059%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/10/1991, DJ 04/11/1991, p. 15672)

"[...] ICMS. IMPORTAÇÃO DE PRODUTO CUJO SIMILAR NACIONAL GOZA DE ISENÇÃO DO IMPOSTO. AS ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS QUE CONTEMPLAM O SIMILAR NACIONAL DEVEM SER ESTENDIDAS AO PRODUTO IMPORTADO DE PAÍSES SIGNATÁRIOS DO GATT, SOB PENA DE OFENSA DO ART. 98, DO CTN. O BACALHAU, SENDO PEIXE SECO, É ALCANÇADO PELA ISENÇÃO EM TELA, JÁ QUE O PEIXE SECO, NO BRASIL, NÃO É TRIBUTADO. [...]" ([REsp 10872](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710872%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ILMAR GALVAO, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/06/1991, DJ 26/08/1991, p. 11392)

"[...] ICM. ISENÇÃO. BACALHAU NORUEGUÊS. GATT. O BACALHAU NORUEGUÊS, PEIXE SECO QUE É, GOZA DE ISENÇÃO DO ICM, TAL COMO O PEIXE SECO E SALGADO, DE PRODUÇÃO NACIONAL. [...]" ([REsp 10635](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710635%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/06/1991, DJ 05/08/1991, p. 9995)

"[...] ICM. ISENÇÃO. BACALHAU IMPORTADO. GATT. SÚMULA 575-STF. - O BACALHAU, ORIUNDO DE PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT, PEIXE SECO QUE É, GOZA DE ISENÇÃO DO ICM, TAL COMO O PEIXE SECO E SALGADO DE PRODUÇÃO NACIONAL. [...]" ([REsp 5142](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275142%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/12/1990, DJ 25/02/1991, p. 1460)

"[...] ICM. GATT. ISENÇÃO. BACALHAU DA NORUEGA. PEIXE SECO E SALGADO (NACIONAL). SIMILARIDADE. INCLUSÃO DO BACALHAU ORIUNDO DE PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT NO GÊNERO SECO E SALGADO, DE ORIGEM NACIONAL. [...] O BACALHAU, ORIUNDO DE PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT, PEIXE SECO QUE É, GOZA DE ISENÇÃO DO ICM, TAL COMO O PEIXE SECO E SALGADO DE PRODUÇÃO NACIONAL. [...]" ([REsp 715](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27715%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro LUIZ VICENTE

CERNICCHIARO, Rel. p/ Acórdão Ministro CARLOS VELLOSO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/05/1990, DJ 28/05/1990, p. 4728)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200098436&dt_publicacao=29/06/1992) | [21577](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200098436&dt_publicacao=29/06/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200098436&dt_publicacao=29/06/1992) | [1992/0009843-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200098436&dt_publicacao=29/06/1992) | [Decisão:03/06/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200098436&dt_publicacao=29/06/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/06/1992 | PG:10294 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00141 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00368 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200061389&dt_publicacao=11/05/1992) | [20052](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200061389&dt_publicacao=11/05/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200061389&dt_publicacao=11/05/1992) | [1992/0006138-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200061389&dt_publicacao=11/05/1992) | [Decisão:08/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200061389&dt_publicacao=11/05/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/05/1992 | PG:06430 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00138 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00365 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100173088&dt_publicacao=04/05/1992) | [13866 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100173088&dt_publicacao=04/05/1992) | [1991/0017308-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100173088&dt_publicacao=04/05/1992) | [Decisão:06/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100173088&dt_publicacao=04/05/1992) |
| **DJ** |  | DATA:04/05/1992 | PG:05851 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00005 | PG:00135 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00044 | PG:00362 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100126837&dt_publicacao=04/11/1991) | [12059 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100126837&dt_publicacao=04/11/1991) | [1991/0012683-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100126837&dt_publicacao=04/11/1991) | [Decisão:16/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100126837&dt_publicacao=04/11/1991) |
| **DJ** |  | DATA:04/11/1991 | PG:15672 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00005 | PG:00133 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00044 | PG:00359 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100090387&dt_publicacao=26/08/1991) | [10872 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100090387&dt_publicacao=26/08/1991) | [1991/0009038-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100090387&dt_publicacao=26/08/1991) | [Decisão:19/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100090387&dt_publicacao=26/08/1991) |
| **DJ** |  | DATA:26/08/1991 | PG:11392 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00005 | PG:00131 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00044 | PG:00356 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100084441&dt_publicacao=05/08/1991) | [10635 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100084441&dt_publicacao=05/08/1991) | [1991/0008444-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100084441&dt_publicacao=05/08/1991) | [Decisão:12/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100084441&dt_publicacao=05/08/1991) |
| **DJ** |  | DATA:05/08/1991 | PG:09995 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00005 | PG:00129 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00044 | PG:00354 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000092990&dt_publicacao=25/02/1991) | [5142 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000092990&dt_publicacao=25/02/1991) | [1990/0009299-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000092990&dt_publicacao=25/02/1991) | [Decisão:17/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000092990&dt_publicacao=25/02/1991) |
| **DJ** |  | DATA:25/02/1991 | PG:01460 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00005 | PG:00124 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00044 | PG:00348 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099957&dt_publicacao=28/05/1990) | [715 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099957&dt_publicacao=28/05/1990) | [1989/0009995-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099957&dt_publicacao=28/05/1990) | [Decisão:07/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099957&dt_publicacao=28/05/1990) |
| **DJ** |  | DATA:28/05/1990 | PG:04728 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00005 | PG:00105 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00044 | PG:00325 |

# SÚMULA 72

DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

## Enunciado:

A comprovação da mora e imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente.

Referências Legislativas: LEG:FED DEL:000911 ANO:1969 ART:00002 PAR:00002 PAR:00003

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

14/04/1993

## Fonte:

DJ DATA:20/04/1993 PG:06769 RSSTJ VOL.:00005 PG:00145 RSTJ VOL.:00049 PG:00017

RT VOL.:00696 PG:00212

## Excerto dos Precedentes Originários:

"ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. BUSCA E APREENSÃO. COMPROVAÇÃO DA MORA. [...] NO MÚTUO GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, O MUTUÁRIO NEM SEMPRE É O ALIENANTE DEPOSITÁRIO. EM CASOS TAIS, IMPÕE-SE AO CREDOR, QUE DESEJA AJUIZAR AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, A COMPROVAÇÃO DA MORA TAMBÉM EM RELAÇÃO AO GARANTE. II - O VOCÁBULO 'DEVEDOR' EMPREGADO NO DL 911/69 DEVE SER INTERPRETADO EXTENSIVAMENTE NO SENTIDO DE ABRANGER O TERCEIRO QUE SE DISPONHA, ALIENANDO FIDUCIARIAMENTE COISA PRÓPRIA, A GARANTIR DÉBITO DE OUTREM. III - O ESCOPO DA LEI, AO EXIGIR A COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL DA MORA PARA O AFORAMENTO DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, É ESSENCIALMENTE PREVENIR QUE O ALIENANTE VENHA A SER SURPREENDIDO COM A SUBTRAÇÃO REPENTINA DOS BENS DADOS EM GARANTIA SEM, ANTES, INEQUIVOCAMENTE CIENTIFICADO, TER OPORTUNIDADE DE, DESEJANDO, SALDAR A DÍVIDA GARANTIDA E, ASSIM, RETOMAR-LHES A PROPRIEDADE PLENA." ([REsp 16242](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716242%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 31/08/1992, DJ 21/09/1992, p. 15695)

"[...] ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. CONSIGNATÓRIA. [...] A AÇÃO FIDUCIÁRIA SE DESENVOLVE A PARTIR DA EFETIVAÇÃO DA BUSCA E APREENSÃO, LIMINARMENTE DEFERIDA, A PARTIR DA PROVA DA MORA DO DEVEDOR ALIENANTE, PELOS MEIOS PREVISTOS NA LEI. AÇÃO CONSIGNATÓRIA EM PAGAMENTO, PROPOSTA PELO DEVEDOR EM MORA, NÃO TEM A VIRTUALIDADE DE IMPEDIR QUE SE EFETIVE A BUSCA E APREENSÃO DO BEM ALIENADO, COMEÇO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, SEM CONTRARIAR O ART. 3. DO DECRETO- LEI 911/69, QUE INSTITUI O DEVIDO PROCESSO LEGAL PARA A ESPÉCIE." ([REsp 13959](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713959%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/10/1991, DJ 02/12/1991, p. 17537)

"[...] TENDO O ACÓRDÃO DOIS FUNDAMENTOS, CADA UM DELES BASTANTE, POR SI, PARA QUE SUBSISTAM SUAS CONCLUSÕES, NÃO SE CONHECE DO ESPECIAL QUE ATACA APENAS UM DELES." ([REsp 3900](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273900%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/09/1990, DJ 09/10/1990, p. 10896)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100230642&dt_publicacao=21/09/1992) | [16242](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100230642&dt_publicacao=21/09/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100230642&dt_publicacao=21/09/1992) | [1991/0023064-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100230642&dt_publicacao=21/09/1992) | [Decisão:31/08/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100230642&dt_publicacao=21/09/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/09/1992 | PG:15695 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00041 | PG:00200 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00153 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00024 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175188&dt_publicacao=02/12/1991) | [13959](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175188&dt_publicacao=02/12/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175188&dt_publicacao=02/12/1991) | [1991/0017518-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175188&dt_publicacao=02/12/1991) | [Decisão:29/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175188&dt_publicacao=02/12/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/12/1991 | PG:17537 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00151 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00030 | PG:00504 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00021 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000063272&dt_publicacao=09/10/1990) | [3900](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000063272&dt_publicacao=09/10/1990) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000063272&dt_publicacao=09/10/1990) | [1990/0006327-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000063272&dt_publicacao=09/10/1990) | [Decisão:11/09/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000063272&dt_publicacao=09/10/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/10/1990 | PG:10896 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00149 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00019 |

# SÚMULA 73

DIREITO PENAL - ESTELIONATO

## Enunciado:

A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00109 INC:00004

LEG:FED DEL:002848 ANO:1940

\*\*\*\*\* CP-40 CODIGO PENAL ART:00289

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

15/04/1993

## Fonte:

DJ DATA:20/04/1993 PG:06769 RSSTJ VOL.:00005 PG:00163 RSTJ VOL.:00049 PG:00035

RT VOL.:00697 PG:00360

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] COMPETÊNCIA. FALSIFICAÇÃO GROSSEIRA DE MOEDA. CRIME DE ESTELIONATO. Tratando-

se de falsificação grosseira, constatável a olho nu, o crime, em tese, a ser cogitado, é de estelionato, não de moeda falsa. Competência da Justiça Estadual." ([CC 3564](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273564%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RO, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 15/10/1992, DJ 26/10/1992, p. 18996)

"[...] MOEDA FALSA. ESTELIONATO. [...] COMPETÊNCIA. GROSSEIRA A FALSIFICAÇÃO DAS CÉDULAS, NÃO HÁ COGITAR-SE DO DELITO DE MOEDA FALSA, SENÃO QUE DE ESTELIONATO. [...]" ([CC 1886](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271886%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RO, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 03/10/1991, DJ 16/10/1991, p. 14459)

"[...] COMPETÊNCIA. MOEDA. FALSIFICAÇÃO GROSSEIRA. Firmou-se a jurisprudência no sentido de que, se a moeda é de falsificação grosseira, o delito a apurar é o de estelionato, sendo competente a Justiça Comum Estadual." ([CC 1972](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271972%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 06/06/1991, DJ 24/06/1991, p. 8615)

"COMPETÊNCIA. CRIME DE MOEDA FALSA. INEXISTÊNCIA DE CONFLITO. TENDO A JUSTIÇA FEDERAL ADMITIDO A COMPETÊNCIA DE QUE DECLINARA A JUSTIÇA ESTADUAL, PARA O PROCESSO E JULGAMENTO DO CRIME DE MOEDA FALSA, RECONHECENDO, NO ENTANTO, INEXISTIR ADEQUAÇÃO TÍPICA, POR TRATAR-SE DE FALSIFICAÇÃO GROSSEIRA, NÃO HÁ MAIS FALAR NAQUELE CRIME, MAS DE EVENTUAL ADEQUAÇÃO A OUTRO TIPO PENAL (ART. 171, DO CÓDIGO PENAL), A CUJO RESPEITO NÃO HA CONTROVÉRSIA ENTRE OS JUÍZOS. [...]" ([CC 938](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27938%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/08/1990, DJ 24/09/1990, p. 9965)

"[...] COMPETÊNCIA - MOEDA FALSA - FALSIFICAÇÃO GROSSEIRA - ESTELIONATO. TRATANDO-SE DE FALSIFICAÇÃO GROSSEIRA, INCAPAZ DE ENGANAR O HOMEM COMUM, O CRIME SE CARACTERIZA COMO O DE ESTELIONATO E, NÃO O DE MOEDA FALSA, SENDO POIS COMPETENTE O JUIZO ESTADUAL COMUM. [...]" ([CC 1040](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271040%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 05/04/1990, DJ 23/04/1990, p. 3215)

"COMPETÊNCIA - MOEDA FALSA - DESCONFIGURAÇÃO - ESTELIONATO. [...] EM SE TRATANDO DE FALSIFICAÇÃO GROSSEIRA, INCAPAZ, POR ISSO, DE ENGANAR O HOMEM COMUM, HÁ QUE SER EXAMINADO O ASPECTO DE ESTELIONATO E, PARA TANTO, COMPETENTE É A JUSTIÇA COMUM." ([CC 1041](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271041%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 05/04/1990, DJ 30/04/1990, p. 3522)

"[...] CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CÉDULAS GROSSEIRAMENTE FALSIFICADAS. GROSSEIRAMENTE FALSIFICADAS AS CÉDULAS APREENDIDAS, NÃO SE CONFIGURA O DELITO DO ART. 289 DO CP, PELO QUE A COMPETÊNCIA PARA CONHECER DO INQUÉRITO POLICIAL, É DA JUSTIÇA ESTADUAL, A VER SE EXISTENTE OUTRA FIGURA TÍPICA PARA A AÇÃO NELE NOTICIADA." ([CC 619](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27619%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 21/09/1989, DJ 16/10/1989, p. 15855)

"[...] COMPETÊNCIA. FALSIFICAÇÃO GROSSEIRA DE MOEDA. CRIME DE ESTELIONATO. TRATANDO-SE DE FALSIFICAÇÃO GROSSEIRA, CONSTATÁVEL A OLHO NU, O CRIME EM TESE A SER COGITADO É DE ESTELIONATO, NÃO DE MOEDA FALSA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL." ([CC 337](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27337%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 31/08/1989, DJ 25/09/1989, p. 14949)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200230970&dt_publicacao=26/10/1992) | [3564](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200230970&dt_publicacao=26/10/1992) | [RO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200230970&dt_publicacao=26/10/1992) | [1992/0023097-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200230970&dt_publicacao=26/10/1992) | [Decisão:15/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200230970&dt_publicacao=26/10/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/10/1992 | PG:18996 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00187 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00061 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100044814&dt_publicacao=16/10/1991) | [1886](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100044814&dt_publicacao=16/10/1991) | [RO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100044814&dt_publicacao=16/10/1991) | [1991/0004481-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100044814&dt_publicacao=16/10/1991) | [Decisão:03/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100044814&dt_publicacao=16/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/10/1991 | PG:14459 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00181 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00053 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100066885&dt_publicacao=24/06/1991) | [1972](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100066885&dt_publicacao=24/06/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100066885&dt_publicacao=24/06/1991) | [1991/0006688-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100066885&dt_publicacao=24/06/1991) | [Decisão:06/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100066885&dt_publicacao=24/06/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/06/1991 | PG:08615 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00185 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00057 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000003610&dt_publicacao=24/09/1990) | [938](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000003610&dt_publicacao=24/09/1990) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000003610&dt_publicacao=24/09/1990) | [1990/0000361-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000003610&dt_publicacao=24/09/1990) | [Decisão:23/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000003610&dt_publicacao=24/09/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/09/1990 | PG:09965 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00171 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00041 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000015090&dt_publicacao=23/04/1990) | [1040](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000015090&dt_publicacao=23/04/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000015090&dt_publicacao=23/04/1990) | [1990/0001509-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000015090&dt_publicacao=23/04/1990) | [Decisão:05/04/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000015090&dt_publicacao=23/04/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/04/1990 | PG:03215 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00177 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00048 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000015260&dt_publicacao=30/04/1990) | [1041](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000015260&dt_publicacao=30/04/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000015260&dt_publicacao=30/04/1990) | [1990/0001526-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000015260&dt_publicacao=30/04/1990) | [Decisão:05/04/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000015260&dt_publicacao=30/04/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/04/1990 | PG:03522 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00179 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00051 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096710&dt_publicacao=16/10/1989) | [619](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096710&dt_publicacao=16/10/1989) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096710&dt_publicacao=16/10/1989) | [1989/0009671-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096710&dt_publicacao=16/10/1989) | [Decisão:21/09/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900096710&dt_publicacao=16/10/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/10/1989 | PG:15855 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00168 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00039 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00074 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900082809&dt_publicacao=25/09/1989) | [337](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900082809&dt_publicacao=25/09/1989) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900082809&dt_publicacao=25/09/1989) | [1989/0008280-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900082809&dt_publicacao=25/09/1989) | [Decisão:31/08/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900082809&dt_publicacao=25/09/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/09/1989 | PG:14949 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00167 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00037 |

# SÚMULA 74

DIREITO PENAL - MENORIDADE PENAL

## Enunciado:

Para efeitos penais, o reconhecimento da menoridade do réu requer prova por documento hábil.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:002848 ANO:1940

\*\*\*\*\* CP-40 CODIGO PENAL ART:00115

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

15/04/1993

## Fonte:

DJ DATA:20/04/1993 PG:06769 RSSTJ VOL.:00005 PG:00191 RSTJ VOL.:00049 PG:00063

RT VOL.:00697 PG:00360

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] MENORIDADE. ALEGAÇÃO. [...] ALEGADA A MENORIDADE AO TEMPO DO COMETIMENTO DO ILÍCITO PENAL, SEM CONTUDO, FAZER-SE PROVA DE TAL ALEGAÇÃO, MESMO COM AS VÁRIAS OPORTUNIDADES OFERECIDAS AO IMPETRANTE, PERDE-SE A FORÇA DE TAL ALEGAÇÃO IMPONDO-SE A NEGATIVA DO PLEITO. [...]" ([RHC 2056](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272056%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, SEXTA TURMA, julgado em 10/08/1992, DJ 31/08/1992, p. 13653)

"[...] MENORIDADE. PROVA DOCUMENTAL. [...] NÃO SE CONSIDERA, PARA EFEITOS PENAIS, A ALEGAÇÃO DE MENORIDADE DO ACUSADO, SEM QUE ACOMPANHADA DE PROVA DOCUMENTAL." ([REsp 5290](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275290%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, SEXTA TURMA, julgado em 23/10/1990, DJ 12/11/1990, p. 12876)

"[...] MENOR. COMPROVAÇÃO DA IDADE. [...] A MENORIDADE, PARA FINS DE PRESCRIÇÃO DA PENA, DEVE SER COMPROVADA POR MEIO DE DOCUMENTO, NÃO BASTANDO, PARA ISSO, A SIMPLES ALEGAÇÃO. [...]" ([REsp 2924](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272924%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, SEXTA TURMA,

julgado em 29/06/1990, DJ 13/08/1990, p. 7653)

"[...] MENORIDADE. PROVA. [...] AUSENTE A PROVA DA MENORIDADE, DESCABE EXTINGUIR-SE A PUNIBILIDADE DIANTE DA REDUÇÃO DO LAPSO PRESCRICIONAL PELA METADE. [...]" ([REsp 1730](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271730%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 13/06/1990, DJ 20/08/1990, p. 7973)

"[...] MENORIDADE. [...] NÃO BASTA PARA CARACTERIZAR A MENORIDADE DO RÉU, E COM ISSO SE PRETENDER A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA, A SIMPLES ALEGAÇÃO DESTA CONDIÇÃO. NECESSÁRIO SE FAZ QUE ESTEJA DEVIDAMENTE COMPROVADA NOS AUTOS POR CERTIDÃO DE NASCIMENTO, OU DOCUMENTO HÁBIL. [...]" ([REsp 1856](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271856%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 09/05/1990, DJ 28/05/1990, p. 4738)

"[...] CRIMINAL. CONDENAÇÃO. TRANSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. PENA CONCRETIZADA. PRESCRIÇÃO. [...] MENORIDADE. O DOCUMENTO LEGAL DE IDENTIDADE EXIBIDO PELO RÉU, E CUJA EXPEDIÇÃO SABIDAMENTE SE INSTRUI PELO REGISTRO CIVIL, É DOCUMENTO HÁBIL PARA PROVA DA MENORIDADE. [...]" ([REsp 658](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27658%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/1990, DJ 30/04/1990, p. 3531)

"[...] MENOR DE VINTE E UM ANOS. COMPROVAÇÃO DA IDADE. [...] COMPROVADO, ATRAVÉS DE DOCUMENTO OFICIAL, QUE O RÉU ERA MENOR DE VINTE E UM ANOS DE IDADE À ÉPOCA DO FATO DELITUOSO, DEVE SER APLICADO O ART. 115 DO CÓDIGO PENAL VIGENTE, REDUZINDO-SE A METADE O PRAZO PRESCRICIONAL. [...]" ([REsp 1039](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271039%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 14/02/1990, DJ 05/03/1990, p. 1415)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200152260&dt_publicacao=31/08/1992) | [2056](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200152260&dt_publicacao=31/08/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200152260&dt_publicacao=31/08/1992) | [1992/0015226-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200152260&dt_publicacao=31/08/1992) | [Decisão:10/08/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200152260&dt_publicacao=31/08/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:31/08/1992 | PG:13653 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00217 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00089 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000096006&dt_publicacao=12/11/1990) | [5290](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000096006&dt_publicacao=12/11/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000096006&dt_publicacao=12/11/1990) | [1990/0009600-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000096006&dt_publicacao=12/11/1990) | [Decisão:23/10/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000096006&dt_publicacao=12/11/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/11/1990 | PG:12876 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00213 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00514 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00084 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039371&dt_publicacao=13/08/1990) | [2924](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039371&dt_publicacao=13/08/1990) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039371&dt_publicacao=13/08/1990) | [1990/0003937-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039371&dt_publicacao=13/08/1990) | [Decisão:29/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000039371&dt_publicacao=13/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/08/1990 | PG:07653 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00209 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00409 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00080 |
| **RT** |  |  | VOL.:00662 | PG:00357 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127870&dt_publicacao=20/08/1990) | [1730](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127870&dt_publicacao=20/08/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127870&dt_publicacao=20/08/1990) | [1989/0012787-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127870&dt_publicacao=20/08/1990) | [Decisão:13/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900127870&dt_publicacao=20/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/08/1990 | PG:07973 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00202 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00030 | PG:00292 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00073 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900133187&dt_publicacao=28/05/1990) | [1856](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900133187&dt_publicacao=28/05/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900133187&dt_publicacao=28/05/1990) | [1989/0013318-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900133187&dt_publicacao=28/05/1990) | [Decisão:09/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900133187&dt_publicacao=28/05/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/05/1990 | PG:04738 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00206 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00381 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00077 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099353&dt_publicacao=30/04/1990) | [658](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099353&dt_publicacao=30/04/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099353&dt_publicacao=30/04/1990) | [1989/0009935-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099353&dt_publicacao=30/04/1990) | [Decisão:18/04/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099353&dt_publicacao=30/04/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/04/1990 | PG:03531 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00195 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00249 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00065 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900107844&dt_publicacao=05/03/1990) | [1039](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900107844&dt_publicacao=05/03/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900107844&dt_publicacao=05/03/1990) | [1989/0010784-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900107844&dt_publicacao=05/03/1990) | [Decisão:14/02/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900107844&dt_publicacao=05/03/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/03/1990 | PG:01415 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00199 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00364 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00069 |

# SÚMULA 75

DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar o policial militar por crime de promover ou facilitar a fuga de preso de estabelecimento penal.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00125 PAR:00004

LEG:FED DEL:002848 ANO:1940

\*\*\*\*\* CP-40 CODIGO PENAL ART:00351

LEG:FED DEL:006227 ANO:1944

\*\*\*\*\* CPM-44 CODIGO PENAL MILITAR ART:00009

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

15/04/1993

## Fonte:

DJ DATA:20/04/1993 PG:06769 RSSTJ VOL.:00005 PG:00221 RSTJ VOL.:00049 PG:00093

RT VOL.:00697 PG:00360

## Excerto dos Precedentes Originários:

"PROCESSO PENAL. COMPETÊNCIA. POLICIAL MILITAR. FACILITAÇÃO DE FUGA DE PRESO. POLICIAL MILITAR ACUSADO DE FACILITAR A FUGA DE PRESO DE CADEIA PÚBLICA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PARA O PROCESSO E JULGAMENTO, VISTO NÃO ACOMODAR A HIPÓTESE AO DISPOSTO NO ART. 9., DO CPM. [...]" ([CC 3601](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273601%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/10/1992, DJ 07/12/1992, p. 23283)

"PROCESSO PENAL. COMPETÊNCIA. POLICIAL MILITAR. FACILITAÇÃO DE FUGA DE PRESO. POLICIAL MILITAR ACUSADO DE FACILITAR A FUGA DE PRESO DE CADEIA PÚBLICA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PARA O PROCESSO E JULGAMENTO, VISTO NÃO SE ACOMODAR A HIPÓTESE AO DISPOSTO NO ART. 9., DO CPM. [...]" ([CC 2343](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272343%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. MIN. COSTA LEITE, TERCEIRA SECAO, julgado em 21/11/1991, DJ 16/12/1991, p. 18497)

"PROCESSUAL PENAL E CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA. FACILITAÇÃO DE FUGA DE PRESOS. COMPETE À JUSTIÇA COMUM PROCESSAR E JULGAR POLICIAL MILITAR ACUSADO DE FACILITAR A FUGA DE PRESO DE CADEIA PÚBLICA SUJEITA À ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO." ([CC 1919](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271919%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 06/06/1991, DJ 24/06/1991, p. 8615)

"COMPETÊNCIA. FACILITAÇÃO DE FUGA DE PRESO. COMPETE À JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR O POLICIAL MILITAR POR CRIME DE PROMOVER OU FACILITAR FUGA DE PRESO DA CADEIA PÚBLICA (SÚMULA 233 DO EXTINTO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS). [...]" ([CC 359](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27359%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, TERCEIRA SECAO, julgado em 05/10/1989, DJ 23/10/1989, p. 16190)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200243509&dt_publicacao=07/12/1992) | [3601](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200243509&dt_publicacao=07/12/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200243509&dt_publicacao=07/12/1992) | [1992/0024350-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200243509&dt_publicacao=07/12/1992) | [Decisão:22/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200243509&dt_publicacao=07/12/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/12/1992 | PG:23283 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00232 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00103 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100185914&dt_publicacao=16/12/1991) | [2343](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100185914&dt_publicacao=16/12/1991) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100185914&dt_publicacao=16/12/1991) | [1991/0018591-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100185914&dt_publicacao=16/12/1991) | [Decisão:21/11/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100185914&dt_publicacao=16/12/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/12/1991 | PG:18497 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00229 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00100 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100052795&dt_publicacao=24/06/1991) | [1919](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100052795&dt_publicacao=24/06/1991) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100052795&dt_publicacao=24/06/1991) | [1991/0005279-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100052795&dt_publicacao=24/06/1991) | [Decisão:06/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100052795&dt_publicacao=24/06/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/06/1991 | PG:08615 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00227 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00028 | PG:00037 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00097 |
| **RT** |  |  | VOL.:00675 | PG:00418 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086502&dt_publicacao=23/10/1989) | [359](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086502&dt_publicacao=23/10/1989) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086502&dt_publicacao=23/10/1989) | [1989/0008650-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086502&dt_publicacao=23/10/1989) | [Decisão:05/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900086502&dt_publicacao=23/10/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/10/1989 | PG:16190 |
| **RCJ** |  |  | VOL.:00035 | PG:00173 |
| **RJM** |  |  | VOL.:00075 | PG:00173 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00225 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00095 |

# SÚMULA 76

DIREITO DO CONSUMIDOR - CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL

## Enunciado:

A falta de registro do compromisso de compra e venda de imóvel não dispensa a prévia interpelação para constituir em mora o devedor.

Referências Legislativas: LEG:FED DEL:000058 ANO:1937 ART:00022

LEG:FED DEL:000745 ANO:1969 ART:00001

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

28/04/1993

## Fonte:

DJ DATA:04/05/1993 PG:07949 RSSTJ VOL.:00005 PG:00235 RSTJ VOL.:00049 PG:00107

RT VOL.:00696 PG:00212

## Excerto dos Precedentes Originários:

"COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA. MORA. INTERPELAÇÃO. ART. 1. DO DEC. LEI N. 745, DE 7- 8-69. PARA A CONSTITUIÇÃO EM MORA DO COMPROMISSÁRIO - COMPRADOR, É NECESSÁRIA A PRÉVIA INTERPELAÇÃO, AINDA QUE SE TRATE DE PROMESSA NÃO INSCRITA NO REGISTRO IMOBILIÁRIO. [...]" ([REsp 11231](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711231%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 14/09/1992, DJ 26/10/1992, p. 19054)

"IMÓVEL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. CONTRATO NÃO REGISTRADO. MORA. É INARREDÁVEL A PRÉVIA INTERPELAÇÃO DO PROMISSÁRIO-COMPRADOR PARA SUA CONSTITUIÇÃO EM MORA, AINDA QUE NÃO LANÇADO NO REGISTRO IMOBILIÁRIO O COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. [...]" ([REsp 9695](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279695%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 10/12/1991, DJ 11/05/1992, p. 6437)

"[...] COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA - MORA - INTERPELAÇÃO - CONTRATO NÃO REGISTRADO NO REGISTRO DE IMÓVEIS. [...] A FALTA DE REGISTRO DA PROMESSA NÃO FAZ DISPENSÁVEL PRÉVIA INTERPELAÇÃO DO DEVEDOR QUE DEIXOU DE PAGAR PONTUALMENTE AS PRESTAÇÕES DEVIDAS. AO REPORTAR-SE AOS CONTRATOS, A QUE SE REFERE O ART. 22 DO DECRETO-LEI 58, DO DECRETO-LEI 745/69 NÃO EXIGIU ESTIVESSEM SUBMETIDOS AS FORMALIDADES DE QUE ALE SE COGITA. [...]" ([REsp 11871](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711871%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/09/1991, DJ 04/11/1991, p. 15683)

"COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. CONSTITUIÇÃO EM MORA. INTERPELAÇÃO. DECRETO- LEI N. 745/69, ART. [...] PARA A CONSTITUIÇÃO EM MORA DO PROMISSÁRIO COMPRADOR, É NECESSÁRIA A PRÉVIA INTERPELAÇÃO, AINDA QUE SE TRATE DE CONTRATO NÃO REGISTRADO. A CITAÇÃO PARA A AÇÃO NÃO SUPRE A FALTA DA INTERPELAÇÃO. [...]" ([REsp 9528](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279528%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel.

Ministro WALDEMAR ZVEITER, Rel. p/ Acórdão Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/08/1991, DJ 09/09/1991, p. 12198)

"COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA - MORA - INTERPELAÇÃO - CONTRATO NÃO REGISTRADO NO REGISTRO DE IMÓVEIS. A FALTA DE REGISTRO DA PROMESSA NÃO FAZ DISPENSÁVEL PRÉVIA INTERPELAÇÃO DO DEVEDOR QUE DEIXOU DE PAGAR PONTUALMENTE AS PRESTAÇÕES DEVIDAS. AO REPORTAR-SE AOS CONTRATOS, A QUE SE REFERE O ARTIGO 22 DO DECRETO-LEI 58, O DECRETO-LEI 745/69 NÃO EXIGIU ESTIVESSEM SUBMETIDOS ÀS FORMALIDADES DE QUE ALI SE COGITA POSTERIORES A SUA CONCLUSÃO. NÃO SE COMPREENDERIA PORQUE A FORMA DE CONSTITUIÇÃO EM MORA - QUESTÃO EXCLUSIVAMENTE DE DIREITO PESSOAL - CONDICIONE-SE A PROVIDÊNCIA QUE DIZ TÃO-SÓ COM A FORMAÇÃO DE DIREITO REAL E CONSEQUENTE OPONIBILIDADE A TERCEIROS." ([REsp 4435](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274435%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/03/1991, DJ 25/03/1991, p. 3221)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100101117&dt_publicacao=26/10/1992) | [11231](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100101117&dt_publicacao=26/10/1992) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100101117&dt_publicacao=26/10/1992) | [1991/0010111-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100101117&dt_publicacao=26/10/1992) | [Decisão:14/09/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100101117&dt_publicacao=26/10/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/10/1992 | PG:19054 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00255 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00126 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100062200&dt_publicacao=11/05/1992) | [9695](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100062200&dt_publicacao=11/05/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100062200&dt_publicacao=11/05/1992) | [1991/0006220-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100062200&dt_publicacao=11/05/1992) | [Decisão:10/12/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100062200&dt_publicacao=11/05/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/05/1992 | PG:06437 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00036 | PG:00132 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00250 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00121 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100119393&dt_publicacao=04/11/1991) | [11871](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100119393&dt_publicacao=04/11/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100119393&dt_publicacao=04/11/1991) | [1991/0011939-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100119393&dt_publicacao=04/11/1991) | [Decisão:17/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100119393&dt_publicacao=04/11/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/11/1991 | PG:15683 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00257 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00129 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100059188&dt_publicacao=09/09/1991) | [9528](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100059188&dt_publicacao=09/09/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100059188&dt_publicacao=09/09/1991) | [1991/0005918-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100059188&dt_publicacao=09/09/1991) | [Decisão:06/08/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100059188&dt_publicacao=09/09/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/09/1991 | PG:12198 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00032 | PG:00235 |
| **RDC** |  |  | VOL.:00061 | PG:00189 |
| **REVJUR** |  |  | VOL.:00172 | PG:00058 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00242 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00028 | PG:00529 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00112 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000076420&dt_publicacao=25/03/1991) | [4435](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000076420&dt_publicacao=25/03/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000076420&dt_publicacao=25/03/1991) | [1990/0007642-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000076420&dt_publicacao=25/03/1991) | [Decisão:05/03/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000076420&dt_publicacao=25/03/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/03/1991 | PG:03221 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00239 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00490 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00109 |

# SÚMULA 77

DIREITO TRIBUTÁRIO - PIS - PASEP

## Enunciado:

A Caixa Econômica Federal é parte ilegítima para figurar no polo passivo das ações relativas às contribuições para o fundo PIS/PASEP.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LCP:000026 ANO:1975

LEG:FED DEC:078276 ANO:1976 ART:00009

LEG:FED DEC:084129 ANO:1979 LEG:FED DEL:002052 ANO:1983

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

04/05/1993

## Fonte:

DJ DATA:12/05/1993 PG:08903 RSSTJ VOL.:00005 PG:00261 RSTJ VOL.:00049 PG:00133

RT VOL.:00696 PG:00212

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] LEGITIMIDADE AD CAUSAM - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PIS - DECRETO-LEI 2.323/87 ART. 18. A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CARECE DE LEGITIMIDADE PARA FIGURAR NAS CAUSAS EM QUE SE DISCUTE A CONSTITUCIONALIDADE, DA INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE A CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS, NOS TERMOS DO ART. 18 DO DECRETO-LEI 2.323/87. [...]" ([REsp 6399](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276399%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/10/1992, DJ 30/11/1992, p. 22556)

"CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS. CEF. ILEGITIMIDADE PASSIVA. A CEF É PARTE ILEGÍTIMA PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DE AÇÕES DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO RELATIVAS ÀS CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS. [...]" ([REsp 18525](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2718525%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA

TURMA, julgado em 29/04/1992, DJ 08/06/1992, p. 8606)

"[...] CONTRIBUIÇÕES RELATIVAS AO PIS/PASEP. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. NA QUALIDADE DE MERA ARRECADADORA DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS (PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL) E PASEP (PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO), A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL É PARTE ILEGÍTIMA PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DAS AÇÕES DE REPETIÇÃO OU PARA LIBERAÇÃO DESSAS CONTRIBUIÇÕES. [...]" ([REsp 13612](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713612%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 26/02/1992, DJ 30/03/1992, p. 3964)

"[...] EXIGÊNCIA FISCAL. PIS/PASEP. CEF. ILEGITIMIDADE PASSIVA. [...] Sendo a CEF mera

arrecadadora das contribuições litigadas, carece ela de legitimidade passiva 'ad causam'. Tais fundos têm, no Conselho Diretor, Órgão do Ministério da Fazenda, a condição de gestor por isso que, não é ela sujeito passivo da relação processual. [...]" ([REsp 5882](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275882%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro GERALDO SOBRAL, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/06/1991, DJ 01/07/1991, p. 9164)

"[...] PIS/PASEP - LEGITIMIDADE PASSIVA - CAIXA ECONÔMICA. A Caixa Econômica é mera

arrecadadora do PIS, não sendo parte legítima 'ad causam' passiva. O PIS/PASEP é arrecadado pela União, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional. [...]" ([REsp 9603](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279603%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/05/1991, DJ 17/06/1991, p. 8189)

"[...] CONTRIBUIÇÕES PAGAS AO FUNDO PIS-PASEP. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SENDO MERA AGENTE ARRECADADORA DAS CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS AO FUNDO EM REFERÊNCIA, GERIDO POR CONSELHO DIRETOR DESIGNADO PELO MINISTRO DA FAZENDA, É PARTE ILEGÍTIMA PARA RESPONDER POR AÇÕES DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO RELATIVAS ÀS MENCIONADAS CONTRIBUIÇÕES. [...]"

([REsp 6925](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276925%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro ILMAR GALVAO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/02/1991, DJ 25/02/1991, p. 1465)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000122562&dt_publicacao=30/11/1992) | [6399](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000122562&dt_publicacao=30/11/1992) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000122562&dt_publicacao=30/11/1992) | [1990/0012256-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000122562&dt_publicacao=30/11/1992) | [Decisão:05/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000122562&dt_publicacao=30/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/11/1992 | PG:22556 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00267 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00137 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200029957&dt_publicacao=08/06/1992) | [18525](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200029957&dt_publicacao=08/06/1992) | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200029957&dt_publicacao=08/06/1992) | [1992/0002995-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200029957&dt_publicacao=08/06/1992) | [Decisão:29/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200029957&dt_publicacao=08/06/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/06/1992 | PG:08606 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00276 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00147 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100163945&dt_publicacao=30/03/1992) | [13612](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100163945&dt_publicacao=30/03/1992) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100163945&dt_publicacao=30/03/1992) | [1991/0016394-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100163945&dt_publicacao=30/03/1992) | [Decisão:26/02/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100163945&dt_publicacao=30/03/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/03/1992 | PG:03964 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00274 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00031 | PG:00429 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00145 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000110963&dt_publicacao=01/07/1991) | [5882](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000110963&dt_publicacao=01/07/1991) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000110963&dt_publicacao=01/07/1991) | [1990/0011096-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000110963&dt_publicacao=01/07/1991) | [Decisão:05/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000110963&dt_publicacao=01/07/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/07/1991 | PG:09164 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00265 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00029 | PG:00367 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00135 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100059943&dt_publicacao=17/06/1991) | [9603](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100059943&dt_publicacao=17/06/1991) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100059943&dt_publicacao=17/06/1991) | [1991/0005994-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100059943&dt_publicacao=17/06/1991) | [Decisão:20/05/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100059943&dt_publicacao=17/06/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/06/1991 | PG:08189 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00271 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00142 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000136148&dt_publicacao=25/02/1991) | [6925](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000136148&dt_publicacao=25/02/1991) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000136148&dt_publicacao=25/02/1991) | [1990/0013614-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000136148&dt_publicacao=25/02/1991) | [Decisão:06/02/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000136148&dt_publicacao=25/02/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/02/1991 | PG:01465 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00269 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00140 |

# SÚMULA 78

DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR

## Enunciado:

Compete à Justiça Militar processar e julgar policial de corporação estadual, ainda que o delito tenha sido praticado em outra unidade federativa.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00125 PAR:00004

LEG:FED DEL:006227 ANO:1944

\*\*\*\*\* CPM-44 CODIGO PENAL MILITAR ART:00009

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

08/06/1993

## Fonte:

DJ DATA:16/06/1993 PG:11926 RSSTJ VOL.:00005 PG:00279 RSTJ VOL.:00049 PG:00151

RT VOL.:00697 PG:00360

## Excerto dos Precedentes Originários:

"COMPETÊNCIA. CRIME MILITAR. - POLICIAL MILITAR. COMPETENTE PARA AÇÃO POR CRIME MILITAR COMETIDO POR POLICIAL MILITAR É A AUDITORIA DO ESTADO AO QUAL PERTENÇA A CORPORAÇÃO DO ACUSADO, AINDA QUE COMETIDO O DELITO EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO." ([CC 3159](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273159%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 06/08/1992, DJ 24/08/1992, p. 12975)

"COMPETÊNCIA. MILITAR ESTADUAL. C. F./88, ART. 125, PARÁGRAFO 4. [...] É COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO O PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE MILITAR PERTENCENTE AO SEU CORPO MILICIANO, POR CRIMES COMETIDOS E DEFINIDOS EM LEI COMO CRIMES MILITARES. [...]" ([CC 3063](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273063%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 25/06/1992, DJ 24/08/1992, p. 12975)

"COMPETÊNCIA. CRIME MILITAR COMETIDO POR POLICIAL MILITAR. COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR POLICIAL MILITAR ACUSADO DE CRIME MILITAR É A JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO A QUE PERTENCE SUA CORPORAÇÃO, MESMO QUE O DELITO TENHA SIDO PRATICADO NO TERRITÓRIO DE OUTRO ESTADO. NÃO TENDO SIDO CRIADA A JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL (ART. 125, PAR-3., DA CONSTITUIÇÃO), A COMPETÊNCIA É DA JUSTIÇA CRIMINAL COMUM DO MESMO ESTADO." ([CC 1554](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271554%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, TERCEIRA SEÇÃO,

julgado em 20/11/1990, DJ 10/12/1990, p. 14792)

"COMPETÊNCIA. CRIME MILITAR. POLICIAL MILITAR. COMPETENTE PARA O PROCESSO E JULGAMENTO É A JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO A QUE PERTENCE A CORPORAÇÃO DO POLICIAL MILITAR, MESMO QUE O CRIME HAJA SIDO COMETIDO NO TERRITÓRIO DE OUTRA UNIDADE FEDERATIVA." ([CC 1215](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271215%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 07/06/1990, DJ 06/08/1990, p. 7319)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200149707&dt_publicacao=24/08/1992) | [3159](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200149707&dt_publicacao=24/08/1992) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200149707&dt_publicacao=24/08/1992) | [1992/0014970-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200149707&dt_publicacao=24/08/1992) | [Decisão:06/08/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200149707&dt_publicacao=24/08/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/08/1992 | PG:12975 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00290 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00040 | PG:00074 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00160 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200116191&dt_publicacao=24/08/1992) | [3063](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200116191&dt_publicacao=24/08/1992) | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200116191&dt_publicacao=24/08/1992) | [1992/0011619-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200116191&dt_publicacao=24/08/1992) | [Decisão:25/06/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200116191&dt_publicacao=24/08/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/08/1992 | PG:12975 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00287 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00158 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000119928&dt_publicacao=10/12/1990) | [1554](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000119928&dt_publicacao=10/12/1990) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000119928&dt_publicacao=10/12/1990) | [1990/0011992-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000119928&dt_publicacao=10/12/1990) | [Decisão:20/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000119928&dt_publicacao=10/12/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/12/1990 | PG:14792 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00285 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00155 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000042542&dt_publicacao=06/08/1990) | [1215](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000042542&dt_publicacao=06/08/1990) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000042542&dt_publicacao=06/08/1990) | [1990/0004254-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000042542&dt_publicacao=06/08/1990) | [Decisão:07/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000042542&dt_publicacao=06/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/08/1990 | PG:07319 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00283 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00086 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00153 |

# SÚMULA 79

DIREITO BANCÁRIO - SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

## Enunciado:

Os bancos comerciais não estão sujeitos a registro nos Conselhos Regionais de Economia.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:001411 ANO:1951 ART:00014

LEG:FED LEI:004595 ANO:1964 LEG:FED LEI:006839 ANO:1980

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

08/06/1993

## Fonte:

DJ DATA:15/06/1993 PG:11835 RSSTJ VOL.:00005 PG:00293 RSTJ VOL.:00049 PG:00165

RT VOL.:00696 PG:00212

## Excerto dos Precedentes Originários:

"BANCOS COMERCIAIS. REGISTRO NOS CONSELHOS REGIONAIS DE ECONOMIA. OS BANCOS COMERCIAIS, POR SUAS ATIVIDADES BÁSICAS, NÃO SE SUJEITAM A REGISTRO NOS CONSELHOS REGIONAIS DE ECONOMIA (LEI 6.839/80, ART. 1.). [...]" ([REsp 14000](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714000%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/02/1993, DJ 15/03/1993, p. 3783)

"[...] BANCOS COMERCIAIS. REGISTROS NOS CONSELHOS REGIONAIS DE ECONOMIA. [...] Os

bancos comerciais, em razão de sua atividade básica, não estão sujeitos nos Conselhos Regionais de Economia. [...]" ([REsp 13985](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713985%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/05/1992, DJ 25/05/1992, p. 7368)

"ESTABELECIMENTO BANCÁRIO. CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA. INSCRIÇÃO. [...] ESTANDO OS BANCOS COMERCIAIS SUJEITOS À FISCALIZAÇÃO PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, EXERCENDO, APENAS, UMA ATIVIDADE DE INTERMEDIAÇÃO ECONÔMICA, NÃO ESTÃO SUJEITO A INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA. [...]" ([REsp 13708](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713708%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/04/1992, DJ 11/05/1992, p. 6413)

"[...] ESTABELECIMENTO BANCÁRIO. NÃO-OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO JUNTO AOS CONSELHOS REGIONAIS DE ECONOMIA. [...] EM RAZÃO DE SUA ATIVIDADE PRECÍPUA, AS CASAS BANCÁRIAS SÃO SUPERVISIONADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, INEXIGINDO-SE-LHES REGISTRO NOS CONSELHOS REGIONAIS DE ECONOMIA. [...]" ([REsp 13981](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713981%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/02/1992, DJ 09/03/1992, p. 2536)

## Precedentes:

[REsp 14000 DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175595&dt_publicacao=15/03/1993) [1991/0017559-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175595&dt_publicacao=15/03/1993) [Decisão:10/02/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175595&dt_publicacao=15/03/1993)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DJ** |  |  | DATA:15/03/1993 | PG:03783 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00306 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00177 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175447&dt_publicacao=25/05/1992) | [13985](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175447&dt_publicacao=25/05/1992) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175447&dt_publicacao=25/05/1992) | [1991/0017544-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175447&dt_publicacao=25/05/1992) | [Decisão:04/05/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175447&dt_publicacao=25/05/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/05/1992 | PG:07368 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00304 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00174 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100168939&dt_publicacao=11/05/1992) | [13708](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100168939&dt_publicacao=11/05/1992) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100168939&dt_publicacao=11/05/1992) | [1991/0016893-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100168939&dt_publicacao=11/05/1992) | [Decisão:06/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100168939&dt_publicacao=11/05/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/05/1992 | PG:06413 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00297 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00167 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175404&dt_publicacao=09/03/1992) | [13981](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175404&dt_publicacao=09/03/1992) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175404&dt_publicacao=09/03/1992) | [1991/0017540-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175404&dt_publicacao=09/03/1992) | [Decisão:05/02/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175404&dt_publicacao=09/03/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/03/1992 | PG:02536 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00299 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00029 | PG:00511 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00169 |
| **RT** |  |  | VOL.:00684 | PG:00195 |

# SÚMULA 80

DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS

## Enunciado:

A taxa de melhoramento dos portos não se inclui na base de cálculo do ICMS.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005172 ANO:1966

\*\*\*\*\* CTN-66 CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL ART:00004 INC:00001 INC:00002 ART:00077 ART:00097 INC:00004

LEG:FED LEI:003421 ANO:1958 ART:00003

LEG:FED DEL:000406 ANO:1968

ART:00001 INC:00002 ART:00002 INC:00004

LEG:FED DEL:001507 ANO:1976 ART:00001

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

15/06/1993

## Fonte:

DJ DATA:29/06/1993 PG:12980 RSSTJ VOL.:00005 PG:00309 RSTJ VOL.:00049 PG:00181

RT VOL.:00696 PG:00213

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] TAXA DE MELHORAMENTO DOS PORTOS - NÃO INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DO ICM (DL 406/68 - ART. 2., IV). A TAXA DE MELHORAMENTO DOS PORTOS NÃO SE CONSIDERA DESPESA ADUANEIRA PARA FINS DE INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DO ICM (DL N. 406/68 - ART. 2., IV)." ([REsp 12182](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2712182%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 26/04/1993, DJ 17/05/1993, p. 9296)

"TAXA DE MELHORAMENTO DE PORTOS - NÃO INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DO ICM. A TAXA DE MELHORAMENTO DE PORTOS NÃO É PREÇO PÚBLICO, NEM É ADICIONA DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO, É TAXA QUE, PORTANTO, NÃO SE INCLUI NA BASE DE CÁLCULO DO ICM. [...]"

([REsp 7451](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277451%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/10/1992, DJ 30/11/1992, p. 22556)

"[...] TAXA DE MELHORAMENTO DOS PORTOS. NÃO INCLUSÃO NA BASE CÁLCULO DO ICM. [...] A TAXA DE MELHORAMENTO DOS PORTOS NÃO CONSTITUI 'SOBREPREÇO PORTUÁRIO', MAS 'TAXA'. POR ISSO, NÃO HÁ COMO CONSIDERÁ-LA 'DESPESA ADUANEIRA', PARA FINS DE INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DO ICM (DECRETO-LEI N. 406/68, ART 2., IV). [...]" ([REsp 9262](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279262%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. ANTONIO DE PADUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/03/1992, DJ 06/04/1992,

p. 4475)

"[...] TAXA DE MELHORAMENTO DOS PORTOS - ICM - BASE DE CÁLCULO. OS INCISOS I E II DO ART. 4, DO CTN, NÃO INCIDEM NO CASO SOB APRECIAÇÃO, POIS A DECISÃO RECORRIDA NÃO TEVE EM CONTA A DENOMINAÇÃO DO TRIBUTO, E, NEM A SUA DESTINAÇÃO LEGAL. QUANTO AOS ART. 108 E 109, DO MESMO CÓDIGO, FORAM APLICADOS CORRETAMENTE PELO JULGADO AO CONSIDERAR QUE, SE NO ENUNCIADO DO ART. 2., INCISO IV, DO DECRETO-LEI 406/68, FOI DETERMINADA A INCLUSÃO, NA BASE DE CÁLCULO DO ICM, DOS IMPOSTOS DE IMPORTAÇÃO E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, IMPLICITAMENTE DELA FORAM EXCLUÍDOS QUAISQUER OUTROS TRIBUTOS. [...]" ([REsp 5160](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275160%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ARMANDO ROLEMBERG, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/11/1990, DJ 04/03/1991, p. 1971)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100130141&dt_publicacao=17/05/1993) | [12182](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100130141&dt_publicacao=17/05/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100130141&dt_publicacao=17/05/1993) | [1991/0013014-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100130141&dt_publicacao=17/05/1993) | [Decisão:26/04/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100130141&dt_publicacao=17/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/05/1993 | PG:09296 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00333 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00204 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100008460&dt_publicacao=30/11/1992) | [7451](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100008460&dt_publicacao=30/11/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100008460&dt_publicacao=30/11/1992) | [1991/0000846-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100008460&dt_publicacao=30/11/1992) | [Decisão:28/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100008460&dt_publicacao=30/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/11/1992 | PG:22556 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00315 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00185 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100050660&dt_publicacao=06/04/1992) | [9262](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100050660&dt_publicacao=06/04/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100050660&dt_publicacao=06/04/1992) | [1991/0005066-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100050660&dt_publicacao=06/04/1992) | [Decisão:11/03/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100050660&dt_publicacao=06/04/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/04/1992 | PG:04475 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00318 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00188 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000093171&dt_publicacao=04/03/1991) | [5160](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000093171&dt_publicacao=04/03/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000093171&dt_publicacao=04/03/1991) | [1990/0009317-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000093171&dt_publicacao=04/03/1991) | [Decisão:14/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000093171&dt_publicacao=04/03/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/03/1991 | PG:01971 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00313 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00183 |

# SÚMULA 81

DIREITO PROCESSUAL PENAL - FIANÇA

## Enunciado:

Não se concede fiança quando, em concurso material, a soma das penas mínimas cominadas for superior a dois anos de reclusão.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:003689 ANO:1941

\*\*\*\*\* CPP-41 CODIGO DE PROCESSO PENAL ART:00323 INC:00001

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

17/06/1993

## Fonte:

DJ DATA:29/06/1993 PG:12982 RSSTJ VOL.:00005 PG:00337 RSTJ VOL.:00049 PG:00209

RT VOL.:00697 PG:00360

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] FIANÇA. CONCURSO MATERIAL DE CRIMES TODOS APENADOS COM RECLUSÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 323, I, DO CPP. SOMA DAS PENAS. [...]" ([RHC 2448](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272448%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RN, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEXTA TURMA, julgado em 08/02/1993, DJ 08/03/1993, p. 3141)

"[...] CUSTÓDIA PREVENTIVA. PREVENÇÃO. FIANÇA. UNIFICAÇÃO DE AÇÕES PENAIS. ABSURDA ALEGAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PENAL POR PARTE DE PESSOA JURÍDICA. ARTS. 171, 297 C/C O ART. 69 E 171, 229 C/C OS ARTS. 67 E 71, TODOS DO CÓDIGO PENAL. ARGUIÇÕES DESPROVIDAS DE FUNDAMENTAÇÃO, QUE NENHUM EFEITO PODEM PRODUZIR CONTRA A DECISÃO UNANIME DO TRIBUNAL 'A QUO'. [...]" ([RHC 1906](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271906%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro JOSE CANDIDO DE CARVALHO FILHO, SEXTA TURMA, julgado em 13/10/1992, DJ 03/11/1992, p. 19786)

"[...] PRESTAÇÃO DE FIANÇA [...] EXISTINDO CONCURSO DE DELITOS, PARA A CONCESSÃO DE FIANÇA, LEVA-SE EM CONTA, A SOMA DAS PENAS MÍNIMAS, EM ABSTRATO, ANTES DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA. APÓS ESTA, HÁ QUE SE CONSIDERAR A SOMATÓRIA DAS PENAS CONCRETIZADAS. [...]" ([RHC 1354](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271354%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA,

julgado em 11/09/1991, DJ 30/09/1991, p. 13495)

"[...] PECULATO. CONCURSO MATERIAL. DENÚNCIA. RECEBIMENTO. AÇÃO PENAL PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA. - PERFECTIBILIDADE. FIÉIS AOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP, INCENSURÁVEIS SE MOSTRAM OS TERMOS DA DENÚNCIA. - NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. PRESCINDE- SE DA FORMALIDADE NOS CRIMES INAFIANÇÁVEIS, ENTENDIDOS COMO TAIS OS COMETIDOS EM CUMULO MATERIAL QUE COMINE PENA MÍNIMA SUPERIOR A DOIS ANOS DE RECLUSÃO. [...]" ([HC 798](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27798%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 02/09/1991, DJ 16/09/1991, p. 12641)

"[...] LIBERDADE PROVISÓRIA. FIANÇA. CONCURSO MATERIAL. IMPUTADA AO RÉU A PRÁTICA DE CRIMES EM CONCURSO MATERIAL, CUJA SOMA DAS SANÇÕES MÍNIMAS ULTRAPASSA O LIMITE DE DOIS ANOS, DESCABE O BENEFÍCIO DA FIANÇA PARA A CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. [...]" ([RHC 273](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27273%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, SEXTA TURMA, julgado em 17/10/1989, DJ 06/11/1989, p. 16695)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200325726&dt_publicacao=08/03/1993) | [2448 RN](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200325726&dt_publicacao=08/03/1993) | | [1992/0032572-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200325726&dt_publicacao=08/03/1993) | [Decisão:08/02/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200325726&dt_publicacao=08/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/03/1993 | PG:03141 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00356 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00228 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200074553&dt_publicacao=03/11/1992) | [1906](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200074553&dt_publicacao=03/11/1992) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200074553&dt_publicacao=03/11/1992) | [1992/0007455-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200074553&dt_publicacao=03/11/1992) | [Decisão:13/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200074553&dt_publicacao=03/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/11/1992 | PG:19786 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00353 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00040 | PG:00119 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00224 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132691&dt_publicacao=30/09/1991) | [1354](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132691&dt_publicacao=30/09/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132691&dt_publicacao=30/09/1991) | [1991/0013269-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132691&dt_publicacao=30/09/1991) | [Decisão:11/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132691&dt_publicacao=30/09/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/09/1991 | PG:13495 |
| **JBC** |  |  | VOL.:00038 | PG:00085 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00350 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00221 |
| **RT** |  |  | VOL.:00684 | PG:00364 |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100123250&dt_publicacao=16/09/1991) | [798](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100123250&dt_publicacao=16/09/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100123250&dt_publicacao=16/09/1991) | [1991/0012325-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100123250&dt_publicacao=16/09/1991) | [Decisão:02/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100123250&dt_publicacao=16/09/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/09/1991 | PG:12641 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00341 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00216 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900103652&dt_publicacao=06/11/1989) | [273](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900103652&dt_publicacao=06/11/1989) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900103652&dt_publicacao=06/11/1989) | [1989/0010365-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900103652&dt_publicacao=06/11/1989) | [Decisão:17/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900103652&dt_publicacao=06/11/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/11/1989 | PG:16695 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00345 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00126 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00211 |

# SÚMULA 82

DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

## Enunciado:

Compete à Justiça Federal, excluídas as reclamações trabalhistas, processar e julgar os feitos relativos a movimentação do FGTS.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00109 INC:00001

LEG:FED LEI:008036 ANO:1990

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

18/06/1993

## Fonte:

DJ DATA:02/07/1993 PG:13283

RLTR VOL.:00007 JULHO/1993 PG:00879 RLTR VOL.:00009 SETEMRO/1993 PG:01113 RSSTJ VOL.:00005 PG:00361

RSTJ VOL.:00049 PG:00233 RT VOL.:00696 PG:00213

## Excerto dos Precedentes Originários:

"COMPETÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL AUTÁRQUICO. LIBERAÇÃO FGTS. [...] TENDO A UNIÃO FEDERAL INTERESSE NO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO / FGTS, IMPÕE- SE A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA RESOLVER PEDIDO DE LIBERAÇÃO FEITO POR SERVIDOR PÚBLICO. [...]" ([CC 3918](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273918%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 17/12/1992, DJ 15/02/1993, p. 1663)

"[...] COMPETÊNCIA - FGTS - QUANDO A CAUSA DE PEDIR É A RESTITUIÇÃO DO FGTS, INEXISTE CONTROVÉRSIA ORIUNDA DA RELAÇÃO DE TRABALHO. TAL RELAÇÃO SE FORMA COM A CEF, DEPOSITÁRIA DO RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL." ([CC 3924](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273924%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, TERCEIRA SECAO, julgado em 17/12/1992, DJ 29/03/1993, p. 5215)

"O FGTS NÃO É ACESSÓRIO DO CONTRATO DE TRABALHO. COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL CONHECER LIDE ENTRE PARTICULAR E A UNIÃO FEDERAL, VISANDO LIBERAR PARCELAS DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO, SEM QUALQUER DISCUSSÃO QUANTO AO VINCULO DE TRABALHO." ([CC 3512](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273512%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 17/11/1992, DJ 14/12/1992, p. 23890)

"[...] Conflito Negativo de Competência - Ação Para Movimentar o FGTS - Lei nº 5.107/66. [...] Não questionada obrigação do empregador, mas apenas quanto à possibilidade de movimentação de contribuições recolhidas ao FGTS, inexistente litígio trabalhista, não há o desfrute processual da competência especializada, reservada à Justiça do Trabalho (art. 114, CF.). 2. Ocorrente interesse da Caixa Econômica Federal, empresa pública gestora do FGTS, reforça-se o deslocamento da competência (art. 109, I, CF.). 3. Competência da Justiça Federal. [...]" ([CC 3681](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273681%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 17/11/1992, DJ 01/02/1993, p. 426)

"COMPETÊNCIA. AÇÃO VISANDO AO LEVANTAMENTO DO FGTS. SERVIDORES. CONVERSÃO AO 'REGIME ÚNICO'. JUSTIÇA FEDERAL. [...] SENDO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CENTRALIZADORA DOS RECURSOS E AGENTE OPERADORA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO, EXSURGE EVIDENTE O SEU INTERESSE NA CAUSA E A NECESSIDADE DE SUA INTEGRAÇÃO À RELAÇÃO PROCESSUAL, CUJA INDICAÇÃO, ALIÁS, FOI FEITA NA INICIAL. II - NÃO SE TRATANDO DE DISSÍDIO ENTRE EMPREGADOR E EMPREGADO E HAVENDO REGRA ESPECÍFICA DE COMPETÊNCIA RATIONE PERSONAE (ARTIGO 109, INCISO I, CONSTITUIÇÃO), DEVE A MESMA SER OBSERVADA. III - COMPETÊNCIA DO JUÍZO FEDERAL SUSCITADO." ([CC 3832](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273832%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 17/11/1992, DJ 17/12/1992, p. 24205)

"[...] COMPETÊNCIA. LEVANTAMENTO DO FGTS. COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR PEDIDO DE LEVANTAMENTO DE DEPÓSITOS DO FGTS. [...]" ([CC 3471](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273471%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 17/09/1992, DJ 05/10/1992, p. 17065)

"COMPETÊNCIA. FGTS. MOVIMENTAÇÃO. [...] A MOVIMENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS DO FGTS, EXCLUÍDAS AS HIPÓTESES DE RECLAMATÓRIOS TRABALHISTAS, CONSTITUI MATÉRIA ADMINISTRATIVA, EM QUE OCORRE INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, EMPRESA PÚBLICA. GESTOR DO FUNDO, SENDO, POIS, O RESPECTIVO FEITO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL (CONSTITUIÇÃO, ART. 109, I). II - CONFLITO DE QUE SE CONHECE A FIM DE DECLARAR- SE A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL." ([CC 3067](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273067%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 16/06/1992, DJ 10/08/1992, p. 11940)

"[...] CONFLITO DE COMPETÊNCIA EM AÇÃO PROMOVIDA PARA LEVANTAMENTO DO FGTS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL (ARTIGO 109, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). O ENTENDIMENTO PREDOMINANTE NA PRIMEIRA SEÇÃO DESTE EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA É NO SENTIDO DE QUE, NAS AÇÕES RELATIVAS AO FGTS, A COMPETÊNCIA PARA JULGA-LAS É DA JUSTIÇA FEDERAL, DADO O INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CENTRALIZADORA E GESTORA DO REFERIDO FUNDO. CONHECIDO O CONFLITO, PARA DECLARAR COMPETENTE O JUIZO FEDERAL, SUSCITANTE. [...]" ([CC 2907](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272907%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SE, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/05/1992, DJ 29/06/1992, p. 10255)

"[...] FUNDO DE GARANTIA. A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL É O AGENTE OPERADOR DOS RECURSOS DO F.G.T.S. O GESTOR E O MINISTRO DA AÇÃO SOCIAL. A CEF É PARTE. A COMPETÊNCIA E DA JUSTIÇA FEDERAL. [...]" ([CC 2595](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272595%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA

SEÇÃO, julgado em 24/03/1992, DJ 04/05/1992, p. 5842)

"COMPETÊNCIA. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. FGTS. PRECEDENTES DO STF E STJ. HAVENDO INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, DESLOCA-SE A COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, ANULANDO-SE OS ATOS PRATICADOS PELO JUIZ ESTADUAL (CF, ART. 109, I)." ([CC 2162](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272162%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/10/1991, DJ 11/11/1991, p. 16130)

"COMPETÊNCIA. FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO. SAQUE. INTERESSE DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. [...] OCORRENDO INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, EMPRESA PÚBLICA FEDERAL, CENTRALIZADORA DOS RECURSOS E GESTORA DO FUNDO DE GARANTIA, COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL APRECIAR OS PEDIDOS DE MOVIMENTAÇÃO DA CONTA, SEM SE COGITAR DE LITÍGIO ENTRE EMPREGADO E EMPREGADOR." ([CC 2195](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272195%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/10/1991, DJ 04/11/1991, p. 15651)

"[...] ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DO FGTS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL APRECIAR E DECIDIR PEDIDO DE LEVANTAMENTO DO FGTS UMA VEZ CITADO O GESTOR DO FUNDO. [...]" ([CC 896](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27896%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, PRIMEIRA

SEÇÃO, julgado em 24/04/1990, DJ 04/06/1990, p. 5046)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200309798&dt_publicacao=15/02/1993) | [3918](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200309798&dt_publicacao=15/02/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200309798&dt_publicacao=15/02/1993) | [1992/0030979-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200309798&dt_publicacao=15/02/1993) | [Decisão:17/12/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200309798&dt_publicacao=15/02/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/02/1993 | PG:01663 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00389 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00262 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200310133&dt_publicacao=29/03/1993) | [3924](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200310133&dt_publicacao=29/03/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200310133&dt_publicacao=29/03/1993) | [1992/0031013-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200310133&dt_publicacao=29/03/1993) | [Decisão:17/12/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200310133&dt_publicacao=29/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/03/1993 | PG:05215 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00390 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00264 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200220436&dt_publicacao=14/12/1992) | [3512](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200220436&dt_publicacao=14/12/1992) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200220436&dt_publicacao=14/12/1992) | [1992/0022043-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200220436&dt_publicacao=14/12/1992) | [Decisão:17/11/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200220436&dt_publicacao=14/12/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/12/1992 | PG:23890 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00382 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00254 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200260349&dt_publicacao=01/02/1993) | [3681](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200260349&dt_publicacao=01/02/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200260349&dt_publicacao=01/02/1993) | [1992/0026034-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200260349&dt_publicacao=01/02/1993) | [Decisão:17/11/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200260349&dt_publicacao=01/02/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/02/1993 | PG:00426 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00384 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00257 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200285694&dt_publicacao=17/12/1992) | [3832](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200285694&dt_publicacao=17/12/1992) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200285694&dt_publicacao=17/12/1992) | [1992/0028569-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200285694&dt_publicacao=17/12/1992) | [Decisão:17/11/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200285694&dt_publicacao=17/12/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/12/1992 | PG:24205 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00386 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00260 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200211488&dt_publicacao=05/10/1992) | [3471](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200211488&dt_publicacao=05/10/1992) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200211488&dt_publicacao=05/10/1992) | [1992/0021148-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200211488&dt_publicacao=05/10/1992) | [Decisão:17/09/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200211488&dt_publicacao=05/10/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/10/1992 | PG:17065 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00379 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00251 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200117899&dt_publicacao=10/08/1992) | [3067](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200117899&dt_publicacao=10/08/1992) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200117899&dt_publicacao=10/08/1992) | [1992/0011789-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200117899&dt_publicacao=10/08/1992) | [Decisão:16/06/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200117899&dt_publicacao=10/08/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/08/1992 | PG:11940 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00377 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00248 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200062644&dt_publicacao=29/06/1992) | [2907](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200062644&dt_publicacao=29/06/1992) | [SE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200062644&dt_publicacao=29/06/1992) | [1992/0006264-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200062644&dt_publicacao=29/06/1992) | [Decisão:26/05/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200062644&dt_publicacao=29/06/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/06/1992 | PG:10255 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00374 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00246 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100239720&dt_publicacao=04/05/1992) | [2595](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100239720&dt_publicacao=04/05/1992) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100239720&dt_publicacao=04/05/1992) | [1991/0023972-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100239720&dt_publicacao=04/05/1992) | [Decisão:24/03/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100239720&dt_publicacao=04/05/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/05/1992 | PG:05842 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00372 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00243 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100126381&dt_publicacao=11/11/1991) | [2162](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100126381&dt_publicacao=11/11/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100126381&dt_publicacao=11/11/1991) | [1991/0012638-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100126381&dt_publicacao=11/11/1991) | [Decisão:11/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100126381&dt_publicacao=11/11/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/11/1991 | PG:16130 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00367 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00239 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132772&dt_publicacao=04/11/1991) | [2195](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132772&dt_publicacao=04/11/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132772&dt_publicacao=04/11/1991) | [1991/0013277-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132772&dt_publicacao=04/11/1991) | [Decisão:11/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132772&dt_publicacao=04/11/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/11/1991 | PG:15651 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00369 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00078 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00240 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000000041&dt_publicacao=04/06/1990) | [896](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000000041&dt_publicacao=04/06/1990) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000000041&dt_publicacao=04/06/1990) | [1990/0000004-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000000041&dt_publicacao=04/06/1990) | [Decisão:24/04/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000000041&dt_publicacao=04/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/06/1990 | PG:05046 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00365 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00235 |

# SÚMULA 83

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL

## Enunciado:

Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

18/06/1993

## Fonte:

DJ DATA:02/07/1993 PG:13283 RSSTJ VOL.:00005 PG:00393 RSTJ VOL.:00049 PG:00267

RT VOL.:00696 PG:00213

## Excerto dos Precedentes Originários:

"SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - PLANO DE EQUIVALÊNCIA SALARIAL - REAJUSTE DE PRESTAÇÕES. [...] DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL SUPERADA FACE A ORIENTAÇÃO ADOTADA PELO STJ, EM SITUAR, NA HIPÓTESE, A VARIAÇÃO DOS REAJUSTES DA CASA PRÓPRIA DENTRO DOS PARÂMETROS DA CLÁUSULA DE EQUIVALÊNCIA SALARIAL." ([REsp 11349](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711349%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RN, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/10/1992, DJ 30/11/1992, p. 22557)

"TRIBUTÁRIO - IOF SOBRE CÂMBIO - ISENÇÃO - GUIAS EXPEDIDAS ANTERIORMENTE A 01 DE JULHO DE 1988 - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL SUPERADA - PRECEDENTES STJ. NÃO GOZAM DA ISENÇÃO CONCEDIDA PELO ART. 6. DO DECRETO-LEI N. 2.434/88, AS OPERAÇÕES DE CÂMBIO CUJAS GUIAS DE IMPORTAÇÃO TENHAM SIDO EXPEDIDAS ANTERIORMENTE A 01 DE JULHO DE 1988. ENTENDIMENTO RECONHECIDO NESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E PROCLAMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL." ([REsp 22587](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2722587%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/09/1992, DJ 16/11/1992, p. 21127)

"CIVIL. CONSÓRCIO. RETIRADA OU EXCLUSÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. DIVERGÊNCIA SUPERADA. NÃO SE CONHECE DE RECURSO ESPECIAL DE ACORDÃO QUE DETERMINA A INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÀRIA SOBRE AS PRESTAÇÕES PAGAS, EM CONSÓRCIO PARA AQUISIÇÃO DE BEM DURÁVEL, QUANDO, POR RETIRADA OU EXCLUSÃO DO CONSORCIADO, LHE FOREM AS MESMAS DEVOLVIDAS, CONSIDERANDO-SE SUPERADA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL, EM FACE DO ENUNCIADO DA SÚMULA 35/STJ." ([REsp 22728](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2722728%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/08/1992, DJ 14/09/1992, p. 14970)

"ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. SERVIDÃO PERPÉTUA DE ELETRODUTO. INDENIZAÇÃO. JUROS COMPENSATÓRIOS. DIVERGÊNCIA SUPERADA, EM FACE DA ORIENTAÇÃO PREDOMINANTE NA PRIMEIRA TURMA, ADOTANDO ENTENDIMENTO JÁ SUFRAGADO NA SEGUNDA TURMA DESTA EGRÉGIA CORTE. [...]" ([EREsp 5922](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275922%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 16/06/1992, DJ 17/08/1992, p. 12478)

"LOCAÇÃO. RETOMADA PARA USO PRÓPRIO. LEI 6649/79, ART. 52, X. PROCESSO CIVIL. INOCORRÊNCIA DE OFENSA AOS ARTS. 330 E 458, CPC. HONORÁRIOS. DISSÍDIO JÁ SUPERADO (SÚMULA/STF, VERBETE 286). RECURSO NÃO CONHECIDO. [...] JÁ ESTANDO SUPERADO O DISSÍDIO, NÃO SE HÁ DE CONHECER DO RECURSO ESPECIAL PELA ALÍNEA 'C' DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. II - ESTANDO O ACÓRDÃO FUNDAMENTADO, PODE-SE NÃO CONCORDAR COM SUA MOTIVAÇÃO, MAS NÃO NEGA-LA. III - A VIA DO RECURSO ESPECIAL NÃO É HÁBIL À APRECIAÇÃO DA PROVA." ([REsp 10399](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710399%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/1991, DJ 24/02/1992, p. 1873)

"RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO SUPERADO. SÚMULA N. 30 DO STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO. SUPERADA A DIVERGÊNCIA ATRAVÉS DE JURISPRUDÊNCIA SUMULADA NÃO SE CONHECE DO RECURSO ESPECIAL." ([REsp 12474](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2712474%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/1991, DJ 09/03/1992, p. 2575)

"EMBARGOS À EXECUÇÃO. CUMULAÇÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA COM A COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. PELA RESOLUÇÃO N. 1129/86, DO BANCO CENTRAL, A COMISSÃO DE PERMANÊNCIA JÁ É CALCULADA AS MESMAS TAXAS PACTUADAS NO CONTRATO ORIGINAL OU A TAXA DE MERCADO DO DIA DO PAGAMENTO, E EXIGIDA JUNTO COM OS 'JUROS DE MORA NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR', DE FORMA QUE, EXIGIDA A COMISSÃO, A DESVALORIZAÇÃO DA MOEDA JÁ ESTÁ COMPENSADA. INCABÍVEL, POIS, A CUMULAÇÃO COM A CORREÇÃO MONETÁRIA. DIVERGÊNCIA SUPERADA - SÚMULA 247 DO STF. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NÃO CONHECIDOS." ([EREsp 2868](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272868%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 30/10/1991, DJ 25/11/1991, p. 17041)

"CONCORDATA PREVENTIVA. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. PRINCÍPIO DA SÚMULA 8. DISSÍDIO SUPERADO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO." ([REsp 5880](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275880%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/10/1991, DJ 04/11/1991, p. 15681)

"INARMONIA JURISPRUDENCIAL SUPERADA. [...] DECISÃO OFERECIDA COMO PARADIGMA, DE ENTENDIMENTO JÁ ULTRAPASSADO PELA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE, NÃO PRESTA PARA A DEMONSTRAÇÃO DA DISCORDÂNCIA ALEGADA. - PRINCÍPIO DA SÚMULA N. 247 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NÃO CONHECIDOS. [...]" ([EREsp 2873](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272873%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/09/1991, DJ 02/12/1991, p. 17510)

"RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DE TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA. DLS. NS. 2283 E 2284/86. INADMISSÃO PELO TRIBUNAL A QUO. [...] DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SUPERADA EM FACE DO ENTENDIMENTO DA TURMA SOBRE A ESPÉCIE (RESP.1746). - JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. MESMO QUE A DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM TENHA SE MANIFESTADO SOBRE O MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL, NÃO FICA ESTA CORTE IMPEDIDA DE REEXAMINAR OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO APELO EXTREMO. - UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INOPORTUNIDADE DE SE INSTAURAR TAL INCIDENTE, POR ISSO QUE REQUERIDO EM AGRAVO REGIMENTAL CUJA APRECIAÇÃO SE CINGE AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. [...]" ([AgRg no Ag 6511](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276511%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/12/1990, DJ 04/03/1991, p. 1980)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100104264&dt_publicacao=30/11/1992) | [11349](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100104264&dt_publicacao=30/11/1992) | [RN](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100104264&dt_publicacao=30/11/1992) | [1991/0010426-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100104264&dt_publicacao=30/11/1992) | [Decisão:14/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100104264&dt_publicacao=30/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/11/1992 | PG:22557 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00412 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00287 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200119786&dt_publicacao=16/11/1992) | [22587](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200119786&dt_publicacao=16/11/1992) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200119786&dt_publicacao=16/11/1992) | [1992/0011978-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200119786&dt_publicacao=16/11/1992) | [Decisão:23/09/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200119786&dt_publicacao=16/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/11/1992 | PG:21127 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00418 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00293 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200123384&dt_publicacao=14/09/1992) | [22728](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200123384&dt_publicacao=14/09/1992) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200123384&dt_publicacao=14/09/1992) | [1992/0012338-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200123384&dt_publicacao=14/09/1992) | [Decisão:04/08/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200123384&dt_publicacao=14/09/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/09/1992 | PG:14970 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00420 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00296 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100241490&dt_publicacao=17/08/1992) | [5922](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100241490&dt_publicacao=17/08/1992) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100241490&dt_publicacao=17/08/1992) | [1991/0024149-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100241490&dt_publicacao=17/08/1992) | [Decisão:16/06/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100241490&dt_publicacao=17/08/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/08/1992 | PG:12478 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00404 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00280 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100078719&dt_publicacao=24/02/1992) | [10399](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100078719&dt_publicacao=24/02/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100078719&dt_publicacao=24/02/1992) | [1991/0007871-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100078719&dt_publicacao=24/02/1992) | [Decisão:18/12/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100078719&dt_publicacao=24/02/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/02/1992 | PG:01873 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00409 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00283 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100139378&dt_publicacao=09/03/1992) | [12474](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100139378&dt_publicacao=09/03/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100139378&dt_publicacao=09/03/1992) | [1991/0013937-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100139378&dt_publicacao=09/03/1992) | [Decisão:17/12/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100139378&dt_publicacao=09/03/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/03/1992 | PG:02575 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00414 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00289 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000128218&dt_publicacao=25/11/1991) | [2868](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000128218&dt_publicacao=25/11/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000128218&dt_publicacao=25/11/1991) | [1990/0012821-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000128218&dt_publicacao=25/11/1991) | | [Decisão:30/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000128218&dt_publicacao=25/11/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/11/1991 | | PG:17041 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | | PG:00399 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | | PG:00272 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000110939&dt_publicacao=04/11/1991) | [5880](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000110939&dt_publicacao=04/11/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000110939&dt_publicacao=04/11/1991) | [1990/0011093-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000110939&dt_publicacao=04/11/1991) | | [Decisão:17/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000110939&dt_publicacao=04/11/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/11/1991 | | PG:15681 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | | PG:00407 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | | PG:00277 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000130441&dt_publicacao=02/12/1991) | [2873](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000130441&dt_publicacao=02/12/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000130441&dt_publicacao=02/12/1991) | [1990/0013044-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000130441&dt_publicacao=02/12/1991) | | [Decisão:25/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000130441&dt_publicacao=02/12/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/12/1991 | | PG:17510 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00005 | | PG:00402 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | | PG:00274 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000110610&dt_publicacao=04/03/1991) | [6511](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000110610&dt_publicacao=04/03/1991) | | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000110610&dt_publicacao=04/03/1991) | [1990/0011061-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000110610&dt_publicacao=04/03/1991) | [Decisão:17/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000110610&dt_publicacao=04/03/1991) |
| **DJ** |  | |  | DATA:04/03/1991 | PG:01980 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00005 | PG:00397 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00049 | PG:00269 |
| **RT** |  | |  | VOL.:00672 | PG:00227 |

# SÚMULA 84

DIREITO DO CONSUMIDOR - CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL

## Enunciado:

É admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóvel, ainda que desprovido do registro.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:01046 PAR:00001

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

18/06/1993

## Fonte:

DJ DATA:02/07/1993 PG:13283 RSSTJ VOL.:00006 PG:00011 RSTJ VOL.:00049 PG:00299

RT VOL.:00696 PG:00213

## Excerto dos Precedentes Originários:

"EMBARGOS DE TERCEIRO. ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA NÃO REGISTRADA. [...] O COMPRADOR POR ESCRITURA PÚBLICA NÃO REGISTRADA, DEVIDAMENTE IMITIDO NA POSSE DO IMÓVEL, PODE OPOR EMBARGOS DE TERCEIRO, PARA IMPEDIR PENHORA PROMOVIDA POR CREDOR DO VENDEDOR. [...]" ([REsp 9448](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279448%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 31/03/1993, DJ 26/04/1993, p. 7186)

"[...] EMBARGOS DE TERCEIRO. PROMESSA DE VENDA QUITADA. O PROMISSÁRIO COMPRADOR DE IMÓVEL, COM OBRIGAÇÃO QUITADA, TEM AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO, PARA DEFESA DA POSSE, QUE SEU TÍTULO INDUZ, DE CONSTRIÇÃO JUDICIAL, AINDA QUE NÃO SE ENCONTRE O MESMO INSCRITO NO REGISTRO IMOBILIÁRIO." ([REsp 8598](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278598%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/04/1991, DJ 06/05/1991, p. 5667)

"[...] EMBARGOS DE TERCEIRO. [...] A jurisprudência de ambas as Turmas componentes da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, afastando a restrição imposta pelo enunciado da Súm. 621/STF, norteou-se no sentido de admitir o processamento de ação de embargos de terceiro fundados em compromisso de compra e venda desprovido de registro imobiliário (RESP Nº 662, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER; RESP nº 866, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO; RESP nº 633, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO; RESP Nº 696, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR; RESP Nº

188 E 247, de que fui Relator). [...]" ([REsp 573](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27573%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BUENO DE SOUZA, QUARTA TURMA, julgado em 08/05/1990, DJ 06/08/1990, p. 7337)

"EMBARGOS DE TERCEIRO. PROMESSA DE COMPRA E VENDA NÃO REGISTRADA. [...] Direito do

promitente comprador, imitido na posse, à defesa desta, através de embargos de terceiro. [...]" ([REsp 2286](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272286%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/04/1990, DJ 07/05/1990, p. 3830)

"EMBARGOS DE TERCEIRO POSSUIDOR, OPOSTOS POR PROMITENTE COMPRADOR ANTE PENHORA DO IMÓVEL PROMETIDO COMPRAR. O PROMITENTE COMPRADOR, POR CONTRATO IRREVOGÁVEL, DEVIDAMENTE IMITIDO NA POSSE PLENA DO IMÓVEL, PODE OPOR EMBARGOS DE TERCEIRO POSSUIDOR - CPC, ART. 1.046, PAR-1. - PARA IMPEDIR PENHORA PROMOVIDA POR CREDOR DO PROMITENTE VENDEDOR. A AÇÃO DO PROMITENTE COMPRADOR NÃO É OBSTADA PELA CIRCUNSTÂNCIA DE NÃO SE ENCONTRAR O PRÉ-CONTRATO REGISTRADO NO OFÍCIO IMOBILIÁRIO. INOCORRÊNCIA DE FRAUDE À EXECUÇÃO. O REGISTRO IMOBILIÁRIO SOMENTE É IMPRESCINDÍVEL PARA A OPONIBILIDADE FACE AQUELES TERCEIROS QUE PRETENDAM SOBRE O IMÓVEL DIREITO JURIDICAMENTE INCOMPATÍVEL COM A PRETENSÃO AQUISITIVA DO PROMITENTE COMPRADOR. NÃO É O CASO DO CREDOR DO PROMITENTE VENDEDOR. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271172%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [1172](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271172%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 13/02/1990, DJ 16/04/1990,

p. 2878)

"[...] EMBARGOS DE TERCEIROS. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA E DE CESSÃO DE DIREITOS NÃO INSCRITO NO REGISTRO DE IMÓVEL. POSSE. PENHORA. EXECUÇÃO. ART. 1.046, DO CPC. [...] INEXISTENTE FRAUDE, ENCONTRANDO-SE OS RECORRIDOS NA POSSE MANSA E PACÍFICA DO IMÓVEL DESDE 1983, ESTÃO LEGITIMADOS, NA QUALIDADE DE POSSUIDORES A OPOR EMBARGOS DE TERCEIROS, COM BASE EM CONTRATO DE COMPRA E VENDA E DE CESSÃO DE DIREITO NÃO INSCRITO NO REGISTRO DE IMÓVEL, PARA PLEITEAR A EXCLUSÃO DO BEM, OBJETO DA PENHORA NO PROCESSO DE EXECUÇÃO, ONDE NÃO ERAM PARTE, A TEOR DO ART. 1.046, PARÁGRAFO 1, DO CPC. [...]" ([REsp 662](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27662%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, Rel. p/

Acórdão Ministro ILMAR GALVAO, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/10/1989, DJ 20/11/1989, p. 17293)

"EMBARGOS DE TERCEIRO. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA E CESSÃO, NÃO INSCRITO NO REGISTRO DE IMÓVEIS. PREÇO QUITADO. POSSE. PENHORA. SÚMULA N. 621 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. [...] HAVENDO JUSTA POSSE E QUITAÇÃO DO PREÇO, O PROMITENTE COMPRADOR, EMBORA NÃO TENHA REGISTRADO O CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA, PODE OPOR EMBARGOS DE TERCEIRO A FIM DE LIVRAR DE CONSTRIÇÃO JUDICIAL O BEM PENHORADO. [...]" ([REsp 696](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27696%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 17/10/1989, DJ 20/11/1989, p. 17296)

"EMBARGOS DE TERCEIRO - PROMESSA DE COMPRA E VENDA NÃO REGISTRADA. O PROMITENTE COMPRADOR, IMITIDO NA POSSE, PODERÁ DEFENDÊ-LA PELA VIA DOS EMBARGOS DE TERCEIRO." ([REsp 866](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27866%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA,

julgado em 10/10/1989, DJ 30/10/1989, p. 16510)

"POSSE IMOBILIÁRIA. CONSTRIÇÃO EXECUTÓRIA. EMBARGOS DE TERCEIRO. PODE MANIFESTAR EMBARGOS DE TERCEIRO O POSSUIDOR, QUALQUER QUE SEJA O DIREITO EM VIRTUDE DO QUAL TENHA A POSSE DO BEM PENHORADO OU POR OUTRO MODO CONSTRITO. O TITULAR DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA, IRREVOGÁVEL E QUITADA, ESTANDO NA POSSE DO IMÓVEL, PODE-SE OPOR A PENHORA DESTE MEDIANTE EMBARGOS DE TERCEIRO, EM EXECUÇÃO INTENTADA CONTRA O PROMITENTE VENDEDOR, AINDA QUE A PROMESSA NÃO ESTEJA INSCRITA. [...]" ([REsp 226](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27226%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GUEIROS LEITE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/09/1989, DJ 30/10/1989, p. 16508)

"[...] EMBARGOS DE TERCEIRO. RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA COM A SÚMULA 621 DO STF. [...] É ADMISSÍVEL A OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO FUNDADOS EM ALEGAÇÃO DE POSSE ADVINDA DE CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DESPROVIDO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO. 2- INOCORRÊNCIA IN CASU DE FRAUDE À EXECUÇÃO. [...]" ([REsp 188](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27188%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR,

Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, Rel. p/ Acórdão Ministro BUENO DE SOUZA, QUARTA TURMA, julgado em 08/08/1989, DJ 31/10/1989, p. 16557)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100056057&dt_publicacao=26/04/1993) | [9448](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100056057&dt_publicacao=26/04/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100056057&dt_publicacao=26/04/1993) | [1991/0005605-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100056057&dt_publicacao=26/04/1993) | [Decisão:31/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100056057&dt_publicacao=26/04/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/04/1993 | PG:07186 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00099 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00048 | PG:00152 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00389 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100034010&dt_publicacao=06/05/1991) | [8598](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100034010&dt_publicacao=06/05/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100034010&dt_publicacao=06/05/1991) | [1991/0003401-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100034010&dt_publicacao=06/05/1991) | [Decisão:08/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100034010&dt_publicacao=06/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/05/1991 | PG:05667 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00096 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00386 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900097644&dt_publicacao=06/08/1990) | [573](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900097644&dt_publicacao=06/08/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900097644&dt_publicacao=06/08/1990) | [1989/0009764-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900097644&dt_publicacao=06/08/1990) | [Decisão:08/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900097644&dt_publicacao=06/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/08/1990 | PG:07337 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00043 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00314 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00330 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000017572&dt_publicacao=07/05/1990) | [2286](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000017572&dt_publicacao=07/05/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000017572&dt_publicacao=07/05/1990) | [1990/0001757-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000017572&dt_publicacao=07/05/1990) | [Decisão:17/04/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000017572&dt_publicacao=07/05/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/05/1990 | PG:03830 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00094 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00468 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00383 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900111264&dt_publicacao=16/04/1990) | [1172](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900111264&dt_publicacao=16/04/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900111264&dt_publicacao=16/04/1990) | [1989/0011126-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900111264&dt_publicacao=16/04/1990) | [Decisão:13/02/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900111264&dt_publicacao=16/04/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/04/1990 | PG:02878 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00175 | PG:00082 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00087 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00376 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099396&dt_publicacao=20/11/1989) | [662](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099396&dt_publicacao=20/11/1989) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099396&dt_publicacao=20/11/1989) | [1989/0009939-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099396&dt_publicacao=20/11/1989) | [Decisão:17/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099396&dt_publicacao=20/11/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/11/1989 | PG:17293 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00154 | PG:00219 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00064 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00352 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00344 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099760&dt_publicacao=20/11/1989) | [696](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099760&dt_publicacao=20/11/1989) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099760&dt_publicacao=20/11/1989) | [1989/0009976-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099760&dt_publicacao=20/11/1989) | [Decisão:17/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900099760&dt_publicacao=20/11/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/11/1989 | PG:17296 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00070 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00358 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900103784&dt_publicacao=30/10/1989) | [866](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900103784&dt_publicacao=30/10/1989) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900103784&dt_publicacao=30/10/1989) | [1989/0010378-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900103784&dt_publicacao=30/10/1989) | [Decisão:10/10/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900103784&dt_publicacao=30/10/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/10/1989 | PG:16510 |
| **JTARS** |  |  | VOL.:00074 | PG:00146 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00085 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00373 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900085093&dt_publicacao=30/10/1989) | [226](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900085093&dt_publicacao=30/10/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900085093&dt_publicacao=30/10/1989) | [1989/0008509-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900085093&dt_publicacao=30/10/1989) | [Decisão:19/09/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900085093&dt_publicacao=30/10/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/10/1989 | PG:16508 |
| **RJM** |  |  | VOL.:00070 | PG:00072 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00029 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00316 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00403 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900084216&dt_publicacao=31/10/1989) | [188](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900084216&dt_publicacao=31/10/1989) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900084216&dt_publicacao=31/10/1989) | [1989/0008421-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900084216&dt_publicacao=31/10/1989) | [Decisão:08/08/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900084216&dt_publicacao=31/10/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:31/10/1989 | PG:16557 |
| **RJTJRS** |  |  | VOL.:00140 | PG:00031 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00015 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00301 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00383 |

# SÚMULA 85

DIREITO ADMINISTRATIVO - PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

## Enunciado:

Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior a propositura da ação.

Referências Legislativas: LEG:FED DEC:020910 ANO:1932 ART:00003

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

18/06/1993

## Fonte:

DJ DATA:02/07/1993 PG:13283 RSSTJ VOL.:00006 PG:00103 RSTJ VOL.:00049 PG:00393

RT VOL.:00696 PG:00213 RTRF3 VOL.:00033 PG:00133

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] FUNCIONÁRIO. VANTAGENS. PRESCRIÇÃO. TRATANDO-SE DE VANTAGEM DEVIDA A FUNCIONARIO PÚBLICO, REFERENTE A PAGAMENTO EFETUADO PARCELADAMENTE, A PRESCRIÇÃO NÃO ATINGE O PRÓPRIO FUNDO DO DIREITO." ([REsp 31661](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2731661%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 17/02/1993, DJ 15/03/1993, p. 3839)

"[...] VANTAGEM FUNCIONAL - ADICIONAIS DE SEXTA PARTE - PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO [...] EM SE TRATANDO DE RELAÇÃO CONTINUADA E INEXISTINDO RECUSA FORMAL DA ADMINISTRAÇÃO AO RECONHECIMENTO DO DIREITO PLEITEADO, A PRESCRIÇÃO NÃO ATINGE O FUNDO DE DIREITO, ALCANÇANDO, TÃO SÓ, AS PARCELAS VENCIDAS, ANTERIORES AO QUINQUÊNIO DA PROPOSITURA DA AÇÃO. [...]" ([REsp 10110](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710110%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/02/1993, DJ 22/03/1993, p. 4525)

"[...] PRESCRIÇÃO - OBRIGAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO - O direito se constitui, conserva-se, modifica-se ou se extingue com base em acontecimento histórico, denominado suposto fático. Em se tratando de vencimento de funcionário, porque se repete mês a mês, sempre que não for efetuado, ou pago a menor, começa novo prazo, evidentemente, relativo ao respectivo mês. O direito incorpora-se ao patrimônio. A inação alcança somente os efeitos desse direito, vale dizer, as parcelas mensais. Pouco importa que administrativamente haja negativa da pretensão. O direito decorre da lei. Ato administrativo, porque hierarquicamente inferior, não pode contrastá- la. A coercibilidade mantém íntegra quanto ao quinquênio anterior ao início da ação." ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2729448%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [29448](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2729448%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEXTA TURMA, julgado em 24/11/1992, DJ

10/05/1993, p. 8652)

"PRESCRIÇÃO - OBRIGAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO E CONTINUADO - DECRETO N. 20.910/32 - FUNDO DO DIREITO - AUSÊNCIA DE DENEGAÇÃO. A PRESCRIÇÃO, A TEOR DO DECRETO N. 20.910/32 (ART. 3.), INCIDE APENAS SOBRE O DIREITO DE AÇÃO RELATIVO AS PRESTAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO NÃO RECLAMADAS NO QUINQUÊNIO QUE ANTECEDEU A PROPOSITURA DA AÇÃO. [...]" ([REsp 12217](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2712217%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 29/06/1992, DJ 24/08/1992, p. 12978)

"[...] BENEFÍCIOS FUNCIONAIS. PRESCRIÇÃO. [...] EM SE TRATANDO DE VANTAGENS FUNCIONAIS, DE CUNHO PECUNIÁRIO, A LESÃO DO DIREITO RENOVA-SE MÊS A MÊS. A PRESCRIÇÃO NÃO ALCANÇA O FUNDO DE DIREITO, MAS TÃO-SOMENTE AS PARCELAS CONTIDAS NO QUINQUÊNIO. [...]" ([REsp 6408](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276408%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/11/1991, DJ 16/12/1991, p. 18498)

"[...] FUNCIONÁRIO. ADICIONAIS DE MAGISTÉRIO. PRESCRIÇÃO DA AÇÃO. INOCORRÊNCIA. [...] NO CASO, NÃO SE ACHA CARACTERIZADA A PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO. INOCORRÊNCIA DE OFENSA AO ART. 10 DO DECRETO 20910, DE 1932. [...]" ([REsp 11873](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711873%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/10/1991, DJ 28/10/1991,

p. 15238)

"[...] FUNCIONÁRIO - REVISÃO DE PROVENTOS - PRESCRIÇÃO - CÁLCULO DE GRATIFICAÇÃO. O LITÍGIO NÃO ENVOLVE A PRÓPRIA GRATIFICAÇÃO, SIM A APLICAÇÃO DE CRITÉRIO PARA FIXAÇÃO DO QUANTUM DEVIDO. O VENERANDO ARESTO HOSTILIZADO, AFASTANDO A PRESCRIÇÃO E DETERMINANDO AO JULGADOR DE PRIMEIRO GRAU O EXAME DE MÉRITO, NÃO MERECE CENSURA. NÃO HOUVE A PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. [...]" ([REsp 2140](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272140%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/05/1990, DJ 28/05/1990, p. 4727)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300020790&dt_publicacao=15/03/1993) | [31661](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300020790&dt_publicacao=15/03/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300020790&dt_publicacao=15/03/1993) | [1993/0002079-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300020790&dt_publicacao=15/03/1993) | [Decisão:17/02/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300020790&dt_publicacao=15/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/03/1993 | PG:03839 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00130 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00420 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100070882&dt_publicacao=22/03/1993) | [10110](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100070882&dt_publicacao=22/03/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100070882&dt_publicacao=22/03/1993) | [1991/0007088-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100070882&dt_publicacao=22/03/1993) | [Decisão:10/02/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100070882&dt_publicacao=22/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/03/1993 | PG:04525 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00117 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00405 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200296122&dt_publicacao=10/05/1993) | [29448](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200296122&dt_publicacao=10/05/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200296122&dt_publicacao=10/05/1993) | [1992/0029612-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200296122&dt_publicacao=10/05/1993) | [Decisão:24/11/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200296122&dt_publicacao=10/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/05/1993 | PG:08652 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00126 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00416 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100131792&dt_publicacao=24/08/1992) | [12217](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100131792&dt_publicacao=24/08/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100131792&dt_publicacao=24/08/1992) | [1991/0013179-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100131792&dt_publicacao=24/08/1992) | [Decisão:29/06/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100131792&dt_publicacao=24/08/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/08/1992 | PG:12978 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00122 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00411 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000122651&dt_publicacao=16/12/1991) | [6408](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000122651&dt_publicacao=16/12/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000122651&dt_publicacao=16/12/1991) | [1990/0012265-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000122651&dt_publicacao=16/12/1991) | [Decisão:27/11/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000122651&dt_publicacao=16/12/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/12/1991 | PG:18498 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00114 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00402 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100119415&dt_publicacao=28/10/1991) | [11873](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100119415&dt_publicacao=28/10/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100119415&dt_publicacao=28/10/1991) | [1991/0011941-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100119415&dt_publicacao=28/10/1991) | [Decisão:07/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100119415&dt_publicacao=28/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/10/1991 | PG:15238 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00120 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00026 | PG:00532 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00408 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000011612&dt_publicacao=28/05/1990) | [2140](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000011612&dt_publicacao=28/05/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000011612&dt_publicacao=28/05/1990) | [1990/0001161-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000011612&dt_publicacao=28/05/1990) | [Decisão:07/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000011612&dt_publicacao=28/05/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/05/1990 | PG:04727 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00107 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00395 |

# SÚMULA 86

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL

## Enunciado:

Cabe recurso especial contra acordão proferido no julgamento de agravo de instrumento.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00105 INC:00003

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

18/06/1993

## Fonte:

DJ DATA:02/07/1993 PG:13283 RSSTJ VOL.:00006 PG:00133 RSTJ VOL.:00049 PG:00423

RT VOL.:00696 PG:00213

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. RECURSO ESPECIAL. - CABIMENTO. NA LINHA DA TRADICIONAL CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, TOCANTE AO CABIMENTO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA, QUANDO DEFINITIVAMENTE ENCERRADA A QUESTÃO FEDERAL NAS INSTÂNCIAS LOCAIS, IGUAL ASSERTIVA RECOMENDA-SE NO CONCERNENTE AO RECURSO ESPECIAL. [...]" ([EREsp 11919](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711919%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) AM, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, CORTE ESPECIAL, julgado em 25/03/1993, DJ 26/04/1993, p. 7149)

"RECURSO ESPECIAL CONTRA ACORDÃO NO JULGAMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. CABIMENTO DO RECURSO, A TEOR DE PRECEDENTES DA CORTE ESPECIAL: ERESP'S 13.473-5, 16.118-0 E 19.481-1. [...]" ([EREsp 12270](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2712270%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 25/03/1993, DJ 24/05/1993, p. 9953)

"[...] RECURSO ESPECIAL. CABIMENTO. MATÉRIA INCIDENTAL. A COMPETÊNCIA ATRIBUÍDA AO STJ, PELO ART. 105, III, DA CF, NÃO EXCLUI O CABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL, QUANDO A DECISÃO RECORRIDA ABORDA APENAS, ASPECTO INCIDENTAL. [...]" ([EREsp 16118](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716118%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, CORTE ESPECIAL, julgado em 24/09/1992, DJ 09/11/1992, p. 20325)

"[...] RECURSO ESPECIAL - CAUSA DECIDIDA EM ÚLTIMA INSTÂNCIA - 'CAUSAS DECIDIDAS, EM ÚNICA OU ÚLTIMA INSTÂNCIA' (CONST., ART. 105, III) COMPREENDEM AS QUESTÕES, AINDA QUE DIVERSAS DO MÉRITO, DADO O INTERESSE, NO SENTIDO PROCESSUAL DO TERMO, DA PARTE A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL EXAUSTIVA, MATERIALMENTE CONSIDERADA. IMPÕE-SE UMA CONDIÇÃO: HAVER SIDO - DECIDIDA - NO TRIBUNAL ORIGINÁRIO. DECIDIDA, AQUI, É IGUAL A EXAURIDA NAQUELA CORTE. NÃO SE COMPREENDERIA ALGUMA MATÉRIA RESTAR IMUNE A EXIGÊNCIA DE HARMONIA A LEGISLAÇÃO FEDERAL." ([EREsp 19481](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2719481%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, CORTE ESPECIAL, julgado em 24/09/1992, DJ 16/11/1992, p. 21079)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200080235&dt_publicacao=26/04/1993) | [11919](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200080235&dt_publicacao=26/04/1993) | [AM](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200080235&dt_publicacao=26/04/1993) | [1992/0008023-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200080235&dt_publicacao=26/04/1993) | [Decisão:25/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200080235&dt_publicacao=26/04/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/04/1993 | PG:07149 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00137 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00425 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200111599&dt_publicacao=24/05/1993) | [12270](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200111599&dt_publicacao=24/05/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200111599&dt_publicacao=24/05/1993) | [1992/0011159-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200111599&dt_publicacao=24/05/1993) | [Decisão:25/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200111599&dt_publicacao=24/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/05/1993 | PG:09953 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00057 | PG:00168 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00161 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00451 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200091016&dt_publicacao=09/11/1992) | [16118](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200091016&dt_publicacao=09/11/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200091016&dt_publicacao=09/11/1992) | [1992/0009101-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200091016&dt_publicacao=09/11/1992) | [Decisão:24/09/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200091016&dt_publicacao=09/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/11/1992 | PG:20325 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00187 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00477 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200133983&dt_publicacao=16/11/1992) | [19481](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200133983&dt_publicacao=16/11/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200133983&dt_publicacao=16/11/1992) | [1992/0013398-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200133983&dt_publicacao=16/11/1992) | [Decisão:24/09/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200133983&dt_publicacao=16/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/11/1992 | PG:21079 |
| **REVPRO** |  |  | VOL.:00070 | PG:00268 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00198 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00049 | PG:00489 |

# SÚMULA 87

DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS

## Enunciado:

A isenção do ICMS relativa a rações balanceadas para animais abrange o concentrado e o suplemento.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00155 INC:00001 LET:B

LEG:FED LCP:000004 ANO:1969 LEG:FED DEL:000406 ANO:1968

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

28/09/1993

## Fonte:

DJ DATA:01/10/1993 PG:20252 RSSTJ VOL.:00006 PG:00213 RSTJ VOL.:00061 PG:00017

RT VOL.:00698 PG:00191

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] RAÇÃO BALANCEADA - CONCENTRADOS - SUPLEMENTOS - ISENÇÃO (LC N. 4/69). OS 'CONCENTRADOS' E 'SUPLEMENTOS' INCLUEM-SE NO CONCEITO DE 'RAÇÕES BALANCEADAS', A QUE SE REFERE O ART. 1., INCISO XIII DA LEI COMPLEMENTAR N. 4/69." ([REsp 14808](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714808%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel.

Ministro DEMÓCRITO REINALDO, Rel. p/ Acórdão Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/10/1992, DJ 07/12/1992, p. 23289)

"[...] RAÇÃO PARA ANIMAIS. ISENÇÃO. ICM. - PARA CONCEDER-SE A ISENÇÃO PREVISTA NO ART. 1., XIII, DA LC N. 04/69, ENTENDE-SE COMO RAÇÃO BALANCEADA, A RAÇÃO ANIMAL, O CONCENTRADO E O SUPLEMENTO." ([REsp 7450](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277450%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA

TURMA, julgado em 06/04/1992, DJ 11/05/1992, p. 6411)

"ISENÇÃO - RAÇÕES BALANCEADAS PARA ANIMAIS. A ISENÇÃO RELATIVA AS RAZÕES BALANCEADAS PARA ANIMAIS ABRANGE O CONCENTRADO E O SUPLEMENTO. [...]" ([REsp 14652](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714652%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/11/1991, DJ 16/12/1991, p. 18509)

"[...] ICM. ISENÇÃO. LEI COMPLEMENTAR N. 4/69, ART. 1., XIII. DECRETO N. 76986/76, ARTIGO 4., PARÁGRAFO 1. [...] A ISENÇÃO DO ICM PREVISTA NO ART. 1., INCISO XIII, DA LEI COMPLEMENTAR N. 4, DE 1969, DEFERIDA AS 'RAÇÕES BALANCEADAS PARA ANIMAIS' ABRANGE OS PRODUTOS 'CONCENTRADO' E 'SUPLEMENTO'. APLICAÇÃO DO DECRETO N. 76986, DE 1986, ART. 4., PARÁGRAFO 1.. II - A REFERIDA ISENÇÃO INCLUI, TAMBÉM, OS PRODUTOS 'MATA-VERME' E 'MATA-BICHEIRA', CONSIDERADOS 'INSETICIDA'. [...]" ([REsp 10755](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710755%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. MIN. ANTONIO DE PADUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/10/1991, DJ 28/10/1991, p. 15236)

"[...] Ração para animais. ICM. Isenção. Para os efeitos da legislação pertinente, entende-se como ração balanceada, a ração animal, o concentrado e o suplemento. [...]" ([REsp 10107](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710107%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/06/1991, DJ 09/12/1991, p. 18017)

"[...] RAÇÃO PARA ANIMAIS. ICM. ISENÇÃO. - PARA OS EFEITOS DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE, ENTENDE-SE COMO RAÇÃO BALANCEADA, A RAÇÃO ANIMAL, O CONCENTRADO E O SUPLEMENTO. [...]" ([REsp 7560](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277560%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro ILMAR GALVAO, Rel. p/ Acórdão MIN. HELIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/04/1991, DJ 29/04/1991, p. 5257)

"[...] RAÇÃO BALANCEADA PARA ANIMAIS. SUPLEMENTO MINERAL. ISENÇÃO DO ICM. LC N. 4/69, ART. 1., XIII. DECRETO 76.986/76, ART. 4., PAR-1. - A ISENÇÃO DE ICM PREVISTA NO ART. 1. XIII, DA LC N. 4/69, DEFERIDA AS RAÇÕES BALANCEADAS PARA ANIMAIS ABRANGE O SUPLEMENTO, TAMBÉM CONSIDERADO RAÇÃO BALANCEADA (PAR-1., DO ART. 4., DO DECRETO N. 76.986/76). [...]" ([REsp 1796](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271796%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/11/1990, DJ 03/12/1990, p. 14310)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100191868&dt_publicacao=07/12/1992) | [14808](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100191868&dt_publicacao=07/12/1992) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100191868&dt_publicacao=07/12/1992) | [1991/0019186-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100191868&dt_publicacao=07/12/1992) | [Decisão:07/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100191868&dt_publicacao=07/12/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/12/1992 | PG:23289 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00237 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00038 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100008451&dt_publicacao=11/05/1992) | [7450](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100008451&dt_publicacao=11/05/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100008451&dt_publicacao=11/05/1992) | [1991/0000845-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100008451&dt_publicacao=11/05/1992) | [Decisão:06/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100008451&dt_publicacao=11/05/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/05/1992 | PG:06411 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00219 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00022 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100187690&dt_publicacao=16/12/1991) | [14652](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100187690&dt_publicacao=16/12/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100187690&dt_publicacao=16/12/1991) | [1991/0018769-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100187690&dt_publicacao=16/12/1991) | [Decisão:13/11/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100187690&dt_publicacao=16/12/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/12/1991 | PG:18509 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00233 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00034 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100087700&dt_publicacao=28/10/1991) | [10755](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100087700&dt_publicacao=28/10/1991) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100087700&dt_publicacao=28/10/1991) | [1991/0008770-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100087700&dt_publicacao=28/10/1991) | [Decisão:07/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100087700&dt_publicacao=28/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/10/1991 | PG:15236 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00229 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00037 | PG:00408 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00030 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100070858&dt_publicacao=09/12/1991) | [10107](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100070858&dt_publicacao=09/12/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100070858&dt_publicacao=09/12/1991) | [1991/0007085-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100070858&dt_publicacao=09/12/1991) | [Decisão:03/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100070858&dt_publicacao=09/12/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/12/1991 | PG:18017 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00226 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00028 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100010294&dt_publicacao=29/04/1991) | [7560](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100010294&dt_publicacao=29/04/1991) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100010294&dt_publicacao=29/04/1991) | [1991/0001029-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100010294&dt_publicacao=29/04/1991) | [Decisão:03/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100010294&dt_publicacao=29/04/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/04/1991 | PG:05257 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00221 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00493 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00024 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900130170&dt_publicacao=03/12/1990) | [1796](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900130170&dt_publicacao=03/12/1990) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900130170&dt_publicacao=03/12/1990) | [1989/0013017-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900130170&dt_publicacao=03/12/1990) | [Decisão:07/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900130170&dt_publicacao=03/12/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/12/1990 | PG:14310 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00217 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00019 |

# SÚMULA 88

DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA

## Enunciado:

São admissíveis embargos infringentes em processo falimentar.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00273 ART:00496 INC:00003 ART:00530

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

29/09/1993

## Fonte:

DJ DATA:17/02/1995 PG:00088 RSSTJ VOL.:00006 PG:00245 RSTJ VOL.:00061 PG:00045

RT VOL.:00698 PG:00191

## Excerto dos Precedentes Originários:

"FALÊNCIA. EMBARGOS INFRINGENTES. TEM CABIDA OS EMBARGOS INFRINGENTES EM PROCESSO FALENCIAL, QUANDO RESOLVIDA POR MAIORIA DE VOTOS A APELAÇÃO. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2733243%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [33243](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2733243%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 08/06/1993, DJ

02/08/1993, p. 14256)

"CONCORDATA. EMBARGOS INFRINGENTES. RESTITUIÇÃO DE QUANTIAS ADIANTADAS A CONTA DE CONTRATO DE CÂMBIO. CABIMENTO DO RECURSO DE EMBARGOS INFRINGENTES EM PROCESSO FALIMENTAR. CABEM EMBARGOS INFRINGENTES DAS DECISÕES NÃO-UNÂNIMES PROFERIDAS EM APELAÇÃO, AINDA QUE EM PROCESSOS DE NATUREZA FALIMENTAR. A APLICABILIDADE DAS NORMAS DO CPC NÃO DEPENDE DE REMISSÃO EXPRESSA QUE A ELAS FAÇAM AS LEIS EXTRAVAGANTES, DES QUE NÃO SE APRESENTEM COMO CLARAMENTE INCOMPATÍVEIS COM A SISTEMÁTICA DAS ALUDIDAS LEIS. [...]" ([REsp 27929](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2727929%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 16/03/1993, DJ 14/06/1993, p. 11786)

"EMBARGOS INFRINGENTES. FEITO FALIMENTAR. CABIMENTO. SÃO ADMISSÍVEIS OS EMBARGOS INFRINGENTES QUANDO, EM PROCESSO DE NATUREZA FALIMENTAR, O JULGAMENTO DA APELAÇÃO FOR TOMADO POR MAIORIA DE VOTOS. [...]" ([REsp 25941](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2725941%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 14/12/1992, DJ 08/03/1993, p. 3122)

"EMBARGOS INFRINGENTES. AÇÕES FALIMENTARES. CABIMENTO. CABÍVEIS EMBARGOS INFRINGENTES EM QUAISQUER AÇÕES PREVISTAS NA LEI DE FALÊNCIAS DE DECISÕES NÃO- UNÂNIMES PROFERIDAS EM APELAÇÃO." ([REsp 4155](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274155%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, Rel.

p/ Acórdão Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/05/1991, DJ 26/08/1991,

p. 11397)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300076400&dt_publicacao=02/08/1993) | [33243](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300076400&dt_publicacao=02/08/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300076400&dt_publicacao=02/08/1993) | [1993/0007640-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300076400&dt_publicacao=02/08/1993) | [Decisão:08/06/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300076400&dt_publicacao=02/08/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/08/1993 | PG:14256 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00275 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00073 |
| **RT** |  |  | VOL.:00705 | PG:00233 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200250904&dt_publicacao=14/06/1993) | [27929](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200250904&dt_publicacao=14/06/1993) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200250904&dt_publicacao=14/06/1993) | [1992/0025090-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200250904&dt_publicacao=14/06/1993) | [Decisão:16/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200250904&dt_publicacao=14/06/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/06/1993 | PG:11786 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00264 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00048 | PG:00366 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00062 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200200117&dt_publicacao=08/03/1993) | [25941](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200200117&dt_publicacao=08/03/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200200117&dt_publicacao=08/03/1993) | [1992/0020011-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200200117&dt_publicacao=08/03/1993) | [Decisão:14/12/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200200117&dt_publicacao=08/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/03/1993 | PG:03122 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00262 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00060 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000070627&dt_publicacao=26/08/1991) | [4155](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000070627&dt_publicacao=26/08/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000070627&dt_publicacao=26/08/1991) | [1990/0007062-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000070627&dt_publicacao=26/08/1991) | [Decisão:13/05/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000070627&dt_publicacao=26/08/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/08/1991 | PG:11397 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00249 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00028 | PG:00327 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00047 |
| **RT** |  |  | VOL.:00678 | PG:00198 |

# SÚMULA 89

DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AÇÃO ACIDENTÁRIA

## Enunciado:

A ação acidentária prescinde do exaurimento da via administrativa.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:006367 ANO:1976 ART:00019

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

21/10/1993

## Fonte:

DJ DATA:17/02/1995 PG:00089 RSSTJ VOL.:00006 PG:00279 RSTJ VOL.:00061 PG:00075

RT VOL.:00698 PG:00191 RT VOL.:00699 PG:00171

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ACIDENTE DE TRABALHO. [...] Não se pode exigir do segurado a comunicação de acidente de trabalho (CAT), pois tal incumbe a empresa. Ademais, a exigência tornou-se somente essencial a partir da edição da lei 8.213/91, não tendo o condão de retroatividade. [...]" ([REsp 29335](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2729335%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, SEXTA TURMA, julgado em 27/04/1993, DJ 31/05/1993, p. 10692)

"[...] AÇÃO ACIDENTÁRIA - PROPOSITURA - VIA ADMINISTRATIVA - ACESSO AO JUDICIÁRIO -

Ação pressupõe pretensão resistida. O acidentado não está obrigado a esgotar a via administrativa para ingressar em juízo. O art. 14, da lei n. 6.367/76 é comando dirigido à empresa. Necessário dar ao Instituto notícia do infortúnio. Só assim, será caracterizada eventual resistência (não se confunde com a obrigação de exaurir o debate administrativo), pressuposto do interesse de agir. Distintos, pois, o debate prévio na via administrativa e a notícia do fato. O acesso ao Judiciário, como no caso dos autos, é penoso para o acidentado; tem dificuldade de acesso também ao Instituto (deslocamento, filas). Raciocínio de Justiça material recomenda afastar deduções doutrinárias e técnicas." ([REsp 33615](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2733615%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEXTA TURMA, julgado em 27/04/1993, DJ 17/05/1993, p. 9377)

"[...] AÇÃO ACIDENTÁRIA. COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO. ÔNUS. [...] A

comunicação de Acidente é ônus do empregador não podendo impor-se ao empregado, acidentado, ônus que não é seu. 2 - A lei n. 8.213/91, que instituiu a exigência de instrução da inicial com a prova da notificação à Previdência Social, não tem efeito retroativo. 3 - A exigência feita, 'in casu', ao segurado, ofendeu os arts. 14 e 19, Inciso II, da lei 6.367/76. [...]" ([REsp 33072](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2733072%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, SEXTA TURMA, julgado em 20/04/1993, DJ 17/05/1993, p. 9376)

"[...] ACIDENTE. PRÉVIA COMUNICAÇÃO. DECISÃO ANULADA. [...] O ajuizamento de Ação

Acidentária não depende de prévia postulação e exaurimento na via administrativa. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2733053%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [33053](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2733053%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 14/04/1993, DJ 10/05/1993, p.

8645)

"[...] ACIDENTE DO TRABALHO. CAT (COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO) ANTES DO ADVENTO DA LEI N. 8.213/91 E EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE. [...]" ([REsp 32691](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2732691%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEXTA TURMA, julgado em 30/03/1993, DJ 10/05/1993, p. 8663)

"[...] AÇÃO ACIDENTÁRIA. EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA.- 'Comunicação do acidente'.

Não há prejudicar-se o direito do acidente pelo descumprimento da exigência imposta ao empregador. [...]" ([REsp 32717](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2732717%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 24/03/1993, DJ 05/04/1993, p. 5857)

"[...] AÇÃO ACIDENTÁRIA. EXIGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO.

EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. [...] A comunicação do acidente ou doença profissional ao órgão previdenciário é obrigação do empregador. - O prévio requerimento do benefício na via administrativa não constitui pressuposto para o ingresso em juízo. [...]" ([REsp 32378](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2732378%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 17/03/1993, DJ 05/04/1993, p. 5856)

"[...] AÇÃO ACIDENTÁRIA. EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. EXIGÊNCIA DE PROVA DE COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO (CAT) ANTES DA LEI 8.213/91. Para a propositura

da ação acidentária, não é necessário o exaurimento da via administrativa. Por outro lado, a exigência de instruir-se a inicial com prova de notificação à Previdência Social, através da CAT, surgiu apenas com a edição da lei n. 8.213/91, que não tem efeito retroativo. [...]" ([REsp 32424](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2732424%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, QUINTA TURMA, julgado em 17/03/1993, DJ 05/04/1993, p. 5856)

"AÇÃO ACIDENTÁRIA. EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. EXIGÊNCIA DO CAT. DESCABIMENTO. [...] DESNECESSARIO O EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA PARA PROPOR AÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO, BEM ASSIM QUE A PETIÇÃO INICIAL SEJA INSTRUÍDA COM A PROVA DA COMUNICAÇÃO DO ACIDENTE À PREVIDÊNCIA, SEGUNDO OS TERMOS DOS ARTIGOS 14 E 19 DA LEI N. 6.367/76. [...]" ([REsp 28570](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2728570%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 28/10/1992, DJ 16/11/1992, p. 21162)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200292658&dt_publicacao=31/05/1993) | [29335](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200292658&dt_publicacao=31/05/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200292658&dt_publicacao=31/05/1993) | [1992/0029265-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200292658&dt_publicacao=31/05/1993) | [Decisão:27/04/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200292658&dt_publicacao=31/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:31/05/1993 | PG:10692 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00285 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00080 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300086669&dt_publicacao=17/05/1993) | [33615](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300086669&dt_publicacao=17/05/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300086669&dt_publicacao=17/05/1993) | [1993/0008666-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300086669&dt_publicacao=17/05/1993) | [Decisão:27/04/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300086669&dt_publicacao=17/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/05/1993 | PG:09377 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00304 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00097 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300071793&dt_publicacao=17/05/1993) | [33072](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300071793&dt_publicacao=17/05/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300071793&dt_publicacao=17/05/1993) | [1993/0007179-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300071793&dt_publicacao=17/05/1993) | [Decisão:20/04/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300071793&dt_publicacao=17/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/05/1993 | PG:09376 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00300 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00093 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300071440&dt_publicacao=10/05/1993) | [33053](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300071440&dt_publicacao=10/05/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300071440&dt_publicacao=10/05/1993) | [1993/0007144-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300071440&dt_publicacao=10/05/1993) | [Decisão:14/04/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300071440&dt_publicacao=10/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/05/1993 | PG:08645 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00297 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00091 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300055860&dt_publicacao=10/05/1993) | [32691](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300055860&dt_publicacao=10/05/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300055860&dt_publicacao=10/05/1993) | [1993/0005586-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300055860&dt_publicacao=10/05/1993) | [Decisão:30/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300055860&dt_publicacao=10/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/05/1993 | PG:08663 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00293 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00087 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300057898&dt_publicacao=05/04/1993) | [32717](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300057898&dt_publicacao=05/04/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300057898&dt_publicacao=05/04/1993) | [1993/0005789-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300057898&dt_publicacao=05/04/1993) | [Decisão:24/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300057898&dt_publicacao=05/04/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/04/1993 | PG:05857 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00295 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00089 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300047493&dt_publicacao=05/04/1993) | [32378](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300047493&dt_publicacao=05/04/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300047493&dt_publicacao=05/04/1993) | [1993/0004749-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300047493&dt_publicacao=05/04/1993) | [Decisão:17/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300047493&dt_publicacao=05/04/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/04/1993 | PG:05856 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00287 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00082 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300048660&dt_publicacao=05/04/1993) | [32424](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300048660&dt_publicacao=05/04/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300048660&dt_publicacao=05/04/1993) | [1993/0004866-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300048660&dt_publicacao=05/04/1993) | [Decisão:17/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300048660&dt_publicacao=05/04/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/04/1993 | PG:05856 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00290 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00084 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200268811&dt_publicacao=16/11/1992) | [28570](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200268811&dt_publicacao=16/11/1992) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200268811&dt_publicacao=16/11/1992) | [1992/0026881-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200268811&dt_publicacao=16/11/1992) | [Decisão:28/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200268811&dt_publicacao=16/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/11/1992 | PG:21162 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00283 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00077 |

# SÚMULA 90

DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR

## Enunciado:

Compete à Justiça Estadual Militar processar e julgar o policial militar pela prática do crime militar, e à Comum pela prática do crime comum simultâneo àquele.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00125 PAR:00004

LEG:FED DEL:003689 ANO:1941

\*\*\*\*\* CPP-41 CODIGO DE PROCESSO PENAL ART:00079 INC:00001

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

21/10/1993

## Fonte:

DJ DATA:26/10/1993 PG:22629 RSSTJ VOL.:00006 PG:00309 RSTJ VOL.:00061 PG:00101

RT VOL.:00698 PG:00416

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM E JUSTIÇA MILITAR. INFRAÇÃO PENAL NÃO PREVISTA NO CÓDIGO CASTRENSE, MAS SIM, NA LEGISLAÇÃO COMUM [...] SE O LAUDO PERICIAL CONCLUIU QUE INOCORRERAM LESÕES OU SEQUELAS NA REGIÃO DA COXA ESQUERDA INTERNA E TESTITERAL ESQUERDA DA VÍTIMA, IMPOSSÍVEL A CONFIGURAÇÃO DO CRIME DE LESÕES CORPORAIS. II - NO ENTANTO, EM TESE, PODE TER OCORRIDO A CONTRAVENÇÃO PENAL DE VIAS DE FATO (ART. 21), TIPO PENAL NÃO PREVISTO NO CÓDIGO CASTRENSE, MAS SIM, NA LEGISLAÇÃO COMUM. [...]" ([CC 4271](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274271%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 05/08/1993, DJ 06/09/1993, p. 18011)

"CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE LESÃO CORPORAL (ART. 209 DO CPM) TORTURA CONTRA ADOLESCENTES (ART. 233 DA LEI 8069/90), ATRIBUÍDOS A POLICIAIS MILITARES, EM SERVIÇO, NO DESEMPENHO DE POLICIAMENTO CIVIL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO PARA JULGAMENTO DO CRIME DE LESÃO CORPORAL COMETIDO POR POLICIAL MILITAR EM SERVIÇO (ART. 125, PARAGRAFO 4., DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 9., II, 'C', E 209 DO CPM) E DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PARA JULGAMENTO DO CRIME DE

TORTURA. [...]" ([CC 3532](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273532%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, Rel. p/ Acórdão Ministro ASSIS TOLEDO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 19/11/1992, DJ 08/03/1993, p. 3090)

"PROCESSUAL PENAL. LESÕES CORPORAIS. ABUSO DE AUTORIDADE. POLICIAIS MILITARES A SERVIÇO. - CONFLITO DE COMPETÊNCIA. NÃO LHE IMPEDE A INSTAURAÇÃO A PENDÊNCIA APELATÓRIA DA SENTENÇA DE UM DOS JUÍZOS EM CONFLITO, SENÃO QUE A IMPEDIRIA O TRÂNSITO EM JULGADO. - CRIME MILITAR. INDUVIDOSA A COMPETÊNCIA CASTRENSE QUANTO AO DELITO DE LESÕES CORPORAIS PRATICADAS POR POLICIAIS MILITARES EM SERVIÇO; CONQUANTO SEJA DA JUSTIÇA COMUM A COMPETÊNCIA QUANTO AO CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE." ([CC 2686](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272686%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 05/03/1992, DJ 16/03/1992, p. 3075)

"PROCESSUAL PENAL. COMPETÊNCIA. POLICIAL MILITAR. CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE E DE LESÕES CORPORAIS. COMPETE À JUSTIÇA CRIMINAL COMUM PROCESSAR E JULGAR O CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE, NÃO PREVISTO NO CPM, E À JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL FAZE-LO EM RELAÇÃO AO CRIME DE LESÕES CORPORAIS, EIS QUE OS AGENTES ENCONTRAVAM-SE EM SERVIÇO. [...]" ([CC 1077](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271077%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS THIBAU, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 07/06/1990, DJ 06/08/1990, p. 7319)

"PROCESSO PENAL. COMPETÊNCIA. POLICIAL MILITAR. POLICIAIS MILITARES DENUNCIADOS PERANTE A JUSTIÇA COMUM E MILITAR. IMPUTAÇÕES DISTINTAS. COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA PARA O PROCESSO E JULGAMENTO DO CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE, NÃO PREVISTO NO CÓDIGO PENAL MILITAR, E DA SEGUNDA PARA O DE LESÕES CORPORAIS, PORQUANTO OS MESMOS SE ENCONTRAVAM EM SERVIÇO DE POLICIAMENTO. [...]" ([CC 762](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27762%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. MIN. COSTA LEITE, TERCEIRA SECAO, julgado em 01/03/1990, DJ 19/03/1990, p. 1933)

## Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300036580&dt_publicacao=06/09/1993) | [4271](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300036580&dt_publicacao=06/09/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300036580&dt_publicacao=06/09/1993) | [1993/0003658-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300036580&dt_publicacao=06/09/1993) | [Decisão:05/08/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300036580&dt_publicacao=06/09/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/09/1993 | PG:18011 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00330 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00119 |
| **RT** |  |  | VOL.:00701 | PG:00381 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200221050&dt_publicacao=08/03/1993) | [3532](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200221050&dt_publicacao=08/03/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200221050&dt_publicacao=08/03/1993) | [1992/0022105-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200221050&dt_publicacao=08/03/1993) | [Decisão:19/11/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200221050&dt_publicacao=08/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/03/1993 | PG:03090 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00045 | PG:00369 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00322 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00112 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200013775&dt_publicacao=16/03/1992) | [2686](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200013775&dt_publicacao=16/03/1992) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200013775&dt_publicacao=16/03/1992) | [1992/0001377-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200013775&dt_publicacao=16/03/1992) | [Decisão:05/03/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200013775&dt_publicacao=16/03/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/03/1992 | PG:03075 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00236 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00318 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00037 | PG:00056 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00108 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00140 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000022541&dt_publicacao=06/08/1990) | [1077](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000022541&dt_publicacao=06/08/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000022541&dt_publicacao=06/08/1990) | [1990/0002254-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000022541&dt_publicacao=06/08/1990) | [Decisão:07/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000022541&dt_publicacao=06/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/08/1990 | PG:07319 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00315 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00106 |
| **RT** |  |  | VOL.:00660 | PG:00349 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900113828&dt_publicacao=19/03/1990) | [762](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900113828&dt_publicacao=19/03/1990) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900113828&dt_publicacao=19/03/1990) | [1989/0011382-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900113828&dt_publicacao=19/03/1990) | [Decisão:01/03/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900113828&dt_publicacao=19/03/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/03/1990 | PG:01933 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00313 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00103 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00081 |
| **RT** |  |  | VOL.:00663 | PG:00347 |

SÚMULA 91 (SÚMULA CANCELADA)

# DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra a fauna.

Na sessão de 08/11/2000, a Terceira Seção deliberou pelo CANCELAMENTO da Súmula n. 91.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00109 INC:00004

LEG:FED LEI:005197 ANO:1967 LEG:FED LEI:007653 ANO:1988

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

08/11/2000

## Fonte:

DJ DATA:23/11/2000 PG:00101 DJ DATA:26/10/1993 PG:22629 RSSTJ VOL.:00006 PG:00333 RSTJ VOL.:00061 PG:00123

RT VOL.:00698 PG:00416 RT VOL.:00783 PG:00575

## Excerto dos Precedentes Originários:

"PROCESSUAL PENAL. COMPETÊNCIA. CRIME CONTRA A FAUNA. COM O ADVENTO DA LEI 7.653/88, QUE ELEVOU À CATEGORIA DE CRIME AS CONDUTAS TÍPICAS CONTRA A FAUNA E A FLORA SILVESTRES, A JUSTIÇA FEDERAL PASSOU A SER COMPETENTE PARA O PROCESSO (ART. 109, IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)." ([CC 3608](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273608%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 03/12/1992, DJ 17/12/1992, p. 24209)

"CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA - CRIME CONTRA A CAÇA. JUSTIÇA FEDERAL. - A CAÇA OU APANHA DAS ESPÉCIES DA NOSSA FAUNA SILVESTRE FOI ELEVADA À CATEGORIA DE CRIME FEDERAL COM O ADVENTO DA LEI 7653/88; LOGO, AS CONDUTAS DESTA NATUREZA AFETAM BENS OU INTERESSES DA UNIÃO, O QUE CONVOCA, PARA O FEITO, A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL, MERCÊ DO ART. 109, IV, DA CF/88. [...]" ([CC 3369](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273369%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 15/10/1992, DJ 16/11/1992, p. 21085)

"PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A FAUNA SILVESTRE. - COMPETÊNCIA. SEDIMENTADA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE COMPETIR À JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR A ESPÉCIE. [...]" ([CC 3373](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273373%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO,

julgado em 17/09/1992, DJ 05/10/1992, p. 17065)

"CÓDIGO DE CAÇA. FAUNA SILVESTRE. LEI 7653/88. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. COMPETE AOS JUÍZES FEDERAIS PROCESSAR E JULGAR AS INFRAÇÕES PENAIS EM DETRIMENTO DE BENS DA UNIÃO, INCLUINDO-SE ENTRE ELES OS ANIMAIS QUE CONSTITUEM A FAUNA SILVESTRE. ANTES DA INFRAÇÃO, NA HIPÓTESE DOS AUTOS, A LEI 7653/88 JA A CONSIDERAVA CRIME. [...]" ([CC 1597](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271597%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE CANDIDO DE CARVALHO FILHO, TERCEIRA SEÇÃO,

julgado em 07/02/1991, DJ 25/02/1991, p. 1451)

"CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. COMPETÊNCIA. CRIME CONTRA A CAÇA. JUSTIÇA FEDERAL. [...] INFRAÇÃO PENAL OCORRIDA NA VIGÊNCIA DA LEI N. 7.653, DE 12.02.88 É CONSIDERADA CRIME E NÃO MAIS CONTRAVENÇÃO. 2. REMESSA DOS AUTOS À JUSTIÇA FEDERAL APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO. 3. OS CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO, SUAS AUTARQUIAS OU EMPRESAS PÚBLICAS CONTINUAM A SER DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL (ART. 109, IV). O FATO DE CABER, CONCORRENTEMENTE À UNIÃO, AOS ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL LEGISLAR SOBRE FLORESTAS, CAÇA, PESCA, FAUNA, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, DEFESA DO SOLO E DOS RECURSOS DO SOLO, PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONTROLE DA POLUIÇÃO (ART. 24, VI), NÃO INTERFERE COM A EXCLUSIVA COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE MATÉRIA PENAL (ART. 22, I). 4. A LEGISLAÇÃO ESPECIAL CONSIDERA ''OS ANIMAIS DE QUAISQUER ESPÉCIES, EM QUALQUER FASE DE DESENVOLVIMENTO E QUE VIVEM NATURALMENTE FORA DO CATIVEIRO, CONSTITUINDO A FAUNA SILVESTRE, BEM COMO SEUS NINHOS, ABRIGOS E CRIADOUROS NATURAIS, SÃO PROPRIEDADES DO ESTADO, SENDO PROIBIDA A SUA UTILIZAÇÃO, PERSEGUIÇÃO, DESTRUIÇÃO, CAÇA OU APANHA''(ART. 1., DA LEI N. 5197/67). LOGO, A PROIBIÇÃO NÃO SE RESTRINGE A AÇÃO OCORRIDA DENTRO DE PARQUES OU RESERVAS NACIONAIS. [...]" ([CC 1074](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271074%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 19/04/1990, DJ 14/05/1990, p. 4151)

"PROCESSUAL PENAL. COMPETÊNCIA. INFRAÇÃO AO CÓDIGO DE CAÇA (LEI N. 5.197/67, C/C A LEI N. 7.653/88). COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR OS CRIMES DESCRITOS NO CÓDIGO DE CAÇA, POR CONSTITUIREM OFENSAS A BENS E INTERESSES DA UNIÃO, SENDO NULOS OS ATOS DECISÓRIOS PROFERIDOS PELA JUSTIÇA ESTADUAL." ([CC 200](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27200%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro CARLOS THIBAU, TERCEIRA SECAO, julgado em 06/06/1989, DJ 26/06/1989, p. 11102)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200248284&dt_publicacao=17/12/1992) | [3608](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200248284&dt_publicacao=17/12/1992) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200248284&dt_publicacao=17/12/1992) | [1992/0024828-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200248284&dt_publicacao=17/12/1992) | [Decisão:03/12/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200248284&dt_publicacao=17/12/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/12/1992 | PG:24209 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00352 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00140 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200194761&dt_publicacao=16/11/1992) | [3369](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200194761&dt_publicacao=16/11/1992) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200194761&dt_publicacao=16/11/1992) | [1992/0019476-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200194761&dt_publicacao=16/11/1992) | [Decisão:15/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200194761&dt_publicacao=16/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/11/1992 | PG:21085 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00345 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00043 | PG:00024 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00134 |
| **RTJE** |  |  | VOL.:00109 | PG:00226 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200194800&dt_publicacao=05/10/1992) | [3373](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200194800&dt_publicacao=05/10/1992) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200194800&dt_publicacao=05/10/1992) | [1992/0019480-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200194800&dt_publicacao=05/10/1992) | [Decisão:17/09/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200194800&dt_publicacao=05/10/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/10/1992 | PG:17065 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00348 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00045 | PG:00055 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00136 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000133483&dt_publicacao=25/02/1991) | [1597](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000133483&dt_publicacao=25/02/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000133483&dt_publicacao=25/02/1991) | [1990/0013348-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000133483&dt_publicacao=25/02/1991) | [Decisão:07/02/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000133483&dt_publicacao=25/02/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/02/1991 | PG:01451 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00343 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00132 |
| **RT** |  |  | VOL.:00671 | PG:00384 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000022290&dt_publicacao=14/05/1990) | [1074](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000022290&dt_publicacao=14/05/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000022290&dt_publicacao=14/05/1990) | [1990/0002229-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000022290&dt_publicacao=14/05/1990) | [Decisão:19/04/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000022290&dt_publicacao=14/05/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/05/1990 | PG:04151 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00339 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00072 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00127 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900074032&dt_publicacao=26/06/1989) | [200](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900074032&dt_publicacao=26/06/1989) | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900074032&dt_publicacao=26/06/1989) | [1989/0007403-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900074032&dt_publicacao=26/06/1989) | [Decisão:06/06/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900074032&dt_publicacao=26/06/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/06/1989 | PG:11102 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00337 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00125 |

# SÚMULA 92

DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

## Enunciado:

A terceiro de boa-fé não é oponível a alienação fiduciária não anotada no certificado de registro do veículo automotor.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:004728 ANO:1965 ART:00066 PAR:00001 PAR:00010

(COM REDAÇÃO DADA PELO DEL 911, DE 01/10/69) LEG:FED DEL:000911 ANO:1969

LEG:FED LEI:005108 ANO:1966

\*\*\*\*\* CNT-66 CODIGO NACIONAL DE TRANSITO ART:00052

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

27/10/1993

## Fonte:

REPDJ DATA:24/11/1993 PG:25301 DJ DATA:03/11/1993 PG:23187 RSSTJ VOL.:00006 PG:00355

RSTJ VOL.:00061 PG:00143 RT VOL.:00699 PG:00171

## Excerto dos Precedentes Originários:

"ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - VEÍCULO AUTOMOTOR. A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, TRATANDO-SE DE VEÍCULO AUTOMOTOR, HÁ DE SER CONSIGNADA NO RESPECTIVO CERTIFICADO DE REGISTRO, COMO DETERMINA O PARAG. 10 DO ARTIGO 66 DA LEI 4728/65. NÃO BASTA O ARQUIVAMENTO NO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, AO CONTRARIO DO QUE SUCEDE COM OUTROS BENS." ([REsp 28903](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2728903%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA,

julgado em 24/11/1992, DJ 17/12/1992, p. 24246)

"[...] ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE VEÍCULO AUTOMOTOR. VALIDADE CONTRA TERCEIRO DE BOA- FÉ. NECESSIDADE DE QUE CONSTE DO CERTIFICADO DO REGISTRO PREVISTO NO ART. 52, DO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO. [...] NÃO ENCONTRA RESSONÂNCIA NA JURISPRUDÊNCIA DA QUARTA TURMA O ENTENDIMENTO DE QUE, PARA VALER CONTRA TERCEIRO DE BOA-FÉ, BASTA QUE O CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, DE VEÍCULO AUTOMOTOR, SEJA INSCRITO NO CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, ADOTADA A ORIENTAÇÃO DE SER INDISPENSÁVEL CONSTAR DO CERTIFICADO DO REGISTRO, PREVISTO NO ART. 52 DO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO." ([AgRg no Ag 22669](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2722669%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/10/1992, DJ 30/11/1992, p. 22621)

"ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE VEÍCULO AUTOMOTOR. TERCEIRO DE BOA-FÉ. PARA QUE A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA TENHA VALIDADE CONTRA TERCEIROS, DE BOA-FÉ, IMPÕE-SE QUE TAL CONSTE, TAMBÉM, DO CERTIFICADO EXPEDIDO PELA REPARTIÇÃO DE TRÂNSITO. LEI N. 4.728/65, ART. 66, PAR-10., NA REDAÇÃO DO DECRETO-LEI N. 911/69. PRECEDENTE DO STJ: RESP-

1.774. [...]" ([REsp 13958](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713958%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em

19/11/1991, DJ 16/12/1991, p. 18538)

"ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE VEPÍCULO AUTOMOTOR. NECESSIDADE DE SUA ANOTAÇÃO NO CERTIFICADO DE REGISTRO, PREVISTO NO ARTIGO 52 DO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO. TUTELA A BOA-FÉ DE TERCEIROS ADQUIRENTES. LEI 4.728/65, ART. 66, PAR. 10, COM A REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI 911/69. A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE VEÍCULO AUTOMOTOR NÃO É EFICAZ PERANTE TERCEIROS, DE BOA-FÉ, SE NÃO CONSTAR DO CERTIFICADO DE REGISTRO PREVISTO NO ARTIGO 52 DO CNT. A LEI DEVE SER APLICADA COM ATENÇÃO AOS FINS SOCIAIS A QUE SE DIRIGE E ÀS EXIGÊNCIAS DO BEM COMUM. A REGRA DO QUESTIONADO PAR. 10 APRESENTA-SE COGENTE, E BUSCA TUTELAR A BOA-FÉ DOS ADQUIRENTES DE VEÍCULOS, ANTE A IMPOSSIBILIDADE PRÁTICA DE PESQUISA NOS OFÍCIOS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DO DOMICÍLIO DE EVENTUAIS CREDORES FIDUCIÁRIOS DO VENDEDOR DO VEÍCULO. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271774%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [1774](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271774%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/1990, DJ 30/04/1990,

p. 3528)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp 28903 PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200278639&dt_publicacao=17/12/1992) | | |  | [1992/0027863-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200278639&dt_publicacao=17/12/1992) | [Decisão:24/11/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200278639&dt_publicacao=17/12/1992) |
| **DJ** | | |  | DATA:17/12/1992 | PG:24246 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00006 | PG:00375 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00043 | PG:00483 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00061 | PG:00162 |
| [AgRg no Ag 22669](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200125956&dt_publicacao=30/11/1992) | | | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200125956&dt_publicacao=30/11/1992) | [1992/0012595-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200125956&dt_publicacao=30/11/1992) | [Decisão:27/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200125956&dt_publicacao=30/11/1992) |
| **DJ** | | |  | DATA:30/11/1992 | PG:22621 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00006 | PG:00359 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00061 | PG:00159 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175170&dt_publicacao=16/12/1991) | [13958](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175170&dt_publicacao=16/12/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175170&dt_publicacao=16/12/1991) | [1991/0017517-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175170&dt_publicacao=16/12/1991) | | [Decisão:19/11/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100175170&dt_publicacao=16/12/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/12/1991 | | PG:18538 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | | PG:00370 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | | PG:00153 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900129490&dt_publicacao=30/04/1990) | [1774](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900129490&dt_publicacao=30/04/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900129490&dt_publicacao=30/04/1990) | [1989/0012949-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900129490&dt_publicacao=30/04/1990) | | [Decisão:10/04/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900129490&dt_publicacao=30/04/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/04/1990 | | PG:03528 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | | PG:00362 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00010 | | PG:00422 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | | PG:00145 |

# SÚMULA 93

DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO

## Enunciado:

A legislação sobre cédulas de crédito rural, comercial e industrial admite o pacto de capitalização de juros.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:006840 ANO:1980

LEG:FED DEL:000167 ANO:1967 ART:00005 ART:00009

LEG:FED DEL:000413 ANO:1969 ART:00005

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

27/10/1993

## Fonte:

DJ DATA:03/11/1993 PG:23187 RSSTJ VOL.:00006 PG:00379 RSTJ VOL.:00061 PG:00165

RT VOL.:00699 PG:00171

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. ADMISSIBILIDADE. DECRETO-LEI 413/69. [...] LÍCITO SE MOSTRA PACTUAR, EM CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL, CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS, CONFORME AUTORIZA O DECRETO-LEI N. 413/69." ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2731025%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [31025](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2731025%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em

17/02/1993, DJ 22/03/1993, p. 4550)

"CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. POSSIBILIDADE, NO CASO DE FINANCIAMENTO DE ATIVIDADE COMERCIAL (DECRETO-LEI N. 413/69, APLICÁVEL POR FORÇA DA LEI N. 6.840/80). [...]" ([REsp 27468](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2727468%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/11/1992, DJ 07/12/1992, p. 23313)

"CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. ALEGAÇÃO DE ANATOCISMO, REJEITADA. A REGRA DO ART. 5. DO DLEI N. 167/67, COMBINADA COM O ART. 14 DA LEI 4829/65, ABRE EXCEÇÃO AO ART. 4. DA CHAMADA 'LEI DA USURA'. POSSIBILIDADE DA CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS, ENQUANTO NÃO REGULAMENTADA A NORMA DO ARTIGO 192, PARAG. 3., DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. [...]" ([REsp 26031](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2726031%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 13/10/1992, DJ 16/11/1992, p. 21148)

"[...] DÍVIDA RURAL. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. A LEGISLAÇÃO DE CRÉDITO RURAL ADMITE A CAPITALIZAÇÃO DE JUROS, SEGUNDO CONTRATADA (ART. 5. DEC. LEI 167/67)." ([REsp 26646](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2726646%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/09/1992, DJ 13/10/1992, p. 17696)

"CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. POSSIBILIDADE, NO CASO DE FINANCIAMENTO RURAL (DECRETO-LEI N. 167/67, ART. 5.). PRECEDENTES DO STJ, ENTRE OUTROS O RESP-11843. [...]"

([REsp 23844](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2723844%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/1992, DJ 05/10/1992, p. 17099)

"CRÉDITO RURAL. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. POSSÍVEL A CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS PACTUADOS, NOS TERMOS DO ART. 5., CAPUT, DO DEC. LEI N. 167, DE 14.02.67, QUE EXCEPCIONA A REGRA PROIBITÓRIA ESTABELECIDA NA CHAMADA 'LEI DE USURA'. [...]" ([REsp 24241](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2724241%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 31/08/1992, DJ 05/10/1992, p. 17109)

"[...] TÍTULO DE CRÉDITO INDUSTRIAL - CAPITALIZAÇÃO BIMESTRAL DOS JUROS - ARTIGOS 5., II, PAR. 2.; 14, II, E 16, V, DO DECRETO N. 413/69 - LEI N. 6.840/80. [...] CONSOLIDADO NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ O ENTENDIMENTO NO SENTIDO DA POSSIBILIDADE, TANTO NOS TÍTULOS DE CRÉDITO INDUSTRIAL, QUANTO NOS TÍTULOS DE CRÉDITO COMERCIAL, DA INCIDÊNCIA DA CONTAGEM DE JUROS SOBRE JUROS, SEM CONTRARIAR O DISPOSTO NA SÚMULA 121, MAS SIM HARMONIZANDO-SE TAL INTERPRETAÇÃO AO TEXTO DO ENUNCIADO NA SÚMULA 596, AMBAS DO STF. II - HIPÓTESE EM QUE AS PARTES AVENÇARAM A CAPITALIZAÇÃO BIMESTRAL DOS JUROS, O QUE A LEI ESPECIAL LHES FACULTA. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2720599%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [20599](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2720599%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/05/1992, DJ

03/08/1992, p. 11313)

"CRÉDITO RURAL. CÉDULAS. ANATOCISMO. EXCEÇÃO. A DISPOSIÇÃO ESPECIAL DO ART. 5. DO DECRETO-LEI N. 167/67 EXCEPCIONA A REGRA PROIBITÓRIA ESTABELECIDA NO ART. 4. DA CHAMADA 'LEI DE USURA'." ([REsp 13098](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713098%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, SEGUNDA SEÇÃO,

julgado em 29/04/1992, DJ 22/06/1992, p. 9722)

"JUROS- CAPITALIZAÇÃO - DECRETO-LEI 413/69 ANATOCISMO - VEDAÇÃO DO DECRETO 22.626/33 AFASTADA PELO DECRETO-LEI 413/69. APLICÁVEL A EMPRÉSTIMOS DESTINADOS AO FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES COMERCIAIS, POR FORÇA DA LEI 6.840/80." ([REsp 11843](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711843%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS,

Rel. Ministro NILSON NAVES, Rel. p/ Acórdão Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/04/1992, DJ 25/05/1992, p. 7395)

## Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200338763&dt_publicacao=22/03/1993) | [31025](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200338763&dt_publicacao=22/03/1993) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200338763&dt_publicacao=22/03/1993) | [1992/0033876-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200338763&dt_publicacao=22/03/1993) | [Decisão:17/02/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200338763&dt_publicacao=22/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/03/1993 | PG:04550 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00413 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00197 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200237860&dt_publicacao=07/12/1992) | [27468](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200237860&dt_publicacao=07/12/1992) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200237860&dt_publicacao=07/12/1992) | [1992/0023786-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200237860&dt_publicacao=07/12/1992) | [Decisão:10/11/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200237860&dt_publicacao=07/12/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/12/1992 | PG:23313 |
| **JTARS** |  |  | VOL.:00085 | PG:00342 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00410 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00193 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200202381&dt_publicacao=16/11/1992) | [26031](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200202381&dt_publicacao=16/11/1992) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200202381&dt_publicacao=16/11/1992) | [1992/0020238-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200202381&dt_publicacao=16/11/1992) | [Decisão:13/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200202381&dt_publicacao=16/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/11/1992 | PG:21148 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00405 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00189 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200216676&dt_publicacao=13/10/1992) | [26646](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200216676&dt_publicacao=13/10/1992) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200216676&dt_publicacao=13/10/1992) | [1992/0021667-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200216676&dt_publicacao=13/10/1992) | [Decisão:22/09/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200216676&dt_publicacao=13/10/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/10/1992 | PG:17696 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00408 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00192 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200156835&dt_publicacao=05/10/1992) | [23844](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200156835&dt_publicacao=05/10/1992) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200156835&dt_publicacao=05/10/1992) | [1992/0015683-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200156835&dt_publicacao=05/10/1992) | [Decisão:01/09/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200156835&dt_publicacao=05/10/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/10/1992 | PG:17099 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00399 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00184 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200167411&dt_publicacao=05/10/1992) | [24241](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200167411&dt_publicacao=05/10/1992) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200167411&dt_publicacao=05/10/1992) | [1992/0016741-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200167411&dt_publicacao=05/10/1992) | [Decisão:31/08/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200167411&dt_publicacao=05/10/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/10/1992 | PG:17109 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00403 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00187 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200072453&dt_publicacao=03/08/1992) | [20599](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200072453&dt_publicacao=03/08/1992) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200072453&dt_publicacao=03/08/1992) | [1992/0007245-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200072453&dt_publicacao=03/08/1992) | [Decisão:25/05/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200072453&dt_publicacao=03/08/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/08/1992 | PG:11313 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00395 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00180 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100151726&dt_publicacao=22/06/1992) | [13098](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100151726&dt_publicacao=22/06/1992) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100151726&dt_publicacao=22/06/1992) | [1991/0015172-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100151726&dt_publicacao=22/06/1992) | [Decisão:29/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100151726&dt_publicacao=22/06/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/06/1992 | PG:09722 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00132 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00390 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00046 | PG:00191 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00175 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100118788&dt_publicacao=25/05/1992) | [11843](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100118788&dt_publicacao=25/05/1992) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100118788&dt_publicacao=25/05/1992) | [1991/0011878-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100118788&dt_publicacao=25/05/1992) | [Decisão:13/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100118788&dt_publicacao=25/05/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/05/1992 | PG:07395 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00036 | PG:00150 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00383 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00167 |

SÚMULA 94 (SÚMULA CANCELADA)

# DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS

## Enunciado:

A parcela relativa ao ICMS inclui-se na base de cálculo do FINSOCIAL.

A Primeira Seção, na sessão de 27 de março de 2019, ao julgar a Questão de Ordem nos REsps 1.624.297-RS, 1.629.001-SC e 1.638.772-SC, determinou o CANCELAMENTO da Súmula n. 94- STJ.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00155 INC:00001 LET:B

LEG:FED DEL:000406 ANO:1968

LEG:FED DEL:001940 ANO:1982 ART:00001 PAR:00001

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

22/02/1994

## Fonte:

DJ DATA:28/02/1994 PG:02961 RSSTJ VOL.:00006 PG:00417 RSTJ VOL.:00253 PG:00928 RSTJ VOL.:00061 PG:00201

RT VOL.:00703 PG:00159

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] INCLUSÃO DA PARCELA RELATIVA AO ICM NA BASE DE CÁLCULO DO FINSOCIAL. ESTE EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA FIRMOU O ESCÓLIO DE QUE SE INCLUI NA BASE DE CÁLCULO DO FINSOCIAL A PARCELA RELATIVA AO ICM. [...]" ([REsp 31103](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2731103%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 29/03/1993, DJ 26/04/1993, p. 7178)

"ICM - FINSOCIAL. INCLUI-SE NA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINSOCIAL A PARCELA RELATIVA DO ICM. [...]" ([REsp 27072](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2727072%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 30/09/1992, DJ 16/11/1992, p. 21121)

"[...] ICM. INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DO FINSOCIAL. [...] INCLUI-SE NA BASE DE CÁLCULO DO FINSOCIAL A PARCELA RELATIVA AO ICM. [...]" ([REsp 8379](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278379%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. MIN. JOSÉ DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/08/1992, DJ 28/09/1992, p. 16408)

"FINSOCIAL - BASE DE CÁLCULO - ICM. Inclui-se na base de cálculo da contribuição para o FINSOCIAL a parcela relativa ao ICM. [...]" ([REsp 16521](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716521%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/02/1992, DJ 06/04/1992, p. 4471)

"[...] BASE DE CÁLCULO-PIS - FINSOCIAL - ICM. INCLUI-SE NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DO FINSOCIAL A PARCELA RELATIVA AO ICM." ([REsp 14467](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714467%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/11/1991, DJ 03/02/1992, p. 443)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200342000&dt_publicacao=26/04/1993) | [31103](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200342000&dt_publicacao=26/04/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200342000&dt_publicacao=26/04/1993) | [1992/0034200-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200342000&dt_publicacao=26/04/1993) | [Decisão:29/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200342000&dt_publicacao=26/04/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/04/1993 | PG:07178 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00429 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00211 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200227716&dt_publicacao=16/11/1992) | [27072](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200227716&dt_publicacao=16/11/1992) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200227716&dt_publicacao=16/11/1992) | [1992/0022771-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200227716&dt_publicacao=16/11/1992) | [Decisão:30/09/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200227716&dt_publicacao=16/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/11/1992 | PG:21121 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00427 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00209 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100028002&dt_publicacao=28/09/1992) | [8379](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100028002&dt_publicacao=28/09/1992) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100028002&dt_publicacao=28/09/1992) | [1991/0002800-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100028002&dt_publicacao=28/09/1992) | [Decisão:26/08/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100028002&dt_publicacao=28/09/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/09/1992 | PG:16408 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00421 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00203 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100236551&dt_publicacao=06/04/1992) | [16521](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100236551&dt_publicacao=06/04/1992) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100236551&dt_publicacao=06/04/1992) | [1991/0023655-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100236551&dt_publicacao=06/04/1992) | [Decisão:26/02/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100236551&dt_publicacao=06/04/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/04/1992 | PG:04471 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00425 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00207 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100183539&dt_publicacao=03/02/1992) | [14467](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100183539&dt_publicacao=03/02/1992) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100183539&dt_publicacao=03/02/1992) | [1991/0018353-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100183539&dt_publicacao=03/02/1992) | [Decisão:27/11/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100183539&dt_publicacao=03/02/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/02/1992 | PG:00443 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00423 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00205 |

# SÚMULA 95

DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS

## Enunciado:

A redução da alíquota do imposto sobre produtos industrializados ou do imposto de importação não implica redução do ICMS.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ART:00151 INC:00003 ART:00155 INC:00001 LET:B

LEG:FED LEI:005172 ANO:1966

\*\*\*\*\* CTN-66 CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL ART:00097 INC:00001 INC:00004 ART:00111 ART:00175 ART:00176

LEG:FED LCP:000004 ANO:1969 ART:00001 INC:00004

LEG:FED LCP:000024 ANO:1975 LEG:FED DEL:001428 ANO:1975 LEG:FED DEL:002433 ANO:1988 LEG:FED DEC:077065 ANO:1976 LEG:FED DEC:099546 ANO:1990

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

22/02/1994

## Fonte:

DJ DATA:28/02/1994 PG:02961 RSSTJ VOL.:00007 PG:00011 RSTJ VOL.:00061 PG:00215

RT VOL.:00703 PG:00159

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] REDUÇÃO DA ALÍQUOTA DE IMPOSTOS FEDERAIS. PROGRAMA BEFIEX. CONSEQUÊNCIA NO ICM. [...] - REDUÇÃO DE ALÍQUOTA NÃO SE CONFUNDE COM ISENÇÃO PARCIAL. ASSIM, A REDUÇÃO DA ALÍQUOTA DO I.P.I. OU DO I.I. EM DECORRÊNCIA DE PROGRAMAS DE INCENTIVOS FISCAIS, NA IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS, NÃO IMPLICA, EM FACE DO DISPOSTO NO ARTIGO 1., VI, DA LEI COMPLEMENTAR N. 4/69, NA REDUÇÃO, EM SEMELHANTES PROPORÇÕES, DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS. [...]" ([REsp 24163](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2724163%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/08/1993, DJ 20/09/1993, p. 19145)

"[...] EMPRESA BENEFICIÁRIA DO PROGRAMA BEFIEX. IMPORTAÇÃO DE BENS INTEGRANTES DE SEU ATIVO FIXO. REDUÇÃO DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO E IPI. ISENÇÃO DO ICMS REFERENTE A MESMA OPERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. - PACÍFICA A ORIENTAÇÃO DA CORTE NO SENTIDO DE QUE INCIDE A ALÍQUOTA TOTAL DO ICM SOBRE AS MERCADORIAS IMPORTADAS COM REDUÇÃO DE IMPOSTO, TENDO EM VISTA QUE ALÍQUOTA REDUZIDA NÃO SE CONFUNDE COM ISENÇÃO."

([REsp 13665](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713665%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/06/1993, DJ 16/08/1993, p. 15976)

"[...] REDUÇÃO - ALÍQUOTA - ISENÇÃO - IPI - ICM REDUÇÃO DE IMPOSTO NÃO SE CONFUNDE COM ISENÇÃO. A REDUÇÃO DO IPI, NA IMPORTAÇÃO DE BENS DE USO OU CONSUMO NÃO IMPLICA, AUTOMATICAMENTE, EM REDUÇÃO CORRESPONDENTE DO ICM (CTN, ART. 111)." ([REsp 16538](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716538%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/05/1993, DJ 07/06/1993, p. 11238)

"[...] ICM - REDUÇÃO - IMPORTAÇÃO - SÚMULA N. 576 STF. A REDUÇÃO DA ALÍQUOTA DO IMPOSTO FEDERAL NÃO DEVE SER CONFUNDIDA COM A ISENÇÃO DO ICM, IMPOSTO ESTADUAL. INCABÍVEL A PRETENDIDA DIMINUIÇÃO DA EXAÇÃO. [...]" ([REsp 16472](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716472%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. MIN. PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/02/1993, DJ 17/05/1993, p. 9316)

"[...] ICM. REDUÇÃO DA ALÍQUOTA DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. [...] A REDUÇÃO DA ALÍQUOTA DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO NÃO EQUIVALE A ISENÇÃO PARCIAL. NÃO DEVE, EM CONSEQUÊNCIA, SER REDUZIDO, NA MESMA PROPORÇÃO, O IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS, EM FACE DO DISPOSTO NO ARTIGO 1., VI, DA LEI COMPLEMENTAR N. 4/69. [...]" ([REsp 19851](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2719851%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/11/1992, DJ 07/12/1992, p. 23303)

"ICM - Redução e isenção. Não se pode confundir isenção com redução, com alíquota zero e demais benefícios fiscais. A redução do imposto federal não produz o mesmo efeito no ICM (estadual). [...]" ([REsp 5892](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275892%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/10/1992, DJ 30/11/1992, p. 22556)

"[...] IMPORTAÇÃO - ISENÇÃO PARCIAL. NÃO SE DEVE CONFUNDIR ISENÇÃO COM REDUÇÃO. O DECRETO-LEI N. 2433, DE 19 DE MAIO DE 1 988 DISTINGUI ISENÇÃO DE OUTROS INCENTIVOS FISCAIS. TAMBÉM A LEI COMPLEMENTAR N. 24 DE 07 DE JANEIRO DE 1975 DISTINGUIU ISENÇÃO DE REDUÇÃO. TODAVIA, A REDUÇÃO DO IMPOSTO FEDERAL NÃO PRODUZ O MESMO EFEITO DO ICM, COMO LECIONA A SÚMULA N. 576 DO COLENDO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ORA SE A IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS SOB A ALÍQUOTA ZERO NÃO CONFIGURA ISENÇÃO E NÃO IMPEDE A COBRANÇA DO ICM, A SIMPLES REDUÇÃO, NÃO CONDUZ A ESTAS CONSEQUÊNCIAS." ([REsp 3884](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273884%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/02/1991, DJ 18/03/1991, p. 2774)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200165214&dt_publicacao=20/09/1993) | [24163](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200165214&dt_publicacao=20/09/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200165214&dt_publicacao=20/09/1993) | [1992/0016521-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200165214&dt_publicacao=20/09/1993) | [Decisão:18/08/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200165214&dt_publicacao=20/09/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/09/1993 | PG:19145 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00060 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00258 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100166189&dt_publicacao=16/08/1993) | [13665](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100166189&dt_publicacao=16/08/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100166189&dt_publicacao=16/08/1993) | [1991/0016618-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100166189&dt_publicacao=16/08/1993) | [Decisão:23/06/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100166189&dt_publicacao=16/08/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/08/1993 | PG:15976 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00036 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00234 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100236730&dt_publicacao=07/06/1993) | [16538](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100236730&dt_publicacao=07/06/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100236730&dt_publicacao=07/06/1993) | [1991/0023673-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100236730&dt_publicacao=07/06/1993) | [Decisão:12/05/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100236730&dt_publicacao=07/06/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/06/1993 | PG:11238 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00044 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00242 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100236071&dt_publicacao=17/05/1993) | [16472](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100236071&dt_publicacao=17/05/1993) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100236071&dt_publicacao=17/05/1993) | [1991/0023607-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100236071&dt_publicacao=17/05/1993) | [Decisão:03/02/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100236071&dt_publicacao=17/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/05/1993 | PG:09316 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00040 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00238 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200057691&dt_publicacao=07/12/1992) | [19851](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200057691&dt_publicacao=07/12/1992) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200057691&dt_publicacao=07/12/1992) | [1992/0005769-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200057691&dt_publicacao=07/12/1992) | [Decisão:16/11/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200057691&dt_publicacao=07/12/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/12/1992 | PG:23303 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00047 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00245 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111064&dt_publicacao=30/11/1992) | [5892](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111064&dt_publicacao=30/11/1992) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111064&dt_publicacao=30/11/1992) | [1990/0011106-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111064&dt_publicacao=30/11/1992) | [Decisão:14/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111064&dt_publicacao=30/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/11/1992 | PG:22556 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00030 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00229 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000063116&dt_publicacao=18/03/1991) | [3884](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000063116&dt_publicacao=18/03/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000063116&dt_publicacao=18/03/1991) | [1990/0006311-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000063116&dt_publicacao=18/03/1991) | [Decisão:18/02/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000063116&dt_publicacao=18/03/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/03/1991 | PG:02774 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00015 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00288 |

# SÚMULA 96

DIREITO PENAL - EXTORSÃO

## Enunciado:

O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:002848 ANO:1940

\*\*\*\*\* CP-40 CODIGO PENAL ART:00158

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

03/03/1994

## Fonte:

DJ DATA:10/03/1994 PG:04021 RSSTJ VOL.:00007 PG:00063 RSTJ VOL.:00061 PG:00261

RT VOL.:00704 PG:00385

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] EXTORSÃO. DENÚNCIA. JUSTA CAUSA. [...] HABEAS CORPUS. ACERTADA DENEGAÇÃO, NA ORIGEM, EM FACE DA JUSTA CAUSA DA AÇÃO INSTAURADA POR DENÚNCIA DESCRITIVA DE CRIME EM TESE, CONSIDERADA, ADEMAIS, A NATUREZA FORMAL DO DELITO DE EXTORSÃO." ([RHC 3201](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273201%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) ES, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 17/11/1993, DJ 29/11/1993, p. 25897)

"[...] CRIME DE EXTORSÃO. CONSUMAÇÃO. CRIME FORMAL QUE INDEPENDE DA OBTENÇÃO DE VANTAGEM INDEVIDA PARA SUA CONSUMAÇÃO. [...]" ([REsp 32809](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2732809%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, QUINTA TURMA, julgado em 12/05/1993, DJ 07/06/1993, p. 11271)

"DESSUME DO TIPO PENAL INSCRITO NO ARTIGO 158, DO ESTATUTO PUNITIVO QUE A EXTORSÃO SE PERFAZ COM O FATO DE O AGENTE CONSTRANGER ALGUEM MEDIANTE VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA, 'COM O INTUITO DE OBTER PARA SI OU PARA OUTREM INDEVIDA VANTAGEM ECONÔMICA', POUCO IMPORTANDO NÃO TENHA CONSEGUIDO O PROVEITO QUE BUSCAVA, POIS FOI PRESO LOGO DEPOIS QUE SE APOSSOU DO DINHEIRO. A COAÇÃO SURTIU OS EFEITOS DESEJADOS PELO AGENTE COM A ENTREGA DO DINHEIRO EM LOCAL E HORA INDICADOS PELO EXTORSIONÁRIO." ([REsp 32057](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2732057%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 03/05/1993, DJ 24/05/1993, p. 10015)

"[...] EXTORSÃO. TENTATIVA. REINCIDÊNCIA. PROVA. [...] EXTORSÃO. SUA CONSUMAÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DA OBTENÇÃO DA VANTAGEM ECONÔMICA VISADA. [...]" ([REsp 30485](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2730485%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 01/03/1993, DJ 22/03/1993, p. 4554)

"[...] EXTORSÃO. CONSUMAÇÃO. A TEOR DO DISPOSTO NO ART. 158, DO CÓDIGO PENAL, NÃO SE EXIGE, PARA A INTEIRA REALIZAÇÃO DO TIPO, A OBTENÇÃO DA VANTAGEM ECONÔMICA INDEVIDA, QUE, NA VERDADE, CONFIGURA O EXAURIMENTO DA AÇÃO DELITUOSA, BASTANDO A INTENÇÃO. [...]" ([REsp 3591](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273591%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, SEXTA TURMA, julgado em 06/11/1990, DJ 26/11/1990, p. 13784)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300300911&dt_publicacao=29/11/1993) | [3201](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300300911&dt_publicacao=29/11/1993) | [ES](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300300911&dt_publicacao=29/11/1993) | [1993/0030091-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300300911&dt_publicacao=29/11/1993) | [Decisão:17/11/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300300911&dt_publicacao=29/11/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/11/1993 | PG:25897 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00055 | PG:00290 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00081 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00263 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300061291&dt_publicacao=07/06/1993) | [32809](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300061291&dt_publicacao=07/06/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300061291&dt_publicacao=07/06/1993) | [1993/0006129-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300061291&dt_publicacao=07/06/1993) | [Decisão:12/05/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300061291&dt_publicacao=07/06/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/06/1993 | PG:11271 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00077 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00280 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300031473&dt_publicacao=24/05/1993) | [32057](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300031473&dt_publicacao=24/05/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300031473&dt_publicacao=24/05/1993) | [1993/0003147-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300031473&dt_publicacao=24/05/1993) | [Decisão:03/05/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300031473&dt_publicacao=24/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/05/1993 | PG:10015 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00074 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00052 | PG:00167 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00277 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200323952&dt_publicacao=22/03/1993) | [30485](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200323952&dt_publicacao=22/03/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200323952&dt_publicacao=22/03/1993) | [1992/0032395-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200323952&dt_publicacao=22/03/1993) | [Decisão:01/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200323952&dt_publicacao=22/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/03/1993 | PG:04554 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00070 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00274 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055342&dt_publicacao=26/11/1990) | [3591](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055342&dt_publicacao=26/11/1990) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055342&dt_publicacao=26/11/1990) | [1990/0005534-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055342&dt_publicacao=26/11/1990) | [Decisão:06/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000055342&dt_publicacao=26/11/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/11/1990 | PG:13784 |
| **JTS** |  |  | VOL.:00022 | PG:00146 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00067 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00439 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00271 |
| **RT** |  |  | VOL.:00669 | PG:00380 |

# SÚMULA 97

DIREITO ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL

## Enunciado:

Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar reclamação de servidor público relativamente a vantagens trabalhistas anteriores à instituição do regime jurídico único.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00039 ART:00114

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

03/03/1994

## Fonte:

DJ DATA:10/03/1994 PG:04021 RSSTJ VOL.:00007 PG:00089 RSTJ VOL.:00061 PG:00285

RT VOL.:00704 PG:00190

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] COMPETÊNCIA. RELAÇÃO DE EMPREGO. COMPETE À JUSTIÇA DO TRABALHO PROCESSAR E JULGAR CAUSA DE SERVIDOR PÚBLICO QUE DIGA RESPEITO A RELAÇÃO DE EMPREGO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI N. 8.112/90." ([CC 5854](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275854%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 21/10/1993, DJ 22/11/1993, p. 24885)

"[...] Conflito de competências. Reclamação trabalhista ajuizada por servidores atualmente regidos pelo estatuto (Lei nº 8112/90). Competência da justiça especializada. [...] A competência 'in casu' se firma 'ratione materiae' (CF, art. 114, 'caput'), não obstante serem os reclamantes, no momento, servidores da União Federal. A 'causa petendi' e o 'petitum' dizem respeito à lide trabalhista, por vantagens advindas antes da implantação do Estatuto (Lei nº8112/90). Precedentes do STJ. II - Competência do juízo trabalhista (suscitado)." ([CC 5128](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275128%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 07/10/1993, DJ 22/11/1993, p. 24876)

"Reclamação trabalhista. Competência. Lei trabalhista. Diferenças salariais. Pretensão consolidada antes da conversão do regime jurídico de celetista para estatutário. [...] Relação de emprego anterior, sob regime da CLT. 2- Compete à Justiça do Trabalho apreciar reclamatória, quando a pretensão deduzida refere-se a período anterior ao Regime Jurídico Único advindo da Lei nº 8112/90. 3- Conflito conhecido para declarar-se a competência do Juízo Trabalhista." ([CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275270%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [5270](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275270%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 07/10/1993, DJ

08/11/1993, p. 23504)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SERVIDOR ESTATUTÁRIO COM VÍNCULO CELETISTA ORIGINÁRIO COM O SERVIÇO PÚBLICO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO LABORAL PARA DIRIMIR AS QUESTÕES QUE DIZEM RESPEITO AO ANTIGO REGIME. [...]" ([CC 5362](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275362%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JOSE CANDIDO DE CARVALHO FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 07/10/1993, DJ 22/11/1993, p. 24878)

"RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. DIFERENÇAS SALARIAIS ANTES DO REGIME ÚNICO. COMPETÊNCIA. [...] COMPETE À JUSTIÇA DO TRABALHO PROCESSAR E JULGAR RECLAMAÇÃO TRABALHISTA SOBRE DIFERENÇAS SALARIAIS ANTERIORES AO REGIME JURÍDICO ÚNICO. [...]" ([CC 4411](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274411%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 16/09/1993, DJ 04/10/1993, p. 20495)

"[...] Competência. Lide trabalhista. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar litígios nos quais se objetivam, com base na CLT, vantagens decorrentes de contrato de trabalho anteriores à Lei 8112/90." ([CC 5381](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275381%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 16/09/1993, DJ 04/10/1993, p. 20497)

"Servidor público. Vantagens celetistas. [...] Reclamação. Competência da Justiça do Trabalho, a cuidar-se de vantagens anteriores à transformação do vínculo celetista em estatutário." ([CC 5355](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275355%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 19/08/1993, DJ 06/09/1993, p. 18011)

"Competência - Lide trabalhista - Pretensão consolidada na vigência do regime anterior. [..] É entendimento jurisprudencial na Corte que as lides de cunho eminentemente laborais, consolidadas em período anterior à Lei nº 8.112/90, que instituiu o Regime Jurídico Único dos Servidores Civis da União, são da competência da Justiça do Trabalho. [...]" ([CC 3909](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273909%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 17/12/1992, DJ 01/03/1993, p. 2486)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300237314&dt_publicacao=22/11/1993) | [5854](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300237314&dt_publicacao=22/11/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300237314&dt_publicacao=22/11/1993) | [1993/0023731-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300237314&dt_publicacao=22/11/1993) | [Decisão:21/10/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300237314&dt_publicacao=22/11/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/11/1993 | PG:24885 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00107 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00301 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300152700&dt_publicacao=22/11/1993) | [5128](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300152700&dt_publicacao=22/11/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300152700&dt_publicacao=22/11/1993) | [1993/0015270-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300152700&dt_publicacao=22/11/1993) | [Decisão:07/10/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300152700&dt_publicacao=22/11/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/11/1993 | PG:24876 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00097 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00291 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300177524&dt_publicacao=08/11/1993) | [5270](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300177524&dt_publicacao=08/11/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300177524&dt_publicacao=08/11/1993) | [1993/0017752-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300177524&dt_publicacao=08/11/1993) | [Decisão:07/10/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300177524&dt_publicacao=08/11/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/11/1993 | PG:23504 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00099 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00293 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300194453&dt_publicacao=22/11/1993) | [5362](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300194453&dt_publicacao=22/11/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300194453&dt_publicacao=22/11/1993) | [1993/0019445-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300194453&dt_publicacao=22/11/1993) | [Decisão:07/10/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300194453&dt_publicacao=22/11/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/11/1993 | PG:24878 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00103 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00297 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300058770&dt_publicacao=04/10/1993) | [4411](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300058770&dt_publicacao=04/10/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300058770&dt_publicacao=04/10/1993) | [1993/0005877-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300058770&dt_publicacao=04/10/1993) | [Decisão:16/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300058770&dt_publicacao=04/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/10/1993 | PG:20495 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00095 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00289 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300194666&dt_publicacao=04/10/1993) | [5381](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300194666&dt_publicacao=04/10/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300194666&dt_publicacao=04/10/1993) | [1993/0019466-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300194666&dt_publicacao=04/10/1993) | [Decisão:16/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300194666&dt_publicacao=04/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/10/1993 | PG:20497 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00106 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00300 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300194380&dt_publicacao=06/09/1993) | [5355](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300194380&dt_publicacao=06/09/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300194380&dt_publicacao=06/09/1993) | [1993/0019438-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300194380&dt_publicacao=06/09/1993) | [Decisão:19/08/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300194380&dt_publicacao=06/09/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/09/1993 | PG:18011 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00102 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00296 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200304834&dt_publicacao=01/03/1993) | [3909](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200304834&dt_publicacao=01/03/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200304834&dt_publicacao=01/03/1993) | [1992/0030483-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200304834&dt_publicacao=01/03/1993) | [Decisão:17/12/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200304834&dt_publicacao=01/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/03/1993 | PG:02486 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00093 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00287 |

# SÚMULA 98

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

## Enunciado:

Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00165 ART:00538 PAR:UNICO

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

14/04/1994

## Fonte:

DJ DATA:25/04/1994 PG:09284 RSSTJ VOL.:00007 PG:00111 RSTJ VOL.:00061 PG:00305

RT VOL.:00705 PG:00197

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO (ART. 535, CPC) MULTA (ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, CPC) - [...] A IMPOSIÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, CPC, ALÉM DA AFIRMAÇÃO DA CIRCUNSTÂNCIA PROTELATÓRIA, RECLAMADA NA LEI, EXIGE RAZOÁVEL FUNDAMENTAÇÃO, DEMONSTRANDO O MANIFESTO OBJETIVO PROTELATÓRIO DOS EMBARGOS. 2. EMBARGOS ACOLHIDOS, EXCEPCIONALMENTE COM EFEITO MODIFICATIVO, PROVENDO PARCIALMENTE O RECURSO, A FIM DE EXCLUIR A MULTA APLICADA." ([EDcl no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27EDRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2721158%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [21158](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27EDRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2721158%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/12/1992, DJ

15/02/1993, p. 1667)

"[...] EMBARGOS DECLARATÓRIOS. MULTA. PROVIMENTO PARCIAL. MULTA IMPOSTA AO EMBARGANTE SEM A INDISPENSÁVEL JUSTIFICATIVA. CASSAÇÃO DO ACÓRDÃO NESSA PARTE." ([REsp 20150](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2720150%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. MIN. CLÁUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/12/1992, DJ 19/04/1993, p. 6677)

"[...] EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - MULTA - PREQUESTIONAMENTO - A JURISPRUDÊNCIA CONSAGROU ADMITIR A OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA EFETIVAR PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA A SER DEDUZIDA EM RECURSO ESPECIAL OU RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NÃO EVIDENCIADO INTUITO PROCRASTINATÓRIO, INADMISSÍVEL APLICAR A MULTA (CPC, ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO). ADEMAIS, ORIENTAÇÃO DO STJ EXIGE QUE A DECISÃO SEJA FUNDAMENTADA." ([REsp 24964](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2724964%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEXTA TURMA, julgado em 29/10/1992, DJ 15/02/1993, p. 1702)

"[...] EMBARGOS DECLARATÓRIOS. MULTA (ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC). NÃO PODEM REPUTAR-SE PROTELATÓRIOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS PARA SATISFAZER EXIGÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ALÉM DISSO, A IMPOSIÇÃO DE MULTA DEVE SER PRECEDIDA DE FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA, NÃO BASTANDO A MERA AFIRMAÇÃO DE SEREM PROTELATÓRIOS OS EMBARGOS. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA ACOLHIDOS PARA CANCELAMENTO DA MULTA." ([EREsp 20756](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2720756%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, CORTE ESPECIAL,

julgado em 08/10/1992, DJ 17/12/1992, p. 24193)

"[...] EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PROCRASTINAÇÃO - MULTA. [...] AFASTA-SE A MULTA QUANDO O ACÓRDÃO DOS DECLARATÓRIOS NÃO JUSTIFICA A PROTELAÇÃO EM QUE INCORREU A PARTE. [...]" ([REsp 9085](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279085%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/05/1991, DJ 03/06/1991, p. 7429)

"[...] EMBARGOS DECLARATÓRIOS. MULTA. PARA A IMPOSIÇÃO DA MULTA DO ART. 538 PAR. ÚNICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, HÁ NECESSIDADE DE FUNDAMENTAR A DECLARAÇÃO DE QUE SÃO MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIOS OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO." ([REsp 5252](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275252%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/04/1991, DJ 29/04/1991, p. 5263)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [EDcl no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200091466&dt_publicacao=15/02/1993) | | [21158](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200091466&dt_publicacao=15/02/1993) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200091466&dt_publicacao=15/02/1993) | [1992/0009146-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200091466&dt_publicacao=15/02/1993) | [Decisão:16/12/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200091466&dt_publicacao=15/02/1993) |
| **DJ** |  | |  | DATA:15/02/1993 | | PG:01667 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00007 | | PG:00115 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00045 | | PG:00549 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00061 | | PG:00318 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200063144&dt_publicacao=19/04/1993) | [20150](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200063144&dt_publicacao=19/04/1993) | | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200063144&dt_publicacao=19/04/1993) | [1992/0006314-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200063144&dt_publicacao=19/04/1993) | | [Decisão:16/12/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200063144&dt_publicacao=19/04/1993) |
| **DJ** |  | |  | DATA:19/04/1993 | | PG:06677 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00007 | | PG:00128 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00061 | | PG:00311 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200181074&dt_publicacao=15/02/1993) | [24964](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200181074&dt_publicacao=15/02/1993) | | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200181074&dt_publicacao=15/02/1993) | [1992/0018107-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200181074&dt_publicacao=15/02/1993) | | [Decisão:29/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200181074&dt_publicacao=15/02/1993) |
| **DJ** |  | |  | DATA:15/02/1993 | | PG:01702 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00007 | | PG:00130 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00043 | | PG:00448 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00061 | | PG:00321 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200188060&dt_publicacao=17/12/1992) | [20756](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200188060&dt_publicacao=17/12/1992) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200188060&dt_publicacao=17/12/1992) | [1992/0018806-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200188060&dt_publicacao=17/12/1992) | | [Decisão:08/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200188060&dt_publicacao=17/12/1992) |
| **DJ** |  | |  | DATA:17/12/1992 | | PG:24193 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00007 | | PG:00118 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00061 | | PG:00313 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100046302&dt_publicacao=03/06/1991) | [9085](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100046302&dt_publicacao=03/06/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100046302&dt_publicacao=03/06/1991) | [1991/0004630-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100046302&dt_publicacao=03/06/1991) | [Decisão:13/05/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100046302&dt_publicacao=03/06/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/06/1991 | PG:07429 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00125 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00309 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095603&dt_publicacao=29/04/1991) | [5252](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095603&dt_publicacao=29/04/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095603&dt_publicacao=29/04/1991) | [1990/0009560-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095603&dt_publicacao=29/04/1991) | [Decisão:02/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000095603&dt_publicacao=29/04/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/04/1991 | PG:05263 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00123 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00307 |

# SÚMULA 99

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - MINISTÉRIO PÚBLICO

## Enunciado:

O Ministério Público tem legitimidade para recorrer no processo em que oficiou como fiscal da lei, ainda que não haja recurso da parte.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00499 PAR:00002

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

14/04/1994

## Fonte:

DJ DATA:25/04/1994 PG:09284 RSSTJ VOL.:00007 PG:00135 RSTJ VOL.:00061 PG:00325

RT VOL.:00705 PG:00197

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ACIDENTE DO TRABALHO. LIQUIDAÇÃO DE CÁLCULO. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE PARA RECORRER IN CONCRETO. [...] O RECORRENTE ESPECIAL (INSS) PONDERA QUE HOUVE ACORDO ENTRE O ACIDENTADO, ATRAVÉS DE SEU ADVOGADO, E A AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA, NO TOCANTE AOS CÁLCULOS. ASSIM, AO MINISTÉRIO PÚBLICO FALECE LEGITIMIDADE RECURSAL (AGRAVO DE INSTRUMENTO). II - O MINISTÉRIO PÚBLICO TEM LEGITIMIDADE RECURSAL NOS TERMOS DO CAPUT, E PARAG. 2., DO ART. 499 DO CPC. NO CASO EM FOCO, ELE RECORRE COMO CUSTOS LEGIS. SEU RECURSO NÃO SE FAZ IN ABSTRACTO, MAS IN CONCRETO. MESMO COM A ANUÊNCIA DO ACIDENTADO, O CURADOR DE ACIDENTES DO TRABALHO TEVE POR LESIVO AO ACIDENTADO O ÍNDICE APLICADO NOS CÁLCULOS. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735314%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [35314](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735314%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEXTA TURMA, julgado em 21/09/1993, DJ 11/10/1993,

p. 21350)

"[...] LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA RECORRER - PROCESSO FALIMENTAR - COBRANÇA DA CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE O VALOR DO CRÉDITO DEPOSITADO. [...] A JURISPRUDÊNCIA DO STJ ACOLHE ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO TEM LEGITIMIDADE PARA RECORRER, TANTO A TÍTULO DE PARTE, QUANTO NA FUNÇÃO DE CUSTOS LEGIS. REFERENTE A FALÊNCIA, TODAVIA, SUA AÇÃO INTERVENTIVA E DISCIPLINAR LIMITA-SE A REPRESSÃO A EVENTUAIS CRIMES, A DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO OU A DO CRÉDITO COMERCIAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 499 DO CPC. [...]"([REsp 22920](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2722920%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 30/08/1993, DJ 18/10/1993, p. 21872)

"[...] MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE PARA RECORRER. ARTIGO 499, PAR-2., DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. QUER COMO FISCAL DA LEI, QUER COMO PARTE, A LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA RECORRER ESTÁ EXPRESSA NO TEXTO LEGAL. [...]" ([REsp 5620](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275620%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP,

Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/05/1993, DJ 31/05/1993, p. 10649)

"[...] AÇÃO ACIDENTÁRIA. CURADOR DE ACIDENTES DO TRABALHO. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA RECORRER. ARTS. 81, 82, 83 E 499, PARÁGRAFO 2., CPC. [...] O SISTEMA PROCESSUAL CIVIL VIGENTE REVELA DÚPLICE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - PARTE E FISCAL DA LEI (ART. 499, PARÁGRAFO 2., CPC) -. A QUALIFICAÇÃO CUSTOS LEGIS TEM MERECIDO REPRIMENDA DOUTRINÁRIA. 2. OS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS (ART. 127, CF) SÃO PRESSUPOSTOS ASSEGURADORES DA LEGITIMIDADE PARA INTEGRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA RELAÇÃO PROCESSUAL, EXERCITANDO AS SUAS FUNÇÕES E INFLUINDO NO ACERTAMENTO DO DIREITO OBJETO DE CONTRADIÇÃO, COM OS ÔNUS, FACULDADES E SUJEIÇÕES INERENTES A SUA PARTICIPAÇÃO INFLUENTE NO JULGAMENTO DO MÉRITO. [...]" ([REsp 6536](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276536%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/04/1993, DJ 31/05/1993, p. 10624)

"MINISTÉRIO PÚBLICO. RECURSO, EM AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE, COM PEDIDO DE ALIMENTOS, PROPOSTA PELA MÃE EM NOME DO FILHO, MENOR IMPÚBERE. LEGITIMIDADE. OFICIANDO, EM PROCESSOS, COMO PARTE (ÓRGÃO AGENTE) OU COMO FISCAL DA LEI (ÓRGÃO INTERVENIENTE), TEM O MINISTÉRIO PÚBLICO LEGITIMIDADE (OU INTERESSE) PARA RECORRER, SEMPRE. COD. DE PR. CIVIL, ART. 499, PAR-2. [...]" ([REsp 5333](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275333%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/10/1991, DJ 25/11/1991, p. 17070)

"[...] AÇÃO ACIDENTÁRIA. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE CONTA DE LIQUIDAÇÃO. APELAÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO.. LEGITIMIDADE. TEM O MINISTÉRIO PÚBLICO LEGITIMIDADE E INTERESSE EM RECORRER, SEJA COMO PARTE OU FISCAL DA LEI (ART. 499, PAR. 2., CPC), DE TODAS AS DECISÕES PROFERIDAS CONTRA A PARTE SOB SUA PROTEÇÃO." ([REsp 6459](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276459%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. JOSÉ DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/09/1991, DJ 07/10/1991, p. 13947)

"RECURSO ESPECIAL - MINISTÉRIO PÚBLICO - LEGITIMIDADE - O MINISTÉRIO PÚBLICO TEM LEGITIMIDADE PARA RECORRER, SEJA COMO PARTE OU FISCAL DA LEI. OS RECURSOS SÃO OS MESMOS DE QUE DISPÕEM AS PARTES. A ÚNICA RESSALVA DECORRE DO ART. 500 DO CPC, QUANTO AO RECURSO ADESIVO." ([REsp 6795](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276795%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/12/1990, DJ 04/03/1991, p. 1981)

"[...] AÇÃO ACIDENTÁRIA. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE CONTA DE LIQUIDAÇÃO. APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PRETENDENDO A APLICAÇÃO DO ÍNDICE INTEGRAL. NÃO CONHECIMENTO. RECURSO ESPECIAL. ART. 499, PAR-2. DO CPC. - ALÉM DE LEGITIMIDADE, TEM O MINISTÉRIO PÚBLICO INTERESSE EM RECORRER DE TODAS AS DECISÕES PROFERIDAS CONTRA A PARTE SOB SUA PROTEÇÃO. [...]" ([REsp 5507](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275507%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/11/1990, DJ 10/12/1990, p. 14799)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300143069&dt_publicacao=11/10/1993) | [35314](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300143069&dt_publicacao=11/10/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300143069&dt_publicacao=11/10/1993) | [1993/0014306-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300143069&dt_publicacao=11/10/1993) | [Decisão:21/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300143069&dt_publicacao=11/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/10/1993 | PG:21350 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00487 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00062 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00171 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00503 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00359 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200127088&dt_publicacao=18/10/1993) | [22920](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200127088&dt_publicacao=18/10/1993) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200127088&dt_publicacao=18/10/1993) | [1992/0012708-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200127088&dt_publicacao=18/10/1993) | [Decisão:30/08/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200127088&dt_publicacao=18/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/10/1993 | PG:21872 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00164 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00352 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000105439&dt_publicacao=31/05/1993) | [5620](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000105439&dt_publicacao=31/05/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000105439&dt_publicacao=31/05/1993) | [1990/0010543-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000105439&dt_publicacao=31/05/1993) | [Decisão:12/05/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000105439&dt_publicacao=31/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:31/05/1993 | PG:10649 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00146 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00048 | PG:00134 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00335 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000126371&dt_publicacao=31/05/1993) | [6536](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000126371&dt_publicacao=31/05/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000126371&dt_publicacao=31/05/1993) | [1990/0012637-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000126371&dt_publicacao=31/05/1993) | [Decisão:26/04/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000126371&dt_publicacao=31/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:31/05/1993 | PG:10624 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00050 | PG:00136 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00152 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00340 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000097592&dt_publicacao=25/11/1991) | [5333](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000097592&dt_publicacao=25/11/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000097592&dt_publicacao=25/11/1991) | [1990/0009759-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000097592&dt_publicacao=25/11/1991) | [Decisão:22/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000097592&dt_publicacao=25/11/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/11/1991 | PG:17070 |
| **REVFOR** |  |  | VOL.:00319 | PG:00135 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00139 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00027 | PG:00329 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00327 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000124549&dt_publicacao=07/10/1991) | [6459](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000124549&dt_publicacao=07/10/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000124549&dt_publicacao=07/10/1991) | [1990/0012454-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000124549&dt_publicacao=07/10/1991) | [Decisão:11/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000124549&dt_publicacao=07/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/10/1991 | PG:13947 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00149 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00337 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000131910&dt_publicacao=04/03/1991) | [6795](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000131910&dt_publicacao=04/03/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000131910&dt_publicacao=04/03/1991) | [1990/0013191-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000131910&dt_publicacao=04/03/1991) | [Decisão:17/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000131910&dt_publicacao=04/03/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/03/1991 | PG:01981 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00161 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00349 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000102405&dt_publicacao=10/12/1990) | [5507](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000102405&dt_publicacao=10/12/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000102405&dt_publicacao=10/12/1990) | [1990/0010240-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000102405&dt_publicacao=10/12/1990) | [Decisão:14/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000102405&dt_publicacao=10/12/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/12/1990 | PG:14799 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00143 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00332 |

# SÚMULA 100

DIREITO TRIBUTÁRIO - ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE

## Enunciado:

É devido o adicional ao frete para renovação da marinha mercante na importação sob o regime de benefícios fiscais à exportação (BEFIEX).

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005172 ANO:1966

\*\*\*\*\* CTN-66 CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL ART:00111 INC:00002

LEG:FED LEI:005025 ANO:1966 LEG:FED DEL:000024 ANO:1966

LEG:FED DEL:001219 ANO:1972 ART:00015

LEG:FED DEL:001248 ANO:1972 LEG:FED DEL:001081 ANO:1980

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

19/04/1994

## Fonte:

DJ DATA:25/04/1994 PG:09286 RSSTJ VOL.:00007 PG:00175 RSTJ VOL.:00061 PG:00363

RT VOL.:00705 PG:00197

## Excerto dos Precedentes Originários:

"AFRMM - Isenção - Regime aduaneiro do BEFIEX e DRAW-BACK. Distintos os regimes do BEFIEX e do DRAW-BACK não tem direito à isenção do AFRMM a empresa beneficiada com o BEFIEX. A isenção do AFRMM somente decorre de dispositivo expresso de lei, sendo descabida a interpretação ampliativa e analógica, vedada pelo artigo 111 do CTN. [...]" ([REsp 38216](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2738216%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/1993, DJ 08/11/1993, p. 23534)

"[...] IMPORTAÇÃO - PROGRAMAS 'BEFIEX' E 'DRAW-BACK' - AFRMM [...] - INEXISTE EQUIVALÊNCIA ENTRE OS REGIMES ADUANEIROS 'BEFIEX' E 'DRAW-BACK'. - É LEGÍTIMA A ISENÇÃO DO AFRMM - ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE SOBRE AS MERCADORIAS IMPORTADAS, DESDE QUE ASSEGURADA A REEXPORTAÇÃO DAS MESMAS, O QUE CARACTERIZA O REGIME 'DRAW-BACK'. AUSENTE O DIPLOMA LEGAL AUTORIZADOR DA ISENÇÃO DO AFRMM PARA O 'PROGRAMA BEFIEX', É LEGÍTIMA A EXIGÊNCIA DE SEU RECOLHIMENTO, FACE À EXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. [...]" ([REsp 36659](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736659%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/09/1993, DJ 11/10/1993, p. 21310)

"[...] BEFIEX - DRAW-BACK - DISTINÇÕES - ISENÇÃO - CTN, ART. 111, II, LEI N. 5025/66 (ART. 55) - DECRETO-LEI N. 24/66 - DECRETO-LEI N. 37/66 (ART. 78) - DECRETO-LEI N. 1219/72. [...] BEFIEX E DRAW-BACK, SUBSTANCIALMENTE, SÃO REGIMES ADUANEIROS DISTINTOS, DESTOANDO CONSIDERA-LOS EQUIVALENTES PARA O BENEFÍCIO FISCAL DA ISENÇÃO. 2. A ISENÇÃO É AVESSA ÀS INTERPRETAÇÕES AMPLIATIVAS, NÃO SE ACOMODANDO A FILIAÇÃO ANALÓGICA (ART. 111, II, CTN). 3. A CUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DEPARA-SE NO CASO, COM VEDAÇÃO EXPLICITADA (DEC.-LEI N. 1219/72, ART. 15). [...]" ([REsp 36366](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736366%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/08/1993, DJ 20/09/1993, p. 19161)

"[...] PROGRAMA 'BEFIEX'. DISTINÇÃO DO REGIME ADUANEIRO DO 'DRAW-BACK'. ISENÇÃO DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE - AFRMM. DESCABIMENTO. [...] O REGIME 'BEFIEX' NÃO SE EQUIVALE AO REGIME ADUANEIRO DO 'DRAW- BACK', SENDO LEGÍTIMA A VIGÊNCIA DO AFRMM COM ATINÊNCIA AOS BENS IMPORTADOS NAS OPERAÇÕES A ELE RELATIVAS. OFENSA AO ART. 55 DA LEI N. 5.025, DE 1966 COM A REDAÇÃO DO DECRETO-LEI N. 24, DE 1966, NÃO CARACTERIZADA. [...]" ([REsp 34009](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2734009%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 30/06/1993, DJ 02/08/1993, p. 14237)

"[...] ISENÇÃO DO ADICIONAL DE FRETE PARA A MARINHA MERCANTE - AFRMM. EQUIVALÊNCIA COM O SISTEMA DRAW-BACK. IMPOSSIBILIDADE. A ISENÇÃO, NO SISTEMA JURÍDICO- TRIBUTÁRIO VIGORANTE, SÓ É DE SER RECONHECIDA PELO JUDICIÁRIO EM BENEFÍCIO DO CONTRIBUINTE, QUANDO CONCEDIDA, DE FORMA EXPRESSA E CLARA PELA LEI, DEVENDO A ESTA SE EMPRESTAR COMPREENSÃO ESTRITA, VEDADA A INTERPRETAÇÃO AMPLIATIVA. PARA EFEITO DA ISENÇÃO DO AFRMM, O REGIME BEFIEX NÃO SE EQUIPARA, JURIDICAMENTE, AO SISTEMA DENOMINADO DRAW-BACK. ENQUANTO, NAQUELE (BEFIEX), O BENEFICIÁRIO DO INCENTIVO OBRIGA-SE A EFETIVAR, EM DETERMINADO PRAZO, UM PROGRAMA ESPECIAL DE EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MANUFATURADOS, DEVENDO, NA DILAÇÃO, APRESENTAR SALDO POSITIVO DE DIVISAS (SEJA QUAL FOR O BEM EXPORTADO), NO REGIME ADUANEIRO DO DRAW- BACK, O QUE SE VERIFICA É O VÍNCULO FÍSICO (E NÃO FINANCEIRO) ENTRE A MERCADORIA IMPORTADA E EXPORTADA; AQUELA DEVERA SER USADA NA FABRICAÇÃO (COMPLEMENTAÇÃO OU ACONDICIONAMENTO) DO PRODUTO EXPORTADO. A LEI INSTITUIDORA DO SISTEMA BEFIEX (DECRETO-LEI N. 1.219/72) VEDA, DE FORMA EXPRESSA, A CUMULAÇÃO DO REFERIDO BENEFÍCIO FISCAL COM OUTROS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. O BEFIEX, SEGUNDO A JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE, É COBERTO, APENAS, PELOS BENEFÍCIOS FISCAIS CONSIGNADOS NO DECRETO-LEI N. 1.219/72, QUE O INSTITUIU, GOZANDO, TÃO SÓ, DA ISENÇÃO DO IPI E DO IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO. [...]" ([REsp 31215](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2731215%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/06/1993, DJ 23/08/1993, p. 16563)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300239970&dt_publicacao=08/11/1993) | [38216](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300239970&dt_publicacao=08/11/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300239970&dt_publicacao=08/11/1993) | [1993/0023997-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300239970&dt_publicacao=08/11/1993) | [Decisão:06/10/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300239970&dt_publicacao=08/11/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/11/1993 | PG:23534 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00196 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00382 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300187490&dt_publicacao=11/10/1993) | [36659](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300187490&dt_publicacao=11/10/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300187490&dt_publicacao=11/10/1993) | [1993/0018749-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300187490&dt_publicacao=11/10/1993) | [Decisão:01/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300187490&dt_publicacao=11/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/10/1993 | PG:21310 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00192 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00378 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300178911&dt_publicacao=20/09/1993) | [36366](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300178911&dt_publicacao=20/09/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300178911&dt_publicacao=20/09/1993) | [1993/0017891-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300178911&dt_publicacao=20/09/1993) | [Decisão:25/08/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300178911&dt_publicacao=20/09/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/09/1993 | PG:19161 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00187 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00374 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300099442&dt_publicacao=02/08/1993) | [34009](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300099442&dt_publicacao=02/08/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300099442&dt_publicacao=02/08/1993) | [1993/0009944-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300099442&dt_publicacao=02/08/1993) | [Decisão:30/06/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300099442&dt_publicacao=02/08/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/08/1993 | PG:14237 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00184 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00370 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300003518&dt_publicacao=23/08/1993) | [31215](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300003518&dt_publicacao=23/08/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300003518&dt_publicacao=23/08/1993) | [1993/0000351-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300003518&dt_publicacao=23/08/1993) | [Decisão:23/06/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300003518&dt_publicacao=23/08/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/08/1993 | PG:16563 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00179 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00051 | PG:00245 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00365 |

# SÚMULA 101

DIREITO CIVIL - CONTRATO DE SEGURO

## Enunciado:

A ação de indenização do segurado em grupo contra a seguradora prescreve em um ano.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:00178 PAR:00006 INC:00002

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

27/04/1994

## Fonte:

DJ DATA:05/05/1994 PG:10379 RSSTJ VOL.:00007 PG:00201 RSTJ VOL.:00061 PG:00387

RT VOL.:00705 PG:00197

## Excerto dos Precedentes Originários:

"PRESCRIÇÃO - SEGURO EM GRUPO - EMPREGADOR COMO ESTIPULANTE. TAMBÉM NESSA HIPÓTESE É ÂNUA A PRESCRIÇÃO. INCIDÊNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 178, PAR. 6., II DO CÓDIGO CIVIL." ([REsp 26745](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2726745%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 29/09/1993, DJ 25/10/1993, p. 22443)

"[...] SEGURO DE ACIDENTE DE TRABALHO. PRESCRIÇÃO ÂNUA. DIES A QUO. DUPLA SEQÜELA. FATO TÍPICO. AMPUTAÇÃO TRAUMÁTICA DE PARTE DE MEMBRO. CONTAGEM. [...] Configurada a

lesão traumática incapacitante no momento do acidente, daí conta-se o prazo prescricional ânuo. [...]" ([REsp 36385](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736385%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2005, DJ 12/12/2005, p. 385)

"[...] SEGURO EM GRUPO, DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS. AÇÃO DO SEGURADO CONTRA A SEGURADORA. PRESCRIÇÃO ÂNUA. ART. 178, PARAGRAFO 6., II, CC. POSIÇÃO DA ESTIPULANTE. [...] CONSOANTE ENTENDIMENTO FIRMADO NA TURMA, NO SEGURO FACULTATIVO EM GRUPO A ESTIPULANTE SE QUALIFICA COMO MANDATÁRIA DO SEGURADO, SUJEITANDO-SE A PRETENSÃO DESTE AO PRAZO PRESCRICIONAL DE UM ANO, NOS TERMOS DO ART. 178, PARAGRAFO 6., II, DO CÓDIGO CIVIL." ([REsp 30676](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2730676%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 17/02/1993, DJ 29/03/1993, p. 5260)

"SEGURO EM GRUPO, DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS. PRESCRIÇÃO ÂNUA. QUALIFICANDO-SE A EMPRESA ESTIPULANTE COMO MERA MANDATÁRIA DOS SEGURADOS (ART. 21, PAR-2, DO D.L. N. 73, DE 21.11.66), A PRETENSÃO DESTES ÚLTIMOS ESTÁ SUJEITA À PRESCRIÇÃO ÂNUA DO ART. 178, PAR-6., N. II, DO CÓDIGO CIVIL. [...]" ([REsp 9524](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279524%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 14/04/1992, DJ 01/06/1992, p. 8050)

"SEGURO EM GRUPO, DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS, PRAZO PRESCRICIONAL. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 178, PAR-6, II, DO CÓDIGO CIVIL, NA AÇÃO DO SEGURADO CONTRA A SEGURADORA. POSIÇÃO DO ESTIPULANTE. NO SEGURO DE VIDA EM GRUPO NÃO SE CONFUNDE A FIGURA DO ESTIPULANTE COM A FIGURA DOS SEGURADOS. SE FACULTATIVO O SEGURO, O ESTIPULANTE APRESENTA-SE COMO MANDATÁRIO DOS SEGURADOS - DLEI 73/66, ART., 21, PAR-2.. AO SEGURADO, OU AO BENEFICIÁRIO DO SEGURADO, OCORRIDO O SINISTRO, SOCORRE PRETENSÃO CONTRA A ENTIDADE SEGURADORA, COM BASE NO CONTRATO DE SEGURO. A PRETENSÃO DO SEGURADO ESTÁ SUJEITA AO PRAZO PRESCRICIONAL ÂNUO, INCLUSIVE NOS CASOS DE SEGURO EM GRUPO, A TEOR DO ARTIGO 178, PAR-6, II, DO CÓDIGO CIVIL. [...]" ([REsp 10497](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710497%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 27/06/1991, DJ 12/08/1991, p. 10559)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200218849&dt_publicacao=25/10/1993) | [26745](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200218849&dt_publicacao=25/10/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200218849&dt_publicacao=25/10/1993) | [1992/0021884-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200218849&dt_publicacao=25/10/1993) | [Decisão:29/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200218849&dt_publicacao=25/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/10/1993 | PG:22443 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00214 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00398 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300180630&dt_publicacao=25/10/1993) | [36385](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300180630&dt_publicacao=25/10/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300180630&dt_publicacao=25/10/1993) | [1993/0018063-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300180630&dt_publicacao=25/10/1993) | [Decisão:30/08/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300180630&dt_publicacao=25/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/10/1993 | PG:22500 |
| **RDC** |  |  | VOL.:00064 | PG:00188 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00413 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200329764&dt_publicacao=29/03/1993) | [30676](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200329764&dt_publicacao=29/03/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200329764&dt_publicacao=29/03/1993) | [1992/0032976-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200329764&dt_publicacao=29/03/1993) | [Decisão:17/02/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200329764&dt_publicacao=29/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/03/1993 | PG:05260 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00221 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00405 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100058580&dt_publicacao=01/06/1992) | [9524](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100058580&dt_publicacao=01/06/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100058580&dt_publicacao=01/06/1992) | [1991/0005858-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100058580&dt_publicacao=01/06/1992) | [Decisão:14/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100058580&dt_publicacao=01/06/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/06/1992 | PG:08050 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00205 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00389 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100081388&dt_publicacao=12/08/1991) | [10497](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100081388&dt_publicacao=12/08/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100081388&dt_publicacao=12/08/1991) | [1991/0008138-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100081388&dt_publicacao=12/08/1991) | [Decisão:27/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100081388&dt_publicacao=12/08/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/08/1991 | PG:10559 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00174 | PG:00122 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00030 | PG:00269 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00209 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00025 | PG:00491 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00393 |

# SÚMULA 102

DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO

## Enunciado:

A incidência dos juros moratórios sobre os compensatórios, nas ações expropriatórias, não constitui anatocismo vedado em lei.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00005 INC:00024

LEG:FED DEC:022626 ANO:1933

\*\*\*\*\* LU-33 LEI DE USURA ART:00004

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

17/05/1994

## Fonte:

DJ DATA:26/05/1994 PG:13081 RSSTJ VOL.:00007 PG:00233 RSTJ VOL.:00061 PG:00417

RT VOL.:00705 PG:00197

## Excerto dos Precedentes Originários:

"AÇÃO EXPROPRIATÓRIA. JUSTA INDENIZAÇÃO. JUROS. MORATÓRIOS. COMPENSATÓRIOS. CUMULATIVIDADE. NATUREZA DISTINTA. INEXISTENCIA DE ANATOCISMO. [...] OS CHAMADOS JUROS COMPENSATÓRIOS NÃO SE CONSTITUEM PROPRIAMENTE EM JUROS - REMUNERAÇÃO DE CAPITAL - MAS EM VERBA DESTINADA A COMPENSAR A PERDA ANTECIPADA DO IMÓVEL. SÃO INCIDENTES ATÉ O EFETIVO PAGAMENTO PORQUE, NESTE PONTO, OCORRE A PERDA DA PROPRIEDADE PELO EXPROPRIADO E A SIMULTÂNEA AQUISIÇÃO PELO EXPROPRIANTE, CESSANDO A COMPENSAÇÃO DEVIDA. II - OS JUROS MORATÓRIOS SÃO DEVIDOS PELA DEMORA NO PAGAMENTO, DEVENDO INCIDIR SOBRE O TOTAL DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. III - A COEXISTÊNCIA DESSAS VERBAS HARMONIZA-SE COM O PRECEITO CONSTITUCIONAL DA PRÉVIA E INTEGRAL INDENIZAÇÃO, EVITANDO O ENRIQUECIMENTO SEM JUSTA CAUSA DAS PARTES. IV

- DADA A NATUREZA DAS VERBAS, NÃO HÁ A PRETENDIDA CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. [...]" ([EREsp 28259](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2728259%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 15/06/1993, DJ 02/08/1993, p. 14164)

"DESAPROPRIAÇÃO. INCIDÊNCIA DOS JUROS MORATÓRIOS SOBRE OS COMPENSATÓRIOS. CABIMENTO. [...] NA DESAPROPRIAÇÃO, OS JUROS MORATÓRIOS, A TAXA DE 6% AO ANO, FLUEM, A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA, SOBRE O TOTAL DA INDENIZAÇÃO, NESTA ABRANGIDOS OS JUROS COMPENSATÓRIOS. II - ESSA INCIDÊNCIA DOS JUROS SOBRE JUROS NÃO CONSTITUI, NO CASO, ANATOCISMO, NÃO SE SUBSUMINDO A HIPÓTESE À SÚMULA N. 121 DO S.T.F., SEGUNDO PRECEDENTE DAQUELA COLENDA CORTE. [...]" ([EREsp 18588](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2718588%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 04/05/1993, DJ 21/06/1993, p. 12334)

"DESAPROPRIAÇÃO. INDENIZAÇÃO. JUROS COMPENSATÓRIOS E JUROS MORATÓRIOS: CUMULAÇÃO. INOCORRÊNCIA DE ANATOCISMO. [...] OS JUROS COMPENSATÓRIOS INTEGRAM A INDENIZAÇÃO, INCIDINDO SOBRE O SEU VALOR OS JUROS MORATÓRIOS. ESSA FORMA DE CUMULAÇÃO DOS JUROS NÃO CONSTITUI ANATOCISMO. [...]" ([EREsp 24943](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2724943%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, Rel. p/ Acórdão Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 04/05/1993, DJ 30/08/1993, p. 17260)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300029126&dt_publicacao=02/08/1993) | [28259](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300029126&dt_publicacao=02/08/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300029126&dt_publicacao=02/08/1993) | [1993/0002912-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300029126&dt_publicacao=02/08/1993) | [Decisão:15/06/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300029126&dt_publicacao=02/08/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/08/1993 | PG:14164 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00248 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00429 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200226841&dt_publicacao=21/06/1993) | [18588](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200226841&dt_publicacao=21/06/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200226841&dt_publicacao=21/06/1993) | [1992/0022684-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200226841&dt_publicacao=21/06/1993) | [Decisão:04/05/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200226841&dt_publicacao=21/06/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/06/1993 | PG:12334 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00237 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00419 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200300391&dt_publicacao=30/08/1993) | [24943](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200300391&dt_publicacao=30/08/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200300391&dt_publicacao=30/08/1993) | [1992/0030039-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200300391&dt_publicacao=30/08/1993) | [Decisão:04/05/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200300391&dt_publicacao=30/08/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/08/1993 | PG:17260 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00242 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00424 |

# SÚMULA 103

DIREITO ADMINISTRATIVO - BEM PÚBLICO

## Enunciado:

Incluem-se entre os imóveis funcionais que podem ser vendidos os administrados pelas Forças Armadas e ocupados pelos servidores civis.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:008025 ANO:1990 ART:00001

LEG:FED DEC:099266 ANO:1990 ART:00001 PAR:00002

LEG:FED DEC:099664 ANO:1990

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

19/05/1994

## Fonte:

DJ DATA:26/05/1994 PG:13088 RSSTJ VOL.:00007 PG:00253 RSTJ VOL.:00070 PG:00017

RT VOL.:00705 PG:00198

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] APARTAMENTO FUNCIONAL ADMINISTRADO PELAS FORÇAS ARMADAS. SERVIDORAS CIVIS. [...] AS IMPETRANTES, SERVIDORAS CIVIS, OCUPAM REGULARMENTE IMÓVEIS ADMINISTRADOS PELAS FORÇAS ARMADAS (MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA). AJUIZARAM SEGURANÇA, PEDINDO PARA FICAREM NOS IMÓVEIS ATÉ FINAL DECISÃO E PARA QUE FOSSEM OS PAPÉIS PARA CADASTRAMENTO ENVIADOS À SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL (SAF). [...]" ([MS 2563](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27MS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272563%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, TERCEIRA SECAO, julgado em 18/11/1993, DJ 07/02/1994, p. 1102)

"[...] IMÓVEL FUNCIONAL. [...] SERVIDORES CIVIS DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA TEM DIREITO A QUE SEJAM CADASTRADOS OS IMÓVEIS POR ELES OCUPADOS A FIM DE QUE A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FEDERAL APRECIE AS PRETENSÕES TOCANTES A AQUISIÇÃO DOS MESMOS. [...]" ([MS 2691](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27MS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272691%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 02/09/1993, DJ 11/10/1993, p. 21279)

"[...] Os imóveis funcionais, administrados pelas Forças Armadas, ocupados regularmente por servidores civis, estão incluídos na autorização de venda prevista na Lei 8.025/90, art. 1º, 'caput'. [...]" ([MS 2627](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27MS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272627%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 17/06/1993, DJ 13/09/1993, p. 18538)

"[...] OS IMÓVEIS ADMINISTRADOS PELAS FORÇAS ARMADAS, MAS UTILIZADOS POR SERVIDORES CIVIS, NÃO ESTÃO EXCLUÍDOS DA AUTORIZAÇÃO LEGAL DE VENDA AO RESPECTIVO OCUPANTE (DECRETO 99.266/90, ART. 1., PARAGRAFO 2.). [...]" ([MS 2467](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27MS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272467%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, TERCEIRA SECAO, julgado em 20/05/1993, DJ 04/10/1993, p. 20493)

"[...] LEGITIMAMENTE OCUPADO POR SERVIDOR CIVIL, O IMÓVEL FUNCIONAL ADMINISTRADO PELAS FORÇAS ARMADAS TAMBÉM SE INCLUI NA AUTORIZAÇÃO LEGAL DE ALIENAÇÃO, CONFORME A REITERADA JURISPRUDÊNCIA DESTE TRIBUNAL; PELO QUE, O MESMO DIREITO SE ESTENDE À COMPANHEIRA DO SERVIDOR FALECIDO - LEI 8.068/90, QUE ACRESCENTOU AO ART.

6. DA LEI 8.025/90 O SEU PARÁGRAFO 5." ([MS 2521](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27MS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272521%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 15/04/1993, DJ 31/05/1993, p. 10617)

"[...] IMÓVEL FUNCIONAL - ALIENAÇÃO - PASTA MILITAR - SERVIDOR CIVIL - A LEI N. 8.025/90 AUTORIZOU A ALIENAÇÃO DE BENS IMOÓEIS RESIDENCIAIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO, SITUADOS NO DISTRITO FEDERAL. O DECRETO N. 99.266/90 - REGULAMENTA A LEI N. 8.025/90 - AUTORIZA A VENDA DOS IMÓVEIS ADMINISTRADOS PELAS FORÇAS ARMADAS, OCUPADOS QUE SERVIDORES CIVIS. [...]" ([MS 2050](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27MS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272050%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 01/04/1993, DJ 04/10/1993, p. 20492)

"[...] OS IMÓVEIS FUNCIONAIS, ADMINISTRADOS PELAS FORÇAS ARMADAS E OCUPADOS POR SERVIDORES CIVIS, FORAM INCLUÍDOS NA AUTORIZAÇÃO LEGAL CONCEDIDA PARA O PODER EXECUTIVO ALIENAR (ART. 1., DA LEI N. 8025, D 1990), POR FORÇA DO DISPOSTO NO PAR. 2. DO ART. 1. DO DECRETO N. 99266, DE 28 DE MAIO DE 1990. [...]" ([MS 1805](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27MS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271805%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 05/11/1992, DJ 30/11/1992, p. 22552)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300047825&dt_publicacao=07/02/1994) | [2563](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300047825&dt_publicacao=07/02/1994) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300047825&dt_publicacao=07/02/1994) | [1993/0004782-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300047825&dt_publicacao=07/02/1994) | [Decisão:18/11/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300047825&dt_publicacao=07/02/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/02/1994 | PG:01102 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00270 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00031 |
| [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300094157&dt_publicacao=11/10/1993) | [2691](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300094157&dt_publicacao=11/10/1993) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300094157&dt_publicacao=11/10/1993) | [1993/0009415-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300094157&dt_publicacao=11/10/1993) | [Decisão:02/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300094157&dt_publicacao=11/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/10/1993 | PG:21279 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00278 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00039 |
| [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300071297&dt_publicacao=13/09/1993) | [2627](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300071297&dt_publicacao=13/09/1993) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300071297&dt_publicacao=13/09/1993) | [1993/0007129-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300071297&dt_publicacao=13/09/1993) | [Decisão:17/06/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300071297&dt_publicacao=13/09/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/09/1993 | PG:18538 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00273 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00053 | PG:00062 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00035 |
| [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300028464&dt_publicacao=04/10/1993) | [2467](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300028464&dt_publicacao=04/10/1993) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300028464&dt_publicacao=04/10/1993) | [1993/0002846-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300028464&dt_publicacao=04/10/1993) | [Decisão:20/05/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300028464&dt_publicacao=04/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/10/1993 | PG:20493 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00262 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00024 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300035240&dt_publicacao=31/05/1993) | [2521](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300035240&dt_publicacao=31/05/1993) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300035240&dt_publicacao=31/05/1993) | [1993/0003524-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300035240&dt_publicacao=31/05/1993) | [Decisão:15/04/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300035240&dt_publicacao=31/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:31/05/1993 | PG:10617 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00265 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00063 | PG:00085 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00027 |
| [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200330770&dt_publicacao=04/10/1993) | [2050](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200330770&dt_publicacao=04/10/1993) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200330770&dt_publicacao=04/10/1993) | [1992/0033077-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200330770&dt_publicacao=04/10/1993) | [Decisão:01/04/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200330770&dt_publicacao=04/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/10/1993 | PG:20492 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00259 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00021 |
| [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200187099&dt_publicacao=30/11/1992) | [1805](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200187099&dt_publicacao=30/11/1992) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200187099&dt_publicacao=30/11/1992) | [1992/0018709-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200187099&dt_publicacao=30/11/1992) | [Decisão:05/11/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200187099&dt_publicacao=30/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/11/1992 | PG:22552 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00257 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00019 |

# SÚMULA 104

DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Estadual o processo e julgamento dos crimes de falsificação e uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00109 INC:00004

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

19/05/1994

## Fonte:

DJ DATA:26/05/1994 PG:13088 RSSTJ VOL.:00007 PG:00285 RSTJ VOL.:00070 PG:00045

RT VOL.:00705 PG:00372

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ENTIDADE DE ENSINO SUPERIOR. CRIME DE FALSIFICAÇÃO E USO DE CERTIFICADO FALSO. TRANSFERÊNCIA FRAUDULENTA ENTRE ESCOLAS PARTICULARES DE ENSINO SUPERIOR. SE OS CRIMES SÃO PRATICADAS EM DETRIMENTO DE BENS OU SERVIÇOS DE UNIVERSIDADE PARTICULAR, COMO ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO, A COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DOS IMPLICADOS É DA JUSTIÇA ESTADUAL [...]" ([CC 6554](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276554%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro JOSE CANDIDO DE CARVALHO FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 17/03/1994, DJ 11/04/1994, p. 7585)

"[...] Crime contra entidade de ensino superior. - Competência. Assentada orientação pretoriana sobre competir à Justiça Comum Estadual a ação por crime dessa natureza, quando se trate de entidade universitária privada." ([CC 7792](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277792%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 17/03/1994, DJ 04/04/1994, p. 6628)

"[...] FALSIFICAÇÕES DE HISTÓRICO ESCOLAR E DE GUIA DE TRANSFERÊNCIA DE FACULDADE PARTICULAR DE ENSINO SUPERIOR PARA OUTRA CONGÊNERE. INEXISTÊNCIA DE OFENSA A BENS, SERVIÇOS OU INTERESSE DA UNIÃO E DE SEUS ENTES AUTÁRQUICOS (CF, ART. 105, IV). COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTADUAL." ([CC 6718](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276718%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, TERCEIRA

SEÇÃO, julgado em 03/03/1994, DJ 21/03/1994, p. 5438)

"[...] COMPETÊNCIA. COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL O PROCESSO E JULGAMENTO DE CRIME DE FALSIFICAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS FALSOS RELATIVOS A ESTABELECIMENTO DE ENSINO DA REDE PRIVADA." ([CC 6346](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276346%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 24/02/1994, DJ 21/03/1994, p. 5435)

"COMPETÊNCIA. PENAL. DOCUMENTO FALSO. TRANSFERÊNCIA DE CURSO SUPERIOR DE ESCOLAS PARTICULARES. [...] CRIMES PRATICADOS EM DETRIMENTO DE BENS OU INTERESSES DE ENTIDADE DE ENSINO SUPERIOR PARTICULAR SÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. [...]" ([CC 6555](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276555%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 03/02/1994, DJ 21/03/1994, p. 5437)

"[...] Ensino superior. Falsificação de documentos. Transferência. [...] A falsificação de histórico escolar e guia de transferência de estabelecimento de ensino particular para fazer prova junto a outra entidade, também particular de ensino, não constitui infração penal contra serviço da União Federal, cujo interesse genérico pelo fiel cumprimento das leis federais não é motivo bastante para atrair a competência da Justiça Federal. [...]" ([CC 6641](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276641%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 03/02/1994, DJ 14/03/1994, p. 4464)

"[...] COMPETÊNCIA - CRIME PRATICADO CONTRA ENTIDADE DE ENSINO SUPERIOR - COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL JULGAMENTO DE CRIME PRATICADO EM DETRIMENTO DE BENS DE UNIVERSIDADE PARTICULAR POR SE TRATAR DE ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO, QUE NÃO SE INCLUI ENTRE AS ELENCADAS NO ART. 109, IV, DA CF/88." ([CC 350](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27350%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 16/11/1989, DJ 04/12/1989, p. 17877)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300299760&dt_publicacao=11/04/1994) | [6554](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300299760&dt_publicacao=11/04/1994) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300299760&dt_publicacao=11/04/1994) | [1993/0029976-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300299760&dt_publicacao=11/04/1994) | [Decisão:17/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300299760&dt_publicacao=11/04/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/04/1994 | PG:07585 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00293 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00051 |
| **RT** |  |  | VOL.:00706 | PG:00370 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400056060&dt_publicacao=04/04/1994) | [7792](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400056060&dt_publicacao=04/04/1994) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400056060&dt_publicacao=04/04/1994) | [1994/0005606-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400056060&dt_publicacao=04/04/1994) | [Decisão:17/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400056060&dt_publicacao=04/04/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/04/1994 | PG:06628 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00305 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00062 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300318500&dt_publicacao=21/03/1994) | [6718](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300318500&dt_publicacao=21/03/1994) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300318500&dt_publicacao=21/03/1994) | [1993/0031850-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300318500&dt_publicacao=21/03/1994) | [Decisão:03/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300318500&dt_publicacao=21/03/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/03/1994 | PG:05438 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00302 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00060 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300285025&dt_publicacao=21/03/1994) | [6346](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300285025&dt_publicacao=21/03/1994) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300285025&dt_publicacao=21/03/1994) | [1993/0028502-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300285025&dt_publicacao=21/03/1994) | [Decisão:24/02/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300285025&dt_publicacao=21/03/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/03/1994 | PG:05435 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00291 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00049 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300299778&dt_publicacao=21/03/1994) | [6555](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300299778&dt_publicacao=21/03/1994) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300299778&dt_publicacao=21/03/1994) | [1993/0029977-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300299778&dt_publicacao=21/03/1994) | [Decisão:03/02/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300299778&dt_publicacao=21/03/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/03/1994 | PG:05437 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00297 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00055 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300309447&dt_publicacao=14/03/1994) | [6641](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300309447&dt_publicacao=14/03/1994) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300309447&dt_publicacao=14/03/1994) | [1993/0030944-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300309447&dt_publicacao=14/03/1994) | [Decisão:03/02/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300309447&dt_publicacao=14/03/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/03/1994 | PG:04464 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00299 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00057 |
| **RT** |  |  | VOL.:00707 | PG:00377 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900085492&dt_publicacao=04/12/1989) | [350](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900085492&dt_publicacao=04/12/1989) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900085492&dt_publicacao=04/12/1989) | [1989/0008549-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900085492&dt_publicacao=04/12/1989) | [Decisão:16/11/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900085492&dt_publicacao=04/12/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/12/1989 | PG:17877 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00289 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00047 |

# SÚMULA 105

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA

## Enunciado:

Na ação de mandado de segurança não se admite condenação em honorários advocatícios.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00020

LEG:FED LEI:001533 ANO:1951 ART:00006 ART:00019

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

26/05/1994

## Fonte:

DJ DATA:03/06/1994 PG:13885 RSSTJ VOL.:00007 PG:00307 RSTJ VOL.:00070 PG:00065

RT VOL.:00705 PG:00198

## Excerto dos Precedentes Originários:

"MANDADO DE SEGURANÇA. [...] HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÃO INCABÍVEIS NAS AÇÕES DE MANDADO DE SEGURANÇA. SÚMULA 512-STF." ([EREsp 36285](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736285%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 10/03/1994, DJ 11/04/1994, p. 7580)

"[...] NÃO CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS DE ADVOGADO NA AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA. SÚMULA 512 DO STF. [...]" ([EREsp 18649](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2718649%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, CORTE ESPECIAL, julgado em 22/10/1993, DJ 28/02/1994, p. 2848)

"[...] HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EM CONTA A NATUREZA ESPECIAL DA AÇÃO, NO MANDADO DE SEGURANÇA NÃO CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS (SÚMULA 512-STF, E ACORDÃOS UNÂNIMES DE TURMAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA). [...]" ([EREsp 880](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27880%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, CORTE ESPECIAL, julgado em 23/09/1993, DJ 21/03/1994, p. 5424)

"MANDADO DE SEGURANÇA. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. NÃO CABIMENTO. EM HIPÓTESE NENHUMA (SEJA DE CONCESSÃO OU DE DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA, OU DE EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEJA A TÍTULO DE SUCUMBÊNCIA OU EM TERMOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO), É DADO AO JUIZ IMPOR CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS DE ADVOGADO. PRINCÍPIO DA SÚMULA 512/STF (QUE TEVE POR REFERÊNCIA O ART. 64 DO CPC/39, NA REDAÇÃO DA LEI N. 4632/65, E QUE FOI MANTIDO APÓS A EDIÇÃO DO CPC/73), ACOLHIDO PELA CORTE ESPECIAL DO STJ. JURISPRUDÊNCIA E DOUTRINA SOBRE A MATÉRIA, NUM E NOUTRO SENTIDO. [...]" ([EREsp 27879](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2727879%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro NILSON NAVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 23/09/1993, DJ 08/11/1993, p. 23494)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300301420&dt_publicacao=11/04/1994) | [36285](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300301420&dt_publicacao=11/04/1994) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300301420&dt_publicacao=11/04/1994) | [1993/0030142-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300301420&dt_publicacao=11/04/1994) | [Decisão:10/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300301420&dt_publicacao=11/04/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/04/1994 | PG:07580 |
| **RJTJRS** |  |  | VOL.:00164 | PG:00022 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00364 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00119 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300109502&dt_publicacao=28/02/1994) | [18649](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300109502&dt_publicacao=28/02/1994) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300109502&dt_publicacao=28/02/1994) | [1993/0010950-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300109502&dt_publicacao=28/02/1994) | [Decisão:22/10/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300109502&dt_publicacao=28/02/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/02/1994 | PG:02848 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00342 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00097 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300158368&dt_publicacao=21/03/1994) | [880](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300158368&dt_publicacao=21/03/1994) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300158368&dt_publicacao=21/03/1994) | [1993/0015836-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300158368&dt_publicacao=21/03/1994) | [Decisão:23/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300158368&dt_publicacao=21/03/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/03/1994 | PG:05424 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00311 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00062 | PG:00047 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00067 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300079336&dt_publicacao=08/11/1993) | [27879](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300079336&dt_publicacao=08/11/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300079336&dt_publicacao=08/11/1993) | [1993/0007933-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300079336&dt_publicacao=08/11/1993) | [Decisão:23/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300079336&dt_publicacao=08/11/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/11/1993 | PG:23494 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00171 | PG:00268 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00054 | PG:00249 |
| **RDC** |  |  | VOL.:00064 | PG:00194 |
| **REVJMG** |  |  | VOL.:00123 | PG:00228 |
| **REVPRO** |  |  | VOL.:00073 | PG:00191 |
| **REVPRO** |  |  | VOL.:00074 | PG:00234 |
| **RLTR** |  |  | VOL.:00012 DEZEMBRO/1993 | PG:01440 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00345 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00052 | PG:00349 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00100 |
| **RT** |  |  | VOL.:00701 | PG:00187 |
| **RTJE** |  |  | VOL.:00124 | PG:00121 |

# SÚMULA 106

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CITAÇÃO

## Enunciado:

Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00219 ART:00220

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

26/05/1994

## Fonte:

DJ DATA:03/06/1994 PG:13885 RSSTJ VOL.:00007 PG:00373 RSTJ VOL.:00070 PG:00127

RT VOL.:00705 PG:00198

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] AÇÃO RESCISÓRIA. PRAZO DECADENCIAL. EFETIVAÇÃO DO ATO CITATÓRIO. [...] IMPOR AO LITIGANTE O ÔNUS DE AJUIZAR A DEMANDA COM ANTECEDÊNCIA SUFICIENTE PARA QUE A CITAÇÃO SE APERFEIÇOE ANTES DE FINDO O PRAZO DA DECADÊNCIA, ALÉM DE MANIFESTA ILEGALIDADE, É, ADEMAIS, SUMAMENTE AVENTUROSO, CERTO QUE NUNCA SE PODEM PREVER OS OBSTÁCULOS À CITAÇÃO.2. POR OUTRO LADO, EXIGIR DO AUTOR DA RESCISÓRIA INTENTADA NA VÉSPERA DA CONSUMAÇÃO DO PRAZO (NO REGULAR EXERCÍCIO DO DIREITO), QUE LOGO REQUEIRA A DILAÇÃO DO PRAZO PARA CITAÇÃO (COD. DE PROC. CIVIL, ART. 219, PARÁGRAFOS 2., 3. E 4.) CONSTITUI REQUINTE DE FORMALISMO, DESNECESSÁRIO E INCOMPATÍVEL COM O PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DO PROCESSO, QUE A GARANTIA DE ACESSO A JURISDIÇÃO TANTO ENCARECE E RECOMENDA. [...]" ([REsp 2721](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272721%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro BUENO DE SOUZA, QUARTA TURMA, julgado em 27/10/1992, DJ 23/11/1992, p. 21892)

"AÇÃO RESCISÓRIA - PRESCRIÇÃO - CITAÇÃO DEMORADA [...] O DIREITO DE PROPOR AÇÃO RESCISÓRIA NÃO SE EXTINGUE, QUANDO PROPOSTA NO PRAZO DE DOIS ANOS E OCORREU DEMORA NA CITAÇÃO, POR CAUSA DA QUAL NÃO É RESPONSÁVEL O AUTOR. [...]" ([REsp 24783](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2724783%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/09/1992, DJ 30/11/1992, p. 22574)

"INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. A DEMORA DA CITAÇÃO RESULTANDO DE EMPERRO DO APARELHO JUDICIAL, DO AUTOR NÃO SE LHE RECLAMA PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA EFETUAÇÃO DO CHAMAMENTO. [...]" ([REsp 7013](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277013%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 16/06/1992, DJ 03/08/1992, p. 11320)

"[...] PRESCRIÇÃO. DEFICIÊNCIAS DO APARELHO JUDICIÁRIO. [...] INOCORRE A PRESCRIÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 219, CPC, QUANDO A DEMORA NA CITAÇÃO DECORREU DO MECANISMO JUDICIÁRIO. [...]" ([REsp 19111](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2719111%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 09/06/1992, DJ 26/10/1992, p. 19057)

"AÇÃO RESCISÓRIA. DECADÊNCIA. 'PROPOSTA A AÇÃO NO PRAZO FIXADO PARA O SEU EXERCÍCIO, A DEMORA NA CITAÇÃO, POR MOTIVOS INERENTES AO MECANISMO DA JUSTIÇA, NÃO JUSTIFICA O ACOLHIMENTO DA ARGUIÇÃO DE PRESCRIÇÃO' - SÚMULA N. 78/TFR." ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271379%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [1379](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271379%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. MIN. JOSÉ DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/02/1992, DJ 16/03/1992,

p. 3082)

"AÇÃO RENOVATÓRIA. DECADÊNCIA. [...] INOCORRE A DECADÊNCIA, SE AJUIZADO O PEDIDO EM TEMPO HÁBIL, A DEMORA HAVIDA NA CITAÇÃO DOS LOCADORES NÃO É IMPUTÁVEL, POR DESÍDIA, AO AUTOR. [...]" ([REsp 8257](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278257%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA,

julgado em 19/11/1991, DJ 16/12/1991, p. 18544)

"AÇÃO RESCISÓRIA. DECADÊNCIA. INTENTADA A AÇÃO NO PRAZO DE LEI, A DEMORA NA CITAÇÃO, QUANDO POR MOTIVO ATRIBUÍVEL AO FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA, NÃO JUSTIFICA O ACOLHIMENTO DA ARGUIÇÃO DE DECADÊNCIA. EM CASOS DESSA ORDEM, A DEMORA NÃO PODE SER IMPUTADA AO AUTOR. [...]" ([EAR 179](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27EIAR%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27179%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEGUNDA SECAO, julgado em 14/08/1991, DJ 16/09/1991, p. 12618)

"AÇÃO RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO. PRAZO DECADENCIAL. BASTA AO LOCATÁRIO AJUIZAR A DEMANDA EM TEMPO HÁBIL, PROTOCOLANDO A PETIÇÃO INICIAL; IRRELEVANTE É QUE O DESPACHO OU A CITAÇÃO OCORRAM JÁ DECORRIDO O SEMESTRE, DES QUE PARA O ATRASO NÃO TENHA CONCORRIDO, POR DESÍDIA, O DEMANDANTE. [...]" ([REsp 2686](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272686%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 21/08/1990, DJ 17/09/1990, p. 9513)

"AÇÃO RENOVATÓRIA - DECADÊNCIA - INICIAL DESPACHADA ANTES DE FINDO O PRAZO MAS CITAÇÃO EFETIVADA APÓS NOVENTA DIAS. NOS TERMOS DO ARTIGO 220 DO CPC, AS REGRAS DO ARTIGO 219 APLICAM-SE A TODOS OS PRAZOS EXTINTIVOS PREVISTOS EM LEI. ASSIM, HÁ DE INCIDIR TRATANDO-SE DE DECADÊNCIA, ENTENDENDO-SE, NESSE CASO, QUE O DIREITO CONSIDERAR-SE-Á EXERCIDO NA DATA DO DESPACHO QUE ORDENAR A CITAÇÃO NÃO SE APERFEIÇOANDO ESTA, ENTRETANTO, NO PRAZO PREVISTO EM LEI, TER-SE-Á POR NÃO EXERCIDO, SALVO SE A DELONGA FOR IMPUTÁVEL AO PRÓPRIO APARELHO JUDICIÁRIO, PARA ELA NÃO CONCORRENDO A PARTE." ([REsp 1450](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271450%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/11/1989, DJ 18/12/1989, p. 18475)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000033136&dt_publicacao=23/11/1992) | [2721](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000033136&dt_publicacao=23/11/1992) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000033136&dt_publicacao=23/11/1992) | [1990/0003313-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000033136&dt_publicacao=23/11/1992) | [Decisão:27/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000033136&dt_publicacao=23/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/11/1992 | PG:21892 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00042 | PG:00069 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **RSSTJ** |  | | VOL.:00007 | PG:00389 |
| **RSTJ** |  | | VOL.:00042 | PG:00187 |
| **RSTJ** |  | | VOL.:00070 | PG:00140 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200177840&dt_publicacao=30/11/1992) | [24783 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200177840&dt_publicacao=30/11/1992) | | [1992/0017784-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200177840&dt_publicacao=30/11/1992) | [Decisão:21/09/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200177840&dt_publicacao=30/11/1992) |
| **DJ** |  | | DATA:30/11/1992 | PG:22574 |
| **RSSTJ** |  | | VOL.:00007 | PG:00415 |
| **RSTJ** |  | | VOL.:00070 | PG:00165 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000139520&dt_publicacao=03/08/1992) | [7013 RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000139520&dt_publicacao=03/08/1992) | | [1990/0013952-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000139520&dt_publicacao=03/08/1992) | [Decisão:16/06/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000139520&dt_publicacao=03/08/1992) |
| **DJ** |  | | DATA:03/08/1992 | PG:11320 |
| **RSSTJ** |  | | VOL.:00007 | PG:00400 |
| **RSTJ** |  | | VOL.:00070 | PG:00151 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200041809&dt_publicacao=26/10/1992) | [19111 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200041809&dt_publicacao=26/10/1992) | | [1992/0004180-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200041809&dt_publicacao=26/10/1992) | [Decisão:09/06/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200041809&dt_publicacao=26/10/1992) |
| **DJ** |  | | DATA:26/10/1992 | PG:19057 |
| **LEXSTJ** |  | | VOL.:00042 | PG:00189 |
| **RSSTJ** |  | | VOL.:00007 | PG:00408 |
| **RSTJ** |  | | VOL.:00070 | PG:00159 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900116797&dt_publicacao=16/03/1992) | [1379 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900116797&dt_publicacao=16/03/1992) | | [1989/0011679-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900116797&dt_publicacao=16/03/1992) | [Decisão:12/02/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900116797&dt_publicacao=16/03/1992) |
| **DJ** |  | | DATA:16/03/1992 | PG:03082 |
| **RSSTJ** |  | | VOL.:00007 | PG:00380 |
| **RSTJ** |  | | VOL.:00070 | PG:00132 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100025682&dt_publicacao=16/12/1991) | [8257 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100025682&dt_publicacao=16/12/1991) | | [1991/0002568-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100025682&dt_publicacao=16/12/1991) | [Decisão:19/11/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100025682&dt_publicacao=16/12/1991) |
| **DJ** |  | | DATA:16/12/1991 | PG:18544 |
| **RSSTJ** |  | | VOL.:00007 | PG:00403 |
| **RSTJ** |  | | VOL.:00070 | PG:00154 |
| [EAR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100086550&dt_publicacao=16/09/1991) | [179 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100086550&dt_publicacao=16/09/1991) | | [1991/0008655-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100086550&dt_publicacao=16/09/1991) | [Decisão:14/08/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100086550&dt_publicacao=16/09/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/09/1991 | PG:12618 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00377 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00129 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000031443&dt_publicacao=17/09/1990) | [2686](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000031443&dt_publicacao=17/09/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000031443&dt_publicacao=17/09/1990) | [1990/0003144-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000031443&dt_publicacao=17/09/1990) | [Decisão:21/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000031443&dt_publicacao=17/09/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/09/1990 | PG:09513 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00160 | PG:00098 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00385 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00137 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900119826&dt_publicacao=18/12/1989) | [1450](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900119826&dt_publicacao=18/12/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900119826&dt_publicacao=18/12/1989) | [1989/0011982-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900119826&dt_publicacao=18/12/1989) | [Decisão:21/11/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900119826&dt_publicacao=18/12/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/12/1989 | PG:18475 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00156 | PG:00197 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00382 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00456 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00134 |

# SÚMULA 107

DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime de estelionato praticado mediante falsificação das guias de recolhimento das contribuições previdenciárias, quando não ocorrente lesão a autarquia federal.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:002848 ANO:1940

\*\*\*\*\* CP-40 CODIGO PENAL ART:00171

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

16/06/1994

## Fonte:

DJ DATA:22/06/1994 PG:16427 RSSTJ VOL.:00007 PG:00421 RSTJ VOL.:00070 PG:00169

RT VOL.:00707 PG:00360 RT VOL.:00707 PG:00360

## Excerto dos Precedentes Originários:

"PENAL. PROCESSUAL. PREVIDÊNCIA SOCIAL. FALSIFICAÇÃO DE GUIAS DE RECOLHIMENTO. - COMPETÊNCIA. TRANQUILA JURISPRUDÊNCIA SOBRE COMPETIR À JUSTIÇA COMUM ESTADUAL A AÇÃO PENAL POR ESTELIONATO CONSISTENTE DA FALSIFICAÇÃO DE GUIAS DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, QUANDO O DANO PATRIMONIAL DIRETO ALCANCE APENAS O CONTRIBUINTE." ([CC 4514](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274514%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SECAO, julgado em 24/02/1994, DJ 14/03/1994, p. 4460)

"PENAL. PROCESSUAL. ESTELIONATO. PATRIMÔNIO FEDERAL. LESÃO A PARTICULAR. COMPETÊNCIA. [...] - NÃO HAVENDO LESÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SIM A PARTICULAR, CABE À JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR O ACUSADO DE CRIME DE ESTELIONATO PRATICADO MEDIANTE FALSIFICAÇÃO DA AUTENTICAÇÃO MECANOGRÁFICA DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. [...]" ([RHC 1300](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271300%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 18/09/1991, DJ 21/10/1991, p. 14749)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - FALSIFICAÇÃO DE GUIAS DO INPS. - NÃO OCASIONANDO OFENSA DIRETA A BENS, SERVIÇOS OU INTERESSE DA UNIÃO, SUAS AUTARQUIAS OU EMPRESAS PÚBLICAS, FICANDO A PRÁTICA DELITUOSA CIRCUNSCRITA A PARTICULARES, COMPETE À JUSTIÇA COMUM ESTADUAL, APRECIAR E JULGAR OS FEITOS RELATIVOS A FALSIFICAÇÃO DE GUIAS DO INPS. [...]" ([CC 1623](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271623%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, TERCEIRA SEÇÃO,

julgado em 07/03/1991, DJ 29/04/1991, p. 5248)

Precedentes:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300080393&dt_publicacao=14/03/1994) | [4514 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300080393&dt_publicacao=14/03/1994) | [1993/0008039-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300080393&dt_publicacao=14/03/1994) | [Decisão:24/02/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300080393&dt_publicacao=14/03/1994) |
| **DJ** |  | DATA:14/03/1994 | PG:04460 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00427 |
| **RSTJ**  **RSTJ** |  |  | VOL.:00062  VOL.:00070 | PG:00021  PG:00173 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100122084&dt_publicacao=21/10/1991) | [1300](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100122084&dt_publicacao=21/10/1991) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100122084&dt_publicacao=21/10/1991) | [1991/0012208-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100122084&dt_publicacao=21/10/1991) | [Decisão:18/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100122084&dt_publicacao=21/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/10/1991 | PG:14749 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00431 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00177 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000138388&dt_publicacao=29/04/1991) | [1623](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000138388&dt_publicacao=29/04/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000138388&dt_publicacao=29/04/1991) | [1990/0013838-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000138388&dt_publicacao=29/04/1991) | [Decisão:07/03/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000138388&dt_publicacao=29/04/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/04/1991 | PG:05248 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00425 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00171 |

# SÚMULA 108

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

## Enunciado:

A aplicação de medidas socio-educativas ao adolescente, pela prática de ato infracional, é da competência exclusiva do juiz.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:008069 ANO:1990

ART:00112 ART:00126 ART:00127 ART:00146 ART:00148 ART:00180 ART:00182

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

16/06/1994

## Fonte:

DJ DATA:22/06/1994 PG:16427 RSSTJ VOL.:00007 PG:00435 RSTJ VOL.:00070 PG:00181

RT VOL.:00707 PG:00360 RT VOL.:00707 PG:00360

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] MENORES - REMISSÃO - HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL - O MINISTÉRIO PÚBLICO PODE CONCEDER A REMISSÃO COM FORÇA DE EXCLUSÃO DO PROCESSO. URGE, PORÉM, HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL, QUANDO IMPLICAR APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIO-EDUCATIVA. EMBORA NÃO SE TRATE DE PENA (SENTIDO CRIMINAL), É SANÇÃO, GARANTIDA O CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO (CONST., ART. 5., LV)." ([REsp 28886](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2728886%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEXTA TURMA, julgado em 09/03/1993, DJ 05/04/1993, p. 5864)

"[...] ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - MEDIDA SOCIO-EDUCATIVA - APLICAÇÃO. [...] HÁ QUE SE FAZER UMA DISTINÇÃO ENTRE A PERMISSIBILIDADE DA CONCESSÃO DA REVISÃO, ATRIBUÍDA AO MP, E A APLICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIO-EDUCATIVAS, DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO JUÍZO. [...]" ([REsp 26049](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2726049%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA

TURMA, julgado em 03/03/1993, DJ 22/03/1993, p. 4553)

"ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL. MEDIDA SOCIO- EDUCATIVA. APLICAÇÃO. A IMPOSIÇÃO DE MEDIDA SOCIO-EDUCATIVA EM DESFAVOR DE MENOR INFRATOR É ATO JURISDICIONAL, DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO JUIZ." ([RMS 1968](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271968%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, QUINTA TURMA, julgado em 11/11/1992, DJ 30/11/1992, p. 22626)

"ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. REMISSÃO E MEDIDAS SOCIO- EDUCATIVAS. COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DO JUÍZO. [...] O REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO, ANTES DE INICIADO O PROCEDIMENTO JUDICIAL, PODE CONCEDER REMISSÃO A SER HOMOLOGADA JUDICIALMENTE, SENDO-LHE VEDADO APLICAR MEDIDAS SOCIO-EDUCATIVAS, O QUE É DA EXCLUSIVA COMPETÊNCIA DO JUÍZO. [...]" ([REsp 24442](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2724442%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 19/10/1992, DJ 16/11/1992, p. 21154)

"ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL. MEDIDA SOCIO- EDUCATIVA. APLICAÇÃO. [...] MINISTÉRIO PÚBLICO. SOBRE PERMITIR AO MINISTÉRIO PÚBLICO A CONCESSÃO DA REMISSÃO, SUJEITA A HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL, NÃO SIGNIFICA QUE A LEI 8069/90, ART. 127 E 181, PARÁGRAFO 1., TAMBÉM LHE PERMITA A IMPOSIÇÃO DE MEDIDA SOCIO-EDUCATIVA, CUJA APLICAÇÃO RESERVOU AO PODER JURISDICIONAL ESPECIFICADO NOS SEUS ARTS. 146 E 148, I." ([RMS 1967](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271967%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 23/09/1992, DJ 13/10/1992, p. 17698)

"[...] ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. CRIME E CONTRAVENÇÃO PENAL DEBITADOS A MENORES. REMISSÃO. APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIO-EDUCATIVA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL (LEI N. 8069/90). O MINISTÉRIO PÚBLICO, ADOTADAS AS PROVIDÊNCIAS PREVISTAS NO ART. 179, DA LEI N. 8069/90., PODE CONCEDER A REMISSÃO (PERDÃO) E REQUERER A AUTORIDADE JURÍDICA A APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIO-EDUCATIVA (ARTIGOS 180, INCISO II, E 127, DE LEI 8069/90). DESDE QUE HOMOLOGADA A REMISSÃO, O JUIZ PODE DETERMINAR O CUMPRIMENTO DA MEDIDA INDICADA, SEM DAR CAUSA A CONSTRANGIMENTO ILEGAL, REPARÁVEL ATRAVÉS DE HABEAS CORPUS. FOI O QUE OCORREU NOS PRESENTES AUTOS (ARTS. 127 E 181, PARAGRAFO 10., DA LEI 8069/90). A MEDIDA SOCIO- EDUCATIVA, DE QUE TRATA O ARTIGO 112, INCISO III, DA LEI 8069/90 (PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A COMUNIDADE), APLICADA A MENORES IN CASU, TEM SENTIDO JURÍDICO DIVERSO DA PREVISTA NO ART. 43, INCISO I, DO CÓDIGO PENAL, POR ISSO QUE NÃO PODE SER TOMADA COMO PENA RESTRITIVA DE DIREITO. E A LIÇÃO DO ART. 228, DA CARTA MAGNA. [...]" ([RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271641%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [1641](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271641%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro JOSE CANDIDO DE CARVALHO FILHO, SEXTA TURMA, julgado em

27/04/1992, DJ 18/05/1992, p. 6988)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200278450&dt_publicacao=05/04/1993) | [28886](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200278450&dt_publicacao=05/04/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200278450&dt_publicacao=05/04/1993) | [1992/0027845-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200278450&dt_publicacao=05/04/1993) | [Decisão:09/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200278450&dt_publicacao=05/04/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/04/1993 | PG:05864 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00449 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00056 | PG:00239 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00204 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200202870&dt_publicacao=22/03/1993) | [26049](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200202870&dt_publicacao=22/03/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200202870&dt_publicacao=22/03/1993) | [1992/0020287-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200202870&dt_publicacao=22/03/1993) | [Decisão:03/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200202870&dt_publicacao=22/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/03/1993 | PG:04553 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00047 | PG:00341 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00443 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00199 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200203914&dt_publicacao=30/11/1992) | [1968](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200203914&dt_publicacao=30/11/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200203914&dt_publicacao=30/11/1992) | [1992/0020391-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200203914&dt_publicacao=30/11/1992) | [Decisão:11/11/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200203914&dt_publicacao=30/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/11/1992 | PG:22626 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00462 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00193 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200170714&dt_publicacao=16/11/1992) | [24442](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200170714&dt_publicacao=16/11/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200170714&dt_publicacao=16/11/1992) | [1992/0017071-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200170714&dt_publicacao=16/11/1992) | [Decisão:19/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200170714&dt_publicacao=16/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/11/1992 | PG:21154 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00439 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00195 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200203906&dt_publicacao=13/10/1992) | [1967](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200203906&dt_publicacao=13/10/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200203906&dt_publicacao=13/10/1992) | [1992/0020390-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200203906&dt_publicacao=13/10/1992) | [Decisão:23/09/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200203906&dt_publicacao=13/10/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/10/1992 | PG:17698 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00042 | PG:00053 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00456 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00186 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100218790&dt_publicacao=18/05/1992) | [1641](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100218790&dt_publicacao=18/05/1992) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100218790&dt_publicacao=18/05/1992) | [1991/0021879-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100218790&dt_publicacao=18/05/1992) | [Decisão:27/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100218790&dt_publicacao=18/05/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/05/1992 | PG:06988 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00036 | PG:00087 |
| **RCJ** |  |  | VOL.:00047 | PG:00183 |
| **REVJUR** |  |  | VOL.:00179 | PG:00115 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00452 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00036 | PG:00129 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00183 |

# SÚMULA 109

DIREITO CIVIL - TRANSPORTE MARÍTIMO

## Enunciado:

O reconhecimento do direito a indenização, por falta de mercadoria transportada via marítima, independe de vistoria.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEC:064387 ANO:1969 ART:00001 PAR:00003

(REGULAMENTOU O DECRETO-LEI Nº 116, DE 25/01/67) LEG:FED DEL:000116 ANO:1967

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

28/09/1994

## Fonte:

DJ DATA:05/10/1994 PG:26557 RSSTJ VOL.:00008 PG:00011 RSTJ VOL.:00070 PG:00209

RT VOL.:00709 PG:00170

## Excerto dos Precedentes Originários:

"TRANSPORTE MARÍTIMO. EXTRAVIO DE MERCADORIA. NA HIPÓTESE DE EXTRAVIO DE MERCADORIA, EM TRANSPORTE MARÍTIMO, NÃO SE FAZ MISTER A REALIZAÇÃO DE VISTORIA, SENDO SUFICIENTE A RESSALVA DA AUTORIDADE PORTUÁRIA. [...]" ([REsp 46785](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2746785%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/05/1994, DJ 20/06/1994, p. 16103)

"TRANSPORTE MARÍTIMO INTERNACIONAL. GRANEL SÓLIDO. VISTORIA. A INDENIZAÇÃO PELA FALTA DA MERCADORIA TRANSPORTADA INDEPENDE DE VISTORIA. [...]" ([REsp 39469](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2739469%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 15/03/1994, DJ 18/04/1994, p. 8503)

"[...] TRANSPORTE MARÍTIMO. VISTORIA. NA HIPÓTESE DE EXTRAVIO DE MERCADORIA TRANSPORTADA SUFICIENTE É A RESSALVA EFETUADA PELA ENTIDADE PORTUÁRIA, NOS TERMOS DA LEI, SENDO INEXIGÍVEL A REALIZAÇÃO DE VISTORIA. [...]" ([REsp 35474](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735474%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. MIN. CLÁUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/12/1993, DJ 07/03/1994, p. 3662)

"[...] AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - TRANSPORTE MARÍTIMO - FALTA DE MERCADORIA - VISTORIA - DECRETO-LEI N. 116/67. [...] ASSENTADO NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ O ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE, NO CASO DE EXTRAVIO DE MERCADORIA, OCORRIDA EM TRANSPORTE MARÍTIMO, É SUFICIENTE A RESSALVA PELA AUTORIDADE PORTUÁRIA, DISPENSADA A VISTORIA. [...]" ([REsp 35598](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735598%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/12/1993, DJ 14/03/1994, p. 4521)

"TRANSPORTE MARÍTIMO. EXTRAVIO DE MERCADORIA. VISTORIA. NOS CASOS DE EXTRAVIO DE MERCADORIA É SUFICIENTE A RESSALVA DA AUTORIDADE PORTUÁRIA, NÃO SENDO NECESSÁRIA A VISTORIA." ([REsp 18972](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2718972%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA,

julgado em 16/12/1992, DJ 01/03/1993, p. 2509)

"TRANSPORTE MARÍTIMO INTERNACIONAL DE GRANEL SÓLIDO. RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS ARMADORA E AFRETADORA DO NAVIO TRANSPORTADOR, POR QUEBRA DE PESO DA CARGA, PERANTE A EMPRESA IMPORTADORA, DESTINATÁRIA DA MERCADORIA. O DEVER DE INDENIZAR PELA MERCADORIA FALTANTE É CONTRATUAL E OBJETIVO, SENDO PRESCINDÍVEIS PROTESTO E VISTORIA, NAS RELAÇÕES ENTRE TRANSPORTADOR E DESTINATÁRIO DA CARGA. O DLEI 116/67 TEM APLICAÇÃO NA RELAÇÃO TRANSPORTADOR - ENTIDADE PORTUÁRIA, E NÃO NA RELAÇÃO TRANSPORTADOR - IMPORTADOR. [...]" ([REsp 5586](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275586%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 04/06/1991, DJ 05/08/1991, p. 10005)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400107641&dt_publicacao=20/06/1994) | [46785](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400107641&dt_publicacao=20/06/1994) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400107641&dt_publicacao=20/06/1994) | [1994/0010764-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400107641&dt_publicacao=20/06/1994) | [Decisão:24/05/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400107641&dt_publicacao=20/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/06/1994 | PG:16103 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00033 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00229 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300278150&dt_publicacao=18/04/1994) | [39469](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300278150&dt_publicacao=18/04/1994) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300278150&dt_publicacao=18/04/1994) | [1993/0027815-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300278150&dt_publicacao=18/04/1994) | [Decisão:15/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300278150&dt_publicacao=18/04/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/04/1994 | PG:08503 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00030 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00226 |
| **RT** |  |  | VOL.:00712 | PG:00291 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300150197&dt_publicacao=07/03/1994) | [35474](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300150197&dt_publicacao=07/03/1994) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300150197&dt_publicacao=07/03/1994) | [1993/0015019-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300150197&dt_publicacao=07/03/1994) | [Decisão:13/12/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300150197&dt_publicacao=07/03/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/03/1994 | PG:03662 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00023 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00058 | PG:00356 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00219 |
| **RT** |  |  | VOL.:00707 | PG:00193 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300153943&dt_publicacao=14/03/1994) | [35598](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300153943&dt_publicacao=14/03/1994) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300153943&dt_publicacao=14/03/1994) | [1993/0015394-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300153943&dt_publicacao=14/03/1994) | [Decisão:07/12/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300153943&dt_publicacao=14/03/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/03/1994 | PG:04521 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00026 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00222 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200040284&dt_publicacao=01/03/1993) | [18972](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200040284&dt_publicacao=01/03/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200040284&dt_publicacao=01/03/1993) | [1992/0004028-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200040284&dt_publicacao=01/03/1993) | [Decisão:16/12/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200040284&dt_publicacao=01/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/03/1993 | PG:02509 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00021 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00217 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000104564&dt_publicacao=05/08/1991) | [5586](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000104564&dt_publicacao=05/08/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000104564&dt_publicacao=05/08/1991) | [1990/0010456-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000104564&dt_publicacao=05/08/1991) | [Decisão:04/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000104564&dt_publicacao=05/08/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/08/1991 | PG:10005 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00015 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00211 |

# SÚMULA 110

DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AÇÃO ACIDENTÁRIA

## Enunciado:

A isenção do pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00005 INC:00074

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00020

LEG:FED LEI:008213 ANO:1991 ART:00129 PAR:UNICO

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

06/10/1994

## Fonte:

DJ DATA:13/10/1994 PG:27430 RSSTJ VOL.:00008 PG:00037 RSTJ VOL.:00070 PG:00231

RT VOL.:00710 PG:00163

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] PREVIDENCIÁRIA. ACIDENTE DE TRABALHO. AUXÍLIO-ACIDENTE. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. CONDENAÇÃO DA AUTARQUIA NAS CUSTAS E HONORÁRIOS DE ADVOGADO. A ISENÇÃO DA LEI

N. 8.213/91 SÓ BENEFICIA O ACIDENTADO. [...]" ([REsp 38233](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2738233%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro JOSE CANDIDO DE CARVALHO FILHO, SEXTA TURMA, julgado em 15/03/1994, DJ 04/04/1994, p. 6696)

"[...] ACIDENTE DE TRABALHO. VERBA DE PATROCÍNIO. INTELIGÊNCIA DO ART. 129 DA LEI N. 8.213/91. ISENÇÃO PARA O SEGURADO E NÃO PARA A AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2743320%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja)

[43320](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2743320%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEXTA TURMA, julgado em 15/03/1994, DJ 11/04/1994,

p. 7664)

"[...] AÇÃO ACIDENTÁRIA - SUCUMBÊNCIA - CUSTAS - ISENÇÃO - LEI 8.213/91, ART. 129 - CLIENTELA. [...] A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE CUSTAS E VERBAS RELATIVAS A SUCUMBÊNCIA, PREVISTA NO ART. 129 DA LEI 8.213/91, É DIRIGIDA AO OBREIRO ACIDENTADO E NÃO AO INSS. [...]" ([REsp 41738](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2741738%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 02/03/1994, DJ 21/03/1994, p. 5499)

"[...] ACIDENTÁRIA. VERBAS DA SUCUMBÊNCIA. A ISENÇÃO DE QUE TRATA A LEI 8.213/91, EM RELAÇÃO ÀS VERBAS DA SUCUMBÊNCIA, REFERE-SE AO SEGURADO E NÃO AO INSS. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2739758%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [39758](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2739758%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, QUINTA TURMA, julgado em 07/02/1994, DJ 28/02/1994, p.

2910)

"PREVIDENCIÁRIO E ACIDENTE DO TRABALHO. SUCUMBÊNCIA DA AUTARQUIA E CUSTAS. ISENÇÃO. [...] OS LITÍGIOS REFERENTES A ACIDENTES DO TRABALHO PROCESSADOS PELA JUSTIÇA DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL, SEGUNDO DISPOSIÇÕES EXPRESSAS DA LEI

8.213 DE 1991, 'ESTÃO ISENTOS DO PAGAMENTO DE CUSTAS E DE VERBAS RELATIVAS À SUCUMBÊNCIA'. A ISENÇÃO DE QUE TRATA REFERE-SE AO SEGURADO E NÃO AO INSS, VENCIDO. [...]" ([REsp 36047](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736047%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 01/09/1993, DJ 04/10/1993, p. 20564)

"[...] AÇÃO ACIDENTÁRIA. [...] HONORÁRIOS DA SUCUMBÊNCIA. AO ISENTAR DO PAGAMENTO DAS VERBAS RELATIVAS A SUCUMBENCIA O PROCEDIMENTO JUDICIAL RELATIVO A ACIDENTE DO TRABALHO, CERTAMENTE QUE, NO TOCANTE A HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, O ART. 129, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 8.213/91, APLICA-SE APENAS EM FAVOR DO OBREIRO ACIDENTADO; PELO QUE, NÃO HÁ DUVIDAR-SE DO PLENO VIGOR DA SÚMULA 234-S.T.F., CONSTRUÍDA EM FACE DE ANTIGA REGRA LEGAL SEMELHANTE." ([REsp 27951](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2727951%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 16/11/1992, DJ 07/12/1992, p. 23329)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300240161&dt_publicacao=04/04/1994) | [38233](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300240161&dt_publicacao=04/04/1994) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300240161&dt_publicacao=04/04/1994) | [1993/0024016-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300240161&dt_publicacao=04/04/1994) | [Decisão:15/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300240161&dt_publicacao=04/04/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/04/1994 | PG:06696 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00048 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00239 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400023707&dt_publicacao=11/04/1994) | [43320](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400023707&dt_publicacao=11/04/1994) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400023707&dt_publicacao=11/04/1994) | [1994/0002370-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400023707&dt_publicacao=11/04/1994) | [Decisão:15/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400023707&dt_publicacao=11/04/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/04/1994 | PG:07664 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00055 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00246 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300346385&dt_publicacao=21/03/1994) | [41738](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300346385&dt_publicacao=21/03/1994) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300346385&dt_publicacao=21/03/1994) | [1993/0034638-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300346385&dt_publicacao=21/03/1994) | [Decisão:02/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300346385&dt_publicacao=21/03/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/03/1994 | PG:05499 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00052 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00243 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300288202&dt_publicacao=28/02/1994) | [39758](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300288202&dt_publicacao=28/02/1994) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300288202&dt_publicacao=28/02/1994) | [1993/0028820-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300288202&dt_publicacao=28/02/1994) | [Decisão:07/02/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300288202&dt_publicacao=28/02/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/02/1994 | PG:02910 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00050 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00241 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300169130&dt_publicacao=04/10/1993) | [36047](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300169130&dt_publicacao=04/10/1993) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300169130&dt_publicacao=04/10/1993) | [1993/0016913-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300169130&dt_publicacao=04/10/1993) | [Decisão:01/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300169130&dt_publicacao=04/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/10/1993 | PG:20564 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00044 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00237 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200251200&dt_publicacao=07/12/1992) | [27951](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200251200&dt_publicacao=07/12/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200251200&dt_publicacao=07/12/1992) | [1992/0025120-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200251200&dt_publicacao=07/12/1992) | [Decisão:16/11/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200251200&dt_publicacao=07/12/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/12/1992 | PG:23329 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00041 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00233 |

# SÚMULA 111

DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AÇÃO ACIDENTÁRIA

## Enunciado:

Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre as prestações vencidas após a sentença. (\*) . (\*) - apreciando o projeto de súmula n. 560, na sessão de 27/09/06, a Terceira Seção deliberou pela MODIFICAÇÃO da súmula n.

111. REDAÇÃO ANTERIOR (decisão de 06/10/1994, DJ

13/10/1994): OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, NÃO INCIDEM SOBRE PRESTAÇÕES VINCENDAS.

MODIFICAÇÃO DE TEXTO: A Terceira Seção, na sessão de 27/09/2006, ao apreciar o Projeto de Súmula n. 560, deliberou pela MODIFICAÇÃO da Súmula 111 do STJ. REDAÇÃO ANTERIOR (decisão de 06/10/1994, DJ 13/10/1994, p. 27430): Os

honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 ART:00020 PAR:00005

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

27/09/2006

## Fonte:

DJ DATA:04/10/2006 PG:00281 DJ DATA:13/10/1994 PG:27430 RSSTJ VOL.:00008 PG:00059

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ACIDENTÁRIA [...] HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - SÚMULA 111/STJ - INCIDÊNCIA [...] Nas

ações acidentárias, os honorários advocatícios não incidem sobre as prestações vincendas, assim consideradas as posteriores à prolação da sentença monocrática. [...]" ([REsp 401127](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27401127%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 19/03/2002, DJ 29/04/2002, p. 314)

"[...] PREVIDENCIÁRIO. [...] HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BASE DE CÁLCULO. [...] Segundo o

comando expresso na Súmula nº 111/STJ, nas ações de cobrança de benefícios previdenciários, a verba de patrocínio deve ter como base de cálculo o somatório das prestações vencidas, como tal compreendidas aquelas devidas até a data da prolação da sentença. [...]" ([REsp 392348](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27392348%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 05/03/2002, DJ 01/04/2002, p. 231)

"[...] PREVIDENCIÁRIO. [...] Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas (Súm. 111-STJ), mas apenas sobre as prestações vencidas até a prolação da sentença. [...]" ([REsp 329536](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27329536%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2001, DJ 04/02/2002, p. 491)

"[...] HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INCIDÊNCIA. SÚMULA 111/STJ. [...] Nas ações previdenciárias,

os honorários advocatícios não incidem sobre prestações vincendas, assim consideradas as posteriores à prolação da sentença de 1º grau. Incidência da Súmula 111/STJ. [...]" ([REsp 332268](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27332268%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 18/09/2001, DJ 15/10/2001, p. 294)

"[...] PREVIDENCIÁRIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONTA DE LIQUIDAÇÃO. [...] A verba de

patrocínio deve ter como base de cálculo o somatório das prestações vencidas, compreendidas aquelas devidas até a data da sentença. [...]" ([EREsp 187766](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27187766%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 24/05/2000, DJ 19/06/2000, p. 111)

"[...] PREVIDENCIÁRIO. VERBA HONORÁRIA. [...] O enunciado da Súmula nº 111 deste Superior Tribunal de Justiça exclui, do valor da condenação, as prestações vincendas, para fins de cálculo dos honorários advocatícios nas ações previdenciárias. [...]" ([EREsp 202291](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27202291%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 24/05/2000, DJ 11/09/2000, p. 220)

"[...] HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO. PRESTAÇÕES VENCIDAS. SÚMULA 111-STJ.

Nas ações previdenciárias, os honorários advocatícios devem incidir sobre as prestações vencidas, entendidas estas como as ocorridas até a prolação da decisão exeqüenda. [...]" ([EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27198260%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [198260](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27198260%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/10/1999, DJ 16/11/1999, p.

183)

"[...] HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PARCELAS VENCIDAS. MARCO

FINAL. PROLAÇÃO DA SENTENÇA. [...] Nas ações previdenciárias, os honorários advocatícios devem ser fixados com exclusão das prestações vincendas, considerando-se apenas as prestações vencidas até o momento da prolação da sentença. [...]" ([EREsp 195520](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27195520%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/09/1999, DJ 18/10/1999, p. 207)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900710126&dt_publicacao=19/06/2000) | [187766](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900710126&dt_publicacao=19/06/2000) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900710126&dt_publicacao=19/06/2000) | [1999/0071012-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900710126&dt_publicacao=19/06/2000) | [Decisão:24/05/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900710126&dt_publicacao=19/06/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/06/2000 | PG:00111 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00063 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900383842&dt_publicacao=18/10/1999) | [195520](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900383842&dt_publicacao=18/10/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900383842&dt_publicacao=18/10/1999) | [1999/0038384-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900383842&dt_publicacao=18/10/1999) | [Decisão:22/09/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900383842&dt_publicacao=18/10/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/10/1999 | PG:00207 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00066 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900446208&dt_publicacao=16/11/1999) | [198260](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900446208&dt_publicacao=16/11/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900446208&dt_publicacao=16/11/1999) | [1999/0044620-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900446208&dt_publicacao=16/11/1999) | [Decisão:13/10/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900446208&dt_publicacao=16/11/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/11/1999 | PG:00183 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00069 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900778979&dt_publicacao=11/09/2000) | [202291](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900778979&dt_publicacao=11/09/2000) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900778979&dt_publicacao=11/09/2000) | [1999/0077897-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900778979&dt_publicacao=11/09/2000) | [Decisão:24/05/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900778979&dt_publicacao=11/09/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/09/2000 | PG:00220 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00073 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100757129&dt_publicacao=04/02/2002) | [329536](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100757129&dt_publicacao=04/02/2002) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100757129&dt_publicacao=04/02/2002) | [2001/0075712-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100757129&dt_publicacao=04/02/2002) | [Decisão:04/10/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100757129&dt_publicacao=04/02/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/02/2002 | PG:00491 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00076 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100890924&dt_publicacao=15/10/2001) | [332268](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100890924&dt_publicacao=15/10/2001) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100890924&dt_publicacao=15/10/2001) | [2001/0089092-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100890924&dt_publicacao=15/10/2001) | [Decisão:18/09/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100890924&dt_publicacao=15/10/2001) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/10/2001 | PG:00294 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00085 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101806086&dt_publicacao=01/04/2002) | [392348](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101806086&dt_publicacao=01/04/2002) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101806086&dt_publicacao=01/04/2002) | [2001/0180608-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101806086&dt_publicacao=01/04/2002) | [Decisão:05/03/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101806086&dt_publicacao=01/04/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/04/2002 | PG:00231 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00090 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101918203&dt_publicacao=29/04/2002) | [401127](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101918203&dt_publicacao=29/04/2002) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101918203&dt_publicacao=29/04/2002) | [2001/0191820-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101918203&dt_publicacao=29/04/2002) | [Decisão:19/03/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101918203&dt_publicacao=29/04/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/04/2002 | PG:00314 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00095 |

# SÚMULA 112

DIREITO TRIBUTÁRIO - CRÉDITO TRIBUTÁRIO

## Enunciado:

O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005172 ANO:1966

\*\*\*\*\* CTN-66 CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL ART:00151 INC:00002

LEG:FED LEI:006830 ANO:1980

ART:00009 PAR:00004 ART:00032 ART:00038

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

25/10/1994

## Fonte:

DJ DATA:03/11/1994 PG:29768 RSSTJ VOL.:00008 PG:00103 RSTJ VOL.:00070 PG:00263

RT VOL.:00710 PG:00163

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÉRIO - TÍTULO DA DÍVIDA AGRÁRIA - IMPOSSIBILIDADE. [...] NOS TERMOS DO ARTIGO 151, INCISO II DO CTN APENAS O DEPÓSITO EM DINHEIRO E NÃO O DEPÓSITO DE TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA SUSPENDE A EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. [...]" ([REsp 8764](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278764%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 07/02/1994, DJ 21/03/1994, p. 5441)

"[...] SUSPENSÃO CAUTELAR DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. DEPÓSITO EM TDAS OU FIANÇA BANCÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. [...] CONSOANTE PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DESTA CORTE, A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, SÓ É ADMISSÍVEL, MEDIANTE DEPÓSITO INTEGRAL EM DINHEIRO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 151, DO CTN, E PAR. 4. DA LEI N. 6.830/70. [...]" ([RMS 1269](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271269%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) AM, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/10/1993, DJ 08/11/1993, p. 23513)

"A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, SÓ É ADMISSÍVEL MEDIANTE DEPÓSITO INTEGRAL EM DINHEIRO NA FORMA PREVISTA NOS ARTS. 151, II DO CTN E 9., PAR. 4. DA LEI 6.830/80. [...]" ([RMS 1267](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271267%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) AM, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA,

julgado em 16/06/1993, DJ 16/08/1993, p. 15974)

"[...] SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. DEPÓSITO. ARTIGOS 151 E 162 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E ARTIGO 38 DA LEI DE EXECUÇÕES. NÃO OFENDE AS DISPOSIÇÕES DO CTN A DECISÃO QUE EXIGE, PARA SUSPENDER A EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, O DEPÓSITO EM DINHEIRO. [...]" ([REsp 10215](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710215%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/05/1993, DJ 28/06/1993, p. 12871)

"[...] SUSPENSÃO DE EXIGIBILIDADE DE CRÉDITO. FIANÇA BANCÁRIA COMO GARANTIA ACOLHIDA EM LIMINAR. ART. 151, CTN. LEI 6830/80 (ARTS. 9. E 38). ARTIGOS 796, 798 E 804, CPC). SÚMULAS 247-TFR E 1 E 2 DO TRF / 3A. REGIÃO. [...] A PROVISORIEDADE, COM ESPECÍFICOS CONTORNOS, DA CAUTELAR CALCADA EM FIANÇA BANCÁRIA (ARTIGOS 796, 798 E 804, CPC), NÃO SUSPENDE A EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO FISCAL (ART. 151, CTN), MONITORADO POR ESPECIALÍSSIMA LEGISLAÇÃO DE HIERARQUIA SUPERIOR, NÃO SUBMISSA ÀS COMUNS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA LEI 6830/80 (ARTS. 9. 38). 2. SÓ O DEPÓSITO JUDICIAL EM DINHEIRO, AUTORIZADO NOS PRÓPRIOS AUTOS DA AÇÃO PRINCIPAL OU DA CAUTELAR, SUSPENDE A EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. [...]" ([REsp 30610](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2730610%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/02/1993, DJ 15/03/1993, p. 3798)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100037702&dt_publicacao=21/03/1994) | [8764](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100037702&dt_publicacao=21/03/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100037702&dt_publicacao=21/03/1994) | [1991/0003770-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100037702&dt_publicacao=21/03/1994) | [Decisão:07/02/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100037702&dt_publicacao=21/03/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/03/1994 | PG:05441 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00114 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00272 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100186562&dt_publicacao=08/11/1993) | [1269](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100186562&dt_publicacao=08/11/1993) | [AM](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100186562&dt_publicacao=08/11/1993) | [1991/0018656-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100186562&dt_publicacao=08/11/1993) | [Decisão:18/10/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100186562&dt_publicacao=08/11/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/11/1993 | PG:23513 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00110 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00269 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100186546&dt_publicacao=16/08/1993) | [1267](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100186546&dt_publicacao=16/08/1993) | [AM](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100186546&dt_publicacao=16/08/1993) | [1991/0018654-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100186546&dt_publicacao=16/08/1993) | [Decisão:16/06/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100186546&dt_publicacao=16/08/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/08/1993 | PG:15974 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00107 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00265 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100073415&dt_publicacao=28/06/1993) | [10215](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100073415&dt_publicacao=28/06/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100073415&dt_publicacao=28/06/1993) | [1991/0007341-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100073415&dt_publicacao=28/06/1993) | [Decisão:26/05/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100073415&dt_publicacao=28/06/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/06/1993 | PG:12871 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00116 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00052 | PG:00095 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00274 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200328369&dt_publicacao=15/03/1993) | [30610](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200328369&dt_publicacao=15/03/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200328369&dt_publicacao=15/03/1993) | [1992/0032836-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200328369&dt_publicacao=15/03/1993) | [Decisão:10/02/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200328369&dt_publicacao=15/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/03/1993 | PG:03798 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00047 | PG:00239 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00118 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00276 |

# SÚMULA 113

DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO

## Enunciado:

Os juros compensatórios, na desapropriação direta, incidem a partir da imissão na posse, calculados sobre o valor da indenização, corrigido monetariamente.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00005 INC:00024 ART:00182 PAR:00003

LEG:FED DEL:003365 ANO:1941

\*\*\*\*\* LD-41 LEI DE DESAPROPRIAÇÃO ART:00026 PAR:00002

(COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 4686, DE 21/06/65) LEG:FED LEI:004686 ANO:1965

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

25/10/1994

## Fonte:

DJ DATA:03/11/1994 PG:29768 RSSTJ VOL.:00008 PG:00125 RSTJ VOL.:00070 PG:00283

RT VOL.:00710 PG:00163

## Excerto dos Precedentes Originários:

"AÇÃO DESAPROPRIATÓRIA. JUROS COMPENSATÓRIOS. CRITÉRIO NA ELABORAÇÃO DO CÁLCULO. PRINCÍPIO DA JUSTA INDENIZAÇÃO. EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA. Nas ações de

desapropriação, os juros compensatórios integram a indenização devida ao proprietário. Para evitar dúvidas na elaboração do cálculo, devem incidir sempre sobre a quantia atualizada e desde a ocupação do imóvel." ([REsp 26162](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2726162%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/08/1994, DJ 22/08/1994, p. 21247)

"[...] DESAPROPRIAÇÃO. JUROS COMPENSATÓRIO. BASE DE INCIDÊNCIA. SÚMULA N. 74-TFR. INAPLICABILIDADE. EM SEDE DE DESAPROPRIAÇÃO, OS JUROS COMPENSATÓRIOS SÃO DEVIDOS DESDE A ANTECIPADA IMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO NA POSSE DO IMÓVEL, DEVENDO INCIDIR SOBRE O VALOR DA INDENIZAÇÃO, CORRIGIDO MONETARIAMENTE. A LITERALIDADE DA SÚMULA N. 74-TFR, DETERMINANDO A INCIDÊNCIA DOS JUROS COMPENSATÓRIOS, ATÉ A DATA DO LAUDO, SOBRE O VALOR SIMPLES DA INDENIZAÇÃO, E, DESDE ENTÃO, SOBRE ESTE MONTANTE CORRIGIDO MONETARIAMENTE, NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DA JUSTA INDENIZAÇÃO E COLIDE COM A LEGISLAÇÃO QUE DISCIPLINA A ESPÉCIE. [...]" ([REsp 44454](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2744454%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/06/1994, DJ 27/06/1994, p. 16914)

"[...] DESAPROPRIAÇÃO. JUROS COMPENSATÓRIOS. CÁLCULO. CRITÉRIO. INAPLICABILIDADE DO

VERBETE Nº 74 DA SÚMULA DO EXTINTO TFR. [...] Os juros compensatórios, devidos em desapropriação, devem ser computados a partir da data da imissão na posse do bem expropriado até o dia do efetivo pagamento, incidindo sobre o valor do bem que restar judicialmente estabelecido, devidamente corrigido, até o dia da elaboração do cálculo. [...]" ([EREsp 40042](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2740042%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 07/06/1994, DJ 15/08/1994, p. 20274)

"DESAPROPRIAÇÃO - JUROS COMPENSATÓRIOS - CÁLCULO - CORREÇÃO MONETÁRIA. [...] EM DESAPROPRIAÇÃO, OS JUROS COMPENSATÓRIOS INTEGRAM O QUANTUM DA INDENIZAÇÃO E TEM POR ESCOPO RESSARCIR O PROPRIETÁRIO PELA PERDA ANTECIPADA DO BEM. 2. EM TEMPOS DE INFLAÇÃO CRÔNICA, O PAGAMENTO DE JUROS COMPENSATÓRIOS SOBRE A QUANTIA HISTÓRICA DO RESSARCIMENTO, NÃO RECOMPÕE A DIMINUIÇÃO PATRIMONIAL SOFRIDA PELO EXPROPRIADO, EM FACE DA IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE, DEFERIDA AO EXPROPRIANTE. SEMELHANTE FORMA DE CALCULAR OS JUROS, DESVIAM-NOS DA FUNÇÃO SOCIAL PARA A QUAL FORAM CONCEBIDOS. 3. OS JUROS SERÃO CONTADOS A TAXA DE DOZE POR CENTO AO ANO, DESDE A DATA DA IMISSÃO NA POSSE, ATÉ O DIA DO EFETIVO PAGAMENTO E INCIDIRÃO SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA INDENIZAÇÃO." ([EREsp 36130](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736130%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 19/04/1994, DJ 27/06/1994, p. 16876)

"DESAPROPRIAÇÃO. JUROS COMPENSATÓRIOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. CRITÉRIOS DE

CÁLCULO. SÚMULA Nº 74-TFR. INAPLICAÇÃO. JUROS MORATÓRIOS. Devidos a partir do trânsito em julgado da sentença e incidem sobre o total da indenização, nesta abrangidos os compensatórios." ([REsp 43085](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2743085%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/04/1994, DJ 09/05/1994, p. 10862)

"DESAPROPRIAÇÃO. JUROS COMPENSATÓRIOS. CRITÉRIOS DE CÁLCULO. SÚMULA Nº 74/TFR.

INAPLICAÇÃO. [...] Os juros compensatórios, na desapropriação, são contados desde a imissão na posse do imóvel até o efetivo pagamento da indenização, sobre o valor desta corrigido monetariamente. [...]" ([REsp 44134](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2744134%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/03/1994, DJ 20/06/1994, p. 16089)

"DESAPROPRIAÇÃO. TERRENOS RESERVADOS. JUROS COMPENSATÓRIOS, CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA N. 74 -TFR . INAPLICAÇÃO. [...] OS TERRENOS RESERVADOS ABRANGEM AQUELES COMPREENDIDOS NA FAIXA DE 15 METROS, CONTADOS DA MARGEM HISTÓRICA DO RIO. II - NA DESAPROPRIAÇÃO, OS JUROS COMPENSATÓRIOS SÃO CONTADOS, DESDE A IMISSÃO NA POSSE DO IMÓVEL ATÉ A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO, SOBRE O VALOR DESTA, CORRIGIDO MONETARIAMENTE. III - A SÚMULA N. 74 - TFR, NO SENTIDO DE QUE OS CITADOS JUROS SÃO DEVIDOS, ATÉ A DATA DO LAUDO, SOBRE O VALOR SIMPLES DA INDENIZAÇÃO, E, A PARTIR DE ENTÃO, SOBRE O REFERIDO VALOR CORRIGIDO MONETARIAMENTE, NÃO PODE PREVALECER, PORQUANTO IMPLICA CONGELAR PARTE DAQUELES ACRÉSCIMOS, COM OFENSA A LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA E AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA JUSTA INDENIZAÇÃO. [...]" ([REsp 36877](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736877%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/12/1993, DJ 21/02/1994, p. 2154)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200205879&dt_publicacao=22/08/1994) | [26162](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200205879&dt_publicacao=22/08/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200205879&dt_publicacao=22/08/1994) | [1992/0020587-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200205879&dt_publicacao=22/08/1994) | [Decisão:03/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200205879&dt_publicacao=22/08/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/08/1994 | PG:21247 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00144 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00299 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400052618&dt_publicacao=27/06/1994) | [44454](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400052618&dt_publicacao=27/06/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400052618&dt_publicacao=27/06/1994) | [1994/0005261-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400052618&dt_publicacao=27/06/1994) | [Decisão:08/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400052618&dt_publicacao=27/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/06/1994 | PG:16914 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00157 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00311 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400093926&dt_publicacao=15/08/1994) | [40042](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400093926&dt_publicacao=15/08/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400093926&dt_publicacao=15/08/1994) | [1994/0009392-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400093926&dt_publicacao=15/08/1994) | [Decisão:07/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400093926&dt_publicacao=15/08/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/08/1994 | PG:20274 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00141 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00296 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300351591&dt_publicacao=27/06/1994) | [36130](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300351591&dt_publicacao=27/06/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300351591&dt_publicacao=27/06/1994) | [1993/0035159-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300351591&dt_publicacao=27/06/1994) | [Decisão:19/04/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300351591&dt_publicacao=27/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/06/1994 | PG:16876 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00129 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00285 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400019289&dt_publicacao=09/05/1994) | [43085](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400019289&dt_publicacao=09/05/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400019289&dt_publicacao=09/05/1994) | [1994/0001928-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400019289&dt_publicacao=09/05/1994) | [Decisão:04/04/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400019289&dt_publicacao=09/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/05/1994 | PG:10862 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00152 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00307 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400044399&dt_publicacao=20/06/1994) | [44134](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400044399&dt_publicacao=20/06/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400044399&dt_publicacao=20/06/1994) | [1994/0004439-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400044399&dt_publicacao=20/06/1994) | [Decisão:23/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400044399&dt_publicacao=20/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/06/1994 | PG:16089 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00155 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00309 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300196731&dt_publicacao=21/02/1994) | [36877](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300196731&dt_publicacao=21/02/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300196731&dt_publicacao=21/02/1994) | [1993/0019673-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300196731&dt_publicacao=21/02/1994) | [Decisão:15/12/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300196731&dt_publicacao=21/02/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/02/1994 | PG:02154 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00147 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00301 |

# SÚMULA 114

DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO

## Enunciado:

Os juros compensatórios, na desapropriação indireta, incidem a partir da ocupação, calculados sobre o valor da indenização, corrigido monetariamente.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00005 INC:00024 ART:00182 PAR:00003

LEG:FED DEL:003365 ANO:1941

\*\*\*\*\* LD-41 LEI DE DESAPROPRIAÇÃO ART:00026 PAR:00002

(COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 4686, DE 21/06/65) LEG:FED LEI:004686 ANO:1965

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

25/10/1994

## Fonte:

DJ DATA:03/11/1994 PG:29768 RSSTJ VOL.:00008 PG:00163 RSTJ VOL.:00070 PG:00315

RT VOL.:00710 PG:00164

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA - JUROS COMPENSATÓRIO - INCIDÊNCIA - TERMO INICIAL - SÚMULAS 69/STJ. E 74/TFR. [...] NA DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA, OS JUROS COMPENSATÓRIOS SÃO CALCULADOS SOBRE O VALOR DO IMÓVEL E DEVIDOS A PARTIR DA EFETIVA OCUPAÇÃO, RESSARCINDO O EXPROPRIADO PELA PERDA DA POSSE DO BEM. [...]" ([REsp 38970](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2738970%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/06/1994, DJ 15/08/1994, p. 20323)

"DESAPROPRIAÇÃO. JUROS COMPENSATÓRIOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA Nº 74 - TFR.

INAPLICAÇÃO. [...] Na desapropriação, os juros compensatórios são contados, desde a imissão na posse do imóvel até a data do efetivo pagamento da indenização, sobre o valor desta, corrigido monetariamente. II - A Súmula nº 74 - TFR, no sentido de que os citados juros são devidos, até a data do laudo, sobre o valor simples da indenização, e, a partir de então, sobre o referido valor corrigido monetariamente, não pode prevalecer, porquanto implica congelar parte daqueles acréscimos, com ofensa à legislação de regência e ao princípio constitucional da justa indenização. [...]" ([REsp 43796](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2743796%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. ANTONIO DE PADUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA,

julgado em 02/05/1994, DJ 23/05/1994, p. 12594)

"DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. JUROS MORATÓRIOS E COMPENSATÓRIOS. TERMO INICIAL E FORMA DE CÁLCULO. SÚMULA N. 67, DO STJ. [...] OS JUROS COMPENSATÓRIOS, NA DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA, SÃO DEVIDOS A PARTIR DA EFETIVA OCUPAÇÃO DO IMÓVEL, CALCULANDO-SE ATÉ A DATA DO LAUDO SOBRE O VALOR SIMPLES DA INDENIZAÇÃO; DESDE ENTÃO, SOBRE REFERIDO VALOR CORRIGIDOS MONETARIAMENTE." ([REsp 2101](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272101%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/03/1993, DJ 05/04/1993, p. 5823)

"DESAPROPRIAÇÃO - JUROS COMPENSATÓRIOS - CÁLCULO - CORREÇÃO MONETARIA. [...] EM DESAPROPRIAÇÃO, OS JUROS COMPENSATÓRIOS INTEGRAM O QUANTUM DA INDENIZAÇÃO E TEM POR ESCOPO RESSARCIR O PROPRIETÁRIO PELA PERDA ANTECIPADA DO BEM. 2. EM TEMPOS DE INFLAÇÃO CRÔNICA, O PAGAMENTO DE JUROS COMPENSATÓRIO SOBRE A QUANTIA HISTÓRICA DO RESSARCIMENTO, NÃO RECOMPÕE A DIMINUIÇÃO PATRIMONIAL SOFRIDA PELO EXPROPRIADO, EM FACE DA IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE, DEFERIDA AO EXPROPRIANTE. SEMELHANTE FORMA DE CALCULAR OS JUROS, DESVIAM-NOS DA FUNÇÃO SOCIAL PARA A QUAL FORAM CONCEBIDOS. [...]" ([REsp 25201](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2725201%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/12/1992, DJ 15/03/1993, p. 3789)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300262289&dt_publicacao=15/08/1994) | [38970](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300262289&dt_publicacao=15/08/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300262289&dt_publicacao=15/08/1994) | [1993/0026228-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300262289&dt_publicacao=15/08/1994) | [Decisão:20/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300262289&dt_publicacao=15/08/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/08/1994 | PG:20323 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00174 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00323 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400035594&dt_publicacao=23/05/1994) | [43796](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400035594&dt_publicacao=23/05/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400035594&dt_publicacao=23/05/1994) | [1994/0003559-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400035594&dt_publicacao=23/05/1994) | [Decisão:02/05/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400035594&dt_publicacao=23/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/05/1994 | PG:12594 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00176 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00326 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000009790&dt_publicacao=05/04/1993) | [2101](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000009790&dt_publicacao=05/04/1993) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000009790&dt_publicacao=05/04/1993) | [1990/0000979-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000009790&dt_publicacao=05/04/1993) | [Decisão:17/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000009790&dt_publicacao=05/04/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/04/1993 | PG:05823 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00167 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00317 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200186556&dt_publicacao=15/03/1993) | [25201](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200186556&dt_publicacao=15/03/1993) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200186556&dt_publicacao=15/03/1993) | [1992/0018655-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200186556&dt_publicacao=15/03/1993) | [Decisão:16/12/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200186556&dt_publicacao=15/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/03/1993 | PG:03789 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00170 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00046 | PG:00309 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00320 |

# SÚMULA 115

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PERANTE O STJ

## Enunciado:

Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00037

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

27/10/1994

## Fonte:

DJ DATA:07/11/1994 PG:30050 RSSTJ VOL.:00008 PG:00181 RSTJ VOL.:00070 PG:00331

RT VOL.:00710 PG:00164

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] A AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO AO SIGNATÁRIO DA PETIÇÃO DO AGRAVO IMPLICA A

INEXISTÊNCIA DO RECURSO. [...] 'Tal irregularidade implica a inexistência do recurso, descabendo, nesta instância, determinação de diligência para suprir a referida falta. [...]" ([AgRg](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2745488%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [no Ag 45488](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2745488%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 25/04/1994, DJ 16/05/1994, p. 11773)

"- AGRAVO REGIMENTAL. ADVOGADO. CAPACIDADE POSTULACIONAL. - É TIDO POR INEXISTENTE O RECURSO ESPECIAL ASSINADO POR ADVOGADO CUJO SUBSTABELECIMENTO FOI OUTORGADO POR CAUSÍDICO COM INSTRUMENTO DE MANDATO VENCIDO, POIS O ART. 13 DO CPC, ALÉM DE INAPLICÁVEL À INSTÂNCIA EXCEPCIONAL, DIZ RESPEITO À CAPACIDADE DE ESTAR EM JUÍZO E À CAPACIDADE DE SER PARTE, NÃO À CAPACIDADE POSTULACIONAL DISCIPLINADA PELO ART. 37 DO MESMO DIPLOMA LEGAL. [...]" ([AgRg no Ag 39290](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2739290%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. ANTÔNIO TORREÃO BRAZ, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/1994, DJ 16/05/1994, p. 11772)

"[...] FALTA DE PROCURAÇÃO JURISPRUDÊNCIA DA 2ª SEÇÃO NO SENTIDO DE QUE A DETERMINAÇÃO DE QUE SE SUPRA A OMISSÃO, COM BASE NO ARTIGO 13 DO CPC SÓ SE APLICA NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. [...]" ([REsp 7240](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277240%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA

TURMA, julgado em 22/03/1994, DJ 11/04/1994, p. 7640)

"[...] ASSENTADO NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ O ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE, A TEOR DO DISPOSTO NO ART. 37, DA LEI ADJETIVA CIVIL, SEM INSTRUMENTO DE MANDATO, O ADVOGADO DA RECORRENTE NÃO PODERIA SER ADMITIDO A POSTULAR EM JUÍZO E, CONSEQUENTEMENTE, SERÃO TIDOS COMO INEXISTENTES TODOS OS ATOS PRATICADOS NOS

AUTOS. [...] Não temos aceitado o suprimento nesta instância especial. [...]" ([REsp 34327](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2734327%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/02/1994, DJ 25/04/1994, p. 9250)

"[...] AUSÊNCIA DO INSTRUMENTO NOS AUTOS. ATOS INEXISTENTES. ART. 37, CPC. INAPLICABILIDADE DO ART. 13, CPC NA INSTÂNCIA ESPECIAL. [...] SEM A JUNTADA DO INSTRUMENTO DO MANDATO AOS AUTOS, EM FACE DA NORMA DO ART. 37, CPC, INEXISTENTE É O ATO PRATICADO PELO ADVOGADO QUE NÃO ATUA EM CAUSA PRÓPRIA. II- JÁ É PACIFICADO NESTA CORTE O ENTENDIMENTO DE SER INAPLICÁVEL EM INSTÂNCIA ESPECIAL O ART. 13 DA LEI PROCESSUAL, DESCABENDO A DETERMINAÇÃO DE DILIGENCIA PARA SUPRIR A FALTA DA PROCURAÇÃO NOS AUTOS." ([AgRg no Ag 37804](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2737804%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 30/08/1993, DJ 20/09/1993, p. 19184)

"[...] Ausência de procuração outorgada ao subscritor do recurso. Não conhecimento. [...] Não comporta conhecimento recurso especial intentado por advogado que não possui nos autos procuração outorgando poderes de representação judicial, conforme jurisprudência pacífica desta Corte." ([REsp 11146](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711146%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 16/08/1993, DJ 20/09/1993, p. 19139)

"[...] RECURSO INEXISTENTE. FALTA DE MANDATO AO PROFISSIONAL QUE O SUBSCREVE. É INEXISTENTE O RECURSO INTERPOSTO POR ADVOGADO SEM MANDATO." ([EREsp 35778](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735778%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DIAS TRINDADE (ER 03/93), CORTE ESPECIAL, julgado em 09/06/1993, DJ 01/08/1994, p. 18571)

"[...] ADVOGADO. AUSÊNCIA DO INSTRUMENTO DE MANDADO JUDICIAL NOS AUTOS. NÃO SE CONHECE DE RECURSO INTERPOSTO POR ADVOGADO SEM INSTRUMENTO DE MANDATO NOS AUTOS. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 37 DO C.P.C. [...]" ([AgRg no Ag 30567](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2730567%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) /SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/03/1993, DJ 10/05/1993, p. 8612)

"[...] procuração - Ausência. Sem instrumento de mandato, o advogado não se encontra habilitado para estar em juízo. [...]" ([AgRg no Ag 29236](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2729236%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/03/1993, DJ 17/05/1993, p. 9303)

"[...] AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO. [...] NÃO SE CONHECE DE RECURSO SUBSCRITO POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. [...]" ([REsp 14851](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714851%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/12/1991, DJ 23/03/1992, p. 3469)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300316249&dt_publicacao=16/05/1994) | [45488](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300316249&dt_publicacao=16/05/1994) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300316249&dt_publicacao=16/05/1994) | [1993/0031624-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300316249&dt_publicacao=16/05/1994) | [Decisão:25/04/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300316249&dt_publicacao=16/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/05/1994 | PG:11773 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00200 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00348 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300167111&dt_publicacao=16/05/1994) | [39290](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300167111&dt_publicacao=16/05/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300167111&dt_publicacao=16/05/1994) | [1993/0016711-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300167111&dt_publicacao=16/05/1994) | [Decisão:19/04/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300167111&dt_publicacao=16/05/1994) |
| **DJ** | |  | DATA:16/05/1994 | PG:11772 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00008 | PG:00198 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00070 | PG:00346 |
| [REsp 7240 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100003786&dt_publicacao=11/04/1994) | |  | [1991/0000378-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100003786&dt_publicacao=11/04/1994) | [Decisão:22/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100003786&dt_publicacao=11/04/1994) |
| **DJ** | |  | DATA:11/04/1994 | PG:07640 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00008 | PG:00205 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00070 | PG:00353 |
| [REsp 34327 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300110560&dt_publicacao=25/04/1994) | |  | [1993/0011056-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300110560&dt_publicacao=25/04/1994) | [Decisão:08/02/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300110560&dt_publicacao=25/04/1994) |
| **DJ** | |  | DATA:25/04/1994 | PG:09250 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00008 | PG:00213 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00070 | PG:00360 |
| [AgRg no Ag 37804](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300135309&dt_publicacao=20/09/1993) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300135309&dt_publicacao=20/09/1993) | [1993/0013530-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300135309&dt_publicacao=20/09/1993) | [Decisão:30/08/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300135309&dt_publicacao=20/09/1993) |
| **DJ** | |  | DATA:20/09/1993 | PG:19184 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00008 | PG:00191 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00070 | PG:00339 |
| **RT** | |  | VOL.:00700 | PG:00216 |
| [REsp 11146 PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100098825&dt_publicacao=20/09/1993) | |  | [1991/0009882-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100098825&dt_publicacao=20/09/1993) | [Decisão:16/08/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100098825&dt_publicacao=20/09/1993) |
| **DJ** | |  | DATA:20/09/1993 | PG:19139 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00008 | PG:00207 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00070 | PG:00355 |
| [EREsp 35778 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300308017&dt_publicacao=01/08/1994) | |  | [1993/0030801-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300308017&dt_publicacao=01/08/1994) | [Decisão:09/06/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300308017&dt_publicacao=01/08/1994) |
| **DJ** | |  | DATA:01/08/1994 | PG:18571 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00008 | PG:00203 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00070 | PG:00351 |
| [AgRg no Ag 30567](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200310605&dt_publicacao=10/05/1993) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200310605&dt_publicacao=10/05/1993) | [1992/0031060-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200310605&dt_publicacao=10/05/1993) | [Decisão:24/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200310605&dt_publicacao=10/05/1993) |
| **DJ** | |  | DATA:10/05/1993 | PG:08612 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00008 | PG:00188 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00070 | PG:00337 |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200282598&dt_publicacao=17/05/1993) | | [29236](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200282598&dt_publicacao=17/05/1993) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200282598&dt_publicacao=17/05/1993) | [1992/0028259-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200282598&dt_publicacao=17/05/1993) | [Decisão:08/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200282598&dt_publicacao=17/05/1993) |
| **DJ**  **RSSTJ RSTJ** |  | |  | DATA:17/05/1993  VOL.:00008 VOL.:00070 | | PG:09303  PG:00185 PG:00333 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100194549&dt_publicacao=23/03/1992) | [14851](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100194549&dt_publicacao=23/03/1992) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100194549&dt_publicacao=23/03/1992) | [1991/0019454-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100194549&dt_publicacao=23/03/1992) | | [Decisão:02/12/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100194549&dt_publicacao=23/03/1992) |
| **DJ** |  | |  | DATA:23/03/1992 | | PG:03469 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00008 | | PG:00210 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00034 | | PG:00390 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00070 | | PG:00357 |

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL

## Enunciado:

A Fazenda Pública e o Ministério Público tem prazo em dobro para interpor agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00188

LEG:FED LEI:008038 ANO:1990 ART:00028 PAR:00005 ART:00039

LEG:FED RGI:\*\*\*\*\*\* ANO:1989

\*\*\*\*\* RISTJ-89 REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ART:00258 ART:00259

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

27/10/1994

## Fonte:

DJ DATA:07/11/1994 PG:30050 RSSTJ VOL.:00008 PG:00219 RSTJ VOL.:00070 PG:00365

RT VOL.:00710 PG:00164

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] AGRAVO REGIMENTAL. FAZENDA PÚBLICA E MINISTÉRIO PÚBLICO. PRAZO EM DOBRO. É DE DEZ DIAS O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL PELA FAZENDA PÚBLICA E PELO MINISTÉRIO PÚBLICO." ([IUJur no AgRg no Ag 10146](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27IUAGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710146%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/12/1993, DJ 05/09/1994, p. 23002)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Precedentes: |  | | | |
| [IUJur no AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100055417&dt_publicacao=05/09/1994) | [10146](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100055417&dt_publicacao=05/09/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100055417&dt_publicacao=05/09/1994) | [1991/0005541-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100055417&dt_publicacao=05/09/1994) | [Decisão:09/12/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100055417&dt_publicacao=05/09/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/09/1994 | PG:23002 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00223 |

# SÚMULA 117

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - PAUTA DE JULGAMENTO

## Enunciado:

A inobservância do prazo de 48 horas, entre a publicação de pauta e o julgamento sem a presença das partes, acarreta nulidade.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00184 PAR:00002 ART:00552 PAR:00001

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

27/10/1994

## Fonte:

DJ DATA:07/11/1994 PG:30050 RSSTJ VOL.:00008 PG:00247 RSTJ VOL.:00070 PG:00387

RT VOL.:00710 PG:00164

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] PRAZO. PAUTA DE JULGAMENTO. CPC, ART. 552, PARÁGRAFO 1. NULIDADE. [...] 'É NULO O JULGAMENTO DE PROCESSO NO TRIBUNAL, QUANDO NÃO RESPEITADO O PRAZO ESTABELECIDO NO PARÁGRAFO 1., DO ART. 552, DO CPC.' [...] 'IN CASU', EFETIVADA A INTIMAÇÃO DA SEXTA-FEIRA E REALIZADO O JULGAMENTO DO FEITO NA TERÇA-FEIRA SUBSEQUENTE, RESTOU DESRESPEITADA A NORMA INSCRITA NO PARÁGRAFO 1., DO ART. 552, DO CPC. [...]" ([REsp 6481](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276481%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. JOSÉ DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/04/1994, DJ 09/05/1994, p. 10854)

"PAUTA DE JULGAMENTO. PRAZO. É NULO O ACORDÃO QUANDO NÃO OBSERVADO O ESPAÇO DE 48 HORAS ENTRE A PUBLICAÇÃO DA PAUTA E A SESSÃO DE JULGAMENTO. PRECEDENTES DO STF E DO STJ. [...]" ([REsp 23650](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2723650%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 20/10/1992, DJ 30/11/1992, p. 22621)

"PAUTA DE JULGAMENTO. PRAZO. NULO É O ACORDÃO QUANDO NÃO OBSERVADO O PRAZO MEDIAL ENTRE A SESSÃO DE JULGAMENTO E A PUBLICAÇÃO DA RESPECTIVA PAUTA. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278478%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [8478](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278478%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 17/12/1991, DJ

06/04/1992, p. 4499)

"[...] INTIMAÇÃO - PAUTA DE JULGAMENTO - PUBLICAÇÃO - PRAZO - ART. 552, PAR. 1., DO CPC. [...] É NULO O JULGAMENTO DO PROCESSO NO TRIBUNAL, QUANDO NÃO RESPEITADO O PRAZO ESTABELECIDO NO PAR. 1., DO ART. 552, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. II - APLICABILIDADE DA SÚMULA N. 310, DO STF, MESMO NO CASO DO PRAZO CONTADO EM HORAS. [...]" ([REsp 14818](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714818%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/12/1991, DJ 10/02/1992,

p. 865)

"[...] INTERDIÇÃO DE PRÉDIO - JULGAMENTO COM INOBSERVÂNCIA DO PRAZO ENTRE A PUBLICAÇÃO DA PAUTA E A SESSÃO. PAUTA PUBLICADA NO DIA 07.03.89 E A SESSÃO REALIZADA EM 09.03.89 NÃO PERMITIU TRANSCURSO DE 48 HORAS, VIOLA O ARTIGO 552 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E CONDUZ À NULIDADE DO JULGAMENTO. [...]" ([REsp 8415](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278415%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/09/1991, DJ 07/10/1991, p. 13938)

"[...] PRAZO. PAUTA DE JULGAMENTO. CPC, ART. 552, PAR-1. PRECEDENTES DO STF E DO STJ. NULIDADE. [...] ANULA-SE O ACORDÃO QUANDO DESRESPEITADO O PRAZO PREVISTO NO PAR-1. DO ART. 552, CPC. II- EFETIVADA A INTIMAÇÃO, VIA IMPRENSA, NA SEXTA-FEIRA, INVIÁVEL SE MOSTRA A REALIZAÇÃO DO JULGAMENTO COLEGIADO NA TERÇA SUBSEQUENTE." ([REsp 6880](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276880%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/08/1991, DJ 30/09/1991, p. 13488)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000125014&dt_publicacao=09/05/1994) | [6481](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000125014&dt_publicacao=09/05/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000125014&dt_publicacao=09/05/1994) | [1990/0012501-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000125014&dt_publicacao=09/05/1994) | [Decisão:13/04/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000125014&dt_publicacao=09/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/05/1994 | PG:10854 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00251 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00389 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200150454&dt_publicacao=30/11/1992) | [23650](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200150454&dt_publicacao=30/11/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200150454&dt_publicacao=30/11/1992) | [1992/0015045-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200150454&dt_publicacao=30/11/1992) | [Decisão:20/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200150454&dt_publicacao=30/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/11/1992 | PG:22621 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00269 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00406 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100030899&dt_publicacao=06/04/1992) | [8478](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100030899&dt_publicacao=06/04/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100030899&dt_publicacao=06/04/1992) | [1991/0003089-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100030899&dt_publicacao=06/04/1992) | [Decisão:17/12/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100030899&dt_publicacao=06/04/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/04/1992 | PG:04499 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00260 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00042 | PG:00294 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00398 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100191965&dt_publicacao=10/02/1992) | [14818](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100191965&dt_publicacao=10/02/1992) | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100191965&dt_publicacao=10/02/1992) | [1991/0019196-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100191965&dt_publicacao=10/02/1992) | [Decisão:09/12/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100191965&dt_publicacao=10/02/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/02/1992 | PG:00865 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00263 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00401 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100029106&dt_publicacao=07/10/1991) | [8415](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100029106&dt_publicacao=07/10/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100029106&dt_publicacao=07/10/1991) | [1991/0002910-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100029106&dt_publicacao=07/10/1991) | [Decisão:04/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100029106&dt_publicacao=07/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/10/1991 | PG:13938 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00257 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00395 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000135109&dt_publicacao=30/09/1991) | [6880](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000135109&dt_publicacao=30/09/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000135109&dt_publicacao=30/09/1991) | [1990/0013510-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000135109&dt_publicacao=30/09/1991) | [Decisão:21/08/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000135109&dt_publicacao=30/09/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/09/1991 | PG:13488 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00253 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00391 |

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO

## Enunciado:

O agravo de instrumento é o recurso cabível da decisão que homologa a atualização do cálculo da liquidação.

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

27/10/1994

## Fonte:

DJ DATA:07/11/1994 PG:30050 RSSTJ VOL.:00008 PG:00271 RSTJ VOL.:00070 PG:00409

RT VOL.:00710 PG:00164

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] LIQUIDAÇÃO. CÁLCULO. ATUALIZAÇÃO. RECURSO CABÍVEL. A DECISÃO QUE HOMOLOGA A SIMPLES ATUALIZAÇÃO DOS CÁLCULOS DA LIQUIDAÇÃO É IMPUGNÁVEL POR MEIO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO." ([IUJur no REsp 31345](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27IURESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2731345%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, Rel. p/

Acórdão Ministro JESUS COSTA LIMA, CORTE ESPECIAL, julgado em 14/04/1994, DJ 19/09/1994, p. 24628)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Precedentes: |  | | | |
| [IUJur no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300007440&dt_publicacao=19/09/1994) | [31345](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300007440&dt_publicacao=19/09/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300007440&dt_publicacao=19/09/1994) | [1993/0000744-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300007440&dt_publicacao=19/09/1994) | [Decisão:14/04/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300007440&dt_publicacao=19/09/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/09/1994 | PG:24628 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00275 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00411 |

# SÚMULA 119

DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO

## Enunciado:

A ação de desapropriação indireta prescreve em vinte anos.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:00177 ART:00550

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

08/11/1994

## Fonte:

DJ DATA:16/11/1994 PG:31143 RSSTJ VOL.:00008 PG:00291 RSTJ VOL.:00072 PG:00017

RT VOL.:00711 PG:00195

## Excerto dos Precedentes Originários:

"DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. MATA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. 'PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR'. PRESCRIÇÃO. [...] O PRAZO PRESCRICIONAL DA AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA E O VINTENÁRIO E, NO CASO, NÃO TRANSCORREU. [...]" ([REsp 33399](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2733399%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/04/1994, DJ 18/04/1994, p. 8476)

"DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. PRESCRIÇÃO. PRAZO. [...] TRATANDO-SE DE AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA, O PRAZO PRESCRICIONAL É DE VINTE ANOS. [...]" ([REsp 17041](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2717041%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/02/1994, DJ 14/03/1994, p. 4493)

"DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA - PRESCRIÇÃO - NATUREZA DA AÇÃO - CÓDIGO CIVIL, ART. 177 C/C OS ARTS. 550 E 551 [...] A AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA TEM A NATUREZA DE AÇÃO REAL E NÃO ESTÁ SUJEITA AO PRAZO DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL, NA FORMA DO ART. 177 C/C OS ARTS. 550 E 551 DO CÓDIGO CIVIL, MAS SIM AO DE VINTE ANOS, PRAZO DO USUCAPIÃO. [...]" ([REsp 8488](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278488%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. MIN. PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA,

julgado em 29/11/1993, DJ 14/03/1994, p. 4492)

"DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA - CRIAÇÃO DE RESERVA FLORESTAL - RESTRIÇÃO DE USO DE PROPRIEDADE PARTICULAR - INDENIZAÇÃO - PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. A AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA É DE NATUREZA REAL. ELA NÃO SE EXPÕE À PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. O TITULAR DO DOMÍNIO AGREDIDO PELA DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA - ENQUANTO NÃO OCORRER USUCAPIÃO - TEM AÇÃO PARA PLEITEAR RESSARCIMENTO." ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2730674%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [30674](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2730674%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em

25/10/1993, DJ 22/11/1993, p. 24903)

"DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA - PRESCRIÇÃO - ALEGADA VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 177, 550 E 551, CÓDIGO CIVIL. [...] VIVO O DOMÍNIO, RECONHECIDO O DIREITO DE PROPRIEDADE, VIVA A AÇÃO DO PROPRIETÁRIO PARA POSTULAR JUDICIALMENTE O DIREITO À INDENIZAÇÃO, DECORRENTE DE ILÍCITO APOSSAMENTO ADMINISTRATIVO. 2. A TRATO DE AÇÃO REAL, A JURISPRUDÊNCIA ASSENTOU A PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA PARA A EXTINÇÃO DO DIREITO. [...]" ([REsp 7553](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277553%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/09/1993, DJ 18/10/1993, p. 21837)

"[...] DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. JUSTO PREÇO. [...] PRESCRIÇÃO. [...] PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA, PORQUANTO INAPLICÁVEL À HIPÓTESE O DECRETO 20.910/32. SENDO TAL AÇÃO DE NATUREZA REAL, A PRESCRIÇÃO É VINTENÁRIA. [...]" ([REsp 36954](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736954%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/1993, DJ 25/10/1993, p. 22480)

"DESAPROPRIAÇÃO - PRESCRIÇÃO - EXTINTIVA E AQUISITIVA. A AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA É AÇÃO REAL, PRESCREVENDO EM 20 (VINTE) ANOS. [...]" ([REsp 7188](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277188%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/06/1993, DJ 30/08/1993, p. 17270)

"[...] RESTRIÇÃO TOTAL AO USO DA PROPRIEDADE PELO PODER PÚBLICO. COM APOSSAMENTO ADMINISTRATIVO PELO PODER PÚBLICO. INDENIZAÇÃO. NO APOSSAMENTO ADMINISTRATIVO DE BENS, O RESSARCIMENTO DOS PREJUÍZOS DECORRENTES DA IMPOSSIBILIDADE DO USO DA PROPRIEDADE, SE FAZ NA MESMA FORMA QUE NAS DESAPROPRIAÇÕES INDIRETAS, E, A AÇÃO INDENIZATÓRIA, O CASO, TEM A NATUREZA DE AÇÃO REAL, SÓ ALCANÇADA PELA PRESCRIÇÃO, QUANDO VINTENÁRIA. [...]" ([REsp 20213](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2720213%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/10/1992, DJ 16/11/1992, p. 21097)

"AÇÃO EXPROPRIATÓRIA INDIRETA. IMÓVEL IRREGULARMENTE OCUPADO PELA MUNICIPALIDADE. [...] A AÇÃO EXPROPRIATÓRIA INDIRETA, POR FUNDAR-SE NO DIREITO DE PROPRIEDADE, NÃO ESTÁ SUJEITA AO PRAZO DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL, DEVENDO-SE-LHE APLICAR O ART. 177 C/C OS ARTS. 550/551 DO CÓDIGO CIVIL. [...]" ([REsp 4009](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274009%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ILMAR GALVAO, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/09/1990, DJ 24/09/1990, p. 9976)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300079948&dt_publicacao=18/04/1994) | [33399](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300079948&dt_publicacao=18/04/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300079948&dt_publicacao=18/04/1994) | [1993/0007994-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300079948&dt_publicacao=18/04/1994) | [Decisão:04/04/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300079948&dt_publicacao=18/04/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/04/1994 | PG:08476 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00319 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00041 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200006094&dt_publicacao=14/03/1994) | [17041](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200006094&dt_publicacao=14/03/1994) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200006094&dt_publicacao=14/03/1994) | [1992/0000609-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200006094&dt_publicacao=14/03/1994) | [Decisão:07/02/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200006094&dt_publicacao=14/03/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/03/1994 | PG:04493 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00308 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00032 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100030996&dt_publicacao=14/03/1994) | [8488](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100030996&dt_publicacao=14/03/1994) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100030996&dt_publicacao=14/03/1994) | [1991/0003099-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100030996&dt_publicacao=14/03/1994) | [Decisão:29/11/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100030996&dt_publicacao=14/03/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/03/1994 | PG:04492 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00305 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00028 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200329713&dt_publicacao=22/11/1993) | [30674](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200329713&dt_publicacao=22/11/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200329713&dt_publicacao=22/11/1993) | [1992/0032971-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200329713&dt_publicacao=22/11/1993) | [Decisão:25/10/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200329713&dt_publicacao=22/11/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/11/1993 | PG:24903 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00315 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00038 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100010227&dt_publicacao=18/10/1993) | [7553](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100010227&dt_publicacao=18/10/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100010227&dt_publicacao=18/10/1993) | [1991/0001022-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100010227&dt_publicacao=18/10/1993) | [Decisão:22/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100010227&dt_publicacao=18/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/10/1993 | PG:21837 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00300 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00024 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300199862&dt_publicacao=25/10/1993) | [36954](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300199862&dt_publicacao=25/10/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300199862&dt_publicacao=25/10/1993) | [1993/0019986-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300199862&dt_publicacao=25/10/1993) | [Decisão:15/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300199862&dt_publicacao=25/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/10/1993 | PG:22480 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00322 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00053 | PG:00306 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00044 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100002984&dt_publicacao=30/08/1993) | [7188](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100002984&dt_publicacao=30/08/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100002984&dt_publicacao=30/08/1993) | [1991/0000298-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100002984&dt_publicacao=30/08/1993) | [Decisão:16/06/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100002984&dt_publicacao=30/08/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/08/1993 | PG:17270 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00297 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00021 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200063888&dt_publicacao=16/11/1992) | [20213](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200063888&dt_publicacao=16/11/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200063888&dt_publicacao=16/11/1992) | [1992/0006388-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200063888&dt_publicacao=16/11/1992) | [Decisão:05/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200063888&dt_publicacao=16/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/11/1992 | PG:21097 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00312 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00035 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000066298&dt_publicacao=24/09/1990) | [4009](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000066298&dt_publicacao=24/09/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000066298&dt_publicacao=24/09/1990) | [1990/0006629-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000066298&dt_publicacao=24/09/1990) | [Decisão:03/09/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000066298&dt_publicacao=24/09/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/09/1990 | PG:09976 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00295 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00019 |

# SÚMULA 120

DIREITO ADMINISTRATIVO - ATIVIDADE FARMACÊUTICA

## Enunciado:

O oficial de farmácia, inscrito no Conselho Regional de Farmácia, pode ser responsável técnico por drogaria.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:005991 ANO:1973 ART:00015

LEG:FED LEI:003820 ANO:1960 ART:00014 PAR:UNICO

LEG:FED DEC:020377 ANO:1931 ART:00002 PAR:00001

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

29/11/1994

## Fonte:

DJ DATA:06/12/1994 PG:33786 RSSTJ VOL.:00008 PG:00327 RSTJ VOL.:00072 PG:00049

RT VOL.:00711 PG:00195

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] DROGARIA. OFICIAL DE FARMÁCIA. RESPONSABILIDADE TÉCNICA. DECRETO N. 20.377/31, ART. 2., PAR. 1. LEI N. 5.991/73, ARTS. 4., 15 E 58. [...] A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE É NO SENTIDO DE QUE ESTÁ EM VIGOR O PAR. 1. DO ART. 2. DO DECRETO N. 20.377/31, SEGUNDO O QUAL O COMÉRCIO DIRETO COM O CONSUMIDOR DE MEDICAMENTOS NÃO É PRIVATIVO DE FARMACÊUTICO. A RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE DROGARIA, ESTABELECIMENTO QUE PROMOVE ESSE COMERCIO, PODE SER EXERCIDA POR OFICIAL DE FARMÁCIA, DESDE QUE REGULARMENTE INSCRITO NO ORGÃO PROFISSIONAL COMPETENTE. [...]" ([REsp 37205](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2737205%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/11/1994, DJ 05/12/1994,

p. 33547)

"[...] DROGARIA. RESPONSABILIDADE TÉCNICA. OFICIAL DE FARMÁCIA. NÃO HÁ ÓBICE DE ORDEM LEGAL PARA QUE A RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR DROGARIA SEJA CONFIADA A OFICIAL DE FARMACIA, INSCRITO NO RESPECTIVO CONSELHO. PRIVATIVA DE FARMACÊUTICO É A RESPONSABILIDADE POR FARMÁCIA, EM QUE SE ELABOREM MEDICAMENTOS, ATRAVÉS DE AVIAMENTO OU MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS MEDICAMENTOSAS. [...]" ([REsp 36806](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736806%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/04/1994, DJ 25/04/1994, p. 9234)

"[...] DROGARIA. OFICIAL DE FARMÁCIA. RESPONSABILIDADE TÉCNICA. LEI N. 5991/73. [...] CONFORME JÁ DECIDIU AMBAS AS TURMAS QUE COMPÕEM A EGRÉGIA PRIMEIRA SEÇÃO DESTA CORTE, A RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR DROGARIA PODE SER CONFIADA AO OFICIAL DE FARMÁCIA. [...]" ([REsp 41782](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2741782%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/03/1994, DJ 25/04/1994, p. 9237)

"[...] OFICIAL DE FARMÁCIA. RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE DROGARIA. [...] INEXISTE IMPEDIMENTO DE ORDEM LEGAL PARA QUE O RECORRIDO, OFICIAL DE FARMÁCIA INSCRITO NO RESPECTIVO CONSELHO, SEJA O TÉCNICO RESPONSÁVEL DE DROGARIA DA QUAL É SÓCIO. [...]" ([REsp 39921](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2739921%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/1994, DJ 07/03/1994, p. 3654)

"[...] DROGARIA - RESPONSABILIDADE TÉCNICA - OFICIAL DE FARMÁCIA - LEI 5.991/73. [...] A RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR DROGARIA PODE SER CONFIADA AO OFICIAL DE FARMÁCIA. A INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA DA LEI 5.991/73 CONDUZ AO ENTENDIMENTO DE QUE SOMENTE É PRIVATIVA DE FARMACÊUTICO, A RESPONSABILIDADE POR FARMÁCIA, EM QUE SE ELABOREM MEDICAMENTOS, ATRAVÉS DO AVIAMENTO DE FÓRMULAS." ([REsp 32533](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2732533%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 29/11/1993, DJ 28/02/1994, p. 2870)

"[...] INTELIGÊNCIA DA LEI N. 3.820/69 E DECRETO N. 20.377, DE 1931 E DA LEI N. 5.991/73. A RESTRIÇÃO DE DIREITOS SÓ TEM EFICÁCIA QUANDO EXPRESSAMENTE DEFINIDA EM LEI. INEXISTINDO, NAS DROGARIAS, O MANUSEIO DE DROGAS PARA O FIM DE MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS MEDICAMENTOSAS, MAS, APENAS, A EXPOSIÇÃO E VENDA AO PÚBLICO DE MEDICAMENTOS PRONTOS E EMBALADOS, A LEI DISPENSA PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DESSA ESPÉCIE DE MERCADORIA, A RESPONSABILIDADE DIRETA DO PRÓPRIO FARMACÊUTICO. O MERO OFICIAL DE FARMÁCIA, DESDE QUE DEVIDAMENTE INSCRITO NO CONSELHO REGIONAL RESPECTIVO, PODE EXERCER AS ATIVIDADES TÍPICAS DE DROGARIAS (LEI N. 5.991/73), PARA OS QUAIS A LEI NÃO EXIGE O GRAU UNIVERSITÁRIO. [...]" ([REsp 35351](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735351%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/08/1993, REPDJ 08/11/1993, p. 23529, DJ 04/10/1993, p. 20518)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300208675&dt_publicacao=05/12/1994) | [37205](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300208675&dt_publicacao=05/12/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300208675&dt_publicacao=05/12/1994) | [1993/0020867-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300208675&dt_publicacao=05/12/1994) | [Decisão:16/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300208675&dt_publicacao=05/12/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/12/1994 | PG:33547 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00338 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00058 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300191438&dt_publicacao=25/04/1994) | [36806](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300191438&dt_publicacao=25/04/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300191438&dt_publicacao=25/04/1994) | [1993/0019143-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300191438&dt_publicacao=25/04/1994) | [Decisão:06/04/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300191438&dt_publicacao=25/04/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/04/1994 | PG:09234 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00336 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00056 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300347780&dt_publicacao=25/04/1994) | [41782](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300347780&dt_publicacao=25/04/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300347780&dt_publicacao=25/04/1994) | [1993/0034778-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300347780&dt_publicacao=25/04/1994) | [Decisão:23/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300347780&dt_publicacao=25/04/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/04/1994 | PG:09237 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00344 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00063 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300293745&dt_publicacao=07/03/1994) | [39921](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300293745&dt_publicacao=07/03/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300293745&dt_publicacao=07/03/1994) | [1993/0029374-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300293745&dt_publicacao=07/03/1994) | [Decisão:09/02/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300293745&dt_publicacao=07/03/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/03/1994 | PG:03654 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00341 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00061 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300051741&dt_publicacao=28/02/1994) | [32533](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300051741&dt_publicacao=28/02/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300051741&dt_publicacao=28/02/1994) | [1993/0005174-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300051741&dt_publicacao=28/02/1994) | [Decisão:29/11/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300051741&dt_publicacao=28/02/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/02/1994 | PG:02870 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00331 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00051 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300146610&dt_publicacao=08/11/1993) | [35351](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300146610&dt_publicacao=08/11/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300146610&dt_publicacao=08/11/1993) | [1993/0014661-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300146610&dt_publicacao=08/11/1993) | [Decisão:18/08/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300146610&dt_publicacao=08/11/1993) |
| **REPDJ** |  |  | DATA:08/11/1993 | PG:23529 |
| **DJ** |  |  | DATA:04/10/1993 | PG:20518 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00332 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00053 |

# SÚMULA 121

DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL

## Enunciado:

Na execução fiscal o devedor deverá ser intimado, pessoalmente, do dia e hora da realização do leilão.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00125 INC:00001 ART:00687 PAR:00003

LEG:FED LEI:006830 ANO:1980

\*\*\*\*\* LEF-80 LEI DE EXECUÇÕES FISCAIS ART:00001

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

29/11/1994

## Fonte:

DJ DATA:06/12/1994 PG:33786 RSSTJ VOL.:00008 PG:00347 RSTJ VOL.:00072 PG:00067

RT VOL.:00711 PG:00195

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] EXECUÇÃO FISCAL. LEILÃO. SUSTAÇÃO. INTIMAÇÃO DO EXECUTADO. ART. 687, PARAGRAFO 3., CPC. LEI 6.830/80. [...] É INDISPENSAVEL A INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR DO DIA E HORA DESIGNADOS PARA REALIZAÇÃO DO LEILÃO, POR APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CPC, UMA VEZ QUE A LEI N. 6.830/80 É OMISSA, NO PARTICULAR. [...]" ([REsp 35934](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735934%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. JOSÉ DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/05/1994, DJ 06/06/1994, p. 14267)

"[...] EXECUÇÃO FISCAL E PROCESSUAL CIVIL. ARREMATAÇÃO. AÇÃO ADEQUADA PARA ANULAÇÃO. NECESSIDADE DA INTIMAÇÃO DO DEVEDOR. CURADOR ESPECIAL. FRAUDE À EXECUÇÃO. LEI 6.830/80. ARTIGO 185, CTN. [...] A INTIMAÇÃO DO DEVEDOR QUANTO À DESIGNAÇÃO DO LEILÃO DEVE SER VALIDAMENTE REALIZADA, EMBORA A LEI 6.830/80 NÃO EXPLICITE A EXIGÊNCIA. [...]" ([REsp 3255](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273255%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA

TURMA, julgado em 16/03/1994, DJ 18/04/1994, p. 8442)

"[...] EXECUÇÃO FISCAL. LEILÃO. NECESSIDADE DA INTIMAÇÃO PESSOAL DO EXECUTADO. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (ARTIGO 687, PARAG. 3.).[...] IMPÕE-SE A INTIMAÇÃO DO DEVEDOR, DO DIA E HORA DA REALIZAÇÃO DO LEILÃO (ARTIGO 687, PARAG. 3., CPC).[...]" ([REsp 15003](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2715003%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em

27/10/1993, DJ 22/11/1993, p. 24930)

"[...] EXECUÇÃO FISCAL. LEILÃO. SUSTAÇÃO. FALTA DE INTIMAÇÃO DA EXECUTADA. - INDISPENSÁVEL, NOS TERMOS DO ART. 687, PAR. 3., DO CPC, A INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR DO DIA E HORA DESIGNADOS PARA REALIZAÇÃO DO LEILÃO, OMISSA QUE É, NO PARTICULAR, A LEI 6830/80.[...]" ([REsp 13084](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713084%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA,

julgado em 04/10/1993, DJ 22/11/1993, p. 24929)

"[...] EXECUÇÃO FISCAL. LEILÃO. INTIMAÇÃO PESSOAL DA EXECUTADA. APLICABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ARTIGO 687, PAR. 3., DO CPC. [...] NÃO TENDO A LEI ESPECIAL (LEI N. 6.830/80), AO REGULAR A ESPÉCIE, MENCIONADO, EXPRESSAMENTE, QUAL A FORMA DE INTIMAÇÃO DO EXECUTADO, COMO O FEZ EM RELAÇÃO AO REPRESENTANTE JUDICIAL DA FAZENDA PÚBLICA (ARTIGO 2.), CORRETA A APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA, NA HIPÓTESE DO DISPOSTO NO ARTIGO 687, PAR. 3., DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, SEGUNDO O QUAL O DEVEDOR SERÁ INTIMADO, POR MANDADO, DO DIA E HORA DA REALIZAÇÃO DA PRAÇA DO LEILÃO. [...]" ([REsp 31764](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2731764%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/04/1993, DJ 17/05/1993, p. 9308)

"[...] EXECUÇÃO FISCAL - LEILÃO - INTIMAÇÃO PESSOAL. HAVENDO OMISSÃO NO ART. 22 DA LEI 6.830/80 DEVE-SE APLICAR SUBSIDIARIAMENTE O DISPOSTO DO CPC, ARTIGO 687, PARÁGRAFO

1. QUE MANDA INTIMAR PESSOALMENTE, O DEVEDOR, POR MANDADO, DO DIA E HORA DA REALIZAÇÃO DA PRAÇA OU LEILÃO. [...]" ([REsp 17105](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2717105%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/03/1992, DJ 20/04/1992, p. 5217)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300165259&dt_publicacao=06/06/1994) | [35934](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300165259&dt_publicacao=06/06/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300165259&dt_publicacao=06/06/1994) | [1993/0016525-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300165259&dt_publicacao=06/06/1994) | [Decisão:04/05/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300165259&dt_publicacao=06/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/06/1994 | PG:14267 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00375 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00093 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000048680&dt_publicacao=18/04/1994) | [3255](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000048680&dt_publicacao=18/04/1994) | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000048680&dt_publicacao=18/04/1994) | [1990/0004868-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000048680&dt_publicacao=18/04/1994) | [Decisão:16/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000048680&dt_publicacao=18/04/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/04/1994 | PG:08442 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00351 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00069 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100197637&dt_publicacao=22/11/1993) | [15003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100197637&dt_publicacao=22/11/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100197637&dt_publicacao=22/11/1993) | [1991/0019763-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100197637&dt_publicacao=22/11/1993) | [Decisão:27/10/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100197637&dt_publicacao=22/11/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/11/1993 | PG:24930 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00367 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00085 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100151556&dt_publicacao=22/11/1993) | [13084](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100151556&dt_publicacao=22/11/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100151556&dt_publicacao=22/11/1993) | [1991/0015155-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100151556&dt_publicacao=22/11/1993) | [Decisão:04/10/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100151556&dt_publicacao=22/11/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/11/1993 | PG:24929 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00364 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00082 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300022270&dt_publicacao=17/05/1993) | [31764](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300022270&dt_publicacao=17/05/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300022270&dt_publicacao=17/05/1993) | [1993/0002227-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300022270&dt_publicacao=17/05/1993) | [Decisão:19/04/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300022270&dt_publicacao=17/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/05/1993 | PG:09308 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00372 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00090 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200006736&dt_publicacao=20/04/1992) | [17105](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200006736&dt_publicacao=20/04/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200006736&dt_publicacao=20/04/1992) | [1992/0000673-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200006736&dt_publicacao=20/04/1992) | [Decisão:11/03/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200006736&dt_publicacao=20/04/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/04/1992 | PG:05217 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00369 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00031 | PG:00467 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00087 |

# SÚMULA 122

DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, "a", do Código de Processo Penal.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:003689 ANO:1941

\*\*\*\*\* CPP-41 CODIGO DE PROCESSO PENAL ART:00078 INC:00002 LET:A INC:00003

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

01/12/1994

## Fonte:

DJ DATA:07/12/1994 PG:33970 RSSTJ VOL.:00008 PG:00379 RSTJ VOL.:00072 PG:00097

RT VOL.:00711 PG:00380

## Excerto dos Precedentes Originários:

"PROCESSUAL PENAL. CRIMES CONEXOS. FUNCIONÁRIO PÚBLICO FEDERAL. - COMPETÊNCIA. A CORRETO TEOR DA SÚMULA 52 DO EX-TFR, 'COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL O PROCESSO E JULGAMENTO UNIFICADO DOS CRIMES CONEXOS DE COMPETÊNCIA FEDERAL E ESTADUAL, NÃO SE APLICANDO A REGRA DO ART. 78, II, 'A' DO COD. DE PROCESSO PENAL.'" ([CC 7354](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277354%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PB, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 04/08/1994, DJ 29/08/1994, p. 22155)

"[...] FALSIFICAÇÃO DE 'TRAVELLERS' CHEQUE E USO DE PASSAPORTE ADULTERADO - CONEXÃO

- COMPETÊNCIA. - CONEXOS OS CRIMES DE FALSIFICAÇÃO DE 'TRAVELLERS' CHEQUES E DE ADULTERAÇÃO DE PASSAPORTE, COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL O PROCESSO E JULGAMENTO UNIFICADO DO FEITO. [...]" ([HC 1944](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271944%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 21/06/1993, DJ 23/08/1993, p. 16585)

"[...] CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIAS CRIMES CONEXOS (ESTELIONATO, FALSIDADE DE DOCUMENTO PARTICULAR E USO DE DOCUMENTO FALSO) COM PREJUÍZO PARA EMPRESA PÚBLICA FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 109, IV. SÚMULA N. 52 DO EXTINTO TFR). [...] O JUÍZO ESTADUAL (SUSCITANTE) SE TEVE POR COMPETENTE PORQUE A USUÁRIA DA CEF É PESSOA FÍSICA, PARTICULAR. HÁ CRIME DE FALSIDADE DE DOCUMENTO PARTICULAR. O JUÍZO SUSCITADO (FEDERAL), POR SEU TURNO, TAMBÉM SE TEVE COMO COMPETENTE PORQUE QUEM ARCOU COM O PREJUÍZO PELO SAQUE DA CONTA-POUPANÇA PELA ESTELIONATÁRIA FOI A CEF, EMPRESA PÚBLICA FEDERAL. LOGO, HOUVE PREJUÍZO PARA SEU PATRIMÔNIO E PARA SEU SERVIÇO. II - A RAZÃO ESTÁ COM O JUÍZO SUSCITADO (FEDERAL). POUCO INTERESSA A FALSIFICAÇÃO DE ASSINATURA DA USUÁRIA, QUE, EM PRINCÍPIO, FIRMARIA A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM DO ESTADO. NO CASO, PELA CONEXÃO DE CRIMES, SENDO UM DELES DA ALÇADA DA JUSTIÇA FEDERAL, A COMPETÊNCIA SE FIRMA EM PROL DESSA ÚLTIMA (INCISO IV DO ART. 109 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SÚMULA N. 52 DO EXTINTO TFR). [...]" ([CC 2691](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272691%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, TERCEIRA SEÇÃO,

julgado em 03/12/1992, DJ 17/12/1992, p. 24207)

"COMPETÊNCIA. CRIME DE MOEDA FALSA E DE FALSIFICAÇÃO. [...] COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL COMUM PROCESSAR E JULGAR CRIME DE MOEDA FALSA ESTRANGEIRA (CF., ART. 109, V). II- COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL O PROCESSO E JULGAMENTO UNIFICADO DOS CRIMES CONEXOS DE COMPETÊNCIA FEDERAL E ESTADUAL, NÃO SE APLICANDO A REGRA DO ART. 78, II, A, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. (SUMULA 52-TFR). [...]" ([CC 3210](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273210%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 20/08/1992, DJ 08/09/1992, p. 14321)

"PENAL. ESTELIONATO. FALSIDADE. CRUZADOS NOVOS. LIBERAÇÃO. BANCO CENTRAL. COMPETÊNCIA. - O ESTELIONATO PRATICADO CONTRA O BANCO CENTRAL DO BRASIL, GUARDIÃO DOS CRUZADOS NOVOS BLOQUEADOS, INSERE-SE NA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. - O OUTRO CRIME, CONEXO, PRATICADO NA MESMA AÇÃO E PARA O QUAL SERIA COMPETENTE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL, É ARRASTADO NO MESMO PROCESSO PARA A JUSTIÇA FEDERAL. [...]" ([CC 2196](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272196%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 03/10/1991, DJ 21/10/1991, p. 14730)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL. CRIME DE USO DE DOCUMENTO FALSO ENVOLVENDO SERVIÇOS E INTERESSE DA UNIÃO. CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL-CTPS. CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE. CIC. INSCRICÃO NO CPF. CRIME CONEXO COM TENTATIVA DE ESTELIONATO. A CONSTITUIÇÃO VIGENTE É EXPRESSA AO DEFINIR A COMPETÊNCIA DOS JUÍZES FEDERAIS PARA PROCESSAR E JULGAR AS INFRAÇÕES PENAIS PRATICADAS EM DETRIMENTO DE BENS, SERVIÇOS OU INTERESSE DA UNIÃO, SUAS ENTIDADES AUTÁRQUICAS OU EMPRESAS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS CONTRAVENÇÕES E RESSALVADA A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR OU DA JUSTIÇA ELEITORAL (ART.109, IV). DISTO RESULTA QUE, NA PRÁTICA DE CRIMES CONEXOS ENVOLVENDO BENS, SERVIÇOS OU INTERESSE DAQUELAS ENTIDADES, E OUTROS DA ESFERA DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTADUAL, COMO O ESTELIONATO, EM RAZÃO DE USO DE DOCUMENTO FALSO, DE NATUREZA FEDERAL, DE IDENTIFICAÇÃO PARA COMPRA EM CASA COMERCIAL, A COMPETÊNCIA É DO JUÍZO FEDERAL, POR CAUSA DE SUA CONDIÇÃO ESPECIAL PERANTE A JUSTIÇA COMUM DOS ESTADOS, NO JULGAMENTO DE TAIS CRIMES. TRANSFERIR, EM DELITOS CONEXOS DESTA ORDEM, A COMPETÊNCIA PARA O JUÍZO ESTADUAL É PERMITIR QUE OS CRIMES CONTRA AS ENTIDADES DESCRITAS NA CONSTITUIÇÃO FIQUEM IMPUNES, DESDE QUE SOBRE ELES NÃO INCIDE COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO POR PARTE DO ESTADO. HIPÓTESE EM QUE CRIMES PRATICADOS COM ANOTAÇÕES E USO DE DOCUMENTO FALSO CONTRA OS MINISTÉRIOS DO TRABALHO (CTPS) E DA FAZENDA (CIC) DEIXARIAM DE SER JULGADOS, POR PREVALÊNCIA DE TENTATIVA DE ESTELIONATO, COM FALSA IDENTIFICAÇÃO PARA COMPRA A CRÉDITO EM FIRMA COMERCIAL. DECLARADA A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL." ([CC 258](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27258%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE CANDIDO DE CARVALHO FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 17/08/1989, DJ 18/09/1989, p. 14661)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400011520&dt_publicacao=29/08/1994) | [7354](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400011520&dt_publicacao=29/08/1994) | [PB](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400011520&dt_publicacao=29/08/1994) | [1994/0001152-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400011520&dt_publicacao=29/08/1994) | [Decisão:04/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400011520&dt_publicacao=29/08/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/08/1994 | PG:22155 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00397 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00112 |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300137832&dt_publicacao=23/08/1993) | [1944](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300137832&dt_publicacao=23/08/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300137832&dt_publicacao=23/08/1993) | [1993/0013783-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300137832&dt_publicacao=23/08/1993) | [Decisão:21/06/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300137832&dt_publicacao=23/08/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/08/1993 | PG:16585 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00400 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00051 | PG:00033 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00115 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200013821&dt_publicacao=17/12/1992) | [2691](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200013821&dt_publicacao=17/12/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200013821&dt_publicacao=17/12/1992) | [1992/0001382-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200013821&dt_publicacao=17/12/1992) | [Decisão:03/12/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200013821&dt_publicacao=17/12/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/12/1992 | PG:24207 |
| **RCJ** |  |  | VOL.:00053 | PG:00127 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00391 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00042 | PG:00041 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00106 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200162096&dt_publicacao=08/09/1992) | [3210](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200162096&dt_publicacao=08/09/1992) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200162096&dt_publicacao=08/09/1992) | [1992/0016209-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200162096&dt_publicacao=08/09/1992) | [Decisão:20/08/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200162096&dt_publicacao=08/09/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/09/1992 | PG:14321 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00393 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00037 | PG:00060 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00109 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132780&dt_publicacao=21/10/1991) | [2196](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132780&dt_publicacao=21/10/1991) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132780&dt_publicacao=21/10/1991) | [1991/0013278-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132780&dt_publicacao=21/10/1991) | [Decisão:03/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132780&dt_publicacao=21/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/10/1991 | PG:14730 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00388 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00104 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900079042&dt_publicacao=18/09/1989) | [258](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900079042&dt_publicacao=18/09/1989) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900079042&dt_publicacao=18/09/1989) | [1989/0007904-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900079042&dt_publicacao=18/09/1989) | [Decisão:17/08/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900079042&dt_publicacao=18/09/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/09/1989 | PG:14661 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00383 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00004 | PG:01271 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00099 |

# SÚMULA 123

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL

## Enunciado:

A decisão que admite, ou não, o recurso especial deve ser fundamentada, com o exame dos seus pressupostos gerais e constitucionais.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFB:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-1988 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ART:00093 INC:00009 ART:00105 INC:00003

LEG:FED LEI:008038 ANO:1990 ART:00027 PAR:00001

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

02/12/1994

## Fonte:

DJ DATA:09/12/1994 PG:34142 RSSTJ VOL.:00008 PG:00403 RSTJ VOL.:00072 PG:00119

RT VOL.:00711 PG:00195

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] RECURSO ESPECIAL - DESPACHO DE ADMISSÃO OU INADMISSÃO - PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS - QUESTÃO DE ORDEM. COMPETE AO PRESIDENTE DO TRIBUNAL 'A QUO' AO ADMITIR, OU NÃO, O RECURSO ESPECIAL, APRECIAR OS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, EM DECISÃO FUNDAMENTADA. [...]" ([REsp 8341](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278341%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 13/08/1992, DJ 09/10/1995, p. 33537, DJ 26/04/1993, p. 7148)

"RECURSO ESPECIAL - ADMISSÃO NO TRIBUNAL DE ORIGEM. PARA ADMISSÃO DO ESPECIAL, DEVEM SEUS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE SER EXAMINADOS NO TRIBUNAL DE ORIGEM." ([AgRg no Ag 12235](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2712235%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/12/1991, DJ 24/02/1992, p. 1868)

"RECURSO ESPECIAL. - JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. TAL COMO NO EXTRAORDINÁRIO, TAMBÉM NO ESPECIAL O EXAME DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DEVE OBRIGATORIAMENTE SER APRECIADO NO TRIBUNAL DE ORIGEM, A TEOR DO ART. 543, PARAG. 1, DO CPC. [...]" ([Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AG%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273651%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [3651](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AG%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273651%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/1990, DJ 25/06/1990, p.

6035)

"[...] RECURSO ESPECIAL. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. C.F., ART. 105, III. CPC., ART. 543, PAR-1. [?] A DECISÃO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL QUE ADMITE, OU NÃO, O RECURSO ESPECIAL, DEVE SER MOTIVADA. CPC., ART. 543, PAR-1. [...]" ([REsp 2036](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272036%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CARLOS VELLOSO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/03/1990, DJ 26/03/1990, p. 2172)

"RECURSO ESPECIAL (CF/88, ART. 105-III). DESPACHO DE ADMISSÃO, OU DE INADMISSÃO. E O RECURSO ESPECIAL RECURSO EXCEPCIONAL, A SEMELHANÇA DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AO ADMITI-LO OU INADMITI-LO, NA ORIGEM, COMPETE AO PRESIDENTE DO TRIBUNAL EXAMINAR OS SEUS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, EM DESPACHO MOTIVADO. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27948%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [948](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27948%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/09/1989, DJ 30/10/1989, p.

16510)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000038588&dt_publicacao=25/06/1990) | [3651](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000038588&dt_publicacao=25/06/1990) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000038588&dt_publicacao=25/06/1990) | [1990/0003858-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000038588&dt_publicacao=25/06/1990) | | [Decisão:04/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000038588&dt_publicacao=25/06/1990) |
| **DJ** |  | |  | DATA:25/06/1990 | | PG:06035 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00008 | | PG:00407 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00072 | | PG:00121 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100103705&dt_publicacao=24/02/1992) | | [12235](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100103705&dt_publicacao=24/02/1992) | | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100103705&dt_publicacao=24/02/1992) | [1991/0010370-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100103705&dt_publicacao=24/02/1992) | [Decisão:18/12/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100103705&dt_publicacao=24/02/1992) |
| **DJ** |  | |  | DATA:24/02/1992 | | PG:01868 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00008 | | PG:00409 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00072 | | PG:00123 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900104616&dt_publicacao=30/10/1989) | [948](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900104616&dt_publicacao=30/10/1989) | | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900104616&dt_publicacao=30/10/1989) | [1989/0010461-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900104616&dt_publicacao=30/10/1989) | | [Decisão:26/09/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900104616&dt_publicacao=30/10/1989) |
| **DJ** |  | |  | DATA:30/10/1989 | | PG:16510 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00008 | | PG:00412 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00005 | | PG:00542 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00072 | | PG:00125 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000007410&dt_publicacao=26/03/1990) | [2036](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000007410&dt_publicacao=26/03/1990) | | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000007410&dt_publicacao=26/03/1990) | [1990/0000741-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000007410&dt_publicacao=26/03/1990) | | [Decisão:07/03/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000007410&dt_publicacao=26/03/1990) |
| **DJ** |  | |  | DATA:26/03/1990 | | PG:02172 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00008 | | PG:00415 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00072 | | PG:00129 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100027626&dt_publicacao=09/10/1995) | [8341](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100027626&dt_publicacao=09/10/1995) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100027626&dt_publicacao=09/10/1995) | [1991/0002762-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100027626&dt_publicacao=09/10/1995) | | [Decisão:13/08/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100027626&dt_publicacao=09/10/1995) |
| **DJ** |  | |  | DATA:09/10/1995 | | PG:33537 |
| **DJ** |  | |  | DATA:26/04/1993 | | PG:07148 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00008 | | PG:00418 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00046 | | PG:00132 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00072 | | PG:00131 |

# SÚMULA 124

DIREITO TRIBUTÁRIO - IPI

## Enunciado:

A taxa de melhoramento dos portos tem base de cálculo diversa do imposto de importação, sendo legítima a sua cobrança sobre a importação de mercadorias de países signatários do GATT, da ALALC ou ALADI.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005172 ANO:1966

\*\*\*\*\* CTN-66 CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL ART:00004 INC:00001 INC:00002 ART:00020 INC:00002 ART:00077 ART:00097 INC:00004

LEG:FED LEI:003421 ANO:1958 ART:00003

LEG:FED DEL:001507 ANO:1976 ART:00001

LEG:FED DEC:085893 ANO:1981 LEG:FED DEC:087054 ANO:1982 LEG:FED DEC:098836 ANO:1990 LEG:FED DLG:000066 ANO:1981

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

06/12/1994

## Fonte:

DJ DATA:09/12/1994 PG:34815 RSSTJ VOL.:00009 PG:00011 RSTJ VOL.:00072 PG:00139

RT VOL.:00712 PG:00252

## Excerto dos Precedentes Originários:

"A TAXA DE MELHORAMENTO DOS PORTOS NÃO É TRIBUTO. É LICITO COBRA-LA EM RELAÇÃO A MERCADORIA ORIUNDA DE PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT." ([REsp 32944](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2732944%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/08/1993, DJ 27/09/1993, p. 19789)

"[...] TAXA DE MELHORAMENTO DOS PORTOS (TMP). LEGITIMIDADE DE SUA COBRANÇA. NÃO- IDENTIDADE DA BASE DE CÁLCULO COM A DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. O COLENDO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E ESTA CORTE JÁ DECIDIRAM DE FORMA ITERATIVA QUE O TMP NÃO GUARDA, EM SUA BASE DE CÁLCULO, IDENTIFICAÇÃO COM O IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO, SENDO LEGÍTIMA SUA COBRANÇA, TANTO EM FACE DA CONSTITUIÇÃO QUANTO DAS LEIS VIGENTES. [...]" ([REsp 11845](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711845%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/06/1993, DJ 30/08/1993, p. 17271)

"[...] TAXA DE MELHORAMENTO DOS PORTOS - TMP - BASE DE CÁLCULO - ART. 77, CTN - LEI 3.421/58 - DECRETO-LEI N. 1.507/76. [...] A TAXA DE MELHORAMENTO DOS PORTOS NÃO É PREÇO PÚBLICO, NEM ADICIONAL AO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO COMO FATOS GERADORES, TENDO BASE DE CÁLCULO DIVERSA (LEI 3.421/58, ART. 3. REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI N. 1.507/76). 2. LEGITIMIDADE DA SUA COBRANÇA, INCLUSIVE QUANTO AS MERCADORIAS IMPORTADAS DE PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT OU DA ALALC. [...]" ([REsp 1354](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271354%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/03/1993, DJ 10/05/1993, p. 8601)

"[...] TAXA DE MELHORAMENTO DE PORTOS - BASE DE CÁLCULO - IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. É PACÍFICA A JURISPRUDÊNCIA NO SENTIDO DE QUE A TAXA DE MELHORAMENTO DE PORTOS TEM FATO GERADOR E BASE DE CÁLCULO DIVERSA DA QUE SERVE AO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. [...]" ([REsp 31548](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2731548%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/1993, DJ 26/04/1993, p. 7179)

"[...] TAXA DE MELHORAMENTO DOS PORTOS (TMP). LEGITIMIDADE DE SUA COBRANÇA. NÃO- IDENTIDADE DA BASE DE CÁLCULO COM A DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. O COLENDO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E ESTA CORTE JÁ DECIDIRAM DE FORMA ITERATIVA QUE A TMP NÃO GUARDA, EM SUA BASE DE CÁLCULO, IDENTIFICAÇÃO COM O IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO, SENDO LEGÍTIMA SUA COBRANÇA, TANTO EM FACE DA CONSTITUIÇÃO QUANTO DAS LEIS VIGENTES. [...]" ([REsp 20739](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2720739%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/06/1992, DJ 17/08/1992, p. 12484)

"TAXA DE MELHORAMENTO DOS PORTOS. A JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ SE CONSOLIDOU NO SENTIDO DA EXIGIBILIDADE DA TAXA DE MELHORAMENTO DOS PORTOS [...]" ([AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714953%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [14953](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714953%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/03/1992, DJ

20/04/1992, p. 5241)

"[...] TAXA DE MELHORAMENTO DOS PORTOS. - PACÍFICA A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL NO SENTIDO DE QUE O TRIBUTO EM CAUSA NÃO PASSA DE TAXA, QUE TEM BASE DE CÁLCULO DIVERSA DA QUE SERVE AO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. [...]" ([REsp 5396](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275396%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/02/1991, DJ 18/03/1991, p. 2791)

"[...] TAXA DE MELHORAMENTO DOS PORTOS. CTN, ARTS. 77, PARÁGRAFO ÚNICO, E 98. Exação

conceituada como taxa, na jurisprudência que se consolidou no extinto Tribunal Federal de Recursos e no Supremo Tribunal Federal, possuindo base de cálculo distinta da que serve ao imposto de importação, razão pela qual não ofende os dispositivos legais acima indicados. [...]" ([REsp 4818](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274818%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ILMAR GALVAO, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/10/1990, DJ 05/11/1990, p. 12425)

"[...] TAXA DE MELHORAMENTO DOS PORTOS - NATUREZA JURÍDICA - IMPORTAÇÃO DE PAÍSES DO GATT. DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, A TMP É VERDADEIRA TAXA, COM BASE DE CÁLCULO DIVERSA DA DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO, ESTANDO A ELA SUJEITAS, TAMBÉM, ÀS MERCADORIAS PROVENIENTES DE PAÍSES SIGNATÁRIOS DO GATT." ([REsp 1169](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271169%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ARMANDO ROLEMBERG, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/08/1990, DJ 01/10/1990, p. 10432)

"[...] TAXA DE MELHORAMENTO DOS PORTOS. T.M.P. NATUREZA JURÍDICA: TAXA. CONSTITUCIONALIDADE DE SUA COBRANÇA. CF/67, ART. 18, PARAG. 2. CF/88, ART. 145, PARAG. 2. CTN, ART. 77, PARAG. UNICO. [...] CONSTITUCIONALIDADE DO T.M.P.: RE 74.674-SP, RTJ 67/503. SENDO ASSIM, NÃO HÁ FALAR EM CONTRARIEDADE AO ART. 77, PARAG. UNICO. CTN, NO PONTO EM QUE ESTE REPETE O QUE ESTA NA CONSTITUIÇÃO: PARA A COBRANÇA DE TAXAS NÃO SE PODERÁ TOMAR COMO BASE DE CÁLCULO A QUE TENHA SERVIDO PARA INCIDÊNCIA DE IMPOSTO. (CF/67, ART. 18, PAR. 2; CF/88, ART. 145, PARAG. 2.). [...]" ([REsp 2990](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272990%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS VELLOSO, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/1990, DJ 25/06/1990, p. 6033)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100167177&dt_publicacao=20/04/1992) | [14953](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100167177&dt_publicacao=20/04/1992) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100167177&dt_publicacao=20/04/1992) | [1991/0016717-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100167177&dt_publicacao=20/04/1992) | [Decisão:11/03/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100167177&dt_publicacao=20/04/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/04/1992 | | PG:05241 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | | PG:00015 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | | PG:00141 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900111230&dt_publicacao=01/10/1990) | [1169](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900111230&dt_publicacao=01/10/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900111230&dt_publicacao=01/10/1990) | [1989/0011123-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900111230&dt_publicacao=01/10/1990) | | [Decisão:20/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900111230&dt_publicacao=01/10/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/10/1990 | | PG:10432 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | | PG:00018 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | | PG:00144 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900116002&dt_publicacao=10/05/1993) | [1354](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900116002&dt_publicacao=10/05/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900116002&dt_publicacao=10/05/1993) | [1989/0011600-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900116002&dt_publicacao=10/05/1993) | | [Decisão:24/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900116002&dt_publicacao=10/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/05/1993 | | PG:08601 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | | PG:00020 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | | PG:00146 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000042267&dt_publicacao=25/06/1990) | [2990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000042267&dt_publicacao=25/06/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000042267&dt_publicacao=25/06/1990) | [1990/0004226-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000042267&dt_publicacao=25/06/1990) | | [Decisão:04/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000042267&dt_publicacao=25/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/06/1990 | | PG:06033 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | | PG:00026 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | | PG:00151 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000085292&dt_publicacao=05/11/1990) | [4818](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000085292&dt_publicacao=05/11/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000085292&dt_publicacao=05/11/1990) | [1990/0008529-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000085292&dt_publicacao=05/11/1990) | | [Decisão:17/10/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000085292&dt_publicacao=05/11/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/11/1990 | | PG:12425 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | | PG:00034 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | | PG:00159 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000099684&dt_publicacao=18/03/1991) | [5396](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000099684&dt_publicacao=18/03/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000099684&dt_publicacao=18/03/1991) | [1990/0009968-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000099684&dt_publicacao=18/03/1991) | [Decisão:04/02/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000099684&dt_publicacao=18/03/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/03/1991 | PG:02791 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00036 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00161 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100118800&dt_publicacao=30/08/1993) | [11845](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100118800&dt_publicacao=30/08/1993) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100118800&dt_publicacao=30/08/1993) | [1991/0011880-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100118800&dt_publicacao=30/08/1993) | [Decisão:16/06/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100118800&dt_publicacao=30/08/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/08/1993 | PG:17271 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00039 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00164 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200077471&dt_publicacao=17/08/1992) | [20739](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200077471&dt_publicacao=17/08/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200077471&dt_publicacao=17/08/1992) | [1992/0007747-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200077471&dt_publicacao=17/08/1992) | [Decisão:24/06/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200077471&dt_publicacao=17/08/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/08/1992 | PG:12484 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00042 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00167 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300014960&dt_publicacao=26/04/1993) | [31548](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300014960&dt_publicacao=26/04/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300014960&dt_publicacao=26/04/1993) | [1993/0001496-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300014960&dt_publicacao=26/04/1993) | [Decisão:15/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300014960&dt_publicacao=26/04/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/04/1993 | PG:07179 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00045 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00169 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300065084&dt_publicacao=27/09/1993) | [32944](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300065084&dt_publicacao=27/09/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300065084&dt_publicacao=27/09/1993) | [1993/0006508-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300065084&dt_publicacao=27/09/1993) | [Decisão:25/08/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300065084&dt_publicacao=27/09/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/09/1993 | PG:19789 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00048 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00172 |

# SÚMULA 125

DIREITO TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA

## Enunciado:

O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito a incidência do imposto de renda.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00153 INC:00003

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:01056 ART:01534

LEG:FED LEI:005172 ANO:1966

\*\*\*\*\* CTN-66 CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL ART:00043 INC:00001 INC:00002

LEG:FED LEI:007713 ANO:1988

ART:00003 PAR:00004 ART:00006 INC:00004 INC:00005

LEG:FED LEI:008112 ANO:1990

\*\*\*\*\* RJU-90 REGIME JURIDICO UNICO DOS SERVIDORES PUBLICOS

ART:00078 PAR:00001

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

06/12/1994

## Fonte:

DJ DATA:15/12/1994 PG:34815 RSSTJ VOL.:00009 PG:00051 RSTJ VOL.:00072 PG:00175

RT VOL.:00712 PG:00252 RTRF3 VOL.:00033 PG:00334

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] Funcionário público. Férias não gozadas. Indenização. Incidência do imposto de renda. Impossibilidade. Consoante entendimento que se cristalizou, na jurisprudência, o pagamento (in pecunia) de férias não gozadas - por necessidade do serviço - ao servidor público, tem a natureza jurídica de indenização, não constituindo espécie de remuneração, mas, mera reparação do dano econômico sofrido pelo funcionário. Erigindo-se em reparação, a conversão, em pecúnia, das férias a que a conveniência da Administração impediu o auferimento, visa, apenas, a restabelecer a integridade patrimonial desfalcada pelo dano. A percepção dessa quantia indenizatória não induz em acréscimo patrimonial e nem em renda tributável, na definição da legislação pertinente. O tributo, na disciplina da lei, só deve incidir sobre ganhos que causem aumento de patrimônio, ou, em outras palavras: sobre numerário que se venha a somar àquele que já seja propriedade do contribuinte. [...]" ([REsp 52208](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2752208%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/09/1994, DJ 10/10/1994, p. 27126)

"[...] IMPOSTO DE RENDA. FÉRIAS INDENIZADAS. NÃO INCIDÊNCIA. [...] O IMPOSTO DE RENDA NÃO INCIDE SOBRE O PAGAMENTO DE FÉRIAS NÃO GOZADAS, EM RAZÃO DO SEU CARÁTER INDENIZATÓRIO. [...]" ([AgRg no Ag 46146](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2746146%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/08/1994, DJ 22/08/1994, p. 21255)

"Férias não gozadas por necessidade do serviço. Indenização. Imposto de renda. Não incidência. - O pagamento decorrente de férias não gozadas por absoluta necessidade do serviço, não está sujeito à incidência do imposto sobre a renda, vez que tem caráter indenizatório, não se constituindo, assim, em acréscimo patrimonial. [...]" ([REsp 40921](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2740921%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/08/1994, DJ 22/08/1994, p. 21253)

"IMPOSTO DE RENDA - FÉRIAS NÃO GOZADAS - INDENIZAÇÃO - NÃO INCIDÊNCIA [...] O PAGAMENTO DE FÉRIAS INDEFERIDAS POR NECESSIDADE DO SERVIÇO NÃO É PRODUTO DO CAPITAL, DO TRABALHO OU DA COMBINAÇÃO DE AMBOS, NÃO RESULTANDO EM ACRÉSCIMO PATRIMONIAL, POR ISSO QUE NÃO ESTÁ SUJEITA AO IMPOSTO DE RENDA. [...]" ([REsp 47102](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2747102%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/06/1994, DJ 15/08/1994, p. 20327)

"IMPOSTO DE RENDA. FÉRIAS NÃO GOZADAS POR NECESSIDADE DO SERVIÇO. INDENIZAÇÃO. NÃO INCIDÊNCIA. [...] O PAGAMENTO DE FÉRIAS NÃO GOZADAS POR NECESSIDADE DO SERVIÇO TEM NATUREZA INDENIZATÓRIA, PORTANTO, NÃO É RENDA NEM PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA, MAS, SIM, UMA RECOMPOSIÇÃO A UM PREJUÍZO ANTERIORMENTE SOFRIDO PELA PESSOA QUE AS RECEBE, NÃO REDUNDANDO EM ACRÉSCIMO PATRIMONIAL, POR ISSO QUE NÃO ESTÁ SUJEITA À INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA. [...]" ([REsp 40136](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2740136%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/02/1994, DJ 21/03/1994, p. 5472)

"IMPOSTO DE RENDA - FÉRIAS NÃO GOZADAS INDENIZADAS - NÃO INCIDÊNCIA. O PAGAMENTO EM DINHEIRO DAS FÉRIAS NÃO GOZADAS, PORQUE INDEFERIDAS POR NECESSIDADE DO SERVIÇO, NÃO É PRODUTO DO CAPITAL, DO TRABALHO OU DA COMBINAÇÃO DE AMBOS E TAMBÉM NÃO REPRESENTA ACRÉSCIMO PATRIMONIAL, NÃO ESTANDO, PORTANTO, SUJEITAS À INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA. [...]" ([REsp 34988](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2734988%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/1993, DJ 08/11/1993, p. 23528)

"Tributário - Imposto de renda - Pagamento de indenização a servidor público - Férias indeferidas por necessidade do serviço - Não incidência. [...] O pagamento em pecúnia a servidor público, referente a períodos de férias não gozadas, por necessidade do serviço não constitui renda ou proventos, pois não caracteriza acréscimo patrimonial, dado o caráter compensatório da verba. [...]" ([REsp 36084](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736084%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/09/1992, DJ 27/06/1994, p. 16905)

## Precedentes:

[REsp 52208 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400239696&dt_publicacao=10/10/1994) [1994/0023969-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400239696&dt_publicacao=10/10/1994) [Decisão:19/09/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400239696&dt_publicacao=10/10/1994)

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DJ** | |  | |  | DATA:10/10/1994 | PG:27126 |
| **RSSTJ** | |  | |  | VOL.:00009 | PG:00080 |
| **RSTJ** | |  | |  | VOL.:00072 | PG:00202 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300332074&dt_publicacao=22/08/1994) | | [46146](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300332074&dt_publicacao=22/08/1994) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300332074&dt_publicacao=22/08/1994) | [1993/0033207-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300332074&dt_publicacao=22/08/1994) | [Decisão:03/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300332074&dt_publicacao=22/08/1994) |
| **DJ** |  | |  | DATA:22/08/1994 | | PG:21255 |
| **LEXSTJ** |  | |  | VOL.:00082 | | PG:00014 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00009 | | PG:00055 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00072 | | PG:00177 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300324284&dt_publicacao=22/08/1994) | [40921](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300324284&dt_publicacao=22/08/1994) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300324284&dt_publicacao=22/08/1994) | [1993/0032428-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300324284&dt_publicacao=22/08/1994) | | [Decisão:03/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300324284&dt_publicacao=22/08/1994) |
| **DJ** |  | |  | DATA:22/08/1994 | | PG:21253 |
| **LEXSTJ** |  | |  | VOL.:00082 | | PG:00194 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00009 | | PG:00075 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00072 | | PG:00197 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400115520&dt_publicacao=15/08/1994) | [47102](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400115520&dt_publicacao=15/08/1994) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400115520&dt_publicacao=15/08/1994) | [1994/0011552-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400115520&dt_publicacao=15/08/1994) | | [Decisão:20/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400115520&dt_publicacao=15/08/1994) |
| **DJ** |  | |  | DATA:15/08/1994 | | PG:20327 |
| **LEXSTJ** |  | |  | VOL.:00082 | | PG:00216 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00009 | | PG:00077 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00072 | | PG:00200 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300300482&dt_publicacao=21/03/1994) | [40136](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300300482&dt_publicacao=21/03/1994) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300300482&dt_publicacao=21/03/1994) | [1993/0030048-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300300482&dt_publicacao=21/03/1994) | | [Decisão:21/02/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300300482&dt_publicacao=21/03/1994) |
| **DJ** |  | |  | DATA:21/03/1994 | | PG:05472 |
| **LEXJTACSP** | | |  | VOL.:00148 | | PG:00365 |
| **LEXSTJ** | | |  | VOL.:00082 | | PG:00185 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00009 | | PG:00070 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00072 | | PG:00193 |
| [REsp 34988](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300131826&dt_publicacao=08/11/1993) | | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300131826&dt_publicacao=08/11/1993) | [1993/0013182-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300131826&dt_publicacao=08/11/1993) | | [Decisão:06/10/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300131826&dt_publicacao=08/11/1993) |
| **DJ** | | |  | DATA:08/11/1993 | | PG:23528 |
| **LEXSTJ** | | |  | VOL.:00082 | | PG:00156 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00009 | | PG:00058 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00057 | | PG:00352 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00072 | | PG:00180 |
| [REsp 36084](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300170260&dt_publicacao=27/06/1994) | | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300170260&dt_publicacao=27/06/1994) | [1993/0017026-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300170260&dt_publicacao=27/06/1994) | | [Decisão:16/09/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300170260&dt_publicacao=27/06/1994) |
| **DJ** | | |  | DATA:27/06/1994 | | PG:16905 |
| **LEXSTJ** | | |  | VOL.:00082 | | PG:00167 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00009 | | PG:00068 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00072 | | PG:00191 |

# SÚMULA 126

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL

## Enunciado:

É inadmissível recurso especial, quando o acordão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:008038 ANO:1990 ART:00027 PAR:00005

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

09/03/1995

## Fonte:

DJ DATA:21/03/1995 PG:06369 RSSTJ VOL.:00009 PG:00089 RSTJ VOL.:00072 PG:00209

RT VOL.:00714 PG:00232

## Excerto dos Precedentes Originários:

"RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. ACÓRDÃO RECORRIDO ASSENTADO EM FUNDAMENTOS: CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL, AUTÔNOMOS E SUFICIENTES. EM TAL HIPÓTESE, O RECURSO ESPECIAL SO TEM CABIMENTO QUANDO O RECORRENTE TAMBÉM INTERPÕE O RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CASO DE DUPLO FUNDAMENTO, EM QUE O ACÓRDÃO É MANTIDO PELO FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO, SUFICIENTE POR SI SÓ. PRINCÍPIO DA SÚMULA 283/STF. [...]" ([REsp 36191](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736191%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/11/1993, DJ 21/02/1994, p. 2162)

"[...] RECURSO ESPECIAL. CABIMENTO. - FUNDAMENTO INATACADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 283-STF AO RECURSO ESPECIAL." ([REsp 29682](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2729682%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA,

julgado em 04/08/1993, DJ 23/08/1993, p. 16589)

"RECURSO ESPECIAL. ADMISSIBILIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO COM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL, AMBOS SUFICIENTES. TENDO O RECORRENTE DEIXADO DE ATACAR, MEDIANTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO, FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL SUFICIENTE, ESTE SUBSISTE, IMPEDINDO O CONHECIMENTO DO ESPECIAL." ([REsp 35356](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735356%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/08/1993, DJ 23/08/1993, p. 16579)

"[...] RECURSO ESPECIAL - ACÓRDÃO COM VÁRIOS FUNDAMENTOS - FUNDAMENTO NÃO ATACADO. NÃO SE ADMITE RECURSO ESPECIAL QUE NÃO ABRANGE TODOS OS FUNDAMENTOS SUFICIENTES À MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO DESAFIADO." ([REsp 13325](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713325%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/06/1993, DJ 16/08/1993, p. 15958)

"[...] IMISSÃO DE POSSE. CARÊNCIA. DUPLA FUNDAMENTAÇÃO. NÃO SE CONHECE DE RECURSO ESPECIAL QUE NÃO É DIRIGIDO A FUNDAMENTO SUFICIENTE A SUSTENTAR O ACÓRDÃO RECORRIDO, EM CASO DE DUPLA FUNDAMENTAÇÃO." ([REsp 29657](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2729657%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/12/1992, DJ 22/03/1993, p. 4541)

"[...] RECURSO ESPECIAL. CONHECIMENTO. [...] 'É INADMISSÍVEL O RECURSO EXTRAORDINÁRIO, QUANDO A DECISÃO RECORRIDA ASSENTA EM MAIS DE UM FUNDAMENTO SUFICIENTE E O RECURSO NÃO ABRANGE TODOS ELES.' (SÚMULA 283, STF). [...]" ([REsp 1559](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271559%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro BUENO DE SOUZA, QUARTA TURMA, julgado em 14/12/1992, DJ 15/02/1993, p. 1687)

"RECURSO ESPECIAL. INADMISSIBILIDADE. É INADMISSÍVEL O RECURSO ESPECIAL, QUANDO A DECISÃO RECORRIDA ASSENTA EM MAIS DE UM FUNDAMENTO SUFICIENTE E O RECURSO NÃO ABRANGE TODOS ELES. [...]" ([REsp 16076](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716076%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/1992, DJ 07/12/1992, p. 23316)

"EMBARGOS A ARREMATAÇÃO. [...] SÚMULA 283/STF. [...] NÃO LOGRA PROSPERAR RECURSO ESPECIAL QUE DEIXA DE ATACAR FUNDAMENTO, CONSTANTE DO ACÓRDÃO IMPUGNADO, BASTANTE AO RECONHECIMENTO DA IMPROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO DEDUZIDA. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2723026%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [23026](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2723026%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/10/1992, DJ 07/12/1992, p. 23319)

"RECURSO ESPECIAL. CABIMENTO. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. PIS. BASE DE CÁLCULO. DDLL NOS. 2.445 E 2.449/88. - HIPÓTESE EM QUE, NOS TERMOS DA QUESTÃO DE ORDEM APRECIADA NA EGRÉGIA PRIMEIRA SEÇÃO, É INADMISSIVEL RECURSO ESPECIAL QUANDO O ACÓRDÃO RECORRIDO ASSENTA-SE EM FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL, QUALQUER DELES SUFICIENTE, POR SI SÓ, PARA MANTÊ-LO, E A PARTE VENCIDA NÃO MANIFESTA APELO EXTREMO OU ESTE NÃO TEM SEGUIMENTO, COMO NO CASO." ([REsp 16211](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716211%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/09/1992, DJ 19/10/1992, p. 18231)

"[...] IOF. CÂMBIO. ISENÇÃO. GUIAS DE IMPORTAÇÃO. DECRETO-LEI Nº 2434/88. DECISÃO DENEGATÓRIA DE SEGUIMENTO. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INADMITIDO. [...] Impossível prosperar

recurso especial com o trânsito em julgado do fundamento constitucional do acórdão, bastante por si só, para mantê-lo (Questão de Ordem - Primeira Seção - DJ de 28.02.90). [...]" ([AgRg no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716767%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [16767](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716767%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/08/1992, DJ

13/10/1992, p. 17660)

"Recurso especial. Acórdão recorrido embasado em fundamentos constitucional e infraconstitucional. Fundamento constitucional impugnado através de recurso extraordinário cujo seguimento foi denegado por decisão com trânsito em julgado. Não conhecimento. É inadmissível recurso especial quando o acórdão recorrido assenta-se em fundamento constitucional e fundamento infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê- lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário ou o processamento deste é denegado por decisão irrecorrida." ([REsp 21064](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2721064%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. ANTONIO DE PADUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/05/1992, DJ 15/06/1992, p. 9257)

"DECISÃO COM DUPLO FUNDAMENTO. É REJEITÁVEL O RECURSO NÃO ABRANGENTE DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO ATACADA, QUANDO SUFICIENTE CADA UM. SÚMULA N. 283 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. [...]" ([REsp 16106](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716106%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 26/05/1992, DJ 29/06/1992, p. 10327)

"[...] RECURSO ESPECIAL CONTRA ACÓRDÃO COM DUPLO FUNDAMENTO, CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL, OCORRENDO TRÂNSITO EM JULGADO DO PRIMEIRO. 'É INADMISSÍVEL RECURSO ESPECIAL, QUANDO O ACÓRDÃO RECORRIDO ASSENTA-SE EM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL E FUNDAMENTO INFRACONSTITUCIONAL, QUALQUER DELES SUFICIENTE, POR SI SÓ, PARA MANTÊ-LO, E A PARTE VENCIDA NÃO MANIFESTA RECURSO EXTRAORDINÁRIO', OU ESTE É INADMITIDO E TRANSITA EM JULGADO O PRIMEIRO FUNDAMENTO (QUESTÃO DE ORDEM NO RECURSO ESPECIAL N. 17664-0/SP, APROVADA UNANIMEMENTE PELA PRIMEIRA SEÇÃO EM 18 DE FEVEREIRO DE 1992). [...]" ([EDcl no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27EDRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716607%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [16607](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27EDRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716607%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/05/1992, DJ

15/06/1992, p. 9221)

"RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO. FUNDAMENTO DUPLO. ATAQUE A UMA DAS TESES. NÃO CONHECIMENTO. ATACADO NO RECURSO APENAS A QUESTÃO DA LEGITIMIDADE DA PARTE, PARA PROPOR EMBARGOS DE TERCEIRO, TENDO O ACÓRDÃO OUTRO FUNDAMENTO, DECORRENTE DO EXAME DO DIREITO DA PARTE, DO ESPECIAL NÃO SE CONHECE." ([REsp 14842](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714842%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/05/1992, DJ 15/06/1992, p. 9264)

"RECURSO ESPECIAL. ADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. NÃO IMPUGNAÇÃO DO FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL, ACOLHIDO

PELO ACÓRDÃO, ATRAVÉS DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. - Questão de Ordem acolhida pela Eg. 1ª Seção, aplicável à hipótese dos autos, no sentido da admissibilidade do recurso especial quando o acórdão recorrido assenta-se em fundamento constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário. [...]" ([REsp 16604](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716604%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/04/1992, DJ 11/05/1992, p. 6416)

"RECURSO ESPECIAL - ACORDÃO RECORRIDO APOIADO EM FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL - RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO MANIFESTADO - INADMISSIBILIDADE - SUMULA N. 283 STF. - ESTANDO O ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDAMENTADO EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL, SENDO SUFICIENTE UM DELES PARA MANTÊ-LO, E A PARTE VENCIDA NÃO MANIFESTA RECURSO EXTRAORDINÁRIO, TRANSITA EM JULGADO O FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL, PELO QUE NÃO SE ADMITE O RECURSO ESPECIAL. [...]" ([REsp 16578](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716578%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/03/1992, DJ 04/05/1992, p. 5873)

"AÇÃO DECLARATÓRIA. DECISÃO COM ASSENTO EM MAIS DE UM FUNDAMENTO. [...] O V. ACÓRDÃO RECORRIDO DECIDIU COM BASE EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. A RECORRENTE NÃO INTERPÔS RECURSO EXTRAORDINÁRIO. LOGO, TRANSITOU EM JULGADO A MATÉRIA CONSTITUCIONAL, POR SI SÓ SUFICIENTE PARA MANTER A DECISÃO RECORRIDA (SÚMULA 283 DO S. T. F.). DE OUTRA PARTE, EM SE TRATANDO DE AÇÃO DE NATUREZA MERAMENTE DECLARATÓRIA, A DECISÃO VALE COMO PRECEITO PARA A AÇÃO DE NATUREZA CONDENATÓRIA, SE PROPOSTA, ONDE A MATÉRIA DEVERA SER AMPLAMENTE DEBATIDA. [...]" ([REsp 5059](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275059%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/11/1991, DJ 08/06/1992, p. 8602)

"[...] AÇÃO REIVINDICATÓRIA CUMULADA COM ANULAÇÃO DE ESCRITURA PÚBLICA. [...] HÁ DE SE NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, AINDA QUE PRESENTES OS PRESSUPOSTOS DE SUA ADMISSIBILIDADE, EIS QUE, A DECISÃO RECORRIDA ASSENTA-SE EM MAIS DE UM FUNDAMENTO SUFICIENTE E O MESMO NÃO ABRANGE TODOS ELES (SÚMULA N. 283, DO STF). [...]" ([REsp 5735](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275735%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/12/1990, DJ 04/02/1991, p. 576)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300175351&dt_publicacao=21/02/1994) | [36191](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300175351&dt_publicacao=21/02/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300175351&dt_publicacao=21/02/1994) | [1993/0017535-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300175351&dt_publicacao=21/02/1994) | [Decisão:23/11/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300175351&dt_publicacao=21/02/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/02/1994 | PG:02162 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00162 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00277 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200302882&dt_publicacao=23/08/1993) | [29682](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200302882&dt_publicacao=23/08/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200302882&dt_publicacao=23/08/1993) | [1992/0030288-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200302882&dt_publicacao=23/08/1993) | [Decisão:04/08/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200302882&dt_publicacao=23/08/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/08/1993 | PG:16589 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00158 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00273 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300146718&dt_publicacao=23/08/1993) | [35356](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300146718&dt_publicacao=23/08/1993) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300146718&dt_publicacao=23/08/1993) | [1993/0014671-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300146718&dt_publicacao=23/08/1993) | [Decisão:03/08/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300146718&dt_publicacao=23/08/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/08/1993 | PG:16579 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00160 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00275 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DJ** | | |  | DATA:16/08/1993 | PG:15958 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00009 | PG:00117 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00072 | PG:00234 |
| [REsp 29657 RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200301657&dt_publicacao=22/03/1993) | | |  | [1992/0030165-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200301657&dt_publicacao=22/03/1993) | [Decisão:16/12/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200301657&dt_publicacao=22/03/1993) |
| **DJ** | | |  | DATA:22/03/1993 | PG:04541 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00009 | PG:00156 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00072 | PG:00271 |
| [REsp 1559 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900122878&dt_publicacao=15/02/1993) | | |  | [1989/0012287-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900122878&dt_publicacao=15/02/1993) | [Decisão:14/12/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900122878&dt_publicacao=15/02/1993) |
| **DJ** | | |  | DATA:15/02/1993 | PG:01687 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00009 | PG:00097 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00047 | PG:00077 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00072 | PG:00215 |
| [REsp 16076 MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100219479&dt_publicacao=07/12/1992) | | |  | [1991/0021947-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100219479&dt_publicacao=07/12/1992) | [Decisão:17/11/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100219479&dt_publicacao=07/12/1992) |
| **DJ** | | |  | DATA:07/12/1992 | PG:23316 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00009 | PG:00129 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00072 | PG:00246 |
| [REsp 23026 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200129846&dt_publicacao=07/12/1992) | | |  | [1992/0012984-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200129846&dt_publicacao=07/12/1992) | [Decisão:27/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200129846&dt_publicacao=07/12/1992) |
| **DJ** | | |  | DATA:07/12/1992 | PG:23319 |
| **LEXSTJ** | | |  | VOL.:00043 | PG:00226 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00009 | PG:00147 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00072 | PG:00262 |
| [REsp 16211 MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100230324&dt_publicacao=19/10/1992) | | |  | [1991/0023032-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100230324&dt_publicacao=19/10/1992) | [Decisão:23/09/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100230324&dt_publicacao=19/10/1992) |
| **DJ** | | |  | DATA:19/10/1992 | PG:18231 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00009 | PG:00137 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00072 | PG:00254 |
| [AgRg no REsp 16767](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100239097&dt_publicacao=13/10/1992) | | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100239097&dt_publicacao=13/10/1992) | [1991/0023909-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100239097&dt_publicacao=13/10/1992) | [Decisão:26/08/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100239097&dt_publicacao=13/10/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/10/1992 | | PG:17660 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | | PG:00093 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | | PG:00211 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200086675&dt_publicacao=15/06/1992) | [21064](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200086675&dt_publicacao=15/06/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200086675&dt_publicacao=15/06/1992) | [1992/0008667-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200086675&dt_publicacao=15/06/1992) | | [Decisão:27/05/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200086675&dt_publicacao=15/06/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/06/1992 | | PG:09257 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | | PG:00143 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | | PG:00259 |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DJ** | |  | |  | DATA:29/06/1992 | PG:10327 |
| **RSSTJ** | |  | |  | VOL.:00009 | PG:00134 |
| **RSTJ** | |  | |  | VOL.:00037 | PG:00501 |
| **RSTJ** | |  | |  | VOL.:00072 | PG:00251 |
| [EDcl no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100237477&dt_publicacao=15/06/1992) | | [16607](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100237477&dt_publicacao=15/06/1992) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100237477&dt_publicacao=15/06/1992) | [1991/0023747-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100237477&dt_publicacao=15/06/1992) | [Decisão:20/05/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100237477&dt_publicacao=15/06/1992) |
| **DJ** |  | |  | DATA:15/06/1992 | | PG:09221 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00009 | | PG:00095 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00072 | | PG:00213 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100192198&dt_publicacao=15/06/1992) | [14842](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100192198&dt_publicacao=15/06/1992) | | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100192198&dt_publicacao=15/06/1992) | [1991/0019219-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100192198&dt_publicacao=15/06/1992) | | [Decisão:19/05/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100192198&dt_publicacao=15/06/1992) |
| **DJ** |  | |  | DATA:15/06/1992 | | PG:09264 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00009 | | PG:00124 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00046 | | PG:00198 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00072 | | PG:00241 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100237400&dt_publicacao=11/05/1992) | [16604](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100237400&dt_publicacao=11/05/1992) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100237400&dt_publicacao=11/05/1992) | [1991/0023740-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100237400&dt_publicacao=11/05/1992) | | [Decisão:08/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100237400&dt_publicacao=11/05/1992) |
| **DJ** |  | |  | DATA:11/05/1992 | | PG:06416 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00009 | | PG:00141 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00072 | | PG:00257 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100237140&dt_publicacao=04/05/1992) | [16578](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100237140&dt_publicacao=04/05/1992) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100237140&dt_publicacao=04/05/1992) | [1991/0023714-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100237140&dt_publicacao=04/05/1992) | | [Decisão:11/03/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100237140&dt_publicacao=04/05/1992) |
| **DJ** |  | |  | DATA:04/05/1992 | | PG:05873 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00009 | | PG:00139 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00072 | | PG:00255 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000091020&dt_publicacao=08/06/1992) | [5059](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000091020&dt_publicacao=08/06/1992) | | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000091020&dt_publicacao=08/06/1992) | [1990/0009102-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000091020&dt_publicacao=08/06/1992) | | [Decisão:27/11/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000091020&dt_publicacao=08/06/1992) |
| **DJ** |  | |  | DATA:08/06/1992 | | PG:08602 |
| **REVFOR** |  | |  | VOL.:00319 | | PG:00128 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00009 | | PG:00100 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00034 | | PG:00252 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00072 | | PG:00218 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000107768&dt_publicacao=04/02/1991) | [5735](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000107768&dt_publicacao=04/02/1991) | | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000107768&dt_publicacao=04/02/1991) | [1990/0010776-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000107768&dt_publicacao=04/02/1991) | | [Decisão:04/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000107768&dt_publicacao=04/02/1991) |
| **DJ** |  | |  | DATA:04/02/1991 | | PG:00576 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00009 | | PG:00113 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00072 | | PG:00230 |

# SÚMULA 127

DIREITO ADMINISTRATIVO - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

## Enunciado:

É ilegal condicionar a renovação da licença de veículo ao pagamento de multa, da qual o infrator não foi notificado.

Referências Legislativas: LEG:FED DEC:062127 ANO:1968 ART:00194 ART:00210

LEG:FED DEC:098933 ANO:1990 ART:00001

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

14/03/1995

## Fonte:

DJ DATA:23/03/1995 PG:06730 RSSTJ VOL.:00009 PG:00169 RSTJ VOL.:00072 PG:00283

RT VOL.:00714 PG:00232

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS. FALTA DE NOTIFICAÇÃO DO INFRATOR IMPEDINDO O DEVIDO PROCESSO LEGAL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 5., LV, CF. LEI 5.108/68. DECRETOS N.S 62.127/68 E 98.933/90. [...] A LEGALIDADE DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO ASSENTA-SE NO PRESSUPOSTO DE REGULAR NOTIFICAÇÃO DO INFRATOR PARA QUE POSSA DEFENDER-SE RESGUARDADO PELO DEVIDO PROCESSO LEGAL. [...]" ([REsp 6228](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276228%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 23/03/1994, DJ 02/05/1994, p. 9966)

"[...] TRÂNSITO. LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS. INFRAÇÃO. MULTA. NOTIFICAÇÃO AO SUPOSTO INFRATOR. OMISSÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA. INOBSERVADO O DEVIDO PROCESSO LEGAL, É INADMISSIVEL CONDICIONAR A RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE VEÍCULO AO PAGAMENTO DE MULTA DA QUAL O MOTORISTA NÃO TEVE CIÊNCIA, OU SE INTERPOS RECURSO AINDA NÃO APRECIADO." ([REsp 37537](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2737537%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/10/1993, DJ 18/08/1997, p. 37901, DJ 22/11/1993, p. 24939)

"[...] RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE VEÍCULO. PAGAMENTO DE MULTA. NOTIFICAÇÃO DO INFRATOR. DIREITO DE DEFESA. IRREGULARIDADE DA CONSTITUIÇÃO DO DÉBITO. [...] NÃO SE PODE RENOVAR LICENCIAMENTO DE VEÍCULO EM DÉBITO DE MULTAS. PARA QUE SEJA RESGUARDADO O DIREITO DE DEFESA DO SUPOSTO INFRATOR, LEGALMENTE ASSEGURADO, É NECESSÁRIO QUE ELE (INFRATOR) SEJA DEVIDAMENTE NOTIFICADO, CONFORME DETERMINAM OS ARTIGOS 194 E 210 DO DECRETO N. 62127, DE 1968, ALTERADO PELO DECRETO N. 98933/90. II - CONSOANTE JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DESTA CORTE, SE NÃO HOUVE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO DO INFRATOR, A FIM DE QUE EXERCITE SEU DIREITO DE DEFESA, É ILEGAL A EXIGÊNCIA DO PAGAMENTO DE MULTAS DE TRÂNSITO, PARA A RENOVAÇÃO DE LICENCIAMENTO DO VEÍCULO. [...]" ([REsp 34567](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2734567%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/06/1993, DJ 28/06/1993, p. 12869)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000119600&dt_publicacao=02/05/1994) | [6228](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000119600&dt_publicacao=02/05/1994) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000119600&dt_publicacao=02/05/1994) | [1990/0011960-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000119600&dt_publicacao=02/05/1994) | [Decisão:23/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000119600&dt_publicacao=02/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/05/1994 | PG:09966 |
| **REVJUR** |  |  | VOL.:00202 | PG:00035 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00173 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00285 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300218220&dt_publicacao=18/08/1997) | [37537](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300218220&dt_publicacao=18/08/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300218220&dt_publicacao=18/08/1997) | [1993/0021822-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300218220&dt_publicacao=18/08/1997) | [Decisão:20/10/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300218220&dt_publicacao=18/08/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/08/1997 | PG:37901 |
| **DJ** |  |  | DATA:22/11/1993 | PG:24939 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00181 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00292 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300116711&dt_publicacao=28/06/1993) | [34567](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300116711&dt_publicacao=28/06/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300116711&dt_publicacao=28/06/1993) | [1993/0011671-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300116711&dt_publicacao=28/06/1993) | [Decisão:02/06/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300116711&dt_publicacao=28/06/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/06/1993 | PG:12869 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00051 | PG:00309 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00177 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00050 | PG:00372 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00289 |

# SÚMULA 128

DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL

## Enunciado:

Na execução fiscal haverá segundo leilão, se no primeiro não houver lanço superior a avaliação.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00686 INC:00006 ART:00692

LEG:FED LEI:006830 ANO:1980

\*\*\*\*\* LEF-80 LEI DE EXECUÇÕES FISCAIS ART:00001 ART:00023

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

14/03/1995

## Fonte:

DJ DATA:23/03/1995 PG:06730 RSSTJ VOL.:00009 PG:00185 RSTJ VOL.:00072 PG:00295

RT VOL.:00714 PG:00232

## Excerto dos Precedentes Originários:

"EXECUÇÃO FISCAL. LEILÃO. ARREMATAÇÃO. PREÇO VIL. NECESSIDADE DE NOVA LICITAÇÃO, APÓS REAVALIAÇÃO DOS BENS." ([REsp 16901](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716901%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA,

julgado em 19/09/1994, DJ 31/10/1994, p. 29483)

"[...] EXECUÇÃO FISCAL (LEI 6.830/80 - ART. 22) - ARREMATAÇÃO - LEILÃO - PREÇO MÍNIMO - DUPLA LICITAÇÃO - CPC (ARTS. 686 E 692) - APLICAÇÃO SUPLETIVA - PREÇO VIL - CONCEITO. O ART. 22 DA LEI N. 6.830/80, POR NÃO REGULAR COMPLETAMENTE A ARREMATAÇÃO, RECLAMA APLICAÇÃO SUPLETIVA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NA EXECUÇÃO FISCAL APLICA-SE O PRECEITO CONTIDO NO ART. 686, VI DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, A EXIGIR DUAS LICITAÇÕES, QUANDO NÃO ATINGIDO NO PRIMEIRO LEILÃO, O LANÇO MÍNIMO FIXADO NO EDITAL. O CONCEITO DE PREÇO VIL RESULTA DA COMPARAÇÃO ENTRE O VALOR DE MERCADO DO BEM PENHORADO E AQUELE DA ARREMATAÇÃO. É INCORRETO AFIRMAR QUE DETERMINADA ARREMATAÇÃO DEIXOU DE SER VIL, APENAS PORQUE O LANCE VITORIOSO COBRIU NOVENTA POR CENTO DO CRÉDITO EM EXECUÇÃO." ([REsp 45406](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2745406%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/06/1994, DJ 22/08/1994, p. 21222)

"[...] EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. LEILÃO. PREÇO VIL. A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE É PACÍFICA NO SENTIDO DE QUE, NÃO TENDO SIDO CORRIGIDO O VALOR DA AVALIAÇÃO DO BEM PENHORADO, POR OCASIÃO DO LEILÃO, O QUE CULMINOU NA SUA ARREMATAÇÃO POR PREÇO VIL, HÁ QUE SE DAR PROVIMENTO AO RECURSO POR MANIFESTA VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DO CPC." ([REsp 40523](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2740523%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/05/1994, DJ 06/06/1994, p. 14269)

"[...] EXECUTIVOS FISCAIS. VENDA DE BEM PENHORADO EM LEILÃO ÚNICO E POR PREÇO VIL.

ILEGALIDADE. Continuam aplicáveis ao Executivo Fiscal as disposições do Código de Processo (artigos 686 e 687) naquilo que não colidirem com as inovações consignadas no artigo 22 da Lei nº 6.830. O Código de Processo (artigo 686, VI) exige a realização de duas licitações - já designadas no edital de leilão - a primeira que deve observar o lance mínimo equivalente ao preço da avaliação dos bens apreendidos judicialmente, e a segunda que só ocorrerá quando frustrada a primeira, que se efetivará mediante lance a quem mais oferecer. [...]" ([REsp 38903](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2738903%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/03/1994, DJ 18/04/1994, p. 8450)

"EXECUÇÃO FISCAL - ARREMATAÇÃO - PREÇO VIL - NECESSIDADE SEGUNDO LEILÃO.

Perfeitamente aplicável as execuções fiscais os artigos 686 e 687 do CPC que exige a realização de duas licitações. A primeira observando-se o lanço mínimo equivalente ao preço da avaliação; e a segunda se frustrada a primeira, realizada mediante lanço sem preço mínimo. Arrematado o bem em único leilão por preço vil, dá-se provimento ao especial." ([REsp 41972](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2741972%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/02/1994, DJ 21/03/1994, p. 5454)

"[...] EXECUTIVO FISCAL. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CPC. DUPLO LEILÃO. NULIDADE DA

ARREMATAÇÃO POR PREÇO VIL. [...] Aplicam-se subsidiariamente à execução fiscal as normas do Código de Processo Civil (art. 1º da Lei nº 6.830/80). II - Nos termos do artigo 686, VI, CPC, o edital de leilão deve designar duas licitações. Na primeira observar-se-á o lance mínimo equivalente ao valor da avaliação dos bens penhorados. Na segunda, só ocorrente se frustrada a primeira, será efetuada a venda a quem mais der. III - É nula a arrematação por preço vil, assim considerado quando insuficiente para pagar parte considerável do débito (art. 692, CPC). [...]" ([REsp 41359](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2741359%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/02/1994, DJ 07/03/1994, p. 3646)

"[...] EXECUÇÃO FISCAL - ARREMATAÇÃO INSUFICIENTE - NOVO LEILÃO - POSSIBILIDADE [...] O ART. 23 DA LEI 6.830/80 NÃO VEDA, TAXATIVAMENTE, A REALIZAÇÃO DE NOVO LEILÃO. 2. A ARREMATAÇÃO POR VALOR INEXPRESSIVO IMPÕE SEJA REALIZADA OUTRA LICITAÇÃO. [...]" ([REsp 11483](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711483%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/03/1993, DJ 10/05/1993, p. 8622)

"[...] EXECUÇÃO FISCAL. ARREMATAÇÃO. NA PRIMEIRA LICITAÇÃO, CUMPRE FIXAR PREÇO MÍNIMO PARA GARANTIR A CORRESPONDÊNCIA DO VALOR PATRIMONIAL." ([REsp 4093](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274093%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/08/1990, DJ 10/09/1990,

p. 9121)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100243957&dt_publicacao=31/10/1994) | [16901](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100243957&dt_publicacao=31/10/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100243957&dt_publicacao=31/10/1994) | [1991/0024395-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100243957&dt_publicacao=31/10/1994) | [Decisão:19/09/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100243957&dt_publicacao=31/10/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:31/10/1994 | PG:29483 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00193 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00301 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400073810&dt_publicacao=22/08/1994) | [45406](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400073810&dt_publicacao=22/08/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400073810&dt_publicacao=22/08/1994) | [1994/0007381-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400073810&dt_publicacao=22/08/1994) | [Decisão:20/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400073810&dt_publicacao=22/08/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/08/1994 | PG:21222 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00209 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00317 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300312375&dt_publicacao=06/06/1994) | [40523](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300312375&dt_publicacao=06/06/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300312375&dt_publicacao=06/06/1994) | [1993/0031237-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300312375&dt_publicacao=06/06/1994) | [Decisão:04/05/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300312375&dt_publicacao=06/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/06/1994 | PG:14269 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00200 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00308 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300260928&dt_publicacao=18/04/1994) | [38903](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300260928&dt_publicacao=18/04/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300260928&dt_publicacao=18/04/1994) | [1993/0026092-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300260928&dt_publicacao=18/04/1994) | [Decisão:09/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300260928&dt_publicacao=18/04/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/04/1994 | PG:08450 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00197 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00305 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300353896&dt_publicacao=21/03/1994) | [41972](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300353896&dt_publicacao=21/03/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300353896&dt_publicacao=21/03/1994) | [1993/0035389-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300353896&dt_publicacao=21/03/1994) | [Decisão:21/02/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300353896&dt_publicacao=21/03/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/03/1994 | PG:05454 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00206 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00314 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300334085&dt_publicacao=07/03/1994) | [41359](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300334085&dt_publicacao=07/03/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300334085&dt_publicacao=07/03/1994) | [1993/0033408-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300334085&dt_publicacao=07/03/1994) | [Decisão:09/02/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300334085&dt_publicacao=07/03/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/03/1994 | PG:03646 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00202 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00310 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100107212&dt_publicacao=10/05/1993) | [11483](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100107212&dt_publicacao=10/05/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100107212&dt_publicacao=10/05/1993) | [1991/0010721-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100107212&dt_publicacao=10/05/1993) | [Decisão:15/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100107212&dt_publicacao=10/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/05/1993 | PG:08622 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00190 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00299 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000068444&dt_publicacao=10/09/1990) | [4093](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000068444&dt_publicacao=10/09/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000068444&dt_publicacao=10/09/1990) | [1990/0006844-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000068444&dt_publicacao=10/09/1990) | [Decisão:20/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000068444&dt_publicacao=10/09/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/09/1990 | PG:09121 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00189 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00297 |

# SÚMULA 129

DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS

## Enunciado:

O exportador adquire o direito de transferência de crédito do ICMS quando realiza a exportação do produto e não ao estocar a matéria-prima.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005172 ANO:1966

\*\*\*\*\* CTN-66 CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL ART:00097 INC:00003

LEG:FED DEL:000406 ANO:1968 ART:00001 INC:00001 ART:00003

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

14/03/1995

## Fonte:

DJ DATA:23/03/1995 PG:06730 RSSTJ VOL.:00009 PG:00213 RSTJ VOL.:00072 PG:00321

RT VOL.:00714 PG:00232

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ICM. CRÉDITO. MATÉRIA-PRIMA. ESTOQUE. EMPRESA EXPORTADORA. A EMPRESA EXPORTADORA SÓ ADQUIRE O DIREITO À TRANSFERÊNCIA DO CRÉDITO QUANDO REALIZA A EXPORTAÇÃO DE SEUS PRODUTOS E NÃO QUANDO APENAS ESTOCA A MATÉRIA-PRIMA, SEM A OPERAÇÃO DE SAÍDA." ([REsp 27394](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2727394%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA,

julgado em 18/04/1994, DJ 01/08/1994, p. 18612)

"[...] ICM. EMPRESA EXPORTADORA. CONVÊNIO. AE N. 07/71. [...] SÓ QUANDO REALIZA A EXPORTAÇÃO DO PRODUTO, E NÃO QUANDO ESTOCA A MATÉRIA-PRIMA, O EXPORTADOR ADQUIRE O DIREITO DE TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITO. II - OFENSA AOS ARTS. 1., PARÁGRAFO ÚNICO, IV, 2., PAR. 2., E 7. DA LEI COMPLEMENTAR N. 24, DE 1975, NÃO CARACTERIZADA. [...]" ([REsp 29285](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2729285%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/11/1993, DJ 29/11/1993, p. 25868)

"ICM - MERCADORIA DESTINADA A EXPORTAÇÃO - CRÉDITO TRIBUTÁRIO TRANSFERÊNCIA - MATÉRIA PRIMA EM ESTOQUE. A TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS, PERMITIDA NA CLÁUSULA 2A. DO CONVÊNIO AE N. 07/71, SOMENTE É POSSÍVEL APÓS CONSUMADA A EXPORTAÇÃO. A SIMPLES ESTOCAGEM DE MATÉRIA NÃO BASTA." ([REsp 27761](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2727761%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/1993, DJ 08/11/1993, p. 23524)

"ICM - CRÉDITO - MATÉRIA-PRIMA - EMPRESA EXPORTADORA - TRANSFERÊNCIA ENTRE ESTABELECIMENTOS SITUADOS NO ESTADO. O EXPORTADOR SÓ ADQUIRE O DIREITO A TRANSFERÊNCIA DO CRÉDITO, NA FORMA DA CLÁUSULA 2A. DO CONVÊNIO AE N. 07/71, QUANDO REALIZA A EXPORTAÇÃO DE SEUS PRODUTOS E NÃO QUANDO ESTOCA A MATÉRIA PRIMA. [...]" ([REsp 35846](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735846%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/09/1993, DJ 04/10/1993, p. 20520)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200235735&dt_publicacao=01/08/1994) | [27394](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200235735&dt_publicacao=01/08/1994) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200235735&dt_publicacao=01/08/1994) | [1992/0023573-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200235735&dt_publicacao=01/08/1994) | [Decisão:18/04/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200235735&dt_publicacao=01/08/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/08/1994 | PG:18612 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00217 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00063 | PG:00283 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00323 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200290779&dt_publicacao=29/11/1993) | [29285](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200290779&dt_publicacao=29/11/1993) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200290779&dt_publicacao=29/11/1993) | [1992/0029077-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200290779&dt_publicacao=29/11/1993) | [Decisão:10/11/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200290779&dt_publicacao=29/11/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/11/1993 | PG:25868 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00232 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00338 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200248098&dt_publicacao=08/11/1993) | [27761](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200248098&dt_publicacao=08/11/1993) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200248098&dt_publicacao=08/11/1993) | [1992/0024809-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200248098&dt_publicacao=08/11/1993) | [Decisão:06/10/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200248098&dt_publicacao=08/11/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/11/1993 | PG:23524 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00225 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00331 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300162772&dt_publicacao=04/10/1993) | [35846](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300162772&dt_publicacao=04/10/1993) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300162772&dt_publicacao=04/10/1993) | [1993/0016277-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300162772&dt_publicacao=04/10/1993) | [Decisão:01/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300162772&dt_publicacao=04/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/10/1993 | PG:20520 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00237 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00056 | PG:00295 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00343 |

# SÚMULA 130

DIREITO CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL

## Enunciado:

A empresa responde, perante o cliente, pela reparação de dano ou furto de veículo ocorridos em seu estacionamento.

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

29/03/1995

## Fonte:

DJ DATA:04/04/1995 PG:08294 RSSTJ VOL.:00009 PG:00245 RSTJ VOL.:00072 PG:00351

RT VOL.:00715 PG:00264

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] RESPONSABILIDADE CIVIL. FURTO DE VEÍCULO DO ESTACIONAMENTO DE SUPERMERCADO. DEVER DE GUARDA. - A JURISPRUDÊNCIA DO STJ É NO SENTIDO QUE O ESTABELECIMENTO COMERCIAL É RESPONSÁVEL PELO DANO DECORRENTE DE FURTO DE VEÍCULO OCORRIDO EM ESTACIONAMENTO COLOCADO À DISPOSIÇÃO DO CLIENTE. [...]" ([REsp 35352](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735352%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTONIO TORREÃO BRAZ, QUARTA TURMA, julgado em 30/11/1993, DJ 21/02/1994, p. 2173)

"[...] RESPONSABILIDADE. FURTO DE VEÍCULO. SHOPPING CENTER. A GRATUIDADE DO ESTACIONAMENTO NÃO ARREDA A OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR, CONSOANTE A FIRME ORIENTAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, TANTO MAIS QUANDO ASSENTADO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, EM FACE DE CIRCUNSTÂNCIAS APANHÁVEIS NO DOMÍNIO DOS FATOS, QUE HAVIA APARÊNCIA DE SEGURANÇA. [...]" ([REsp 36333](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736333%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. COSTA LEITE, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/09/1993, DJ 25/10/1993, p. 22489)

"[...] INDENIZAÇÃO. ESTACIONAMENTO EM SUPERMERCADO. FURTO DE VEÍCULO. RESPONSABILIDADE PELA GUARDA DA COISA. [...] A EMPRESA QUE, EM ATENÇÃO AOS SEUS OBJETIVOS EMPRESARIAIS, OFERECE LOCAL PRESUMIVELMENTE SEGURO PARA ESTACIONAMENTO, ASSUME OBRIGAÇÃO DE GUARDA E VIGILÂNCIA, O QUE TORNA CIVILMENTE RESPONSÁVEL POR FURTOS EM TAL LOCAL OCORRIDOS." ([REsp 30033](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2730033%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 08/02/1993, DJ 08/03/1993, p. 3124)

"RESPONSABILIDADE CIVIL. BANCO. ESTACIONAMENTO DE VEÍCULO. FURTO. RESPONDE PELO PREJUÍZO DECORRENTE DE FURTO DA COISA DEPOSITADA A EMPRESA QUE OFERECE AO CLIENTE, AINDA QUANDO GRATUITAMENTE, PARADOURO DE VEÍCULO. [...]" ([REsp 25302](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2725302%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 29/09/1992, DJ 09/11/1992, p. 20379)

"[...] RESPONSABILIDADE. FURTO DE AUTOMÓVEL. ESTACIONAMENTO DE SUPERMERCADO. [...]

Consoante a orientação jurisprudencial que veio a prevalecer nesta Corte, deve o estabelecimento comercial responder pelos prejuízos causados à sua clientela no interior de área própria destinada ao estacionamento de veículos. [...]" ([REsp 11872](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711872%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BUENO DE SOUZA, QUARTA TURMA, julgado em 09/06/1992, DJ 03/08/1992, p. 11323)

"RESPONSABILIDADE CIVIL. ESTACIONAMENTO EM SUPERMERCADO. FURTO DE AUTOMÓVEL. A EMPRESA QUE, VISANDO A ATRAIR CLIENTES, PÕE A DISPOSIÇÃO DESTES ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS, RESPONDE PELOS PREJUÍZOS SOFRIDOS EM CASO DE FURTO DA COISA DEPOSITADA. [...]" ([REsp 7901](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277901%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 21/08/1991, DJ 30/09/1991, p. 13490)

"RESPONSABILIDADE CIVIL. ESTACIONAMENTO. SUPERMERCADO. FURTO. Ante o interesse da

empresa em dispor de estacionamento para angariar clientela é de presumir-se seu dever de guarda dos veículos ali estacionados, sendo indenizável o prejuízo decorrente de furto. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279022%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [9022](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279022%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/05/1991, DJ 24/06/1991,

p. 8637)

"[...] RESPONSABILIDADE. FURTO EM ESTACIONAMENTO DE SUPERMERCADO. A EMPRESA QUE EXPLORA SUPERMERCADO É RESPONSÁVEL PELA INDENIZAÇÃO DE FURTO DE AUTOMÓVEL, VERIFICADO EM ESTACIONAMENTO QUE MANTÉM, AINDA QUE NÃO COBRE POR ESSE SERVIÇO DESTINADO A ATRAIR CLIENTELA, POR FALTA AO SEU DEVER DE VIGILÂNCIA." ([REsp 7134](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277134%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/03/1991, DJ 08/04/1991, p. 3887)

"ESTACIONAMENTO MANTIDO POR SHOPPING CENTER. FURTO DE VEÍCULO. INDENIZAÇÃO. DE ACORDO COM A ORIENTAÇÃO DA 3. TURMA, POR MAIORIA, EXISTE, EM CASOS DESSA ESPÉCIE, CONTRATO DE DEPÓSITO, AINDA QUE GRATUITO O ESTACIONAMENTO, RESPONDENDO O DEPOSITÁRIO, EM CONSEQUENCIA, PELOS PREJUÍZOS CAUSADOS AO DEPOSITANTE (RESP-4582). 'SERVIÇO PRESTADO NO INTERESSE DO PRÓPRIO INCREMENTO DO COMÉRCIO', DAÍ O 'DEVER DE VIGILÂNCIA E GUARDA'. [...]" ([REsp 5886](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275886%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA,

julgado em 19/02/1991, DJ 08/04/1991, p. 3883)

"[...] INDENIZAÇÃO - CONTRATO DE DEPÓSITO PARA GUARDA DE VEÍCULO - ESTACIONAMENTO - FURTO. [...] COMPROVADA A EXISTÊNCIA DE DEPÓSITO, AINDA QUE NÃO EXIGIDO POR ESCRITO, O DEPOSITÁRIO É RESPONSÁVEL POR EVENTUAIS DANOS À COISA. II - DEPOSITADO O BEM MÓVEL (VEÍCULO), AINDA QUE GRATUITO O ESTACIONAMENTO, SE ESTE SE DANIFICA OU É FURTADO, RESPONDE O DEPOSITÁRIO PELOS PREJUÍZOS CAUSADOS AO DEPOSITANTE, POR TER AQUELE AGIDO COM CULPA IN VIGILANDO, EIS QUE É OBRIGADO A TER NA GUARDA E CONSERVAÇÃO DA COISA DEPOSITADA O CUIDADO E DILIGÊNCIA QUE COSTUMA COM O QUE LHE PERTENCE (ART. 1.266, 1A. PARTE, DO CÓDIGO CIVIL). [...]" ([REsp 4582](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274582%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/1990, DJ 19/11/1990, p. 13260)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300146637&dt_publicacao=21/02/1994) | [35352](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300146637&dt_publicacao=21/02/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300146637&dt_publicacao=21/02/1994) | [1993/0014663-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300146637&dt_publicacao=21/02/1994) | [Decisão:30/11/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300146637&dt_publicacao=21/02/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/02/1994 | PG:02173 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00282 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00384 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300178229&dt_publicacao=25/10/1993) | [36333](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300178229&dt_publicacao=25/10/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300178229&dt_publicacao=25/10/1993) | [1993/0017822-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300178229&dt_publicacao=25/10/1993) | [Decisão:13/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300178229&dt_publicacao=25/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/10/1993 | PG:22489 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00284 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00387 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200311415&dt_publicacao=08/03/1993) | [30033](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200311415&dt_publicacao=08/03/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200311415&dt_publicacao=08/03/1993) | [1992/0031141-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200311415&dt_publicacao=08/03/1993) | [Decisão:08/02/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200311415&dt_publicacao=08/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/03/1993 | PG:03124 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00279 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00381 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200188397&dt_publicacao=09/11/1992) | [25302](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200188397&dt_publicacao=09/11/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200188397&dt_publicacao=09/11/1992) | [1992/0018839-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200188397&dt_publicacao=09/11/1992) | [Decisão:29/09/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200188397&dt_publicacao=09/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/11/1992 | PG:20379 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00276 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00378 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100119407&dt_publicacao=03/08/1992) | [11872](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100119407&dt_publicacao=03/08/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100119407&dt_publicacao=03/08/1992) | [1991/0011940-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100119407&dt_publicacao=03/08/1992) | [Decisão:09/06/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100119407&dt_publicacao=03/08/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/08/1992 | PG:11323 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00272 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00376 |
| **RT** |  |  | VOL.:00690 | PG:00163 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100017760&dt_publicacao=30/09/1991) | [7901](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100017760&dt_publicacao=30/09/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100017760&dt_publicacao=30/09/1991) | [1991/0001776-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100017760&dt_publicacao=30/09/1991) | [Decisão:21/08/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100017760&dt_publicacao=30/09/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/09/1991 | PG:13490 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00267 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00371 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100045284&dt_publicacao=24/06/1991) | [9022](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100045284&dt_publicacao=24/06/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100045284&dt_publicacao=24/06/1991) | [1991/0004528-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100045284&dt_publicacao=24/06/1991) | [Decisão:28/05/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100045284&dt_publicacao=24/06/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/06/1991 | PG:08637 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00270 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00373 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100000272&dt_publicacao=08/04/1991) | [7134](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100000272&dt_publicacao=08/04/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100000272&dt_publicacao=08/04/1991) | [1991/0000027-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100000272&dt_publicacao=08/04/1991) | [Decisão:12/03/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100000272&dt_publicacao=08/04/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/04/1991 | PG:03887 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00263 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00367 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111005&dt_publicacao=08/04/1991) | [5886](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111005&dt_publicacao=08/04/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111005&dt_publicacao=08/04/1991) | [1990/0011100-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111005&dt_publicacao=08/04/1991) | [Decisão:19/02/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000111005&dt_publicacao=08/04/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/04/1991 | PG:03883 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00253 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00357 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000079802&dt_publicacao=19/11/1990) | [4582](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000079802&dt_publicacao=19/11/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000079802&dt_publicacao=19/11/1990) | [1990/0007980-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000079802&dt_publicacao=19/11/1990) | [Decisão:16/10/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000079802&dt_publicacao=19/11/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/11/1990 | PG:13260 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00249 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00029 | PG:00323 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00353 |

# SÚMULA 131

DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO

## Enunciado:

Nas ações de desapropriação incluem-se no cálculo da verba advocatícia as parcelas relativas aos juros compensatórios e moratórios, devidamente corrigidas.

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

18/04/1995

## Fonte:

DJ DATA:24/04/1995 PG:10455 RSSTJ VOL.:00009 PG:00287 RSTJ VOL.:00072 PG:00389

RT VOL.:00716 PG:00281

## Excerto dos Precedentes Originários:

"DESAPROPRIAÇÃO. CÁLCULO DOS JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. CRITÉRIO NA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. [...] A BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, EM TEMA DE DESAPROPRIAÇÃO, É A DIFERENÇA ENTRE A OFERTA E A INDENIZAÇÃO, AMBAS CORRIGIDAS MONETARIAMENTE, MAIS OS JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS." ([REsp 40477](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2740477%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/11/1994, DJ 12/12/1994, p. 34340)

"DESAPROPRIAÇÃO DIRETA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - DECRETO-LEI 3.385/41 (ART. 27, PARAG. 1.) - SÚMULAS 12, 69 E 70/STJ, 617/STF E 141/TFR. [...] OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVEM SER CALCULADOS SOBRE A DIFERENÇA ENTRE A OFERTA E A INDENIZAÇÃO ESTABELECIDA, INCLUÍDAS AS PARCELAS DOS JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS, UMA VEZ QUE COMPÕEM O VALOR REPARATÓRIO DA PERDA DA PROPRIEDADE, COM A CORREÇÃO MONETÁRIA APLICADA. [...]" ([REsp 43652](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2743652%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/05/1994, DJ 27/06/1994, p. 16912)

"DESAPROPRIAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BASE DE CÁLCULO. [...] EM DESAPROPRIAÇÃO, INCLUEM-SE, NA BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, OS JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS, DEVIDAMENTE CORRIGIDOS, SEGUNDO PACÍFICA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. [...]" ([REsp 36223](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736223%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/11/1993, DJ 13/12/1993, p. 27440)

"DESAPROPRIAÇÃO. JUROS COMPENSATÓRIOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BASE DE CÁLCULO. [...] OS JUROS COMPENSATÓRIOS, NA ESPÉCIE, SÃO CALCULADOS NA FORMA PRECONIZADA PELA SUMULA N. 74-TFR. - OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INCIDEM SOBRE A DIFERENÇA ENTRE A OFERTA E A INDENIZAÇÃO, AMBAS CORRIGIDAS, MAIS OS JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS, INTEGRANTES QUE SÃO DA INDENIZAÇÃO." ([REsp 36111](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736111%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/10/1993, DJ 22/11/1993, p. 24938)

"DESAPROPRIAÇÃO - JUROS MORATÓRIOS SOBRE COMPENSATÓRIOS - ANATOCISMO - POSSIBILIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - BASE DE CÁLCULO. [...] EM DESAPROPRIAÇÃO, OS JUROS MORATÓRIOS E COMPENSATÓRIOS INTEGRAM A BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO." ([REsp 35589](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735589%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/09/1993, DJ 18/10/1993, p. 21848)

"[...] DESAPROPRIAÇÃO. [...] A BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM DESAPROPRIAÇÃO É A DIFERENÇA ENTRE A OFERTA E A AVALIAÇÃO, AMBAS CORRIGIDAS MONETARIAMENTE, MAIS JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. [...]" ([REsp 32064](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2732064%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/06/1993, DJ 16/08/1993, p. 15970)

"[...] DESAPROPRIAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INCIDÊNCIA SOBRE A DIFERENÇA ENTRE O PREÇO OFERECIDO E A INDENIZAÇÃO, CRITÉRIOS A OBEDECER. CONSOANTE JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA DESTA CORTE, EM DESAPROPRIAÇÃO, OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INCIDEM SOBRE A DIFERENÇA ENTRE O PREÇO OFERECIDO E A INDENIZAÇÃO, AO DEPOIS DE SER ESSA DIFERENÇA DEVIDAMENTE CORRIGIDA, JÁ COMPUTADOS, SOBRE ELA, OS JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. [...]" ([REsp 24486](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2724486%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/05/1993, DJ 21/06/1993, p. 12349)

"DESAPROPRIAÇÃO. [...] HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. [...] CÁLCULO. REFERIDO PERCENTUAL INCIDE SOBRE A DIFERENÇA ENTRE A OFERTA E A INDENIZAÇÃO, AMBAS AS PARCELAS CORRIGIDAS, MAIS OS JUROS. [...]" ([REsp 26459](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2726459%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/11/1992, DJ 30/11/1992, p. 22603)

"[...] DESAPROPRIAÇÃO - JUROS MORATÓRIOS E JUROS COMPENSATÓRIOS - SÚMULA 12 STJ - VERBA HONORÁRIA - MAJORAÇÃO [...] A JURISPRUDÊNCIA DO COLENDO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL FIXOU-SE NO SENTIDO DE QUE OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, EM DESAPROPRIAÇÃO, DEVEM SER CALCULADOS SOBRE A DIFERENÇA ENTRE A INDENIZAÇÃO FIXADA E A OFERTA, CORRIGIDAS AMBAS MONETARIAMENTE. [...]" ([REsp 23432](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2723432%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/10/1992, DJ 16/11/1992, p. 21127)

## Precedentes:

[REsp 40477 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300311174&dt_publicacao=12/12/1994) [1993/0031117-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300311174&dt_publicacao=12/12/1994) [Decisão:21/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300311174&dt_publicacao=12/12/1994)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DJ** |  |  | DATA:12/12/1994 | PG:34340 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00313 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00411 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400030215&dt_publicacao=27/06/1994) | [43652](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400030215&dt_publicacao=27/06/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400030215&dt_publicacao=27/06/1994) | [1994/0003021-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400030215&dt_publicacao=27/06/1994) | [Decisão:25/05/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400030215&dt_publicacao=27/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/06/1994 | PG:16912 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00232 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00317 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00414 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00266 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300175696&dt_publicacao=13/12/1993) | [36223](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300175696&dt_publicacao=13/12/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300175696&dt_publicacao=13/12/1993) | [1993/0017569-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300175696&dt_publicacao=13/12/1993) | [Decisão:24/11/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300175696&dt_publicacao=13/12/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/12/1993 | PG:27440 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00063 | PG:00244 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00310 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00068 | PG:00260 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00408 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300171062&dt_publicacao=22/11/1993) | [36111](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300171062&dt_publicacao=22/11/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300171062&dt_publicacao=22/11/1993) | [1993/0017106-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300171062&dt_publicacao=22/11/1993) | [Decisão:18/10/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300171062&dt_publicacao=22/11/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/11/1993 | PG:24938 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00308 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00406 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300153560&dt_publicacao=18/10/1993) | [35589](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300153560&dt_publicacao=18/10/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300153560&dt_publicacao=18/10/1993) | [1993/0015356-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300153560&dt_publicacao=18/10/1993) | [Decisão:20/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300153560&dt_publicacao=18/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/10/1993 | PG:21848 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00305 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00404 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300031775&dt_publicacao=16/08/1993) | [32064](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300031775&dt_publicacao=16/08/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300031775&dt_publicacao=16/08/1993) | [1993/0003177-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300031775&dt_publicacao=16/08/1993) | [Decisão:02/06/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300031775&dt_publicacao=16/08/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/08/1993 | PG:15970 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00302 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00053 | PG:00236 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00401 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200171834&dt_publicacao=21/06/1993) | [24486](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200171834&dt_publicacao=21/06/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200171834&dt_publicacao=21/06/1993) | [1992/0017183-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200171834&dt_publicacao=21/06/1993) | [Decisão:19/05/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200171834&dt_publicacao=21/06/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/06/1993 | PG:12349 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00221 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00298 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00398 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00257 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200210660&dt_publicacao=30/11/1992) | [26459](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200210660&dt_publicacao=30/11/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200210660&dt_publicacao=30/11/1992) | [1992/0021066-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200210660&dt_publicacao=30/11/1992) | [Decisão:04/11/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200210660&dt_publicacao=30/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/11/1992 | PG:22603 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200142877&dt_publicacao=16/11/1992) | [23432](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200142877&dt_publicacao=16/11/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200142877&dt_publicacao=16/11/1992) | [1992/0014287-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200142877&dt_publicacao=16/11/1992) | [Decisão:05/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200142877&dt_publicacao=16/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/11/1992 | PG:21127 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00294 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00394 |

# SÚMULA 132

DIREITO CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL

## Enunciado:

A ausência de registro da transferência não implica a responsabilidade do antigo proprietário por dano resultante de acidente que envolva o veículo alienado.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00370 INC:00005

LEG:FED LEI:006015 ANO:1973

\*\*\*\*\* LRP-73 LEI DE REGISTROS PUBLICOS ART:00129 PAR:00007

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

26/04/1995

## Fonte:

DJ DATA:05/05/1995 PG:12000 RSSTJ VOL.:00009 PG:00321 RSTJ VOL.:00072 PG:00419

RT VOL.:00716 PG:00281

## Excerto dos Precedentes Originários:

"AUTOMÓVEL - ALIENAÇÃO - PROVA A CIRCUNSTÂNCIA DE NÃO SE HAVER OPERADO A TRANSFERÊNCIA, JUNTO À REPARTIÇÃO DE TRÂNSITO, E DE NÃO SE TER DILIGENCIADO O REGISTRO NA SERVENTIA DE TÍTULOS E DOCUMENTOS NÃO OBSTA QUE A PROVA DA ALIENAÇÃO SE FAÇA POR OUTROS MEIOS. [...]" ([REsp 34276](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2734276%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/05/1993, DJ 07/06/1993, p. 11260)

"[...] INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. PROPRIEDADE DO VEÍCULO CAUSADOR DO SINISTRO. PROVA. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. REGISTRO. [...] O ALIENANTE DE AUTOMÓVEL, AO REALIZAR A EFETIVA TRADIÇÃO AO ADQUIRENTE E EMITIR AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA JUNTO AO DETRAN, EXIME-SE DE RESPONSABILIDADE PELAS CONSEQUÊNCIAS ADVINDAS DA ULTERIOR UTILIZAÇÃO DO VEÍCULO PELO NOVO PROPRIETÁRIO. [...]" ([REsp 23039](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2723039%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA

TURMA, julgado em 25/11/1992, DJ 01/02/1993, p. 465)

"AUTOMÓVEL - ALIENAÇÃO - RECIBO NÃO REGISTRADO NA SERVENTIA DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. POSSIBILIDADE DE DETERMINAR-SE A DATA DE SUA ELABORAÇÃO POR OUTROS MEIOS - C. P. C. ARTIGO 370, V." ([REsp 24601](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2724601%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro NILSON NAVES, Rel.

p/ Acórdão Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/11/1992, DJ 14/12/1992,

p. 23920)

Precedentes:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300109154&dt_publicacao=07/06/1993) | [34276 GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300109154&dt_publicacao=07/06/1993) | [1993/0010915-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300109154&dt_publicacao=07/06/1993) | [Decisão:18/05/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300109154&dt_publicacao=07/06/1993) |
| **DJ** |  | DATA:07/06/1993 | PG:11260 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00338 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00434 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200132820&dt_publicacao=01/02/1993) | [23039](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200132820&dt_publicacao=01/02/1993) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200132820&dt_publicacao=01/02/1993) | [1992/0013282-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200132820&dt_publicacao=01/02/1993) | [Decisão:25/11/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200132820&dt_publicacao=01/02/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/02/1993 | PG:00465 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00325 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00047 | PG:00263 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00421 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200174892&dt_publicacao=14/12/1992) | [24601](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200174892&dt_publicacao=14/12/1992) | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200174892&dt_publicacao=14/12/1992) | [1992/0017489-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200174892&dt_publicacao=14/12/1992) | [Decisão:17/11/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200174892&dt_publicacao=14/12/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/12/1992 | PG:23920 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00187 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00333 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00429 |

# SÚMULA 133

DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA

## Enunciado:

A restituição da importância adiantada, a conta de contrato de câmbio, independe de ter sido a antecipação efetuada nos quinze dias anteriores ao requerimento da concordata.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:004728 ANO:1965 ART:00075 PAR:00003

LEG:FED DEL:007661 ANO:1945 ART:00076 PAR:00002

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

26/04/1995

## Fonte:

DJ DATA:05/05/1995 PG:12000 RSSTJ VOL.:00009 PG:00343 RSTJ VOL.:00080 PG:00017 RSTJ VOL.:00081 PG:00017

RT VOL.:00716 PG:00281

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CONCORDATA - ADIANTAMENTO DE CÂMBIO - PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. NÃO SE CONDICIONA AO LAPSO TEMPORAL DE QUE COGITA O ARTIGO 76 PAR. 2. DA LEI DE FALÊNCIAS. O PROTESTO É EXIGÍVEL QUANDO SE CUIDE DE EXECUÇÃO, MAS NÃO EM PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. A CORREÇÃO MONETÁRIA É DEVIDA (SÚMULA 36)." ([REsp 36656](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736656%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/06/1994, DJ 01/08/1994, p. 18644)

"CONCORDATA. ADIANTAMENTO EM CONTRATO DE CÂMBIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. RESTITUIÇÃO. A RESTITUIÇÃO DAS IMPORTÂNCIAS ADIANTADAS EM CONTRATO DE CÂMBIO, AUTORIZADA PELO ART. 75 DA LEI N. 4.728/65, NÃO SE SUJEITA AO LAPSO TEMPORAL ESTABELECIDO PELO ART. 76 DA LEI FALENCIAL, SENDO ADEMAIS DEVIDA A CORREÇÃO MONETÁRIA CONSOANTE ENTENDIMENTO SUMULADO DESTA CORTE (VERBETE N. 36), SALVO A CUMULAÇÃO COM A CORREÇÃO CAMBIAL. [...]" ([REsp 30668](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2730668%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. MIN. CLÁUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/03/1994, DJ 02/05/1994, p. 10005)

"- CONTRATO DE CÂMBIO. CONCORDATA DA EXPORTADORA. RESTITUIÇÃO DE IMPORTÂNCIA ADIANTADA. - NÃO É DE EXIGIR-SE, NO PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE QUANTIA ADIANTADA POR CONTA DE CONTRATO DE CÂMBIO, O PRESSUPOSTO TEMPORAL DE 15 DIAS ANTERIORES AO PEDIDO DE CONCORDATA (LEI N. 4728/65, ART. 75, PAR. 3.). [...]" ([REsp 38270](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2738270%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. MIN. ANTÔNIO TORREÃO BRAZ, QUARTA TURMA, julgado em 28/03/1994, DJ 09/05/1994, p. 10875)

"CONCORDATA PREVENTIVA. CONTRATO DE CÂMBIO. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. O PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE ADIANTAMENTO A CONTA DE CONTRATO DE CÂMBIO REFOGE DA DISCIPLINA DO ART. 76, PAR. 2., DA LEI DE FALÊNCIAS, SITUANDO-SE NA ESFERA DE INFLUÊNCIA DO ART. 75, PAR. 3., DA LEI N. 4.728/65, NADA IMPORTANDO, POIS, QUE O ADIANTAMENTO NÃO TENHA SIDO EFETUADO NOS QUINZE DIAS ANTERIORES AO REQUERIMENTO DA CONCORDATA. [...]" ([REsp 41393](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2741393%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. MIN. COSTA LEITE, TERCEIRA

TURMA, julgado em 22/03/1994, DJ 25/04/1994, p. 9252)

"[...] AÇÃO DE RESTITUIÇÃO - CONCORDATA PREVENTIVA (SOCIEDADE EXPORTADORA) - CONTRATO DE CÃMBIO (AQUISIÇÃO DE DIVISAS)- DEVOLUÇÃO DO VALOR ANTECIPADO (COM CORREÇÃO MONETÁRIA) REQUERIDA EM RAZÃO DO DEFERIMENTO DA CONCORDATA - INTELIGÊNCIA DO ART. 75, PARÁGRAFO 3., DA LEI DE MERCADO DE CAPITAIS [...] A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ACOLHE ENTENDIMENTO, HAURIDO NA DOUTRINA, NO SENTIDO DE QUE, NA AÇÃO DE RESTITUIÇÃO, O PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DE VALORES ANTECIPADOS A SOCIEDADE EXPORTADORA (EM CONCORDATA PREVENTIVA) POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, EM RAZÃO DE COMPRA E VENDA DE DIVISAS (CONTRATO DE CÂMBIO), NÃO SE CONDICIONA AO LAPSO TEMPORAL DE QUE CUIDA A LEI FALIMENTAR, MAS FAZ CABÍVEL COM O PRÓPRIO DEFERIMENTO DA CONCORDATA, COMO SE DESSUME DA EXEGESE DO ART. 75, PARÁGRAFO 3., DA LEI DE MERCADO DE CAPITAIS E DA CONCLUSÃO DOS PRECEDENTES RESP'S N.S 6.148-0-SP E 1.888-0-SC. [...]" ([REsp 26973](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2726973%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/09/1993, DJ 18/10/1993, p. 21873)

"CONCORDATA. RESTITUIÇÃO, EM CASO DE ADIANTAMENTO DE CÂMBIO. [...] CONDIÇÃO TEMPORAL. NÃO É APLICÁVEL O DISPOSTO NO ART. 76, PARÁGRAFO 2. DA LEI DE FALÊNCIAS. PRECEDENTE DO STJ: RESP-24.477. [...]" ([REsp 17797](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2717797%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/09/1993, DJ 18/10/1993, p. 21872)

"CÂMBIO. RESTITUIÇÃO DE ADIANTAMENTO. A RESTITUIÇÃO DAS IMPORTÂNCIAS ADIANTADAS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AOS EXPORTADORES, POR CONTA DO CONTRATO DE CÂMBIO, NÃO DEPENDE DE CIRCUNSTÂNCIA TEMPORAL DE QUE SE OCUPA O ART. 76 DA LEI DE FALÊNCIAS. [...]" ([REsp 36209](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736209%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 30/08/1993, DJ 25/10/1993, p. 22500)

"COMERCIAL. CONCORDATA. RESTITUIÇÃO DE ADIANTAMENTO DE CÂMBIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. LAPSO TEMPORAL DO ART. 76 PARÁGRAFO 2. DA LEI DE FALÊNCIAS. [...] A RESTITUIÇÃO DE ADIANTAMENTO DE CÂMBIO, EM CONCORDATA, INCLUI ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. 2. NÃO EXIGE A LEI, PARA A RESTITUIÇÃO DE ADIANTAMENTO DE CÂMBIO, O LAPSO TEMPORAL DO ART. 76 PARÁGRAFO 2. DA LEI FALIMENTAR, RESTRITO AOS CASOS DE COISAS VENDIDAS A CRÉDITO." ([REsp 24477](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2724477%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, SEGUNDA SEÇÃO,

julgado em 30/06/1993, DJ 13/09/1993, p. 18536)

## Precedentes:

[REsp 36656 PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300187457&dt_publicacao=01/08/1994) [1993/0018745-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300187457&dt_publicacao=01/08/1994) [Decisão:21/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300187457&dt_publicacao=01/08/1994)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DJ** |  |  | DATA:01/08/1994 | PG:18644 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00376 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00044 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200329578&dt_publicacao=02/05/1994) | [30668](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200329578&dt_publicacao=02/05/1994) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200329578&dt_publicacao=02/05/1994) | [1992/0032957-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200329578&dt_publicacao=02/05/1994) | [Decisão:28/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200329578&dt_publicacao=02/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/05/1994 | PG:10005 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00362 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00065 | PG:00323 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00033 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300242458&dt_publicacao=09/05/1994) | [38270](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300242458&dt_publicacao=09/05/1994) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300242458&dt_publicacao=09/05/1994) | [1993/0024245-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300242458&dt_publicacao=09/05/1994) | [Decisão:28/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300242458&dt_publicacao=09/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/05/1994 | PG:10875 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00378 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00066 | PG:00311 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00046 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300334743&dt_publicacao=25/04/1994) | [41393](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300334743&dt_publicacao=25/04/1994) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300334743&dt_publicacao=25/04/1994) | [1993/0033474-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300334743&dt_publicacao=25/04/1994) | [Decisão:22/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300334743&dt_publicacao=25/04/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/04/1994 | PG:09252 |
| **RJTJRS** |  |  | VOL.:00164 | PG:00027 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00380 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00048 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200225675&dt_publicacao=18/10/1993) | [26973](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200225675&dt_publicacao=18/10/1993) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200225675&dt_publicacao=18/10/1993) | [1992/0022567-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200225675&dt_publicacao=18/10/1993) | [Decisão:14/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200225675&dt_publicacao=18/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/10/1993 | PG:21873 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00357 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00028 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200021522&dt_publicacao=18/10/1993) | [17797](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200021522&dt_publicacao=18/10/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200021522&dt_publicacao=18/10/1993) | [1992/0002152-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200021522&dt_publicacao=18/10/1993) | [Decisão:13/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200021522&dt_publicacao=18/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/10/1993 | PG:21872 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00347 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00019 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300175548&dt_publicacao=25/10/1993) | [36209](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300175548&dt_publicacao=25/10/1993) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300175548&dt_publicacao=25/10/1993) | [1993/0017554-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300175548&dt_publicacao=25/10/1993) | [Decisão:30/08/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300175548&dt_publicacao=25/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/10/1993 | PG:22500 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00371 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00040 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200171583&dt_publicacao=13/09/1993) | [24477](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200171583&dt_publicacao=13/09/1993) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200171583&dt_publicacao=13/09/1993) | [1992/0017158-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200171583&dt_publicacao=13/09/1993) | [Decisão:30/06/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200171583&dt_publicacao=13/09/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/09/1993 | PG:18536 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00057 | PG:00217 |
| **RCJ** |  |  | VOL.:00054 | PG:00061 |
| **RCJ** |  |  | VOL.:00056 | PG:00058 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00350 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00022 |

# SÚMULA 134

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE TERCEIRO

## Enunciado:

Embora intimado da penhora em imóvel do casal, o cônjuge do executado pode opor embargos de terceiro para defesa de sua meação.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00669 PAR:UNICO ART:01046

LEG:FED LEI:004121 ANO:1962 ART:00003

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

26/04/1995

## Fonte:

DJ DATA:05/05/1995 PG:12000 RSSTJ VOL.:00009 PG:00383 RSTJ VOL.:00080 PG:00051

RT VOL.:00716 PG:00281

## Excerto dos Precedentes Originários:

"AÇÃO DE EXECUÇÃO. PENHORA SOBRE BEM IMÓVEL DO CASAL. INTIMAÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO, INTENTADOS PELA MULHER EM DEFESA DA MEAÇÃO. [...] É TAMBÉM TERCEIRO O CÔNJUGE QUANDO DEFENDE A SUA MEAÇÃO, SEGUNDO O ART. 1.046, PARÁGRAFO 3., DO COD. DE PR. CIVIL. CONQUANTO INTIMADA DA PENHORA, É LICITO À MULHER CASADA DEFENDER SUA MEAÇÃO MEDIANTE OS EMBARGOS. [...]" ([REsp 39703](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2739703%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/02/1994, DJ 18/04/1994, p. 8494)

"[...] EMBARGOS DE TERCEIRO. MULHER CASADA. ÔNUS DA PROVA. [...] ADMITE-SE A UTILIZAÇÃO PELA MULHER CASADA DA VIA DOS EMBARGOS DE TERCEIRO, COMO MEIO DE DEFENDER SUA MEAÇÃO NO PATRIMÔNIO COMUM DO CASAL, AFETADO POR ATO DE CONSTRIÇÃO JUDICIAL DETERMINADO EM AUTOS DE AÇÃO DE EXECUÇÃO, DECORRENTE DE DÍVIDA DE TERCEIROS AVALIZADA SOMENTE PELO MARIDO; CABENDO-LHE, CONTUDO, COMPROVAR QUE A TRANSAÇÃO NÃO FOI BENÉFICA PARA A FAMÍLIA. [...]" ([REsp 15379](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2715379%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro BUENO DE SOUZA, QUARTA TURMA, julgado em 20/04/1993, DJ 08/08/1994, p. 19569)

"[...] EXECUÇÃO. PENHORA DE IMÓVEL. INTIMAÇÃO DO CÔNJUGE. EMBARGOS DE TERCEIRO. [...] NÃO OBSTANTE INTIMADA DA PENHORA (CPC, ART. 669), PODE A MULHER CASADA, NA DEFESA DA SUA MEAÇÃO, AUTORIZADA PELO ART. 1046, PARÁGRAFO 3., CPC, UTILIZAR-SE DA VIA DOS EMBARGOS DE TERCEIRO." ([REsp 13479](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713479%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 31/10/1991, DJ 09/12/1991, p. 18042)

"[...] EXECUÇÃO - PENHORA - BEM IMÓVEL DO CASAL - MEAÇÃO - MULHER CASADA - EMBARGOS DE TERCEIRO - ART. 1.046, PAR-3., DO CPC, DE 1973. [...] EMBORA INTIMADA DA PENHORA, PODE A MULHER CASADA DEFENDER SUA MEAÇÃO, DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO CASAL, ATRAVÉS DOS EMBARGOS DE TERCEIRO, NA FORMA PRECONIZADA NO ART. 1.046, PAR-3., DO CPC, EM EXECUÇÃO, POR DÍVIDA DO MARIDO. II - NO REGIME DO CPC DE 1973, ESTE ARTIGO DISPÕE, EXPRESSAMENTE, A EQUIPARAÇÃO DO CÔNJUGE A TERCEIRO QUANDO DEFENDE SUA MEAÇÃO. [...]" ([REsp 4472](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274472%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) AM, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 30/10/1990, DJ 26/11/1990, p. 13779)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300287036&dt_publicacao=18/04/1994) | [39703](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300287036&dt_publicacao=18/04/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300287036&dt_publicacao=18/04/1994) | [1993/0028703-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300287036&dt_publicacao=18/04/1994) | [Decisão:28/02/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300287036&dt_publicacao=18/04/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/04/1994 | PG:08494 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00404 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00069 |
| **RT** |  |  | VOL.:00712 | PG:00292 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100206857&dt_publicacao=08/08/1994) | [15379](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100206857&dt_publicacao=08/08/1994) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100206857&dt_publicacao=08/08/1994) | [1991/0020685-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100206857&dt_publicacao=08/08/1994) | [Decisão:20/04/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100206857&dt_publicacao=08/08/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/08/1994 | PG:19569 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00065 | PG:00095 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00397 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00062 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100160016&dt_publicacao=09/12/1991) | [13479](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100160016&dt_publicacao=09/12/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100160016&dt_publicacao=09/12/1991) | [1991/0016001-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100160016&dt_publicacao=09/12/1991) | [Decisão:31/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100160016&dt_publicacao=09/12/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/12/1991 | PG:18042 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00175 | PG:00100 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00392 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00058 |
| **RT** |  |  | VOL.:00693 | PG:00256 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000077630&dt_publicacao=26/11/1990) | [4472](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000077630&dt_publicacao=26/11/1990) | [AM](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000077630&dt_publicacao=26/11/1990) | [1990/0007763-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000077630&dt_publicacao=26/11/1990) | [Decisão:30/10/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000077630&dt_publicacao=26/11/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/11/1990 | PG:13779 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00387 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00053 |

# SÚMULA 135

DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS

## Enunciado:

O ICMS não incide na gravação e distribuição de filmes e videoteipes.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ART:00155 INC:00001 LET:B ART:00156 INC:00004

LEG:FED LCP:000056 ANO:1987 ART:00063

LEG:FED DEL:000406 ANO:1968 ART:00008 PAR:00001

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

09/05/1995

## Fonte:

DJ DATA:16/05/1995 PG:13549 RSSTJ VOL.:00010 PG:00011 RSTJ VOL.:00080 PG:00075

RT VOL.:00716 PG:00281

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] GRAVAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FILMES E VIDEOTAPES. INCIDÊNCIA DO ISS E NÃO DO ICMS. ESTANDO A ATIVIDADE LIGADA A GRAVAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FILMES E VIDEOTAPES INCLUÍDA NA COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS, NÃO PODE SOFRER INCIDÊNCIA DO ICMS." ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735573%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [35573](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735573%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/06/1994, DJ

20/06/1994, p. 16079)

"ICMS - Distribuição e gravação de filmes e vídeos - Impossibilidade de sua incidência. A gravação e distribuição de filmes e vídeos estão incluídas no item 63 da lista de serviços tributados pelo ISS constante da Lei Complementar nº 56/87, sendo ilegítima a incidência de ICMS. [...]" ([REsp 45686](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2745686%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/04/1994, DJ 16/05/1994, p. 11731)

"[...] ISS. DISTRIBUIÇÃO DE FILMES E VIDEOS-TAPES. AFASTADA INCIDÊNCIA DO ICMS. A DISTRIBUIÇÃO DE FILMES E 'VIDEO-TAPES' É HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA DO ISS, POR ACHAR-SE EXPRESSAMENTE PREVISTA NA LISTA DE SERVIÇOS ANEXA À LEI COMPLEMENTAR N. 406/68. O ITEM 63 DA REFERIDA LISTA TRATA DA DISTRIBUIÇÃO COMO GÊNERO, TORNANDO DEFESO AO PODER TRIBUTANTE IDENTIFICAR, EM SUAS ESPÉCIES, FATOS GERADORES SUBSUMIDOS A DISTINTAS HIPÓTESES DE INCIDÊNCIA. O VOCABULÁRIO 'DISTRIBUIÇÃO', PARA FINS DE TRIBUTAÇÃO PELO ISS, ABRANGE INCLUSIVE A VENDA DE FITAS ÀS CHAMADAS 'VIDEOLOCADORAS', AFASTADA, 'IN CASU', A INCIDÊNCIA DO ICMS. [...]" ([REsp 42860](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2742860%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/04/1994, DJ 16/05/1994, p. 11722)

"[...] DISTRIBUIÇÃO - FILMES PARA VIDEO CASSETE - ICMS NÃO INCIDÊNCIA - A DISTRIBUIÇÃO DE FILMES E VIDEO TAPES, POR INTEGRAR O CONJUNTO DE ATIVIDADES DESCRITO NO ITEM 63 DA RELAÇÃO ANEXA AO DL 406/68, ESTÁ LIVRE DA INCIDÊNCIA DO ICMS (DL 406/68, ART. 8., PAR. 1.)." ([REsp 33860](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2733860%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 16/03/1994, DJ 16/05/1994, p. 11712)

"[...] ICMS. ISS. GRAVAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FILMES E VIDEOTAPES. [...] CONFORME JÁ DECIDIU ESTA COLENDA TURMA, A GRAVAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FILMES PARA CINEMAS E VIDEOCASSETES, ESTÃO INCLUÍDAS NO ITEM 63 DA LISTA DE SERVIÇOS TRIBUTADOS PELO ISS, CONSOANTE A LEI COMPLEMENTAR N. 56, DE 15.12.87, POR ISSO QUE FICA VEDADA A TRIBUTAÇÃO ESTADUAL PELO ICMS. [...]" ([REsp 35551](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735551%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/03/1994, DJ 11/04/1994, p. 7628)

"[...] ICMS. ISS. GRAVAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FILMES E VIDEOTAPES. [...] NÃO PODEM SER TRIBUTADOS PELO ICMS A GRAVAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FILMES E VIDEOTAPES, PORQUANTO ESTÃO INCLUÍDAS NO ITEM 63 DA LISTA DE SERVIÇOS TRIBUTADOS PELO ISS, APROVADA PELA LEI COMPLEMENTAR N. 56, DE 15-12-87. II- OFENSA AO ART. 8. DO DECRETO-LEI N. 406, DE 1968, NÃO CARACTERIZADA. [...]" ([REsp 32133](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2732133%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/09/1993, DJ 11/10/1993, p. 21307)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300153064&dt_publicacao=20/06/1994) | [35573](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300153064&dt_publicacao=20/06/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300153064&dt_publicacao=20/06/1994) | [1993/0015306-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300153064&dt_publicacao=20/06/1994) | [Decisão:01/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300153064&dt_publicacao=20/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/06/1994 | PG:16079 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00028 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00087 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400079613&dt_publicacao=16/05/1994) | [45686](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400079613&dt_publicacao=16/05/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400079613&dt_publicacao=16/05/1994) | [1994/0007961-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400079613&dt_publicacao=16/05/1994) | [Decisão:18/04/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400079613&dt_publicacao=16/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/05/1994 | PG:11731 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00036 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00093 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400014988&dt_publicacao=16/05/1994) | [42860](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400014988&dt_publicacao=16/05/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400014988&dt_publicacao=16/05/1994) | [1994/0001498-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400014988&dt_publicacao=16/05/1994) | [Decisão:11/04/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400014988&dt_publicacao=16/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/05/1994 | PG:11722 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00030 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00062 | PG:00421 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00089 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300095889&dt_publicacao=16/05/1994) | [33860](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300095889&dt_publicacao=16/05/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300095889&dt_publicacao=16/05/1994) | [1993/0009588-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300095889&dt_publicacao=16/05/1994) | [Decisão:16/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300095889&dt_publicacao=16/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/05/1994 | PG:11712 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00019 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00082 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300152378&dt_publicacao=11/04/1994) | [35551](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300152378&dt_publicacao=11/04/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300152378&dt_publicacao=11/04/1994) | [1993/0015237-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300152378&dt_publicacao=11/04/1994) | [Decisão:02/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300152378&dt_publicacao=11/04/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/04/1994 | PG:07628 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00025 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00085 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300034103&dt_publicacao=11/10/1993) | [32133](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300034103&dt_publicacao=11/10/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300034103&dt_publicacao=11/10/1993) | [1993/0003410-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300034103&dt_publicacao=11/10/1993) | [Decisão:20/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300034103&dt_publicacao=11/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/10/1993 | PG:21307 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00015 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00077 |

# SÚMULA 136

DIREITO TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA

## Enunciado:

O pagamento de licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço não está sujeito ao imposto de renda.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:01056 ART:01534

LEG:FED LEI:005172 ANO:1966

\*\*\*\*\* CTN-66 CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL ART:00043 INC:00001 INC:00002

LEG:FED LEI:007713 ANO:1988

ART:00003 PAR:00004 PAR:00006 INC:00004 INC:00005

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

09/05/1995

## Fonte:

DJ DATA:16/05/1995 PG:13549 RSSTJ VOL.:00010 PG:00041 RSTJ VOL.:00080 PG:00097

RT VOL.:00716 PG:00282 RTRF3 VOL.:00033 PG:00334

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] IMPOSTO DE RENDA - INDEFERIMENTO DE LICENÇA PRÊMIO NÃO GOZADA POR INTERESSE PÚBLICO - PAGAMENTO INDENIZATÓRIO CORRESPONDENTE [...] A INDENIZAÇÃO POR LICENÇA- PRÊMIO NÃO GOZADA, INDEFERIDA POR SUBMISSÃO AO INTERESSE PÚBLICO, O CORRESPONDENTE PAGAMENTO INDENIZATÓRIO NÃO SIGNIFICA ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS OU RIQUEZA NOVA DISPONÍVEL, MAS SIMPLES TRANSFORMAÇÃO, COMPENSANDO DANO SOFRIDO. O PATRIMÔNIO DA PESSOA NÃO AUMENTA DE VALOR, MAS SIMPLESMENTE É REPOSTO NO ESTADO ANTERIOR AO ADVENTO DO GRAVAME A DIREITO ADQUIRIDO. 2. A DOUTRINA E A JURISPRUDÊNCIA, NESSE CONTEXTO, ASSENTARAM QUE AS IMPORTÂNCIAS RECEBIDAS A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO COMO OCORRENTE, NÃO CONSTITUEM RENDA TRIBUTÁVEL PELO IMPOSTO DE RENDA. [...]" ([EREsp 32829](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2732829%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/12/1994, DJ 20/02/1995, p. 3098)

"[...] Imposto de renda. Licença-prêmio indenizada. [...] Não incide o imposto de renda sobre o pagamento de licença-prêmio não gozada por necessidade de serviço, em razão do seu caráter indenizatório. [...]" ([REsp 39726](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2739726%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. ANTONIO DE PADUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA,

julgado em 26/10/1994, DJ 21/11/1994, p. 31749)

"[...] LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA POR NECESSIDADE DO SERVIÇO. PAGAMENTO DE NATUREZA INDENIZATÓRIA. NÃO INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA. O PAGAMENTO DA LICENÇA-PRÊMIO, COMO DAS FÉRIAS, NÃO GOZADAS POR NECESSIDADE DO SERVIÇO, PELA SUA NATUREZA INDENIZATÓRIA, NÃO ESTÁ SUJEITO À INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA." ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2739872%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [39872](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2739872%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/06/1994, DJ

20/06/1994, p. 16081)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400284748&dt_publicacao=20/02/1995) | [32829](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400284748&dt_publicacao=20/02/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400284748&dt_publicacao=20/02/1995) | [1994/0028474-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400284748&dt_publicacao=20/02/1995) | [Decisão:13/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400284748&dt_publicacao=20/02/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/02/1995 | PG:03098 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00045 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00075 | PG:00051 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00099 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300287460&dt_publicacao=21/11/1994) | [39726](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300287460&dt_publicacao=21/11/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300287460&dt_publicacao=21/11/1994) | [1993/0028746-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300287460&dt_publicacao=21/11/1994) | [Decisão:26/10/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300287460&dt_publicacao=21/11/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/11/1994 | PG:31749 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00052 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00107 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300291874&dt_publicacao=20/06/1994) | [39872](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300291874&dt_publicacao=20/06/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300291874&dt_publicacao=20/06/1994) | [1993/0029187-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300291874&dt_publicacao=20/06/1994) | [Decisão:01/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300291874&dt_publicacao=20/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/06/1994 | PG:16081 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00056 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00109 |

# SÚMULA 137

DIREITO ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL

## Enunciado:

Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar ação de servidor público municipal, pleiteando direitos relativos ao vínculo estatutário.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00114

LEG:FED DEL:005452 ANO:1943

\*\*\*\*\* CLT-43 CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO ART:00803

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

11/05/1995

## Fonte:

DJ DATA:22/05/1995 PG:14446 RSSTJ VOL.:00010 PG:00059 RSTJ VOL.:00080 PG:00117

RT VOL.:00716 PG:00282

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[..] CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. ESTATUTÁRIO MUNICIPAL. [...] SENDO DE NATUREZA ESTATUTÁRIA O VÍNCULO JURÍDICO ENTRE AS PARTES, FALECE COMPETÊNCIA À JUSTIÇA TRABALHISTA PARA MANIFESTAR-SE SOBRE A LIDE. [...]" ([CC 3826](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273826%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 01/12/1994, DJ 20/02/1995, p. 3102)

"[...] SERVIDOR MUNICIPAL. NATUREZA DA PRETENSÃO. COMPETÊNCIA. COMPETE À JUSTIÇA COMUM DO ESTADO PROCESSAR E JULGAR AÇÃO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL QUE DIGA RESPEITO AO VÍNCULO ESTATUTÁRIO, ENQUANTO QUE CABE À JUSTIÇA DO TRABALHO JULGAR RECLAMAÇÃO ALUSIVA A DIREITOS E VANTAGENS DA RELAÇÃO DE EMPREGO." ([CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278203%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [8203](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278203%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 18/08/1994, DJ

26/09/1994, p. 25588)

"[...] Conflito negativo de competência. Reclamação trabalhista. Estatutários municipais. Competência do Juiz de Direito e não da Junta de Conciliação e Julgamento. [...]" ([CC 6391](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276391%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) AL, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 04/08/1994, DJ 29/08/1994, p. 22152)

"[...] COMPETÊNCIA - SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - REGIME ÚNICO - CAUSA DE PEDIR - A CAUSA DE PEDIR DEFINE A COMPETÊNCIA, HAVENDO MODIFICAÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA DE TRABALHISTA PARA ESTATUTÁRIA. SE O AUTOR (RECLAMANTE) POSTULA DIREITO RELACIONADO COM O 'STATUS' DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO (MUNICIPAL), A COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR É DA JUSTIÇA COMUM." ([CC 6390](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276390%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) AL, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL,

Rel. p/ Acórdão Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 16/12/1993, DJ 13/06/1994, p. 15084)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - VÍNCULO FUNCIONAL COM MUNICÍPIO - JUSTIÇA ESTADUAL - JUSTIÇA DO TRABALHO. A JUSTIÇA ESTADUAL É COMPETENTE PARA CONHECER DE CONFLITOS, ORIUNDOS DE RELAÇÃO ESTATUTÁRIA, ENTRE FUNCIONÁRIO PÚBLICO E MUNICÍPIO." ([CC 3161](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273161%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/04/1993, DJ 24/05/1993, p. 9958)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SERVIDOR MUNICIPAL SUBMETIDO A LEGISLAÇÃO ESTATUTÁRIA. [...] COMPETE À JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇAS SALARIAIS PROPOSTA POR SERVIDOR MUNICIPAL SUBMETIDO À ÉGIDE DO REGIME ESTATUTÁRIO. [...]" ([CC 3387](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273387%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 04/03/1993, DJ 22/03/1993, p. 4505)

"[...] COMPETÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL COM REGIME PRÓPRIO. COMPETE À JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR AÇÃO PROPOSTA POR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUANDO A RELAÇÃO DE TRABALHO É EMINENTEMENTE ESTATUTÁRIA." ([CC 3749](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273749%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 04/03/1993, DJ 22/03/1993, p. 4506)

"[...] SERVIDOR ESTATUTÁRIO. COMPETÊNCIA. [...] VANTAGENS FUNCIONAIS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PARA A AÇÃO ORDINÁRIA DE QUE SE TRATA." ([CC 3614](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273614%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 05/11/1992, DJ 23/11/1992, p. 21833)

"COMPETÊNCIA. AÇÃO INTENTADA POR SERVIDOR MUNICIPAL. VÍNCULO ESTATUTÁRIO. ESTABILIDADE. [...] SE, NA AÇÃO, SE ALVITRA A REINTEGRAÇÃO DA SERVIDORA, AO FUNDAMENTO DE ACHAR-SE REGIDA POR VÍNCULO ESTATUTÁRIO, COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL JULGAR A CAUSA. [...]" ([CC 2422](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272422%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. MIN. ANTONIO DE PADUA RIBEIRO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/03/1992, DJ 30/03/1992, p. 3958)

"COMPETÊNCIA - SERVIDOR ESTATUTÁRIO. A RELAÇÃO ENTRE O SERVIDOR ESTATUTÁRIO E A UNIÃO, ESTADO OU MUNICÍPIO NÃO É RELAÇÃO DE EMPREGO ENTRE TRABALHADOR E EMPREGADOR. AS QUESTÕES ENVOLVENDO O SERVIDOR ESTATUTÁRIO SEMPRE FORAM DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL OU DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL E ESTA COMPETÊNCIA NÃO FOI ALTERADA PELO ATUAL ORDENAMENTO CONSTITUCIONAL. [...]" ([CC 2415](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272415%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/02/1992, DJ 06/04/1992, p. 4460)

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL CONTRA ATO DO PREFEITO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. [...] É DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL O JULGAMENTO DE MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO POR SERVIDOR MUNICIPAL, SOB REGIME ESTATUTÁRIO, CONTRA ATO DO PREFEITO." ([CC 2068](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272068%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 20/08/1991, DJ 09/09/1991, p. 12169)

## Precedentes:

[CC 3826 MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200285635&dt_publicacao=20/02/1995) [1992/0028563-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200285635&dt_publicacao=20/02/1995) [Decisão:01/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200285635&dt_publicacao=20/02/1995)

**DJ** DATA:20/02/1995 PG:03102

**RSSTJ** VOL.:00010 PG:00080

**RSTJ** VOL.:00080 PG:00134

[CC 8203 PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400094329&dt_publicacao=26/09/1994) [1994/0009432-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400094329&dt_publicacao=26/09/1994) [Decisão:18/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400094329&dt_publicacao=26/09/1994)

**DJ** DATA:26/09/1994 PG:25588

**RSSTJ** VOL.:00010 PG:00087

**RSTJ** VOL.:00080 PG:00140

[CC 6391 AL](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300289560&dt_publicacao=29/08/1994) [1993/0028956-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300289560&dt_publicacao=29/08/1994) [Decisão:04/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300289560&dt_publicacao=29/08/1994)

**DJ** DATA:29/08/1994 PG:22152

**RSSTJ** VOL.:00010 PG:00085

**RSTJ** VOL.:00080 PG:00138

[CC 6390 AL](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300289535&dt_publicacao=13/06/1994) [1993/0028953-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300289535&dt_publicacao=13/06/1994) [Decisão:16/12/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300289535&dt_publicacao=13/06/1994)

**DJ** DATA:13/06/1994 PG:15084

**RSSTJ** VOL.:00010 PG:00083

**RSTJ** VOL.:00080 PG:00136

[CC 3161 MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200149723&dt_publicacao=24/05/1993) [1992/0014972-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200149723&dt_publicacao=24/05/1993) [Decisão:27/04/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200149723&dt_publicacao=24/05/1993)

**DJ** DATA:24/05/1993 PG:09958

**RSSTJ** VOL.:00010 PG:00072

**RSTJ** VOL.:00080 PG:00127

[CC 3387 MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200196730&dt_publicacao=22/03/1993) [1992/0019673-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200196730&dt_publicacao=22/03/1993) [Decisão:04/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200196730&dt_publicacao=22/03/1993)

**DJ** DATA:22/03/1993 PG:04505

**RSSTJ** VOL.:00010 PG:00074

**RSTJ** VOL.:00045 PG:00060

**RSTJ** VOL.:00080 PG:00129

[CC 3749 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200268463&dt_publicacao=22/03/1993) [1992/0026846-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200268463&dt_publicacao=22/03/1993) [Decisão:04/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200268463&dt_publicacao=22/03/1993)

**DJ** DATA:22/03/1993 PG:04506

**RSSTJ** VOL.:00010 PG:00078

**RSTJ** VOL.:00080 PG:00133

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200248373&dt_publicacao=23/11/1992) | [3614](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200248373&dt_publicacao=23/11/1992) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200248373&dt_publicacao=23/11/1992) | [1992/0024837-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200248373&dt_publicacao=23/11/1992) | [Decisão:05/11/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200248373&dt_publicacao=23/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/11/1992 | PG:21833 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00076 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00131 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100210811&dt_publicacao=30/03/1992) | [2422](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100210811&dt_publicacao=30/03/1992) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100210811&dt_publicacao=30/03/1992) | [1991/0021081-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100210811&dt_publicacao=30/03/1992) | [Decisão:10/03/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100210811&dt_publicacao=30/03/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/03/1992 | PG:03958 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00068 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00124 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204765&dt_publicacao=06/04/1992) | [2415](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204765&dt_publicacao=06/04/1992) | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204765&dt_publicacao=06/04/1992) | [1991/0020476-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204765&dt_publicacao=06/04/1992) | [Decisão:25/02/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204765&dt_publicacao=06/04/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/04/1992 | PG:04460 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00065 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00121 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100093114&dt_publicacao=09/09/1991) | [2068](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100093114&dt_publicacao=09/09/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100093114&dt_publicacao=09/09/1991) | [1991/0009311-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100093114&dt_publicacao=09/09/1991) | [Decisão:20/08/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100093114&dt_publicacao=09/09/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/09/1991 | PG:12169 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00063 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00119 |

# SÚMULA 138

DIREITO TRIBUTÁRIO - ISS

## Enunciado:

O ISS incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis.

Referências Legislativas: LEG:FED LCP:000056 ANO:1987 ITEM:00079

LEG:FED LEI:006099 ANO:1974

LEG:FED DEL:000406 ANO:1968 ART:00008

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

16/05/1995

## Fonte:

DJ DATA:19/05/1995 PG:14053 RSSTJ VOL.:00010 PG:00091 RSTJ VOL.:00080 PG:00143

RT VOL.:00716 PG:00282

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ARRENDAMENTO MERCANTIL - NATUREZA JURÍDICA - LEI N. 6.099/74 - LC N. 56/87 - INCIDÊNCIA DO ISS. CONTRATO MISTO, EM SUA ORIGEM, O LEASING TORNOU-SE, ENTRE NÓS, UM NEGÓCIO TÍPICO, NOMINADO E AUTÔNOMO: A 'LOCAÇÃO MERCANTIL' DEFINIDA É REGIDA PELA LEI N. 6.099/74. NÃO FAZ SENTIDO, ATUALMENTE, A PESQUISA EM TORNO DE QUAL CONTRATO PREPONDERA NA FORMAÇÃO DESTE NOVO INSTITUTO. A PRÁTICA DE 'ARRENDAMENTO MERCANTIL', ANTES DE 1. DE JANEIRO DE 1987, NÃO CONSTITUÍA FATO GERADOR DE ISS. A PARTIR DAQUELA DATA - QUANDO SE TORNOU EFICAZ A LEI COMPLEMENTAR N. 56/87, O ISS PASSOU A INCIDIR SOBRE O ARRENDAMENTO MERCANTIL." ([EREsp 341](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27341%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/11/1994, DJ 08/05/1995, p. 12273)

"[...] IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS (ISS). LEASING. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO. PRECEDENTES DO STF E DESTE STJ. CONSOANTE JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE DO EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DESTA EGRÉGIA CORTE, A PRESTAÇÃO HABITUAL DE SERVIÇOS DE 'LEASING' POR EMPRESA, ESTÁ SUJEITA AO ISS (SUBSUNÇÃO NO ITEM 52 DA LISTA DE SERVIÇOS ANEXA AO DECRETO-LEI N. 406/68)." ([EREsp 836](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27836%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA SEÇÃO,

julgado em 07/12/1993, DJ 07/03/1994, p. 3606)

"ISS - OPERAÇÕES DE 'LEASING' - ARRENDAMENTO MERCANTIL COMPLEXO. O ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING) É DE NATUREZA COMPLEXA, PREPONDERANDO A LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS, PERFEITAMENTE ENQUADRÁVEL NO DECRETO-LEI 406/68, LISTA DE SERVIÇO, ITEM

XVIII. O ARRENDAMENTO, SUA REPERCUSSÃO ECONÔMICA, A CONTRAPRESTAÇÃO PELO SERVIÇO PRESTADO CONSTITUEM O FATO GERADOR DO IMPOSTO DE COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA. [...]" ([REsp 14716](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714716%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/11/1991, DJ 03/02/1992, p. 446)

"[...] ISS - LEASING. DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, A PRESTAÇÃO HABITUAL DE SERVIÇO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL POR EMPRESA (LEASING), ESTÁ SUJEITA AO ISS. [...]" ([REsp 5438](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275438%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ARMANDO ROLEMBERG, PRIMEIRA

TURMA, julgado em 04/02/1991, DJ 18/03/1991, p. 2778)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200099041&dt_publicacao=08/05/1995) | [341](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200099041&dt_publicacao=08/05/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200099041&dt_publicacao=08/05/1995) | [1992/0009904-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200099041&dt_publicacao=08/05/1995) | [Decisão:08/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200099041&dt_publicacao=08/05/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/05/1995 | PG:12273 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00095 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00145 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000138590&dt_publicacao=07/03/1994) | [836](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000138590&dt_publicacao=07/03/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000138590&dt_publicacao=07/03/1994) | [1990/0013859-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000138590&dt_publicacao=07/03/1994) | [Decisão:07/12/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000138590&dt_publicacao=07/03/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/03/1994 | PG:03606 |
| **REVFOR** |  |  | VOL.:00328 | PG:00157 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00131 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00058 | PG:00059 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00180 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100188689&dt_publicacao=03/02/1992) | [14716](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100188689&dt_publicacao=03/02/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100188689&dt_publicacao=03/02/1992) | [1991/0018868-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100188689&dt_publicacao=03/02/1992) | [Decisão:13/11/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100188689&dt_publicacao=03/02/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/02/1992 | PG:00446 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00151 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00199 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000100135&dt_publicacao=18/03/1991) | [5438](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000100135&dt_publicacao=18/03/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000100135&dt_publicacao=18/03/1991) | [1990/0010013-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000100135&dt_publicacao=18/03/1991) | [Decisão:04/02/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000100135&dt_publicacao=18/03/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/03/1991 | PG:02778 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00147 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00196 |

# SÚMULA 139

DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL

## Enunciado:

Cabe a Procuradoria da Fazenda Nacional propor execução fiscal para cobrança de crédito relativo ao ITR.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ART:00131 PAR:00003 ART:00153 INC:00006 ART:00158 INC:00002

LEG:FED LCP:000073 ANO:1993

ART:00012 INC:00002 INC:00005 ART:00017 INC:00001

LEG:FED LEI:006830 ANO:1980 ART:00002 PAR:00004

LEG:FED LEI:008022 ANO:1990 ART:00001

LEG:FED LEI:008383 ANO:1991 ART:00067

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

16/05/1995

## Fonte:

DJ DATA:19/05/1995 PG:14053 RSSTJ VOL.:00010 PG:00157 RSTJ VOL.:00080 PG:00205

RT VOL.:00716 PG:00282

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] EXECUÇÃO FISCAL - ITR - LEGITIMIDADE ATIVA - LEIS 8.383/91 - PORTARIA 230/90 PGFN. [...] POR LEI, AUTORIZADA A PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL A REPRESENTAR A UNIÃO FEDERAL NA COBRANÇA DO ITR, CARECE DE LEGALIDADE O PROVIMENTO ADMINISTRATIVO DELEGANDO AO INCRA A MESMA INCUMBÊNCIA. DESCORTINADA A ILEGITIMIDADE ATIVA DO INCRA, A PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL É QUEM SE LEGITIMA PARA MOVER A COBRANÇA EXECUTIVA DA DÍVIDA ATIVA DO ITR. [...]" ([REsp 37000](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2737000%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/03/1995, DJ 24/04/1995, p. 10385)

"[...] COMPETÊNCIA PARA REPRESENTAR JUDICIALMENTE A UNIÃO EM EXECUÇÃO FISCAL DE

DÉBITO RELATIVO AO ITR. É da Procuradoria da Fazenda Nacional, e não do INCRA, a competência para propor e acompanhar execuções fiscais de débitos relativos ao Imposto sobre propriedade Territorial Rural. [...]" ([REsp 57200](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2757200%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/02/1995, DJ 06/03/1995, p. 4328)

"EXECUÇÃO FISCAL - DÍVIDA ATIVA - ITR - REPRESENTAÇÃO. A LEI N. 8.022, DE 12 DE ABRIL DE 1.990 TRANSFERIU PARA A PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL A APRECIAÇÃO, INSCRIÇÃO E COBRANÇA DO ITR. PORTANTO É DA PGFN A REPRESENTAÇÃO JUDICIAL NA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA ORIUNDA DAS RECEITAS ARRECADADAS PELO INCRA. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2757208%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [57208](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2757208%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/02/1995, DJ 13/03/1995,

p. 5260)

"[...] EXECUÇÃO FISCAL. DÍVIDA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA. REPRESENTAÇÃO AFETA À

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL E NÃO AO INCRA. Cabe à Procuradoria da Fazenda Nacional propor e acompanhar as execuções fiscais para cobrança de dívida oriunda das receitas arrecadadas pelo INCRA." ([REsp 57340](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2757340%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA,

julgado em 06/02/1995, DJ 20/02/1995, p. 3174)

"EXECUÇÃO FISCAL. COMPETÊNCIA. ITR. - COMPETE A PROCURADORIA FAZENDA NACIONAL A REPRESENTAÇÃO DA UNIÃO FEDERAL NAS EXECUÇOES FISCAIS DECORRENTES DA COBRANÇA DE DÍVIDAS ORIUNDAS DO NÃO RECOLHIMENTO DO ITR. [...]" ([REsp 52560](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2752560%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/12/1994, DJ 13/02/1995, p. 2232)

"EXECUÇÃO FISCAL. ITR. LEGITIMIDADE PARA AJUIZA-LA E ACOMPANHA-LA. INCRA. PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL. A LEGITIMIDADE PARA PROPOR E ACOMPANHAR EXECUÇÃO FISCAL, PARA COBRANÇA DE CRÉDITOS RELATIVOS AO ITR, É DA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL. [...]" ([REsp 41650](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2741650%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. MIN. ANTONIO DE PADUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/11/1994, DJ 05/12/1994, p. 33549)

"[...] CONQUANTO O ITR SEJA TRIBUTO DO PROPRIEDADE DA UNIÃO, A SUA APURAÇÃO, INSCRIÇÃO E COBRANÇA COMPETEM A PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL, SENDO DESCABIDA A CONTINUIDADE DA PROCURADORIA DO INCRA (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA) NO PÓLO ATIVO DE EXECUÇÃO FISCAL PERTINENTE AQUELE TRIBUTO. [...]" ([EDcl no REsp 44087](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27EDRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2744087%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/11/1994, DJ 05/12/1994, p. 33532)

"EXECUÇÃO FISCAL - ITR - COMPETÊNCIA - COBRANÇA - DÍVIDA ATIVA - REPRESENTAÇÃO

JUDICIAL - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL. A Portaria 449/90 contraria as disposições dos artigos 1º, da Lei 8.022/90, e 67, da Lei nº 8.383/91, que outorgam competência à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para a apuração, inscrição e cobrança do ITR." ([REsp 52452](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2752452%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 31/08/1994, DJ 26/09/1994, p. 25621)

"COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. INCRA. PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL. ITR. [...] A

competência para propor e acompanhar as execuções fiscais na cobrança da dívida ativa oriunda das receitas arrecadadas pelo INCRA é da Procuradoria da Fazenda Nacional. [...]" ([REsp 52546](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2752546%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 31/08/1994, DJ 26/09/1994, p. 25644)

Precedentes:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| [REsp 37000 RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300202537&dt_publicacao=24/04/1995) |  | [1993/0020253-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300202537&dt_publicacao=24/04/1995) | [Decisão:22/03/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300202537&dt_publicacao=24/04/1995) |
| **DJ** |  | DATA:24/04/1995 | PG:10385 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00010 | PG:00165 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00080 | PG:00211 |
| [REsp 57200 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400359969&dt_publicacao=06/03/1995) |  | [1994/0035996-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400359969&dt_publicacao=06/03/1995) | [Decisão:08/02/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400359969&dt_publicacao=06/03/1995) |
| **DJ** |  | DATA:06/03/1995 | PG:04328 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00010 | PG:00179 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00080 | PG:00223 |
| [REsp 57208 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400360070&dt_publicacao=13/03/1995) |  | [1994/0036007-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400360070&dt_publicacao=13/03/1995) | [Decisão:08/02/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400360070&dt_publicacao=13/03/1995) |
| **DJ** |  | DATA:13/03/1995 | PG:05260 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00010 | PG:00183 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00080 | PG:00226 |
| [REsp 57340 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400363249&dt_publicacao=20/02/1995) |  | [1994/0036324-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400363249&dt_publicacao=20/02/1995) | [Decisão:06/02/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400363249&dt_publicacao=20/02/1995) |
| **DJ** |  | DATA:20/02/1995 | PG:03174 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00010 | PG:00186 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00080 | PG:00228 |
| [REsp 52560 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400246226&dt_publicacao=13/02/1995) |  | [1994/0024622-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400246226&dt_publicacao=13/02/1995) | [Decisão:14/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400246226&dt_publicacao=13/02/1995) |
| **DJ** |  | DATA:13/02/1995 | PG:02232 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00010 | PG:00177 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00080 | PG:00221 |
| [REsp 41650 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300343262&dt_publicacao=05/12/1994) |  | [1993/0034326-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300343262&dt_publicacao=05/12/1994) | [Decisão:16/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300343262&dt_publicacao=05/12/1994) |
| **DJ** |  | DATA:05/12/1994 | PG:33549 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00010 | PG:00168 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00080 | PG:00213 |
| [EDcl no REsp 44087](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400043643&dt_publicacao=05/12/1994) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400043643&dt_publicacao=05/12/1994) | [1994/0004364-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400043643&dt_publicacao=05/12/1994) | [Decisão:09/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400043643&dt_publicacao=05/12/1994) |
| **DJ** |  | DATA:05/12/1994 | PG:33532 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00010 | PG:00161 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00080 | PG:00207 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400244177&dt_publicacao=26/09/1994) | [52452](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400244177&dt_publicacao=26/09/1994) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400244177&dt_publicacao=26/09/1994) | [1994/0024417-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400244177&dt_publicacao=26/09/1994) | [Decisão:31/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400244177&dt_publicacao=26/09/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/09/1994 | PG:25621 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00170 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00215 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400245858&dt_publicacao=26/09/1994) | [52546](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400245858&dt_publicacao=26/09/1994) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400245858&dt_publicacao=26/09/1994) | [1994/0024585-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400245858&dt_publicacao=26/09/1994) | [Decisão:31/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400245858&dt_publicacao=26/09/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/09/1994 | PG:25644 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00173 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00218 |

# SÚMULA 140

DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00109 INC:00011 ART:00129 INC:00005

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

18/05/1995

## Fonte:

DJ DATA:24/05/1995 PG:14853 RSSTJ VOL.:00010 PG:00191 RSTJ VOL.:00080 PG:00233

RT VOL.:00716 PG:00498

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] COMPETÊNCIA - HOMICÍDIO - CRIME PRATICADO CONTRA ÍNDIO. [...] CABE À JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR O CRIME DE HOMICÍDIO PRATICADO CONTRA ÍNDIO POR NÃO ÍNDIO, FORA DA RESERVA NATURAL. [...]" ([CC 7624](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277624%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) AM, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 16/06/1994, DJ 05/12/1994, p. 33519)

"[...] CONFLITO DE COMPETÊNCIA . HOMICÍDIO. CRIME PRATICADO POR SILVÍCOLA. [...] A PROTEÇÃO QUE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL CONFERE A DEFESA DOS INTERESSES DO INDÍGENA NÃO ALCANÇA O PRIVILÉGIO DO FORO FEDERAL, PARA PROCESSAR E JULGAR CRIME DE HOMICÍDIO PRATICADO POR ÍNDIO, OCORRIDO EM ÁREAS DE RESERVA INDÍGENA. [...]" ([CC 8733](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278733%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja)

MA, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 16/06/1994, DJ 22/08/1994, p. 21204)

"[...] TENTATIVA DE HOMICÍDIO. ÍNDIO ACUSADO. COMPETÊNCIA. [...] TRATANDO-SE DE CRIME COMUM PRATICADO POR ÍNDIO FORA DA RESERVA, SEU HABITAT, A COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR É DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. [...]" ([CC 5013](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275013%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RR, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 16/12/1993, DJ 20/06/1994, p. 16052)

"[...] COMPETÊNCIA - CRIME - SILVÍCOLA (VÍTIMA) - RESERVA INDÍGENA - A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL ESTÁ CONSAGRADA NO ART. 109 (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA). O OBJETO JURÍDICO É O REFERENCIAL. NÃO OBSTANTE A TUTELA DA UNIÃO AOS ÍNDIOS, COMPETENTE É A JUSTIÇA COMUM DO ESTADO PARA PROCESSAR E JULGAR CRIMES DE HOMICÍDIO E LESÃO CORPORAL, OCORRIDOS EM ÁREA DE RESERVA INDÍGENA, AINDA QUE A VÍTIMA SEJA ÍNDIO." ([CC 4469](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274469%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 17/06/1993, DJ 02/08/1993, p. 14172)

"[...] CONFLITO DE JURISDIÇÕES. ÍNDIOS. LESÕES CORPORAIS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM DO ESTADO. [...] A CONSTITUIÇÃO, DE UM MODO DIRETO OU INDIRETO, FIXA O JUÍZO NATURAL PARA QUALQUER CONFLITO DE INTERESSES. NO CASO CONCRETO, UM ÍNDIO ESTÁ SENDO ACUSADO DE TER PRATICADO CRIME DE LESÕES CORPORAIS EM OUTRO SILVÍCOLA. O JUÍZO SUSCITANTE (FEDERAL), EM PRINCÍPIO, SÓ TEM COMPETÊNCIA PARA DIRIMIR DISPUTA SOBRE DIREITOS INDÍGENAS (CONSTITUIÇÃO, ART. 109, XI), O QUE NÃO É O CASO DOS AUTOS. LOGO, A COMPETÊNCIA É DA JUSTIÇA COMUM DO ESTADO E NÃO DA JUSTIÇA COMUM DA UNIÃO. II - COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTADUAL (SUSCITADO)." ([CC 3910](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273910%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RO, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 17/12/1992, DJ 01/03/1993, p. 2486)

"[...] HOMICÍDIO. CRIME PRATICADO POR SILVÍCOLA. COMPETÊNCIA. A PROTEÇÃO QUE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL CONFERE A DEFESA DOS INTERESSES DO INDÍGENA NÃO ALCANÇA O PRIVILÉGIO DO FORO FEDERAL PARA O PROCESSO E JULGAMENTO DE CRIME DE HOMICÍDIO POR ELE PRATICADO. [...]" ([RHC 706](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27706%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, SEXTA TURMA,

julgado em 16/10/1990, DJ 29/10/1990, p. 12151)

"COMPETÊNCIA. CRIME. ÍNDIO. LESÕES CORPORAIS CAUSADAS POR UM SILVÍCOLA EM OUTRO, SEM CONOTAÇÃO ESPECIAL, EM ORDEM A CONFIGURAR OFENSA A INTERESSE DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL PARA O PROCESSO E JULGAMENTO DO CRIME." ([CC 575](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27575%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 21/09/1989, DJ 16/10/1989, p. 15854)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400043058&dt_publicacao=05/12/1994) | [7624](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400043058&dt_publicacao=05/12/1994) | [AM](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400043058&dt_publicacao=05/12/1994) | [1994/0004305-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400043058&dt_publicacao=05/12/1994) | [Decisão:16/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400043058&dt_publicacao=05/12/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/12/1994 | PG:33519 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00204 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00069 | PG:00064 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00242 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400129416&dt_publicacao=22/08/1994) | [8733](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400129416&dt_publicacao=22/08/1994) | [MA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400129416&dt_publicacao=22/08/1994) | [1994/0012941-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400129416&dt_publicacao=22/08/1994) | [Decisão:16/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400129416&dt_publicacao=22/08/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/08/1994 | PG:21204 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00069 | PG:00238 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00207 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00245 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300143212&dt_publicacao=20/06/1994) | [5013](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300143212&dt_publicacao=20/06/1994) | [RR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300143212&dt_publicacao=20/06/1994) | [1993/0014321-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300143212&dt_publicacao=20/06/1994) | [Decisão:16/12/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300143212&dt_publicacao=20/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/06/1994 | PG:16052 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00202 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00241 |
| **RT** |  |  | VOL.:00708 | PG:00382 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300070215&dt_publicacao=02/08/1993) | [4469](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300070215&dt_publicacao=02/08/1993) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300070215&dt_publicacao=02/08/1993) | [1993/0007021-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300070215&dt_publicacao=02/08/1993) | [Decisão:17/06/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300070215&dt_publicacao=02/08/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/08/1993 | PG:14172 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00199 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00239 |
| **RT** |  |  | VOL.:00701 | PG:00382 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200304842&dt_publicacao=01/03/1993) | [3910](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200304842&dt_publicacao=01/03/1993) | [RO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200304842&dt_publicacao=01/03/1993) | [1992/0030484-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200304842&dt_publicacao=01/03/1993) | [Decisão:17/12/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200304842&dt_publicacao=01/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/03/1993 | PG:02486 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00197 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00045 | PG:00072 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00237 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000066913&dt_publicacao=29/10/1990) | [706](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000066913&dt_publicacao=29/10/1990) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000066913&dt_publicacao=29/10/1990) | [1990/0006691-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000066913&dt_publicacao=29/10/1990) | [Decisão:16/10/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000066913&dt_publicacao=29/10/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/10/1990 | PG:12151 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00210 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00244 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00248 |
| **RT** |  |  | VOL.:00666 | PG:00361 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900095846&dt_publicacao=16/10/1989) | [575](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900095846&dt_publicacao=16/10/1989) | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900095846&dt_publicacao=16/10/1989) | [1989/0009584-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900095846&dt_publicacao=16/10/1989) | [Decisão:21/09/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900095846&dt_publicacao=16/10/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/10/1989 | PG:15854 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00195 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00235 |

# SÚMULA 141

DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO

## Enunciado:

Os honorários de advogado em desapropriação direta são calculados sobre a diferença entre a indenização e a oferta, corrigidas monetariamente.

Referências Legislativas: LEG:FED DEL:003365 ANO:1941 ART:00027 PAR:00001

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

06/06/1995

## Fonte:

DJ DATA:09/06/1995 PG:17370 RSSTJ VOL.:00010 PG:00215 RSTJ VOL.:00080 PG:00253

RT VOL.:00717 PG:00252

## Excerto dos Precedentes Originários:

"DESAPROPRIAÇÃO DIRETA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - DECRETO-LEI 3.385/41 (ART. 27, PARAG. 1.) - SÚMULAS 12, 69 E 70/STJ, 617/STF E 141/TFR. [...] OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVEM SER CALCULADOS SOBRE A DIFERENÇA ENTRE A OFERTA E A INDENIZAÇÃO ESTABELECIDA, INCLUÍDAS AS PARCELAS DOS JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS, UMA VEZ QUE COMPÕEM O VALOR REPARATÓRIO DA PERDA DA PROPRIEDADE, COM A CORREÇÃO MONETÁRIA APLICADA. [...]" ([REsp 43652](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2743652%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/05/1994, DJ 27/06/1994, p. 16912)

"DESAPROPRIAÇÃO. [...] HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO. CÁLCULO. VALOR DA DIFERENÇA ENTRE O PREÇO OFERECIDO E O VALOR DA INDENIZAÇÃO. COMPLEMENTAÇÃO DO DEPÓSITO. NO CÁLCULO DOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO, LEVA-SE EM CONSIDERAÇÃO O VALOR DA DIFERENÇA ENTRE A OFERTA E A INDENIZAÇÃO. A COMPLEMENTAÇÃO DO DEPÓSITO, ENTRETANTO, NÃO SE EQUIPARA A OFERTA INICIAL, NÃO SE ADICIONANDO A PARCELA COMPLEMENTAR PARA CÁLCULO DA DIFERENÇA SOBRE A QUAL DEVE INCIDIR A VERBA HONORÁRIA." ([REsp 36160](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736160%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA,

julgado em 04/05/1994, DJ 23/05/1994, p. 12592)

"DESAPROPRIAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. JUROS. INCLUSÃO NOS CÁLCULOS. [...] SE OS JUROS INTEGRAM A INDENIZAÇÃO, O ACÓRDÃO RECORRIDO AO DETERMINAR A INCIDÊNCIA DO PERCENTUAL DA VERBA ADVOCATÍCIA SOBRE A DIFERENÇA ENTRE AQUELA E A OFERTA, CORRIGIDAS AMBAS, NÃO OFENDEU A COISA JULGADA. II- A INCIDÊNCIA DOS JUROS MORATÓRIOS SOBRE OS COMPENSATÓRIOS, NA DESAPROPRIAÇÃO, NÃO CONSTITUI ANATOCISMO VEDADO EM LEI. [...] III- NAS EXPROPRIATÓRIAS, OS JUROS INTEGRAM A INDENIZAÇÃO, PARA FINS DE CÁLCULO DA VERBA ADVOCATÍCIA. [...]" ([REsp 31368](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2731368%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. ANTONIO DE PADUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/04/1994, DJ 18/04/1994, p. 8476)

"[...] DESAPROPRIAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INCIDÊNCIA SOBRE A DIFERENÇA ENTRE O PREÇO OFERECIDO E A INDENIZAÇÃO, CRITÉRIOS A OBEDECER. CONSOANTE JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA DESTA CORTE, EM DESAPROPRIAÇÃO, OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INCIDEM SOBRE A DIFERENÇA ENTRE O PREÇO OFERECIDO E A INDENIZAÇÃO, AO DEPOIS DE SER ESSA DIFERENÇA DEVIDAMENTE CORRIGIDA, JÁ COMPUTADOS, SOBRE ELA, OS JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. [...]" ([REsp 24486](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2724486%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/05/1993, DJ 21/06/1993, p. 12349)

"DESAPROPRIAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. [...] A JURISPRUDÊNCIA DO PRETÓRIO EXCELSO É ASSENTE NO SENTIDO DE QUE OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, EM DESAPROPRIAÇÃO, DEVEM SER CALCULADOS SOBRE A DIFERENÇA ENTRE A INDENIZAÇÃO FIXADA E A OFERTA, CORRIGIDAS AMBAS MONETARIAMENTE. [...]" ([REsp 231](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27231%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GERALDO SOBRAL, PRIMEIRA TURMA, julgado em 31/10/1990, DJ 03/12/1990, p. 14304)

## Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400030215&dt_publicacao=27/06/1994) | [43652](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400030215&dt_publicacao=27/06/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400030215&dt_publicacao=27/06/1994) | [1994/0003021-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400030215&dt_publicacao=27/06/1994) | [Decisão:25/05/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400030215&dt_publicacao=27/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/06/1994 | PG:16912 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00232 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00317 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00414 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00266 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300171941&dt_publicacao=23/05/1994) | [36160](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300171941&dt_publicacao=23/05/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300171941&dt_publicacao=23/05/1994) | [1993/0017194-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300171941&dt_publicacao=23/05/1994) | [Decisão:04/05/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300171941&dt_publicacao=23/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/05/1994 | PG:12592 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00230 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00264 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300008390&dt_publicacao=18/04/1994) | [31368](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300008390&dt_publicacao=18/04/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300008390&dt_publicacao=18/04/1994) | [1993/0000839-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300008390&dt_publicacao=18/04/1994) | [Decisão:04/04/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300008390&dt_publicacao=18/04/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/04/1994 | PG:08476 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00225 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00260 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200171834&dt_publicacao=21/06/1993) | [24486](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200171834&dt_publicacao=21/06/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200171834&dt_publicacao=21/06/1993) | [1992/0017183-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200171834&dt_publicacao=21/06/1993) | [Decisão:19/05/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200171834&dt_publicacao=21/06/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/06/1993 | PG:12349 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00221 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00298 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00398 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00257 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900085174&dt_publicacao=03/12/1990) | [231](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900085174&dt_publicacao=03/12/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900085174&dt_publicacao=03/12/1990) | [1989/0008517-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900085174&dt_publicacao=03/12/1990) | [Decisão:31/10/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900085174&dt_publicacao=03/12/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/12/1990 | PG:14304 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00219 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00255 |

SÚMULA 142 (SÚMULA CANCELADA)

# DIREITO EMPRESARIAL - MARCA COMERCIAL

## Enunciado:

Prescreve em vinte anos a ação para exigir a abstenção do uso de marca comercial.

Julgando a AR 512/DF, na sessão de 12.05.1999, a Segunda Seção deliberou pelo CANCELAMENTO da Súmula n. 142.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:005772 ANO:1971 ART:00059

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:00177

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

12/05/1999

## Fonte:

DJ DATA:10/06/1999 PG:00049 DJ DATA:23/06/1995 PG:19648 JSTJ VOL.:00009 PG:00471 RSSTJ VOL.:00010 PG:00237 RSTJ VOL.:00080 PG:00269

RT VOL.:00719 PG:00254 RT VOL.:00766 PG:00186

## Excerto dos Precedentes Originários:

"DIREITO DE PROPRIEDADE. DANO, PRESCRIÇÃO. ABSTENÇÃO DO USO DE MARCA. [...] A AÇÃO PARA REPARAÇÃO DO DANO PELO USO INDEVIDO DE MARCA PRESCREVE EM CINCO ANOS; AQUELA QUE VISA A CESSAÇÃO DO SEU USO APLICA-SE O LAPSO PREVISTO NO ART. 177 DO CÓDIGO CIVIL. [...]" ([REsp 34983](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2734983%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/1993, DJ 21/02/1994, p. 2173)

"[...] PRESCRIÇÃO. AÇÃO DE ABSTENÇÃO DO USO DE MARCA. ARTS. 177 E 178, PAR-10 IX, CC. [...] O LAPSO QUINQUENAL DE PRESCRIÇÃO PREVISTO NO ART. 178, PAR-10, IX, DO CÓDIGO CIVIL, SOMENTE SE APLICA, NO ÂMBITO DO DIREITO COMERCIAL, ÀS AÇÕES POR MEIO DAS QUAIS SE BUSCA REPARAÇÃO PELO USO INDEVIDO DE MARCA OU NOME COMERCIAL. - AQUELAS EM QUE SE PRETENDA A MERA ABSTENÇÃO, A CESSAÇÃO DO USO, PORQUE EM ESSÊNCIA AÇÕES REAIS, SE SUJEITAM A DISCIPLINA DO ART. 177 DO MESMO DIPLOMA LEGAL." ([REsp 26752](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2726752%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 15/06/1993, DJ 09/08/1993, p. 15231)

"MARCA - VIOLAÇÃO - PRESCRIÇÃO O PRAZO PRESCRICIONAL DE QUE CUIDA O ARTIGO 178, PARÁGRAFO 10., IX, DO CÓDIGO CIVIL É APLICAVEL QUANDO SE TRATE DO DIREITO A REPARAÇÃO DO DANO, DECORRENTE DO DESRESPEITO AO DIREITO DO TITULAR DA MARCA. NÃO A AÇÃO EM QUE SE INTENTE FAZER CESSAR A VIOLAÇÃO." ([REsp 19355](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2719355%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/10/1992, DJ 01/02/1993, p. 434)

"MARCA - VIOLAÇÃO - PRESCRIÇÃO O PRAZO PRESCRICIONAL DE QUE CUIDA O ARTIGO 178, PARÁGRAFO 10., IX, DO CÓDIGO CIVIL É APLICÁVEL QUANDO SE TRATE DO DIREITO A REPARAÇÃO DO DANO, DECORRENTE DO DESRESPEITO AO DIREITO DO TITULAR DA MARCA. NÃO A AÇÃO EM QUE INTENTE FAZER CESSAR A VIOLAÇÃO." ([REsp 10564](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710564%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro

NILSON NAVES, Rel. p/ Acórdão Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/11/1991, DJ 09/03/1992, p. 2573)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300131753&dt_publicacao=21/02/1994) | [34983](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300131753&dt_publicacao=21/02/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300131753&dt_publicacao=21/02/1994) | [1993/0013175-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300131753&dt_publicacao=21/02/1994) | [Decisão:13/12/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300131753&dt_publicacao=21/02/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/02/1994 | PG:02173 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00278 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00056 | PG:00289 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00296 |
| **RT** |  |  | VOL.:00719 | PG:00269 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200218911&dt_publicacao=09/08/1993) | [26752](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200218911&dt_publicacao=09/08/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200218911&dt_publicacao=09/08/1993) | [1992/0021891-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200218911&dt_publicacao=09/08/1993) | [Decisão:15/06/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200218911&dt_publicacao=09/08/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/08/1993 | PG:15231 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00274 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00290 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200046444&dt_publicacao=01/02/1993) | [19355](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200046444&dt_publicacao=01/02/1993) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200046444&dt_publicacao=01/02/1993) | [1992/0004644-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200046444&dt_publicacao=01/02/1993) | [Decisão:28/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200046444&dt_publicacao=01/02/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/02/1993 | PG:00434 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00263 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00281 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100082635&dt_publicacao=09/03/1992) | [10564](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100082635&dt_publicacao=09/03/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100082635&dt_publicacao=09/03/1992) | [1991/0008263-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100082635&dt_publicacao=09/03/1992) | [Decisão:26/11/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100082635&dt_publicacao=09/03/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/03/1992 | PG:02573 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00254 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00273 |

# SÚMULA 143

DIREITO EMPRESARIAL - MARCA COMERCIAL

## Enunciado:

Prescreve em cinco anos a ação de perdas e danos pelo uso de marca comercial.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:005772 ANO:1971 ART:00059

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:00178 PAR:00010 INC:00009

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

14/06/1995

## Fonte:

DJ DATA:23/06/1995 PG:19648 RSSTJ VOL.:00010 PG:00283 RSTJ VOL.:00080 PG:00271

RT VOL.:00719 PG:00254

## Excerto dos Precedentes Originários:

"DIREITO DE PROPRIEDADE. DANO, PRESCRIÇÃO. ABSTENÇÃO DO USO DE MARCA. [...] A AÇÃO PARA REPARAÇÃO DO DANO PELO USO INDEVIDO DE MARCA PRESCREVE EM CINCO ANOS; AQUELA QUE VISA A CESSAÇÃO DO SEU USO APLICA-SE O LAPSO PREVISTO NO ART. 177 DO CÓDIGO CIVIL. [...]" ([REsp 34983](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2734983%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/1993, DJ 21/02/1994, p. 2173)

"[...] PRESCRIÇÃO. AÇÃO DE ABSTENÇÃO DO USO DE MARCA. ARTS. 177 E 178, PAR-10 IX, CC. [...] O LAPSO QUINQUENAL DE PRESCRIÇÃO PREVISTO NO ART. 178, PAR-10, IX, DO CÓDIGO CIVIL, SOMENTE SE APLICA, NO ÂMBITO DO DIREITO COMERCIAL, ÀS AÇOES POR MEIO DAS QUAIS SE BUSCA REPARAÇÃO PELO USO INDEVIDO DE MARCA OU NOME COMERCIAL. - AQUELAS EM QUE SE PRETENDA A MERA ABSTENÇÃO, A CESSAÇÃO DO USO, PORQUE EM ESSÊNCIA AÇÕES REAIS, SE SUJEITAM À DISCIPLINA DO ART. 177 DO MESMO DIPLOMA LEGAL." ([REsp 26752](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2726752%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 15/06/1993, DJ 09/08/1993, p. 15231)

"MARCA - VIOLAÇÃO - PRESCRIÇÃO O PRAZO PRESCRICIONAL DE QUE CUIDA O ARTIGO 178, PARÁGRAFO 10., IX, DO CÓDIGO CIVIL É APLICAVEL QUANDO SE TRATE DO DIREITO A REPARAÇÃO DO DANO, DECORRENTE DO DESRESPEITO AO DIREITO DO TITULAR DA MARCA. NÃO A AÇÃO EM QUE SE INTENTE FAZER CESSAR A VIOLAÇÃO." ([REsp 19355](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2719355%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/10/1992, DJ 01/02/1993, p. 434)

"MARCA - VIOLAÇÃO - PRESCRIÇÃO O PRAZO PRESCRICIONAL DE QUE CUIDA O ARTIGO 178, PARÁGRAFO 10., IX, DO CÓDIGO CIVIL É APLICÁVEL QUANDO SE TRATE DO DIREITO A REPARAÇÃO DO DANO, DECORRENTE DO DESRESPEITO AO DIREITO DO TITULAR DA MARCA. NÃO A AÇÃO EM QUE INTENTE FAZER CESSAR A VIOLAÇÃO." ([REsp 10564](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710564%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro

NILSON NAVES, Rel. p/ Acórdão Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/11/1991, DJ 09/03/1992, p. 2573)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300131753&dt_publicacao=21/02/1994) | [34983](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300131753&dt_publicacao=21/02/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300131753&dt_publicacao=21/02/1994) | [1993/0013175-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300131753&dt_publicacao=21/02/1994) | [Decisão:13/12/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300131753&dt_publicacao=21/02/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/02/1994 | PG:02173 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00278 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00056 | PG:00289 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00296 |
| **RT** |  |  | VOL.:00719 | PG:00269 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200218911&dt_publicacao=09/08/1993) | [26752](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200218911&dt_publicacao=09/08/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200218911&dt_publicacao=09/08/1993) | [1992/0021891-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200218911&dt_publicacao=09/08/1993) | [Decisão:15/06/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200218911&dt_publicacao=09/08/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/08/1993 | PG:15231 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00274 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00290 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200046444&dt_publicacao=01/02/1993) | [19355](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200046444&dt_publicacao=01/02/1993) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200046444&dt_publicacao=01/02/1993) | [1992/0004644-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200046444&dt_publicacao=01/02/1993) | [Decisão:28/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200046444&dt_publicacao=01/02/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/02/1993 | PG:00434 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00263 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00281 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100082635&dt_publicacao=09/03/1992) | [10564](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100082635&dt_publicacao=09/03/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100082635&dt_publicacao=09/03/1992) | [1991/0008263-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100082635&dt_publicacao=09/03/1992) | [Decisão:26/11/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100082635&dt_publicacao=09/03/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/03/1992 | PG:02573 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00254 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00273 |

# SÚMULA 144

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - PRECATÓRIO

## Enunciado:

Os créditos de natureza alimentícia gozam de preferência, desvinculados os precatórios da ordem cronológica dos créditos de natureza diversa.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00100

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* ADCT-88 ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITORIAS

ART:00033

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00730 INC:00001 INC:00002

LEG:FED LEI:008197 ANO:1991 ART:00004 PAR:ÚNICO

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

10/08/1995

## Fonte:

DJ DATA:18/08/1995 PG:25079 RSSTJ VOL.:00010 PG:00317 RSTJ VOL.:00080 PG:00301

RT VOL.:00719 PG:00254

## Excerto dos Precedentes Originários:

"ACIDENTE DO TRABALHO. NATUREZA ALIMENTÍCIA. LIQUIDAÇÃO. [...] Precatório. Invariável

orientação da Turma, sobre que tais créditos a cargo da Previdência sujeitam-se a pagamento segundo a ordem cronológica específica dos respectivos precatórios." ([REsp 54762](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2754762%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 09/11/1994, DJ 28/11/1994, p. 32634)

"[...] EXECUÇÃO CONTRA O INSS. Os créditos de natureza alimentar também estão sujeitos a precatórios. [...]" ([REsp 52800](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2752800%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, QUINTA TURMA, julgado em 19/10/1994, DJ 21/11/1994, p. 31783)

"[...] NATUREZA DO CRÉDITO ALIMENTAR. PRECATÓRIO. DISPONIBILIDADE. AUTARQUIA. Os

créditos de natureza alimentícia são pagos através de precatórios, mas sem observância da ordem cronológica daqueles referentes às dívidas de natureza diversa." ([REsp 54787](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2754787%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 19/10/1994, DJ 07/11/1994, p. 30029)

"[...] PRECATÓRIO. CRÉDITO DECORRENTE DE ACIDENTE DO TRABALHO. [...] OS CRÉDITOS DE NATUREZA ALIMENTÍCIA ESTÃO SUJEITOS AOS PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS INERENTES À DESPESA PÚBLICA. II - A EXCEÇÃO ESTABELECIDA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LIMITA-SE À ISENÇÃO DA OBSERVÂNCIA DA ORDEM CRONOLÓGICA EM RELAÇÃO AOS DE NATUREZA GERAL. [...]" ([RMS 3536](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273536%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, SEXTA TURMA, julgado em 11/10/1994, DJ 31/10/1994, p. 29525)

"[...] PRECATÓRIO - A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA (ART. 100) CONFERE TRATO DIFERENTE PARA O PAGAMENTO DE NATUREZA ALIMENTÍCIA. O STF, NO JULGAMENTO DA ADIN N.47 - SP (22.10.92) DECIDIU QUE, MESMO NESSE CASO, FAZ-SE IMPRESCINDÍVEL O PRECATÓRIO. CONFERE-SE A SEGUINTE INTERPRETAÇÃO: HAVERÁ DUAS ORDENS DE PRECATÓRIOS. UMA ESPECÍFICA PARA OS CRÉDITOS DE CARÁTER ALIMENTÍCIO." ([REsp 53415](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2753415%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEXTA TURMA, julgado em 26/09/1994, DJ 12/12/1994, p. 34382)

"ACIDENTÁRIA - CRÉDITO DE NATUREZA ALIMENTÍCIA - EXECUÇÃO - PRECATÓRIO. [...] AS EXECUÇÕES ACIDENTÁRIAS NÃO ESTÃO ISENTAS DE PRECATÓRIOS, MAS APENAS DESOBRIGADAS DA OBSERVÂNCIA DA ORDEM CRONOLÓGICA EM RELAÇÃO AS DEMAIS DÍVIDAS. [...]" ([REsp 51473](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2751473%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 14/09/1994, DJ 24/10/1994, p. 28781)

"[...] EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA - CRÉDITO DE NATUREZA ALIMENTÍCIA - PRECATÓRIOS - CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 100 - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ARTS. 646, 648, 649, I, E 730 - ADIN 47 - STF [...] A EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA, TENDO POR OBJETO CRÉDITO DE NATUREZA ALIMENTÍCIA, NÃO TORNA PENHORÁVEIS OS BENS PÚBLICOS, NEM PRESCINDE DOS PRECATÓRIOS. 2. A EXCEÇÃO VINCADA NO ART. 100, C.F., LIMITA-SE A RESGUARDAR O PAGAMENTO DO HAVER ALIMENTÍCIO DE SUJEIÇÃO A ORDEM CRONOLÓGICA DOS PRECATÓRIOS EM GERAL, APRISIONADOS A CRÉDITOS DE NATUREZA DIVERSA. E A SEPARAÇÃO, EM DUAS ORDENS, DOS PRECATÓRIOS, FINCANDO A PRIORIDADE PARA O PAGAMENTO DAQUELE REFERENTE A CRÉDITO DE NATUREZA ALIMENTAR. ENFIM, ESTA ESPÉCIE DE CRÉDITO NÃO DISPENSA A EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO, INCLUSIVE SERVINDO DE CRITÉRIO PARA A ORDEM DE PAGAMENTO DOS CRÉDITOS DE IGUAL NATUREZA ALIMENTÍCIA, CONFORME A DISPONIBILIDADE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS. [...]" ([REsp 8399](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278399%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/06/1994, DJ 22/08/1994, p. 21210)

"[...] CRÉDITO DE NATUREZA ALIMENTÍCIA. NECESSIDADE DE PRECATÓRIO (RESSALVADO O PONTO DE VISTA DO RELATOR). [...]" ([REsp 52978](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2752978%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEXTA TURMA, julgado em 13/09/1993, REPDJ 31/10/1994, p. 29540, DJ 10/10/1994, p. 27199)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400296126&dt_publicacao=28/11/1994) | [54762](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400296126&dt_publicacao=28/11/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400296126&dt_publicacao=28/11/1994) | [1994/0029612-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400296126&dt_publicacao=28/11/1994) | [Decisão:09/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400296126&dt_publicacao=28/11/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/11/1994 | PG:32634 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00344 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00324 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400251017&dt_publicacao=21/11/1994) | [52800](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400251017&dt_publicacao=21/11/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400251017&dt_publicacao=21/11/1994) | [1994/0025101-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400251017&dt_publicacao=21/11/1994) | [Decisão:19/10/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400251017&dt_publicacao=21/11/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/11/1994 | PG:31783 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00336 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00318 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400296371&dt_publicacao=07/11/1994) | [54787](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400296371&dt_publicacao=07/11/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400296371&dt_publicacao=07/11/1994) | [1994/0029637-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400296371&dt_publicacao=07/11/1994) | [Decisão:19/10/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400296371&dt_publicacao=07/11/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/11/1994 | PG:30029 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00346 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00326 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300243853&dt_publicacao=31/10/1994) | [3536](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300243853&dt_publicacao=31/10/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300243853&dt_publicacao=31/10/1994) | [1993/0024385-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300243853&dt_publicacao=31/10/1994) | [Decisão:11/10/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300243853&dt_publicacao=31/10/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:31/10/1994 | PG:29525 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00321 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00303 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400268483&dt_publicacao=12/12/1994) | [53415](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400268483&dt_publicacao=12/12/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400268483&dt_publicacao=12/12/1994) | [1994/0026848-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400268483&dt_publicacao=12/12/1994) | [Decisão:26/09/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400268483&dt_publicacao=12/12/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/12/1994 | PG:34382 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00342 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00322 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400219601&dt_publicacao=24/10/1994) | [51473](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400219601&dt_publicacao=24/10/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400219601&dt_publicacao=24/10/1994) | [1994/0021960-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400219601&dt_publicacao=24/10/1994) | [Decisão:14/09/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400219601&dt_publicacao=24/10/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/10/1994 | PG:28781 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00334 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00315 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100028940&dt_publicacao=22/08/1994) | [8399](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100028940&dt_publicacao=22/08/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100028940&dt_publicacao=22/08/1994) | [1991/0002894-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100028940&dt_publicacao=22/08/1994) | [Decisão:20/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100028940&dt_publicacao=22/08/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/08/1994 | PG:21210 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00323 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00305 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400256647&dt_publicacao=31/10/1994) | [52978](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400256647&dt_publicacao=31/10/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400256647&dt_publicacao=31/10/1994) | [1994/0025664-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400256647&dt_publicacao=31/10/1994) | [Decisão:13/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400256647&dt_publicacao=31/10/1994) |
| **REPDJ** |  |  | DATA:31/10/1994 | PG:29540 |
| **DJ** |  |  | DATA:10/10/1994 | PG:27199 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00339 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00320 |

# SÚMULA 145

DIREITO CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL

## Enunciado:

No transporte desinteressado, de simples cortesia, o transportador só será civilmente responsável por danos causados ao transportado quando incorrer em dolo ou culpa grave.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:01057

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

08/11/1995

## Fonte:

DJ DATA:17/11/1995 PG:39295 RSSTJ VOL.:00010 PG:00355 RSTJ VOL.:00080 PG:00335

RT VOL.:00722 PG:00282

## Excerto dos Precedentes Originários:

"RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE DE SIMPLES CORTESIA (OU BENÉVOLO). DOLO OU CULPA GRAVE. QUEM OFERECE TRANSPORTE POR SIMPLES CORTESIA SOMENTE RESPONDE PELOS DANOS CAUSADOS AO PASSAGEIRO EM CASO DE DOLO OU CULPA GRAVE. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. ART. 1057 DO CC. [...]" ([REsp 54658](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2754658%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/1994, DJ 13/03/1995, p. 5307)

"RECURSO ESPECIAL. [...] FALTA DE PREQUESTIONAMENTO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL DITO CONTRARIADO. - RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. MAIORIA." ([REsp 3254](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273254%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel.

Ministro BUENO DE SOUZA, Rel. p/ Acórdão Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/1994, DJ 16/10/1995, p. 34664)

"RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE GRATUITO. ART. 1057 DO CÓDIGO CIVIL. A RESPONSABILIDADE DO TRANSPORTADOR GRATUITO RADICA NO ÂMBITO DO DOLO OU FALTA GRAVÍSSIMA. ASSIM, MERA CULPA CONSUBSTANCIADA NA IMPOSSIBILIDADE DE IMPEDIR O EVENTO DANOSO NÃO RENDE ENSEJO À REPARAÇÃO. [...]" ([REsp 34544](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2734544%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/12/1993, DJ 07/03/1994, p. 3661)

"RESPONSABILIDADE CIVIL - TRANSPORTE DE SIMPLES CORTESIA. NO TRANSPORTE BENÉVOLO, DE SIMPLES CORTESIA, A RESPONSABILIDADE DO TRANSPORTADOR, POR DANOS SOFRIDOS PELO TRANSPORTADO, CONDICIONA-SE À DEMONSTRAÇÃO DE QUE RESULTARAM DE DOLO OU DE CULPA GRAVE, A QUE AQUELE SE EQUIPARA. HIPÓTESE EM QUE SE CARACTERIZA CONTRATO UNILATERAL, INCIDINDO O DISPOSTO NO ARTIGO 1057 DO CÓDIGO CIVIL." ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2738668%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [38668](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2738668%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/1993, DJ

22/11/1993, p. 24952)

"[...] RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE GRATUITO. ORIENTAÇÃO DOUTRINÁRIA. [...] SEGUNDO AUTORIZADA DOUTRINA, O TRANSPORTADOR SOMENTE RESPONDE PERANTE O GRATUITAMENTE TRANSPORTADO SE POR DOLO OU FALTA GRAVÍSSIMA HOUVER DADO ORIGEM AO DANO. [...]" ([REsp 3035](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273035%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA

TURMA, julgado em 28/08/1990, DJ 24/09/1990, p. 9984)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400294417&dt_publicacao=13/03/1995) | [54658](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400294417&dt_publicacao=13/03/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400294417&dt_publicacao=13/03/1995) | [1994/0029441-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400294417&dt_publicacao=13/03/1995) | [Decisão:12/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400294417&dt_publicacao=13/03/1995) |
| **DJ**  **LEXJTACSP** | |  | DATA:13/03/1995  VOL.:00155 | PG:05307  PG:00473 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00010 | PG:00373 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00074 | PG:00395 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00080 | PG:00349 |
| **RTJE** | |  | VOL.:00147 | PG:00209 |
| [REsp 3254](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000048672&dt_publicacao=16/10/1995) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000048672&dt_publicacao=16/10/1995) | [1990/0004867-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000048672&dt_publicacao=16/10/1995) | [Decisão:17/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000048672&dt_publicacao=16/10/1995) |
| **DJ** | |  | DATA:16/10/1995 | PG:34664 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00010 | PG:00362 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00080 | PG:00340 |
| [REsp 34544](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300116223&dt_publicacao=07/03/1994) | | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300116223&dt_publicacao=07/03/1994) | [1993/0011622-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300116223&dt_publicacao=07/03/1994) | [Decisão:13/12/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300116223&dt_publicacao=07/03/1994) |
| **DJ** | |  | DATA:07/03/1994 | PG:03661 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00010 | PG:00367 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00060 | PG:00300 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00080 | PG:00344 |
| [REsp 38668](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300253972&dt_publicacao=22/11/1993) | | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300253972&dt_publicacao=22/11/1993) | [1993/0025397-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300253972&dt_publicacao=22/11/1993) | [Decisão:25/10/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300253972&dt_publicacao=22/11/1993) |
| **DJ** | |  | DATA:22/11/1993 | PG:24952 |
| **RJTAMG** | |  | VOL.:00052 | PG:00422 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00010 | PG:00369 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00053 | PG:00338 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00080 | PG:00346 |
| [REsp 3035](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000043409&dt_publicacao=24/09/1990) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000043409&dt_publicacao=24/09/1990) | [1990/0004340-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000043409&dt_publicacao=24/09/1990) | [Decisão:28/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000043409&dt_publicacao=24/09/1990) |
| **DJ** | |  | DATA:24/09/1990 | PG:09984 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00010 | PG:00359 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00080 | PG:00337 |

# SÚMULA 146

DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO-ACIDENTE

## Enunciado:

O segurado, vítima de novo infortúnio, faz jus a um único benefício somado ao salário de contribuição vigente no dia do acidente.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:006367 ANO:1976 ART:00006 PAR:00001

LEG:FED DEC:079037 ANO:1976 ART:00041 INC:00003

LEG:FED DEC:083080 ANO:1979

\*\*\*\*\* RBPS-79 REGULAMENTO DOS BENEFICIOS DA PREVIDENCIA SOCIAL

ART:00261 PAR:ÚNICO INC:00003

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

07/12/1995

## Fonte:

DJ DATA:18/12/1995 PG:44864 RSSTJ VOL.:00010 PG:00377 RSTJ VOL.:00080 PG:00353

RT VOL.:00724 PG:00236

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] AUXÍLIO-ACIDENTE. [...] Padecimento de novo infortúnio. Novo direito ao benefício, cumprida, porém, a forma preconizada nos arts. 6º da Lei 6.367/76, e 41, parágrafo único, inc. III, do Dec. 79.037/76." ([REsp 41326](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2741326%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 10/05/1995, DJ 29/05/1995, p. 15532)

"[...] OCORRÊNCIA DE MAIS DE UM ACIDENTE. CUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. [...] SE O SEGURADO ESTÁ RECEBENDO AUXÍLIO-ACIDENTE CONCEDIDO EM OUTRA AÇÃO, A OCORRÊNCIA DE UM SEGUNDO INFORTÚNIO LABORAL IMPLICA NOVO CÁLCULO DO VALOR DO BENEFÍCIO, CORRESPONDENTE AO PRIMEIRO SOMADO COM O SALÁRIO CONTRIBUIÇÃO, VIGENTE NA DATA DO ACIDENTE - DECRETO 79.037/76, ART. 43, III. [...]" ([REsp 53484](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2753484%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, SEXTA TURMA, julgado em 02/05/1995, DJ 19/06/1995, p. 18755)

"[...] AUXÍLIO-ACIDENTE. ACUMULAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. BENEFÍCIO ÚNICO. FIRMOU-SE A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO SENTIDO DE QUE, SE O SEGURADO SOFRE NOVO ACIDENTE SEM RELAÇÃO COM O ANTERIOR, FAZ JUS A UM SÓ BENEFICIO DEVIDAMENTE REAJUSTADO." ([EREsp 12628](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2712628%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, TERCEIRA

SEÇÃO, julgado em 02/03/1995, DJ 20/03/1995, p. 6087)

"[...] OCORRÊNCIA DE MAIS DE UM ACIDENTE. CUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. [...] SE O SEGURADO ESTÁ RECEBENDO AUXÍLIO-ACIDENTE CONCEDIDO EM OUTRA AÇÃO, A OCORRÊNCIA DE UM SEGUNDO INFORTÚNIO LABORAL IMPLICA NOVO CÁLCULO DO VALOR DO BENEFÍCIO, CORRESPONDENTE AO PRIMEIRO SOMADO COM O SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO, VIGENTE NA DATA DO ACIDENTE - DECRETO 79037/76, ART. 43, III. [...]" ([REsp 38689](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2738689%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 03/08/1994, DJ 29/08/1994, p. 22208)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300333577&dt_publicacao=29/05/1995) | [41326](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300333577&dt_publicacao=29/05/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300333577&dt_publicacao=29/05/1995) | [1993/0033357-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300333577&dt_publicacao=29/05/1995) | [Decisão:10/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300333577&dt_publicacao=29/05/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/05/1995 | PG:15532 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00386 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00360 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400269870&dt_publicacao=19/06/1995) | [53484](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400269870&dt_publicacao=19/06/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400269870&dt_publicacao=19/06/1995) | [1994/0026987-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400269870&dt_publicacao=19/06/1995) | [Decisão:02/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400269870&dt_publicacao=19/06/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/06/1995 | PG:18755 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00390 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00362 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400040091&dt_publicacao=20/03/1995) | [12628](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400040091&dt_publicacao=20/03/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400040091&dt_publicacao=20/03/1995) | [1994/0004009-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400040091&dt_publicacao=20/03/1995) | [Decisão:02/03/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400040091&dt_publicacao=20/03/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/03/1995 | PG:06087 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00381 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00355 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300254642&dt_publicacao=29/08/1994) | [38689](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300254642&dt_publicacao=29/08/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300254642&dt_publicacao=29/08/1994) | [1993/0025464-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300254642&dt_publicacao=29/08/1994) | [Decisão:03/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300254642&dt_publicacao=29/08/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/08/1994 | PG:22208 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00383 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00357 |

# SÚMULA 147

DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, quando relacionados com o exercício da função.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00109 INC:00004

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

07/12/1995

## Fonte:

DJ DATA:18/12/1995 PG:44864 RSSTJ VOL.:00010 PG:00393 RSTJ VOL.:00080 PG:00367

RT VOL.:00724 PG:00579

## Excerto dos Precedentes Originários:

"PROCESSUAL PENAL. OFENSA A HONRA DE MAGISTRADA FEDERAL RELACIONADA COM O EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES. [...] COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR OS CRIMES PRATICADOS CONTRA A HONRA DE MAGISTRADA FEDERAL, DESDE QUE RELACIONADOS COM O EXERCÍCIO DE SUA FUNÇÃO. [...]" ([RHC 3668](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273668%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, SEXTA TURMA, julgado em 20/09/1994, DJ 24/10/1994, p. 28785)

"PROCESSUAL PENAL. OFENSAS A HONRA DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO FEDERAL, RELACIONADAS COM O EXERCÍCIO DAS SUAS FUNÇÕES. - COMPETÊNCIA. CABE À JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR OS CRIMES PRATICADOS CONTRA SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES E COM ESTAS RELACIONADAS." ([CC 3593](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273593%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 05/08/1993, DJ 23/08/1993, p. 16556)

"PENAL. PROCESSUAL. COMPETÊNCIA. CRIME CONTRA FUNCIONÁRIO PÚBLICO FEDERAL. - SENDO CRIME POLÍTICO OU CRIME COMUM CONTRA SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO OU EM RAZÃO DESSA INVESTIDURA, A COMPETÊNCIA PARA PROCESSO E JULGAMENTO DO ACUSADO É DA JUSTIÇA FEDERAL (CF, ART. 109, IV). [...]" ([CC 1964](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271964%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 19/09/1991, DJ 21/10/1991, p. 14730)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400162766&dt_publicacao=24/10/1994) | [3668](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400162766&dt_publicacao=24/10/1994) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400162766&dt_publicacao=24/10/1994) | [1994/0016276-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400162766&dt_publicacao=24/10/1994) | [Decisão:20/09/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400162766&dt_publicacao=24/10/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/10/1994 | PG:28785 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00072 | PG:00285 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00419 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00389 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **RT** |  |  | VOL.:00711 | PG:00386 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200240208&dt_publicacao=23/08/1993) | [3593](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200240208&dt_publicacao=23/08/1993) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200240208&dt_publicacao=23/08/1993) | [1992/0024020-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200240208&dt_publicacao=23/08/1993) | [Decisão:05/08/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200240208&dt_publicacao=23/08/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/08/1993 | PG:16556 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00417 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00387 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100059790&dt_publicacao=21/10/1991) | [1964](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100059790&dt_publicacao=21/10/1991) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100059790&dt_publicacao=21/10/1991) | [1991/0005979-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100059790&dt_publicacao=21/10/1991) | [Decisão:19/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100059790&dt_publicacao=21/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/10/1991 | PG:14730 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00397 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00369 |

# SÚMULA 148

DIREITO PREVIDENCIÁRIO - DÉBITO PREVIDENCIÁRIO

## Enunciado:

Os débitos relativos a benefício previdenciário, vencidos e cobrados em juízo após a vigência da Lei nr. 6.899/81, devem ser corrigidos monetariamente na forma prevista nesse diploma legal.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:006899 ANO:1981

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

07/12/1995

## Fonte:

DJ DATA:18/12/1995 PG:44864 RSSTJ VOL.:00010 PG:00423 RSTJ VOL.:00080 PG:00393

RT VOL.:00724 PG:00236

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] REVISÃO DE BENEFÍCIOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. [...] A SÚMULA 71, TFR, NÃO É MAIS APLICÁVEL EM CASOS DE CORREÇAO MONETÁRIA, DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS VENCIDOS APÓS A VIGÊNCIA DA LEI N. 6899/81. [...]" ([REsp 59318](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2759318%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 20/03/1995, DJ 24/04/1995, p. 10413)

"[...] BENEFÍCIOS. PRESTAÇÕES ATRASADAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. [...] Critério. Cuidando-se

de prestações devidas e cobradas, em juízo, já na vigência da Lei 6.899/81, não cabe aplicar-se o critério da Súmula 71-TFR. [...]" ([EREsp 52846](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2752846%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 02/03/1995, DJ 27/03/1995, p. 7136)

"[...] BENEFÍICIOS. PAGAMENTO EM ATRASO. CORREÇÃO MONETÁRIA. [...] OS DÉBITOS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA, VENCIDOS E COBRADOS NA VIGÊNCIA DA LEI N. 6.899/81, SUJEITAM-SE À CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTA NESSE DIPLOMA LEGAL. [...]" ([REsp 49328](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2749328%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 09/11/1994, DJ 28/11/1994, p. 32632)

"[...] BENEFÍCIOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. [...] APÓS A VIGÊNCIA DA LEI 6.899/81, QUE PASSOU A DISCIPLINAR TODA E QUALQUER FORMA DE CORREÇÃO, NÃO CABE INVOCAR A SÚMULA 71, DO EX-TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, COMO CRITÉRIO DE CORREÇÃO MONETÁRIA DOS DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS VENCIDOS APÓS A VIGÊNCIA DA CITADA LEI. [...]" ([REsp 53157](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2753157%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP,

Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, SEXTA TURMA, julgado em 20/09/1994, DJ 24/10/1994, p. 28793)

"AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. APÓS A VIGÊNCIA DA LEI 6.899/81, A CORREÇÃO MONETÁRIA DE DÉBITOS COBRADOS EM JUÍZO DEVE SER FEITA DE ACORDO COM ESSA LEI. [...]" ([REsp 26804](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2726804%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, QUINTA TURMA, julgado em 08/06/1994, DJ 01/08/1994, p. 18666)

"[...] DÉBITO PREVIDENCIÁRIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA DOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA LEI DE REGÊNCIA. AFASTABILIDADE DOS CRITÉRIOS DA SÚMULA 71 DO ANTIGO TFR, UMA VEZ QUE TODAS AS PRESTAÇOES SE CONSTITUÍRAM SOB O IMPÉRIO DA LEI

N. 6899/81. [...]" ([REsp 45653](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2745653%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEXTA TURMA, julgado em 09/05/1994, DJ 23/05/1994, p. 12635)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500026597&dt_publicacao=24/04/1995) | [59318](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500026597&dt_publicacao=24/04/1995) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500026597&dt_publicacao=24/04/1995) | [1995/0002659-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500026597&dt_publicacao=24/04/1995) | [Decisão:20/03/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500026597&dt_publicacao=24/04/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/04/1995 | PG:10413 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00441 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00408 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400381140&dt_publicacao=27/03/1995) | [52846](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400381140&dt_publicacao=27/03/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400381140&dt_publicacao=27/03/1995) | [1994/0038114-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400381140&dt_publicacao=27/03/1995) | [Decisão:02/03/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400381140&dt_publicacao=27/03/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/03/1995 | PG:07136 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00427 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00395 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400164009&dt_publicacao=28/11/1994) | [49328](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400164009&dt_publicacao=28/11/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400164009&dt_publicacao=28/11/1994) | [1994/0016400-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400164009&dt_publicacao=28/11/1994) | [Decisão:09/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400164009&dt_publicacao=28/11/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/11/1994 | PG:32632 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00436 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00403 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400261829&dt_publicacao=24/10/1994) | [53157](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400261829&dt_publicacao=24/10/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400261829&dt_publicacao=24/10/1994) | [1994/0026182-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400261829&dt_publicacao=24/10/1994) | [Decisão:20/09/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400261829&dt_publicacao=24/10/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/10/1994 | PG:28793 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00439 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00406 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200219799&dt_publicacao=01/08/1994) | [26804](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200219799&dt_publicacao=01/08/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200219799&dt_publicacao=01/08/1994) | [1992/0021979-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200219799&dt_publicacao=01/08/1994) | [Decisão:08/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200219799&dt_publicacao=01/08/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/08/1994 | PG:18666 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00431 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00399 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400078919&dt_publicacao=23/05/1994) | [45653](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400078919&dt_publicacao=23/05/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400078919&dt_publicacao=23/05/1994) | [1994/0007891-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400078919&dt_publicacao=23/05/1994) | [Decisão:09/05/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400078919&dt_publicacao=23/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/05/1994 | PG:12635 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00433 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00400 |

# SÚMULA 149

DIREITO PREVIDENCIÁRIO - TRABALHO RURAL

## Enunciado:

A prova exclusivamente testemunhal não basta a comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00202

LEG:FED LCP:000016 ANO:1973

LEG:FED LEI:008213 ANO:1991 ART:00055 PAR:00003

LEG:FED DEC:083080 ANO:1979

\*\*\*\*\* RBPS-79 REGULAMENTO DOS BENEFICIOS DA PREVIDENCIA SOCIAL

ART:00057 PAR:00005

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

07/12/1995

## Fonte:

DJ DATA:18/12/1995 PG:44864 RSSTJ VOL.:00010 PG:00447 RSTJ VOL.:00080 PG:00413

RT VOL.:00724 PG:00236

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA. PROVA. [...] Conforme jurisprudência iterativa da Eg. 3ª Seção deste Tribunal, a comprovação de atividade rural, para fins de aposentadoria do obreiro, deverá assentar-se em inícios materiais, pois insuficiente, nos termos da legislação previdenciária, a prova exclusivamente testemunhal. [...]" ([REsp 75120](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2775120%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, SEXTA TURMA, julgado em 24/10/1995, DJ 18/12/1995, p. 44700)

"[...] TRABALHADOR RURAL - APOSENTADORIA POR VELHICE - REQUISITO. [...] Para efeito de

obtenção de benefício previdenciário, não se prestam à comprovar atividade rural, prova exclusivamente testemunhal. [...]" ([REsp 64708](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2764708%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 18/09/1995, DJ 16/10/1995, p. 34680)

"[...] APOSENTADORIA DE TRABALHADOR RURAL. PROVA. [...] A PROVA DA EXISTÊNCIA DA RELAÇÃO DE TRABALHO COMO EMPREGADO RURAL NÃO PODE LIMITAR-SE A MEROS TESTEMUNHOS POIS, GERALMENTE, EM CASOS TAIS, PRESTADOS POR FAVOR RECÍPROCO. NO CASO, ENTRETANTO, A CERTIDÃO DE CASAMENTO REGISTRA O EXERCÍCIO DESSA ATIVIDADE PELO CÔNJUGE VARÃO, O QUE O BENEFICIA, O MESMO NÃO OCORRENDO COM SUA ESPOSA, DADA COMO DOMÉSTICA. [...]" ([REsp 71703](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2771703%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, QUINTA TURMA,

julgado em 18/09/1995, DJ 16/10/1995, p. 34689)

"[...] TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. PROVA. A prova exclusivamente

testemunhal, sem um início razoável de prova material, não serve para comprovar atividade de trabalhador rural. [...]" ([REsp 66210](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2766210%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/1995, DJ 11/09/1995, p. 28851)

"[...] TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA. REQUISITOS. [...] A valoração da prova

exclusivamente testemunhal, da atividade de trabalhador rural, só é válida se apoiada em indício razoável de prova material. [...]" ([REsp 65095](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2765095%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 14/06/1995, DJ 11/09/1995, p. 28845)

"[...] TRABALHADOR URBANO. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. [...] A APRESENTAÇÃO DE INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL É SUFICIENTE PARA O RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO DE TRABALHADOR URBANO. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2759876%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [59876](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2759876%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 24/05/1995, DJ 19/06/1995, p.

18760)

"[...] APOSENTADORIA. TRABALHADOR RURAL. PROVA TESTEMUNHAL. NECESSIDADE DE INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA DOCUMENTAL. [...] APOSENTADORIA DE TRABALHADOR RURAL, COM BASE EXCLUSIVA EM PROVA TESTEMUNHAL, SEM NECESSIDADE DE PROVA OU PRINCÍPIO DE PROVA MATERIAL, OFENDE AO PARÁGRAFO 3., DO ART. 55, DA LEI N. 8.213/91. [...]" ([REsp 46834](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2746834%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, SEXTA TURMA, julgado em 28/11/1994, DJ 13/03/1995, p. 5318)

"[...] RURÍCOLA (BÓIA-FRIA). APOSENTADORIA POR VELHICE. PROVA PURAMENTE TESTEMUNHAL. ADMISSIBILIDADE NO CASO CONCRETO: [...] MULHER COM 55 ANOS DE IDADE, ALEGANDO QUE TRABALHOU ANOS A FIO COMO 'BÓIA-FRIA', AJUIZOU AÇÃO PEDINDO SUA APOSENTADORIA POR VELHICE (CF, ART. 202, I). O JUIZ - E EM SUAS AGUAS O TRIBUNAL A QUO - JULGOU PROCEDENTE SEU PEDIDO, NÃO OBSTANTE AUSÊNCIA DE PROVA OU PRINCÍPIO DE PROVA MATERIAL (LEI N. 8.213/91, ART. 55, PARÁGRAFO 3.). II - A PREVIDÊNCIA, APÓS SUCUMBIR EM AMBAS AS INSTÂNCIAS, RECORREU DE ESPECIAL (ALÍNEA A E C DO ART. 105, III, DA CF). III - O DISPOSITIVO INFRACONSTITUCIONAL QUE NÃO ADMITE 'PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL' DEVE SER INTERPRETADO CUM GRANO SALIS (LICC, ART. 5.). AO JUIZ, EM SUA MAGNA ATIVIDADE DE JULGAR, CABERÁ VALORAR A PROVA, INDEPENDENTEMENTE DE TARIFAÇÃO OU DIRETIVAS INFRACONSTITUCIONAIS. NO CASO CONCRETO, A CONTESTAÇÃO PRIMOU POR SER ABSTRATA E NÃO HOUVE CONTRADITA DAS TESTEMUNHAS. ADEMAIS, O DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL (ART., 202, I), PARA O 'BÓIA-FRIA', SE TORNARIA PRATICAMENTE INFACTÍVEL, POIS DIFICILMENTE ALGUÉM TERIA COMO FAZER A EXIGIDA PROVA MATERIAL. [...]" ([REsp 41110](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2741110%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEXTA

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| TURMA, julgado | em | 14/03/1994, | DJ | 28/03/1994, p. 6347) |  |
| Precedentes:  [REsp 75120](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500485290&dt_publicacao=18/12/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500485290&dt_publicacao=18/12/1995) |  |  | [1995/0048529-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500485290&dt_publicacao=18/12/1995) | [Decisão:24/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500485290&dt_publicacao=18/12/1995) |
| **DJ** |  |  |  | DATA:18/12/1995 | PG:44700 |
| **RSSTJ** |  |  |  | VOL.:00010 | PG:00471 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00436 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500207575&dt_publicacao=16/10/1995) | [64708](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500207575&dt_publicacao=16/10/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500207575&dt_publicacao=16/10/1995) | [1995/0020757-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500207575&dt_publicacao=16/10/1995) | [Decisão:18/09/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500207575&dt_publicacao=16/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/10/1995 | PG:34680 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00460 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00427 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500389274&dt_publicacao=16/10/1995) | [71703](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500389274&dt_publicacao=16/10/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500389274&dt_publicacao=16/10/1995) | [1995/0038927-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500389274&dt_publicacao=16/10/1995) | [Decisão:18/09/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500389274&dt_publicacao=16/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/10/1995 | PG:34689 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00467 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00433 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500241307&dt_publicacao=11/09/1995) | [66210](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500241307&dt_publicacao=11/09/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500241307&dt_publicacao=11/09/1995) | [1995/0024130-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500241307&dt_publicacao=11/09/1995) | [Decisão:07/08/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500241307&dt_publicacao=11/09/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/09/1995 | PG:28851 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00466 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00431 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500214407&dt_publicacao=11/09/1995) | [65095](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500214407&dt_publicacao=11/09/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500214407&dt_publicacao=11/09/1995) | [1995/0021440-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500214407&dt_publicacao=11/09/1995) | [Decisão:14/06/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500214407&dt_publicacao=11/09/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/09/1995 | PG:28845 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00463 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00429 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500043050&dt_publicacao=19/06/1995) | [59876](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500043050&dt_publicacao=19/06/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500043050&dt_publicacao=19/06/1995) | [1995/0004305-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500043050&dt_publicacao=19/06/1995) | [Decisão:24/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500043050&dt_publicacao=19/06/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/06/1995 | PG:18760 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00458 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00425 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400109075&dt_publicacao=13/03/1995) | [46834](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400109075&dt_publicacao=13/03/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400109075&dt_publicacao=13/03/1995) | [1994/0010907-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400109075&dt_publicacao=13/03/1995) | [Decisão:28/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400109075&dt_publicacao=13/03/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/03/1995 | PG:05318 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00455 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00423 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300328042&dt_publicacao=28/03/1994) | [41110](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300328042&dt_publicacao=28/03/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300328042&dt_publicacao=28/03/1994) | [1993/0032804-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300328042&dt_publicacao=28/03/1994) | [Decisão:14/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300328042&dt_publicacao=28/03/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/03/1994 | PG:06347 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00451 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00058 | PG:00431 |

# SÚMULA 150

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00109 INC:00001

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

07/02/1996

## Fonte:

DJ DATA:13/02/1996 PG:02608 RSSTJ VOL.:00010 PG:00475 RSTJ VOL.:00080 PG:00439

RT VOL.:00724 PG:00237

## Excerto dos Precedentes Originários:

"COMPETÊNCIA. UNIÃO FEDERAL. USUCAPIÃO. ALDEAMENTO INDÍGENA. MANIFESTADO PELA UNIÃO SEU INTERESSE NA CAUSA, QUE VERSARIA SOBRE IMÓVEL LOCALIZADO EM ANTIGO ALDEAMENTO INDÍGENA, CABE À JUSTIÇA FEDERAL DECIDIR SOBRE A EXISTÊNCIA DO ALEGADO INTERESSE NA CAUSA. DL. 9760/46, ART. 20, I, DA C.R. [...]" ([REsp 52726](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2752726%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 21/02/1995, DJ 27/03/1995, p. 7168)

"[...] CONFLITO DE COMPETÊNCIA - INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. [...] COMPETE AO JUÍZO FEDERAL AVALIAR O INTERESSE DA UNIÃO FEDERAL OU DE SEUS ENTES NO PROCESSO. INEXISTINDO ESTE, DEVE SIMPLESMENTE REMETER OS AUTOS AO JUÍZO COMUM ESTADUAL. CASO EM QUE DEIXA DE EXISTIR CONFLITO, EIS QUE NÃO MAIS SUBSISTE O MOTIVO DE DECLINATÓRIA DE COMPETÊNCIA. [...]" ([CC 11149](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711149%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/12/1994, DJ 03/04/1995, p. 8104)

"- AÇÃO DE USUCAPIÃO. INTERVENÇÃO DA UNIÃO. COMPETÊNCIA. - PARA INTERVIR NA CAUSA, DEVE A UNIÃO MANIFESTAR O SEU INTERESSE JURÍDICO, DEMONSTRANDO A QUE TÍTULO SE DÁ ESSA INTERVENÇÃO. ENTRETANTO, SÓ À JUSTIÇA FEDERAL CABE DIZER DA EXISTÊNCIA DESSE INTERESSE. [...]" ([REsp 51822](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2751822%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTONIO TORREÃO BRAZ, QUARTA TURMA,

julgado em 25/10/1994, DJ 21/11/1994, p. 31774)

"[...] COMPETÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL. [...] ENCONTRANDO-SE O AGRAVO DE INSTRUMENTO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, A UNIÃO FEDERAL INGRESSOU NO FEITO NA QUALIDADE DE ASSISTENTE FACULTATIVO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, TENDO AQUELA CORTE DETERMINADO A REMESSA DOS AUTOS AO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2. REGIÃO. RECEBENDO OS AUTOS, A CORTE REGIONAL FEDERAL O INTERESSE DA UNIÃO FEDERAL DE INTERVIR NO PROCESSO E ORDENOU A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL ESTADUAL, QUE SUSCITOU O PRESENTE CONFLITO, INSISTINDO NA EXISTÊNCIA DE INTERESSE DA UNIÃO. TODAVIA, É DA COMPETÊNCIA DA CORTE FEDERAL E NÃO DA ESTADUAL DECIDIR SOBRE A OCORRÊNCIA DE INTERESSE DO ENTE FEDERAL. [...]" ([CC 7570](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277570%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 19/04/1994, DJ 09/05/1994, p. 10790)

"COMPETÊNCIA - AÇÃO NA QUAL SE PLEITEIA A INCIDÊNCIA DO IPC SOBRE DEPÓSITOS DE CRUZADOS BLOQUEADOS. COMPETE AO JUIZ FEDERAL DECIDIR SE HÁ OU NÃO INTERESSE DA UNIÃO. A COMPETÊNCIA PARA DIRIMIR CONTROVÉRSIA SOBRE A LIBERAÇÃO DE CRUZADO NOVOS E DEMAIS QUESTÕES DECORRENTES É DA JUSTIÇA FEDERAL. [...]" ([CC 6170](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276170%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/11/1993, DJ 06/12/1993, p. 26631)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO POSSESSÓRIA. INTERESSE DE AUTARQUIA FEDERAL. COMPETE AO JUÍZO FEDERAL DECIDIR SOBRE O INTERESSE MANIFESTADO POR AUTARQUIA FEDERAL, NO SENTIDO DE FIGURAR COMO ASSISTENTE DE UMA DAS PARTES EM LITÍGIO." ([CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272311%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [2311](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272311%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/08/1992, DJ 21/09/1992,

p. 15648)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - INEXISTÊNCIA. REQUERIDA A CITAÇÃO DA UNIÃO, CABE AO JUIZ FEDERAL SOBRE ISSO DECIDIR. CORRETA, POIS, A DECISÃO DO JUIZ ESTADUAL QUE DECLINOU DA COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL. SE, ENTRETANTO, NO FORO FEDERAL, É INDEFERIDO O REQUERIMENTO DE CITAÇÃO, CESSA A CAUSA QUE DETERMINOU SUA COMPETÊNCIA. OS AUTOS HAVERÃO DE SER SIMPLESMENTE DEVOLVIDOS AO JUIZ ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE CONFLITO." ([CC 2157](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272157%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) ES, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO,

julgado em 10/06/1992, DJ 29/06/1992, p. 10259)

"COMPETÊNCIA. CONFLITO. ASSISTÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DA UNIÃO. [...] A COMPETÊNCIA PARA DECLARAR EVENTUAL INTERESSE DA UNIÃO É DA JUSTIÇA FEDERAL, CONSOANTE ITERATIVA JURISPRUDÊNCIA. II- INADMITINDO O JUIZ FEDERAL A ASSISTÊNCIA DA UNIÃO, IMPÕE-SE O RETORNO DOS AUTOS À JUSTIÇA ESTADUAL E NÃO A SUSCITAÇÃO DO CONFLITO." ([CC 2753](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272753%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SE, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/06/1992, DJ 14/09/1992, p. 14934)

"[...] COMPETÊNCIA. RELAÇÃO JURÍDICA OBRIGACIONAL RESTRITA A PARTICULARES. CAUSA EM QUE A UNIÃO FEDERAL NÃO POSSUI INTERESSE ALGUM. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA DECIDIR SOBRE INTERESSE JURÍDICO NA INTERVENIÊNCIA DA UNIÃO. [...]" ([CC 171](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27171%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RO,

Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/06/1989, DJ 21/08/1989, p. 13325)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400249799&dt_publicacao=27/03/1995) | [52726 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400249799&dt_publicacao=27/03/1995) | | [1994/0024979-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400249799&dt_publicacao=27/03/1995) | [Decisão:21/02/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400249799&dt_publicacao=27/03/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/03/1995 | PG:07168 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00501 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00461 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400325789&dt_publicacao=03/04/1995) | [11149](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400325789&dt_publicacao=03/04/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400325789&dt_publicacao=03/04/1995) | [1994/0032578-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400325789&dt_publicacao=03/04/1995) | [Decisão:14/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400325789&dt_publicacao=03/04/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/04/1995 | PG:08104 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00451 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00496 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00397 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00411 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00457 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400231571&dt_publicacao=21/11/1994) | [51822](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400231571&dt_publicacao=21/11/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400231571&dt_publicacao=21/11/1994) | [1994/0023157-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400231571&dt_publicacao=21/11/1994) | [Decisão:25/10/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400231571&dt_publicacao=21/11/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/11/1994 | PG:31774 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00499 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00459 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400042485&dt_publicacao=09/05/1994) | [7570](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400042485&dt_publicacao=09/05/1994) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400042485&dt_publicacao=09/05/1994) | [1994/0004248-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400042485&dt_publicacao=09/05/1994) | [Decisão:19/04/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400042485&dt_publicacao=09/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/05/1994 | PG:10790 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00491 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00452 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300273086&dt_publicacao=06/12/1993) | [6170](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300273086&dt_publicacao=06/12/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300273086&dt_publicacao=06/12/1993) | [1993/0027308-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300273086&dt_publicacao=06/12/1993) | [Decisão:09/11/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300273086&dt_publicacao=06/12/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/12/1993 | PG:26631 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00488 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00449 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100177628&dt_publicacao=21/09/1992) | [2311](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100177628&dt_publicacao=21/09/1992) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100177628&dt_publicacao=21/09/1992) | [1991/0017762-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100177628&dt_publicacao=21/09/1992) | [Decisão:26/08/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100177628&dt_publicacao=21/09/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/09/1992 | PG:15648 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00483 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00445 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100123447&dt_publicacao=29/06/1992) | [2157](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100123447&dt_publicacao=29/06/1992) | [ES](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100123447&dt_publicacao=29/06/1992) | [1991/0012344-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100123447&dt_publicacao=29/06/1992) | [Decisão:10/06/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100123447&dt_publicacao=29/06/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/06/1992 | PG:10259 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00481 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00443 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200015719&dt_publicacao=14/09/1992) | [2753](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200015719&dt_publicacao=14/09/1992) | [SE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200015719&dt_publicacao=14/09/1992) | [1992/0001571-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200015719&dt_publicacao=14/09/1992) | [Decisão:10/06/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200015719&dt_publicacao=14/09/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/09/1992 | PG:14934 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00484 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00446 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073745&dt_publicacao=21/08/1989) | [171](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073745&dt_publicacao=21/08/1989) | [RO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073745&dt_publicacao=21/08/1989) | [1989/0007374-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073745&dt_publicacao=21/08/1989) | [Decisão:28/06/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073745&dt_publicacao=21/08/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/08/1989 | PG:13325 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00479 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00311 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00441 |

# SÚMULA 151

DIREITO PROCESSUAL PENAL - PREVENÇÃO

## Enunciado:

A competência para o processo e julgamento por crime de contrabando ou descaminho define-se pela prevenção do juízo federal do lugar da apreensão dos bens.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:003689 ANO:1941

\*\*\*\*\* CPP-41 CODIGO DE PROCESSO PENAL ART:00071

LEG:FED DEL:002848 ANO:1940

\*\*\*\*\* CP-40 CODIGO PENAL ART:00334

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

14/02/1996

## Fonte:

DJ DATA:26/02/1996 PG:04192 RSSTJ VOL.:00011 PG:00011 RSTJ VOL.:00086 PG:00017

RT VOL.:00724 PG:00579

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA - DESCAMINHO - O DESCAMINHO (CP ART. 334, CAPUT) É CRIME INSTANTÂNEO DE EFEITO PERMANENTE. NÃO SE CONFUNDE COM O CRIME PERMANENTE. A CONSUMAÇÃO OCORRE NO LOCAL EM QUE O TRIBUTO DEVERIA SER PAGO. POUCO IMPORTA O LOCAL DA APREENSÃO DA MERCADORIA. ORIENTAÇÃO MAJORITÁRIA DIVERSA DA E. 3. SEÇÃO, STJ, A QUE ACOMPANHO, VISANDO A EVITAR OSCILAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA." ([CC 13767](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713767%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, TERCEIRA SEÇÃO,

julgado em 03/08/1995, DJ 25/09/1995, p. 31074)

"PROCESSUAL PENAL. COMPETÊNCIA. CRIME DE CONTRABANDO OU DESCAMINHO. COMPETE AO JUÍZO FEDERAL DO LUGAR ONDE FOI APREENDIDA A MERCADORIA PROCESSAR E JULGAR CRIME DE CONTRABANDO OU DESCAMINHO." ([CC 13278](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713278%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 18/05/1995, DJ 07/08/1995, p. 23018)

"DESCAMINHO. AÇÃO PENAL. - COMPETÊNCIA. FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA PELA PREVENÇÃO, COINCIDENTE, ADEMAIS, COM O LOCAL DA APREENSÃO DO BEM DESCAMINHADO." ([CC 13483](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713483%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 18/05/1995, DJ 05/06/1995, p. 16632)

"PROCESSUAL E PENAL. DESCABIMENTO. JUÍZO COMPETENTE. COMPETE AO JUÍZO FEDERAL COM JURISDIÇÃO NO LUGAR ONDE FOI EFETUADA A PRISÃO EM FLAGRANTE, OU APREENDIDAS AS MERCADORIAS INTRODUZIDAS NO PAÍS, SEM O PAGAMENTO DOS TRIBUTOS DEVIDOS, PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO PENAL." ([CC 13522](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713522%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 18/05/1995, DJ 19/06/1995, p. 18628)

"PROCESSUAL PENAL. CRIME DE CONTRABANDO OU DESCAMINHO. COMPETÊNCIA. PREVENÇÃO. [...] PARA FINS DE COMPETÊNCIA DEVE SER CONSIDERADA A NATUREZA PERMANENTE DO DELITO. ENQUANTO NÃO CESSADA A PERMANÊNCIA DELITIVA O DELITO SE PROTRAI NO TEMPO. 2. COMPETÊNCIA QUE SE DEFINE PELA PREVENÇÃO. [...]" ([CC 11236](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711236%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 06/04/1995, DJ 29/05/1995, p. 15467)

"PROCESSUAL PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIAS. DESCAMINHO. CRIME EVENTUALMENTE PERMANENTE. VOLTA AOS PRECEDENTES ANTIGOS DO TFR (CC N. 5.016, DJU DE 14/04/83, P. 4534 E CC N. 5.241, DJU DE 03/06/83, P. 7.906) E RECENTÍSSIMOS DO STJ (CC N. 9.892-0, CC N. 4.184 E CC N. 7.949-7). COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA PRISÃO. [...] MERCADORIA ESTRANGEIRA, PROVAVELMENTE ADQUIRIDA NO PARAGUAI, FOI APREENDIDA EM S. PAULO. O JUIZ FEDERAL DE S. PAULO, POR ENTENDER QUE O CRIME SE CONSUMOU NO MOMENTO EM QUE A MERCADORIA ENTROU NO TERRITÓRIO NACIONAL (PARANÁ), REMETEU OS AUTOS AO JUIZ FEDERAL DE FOZ DO IGUAÇU, QUE SUSCITOU O CONFLITO. II - APLICÁVEL E O ART. 71 DO CPP. IN CASU, O CRIME (DESCAMINHO) PODE SER CLASSIFICADO DE 'EVENTUALMENTE PERMANENTE'. ASSIM, A COMPETÊNCIA SE FIRMA PELA PREVENÇÃO. VOLTA OS PRECEDENTES ANTIGOS DO TFR (CC N. 5.016, DJU DE 14/04/83, P. 4.534 E CC N. 5.241, DJU DE 03/06/83, P. 7.906) E RECENTÍSSIMOS DO STJ (CC N. 9.892-0, CC N. 4.184 E CC N. 7.949-7). [...]" ([CC 11067](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711067%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 16/03/1995, DJ 15/05/1995, p. 13358)

"PROCESSUAL PENAL. DESCAMINHO. COMPETÊNCIA. JUÍZO DO LUGAR DA APREENSÃO DAS MERCADORIAS. EMBORA SEJA O DESCAMINHO UM CRIME INSTANTÂNEO, QUE SE CONSUMA COM O TRANSCURSO DAS MERCADORIAS PELA PELA ZONA ALFANDEGÁRIAS, OS SEUS EFEITOS SE PROTRAEM NO TEMPO E REPERCUTEM OBJETIVAMENTE NO LUGAR DA APREENSÃO, CIRCUNSTÂNCIA QUE TORNA COMPETENTE, POR PREVENÇÃO, O JUÍZO FEDERAL COM JURISDIÇÃO NO LOCAL EM QUE FOI REALIZADA A BUSCA DOS BENS. - EXEGESE DOS ARTS. 70 E 71, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. [...]" ([CC 12257](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2712257%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro VICENTE LEAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 16/03/1995, DJ 08/05/1995, p. 12296)

"PENAL. PROCESSUAL. CONTRABANDO/DESCAMINHO. COMPETÊNCIA. [...] O Juízo Federal

competente para processar e julgar acusado de crime de contrabando ou descaminho é o do lugar onde foram apreendidos os objetos introduzidos ilegalmente no País. [...]" ([CC 9075](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279075%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 20/10/1994, DJ 21/11/1994, p. 31702)

## Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500244500&dt_publicacao=25/09/1995) | [13767](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500244500&dt_publicacao=25/09/1995) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500244500&dt_publicacao=25/09/1995) | [1995/0024450-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500244500&dt_publicacao=25/09/1995) | [Decisão:03/08/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500244500&dt_publicacao=25/09/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/09/1995 | PG:31074 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00038 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00037 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500159880&dt_publicacao=07/08/1995) | [13278](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500159880&dt_publicacao=07/08/1995) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500159880&dt_publicacao=07/08/1995) | [1995/0015988-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500159880&dt_publicacao=07/08/1995) | [Decisão:18/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500159880&dt_publicacao=07/08/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/08/1995 | PG:23018 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00030 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00031 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500205262&dt_publicacao=05/06/1995) | [13483](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500205262&dt_publicacao=05/06/1995) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500205262&dt_publicacao=05/06/1995) | [1995/0020526-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500205262&dt_publicacao=05/06/1995) | [Decisão:18/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500205262&dt_publicacao=05/06/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/06/1995 | PG:16632 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00032 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00033 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500208202&dt_publicacao=19/06/1995) | [13522](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500208202&dt_publicacao=19/06/1995) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500208202&dt_publicacao=19/06/1995) | [1995/0020820-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500208202&dt_publicacao=19/06/1995) | [Decisão:18/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500208202&dt_publicacao=19/06/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/06/1995 | PG:18628 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00034 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00034 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400331525&dt_publicacao=29/05/1995) | [11236](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400331525&dt_publicacao=29/05/1995) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400331525&dt_publicacao=29/05/1995) | [1994/0033152-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400331525&dt_publicacao=29/05/1995) | [Decisão:06/04/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400331525&dt_publicacao=29/05/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/05/1995 | PG:15467 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00023 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00026 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400321821&dt_publicacao=15/05/1995) | [11067](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400321821&dt_publicacao=15/05/1995) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400321821&dt_publicacao=15/05/1995) | [1994/0032182-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400321821&dt_publicacao=15/05/1995) | [Decisão:16/03/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400321821&dt_publicacao=15/05/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/05/1995 | PG:13358 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00018 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00021 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400406495&dt_publicacao=08/05/1995) | [12257](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400406495&dt_publicacao=08/05/1995) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400406495&dt_publicacao=08/05/1995) | [1994/0040649-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400406495&dt_publicacao=08/05/1995) | [Decisão:16/03/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400406495&dt_publicacao=08/05/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/05/1995 | PG:12296 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00025 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00027 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400161166&dt_publicacao=21/11/1994) | [9075](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400161166&dt_publicacao=21/11/1994) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400161166&dt_publicacao=21/11/1994) | [1994/0016116-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400161166&dt_publicacao=21/11/1994) | [Decisão:20/10/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400161166&dt_publicacao=21/11/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/11/1994 | PG:31702 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00069 | PG:00241 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00015 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00019 |

SÚMULA 152 (SÚMULA CANCELADA)

# DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS

## Enunciado:

Na venda pelo segurador, de bens salvados de sinistros, incide o ICMS.

Julgando o REsp 73.552-RJ, na sessão de 13/6/2007, a Primeira Seção deliberou pelo CANCELAMENTO da Súmula n. 152.

Referências Legislativas: LEG:FED DEL:000406 ANO:1968 ART:00006 PAR:00001 INC:00001

LEG:FED DEC:017727 ANO:1981 ART:00453 ART:00464

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

13/06/2007

## Fonte:

DJ DATA:25/06/2007 PG:00413 REPDJ DATA:29/03/1996 PG:09543 DJ DATA:14/03/1996 PG:07115 RSSTJ VOL.:00011 PG:00043

RSTJ VOL.:00086 PG:00041 RT VOL.:00726 PG:00167

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] SEGURADORA. SALVADOS. IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS. INCIDÊNCIA DO TRIBUTO. SÃO TRIBUTÁVEIS, PELO ICMS, OS SALVADOS RESULTANTES DE SINISTROS, POSTO QUE A OPERAÇÃO DE VENDA ATRAVÉS DAS COMPANHIAS SEGURADORAS NÃO É FEITA EM CARÁTER EVENTUAL E SIM COM HABITUALIDADE, PASSANDO O PRODUTO A CIRCULAR TAL QUAL OCORRE NA CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS, QUANDO DESENVOLVIDA ATIVIDADE COMERCIAL." ([REsp 30973](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2730973%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA,

julgado em 04/09/1995, DJ 30/10/1995, p. 36749)

"[...] SEGURADORA. SALVADOS. IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS.

INCIDÊNCIA DO TRIBUTO. São tributáveis, pelo ICMS, os salvados resultantes de sinistros, posto que a operação de venda através das companhias seguradoras não é feita em caráter eventual e sim com habitualidade, passando o produto a circular tal qual ocorre na circulação de mercadorias, quando desenvolvida atividade comercial." ([EREsp 45911](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2745911%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/06/1995, DJ 11/09/1995, p. 28772)

"[...] ICMS. COMPANHIA DE RECURSOS. SALVADOS SUB-ROGATÓRIOS. INCIDÊNCIA DO TRIBUTO. CABÍVEL A INCIDÊNCIA DO ICMS NAS VENDAS DE BENS SALVADOS DE SINISTROS, POR ISSO QUE AS COMPANHIAS SEGURADORAS, QUANDO REALIZAM TAL OPERAÇÃO, NÃO FAZEM DE MODO EVENTUAL, MAS COM HABITUALIDADE, PONDO REFERIDOS BENS EM CIRCULAÇÃO, DE FORMA SISTEMÁTICA, ASSEMELHANDO-OS A MERCADORIA, PARA OS EFEITOS DE CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE COMERCIAL SUJEITA A EXAÇÃO DO TRIBUTO. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2743689%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [43689](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2743689%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/10/1994, DJ

07/11/1994, p. 30007)

"[...] ICMS. SEGURADOR. SALVADOS SUB-ROGATÓRIOS. CORRETA A TRIBUTAÇÃO, PELO ICMS, DE SALVADOS SUB-ROGATÓRIOS, UMA VEZ QUE VENDIDOS COM HABITUALIDADE PELAS SEGURADORAS, ALÉM DO QUE ESSAS OPERAÇÕES, AINDA QUE NÃO COMPONDO A ESTRUTURA JURÍDICA DO CONTRATO DE SEGURO, CONSTITUEM FATO SUSCETÍVEL DE IMPOSIÇÃO AUTÔNOMA. [...]" ([REsp 45911](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2745911%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/06/1994, DJ 27/06/1994, p. 16916)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200338020&dt_publicacao=30/10/1995) | [30973](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200338020&dt_publicacao=30/10/1995) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200338020&dt_publicacao=30/10/1995) | [1992/0033802-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200338020&dt_publicacao=30/10/1995) | [Decisão:04/09/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200338020&dt_publicacao=30/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/10/1995 | PG:36749 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00068 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00048 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400277920&dt_publicacao=11/09/1995) | [45911](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400277920&dt_publicacao=11/09/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400277920&dt_publicacao=11/09/1995) | [1994/0027792-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400277920&dt_publicacao=11/09/1995) | [Decisão:13/06/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400277920&dt_publicacao=11/09/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/09/1995 | PG:28772 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00062 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00043 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400030754&dt_publicacao=07/11/1994) | [43689](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400030754&dt_publicacao=07/11/1994) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400030754&dt_publicacao=07/11/1994) | [1994/0003075-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400030754&dt_publicacao=07/11/1994) | [Decisão:19/10/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400030754&dt_publicacao=07/11/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/11/1994 | PG:30007 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00070 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00050 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400083777&dt_publicacao=27/06/1994) | [45911](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400083777&dt_publicacao=27/06/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400083777&dt_publicacao=27/06/1994) | [1994/0008377-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400083777&dt_publicacao=27/06/1994) | [Decisão:01/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400083777&dt_publicacao=27/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/06/1994 | PG:16916 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00075 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00054 |
| **RT** |  |  | VOL.:00711 | PG:00228 |

# SÚMULA 153

DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL

## Enunciado:

A desistência da execução fiscal, após o oferecimento dos embargos, não exime o exequente dos encargos da sucumbência.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:006830 ANO:1980 ART:00001 ART:00026

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00020 PAR:00004

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

08/03/1996

## Fonte:

DJ DATA:14/03/1996 PG:07115 RSSTJ VOL.:00011 PG:00081 RSTJ VOL.:00086 PG:00059

RT VOL.:00726 PG:00167

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. DESISTÊNCIA DA EXECUÇÃO. CUSTAS E HONORÁRIOS. RESPONSABILIDADE DA PARTE DESISTENTE. REQUERIDA A DESISTÊNCIA DA EXECUÇÃO FISCAL, APÓS O OFERECIMENTO DOS EMBARGOS DO DEVEDOR, A PARTE QUE DESISTIU ARCARÁ COM O REEMBOLSO DAS CUSTAS E O PAGAMENTO DA VERBA ADVOCATÍCIA." ([REsp 64175](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2764175%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 31/05/1995, DJ 19/06/1995, p. 18692)

"[...] EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. DESISTÊNCIA. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. [...] 'DESISTINDO A FAZENDA PÚBLICA DA EXECUÇÃO FISCAL APÓS O OFERECIMENTO DE EMBARGOS, DEVE O EMBARGANTE SER REEMBOLSADO DAS DESPESAS QUE REALIZOU PARA DEFENDER-SE, INCLUSIVE HONORÁRIOS DE ADVOGADO, SENDO LEGÍTIMA A CONDENAÇÃO NESTE SENTIDO. [...]" ([REsp 61351](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2761351%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/04/1995, DJ 15/05/1995, p. 13392)

"[...] EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. EXTINÇÃO DO DÉBITO. DESISTÊNCIA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LEI 6.830/80 (ART. 26). [...] OS EMBARGOS DO DEVEDOR, COMO AÇÃO INCIDENTAL DO EXECUTADO (LIEBMAN), NÃO SE CONFUNDE COM A AÇÃO DE EXECUÇÃO. 2. EXTINTA A DÍVIDA, A DESISTÊNCIA DA EXECUÇÃO, APÓS OS EMBARGOS DO DEVEDOR, OPERANDO EFEITOS PROCESSUAIS IMEDIATOS, OBRIGA A PARTE DESISTENTE (EQUIPARADA AO VENCIDO) A ARCAR COM O REEMBOLSO DAS CUSTAS ADIANTADAS PELO EMBARGANTE (EXECUTADO) E A PAGAR HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. [...]" ([REsp 31961](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2731961%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/12/1994, DJ 20/02/1995, p. 3153)

"[...] EXECUÇÃO FISCAL - DESISTÊNCIA - EMBARGOS DO DEVEDOR - CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - LEI 6.830/80 ART. 26. SE, APÓS A OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DO EXECUTADO, A FAZENDA PÚBLICA DESISTE DA EXECUÇÃO FISCAL, A DESISTENTE ARCARÁ COM OS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA." ([REsp 46952](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2746952%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/09/1994, DJ 17/10/1994, p. 27865)

"[...] EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO. CANCELAMENTO DO DÉBITO. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. [...] SEGUNDO JÁ DECIDIU ESTA CORTE, OCORRENDO DESISTÊNCIA DA EXECUÇÃO, OU CANCELAMENTO DO DÉBITO, O EXECUTADO FAZ JUS À RESTITUIÇÃO DAS CUSTAS QUE HOUVER ADIANTADO E AO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO QUE FOI OBRIGADO A CONTRATAR PARA DEFENDER-SE INCIDINDO TAL VERBA A PARTIR DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. [...]" ([REsp 7816](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277816%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/06/1993, DJ 28/06/1993, p. 12871)

"EXECUÇÃO FISCAL. DESISTÊNCIA APÓS A INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS PELO DEVEDOR. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA EM HONORÁRIOS DE ADVOGADO. CABIMENTO. LEI N. 6.830, DE 22.09.80, ART. 26. [...] O ART. 26 DA LEI N. 6.830, DE 1980, NÃO AFASTA A CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, NO CASO DE DESISTIR DA EXECUÇÃO APÓS O AJUIZAMENTO DOS EMBARGOS PELO DEVEDOR. [...]" ([REsp 19085](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2719085%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. ANTONIO DE PADUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/04/1992, DJ 18/05/1992, p. 6974)

"[...] HONORÁRIOS DE ADVOGADO - FAZENDA PÚBLICA. SÃO DEVIDOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM TODOS OS CASOS DE CANCELAMENTO OU ANISTIA POSTERIORES AOS EMBARGOS A EXECUÇÃO. [...]" ([REsp 17102](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2717102%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 08/04/1992, DJ 01/06/1992, p. 8026)

"[...] EXECUÇÃO FISCAL. DESISTÊNCIA DA AÇÃO. VERBA HONORÁRIA. [...] PROPOSTA A EXECUÇÃO FISCAL E, NO CURSO DA MESMA O EXEQUENTE DESISTIR OU CANCELAR DA AÇÃO, O EXECUTADO FAZ JUS AO REEMBOLSO DA VERBA DESEMBOLSADA PARA DEFENDER-SE (CUSTAS E HONORÁRIOS). [...]" ([REsp 8589](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278589%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/08/1991, DJ 16/09/1991, p. 12622)

"[...] EXECUÇÃO FISCAL. DESISTÊNCIA, APÓS O AJUIZAMENTO DOS EMBARGOS. HONORÁRIOS. HIPÓTESE EM QUE O FATO TEM AS CONSEQUÊNCIAS DE RECONHECIMENTO DO PEDIDO MANIFESTADO NOS EMBARGOS, E, CONSEQUENTEMENTE, DE SUCUMBÊNCIA, ACARRETANDO O DEVER DE REEMBOLSAR AS CUSTAS E DE PAGAR HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. [...]" ([REsp 7361](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277361%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja)

SP, Rel. Ministro ILMAR GALVAO, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/03/1991, DJ 08/04/1991, p. 3877)

Precedentes:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500193833&dt_publicacao=19/06/1995) | [64175 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500193833&dt_publicacao=19/06/1995) | [1995/0019383-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500193833&dt_publicacao=19/06/1995) | [Decisão:31/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500193833&dt_publicacao=19/06/1995) |
| **DJ** |  | DATA:19/06/1995 | PG:18692 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00106 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00080 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500085445&dt_publicacao=15/05/1995) | [61351](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500085445&dt_publicacao=15/05/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500085445&dt_publicacao=15/05/1995) | [1995/0008544-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500085445&dt_publicacao=15/05/1995) | [Decisão:17/04/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500085445&dt_publicacao=15/05/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/05/1995 | PG:13392 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00105 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00078 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300028200&dt_publicacao=20/02/1995) | [31961](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300028200&dt_publicacao=20/02/1995) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300028200&dt_publicacao=20/02/1995) | [1993/0002820-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300028200&dt_publicacao=20/02/1995) | [Decisão:14/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300028200&dt_publicacao=20/02/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/02/1995 | PG:03153 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00098 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00073 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400110839&dt_publicacao=17/10/1994) | [46952](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400110839&dt_publicacao=17/10/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400110839&dt_publicacao=17/10/1994) | [1994/0011083-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400110839&dt_publicacao=17/10/1994) | [Decisão:14/09/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400110839&dt_publicacao=17/10/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/10/1994 | PG:27865 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00102 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00076 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100016233&dt_publicacao=28/06/1993) | [7816](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100016233&dt_publicacao=28/06/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100016233&dt_publicacao=28/06/1993) | [1991/0001623-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100016233&dt_publicacao=28/06/1993) | [Decisão:07/06/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100016233&dt_publicacao=28/06/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/06/1993 | PG:12871 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00087 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00063 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200041531&dt_publicacao=18/05/1992) | [19085](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200041531&dt_publicacao=18/05/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200041531&dt_publicacao=18/05/1992) | [1992/0004153-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200041531&dt_publicacao=18/05/1992) | [Decisão:22/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200041531&dt_publicacao=18/05/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/05/1992 | PG:06974 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00095 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00069 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200006701&dt_publicacao=01/06/1992) | [17102](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200006701&dt_publicacao=01/06/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200006701&dt_publicacao=01/06/1992) | [1992/0000670-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200006701&dt_publicacao=01/06/1992) | [Decisão:08/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200006701&dt_publicacao=01/06/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/06/1992 | PG:08026 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00092 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00067 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100033928&dt_publicacao=16/09/1991) | [8589](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100033928&dt_publicacao=16/09/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100033928&dt_publicacao=16/09/1991) | [1991/0003392-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100033928&dt_publicacao=16/09/1991) | [Decisão:28/08/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100033928&dt_publicacao=16/09/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/09/1991 | PG:12622 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00090 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00065 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100006530&dt_publicacao=08/04/1991) | [7361](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100006530&dt_publicacao=08/04/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100006530&dt_publicacao=08/04/1991) | [1991/0000653-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100006530&dt_publicacao=08/04/1991) | [Decisão:13/03/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100006530&dt_publicacao=08/04/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/04/1991 | PG:03877 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00085 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00061 |

# SÚMULA 154

DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

## Enunciado:

Os optantes pelo FGTS, nos termos da lei n. 5.958, de 1973, tem direito a taxa progressiva dos juros, na forma do art. 4. da Lei

n. 5.107, de 1966.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:005107 ANO:1966 ART:00004

LEG:FED LEI:005705 ANO:1971 ART:00001 ART:00002

LEG:FED LEI:005958 ANO:1973 ART:00001

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

22/03/1996

## Fonte:

DJ DATA:15/04/1996 PG:11631 RSSTJ VOL.:00011 PG:00109 RSTJ VOL.:00086 PG:00083

RT VOL.:00726 PG:00167

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] FGTS. JUROS. REGIME DE CAPITALIZAÇÃO. OPÇÃO RETROATIVA. LEIS NºS 5.107/66 E

5958/73. Ao decidir pela aplicação do regime de capitalização de juros progressivos, previsto na Lei 5.107/66, aos depósitos relativos ao FGTS dos empregados que optaram retroativamente em conformidade com a Lei 5958/73, o acórdão recorrido ajusta-se à orientação desta Corte, não malferindo os dispositivos legais citados pela recorrente." ([REsp 41152](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2741152%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/12/1994, DJ 06/03/1995, p. 4347)

"FGTS - Opção Retroativa - Juros - Capitalização - Leis nºs 5.107/66, 5.705/71 e 5.958/73. [...] A oportunidade de opção, sem qualquer ressalva, oferecida pela Lei nº 5.958/73, com efeito retroativo, autoriza o exercício do direito pelos optantes, à taxa progressiva contemplada na Lei nº 5.107/66. [...]" ([REsp 48023](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2748023%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/10/1994, DJ 21/11/1994, p. 31718)

"FGTS. JUROS PROGRESSIVOS. [...] APLICA-SE O REGIME DE CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS PREVISTO NA LEI N. 5.107/66 AOS EMPREGADOS QUE FIZERAM OPÇÃO RETROATIVA PELO REGIME DO FGTS, DE ACORDO COM A LEI N. 5.958/73. [...]" ([REsp 26872](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2726872%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/08/1994, DJ 05/09/1994, p. 23079)

"[...] F.G.T.S. JUROS PROGRESSIVOS. CAPITALIZAÇÃO. OPÇÃO RETROATIVA. ESTANDO O TEMA OBJETO DA DECISÃO IMPUGNADA - FUNDO DE GARANTIA, JUROS PROGRESSIVOS - EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL, NEGA-SE PROVIMENTO AO AGRAVO." ([AgRg no Ag 48996](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2748996%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/04/1994, DJ 09/05/1994, p. 10867)

"[...] FGTS - OPÇÃO RETROATIVA - JUROS PROGRESSIVOS [...] A OPÇÃO RETROATIVA, NOS TERMOS DA LEI 5.958/73, CONFERE O DIREITO A PROGRESSIVIDADE DOS JUROS ESTABELECIDA NO ART. 4. DA LEI 5.107/66. ENTENDIMENTO CONTRÁRIO TORNARIA INOCUO O INCENTIVO À OPÇÃO RETROATIVA. [...]" ([REsp 41956](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2741956%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. MIN. PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA,

julgado em 06/04/1994, DJ 15/08/1994, p. 20325)

"FGTS - OPÇÃO RETROATIVA - JUROS - LEI 5.958/73. A LEI 5.958/73 FEZ RETROAGIREM OS EFEITOS DA OPÇÃO PELO FUNDO DE GARANTIA, A ÉPOCA EM QUE VIGIA A LEI 5.107/66. SE ASSIM OCORREU, A CONTAGEM DOS JUROS RESULTANTES DE TAL OPÇÃO REGULA-SE PELA LEI A CUJA REGÊNCIA FOI REMETIDO O DIREITO GERADO PELA OPÇÃO (LEI 5.107/66)." ([REsp 39052](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2739052%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/03/1994, DJ 11/04/1994, p. 7593)

"[...] FGTS. OPÇÃO RETROATIVA. LEI Nº 5.958/73. JUROS PROGRESSIVOS. CAPITALIZAÇÃO. O

artigo 1º da Lei nº 5.958/73 expressamente conferiu efeito retroativo à opção pelo FGTS por aqueles empregados que, até então, não se subordinavam ao regime da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966. Com a retroação (ex-lege) dos efeitos da opção até a data de admissão do obreiro, aplicaram-se ao optante as normas do FGTS vigentes à época em que operou-se a referida retroação, inclusive aquelas determinantes da progressividade dos juros incidentes sobre os depósitos à conta do trabalhador. [...]" ([REsp 41060](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2741060%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/02/1994, DJ 21/03/1994, p. 5449)

"FGTS. JUROS PROGRESSIVOS. OPÇÃO RETROATIVA. LEIS N.S 5.107/66, 5.705/71 E 5.958/73. [...] TENDO A LEI N. 5.958, DE 1973, FACULTADO, SEM QUALQUER RESSALVA, OPÇÃO PELO FGTS COM EFEITO RETROATIVO A 01.01.67, CONTAM-SE OS JUROS NA FORMA DE LEI N. 5.107/66. [...]" ([REsp 11254](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711254%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/06/1993, DJ 28/06/1993, p. 12872)

"FGTS. OPÇÃO RETROATIVA NOS TERMOS DO ART. 1. DA LEI N. 5.958/73. INCIDÊNCIA DOS JUROS PROGRESSIVOS PREVISTOS PELO ART. 4. DA LEI N. 5.107/66, VIGENTE AO TEMPO DO FICTÍCIO TERMO INICIAL DA OPÇÃO. [...] A LEI N. 5.958/73 ASSEGUROU AOS EMPREGADOS, QUE NÃO TIVESSEM OPTADO PELO REGIME INSTITUÍDO PELA LEI N. 5.107/66, A OPÇÃO, SEM RESTRIÇÕES, COM EFEITOS RETROATIVOS A 1. DE JANEIRO DE 1967 OU A DATA DA ADMISSÃO NO EMPREGO SE POSTERIOR AQUELA, DESDE QUE HOUVESSE A CONCORDÂNCIA DO EMPREGADOR. II - A RETROPROJEÇÃO OPERADA FEZ COM QUE OS SERVIDORES TIVESSEM O TERMO INICIAL DA OPÇÃO EM DATA ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI N. 5.705/71, O QUE LHES CONCEDE O DIREITO À CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS NA FORMA PRECONIZADA PELA LEI N. 5.107/66, REGENTE AO TEMPO DO FICTÍCIO TERMO INICIAL DA OPÇÃO, COMO SE NAQUELA DATA TIVESSE EFETIVAMENTE OCORRIDO. [...]" ([REsp 11445](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711445%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA

TURMA, julgado em 09/12/1992, DJ 15/03/1993, p. 3782)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp 41152 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300330500&dt_publicacao=06/03/1995) | | |  | [1993/0033050-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300330500&dt_publicacao=06/03/1995) | [Decisão:07/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300330500&dt_publicacao=06/03/1995) |
| **DJ** | | |  | DATA:06/03/1995 | PG:04347 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00011 | PG:00132 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00086 | PG:00101 |
| [REsp 48023 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400138490&dt_publicacao=21/11/1994) | | |  | [1994/0013849-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400138490&dt_publicacao=21/11/1994) | [Decisão:26/10/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400138490&dt_publicacao=21/11/1994) |
| **DJ** | | |  | DATA:21/11/1994 | PG:31718 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00011 | PG:00139 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00086 | PG:00107 |
| [REsp 26872 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200223397&dt_publicacao=05/09/1994) | | |  | [1992/0022339-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200223397&dt_publicacao=05/09/1994) | [Decisão:10/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200223397&dt_publicacao=05/09/1994) |
| **DJ** | | |  | DATA:05/09/1994 | PG:23079 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00011 | PG:00124 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00086 | PG:00094 |
| [AgRg no Ag 48996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400051514&dt_publicacao=09/05/1994) | | | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400051514&dt_publicacao=09/05/1994) | [1994/0005151-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400051514&dt_publicacao=09/05/1994) | [Decisão:18/04/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400051514&dt_publicacao=09/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/05/1994 | | PG:10867 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | | PG:00113 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | | PG:00085 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300353632&dt_publicacao=15/08/1994) | [41956](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300353632&dt_publicacao=15/08/1994) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300353632&dt_publicacao=15/08/1994) | [1993/0035363-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300353632&dt_publicacao=15/08/1994) | | [Decisão:06/04/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300353632&dt_publicacao=15/08/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/08/1994 | | PG:20325 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | | PG:00134 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | | PG:00103 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300264800&dt_publicacao=11/04/1994) | [39052](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300264800&dt_publicacao=11/04/1994) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300264800&dt_publicacao=11/04/1994) | [1993/0026480-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300264800&dt_publicacao=11/04/1994) | | [Decisão:07/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300264800&dt_publicacao=11/04/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/04/1994 | | PG:07593 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | | PG:00127 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | | PG:00097 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300327518&dt_publicacao=21/03/1994) | [41060](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300327518&dt_publicacao=21/03/1994) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300327518&dt_publicacao=21/03/1994) | [1993/0032751-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300327518&dt_publicacao=21/03/1994) | [Decisão:23/02/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300327518&dt_publicacao=21/03/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/03/1994 | PG:05449 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00129 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00099 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100101575&dt_publicacao=28/06/1993) | [11254](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100101575&dt_publicacao=28/06/1993) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100101575&dt_publicacao=28/06/1993) | [1991/0010157-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100101575&dt_publicacao=28/06/1993) | [Decisão:09/06/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100101575&dt_publicacao=28/06/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/06/1993 | PG:12872 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00114 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00086 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100106461&dt_publicacao=15/03/1993) | [11445](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100106461&dt_publicacao=15/03/1993) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100106461&dt_publicacao=15/03/1993) | [1991/0010646-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100106461&dt_publicacao=15/03/1993) | [Decisão:09/12/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100106461&dt_publicacao=15/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/03/1993 | PG:03782 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00118 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00090 |

# SÚMULA 155

DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS

## Enunciado:

O ICMS incide na importação de aeronave, por pessoa física, para uso próprio.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00155 PAR:00002 INC:00009 LET:A

LEG:FED DEL:000406 ANO:1968 ART:00006

LEG:IES CNV:000066 ANO:1988

ART:00002 INC:00001 ART:00021 PAR:ÚNICO INC:00001 ART:00027 INC:00001 LET:D

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

22/03/1996

## Fonte:

DJ DATA:15/04/1996 PG:11631 RSSTJ VOL.:00011 PG:00145 RSTJ VOL.:00086 PG:00113

RT VOL.:00726 PG:00168

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ICMS. IMPORTAÇÃO DE AERONAVE. USO PRÓPRIO. INCIDÊNCIA DO TRIBUTO. A OPERAÇÃO DE COMPRA E IMPORTAÇÃO DE AERONAVE, ADQUIRIDA NO EXTERIOR POR PESSOA FÍSICA, ESTÁ SUJEITA AO ICMS, AINDA QUE DESTINADA A USO PRÓPRIO." ([REsp 30573](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2730573%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/11/1995, DJ 11/12/1995, p. 43198)

"[...] AQUISIÇÃO DE AERONAVE NO EXTERIOR. DESTINAÇÃO A USO PRÓPRIO. INCIDÊNCIA DO ICMS. A AQUISIÇÃO, NO EXTERIOR, DE AERONAVE POR PESSOA FÍSICA, MESMO QUE PARA USO PRÓPRIO, ESTÁ SUJEITA À INCIDÊNCIA DO ICM, CUJO FATO GERADOR CONSIDERAR-SE-Á OCORRIDO QUANDO DO RECEBIMENTO DA MERCADORIA PELO IMPORTADOR. SUJEITO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO É A PESSOA FÍSICA QUE REALIZOU A OPERAÇÃO DE IMPORTAÇÃO (ADQUIRENTE), HAVENDO-SE COMO LOCAL DE SUA OCORRÊNCIA O DO DOMICÍLIO DO IMPORTADOR. [...]" ([REsp 53569](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2753569%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 09/11/1994, DJ 05/12/1994, p. 33535)

"[...] ICMS - IMPORTAÇÃO DE AERONAVE PARA USO PRÓPRIO - DECRETO-LEI 406/68 - LEI ESTADUAL 6.374/89 - CONVÊNIO 66/88. [...] INCIDE O ICMS NA IMPORTAÇÃO, POR PESSOA FÍSICA, DE AERONAVE PARA USO PRÓPRIO. O LOCAL DA OPERAÇÃO É O DOMICÍLIO DO ADQUIRENTE. [...]" ([REsp 30655](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2730655%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/09/1994, DJ 10/10/1994, p. 27109)

"ICMS. IMPORTAÇÃO DE MERCADORIA. AERONAVE. USO PRÓPRIO. [...] CONSOANTE JÁ DECIDIU ESTA CORTE, OCORRE O FATO GERADOR DO ICMS NO RECEBIMENTO PELO IMPORTADOR, PESSOA FÍSICA, DA MERCADORIA POR ELE IMPORTADA DO EXTERIOR, E O LOCAL DA OPERAÇÃO É O DOMICÍLIO DO ADQUIRENTE, AINDA QUE SE TRATE DE BEM DESTINADO A SEU USO PRÓPRIO. (RESP N. 37.648-3/SP, PRIMEIRA TURMA, UNANIME, IN DJ DE 11.10.93). [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2721559%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [21559](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2721559%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/1994, DJ

14/03/1994, p. 4494)

"ICMS - MERCADORIA IMPORTADA - USO PRÓPRIO - AERONAVE. OCORRE O FATO GERADOR DO ICMS NO RECEBIMENTO PELO IMPORTADOR, PESSOA FÍSICA, DA MERCADORIA POR ELE IMPORTADA DO EXTERIOR. O LOCAL DA OPERAÇÃO É O DOMICÍLIO DO ADQUIRENTE, AINDA QUE SE TRATE DE BEM DESTINADO A SEU USO PRÓPRIO. [...]" ([REsp 37648](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2737648%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/09/1993, DJ 11/10/1993, p. 21300)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200327516&dt_publicacao=11/12/1995) | [30573](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200327516&dt_publicacao=11/12/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200327516&dt_publicacao=11/12/1995) | [1992/0032751-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200327516&dt_publicacao=11/12/1995) | [Decisão:06/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200327516&dt_publicacao=11/12/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/12/1995 | PG:43198 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00154 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00120 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400271980&dt_publicacao=05/12/1994) | [53569](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400271980&dt_publicacao=05/12/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400271980&dt_publicacao=05/12/1994) | [1994/0027198-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400271980&dt_publicacao=05/12/1994) | [Decisão:09/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400271980&dt_publicacao=05/12/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/12/1994 | PG:33535 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00166 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00130 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200329330&dt_publicacao=10/10/1994) | [30655](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200329330&dt_publicacao=10/10/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200329330&dt_publicacao=10/10/1994) | [1992/0032933-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200329330&dt_publicacao=10/10/1994) | [Decisão:19/09/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200329330&dt_publicacao=10/10/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/10/1994 | PG:27109 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00157 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00123 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200098223&dt_publicacao=14/03/1994) | [21559](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200098223&dt_publicacao=14/03/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200098223&dt_publicacao=14/03/1994) | [1992/0009822-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200098223&dt_publicacao=14/03/1994) | [Decisão:09/02/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200098223&dt_publicacao=14/03/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/03/1994 | PG:04494 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00149 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00115 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300220926&dt_publicacao=11/10/1993) | [37648](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300220926&dt_publicacao=11/10/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300220926&dt_publicacao=11/10/1993) | [1993/0022092-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300220926&dt_publicacao=11/10/1993) | [Decisão:22/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300220926&dt_publicacao=11/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/10/1993 | PG:21300 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00162 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00053 | PG:00332 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00127 |

# SÚMULA 156

DIREITO TRIBUTÁRIO - ISS

## Enunciado:

A prestação de serviço de composição gráfica, personalizada e sob encomenda, ainda que envolva fornecimento de mercadorias, está sujeita, apenas, ao ISS.

Referências Legislativas: LEG:FED LCP:000056 ANO:1987 (LISTA ANEXA,ITEM 77)

LEG:FED DEL:000406 ANO:1968 ART:00008 PAR:00001

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

22/03/1996

## Fonte:

DJ DATA:15/04/1996 PG:11631 RSSTJ VOL.:00011 PG:00171 RSTJ VOL.:00086 PG:00135

RT VOL.:00726 PG:00168

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ICM. SERVIÇOS DE COMPOSIÇÃO GRÁFICA. EMBALAGENS. - NA LINHA DE ITERATIVA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE, OS SERVIÇOS DE COMPOSIÇÃO GRÁFICA REALIZADOS SOB ENCOMENDA, NA ELABORAÇÃO DE EMBALAGENS, ESTÃO SUJEITOS AO ISS E NÃO AO ICM."

([REsp 44892](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2744892%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/05/1995, DJ 22/05/1995, p. 14389)

"[...] SERVIÇOS DE COMPOSIÇÃO GRÁFICA. INCIDÊNCIA. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO GRÁFICA, PERSONALIZADOS E SOB ENCOMENDA, ESTÁ SUJEITA AO ISS, A TEOR DO DISPOSTO NO PARÁGRAFO 1. DO ART. 8. DO DECRETO-LEI N. 406/68. [...]" ([REsp 61914](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2761914%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/04/1995, DJ 22/05/1995, p. 14379)

"[...] ICM E ISS. INCIDÊNCIA E DECRETO-LEI N. 406/68. DECRETO-LEI N. 834/89. [...] O SERVIÇO DE COMPOSIÇÃO GRÁFICA SUJEITA-SE À INCIDÊNCIA DO ISS, NÃO DISTINGUINDO A LEI ENTRE OS SERVIÇOS PERSONALIZADOS ENCOMENDADOS E OS SERVIÇOS GENÉRICOS DESTINADOS AO PÚBLICO. [...]" ([REsp 37967](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2737967%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 29/03/1995, DJ 08/05/1995, p. 12305)

"[...] SERVIÇOS DE COMPOSIÇÃO GRÁFICA FEITOS POR ENCOMENDA. ISS DECRETO-LEI N. 406/68, ART. 8., PAR. 1. INTERPRETAÇÃO. [...] OS IMPRESSOS ENCOMENDADOS E PERSONALIZADOS, ADQUIRIDOS PARA CONSUMO DO PRÓPRIO ENCOMENDANTE, COMO RÓTULOS, EMBALAGENS, ETIQUETAS, MUITO EMBORA INTEGRADOS AO PREÇO DO PRODUTO, ESTÃO SUJEITOS À INCIDÊNCIA DO ISS E NÃO DO ICM. [...]" ([REsp 33414](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2733414%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. ANTONIO DE PADUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 30/11/1994, DJ 19/12/1994, p. 35298)

"[...] ICM - SERVIÇOS DE COMPOSIÇÃO GRÁFICA - FOTOLITOGRAFIA - EMBALAGENS - NÃO INCIDÊNCIA - D.L. N. 406/68, ART. 8., PAR. 1. - PRECEDENTES STJ. - A LEGISLAÇÃO NÃO FAZ DISTINÇÃO ENTRE OS SERVIÇOS DE COMPOSIÇÃO GRÁFICA, EM GERAL, DOS SERVIÇOS PERSONALIZADOS FEITOS POR ENCOMENDA. - OS SERVIÇOS DE COMPOSIÇÃO GRÁFICA REALIZADOS SOB ENCOMENDA, NA ELABORAÇÃO DE EMBALAGENS, ESTÃO SUJEITOS AO ISS E NÃO AO ICM. [...]" ([REsp 18992](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2718992%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 31/08/1994, DJ 10/10/1994, p. 27142)

"ICMS - ATIVIDADES DE COMPOSIÇÃO GRÁFICA - EMBALAGEM - NÃO INCIDÊNCIA. OS SERVIÇOS DE COMPOSIÇÃO GRÁFICA QUE ESTÃO INCLUÍDOS NA LISTA SO ESTÃO SUJEITOS AO ISS E NÃO AO ICM, MESMO QUANDO SUA PRESTAÇÃO ENVOLVA TAMBÉM O FORNECIMENTO DE MERCADORIAS. NÃO FEZ O LEGISLADOR QUALQUER DISTINÇÃO ENTRE SERVIÇOS PERSONALIZADOS, FEITOS POR ENCOMENDA, DE SERVIÇOS GENÉRICOS DE COMPOSIÇÃO GRÁFICA DESTINADAS AO PÚBLICO EM GERAL. [...]" ([REsp 37548](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2737548%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/1993, DJ 11/10/1993, p. 21299)

"[...] ISS - ICM - ETIQUETAS ADESIVAS FEITAS SOB ENCOMENDA - ADJUNÇÃO A PRODUTOS DESTINADOS A VENDA - DL 406/68 - C. CIVIL ART. 615, PARAG. 1. A COMPOSIÇÃO DE ETIQUETAS ADESIVAS, FEITAS SOB ENCOMENDA DE DETERMINADO CLIENTE QUE AS AJUNTARÁ A PRODUTOS FINAIS COMO ELEMENTO DE IDENTIFICAÇÃO, GARANTIA, ORIENTAÇÃO OU EMBELEZAMENTO, É ATIVIDADE DESCRITA NA LISTA ANEXA AO DL N. 406/68, COMO HIPÓTESE EM INCIDÊNCIA DE ISS - NÃO DE ICM. A CIRCUNSTÂNCIA DE TAIS ETIQUETAS SEREM AJUNTADAS A PRODUTOS VENDIDOS PELO ENCOMENDANTE, É IRRELEVANTE, POIS A ETIQUETA TERÁ PERDIDO IDENTIDADE, PELO FENÔMENO DA ADJUNÇÃO (C.CIVIL ART. 615, PAR. 1.)." ([REsp 5808](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275808%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 02/12/1992, DJ 17/12/1992, p. 24212)

"[...] SERVIÇO GRÁFICO POR ENCOMENDA E PERSONALIZADO. INCIDÊNCIA, APENAS, DE ISS. - A FEITURA DE RÓTULOS, FITAS, ETIQUETAS ADESIVAS E DE IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTOS E MERCADORIAS SOB ENCOMENDA E PERSONALIZADAMENTE, É ATIVIDADE DE EMPRESA GRÁFICA SUJEITA AO ISS, O QUE NAO SE DESFIGURA POR UTILIZA-LOS O CLIENTE E ENCOMENDANTE NA EMBALAGEM DE PRODUTOS POR ELE FABRICADOS E VENDIDOS A TERCEIROS. [...]" ([REsp 1235](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271235%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/08/1991, DJ 16/09/1991, p. 12625)

## Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400063598&dt_publicacao=22/05/1995) | [44892](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400063598&dt_publicacao=22/05/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400063598&dt_publicacao=22/05/1995) | [1994/0006359-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400063598&dt_publicacao=22/05/1995) | [Decisão:03/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400063598&dt_publicacao=22/05/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/05/1995 | PG:14389 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00198 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00158 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500109298&dt_publicacao=22/05/1995) | [61914](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500109298&dt_publicacao=22/05/1995) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500109298&dt_publicacao=22/05/1995) | [1995/0010929-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500109298&dt_publicacao=22/05/1995) | [Decisão:17/04/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500109298&dt_publicacao=22/05/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/05/1995 | PG:14379 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00201 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00160 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300235176&dt_publicacao=08/05/1995) | [37967](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300235176&dt_publicacao=08/05/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300235176&dt_publicacao=08/05/1995) | [1993/0023517-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300235176&dt_publicacao=08/05/1995) | [Decisão:29/03/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300235176&dt_publicacao=08/05/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/05/1995 | PG:12305 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00194 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00154 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300080130&dt_publicacao=19/12/1994) | [33414](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300080130&dt_publicacao=19/12/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300080130&dt_publicacao=19/12/1994) | [1993/0008013-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300080130&dt_publicacao=19/12/1994) | [Decisão:30/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300080130&dt_publicacao=19/12/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/12/1994 | PG:35298 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00185 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00146 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200040543&dt_publicacao=10/10/1994) | [18992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200040543&dt_publicacao=10/10/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200040543&dt_publicacao=10/10/1994) | [1992/0004054-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200040543&dt_publicacao=10/10/1994) | [Decisão:31/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200040543&dt_publicacao=10/10/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/10/1994 | PG:27142 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00182 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00143 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300218336&dt_publicacao=11/10/1993) | [37548](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300218336&dt_publicacao=11/10/1993) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300218336&dt_publicacao=11/10/1993) | [1993/0021833-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300218336&dt_publicacao=11/10/1993) | [Decisão:15/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300218336&dt_publicacao=11/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/10/1993 | PG:21299 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00189 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00149 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000109060&dt_publicacao=17/12/1992) | [5808](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000109060&dt_publicacao=17/12/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000109060&dt_publicacao=17/12/1992) | [1990/0010906-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000109060&dt_publicacao=17/12/1992) | [Decisão:02/12/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000109060&dt_publicacao=17/12/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/12/1992 | PG:24212 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00178 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00140 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900112929&dt_publicacao=16/09/1991) | [1235](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900112929&dt_publicacao=16/09/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900112929&dt_publicacao=16/09/1991) | [1989/0011292-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900112929&dt_publicacao=16/09/1991) | [Decisão:21/08/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900112929&dt_publicacao=16/09/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/09/1991 | PG:12625 |
| **RDC** |  |  | VOL.:00062 | PG:00194 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00175 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00137 |

SÚMULA 157 (SÚMULA CANCELADA)

# DIREITO TRIBUTÁRIO - TAXAS

## Enunciado:

É ilegítima a cobrança de taxa, pelo município, na renovação de licença para localização de estabelecimento comercial ou industrial.

Julgando o RESP 261.571-SP, na sessão de 24/04/2002, a Primeira Seção deliberou pelo CANCELAMENTO da súmula n. 157.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00145 PAR:00002

LEG:FED LEI:005172 ANO:1966

\*\*\*\*\* CTN-66 CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL ART:00077 ART:00078 ART:00114

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

24/04/2002

## Fonte:

DJ DATA:07/05/2002 PG:00204 DJ DATA:15/04/1996 PG:11631 RSSTJ VOL.:00011 PG:00205 RSTJ VOL.:00086 PG:00163

RT VOL.:00726 PG:00168

## Excerto dos Precedentes Originários:

"TAXA DE RENOVAÇÃO - LICENÇA DE FUNCIONAMENTO - PODER DE POLÍCIA - FATO GERADOR. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAR, NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO, É A LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO. O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA NÃO SE EFETIVOU NOS ANOS SUBSEQUENTES AO DE INSTALAÇÃO. RECURSO PROVIDO PARA DECLARAR ILEGAL A COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO." ([REsp 66795](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2766795%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/08/1995, DJ 04/09/1995, p. 27809)

"[...] TAXA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO. COBRANÇA PELO MUNICÍPIO. ILEGITIMIDADE. [...] CONSOLIDADA A JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DO PRETÓRIO EXCELSO, NO SENTIDO DE QUE, SEM A DEVIDA MATERIALIZAÇÃO DO PODER DE POLÍCIA E A CONTRAPRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, É ILEGITÍMA A COBRANÇA DE TAXAS, PELO MUNICÍPIO, COMO AS DE LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO. [...]" ([REsp 41182](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2741182%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/02/1995, DJ 20/03/1995, p. 6095)

"[...] TAXA DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO. ILEGITIMIDADE. [...] AO DECIDIR, COM APOIO EM PRECEDENTES DO SUPREMO, PELA ILEGITIMIDADE DA TAXA DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, O ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO NEGOU VIGÊNCIA AO ART. 8 DA LEI 1.533/51, NEM DISSENTIU DO ARESTO COLACIONADO. [...]" ([REsp 50679](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2750679%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) ES, Rel. MIN. ANTONIO DE PADUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/12/1994, DJ 19/12/1994, p. 35303)

"[...] TAXA DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA. EXIGÊNCIA DO MUNICÍPIO. ILEGALIDADE. É ILEGÍTIMA A COBRANÇA DA TAXA DE RENOVAÇÃO DE LICENCIAMENTO PARA LOCALIZAÇÃO, LANÇADA PELO MUNICÍPIO." ([REsp 56270](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2756270%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/11/1994, DJ 12/12/1994, p. 34344)

"[...] TAXA DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO. ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA. ILEGITIMIDADE. - INEXISTINDO A EFETIVA CONTRAPRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS OU O EXERCÍCIO, EM CONCRETO, DO PODER DE POLÍCIA, É ILEGÍTIMA A COBRANÇA ANUAL DA TAXA DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO. [...]" ([REsp 56136](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2756136%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/11/1994, DJ 12/12/1994, p. 34333)

"TAXA DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE, LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO EXIGIDA PELA PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO COM BASE NA LEI MUNICIPAL N. 1802/69 E SUA ALTERAÇÕES. A JURISPRUDÊNCIA DO STJ CONSIDERA INJUSTIFICÁVEL A COBRANÇA DA TAXA DE RENOVAÇÃO POR INEXISTIR EFETIVO EXERCÍCIO CONCRETO DE PODER DE POLÍCIA. [...]" ([REsp 52317](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2752317%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/1994, DJ 26/09/1994, p. 25643)

"[...] TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E PUBLICIDADE - ANUALIDADE - AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL [...] - É ILEGÍTIMA A COBRANÇA, PELO MUNICÍPIO, DA TAXA PARA LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E PUBLICIDADE SE AUSENTES A CONTRA- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E A MATERIALIZAÇÃO DO PODER DE POLÍCIA, CAPAZES DE JUSTIFICAR A EXAÇÃO. - AUSENTE A PREVISÃO LEGAL DA PERIODICIDADE É INCABÍVEL A EXIGÊNCIA ANUAL DAS REFERIDAS TAXAS. [...]" ([REsp 50961](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2750961%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 31/08/1994, DJ 31/10/1994, p. 29490)

"[...] TAXA DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO - ILEGALIDADE. - É DEFESO AO MUNICÍPIO - POR AUSÊNCIA DE CONTRAPRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA - COBRAR TAXA DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO." ([REsp 39308](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2739308%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/03/1994, DJ 06/06/1994, p. 14239)

"[...] TAXA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO. - BASE DE CÁLCULO. CRITÉRIO DO NÚMERO DE EMPREGADOS. NÃO REFLETINDO CORRESPONDÊNCIA COM A HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA, ILEGÍTIMA É SUA COBRANÇA." ([REsp 2714](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272714%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA,

julgado em 23/08/1993, DJ 27/09/1993, p. 19801)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500259613&dt_publicacao=04/09/1995) | [66795](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500259613&dt_publicacao=04/09/1995) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500259613&dt_publicacao=04/09/1995) | [1995/0025961-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500259613&dt_publicacao=04/09/1995) | [Decisão:07/08/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500259613&dt_publicacao=04/09/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/09/1995 | PG:27809 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00241 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00188 |
| **RT** |  |  | VOL.:00724 | PG:00277 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300330802&dt_publicacao=20/03/1995) | [41182](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300330802&dt_publicacao=20/03/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300330802&dt_publicacao=20/03/1995) | [1993/0033080-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300330802&dt_publicacao=20/03/1995) | [Decisão:20/02/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300330802&dt_publicacao=20/03/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/03/1995 | PG:06095 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00222 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00171 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400197608&dt_publicacao=19/12/1994) | [50679](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400197608&dt_publicacao=19/12/1994) | [ES](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400197608&dt_publicacao=19/12/1994) | [1994/0019760-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400197608&dt_publicacao=19/12/1994) | [Decisão:07/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400197608&dt_publicacao=19/12/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/12/1994 | PG:35303 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00224 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00174 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400330278&dt_publicacao=12/12/1994) | [56270](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400330278&dt_publicacao=12/12/1994) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400330278&dt_publicacao=12/12/1994) | [1994/0033027-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400330278&dt_publicacao=12/12/1994) | [Decisão:23/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400330278&dt_publicacao=12/12/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/12/1994 | PG:34344 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00239 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00186 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400325630&dt_publicacao=12/12/1994) | [56136](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400325630&dt_publicacao=12/12/1994) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400325630&dt_publicacao=12/12/1994) | [1994/0032563-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400325630&dt_publicacao=12/12/1994) | [Decisão:21/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400325630&dt_publicacao=12/12/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/12/1994 | PG:34333 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00300 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00234 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00182 |
| **RT** |  |  | VOL.:00719 | PG:00301 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400241313&dt_publicacao=26/09/1994) | [52317](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400241313&dt_publicacao=26/09/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400241313&dt_publicacao=26/09/1994) | [1994/0024131-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400241313&dt_publicacao=26/09/1994) | [Decisão:05/09/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400241313&dt_publicacao=26/09/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/09/1994 | PG:25643 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00232 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00067 | PG:00492 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00180 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400207182&dt_publicacao=31/10/1994) | [50961](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400207182&dt_publicacao=31/10/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400207182&dt_publicacao=31/10/1994) | [1994/0020718-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400207182&dt_publicacao=31/10/1994) | [Decisão:31/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400207182&dt_publicacao=31/10/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:31/10/1994 | PG:29490 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00229 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00178 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300272233&dt_publicacao=06/06/1994) | [39308](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300272233&dt_publicacao=06/06/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300272233&dt_publicacao=06/06/1994) | [1993/0027223-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300272233&dt_publicacao=06/06/1994) | [Decisão:16/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300272233&dt_publicacao=06/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/06/1994 | PG:14239 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00219 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00169 |
| **RT** |  |  | VOL.:00710 | PG:00193 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000033063&dt_publicacao=27/09/1993) | [2714](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000033063&dt_publicacao=27/09/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000033063&dt_publicacao=27/09/1993) | [1990/0003306-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000033063&dt_publicacao=27/09/1993) | [Decisão:23/08/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000033063&dt_publicacao=27/09/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/09/1993 | PG:19801 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00215 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00051 | PG:00068 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00165 |

# SÚMULA 158

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

## Enunciado:

Não se presta a justificar embargos de divergência o dissídio com acórdão de Turma ou Seção que não mais tenha competência para a matéria neles versada.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00546 INC:00001

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

15/05/1996

## Fonte:

DJ DATA:27/05/1996 PG:18029 RSSTJ VOL.:00011 PG:00247 RSTJ VOL.:00086 PG:00193

RT VOL.:00729 PG:00133

## Excerto dos Precedentes Originários:

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. NÃO SE PRESTA, PARA JUSTIFICAR O DISSÍDIO, DE MOLDE A ENSEJAR ESSE RECURSO, A INDICAÇÃO DE PARADIGMA ORIUNDO DE SEÇÃO QUE JÁ PERDEU A COMPETÊNCIA PARA A MATÉRIA. INEXISTÊNCIA, DE QUALQUER SORTE, DA ALEGADA DIVERGÊNCIA." ([AgRg nos EREsp 42280](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2742280%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, CORTE ESPECIAL,

julgado em 26/10/1995, DJ 27/11/1995, p. 40836)

"[...] EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PARADIGMAS. ACÓRDÃOS DE TURMAS QUE PERDERAM A COMPETÊNCIA SOBRE A MATÉRIA. [...] NÃO SERVEM PARA DEMONSTRAR O DISSÍDIO, ENSEJADOR DA INTERPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA, ACORDÃOS DE TURMAS QUE PERDERAM A COMPETÊNCIA PARA A MATÉRIA OBJETO DO ARESTO EMBARGADO. [...]" ([EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735314%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [35314](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735314%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, CORTE ESPECIAL, julgado em 10/08/1995, DJ 11/09/1995, p. 28772)

"[...] EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. - ACÓRDÃO PARADIGMA. ORIENTAÇÃO ASSENTADA PELA CORTE ESPECIAL, SOBRE NÃO SERVIREM A DEMONSTRAÇÃO DO DISSÍDIO, EM SEDE DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA, ACORDÃOS DE TURMA QUE POR FORÇA REGIMENTAL TENHA PERDIDO A COMPETÊNCIA PARA A MATÉRIA DE QUE SE TRATE." ([EREsp 50442](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2750442%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, CORTE ESPECIAL, julgado em 10/08/1995, DJ 04/09/1995, p. 27792)

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - RECURSO ESPECIAL - ACÓRDÃO PARADIGMA - DEMONSTRAÇÃO DE DISSÍDIO. [...] NÃO SERVEM A DEMONSTRAÇÃO DE DISSÍDIO, NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA, ACÓRDÃOS DE TURMAS QUE, POR FORÇA REGIMENTAL, TENHAM PERDIDO A COMPETÊNCIA PARA A MATÉRIA DE QUE SE TRATA. [...]" ([EREsp 43239](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2743239%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, CORTE ESPECIAL, julgado em 08/06/1995, REPDJ 27/05/1996, p. 17797, DJ 20/05/1996, p. 16659)

## Precedentes:

[AgRg nos EREsp 42280 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500462737&dt_publicacao=27/11/1995) [1995/0046273-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500462737&dt_publicacao=27/11/1995) [Decisão:26/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500462737&dt_publicacao=27/11/1995)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DJ** |  |  | DATA:27/11/1995 | PG:40836 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00081 | PG:00201 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00251 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00195 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400040156&dt_publicacao=11/09/1995) | [35314](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400040156&dt_publicacao=11/09/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400040156&dt_publicacao=11/09/1995) | [1994/0004015-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400040156&dt_publicacao=11/09/1995) | [Decisão:10/08/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400040156&dt_publicacao=11/09/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/09/1995 | PG:28772 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00253 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00197 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500189275&dt_publicacao=04/09/1995) | [50442](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500189275&dt_publicacao=04/09/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500189275&dt_publicacao=04/09/1995) | [1995/0018927-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500189275&dt_publicacao=04/09/1995) | [Decisão:10/08/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500189275&dt_publicacao=04/09/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/09/1995 | PG:27792 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00268 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00210 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400187041&dt_publicacao=27/05/1996) | [43239](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400187041&dt_publicacao=27/05/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400187041&dt_publicacao=27/05/1996) | [1994/0018704-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400187041&dt_publicacao=27/05/1996) | [Decisão:08/06/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400187041&dt_publicacao=27/05/1996) |
| **REPDJ** |  |  | DATA:27/05/1996 | PG:17797 |
| **DJ** |  |  | DATA:20/05/1996 | PG:16659 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00257 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00200 |

# SÚMULA 159

DIREITO PREVIDENCIÁRIO - SALÁRIO DE BENEFÍCIO

## Enunciado:

O benefício acidentário, no caso de contribuinte que perceba remuneração variável, deve ser calculado com base na média aritmética dos últimos doze meses de contribuição.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:006367 ANO:1976

ART:00005 PAR:00004 INC:00001 INC:00002

LEG:FED LEI:008213 ANO:1991 ART:00030

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

15/05/1996

## Fonte:

DJ DATA:27/05/1996 PG:18030 RSSTJ VOL.:00011 PG:00271 RSTJ VOL.:00086 PG:00213

RT VOL.:00729 PG:00133

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] REVISÃO DE BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO - TRABALHADOR AVULSO - REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - CÁLCULO - EM SE TRATANDO DE TRABALHADOR AVULSO E DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL, O VALOR DO AUXÍLIO ACIDENTÁRIO DEVE SER CALCULADO COM BASE NA MÉDIA SALARIAL DOS ÚLTIMOS DOZE MESES. [...]" ([REsp 43787](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2743787%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 29/11/1995, DJ 05/02/1996, p. 1411)

"ACIDENTE DE TRABALHO. TRABALHADOR AVULSO. CÁLCULO DO BENEFÍCIO. LEI N. 6.367/76. [...] A ORIENTAÇÃO FIRMADA PELA CORTE ESPECIAL É NO SENTIDO DE QUE 'NA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL, O BENEFÍCIO DEVE SER CALCULADO COM BASE NA MÉDIA ARITMÉTICA DOS ÚLTIMOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO. [...]" ([REsp 60790](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2760790%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, SEXTA TURMA, julgado em 31/10/1995, DJ 12/02/1996, p. 2449)

"[...] Benefício acidentário. [...] Remuneração variável. Censurabilidade da decisão que dá por base dos proventos outros dados que não a média salarial dos últimos doze meses (Lei 6.367/76, art. 5º, § 4º)." ([REsp 69177](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2769177%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/09/1995, DJ 09/10/1995, p. 33598)

"[...] ACIDENTE DO TRABALHO. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL. CÁLCULO DO BENEFÍCIO. MÉDIA ARITMÉTICA DOS SALÁRIOS. PERCEBENDO O ACIDENTADO REMUNERAÇÃO VARIÁVEL, O CÁLCULO DO BENEFÍCIO DEVE TOMAR POR BASE A MÉDIA ARITMÉTICA DOS ÚLTIMOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO E NÃO O SALÁRIO DO DIA DO ACIDENTE." ([EREsp 53423](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2753423%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, CORTE ESPECIAL, julgado em 08/06/1995, DJ 21/08/1995, p. 25343)

"ACIDENTE DO TRABALHO - BENEFÍCIOS - MÉDIA SALARIAL. NA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL, O BENEFÍCIO DEVE SER CALCULADO COM BASE NA MÉDIA ARITMÉTICA DOS ÚLTIMOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO. INEXISTE LEI DETERMINANDO SER O BENEFÍCIO, EM SE TRATANDO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL, CALCULADO COM BASE NO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO DO EMPREGADO, VIGENTE NO DIA DO ACIDENTE. [...]" ([EREsp 50722](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2750722%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, CORTE ESPECIAL, julgado em 09/03/1995, DJ 27/03/1995, p. 7115)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400035500&dt_publicacao=05/02/1996) | [43787](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400035500&dt_publicacao=05/02/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400035500&dt_publicacao=05/02/1996) | [1994/0003550-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400035500&dt_publicacao=05/02/1996) | [Decisão:29/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400035500&dt_publicacao=05/02/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/02/1996 | PG:01411 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00275 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00220 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500070944&dt_publicacao=12/02/1996) | [60790](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500070944&dt_publicacao=12/02/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500070944&dt_publicacao=12/02/1996) | [1995/0007094-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500070944&dt_publicacao=12/02/1996) | [Decisão:31/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500070944&dt_publicacao=12/02/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/02/1996 | PG:02449 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00284 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00222 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500330687&dt_publicacao=09/10/1995) | [69177](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500330687&dt_publicacao=09/10/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500330687&dt_publicacao=09/10/1995) | [1995/0033068-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500330687&dt_publicacao=09/10/1995) | [Decisão:13/09/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500330687&dt_publicacao=09/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/10/1995 | PG:33598 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00286 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00224 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500010283&dt_publicacao=21/08/1995) | [53423](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500010283&dt_publicacao=21/08/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500010283&dt_publicacao=21/08/1995) | [1995/0001028-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500010283&dt_publicacao=21/08/1995) | [Decisão:08/06/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500010283&dt_publicacao=21/08/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/08/1995 | PG:25343 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00217 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500010259&dt_publicacao=27/03/1995) | [50722](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500010259&dt_publicacao=27/03/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500010259&dt_publicacao=27/03/1995) | [1995/0001025-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500010259&dt_publicacao=27/03/1995) | [Decisão:09/03/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500010259&dt_publicacao=27/03/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/03/1995 | PG:07115 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00215 |

# SÚMULA 160

DIREITO TRIBUTÁRIO - IPTU

## Enunciado:

É defeso, ao município, atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00150 INC:00001

LEG:FED LEI:005172 ANO:1966

\*\*\*\*\* CTN-66 CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL ART:00033 ART:00097 PAR:00001 PAR:00002

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

12/06/1996

## Fonte:

DJ DATA:19/06/1996 PG:21940 RSSTJ VOL.:00011 PG:00289 RSTJ VOL.:00086 PG:00227

RT VOL.:00730 PG:00174

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO. IPTU. MAJORAÇÃO POR SIMPLES DECRETO. IMPOSSIBILIDADE. SABENDO-SE QUE SOMENTE A LEI PODE AUMENTAR TRIBUTOS, É ILEGITÍMA A MAJORAÇÃO PELO PODER EXECUTIVO, ATRAVÉS DE DECRETO, MESMO SOB O ARGUMENTO DE SE TRATAR DE MERA ELEVAÇÃO DO VALOR VENAL DOS IMÓVEIS." ([REsp 21776](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2721776%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/05/1995, DJ 22/05/1995, p. 14386)

"[...] Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Base de Cálculo. Majoração. Planta de Valores genérica baixada por decreto. [...] É ilegitima a majoração do valor venal do imóvel, mediante decreto do Poder Executivo, em montante superior ao apurado com aplicação do índice de correção monetária. [...]" ([REsp 37029](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2737029%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. MIN. ANTONIO DE PADUA RIBEIRO, SEGUNDA

TURMA, julgado em 14/12/1994, DJ 06/02/1995, p. 1338)

"IPTU. BASE DE CÁLCULO. MAJORAÇÃO. [...] O Código Tributário Nacional só autoriza a atualização do valor monetário da base de cálculo do IPTU e não a majoração de seu valor real, 'ex vi' do art. 97, § 2º. II - Consoante decidiu esta Corte é ilegítima a majoração do imposto em tela, por decreto, em valor superior aos índices de correção monetária. [...]" ([REsp 49022](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2749022%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/06/1994, DJ 27/06/1994, p. 16970)

"[...] IPTU. MAJORAÇÃO. ATO DO PODER EXECUTIVO. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA (ART. 97, II, §§ 1º E 2º DO CTN). VEDADA A ATUALIZAÇÃO DO VALOR VENAL DOS IMÓVEIS POR

DECRETO DO EXECUTIVO MUNICIPAL. [...] Pelo princípio da reserva legal, a majoração do tributo é privativa da lei, formalmente elaborada, ainda quando esta majoração decorra da modificação da base de cálculo. II - 'In casu', era vedado ao Prefeito, por mero Decreto, atualizar o valor venal dos imóveis sobre os quais incide o IPTU, com base em uma tabela (Planta de Valores), ultrapassando, sensivelmente, a correção monetária a que estava autorizado a efetivar, por via de ato administrativo. [...]" ([REsp 29295](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2729295%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/05/1994, DJ 06/06/1994, p. 14231)

"[...] IPTU - MAJORAÇÃO - DECRETO - VALOR VENAL DO IMÓVEL - RESERVA LEGAL. - SOMENTE A LEI PODE AUMENTAR TRIBUTOS. - É VEDADO AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A PRETEXTO DE REVER VALORES VENAIS DE IMÓVEIS, AUMENTAR INDIRETAMENTE O IPTU" ([REsp 47230](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2747230%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/05/1994, DJ 06/06/1994, p. 14256)

"[...] IPTU. ALTERAÇÃO DO VALOR VENAL DO IMÓVEL POR DECRETO ALÉM DA SIMPLES ATUALIZAÇÃO MONETARIA. IMPOSSIBILIDADE. NÃO PODE O MUNICÍPIO, POR SIMPLES DECRETO, ATRIBUIR OUTRO VALOR VENAL AO IMÓVEL, SENÃO O DECORRENTE DO ANTERIOR MAIS A CORREÇÃO MONETÁRIA. [...]" ([REsp 36902](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736902%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/04/1994, DJ 02/05/1994, p. 9970)

"[...] IPTU - BASE DE CÁLCULO - VALOR VENAL - ATUALIZAÇÃO (PLANTA DE VALORES) - PRINCÍPIO DA LEGALIDADE - ARTIGOS 33, 97 E 148, CTN. [...] O ART. 97, PARÁGRAFOS 1. E 2., CTN, CONTEMPLA A BASE DE CÁLCULO CONCRETA E NÃO A ABSTRATA. AS REAVALIAÇÕES PODEM SER FEITAS POR AFERIÇÃO DIRETA DO VALOR VENAL REAL DO IMÓVEL POR ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA OU POR FIXAÇÃO NORMATIVA (PLANTAS GERAIS DE VALORES), NESTE CASO, DEPENDENTE DE LEI. II - NÃO É POSSÍVEL, ALTERANDO A BASE DE CÁLCULO, A REAVALIAÇÃO POR GENÉRICO DECRETO EXECUTIVO, QUE APENAS PODE FIXAR CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO VALOR VENAL CONCRETO DO EXERCÍCIO FISCAL ANTERIOR (ARTS. 33 E 97, PARÁGRAFO 2., CTN). SOMENTE A LEI PODE DETERMINAR SE PODE MODIFICAR A BASE DE CÁLCULO. III - ILEGALIDADE DA REAVALIAÇÃO DO VALOR VENAL, VIA OBLÍQUA (COM DISFARÇADA AUTORIZAÇÃO LEGAL), POR DECRETO EXECUTIVO, REPERCUTINDO DIRETAMENTE NA BASE DE CÁLCULO, ONERANDO O CONTRIBUINTE, SEM ESPECÍFICA LEI. [...]" ([REsp 3188](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273188%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/03/1994, DJ 09/05/1994, p. 10802)

"[...] IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) - MAJORAÇÃO - LEGALIDADE TRIBUTÁRIA (CTN, ART. 97, II, PARÁGRAFOS 1. E 2.) - VALOR VENAL DO IMÓVEL - ATUALIZAÇÃO

- ATO DO PODER EXECUTIVO [...] A MAJORAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO IPTU DEPENDE DA ELABORAÇÃO DE LEI, EXCETO NOS CASOS DE SIMPLES ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA, EM ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL. - NÃO PODE O MUNICÍPIO, POR SIMPLES DECRETO, ATUALIZAR O VALOR VENAL DOS IMÓVEIS, PARA FINS DE CÁLCULO DO IPTU, COM BASE NA PLANTA DE VALORES, ULTRAPASSANDO A CORREÇÃO MONETÁRIA AUTORIZADA POR ATO ADMINISTRATIVO. [...]" ([REsp 35117](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735117%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. MIN. PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA,

julgado em 27/10/1993, DJ 29/11/1993, p. 25870)

"[...] IPTU. - INCONSTITUCIONAL E ILEGAL A MAJORAÇÃO (NÃO A SIMPLES ATUALIZAÇÃO) DO VALOR VENAL DOS IMÓVEIS TRIBUTADOS POR DECRETO DO PODER EXECUTIVO - NÃO HÁ CONFUNDIR 'ATUALIZAÇÃO DO VALOR MONETÁRIO DA BASE DE CÁLCULO' COM A 'MAJORAÇÃO DA PRÓPRIA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO'. [...]" ([REsp 11266](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711266%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/1992, DJ 09/03/1992, p. 2564)

"IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL RURAL - MAJORAÇÃO. NÃO PODE O MUNICÍPIO, POR SIMPLES DECRETO, AUMENTAR O IPTU EM VALOR SUPERIOR A SUA SIMPLES ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. [...]" ([REsp 5395](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275395%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PA, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/04/1991, DJ 20/05/1991, p. 6508)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200103189&dt_publicacao=22/05/1995) | [21776](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200103189&dt_publicacao=22/05/1995) | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200103189&dt_publicacao=22/05/1995) | [1992/0010318-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200103189&dt_publicacao=22/05/1995) | [Decisão:03/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200103189&dt_publicacao=22/05/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/05/1995 | PG:14386 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00308 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00071 | PG:00201 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00243 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300202839&dt_publicacao=06/02/1995) | [37029](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300202839&dt_publicacao=06/02/1995) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300202839&dt_publicacao=06/02/1995) | [1993/0020283-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300202839&dt_publicacao=06/02/1995) | [Decisão:14/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300202839&dt_publicacao=06/02/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/02/1995 | PG:01338 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00321 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00255 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400158858&dt_publicacao=27/06/1994) | [49022](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400158858&dt_publicacao=27/06/1994) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400158858&dt_publicacao=27/06/1994) | [1994/0015885-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400158858&dt_publicacao=27/06/1994) | [Decisão:08/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400158858&dt_publicacao=27/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/06/1994 | PG:16970 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00330 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00262 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200291848&dt_publicacao=06/06/1994) | [29295](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200291848&dt_publicacao=06/06/1994) | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200291848&dt_publicacao=06/06/1994) | [1992/0029184-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200291848&dt_publicacao=06/06/1994) | [Decisão:16/05/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200291848&dt_publicacao=06/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/06/1994 | PG:14231 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00310 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00245 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400118546&dt_publicacao=06/06/1994) | [47230](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400118546&dt_publicacao=06/06/1994) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400118546&dt_publicacao=06/06/1994) | [1994/0011854-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400118546&dt_publicacao=06/06/1994) | [Decisão:11/05/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400118546&dt_publicacao=06/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/06/1994 | PG:14256 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00325 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00258 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300198572&dt_publicacao=02/05/1994) | [36902](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300198572&dt_publicacao=02/05/1994) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300198572&dt_publicacao=02/05/1994) | [1993/0019857-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300198572&dt_publicacao=02/05/1994) | [Decisão:04/04/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300198572&dt_publicacao=02/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/05/1994 | PG:09970 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00319 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00253 |
| **RT** |  |  | VOL.:00707 | PG:00194 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000046890&dt_publicacao=09/05/1994) | [3188](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000046890&dt_publicacao=09/05/1994) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000046890&dt_publicacao=09/05/1994) | [1990/0004689-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000046890&dt_publicacao=09/05/1994) | [Decisão:23/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000046890&dt_publicacao=09/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/05/1994 | PG:10802 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00293 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00229 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300135619&dt_publicacao=29/11/1993) | [35117](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300135619&dt_publicacao=29/11/1993) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300135619&dt_publicacao=29/11/1993) | [1993/0013561-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300135619&dt_publicacao=29/11/1993) | [Decisão:27/10/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300135619&dt_publicacao=29/11/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/11/1993 | PG:25870 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00315 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00249 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100101699&dt_publicacao=09/03/1992) | [11266](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100101699&dt_publicacao=09/03/1992) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100101699&dt_publicacao=09/03/1992) | [1991/0010169-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100101699&dt_publicacao=09/03/1992) | [Decisão:05/02/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100101699&dt_publicacao=09/03/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/03/1992 | PG:02564 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00304 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00034 | PG:00342 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00239 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000099676&dt_publicacao=20/05/1991) | [5395](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000099676&dt_publicacao=20/05/1991) | [PA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000099676&dt_publicacao=20/05/1991) | [1990/0009967-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000099676&dt_publicacao=20/05/1991) | [Decisão:22/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000099676&dt_publicacao=20/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/05/1991 | PG:06508 |
| **REVJUR** |  |  | VOL.:00167 | PG:00048 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00299 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00234 |

# SÚMULA 161

DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

## Enunciado:

É da competência da Justiça Estadual autorizar o levantamento dos valores relativos ao PIS / PASEP e FGTS, em decorrência do falecimento do titular da conta.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:006858 ANO:1980 ART:00001

LEG:FED DEC:085845 ANO:1981

ART:00001 PAR:ÚNICO INC:00003 ART:00002

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

12/06/1996

## Fonte:

DJ DATA:19/06/1996 PG:21940 RSSTJ VOL.:00011 PG:00335 RSTJ VOL.:00086 PG:00267

RT VOL.:00730 PG:00174

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. FGTS E PIS. FALECIMENTO DO EMPREGADO. ALVARÁ LIBERATORIO. [...] CONSOANTE ENTENDIMENTO PACÍFICO NESTA CORTE, AFASTADO O INTERESSE DA CEF, EM PROCESSO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA RELATIVO A LEVANTAMENTO DE FGTS E PIS DE OPERÁRIO FALECIDO, A COMPETÊNCIA É DO JUÍZO ESTADUAL. [...]" ([CC 10912](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710912%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. PEÇANHA MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/10/1994, DJ 15/05/1995, p. 13348)

"[...] CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ALVARÁ. LEVANTAMENTO DO FGTS POR HERDEIRO DO 'DE CUJUS'. LEI N. 6.850/80. INEXISTÊNCIA DE LEGITIMIDADE PASSIVA 'AD CAUSAM' DA C.E.F. EM AÇÕES ONDE HERDEIRO REQUER EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ, COM AMPARO NA LEI N. 6.850/80, VISANDO AO LEVANTAMENTO DOS SALDOS DO FGTS E PIS DE TITULARIDADE DO 'DE CUJUS', DEPOSITADOS NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, INEXISTE INTERESSE PROCESSUAL DESTA EMPRESA PÚBLICA PARA INTEGRAR A LIDE NO SEU PÓLO PASSIVO, PELO QUE NÃO SE JUSTIFICA O DESLOCAMENTO DA COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL, CONFORME PRECONIZA O ARTIGO 109, I DA C.F. [...]" ([CC 8417](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278417%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 07/06/1994, DJ 27/06/1994, p. 16870)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - ALVARÁ - LEVANTAMENTO DE PIS/FGTS - LEI 6.858/80 - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL - JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA. [...] A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ, PARA LEVANTAMENTO DE QUOTAS DO PIS E DO FGTS (LEI 6.858/1980) É ATIVIDADE DE JURISDIÇÃO GRACIOSA. SEU EXERCÍCIO COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL, AINDA QUE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL SEJA DESTINATÁRIA DA ORDEM." ([CC 8852](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278852%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 17/05/1994, DJ 13/06/1994, p. 15080)

"COMPETÊNCIA. PIS / PASEP. FGTS. FALECIMENTO DO TITULAR DA CONTA. ALVARÁ DE LEVANTAMENTO. [...] É DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL EXPEDIR ALVARÁ DE LEVANTAMENTO DE VALORES RELATIVOS AO PIS/PASEP E AO FGTS, EM DECORRÊNCIA, DE FALECIMENTO DO TITULAR DA CONTA, INDEPENDENTEMENTE DE INVENTÁRIO OU ARROLAMENTO. II - LEI N. 6.858, DE 24.11.80, ART. 1. DECRETO N. 85.845, DE 1981, ART. 2. [...]" ([CC 8457](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278457%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/05/1994, DJ 30/05/1994, p. 13434)

"COMPETÊNCIA - FGTS E PIS - ALVARÁ DE LEVANTAMENTO - FALECIMENTO. O PEDIDO DE LEVANTAMENTO DO FGTS E PIS FORMULADO PELO GENITOR EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DE SEU FILHO É PROCEDIMENTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA, NO QUAL A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL SEQUER DEVE SER CITADA E NÃO TEM QUALQUER INTERESSE, SENDO COMPETENTE A JUSTIÇA ESTADUAL." ([CC 7594](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277594%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/03/1994, DJ 25/04/1994, p. 9186)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS DO FUNDO DE GARANTIA. FALECIMENTO DO TITULAR DA CONTA. INTERESSE DOS HERDEIROS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUCESSÓRIO. MUITO EMBORA VERSE O PEDIDO SOBRE O FUNDO DE GARANTIA E DEVE O ALVARÁ SER SATISFEITO PELA CAIXA ECONÔMICA, EMPRESA PÚBLICA FEDERAL, SEJA PELA AUSÊNCIA DE QUALQUER INTERESSE DA CAIXA, SEJA POR SE TRATAR DE JUÍZO SUCESSÓRIO, A COMPETÊNCIA É DA JUSTIÇA ESTADUAL." ([CC 4142](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274142%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) AL, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 20/04/1993, DJ 10/05/1993, p. 8587)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400310927&dt_publicacao=15/05/1995) | [10912](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400310927&dt_publicacao=15/05/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400310927&dt_publicacao=15/05/1995) | [1994/0031092-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400310927&dt_publicacao=15/05/1995) | [Decisão:25/10/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400310927&dt_publicacao=15/05/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/05/1995 | PG:13348 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00350 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00279 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400106033&dt_publicacao=27/06/1994) | [8417](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400106033&dt_publicacao=27/06/1994) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400106033&dt_publicacao=27/06/1994) | [1994/0010603-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400106033&dt_publicacao=27/06/1994) | [Decisão:07/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400106033&dt_publicacao=27/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/06/1994 | PG:16870 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00175 | PG:00270 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00343 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00273 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400137559&dt_publicacao=13/06/1994) | [8852](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400137559&dt_publicacao=13/06/1994) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400137559&dt_publicacao=13/06/1994) | [1994/0013755-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400137559&dt_publicacao=13/06/1994) | [Decisão:17/05/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400137559&dt_publicacao=13/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/06/1994 | PG:15080 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00348 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00277 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400111940&dt_publicacao=30/05/1994) | [8457](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400111940&dt_publicacao=30/05/1994) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400111940&dt_publicacao=30/05/1994) | [1994/0011194-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400111940&dt_publicacao=30/05/1994) | [Decisão:10/05/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400111940&dt_publicacao=30/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/05/1994 | PG:13434 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00346 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00275 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400042728&dt_publicacao=25/04/1994) | [7594](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400042728&dt_publicacao=25/04/1994) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400042728&dt_publicacao=25/04/1994) | [1994/0004272-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400042728&dt_publicacao=25/04/1994) | [Decisão:22/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400042728&dt_publicacao=25/04/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/04/1994 | PG:09186 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00341 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00271 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300016199&dt_publicacao=10/05/1993) | [4142](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300016199&dt_publicacao=10/05/1993) | [AL](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300016199&dt_publicacao=10/05/1993) | [1993/0001619-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300016199&dt_publicacao=10/05/1993) | [Decisão:20/04/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300016199&dt_publicacao=10/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/05/1993 | PG:08587 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00339 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00269 |

# SÚMULA 162

DIREITO TRIBUTÁRIO - REPETIÇÃO DE INDÉBITO

## Enunciado:

Na repetição de indébito tributário, a correção monetária incide a partir do pagamento indevido.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005172 ANO:1966

\*\*\*\*\* CTN-66 CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL ART:00165

LEG:FED LEI:004357 ANO:1964 ART:00007

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

12/06/1996

## Fonte:

DJ DATA:19/06/1996 PG:21940 RSSTJ VOL.:00011 PG:00353 RSTJ VOL.:00086 PG:00281

RT VOL.:00730 PG:00174

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ADICIONAL DO IMPOSTO DE RENDA - RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO - CORREÇÃO MONETÁRIA

- DIES A QUO - LEI 6.899/81 - LEI ESTADUAL 6.352/88 - SÚMULA 46-TFR. [...] CONSTITUIDO O DIREITO SUBSTANCIAL A RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO, A CORREÇÃO MONETÁRIA, SEM AUMENTAR O VERDADEIRO VALOR DA DÍVIDA, CONSTITUI O RESGATE DA SUA SIGNIFICAÇÃO ECONÔMICA INICIAL, EVITANDO O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DO DEVEDOR. DEVE SER PLENA E, NO CASO, DESDE AS DATAS DOS PAGAMENTOS INDEVIDOS. [...]" ([REsp 69597](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2769597%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/11/1995, DJ 18/12/1995, p. 44508)

"[...] REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DEPÓSITO OU PAGAMENTO INDEVIDO. APLICAÇÃO DA SÚMULA NO. 46 TFR. [...] A CORREÇÃO MONETÁRIA EM SEDE DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO É DEVIDA DESDE O DEPÓSITO OU PAGAMENTO INDEVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O COMANDO JURISPRUDENCIAL EXPRESSO NA SÚMULA NO. 46/TFR. [...]" ([REsp 70382](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2770382%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/11/1995, DJ 26/02/1996, p. 3952)

"[...] AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. SÚMULA NR.

46 DO TFR. NAS AÇÕES VISANDO A REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO, A CORREÇÃO MONETÁRIA TEM POR TERMO INICIAL DE CONTAGEM A DATA DO INDEVIDO RECOLHIMENTO E INCIDIRÁ ATÉ A EFETIVA RESTITUIÇÃO DA QUANTIA RECLAMADA (SÚMULA N. 46 DO EXTINTO TFR), POR ISSO QUE, NÃO CONSTITUINDO ELA PENALIDADE OU ACRÉSCIMO AO VALOR ORIGINÁRIO, SEU EMPREGO OBJETIVA RESTAURAR O 'STATU QUO ANTE', RESTABELECENDO A SITUAÇÃO PATRIMONIAL DO CONTRIBUINTE AO ESTADO ANTERIOR A INDEVIDA IMPOSIÇÃO. [...]" ([REsp 74519](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2774519%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/10/1995, DJ 27/11/1995, p. 40866)

"ADICIONAL DE IMPOSTO DE RENDA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CORREÇÃO MONETÁRIA. 'DIES A QUO'. [...] É ITERATIVA A JURISPRUDÊNCIA DO PRETÓRIO EXCELSO E DESTE TRIBUNAL NO SENTIDO DE QUE, EM AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO, A CORREÇÃO MONETÁRIA DEVE INCIDIR A PARTIR DOS RECOLHIMENTOS INDEVIDOS. E QUE O REAJUSTE MONETÁRIO VISA, EXCLUSIVAMENTE, A MANTER NO TEMPO O VALOR REAL DO DÉBITO, NÃO IMPORTANDO EM QUALQUER ACRÉSCIMO PATRIMONIAL. [...]" ([REsp 72648](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2772648%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/10/1995, DJ 27/11/1995, p. 40858)

"[...] REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO RECOLHIMENTO. NA DEVOLUÇÃO DO QUE FOI INDEVIDAMENTE PAGO CALCULA-SE A CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A ÉPOCA DO PAGAMENTO INDEVIDO." ([REsp 71030](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2771030%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/09/1995, DJ 09/10/1995, p. 33543)

"[...] REPETIÇÃO DE INDÉBITO - CORREÇÃO MONETÁRIA - INCIDÊNCIA - TERMO INICIAL. A JURISPRUDÊNCIA DA CORTE, NA ESTEIRA DA ORIENTAÇÃO CONSOLIDADA NA SÚMULA 46 DO TFR, FIRMOU O ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE A CORREÇÃO MONETÁRIA, NA HIPÓTESE DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO, DEVE SER CALCULADA DESDE A DATA DO PAGAMENTO INDEVIDO E INCIDE ATÉ O EFETIVO RECEBIMENTO DA IMPORTÂNCIA POSTULADA." ([REsp 67282](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2767282%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/08/1995, DJ 02/10/1995, p. 32334)

"CORREÇÃO MONETÁRIA - REPETIÇÃO - INÍCIO - VALOR DO DÉBITO. A CORREÇÃO MONETÁRIA APENAS ATUALIZA O VALOR DO DÉBITO. NÃO SERIA JUSTO QUE A CORREÇÃO MONETÁRIA COMEÇASSE DA DISTRIBUIÇÃO DA AÇÃO; ELA, NA REPETIÇÃO DE INDÉBITO, DEVE SER CALCULADA DESDE O RECOLHIMENTO. [...]" ([REsp 68117](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2768117%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/08/1995, DJ 04/09/1995, p. 27817)

"CORREÇÃO MONETÁRIA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO. [...] NO CASO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO, A CORREÇÃO MONETÁRIA É CALCULADA DESDE A DATA DO PAGAMENTO INDEVIDO E INCIDE ATÉ O EFETIVO RECEBIMENTO DA IMPORTÂNCIA RECLAMADA. [...]" ([REsp 62153](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2762153%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/05/1995, DJ 12/06/1995, p. 17618)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500341271&dt_publicacao=18/12/1995) | [69597](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500341271&dt_publicacao=18/12/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500341271&dt_publicacao=18/12/1995) | [1995/0034127-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500341271&dt_publicacao=18/12/1995) | [Decisão:22/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500341271&dt_publicacao=18/12/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/12/1995 | PG:44508 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00363 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00288 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500360861&dt_publicacao=26/02/1996) | [70382](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500360861&dt_publicacao=26/02/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500360861&dt_publicacao=26/02/1996) | [1995/0036086-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500360861&dt_publicacao=26/02/1996) | [Decisão:08/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500360861&dt_publicacao=26/02/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/02/1996 | PG:03952 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00366 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00291 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500469421&dt_publicacao=27/11/1995) | [74519](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500469421&dt_publicacao=27/11/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500469421&dt_publicacao=27/11/1995) | [1995/0046942-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500469421&dt_publicacao=27/11/1995) | [Decisão:25/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500469421&dt_publicacao=27/11/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/11/1995 | PG:40866 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00374 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00297 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500426935&dt_publicacao=27/11/1995) | [72648](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500426935&dt_publicacao=27/11/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500426935&dt_publicacao=27/11/1995) | [1995/0042693-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500426935&dt_publicacao=27/11/1995) | [Decisão:16/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500426935&dt_publicacao=27/11/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/11/1995 | PG:40858 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00371 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00296 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500375435&dt_publicacao=09/10/1995) | [71030](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500375435&dt_publicacao=09/10/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500375435&dt_publicacao=09/10/1995) | [1995/0037543-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500375435&dt_publicacao=09/10/1995) | [Decisão:18/09/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500375435&dt_publicacao=09/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/10/1995 | PG:33543 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00370 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00294 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500273802&dt_publicacao=02/10/1995) | [67282](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500273802&dt_publicacao=02/10/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500273802&dt_publicacao=02/10/1995) | [1995/0027380-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500273802&dt_publicacao=02/10/1995) | [Decisão:23/08/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500273802&dt_publicacao=02/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/10/1995 | PG:32334 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00359 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00285 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500300338&dt_publicacao=04/09/1995) | [68117](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500300338&dt_publicacao=04/09/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500300338&dt_publicacao=04/09/1995) | [1995/0030033-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500300338&dt_publicacao=04/09/1995) | [Decisão:07/08/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500300338&dt_publicacao=04/09/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/09/1995 | PG:27817 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00360 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00286 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500118734&dt_publicacao=12/06/1995) | [62153](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500118734&dt_publicacao=12/06/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500118734&dt_publicacao=12/06/1995) | [1995/0011873-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500118734&dt_publicacao=12/06/1995) | [Decisão:24/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500118734&dt_publicacao=12/06/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/06/1995 | PG:17618 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00357 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00283 |

# SÚMULA 163

DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS

## Enunciado:

O fornecimento de mercadorias com a simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS a incidir sobre o valor total da operação.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:000834 ANO:1969

LEG:FED DEL:000406 ANO:1968

ART:00001 INC:00003 ART:00008 PAR:00001 PAR:00002

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ART:00155 INC:00001 LET:B PAR:00002 INC:00009 LET:B ART:00156 INC:00004

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

12/06/1996

## Fonte:

REPDJ DATA:11/11/1996 PG:43897 DJ DATA:19/06/1996 PG:21940 RSSTJ VOL.:00011 PG:00377

RSTJ VOL.:00086 PG:00301 RT VOL.:00730 PG:00175 RT VOL.:00734 PG:00239

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ICM (ISS). BASE DE CÁLCULO. FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS EM BARES E RESTAURANTES E ESTABELECIMENTOS SIMILARES. DECRETO-LEI NR. 406/68, ART. 8., PAR. 2. ARTS. 6., PARÁGRAFO ÚNICO E 97, I E IV, DO CTN E LEIS ESTADUAIS. [...] A PREVISÃO LEGAL DO FATO GERADOR E BASE DE CÁLCULO LEGITIMA A TRIBUTAÇÃO. 3. O DECRETO-LEI NR. 406/68 (ART. 8., PAR. 2. - REDAÇÃO DADA PELO DEC.-LEI NR. 834/69), SALVAGUARDA COM A LEGALIDADE A INCLUSÃO DO VALOR DOS SERVIÇOS NA BASE DE CÁLCULO DO ICM, CONTEMPLANDO A HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA DA CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E AS OPERAÇÕES CONSEQUENTES. [...]" ([REsp 26082](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2726082%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/10/1995, DJ 30/10/1995, p. 36722)

"[...] ICMS. FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDA EM BARES, RESTAURANTES OU SIMILARES. [...] O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, SOB A ÉGIDE DA CONSTITUIÇÃO ANTERIOR, COM BASE NOS MESMOS TEXTOS INFRACONSTITUCIONAIS QUE AINDA CONTINUARAM EM VIGOR, FIRMOU PACÍFICA ORIENTAÇÃO, QUE, NO JULGAMENTO DOS CASOS REMANESCENTES, FOI ADOTADA POR ESTA CORTE, NO SENTIDO DE QUE ERA ILEGÍTIMA A EXIGÊNCIA DO ICM SE A LEI ESTADUAL NÃO DISTINGUISSE, NA SUA BASE DE CÁLCULO, O FORNECIMENTO DE MERCADORIAS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. II - SOBREVINDO A ATUAL CONSTITUIÇÃO, A SUPREMA CORTE, FAZENDO A EXEGESE DOS SEUS TEXTOS PERTINENTES À MATÉRIA, DEU-LHES INTERPRETAÇÃO QUE AFASTA A QUE ANTES ATRIBUIU AOS DISPOSITIVOS INFRACONSTITUCIONAIS PERTINENTES, AO ENTENDER QUE, NAS CITADAS OPERAÇÕES MISTAS, O ICMS SERÁ SEMPRE DEVIDO SOBRE OS REFERIDOS SERVIÇOS, SALVO SE VIEREM A SER INCLUÍDOS NA LISTA QUE ACOMPANHA A LEI COMPLEMENTAR A QUE ALUDE O INCISO IV DO ART. 156 DA LEI MAIOR. III - EM TAL CONTEXTO, NAS OPERAÇÕES MISTAS ANTES MENCIONADAS, O ICMS É DEVIDO, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, INTERPRETADA À VISTA DA CONSTITUIÇÃO EM VIGOR, SOBRE O 'VALOR TOTAL DA OPERAÇÃO', SEM NECESSIDADE DE A LEI ESTADUAL FAZER A DISTINÇÃO ANTERIORMENTE REFERIDA. IV - INTERPRETAÇÃO DO ART. 8., PARÁGRAFO 2., DO DECRETO-LEI NR. 406, DE 1968, COM A REDAÇÃO DO DECRETO-LEI NR. 834, DE 1969, A VISTA DOS ARTS. 155, I, B, PARÁGRAFO 2., IX, B E 156, IV, DA CONSTITUIÇÃO. [...]" ([REsp 61355](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2761355%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/10/1995, DJ 13/11/1995, p. 38669)

"[...] ICMS. BARES E RESTAURANTES. FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDA. JURISPRUDÊNCIA SUPERADA. [...] DECISÃO SUPERADA POR JURISPRUDÊNCIA ITERATIVA E ATUAL DO STF E STJ NÃO ENSEJA O PROVIMENTO DE AGRAVO REGIMENTAL. [...]" ([AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2765932%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [65932](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2765932%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em

07/08/1995, DJ 11/12/1995, p. 43200)

"ICMS - ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS - FATO GERADOR. EXISTINDO A BASE DE CÁLCULO, NA LEGISLAÇÃO ESTADUAL, QUE É O VALOR TOTAL DA OPERAÇÃO, COMPREENDENDO AS MERCADORIAS E OS SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE BEBIDAS E REFEIÇÕES POR BARES, RESTAURANTES E ESTABELECIMENTOS SIMILARES; OS DONOS DE BARES, RESTAURANTES E ESTABELECIMENTOS SIMILARES ESTÃO SUJEITOS À INCIDÊNCIA DO ICMS. [...]" ([REsp 61771](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2761771%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/04/1995, DJ 29/05/1995, p. 15487)

"[...] ICMS. FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS EM RESTAURANTES E SIMILARES. LEI PAULISTA N. 6.374/89. LEGITIMIDADE. [...] PREVENDO A LEI, DE FORMA ESPECÍFICA, FATO GERADOR E BASE DE CÁLCULO, NÃO SE PODE TER COMO ILEGÍTIMA A COBRANÇA DE TRIBUTO POR AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. II - A INCLUSÃO DO VALOR DOS SERVIÇOS NA BASE DE CÁLCULO DO ICMS ENCONTRA RESPALDO NO ARTIGO 8., PAR. 2., DO DECRETO-LEI N. 406/68, COM REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI N. 834/69, CONSTITUCIONALIZADO NO ARTIGO 155, PAR. 2., IX, 'B', E NO PRÓPRIO NOME DO IMPOSTO QUE ALBERGA EM SUA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA NÃO SÓ A CIRCULAÇÃO, MAS, TAMBÉM, AS OPERAÇÕES A ELA CONCERNENTES. III - ENTENDIMENTO QUE SE HARMONIZA COM A RECENTE JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. [...]" ([EREsp 24193](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2724193%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA

SEÇÃO, julgado em 13/12/1994, DJ 20/02/1995, p. 3098)

"[...] ICM. BARES E RESTAURANTES. LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. PREVISÃO DO FATO GERADOR E RESPECTIVA BASE DE CÁLCULO. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA. [...]" ([EREsp 38315](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2738315%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/12/1994, DJ 13/02/1995, p. 2194)

"[...] ICMS. FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS EM BARES E RESTAURANTES. LEI N. 5.886/87. NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, NO ÂMBITO DESTA CORTE, EM FACE DA DECISÃO DO PRETÓRIO EXCELSO QUE RECONHECEU A LEGITIMIDADE DA LEI PAULISTA N. 5.886/87, QUE TRIBUTOU AS OPERAÇÕES EM REFERÊNCIA. [...]" ([REsp 45576](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2745576%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/11/1994, DJ 19/12/1994, p. 35301)

"[...] ICMS. FORNECIMENTO DE ALIMENTOS E BEBIDAS EM BARES, RESTAURANTES E SIMILARES. BASE DE CÁLCULO. NOS PRECISOS TERMOS DE PARÁGRAFO 2., DO ART. 8. DO D.L. 408/68 O O FORNECIMENTO DE MERCADORIAS, AGREGADO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO ESPECIFICADA DA LISTA, SUJEITA-SE UNICAMENTE À INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS (ICMS). A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ADJUNTA AO FORNECIMENTO DE MERCADORIAS EM BARES, RESTAURANTES E CORRELATOS NÃO CONSTITUI HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA DO ISS, POR NÃO INTEGRAR A LISTA ANEXA AO D.L. 406/68. O TRIBUTO DEVIDO, NO CASO, É O ICMS, E TEM POR BASE DE CÁLCULO O VALOR TOTAL DA OPERAÇÃO, ENGLOBANDO TANTO A PARCELA REFERENTE ÀS MERCADORIAS FORNECIDAS COMO AQUELA PERTINENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESTABELECIMENTO. [...]" ([EREsp 45407](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2745407%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/09/1994, DJ 17/10/1994, p. 27853)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200204970&dt_publicacao=30/10/1995) | [26082](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200204970&dt_publicacao=30/10/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200204970&dt_publicacao=30/10/1995) | [1992/0020497-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200204970&dt_publicacao=30/10/1995) | [Decisão:04/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200204970&dt_publicacao=30/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/10/1995 | PG:36722 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00411 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00332 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp 61355 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500085526&dt_publicacao=13/11/1995) | | |  | [1995/0008552-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500085526&dt_publicacao=13/11/1995) | [Decisão:02/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500085526&dt_publicacao=13/11/1995) |
| **DJ** | | |  | DATA:13/11/1995 | PG:38669 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00011 | PG:00445 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00086 | PG:00362 |
| [AgRg no Ag 65932](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500089602&dt_publicacao=11/12/1995) | | | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500089602&dt_publicacao=11/12/1995) | [1995/0008960-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500089602&dt_publicacao=11/12/1995) | [Decisão:07/08/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500089602&dt_publicacao=11/12/1995) |
| **DJ** | | |  | DATA:11/12/1995 | PG:43200 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00011 | PG:00381 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00086 | PG:00303 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500106124&dt_publicacao=29/05/1995) | [61771](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500106124&dt_publicacao=29/05/1995) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500106124&dt_publicacao=29/05/1995) | [1995/0010612-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500106124&dt_publicacao=29/05/1995) | | [Decisão:17/04/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500106124&dt_publicacao=29/05/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/05/1995 | | PG:15487 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | | PG:00451 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | | PG:00368 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400345577&dt_publicacao=20/02/1995) | [24193](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400345577&dt_publicacao=20/02/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400345577&dt_publicacao=20/02/1995) | [1994/0034557-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400345577&dt_publicacao=20/02/1995) | | [Decisão:13/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400345577&dt_publicacao=20/02/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/02/1995 | | PG:03098 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | | PG:00383 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | | PG:00305 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400123884&dt_publicacao=13/02/1995) | [38315](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400123884&dt_publicacao=13/02/1995) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400123884&dt_publicacao=13/02/1995) | [1994/0012388-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400123884&dt_publicacao=13/02/1995) | | [Decisão:13/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400123884&dt_publicacao=13/02/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/02/1995 | | PG:02194 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | | PG:00398 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | | PG:00319 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400077327&dt_publicacao=19/12/1994) | [45576](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400077327&dt_publicacao=19/12/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400077327&dt_publicacao=19/12/1994) | [1994/0007732-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400077327&dt_publicacao=19/12/1994) | | [Decisão:21/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400077327&dt_publicacao=19/12/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/12/1994 | | PG:35301 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | | PG:00434 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | | PG:00353 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400209274&dt_publicacao=17/10/1994) | [45407](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400209274&dt_publicacao=17/10/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400209274&dt_publicacao=17/10/1994) | [1994/0020927-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400209274&dt_publicacao=17/10/1994) | | [Decisão:27/09/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400209274&dt_publicacao=17/10/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/10/1994 | | PG:27853 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00011 | | PG:00406 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | | PG:00327 |

# SÚMULA 164

DIREITO PENAL - CRIME DE RESPONSABILIDADE

## Enunciado:

O prefeito municipal, após a extinção do mandato, continua sujeito a processo por crime previsto no art. 1. do Dec. Lei n. 201, de 27/02/67.

Referências Legislativas: LEG:FED DEL:000201 ANO:1967 ART:00001

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

14/08/1996

## Fonte:

DJ DATA:23/08/1996 PG:29382 RSSTJ VOL.:00012 PG:00011 RSTJ VOL.:00086 PG:00373

RT VOL.:00731 PG:00530

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] PREFEITO MUNICIPAL - CRIME DE RESPONSABILIDADE - D.L. N. 201/67 - O PROCESSO CRIMINAL, NOS TERMOS DO D.L. N. 201/67, VISA A APURAR A RESPONSABILIDADE PENAL DOS PREFEITOS MUNICIPAIS. TRÊS SÃO AS SANÇÕES EXPRESSAMENTE COMINADAS: PENAL (RECLUSÃO OU DETENÇÃO); POLÍTICA (PERDA DO CARGO E A INABILITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA, ELETIVO OU DE NOMEAÇÃO) E CIVIL (REPARAÇÃO DO DANO CAUSADO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO OU PARTICULAR). A SANÇÃO PENAL É PRESSUPOSTO DA SANÇÃO POLÍTICA. O JULGAMENTO É CRIMINAL COM REFLEXO POLÍTICO. NÃO SE CONFUNDE COM O 'IMPEACHMENT', AFASTAMENTO DO TITULAR DO CARGO ELETIVO POR DELIBERAÇÃO POLÍTICA. EM CONSEQUÊNCIA, A AÇÃO PENAL PODE SER PROPOSTA AINDA QUE ENCERRADO O MANDATO DO PREFEITO MUNICIPAL." ([HC 3404](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273404%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PA, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEXTA TURMA, julgado em 30/05/1995, DJ 11/09/1995, p. 28861)

"[...] PREFEITO. CRIME DE RESPONSABILIDADE. DECRETO-LEI NR. 201/67, ART. 1., PARÁGRAFO 1. [...] É CABÍVEL A INSTAURAÇÃO E PROSSEGUIMENTO DE AÇÃO PENAL PÚBLICA CONTRA EX- PREFEITO MUNICIPAL, COM BASE NO ART. 1. DO DECRETO-LEI NR. 201/67, SEJA ELA INICIADA ANTES OU APÓS O TÉRMINO DO MANDATO, DANDO-SE A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA EM OITO ANOS (CPP, ART. 109), CONSIDERADO QUE AS PENAS ALI PREVISTAS (PARÁGRAFO 1.), VARIAM DE TRÊS MESES A TR~EES ANOS DE RECLUSÃO. [...]" ([REsp 57736](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2757736%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG,

Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, SEXTA TURMA, julgado em 22/05/1995, DJ 23/10/1995, p. 35719)

"[...] PREFEITO MUNICIPAL. CRIME DE RESPONSABILIDADE - ART. 1. DL. 201/67. [...] OS CRIMES PREVISTOS NO ART. 1. DO DL 201/67 CONFIGURAM, NA MELHOR EXEGESE, CRIMES FUNCIONAIS, SUJEITOS A PROCESSO E JULGAMENTO PELO PODER JUDICIÁRIO, INDEPENDENTEMENTE DE AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO LEGISLATIVO MUNICIPAL. INEXISTE IMPEDIMENTO LEGAL DA INSTAURAÇÃO OU PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO PENAL APÓS A EXTINÇÃO DO MANDATO DE PREFEITO. PRECEDENTE DO STF. II - O ART. 4. DO DL 201/67 ELENCA AS INFRAÇÕES POLÍTICO- ADMINISTRATIVAS, EM QUE SE PREVÊ A PERDA DO MANDATO, SENDO JULGADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL. A CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO DE PREFEITO IMPEDE A INSTAURAÇÃO OU O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO POLÍTICO-DISCIPLINAR, REGULADO NO ART. 5. DO REFERIDO DECRETO LEI, EM FACE DA PERDA DO OBJETO. [...]" ([REsp 38469](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2738469%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 09/05/1995, DJ 05/06/1995, p. 16689)

"[...] PREFEITO. DEC. LEI NR. 201/67. CRIME DE RESPONSABILIDADE. CRIME COMUM. [...] SÃO CRIMES COMUNS OS CHAMADOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE TIPIFICADOS NO DEC. LEI NR. 201/67, ART. 1. O PROCESSO E JULGAMENTO É DO PODER JUDICIARIO, SEM NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. 2. AINDA QUE O PREFEITO NÃO ESTEJA MAIS NO CARGO INSTAURA-SE O PROCESSO POR CRIME DO DE. LEI 201/67, ART. 1. [...]" ([HC 3261](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273261%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 17/04/1995, DJ 12/06/1995, p. 17634)

"[...] PREFEITO. CRIME DE RESPONSABILIDADE (ART. 1. DECRETO-LEI 201/67) É CRIME COMUM. OS PREFEITOS MUNICIPAIS CONTINUAM SUJEITOS A AÇÃO PENAL, POR FATOS PREVISTOS NO ART. 1. DO DECRETO-LEI 201/67, MESMO APÓS A EXTINÇÃO DO MANDATO. [...]" ([HC 3112](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273112%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG,

Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, QUINTA TURMA, julgado em 14/12/1994, DJ 20/02/1995, p. 3196)

"[...] PREFEITO OU EX-PREFEITO MUNICIPAL. CRIMES COMUNS E DE RESPONSABILIDADE. EXERCÍCIO DO MANDATO. [...] FIRME A JURISPRUDÊNCIA NO SENTIDO DE QUE, INSTAURADA AÇÃO PENAL CONTRA PREFEITO MUNICIPAL, É IRRELEVANTE PARA O SEU PROSSEGUIMENTO O FATO DE QUE VENHA A DEIXAR O EXERCÍCIO DO MANDATO. II. OS CRIMES TIPIFICADOS NO ARTIGO 1. DO DECRETO-LEI N. 201 DE 1967, EMBORA DITOS DE RESPONSABILIDADE, SÃO CRIMES COMUNS A SEREM JULGADOS PELO PODER JUDICIÁRIO, INDEPENDENTEMENTE DE MANIFESTAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES, ENQUANTO QUE O ARTIGO 4. CUIDA DOS CHAMADOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE A SEREM APRECIADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL.

III. O PREFEITO MUNICIPAL, MESMO DEPOIS DE EXTINTO O MANDATO, PODE SER PROCESSADO POR CRIME COMUM, INCLUSIVE OS ELENCADOS NO ARTIGO 1., DO DECRETO-LEI N. 201/67. IV. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. [...]" ([REsp 54827](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2754827%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 14/12/1994, DJ 13/02/1995, p. 2247)

"[...] PREFEITO. CRIME DE RESPONSABILIDADE. DECRETO-LEI 201, DE 1967, ARTIGO 1. CRIMES COMUNS. [...] É CABÍVEL A INSTAURAÇÃO E PROSSEGUIMENTO DE AÇÃO PENAL CONTRA EX- PREFEITO COM BASE NO ARTIGO 1. DO DECRETO-LEI 201, SEJA ELA INICIADA ANTES OU APÓS O TÉRMINO DO MANDATO. II - OS CRIMES DENOMINADOS DE RESPONSABILIDADE, QUE DEVERÃO SER JULGADOS PELO PODER JUDICIÁRIO, INDEPENDENTE DO PRONUNCIAMENTO DA CÂAMARA DOS VEREADORES (ART. 1.), SÃO DE AÇÃO PÚBLICA E PUNÍVEL COM PENA DE RECLUSÃO E DE DETENÇÃO (ART. 1., PAR. 1.) E O PROCESSO É O COMUM, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, COM PEQUENAS MODIFICAÇOES (ART. 2.). III - A AÇÃO PENAL CONTRA PREFEITO MUNICIPAL, POR CRIME TIPIFICADO NO ART. 1. DO DECRETO-LEI 201/1967, PODE SER INSTAURADO MESMO APÓS A EXTINÇÃO DO MANDATO. [...]" ([REsp 52803](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2752803%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, SEXTA TURMA,

julgado em 31/10/1994, DJ 28/11/1994, p. 32648)

"[...] PREFEITO MUNICIPAL. CRIME DE RESPONSABILIDADE. - DENÚNCIA POSTERIOR AO ENCERRAMENTO DO MANDATO. VIABILIDADE, DESDE QUE SE TRATE DE FATO, TAMBÉM PREVISTO COMO CRIME COMUM; PELO QUE HÁ, PORÉM, VERIFICAR-SE A PRESCRIÇÃO DESSE DELITO REMANESCENTE. [...]" ([REsp 46748](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2746748%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA,

julgado em 24/08/1994, DJ 12/09/1994, p. 23777)

"PREFEITO. CRIME DE RESPONSABILIDADE. AÇÃO PENAL, COM BASE NO DECRETO-LEI N. 201/67, PODE SER PROPOSTA AINDA QUE ENCERRADO O MANDATO. O PROCESSO CRIMINAL NÃO TEM POR FIM AFASTAR O PREFEITO MUNICIPAL. O AFASTAMENTO É SANÇÃO POLÍTICA QUE DECORRE DE SANÇÃO CRIMINAL. [...]" ([HC 969](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27969%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. MIN. COSTA LEITE, SEXTA TURMA, julgado em 30/03/1992, DJ 13/04/1992, p. 5006)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500169495&dt_publicacao=11/09/1995) | [3404](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500169495&dt_publicacao=11/09/1995) | [PA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500169495&dt_publicacao=11/09/1995) | [1995/0016949-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500169495&dt_publicacao=11/09/1995) | [Decisão:30/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500169495&dt_publicacao=11/09/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/09/1995 | PG:28861 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00022 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00381 |
| **RT** |  |  | VOL.:00724 | PG:00579 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400376120&dt_publicacao=23/10/1995) | [57736](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400376120&dt_publicacao=23/10/1995) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400376120&dt_publicacao=23/10/1995) | [1994/0037612-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400376120&dt_publicacao=23/10/1995) | [Decisão:22/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400376120&dt_publicacao=23/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/10/1995 | PG:35719 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00052 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00410 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300247611&dt_publicacao=05/06/1995) | [38469](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300247611&dt_publicacao=05/06/1995) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300247611&dt_publicacao=05/06/1995) | [1993/0024761-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300247611&dt_publicacao=05/06/1995) | [Decisão:09/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300247611&dt_publicacao=05/06/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/06/1995 | PG:16689 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00024 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00383 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500055937&dt_publicacao=12/06/1995) | [3261](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500055937&dt_publicacao=12/06/1995) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500055937&dt_publicacao=12/06/1995) | [1995/0005593-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500055937&dt_publicacao=12/06/1995) | [Decisão:17/04/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500055937&dt_publicacao=12/06/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/06/1995 | PG:17634 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00020 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00380 |
| **RT** |  |  | VOL.:00721 | PG:00527 |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400391625&dt_publicacao=20/02/1995) | [3112](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400391625&dt_publicacao=20/02/1995) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400391625&dt_publicacao=20/02/1995) | [1994/0039162-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400391625&dt_publicacao=20/02/1995) | [Decisão:14/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400391625&dt_publicacao=20/02/1995) |
| **DJ** |  | | DATA:20/02/1995 | PG:03196 |
| **RSSTJ** |  | | VOL.:00012 | PG:00017 |
| **RSTJ** |  | | VOL.:00086 | PG:00377 |
| **RT** |  | | VOL.:00718 | PG:00472 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400297580&dt_publicacao=13/02/1995) | [54827 RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400297580&dt_publicacao=13/02/1995) | | [1994/0029758-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400297580&dt_publicacao=13/02/1995) | [Decisão:14/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400297580&dt_publicacao=13/02/1995) |
| **DJ** |  | | DATA:13/02/1995 | PG:02247 |
| **REVFOR** |  | | VOL.:00331 | PG:00321 |
| **REVJUR** |  | | VOL.:00211 | PG:00086 |
| **RSSTJ** |  | | VOL.:00012 | PG:00043 |
| **RSTJ** |  | | VOL.:00086 | PG:00401 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400251041&dt_publicacao=28/11/1994) | [52803 RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400251041&dt_publicacao=28/11/1994) | | [1994/0025104-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400251041&dt_publicacao=28/11/1994) | [Decisão:31/10/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400251041&dt_publicacao=28/11/1994) |
| **DJ** |  | | DATA:28/11/1994 | PG:32648 |
| **RSSTJ** |  | | VOL.:00012 | PG:00032 |
| **RSTJ** |  | | VOL.:00086 | PG:00390 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400106327&dt_publicacao=12/09/1994) | [46748 MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400106327&dt_publicacao=12/09/1994) | | [1994/0010632-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400106327&dt_publicacao=12/09/1994) | [Decisão:24/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400106327&dt_publicacao=12/09/1994) |
| **DJ** |  | | DATA:12/09/1994 | PG:23777 |
| **RSSTJ** |  | | VOL.:00012 | PG:00029 |
| **RSTJ** |  | | VOL.:00086 | PG:00387 |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204218&dt_publicacao=13/04/1992) | [969 RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204218&dt_publicacao=13/04/1992) | | [1991/0020421-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204218&dt_publicacao=13/04/1992) | [Decisão:30/03/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100204218&dt_publicacao=13/04/1992) |
| **DJ** |  | | DATA:13/04/1992 | PG:05006 |
| **RSSTJ** |  | | VOL.:00012 | PG:00015 |
| **RSTJ** |  | | VOL.:00086 | PG:00375 |

# SÚMULA 165

DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Federal processar e julgar crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00109 INC:00004

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

14/08/1996

## Fonte:

REPDJ DATA:02/09/1996 PG:31141 DJ DATA:23/08/1996 PG:29382 RSSTJ VOL.:00012 PG:00057

RSTJ VOL.:00086 PG:00413 RT VOL.:00731 PG:00530

## Excerto dos Precedentes Originários:

"PROCESSUAL PENAL. COMPETÊNCIA. FALSO TESTEMUNHO PERANTE JUIZ DO TRABALHO. [...] O CRIME DE FALSO TESTEMUNHO EM DEPOIMENTO PRESTADO PERANTE JUIZ DO TRABALHO ATENTA CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA ESPECIALIZADA DA UNIÃO. 2. CONFLITO CONHECIDO, DECLARADO COMPETENTE O JUÍZO FEDERAL DA 1. VARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP, O SUSCITADO." ([CC 14508](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714508%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, TERCEIRA SEÇÃO,

julgado em 07/12/1995, DJ 11/03/1996, p. 6564)

"PROCESSUAL PENAL. FALSO TESTEMUNHO EM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR CRIME DE FALSO TESTEMUNHO PRATICADO PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO." ([CC 13406](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713406%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 17/08/1995, DJ 02/10/1995, p. 32324)

"COMPETÊNCIA. FALSO TESTEMUNHO PERANTE JUIZ DO TRABALHO. [...] O CRIME DE FALSO TESTEMUNHO EM DEPOIMENTO PERANTE JUIZ DO TRABALHO ATENTA CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA ESPECIALIZADA DA UNIÃO FEDERAL. (CF, ART. 109, IV). [...]" ([CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711492%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [11492](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711492%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 04/05/1995, DJ 05/06/1995,

p. 16627)

"[...] ANOTAÇÕES EM CTPS. COMPETÊNCIA. [...] COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR CRIME DE FALSO TESTEMUNHO PRATICADO PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO. 2. A JUSTIÇA COMUM DO ESTADO É COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR CRIME CONSISTENTE EM INSERIR DECLARAÇÃO IDEOLOGICAMENTE FALSA EM CTPS, CONCERNENTE A RELAÇÃO EMPREGATÍCIA, POSTO QUE NÃO ENVOLVE BENS, SERVIÇOS OU INTERESSE DA UNIÃO, SUAS AUTARQUIAS OU EMPRESAS PÚBLICAS." ([CC 7488](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277488%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 19/05/1994, DJ 13/06/1994, p. 15085)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500373599&dt_publicacao=11/03/1996) | [14508](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500373599&dt_publicacao=11/03/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500373599&dt_publicacao=11/03/1996) | [1995/0037359-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500373599&dt_publicacao=11/03/1996) | [Decisão:07/12/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500373599&dt_publicacao=11/03/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/03/1996 | PG:06564 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00067 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00420 |
| **RT** |  |  | VOL.:00729 | PG:00510 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500184389&dt_publicacao=02/10/1995) | [13406](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500184389&dt_publicacao=02/10/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500184389&dt_publicacao=02/10/1995) | [1995/0018438-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500184389&dt_publicacao=02/10/1995) | [Decisão:17/08/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500184389&dt_publicacao=02/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/10/1995 | PG:32324 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00065 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00418 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400364199&dt_publicacao=05/06/1995) | [11492](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400364199&dt_publicacao=05/06/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400364199&dt_publicacao=05/06/1995) | [1994/0036419-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400364199&dt_publicacao=05/06/1995) | [Decisão:04/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400364199&dt_publicacao=05/06/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/06/1995 | PG:16627 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00063 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00417 |
| **RT** |  |  | VOL.:00723 | PG:00549 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400030851&dt_publicacao=13/06/1994) | [7488](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400030851&dt_publicacao=13/06/1994) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400030851&dt_publicacao=13/06/1994) | [1994/0003085-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400030851&dt_publicacao=13/06/1994) | [Decisão:19/05/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400030851&dt_publicacao=13/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/06/1994 | PG:15085 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00061 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00415 |

# SÚMULA 166

DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS

## Enunciado:

Não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:000406 ANO:1968

ART:00001 INC:00001 PAR:00002 PAR:00006 ART:00006 PAR:00002

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

14/08/1996

## Fonte:

DJ DATA:23/08/1996 PG:29382 RSSTJ VOL.:00012 PG:00071 RSTJ VOL.:00086 PG:00423

RT VOL.:00731 PG:00196

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ICM - TRANSFERÊNCIA DE MERCADORIA DA FÁBRICA PARA AS LOJAS - DECRETO-LEI 406 / 1968 (ART. 1., I, E 2., PARÁGRAFO 6.). [...] O SIMPLES DESLOCAMENTO DA MERCADORIA DE UM ESTABELECIMENTO PARA OUTRO, DO MESMO CONTRIBUINTE, SEM TIPIFICAR ATO DE MERCANCIA, NÃO LEGITIMA A INCIDÊNCIA DO ICM. [...]" ([REsp 32203](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2732203%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/03/1995, DJ 27/03/1995, p. 7138)

"[...] ICMS - TRANSFERÊNCIA DE MERCADORIA DE UM ESTABELECIMENTO PARA OUTRO, DO MESMO TITULAR - ILEGITIMIDADE. [...] O DESLOCAMENTO DE MERCADORIA DE UM ESTABELECIMENTO PARA OUTRO NÃO CONFIGURA CIRCULAÇÃO ECONÔMICA, EM ORDEM A ENSEJAR IMPOSIÇÃO TRIBUTÁRIA RELATIVA AO ICMS. PARA QUE INCIDA O ICM É NECESSÁRIA A PRÁTICA DE NEGÓCIO JURÍDICO MERCANTIL. [...]" ([REsp 36060](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736060%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/08/1994, DJ 05/09/1994, p. 23039)

"[...] ICM. TRANSFERÊNCIA DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS DO ESTABELECIMENTO MATRIZ À FILIAL. [...] JÁ DECIDIU AMBAS AS TURMAS QUE COMPÕEM A EGRÉGIA PRIMEIRA SEÇÃO DESTA CORTE, NO SENTIDO DA NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS NO CASO DE SIMPLES TRANSFERÊNCIA DE MERCADORIAS DO ESTABELECIMENTO MATRIZ PARA A FILIAL DA MESMA EMPRESA. [...]" ([REsp 37842](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2737842%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/11/1993, DJ 13/12/1993, p. 27442)

"[...] ICM. TRANSFERÊNCIAS DE MERCADORIAS DA FILIAL PARA A MATRIZ E VICE-VERSA. [...] O SIMPLES DESLOCAMENTO DA MERCADORIA PELO SEU PROPRIETÁRIO, SEM IMPLICAR CIRCULAÇÃO ECONÔMICA OU JURÍDICA, NÃO LEGITIMA A INCIDÊNCIA DO ICM. II- INOCORRÊNCIA DE OFENSA AO ART. 6., PAR-2., DO DECRETO-LEI N. 406/68. [...]" ([REsp 9933](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279933%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/10/1992, DJ 26/10/1992, p. 19028)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300035428&dt_publicacao=27/03/1995) | [32203](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300035428&dt_publicacao=27/03/1995) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300035428&dt_publicacao=27/03/1995) | [1993/0003542-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300035428&dt_publicacao=27/03/1995) | [Decisão:06/03/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300035428&dt_publicacao=27/03/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/03/1995 | PG:07138 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00077 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00427 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300169475&dt_publicacao=05/09/1994) | [36060](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300169475&dt_publicacao=05/09/1994) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300169475&dt_publicacao=05/09/1994) | [1993/0016947-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300169475&dt_publicacao=05/09/1994) | [Decisão:10/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300169475&dt_publicacao=05/09/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/09/1994 | PG:23039 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00081 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00430 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300230433&dt_publicacao=13/12/1993) | [37842](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300230433&dt_publicacao=13/12/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300230433&dt_publicacao=13/12/1993) | [1993/0023043-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300230433&dt_publicacao=13/12/1993) | [Decisão:24/11/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300230433&dt_publicacao=13/12/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/12/1993 | PG:27442 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00084 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00433 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067660&dt_publicacao=26/10/1992) | [9933](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067660&dt_publicacao=26/10/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067660&dt_publicacao=26/10/1992) | [1991/0006766-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067660&dt_publicacao=26/10/1992) | [Decisão:07/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067660&dt_publicacao=26/10/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/10/1992 | PG:19028 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00075 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00425 |

# SÚMULA 167

DIREITO TRIBUTÁRIO - ISS

## Enunciado:

O fornecimento de concreto, por empreitada, para construção civil, preparado no trajeto até a obra em betoneiras acopladas a caminhões, é prestação de serviço, sujeitando-se apenas à incidência do ISS.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:000406 ANO:1968

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

11/09/1996

## Fonte:

DJ DATA:19/09/1996 PG:34452 RSSTJ VOL.:00012 PG:00087 RSTJ VOL.:00091 PG:00017

RT VOL.:00732 PG:00166

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ICMS. FORNECIMENTO DE CONCRETO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL. [...] O FORNECIMENTO DE CONCRETO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL QUE VAI SENDO PREPARADO, EM BETONEIRAS ACOPLADAS A CAMINHÕES, NO TRAJETO ATÉ A OBRA, NÃO ESTÁ SUJEITO AO ICMS. COM EFEITO, A MISTURA FÍSICA DE MATERIAIS, NÃO É MERCADORIA PRODUZIDA PELO EMPREITEIRO, MAS PARTE DO SERVIÇO A QUE SE OBRIGA, AINDA QUANDO A EMPREITADA ENVOLVE O FORNECIMENTO DE MATERIAIS. [...]" ([REsp 29858](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2729858%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. MIN. ANTONIO DE PADUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/05/1996, DJ 10/06/1996, p. 20304)

"[...] ICM - CONSTRUÇÃO CIVIL - FORNECIMENTO DE CONCRETO - EMPREITADA - INCIDÊNCIA DE ISS. - O FORNECIMENTO DE CONCRETO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL - MESMO QUANDO ESTE PRODUTO É PREPARADO, EM CAMINHÃO-BETONEIRA, NO TRAJETO PARA A OBRA - É FATO GERADOR DE ISS, NÃO DE ICM." ([REsp 49401](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2749401%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/11/1994, DJ 12/12/1994, p. 34327)

"ICM. FORNECIMENTO DE CONCRETO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL. [...] - O FORNECIMENTO DE CONCRETO POR EMPREITADA É PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, NÃO SE SUJEITANDO À INCIDÊNCIA DO ICM. [...]" ([REsp 8296](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278296%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/03/1992, DJ 13/04/1992, p. 4976)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200306772&dt_publicacao=10/06/1996) | [29858](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200306772&dt_publicacao=10/06/1996) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200306772&dt_publicacao=10/06/1996) | [1992/0030677-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200306772&dt_publicacao=10/06/1996) | [Decisão:20/05/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200306772&dt_publicacao=10/06/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/06/1996 | PG:20304 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00094 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00022 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400165072&dt_publicacao=12/12/1994) | [49401](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400165072&dt_publicacao=12/12/1994) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400165072&dt_publicacao=12/12/1994) | [1994/0016507-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400165072&dt_publicacao=12/12/1994) | [Decisão:16/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400165072&dt_publicacao=12/12/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/12/1994 | PG:34327 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00100 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00027 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100026182&dt_publicacao=13/04/1992) | [8296](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100026182&dt_publicacao=13/04/1992) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100026182&dt_publicacao=13/04/1992) | [1991/0002618-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100026182&dt_publicacao=13/04/1992) | [Decisão:16/03/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100026182&dt_publicacao=13/04/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/04/1992 | PG:04976 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00091 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00019 |

# SÚMULA 168

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

## Enunciado:

Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado.

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

16/10/1996

## Fonte:

DJ DATA:22/10/1996 PG:40503 RSSTJ VOL.:00012 PG:00105 RSTJ VOL.:00091 PG:00031

RT VOL.:00734 PG:00239

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PRECEDENTES DA CORTE ESPECIAL. NÃO SE CONHECE DE EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA QUANDO A ORIENTAÇÃO DA CORTE ESPECIAL JÁ SE FIRMOU NO SENTIDO DA DECISÃO EMBARGADA. [...]" ([AgRg nos EREsp 53284](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2753284%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, CORTE ESPECIAL, julgado em 14/12/1995, DJ 11/03/1996, p. 6553)

"AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA INADMITIDOS. ORIENTAÇÃO PACÍFICA DO TRIBUNAL. NÃO HÁ RAZÃO QUE JUSTIFIQUE A ADMISSÃO DOS EMBARGOS, SE A MATÉRIA EM DISCUSSÃO - CRITÉRIO DE APLICAÇÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA - TEM ORIENTAÇÃO FIRME DO TRIBUNAL, NO MESMO SENTIDO DA DECISÃO RECORRIDA. [...] É que o recurso

especial fora admitido porque a tese em discussão - adoção do critério para correção monetária - era sobejamente conhecida, não se exigindo, então, que o recorrente se estenda na demonstração analítica da divergência. Estava perfeitamente evidenciada a dissonância. Já para os embargos de divergência, não há razão que justifique o prosseguimento. A questão pacificou-se em repetidos julgamentos nesta Corte Especial, firmando-se a orientação do Tribunal no mesmo sentido da decisão recorrida. Levar-se a julgamento o feito, apenas para ratificar as decisões consolidadas é perda de tempo. [...]" ([AgRg nos EREsp 58402](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2758402%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, CORTE ESPECIAL, julgado em 13/06/1995, DJ 07/08/1995)

"[...] REPETIÇÃO DE INDÉBITO. APLICAÇÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. - MATÉRIA DE PROVA. FUNDADAS AS DECISÕES LOCAIS NO PROVA PERICIAL QUE EMBASOU A IMPROCEDÊNCIA DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO (SÚMULA 07/STJ), NÃO PROSPERA A COLAÇÃO JURISPRUDENCIAL, FIRMADA, ADEMAIS, EM DIVERGÊNCIA SUPERADA."

([EREsp 36012](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736012%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, CORTE ESPECIAL, julgado em 13/10/1994, DJ 07/11/1994, p. 29994)

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. MATÉRIA PACIFICADA. SÚMULA N. 54 DO STJ. CESSADO O DISSÍDIO INTERNO QUANTO AO INÍCIO DA CONTAGEM DOS JUROS SOBRE O 'QUANTUM' DA INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE EVENTO DANOSO, A QUESTÃO NÃO MAIS COMPORTA

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. [...] Como se vê, não demonstra a recorrente a existência de um confronto de teses jurídicas sobre a questão fundamental e a reapreciação da decisão da douta Quarta Turma encontra-se desamparada de qualquer supedâneo jurídico. [...]" ([AgRg nos EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2732309%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [32309](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2732309%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/03/1994, DJ

28/03/1994)

"[...] NÃO CABEM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA, QUANDO A ORIENTAÇÃO DOS ÓRGÃOS POSTOS EM CONFRONTO HARMONIZOU-SE NO SENTIDO DA DECISÃO EMBARGADA. [...] Os embargos de

divergência foram concebidos para viabilizar a composição de descompassos jurisprudenciais entre órgãos integrantes da Corte. Nesta circunstância, estes embargos apenas fazem sentido, enquanto permanece a divergência. Se um dos órgãos em confronto amolda sua jurisprudência ao entendimento do outro, os embargos perdem utilidade. Vale, assim, para os embargos de divergência, a regra assentada na Súmula n. 286 do Supremo Tribunal Federal. É correto, pois, afirmar que não cabem embargos de divergência, quando a orientação dos órgãos postos em confronto harmonizou-se da decisão recorrida. [...]" ([AgRg nos EREsp 864](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27864%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 07/12/1993, DJ 21/02/1994)

"[...] NEGA-SE PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL QUE POSTULA A ADMISSÃO DE EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA INDEFERIDOS, SE A JURISPRUDÊNCIA DA EGRÉGIA PRIMEIRA SEÇÃO DESTE SODALÍCIO JÁ SE ENCONTRA PACIFICADO NO MESMO SENTIDO DO ACÓRDÃO

EMBARGADO. [...] Indeferi os embargos, com esta fundamentação: Com efeito, em que pese o denodado esforço das razões recursais deduzidas pela ilustrada procuradora do Estado, não há de prosperar a irresignação, por isso que indemonstrado se apresenta o dissídio jurisprudencial, na hipótese. É que o paradigma trazido a confronto, sendo da Primeira Seção, não se prestaria a comprovar o dissenso, eis que a Segunda Turma e a Primeira Turma de Direito Público integram aquela colenda Corte, sendo assim de se concluir que a matéria, de acordo com os próprios fundamentos da embargante, já estaria pacificada no âmbito das duas Turmas. Na hipótese, pois, não caberiam os embargos de divergência, a teor do disposto no artigo 266, caput, do Regimento Interno deste STJ. No que concerne à ementa de acórdão da colenda Primeira Turma, indicada como paradigma, além dos argumentos ora oferecidos, é de acrescentar que não foram apontadas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, nos moldes do § 1º do artigo 266 do RISTJ (fl . 1.745). Sustenta a embargante que as decisões confrontadas, correspondentes a julgados da 2ª Turma e da 1ª Seção, se prestam para caracterizar o dissenso jurisprudencial apontado. Ainda que assim fosse, a irresignação não haveria de prosperar, porquanto a jurisprudência da Primeira Seção, assim como das duas Turmas de Direito Público que a integram, já se encontra pacificada no mesmo sentido do acórdão embargado, conforme bem assinalou o eminente Ministro Cesar Rocha, ao indeferir embargos de divergência, em caso semelhante (ED no REsp n. 917-0-SP, DJ 20.08.1993, p. 16.349). [...]" ([AgRg nos EREsp 904](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27904%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/09/1993, DJ 18/10/1993)

## Precedentes:

[AgRg nos EREsp 53284 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500500752&dt_publicacao=11/03/1996) [1995/0050075-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500500752&dt_publicacao=11/03/1996) [Decisão:14/12/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500500752&dt_publicacao=11/03/1996)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DJ** |  |  | DATA:11/03/1996 | PG:06553 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00117 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00041 |
| [AgRg nos EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500194325&dt_publicacao=07/08/1995) | [58402](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500194325&dt_publicacao=07/08/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500194325&dt_publicacao=07/08/1995) | [1995/0019432-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500194325&dt_publicacao=07/08/1995) | [Decisão:13/06/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500194325&dt_publicacao=07/08/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/08/1995 | PG:23001 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00120 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00043 |
| [EREsp 36012](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400151594&dt_publicacao=07/11/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400151594&dt_publicacao=07/11/1994) |  | [1994/0015159-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400151594&dt_publicacao=07/11/1994) | [Decisão:13/10/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400151594&dt_publicacao=07/11/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/11/1994 | PG:29994 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00122 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00045 |
| [AgRg nos EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300337912&dt_publicacao=28/03/1994) | [32309](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300337912&dt_publicacao=28/03/1994) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300337912&dt_publicacao=28/03/1994) | [1993/0033791-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300337912&dt_publicacao=28/03/1994) | [Decisão:09/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300337912&dt_publicacao=28/03/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/03/1994 | PG:06289 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00114 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00037 |
| [AgRg nos EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300157353&dt_publicacao=21/02/1994) | [864](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300157353&dt_publicacao=21/02/1994) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300157353&dt_publicacao=21/02/1994) | [1993/0015735-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300157353&dt_publicacao=21/02/1994) | [Decisão:07/12/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300157353&dt_publicacao=21/02/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/02/1994 | PG:02071 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00109 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00033 |
| [AgRg nos EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300160010&dt_publicacao=18/10/1993) | [904](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300160010&dt_publicacao=18/10/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300160010&dt_publicacao=18/10/1993) | [1993/0016001-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300160010&dt_publicacao=18/10/1993) | [Decisão:28/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300160010&dt_publicacao=18/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/10/1993 | PG:21822 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00111 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00035 |

# SÚMULA 169

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA

## Enunciado:

São inadmissíveis embargos infringentes no processo de mandado de segurança.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:01217

LEG:FED LEI:001533 ANO:1951 ART:00012 ART:00013

LEG:FED LEI:006014 ANO:1973 ART:00003

LEG:FED LEI:006071 ANO:1974 ART:00001

LEG:FED RGI:000000 ANO:1989

\*\*\*\*\* RISTJ-89 REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ART:00247 ART:00260

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

16/10/1996

## Fonte:

DJ DATA:22/10/1996 PG:40503 RSSTJ VOL.:00012 PG:00127 RSTJ VOL.:00091 PG:00049

RT VOL.:00734 PG:00240

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. EMBARGOS INFRINGENTES. - CABIMENTO. SÃO INCABÍVEIS TAIS EMBARGOS EM RECURSO ORDINÁRIO. [...]" ([AgRg nos EInf no](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AEIRMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27439%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [RMS 439](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AEIRMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27439%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/06/1995, DJ 28/08/1995,

p. 26609)

"[...] MANDADO DE SEGURANÇA. APELAÇÃO. DECISÃO POR MAIORIA. EMBARGOS INFRINGENTES. DESCABIMENTO. SÚMULA 597 DO STF. [...] NA ESTEIRA DA JURISPRUDÊNCIA SUMULADA DO PRETÓRIO EXCELSO, SEGUIDA ITERATIVAMENTE NO ÂMBITO DESTA CORTE, NÃO CABEM EMBARGOS INFRINGENTES DE ACÓRDÃO QUE, EM MANDADO DE SEGURANÇA, DECIDIU A APELAÇÃO, POR MAIORIA DE VOTOS. SÚMULA 597/STF. [...]" ([REsp 62313](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2762313%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/05/1995, DJ 05/06/1995)

"[...] EMBARGOS INFRINGENTES. DECISÃO MAJORITÁRIA EM MANDADO DE SEGURANÇA. INCABIMENTO. SÚMULA N. 597, DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. COMO NÃO CABEM EMBARGOS INFRINGENTES DE ACÓRDÃO QUE, EM MANDADO DE SEGURANÇA, DECIDIU, POR MAIORIA DE VOTOS, A APELAÇÃO, TAMBÉM SÃO INCABÍVEIS OS EMBARGOS EM CASO DE MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO OU DE RECURSO ORDINÁRIO. OS RECURSOS, EM MANDADO DE SEGURANÇA, CONTINUAM REGIDOS POR LEI ESPECIAL." ([AgRg nos EInf no RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AEIRMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271650%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [1650](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AEIRMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271650%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/11/1994, DJ

13/02/1995, p. 2190)

"[...] PREVALECE O ENTENDIMENTO CONSAGRADO PELA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, SEGUNDO O QUAL NÃO CABEM EMBARGOS INFRINGENTES DE ACÓRDÃO QUE, EM MANDADO DE SEGURANÇA, DECIDIU, POR MAIORIA, A APELAÇÃO (SÚMULA 597). IGUAL CONCLUSÃO RESULTA QUANDO SE TRATA DE REMESSA OFICIAL." ([REsp 45579](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2745579%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 10/08/1994, DJ 29/08/1994, p. 22209)

"[...] 'NÃO CABEM EMBARGOS INFRINGENTES DE ACÓRDÃO QUE, EM MANDADO DE SEGURANÇA, DECIDIU POR MAIORIA DE VOTOS A APELAÇÃO.' (SÚMULA 597/STF). [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2743235%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [43235](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2743235%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, QUINTA TURMA, julgado em 09/03/1994, DJ 28/03/1994, p.

6338)

"[...] EM SEDE DE APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA TOMADA POR MAIORIA DE VOTOS NÃO CABEM EMBARGOS INFRINGENTES. [...]" ([REsp 40494](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2740494%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/12/1993, DJ 07/03/1994, p. 3636)

"[...] SE DA DECISÃO PROFERIDA EM APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA SÃO INTERPOSTOS EMBARGOS INFRINGENTES, O PRAZO RECURSAL COMEÇA A FLUIR DAQUELE DECISÓRIO, E NÃO DO QUE DEIXOU DE CONHECER DOS EMBARGOS, POR SEREM INCABÍVEIS. [...] " ([REsp 33232](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2733232%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 12/05/1993, DJ 31/05/1993, p. 10684)

"[...] 'NÃO CABEM EMBARGOS INFRINGENTES DE ACÓRDÃO QUE, EM MANDADO DE SEGURANÇA DECIDIU, POR MAIORIA DE VOTOS, A APELAÇÃO'. 2. ENTENDIMENTO SUMULADO DO STF. [...]" ([EDcl no REsp 11298](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27EDRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711298%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA,

julgado em 03/03/1993, DJ 03/05/1993, p. 7781)

"[...] NÃO CABEM EMBARGOS INFRINGENTES, COM BASE E VOTO VENCIDO DE ACÓRDÃO QUE JULGOU A APELAÇÃO - SÚMULA N. 597 DO STF [...]" ([REsp 4357](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274357%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/11/1992, DJ 14/12/1992, p. 23895)

"[...] OS EMBARGOS INFRINGENTES NÃO CONHECIDOS, POR INCABÍVEIS, NÃO TEM O CONDÃO DE SUSPENDER O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL." [...] ([REsp 10725](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710725%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. ANTONIO DE PADUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/10/1991, DJ 28/10/1991, p. 15236)

"[..] AUSENTE A PREVISÃO LEGAL DE CABIMENTO DE AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA, É IMPOSSÍVEL A FUNGIBILIDADE RECURSAL, TEM- SE QUE INCIDENTE O ERRO GROSSEIRO INESCUSÁVEL [...]". ([AgRg no RMS 471](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27471%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/1990, DJ 02/09/1991, p. 11788)

"[...] MANDADO DE SEGURANÇA - EMBARGOS INFRINGENTES - A LEI N. 1.533/51 É NORMA ESPECIAL RELATIVAMENTE AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NORMA SPECIALIS DEROGAT GENERALI. NO PROCESSO DA AÇÃO DE SEGURANÇA NÃO HÁ EMBARGOS INFRINGENTES. NÃO OBSTANTE SUA INTERPOSIÇÃO, OCORRE COISA JULGADA SE, EM TEMPO HÁBIL, A PARTE, A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO DA APELAÇÃO, NÃO SE VALE DO RECURSO IDÔNEO. [...]" ([REsp 1489](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271489%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEGUNDA TURMA, julgado em 29/11/1989, DJ 18/12/1989, p. 18473)

"[...] MANDADO DE SEGURANÇA. EMBARGOS INFRINGENTES. SÚMULA NR. 597/STF. NÃO CABEM EMBARGOS INFRINGENTES DE ACÓRDÃO QUE, EM MANDADO DE SEGURANÇA, DECIDIU POR MAIORIA DE VOTOS A APELAÇÃO. SÚMULA NR. 597-STF. [...]" ([REsp 1122](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271122%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CARLOS VELLOSO, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/11/1989, DJ 11/12/1989, p. 18136)

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Precedentes: |  | | | | |
| [AgRg nos EInf no](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000050332&dt_publicacao=28/08/1995) | [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000050332&dt_publicacao=28/08/1995) | [439](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000050332&dt_publicacao=28/08/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000050332&dt_publicacao=28/08/1995) | [1990/0005033-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000050332&dt_publicacao=28/08/1995) | [Decisão:21/06/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000050332&dt_publicacao=28/08/1995) |
| **DJ** |  |  |  | DATA:28/08/1995 | PG:26609 |
| **RSSTJ** |  |  |  | VOL.:00012 | PG:00136 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00091 | PG:00056 |
| [REsp 62313](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500125226&dt_publicacao=05/06/1995) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500125226&dt_publicacao=05/06/1995) |  |  | [1995/0012522-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500125226&dt_publicacao=05/06/1995) | [Decisão:17/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500125226&dt_publicacao=05/06/1995) |
| **DJ** |  |  |  | DATA:05/06/1995 | PG:16643 |
| **RSSTJ** |  |  |  | VOL.:00012 | PG:00175 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00091 | PG:00090 |
| [AgRg nos EInf no](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200088007&dt_publicacao=13/02/1995) | [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200088007&dt_publicacao=13/02/1995) | [1650](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200088007&dt_publicacao=13/02/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200088007&dt_publicacao=13/02/1995) | [1992/0008800-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200088007&dt_publicacao=13/02/1995) | [Decisão:22/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200088007&dt_publicacao=13/02/1995) |
| **DJ** |  |  |  | DATA:13/02/1995 | PG:02190 |
| **RSSTJ** |  |  |  | VOL.:00012 | PG:00139 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00091 | PG:00058 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp 45579 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400077351&dt_publicacao=29/08/1994) | | |  | [1994/0007735-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400077351&dt_publicacao=29/08/1994) | [Decisão:10/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400077351&dt_publicacao=29/08/1994) |
| **DJ** | | |  | DATA:29/08/1994 | PG:22209 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00012 | PG:00171 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00091 | PG:00086 |
| [REsp 43235 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400022549&dt_publicacao=28/03/1994) | | |  | [1994/0002254-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400022549&dt_publicacao=28/03/1994) | [Decisão:09/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400022549&dt_publicacao=28/03/1994) |
| **DJ** | | |  | DATA:28/03/1994 | PG:06338 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00012 | PG:00168 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00091 | PG:00084 |
| [REsp 40494 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300311646&dt_publicacao=07/03/1994) | | |  | [1993/0031164-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300311646&dt_publicacao=07/03/1994) | [Decisão:15/12/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300311646&dt_publicacao=07/03/1994) |
| **DJ** | | |  | DATA:07/03/1994 | PG:03636 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00012 | PG:00161 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00091 | PG:00076 |
| [REsp 33232 DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300076299&dt_publicacao=31/05/1993) | | |  | [1993/0007629-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300076299&dt_publicacao=31/05/1993) | [Decisão:12/05/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300076299&dt_publicacao=31/05/1993) |
| **DJ** | | |  | DATA:31/05/1993 | PG:10684 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00012 | PG:00158 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00091 | PG:00074 |
| [EDcl no REsp 11298](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100102709&dt_publicacao=03/05/1993) | | | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100102709&dt_publicacao=03/05/1993) | [1991/0010270-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100102709&dt_publicacao=03/05/1993) | [Decisão:03/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100102709&dt_publicacao=03/05/1993) |
| **DJ** |  |  |  | DATA:03/05/1993 | PG:07781 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00091 | PG:00062 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000074983&dt_publicacao=14/12/1992) | [4357](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000074983&dt_publicacao=14/12/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000074983&dt_publicacao=14/12/1992) |  | [1990/0007498-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000074983&dt_publicacao=14/12/1992) | [Decisão:11/11/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000074983&dt_publicacao=14/12/1992) |
| **DJ** |  |  |  | DATA:14/12/1992 | PG:23895 |
| **RSSTJ** |  |  |  | VOL.:00012 | PG:00152 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00091 | PG:00070 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100087394&dt_publicacao=28/10/1991) | [10725](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100087394&dt_publicacao=28/10/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100087394&dt_publicacao=28/10/1991) |  | [1991/0008739-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100087394&dt_publicacao=28/10/1991) | [Decisão:07/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100087394&dt_publicacao=28/10/1991) |
| **DJ** |  |  |  | DATA:28/10/1991 | PG:15236 |
| **RSSTJ** |  |  |  | VOL.:00012 | PG:00156 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00091 | PG:00072 |
| [AgRg no](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000057388&dt_publicacao=02/09/1991) | [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000057388&dt_publicacao=02/09/1991) | [471](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000057388&dt_publicacao=02/09/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000057388&dt_publicacao=02/09/1991) | [1990/0005738-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000057388&dt_publicacao=02/09/1991) | [Decisão:05/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000057388&dt_publicacao=02/09/1991) |
| **DJ** |  |  |  | DATA:02/09/1991 | PG:11788 |
| **RSSTJ** |  |  |  | VOL.:00012 | PG:00131 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00091 | PG:00051 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900120573&dt_publicacao=18/12/1989) | [1489](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900120573&dt_publicacao=18/12/1989) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900120573&dt_publicacao=18/12/1989) |  | [1989/0012057-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900120573&dt_publicacao=18/12/1989) | [Decisão:29/11/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900120573&dt_publicacao=18/12/1989) |
| **DJ** |  |  |  | DATA:18/12/1989 | PG:18473 |
| **RSSTJ** |  |  |  | VOL.:00012 | PG:00150 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00091 | PG:00068 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900109839&dt_publicacao=11/12/1989) | [1122](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900109839&dt_publicacao=11/12/1989) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900109839&dt_publicacao=11/12/1989) | [1989/0010983-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900109839&dt_publicacao=11/12/1989) | [Decisão:20/11/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900109839&dt_publicacao=11/12/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/12/1989 | PG:18136 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00146 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00430 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00064 |

# SÚMULA 170

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA TRABALHISTA

## Enunciado:

Compete ao juízo onde primeiro for intentada a ação envolvendo acumulação de pedidos, trabalhista e estatutário, decidi-la nos limites da sua jurisdição, sem prejuízo do ajuizamento de nova causa, com o pedido remanescente, no juízo próprio.

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

23/10/1996

## Fonte:

DJ DATA:31/10/1996 PG:42124 RLTR VOL.:00012 DEZEMBRO/1996 PG:01635

RSSTJ VOL.:00012 PG:00181 RSTJ VOL.:00091 PG:00095 RT VOL.:00734 PG:00240

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] CONFLITO DE COMPETÊNCIA. HAVENDO CUMULAÇÃO DE PEDIDOS E DIVERSIDADE DE JURISDIÇÃO, CABERA AO JUIZ, ONDE PRIMEIRO FOI AJUIZADA A AÇÃO, DECIDI-LA NOS LIMITES DE SUA JURISDIÇÃO." ([CC 8560](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278560%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 04/09/1995, DJ 09/10/1995, p. 33513)

"[...] COMPETÊNCIA. CUMULAÇÃO DE PEDIDOS. JURISDIÇÕES DIVERSAS. DIREITOS TRABALHISTAS E ESTATUTÁRIOS. TRATANDO-SE DE PRETENSÃO VINDICANDO DIREITOS PRÓPRIOS DO REGIME DE EMPREGO E ESTATUTÁRIO, COMPETE AO JUÍZO ONDE PRIMEIRO FOI AJUIZADA A CAUSA, DELA CONHECER DENTRO DOS LIMITES DE SUA JURISDIÇÃO, RESERVANDO- SE A PARTE O DIREITO DE PROMOVER, NO JUÍZO PRÓPRIO, A AÇÃO REMANESCENTE." ([CC 4930](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274930%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 06/04/1995, DJ 15/05/1995, p. 13355)

"[...] RECLAMAÇÃO TRABALHISTA - CUMULAÇÃO DE PEDIDOS - DIVERSIDADE DE JURISDIÇÃO - DEFINIÇÃO DA COMPETÊNCIA DE NATUREZA DIVERSA AS VANTAGENS, ESTATUTÁRIAS UMAS, CELETISTAS OUTRAS. [...] JÁ DECIDIU A EGRÉGIA 3A. SEÇÃO DO STJ QUE 'CABE AO JUÍZO ONDE PRIMEIRO AJUIZADA A CAUSA CONHECE-LA NOS LIMITES DE SUA JURISDIÇÃO, SEM PREJUÍZO DE QUE A PARTE PROMOVA NO JUÍZO PRÓPRIO A AÇÃO REMANESCENTE.' [...]" ([CC 8535](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278535%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 16/03/1995, DJ 24/04/1995, p. 10379)

"[...] CUMULAÇÃO DE PEDIDOS. DIVERSIDADE DE JURISDIÇÃO. [...] DEFINIÇÃO DA COMPETÊNCIA. DE NATUREZA DIVERSA AS VANTAGENS, ESTATUTÁRIAS UMAS, E CELETISTAS OUTRAS, CABE AO JUÍZO ONDE PRIMEIRO AJUIZADA A CAUSA, CONHECE-LA NOS LIMITES DE SUA JURISDIÇÃO, SEM PREJUÍZO DE QUE A PARTE PROMOVA NO JUÍZO PRÓPRIO A AÇÃO REMANESCENTE (CPC, ART. 292, PAR-1. II). [...]" ([CC 5710](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275710%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 16/09/1993, DJ 04/10/1993, p. 20498)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400117442&dt_publicacao=09/10/1995) | [8560](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400117442&dt_publicacao=09/10/1995) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400117442&dt_publicacao=09/10/1995) | [1994/0011744-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400117442&dt_publicacao=09/10/1995) | [Decisão:04/09/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400117442&dt_publicacao=09/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/10/1995 | PG:33513 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00190 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00102 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300132059&dt_publicacao=15/05/1995) | [4930](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300132059&dt_publicacao=15/05/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300132059&dt_publicacao=15/05/1995) | [1993/0013205-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300132059&dt_publicacao=15/05/1995) | [Decisão:06/04/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300132059&dt_publicacao=15/05/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/05/1995 | PG:13355 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00185 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00097 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400117043&dt_publicacao=24/04/1995) | [8535](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400117043&dt_publicacao=24/04/1995) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400117043&dt_publicacao=24/04/1995) | [1994/0011704-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400117043&dt_publicacao=24/04/1995) | [Decisão:16/03/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400117043&dt_publicacao=24/04/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/04/1995 | PG:10379 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00188 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00100 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300228820&dt_publicacao=04/10/1993) | [5710](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300228820&dt_publicacao=04/10/1993) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300228820&dt_publicacao=04/10/1993) | [1993/0022882-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300228820&dt_publicacao=04/10/1993) | [Decisão:16/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300228820&dt_publicacao=04/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/10/1993 | PG:20498 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00187 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00099 |

# SÚMULA 171

DIREITO PENAL - APLICAÇÃO DA PENA

## Enunciado:

Cominadas cumulativamente, em lei especial, penas privativa de liberdade e pecuniária, é defeso a substituição da prisão por multa.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:002848 ANO:1940

\*\*\*\*\* CP-40 CODIGO PENAL ART:00012 ART:00060 PAR:00002

LEG:FED LEI:006368 ANO:1976

\*\*\*\*\* LT-76 LEI DE TOXICOS ART:00016

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

23/10/1996

## Fonte:

DJ DATA:31/10/1996 PG:42124 RSSTJ VOL.:00012 PG:00193 RSTJ VOL.:00091 PG:00105

RT VOL.:00734 PG:00641

## Excerto dos Precedentes Originários:

"LEI ANTITÓXICOS. SUBSTITUIÇÃO A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR MULTA. INVIABILIDADE. [...] A LEI 6.368/76, DE CARÁTER ESPECIAL, PREVENDO, NO SEU ART. 16, PENAS DE DETENÇÃO E MULTA, AFASTA, NA CONDENAÇÃO, A SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR PECÚNIA. COMINAÇÃO CUMULATIVA QUE SE IMPÕE." ([REsp 72424](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2772424%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/08/1996, DJ 02/09/1996, p. 31096)

"[...] PENAS. CUMULATIVIDADE. SUBSTITUIÇÃO. REGIME PRISIONAL. LEI 8.072, DE 1990. [...] ESTABELECENDO A LEI ESPECIAL A CUMULATIVIDADE DAS PENAS (PRIVATIVA DA LIBERDADE E MULTA), COMO ACONTECE EM RELAÇÃO A LEI NR. 6.368, DE 1976, DESCABE A SUBSTITUIÇÃO DA PRIMEIRA PELA DE MULTA. [...]" ([REsp 45540](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2745540%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, SEXTA

TURMA, julgado em 31/10/1995, DJ 12/02/1996, p. 2446)

"[...] PENA. LEI 6.368/76, ART. 16. CONVERSÃO DA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM MULTA. IMPOSSIBILIDADE. [...] A LEI DE TÓXICOS, DE NATUREZA ESPECIAL, AO FIXAR CUMULATIVAMENTE A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE COM A DE MULTA, AFASTA A APLICAÇÃO DO CP. ART. 60, PARAG. 2., IMPEDINDO A SUBSTITUIÇÃO DE UMA PELA OUTRA. [...]"

([REsp 60569](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2760569%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 30/08/1995, DJ 02/10/1995, p. 32395)

"[...] LEI DE TÓXICOS - CONVERSÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM MULTA - IMPOSSIBILIDADE. [...] A LEI DE TÓXICOS (LEI N. 6.368/76) PREVENDO, PARA OS CONDENADOS POR CRIME PREVISTO NO SEU ART. 16, PENAS DE DETENÇÃO E MULTA, IMPOSSIBILITA A SUBSTITUIÇÃO DA MESMA EM PECUNIÁRIA. [...]" ([REsp 46264](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2746264%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, SEXTA TURMA, julgado em 22/05/1995, DJ 19/06/1995, p. 18755)

"[...] LEI DE TÓXICOS. CRIME HEDIONDO. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. [...] SUBSTITUIÇÃO POR MULTA. SUA INVIABILIDADE, QUER SOB O ASPECTO DE TRATAR-SE DE LEI ESPECIAL, DE REGÊNCIA INCOMPATÍVEL COM TAL FAVORECIMENTO (COD. PENAL, ARTS. 12 E 60, PAR. 2.), QUER SOB O ASPECTO DA COMINAÇÃO CUMULATIVA DE ESPÉCIES DE PENAS. [...]" ([REsp 49241](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2749241%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 17/08/1994, DJ 21/11/1994, p. 31781)

"[...] PENA CUMULATIVA - PENA PRIVATIVA DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE LIBERDADE POR MULTA - AS NORMAS INTEGRAM-SE LOGICAMENTE. NÃO OCORRE SOMA ARITMÉTICA. EM CONSEQUÊNCIA, CUMPRE LEVAR EM CONTA O SIGNIFICADO DE CADA UMA. NO TOCANTE AS PENAS, PODE OCORRER COMINAÇÃO A) ISOLADA; B) CUMULATIVA; C) ALTERNATIVA. TELEOLOGICAMENTE, NÃO SE CONFUNDEM. COMINAÇÃO CUMULATIVA TEM, COMO ANTECEDENTE, SITUAÇÃO NORMATIVA DIFERENTE DA COMINAÇÃO ISOLADA, OU ALTERNATIVA. RESPONDE A CONDUTA MAIS GRAVE, COLOCANDO-SE EM POSIÇÃO OPOSTA A COMINAÇÃO ISOLADA, PONDO-SE, NO MEIO-TERMO, A COMINAÇÃO ALTERNATIVA. O JUIZ NÃO PODE TRANSFORMAR A CUMULAÇÃO (CUMULAÇÃO DE ESPÉCIES) EM IDENTIDADE DE ESPÉCIES (AINDA QUE CUMULADAS). NÃO ESTARIA APLICANDO A PENA DENTRO DA COMINAÇÃO LEGAL, EM FRONTAL OPOSIÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA 'PRÉVIA DEFINIÇÃO LEGAL'. CUMPRE MANTER O SIGNIFICADO DE CADA CATEGORIA NORMATIVA." ([REsp 36797](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736797%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEXTA TURMA, julgado em 14/09/1993, DJ 11/10/1993, p. 21354)

"[...] LEI DE TÓXICOS - CONVERSÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM MULTA - IMPOSSIBILIDADE. [...] A LEI DE TÓXICOS (LEI 6.368/76) POR SER LEGISLAÇÃO ESPECIAL, E PREVENDO, PARA OS CONDENADOS POR CRIME PREVISTO NO SEU ART. 16, PENAS DE DETENÇÃO E MULTA, IMPOSSIBILITA A SUBSTITUIÇÃO DA MESMA EM PECUNIÁRIA. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2732161%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [32161](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2732161%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 12/05/1993, DJ

31/05/1993, p. 10682)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500421704&dt_publicacao=02/09/1996) | [72424](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500421704&dt_publicacao=02/09/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500421704&dt_publicacao=02/09/1996) | [1995/0042170-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500421704&dt_publicacao=02/09/1996) | [Decisão:13/08/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500421704&dt_publicacao=02/09/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/09/1996 | PG:31096 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00221 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00129 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400076967&dt_publicacao=12/02/1996) | [45540](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400076967&dt_publicacao=12/02/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400076967&dt_publicacao=12/02/1996) | [1994/0007696-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400076967&dt_publicacao=12/02/1996) | [Decisão:31/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400076967&dt_publicacao=12/02/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/02/1996 | PG:02446 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00203 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00112 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500064251&dt_publicacao=02/10/1995) | [60569](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500064251&dt_publicacao=02/10/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500064251&dt_publicacao=02/10/1995) | [1995/0006425-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500064251&dt_publicacao=02/10/1995) | [Decisão:30/08/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500064251&dt_publicacao=02/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/10/1995 | PG:32395 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00219 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00127 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400090897&dt_publicacao=19/06/1995) | [46264](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400090897&dt_publicacao=19/06/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400090897&dt_publicacao=19/06/1995) | [1994/0009089-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400090897&dt_publicacao=19/06/1995) | [Decisão:22/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400090897&dt_publicacao=19/06/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/06/1995 | PG:18755 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00208 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00117 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400162871&dt_publicacao=21/11/1994) | [49241](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400162871&dt_publicacao=21/11/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400162871&dt_publicacao=21/11/1994) | [1994/0016287-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400162871&dt_publicacao=21/11/1994) | [Decisão:17/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400162871&dt_publicacao=21/11/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/11/1994 | PG:31781 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00068 | PG:00398 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00214 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00078 | PG:00352 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00123 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300191217&dt_publicacao=11/10/1993) | [36797](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300191217&dt_publicacao=11/10/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300191217&dt_publicacao=11/10/1993) | [1993/0019121-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300191217&dt_publicacao=11/10/1993) | [Decisão:14/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300191217&dt_publicacao=11/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/10/1993 | PG:21354 |
| **RCJ** |  |  | VOL.:00063 | PG:00185 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00200 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00110 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300034693&dt_publicacao=31/05/1993) | [32161](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300034693&dt_publicacao=31/05/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300034693&dt_publicacao=31/05/1993) | [1993/0003469-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300034693&dt_publicacao=31/05/1993) | [Decisão:12/05/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300034693&dt_publicacao=31/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:31/05/1993 | PG:10682 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00197 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00107 |

# SÚMULA 172

DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Comum processar e julgar militar por crime de abuso de autoridade, ainda que praticado em serviço.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:004898 ANO:1965 ART:00003 ART:00004

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

23/10/1996

## Fonte:

DJ DATA:31/10/1996 PG:42124 RSSTJ VOL.:00012 PG:00229 RSTJ VOL.:00091 PG:00135

RT VOL.:00734 PG:00641

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] DELITOS MILITARES E CIVIS - NÃO ENQUADRAMENTO DO DENUNCIADO NA SITUAÇÃO DO INCISO II, LETRAS 'A', 'B', 'E' E 'F' DO ART. 9. DO C.P.M. - NÃO ESTANDO O POLICIAL, A QUE SE IMPUTA O COMETIMENTO DE CRIME DE VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO, ABUSO DE AUTORIDADE E TORTURA CONTRA CIVIS, FARDADO, USANDO ARMA DA CORPORAÇÃO OU EM SITUAÇÃO DE ATIVIDADE, (ART. 9., II, LETRAS 'A', 'B', 'E' E 'F', DO C.P.M) COMPETENTE PARA APRECIAR O FEITO É A JUSTIÇA COMUM, MESMO QUE ALGUNS DOS DELITOS SEJAM TIDOS, TAMBÉM, POR CRIMES MILITARES. [...]" ([CC 13980](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713980%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, TERCEIRA SEÇÃO,

julgado em 28/02/1996, DJ 01/04/1996, p. 9862)

"PENAL. PROCESSUAL. MILITAR. ABUSO DE AUTORIDADE. COMPETÊNCIA. CONFLITO. [...] A JUSTIÇA MILITAR SÓ É COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR OS CRIMES MILITARES, OU SEJA, OS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO PENAL MILITAR. O CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE NÃO ESTÁ INSERIDO NA LEGISLAÇÃO PENAL MILITAR. POR ISSO, OS MILITARES, AINDA QUE TENHAM COMETIDO O CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE EM SITUAÇÃO DE SERVIÇO, RESPONDEM PERANTE A JUSTIÇA COMUM. [...]" ([CC 13988](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713988%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 04/09/1995, DJ 30/10/1995, p. 36716)

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS-CORPUS. MILITAR EM SERVIÇO. CRIME CAPITULADO COMO 'ABUSO DE AUTORIDADE' (LEI N. 4.898/65, ART. 3., ALINEAS 'A' E 'I'). [...] COMO A COMPETÊNCIA SE FIRMA PELA DENÚNCIA E O MINISTÉRIO PÚBLICO, FIEL OU INFIELMENTE AOS FATOS, CAPITULOU A AÇÃO CRIMINOSA DO POLICIAL MILITAR NO ART. 3., ALINEAS 'A' E 'I', DA LEI N. 4.898/65 ('ABUSO DE AUTORIDADE'), CABERÁ À JUSTIÇA COMUM DO ESTADO DECIDIR A QUESTÃO. [...]" ([RHC 3162](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273162%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEXTA TURMA, julgado em 08/02/1994, DJ 28/02/1994, p. 2917)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE ATRIBUIDO A POLICIAIS MILITARES EM SERVIÇO. [...] É DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM O JULGAMENTO DE CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE, NÃO PREVISTO COMO CRIME MILITAR. [...]" ([CC 5417](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275417%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 11/11/1993, DJ 13/12/1993, p. 27385)

"PROCESSUAL PENAL. COMPETÊNCIA. CRIMES DE LESÕES CORPORAIS E DE ABUSO DE AUTORIDADE ATRIBUÍDOS A POLICIAIS MILITARES EM SERVIÇO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL PARA O JULGAMENTO DO CRIME DE LESÕES CORPORAIS COMETIDO POR POLICIAIS MILITARES EM SERVIÇO E DA JUSTIÇA COMUM PARA O JULGAMENTO DO ABUSO DE AUTORIDADE, NÃO PREVISTO COMO CRIME MILITAR." ([CC 3320](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273320%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 01/10/1992, DJ 19/10/1992, p. 18214)

"PROCESSUAL PENAL. LESÕES CORPORAIS. ABUSO DE AUTORIDADE. POLICIAIS MILITARES A SERVIÇO. - CONFLITO DE COMPETÊNCIA. NÃO LHE IMPEDE A INSTAURAÇÃO A PENDÊNCIA APELATÓRIA DA SENTENÇA DE UM DOS JUÍZOS EM CONFLITO, SENÃO QUE A IMPEDIRIA O TRÂNSITO EM JULGADO. - CRIME MILITAR. INDUVIDOSA A COMPETÊNCIA CASTRENSE QUANTO AO DELITO DE LESÕES CORPORAIS PRATICADAS POR POLICIAIS MILITARES EM SERVIÇO; CONQUANTO SEJA DA JUSTIÇA COMUM A COMPETÊNCIA QUANTO AO CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE." ([CC 2686](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272686%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 05/03/1992, DJ 16/03/1992, p. 3075)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CONTRAVENÇÃO PRATICADA POR POLICIAL MILITAR. [...] COMPETE À JUSTIÇA MILITAR PROCESSAR E JULGAR POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES NOS CRIMES MILITARES DEFINIDOS EM LEI. 2. COMPETEÀ JUSTIÇA COMUM CRIMINAL PROCESSAR E JULGAR POLICIAL MILITAR ACUSADO DA PRÁTICA DE VIAS DE FATO E DE CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE, EIS QUE NÃO SE ENCONTRAM PREVISTOS NO CÓDIGO PENAL MILITAR. [...]" ([CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272314%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [2314](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272314%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 07/11/1991, DJ

02/12/1991, p. 17512)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500287390&dt_publicacao=01/04/1996) | [13980](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500287390&dt_publicacao=01/04/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500287390&dt_publicacao=01/04/1996) | [1995/0028739-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500287390&dt_publicacao=01/04/1996) | [Decisão:28/02/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500287390&dt_publicacao=01/04/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/04/1996 | PG:09862 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00085 | PG:00236 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00245 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00148 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500289369&dt_publicacao=30/10/1995) | [13988](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500289369&dt_publicacao=30/10/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500289369&dt_publicacao=30/10/1995) | [1995/0028936-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500289369&dt_publicacao=30/10/1995) | [Decisão:04/09/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500289369&dt_publicacao=30/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/10/1995 | PG:36716 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00081 | PG:00296 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00247 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00150 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300288660&dt_publicacao=28/02/1994) | [3162](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300288660&dt_publicacao=28/02/1994) | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300288660&dt_publicacao=28/02/1994) | [1993/0028866-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300288660&dt_publicacao=28/02/1994) | [Decisão:08/02/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300288660&dt_publicacao=28/02/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/02/1994 | PG:02917 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00250 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00152 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300199170&dt_publicacao=13/12/1993) | [5417](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300199170&dt_publicacao=13/12/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300199170&dt_publicacao=13/12/1993) | [1993/0019917-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300199170&dt_publicacao=13/12/1993) | [Decisão:11/11/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300199170&dt_publicacao=13/12/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/12/1993 | PG:27385 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00243 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00057 | PG:00035 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00146 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200186394&dt_publicacao=19/10/1992) | [3320](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200186394&dt_publicacao=19/10/1992) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200186394&dt_publicacao=19/10/1992) | [1992/0018639-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200186394&dt_publicacao=19/10/1992) | [Decisão:01/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200186394&dt_publicacao=19/10/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/10/1992 | PG:18214 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00240 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00143 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200013775&dt_publicacao=16/03/1992) | [2686](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200013775&dt_publicacao=16/03/1992) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200013775&dt_publicacao=16/03/1992) | [1992/0001377-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200013775&dt_publicacao=16/03/1992) | [Decisão:05/03/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200013775&dt_publicacao=16/03/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/03/1992 | PG:03075 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00236 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00318 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00037 | PG:00056 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00108 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00140 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100177652&dt_publicacao=02/12/1991) | [2314](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100177652&dt_publicacao=02/12/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100177652&dt_publicacao=02/12/1991) | [1991/0017765-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100177652&dt_publicacao=02/12/1991) | [Decisão:07/11/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100177652&dt_publicacao=02/12/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/12/1991 | PG:17512 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00233 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00036 | PG:00071 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00137 |

# SÚMULA 173

DIREITO ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL

## Enunciado:

Compete à Justiça Federal processar e julgar o pedido de reintegração em cargo público federal, ainda que o servidor tenha sido dispensado antes da instituição do regime jurídico único.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00109 INC:00001

LEG:FED LEI:008112 ANO:1990 ART:00028

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

23/10/1996

## Fonte:

DJ DATA:31/10/1996 PG:42124 RLTR VOL.:00012 DEZEMBRO/1996 PG:01635

RSSTJ VOL.:00012 PG:00253 RSTJ VOL.:00091 PG:00155 RT VOL.:00734 PG:00240

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - SERVIDOR PÚBLICO - DIREITOS ESTATUTÁRIOS - REINTEGRAÇÃO. [...] O PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO AO SERVIÇO PÚBLICO É REGIDO PELO REGIME JURÍDICO ÚNICO (LEI 8.112/1990), LOGO DE CUNHO ESTATUTÁRIO O QUE DESLOCA A COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA COMUM OU A FEDERAL, CONFORME O CASO, EMBORA O DESLIGAMENTO TIVESSE SE DADO ANTES DA IMPLANTAÇÃO DO RJU E FOSSE CELETISTA O REGIME DE TRABALHO." ([CC 5656](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275656%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 21/11/1995, DJ 18/12/1995, p. 44460)

"[...] COMPETÊNCIA. AÇÃO POSTULATÓRIA DE DIREITOS ESTATUTÁRIOS. REINTEGRAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO. JUSTIÇA FEDERAL. [...] COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO, AINDA QUE O AUTOR TENHA SIDO DEMITIDO ANTES DA EDIÇÃO DA LEI N. 8.112/1990, DE VEZ QUE A PRETENSÃO DEDUZIDA EM JUÍZO TEM NATUREZA NITIDAMENTE ESTATUTÁRIA. [...]" ([CC 10479](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710479%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro VICENTE LEAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 21/11/1995, DJ 18/12/1995, p. 44462)

"[...] RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RELAÇÃO JURÍDICA ANTERIOR DE NATUREZA CELETISTA. REINTEGRAÇÃO AO SERVIÇO PÚBLICO. [...] SE A PRETENSÃO DEDUZIDA - REINTEGRAÇÃO AO SERVIÇO PÚBLICO - É DE NATUREZA ESTATUTÁRIA, COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR O PEDIDO. [...]" ([CC 11137](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711137%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/09/1995, DJ 18/12/1995, p. 44463)

"[...] ADMINISTRATIVO. TRABALHISTA. REINTEGRAÇÃO. [...] AJUIZADA A POSTULAÇÃO DO SERVIDOR JÁ SOB A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL A COMPETÊNCIA PARA RESOLVER A REINTEGRAÇÃO É DO JUÍZO FEDERAL. [...]" ([CC 12141](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2712141%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 01/06/1995, DJ 11/09/1995, p. 28782)

## Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300213989&dt_publicacao=18/12/1995) | [5656](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300213989&dt_publicacao=18/12/1995) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300213989&dt_publicacao=18/12/1995) | [1993/0021398-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300213989&dt_publicacao=18/12/1995) | [Decisão:21/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300213989&dt_publicacao=18/12/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/12/1995 | PG:44460 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00257 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00157 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400266189&dt_publicacao=18/12/1995) | [10479](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400266189&dt_publicacao=18/12/1995) | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400266189&dt_publicacao=18/12/1995) | [1994/0026618-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400266189&dt_publicacao=18/12/1995) | [Decisão:21/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400266189&dt_publicacao=18/12/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/12/1995 | PG:44462 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00259 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00159 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400325487&dt_publicacao=18/12/1995) | [11137](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400325487&dt_publicacao=18/12/1995) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400325487&dt_publicacao=18/12/1995) | [1994/0032548-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400325487&dt_publicacao=18/12/1995) | [Decisão:26/09/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400325487&dt_publicacao=18/12/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/12/1995 | PG:44463 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00261 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00161 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400395418&dt_publicacao=11/09/1995) | [12141](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400395418&dt_publicacao=11/09/1995) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400395418&dt_publicacao=11/09/1995) | [1994/0039541-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400395418&dt_publicacao=11/09/1995) | [Decisão:01/06/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400395418&dt_publicacao=11/09/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/09/1995 | PG:28782 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00263 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00162 |

SÚMULA 174 (SÚMULA CANCELADA)

# DIREITO PENAL - APLICAÇÃO DA PENA

## Enunciado:

No crime de roubo, a intimidação feita com arma de brinquedo autoriza o aumento da pena.

Julgando o RESP 213.054-SP, na sessão de 24/10/2001, a Terceira Seção deliberou pelo CANCELAMENTO da súmula n. 174.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:002848 ANO:1940

\*\*\*\*\* CP-40 CODIGO PENAL ART:00157 PAR:00002 INC:00001

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

24/10/2001

## Fonte:

DJ DATA:06/11/2001 PG:00229 DJ DATA:31/10/1996 PG:42124 RSSTJ VOL.:00012 PG:00267 RSTJ VOL.:00091 PG:00165

RT VOL.:00734 PG:00641 RT VOL.:00794 PG:00542

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ROUBO. MAJORANTE. AMEAÇA COM ARMA DESCARREGADA. CP, ART. 157, PARÁGRAFO 2., I. INTIMIDAÇÃO DA VÍTIMA. [...] A AMEAÇA COM ARMA INEFICIENTE OU COM ARMA DE BRINQUEDO, QUANDO IGNORADA TAL CIRCUNSTÂNCIA PELA VÍTIMA, CONSTITUI CAUSA ESPECIAL DE AUMENTO DE PENA PREVISTA NO ART. 157, PARÁGRAFO 2., I, DO CÓDIGO PENAL, POIS TAL CONDUTA É SUFICIENTE PARA CAUSAR A INTIMIDAÇÃO DA VÍTIMA. [...]" ([REsp 33003](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2733003%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 14/11/1995, DJ 20/05/1996, p. 16743)

"[...] ROUBO. ARMA DE BRINQUEDO. - AUMENTO DA PENA. TRADICIONAL JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS QUANTO A JUSTIFICAR A APLICAÇÃO DO ART. 157, PARÁGRAFO 2., INC. I, DO CÓDIGO PENAL, QUANDO O MEIO USADO É BASTANTE PARA TOLHER A CAPACIDADE DE RESISTÊNCIA DA VÍTIMA INCIENTE DA INEFICÁCIA DO OBJETO." ([REsp 67524](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2767524%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO,

Rel. p/ Acórdão Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 21/08/1995, DJ 06/11/1995, p. 37583)

"[...] ROUBO. EMPREGO DE ARMA DE BRINQUEDO. MEIO INTIMIDATIVO. [...] AINDA SE ENTENDA QUE A LEI EMPREGUE ARMA NO SENTIDO TÉCNICO, ESTE NÃO SE ALHEIA DO CONCEITO GERAL DE QUE, COMO TAL, SE CONSIDERA TODO INSTRUMENTO DE ATAQUE OU DE DEFESA CAPAZ DE INFUNDIR NO ESPÍRITO DA VÍTIMA JUSTO RECEIO DE UMA AGRESSÃO OU DE IMPEDI-LA DE AGIR. IMPORTA, SIM, QUE TENHA HAVIDO A CONCRETA INTIMIDAÇÃO. [...]" ([REsp 62724](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2762724%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 17/05/1995, DJ 07/08/1995, p. 23060)

"[...] ROUBO. REVÓLVER DE BRINQUEDO ('ARMA FINTA') CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE. [...] A RECORRIDA, ACOMPANHADA DE DOIS COMPARSAS, UTILIZANDO-SE DE ARMA DE BRINQUEDO (REVÓLVER), INTIMIDOU E ASSALTOU SUCESSIVAMENTE TRÊS VÍTIMAS. [...] II - O PARÁGRAFO 2. DO ART. 157 DO CP TEM COMO AGRAVANTE 'SE A VIOLÊNCIA OU AMEAÇA É EXERCIDA COM EMPREGO DE ARMA'. ASSIM, O QUE SE TEM DE LEVAR EM CONTA NÃO É A EFETIVA POTENCIALIDADE DA 'ARMA', MAS O QUE ELA PODE APARENTAR AOS OLHOS DO 'HOMO MEDIUS' PARA EFEITO DE VIOLÊNCIA E INTIMIDAÇÃO. SIBILINA SERIA A DISTINÇÃO ENTRE 'ARMA DE VERDADE' MAS SEM CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO EFETIVA (REVÓLVER SEM CÃO, SEM TAMBOR, SEM BALA, ETC) E UM REVÓLVER DE BRINQUEDO, IMITATIVO DO VERDADEIRO. [...]"

([REsp 38136](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2738136%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEXTA TURMA, julgado em 31/05/1994, DJ 27/06/1994, p. 17005)

"[...] TENTATIVA DE ROUBO. REVÓLVER DE BRINQUEDO. ART. 157, PARAG. 2., INC. I E ART. 14, INC. II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. HIPÓTESE EM QUE O COMERCIANTE DEIXOU-SE INTIMIDAR, SOB AMEAÇA DE UM REVÓLVER UTILIZADO PELO ASSALTANTE, QUE, SOMENTE APÓS APODERAR-SE DO DINHEIRO DO CAIXA, FOI DOMINADO PELA VÍTIMA COM AJUDA DE UM DE SEUS EMPREGADOS. NÃO É POSSÍVEL DEIXAR-SE DE CONFIGURAR A TENTATIVA, COM A QUALIFICADORA DO DELITO, COM A VIOLÊNCIA EXERCIDA COM EMPREGO DE REVÓLVER DE BRINQUEDO. TRATANDO-SE DE CRIME COMPLEXO, É IMPORTANTE EXAMINAR-SE SE A VIOLÊNCIA OCORREU ANTES OU DEPOIS DA SUBTRAÇÃO. IN CASU, FOI ANTES DA SUBTRAÇÃO, IMPONDO RECONHECER-SE O ÊXITO DO INÍCIO DA EXECUÇÃO, EM DECORRÊNCIA DA COMPROVADA INTIMIDAÇÃO DA VÍTIMA, IGNORANDO TRATAR-SE DE ARMA DE BRINQUEDO. O QUE DEVE LEVAR EM CONTA É A VONTADE CRIMINOSA DO AGENTE. [...]" ([REsp 36752](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736752%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE CANDIDO DE CARVALHO FILHO, SEXTA TURMA, julgado em 19/10/1993, DJ 29/11/1993, p. 25908)

"[...] EXTORSÃO. ARMA DE BRINQUEDO. [...] ALEGAR QUE A ARMA USADA PARA SUBJUGAR A VÍTIMA A VONTADE DO AGENTE E DE BRINQUEDO NÃO ELIMINA O FATO DE QUE O CRIME FOI PRATICADO MEDIANTE EMPREGO DE ARMA. [...]" ([REsp 28590](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2728590%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO,

Rel. p/ Acórdão Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 07/12/1992, DJ 10/10/1994,

p. 27183)

"[...] ROUBO. ARMA DE BRINQUEDO. QUALIFICADORA. O FUNDAMENTO DA QUALIFICADORA DO ART. 157, PARÁGRAFO 2., I, DO CÓDIGO PENAL, ESTÁ NA INTIMIDAÇÃO DA VÍTIMA, COM A ANULAÇÃO OU DIMINUIÇÃO DA SUA CAPACIDADE DE RESISTÊNCIA, O QUE PODE PERFEITAMENTE OCORRER COM O EMPREGO DE ARMA DE BRINQUEDO. [...]" ([REsp 12279](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2712279%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, SEXTA TURMA, julgado em 25/08/1992, DJ 13/10/1992, p. 17705)

"[...] ROUBO - ARMA DE BRINQUEDO - ART. 157, PARÁGRAFO 2, I, DO CP. [...] NA INTIMIDAÇÃO, FEITA COM ARMA DE BRINQUEDO, PARA A PRÁTICA DO CRIME DE ROUBO, JUSTIFICA-SE O AUMENTO DA PENA A QUE SE REFERE O ART. 157, PARÁGRAFO 2, I, DO CP, QUANDO O MEIO USADO É BASTANTE PARA TOLHER A CAPACIDADE DE RESISTÊNCIA DA VÍTIMA, QUE DESCONHECIA A INEFICÁCIA DO OBJETO. [...]" ([REsp 5679](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275679%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 06/02/1991, DJ 18/03/1991, p. 2805)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300067982&dt_publicacao=20/05/1996) | [33003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300067982&dt_publicacao=20/05/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300067982&dt_publicacao=20/05/1996) | [1993/0006798-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300067982&dt_publicacao=20/05/1996) | [Decisão:14/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300067982&dt_publicacao=20/05/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/05/1996 | PG:16743 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00350 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00327 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00189 |
| **RT** |  |  | VOL.:00733 | PG:00534 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500280957&dt_publicacao=06/11/1995) | [67524](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500280957&dt_publicacao=06/11/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500280957&dt_publicacao=06/11/1995) | [1995/0028095-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500280957&dt_publicacao=06/11/1995) | [Decisão:21/08/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500280957&dt_publicacao=06/11/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/11/1995 | PG:37583 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00345 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00206 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500140160&dt_publicacao=07/08/1995) | [62724](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500140160&dt_publicacao=07/08/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500140160&dt_publicacao=07/08/1995) | [1995/0014016-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500140160&dt_publicacao=07/08/1995) | [Decisão:17/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500140160&dt_publicacao=07/08/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/08/1995 | PG:23060 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00340 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00201 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300237900&dt_publicacao=27/06/1994) | [38136](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300237900&dt_publicacao=27/06/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300237900&dt_publicacao=27/06/1994) | [1993/0023790-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300237900&dt_publicacao=27/06/1994) | [Decisão:31/05/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300237900&dt_publicacao=27/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/06/1994 | PG:17005 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00066 | PG:00304 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00336 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00065 | PG:00384 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00198 |
| **RT** |  |  | VOL.:00709 | PG:00394 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300190121&dt_publicacao=29/11/1993) | [36752](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300190121&dt_publicacao=29/11/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300190121&dt_publicacao=29/11/1993) | [1993/0019012-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300190121&dt_publicacao=29/11/1993) | [Decisão:19/10/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300190121&dt_publicacao=29/11/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/11/1993 | PG:25908 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00056 | PG:00323 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00193 |
| **RT** |  |  | VOL.:00707 | PG:00385 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200269524&dt_publicacao=10/10/1994) | [28590](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200269524&dt_publicacao=10/10/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200269524&dt_publicacao=10/10/1994) | [1992/0026952-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200269524&dt_publicacao=10/10/1994) | [Decisão:07/12/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200269524&dt_publicacao=10/10/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/10/1994 | PG:27183 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00067 | PG:00366 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00316 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00180 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132438&dt_publicacao=13/10/1992) | [12279](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132438&dt_publicacao=13/10/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132438&dt_publicacao=13/10/1992) | [1991/0013243-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132438&dt_publicacao=13/10/1992) | [Decisão:25/08/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100132438&dt_publicacao=13/10/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/10/1992 | PG:17705 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00042 | PG:00340 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00312 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00036 | PG:00407 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00176 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000106524&dt_publicacao=18/03/1991) | [5679](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000106524&dt_publicacao=18/03/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000106524&dt_publicacao=18/03/1991) | [1990/0010652-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000106524&dt_publicacao=18/03/1991) | [Decisão:06/02/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000106524&dt_publicacao=18/03/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/03/1991 | PG:02805 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00302 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00167 |

# SÚMULA 175

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CUSTAS PROCESSUAIS

## Enunciado:

Descabe o depósito prévio nas ações rescisórias propostas pelo INSS.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00488 INC:00002

LEG:FED LEI:008620 ANO:1993 ART:00008

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

23/10/1996

## Fonte:

DJ DATA:31/10/1996 PG:42124 RSSTJ VOL.:00012 PG:00351 RSTJ VOL.:00091 PG:00211

RT VOL.:00734 PG:00240

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] AÇÃO RESCISÓRIA. INSS. DEPÓSITO PRÉVIO. ISENÇÃO. [...] A TEOR DO ART. 8., PARÁGRAFO

1. DA LEI N. 8.260/93, ENCONTRA-SE O INSS ISENTO DA OBRIGATORIEDADE DO DEPÓSITO PRÉVIO ESTIPULADO PELO ART. 488, II, DO CPC. [...]" ([REsp 44299](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2744299%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 27/05/1996, DJ 01/07/1996, p. 24061)

"[...] AÇÃO RESCISÓRIA. DEPÓSITO PRÉVIO DA MULTA PREVISTA NO ART. 488, II, DO CPC. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. INEXIGIBILIDADE (ART. 488, II, DO CPC). [...] O INSS ESTÁ DISPENSADO DO DEPÓSITO PRÉVIO DA MULTA PREVISTA NO INCISO II DO ART. 488 DO CPC. [...]" ([REsp 76969](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2776969%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEXTA TURMA, julgado em 16/04/1996, DJ 10/06/1996, p. 20407)

"[...] COM O ADVENTO DA LEI 8.620/93, O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL RESTOU ISENTO DA OBRIGATORIEDADE DO DEPÓSITO PRÉVIO PREVISTO NO ART. 488, II, CPC, PARA PROPOSITURA DE AÇÃO RESCISÓRIA. [...]" ([REsp 75970](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2775970%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 29/11/1995, DJ 05/02/1996, p. 1422)

"[...] INSS - AÇÃO RESCISÓRIA - DEPÓSITO PRÉVIO DA MULTA. [...] GOZANDO A AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DAS MESMAS PRERROGATIVAS E PRIVILÉGIOS CONCEDIDOS À FAZENDA PÚBLICA, NÃO É DE SE LHE EXIGIR O DEPÓSITO PREVISTO NO INCISO II DO ART. 488 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. [...]" ([REsp 77978](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2777978%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, SEXTA TURMA,

julgado em 28/11/1995, DJ 11/03/1996, p. 6704)

"[...] AÇÃO RESCISÓRIA. AUTARQUIA. DEPÓSITO PRÉVIO. [...] INSS. NAS AÇÕES DE AUTORIA DESSA AUTARQUIA, DESCABE O DEPÓSITO PRÉVIO PREVISTO NO ART. 488, INC. II, DO C.P.C., NA FORMA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO MESMO ARTIGO, C.C. O ART. 8. DA LEI 8.620/93. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2766280%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [66280](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2766280%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 07/06/1995, DJ

07/08/1995, p. 23085)

"[...] EM SEDE DE AÇÃO RESCISÓRIA PROPOSTA PELO INSS, NÃO SE EXIGE O DEPÓSITO PRÉVIO NO VALOR DA MULTA, PREVISTO NO ART. 488, II, DO CPC, EM RAZÃO DOS PRIVILÉGIOS QUE LHE FORAM CONFERIDOS PELO ART. 8. DA LEI N. 8620/93. [...]" ([REsp 44561](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2744561%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/1994, DJ 20/02/1995, p. 3217)

"[...] INSS. DEPÓSITO PRÉVIO. AÇÃO RESCISÓRIA. [...] EXISTÊNCIA DE PRECEITO EXPRESSO CONCEDENDO À AUTARQUIA, NOS CASOS EM QUE SEJA INTERESSADA NA CONDIÇÃO DE AUTORA, ASSISTENTE OU OPOENTE, A MESMAS PRERROGATIVAS E PRIVILÉGIOS ASSEGURADOS À FAZENDA PÚBLICA. II - E, ESTA, SEGUNDO O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 488, DO CPC, ESTÁ ISENTA DO DEPÓSITO PRÉVIO EXIGIDO NAS AÇÕES RESCISÓRIAS, LOGO, TAL BENEPLACITO HÁ DE SER ESTENDIDO ÀS AUTARQUIAS. [...]" ([REsp 43579](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2743579%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, SEXTA TURMA, julgado em 14/11/1994, DJ 12/12/1994, p. 34379)

"[...] AÇÃO RESCISÓRIA. DEPÓSITO PRÉVIO DA MULTA. [...] AUTARQUIA. NAS AÇÕES DE AUTORIA DO INSS, DESCABE A EXIGÊNCIA DO ART. 488, PAR. ÚNICO, DO CPC, CONSOANTE A AFINIDADE DA MATÉRIA PARA COM O DISPOSTO NO ART. 8. DA LEI 8.620/93. [...]" ([REsp 54451](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2754451%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 09/11/1994, DJ 28/11/1994, p. 32634)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400049374&dt_publicacao=01/07/1996) | [44299](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400049374&dt_publicacao=01/07/1996) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400049374&dt_publicacao=01/07/1996) | [1994/0004937-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400049374&dt_publicacao=01/07/1996) | [Decisão:27/05/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400049374&dt_publicacao=01/07/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/07/1996 | PG:24061 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00357 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00215 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500535858&dt_publicacao=10/06/1996) | [76969](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500535858&dt_publicacao=10/06/1996) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500535858&dt_publicacao=10/06/1996) | [1995/0053585-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500535858&dt_publicacao=10/06/1996) | [Decisão:16/04/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500535858&dt_publicacao=10/06/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/06/1996 | PG:20407 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00372 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00227 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500500485&dt_publicacao=05/02/1996) | [75970](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500500485&dt_publicacao=05/02/1996) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500500485&dt_publicacao=05/02/1996) | [1995/0050048-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500500485&dt_publicacao=05/02/1996) | [Decisão:29/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500500485&dt_publicacao=05/02/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/02/1996 | PG:01422 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00369 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00225 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500555778&dt_publicacao=11/03/1996) | [77978](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500555778&dt_publicacao=11/03/1996) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500555778&dt_publicacao=11/03/1996) | [1995/0055577-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500555778&dt_publicacao=11/03/1996) | [Decisão:28/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500555778&dt_publicacao=11/03/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/03/1996 | PG:06704 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00376 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00231 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500242915&dt_publicacao=07/08/1995) | [66280](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500242915&dt_publicacao=07/08/1995) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500242915&dt_publicacao=07/08/1995) | [1995/0024291-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500242915&dt_publicacao=07/08/1995) | [Decisão:07/06/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500242915&dt_publicacao=07/08/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/08/1995 | PG:23085 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00365 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00222 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400055080&dt_publicacao=20/02/1995) | [44561](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400055080&dt_publicacao=20/02/1995) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400055080&dt_publicacao=20/02/1995) | [1994/0005508-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400055080&dt_publicacao=20/02/1995) | [Decisão:13/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400055080&dt_publicacao=20/02/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/02/1995 | PG:03217 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00359 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00071 | PG:00310 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00217 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400028733&dt_publicacao=12/12/1994) | [43579](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400028733&dt_publicacao=12/12/1994) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400028733&dt_publicacao=12/12/1994) | [1994/0002873-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400028733&dt_publicacao=12/12/1994) | [Decisão:14/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400028733&dt_publicacao=12/12/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/12/1994 | PG:34379 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00355 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00213 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400291787&dt_publicacao=28/11/1994) | [54451](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400291787&dt_publicacao=28/11/1994) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400291787&dt_publicacao=28/11/1994) | [1994/0029178-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400291787&dt_publicacao=28/11/1994) | [Decisão:09/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400291787&dt_publicacao=28/11/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/11/1994 | PG:32634 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00362 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00219 |

# SÚMULA 176

DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO

## Enunciado:

É nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBID/CETIP.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:00115

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

23/10/1996

## Fonte:

DJ DATA:06/11/1996 PG:42845 RSSTJ VOL.:00012 PG:00379 RSTJ VOL.:00091 PG:00235

RT VOL.:00734 PG:00240

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL. TAXA ANBID. [...] A TAXA ANBID NÃO PODE SER UTILIZADA PARA O CÁLCULO DOS ENCARGOS DE CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL. [...]" ([REsp 95537](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2795537%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/1996, DJ 07/10/1996, p. 37647)

"CONTRATO DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE. TAXA DIVULGADA PELA ANBID. [...] A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE É PACÍFICA NO SENTIDO DE SER ILEGAL A PREVISÃO CONTRATUAL DE TAXA A SER DIVULGADA PELA ANBID, POR ESTAR SUBMETIDA AO ARBÍTRIO DE UMA DAS PARTES. [...]" ([AgRg no Ag 68529](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2768529%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/08/1996, DJ 02/09/1996, p. 31074)

"CRÉDITO RURAL. [...] JUROS MORATÓRIOS. LIMITAÇÃO A TAXA DE 1% A.A. TAXA ANBID. ILEGALIDADE. [...] ESTE EGRÉGIO TRIBUNAL FIXOU O ENTENDIMENTO DE QUE NO CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL OS JUROS MORATÓRIOS DEVEM SER ELEVADOS EM 1% A.A., NOS TERMOS DO ARTIGO 5. DO DECRETO-LEI N. 167/67, BEM COMO DE QUE É ILEGAL A PREVISÃO DE APLICAÇÃO DA TAXA 'ANBID'. [...]" ([REsp 92868](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2792868%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 18/06/1996, DJ 05/08/1996, p. 26366)

"CRÉDITO RURAL. TAXA. ANBID/CETIP. EM FACE DO SEU CARÁTER POTESTATIVO, É NULA A CLÁUSULA CONTRATUAL QUE PREVÊ A APLICAÇÃO DA TAXA ANBID/CETIP. [...]" ([REsp 57731](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2757731%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. MIN. COSTA LEITE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/11/1995, DJ 26/02/1996, p. 4011)

" EXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - IMPOSSIBILIDADE - SUMULA 05/STJ [...] A ANÁLISE DA ALEGADA NEGATIVA DE VIGÊNCIA DOS DISPOSITIVOS LEGAIS TIDOS COMO AFRONTADOS ESBARRA NO ENUNCIADO DA SÚMULA N. 05/STJ, POIS A INTENÇÃO DO AGRAVANTE É A INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. [...] AINDA QUE ASSIM NÃO FOSSE ASSENTOU A COLENDA SEGUNDA SEÇÃO DA CORTE SER ILÍCITA A CLÁUSULA CONTRATUAL QUE ESTIPULOU OS ENCARGOS FINANCEIROS PREVISTOS NAS TAXAS ANBID E CETIP (RESP N. 44.847 - DJ 02/10/95). [...]" ([AgRg no Ag 54132](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2754132%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA,

julgado em 30/10/1995, DJ 18/12/1995, p. 44559)

"CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. JUROS [...] TAXA ANBID - JURISPRUDÊNCIA DA 2A. SEÇÃO NO SENTIDO DA NULIDADE DA CLÁUSULA QUE A ELEGE." ([REsp 60678](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2760678%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/10/1995, DJ 27/11/1995, p. 40884)

"NOTA DE CRÉDITO RURAL. JUROS. TAXA 'ANBID'. É ILEGAL A CLÁUSULA QUE ATRIBUI À 'ANBID' A FIXAÇÃO DA TAXA DE ENCARGOS FINANCEIROS SUPORTADOS PELO DEVEDOR. [...]"

([AgRg no Ag 47011](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2747011%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 05/09/1995, DJ 23/10/1995, p. 35676)

"NOTA DE CRÉDITO RURAL. ENCARGOS FINANCEIROS CORRESPONDENTES À TAXA DIVULGADA PELA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS DE INVESTIMENTO E DESENVOLVIMENTO - ANBID OU PELA CENTRAL DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA DE TÍTULOS PRIVADOS - CETIP. ILICITUDE DA CLÁUSULA CONTRATUAL QUE ESTIPULOU DITOS ENCARGOS, SUJEITANDO O ATO AO ARBÍTRIO DE UMA DA PARTES. PRECEDENTES DA 4. TURMA DO STJ: RESP 46.746. [...]" ([REsp 44847](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2744847%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 30/08/1995, DJ 02/10/1995, p. 32310)

"[...] CÉDULA RURAL. [...] TAXA ANBID. [...] ILEGALIDADE DA CLÁUSULA QUE AUTORIZA A ADOÇÃO DA TAXA ANBID, EIS QUE ESTIPULADA PELA ENTIDADE DE CLASSE A QUE PERTENCE O CREDOR. [...]" ([REsp 56154](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2756154%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ANTONIO TORREÃO BRAZ, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/1994, DJ 20/03/1995, p. 6127)

"[...] AÇÃO DECLARATÓRIA. POSSIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA. [...] A QUARTA TURMA TEM CONSIDERADO INADMISSÍVEIS AS ESTIPULAÇÕES CONTRATUAIS QUE PREVEJAM ENCARGOS FINANCEIROS VINCULADOS A TAXAS OU ÍNDICES SOBRE A CUJA AFERIÇÃO UMA DAS PARTES CONTRATANTES EXERÇA INFLUÊNCIA EM MAIOR OU MENOR MEDIDA, A EXEMPLO DA DENOMINADA 'TAXA ANBID'. [...]" ([REsp 28599](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2728599%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 06/12/1994, DJ 20/03/1995, p. 6120)

"JUROS. TAXAS. 'ANBID E CETIP'. CRÉDITO RURAL. MERECE PRESERVADA, POR NÃO FERIR O DIREITO FEDERAL, A DECISÃO, FUNDADA INCLUSIVE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, QUE AFASTA DE TÍTULO DE CRÉDITO RURAL CLÁUSULA RELATIVA AS TAXAS ANBID E CETIP. [...]" ([REsp 50478](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2750478%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/1994, DJ 12/12/1994, p. 34352)

"NOTA DE CRÉDITO RURAL. ENCARGOS FINANCEIROS. TAXA ANBID. É ILEGAL A CLÁUSULA INSERTA EM NOTA DE CRÉDITO RURAL, ATRIBUINDO À ANBID A FIXAÇÃO DA TAXA DE ENCARGOS FINANCEIROS SUPORTADOS PELO DEVEDOR. RESOLUÇÃO 1.143, DE 26.06.86, DO CMN, E CIRCULAR 1.047, DE 09.07.86, DO BACEN. [...]" ([REsp 46746](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2746746%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 20/09/1994, DJ 31/10/1994, p. 29504)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600304149&dt_publicacao=07/10/1996) | [95537](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600304149&dt_publicacao=07/10/1996) | | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600304149&dt_publicacao=07/10/1996) | [1996/0030414-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600304149&dt_publicacao=07/10/1996) | | [Decisão:03/09/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600304149&dt_publicacao=07/10/1996) |
| **DJ** |  | |  | DATA:07/10/1996 | | PG:37647 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00012 | | PG:00434 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00091 | | PG:00283 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500132460&dt_publicacao=02/09/1996) | | [68529](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500132460&dt_publicacao=02/09/1996) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500132460&dt_publicacao=02/09/1996) | [1995/0013246-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500132460&dt_publicacao=02/09/1996) | [Decisão:06/08/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500132460&dt_publicacao=02/09/1996) |
| **DJ** | | | |  | DATA:02/09/1996 | PG:31074 |
| **RSSTJ** | | | |  | VOL.:00012 | PG:00389 |
| **RSTJ** | | | |  | VOL.:00091 | PG:00243 |
| [REsp 92868 RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600222517&dt_publicacao=05/08/1996) | | | |  | [1996/0022251-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600222517&dt_publicacao=05/08/1996) | [Decisão:18/06/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600222517&dt_publicacao=05/08/1996) |
| **DJ** | | | |  | DATA:05/08/1996 | PG:26366 |
| **RSSTJ** | | | |  | VOL.:00012 | PG:00429 |
| **RSTJ** | | | |  | VOL.:00091 | PG:00279 |
| [REsp 57731 SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400375824&dt_publicacao=26/02/1996) | | | |  | [1994/0037582-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400375824&dt_publicacao=26/02/1996) | [Decisão:27/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400375824&dt_publicacao=26/02/1996) |
| **DJ** | | | |  | DATA:26/02/1996 | PG:04011 |
| **RSSTJ** | | | |  | VOL.:00012 | PG:00422 |
| **RSTJ** | | | |  | VOL.:00091 | PG:00273 |
| [AgRg no Ag 54132](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400211104&dt_publicacao=18/12/1995) | | | | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400211104&dt_publicacao=18/12/1995) | [1994/0021110-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400211104&dt_publicacao=18/12/1995) | [Decisão:30/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400211104&dt_publicacao=18/12/1995) |
| **DJ** |  | |  | DATA:18/12/1995 | | PG:44559 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00012 | | PG:00385 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00091 | | PG:00239 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500067110&dt_publicacao=27/11/1995) | [60678](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500067110&dt_publicacao=27/11/1995) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500067110&dt_publicacao=27/11/1995) | [1995/0006711-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500067110&dt_publicacao=27/11/1995) | | [Decisão:24/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500067110&dt_publicacao=27/11/1995) |
| **DJ** |  | |  | DATA:27/11/1995 | | PG:40884 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00012 | | PG:00424 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00091 | | PG:00274 |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300353292&dt_publicacao=23/10/1995) | | [47011](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300353292&dt_publicacao=23/10/1995) | | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300353292&dt_publicacao=23/10/1995) | [1993/0035329-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300353292&dt_publicacao=23/10/1995) | [Decisão:05/09/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300353292&dt_publicacao=23/10/1995) |
| **DJ**  **RSSTJ RSTJ** |  | |  | | DATA:23/10/1995  VOL.:00012 VOL.:00091 | PG:35676  PG:00383 PG:00237 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400062559&dt_publicacao=02/10/1995) | [44847](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400062559&dt_publicacao=02/10/1995) | | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400062559&dt_publicacao=02/10/1995) | | [1994/0006255-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400062559&dt_publicacao=02/10/1995) | [Decisão:30/08/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400062559&dt_publicacao=02/10/1995) |
| **DJ** |  | |  | | DATA:02/10/1995 | PG:32310 |
| **RSSTJ** |  | |  | | VOL.:00012 | PG:00400 |
| **RSTJ** |  | |  | | VOL.:00091 | PG:00252 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400326475&dt_publicacao=20/03/1995) | [56154](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400326475&dt_publicacao=20/03/1995) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400326475&dt_publicacao=20/03/1995) | | [1994/0032647-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400326475&dt_publicacao=20/03/1995) | [Decisão:12/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400326475&dt_publicacao=20/03/1995) |
| **DJ** |  | |  | | DATA:20/03/1995 | PG:06127 |
| **RSSTJ** |  | |  | | VOL.:00012 | PG:00419 |
| **RSTJ** |  | |  | | VOL.:00091 | PG:00270 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200270824&dt_publicacao=20/03/1995) | [28599](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200270824&dt_publicacao=20/03/1995) | | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200270824&dt_publicacao=20/03/1995) | | [1992/0027082-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200270824&dt_publicacao=20/03/1995) | [Decisão:06/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200270824&dt_publicacao=20/03/1995) |
| **DJ** |  | |  | | DATA:20/03/1995 | PG:06120 |
| **REVPRO** |  | |  | | VOL.:00082 | PG:00392 |
| **RSSTJ** |  | |  | | VOL.:00012 | PG:00392 |
| **RSSTJ** |  | |  | | VOL.:00013 | PG:00127 |
| **RSTJ** |  | |  | | VOL.:00075 | PG:00287 |
| **RSTJ** |  | |  | | VOL.:00091 | PG:00245 |
| **RSTJ** |  | |  | | VOL.:00091 | PG:00384 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400191413&dt_publicacao=12/12/1994) | [50478](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400191413&dt_publicacao=12/12/1994) | | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400191413&dt_publicacao=12/12/1994) | | [1994/0019141-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400191413&dt_publicacao=12/12/1994) | [Decisão:08/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400191413&dt_publicacao=12/12/1994) |
| **DJ** |  | |  | | DATA:12/12/1994 | PG:34352 |
| **RSSTJ** |  | |  | | VOL.:00012 | PG:00416 |
| **RSTJ** |  | |  | | VOL.:00091 | PG:00267 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400106238&dt_publicacao=31/10/1994) | [46746](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400106238&dt_publicacao=31/10/1994) | | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400106238&dt_publicacao=31/10/1994) | | [1994/0010623-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400106238&dt_publicacao=31/10/1994) | [Decisão:20/09/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400106238&dt_publicacao=31/10/1994) |
| **DJ** |  | |  | | DATA:31/10/1994 | PG:29504 |
| **RSSTJ** |  | |  | | VOL.:00012 | PG:00411 |
| **RSTJ** |  | |  | | VOL.:00067 | PG:00468 |
| **RSTJ** |  | |  | | VOL.:00091 | PG:00263 |

# SÚMULA 177

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DO STJ

## Enunciado:

O Superior Tribunal de Justiça é incompetente para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de órgão colegiado presidido por Ministro de Estado.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00105 INC:00001 LET:B

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

27/11/1996

## Fonte:

DJ DATA:11/12/1996 PG:49795 RSSTJ VOL.:00013 PG:00011 RSTJ VOL.:00091 PG:00289

RT VOL.:00735 PG:00210

## Excerto dos Precedentes Originários:

"MANDADO DE SEGURANÇA. AQUISIÇÃO DA CASA PRÓPRIA. QUITAÇÃO ANTECIPADA DO SALDO DEVEDOR. IMPETRAÇÃO CONTRA ATOS ATRIBUÍDOS AO PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR DO FGTS (MINISTRO DO TRABALHO) E AO PRESIDENTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. LEIS NUMS. 8025/90 E 8036/90. [...] A COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO STJ PARA PROCESSAR E JULGAR MANDADO DE SEGURANÇA CINGE-SE ÀS RESTRITAS HIPÓTESES EXPLICITADAS CONSTITUCIONALMENTE (ART. 105, I, B, C.F.). 2. INEXISTENTES ATOS PRATICADOS PESSOALMENTE POR MINISTRO DE ESTADO OU, NO CASO, PELO PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR DO FGTS (MINISTRO DO TRABALHO), DOCUMENTADAMENTE FICANDO DEMONSTRADO QUE FORAM DITADOS POR AUTORIDADE EXECUTIVA HIERARQUICAMENTE INFERIOR, SEM O VISLUMBRE DE PROVIMENTO ADMINISTRATIVO DECORRENTE DE AUTORIZAÇÃO DELEGADA, É MANIFESTA A INCOMPETÊNCIA DO STJ PARA PROCESSAR E JULGAR O 'MANDAMUS'.[...]" ([MS 2859](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27MS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272859%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 30/08/1994, DJ 26/09/1994, p. 25569)

"MANDADO DE SEGURANÇA. CONFAZ. CONVÊNIOS ICMS NUMS. 111 E 113. COLEGIADO PRESIDIDO POR MINISTRO DE ESTADO. INCOMPETÊNCIA DO STJ. [...] NOS TERMOS DO ART. 105, I, B, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMPETE AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PROCESSAR E JULGAR MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO CONTRA ATO DE MINISTRO DE ESTADO, EXCLUIDO O PRATICADO NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DE ÓRGÃO COLEGIADO. [...]" ([MS 3356](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27MS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273356%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 07/06/1994, DJ 27/06/1994, p. 16868)

"[...] MANDADO DE SEGURANÇA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. COLEGIADO PRESIDIDO POR MINISTRO DE ESTADO. O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÃO É COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR, ORIGINARIAMENTE, MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DO MINISTRO DO TRABALHO QUE O PRATICOU NA CONDIÇÃO DE PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO. [...]" ([MS 3002](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27MS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273002%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/09/1993, DJ 18/10/1993, p. 21824)

"MANDADO DE SEGURANÇA. COMPETÊNCIA. ATO ATRIBUÍDO A MINISTRO DE ESTADO NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DE ÓRGÃO COLEGIADO. JUÍZO FEDERAL. [...] COMPETE AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, POR FORÇA DA NORMA CONSTITUCIONAL, PROCESSAR E JULGAR MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO CONTRA ATO DE MINISTRO DE ESTADO LIGADO A SUA ATIVIDADE ESPECÍFICA. - QUANDO SE TRATA DE ATO DE MINISTRO PRATICADO NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DE ÓRGÃO COLEGIADO, A COMPETÊNCIA É DO JUÍZO FEDERAL." ([MS 1699](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27MS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271699%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/02/1993, DJ 08/03/1993, p. 3081)

"Mandado de Segurança. Não compete ao STJ julgar mandado de segurança contra ato de órgão presidido por Ministro de Estado. CF, artigo 105, I, 'b'. [...]" ([MS 1346](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27MS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271346%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/04/1992, DJ 25/05/1992, p. 7353)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300151150&dt_publicacao=26/09/1994) | [2859](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300151150&dt_publicacao=26/09/1994) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300151150&dt_publicacao=26/09/1994) | [1993/0015115-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300151150&dt_publicacao=26/09/1994) | [Decisão:30/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300151150&dt_publicacao=26/09/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/09/1994 | PG:25569 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00023 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00298 |
| [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400076045&dt_publicacao=27/06/1994) | [3356](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400076045&dt_publicacao=27/06/1994) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400076045&dt_publicacao=27/06/1994) | [1994/0007604-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400076045&dt_publicacao=27/06/1994) | [Decisão:07/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400076045&dt_publicacao=27/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/06/1994 | PG:16868 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00032 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00307 |
| [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300205501&dt_publicacao=18/10/1993) | [3002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300205501&dt_publicacao=18/10/1993) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300205501&dt_publicacao=18/10/1993) | [1993/0020550-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300205501&dt_publicacao=18/10/1993) | [Decisão:28/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300205501&dt_publicacao=18/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/10/1993 | PG:21824 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00029 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00304 |
| [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200112447&dt_publicacao=08/03/1993) | [1699](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200112447&dt_publicacao=08/03/1993) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200112447&dt_publicacao=08/03/1993) | [1992/0011244-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200112447&dt_publicacao=08/03/1993) | [Decisão:09/02/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200112447&dt_publicacao=08/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/03/1993 | PG:03081 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00046 | PG:00107 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00018 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00046 | PG:00052 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00294 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100219401&dt_publicacao=25/05/1992) | [1346](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100219401&dt_publicacao=25/05/1992) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100219401&dt_publicacao=25/05/1992) | [1991/0021940-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100219401&dt_publicacao=25/05/1992) | [Decisão:14/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100219401&dt_publicacao=25/05/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/05/1992 | PG:07353 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00015 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00291 |

# SÚMULA 178

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CUSTAS PROCESSUAIS

## Enunciado:

O INSS não goza de isenção do pagamento de custas e emolumentos, nas ações acidentárias e de benefícios, propostas na Justiça Estadual.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:008620 ANO:1993 ART:00008 PAR:00001

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00024 INC:00004

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

11/12/1996

## Fonte:

DJ DATA:16/12/1996 PG:51122 RSSTJ VOL.:00013 PG:00037 RSTJ VOL.:00091 PG:00311

RT VOL.:00735 PG:00210

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] INSS. CUSTAS JUDICIAIS. [...] ISENÇÃO. DESCABIMENTO QUANTO AOS LITÍGIOS NA JUSTIÇA ESTADUAL. [...]" ([EREsp 66417](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2766417%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/1996, DJ 16/09/1996, p. 33673)

"[...] PREVIDENCIÁRIO. [...] AUTARQUIA FEDERAL. CUSTAS PROCESSUAIS. JUSTIÇA ESTADUAL. [...] A EGRÉGIA SEXTA TURMA DESTE TRIBUNAL TEM PROCLAMADO O ENTENDIMENTO DE QUE O INSS, AUTARQUIA FEDERAL, NÃO É ISENTA DO PAGAMENTO DE CUSTAS QUANDO LITIGA PERANTE A JUSTIÇA ESTADUAL, NÃO SE APLICANDO À HIPÓTESE A REGRA DO ART. 8. DA LEI 8.620/1993. [...]" ([REsp 92432](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2792432%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em

13/08/1996, DJ 30/09/1996, p. 36668)

"[...] REVISIONAL DE BENEFÍCIOS [...] CUSTAS PROCESSUAIS - INSS. [...] FACE AO PRINCÍPIO FEDERATIVO, NÃO É APLICÁVEL À LEI 8.620/93, ART. 8, PARÁGRAFO 1., QUANDO O INSS LITIGA PERANTE A JUSTIÇA ESTADUAL. [...]" ([REsp 72692](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2772692%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 27/05/1996, DJ 01/07/1996, p. 24063)

"[...] CUSTAS ESTADUAIS. INSS. ISENÇÃO. DESCABIMENTO. - NÃO PODE A LEI FEDERAL ISENTAR O INSS DE CUSTAS ESTADUAIS, EM RESPEITO À AUTONOMIA ESTADUAL E PRINCÍPIO FEDERATIVO, INSCRITOS NA PRÓPRIA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ARTS. 24, IV E 25). [...]" ([EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2766653%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja)

[66653](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2766653%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, Rel. p/ Acórdão Ministro WILLIAM PATTERSON, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 24/04/1996, DJ 24/06/1996, p. 22721)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600074631&dt_publicacao=16/09/1996) | [66417](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600074631&dt_publicacao=16/09/1996) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600074631&dt_publicacao=16/09/1996) | [1996/0007463-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600074631&dt_publicacao=16/09/1996) | [Decisão:14/08/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600074631&dt_publicacao=16/09/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/09/1996 | PG:33673 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00041 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00313 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600216436&dt_publicacao=30/09/1996) | [92432](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600216436&dt_publicacao=30/09/1996) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600216436&dt_publicacao=30/09/1996) | [1996/0021643-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600216436&dt_publicacao=30/09/1996) | [Decisão:13/08/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600216436&dt_publicacao=30/09/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/09/1996 | PG:36668 |
| **RPS** |  |  | VOL.:00201 | PG:00772 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00053 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00322 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500427583&dt_publicacao=01/07/1996) | [72692](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500427583&dt_publicacao=01/07/1996) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500427583&dt_publicacao=01/07/1996) | [1995/0042758-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500427583&dt_publicacao=01/07/1996) | [Decisão:27/05/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500427583&dt_publicacao=01/07/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/07/1996 | PG:24063 |
| **RPS** |  |  | VOL.:00202 | PG:00874 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00050 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00320 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600064288&dt_publicacao=24/06/1996) | [66653](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600064288&dt_publicacao=24/06/1996) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600064288&dt_publicacao=24/06/1996) | [1996/0006428-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600064288&dt_publicacao=24/06/1996) | [Decisão:24/04/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600064288&dt_publicacao=24/06/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/06/1996 | PG:22721 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00043 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00315 |

# SÚMULA 179

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - DEPÓSITO JUDICIAL

## Enunciado:

O estabelecimento de crédito que recebe dinheiro, em depósito judicial, responde pelo pagamento da correção monetária relativa aos valores recolhidos.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:01266

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

05/02/1997

## Fonte:

DJ DATA:17/02/1997 PG:02231

RLTR VOL.:00003 MARÇO/1997 PG:00349 RSSTJ VOL.:00013 PG:00061

RSTJ VOL.:00091 PG:00329 RT VOL.:00738 PG:00226

## Excerto dos Precedentes Originários:

"DEPÓSITO JUDICIAL - CORREÇÃO MONETÁRIA. ENTENDENDO-SE QUE UTILIZADO ÍNDICE DIVERSO DO QUE SERIA APLICÁVEL, O DEPOSITÁRIO HAVERÁ DE PAGAR A DIFERENÇA QUE DAÍ RESULTE. [...]" ([EDcl no REsp 52155](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27EDRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2752155%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA,

julgado em 31/10/1995, DJ 04/12/1995, p. 42110)

"DEPOSITÁRIO JUDICIAL. IMPORTÂNCIA DEPOSITADA EM BANCO, QUE SE DEPRECIA A PONTO DE ATINGIR VALOR DESPREZÍVEL. LEGITIMIDADE DE PARTE. APLICAÇÃO DO ART. 1.266 DO CÓDIGO CIVIL. [...] A REGRA DO ART. 1.266 DO CÓDIGO CIVIL APLICA-SE TAMBÉM AO DEPOSITÁRIO JUDICIAL, QUE SE OBRIGA 'A TER NA GUARDA E CONSERVAÇÃO DA COISA DEPOSITADA O CUIDADO E DILIGÊNCIA QUE COSTUMA COM O QUE LHE PERTENCE'. [...]" ([AgRg](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2759460%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja)

[no Ag 59460](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2759460%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 24/10/1995, DJ 11/12/1995, p. 43226)

"DEPÓSITO JUDICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. [...] CASO EM QUE O ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO 'NÃO TEM DIREITO LÍQUIDO E CERTO DE INSURGIR-SE CONTRA A ORDEM JUDICIAL DE EFETUAR O LANÇAMENTO DAS DIFERENÇAS CORRESPONDENTES A CORREÇÃO MONETÁRIA DOS VALORES RECOLHIDOS' (RMS 4.953). [...]" ([RMS 5898](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275898%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/09/1995, DJ 27/11/1995, p. 40882)

"[...] DEPOSITÁRIO JUDICIAL - OBRIGAÇÃO DE RESGUARDAR O VALOR DEPOSITADO DIANTE DA INFLAÇÃO - ARTIGO 1.266, CÓDIGO CIVIL. [...] CONSTITUI INJÚRIA A RAZÃO, COM DESRESPEITO A EXPRESSAS OBRIGAÇÕES DO DIREITO, PRETENDER O DEPOSITÁRIO JUDICIAL EXIMIR-SE DE RESGUARDAR O VALOR DEPOSITADO, EM MOEDA CORRENTE DOS EFEITOS DAS PROCELAS INFLACIONÁRIAS (ART. 1266, CÓDIGO CIVIL). DEMAIS, ENQUANTO DEPOSITADAS, AS IMPORTÂNCIAS CONFIADAS SÃO OBJETO DAS ATIVIDADES NEGOCIAIS BANCÁRIAS, GERANDO LUCROS. NÃO CUIDAR, POIS, DA ATUALIZAÇÃO NA OCASIÃO DO LEVANTAMENTO, SERIA INCENSAR SÓ O PROVEITO CONSEQUENTE DAS ATIVIDADES BANCÁRIAS EM DETRIMENTO DO DEPOSITANTE, CASO NÃO FICAR PRESERVADO, PELA ATUALIZAÇÃO, O VALOR NOMINAL DA MOEDA. [...]" ([RMS 4762](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274762%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/03/1995, DJ 17/04/1995, p. 9555)

"DEPÓSITO JUDICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. O ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO QUE ACEITA A CONDIÇÃO DE DEPOSITÁRIO JUDICIAL NÃO TEM DIREITO LÍQUIDO E CERTO DE INSURGIR-SE CONTRA A ORDEM JUDICIAL DE EFETUAR O LANÇAMENTO DAS DIFERENÇAS CORRESPONDENTES À CORREÇÃO MONETÁRIA DOS VALORES RECOLHIDOS, NA FORMA DOS PROVIMENTOS ADMINISTRATIVOS EXPEDIDOS PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. [...]" ([RMS 4953](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274953%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/1994, DJ 20/02/1995, p. 3186)

"DEPOSITÁRIO JUDICIAL - ARRESTO DE IMPORTÂNCIA DEPOSITADA EM ESTABELECIMENTO BANCÁRIO. A REGRA CONTIDA NO ARTIGO 1.266 DO CÓDIGO CIVIL APLICA-SE TAMBÉM AO DEPOSITÁRIO JUDICIAL QUE SE OBRIGA 'A TER NA GUARDA E CONSERVAÇÃO DA COISA DEPOSITADA O CUIDADO E DILIGÊNCIA QUE COSTUMA COM O QUE LHE PERTENCE'. SENDO O DEPÓSITO EM DINHEIRO, O BANCO HÁ DE DILIGENCIAR NO SENTIDO DE QUE SEJA RESGUARDADO DA DESVALORIZAÇÃO, NÃO CARECENDO, PARA ISSO, DE DETERMINAÇÃO ESPECÍFICA." ([REsp 39850](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2739850%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 30/11/1993, DJ 07/02/1994, p. 1181)

"[...] DEPÓSITO JUDICIAL. MÁ APLICAÇÃO FINANCEIRA. INDENIZAÇÃO. NÃO CONTRARIA AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS-LEIS 2.284/86 E 2.335/87, O ACORDÃO QUE CONFIRMA SENTENÇA QUE DÁ PELA PROCEDÊNCIA DE AÇÃO INDENIZATÓRIA DE TITULAR DE DEPÓSITO JUDICIAL DECORRENTE DE CONDENAÇÃO TRABALHISTA, PELA MÁ APLICAÇÃO FINANCEIRA DO VALOR DEPOSITADO." ([REsp 37112](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2737112%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, QUARTA TURMA, julgado em 14/09/1993, DJ 08/11/1993, p. 23565)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [EDcl no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400238339&dt_publicacao=04/12/1995) | [52155](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400238339&dt_publicacao=04/12/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400238339&dt_publicacao=04/12/1995) | [1994/0023833-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400238339&dt_publicacao=04/12/1995) | [Decisão:31/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400238339&dt_publicacao=04/12/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/12/1995 | PG:42110 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00068 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00334 |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400367520&dt_publicacao=11/12/1995) | | [59460](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400367520&dt_publicacao=11/12/1995) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400367520&dt_publicacao=11/12/1995) | [1994/0036752-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400367520&dt_publicacao=11/12/1995) | [Decisão:24/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400367520&dt_publicacao=11/12/1995) |
| **DJ**  **RSSTJ RSTJ** |  | |  | DATA:11/12/1995  VOL.:00013 VOL.:00091 | | PG:43226  PG:00065 PG:00331 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500305992&dt_publicacao=27/11/1995) | [5898](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500305992&dt_publicacao=27/11/1995) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500305992&dt_publicacao=27/11/1995) | [1995/0030599-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500305992&dt_publicacao=27/11/1995) | | [Decisão:19/09/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500305992&dt_publicacao=27/11/1995) |
| **DJ** |  | |  | DATA:27/11/1995 | | PG:40882 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00013 | | PG:00084 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00091 | | PG:00344 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400280874&dt_publicacao=17/04/1995) | [4762](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400280874&dt_publicacao=17/04/1995) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400280874&dt_publicacao=17/04/1995) | [1994/0028087-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400280874&dt_publicacao=17/04/1995) | | [Decisão:20/03/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400280874&dt_publicacao=17/04/1995) |
| **DJ** |  | |  | DATA:17/04/1995 | | PG:09555 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00013 | | PG:00076 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00078 | | PG:00075 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00091 | | PG:00336 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400326025&dt_publicacao=20/02/1995) | [4953](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400326025&dt_publicacao=20/02/1995) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400326025&dt_publicacao=20/02/1995) | [1994/0032602-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400326025&dt_publicacao=20/02/1995) | | [Decisão:12/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400326025&dt_publicacao=20/02/1995) |
| **DJ** |  | |  | DATA:20/02/1995 | | PG:03186 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00013 | | PG:00082 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00091 | | PG:00341 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300291408&dt_publicacao=07/02/1994) | [39850](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300291408&dt_publicacao=07/02/1994) | | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300291408&dt_publicacao=07/02/1994) | [1993/0029140-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300291408&dt_publicacao=07/02/1994) | | [Decisão:30/11/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300291408&dt_publicacao=07/02/1994) |
| **DJ** |  | |  | DATA:07/02/1994 | | PG:01181 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00013 | | PG:00073 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00058 | | PG:00412 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00091 | | PG:00348 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300205757&dt_publicacao=08/11/1993) | [37112](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300205757&dt_publicacao=08/11/1993) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300205757&dt_publicacao=08/11/1993) | [1993/0020575-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300205757&dt_publicacao=08/11/1993) | | [Decisão:14/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300205757&dt_publicacao=08/11/1993) |
| **DJ** |  | |  | DATA:08/11/1993 | | PG:23565 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00013 | | PG:00070 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00091 | | PG:00347 |

# SÚMULA 180

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA TRABALHISTA

## Enunciado:

Na lide trabalhista, compete ao Tribunal Regional do Trabalho dirimir conflito de competência verificado, na respectiva região, entre juiz estadual e junta de conciliação e julgamento.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:005452 ANO:1943

\*\*\*\*\* CLT-43 CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO ART:00668 ART:00803 ART:00808 LET:A

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

05/02/1997

## Fonte:

DJ DATA:17/02/1997 PG:02231

RLTR VOL.:00003 MARÇO/1997 PG:00349 RSSTJ VOL.:00013 PG:00089

RSTJ VOL.:00091 PG:00353 RT VOL.:00738 PG:00226

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO E JUIZ DE DIREITO INVESTIDO DE JURISDIÇÃO TRABALHISTA. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO PARA DIRIMIR O CONFLITO. [...] CONSOANTE PRECEDENTES DA EGRÉGIA SEGUNDA SEÇÃO, CONFIGURADO O DISSENSO EM TORNO DE LIMITES TERRITORIAIS ENTRE JUÍZO ESTADUAL E JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO, COMPETE AO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA RESPECTIVA REGIÃO DIRIMIR O CONFLITO. [...]" ([CC 13873](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713873%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/04/1996, DJ 06/05/1996, p. 14362)

"COMPETÊNCIA. CONFLITO ENTRE JCJ E JUIZ DE DIREITO INVESTIDO DE JURISDIÇÃO TRABALHISTA. [...] COMPETE AO TRIBUNAL DO TRABALHO DIRIMIR CONFLITO DE COMPETÊNCIA VERIFICADO, NA RESPECTIVA REGIÃO, ENTRE JCJ E JUIZ DE DIREITO INVESTIDO DE JURISDIÇÃO TRABALHISTA. [...]" ([CC 9968](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279968%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/03/1996, DJ 13/05/1996, p. 15511)

"COMPETÊNCIA. JUNTA TRABALHISTA E JUIZ DE DIREITO INVESTIDO DE JURISDIÇÃO TRABALHISTA. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO AO QUAL OS JUÍZES ESTEJAM VINCULADOS. [...]" ([CC 14574](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714574%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, TERCEIRA SEÇÃO,

julgado em 27/03/1996, DJ 13/05/1996, p. 15515)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. TRABALHISTA. LIMITES TERRITORIAIS. É DA COMPETÊNCIA DO RESPECTIVO TRT O JULGAMENTO DO CONFLITO ALUSIVO A LIMITES TERRITORIAIS, ENTRE JUÍZO ESTADUAL E JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO." ([CC 13950](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713950%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/10/1995, DJ 08/04/1996, p. 10440)

"CONFLITO ENTRE JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO E JUIZ DE DIREITO INVESTIDO DE JURISDIÇÃO TRABALHISTA. EM HIPÓTESE TAL, CABE AO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO A QUE AMBOS ESTÃO VINCULADOS DIRIMIR O CONFLITO. [...]" ([CC 14024](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714024%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/08/1995, DJ 02/10/1995, p. 32310)

"COMPETÊNCIA TERRITORIAL. CONFLITO. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO E JUIZ DE DIREITO INVESTIDO DE JURISDIÇÃO TRABALHISTA. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. [...] DISSENTINDO JUIZ DO TRABALHO E JUIZ DE DIREITO INVESTIDO DE JURISDIÇÃO TRABALHISTA, QUANTO AOS LIMITES TERRITORIAIS DAS RESPECTIVAS ÁREAS DE JURISDIÇÃO, COMPETE AO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO, AO QUAL ESTEJAM VINCULADOS NA CAUSA, DIRIMIR O CONFLITO." ([CC 12274](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2712274%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) AL, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS,

Rel. p/ Acórdão Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/06/1995, DJ 18/12/1995, p. 44455)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500267322&dt_publicacao=06/05/1996) | [13873](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500267322&dt_publicacao=06/05/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500267322&dt_publicacao=06/05/1996) | [1995/0026732-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500267322&dt_publicacao=06/05/1996) | [Decisão:10/04/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500267322&dt_publicacao=06/05/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/05/1996 | PG:14362 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00104 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00365 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400216327&dt_publicacao=13/05/1996) | [9968](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400216327&dt_publicacao=13/05/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400216327&dt_publicacao=13/05/1996) | [1994/0021632-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400216327&dt_publicacao=13/05/1996) | [Decisão:27/03/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400216327&dt_publicacao=13/05/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/05/1996 | PG:15511 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00093 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00355 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500384663&dt_publicacao=13/05/1996) | [14574](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500384663&dt_publicacao=13/05/1996) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500384663&dt_publicacao=13/05/1996) | [1995/0038466-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500384663&dt_publicacao=13/05/1996) | [Decisão:27/03/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500384663&dt_publicacao=13/05/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/05/1996 | PG:15515 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00112 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00372 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500279665&dt_publicacao=08/04/1996) | [13950](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500279665&dt_publicacao=08/04/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500279665&dt_publicacao=08/04/1996) | [1995/0027966-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500279665&dt_publicacao=08/04/1996) | [Decisão:11/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500279665&dt_publicacao=08/04/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/04/1996 | PG:10440 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00106 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00367 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500298848&dt_publicacao=02/10/1995) | [14024](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500298848&dt_publicacao=02/10/1995) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500298848&dt_publicacao=02/10/1995) | [1995/0029884-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500298848&dt_publicacao=02/10/1995) | [Decisão:09/08/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500298848&dt_publicacao=02/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/10/1995 | PG:32310 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00109 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00369 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400406819&dt_publicacao=18/12/1995) | [12274](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400406819&dt_publicacao=18/12/1995) | [AL](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400406819&dt_publicacao=18/12/1995) | [1994/0040681-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400406819&dt_publicacao=18/12/1995) | [Decisão:14/06/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400406819&dt_publicacao=18/12/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/12/1995 | PG:44455 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00095 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00357 |

# SÚMULA 181

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DECLARATÓRIA

## Enunciado:

É admissível ação declaratória, visando a obter certeza quanto a exata interpretação de cláusula contratual.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00004

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

05/02/1997

## Fonte:

DJ DATA:17/02/1997 PG:02231

RLTR VOL.:00003 MARÇO/1997 PG:00349 RSSTJ VOL.:00013 PG:00115

RSTJ VOL.:00091 PG:00375 RT VOL.:00738 PG:00226

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] AÇÃO DECLARATÓRIA. POSSIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA. [...] SEGUNDO PRECEDENTES DO TRIBUNAL, É ADMISSÍVEL OBTER-SE A INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL ATRAVÉS DA AÇÃO DECLARATÓRIA. DESTARTE, POSSÍVEL TAL AÇÃO INTENTADA COM O OBJETIVO DE OBTER-SE A CERTEZA DA EXISTÊNCIA E O EXATO CONTEÚDO DOS EFEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA DECORRENTES DA APLICAÇÃO DO CONTRATO. [...]" ([REsp 28599](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2728599%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 06/12/1994, DJ 20/03/1995,

p. 6120)

"AÇÃO DECLARATÓRIA. CLÁUSULA CONTRATUAL. INTERESSE PROCESSUAL. COD. DE PR. CIVIL, ART. 4. ADMITE-SE A AÇÃO PARA DECLARAR-SE A ILEGALIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL. [...]" ([REsp 50956](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2750956%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/09/1994, DJ 10/10/1994, p. 27171)

"[...] LOCAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA CUMULADA COM COBRANÇA. [...] REAJUSTE DE ALUGUÉIS. CABÍVEL A DECLARATÓRIA PARA INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL, VEM AO CASO OS PRECEDENTES SOBRE DEVER-SE O DISCUTIDO REAJUSTE, PELA FORMA DO DL 2.284/86, ART. 9., E NÃO DO DEC. 92.592/88, ART. 7." ([REsp 30389](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2730389%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA

TURMA, julgado em 03/02/1993, DJ 01/03/1993, p. 2529)

"AÇÃO DECLARATÓRIA. INTERESSE DE AGIR. ADMITE-SE A AÇÃO DECLARATÓRIA PARA OBTENÇÃO DA CERTEZA JURÍDICA SOBRE A EXISTÊNCIA, INEXISTÊNCIA OU MODO DE EXISTIR DE UMA RELAÇÃO JURÍDICA. É CABÍVEL PARA A INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL, A CUJO RESPEITO DIVERGEM EM CONCRETO OS CONTRATANTES, BUSCANDO DEFINIR SE A PARTE AUTORA ESTÁ OU NÃO SUJEITA AOS EFEITOS JURÍDICOS PRETENDIDOS PELO OUTRO CONTRATANTE. NÃO SE CUIDA, ASSIM, DE MERA CONSULTA AO JUDICIÁRIO, MAS DE PEDIDO DE COMPOSIÇÃO DE UMA LIDE ATUAL. [...]" ([REsp 2964](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272964%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 12/08/1991, DJ 09/09/1991, p. 12204)

"AÇÃO DECLARATÓRIA. INTERPRETAÇÃO CONTRATUAL. POSSIBILIDADE. O CONTRATO PODE SER INTERPRETADO NA AÇÃO DECLARATÓRIA. [...]" ([REsp 8293](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278293%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/05/1991, DJ 17/06/1991, p. 8205)

"[...] AÇÃO DECLARATÓRIA DE CLÁUSULA CONTRATUAL. LEGÍTIMO INTERESSE. HÁ LEGÍTIMO INTERESSE DE UMA DAS PARTES CONTRATANTES EM QUE SE DECLARE, JUDICIALMENTE, INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. AÇÃO DECLARATÓRIA PARA EXPLICITAR SE A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DAS PRESTAÇÕES PREVISTAS EM INSTRUMENTO CONTRATUAL DEVERÁ SER FEITA TRIMESTRALMENTE OU MENSALMENTE. [...]" ([REsp 1644](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271644%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro GUEIROS LEITE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/03/1990, DJ 16/04/1990, p. 2875)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200270824&dt_publicacao=20/03/1995) | [28599](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200270824&dt_publicacao=20/03/1995) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200270824&dt_publicacao=20/03/1995) | [1992/0027082-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200270824&dt_publicacao=20/03/1995) | [Decisão:06/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200270824&dt_publicacao=20/03/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/03/1995 | PG:06120 |
| **REVPRO** |  |  | VOL.:00082 | PG:00392 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00392 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00127 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00075 | PG:00287 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00245 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00384 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400207115&dt_publicacao=10/10/1994) | [50956](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400207115&dt_publicacao=10/10/1994) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400207115&dt_publicacao=10/10/1994) | [1994/0020711-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400207115&dt_publicacao=10/10/1994) | [Decisão:13/09/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400207115&dt_publicacao=10/10/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/10/1994 | PG:27171 |
| **RDTJRJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00011 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00137 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00393 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200322034&dt_publicacao=01/03/1993) | [30389](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200322034&dt_publicacao=01/03/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200322034&dt_publicacao=01/03/1993) | [1992/0032203-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200322034&dt_publicacao=01/03/1993) | [Decisão:03/02/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200322034&dt_publicacao=01/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/03/1993 | PG:02529 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00134 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00391 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000041449&dt_publicacao=09/09/1991) | [2964](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000041449&dt_publicacao=09/09/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000041449&dt_publicacao=09/09/1991) | [1990/0004144-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000041449&dt_publicacao=09/09/1991) | [Decisão:12/08/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000041449&dt_publicacao=09/09/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/09/1991 | PG:12204 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00122 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00379 |
| **RT** |  |  | VOL.:00674 | PG:00216 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100026158&dt_publicacao=17/06/1991) | [8293](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100026158&dt_publicacao=17/06/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100026158&dt_publicacao=17/06/1991) | [1991/0002615-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100026158&dt_publicacao=17/06/1991) | [Decisão:13/05/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100026158&dt_publicacao=17/06/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/06/1991 | PG:08205 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00125 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00382 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900125273&dt_publicacao=16/04/1990) | [1644](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900125273&dt_publicacao=16/04/1990) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900125273&dt_publicacao=16/04/1990) | [1989/0012527-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900125273&dt_publicacao=16/04/1990) | [Decisão:27/03/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900125273&dt_publicacao=16/04/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/04/1990 | PG:02875 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00119 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00417 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00377 |

# SÚMULA 182

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL

## Enunciado:

É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00524 INC:00002 ART:00545

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

05/02/1997

## Fonte:

DJ DATA:17/02/1997 PG:02231

RLTR VOL.:00003 MARÇO/1997 PG:00349 RSSTJ VOL.:00013 PG:00141

RSTJ VOL.:00091 PG:00399 RT VOL.:00738 PG:00227

## Excerto dos Precedentes Originários:

"AGRAVO REGIMENTAL - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. - TEM-SE POR DESFUNDAMENTADO O AGRAVO DE INSTRUMENTO QUE SE LIMITA A REPRODUZIR AS RAZÕES POSTAS NO RECURSO ESPECIAL INADMITIDO. [...]" ([AgRg no Ag 60114](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2760114%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 06/02/1996, DJ 04/03/1996, p. 5415)

"Agravo regimental. Razões do despacho impugnado não atacadas. Não provimento." ([AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2786073%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [86073](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2786073%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/11/1995, DJ

05/02/1996, p. 1397)

"[...] AGRAVO REGIMENTAL. VIABILIZAÇÃO DE RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. SUBSISTÊNCIA DOS FUNDAMENTOS QUE OBSTARAM O ACESSO À VIA EXCEPCIONAL.

Subsistentes os óbices que impediram o acesso à via excepcional, descabe prover agravo regimental, manifestado com tal objetivo, porque não infirmados os fundamentos da decisão hostilizada. Agravo a que se nega provimento. [...]" ([AgRg no Ag 76947](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2776947%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/11/1995, DJ 18/12/1995, p. 44533)

"AGRAVO. É dever do agravante infirmar a decisão agravada, afigurando-se insuficiente reproduzir as razões anteriormente deduzidas no recurso especial. Agravo improvido." ([AgRg no](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2773965%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [Ag 73965](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2773965%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/1995, DJ 05/02/1996, p. 1405)

"AGRAVO DO ART. 545 DO CPC. O RECURSO DEVE ENFRENTAR A DECISÃO PROLATADA NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO DENEGADO. [...]" ([AgRg no Ag 83137](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2783137%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/1995, DJ 18/12/1995, p. 44594)

"AGRAVO REGIMENTAL. Não é de ser dado provimento ao agravo se não ataca ele, os fundamentos da decisão agravada. Agravo regimental a que se nega provimento." ([AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2784567%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [84567](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2784567%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/11/1995, DJ

05/02/1996, p. 1372)

"[...] AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSISTÊNCIA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. - MANTÉM-SE A DECISÃO AGRAVADA, UMA VEZ NÃO INFIRMADOS OS SEUS FUNDAMENTOS NO AGRAVO REGIMENTAL. - AGRAVO DESPROVIDO." ([AgRg no Ag 85177](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2785177%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, SEXTA TURMA, julgado em 20/11/1995, DJ 12/02/1996, p. 2506)

"RECURSO ESPECIAL. INADMISSÃO. - AGRAVO REGIMENTAL. NÃO SE CONHECE DO AGRAVO DESACOMPANHADO DE RAZÕES INFIRMATÓRIAS DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA, REPORTANDO QUE ESTEVE AS RAZÕES DO PRIMITIVO AGRAVO DE INSTRUMENTO." ([AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2785146%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [85146](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2785146%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 06/11/1995, DJ 27/11/1995, p.

40927)

"[...] AGRAVO REGIMENTAL - AUSÊNCIA DE NOVO ARGUMENTO. Não merece provimento agravo regimental que se limita a repetir argumentação deduzida em agravo de instrumento." ([AgRg no](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2774424%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [Ag 74424](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2774424%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/10/1995, DJ 04/12/1995, p. 42087)

"AGRAVO REGIMENTAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA INATACADOS. DESPROVIMENTO DO RECURSO. CABE AO AGRAVANTE IMPUGNAR AS RAZÕES DA DECISÃO RECORRIDA, NÃO SOMENTE REPETIR AQUELAS ANTERIORMENTE DEDUZIDAS NO RECURSO ESPECIAL." ([AgRg no Ag 79241](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2779241%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/10/1995, DJ 23/10/1995, p. 35660)

"AGRAVO REGIMENTAL. RAZÕES QUE NÃO ATACAM A DECISÃO IMPUGNADA. A REFORMA DA DECISÃO QUE NEGA PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO SUPÕE O CONVENCIMENTO DE QUE AS RESPECTIVAS RAZÕES NÃO TEM SUPORTE LEGAL; O AGRAVO REGIMENTAL QUE SE ADMITE DE ATACAR ESSAS RAZÕES NÃO PODE PROSPERAR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO." ([AgRg no Ag 76394](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2776394%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/09/1995, DJ 16/10/1995, p. 34642)

"AGRAVO REGIMENTAL. REPETIÇÃO DAS RAZÕES DEDUZIDAS NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. HIPÓTESE EM QUE O ACERTO DA FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO QUANTO AO TEMA DA FIXAÇÃO DO VALOR DA CAUSA EM EMBARGOS A EXECUÇÃO, NÃO VIABILIZA O EXAME DA MATÉRIA SUSCITADA NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO."

([AgRg no Ag 68098](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2768098%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/09/1995, DJ 23/10/1995, p. 35665)

"[...] AGRAVO COM VISTAS AO PROCESSAMENTO DO RECURSO ESPECIAL OBSTADO NA ORIGEM. REPRODUÇÃO DAS RAZÕES PRODUZIDAS NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO VOLTADO CONTRA OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO DE SEGUNDO GRAU E NÃO CONTRA OS DO JUÍZO NEGATIVO DE ADMISSIBILIDADE. AGRAVO 'REGIMENTAL' QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. DESPROVIMENTO DO RECURSO. - DEIXANDO, TANTO O AGRAVO QUANTO O CHAMADO AGRAVO 'REGIMENTAL', DE ATACAR OS FUNDAMENTOS DAS DECISÕES AGRAVADAS, VOLTANDO-SE A ARGUMENTAÇÃO CONTRA O ACÓRDÃO DE SEGUNDO GRAU, IMPÕE-SE O DESPROVIMENTO DOS RECURSOS EM FACE DA PRECLUSÃO DOS TEMAS REFERENTES A ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL." ([AgRg no Ag 66788](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2766788%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 08/08/1995, DJ 11/09/1995, p. 28835)

"[...] AGRAVO REGIMENTAL. 1. CUMPRE AO AGRAVANTE ENFRENTAR AS RAZÕES DO DESPACHO AGRAVADO, PENA DE TORNAR IRRITO O RECURSO. 2. AGRAVO DESPROVIDO." ([AgRg no Ag 46262](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2746262%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, SEXTA TURMA, julgado em 13/06/1995, DJ 30/10/1995, p. 36812)

"AGRAVO REGIMENTAL. PERSISTÊNCIA DAS RAZÕES ADUZIDAS NO DESPACHO AGRAVADO, QUE NÃO FORAM REBATIDAS. AGRAVO IMPROVIDO." ([AgRg no Ag 52694](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2752694%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 13/06/1995, DJ 21/08/1995, p. 25369)

"[...] AGRAVO REGIMENTAL - FUNDAMENTAÇÃO. [...] É dever do agravante infirmar as razões da decisão agravada. Inadmissível o recurso quando não ataca os argumentos em que se embasou a decisão impugnada. II - Regimental improvido." ([AgRg no Ag 65810](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2765810%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/05/1995, DJ 07/08/1995, p. 23038)

"- Agravo contra despacho que inadmitiu recurso especial. - Deve o agravante rebater as razões em que se fundou a decisão agravada e não reproduzir as razões anteriormente aduzidas. - Agravo improvido." ([AgRg no Ag 34187](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2734187%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro ANTONIO TORREÃO BRAZ, QUARTA TURMA, julgado em 28/02/1994, DJ 11/04/1994, p. 7648)

## Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400385625&dt_publicacao=04/03/1996) | [60114](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400385625&dt_publicacao=04/03/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400385625&dt_publicacao=04/03/1996) | [1994/0038562-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400385625&dt_publicacao=04/03/1996) | [Decisão:06/02/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400385625&dt_publicacao=04/03/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/03/1996 | PG:05415 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00150 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00405 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500500329&dt_publicacao=05/02/1996) | [86073](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500500329&dt_publicacao=05/02/1996) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500500329&dt_publicacao=05/02/1996) | [1995/0050032-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500500329&dt_publicacao=05/02/1996) | [Decisão:28/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500500329&dt_publicacao=05/02/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/02/1996 | PG:01397 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00174 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00426 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500299631&dt_publicacao=18/12/1995) | [76947](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500299631&dt_publicacao=18/12/1995) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500299631&dt_publicacao=18/12/1995) | [1995/0029963-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500299631&dt_publicacao=18/12/1995) | [Decisão:22/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500299631&dt_publicacao=18/12/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/12/1995 | PG:44533 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00162 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00415 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500243296&dt_publicacao=05/02/1996) | [73965](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500243296&dt_publicacao=05/02/1996) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500243296&dt_publicacao=05/02/1996) | [1995/0024329-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500243296&dt_publicacao=05/02/1996) | [Decisão:21/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500243296&dt_publicacao=05/02/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/02/1996 | PG:01405 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00158 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00412 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500432420&dt_publicacao=18/12/1995) | [83137](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500432420&dt_publicacao=18/12/1995) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500432420&dt_publicacao=18/12/1995) | [1995/0043242-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500432420&dt_publicacao=18/12/1995) | [Decisão:21/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500432420&dt_publicacao=18/12/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/12/1995 | PG:44594 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00167 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00420 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500466007&dt_publicacao=05/02/1996) | [84567](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500466007&dt_publicacao=05/02/1996) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500466007&dt_publicacao=05/02/1996) | [1995/0046600-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500466007&dt_publicacao=05/02/1996) | [Decisão:20/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500466007&dt_publicacao=05/02/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/02/1996 | PG:01372 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00169 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00422 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500477076&dt_publicacao=12/02/1996) | [85177](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500477076&dt_publicacao=12/02/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500477076&dt_publicacao=12/02/1996) | [1995/0047707-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500477076&dt_publicacao=12/02/1996) | [Decisão:20/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500477076&dt_publicacao=12/02/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/02/1996 | PG:02506 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00173 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00424 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500476223&dt_publicacao=27/11/1995) | [85146](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500476223&dt_publicacao=27/11/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500476223&dt_publicacao=27/11/1995) | [1995/0047622-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500476223&dt_publicacao=27/11/1995) | [Decisão:06/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500476223&dt_publicacao=27/11/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/11/1995 | PG:40927 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00171 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00423 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500250420&dt_publicacao=04/12/1995) | [74424](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500250420&dt_publicacao=04/12/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500250420&dt_publicacao=04/12/1995) | [1995/0025042-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500250420&dt_publicacao=04/12/1995) | [Decisão:25/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500250420&dt_publicacao=04/12/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/12/1995 | PG:42087 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00159 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00413 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500354055&dt_publicacao=23/10/1995) | [79241](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500354055&dt_publicacao=23/10/1995) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500354055&dt_publicacao=23/10/1995) | [1995/0035405-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500354055&dt_publicacao=23/10/1995) | [Decisão:04/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500354055&dt_publicacao=23/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/10/1995 | PG:35660 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00165 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00418 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500288214&dt_publicacao=16/10/1995) | [76394](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500288214&dt_publicacao=16/10/1995) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500288214&dt_publicacao=16/10/1995) | [1995/0028821-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500288214&dt_publicacao=16/10/1995) | [Decisão:27/09/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500288214&dt_publicacao=16/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/10/1995 | PG:34642 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00161 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00414 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500124963&dt_publicacao=23/10/1995) | [68098](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500124963&dt_publicacao=23/10/1995) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500124963&dt_publicacao=23/10/1995) | [1995/0012496-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500124963&dt_publicacao=23/10/1995) | [Decisão:26/09/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500124963&dt_publicacao=23/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/10/1995 | PG:35665 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00156 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00410 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500101998&dt_publicacao=11/09/1995) | [66788](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500101998&dt_publicacao=11/09/1995) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500101998&dt_publicacao=11/09/1995) | [1995/0010199-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500101998&dt_publicacao=11/09/1995) | [Decisão:08/08/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500101998&dt_publicacao=11/09/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/09/1995 | PG:28835 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00155 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00408 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300335359&dt_publicacao=30/10/1995) | [46262](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300335359&dt_publicacao=30/10/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300335359&dt_publicacao=30/10/1995) | [1993/0033535-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300335359&dt_publicacao=30/10/1995) | [Decisão:13/06/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300335359&dt_publicacao=30/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/10/1995 | PG:36812 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00146 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00402 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400169698&dt_publicacao=21/08/1995) | [52694](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400169698&dt_publicacao=21/08/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400169698&dt_publicacao=21/08/1995) | [1994/0016969-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400169698&dt_publicacao=21/08/1995) | [Decisão:13/06/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400169698&dt_publicacao=21/08/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/08/1995 | PG:25369 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00148 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00403 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500088088&dt_publicacao=07/08/1995) | [65810](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500088088&dt_publicacao=07/08/1995) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500088088&dt_publicacao=07/08/1995) | [1995/0008808-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500088088&dt_publicacao=07/08/1995) | [Decisão:29/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500088088&dt_publicacao=07/08/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/08/1995 | PG:23038 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00151 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00406 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300048368&dt_publicacao=11/04/1994) | [34187](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300048368&dt_publicacao=11/04/1994) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300048368&dt_publicacao=11/04/1994) | [1993/0004836-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300048368&dt_publicacao=11/04/1994) | [Decisão:28/02/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300048368&dt_publicacao=11/04/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/04/1994 | PG:07648 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00145 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00091 | PG:00401 |

SÚMULA 183 (SÚMULA CANCELADA)

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA

## Enunciado:

Compete ao juiz estadual, nas comarcas que não sejam sede de vara da Justiça Federal, processar e julgar ação civil pública, ainda que a União figure no processo.

Julgando os Embargos de Declaração no CC n. 27.676-BA, na sessão de 08/11/2000, a Primeira Seção deliberou pelo CANCELAMENTO da Súmula n. 183.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00109 INC:00001

LEG:FED LEI:007347 ANO:1985 ART:00002

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

08/11/2000

## Fonte:

DJ DATA:24/11/2000 PG:00265 DJ DATA:31/03/1997 PG:09667 RDDT VOL.:00021 PG:00194 RSSTJ VOL.:00013 PG:00177 RSTJ VOL.:00101 PG:00017

RT VOL.:00739 PG:00205 RT VOL.:00783 PG:00225

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CONFLITO NEGATIVO ENTRE OS JUÍZOS FEDERAL E ESTADUAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE. COMPETÊNCIA ESTADUAL. [...]" ([CC 16075](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716075%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/03/1996, DJ 22/04/1996, p. 12508)

"COMPETÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE. SÍTIO ARQUEOLÓGICO. ART. 109, I, PARÁGRAFOS 3. E 4., CF. LEI 7347/85, ART. 2. [...] A COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR AÇÃO CIVIL PÚBLICA, OBJETIVANDO PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, É DO JUÍZO EM QUE OCORREU O DANO. [...] - CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTADUAL." ([CC 12361](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2712361%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 04/04/1995, DJ 08/05/1995, p. 12277)

"COMPETÊNCIA. CONFLITO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E AO MEIO AMBIENTE. EXPLORAÇÃO DAS JAZIDAS DE CASSITERITA, SITUADAS EM ARIQUEMES-RO. [...] COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL EM PRIMEIRO GRAU PROCESSAR E JULGAR AÇÃO CIVIL PÚBLICA, VISANDO A PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO PÙBLICO E AO MEIO AMBIENTE, MESMO NO CASO DE COMPROVADO INTERESSE DA UNIÃO NO SEU DESLINDE. COMPATIBILIDADE, NO CASO, DO ART. 2. DA LEI N. 7.347, DE 24.7.85, COM O ART. 109, PARÁGRAFOS 2. E 3., DA CONSTITUIÇÃO. [...] III - CONFLITO DE QUE SE CONHECE, A FIM DE DECLARAR-SE A COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTADUAL, ISTO É, DA VARA CÍVEL DE ARIQUEMES-RO." ([CC 2230](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272230%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RO, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/11/1991, DJ 16/12/1991, p. 18491)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500710838&dt_publicacao=22/04/1996) | [16075](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500710838&dt_publicacao=22/04/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500710838&dt_publicacao=22/04/1996) | [1995/0071083-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500710838&dt_publicacao=22/04/1996) | [Decisão:22/03/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500710838&dt_publicacao=22/04/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/04/1996 | PG:12508 |
| **RCJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00063 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00201 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00034 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500000849&dt_publicacao=08/05/1995) | [12361](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500000849&dt_publicacao=08/05/1995) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500000849&dt_publicacao=08/05/1995) | [1995/0000084-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500000849&dt_publicacao=08/05/1995) | [Decisão:04/04/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500000849&dt_publicacao=08/05/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/05/1995 | PG:12277 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00074 | PG:00038 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00197 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00030 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100142557&dt_publicacao=16/12/1991) | [2230](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100142557&dt_publicacao=16/12/1991) | [RO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100142557&dt_publicacao=16/12/1991) | [1991/0014255-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100142557&dt_publicacao=16/12/1991) | [Decisão:26/11/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100142557&dt_publicacao=16/12/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/12/1991 | PG:18491 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00046 | PG:00019 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00186 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00019 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00028 | PG:00040 |

# SÚMULA 184

DIREITO TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA

## Enunciado:

A microempresa de representação comercial é isenta do imposto de renda.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:007256 ANO:1984 ART:00011 INC:00001

LEG:FED LEI:007713 ANO:1988 ART:00051

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

12/03/1997

## Fonte:

DJ DATA:31/03/1997 PG:09667 RDDT VOL.:00021 PG:00216 RSSTJ VOL.:00013 PG:00205 RSTJ VOL.:00101 PG:00037

RT VOL.:00739 PG:00205

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] IMPOSTO DE RENDA. ISENÇÃO. MICROEMPRESA. CORRETAGEM E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. ART. 51 DA LEI Nº 7.713/88. ATO DECLARATÓRIO DA RECEITA FEDERAL CST Nº

24/89. [...] O artigo 51 da lei nº 7.713/88 não excluiu os representantes comerciais dos benefícios concedidos às microempresas. 2 - Afigura-se ilegal o ato declaratório da Receita Federal CST nº 24/89 ao assemelhar a atividade de representação comercial à de corretagem no fito de excluí-la da isenção do imposto de renda prevista na lei nº 7.256/84, art. 11, I. [...]" ([REsp 98175](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2798175%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/09/1996, DJ 14/10/1996, p. 38967)

"[...] IMPOSTO DE RENDA. MICROEMPRESAS. REPRESENTANTES COMERCIAIS. ISENÇÃO LEGAL. ATO ADMINISTRATIVO IDENTIFICANDO AS ATIVIDADES COM AS DE CORRETAGEM.

ILEGALIDADE. Não tendo a lei incluído a representação comercial entre as atividades sujeitas ao imposto de renda, padece de ilegalidade o ato administrativo declaratório que a equipara à corretagem, para efeito da tributação." ([REsp 80956](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2780956%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/06/1996, DJ 12/08/1996, p. 27471)

"[...] IMPOSTO DE RENDA. ISENÇÃO. MICROEMPRESA. CORRETAGEM E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. LEI N. 7.256, DE 27.11.84, ART. 11, I, ALTERADO PELO ART. 51 DA LEI N. 7.713, DE

22.11.88. [...] O ART. 51 DA LEI N. 7.713, DE 22.11.88, QUE ALTEROU O ART. 11, I, DA LEI N. 7.256, DE 27.11.84, NÃO INCLUIU A REPRESENTAÇÃO COMERCIAL ENTRE AS ATIVIDADES PASSÍVEIS DA INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA. II - É ILEGAL O ATO DECLARATÓRIO CST N. 24, DE 1989, NA PARTE EM QUE ASSEMELHA A EMPRESA DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL A DE CORRETAGEM PARA FINS DE EXCLUI-LA DA ISENÇÃO PREVISTA NOS CITADOS TEXTOS LEGAIS. [...]" ([REsp 80998](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2780998%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. MIN. ANTONIO DE PADUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/06/1996, DJ 24/06/1996, p. 22752)

"[...] IMPOSTO DE RENDA - ISENÇÃO - MICROEMPRESA - CORRETAGEM E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL - LEIS N. 7.256/84 E 7.713/88 - ATO DECLARATÓRIO CST N. 24/89. [...] REPRESENTAÇÃO COMERCIAL NÃO SE 'ASSEMELHA' ÀS ATIVIDADES DA CORRETAGEM, NÃO SENDO DE FELIZ INSPIRAÇÃO A INTERPRETAÇÃO DA AUTORIDADE FISCAL, SOB A RESTIA DO ART. 51, LEI 7.713/88, COM ELASTÉRIO, SOB O ARGUMENTO DA SIMILITUDE, EQUIPARAR ATIVIDADES DE CARACTERÍSTICAS PROFISSIONAIS DIFERENTES. ILEGALIDADE NA RESTRIÇÃO DAS MICROEMPRESAS BENEFICIÁRIAS DA ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA (LEI 7.256/84, ART. 11, I). [...]" ([REsp 79145](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2779145%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em

18/04/1996, DJ 27/05/1996, p. 17820)

"[...] REPRESENTANTE COMERCIAL. IMPOSTO DE RENDA. ISENÇÃO. ART. 51 DA LEI N. 7.713/88. ATO DECLARATORIO DA RECEITA FEDERAL CST N. 24/89. A LEI N. 7.713/88 NÃO EXCLUIU A ATIVIDADE DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL DA ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA DE QUE TRATA A LEI N. 7.256/84. [...]" ([REsp 78897](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2778897%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA

TURMA, julgado em 05/02/1996, DJ 01/04/1996, p. 9886)

"[...] IMPOSTO DE RENDA. MICROEMPRESA. ISENÇÃO. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. LEI N. 7.256/84 E ART. 51, DA LEI N. 7.713/88. ATO DECLARATÓRIO N. 24, DE 1989. ILEGALIDADE. [...] CONFORME REITERADA JURISPRUDÊNCIA DA TURMA, É ILEGAL O ATO DECLARATÓRIO DA RECEITA FEDERAL N. 24/89, NA PARTE EM QUE ASSEMELHA A EMPRESA DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL COM A DE CORRETAGEM, PARA OS FINS DE ISENÇÃO PREVISTA NA LEI 7.256/84. É QUE, GOZANDO A RECORRENTE DO BENEFÍCIO DA ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA, TAL BENEFÍCIO SÓ PODERIA SER REVOGADO ATRAVÉS DE LEI, FORMALMENTE ELABORADA. [...]" ([REsp 79986](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2779986%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/02/1996, DJ 11/03/1996, p. 6593)

"[...] IMPOSTO DE RENDA - MICROEMPRESA - REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E CORRETAGEM - ISENÇÃO - LEIS 7.256/84 E 7.713/88, ART. 51 - ATO DECLARATÓRIO CST N. 24, DE 1989 - ILEGALIDADE. A ATIVIDADE DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL GOZA DA ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, ASSEGURADA PELO ART. 11 DA LEI 7.256/84 (LEI 7.713/89, ART. 51). É ILEGAL O ATO DECLARATÓRIO DA RECEITA FEDERAL N. 24, DE 1989, NA PARTE EM QUE ASSEMELHA A EMPRESA DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL COM A DE CORRETAGEM, PARA OS FINS DE ISENÇÃO PREVISTA NA LEI 7.256, DE 1984." ([REsp 77315](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2777315%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/12/1995, DJ 04/03/1996, p. 5383)

"[...] IMPOSTO DE RENDA. MICROEMPRESA. ISENÇÃO. EMPRESA DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 51 DA LEI 7713/88. ATO DECLARATÓRIO CST NR. 24, DE 1989. ILEGALIDADE. [...] A REPRESENTAÇÃO COMERCIAL NÃO FOI INCLUÍDA ENTRE AS ATIVIDADES PASSÍVEIS DA INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA, A TEOR DO DISPOSTO NO ARTIGO 51 DA LEI 7713/88. II - É ILEGAL O ATO DECLARATÓRIO DA RECEITA FEDERAL NR. 24, DE 1989, NA PARTE EM QUE ASSEMELHA A EMPRESA DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL COM A DE CORRETAGEM, PARA OS FINS DE ISENÇÃO PREVISTA NA LEI 7256, DE 1984. [...]" ([REsp 68750](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2768750%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/10/1995, DJ 23/10/1995, p. 35628)

"[...] IMPOSTO DE RENDA - ISENÇÃO - MICROEMPRESA - CORRETAGEM E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL - LEIS NUMS. 7.256/84 E 7.713/88 - ATO DECLARATÓRIO CST N. 24/89. [...] REPRESENTAÇÃO COMERCIAL NÃO SE 'ASSEMELHA' ÀS ATIVIDADES DA CORRETAGEM, NÃO SENDO DE FELIZ INSPIRAÇÃO A INTERPRETAÇÃO DA AUTORIDADE FISCAL, SOB A RÉSTIA DO ART. 51, LEI 7.713/88, COM ELASTÉRIO, SOB O ARGUMENTO DA SIMILITUDE, EQUIPARAR ATIVIDADES DE CARACTERÍSTICAS PROFISSIONAIS DIFERENTES. ILEGALIDADE NA RESTRIÇÃO DAS MICROEMPRESAS BENEFICIÁRIAS DA ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA (LEI 7.256/84, ART.

11, I). [...]" ([REsp 67486](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2767486%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, Rel. p/ Acórdão Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/09/1995, DJ 06/11/1995, p. 37545)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600371601&dt_publicacao=14/10/1996) | [98175](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600371601&dt_publicacao=14/10/1996) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600371601&dt_publicacao=14/10/1996) | [1996/0037160-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600371601&dt_publicacao=14/10/1996) | [Decisão:10/09/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600371601&dt_publicacao=14/10/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/10/1996 | PG:38967 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00246 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00073 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500625261&dt_publicacao=12/08/1996) | [80956](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500625261&dt_publicacao=12/08/1996) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500625261&dt_publicacao=12/08/1996) | [1995/0062526-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500625261&dt_publicacao=12/08/1996) | [Decisão:20/06/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500625261&dt_publicacao=12/08/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/08/1996 | PG:27471 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00236 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00063 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500626870&dt_publicacao=24/06/1996) | [80998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500626870&dt_publicacao=24/06/1996) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500626870&dt_publicacao=24/06/1996) | [1995/0062687-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500626870&dt_publicacao=24/06/1996) | [Decisão:03/06/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500626870&dt_publicacao=24/06/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/06/1996 | PG:22752 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00241 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00068 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500578786&dt_publicacao=27/05/1996) | [79145](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500578786&dt_publicacao=27/05/1996) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500578786&dt_publicacao=27/05/1996) | [1995/0057878-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500578786&dt_publicacao=27/05/1996) | [Decisão:18/04/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500578786&dt_publicacao=27/05/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/05/1996 | PG:17820 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00229 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00057 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500573067&dt_publicacao=01/04/1996) | [78897](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500573067&dt_publicacao=01/04/1996) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500573067&dt_publicacao=01/04/1996) | [1995/0057306-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500573067&dt_publicacao=01/04/1996) | [Decisão:05/02/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500573067&dt_publicacao=01/04/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/04/1996 | PG:09886 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00084 | PG:00237 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00226 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00054 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500606046&dt_publicacao=11/03/1996) | [79986](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500606046&dt_publicacao=11/03/1996) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500606046&dt_publicacao=11/03/1996) | [1995/0060604-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500606046&dt_publicacao=11/03/1996) | [Decisão:05/02/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500606046&dt_publicacao=11/03/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/03/1996 | PG:06593 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00233 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00061 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500544270&dt_publicacao=04/03/1996) | [77315](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500544270&dt_publicacao=04/03/1996) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500544270&dt_publicacao=04/03/1996) | [1995/0054427-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500544270&dt_publicacao=04/03/1996) | [Decisão:06/12/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500544270&dt_publicacao=04/03/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/03/1996 | PG:05383 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00222 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00050 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500321343&dt_publicacao=23/10/1995) | [68750](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500321343&dt_publicacao=23/10/1995) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500321343&dt_publicacao=23/10/1995) | [1995/0032134-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500321343&dt_publicacao=23/10/1995) | [Decisão:02/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500321343&dt_publicacao=23/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/10/1995 | PG:35628 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00217 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00046 |
| **RT** |  |  | VOL.:00727 | PG:00142 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500277433&dt_publicacao=06/11/1995) | [67486](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500277433&dt_publicacao=06/11/1995) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500277433&dt_publicacao=06/11/1995) | [1995/0027743-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500277433&dt_publicacao=06/11/1995) | [Decisão:13/09/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500277433&dt_publicacao=06/11/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/11/1995 | PG:37545 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00209 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00039 |

# SÚMULA 185

DIREITO TRIBUTÁRIO - IOF

## Enunciado:

Nos depósitos judiciais, não incide o imposto sobre operações financeiras.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005172 ANO:1966

\*\*\*\*\* CTN-66 CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL ART:00097 INC:00001

LEG:FED LEI:008033 ANO:1990 ART:00001

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

12/03/1997

## Fonte:

DJ DATA:31/03/1997 PG:09667 RDDT VOL.:00021 PG:00219 RSSTJ VOL.:00013 PG:00251 RSTJ VOL.:00101 PG:00077

RT VOL.:00739 PG:00205

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] IOF. INCIDÊNCIA SOBRE DEPÓSITOS JUDICIAIS. INEXIGIBILIDADE. INSTRUÇÃO NORMATIVA AMPLIANDO A IMPOSIÇÃO FISCAL. ARTIGOS 97 , I, E 100 , I, CTN. LEI 8.033/90 (ART. 1.). IN 62/90. [...] DISTANCIANDO-SE A INSTRUÇÃO ADMINISTRATIVA DAS DISPOSIÇÕES TIMBRADAS PELO PROCESSO LEGISLATIVO, AMPLIADA A ORDEM JURÍDICA ORIGINÁRIA DO PODER COMPETENTE, CRIANDO OBRIGAÇÃO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA, CONFIGURA-SE OFENSA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ESTRITA. 2. INEXIGIBILIDADE DO IOF SOBRE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTADEADO EM INSTRUÇÃO NORMATIVA QUE NÃO GUARDOU A NECESSÁRIA RELAÇÃO COM A LEI. [...]" ([REsp 83150](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2783150%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/1996, DJ 10/06/1996, p. 20287)

"[...] IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS. SAQUE DE DEPÓSITO JUDICIAL. LEI NR. 8.033/90. O ARTIGO 1. DA LEI NR. 8.033, DE 1990, NÃO PREVÊ O SAQUE DE DEPÓSITO JUDICIAL COMO FATO GERADOR DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS, INCIDÊNCIA CRIADA PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA NR. 62, DE 1990, DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA FEDERAL, COM MANIFESTA AFRONTA AO ARTIGO 97, I DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. [...]"

([AgRg no Ag 86048](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2786048%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/1995, DJ 26/02/1996, p. 4003)

"DEPÓSITOS JUDICIAIS. COBRANÇA DE IOF. PROIBIÇÃO DETERMINADA PELO JUIZ COM RELAÇÃO AOS DEPÓSITOS SOB A SUA TUTELA. LICITUDE. [...] O MAGISTRADO RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO DOS DEPÓSITOS CONFIADOS AO SEU JUÍZO, APENAS MANTIDOS FISICAMENTE NA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, TEM PODER DE DISCIPLINAR A TRAMITAÇÃO DAQUELES VALORES, DO DEPÓSITO ATÉ O SEU LEVANTAMENTO. [...]" ([RMS 3071](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273071%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/03/1994, REPDJ 11/04/1994, p. 7622, DJ 04/04/1994, p. 6666)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500676532&dt_publicacao=10/06/1996) | [83150](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500676532&dt_publicacao=10/06/1996) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500676532&dt_publicacao=10/06/1996) | [1995/0067653-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500676532&dt_publicacao=10/06/1996) | | [Decisão:06/05/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500676532&dt_publicacao=10/06/1996) |
| **DJ** |  | |  | DATA:10/06/1996 | | PG:20287 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00013 | | PG:00256 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00101 | | PG:00086 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500499665&dt_publicacao=26/02/1996) | | [86048](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500499665&dt_publicacao=26/02/1996) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500499665&dt_publicacao=26/02/1996) | [1995/0049966-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500499665&dt_publicacao=26/02/1996) | [Decisão:13/12/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500499665&dt_publicacao=26/02/1996) |
| **DJ** |  | |  | DATA:26/02/1996 | | PG:04003 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00013 | | PG:00255 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00101 | | PG:00079 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300141317&dt_publicacao=11/04/1994) | [3071](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300141317&dt_publicacao=11/04/1994) | | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300141317&dt_publicacao=11/04/1994) | [1993/0014131-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300141317&dt_publicacao=11/04/1994) | | [Decisão:16/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300141317&dt_publicacao=11/04/1994) |
| **REPDJ** |  | |  | DATA:11/04/1994 | | PG:07622 |
| **DJ** |  | |  | DATA:04/04/1994 | | PG:06666 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00013 | | PG:00260 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00101 | | PG:00080 |

# SÚMULA 186

DIREITO CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL

## Enunciado:

Nas indenizações por ato ilícito, os juros compostos somente são devidos por aquele que praticou o crime.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:01544

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

02/04/1997

## Fonte:

DJ DATA:24/04/1997 PG:14997 RSSTJ VOL.:00013 PG:00267 RSTJ VOL.:00101 PG:00091

RT VOL.:00739 PG:00206

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] RESPONSABILIDADE CIVIL. ATO ILÍCITO. JUROS COMPOSTOS. [...] NOS ATOS ILÍCITOS OS JUROS COMPOSTOS SÃO DEVIDOS, APENAS, PELO AUTOR DO CRIME PRATICADO, NÃO SE APLICANDO O ART. 1544 DO CÓDIGO CIVIL AO PREPONENTE. [...]" ([REsp 34815](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2734815%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/1996, DJ 30/09/1996,

p. 36636)

"RESPONSABILIDADE CIVIL. JUROS COMPOSTOS. OS JUROS COMPOSTOS, QUE INTEGRAM A INDENIZAÇÃO PELO DANO, SOMENTE SÃO DEVIDOS PELO AUTOR DIRETO DE ILÍCITO PENAL. JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE NO STJ. RESSALVA DO PONTO DE VISTA DO RELATOR. [...]" ([REsp 61712](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2761712%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 18/04/1995, DJ 12/06/1995, p. 17633)

"RESPONSABILIDADE CIVIL. [...] JUROS COMPOSTOS. DESCABIMENTO. [...] NAS INDENIZAÇÕES DECORRENTES DE ATO ILÍCITO, OS JUROS COMPOSTOS NÃO SÃO EXIGÍVEIS DO PREPONENTE, MAS APENAS DAQUELE QUE HAJA PRATICADO O CRIME. [...]" ([REsp 21926](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2721926%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 07/11/1994, DJ 19/12/1994, p. 35318)

"JUROS COMPOSTOS DEVIDOS EM CASO DE CRIME, POR ELES RESPONDE QUEM O PRATICOU. NÃO ASSIM O PREPONENTE. [...]" ([REsp 49899](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2749899%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/06/1994, DJ 08/08/1994, p. 19567)

"RESPONSABILIDADE CIVIL. ILÍCITO CONTRATUAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA PROPOSTA CONTRA COMPANHIA FERROVIÁRIA. [...] JUROS COMPOSTOS ARTS. 1.536, PARÁGRAFO 2., E 1.544, CC. [...] OS JUROS COMPOSTOS SÃO DEVIDOS APENAS NOS CASOS EM QUE O ILÍCITO DE QUE DIMANA A OBRIGAÇÃO INDENIZATÓRIA SEJA QUALIFICÁVEL COMO INFRAÇÃO PENAL (CRIME), NÃO INCIDINDO SOBRE O PREPONENTE." ([REsp 40398](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2740398%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 12/04/1994, DJ 23/05/1994, p. 12613)

"[...] RESPONSABILIDADE. INDENIZAÇÃO POR MORTE. [...] OS JUROS COMPOSTOS SOMENTE SÃO EXIGÍVEIS DE QUEM PERPETROU O CRIME, SEGUNDO ENTENDIMENTO ASSENTE NESTE TRIBUNAL. [...]" ([REsp 37576](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2737576%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/02/1994, DJ 20/06/1994, p. 16100)

"[...] RESPONSABILIDADE CIVIL. INCIDÊNCIA DOS JUROS COMPOSTOS EM CASO DE CRIME. [...] NAS INDENIZAÇÕES DECORRENTES DE ATO ILÍCITO OS JUROS COMPOSTOS NÃO INCIDEM SOBRE O PREPONENTE, SUPORTANDO-OS APENAS O RESPONSÁVEL PELO CRIME (CÓDIGO CIVIL, ARTIGO 1544). [...]" ([EREsp 3766](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273766%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, CORTE ESPECIAL, julgado em 13/06/1991, DJ 28/10/1991, p. 15214)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300126008&dt_publicacao=30/09/1996) | [34815](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300126008&dt_publicacao=30/09/1996) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300126008&dt_publicacao=30/09/1996) | [1993/0012600-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300126008&dt_publicacao=30/09/1996) | [Decisão:20/08/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300126008&dt_publicacao=30/09/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/09/1996 | PG:36636 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00287 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00106 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500104547&dt_publicacao=12/06/1995) | [61712](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500104547&dt_publicacao=12/06/1995) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500104547&dt_publicacao=12/06/1995) | [1995/0010454-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500104547&dt_publicacao=12/06/1995) | [Decisão:18/04/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500104547&dt_publicacao=12/06/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/06/1995 | PG:17633 |
| **JTARS** |  |  | VOL.:00096 | PG:00409 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00298 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00115 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200106820&dt_publicacao=19/12/1994) | [21926](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200106820&dt_publicacao=19/12/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200106820&dt_publicacao=19/12/1994) | [1992/0010682-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200106820&dt_publicacao=19/12/1994) | [Decisão:07/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200106820&dt_publicacao=19/12/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/12/1994 | PG:35318 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00282 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00102 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400178050&dt_publicacao=08/08/1994) | [49899](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400178050&dt_publicacao=08/08/1994) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400178050&dt_publicacao=08/08/1994) | [1994/0017805-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400178050&dt_publicacao=08/08/1994) | [Decisão:27/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400178050&dt_publicacao=08/08/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/08/1994 | PG:19567 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00296 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00114 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300308831&dt_publicacao=23/05/1994) | [40398](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300308831&dt_publicacao=23/05/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300308831&dt_publicacao=23/05/1994) | [1993/0030883-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300308831&dt_publicacao=23/05/1994) | [Decisão:12/04/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300308831&dt_publicacao=23/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/05/1994 | PG:12613 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00293 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00111 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300219308&dt_publicacao=20/06/1994) | [37576](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300219308&dt_publicacao=20/06/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300219308&dt_publicacao=20/06/1994) | [1993/0021930-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300219308&dt_publicacao=20/06/1994) | [Decisão:08/02/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300219308&dt_publicacao=20/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/06/1994 | PG:16100 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00290 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00108 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100063797&dt_publicacao=28/10/1991) | [3766](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100063797&dt_publicacao=28/10/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100063797&dt_publicacao=28/10/1991) | [1991/0006379-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100063797&dt_publicacao=28/10/1991) | [Decisão:13/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100063797&dt_publicacao=28/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/10/1991 | PG:15214 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00271 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00093 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00032 | PG:00211 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00385 |

# SÚMULA 187

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL

## Enunciado:

É deserto o recurso interposto para o Superior Tribunal de Justiça, quando o recorrente não recolhe, na origem, a importância das despesas de remessa e retorno dos autos.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00511

LEG:FED RGI:000000 ANO:1989

\*\*\*\*\* RISTJ-89 REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ART:00112

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

21/05/1997

## Fonte:

DJ DATA:30/05/1997 PG:23297 RDDT VOL.:00023 PG:00222 RSSTJ VOL.:00013 PG:00303 RSTJ VOL.:00101 PG:00119

RT VOL.:00741 PG:00207

## Excerto dos Precedentes Originários:

"RECURSO ESPECIAL. PORTE DE RETORNO. RECURSO INTERPOSTO SEM A COMPROVAÇÃO DO RESPECTIVO PAGAMENTO. ARTIGO 511 NA REDAÇÃO QUE LHE DEU A LEI N. 8.950, DE 1994. O CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL ESTÁ SUJEITO AO PAGAMENTO DO PORTE DE RETORNO, CUJA COMPROVAÇÃO DEVE SE DAR NO ATO DA RESPECTIVA INTERPOSIÇÃO. [...]" ([REsp 74708](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2774708%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/10/1995, DJ 04/12/1995, p. 42107)

"[...] RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREPARO NA INSTÂNCIA ORDINÁRIA, APÓS REGULAR INTIMAÇÃO. DESERÇÃO DECRETADA (RISTJ, ART. 21, INC. XIII, ALÍNEA E). PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. [...]" ([REsp 47108](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2747108%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEXTA TURMA, julgado em 24/05/1994, DJ 13/06/1994, p. 15124)

"RECURSO ESPECIAL. DESERÇÃO. DECIDIU A CORTE ESPECIAL DO STJ: 'PROCESSO NO STJ. COMPETÊNCIA RECURSAL. DESPESAS DE REMESSA E DE RETORNO DOS AUTOS. NO STJ NÃO SÃO DEVIDAS CUSTAS NOS PROCESSOS DE SUA COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA OU RECURSAL (REGIMENTO, ART. 112), PORÉM AS DESPESAS DE REMESSA E DE RETORNO DOS AUTOS DEVEM SER RECOLHIDAS, NA ORIGEM, PELA PARTE QUE INTERPOE O RECURSO. A EXPRESSÃO CUSTAS NÃO COMPREENDE TAIS DESPESAS. DESERÇÃO PRONUNCIADA, ORIGINARIAMENTE. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2743428%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [43428](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2743428%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/04/1994, DJ 30/05/1994,

p. 13482)

"RECURSO ESPECIAL. DESERÇÃO. RECURSO ESPECIAL JULGADO DESERTO NA ORIGEM, PORQUANTO NÃO EFETUADO O PAGAMENTO DAS DESPESAS DE REMESSA E RETORNO DOS RESPECTIVOS AUTOS, OPERANDO-SE A PRECLUSÃO EM RELAÇÃO A ESSA DECISÃO. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736261%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [36261](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736261%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/12/1993, DJ

07/02/1994, p. 1175)

"[...] RECURSO - DESPESAS DE REMESSA E RETORNO DOS AUTOS - AUSÊNCIA - ART. 545, C.P.C. - DESERÇÃO. - A FALTA OU O INTEMPESTIVO PAGAMENTO DAS DESPESAS DE REMESSA E RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM, SEM QUALQUER JUSTIFICATIVA, ACARRETA A DESERÇÃO DO RECURSO, NOS PRECISOS TERMOS DO ART. 545, C.P.C. [...]" ([REsp 39730](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2739730%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 01/12/1993, DJ 07/02/1994, p. 1197)

"PROCESSO NO STJ. COMPETÊNCIA RECURSAL. DESPESAS DE REMESSA E DE RETORNO DOS AUTOS. NO STJ NÃO SÃO DEVIDOS CUSTAS NOS PROCESSOS DE SUA COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA OU RECURSAL (REGIMENTO, ART. 112), PORÉM AS DESPESAS DE REMESSA E DE RETORNO DOS AUTOS DEVEM SER RECOLHIDAS, NA ORIGEM, PELA PARTE QUE INTERPÕE O RECURSO. A EXPRESSÃO CUSTAS NÃO COMPREENDE TAIS DESPESAS. DESERÇÃO PRONUNCIADA, ORIGINARIAMENTE. [...]" ([AgRg no Ag 30849](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2730849%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro NILSON NAVES, CORTE ESPECIAL,

julgado em 22/04/1993, DJ 07/06/1993, p. 11226)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500473755&dt_publicacao=04/12/1995) | [74708](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500473755&dt_publicacao=04/12/1995) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500473755&dt_publicacao=04/12/1995) | [1995/0047375-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500473755&dt_publicacao=04/12/1995) | [Decisão:11/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500473755&dt_publicacao=04/12/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/12/1995 | PG:42107 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00330 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00141 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400115580&dt_publicacao=13/06/1994) | [47108](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400115580&dt_publicacao=13/06/1994) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400115580&dt_publicacao=13/06/1994) | [1994/0011558-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400115580&dt_publicacao=13/06/1994) | [Decisão:24/05/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400115580&dt_publicacao=13/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/06/1994 | PG:15124 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00327 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00139 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400025858&dt_publicacao=30/05/1994) | [43428](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400025858&dt_publicacao=30/05/1994) | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400025858&dt_publicacao=30/05/1994) | [1994/0002585-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400025858&dt_publicacao=30/05/1994) | [Decisão:25/04/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400025858&dt_publicacao=30/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/05/1994 | PG:13482 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00322 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00134 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300176650&dt_publicacao=07/02/1994) | [36261](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300176650&dt_publicacao=07/02/1994) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300176650&dt_publicacao=07/02/1994) | [1993/0017665-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300176650&dt_publicacao=07/02/1994) | [Decisão:07/12/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300176650&dt_publicacao=07/02/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/02/1994 | PG:01175 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00317 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00130 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| [REsp 39730 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300287583&dt_publicacao=07/02/1994) |  | [1993/0028758-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300287583&dt_publicacao=07/02/1994) | [Decisão:01/12/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300287583&dt_publicacao=07/02/1994) |
| **DJ** |  | DATA:07/02/1994 | PG:01197 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00013 | PG:00319 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00101 | PG:00132 |
| [AgRg no Ag 30849](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200317138&dt_publicacao=07/06/1993) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200317138&dt_publicacao=07/06/1993) | [1992/0031713-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200317138&dt_publicacao=07/06/1993) | [Decisão:22/04/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200317138&dt_publicacao=07/06/1993) |
| **DJ** |  | DATA:07/06/1993 | PG:11226 |
| **LEXSTJ** |  | VOL.:00050 | PG:00021 |
| **REVFOR** |  | VOL.:00323 | PG:00212 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00013 | PG:00307 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00101 | PG:00121 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00056 | PG:00442 |

# SÚMULA 188

DIREITO TRIBUTÁRIO - REPETIÇÃO DE INDÉBITO

## Enunciado:

Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005172 ANO:1966

\*\*\*\*\* CTN-66 CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL ART:00167 PAR:UNICO

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

11/06/1997

## Fonte:

REPDJ DATA:21/11/1997 PG:60721 DJ DATA:23/06/1997 PG:29331 RDDT VOL.:00024 PG:00193 RDDT VOL.:00029 PG:00172 RSSTJ VOL.:00013 PG:00333

RSTJ VOL.:00101 PG:00145 RT VOL.:00742 PG:00193 RT VOL.:00748 PG:00175

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEIS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. [...] JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. [...] EM REPETIÇÃO DE INDÉBITO OS JUROS MORATÓRIOS SÓ COMEÇAM A FLUIR A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA QUE OS INSTITUI E À RAZÃO DE 1% AO ANO. [...]" ([REsp 96243](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2796243%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 02/09/1996, DJ 14/10/1996, p. 38955)

"[...] ADICIONAL DO IMPOSTO DE RENDA - RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO [...] JUROS MORATÓRIOS - CTN, ART. 167 E PARÁGRAFO ÚNICO [...] OS JUROS MORATÓRIOS, EM REPETIÇÃO DE INDÉBITO, SÃO CONTADOS A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DO TÍTULO JUDICIAL (ART. 167, PARÁGRAFO ÚNICO, CTN). [...]" ([REsp 80650](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2780650%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/05/1996, DJ 24/06/1996, p. 22739)

"[...] PAGAMENTO INDEVIDO. RESTITUIÇÃO. JUROS. CONTAGEM DESDE O TRÂNSITO EM JULGADO. ARTIGO 167, PARÁGRAFO ÚNICO, DO C.T.N. A RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO, SEGUNDO DISPÕE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, VENCE JUROS A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO DEFINITIVA QUE A DETERMINAR." ([REsp 36756](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736756%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/04/1996, DJ 22/04/1996, p. 12558)

"[...] EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. COMBUSTÍVEIS. [...] REPETIÇÃO DO INDÉBITO. [...] JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. [...] OS JUROS DE MORA CONTAM-SE A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO, NA FORMA ESTATUÍDA PELO ARTIGO 167, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CTN. [...]" ([REsp 69211](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2769211%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RN, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/11/1995, DJ 11/12/1995, p. 43181)

"EMPRESTIMO COMPULSÓRIO. COMBUSTÍVEIS. [...] JUROS DE MORA. TERMO A QUO. [...] OS JUROS MORATÓRIOS, NA REPETIÇÃO DE INDÉBITO, INCIDEM A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA E NÃO A CONTAR DA CITAÇÃO, EX VI DO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 167 DO CTN. [...]" ([REsp 76717](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2776717%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/11/1995, DJ 05/02/1996, p. 1369)

"[...] EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS. [...] DIREITO À RESTITUIÇÃO. [...] JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. [...] OS JUROS MORATÓRIOS, EM SEDE DE AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO, SÃO DEVIDOS A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA, COM RESSALVA DO ENTENDIMENTO DO RELATOR QUE TEM COMO 'DIES A QUO' A DATA DA CITAÇÃO. [...]" ([REsp 68751](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2768751%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 25/10/1995, DJ 11/12/1995, p. 43181)

"[...] EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS. DECRETO-LEI N. 2.288, DE 23-7-86, ART. 10. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. DIREITO À RESTITUIÇÃO. PROVA DO CONSUMO. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL DA SUA CONTAGEM. [...] DECLARADO INCONSTITUCIONAL O ART. 10 DO DECRETO-LEI N. 2.288, DE 1986, PELO EXCELSO PRETÓRIO, NÃO LHE NEGA VIGÊNCIA O ACÓRDÃO QUE DEIXA DE APLICÁ-LO. II - PARA PLEITEAR A DEVOLUÇÃO, PELAS MÉDIAS, DAS IMPORTÂNCIAS RECOLHIDAS A TÍTULO DE EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS, BASTA A PROVA DA PROPRIEDADE DO VEÍCULO. APLICAÇÃO AO CASO DO ART. 16, PARÁGRAFO 1., DO DECRETO-LEI N. 2.288, DE 1986. III - OS JUROS MORATÓRIOS, NA REPETIÇÃO DO INDÉBITO, SÃO DEVIDOS A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO E NÃO A PARTIR DA CITAÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 167, PARÁGRAFO ÚNICO, DO C.T.N. [...]" ([REsp 59100](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2759100%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. MIN. ANTONIO DE PADUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA,

julgado em 15/03/1995, DJ 10/04/1995, p. 9266)

"[...] EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE COMBUSTÍVEL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO. - JUROS MORATÓRIOS. CONTAGEM A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO, EX VI DO ART. 167, PAR. ÚNICO, DO CTN." ([REsp 57716](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2757716%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/03/1995, DJ 17/04/1995, p. 9577)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600322058&dt_publicacao=14/10/1996) | [96243](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600322058&dt_publicacao=14/10/1996) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600322058&dt_publicacao=14/10/1996) | [1996/0032205-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600322058&dt_publicacao=14/10/1996) | [Decisão:02/09/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600322058&dt_publicacao=14/10/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/10/1996 | PG:38955 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00379 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00187 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500620197&dt_publicacao=24/06/1996) | [80650](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500620197&dt_publicacao=24/06/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500620197&dt_publicacao=24/06/1996) | [1995/0062019-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500620197&dt_publicacao=24/06/1996) | [Decisão:23/05/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500620197&dt_publicacao=24/06/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/06/1996 | PG:22739 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00375 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00183 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300190172&dt_publicacao=22/04/1996) | [36756](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300190172&dt_publicacao=22/04/1996) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300190172&dt_publicacao=22/04/1996) | [1993/0019017-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300190172&dt_publicacao=22/04/1996) | [Decisão:01/04/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300190172&dt_publicacao=22/04/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/04/1996 | PG:12558 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00337 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00147 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500331225&dt_publicacao=11/12/1995) | [69211](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500331225&dt_publicacao=11/12/1995) | [RN](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500331225&dt_publicacao=11/12/1995) | [1995/0033122-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500331225&dt_publicacao=11/12/1995) | [Decisão:20/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500331225&dt_publicacao=11/12/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/12/1995 | PG:43181 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00359 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00168 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500525852&dt_publicacao=05/02/1996) | [76717](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500525852&dt_publicacao=05/02/1996) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500525852&dt_publicacao=05/02/1996) | [1995/0052585-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500525852&dt_publicacao=05/02/1996) | [Decisão:20/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500525852&dt_publicacao=05/02/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/02/1996 | PG:01369 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00371 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00180 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500321351&dt_publicacao=11/12/1995) | [68751](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500321351&dt_publicacao=11/12/1995) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500321351&dt_publicacao=11/12/1995) | [1995/0032135-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500321351&dt_publicacao=11/12/1995) | [Decisão:25/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500321351&dt_publicacao=11/12/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/12/1995 | PG:43181 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00346 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00155 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500015609&dt_publicacao=10/04/1995) | [59100](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500015609&dt_publicacao=10/04/1995) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500015609&dt_publicacao=10/04/1995) | [1995/0001560-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500015609&dt_publicacao=10/04/1995) | [Decisão:15/03/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500015609&dt_publicacao=10/04/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/04/1995 | PG:09266 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00341 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00150 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400375379&dt_publicacao=17/04/1995) | [57716](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400375379&dt_publicacao=17/04/1995) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400375379&dt_publicacao=17/04/1995) | [1994/0037537-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400375379&dt_publicacao=17/04/1995) | [Decisão:08/03/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400375379&dt_publicacao=17/04/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/04/1995 | PG:09577 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00339 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00149 |

# SÚMULA 189

DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL

## Enunciado:

É desnecessária a intervenção do Ministério Público nas execuções fiscais.

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

11/06/1997

## Fonte:

DJ DATA:23/06/1997 PG:29331 RDDT VOL.:00024 PG:00209 RSSTJ VOL.:00013 PG:00385 RSTJ VOL.:00101 PG:00193

RT VOL.:00742 PG:00193

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. MINISTÉRIO PÚBLICO. INTERVENÇÃO: DESNECESSÁRIA. [...] É DESNECESSÁRIA A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NAS CAUSAS FISCAIS, POIS O 'INTERESSE PÚBLICO' INSERTO NO INC. III DO ART. 82 DO CPC NÃO EQUIVALE A 'INTERESSE DA

FAZENDA PÚBLICA'. [...] Lembro, ainda, que no Simpósio realizado em Curitiba em outubro de 1975 ficou assentado que 'a intervenção do Ministério Público, na hipótese prevista pelo art. 82, III, não é obrigatória. Compete ao juiz, porém, julgar a existência do interesse que a justifica' (conclusão I, publicada na RT 482/270). [...]" ([REsp 30150](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2730150%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/12/1996, DJ 03/02/1997)

"[...] EXECUÇÃO FISCAL. INTERVENÇÃO DO MINISTERIO PUBLICO. DESNECESSIDADE. [...] EM REGRA GERAL, A OBRIGATORIEDADE DE PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA RELAÇÃO PROCESSUAL DEVE VIR EXPRESSA NA LEI. NA SISTEMÁTICA PROCESSUAL VIGENTE, O INTERESSE PÚBLICO JUSTIFICADOR DA PRESENÇA DO 'PARQUET' HÁ DE SER IMEDIATO E NÃO REMOTO, INEXISTINDO ENTRE ESTE E O INTERESSE DA FAZENDA PÚBLICA, QUE DISPÕE DE PROCURADORES PARA DEFENDE-LA EM JUÍZO E BENEFICIA-SE DO REEXAME COMPULSÓRIO DAS DECISÕES QUE LHE SÃO DESFAVORÁVEIS. NA ESPÉCIE, O INTERESSE OU PARTICIPAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO NA LIDE, POR SI, NÃO ALCANÇA DEFINIDO E RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO, FALTANTE EXPRESSA DISPOSIÇÃO LEGAL, DE MODO A TORNAR OBRIGATÓRIA A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA RELAÇÃO PROCESSUAL. [...]" ([REsp 80581](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2780581%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/03/1996, DJ 06/05/1996)

"[...] EXECUÇÃO FISCAL - EMBARGOS - MINISTÉRIO PÚBLICO - INTERVENÇÃO DESNECESSÁRIA - CÓDIGO PROCESSO CIVIL, ARTS. 82, III E 566 - LEI 6.830/80 (ART. 1.). [...] O SISTEMA PROCESSUAL CIVIL VIGENTE REVELA DÚPLICE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - PARTE E FISCAL DA LEI (ART. 499, PARÁGRAFO 2., CPC) - A QUALIFICAÇÃO CUSTOS LEGIS TEM MERECIDO REPRIMENDA DOUTRINÁRIA. 2. OS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS (ART. 127, CF) SÃO PRESSUPOSTOS ASSEGURADORES DA LEGITIMIDADE PARA INTEGRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA RELAÇÃO PROCESSUAL, EXERCITANDO AS SUAS FUNÇÕES E INFLUINDO NO ACERTAMENTO DO DIREITO OBJETO DE CONTRADIÇÃO, COM OS ÔNUS, FACULDADES E SUJEIÇÕES INERENTES A SUA PARTICIPAÇÃO INFLUENTE NO JULGAMENTO DO MÉRITO. ESSES PRESSUPOSTOS NÃO SÃO DIVISADOS NA EXECUÇÃO FISCAL. 3. O INTERESSE OU PARTICIPAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO NA LIDE, POR SI, NÃO ALCANÇA DEFINIDO E RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO, FALTANTE EXPRESSA DISPOSIÇÃO LEGAL, DE MODO A TORNAR OBRIGATÓRIA A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA RELAÇÃO PROCESSUAL. NÃO É A QUALIFICAÇÃO DA PARTE NEM O SEU INTERESSE PATRIMONIAL QUE EVIDENCIAM O 'INTERESSE PÚBLICO', TIMBRADO PELA RELEVÂNCIA E TRANSCENDÊNCIA DOS SEUS REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA. NESSA LINHA, SÓ A NATUREZA DA LIDE (NO CASO, EXECUÇÃO FISCAL) NÃO IMPÕE A PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. O INTERESSE NA EXECUÇÃO FISCAL É DE ORDEM PATRIMONIAL. 4. DE REGRA, A OBRIGATÓRIA PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTÁ EXPRESSAMENTE ESTABELECIDA NA LEI. 5. A PALMA, FICA DERRISCADA A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, ACERTADO QUE O INTERESSE PÚBLICO JUSTIFICADOR (ART. 82, III, CPC), NA EXECUÇÃO FISCAL, NÃO SE IDENTIFICA COM O DA FAZENDA PÚBLICA, REPRESENTADA JUDICIALMENTE PELA SUA PROCURADORIA. [...]" ([REsp 48771](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2748771%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 27/09/1995, DJ 06/11/1995)

"[...] EXECUTIVO FISCAL - INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - DESNECESSIDADE [...] A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL NÃO É NECESSÁRIA, PORQUE O ESTADO AUTOR JÁ ESTÁ ASSISTIDO POR ORGÃO ESPECIALIZADO: SEU ADVOGADO. TORNAR OBRIGATÓRIA A INTERVENÇÃO DO MP, NO EXECUTIVO FISCAL SERIA

REDUZIR A INUTILIDADE O ADVOGADO DE ESTADO.[...] O saudoso Professor José Frederico Marques - ainda na juventude do CPC de 1939 - dedicou a este dispositivo duas observações preciosas. Diz ele: Evidencia-se o interesse público pela natureza da lide em causas em que a aplicação do direito objetivo não pode ficar circunscrita às questões levantadas pelos litigantes, mas, ao contrário, deve alcançar valores mais relevantes que tenham primado na resolução processual do litígio. A qualidade da parte, como índice de interesse público emergente da lide, deve ser aferida tendo-se em vista o órgão ou pessoa que participe do processo como parte. Numa ação em que figure a União, o Estado, o Município, ou outra pessoa jurídica de direito público, a qualidade de litigante não é de molde a justificar a intervenção do custos legis. O mesmo não se dá, porém, em litígio em que seja parte, por exemplo, o Presidente da República, como tal, um Estado estrangeiro, ou as mesas das Câmaras do Congresso Nacional (cf. Lei n. 2.664, de 03.12.1955), e assim por diante, quando então incidirá a norma do art. 82, III do novo Código de Processo Civil. (Manual de Direito Processual Civil - Saraiva - 3ª Ed. - 1975 - 1° Vol. - p. 294). No processo executivo fiscal, embora esteja em causa o patrimônio estatal, não está em jogo qualquer questão transcendente: a lide se circunscreve à discussão em torno da qualidade de um título executivo. De outro lado, embora uma das partes seja o Estado, seu interesse está sob patrocínio de um órgão especializado: o advogado de Estado. Tornar obrigatória a intervenção do MP na execução fiscal seria reduzir à inutilidade o advogado de Estado. O Superior Tribunal de Justiça tem dirigido sua jurisprudência no sentido de que na aferição da necessidade de intervenção do MP 'cumpre ponderar o efeito da situação jurídica a ser gerada pela decisão judicial.' (REsp n. 25.700-8- SP - Rel. Vicente Cernicchiaro). [...]" ([REsp 63529](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2763529%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/05/1995, DJ 07/08/1995)

"[...] NÃO É NECESSÁRIA A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM EXECUÇÃO FISCAL, PORQUANTO O INTERESSE PÚBLICO QUE A JUSTIFICARIA (C.P.C., ART. 82, III) NÃO SE IDENTIFICA COM O DA FAZENDA PÚBLICA, QUE É REPRESENTADA POR PROCURADOR E SE BENEFICIA DO DUPLO GRAU OBRIGATÓRIO (C.P.C., ART. 475, III). [...]" ([REsp 52318](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2752318%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. MIN. ANTONIO DE PADUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/11/1994, DJ 05/12/1994)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200314830&dt_publicacao=03/02/1997) | [30150](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200314830&dt_publicacao=03/02/1997) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200314830&dt_publicacao=03/02/1997) | [1992/0031483-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200314830&dt_publicacao=03/02/1997) | [Decisão:02/12/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200314830&dt_publicacao=03/02/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/02/1997 | PG:00685 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00389 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00100 | PG:00106 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00195 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500619210&dt_publicacao=06/05/1996) | [80581](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500619210&dt_publicacao=06/05/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500619210&dt_publicacao=06/05/1996) | [1995/0061921-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500619210&dt_publicacao=06/05/1996) | [Decisão:26/03/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500619210&dt_publicacao=06/05/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/05/1996 | PG:14388 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00409 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00213 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400153333&dt_publicacao=06/11/1995) | [48771](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400153333&dt_publicacao=06/11/1995) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400153333&dt_publicacao=06/11/1995) | [1994/0015333-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400153333&dt_publicacao=06/11/1995) | [Decisão:27/09/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400153333&dt_publicacao=06/11/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/11/1995 | PG:37541 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00188 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00394 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00199 |
| **RT** |  |  | VOL.:00725 | PG:00157 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500165961&dt_publicacao=07/08/1995) | [63529](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500165961&dt_publicacao=07/08/1995) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500165961&dt_publicacao=07/08/1995) | [1995/0016596-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500165961&dt_publicacao=07/08/1995) | [Decisão:17/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500165961&dt_publicacao=07/08/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/08/1995 | PG:23023 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00404 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00209 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400241321&dt_publicacao=05/12/1994) | [52318](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400241321&dt_publicacao=05/12/1994) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400241321&dt_publicacao=05/12/1994) | [1994/0024132-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400241321&dt_publicacao=05/12/1994) | [Decisão:16/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400241321&dt_publicacao=05/12/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/12/1994 | PG:33551 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00402 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00207 |

# DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL

## Enunciado:

Na execução fiscal, processada perante a Justiça Estadual, cumpre à Fazenda Pública antecipar o numerário destinado ao custeio das despesas com o transporte dos oficiais de justiça.

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

11/06/1997

## Fonte:

DJ DATA:23/06/1997 PG:29331 RDDT VOL.:00024 PG:00209 RSSTJ VOL.:00013 PG:00417 RSTJ VOL.:00101 PG:00219

RT VOL.:00742 PG:00193

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ART. 39 DA LEI 6.830, DE 1980. EXECUÇÃO FISCAL. DESPESAS COM TRANSPORTE DE OFICIAL DE JUSTIÇA. NA EXECUÇÃO FISCAL, A FAZENDA PÚBLICA NÃO ESTÁ SUJEITA AO PAGAMENTO DE CUSTAS E EMOLUMENTOS; JÁ AS DESPESAS COM TRANSPORTE DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA, NECESSÁRIAS PARA A PRÁTICA DE ATOS FORA DO CARTÓRIO, NÃO SE QUALIFICAM COMO CUSTAS OU EMOLUMENTOS, ESTANDO A FAZENDA PÚBLICA OBRIGADA A ANTECIPAR O NUMERÁRIO DESTINADO AO CUSTEIO DESSAS DESPESAS. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA ACOLHIDA NO SENTIDO DE QUE, NA EXECUÇÃO FISCAL, A FAZENDA PÚBLICA ESTÁ OBRIGADA A ANTECIPAR O VALOR DESTINADO AO CUSTEIO DAS DESPESAS DE TRANSPORTE DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA." ([IUJur no RMS 1352](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27IUROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271352%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/02/1997, DJ 19/05/1997, p. 20542)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Precedentes: |  | | | |
| [IUJur no RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100212520&dt_publicacao=19/05/1997) | [1352](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100212520&dt_publicacao=19/05/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100212520&dt_publicacao=19/05/1997) | [1991/0021252-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100212520&dt_publicacao=19/05/1997) | [Decisão:26/02/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100212520&dt_publicacao=19/05/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/05/1997 | PG:20542 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00421 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00221 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00096 | PG:00031 |

# SÚMULA 191

DIREITO PENAL - PRESCRIÇÃO

## Enunciado:

A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:002848 ANO:1940

\*\*\*\*\* CP-40 CODIGO PENAL ART:00117 INC:00002

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

25/06/1997

## Fonte:

DJ DATA:01/08/1997 PG:33718 RSSTJ VOL.:00014 PG:00011 RSTJ VOL.:00101 PG:00227

RT VOL.:00743 PG:00573

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] JÚRI. PRONÚNCIA. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO. CP, ART. 117, II. [...] A SENTENÇA VÁLIDA DE PRONÚNCIA, INTERROMPE A PRESCRIÇÃO, NÃO SENDO IMPORTANTE QUE O JÚRI VENHA A DESCLASSIFICAR O CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO, PARA LESÃO CORPORAL, POIS SEUS EFEITOS PERMANECEM. [...]" ([REsp 76593](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2776593%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 13/05/1996, DJ 17/06/1996, p. 21504)

"PRONÚNCIA. DESCLASSIFICAÇÃO PELO JÚRI. [...] PRESCRIÇÃO. TRANQUILA JURISPRUDÊNCIA SUPERIOR SOBRE QUE A DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO PELO TRIBUNAL DO JÚRI NÃO AFETA A EFICÁCIA DA PRONÚNCIA COMO CAUSA INTERRUPTIVA." ([REsp 63680](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2763680%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 21/06/1995, DJ 14/08/1995, p. 24037)

"[...] JÚRI. PRONÚNCIA. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO. CP - ART. 117, II. [...] A SENTENÇA VÁLIDA DE PRONÚNCIA, TRANSITADA EM JULGADO, INTERROMPE A PRESCRIÇÃO, NÃO SENDO IMPORTANTE QUE O JÚRI VENHA A DESCLASSIFICAR O CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO, PARA LESÃO CORPORAL, POIS SEUS EFEITOS PERMANECEM. [...]"

([REsp 48916](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2748916%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 22/03/1995, DJ 24/04/1995, p. 10410)

"PRESCRIÇÃO. CAUSA INTERRUPTIVA. PRONÚNCIA E POSTERIOR DESCLASSIFICAÇÃO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. O CÓDIGO PENAL É EXPLÍCITO: O CURSO DA PRESCRIÇÃO INTERROMPE-SE PELA PRONÚNCIA (ART. 17, INC. II). A DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO PELO JÚRI NENHUM EFEITO OPERA QUANTO A CAPACIDADE INTERRUPTIVA DA PRONÚNCIA, JÁ COM TRÂNSITO EM JULGADO. IN CASU, O ORA PACIENTE FOI DENUNCIADO E PRONUNCIADO POR TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO, TENDO O CONSELHO DE SENTENÇA DESCLASSIFICADO O CRIME PARA LESÕES CORPORAIS. EM CONSEQUÊNCIA, FOI ELE CONDENADO PELO JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL DO JÚRI A UMA PENA DE SETE (7) MESES DE DETENÇÃO, DA QUAL NÃO RECORREU. SE A DENÚNCIA FOI RECEBIDA EM 14.11.90, E A SENTENÇA DE PRONÚNCIA É DE 12.06.92, COM A DESCLASSIFICAÇÃO EM 25.11.92, EVIDENTE QUE NÃO SE OPEROU A PRESCRIÇÃO RETROATIVA, PORQUE NÃO DECORRIDO O PERÍODO DE DOIS ANOS (ART. 109, INC. IV, DO CP), NA PRIMEIRA FASE DO CURSO DA AÇÃO PENAL. [...]" ([RHC 2871](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272871%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro JOSE CANDIDO DE CARVALHO FILHO, SEXTA TURMA, julgado em 13/09/1993, DJ 11/10/1993, p. 21342)

"[...] PRESCRIÇÃO. PRONÚNCIA. CAUSA INTERRUPTIVA. JÚRI. DESCLASSIFICAÇÃO. [...] A SENTENÇA DE PRONÚNCIA É CAUSA INTERRUPTIVA DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL, CARECENDO DE RELEVÂNCIA O FATO DE HAVER O TRIBUNAL DO JÚRI DESCLASSIFICADO O DELITO DE HOMICÍDIO QUALIFICADO PARA O DE LESÕES CORPORAIS DE NATUREZA GRAVE. [...]" ([REsp 11813](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711813%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 16/09/1991, DJ 07/10/1991, p. 13980)

"[...] SENTENÇA DE PRONÚNCIA. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. A SENTENÇA DE PRONÚNCIA CONSERVA O EFEITO DE INTERROMPER A PRESCRIÇÃO (ART. 117 II CP), AINDA NO CASO DE DESCLASSIFICAÇÃO PELO TRIBUNAL DO JÚRI DO DELITO PARA OUTRO DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO SINGULAR, SOBRETUDO QUANDO RECONHECE EXCESSO DE LEGÍTIMA DEFESA, DADO O CARÁTER CONDENATÓRIO DA DECISÃO, NÃO INFIRMATÓRIO DO JUÍZO DE ACUSAÇÃO." ([RHC 666](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27666%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) ES, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, SEXTA TURMA, julgado em 29/06/1990, DJ 13/08/1990, p. 7652)

## Precedentes:

[REsp 76593 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500520460&dt_publicacao=17/06/1996) [1995/0052046-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500520460&dt_publicacao=17/06/1996) [Decisão:13/05/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500520460&dt_publicacao=17/06/1996)

**RSSTJ**

VOL.:00014

PG:00027

[REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500174065&dt_publicacao=14/08/1995)

[63680 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500174065&dt_publicacao=14/08/1995)

[1995/0017406-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500174065&dt_publicacao=14/08/1995)

[Decisão:21/06/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500174065&dt_publicacao=14/08/1995)

**RSSTJ**

VOL.:00014

PG:00024

**RSTJ** VOL.:00101 PG:00242

**DJ** DATA:14/08/1995 PG:24037

**RSTJ** VOL.:00101 PG:00244

**DJ** DATA:17/06/1996 PG:21504

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400156685&dt_publicacao=24/04/1995) | [48916](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400156685&dt_publicacao=24/04/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400156685&dt_publicacao=24/04/1995) | [1994/0015668-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400156685&dt_publicacao=24/04/1995) | [Decisão:22/03/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400156685&dt_publicacao=24/04/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/04/1995 | PG:10410 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00021 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00239 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00076 | PG:00240 |
| **RT** |  |  | VOL.:00722 | PG:00557 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300185462&dt_publicacao=11/10/1993) | [2871](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300185462&dt_publicacao=11/10/1993) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300185462&dt_publicacao=11/10/1993) | [1993/0018546-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300185462&dt_publicacao=11/10/1993) | [Decisão:13/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300185462&dt_publicacao=11/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/10/1993 | PG:21342 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00033 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00231 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00054 | PG:00378 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100117749&dt_publicacao=07/10/1991) | [11813](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100117749&dt_publicacao=07/10/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100117749&dt_publicacao=07/10/1991) | [1991/0011774-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100117749&dt_publicacao=07/10/1991) | [Decisão:16/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100117749&dt_publicacao=07/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/10/1991 | PG:13980 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00015 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00234 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00032 | PG:00353 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000050545&dt_publicacao=13/08/1990) | [666](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000050545&dt_publicacao=13/08/1990) | [ES](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000050545&dt_publicacao=13/08/1990) | [1990/0005054-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000050545&dt_publicacao=13/08/1990) | [Decisão:29/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000050545&dt_publicacao=13/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/08/1990 | PG:07652 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00030 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00229 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00179 |
| **RT** |  |  | VOL.:00660 | PG:00345 |

# SÚMULA 192

DIREITO PENAL - EXECUÇÃO PENAL

## Enunciado:

Compete ao juízo das execuções penais do Estado a execução das penas impostas a sentenciados pela Justiça Federal, Militar ou Eleitoral, quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos a administração estadual.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:007210 ANO:1984 ART:00002 ART:00065 ART:00066

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

25/06/1997

## Fonte:

DJ DATA:01/08/1997 PG:33718 RSSTJ VOL.:00014 PG:00037 RSTJ VOL.:00101 PG:00249

RT VOL.:00743 PG:00573

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RÉU CONDENADO PELA JUSTIÇA FEDERAL, CUMPRINDO PENA EM PRESÍDIO ESTADUAL. [...] ESTANDO O RÉU CUMPRINDO PENA EM PRESÍDIO ESTADUAL, A COMPETÊNCIA PARA DIZER SOBRE OS INCIDENTES DA EXECUÇÃO DA PENA SERÁ DO JUIZ ESTADUAL. [...]" ([CC 14849](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714849%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PA, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, TERCEIRA SEÇÃO,

julgado em 21/11/1995, DJ 01/04/1996, p. 9866)

"CRIMINAL. JUSTIÇA FEDERAL. CONDENAÇÃO. EXECUÇÃO DA PENA. [...] Competência. Reiterada

orientação do STJ sobre que os sentenciados recolhidos a estabelecimento penal sujeito à administração estadual, 'ainda que condenados pela Justiça Eleitoral, Militar ou Federal, terão suas penas executadas pelo Juízo de execução comum do Estado'." ([CC 13292](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713292%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 04/05/1995, DJ 22/05/1995, p. 14363)

"[...] EXECUÇÃO DE PENA. PRESÍDIO ESTADUAL. COMPETÊNCIA. LEI N. 7.210/84, ART. 2. [...] COMPETE AO JUÍZO DAS EXECUÇÕES PENAIS DO ESTADO PRESIDIR A EXECUÇÃO DAS PENAS IMPOSTAS A SENTENCIADOS RECOLHIDOS A PRESÍDIOS SUJEITOS A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL, INCLUSIVE OS CONDENADOS PELA JUSTIÇA FEDERAL. - INTELIGÊNCIA DO ART. 2. DA LEI N. 7.210/86. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. [...]" ([CC 12148](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2712148%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro VICENTE LEAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 02/03/1995, DJ 10/04/1995, p. 9255)

"CONFLITO DE JURISDIÇÕES. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO PRISIONAL. SE O PRESÍDIO É ESTADUAL, POUCO IMPORTA TENHA O INTERNADO SIDO CONDENADO POR JUIZ FEDERAL. A COMPETÊNCIA PARA A EXECUÇÃO DA PENA É DO JUIZ ESTADUAL. [...]" ([CC 7324](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277324%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 17/03/1994, DJ 04/04/1994, p. 6625)

"[...] EXECUÇÃO DA PENA. JUÍZO COMPETENTE. [...] OS SENTENCIADOS RECOLHIDOS A ESTABELECIMENTO PENAL SUJEITO A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL, AINDA QUE CONDENADOS PELA JUSTIÇA ELEITORAL, MILITAR OU FEDERAL, TERÃO SUAS PENAS EXECUTADAS PELO JUÍZO DE EXECUÇÃO COMUM DO ESTADO. [...]" ([CC 4322](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274322%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 06/05/1993, DJ 28/06/1993, p. 12842)

"[...] PROGRESSÃO DE SENTENCIADO POR TRÁFICO DE DROGAS PARA REGIME SEMI-ABERTO. CONFLITO ENTRE JUIZ FEDERAL E JUIZ ESTADUAL. [...] EMBORA SENTENCIADO POR JUIZ FEDERAL, O CONDENADO DEVE PEDIR PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL AO JUIZ DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS. (LEP, ARTS. 2., 65 E 66). [...]" ([CC 2914](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272914%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 21/05/1992, DJ 09/11/1992, p. 20331)

"[...] EXECUÇÃO DA PENA - JUÍZO COMPETENTE. [...] OS SENTENCIADOS RECOLHIDOS A ESTABELECIMENTO PENAL SUJEITO A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL, AINDA QUE CONDENADOS PELA JUSTIÇA ELEITORAL, MILITAR OU FEDERAL, TERÃO SUAS PENAS EXECUTADAS PELO JUÍZO DE EXECUÇÃO COMUM DO ESTADO. [...]" ([CC 1011](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271011%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 17/05/1990, DJ 18/06/1990, p. 5678)

"[...] CONDENAÇÃO. TRÂNSITO EM JULGADO. EXECUÇÃO. JUÍZO COMPETENTE. [...] PESSOA RECOLHIDA A PRESÍDIO SOB ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL, CONDENADA POR TRÁFICO DE ENTORPECENTES POR JUIZ FEDERAL, COM SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. 2. COMPETE AO JUÍZO ESPECIAL DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA JUSTIÇA LOCAL A EXECUÇÃO DA PENA IMPOSTA. INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 2, 65 E 66 DA LEP C. C. O ART. 668, DO CPP. [...]" ([CC 1089](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271089%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PA, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 17/05/1990, DJ 18/06/1990, p. 5679)

"[...] COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. COMPETE AO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL DECIDIR DE BENEFÍCIO FORMULADO POR CONDENADO PELA JUSTIÇA MILITAR, QUE ESTEJA RECOLHIDO A ESTABELECIMENTO SOB JURISDIÇÃO ORDINÁRIA." ([CC 149](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27149%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 03/08/1989, DJ 28/08/1989, p. 13677)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500410532&dt_publicacao=01/04/1996) | [14849](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500410532&dt_publicacao=01/04/1996) | [PA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500410532&dt_publicacao=01/04/1996) | [1995/0041053-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500410532&dt_publicacao=01/04/1996) | [Decisão:21/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500410532&dt_publicacao=01/04/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/04/1996 | PG:09866 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00074 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00281 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500163152&dt_publicacao=22/05/1995) | [13292](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500163152&dt_publicacao=22/05/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500163152&dt_publicacao=22/05/1995) | [1995/0016315-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500163152&dt_publicacao=22/05/1995) | [Decisão:04/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500163152&dt_publicacao=22/05/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/05/1995 | PG:14363 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00072 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00279 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400395507&dt_publicacao=10/04/1995) | [12148](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400395507&dt_publicacao=10/04/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400395507&dt_publicacao=10/04/1995) | [1994/0039550-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400395507&dt_publicacao=10/04/1995) | [Decisão:02/03/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400395507&dt_publicacao=10/04/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/04/1995 | PG:09255 |
| **RJTAMG** |  |  | VOL.:00058 | PG:00577 |
| **RJTAMG** |  |  | VOL.:00059 | PG:00577 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00069 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00277 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400008147&dt_publicacao=04/04/1994) | [7324](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400008147&dt_publicacao=04/04/1994) | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400008147&dt_publicacao=04/04/1994) | [1994/0000814-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400008147&dt_publicacao=04/04/1994) | [Decisão:17/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400008147&dt_publicacao=04/04/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/04/1994 | PG:06625 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00067 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00275 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300038648&dt_publicacao=28/06/1993) | [4322](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300038648&dt_publicacao=28/06/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300038648&dt_publicacao=28/06/1993) | [1993/0003864-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300038648&dt_publicacao=28/06/1993) | [Decisão:06/05/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300038648&dt_publicacao=28/06/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/06/1993 | PG:12842 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00064 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00273 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200068480&dt_publicacao=09/11/1992) | [2914](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200068480&dt_publicacao=09/11/1992) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200068480&dt_publicacao=09/11/1992) | [1992/0006848-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200068480&dt_publicacao=09/11/1992) | [Decisão:21/05/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200068480&dt_publicacao=09/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/11/1992 | PG:20331 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00062 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00271 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000010659&dt_publicacao=18/06/1990) | [1011](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000010659&dt_publicacao=18/06/1990) | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000010659&dt_publicacao=18/06/1990) | [1990/0001065-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000010659&dt_publicacao=18/06/1990) | [Decisão:17/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000010659&dt_publicacao=18/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/06/1990 | PG:05678 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00043 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00252 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00086 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000025125&dt_publicacao=18/06/1990) | [1089](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000025125&dt_publicacao=18/06/1990) | [PA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000025125&dt_publicacao=18/06/1990) | [1990/0002512-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000025125&dt_publicacao=18/06/1990) | [Decisão:17/05/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000025125&dt_publicacao=18/06/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/06/1990 | PG:05679 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00047 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00257 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00095 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073508&dt_publicacao=28/08/1989) | [149](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073508&dt_publicacao=28/08/1989) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073508&dt_publicacao=28/08/1989) | [1989/0007350-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073508&dt_publicacao=28/08/1989) | [Decisão:03/08/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900073508&dt_publicacao=28/08/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/08/1989 | PG:13677 |
| **RJM** |  |  | VOL.:00071 | PG:00159 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00041 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00251 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00003 | PG:00723 |

# SÚMULA 193

DIREITO CIVIL - USUCAPIÃO

## Enunciado:

O direito de uso de linha telefônica pode ser adquirido por usucapião.

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

25/06/1997

## Fonte:

DJ DATA:06/08/1997 PG:35334 RSSTJ VOL.:00014 PG:00081 RSTJ VOL.:00101 PG:00287

RT VOL.:00743 PG:00203

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] LINHA TELEFÔNICA. USUCAPIÃO. POSSIBILIDADE. DIREITO DE USO. [...] O DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE LINHA TELEFÔNICA CARACTERIZA-SE COMO DIREITO REAL DE USO, SUSCEPTÍVEL, PORTANTO, DE AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE USUCAPIÃO." ([REsp 90687](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2790687%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 28/05/1996, DJ 24/06/1996, p. 22775)

"TELEFONE. USUCAPIÃO. A JURISPRUDÊNCIA DO STJ ADMITE AÇÃO DE USUCAPIÃO DE DIREITO DE USO DE LINHA TELEFÔNICA. [...]" ([REsp 64627](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2764627%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 14/08/1995, DJ 25/09/1995, p. 31113)

"LINHA TELEFÔNICA. DIREITO DE USO. USUCAPIÃO. O DIREITO DE USO DE LINHA TELEFÔNICA É SUSCEPTÍVEL DE AQUISIÇÃO POR USUCAPIÃO." ([REsp 34774](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2734774%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/06/1994, DJ 08/08/1994, p. 19562)

"[...] DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE LINHA TELEFÔNICA - PRESCRIÇÃO AQUISITIVA (USUCAPIÃO). [...] A JURISPRUDÊNCIA DO STJ ACOLHE ENTENDIMENTO HAURIDO NA DOUTRINA NO SENTIDO DE QUE O DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE LINHA TELEFÔNICA, QUE SE EXERCE SOBRE A COISA, CUJA TRADIÇÃO SE EFETIVOU, SE APRESENTA COMO DAQUELES QUE ENSEJAM EXTINÇÃO POR DESUSO E, POR CONSEQUÊNCIA, SUA AQUISIÇÃO PELA POSSE DURANTE O TEMPO QUE A LEI PREVÊ COMO SUFICIENTE PARA USUCAPIR (PRESCRIÇÃO AQUISITIVA DA PROPRIEDADE). [...]" ([REsp 41611](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2741611%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/04/1994, DJ 30/05/1994, p. 13481)

"[...] DIREITO DE USO DE LINHA TELEFÔNICA. AQUISIÇÃO POR USUCAPIÃO. POSSIBILIDADE JURÍDICA. É POSSÍVEL A AQUISIÇÃO DE DIREITO DE USO DE LINHA TELEFÔNICA, POR USUCAPIÃO, POSTA EM FACE DO SEU ASSINANTE." ([REsp 24410](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2724410%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/05/1993, DJ 31/05/1993, p. 10661)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600174350&dt_publicacao=24/06/1996) | [90687](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600174350&dt_publicacao=24/06/1996) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600174350&dt_publicacao=24/06/1996) | [1996/0017435-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600174350&dt_publicacao=24/06/1996) | [Decisão:28/05/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600174350&dt_publicacao=24/06/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/06/1996 | PG:22775 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00099 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00301 |
| **RT** |  |  | VOL.:00734 | PG:00292 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500205963&dt_publicacao=25/09/1995) | [64627](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500205963&dt_publicacao=25/09/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500205963&dt_publicacao=25/09/1995) | [1995/0020596-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500205963&dt_publicacao=25/09/1995) | [Decisão:14/08/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500205963&dt_publicacao=25/09/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/09/1995 | PG:31113 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00096 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00298 |
| **RT** |  |  | VOL.:00723 | PG:00298 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300123122&dt_publicacao=08/08/1994) | [34774](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300123122&dt_publicacao=08/08/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300123122&dt_publicacao=08/08/1994) | [1993/0012312-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300123122&dt_publicacao=08/08/1994) | [Decisão:07/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300123122&dt_publicacao=08/08/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/08/1994 | PG:19562 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00177 | PG:00143 |
| **REVJMG** |  |  | VOL.:00131 | PG:00543 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00088 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00291 |
| **RT** |  |  | VOL.:00713 | PG:00226 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300342614&dt_publicacao=30/05/1994) | [41611](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300342614&dt_publicacao=30/05/1994) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300342614&dt_publicacao=30/05/1994) | [1993/0034261-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300342614&dt_publicacao=30/05/1994) | [Decisão:25/04/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300342614&dt_publicacao=30/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/05/1994 | PG:13481 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00092 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00295 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00067 | PG:00437 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200169899&dt_publicacao=31/05/1993) | [24410](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200169899&dt_publicacao=31/05/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200169899&dt_publicacao=31/05/1993) | [1992/0016989-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200169899&dt_publicacao=31/05/1993) | [Decisão:04/05/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200169899&dt_publicacao=31/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:31/05/1993 | PG:10661 |
| **LEXJTACSP** | | VOL.:00145 | | PG:00498 |
| **RSSTJ** | | VOL.:00014 | | PG:00085 |
| **RSTJ** | | VOL.:00101 | | PG:00289 |

# SÚMULA 194

DIREITO CIVIL - CONTRATO DE CONSTRUÇÃO

## Enunciado:

Prescreve em vinte anos a ação para obter, do construtor, indenização por defeitos da obra.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:00177 ART:01245

LEG:FED LEI:004591 ANO:1964 ART:00043 INC:00002

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

24/09/1997

## Fonte:

DJ DATA:03/10/1997 PG:49345 RSSTJ VOL.:00014 PG:00103 RSTJ VOL.:00101 PG:00305

RT VOL.:00746 PG:00179

## Excerto dos Precedentes Originários:

"RESPONSABILIDADE DO CONSTRUTOR. DE ACORDO COM A ORIENTAÇÃO DA 2A. SEÇÃO DO STJ, 'É DE VINTE ANOS O PRAZO DE PRESCRIÇÃO DA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO CONTRA O CONSTRUTOR, POR DEFEITOS QUE ATINGEM A SOLIDEZ E A SEGURANÇA DO PRÉDIO, VERIFICADOS NOS CINCO ANOS APÓS A ENTREGA DA OBRA' [...]" ([REsp 62278](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2762278%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/09/1996, DJ 21/10/1996, p. 40257)

"RESPONSABILIDADE CIVIL. CONSTRUTOR. PRESCRIÇÃO. [...] É DE VINTE ANOS O PRAZO DE PRESCRIÇÃO DA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO CONTRA O CONSTRUTOR, POR DEFEITOS QUE ATINGEM A SOLIDEZ E A SEGURANÇA DO PRÉDIO, VERIFICADOS NOS CINCO ANOS APÓS A ENTREGA DA OBRA. [...]" ([REsp 72482](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2772482%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/1995, DJ 08/04/1996, p. 10474)

"[...] RESPONSABILIDADE DO CONSTRUTOR. PRAZO DE GARANTIA DA OBRA. [...] NÃO VIOLA OS ARTS. 178, PARÁGRAFO 5, IV, 1243 E 1245 DO COD. CIVIL A DECISÃO QUE AFASTA A PRESCRIÇÃO ARGUIDA POR SE CUIDAR DE AÇÃO INDENIZATÓRIA PELOS DANOS, CONSIDERADOS DE GRANDE MONTA, PELOS QUAIS É O CONSTRUTOR RESPONSÁVEL." ([REsp 9375](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279375%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/1991, DJ 30/03/1992, p. 3986)

"[...] RESPONSABILIDADE DO CONSTRUTOR. INTELIGÊNCIA DO ART. 1245 DO CÓDIGO CIVIL. PRAZOS DE GARANTIA E DE PRESCRIÇÃO. [...] O PRAZO DE CINCO (5) ANOS DO ART. 1245 DO CÓDIGO CIVIL, RELATIVO À RESPONSABILIDADE DO CONSTRUTOR PELA SOLIDEZ E SEGURANÇA DA OBRA EFETUADA, É DE GARANTIA E NÃO DE PRESCRIÇÃO OU DECADÊNCIA. APRESENTADOS AQUELES DEFEITOS NO REFERIDO PERÍODO, O CONSTRUTOR PODERÁ SER ACIONADO NO PRAZO PRESCRICIONAL DE VINTE (20) ANOS." ([REsp 5522](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275522%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIQUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 14/05/1991, DJ 01/071991, p. 9200)

"[...] RESPONSABILIDADE CIVIL - CONSTRUTOR - PRESCRIÇÃO - INTELIGÊNCIA DO ART. 1245 DO CÓDIGO CIVIL. [...] COMPROVADO O NEXO DA CULPABILIDADE RESPONDE O CONSTRUTOR PELOS VÍCIOS DA CONSTRUÇÃO E O PRAZO DO ARTIGO 1245 DO COD. CIVIL EM CASO QUE TAL É DE GARANTIA DA OBRA, SENDO QUE O DEMANDANTE QUE CONTRATOU A CONSTRUÇÃO TEM PRAZO DE 20 (VINTE) ANOS PARA PROPOR AÇÃO DE RESSARCIMENTO, QUE É LAPSO DE TEMPO PRESCRICIONAL. [...]" ([REsp 8489](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278489%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA,

julgado em 29/04/1991, DJ 24/06/1991, p. 8636)

"INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA. DEFEITOS DE CONSTRUÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO. [...] DEFEITOS DE CONSTRUÇÃO QUE OFENDEM A SEGURANÇA E A SOLIDEZ DA OBRA. SÃO COMPOSSÍVEIS O ART. 1245 DO CÓDIGO CIVIL E O ARTIGO 43, II, DA LEI N. 4.591/64, QUE NÃO EXAUSTA A RESPONSABILIDADE CIVIL DO INCORPORADOR, MAS RESGUARDA DA FALTA DE EXECUÇÃO OU DO RETARDAMENTO INJUSTIFICADO DA OBRA O ADQUIRIDOR DE UNIDADE AUTÔNOMA. II - A PRESCRIÇÃO, NÃO SENDO A AÇÃO REDIBITÓRIA NEM QUANTI MINORIS, MAS DE COMPLETA INDENIZAÇÃO, É VINTENÁRIA (ART. 177, DO CODIGO CIVIL). [...]" ([REsp 1473](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271473%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/1989, DJ 05/03/1990, p. 1410)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500124440&dt_publicacao=21/10/1996) | [62278](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500124440&dt_publicacao=21/10/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500124440&dt_publicacao=21/10/1996) | [1995/0012444-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500124440&dt_publicacao=21/10/1996) | [Decisão:03/09/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500124440&dt_publicacao=21/10/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/10/1996 | PG:40257 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00133 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00332 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500422786&dt_publicacao=08/04/1996) | [72482](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500422786&dt_publicacao=08/04/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500422786&dt_publicacao=08/04/1996) | [1995/0042278-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500422786&dt_publicacao=08/04/1996) | [Decisão:27/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500422786&dt_publicacao=08/04/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/04/1996 | PG:10474 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00084 | PG:00195 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00137 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00335 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100054674&dt_publicacao=30/03/1992) | [9375](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100054674&dt_publicacao=30/03/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100054674&dt_publicacao=30/03/1992) | [1991/0005467-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100054674&dt_publicacao=30/03/1992) | [Decisão:17/12/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100054674&dt_publicacao=30/03/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/03/1992 | PG:03986 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00130 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00329 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000102634&dt_publicacao=01/07/1991) | [5522](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000102634&dt_publicacao=01/07/1991) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000102634&dt_publicacao=01/07/1991) | [1990/0010263-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000102634&dt_publicacao=01/07/1991) | [Decisão:14/05/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000102634&dt_publicacao=01/07/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/07/1991 | PG:09200 |
| **RJTAMG** |  |  | VOL.:00044 | PG:00323 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00122 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00322 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100031003&dt_publicacao=24/06/1991) | [8489](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100031003&dt_publicacao=24/06/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100031003&dt_publicacao=24/06/1991) | [1991/0003100-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100031003&dt_publicacao=24/06/1991) | [Decisão:29/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100031003&dt_publicacao=24/06/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/06/1991 | PG:08636 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00126 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00326 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00023 | PG:00402 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900120204&dt_publicacao=05/03/1990) | [1473](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900120204&dt_publicacao=05/03/1990) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900120204&dt_publicacao=05/03/1990) | [1989/0012020-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900120204&dt_publicacao=05/03/1990) | [Decisão:12/12/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900120204&dt_publicacao=05/03/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/03/1990 | PG:01410 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00107 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00307 |

# SÚMULA 195

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE TERCEIRO

## Enunciado:

Em embargos de terceiro não se anula ato jurídico, por fraude contra credores.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL

ART:00106 ART:00107 ART:00147 INC:00001

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

01/10/1997

## Fonte:

DJ DATA:09/10/1997 PG:50798 RSSTJ VOL.:00014 PG:00143 RSTJ VOL.:00101 PG:00341

RT VOL.:00746 PG:00179

## Excerto dos Precedentes Originários:

"EMBARGOS DE TERCEIRO. FRAUDE CONTRA CREDORES. INVIÁVEL O RECONHECIMENTO DE FRAUDE CONTRA CREDORES EM SEDE DE EMBARGOS DE TERCEIRO. [...]" ([REsp 58343](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2758343%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. MIN. COSTA LEITE, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/03/1995, DJ 10/04/1995, p. 9275)

"FRAUDE CONTRA CREDORES. EMBARGOS DE TERCEIRO/AÇÃO PAULIANA. A FRAUDE É DISCUTÍVEL EM AÇÃO PAULIANA, E NÃO EM EMBARGOS DE TERCEIRO. [...]" ([EREsp 46192](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2746192%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 09/03/1995, DJ 05/02/1996, p. 1341)

"EMBARGOS DE TERCEIRO. FRAUDE CONTRA CREDORES. EFICAZ O NEGÓCIO JURÍDICO EM SUA ORIGEM, PODERÁ DEIXAR DE SE-LO, SE SOBREVIER SENTENÇA CONSTITUTIVA QUE LHE RETIRE ESSA EFICÁCIA RELATIVAMENTE AOS CREDORES. CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO É SUSCETÍVEL DE OPERAR-SE NO ÂMBITO DOS EMBARGOS DE TERCEIRO. IMPRESCINDIBILIDADE DA AÇÃO PAULIANA. [...]" ([EREsp 24311](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2724311%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 15/12/1993, DJ 30/05/1994, p. 13438)

"FRAUDE CONTRA CREDORES. NÃO HÁ DISCUTIR CONTRA CREDORES EM EMBARGOS DE TERCEIROS. [...]" ([REsp 20166](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2720166%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 11/10/1993, DJ 29/11/1993, p. 25883)

"[...] FRAUDE CONTRA CREDORES. EMBARGOS DE TERCEIROS. AÇÃO PAULIANA. O MEIO PROCESSUAL ADEQUADO PARA SE OBTER A ANULAÇÃO DE ATO JURÍDICO POR FRAUDE A CREDORES NÃO É A RESPOSTA A EMBARGOS DE TERCEIRO, MAS A AÇÃO PAULIANA. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2724311%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [24311](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2724311%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/02/1993, DJ

22/03/1993, p. 4538)

"[...] FRAUDE CONTRA CREDORES. EMBARGOS DE TERCEIROS. AÇÃO PAULIANA. O MEIO PROCESSUAL ADEQUADO PARA SE OBTER A ANULAÇÃO DE ATO JURÍDICO POR FRAUDE A CREDORES NÃO É A RESPOSTA A EMBARGOS DE TERCEIRO, MAS A AÇÃO PAULIANA. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2727903%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja)

[27903](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2727903%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, Rel. p/ Acórdão Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/12/1992, DJ 22/03/1993, p. 4540)

"EMBARGOS DE TERCEIRO - FRAUDE CONTRA CREDORES CONSOANTE A DOUTRINA TRADICIONAL, FUNDADA NA LETRA DO CÓDIGO CIVIL, A HIPÓTESE É DE ANULABILIDADE, SENDO INVIÁVEL CONCLUIR PELA INVALIDADE EM EMBARGOS DE TERCEIRO, DE OBJETO LIMITADO, DESTINANDO-SE APENAS A AFASTAR A CONSTRIÇÃO JUDICIAL SOBRE BEM DE TERCEIRO. DE QUALQUER SORTE, ADMITINDO-SE A HIPÓTESE COMO DE INEFICÁCIA, ESSA, AO CONTRÁRIO DO QUE SUCEDE COM A FRAUDE DE EXECUÇÃO, NÃO É ORIGINÁRIA, DEMANDANDO AÇÃO CONSTITUTIVA QUE LHE RETIRE A EFICÁCIA." ([REsp 13322](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713322%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/09/1992, DJ 13/10/1992, p. 17691)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400402767&dt_publicacao=10/04/1995) | [58343](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400402767&dt_publicacao=10/04/1995) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400402767&dt_publicacao=10/04/1995) | [1994/0040276-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400402767&dt_publicacao=10/04/1995) | [Decisão:13/03/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400402767&dt_publicacao=10/04/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/04/1995 | PG:09275 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00182 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00375 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400321490&dt_publicacao=05/02/1996) | [46192](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400321490&dt_publicacao=05/02/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400321490&dt_publicacao=05/02/1996) | [1994/0032149-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400321490&dt_publicacao=05/02/1996) | [Decisão:09/03/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400321490&dt_publicacao=05/02/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/02/1996 | PG:01341 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00082 | PG:00208 |
| **RDR** |  |  | VOL.:00004 | PG:00133 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00155 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00351 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300106457&dt_publicacao=30/05/1994) | [24311](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300106457&dt_publicacao=30/05/1994) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300106457&dt_publicacao=30/05/1994) | [1993/0010645-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300106457&dt_publicacao=30/05/1994) | [Decisão:15/12/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300106457&dt_publicacao=30/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/05/1994 | PG:13438 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00147 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00343 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200063373&dt_publicacao=29/11/1993) | [20166](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200063373&dt_publicacao=29/11/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200063373&dt_publicacao=29/11/1993) | [1992/0006337-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200063373&dt_publicacao=29/11/1993) | [Decisão:11/10/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200063373&dt_publicacao=29/11/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/11/1993 | PG:25883 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00165 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00359 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00053 | PG:00143 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200168116&dt_publicacao=22/03/1993) | [24311](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200168116&dt_publicacao=22/03/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200168116&dt_publicacao=22/03/1993) | [1992/0016811-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200168116&dt_publicacao=22/03/1993) | [Decisão:08/02/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200168116&dt_publicacao=22/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/03/1993 | PG:04538 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00174 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00368 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200250483&dt_publicacao=22/03/1993) | [27903](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200250483&dt_publicacao=22/03/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200250483&dt_publicacao=22/03/1993) | [1992/0025048-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200250483&dt_publicacao=22/03/1993) | [Decisão:01/12/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200250483&dt_publicacao=22/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/03/1993 | PG:04540 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00047 | PG:00216 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00177 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00370 |
| **RT** |  |  | VOL.:00698 | PG:00227 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100155543&dt_publicacao=13/10/1992) | [13322](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100155543&dt_publicacao=13/10/1992) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100155543&dt_publicacao=13/10/1992) | [1991/0015554-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100155543&dt_publicacao=13/10/1992) | [Decisão:15/09/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100155543&dt_publicacao=13/10/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/10/1992 | PG:17691 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00175 | PG:00099 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00357 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00040 | PG:00422 |

# SÚMULA 196

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO

## Enunciado:

Ao executado que, citado por edital ou por hora certa, permanecer revel, será nomeado curador especial, com legitimidade para apresentação de embargos.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00005 INC:00055

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL

ART:00009 INC:00002 ART:00598 ART:00621 ART:00632

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

01/10/1997

## Fonte:

DJ DATA:09/10/1997 PG:50799 RDDT VOL.:00027 PG:00224 RSSTJ VOL.:00014 PG:00187 RSTJ VOL.:00101 PG:00379

RT VOL.:00746 PG:00179

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] EXECUÇÃO. DEVEDOR CITADO POR EDITAL. NOMEAÇÃO DE CURADOR ESPECIAL: NECESSIDADE. EMBARGOS À EXECUÇÃO PROPOSTOS PELO CURADOR ESPECIAL: ADMISSIBILIDADE. [...] O JUIZ DEVE NOMEAR CURADOR ESPECIAL AO DEVEDOR CITADO FICTAMENTE, E QUE NÃO COMPARECEU AO PROCESSO DE EXECUÇÃO. II - O CURADOR ESPECIAL, REPRESENTANTE JUDICIAL DO DEVEDOR CITADO FICTAMENTE, PODE AJUIZAR AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 9., II, 319, 598, 621, 632, 652 E 654, DO CPC, DO ART. 5. DO DEL 4.657/1942 E DO ART. 5., LV, DA CF/1988. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO DA SUM. 9/TACIVRJ. [...]" ([REsp 28114](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2728114%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/03/1997, DJ 07/04/1997, p. 11087)

"[...] EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA. CURADOR ESPECIAL. LEI 5.741/1991. NA AÇÃO DE EXECUÇÃO, REALIZADA A CITAÇÃO POR EDITAL, APLICA-SE O DISPOSTO NO ART. 9.. II, CPC; O CURADOR ESPECIAL ASSIM NOMEADO ESTÁ HABILITADO A PROMOVER A MAIS AMPLA DEFESA DO REVEL, LEGITIMANDO-SE, PORTANTO, A OPOR EMBARGOS DO DEVEDOR. [...]" ([REsp 56162](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2756162%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/12/1996, DJ 03/03/1997, p. 4620)

"[...] EXECUÇÃO - CITAÇÃO EDITALÍCIA - EMBARGOS DE DEVEDOR - NOMEAÇÃO DO CURADOR ESPECIAL - LEI 5.471/71 - ARTIGOS 9, II, 319, 320, 322 E 601, CPC. [...] AFASTANDO-SE EXEGESE LITERAL, COMPREENDE-SE QUE, EMBORA O EXECUTADO NÃO SEJA CITADO PARA CONTESTAR, MAS PARA IMPUGNAR, NÃO COMPARECENDO, NO SEU SIGNIFICADO AMPLO, VICEJA A REVELIA. O CURADOR OFICIA, COM AMPLITUDE, ADMITINDO-SE QUE DEDUZA OS PONTOS POSSÍVEIS. O SISTEMA DO CÓDIGO NÃO SE COMPADECE COM A INTERPRETAÇÃO QUE RESTRINJA O CONCEITO DE REVELIA. 2. 'A JURISPRUDÊNCIA DO STJ ACOLHEU ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE O CURADOR ESPECIAL (AD LITEM) TEM LEGITIMIDADE PARA OPOR EMBARGOS DO DEVEDOR EM EXECUÇÃO, ONDE O EXECUTADO, CITADO POR EDITAL, REMANESCE REVEL. TRATA-SE, SEGUNDO A DOUTRINA, DE EXIGÊNCIA DE DEFESA DO REVEL PELO CURADOR E TEM FUNDAMENTO NO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO, POIS NÃO SE SABE SE ELE - O RÉU REVEL - NÃO QUIS CONTESTAR OU NÃO PODE, OU MESMO NÃO SOUBE DA CITAÇÃO' (RESP 32.623-4-RJ - REL. MIN. WALDEMAR ZVEITER). [...]" ([REsp 35061](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735061%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/03/1995, DJ 17/04/1995, p. 9559)

"[...] EMBARGOS DO DEVEDOR - CURADOR ESPECIAL - LEGITIMIDADE - EXECUTADO CITADO POR EDITAL [...] AO EXECUTADO, CITADO POR EDITAL, QUE PERMANECE REVEL, É DADO CURADOR ESPECIAL COM LEGITIMIDADE PARA OPOR EMBARGOS DO DEVEDOR, EM ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO. [...]" ([REsp 24254](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2724254%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/02/1995, DJ 13/03/1995, p. 5272)

"- EXECUÇÃO. EMBARGOS DO DEVEDOR. CURADOR ESPECIAL. - O CURADOR ESPECIAL ESTÁ LEGITIMADO A OPOR EMBARGOS A EXECUÇÃO DE DEVEDOR CITADO POR EDITAL. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2738662%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [38662](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2738662%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ANTONIO TORREÃO BRAZ, QUARTA TURMA, julgado em 29/03/1994, DJ

09/05/1994, p. 10876)

"EXECUÇÃO. EMBARGOS OFERECIDOS PELO CURADOR ESPECIAL. LEGITIMIDADE. O CURADOR ESPECIAL TEM LEGITIMIDADE PARA OPOR EMBARGOS A EXECUÇÃO. [...]" ([REsp 27103](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2727103%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 14/12/1993, DJ 28/02/1994, p. 2890)

"[...] EMBARGOS DO DEVEDOR. CURADOR ESPECIAL. O CURADOR ESPECIAL TEM LEGITIMIDADE PARA OPOR EMBARGOS DO DEVEDOR. [...]" ([REsp 37652](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2737652%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. MIN. COSTA LEITE, TERCEIRA TURMA, julgado em 30/09/1993, DJ 25/10/1993, p. 22493)

"[...] LEGITIMIDADE DO CURADOR ESPECIAL DE OPOR EMBARGOS DO DEVEDOR - EXECUTADO CITADO POR EDITAL. [...] A JURISPRUDÊNCIA DO STJ ACOLHEU ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE O CURADOR ESPECIAL (AD LITEM) TEM LEGITIMIDADE PARA OPOR EMBARGOS DO DEVEDOR EM EXECUÇÃO, ONDE O EXECUTADO, CITADO POR EDITAL, REMANESCE REVEL. TRATA-SE, SEGUNDO A DOUTRINA, DE EXIGÊNCIA DE DEFESA DO REVEL PELO CURADOR E TEM FUNDAMENTO NO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO, POIS NÃO SE SABE SE ELE - O RÉU REVEL - NÃO QUIS CONTESTAR OU NÃO PODE, OU MESMO NÃO SOUBE DA CITAÇÃO. [...]" ([REsp 32623](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2732623%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/05/1993, DJ 31/05/1993, p. 10663)

"PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. ALEGAÇÃO PELA CURADORIA DE AUSENTES, NO CURSO DO PROCESSO. POSSIBILIDADE. O CURADOR ESPECIAL, ATUANDO NOS TERMOS DO ART. 9., II, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, SUBSTITUI PROCESSUALMENTE A PARTE REVEL E CITADA POR EDITAIS, E ASSIM PODE EM QUALQUER TEMPO ARGUIR, EM PROVEITO DESTA, A PRESCRIÇÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS. [...]" ([REsp 9961](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279961%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 31/10/1991, DJ 02/12/1991, p. 17542)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200256830&dt_publicacao=07/04/1997) | [28114](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200256830&dt_publicacao=07/04/1997) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200256830&dt_publicacao=07/04/1997) | [1992/0025683-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200256830&dt_publicacao=07/04/1997) | [Decisão:03/03/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200256830&dt_publicacao=07/04/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/04/1997 | PG:11087 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00182 | PG:00091 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00200 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00389 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00096 | PG:00182 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400326572&dt_publicacao=03/03/1997) | [56162](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400326572&dt_publicacao=03/03/1997) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400326572&dt_publicacao=03/03/1997) | [1994/0032657-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400326572&dt_publicacao=03/03/1997) | [Decisão:16/12/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400326572&dt_publicacao=03/03/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/03/1997 | PG:04620 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00230 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00417 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300133411&dt_publicacao=17/04/1995) | [35061](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300133411&dt_publicacao=17/04/1995) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300133411&dt_publicacao=17/04/1995) | [1993/0013341-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300133411&dt_publicacao=17/04/1995) | [Decisão:20/03/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300133411&dt_publicacao=17/04/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/04/1995 | PG:09559 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00214 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00402 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00110 | PG:00056 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200167543&dt_publicacao=13/03/1995) | [24254](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200167543&dt_publicacao=13/03/1995) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200167543&dt_publicacao=13/03/1995) | [1992/0016754-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200167543&dt_publicacao=13/03/1995) | [Decisão:06/02/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200167543&dt_publicacao=13/03/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/03/1995 | PG:05272 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00194 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00384 |
| **RT** |  |  | VOL.:00716 | PG:00304 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300253700&dt_publicacao=09/05/1994) | [38662](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300253700&dt_publicacao=09/05/1994) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300253700&dt_publicacao=09/05/1994) | [1993/0025370-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300253700&dt_publicacao=09/05/1994) | [Decisão:29/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300253700&dt_publicacao=09/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/05/1994 | PG:10876 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00228 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00415 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00068 | PG:00280 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200228488&dt_publicacao=28/02/1994) | [27103](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200228488&dt_publicacao=28/02/1994) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200228488&dt_publicacao=28/02/1994) | [1992/0022848-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200228488&dt_publicacao=28/02/1994) | [Decisão:14/12/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200228488&dt_publicacao=28/02/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/02/1994 | PG:02890 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00197 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00387 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300221205&dt_publicacao=25/10/1993) | [37652](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300221205&dt_publicacao=25/10/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300221205&dt_publicacao=25/10/1993) | [1993/0022120-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300221205&dt_publicacao=25/10/1993) | [Decisão:30/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300221205&dt_publicacao=25/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/10/1993 | PG:22493 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00215 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00412 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00057 | PG:00409 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300053566&dt_publicacao=31/05/1993) | [32623](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300053566&dt_publicacao=31/05/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300053566&dt_publicacao=31/05/1993) | [1993/0005356-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300053566&dt_publicacao=31/05/1993) | [Decisão:04/05/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300053566&dt_publicacao=31/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:31/05/1993 | PG:10663 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00050 | PG:00269 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00208 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00396 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067946&dt_publicacao=02/12/1991) | [9961](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067946&dt_publicacao=02/12/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067946&dt_publicacao=02/12/1991) | [1991/0006794-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067946&dt_publicacao=02/12/1991) | [Decisão:31/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067946&dt_publicacao=02/12/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/12/1991 | PG:17542 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00191 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00381 |

# SÚMULA 197

DIREITO CIVIL - DIVÓRCIO

## Enunciado:

O divórcio direto pode ser concedido sem que haja prévia partilha dos bens.

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

08/10/1997

## Fonte:

DJ DATA:22/10/1997 PG:53614 RSSTJ VOL.:00014 PG:00233 RSTJ VOL.:00101 PG:00421

RT VOL.:00747 PG:00208

## Excerto dos Precedentes Originários:

"DIVÓRCIO DIRETO. PARTILHA DE BENS. É DISPENSÁVEL A PRÉVIA PARTILHA. [...]" ([REsp 40221](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2740221%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja)

SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/09/1996, DJ 21/10/1996, p. 40256)

"DIVÓRCIO DIRETO NÃO CONSENSUAL. CAUSA DA SEPARAÇÃO (CULPA). DESNECESSIDADE DE SUA INVESTIGAÇÃO. ART. 40 DA LEI 6.515/77, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 7.841/89. POSSIBILIDADE DE PARTILHA POSTERIOR. [...] APÓS A ALTERAÇÃO LEGISLATIVA INTRODUZIDA PELA LEI 7.841/89, MODIFICANDO A REDAÇÃO DO CAPUT DO ART. 40 DA LEI 6.515/77 E REVOGANDO SEU PARAG. 1., NÃO HÁ MAIS QUE SE COGITAR, PELO MENOS NÃO NECESSARIAMENTE, DA ANÁLISE DA CAUSA DA SEPARAÇÃO ('CULPA') PARA EFEITO DE DECRETAÇÃO DO DIVÓRCIO DIRETO, SENDO BASTANTE O REQUISITO DA SEPARAÇÃO DE FATO POR DOIS ANOS CONSECUTIVOS. II - O DIVÓRCIO DIRETO NÃO CONSENSUAL PODE SER CONCEDIDO INDEPENDENTEMENTE DE PRÉVIA PARTILHA DOS BENS. [...]" ([REsp 40020](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2740020%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 22/08/1995, DJ 02/10/1995, p. 32366)

"DIVÓRCIO DIRETO. CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ALIMENTARES. EXIGÊNCIA DE PRÉVIA PARTILHA DOS BENS DO CASAL. [...] NÃO CONSTITUI OBSTÁCULO À AÇÃO DE DIVÓRCIO DIRETO A ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ALIMENTARES ASSUMIDAS PELO AUTOR. [...]" ([REsp 11292](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711292%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 15/06/1993, DJ 30/08/1993, p. 17294)

Precedentes:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300303775&dt_publicacao=21/10/1996) | [40221 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300303775&dt_publicacao=21/10/1996) | [1993/0030377-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300303775&dt_publicacao=21/10/1996) | [Decisão:10/09/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300303775&dt_publicacao=21/10/1996) |
| **DJ** |  | DATA:21/10/1996 | PG:40256 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00248 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00433 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300296400&dt_publicacao=02/10/1995) | [40020](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300296400&dt_publicacao=02/10/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300296400&dt_publicacao=02/10/1995) | [1993/0029640-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300296400&dt_publicacao=02/10/1995) | [Decisão:22/08/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300296400&dt_publicacao=02/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/10/1995 | PG:32366 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00078 | PG:00200 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00241 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00426 |
| **RT** |  |  | VOL.:00727 | PG:00111 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100102040&dt_publicacao=30/08/1993) | [11292](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100102040&dt_publicacao=30/08/1993) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100102040&dt_publicacao=30/08/1993) | [1991/0010204-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100102040&dt_publicacao=30/08/1993) | [Decisão:15/06/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100102040&dt_publicacao=30/08/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/08/1993 | PG:17294 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00237 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00423 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00051 | PG:00103 |

# SÚMULA 198

DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS

## Enunciado:

Na importação de veículo por pessoa física, destinado a uso próprio, incide o ICMS.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00155 PAR:00002 INC:00009 LET:A

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* ADCT-88 ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITORIAS

ART:00034 PAR:00005 PAR:00008

LEG:FED CNV:000066 ANO:1988

ART:00002 INC:00001 ART:00021 PAR:ÚNICO INC:00001 ART:00027 INC:00001 LET:D

LEG:FED DEL:000406 ANO:1968 ART:00006

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

08/10/1997

## Fonte:

DJ DATA:21/10/1997 PG:53465 RDDT VOL.:00027 PG:00231 RSSTJ VOL.:00014 PG:00253 RSTJ VOL.:00101 PG:00437

RT VOL.:00747 PG:00208

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] IMPORTAÇÃO DE VEÍCULO POR PESSOA FÍSICA. ICMS. INCIDÊNCIA DO TRIBUTO. NA IMPORTAÇÃO DE VEÍCULO POR PESSOA FÍSICA, PARA USO PRÓPRIO, É DEVIDO O IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS." ([RMS 8191](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278191%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/04/1997, DJ 22/04/1997, p. 14405)

"[...] ICMS. IMPORTAÇÃO DE AUTOMÓVEL PARA USO PRÓPRIO. ADCT, ART. 34, PAR. 8. CONVÊNIO 66/1988. DEL. 406/1968. LEI ESTADUAL 11.530/1989. [...] NA IMPORTAÇÃO DE AUTOMÓVEL PARA USO PRÓPRIO, SUJEITO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO FISCAL É A PESSOA FÍSICA QUE REALIZOU A OPERAÇÃO DE IMPORTAÇÃO (ADQUIRENTE). O LOCAL DA OPERAÇÃO OU DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR, TIPIFICADO QUANDO DO RECEBIMENTO DO BEM, É O DO DOMICÍLIO DO IMPORTADOR. [...]" ([RMS 7970](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277970%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 17/03/1997, DJ 22/04/1997, p. 14374)

"[...] ICMS. IMPORTAÇÃO DE AUTOMÓVEL POR PESSOA FÍSICA. NO ESTADO DO CEARÁ, A PARTIR DA LEI 11.530, DE 27 DE JANEIRO DE 1989, O ICMS INCIDE NA IMPORTAÇÃO DE AUTOMÓVEL PROMOVIDA POR PESSOA FÍSICA, AUTORIZAÇÃO PREVISTA NO CONVÊNIO ICMS 66/1988, QUE ALTEROU A LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR COM BASE NO ART. 32, PAR. 12, DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. [...]" ([RMS 7831](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277831%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/03/1997, DJ 31/03/1997, p. 9613)

"[...] ICMS. IMPORTAÇÃO DE VEÍCULO. USO PESSOAL. INCIDÊNCIA DO TRIBUTO. [...] É DEVIDO O ICMS NA IMPORTAÇÃO DE VEÍCULO PARA USO PRÓPRIO. [...]" ([RMS 7834](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277834%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. MIN. PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/02/1997, DJ 05/05/1997, p. 17016)

"[...] ICMS. VEÍCULOS AUTOMOTORES IMPORTADOS PARA USO PESSOAL: INCIDÊNCIA. [...] O ICMS INCIDE SOBRE A IMPORTAÇÃO DO EXTERIOR DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA USO PESSOAL. II - É A INTELIGÊNCIA DO ART. 155, PAR. 2., IX, 'A', DA CF/1988, DO ART. 34, PAR. 5. E PAR. 8., DO ADCT, DO CONVÊNIO ICMS 66/1988, DOS ARTS. 2. E 12. DA LEI DO ESTADO DO CEARÁ 11.530/1989, E DO DECRETO CEARENSE 21.219/1991. [...]" ([RMS 7708](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277708%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/12/1996, DJ 03/03/1997, p. 4617)

"[...] É DEVIDO O ICMS NA IMPORTAÇÃO DE MERCADORIA POR PESSOA FÍSICA. [...]" ([RMS 7709](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277709%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/11/1996, DJ 16/12/1996,

p. 50749)

"[...] ICMS. IMPORTAÇÃO DE AUTOMÓVEL POR PESSOA FÍSICA. INCIDÊNCIA. [...] INCIDE O ICMS QUANDO O PARTICULAR (PESSOA FÍSICA) IMPORTA AUTOMÓVEL. O RACIOCÍNIO É O MESMO DA INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE AQUISIÇÃO DE AERONAVE POR PARTICULAR, OU SEJA, O CONVÊNIO 66/1988 E O DEL 406/1968 PREVALECEM NO COTEJO COM AS NORMAS DE NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS PREVISTAS NA LEI MAIOR. [...]" ([REsp 104434](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27104434%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/11/1996, DJ 16/12/1996, p. 50788)

"[...] IMPORTAÇÃO DE VEÍCULO PARA USO PRÓPRIO - ICMS - INCIDÊNCIA. [...] A AQUISIÇÃO, DO EXTERIOR, DE VEÍCULO PARTICULAR É FATO GERADOR DE ICMS. [...]" ([REsp 96069](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2796069%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/1996, DJ 16/09/1996, p. 33700)

"[...] IMPORTAÇÃO DE VEÍCULO DESTINADO A USO PRÓPRIO. ICMS. INCIDÊNCIA. [...] A AQUISIÇÃO, NO EXTERIOR, DE VEÍCULO DE PASSEIO DESTINADO A USO PRÓPRIO ESTÁ SUJEITA A INCIDÊNCIA DO ICMS, CUJO FATO GERADOR CONSIDERAR-SE-Á OCORRIDO QUANDO DO RECEBIMENTO DA MERCADORIA PELO IMPORTADOR. II - SUJEITO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO, NA ESPÉCIE, É A PESSOA FÍSICA QUE REALIZOU A OPERAÇÃO DE IMPORTAÇÃO (ADQUIRENTE), TENDO-SE COMO LOCAL DE SUA OCORRÊNCIA O DO DOMICÍLIO DO IMPORTADOR. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2774007%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [74007](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2774007%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 29/11/1995, DJ

18/12/1995, p. 44523)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700038378&dt_publicacao=22/04/1997) | [8191](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700038378&dt_publicacao=22/04/1997) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700038378&dt_publicacao=22/04/1997) | [1997/0003837-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700038378&dt_publicacao=22/04/1997) | [Decisão:03/04/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700038378&dt_publicacao=22/04/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/04/1997 | PG:14405 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00283 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00453 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600772410&dt_publicacao=22/04/1997) | [7970](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600772410&dt_publicacao=22/04/1997) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600772410&dt_publicacao=22/04/1997) | [1996/0077241-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600772410&dt_publicacao=22/04/1997) | [Decisão:17/03/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600772410&dt_publicacao=22/04/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/04/1997 | PG:14374 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00278 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00448 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600698040&dt_publicacao=31/03/1997) | [7831](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600698040&dt_publicacao=31/03/1997) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600698040&dt_publicacao=31/03/1997) | [1996/0069804-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600698040&dt_publicacao=31/03/1997) | [Decisão:06/03/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600698040&dt_publicacao=31/03/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:31/03/1997 | PG:09613 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00273 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00444 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600698120&dt_publicacao=05/05/1997) | [7834](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600698120&dt_publicacao=05/05/1997) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600698120&dt_publicacao=05/05/1997) | [1996/0069812-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600698120&dt_publicacao=05/05/1997) | [Decisão:20/02/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600698120&dt_publicacao=05/05/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/05/1997 | PG:17016 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00275 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00446 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600611408&dt_publicacao=03/03/1997) | [7708](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600611408&dt_publicacao=03/03/1997) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600611408&dt_publicacao=03/03/1997) | [1996/0061140-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600611408&dt_publicacao=03/03/1997) | [Decisão:16/12/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600611408&dt_publicacao=03/03/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/03/1997 | PG:04617 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00266 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00439 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600611416&dt_publicacao=16/12/1996) | [7709](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600611416&dt_publicacao=16/12/1996) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600611416&dt_publicacao=16/12/1996) | [1996/0061141-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600611416&dt_publicacao=16/12/1996) | [Decisão:18/11/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600611416&dt_publicacao=16/12/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/12/1996 | PG:50749 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00271 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00443 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600520267&dt_publicacao=16/12/1996) | [104434](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600520267&dt_publicacao=16/12/1996) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600520267&dt_publicacao=16/12/1996) | [1996/0052026-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600520267&dt_publicacao=16/12/1996) | [Decisão:14/11/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600520267&dt_publicacao=16/12/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/12/1996 | PG:50788 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00264 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00465 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600316449&dt_publicacao=16/09/1996) | [96069](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600316449&dt_publicacao=16/09/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600316449&dt_publicacao=16/09/1996) | [1996/0031644-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600316449&dt_publicacao=16/09/1996) | [Decisão:05/08/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600316449&dt_publicacao=16/09/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/09/1996 | PG:33700 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00261 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00463 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500451174&dt_publicacao=18/12/1995) | [74007](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500451174&dt_publicacao=18/12/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500451174&dt_publicacao=18/12/1995) | [1995/0045117-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500451174&dt_publicacao=18/12/1995) | [Decisão:29/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500451174&dt_publicacao=18/12/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/12/1995 | PG:44523 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00257 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00459 |

# SÚMULA 199

DIREITO BANCÁRIO - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO

## Enunciado:

Na execução hipotecária de crédito vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação, nos termos da Lei n. 5.741/71, a petição inicial deve ser instruída com, pelo menos, dois avisos de cobrança.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:005741 ANO:1971 ART:00002 INC:00004

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

08/10/1997

## Fonte:

DJ DATA:21/10/1997 PG:53465 RSSTJ VOL.:00014 PG:00287 RSTJ VOL.:00101 PG:00469

RT VOL.:00747 PG:00208

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA - LEI NUM. 5.741/71 - ART. 2., IV - IMPRESCINDIBILIDADE DE DOIS AVISOS. [...] NA EXECUÇÃO REGIDA PELA LEI 5.741/71, A QUAL DISCIPLINA A PROTEÇÃO DO FINANCIAMENTO DE BENS IMÓVEIS VINCULADAS AO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO, A NECESSIDADE DA INICIAL VIR INSTRUÍDA COM DOIS AVISOS É IMPERIOSA. [...]" ([REsp 95201](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2795201%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) ES, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/09/1996, DJ 14/10/1996, p. 38953)

"[...] EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA - AVISOS RECLAMANDO PAGAMENTO - LEI N. 5741/71 (ART. 2., IV)

- RESOLUÇÃO BNH - RC N. 11/72 (ITENS 4.2 E4.4). [...] A RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA, ATO DE HIERARQUIA INFERIOR A LEI, NÃO PODE INVADIR A RESERVA LEGAL, REVOGANDO, MODIFICANDO OU DESVIRTUANDO DISPOSIÇÕES EXPRESSAS DE TEXTO LEGISLATIVO. A INVASÃO DO ANCILAR PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, NO CASO, RESTRINGE OU IMPEDE A DEFESA DO MUTUÁRIO, CRIANDO OBSTÁCULO FORMAL À GARANTIA DOS PARTICULARES CONTRA EXECUÇÃO. A LEI ESTABELECE AVISOS (PLURAL) NÃO PERMITINDO APENAS A EXPEDIÇÃO DE UM AVISO (ART. 2., IV, LEI 5741/71). [...]" ([EREsp 23387](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2723387%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/05/1995, DJ 02/10/1995, p. 32305)

"[...] EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA. SFH. AVISOS DE COBRANÇA. LEI 5.741/71, ART. 2., IV. [...] NA EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DE CRÉDITO VINCULADO AO SFH, IMPRESCINDÍVEL A INSTRUÇÃO DA INICIAL COM CÓPIAS VÁLIDAS DOS AVISOS DE COBRANÇA EXPEDIDOS. 2. NÃO É SUFICIENTE A EMISSÃO DE UM ÚNICO AVISO, IMPONDO-SE, TAMBÉM, A QUANTIFICAÇÃO DA DÍVIDA COBRADA. [...]" ([REsp 39764](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2739764%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) ES, Rel. MIN. PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/12/1994, DJ 06/03/1995, p. 4346)

"EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA. AVISOS. LEI N. 5.741/71, ART. 2., IV. [...] A PETIÇÃO INICIAL DA EXECUÇÃO, PREVISTA NA CITADA LEI, DEVE SER INSTRUÍDA COM A CÓPIA DE, PELO MENOS, DOIS AVISOS A QUE SE REFERE O ART. 2., IV, DA LEI N. 5.741/71. [...]" ([REsp 46016](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2746016%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) ES, Rel. MIN. ANTONIO DE PADUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/11/1994, DJ 05/12/1994, p. 33550)

"EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. LEI N. 5.741/71, ARTIGO 2, INCISO IV. REQUISITOS. EXPEDIÇÃO DE AVISOS RECLAMANDO PAGAMENTO. NA EXECUÇÃO ESPECIAL A QUE SE REFERE A LEI N. 5.741/71, QUE DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO FINANCIAMENTO DE BENS IMÓVEIS VINCULADOS AO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO, A PETIÇÃO INICIAL DEVE SER INSTRUÍDA COM, PELO MENOS, DOIS AVISOS." ([REsp 38836](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2738836%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) ES, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 31/08/1994, DJ 19/09/1994, p. 24678)

"EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA. AVISOS. LEI 5.741/71, ART. 2., IV. - A PETIÇÃO INICIAL DE EXECUÇÃO DEVE ESTAR INSTRUDA COM CÓPIA DOS AVISOS REFERIDOS NO ART. 20, IV, DA LEI 5.741/71. - PARA CARACTERIZAR DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO, SE FAZ NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE, NO MÍNIMO, DOIS AVISOS. [...]" ([REsp 36727](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736727%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) ES, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 29/06/1994, DJ 08/08/1994, p. 19554)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600294410&dt_publicacao=14/10/1996) | [95201](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600294410&dt_publicacao=14/10/1996) | [ES](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600294410&dt_publicacao=14/10/1996) | [1996/0029441-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600294410&dt_publicacao=14/10/1996) | [Decisão:10/09/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600294410&dt_publicacao=14/10/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/10/1996 | PG:38953 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00314 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00491 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400369450&dt_publicacao=02/10/1995) | [23387](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400369450&dt_publicacao=02/10/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400369450&dt_publicacao=02/10/1995) | [1994/0036945-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400369450&dt_publicacao=02/10/1995) | [Decisão:09/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400369450&dt_publicacao=02/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/10/1995 | PG:32305 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00291 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00471 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00084 | PG:00051 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300288776&dt_publicacao=06/03/1995) | [39764](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300288776&dt_publicacao=06/03/1995) | [ES](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300288776&dt_publicacao=06/03/1995) | [1993/0028877-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300288776&dt_publicacao=06/03/1995) | [Decisão:07/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300288776&dt_publicacao=06/03/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/03/1995 | PG:04346 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00305 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00484 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400085672&dt_publicacao=05/12/1994) | [46016](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400085672&dt_publicacao=05/12/1994) | [ES](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400085672&dt_publicacao=05/12/1994) | [1994/0008567-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400085672&dt_publicacao=05/12/1994) | [Decisão:16/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400085672&dt_publicacao=05/12/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/12/1994 | PG:33550 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00309 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00487 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300259032&dt_publicacao=19/09/1994) | [38836](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300259032&dt_publicacao=19/09/1994) | [ES](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300259032&dt_publicacao=19/09/1994) | [1993/0025903-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300259032&dt_publicacao=19/09/1994) | [Decisão:31/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300259032&dt_publicacao=19/09/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/09/1994 | PG:24678 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00301 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00480 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300188666&dt_publicacao=08/08/1994) | [36727](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300188666&dt_publicacao=08/08/1994) | [ES](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300188666&dt_publicacao=08/08/1994) | [1993/0018866-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300188666&dt_publicacao=08/08/1994) | [Decisão:29/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300188666&dt_publicacao=08/08/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/08/1994 | PG:19554 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00298 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00477 |

# SÚMULA 200

# DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA EM CRIME DE USO DE PASSAPORTE FALSO

## Enunciado:

O juízo federal competente para processar e julgar acusado de crime de uso de passaporte falso é o do lugar onde o delito se consumou.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:002848 ANO:1940

\*\*\*\*\* CP-40 CODIGO PENAL ART:00304 ART:00308

LEG:FED DEL:003689 ANO:1941

\*\*\*\*\* CPP-41 CODIGO DE PROCESSO PENAL ART:00069 INC:00001 ART:00070

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

22/10/1997

## Fonte:

DJ DATA:29/10/1997 PG:55177 RSSTJ VOL.:00014 PG:00319 RSTJ VOL.:00101 PG:00497

RT VOL.:00747 PG:00606

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. USO DE PASSAPORTE FALSO. ART. 304 CP. [...] COMPETE AO JUÍZO FEDERAL ONDE SE CONSUMOU O DELITO DE USO DE PASSAPORTE FALSO PROCESSAR E JULGAR O FEITO, AINDA QUE A FALSIDADE TENHA SIDO CONSTATADA EM PAÍS ESTRANGEIRO. [...]" ([CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2715994%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [15994](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2715994%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/04/1997, DJ

19/05/1997, p. 20553)

"PROCESSUAL PENAL. COMPETÊNCIA. USO DE DOCUMENTO FALSO. PASSAPORTE ADULTERADO. LOCAL DO CRIME. AEROPORTO DE EMBARQUE. - SENDO INCERTA OU NÃO IDENTIFICADA A AUTORIA DA CONTRAFAÇÃO EFETUADA EM PASSAPORTE, A COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR O CRIME É FIXADA EM RAZÃO DO LUGAR DO SEU USO, SEJA, O FORO DO LOCAL DO AEROPORTO DE EMBARQUE OU DESEMBARQUE. [...]" ([CC 15147](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2715147%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro VICENTE LEAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/1997, DJ 19/05/1997, p. 20552)

"COMPETÊNCIA. USO DE PASSAPORTE FALSO. - Ao Juízo do local onde se consumou o delito de uso de passaporte falso compete processar e julgar a ação penal." ([CC 17476](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2717476%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/06/1996, DJ 26/08/1996, p. 29627)

"PROCESSUAL PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. USO DE PASSAPORTE ADULTERADO (ART. 304 DO CP). LOCAL E AUTORIA DA ADULTERAÇÃO INCERTOS (ART. 297 DO CP). COMPETÊNCIA FIRMADA PELO LOCAL DA EFETIVA APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO PÚBLICO ADULTERADO. [...] EM SE TRATANDO DE USO DE PASSAPORTE FALSO, OU ADULTERADO, O 'LOCUS DELICTI' É DETERMINADO PELA APRESENTAÇÃO ESPONTÂNEA DO DOCUMENTO À AUTORIDADE POLICIAL. [...]" ([CC 14628](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714628%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/02/1996, DJ 19/08/1996, p. 28424)

"PROCESSUAL PENAL. COMPETÊNCIA. USO DE PASSAPORTE FALSO. COMPETE AO JUÍZO FEDERAL ONDE SE CONSUMOU PELA VEZ PRIMEIRA O USO DO PASSAPORTE FALSIFICADO PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO PENAL. [...]" ([CC 12617](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2712617%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 06/04/1995, DJ 22/05/1995, p. 14360)

"PENAL. USO DE PASSAPORTE ALHEIO. - PROCESSO-CRIME. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL DO LUGAR ONDE, NO TERRITÓRIO NACIONAL, FOI USADO O DOCUMENTO, EMBORA QUE SOMENTE CONSTATADA A ADULTERAÇÃO NO PAÍS ESTRANGEIRO A QUE DESTINADO O VISTO." ([CC 12680](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2712680%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 06/04/1995, DJ 08/05/1995, p. 12298)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - FALSIFICAÇÃO E USO DE DOCUMENTO FALSO - LUGAR DA INFRAÇÃO. - HAVENDO OS CRIME DE QUE SE TRATA, SIDO PRATICADOS EM TERRITÓRIO NACIONAL EMBORA TENHAM SIDO DESCOBERTOS, NO ESTRANGEIRO, DETERMINA-SE A COMPETÊNCIA PELO LUGAR DA INFRAÇÃO, A TEOR DO ART. 70 DO C.P.P.. [...]" ([CC 4002](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274002%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 20/05/1993, DJ 21/06/1993, p. 12338)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500699567&dt_publicacao=19/05/1997) | [15994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500699567&dt_publicacao=19/05/1997) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500699567&dt_publicacao=19/05/1997) | [1995/0069956-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500699567&dt_publicacao=19/05/1997) | [Decisão:23/04/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500699567&dt_publicacao=19/05/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/05/1997 | PG:20553 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00335 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00509 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500480808&dt_publicacao=19/05/1997) | [15147](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500480808&dt_publicacao=19/05/1997) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500480808&dt_publicacao=19/05/1997) | [1995/0048080-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500480808&dt_publicacao=19/05/1997) | [Decisão:09/04/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500480808&dt_publicacao=19/05/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/05/1997 | PG:20552 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00098 | PG:00273 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00333 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00508 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600329273&dt_publicacao=26/08/1996) | [17476](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600329273&dt_publicacao=26/08/1996) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600329273&dt_publicacao=26/08/1996) | [1996/0032927-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600329273&dt_publicacao=26/08/1996) | [Decisão:26/06/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600329273&dt_publicacao=26/08/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/08/1996 | PG:29627 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00338 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00511 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500390620&dt_publicacao=19/08/1996) | [14628](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500390620&dt_publicacao=19/08/1996) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500390620&dt_publicacao=19/08/1996) | [1995/0039062-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500390620&dt_publicacao=19/08/1996) | [Decisão:28/02/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500390620&dt_publicacao=19/08/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/08/1996 | PG:28424 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00089 | PG:00270 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00331 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00505 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500035553&dt_publicacao=22/05/1995) | [12617](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500035553&dt_publicacao=22/05/1995) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500035553&dt_publicacao=22/05/1995) | [1995/0003555-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500035553&dt_publicacao=22/05/1995) | [Decisão:06/04/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500035553&dt_publicacao=22/05/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/05/1995 | PG:14360 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00325 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00501 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500040468&dt_publicacao=08/05/1995) | [12680](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500040468&dt_publicacao=08/05/1995) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500040468&dt_publicacao=08/05/1995) | [1995/0004046-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500040468&dt_publicacao=08/05/1995) | [Decisão:06/04/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500040468&dt_publicacao=08/05/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/05/1995 | PG:12298 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00074 | PG:00316 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00328 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00503 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200330576&dt_publicacao=21/06/1993) | [4002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200330576&dt_publicacao=21/06/1993) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200330576&dt_publicacao=21/06/1993) | [1992/0033057-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200330576&dt_publicacao=21/06/1993) | [Decisão:20/05/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200330576&dt_publicacao=21/06/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/06/1993 | PG:12338 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00323 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00101 | PG:00499 |
| **RTJE** |  |  | VOL.:00118 | PG:00263 |

# SÚMULA 201

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

## Enunciado:

Os honorários advocatícios não podem ser fixados em salários- mínimos.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00007 INC:00004

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00020 PAR:00004

LEG:FED LEI:006205 ANO:1975 ART:00001

LEG:FED LEI:007789 ANO:1989 ART:00003

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

17/12/1997

## Fonte:

DJ DATA:02/02/1998 PG:00180 RDDT VOL.:00031 PG:00215 RSSTJ VOL.:00014 PG:00341 RSTJ VOL.:00108 PG:00017

RT VOL.:00750 PG:00210

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] HONORÁRIOS DE ADVOGADO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS: IMPOSSIBILIDADE. [...] É VEDADA A FIXAÇÃO DA VERBA DE PATROCÍNIO EM SALÁRIOS-MÍNIMOS. II - INTELIGÊNCIA DO ART. 1. DA LEI 6.205/1975, DO ART. 3. DA LEI 7.789/1989, DO ART. 7., IV, DA CF/1988, E DO ART. 20 DO CPC. [...]" ([REsp 108228](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27108228%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/12/1996, DJ 24/02/1997, p. 3325)

"HONORÁRIOS DE ADVOGADO. REMUNERAÇÃO DO PROFISSIONAL FIXADA, NO CONTRATO, EM FUNÇÃO DE DETERMINADO NÚMERO DE SALÁRIOS MÍNIMOS. INADMISSIBILIDADE. INADMISSÍVEL A ADOÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO COMO FATOR DE INDEXAÇÃO (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 7., INC. IV; LEI N. 6.205/75, ART. 1., LEI N. 7.789/89, ART. 3.). [...]" ([REsp 50255](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2750255%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG,

Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/1995, DJ 10/04/1995, p. 9295)

"[...] HONORÁRIOS DE ADVOGADO - FIXAÇÃO EM SALÁRIO - MÍNIMO. OS HONORÁRIOS DE ADVOGADO NÃO PODEM SER FIXADOS EM FUNÇÃO DO SALÁRIO - MÍNIMO (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 7, INCISO IV; LEIS N.S. 6.205/75 E 7.789/89). [...]" ([REsp 57081](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2757081%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/11/1994, DJ 19/12/1994, p. 35292)

"[...] HONORÁRIOS DE ADVOGADO - FIXAÇÃO EM SALÁRIO-MÍNIMO. OS HONORÁRIOS DE ADVOGADO NÃO PODEM SER FIXADOS EM FUNÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 7., INCISO IV; LEIS NUMS. 6.205/75 E 7.789/89). [...]" ([REsp 45574](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2745574%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/04/1994, DJ 20/06/1994, p. 16062)

"[...] HONORÁRIOS DE ADVOGADO. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. OS HONORÁRIOS DE ADVOGADO, PELA SUCUMBÊNCIA, NÃO PODEM SER FIXADOS EM FUNÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO, AINDA NA HIPÓTESE EM QUE DEVA SER ATENDIDO O PAR-4. DO ART. 20 DO CPC." ([REsp 25306](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2725306%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/06/1993, DJ 20/09/1993, p. 19176)

"[...] AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. FIXAÇÃO. OS HONORÁRIOS DE ADVOGADO, SE A CAUSA É JULGADA IMPROCEDENTE, SÃO FIXADOS SEGUNDO OS LINEAMENTOS TRAÇADOS PELOS PARÁGRAFOS 4. E 3. DO ARTIGO 20 DO CPC, NÃO PODENDO SER EXPRESSOS EM QUANTIA ÍNFIMA E, COMO TAL, NÃO SE HÁ DE CONSIDERAR AQUELA CORRESPONDENTE A 10% DO SALÁRIO-MÍNIMO VIGENTE NO PAÍS, PARA CADA UM DOS AUTORES." ([REsp 32622](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2732622%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 28/04/1993, DJ 24/05/1993, p. 10016)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600589941&dt_publicacao=24/02/1997) | [108228](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600589941&dt_publicacao=24/02/1997) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600589941&dt_publicacao=24/02/1997) | [1996/0058994-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600589941&dt_publicacao=24/02/1997) | [Decisão:12/12/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600589941&dt_publicacao=24/02/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/02/1997 | PG:03325 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00358 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00030 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400187181&dt_publicacao=10/04/1995) | [50255](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400187181&dt_publicacao=10/04/1995) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400187181&dt_publicacao=10/04/1995) | [1994/0018718-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400187181&dt_publicacao=10/04/1995) | [Decisão:07/03/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400187181&dt_publicacao=10/04/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/04/1995 | PG:09295 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00352 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00024 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00079 | PG:00246 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400355149&dt_publicacao=19/12/1994) | [57081](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400355149&dt_publicacao=19/12/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400355149&dt_publicacao=19/12/1994) | [1994/0035514-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400355149&dt_publicacao=19/12/1994) | [Decisão:23/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400355149&dt_publicacao=19/12/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/12/1994 | PG:35292 |
| **LEXJTACSP** | |  | VOL.:00152 | PG:00530 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00014 | PG:00356 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00108 | PG:00028 |
| [REsp 45574](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400077300&dt_publicacao=20/06/1994) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400077300&dt_publicacao=20/06/1994) | [1994/0007730-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400077300&dt_publicacao=20/06/1994) | [Decisão:18/04/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400077300&dt_publicacao=20/06/1994) |
| **DJ** | |  | DATA:20/06/1994 | PG:16062 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00014 | PG:00348 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00108 | PG:00022 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200188451&dt_publicacao=20/09/1993) | [25306](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200188451&dt_publicacao=20/09/1993) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200188451&dt_publicacao=20/09/1993) | [1992/0018845-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200188451&dt_publicacao=20/09/1993) | [Decisão:22/06/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200188451&dt_publicacao=20/09/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/09/1993 | PG:19176 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00345 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00019 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300053558&dt_publicacao=24/05/1993) | [32622](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300053558&dt_publicacao=24/05/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300053558&dt_publicacao=24/05/1993) | [1993/0005355-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300053558&dt_publicacao=24/05/1993) | [Decisão:28/04/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300053558&dt_publicacao=24/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/05/1993 | PG:10016 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00346 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00020 |

# SÚMULA 202

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA

## Enunciado:

A impetração de segurança por terceiro, contra ato judicial, não se condiciona à interposição de recurso.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00005 INC:XXXV

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00499 PAR:00001

LEG:FED LEI:001533 ANO:1951

\*\*\*\*\* LMS-51 LEI DO MANDADO DE SEGURANÇA ART:00005

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

17/12/1997

## Fonte:

DJ DATA:02/02/1998 PG:00181 RDDT VOL.:00031 PG:00222 RSSTJ VOL.:00014 PG:00363 RSTJ VOL.:00108 PG:00033

RT VOL.:00750 PG:00210

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] MANDADO DE SEGURANÇA. COISA JULGADA. TERCEIRO NÃO INTEGRANTE DA ANTERIOR LIDE. [...] O TERCEIRO QUE NÃO INTEGROU ANTERIOR PROCESSO PODE INVESTIR, PELA VIA DO MANDADO DE SEGURANÇA, CONTRA A DECISÃO DECORRENTE DE SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO, PARA IMPEDIR VIOLAÇÃO A SEU DIREITO LÍQUIDO E CERTO. [...]" ([RMS 7087](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277087%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MA, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 24/03/1997, DJ 09/06/1997, p. 25540)

"[...] SEGURANÇA IMPETRADA POR TERCEIRO PREJUDICADO. CONCESSÃO DE LIMINAR - SUSPENSIVIDADE EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. [...] CABÍVEL A IMPETRAÇÃO DE SEGURANÇA POR TERCEIRO PREJUDICADO E CARACTERIZADO O DANO IRREPARÁVEL A SUSPENSÃO DO ATO COATOR SE IMPÕE, MORMENTE QUANDO É PEDIDA PARA EMPRESTAR EFEITO SUSPENSIVO A AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO POR QUEM ALHEIO À LIDE. [...]" ([RMS 5381](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275381%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/11/1996, DJ 03/02/1997, p. 711)

"[...] LOCAÇÃO. DECRETO DE DESPEJO. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JUDICIAL. NÃO INTERPOSIÇÃO DO RECURSO CABÍVEL. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. SUM. 268/STF. [...] A JURISPRUDÊNCIA PRETORIANA, AMENIZANDO OS RIGORES DO COMANDO EXPRESSO NA SUM. 267/STF, TEM ADMITIDO A IMPETRAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO JUDICIAL, PASSÍVEL DE RECURSO SEM EFEITO SUSPENSIVO, DESDE QUE INTERPOSTO ESTE A TEMPO E MODO, OU AINDA QUANDO ESTÁ APRESENTE NATUREZA TERATOLÓGICA, FLAGRANTEMENTE AFRONTOSA AO DIREITO. - O DECRETO DE DESPEJO QUESTIONADO NÃO FOI IMPUGNADO PELO RECURSO REGULARMENTE PREVISTO NA LEI PROCESSUAL, CONFERIDO A TERCEIRO PREJUDICADO PELOS EFEITOS DA SENTENÇA, NÃO CONSUBSTANCIANDO, ADEMAIS, ATO TERATOLÓGICO, SUSCEPTÍVEL DE CAUSAR DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO AO IMPETRANTE. - ADEMAIS, EM SEDE DE AÇÃO DE DESPEJO, COM SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO, APRESENTA-SE INVIÁVEL O EMPREGO DO MANDADO DE SEGURANÇA, COM VISTAS A OBTER A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO 'DECISUM', DE ACORDO COM O DISPOSTO NA SUM. 268/STF. [...]" ([RMS 6054](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276054%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 08/10/1996, DJ 16/12/1996, p. 50957)

"MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JUDICIAL. TERCEIRO. O TERCEIRO, ATINGIDO EM SEU DIREITO POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL, PODERÁ IMPETRAR SEGURANÇA, REUNIDOS OS DEMAIS REQUISITOS LEGAIS, SEM QUE HAJA DE, PREVIAMENTE, INTERPOR RECURSO. DESNECESSIDADE, TAMBÉM, DE QUE HAJA RISCO DE DANO IRREPARÁVEL OU QUE SEJA TERATOLÓGICA A DECISÃO." ([RMS 6317](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276317%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/04/1996, DJ 03/06/1996, p. 19246)

"MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JUDICIAL. TERCEIRO PREJUDICADO. POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO WRIT. HIPÓTESE, CONTUDO, EM QUE O DIREITO DO IMPETRANTE NÃO SE MOSTRA LÍQUIDO E CERTO. PEDIDO DENEGADO. [...]" ([RMS 2404](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272404%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, QUINTA TURMA, julgado em 26/04/1995, DJ 19/06/1995, p. 18715)

"MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL, IMPETRADO POR TERCEIRO PREJUDICADO. É ADMISSÍVEL O PEDIDO, AINDA QUE NÃO TENHA O TERCEIRO INTERPOSTO O RECURSO CABÍVEL. [...]" ([RMS 4982](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274982%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/03/1995, DJ 22/05/1995, p. 14397)

"MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO JUDICIAL. INEXISTÊNCIA DE RECURSO ADEQUADO CONTRA A DECISÃO IMPUGNADA. DISPENSABILIDADE POR CUIDAR-SE DE 'MANDAMUS' IMPETRADO POR TERCEIRO. EM SE TRATANDO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO JUDICIAL, O IMPETRANTE DEVE, NO PRAZO LEGAL, MANIFESTAR O RECURSO ADEQUADO, PARA EVITAR A PRECLUSÃO DA MATÉRIA. 'IN CASU', EM SE TRATANDO DE IMPETRAÇÃO MANEJADA POR TERCEIRO ESTRANHO AO PROCESSO, QUALQUER DECISÃO PROFERIDA NESTE, EM RELAÇÃO AO IMPETRANTE, É 'INUTILITER DATUR', NÃO SE CONFIGURANDO A PRECLUSÃO. NÃO SENDO, O IMPETRANTE, PARTE NO PROCESSO DE INVENTÁRIO (EM QUE SE PROFERIU A DECISÃO IMPUGNADA) E NÃO TENDO SIDO CITADO E NEM INTIMADO NA PESSOA DE SEU REPRESENTANTE LEGAL, IMPRATICÁVEL EXIGIR-SE VIESSE A MANIFESTAR RECURSO PROCESSUAL, ATEMPADAMENTE. [...]" ([RMS 4822](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274822%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/12/1994, DJ 19/12/1994, p. 35265)

"MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JUDICIAL. IMPETRAÇÃO PELO TERCEIRO PREJUDICADO. [...] O TERCEIRO ATINGIDO PELO ATO JUDICIAL PODE IMPUGNA-LO POR MEIO DE MANDADO DE SEGURANÇA, AINDA QUE NÃO HAJA INTERPOSTO O RECURSO CABÍVEL. NO CASO, OS IMPETRANTES, NA QUALIDADE DE LITISCONSORTES PASSIVOS NECESSÁRIOS, DEVERIAM TER SIDO CITADOS PARA AÇÃO CAUTELAR INOMINADA ANTERIORMENTE PROPOSTA, EM QUE FOI PRATICADO O ATO ATACADO NESTA IMPETRAÇÃO, E NÃO FORAM. [...]" ([RMS 4069](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274069%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) ES, Rel. MIN. ANTONIO DE PADUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/10/1994, DJ 21/11/1994, p. 31743)C

"MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL IMPETRADO POR TERCEIRO PREJUDICADO. O PRINCÍPIO DE QUE O MANDADO DE SEGURANÇA NÃO PODE SER UTILIZADO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL APLICA-SE ENTRE AS PARTES, NÃO INCIDINDO QUANDO SE TRATAR DE SEGURANÇA IMPETRADA POR TERCEIRO COM O OBJETIVO DE IMPEDIR LESÃO A DIREITO SEU PROVOCADA POR DECISÃO JUDICIAL. [...]" ([RMS 4315](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274315%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 29/06/1994, DJ 05/09/1994, p. 23107)

"RECURSO DE TERCEIRO PREJUDICADO. NÃO SENDO PARTE NO FEITO, PODE O TERCEIRO PREJUDICADO FAZER USO DO MANDADO DE SEGURANÇA PARA IMPEDIR LESÃO A DIREITO SEU, LÍQUIDO E CERTO, PROVOCADA POR DECISÃO JUDICIAL, MESMO QUANDO SEJA ESTA PASSÍVEL DE RECURSO. (RTJ 88/890). [...]" ([REsp 2224](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272224%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA

TURMA, julgado em 09/12/1992, DJ 08/02/1993, p. 1026)

"MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. O PRINCÍPIO DE QUE O MANDADO DE SEGURANÇA NÃO PODE SER UTILIZADO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL APLICA-SE ENTRE PARTES, MAS NÃO INCIDE EM SE CUIDANDO DE SEGURANÇA IMPETRADA POR TERCEIRO, PREJUDICADO EM SEU PATRIMÔNIO PELO ATO JUDICIAL. [...]" ([RMS 1114](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271114%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 08/10/1991, DJ 04/11/1991, p. 15686)

"TERCEIRO. MANDADO DE SEGURANÇA EM EXECUÇÃO DE SENTENÇA. NÃO INVESTE CONTRA A COISA JULGADA O MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO POR QUEM NÃO FOI PARTE NO PROCESSO, E ESTÁ SENDO EXECUTADO E QUE PODERÁ, POR ESSA VIA, OPOR LIMITES À EFICÁCIA DA SENTENÇA EXEQUENDA." ([RMS 243](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27243%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro GUEIROS LEITE, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/1990, DJ 09/10/1990, p. 10891)

## Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600264953&dt_publicacao=09/06/1997) | [7087](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600264953&dt_publicacao=09/06/1997) | [MA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600264953&dt_publicacao=09/06/1997) | [1996/0026495-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600264953&dt_publicacao=09/06/1997) | [Decisão:24/03/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600264953&dt_publicacao=09/06/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/06/1997 | PG:25540 |
| **REVPRO** |  |  | VOL.:00089 | PG:00289 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00410 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00068 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00097 | PG:00227 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500038811&dt_publicacao=03/02/1997) | [5381](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500038811&dt_publicacao=03/02/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500038811&dt_publicacao=03/02/1997) | [1995/0003881-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500038811&dt_publicacao=03/02/1997) | [Decisão:25/11/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500038811&dt_publicacao=03/02/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/02/1997 | PG:00711 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00396 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00056 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500381109&dt_publicacao=16/12/1996) | [6054](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500381109&dt_publicacao=16/12/1996) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500381109&dt_publicacao=16/12/1996) | [1995/0038110-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500381109&dt_publicacao=16/12/1996) | [Decisão:08/10/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500381109&dt_publicacao=16/12/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/12/1996 | PG:50957 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00403 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00063 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500531895&dt_publicacao=03/06/1996) | [6317](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500531895&dt_publicacao=03/06/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500531895&dt_publicacao=03/06/1996) | [1995/0053189-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500531895&dt_publicacao=03/06/1996) | [Decisão:22/04/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500531895&dt_publicacao=03/06/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/06/1996 | PG:19246 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00407 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00066 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00084 | PG:00177 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200322379&dt_publicacao=19/06/1995) | [2404](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200322379&dt_publicacao=19/06/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200322379&dt_publicacao=19/06/1995) | [1992/0032237-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200322379&dt_publicacao=19/06/1995) | [Decisão:26/04/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200322379&dt_publicacao=19/06/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/06/1995 | PG:18715 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00380 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00043 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400331681&dt_publicacao=22/05/1995) | [4982](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400331681&dt_publicacao=22/05/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400331681&dt_publicacao=22/05/1995) | [1994/0033168-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400331681&dt_publicacao=22/05/1995) | [Decisão:14/03/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400331681&dt_publicacao=22/05/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/05/1995 | PG:14397 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00392 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00052 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400289006&dt_publicacao=19/12/1994) | [4822](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400289006&dt_publicacao=19/12/1994) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400289006&dt_publicacao=19/12/1994) | [1994/0028900-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400289006&dt_publicacao=19/12/1994) | [Decisão:05/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400289006&dt_publicacao=19/12/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/12/1994 | PG:35265 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00389 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00049 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400020007&dt_publicacao=21/11/1994) | [4069](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400020007&dt_publicacao=21/11/1994) | [ES](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400020007&dt_publicacao=21/11/1994) | [1994/0002000-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400020007&dt_publicacao=21/11/1994) | [Decisão:26/10/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400020007&dt_publicacao=21/11/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/11/1994 | PG:31743 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00382 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00044 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400116810&dt_publicacao=05/09/1994) | [4315](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400116810&dt_publicacao=05/09/1994) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400116810&dt_publicacao=05/09/1994) | [1994/0011681-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400116810&dt_publicacao=05/09/1994) | [Decisão:29/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400116810&dt_publicacao=05/09/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/09/1994 | PG:23107 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00385 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00047 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000015413&dt_publicacao=08/02/1993) | [2224](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000015413&dt_publicacao=08/02/1993) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000015413&dt_publicacao=08/02/1993) | [1990/0001541-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000015413&dt_publicacao=08/02/1993) | [Decisão:09/12/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000015413&dt_publicacao=08/02/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/02/1993 | PG:01026 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00367 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00073 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100127574&dt_publicacao=04/11/1991) | [1114](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100127574&dt_publicacao=04/11/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100127574&dt_publicacao=04/11/1991) | [1991/0012757-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100127574&dt_publicacao=04/11/1991) | [Decisão:08/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100127574&dt_publicacao=04/11/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/11/1991 | PG:15686 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00376 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00039 |
| **RT** |  |  | VOL.:00683 | PG:00174 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000005450&dt_publicacao=09/10/1990) | [243](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000005450&dt_publicacao=09/10/1990) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000005450&dt_publicacao=09/10/1990) | [1990/0000545-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000005450&dt_publicacao=09/10/1990) | [Decisão:21/08/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000005450&dt_publicacao=09/10/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/10/1990 | PG:10891 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00161 | PG:00108 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00372 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00035 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00170 |

SÚMULA 203 (SÚMULA ALTERADA)

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL

## Enunciado:

Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais.

A Corte Especial, na sessão extraordinária de 23 de maio de 2002, julgando o AgRg no Ag 400.076-BA, deliberou pela ALTERAÇÃO do enunciado da Súmula n. 203. REDAÇÃO ANTERIOR (decisão de 04/02/1998, DJ 12/02/1998, PG: 35): NÃO CABE RECURSO ESPECIAL CONTRA DECISÃO PROFERIDA, NOS LIMITES DE SUA COMPETÊNCIA, POR ÓRGÃO DE SEGUNDO GRAU DOS JUIZADOS ESPECIAIS.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFB:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-1988 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ART:00105 INC:00003

LEG:FED LEI:007244 ANO:1984

LEG:FED LEI:009099 ANO:1995

\*\*\*\*\* LJE-95 LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

23/05/2002

## Fonte:

DJ DATA:03/06/2002 PG:00269 DJ DATA:12/02/1998 PG:00035 RSSTJ VOL.:00015 PG:00011 RSTJ VOL.:00108 PG:00079 RSTJ VOL.:00155 PG:00017

RT VOL.:00750 PG:00211

## Excerto dos Precedentes Originários:

"JUIZADO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL. NÃO É CABÍVEL ESSE RECURSO DAS DECISÕES DOS ÓRGÃOS DE SEGUNDO GRAU DOS JUIZADOS ESPECIAIS PORQUE NÃO SE CONSTITUEM EM TRIBUNAIS, COMO EXIGIDO PELO ARTIGO 105, III DA CONSTITUIÇÃO. [...]" ([REsp 118463](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27118463%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/05/1997, DJ 16/06/1997, p. 27368)

"RECURSO ESPECIAL. CONSELHO DO JUIZADO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA. [...] CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO PELO CONSELHO DO JUIZADO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA, COM A MESMA NATUREZA JURÍDICA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE PEQUENAS CAUSAS, NÃO CABE RECURSO ESPECIAL. [...]" ([REsp 90619](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2790619%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/05/1997, DJ 16/06/1997, p. 27364)

"[...] AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. RECURSO ESPECIAL. JUIZADO ESPECIAL. DESCABIMENTO. [...] SOMENTE AS CAUSAS DECIDIDAS POR TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS, ESTADUAIS, DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, EM ÚNICA OU ULTIMA INSTÂNCIA, SÃO IMPUGNÁVEIS ATRAVÉS DE RECURSO ESPECIAL. 2. INCABÍVEL ESSE APELO CONTRA DECISÃO DE TURMA DE JUIZES ENCARREGADA DE JULGAR RECURSOS ORIUNDOS DE JUIZADOS ESPECIAIS. [...]" ([REsp 34336](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2734336%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/02/1997, DJ 26/05/1997, p. 22503)

"RECLAMAÇÃO. JUIZADOS ESPECIAIS. COMPETÊNCIA. [...] A JURISPRUDÊNCIA DO STJ NEGA A POSSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL DE JULGAMENTO PROFERIDO POR TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS. 2. A MESMA SOLUÇÃO SE APLICA AOS JULGADOS DO CONSELHO DO JUIZADO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO ESTADO DA BAHIA, INTEGRADO POR DESEMBARGADORES. [...]" ([Rcl 383](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RCL%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27383%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, SEGUNDA SEÇÃO,

julgado em 28/08/1996, DJ 30/09/1996, p. 36578)

"[...] AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE NEGOU ACOLHIDA A AGRAVO DE INSTRUMENTO OBJETIVANDO O PROCESSAMENTO DE RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISUM DO COLEGIADO RECURSAL DO JUIZADO DE PEQUENAS CAUSAS. DESCABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. [...] DE ACORDO COM A ITERATIVA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE E A TEOR DO CONTIDO NO INCISO III DO ARTIGO 105 DA CONSTITUIÇÃO, NÃO CABE RECURSO ESPECIAL DAS DECISÕES PROFERIDAS PELOS CONSELHOS OU CÂMARAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE PEQUENAS CAUSAS. [...]" ([AgRg no Ag 68454](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2768454%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 25/03/1996, DJ 06/05/1996, p. 14423)

"[...] AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE NEGOU ACOLHIDA A AGRAVO DE INSTRUMENTO OBJETIVANDO O PROCESSAMENTO DE RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISUM DO COLEGIADO RECURSAL DO JUIZADO DE PEQUENAS CAUSAS. DESCABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. [...] DE ACORDO COM A ITERATIVA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE E A TEOR DO CONTIDO NO INCISO III DO ARTIGO 105 DA CONSTITUIÇÃO, NÃO CABE RECURSO ESPECIAL DAS DECISÕES PROFERIDAS PELOS CONSELHOS OU CÂMARAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE PEQUENAS CAUSAS. [...]" ([AgRg no Ag 74249](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2774249%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/08/1995, DJ 16/10/1995, p. 34630)

"RECURSO ESPECIAL - JUIZADOS ESPECIAIS E DE PEQUENAS CAUSAS. OS CONSELHOS OU CÂMARAS RECURSAIS DAQUELES JUIZADOS NÃO SE INSEREM NA PREVISÃO DO ARTIGO 105, III DA CONSTITUIÇÃO QUE SE REFERE A CAUSAS DECIDIDAS POR TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS OU TRIBUNAIS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. INADMISSÍVEL RECURSO ESPECIAL DE SUAS DECISÕES. [...]" ([REsp 48136](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2748136%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/08/1994, DJ 22/08/1994, p. 21264)

"[...] JUIZADO DE PEQUENAS CAUSAS. LEI 7244/84. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. PRETENSÃO AO PROCESSAMENTO DE RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA POR COLEGIADO RECURSAL. DESCABIMENTO. UTILIZAÇÃO DO 'MANDAMUS' COMO SUCEDÂNEO DO RECURSO ADEQUADO. RECURSO DESPROVIDO. - É ENTENDIMENTO DAS TURMAS QUE INTEGRAM A SEGUNDA SEÇÃO DESTA CORTE O DESCABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO DE COLEGIADO RECURSAL DE PEQUENAS CAUSAS, POR NÃO ENQUADRAR-SE NA PREVISÃO CONSTITUCIONAL." ([RMS 2918](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272918%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 30/05/1994, DJ 27/06/1994, p. 16980)

"[...] JUIZADO DE PEQUENAS CAUSAS - RECURSO ESPECIAL. [...] AS DECISÕES DOS JUIZADOS DE PEQUENAS CAUSAS OU DOS JUIZADOS ESPECIAIS PARA CAUSAS CÍVEIS DE MENOR COMPLEXIDADE, AINDA QUE ADOTADAS POR CÂMARA RECURSAL, NÃO COMPORTAM RECURSO ESPECIAL. [...]" ([REsp 39476](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2739476%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/03/1994, DJ 16/05/1994, p. 11762)

"RECURSO ESPECIAL. DECISÃO PROFERIDA PELO CONSELHO RECURSAL DO JUIZADO DE PEQUENAS CAUSAS. [...] DESCABIDO É O RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO DE CONSELHO RECURSAL DO JUIZADO DE PEQUENAS CAUSAS. [...]" ([REsp 38603](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2738603%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 11/10/1993, DJ 29/11/1993, p. 25891)

"JUIZADO ESPECIAL DE PEQUENAS CAUSAS. RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. SEGUNDO A ORIENTAÇÃO DA 2A. SEÇÃO DO STJ (3A. E 4A. TURMAS), RESSALVADO O MEU PONTO DE VISTA PESSOAL, DE DECISÃO DO COLEGIO RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL NÃO CABE RECURSO ESPECIAL (RESP'S 21.664 E 25.088, ENTRE OUTROS). [...]" ([AgRg no Ag 39372](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2739372%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 30/09/1993, DJ 08/11/1993, p. 23557)

"JUIZADO ESPECIAL. JUIZADO DE PEQUENAS CAUSAS. RECURSO ESPECIAL. AS DECISÕES DOS JUIZADOS DE PEQUENAS CAUSAS OU DOS JUIZADOS ESPECIAIS PARA CAUSAS CÍVEIS DE MENOR COMPLEXIDADE, AINDA QUE ADOTADAS POR CÂMARA RECURSAL, NÃO COMPORTAM RECURSO

ESPECIAL. [...]" ([REsp 21664](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2721664%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, Rel. p/ Acórdão Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/1992, DJ 17/05/1993, p. 9340)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700086305&dt_publicacao=16/06/1997) | [118463](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700086305&dt_publicacao=16/06/1997) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700086305&dt_publicacao=16/06/1997) | [1997/0008630-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700086305&dt_publicacao=16/06/1997) | [Decisão:20/05/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700086305&dt_publicacao=16/06/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/06/1997 | PG:27368 |
| **REVJUR** |  |  | VOL.:00239 | PG:00047 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00069 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00121 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DJ** | | |  | DATA:16/06/1997 | PG:27364 |
| **LEXSTJ** | | |  | VOL.:00099 | PG:00174 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00015 | PG:00066 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00108 | PG:00119 |
| [REsp 34336 SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300110861&dt_publicacao=26/05/1997) | | |  | [1993/0011086-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300110861&dt_publicacao=26/05/1997) | [Decisão:06/02/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300110861&dt_publicacao=26/05/1997) |
| **DJ** | | |  | DATA:26/05/1997 | PG:22503 |
| **RMP** | | |  | VOL.:00009 | PG:00492 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00015 | PG:00052 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00108 | PG:00107 |
| [Rcl 383 BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600057141&dt_publicacao=30/09/1996) | | |  | [1996/0005714-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600057141&dt_publicacao=30/09/1996) | [Decisão:28/08/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600057141&dt_publicacao=30/09/1996) |
| **DJ** | | |  | DATA:30/09/1996 | PG:36578 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00015 | PG:00031 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00108 | PG:00088 |
| **RT** | | |  | VOL.:00736 | PG:00148 |
| [AgRg no Ag 68454](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500131285&dt_publicacao=06/05/1996) | | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500131285&dt_publicacao=06/05/1996) | [1995/0013128-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500131285&dt_publicacao=06/05/1996) | [Decisão:25/03/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500131285&dt_publicacao=06/05/1996) |
| **DJ** | | |  | DATA:06/05/1996 | PG:14423 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00015 | PG:00025 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00108 | PG:00083 |
| [AgRg no Ag 74249](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500247178&dt_publicacao=16/10/1995) | | | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500247178&dt_publicacao=16/10/1995) | [1995/0024717-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500247178&dt_publicacao=16/10/1995) | [Decisão:21/08/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500247178&dt_publicacao=16/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/10/1995 | | PG:34630 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | | PG:00027 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | | PG:00085 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400140355&dt_publicacao=22/08/1994) | [48136](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400140355&dt_publicacao=22/08/1994) | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400140355&dt_publicacao=22/08/1994) | [1994/0014035-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400140355&dt_publicacao=22/08/1994) | | [Decisão:02/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400140355&dt_publicacao=22/08/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/08/1994 | | PG:21264 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | | PG:00063 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | | PG:00117 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300105353&dt_publicacao=27/06/1994) | [2918](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300105353&dt_publicacao=27/06/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300105353&dt_publicacao=27/06/1994) | [1993/0010535-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300105353&dt_publicacao=27/06/1994) | | [Decisão:30/05/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300105353&dt_publicacao=27/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/06/1994 | | PG:16980 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | | PG:00037 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | | PG:00094 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300278223&dt_publicacao=16/05/1994) | [39476](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300278223&dt_publicacao=16/05/1994) | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300278223&dt_publicacao=16/05/1994) | [1993/0027822-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300278223&dt_publicacao=16/05/1994) | | [Decisão:22/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300278223&dt_publicacao=16/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/05/1994 | | PG:11762 |
| **RJTAMG** |  |  | VOL.:00053 | | PG:00377 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | | PG:00058 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | | PG:00112 |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DJ** | |  | |  | DATA:29/11/1993 | PG:25891 |
| **RSSTJ** | |  | |  | VOL.:00015 | PG:00055 |
| **RSTJ** | |  | |  | VOL.:00108 | PG:00110 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300169238&dt_publicacao=08/11/1993) | | [39372](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300169238&dt_publicacao=08/11/1993) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300169238&dt_publicacao=08/11/1993) | [1993/0016923-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300169238&dt_publicacao=08/11/1993) | [Decisão:30/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300169238&dt_publicacao=08/11/1993) |
| **DJ** | |  | |  | DATA:08/11/1993 | PG:23557 |
| **RSSTJ** | |  | |  | VOL.:00015 | PG:00023 |
| **RSTJ** | |  | |  | VOL.:00108 | PG:00081 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200101593&dt_publicacao=17/05/1993) | [21664](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200101593&dt_publicacao=17/05/1993) | | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200101593&dt_publicacao=17/05/1993) | [1992/0010159-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200101593&dt_publicacao=17/05/1993) | | [Decisão:15/12/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200101593&dt_publicacao=17/05/1993) |
| **DJ** |  | |  | DATA:17/05/1993 | | PG:09340 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00015 | | PG:00043 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00108 | | PG:00099 |

# SÚMULA 204

# DIREITO PREVIDENCIÁRIO - DÉBITO PREVIDENCIÁRIO

## Enunciado:

Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00219

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:01536 PAR:00002

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

11/03/1998

## Fonte:

DJ DATA:18/03/1998 PG:00060 RSSTJ VOL.:00015 PG:00075 RSTJ VOL.:00108 PG:00127

RT VOL.:00752 PG:00131

## Excerto dos Precedentes Originários:

"PREVIDENCIÁRIO - JUROS MORATÓRIOS - CITAÇÃO. [...] O TERMO INICIAL PARA CÔMPUTO DOS JUROS DE MORA É A CITAÇÃO DO DEVEDOR. [...]" ([REsp 113743](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27113743%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PB, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 20/05/1997, DJ 23/06/1997, p. 29170)

"[...] PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. OBSERVÂNCIA. LEI 6.899/1981. SUM. 148 E SUM. 43/STJ. JUROS DE MORA. [...] 'OS DÉBITOS RELATIVOS A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, VENCIDOS E COBRADOS EM JUÍZO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI 6.899/1981, DEVEM SER CORRIGIDOS MONETARIAMENTE NA FORMA PREVISTA NESTE DIPLOMA LEGAL.' (SUM. 148/STJ) 2 - O TERMO INICIAL DA CORREÇÃO DEVE SER A PARTIR DE QUANDO DEVIDA A PRESTAÇÃO. APLICAÇÃO SIMULTANEA DA SUM. 43/STJ. 3 - JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA CITAÇÃO. [...]" ([REsp 118933](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27118933%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SE, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEXTA TURMA, julgado em 13/05/1997, DJ 09/06/1997, p. 25592)

"- PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. LEI 6.899/1981. - AS PARCELAS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS NÃO PRESCRITAS E VENCIDAS APÓS A VIGÊNCIA DA LEI 6.899/1981, DEVEM SER ATUALIZADAS MONETARIAMENTE NA FORMA PREVISTA NESTE DIPLOMA LEGAL, DESDE QUANDO ORIGINADA A OBRIGAÇÃO, AINDA QUE ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO.

- O STJ PACIFICOU O ENTENDIMENTO DE QUE A INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA, NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, OCORRERÁ SOMENTE A PARTIR DA CITAÇÃO. [...]" ([REsp 117048](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27117048%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PB, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 22/04/1997, DJ 02/06/1997, p. 23838)

"[...] PREVIDENCIÁRIO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO VÁLIDA. ART. 1.536 DO CC. ART. 219 DO CPC. REVISIONAL DE BENEFÍCIOS - CORREÇÃO MONETÁRIA - LEI 6.899/1981 - SUM. 148/STJ - TERMO INICIAL. [...] EM FACE DO CARATER ALIMENTAR DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, A CORREÇÃO MONETÁRIA DEVE INCIDIR DESDE QUANDO AS PARCELAS EM ATRASO NÃO PRESCRITAS PASSARAM A SER DEVIDAS, MESMO QUE EM PERÍODO ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. 2. NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, OS JUROS DE MORA INCIDEM A PARTIR DA CITAÇÃO VÁLIDA. (CPC, ART. 219 E CC, ART. 1.536). [...]" ([REsp 117212](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27117212%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PB, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 22/04/1997, DJ 02/06/1997, p. 23840)

"- PREVIDENCIÁRIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. INTERPRETAÇÃO DA SUM. 148/STJ. JUROS MORATÓRIOS. - NA ESTEIRA DA ORIENTAÇÃO QUE EMBASOU O ENUNCIADO DA SUM. 43/STJ, A EGRÉGIA TERCEIRA SEÇÃO DESTE TRIBUNAL, PACIFICANDO A INTERPRETAÇÃO DA SUM. 148/STJ, FIRMOU O ENTENDIMENTO SOBRE INCIDIR CORREÇÃO MONETÁRIA PLENA NOS DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS, POR ISSO QUE, NOS MOLDES DA LEI 6.899/1981, A PARTIR DE QUANDO DEVIDO O PAGAMENTO DAS PARCELAS EM ATRASO. - OS JUROS DE MORA, NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, INCIDEM A PARTIR DA CITAÇÃO. [...]" ([REsp 119525](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27119525%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, SEXTA TURMA, julgado em 22/04/1997, DJ 09/06/1997, p. 25594)

"PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS. PRESTAÇÕES ATRASADAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. - CRITÉRIO. CUIDANDO-SE DE PRESTAÇÕES DEVIDAS ANTES DA LEI 6.899/1981, AINDA QUE COBRADAS EM JUÍZO APÓS O SEU ADVENTO, CABE APLICAR-SE O CRITÉRIO DA SUM. 71/TFR, PORÉM APENAS ATÉ O ADVENTO DA LEI. SUM. 43 E SUM. 148/STJ. - JUROS DE MORA. INCIDEM SOBRE AS PARCELAS DEVIDAS ATÉ A CITAÇÃO, ENGLOBADAMENTE, E APÓS, MÊS A MÊS, ATÉ A LIQUIDAÇÃO." ([REsp 99661](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2799661%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 24/02/1997, DJ 24/03/1997, p. 9053)

"[...] PREVIDENCIÁRIO. PAGAMENTO DE BENEFÍCIO. JUROS MORATÓRIOS. INCIDÊNCIA. CITAÇÃO VÁLIDA. - EM SEDE DE AÇÃO DE COBRANÇA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, OS JUROS MORATÓRIOS DEVEM INCIDIR A PARTIR DA CITAÇÃO VÁLIDA E NÃO DESDE QUANDO DEVIDAS AS PRESTAÇÕES. [...]" ([REsp 99419](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2799419%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SE, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 10/12/1996, DJ 24/02/1997, p. 3429)

"[...] PREVIDENCIÁRIO - JUROS MORATÓRIOS - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO A QUO - OS JUROS MORATÓRIOS COMEÇAM A FLUIR DA CITAÇÃO. NESSA DATA O DEVEDOR TEM CIÊNCIA DE O AUTOR RECLAMAR O SEU CRÉDITO. NÃO SE CONFUNDE COM A CORREÇÃO MONETÁRIA, MERA ATUALIZAÇÃO DO QUANTUM DA PRESTAÇÃO, DEVIDA DA DATA EM QUE DEVERIA SER EFETUADO O PAGAMENTO." ([REsp 89714](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2789714%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEXTA

TURMA, julgado em 13/05/1996, DJ 17/03/1997, p. 7563)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600729522&dt_publicacao=23/06/1997) | [113743](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600729522&dt_publicacao=23/06/1997) | [PB](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600729522&dt_publicacao=23/06/1997) | [1996/0072952-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600729522&dt_publicacao=23/06/1997) | [Decisão:20/05/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600729522&dt_publicacao=23/06/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/06/1997 | PG:29170 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00084 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00133 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700095223&dt_publicacao=09/06/1997) | [118933](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700095223&dt_publicacao=09/06/1997) | [SE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700095223&dt_publicacao=09/06/1997) | [1997/0009522-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700095223&dt_publicacao=09/06/1997) | [Decisão:13/05/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700095223&dt_publicacao=09/06/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/06/1997 | PG:25592 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00093 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00140 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700010279&dt_publicacao=02/06/1997) | [117048](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700010279&dt_publicacao=02/06/1997) | [PB](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700010279&dt_publicacao=02/06/1997) | [1997/0001027-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700010279&dt_publicacao=02/06/1997) | [Decisão:22/04/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700010279&dt_publicacao=02/06/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/06/1997 | PG:23838 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00086 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00135 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700025934&dt_publicacao=02/06/1997) | [117212](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700025934&dt_publicacao=02/06/1997) | [PB](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700025934&dt_publicacao=02/06/1997) | [1997/0002593-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700025934&dt_publicacao=02/06/1997) | [Decisão:22/04/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700025934&dt_publicacao=02/06/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/06/1997 | PG:23840 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00090 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00138 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700104079&dt_publicacao=09/06/1997) | [119525](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700104079&dt_publicacao=09/06/1997) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700104079&dt_publicacao=09/06/1997) | [1997/0010407-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700104079&dt_publicacao=09/06/1997) | [Decisão:22/04/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700104079&dt_publicacao=09/06/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/06/1997 | PG:25594 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00095 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00142 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600411476&dt_publicacao=24/03/1997) | [99661](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600411476&dt_publicacao=24/03/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600411476&dt_publicacao=24/03/1997) | [1996/0041147-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600411476&dt_publicacao=24/03/1997) | [Decisão:24/02/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600411476&dt_publicacao=24/03/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/03/1997 | PG:09053 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00082 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00132 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600407126&dt_publicacao=24/02/1997) | [99419](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600407126&dt_publicacao=24/02/1997) | [SE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600407126&dt_publicacao=24/02/1997) | [1996/0040712-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600407126&dt_publicacao=24/02/1997) | [Decisão:10/12/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600407126&dt_publicacao=24/02/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/02/1997 | PG:03429 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00080 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00130 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600136408&dt_publicacao=17/03/1997) | [89714](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600136408&dt_publicacao=17/03/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600136408&dt_publicacao=17/03/1997) | [1996/0013640-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600136408&dt_publicacao=17/03/1997) | [Decisão:13/05/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600136408&dt_publicacao=17/03/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/03/1997 | PG:07563 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00079 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00129 |

# SÚMULA 205

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - BEM DE FAMÍLIA

## Enunciado:

A Lei 8.009/90 aplica-se à penhora realizada antes de sua vigência.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:008009 ANO:1990

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

01/04/1998

## Fonte:

DJ DATA:16/04/1998 PG:00043 RDDT VOL.:00033 PG:00236 RSSTJ VOL.:00015 PG:00099 RSTJ VOL.:00108 PG:00145

RT VOL.:00752 PG:00131

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] BEM DE FAMÍLIA. LEI 8.009/1990. [...] SENDO A DECISÃO CONTRÁRIA A DIVERSOS PRECEDENTES DA CORTE, 'E DE MODO TAL QUE A DECISÃO SE EXPÕE AO ESPECIAL, E NÃO AO EXTRAORDINÁRIO', EIS QUE 'HOUVE SIMPLES INTERPRETAÇÃO DA LEI 8.009/1990 EM FACE DO CASO EM EXAME, DONDE VIR A PELO, SE HÁ DE SER CHAMADO A COLAÇÃO ALGUM TEXTO ACERCA DA IRRETROATIVIDADE, TEXTO INFRACONSTITUCIONAL, E NÃO TEXTO CONSTITUCIONAL. A PROPÓSITO, TEXTO DA LEI DE INTRODUÇÃO. O INC. XXXVI DO ROL DOS DIREITOS E DEVERES E UMA NORMA ENDEREÇADA AO LEGISLADOR ('A LEI NÃO PREJUDICARÁ...'), E AÍ CABE A TRIBUNAL, SE OFENDIDO O TEXTO, DECLARAR A LEI INCONSTITUCIONAL, QUANDO ENTÃO A DECISÃO FICARÁ EXPOSTA A RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DE OUTRO MODO, O RECURSO CABÍVEL SERÁ SEMPRE O ESPECIAL.' VENCIDOS NESTA PARTE O RELATOR E O MINISTRO EDUARDO RIBEIRO. 2. NO MÉRITO, OS NUMEROSOS PRECEDENTES DESTA CORTE INDICAM A INCIDÊNCIA DA LEI 8.009/1990, EM SITUAÇÕES COMO A DO PRESENTE FEITO. [...]" ([REsp 89927](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2789927%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/02/1997, DJ 19/05/1997, p. 20631)

"EXECUÇÃO FISCAL E PROCESSUAL CIVIL. PENHORA. BEM DE FAMILIA. APLICAÇÃO RETROATIVA DE LEI 8.009/1990. [...] EM RESGUARDANDO 'BEM DE FAMILIA', VIGENTE A LEI 8.009/1990, DE IMEDIATO, PRODUZIU EFEITOS SOBRE OS PROCESSOS EM CURSO, INCIDINDO NAS PENHORAS ANTERIORMENTE EFETIVADAS, SEM OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO E AO DIREITO ADQUIRIDO. O CONFRONTADO ACÓRDÃO DIVERGIU DA PACIFICADA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. 2. MULTIPLICIDADE DE PRECEDENTES CONTRÁRIOS À IRRETROATIVIDADE DOS EFEITOS DA LEI 8.009/1990. [...]" ([REsp 84715](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2784715%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 14/11/1996, DJ 16/12/1996, p. 50755)

"DIREITO INTERTEMPORAL. LEI 8.009/1990. DETERMINANDO A LEI 8.009/1990 QUE NÃO RESPONDE POR DÍVIDAS DE QUALQUER NATUREZA O IMÓVEL RESIDENCIAL E OS BENS QUE O GUARNECEM, SALVO AS EXCEÇÕES QUE ESTABELECE, NÃO PODERÃO ELES SER OBJETO DE EXPROPRIAÇÃO JUDICIAL, NÃO IMPORTANDO QUE A PENHORA TENHA-SE EFETUADO ANTES DA VIGÊNCIA DAQUELA." ([AgRg no Ag 115145](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27115145%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/10/1996, DJ 25/11/1996, p. 46207)

"- LOCAÇÃO. FIANÇA. IMÓVEL. PENHORA. INADMISSÃO. LEI NOVA. - É CORRETA A DECISÃO QUE, ANTE A VIGÊNCIA DA LEI N. 8.009, DE 1990, AFASTA A PENHORA DOS BENS NELA ESPECIFICADOS. [...]" ([REsp 53607](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2753607%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, SEXTA TURMA, julgado em 28/06/1996, DJ 26/08/1996, p. 29728)

"[...] EXECUÇÃO. PENHORA EFETIVADA. BEM DE FAMÍLIA. SUPERVENIÊNCIA DA LEI 8.009/90. APLICAÇÃO. LEVANTAMENTO DA CONSTRIÇÃO. [...] É PACÍFICO NESTA CORTE O ENTENDIMENTO DE QUE A LEI 8.009/90 TEM APLICAÇÃO IMEDIATA E INCIDE SOBRE AS EXECUÇÕES PENDENTES, LIVRANDO DA CONSTRIÇÃO JUDICIAL O BEM DE FAMÍLIA, MESMO PENHORADO ANTES DE SUA VIGÊNCIA, MAS AINDA NÃO ALIENADO. [...]" ([REsp 68722](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2768722%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 23/04/1996, DJ 19/08/1996, p. 28489)

"[...] PENHORA. IMÓVEL RESIDENCIAL. HIPÓTESE EM QUE REPONTA O 'FUMUS BONIS IURIS', CONSOANTE A JURISPRUDÊNCIA DO STJ, ORIENTADA NO SENTIDO DA APLICAÇÃO DA LEI N. 8.009/90 ÀS PENHORAS ANTERIORMENTE EFETUADAS, BEM ASSIM O PERIGO DE ATRASO NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, EM FACE DA IMINENTE ALIENAÇÃO JUDICIAL DO IMÓVEL PENHORADO. [...]" ([MC 374](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27MC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27374%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/11/1995, DJ 29/04/1996, p. 13410)

"[...] RESIDÊNCIA FAMILIAR - IMPENHORABILIDADE. - EMBORA O ART. 82, DA LEI 8.245/91, TENHA ALTERADO O ART. 3., IMPENHORÁVEL A RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA, CONSIDERANDO QUE EXCLUIU DE SUA APLICAÇÃO OS FEITOS EM ANDAMENTO. [...]" ([REsp 60828](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2760828%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro

JOSÉ DANTAS, Rel. p/ Acórdão Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 22/11/1995, DJ 18/12/1995, p. 44597)

"[...] IMPENHORABILIDADE - BEM DE FAMÍLIA - LEI 8.009/90 - PENHORA EFETIVADA ANTERIORMENTE - INCIDÊNCIA IMEDIATA [...] A LEI 8.009/90 INCIDE NOS PROCESSOS EM CURSO, DESCONSTITUINDO PENHORAS EFETIVADAS ANTES DE SUA VIGÊNCIA. [...]" ([REsp 64628](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2764628%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/10/1995, DJ 27/11/1995, p. 40850)

"- IMÓVEL RESIDENCIAL PRÓPRIO DO CASAL OU DA ENTIDADE FAMILIAR. IMPENHORABILIDADE. - A LEI N. 8.009/90 INCIDE SOBRE OS FEITOS EM CURSO E ALCANÇA ATÉ MESMO AS PENHORAS JA EFETUADAS ANTES DE SUA VIGÊNCIA, DESDE QUE AINDA NÃO APERFEIÇOADA A EXPROPRIAÇÃO. [...]" ([REsp 62536](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2762536%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ANTONIO TORREÃO BRAZ, QUARTA TURMA, julgado em 09/05/1995, DJ 29/05/1995, p. 15528)

"[...] EXECUÇÃO. LEI 8.009/90. DIREITO INTERTEMPORAL. ORIENTAÇÃO DA CORTE. [...] A LEI N. 8.009/90, DE APLICAÇÃO IMEDIATA, INCIDE NO CURSO DA EXECUÇÃO SE AINDA NÃO EFETUADA A ALIENAÇÃO FORÇADA, TENDO O CONDÃO DE LEVANTAR A CONSTRIÇÃO SOBRE OS BENS AFETADOS PELA IMPENHORABILIDADE." ([REsp 56662](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2756662%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/1994, DJ 20/02/1995, p. 3194)

"EXECUÇÃO. PENHORA. LEI 8.009/90. DESCONSTITUIÇÃO DA PENHORA DE BEM QUE SERVE À MORADIA DA FAMÍLIA, AINDA QUE EFETIVADA ANTES DA VIGÊNCIA DA NOVA LEI." ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2754598%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [54598](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2754598%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 06/12/1994, DJ

13/02/1995, p. 2243)

"BEM IMPENHORÁVEL. EXECUÇÃO. - A FACE DA LEI N. 8.009/90 NÃO SE MANTEM A PENHORA DO BEM DE FAMÍLIA. [...]" ([REsp 55897](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2755897%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA,

julgado em 22/11/1994, DJ 06/02/1995, p. 1359)

"- IMÓVEL RESIDENCIAL PRÓPRIO DO CASAL OU DA ENTIDADE FAMILIAR. IMPENHORABILIDADE. - A LEI N. 8.009/90 INCIDE SOBRE OS PROCESSOS EM CURSO E ALCANÇA ATÉ MESMO ÀS PENHORAS JÁ EFETUADAS ANTES DA SUA VIGÊNCIA. [...]" ([REsp 55970](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2755970%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro ANTONIO TORREÃO BRAZ, QUARTA TURMA, julgado em 14/11/1994, DJ 05/12/1994, p. 33568)

"PENHORA. IMÓVEL. RESIDENCIAL DE FAMÍLIA. LEI N. 8.009/90. TORRENCIAL É A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE ADMITINDO A INCIDÊNCIA DA LEI N. 8.009/90 SOBRE PENHORAS EFETUADAS ANTES DE SUA VIGÊNCIA, DE MODO A DESCONSTITUI-LA." ([REsp 50271](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2750271%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/10/1994, DJ 28/11/1994, p. 32617)

"EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. BEM DE FAMÍLIA. LEI N. 8.009/90. APLICAÇÃO ÀS PENHORAS JÁ REALIZADAS. A LEI N. 8.009/90 É APLICÁVEL AOS CASOS PENDENTES, DESCONSTITUINDO INCLUSIVE PENHORAS ANTERIORMENTE EFETIVADAS." ([REsp 34314](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2734314%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/06/1994, DJ 01/08/1994, p. 18614)

"IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA. A LEI N. 8.009/90 APLICA-SE AOS PROCESSOS PENDENTES, DESCONSTITUINDO PENHORAS JÁ REALIZADAS, SEM OFENSA A ATO JURÍDICO PERFEITO OU A DIREITO ADQUIRIDO. [...]" ([REsp 44795](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2744795%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/05/1994, DJ 06/06/1994, p. 14276)

"[...] LEI 8.009/90. PENHORA ANTERIOR. CANCELAMENTO. NÃO PERDURA A PENHORA SOBRE BEM, QUANDO LEI POSTERIOR VEM A DECLARA-LO IMPENHORÁVEL, APLICANDO-SE A VEDAÇÃO AOS PROCESSOS PENDENTES, COM A DESCONSTITUIÇÃO DO ATO PROCESSUAL RESPECTIVO." ([REsp 41610](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2741610%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, QUARTA TURMA, julgado em 22/02/1994, DJ 18/04/1994, p. 8505)

"BEM DE FAMÍLIA. LEI 8.009/90. INCIDÊNCIA IMEDIATA, MESMO RELATIVAMENTE AS PENHORAS REALIZADAS ANTERIORMENTE A SUA EDIÇÃO. [...]" ([REsp 30612](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2730612%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 09/02/1993, DJ 01/03/1993, p. 2523)

"[...] IMÓVEL RESIDENCIAL, EQUIPAMENTOS E MÓVEIS (BEM DE FAMÍLIA) - IMPENHORABILIDADE. [...] TEM INCIDÊNCIA IMEDIATA, DESCONSTITUINDO ATÉ PENHORA JÁ EFETIVADA, TEXTO LEGAL QUE AFASTA DA EXECUÇÃO O IMÓVEL RESIDENCIAL PRÓPRIO DO CASAL, OU DA ENTIDADE FAMILIAR (BEM DE FAMÍLIA), ASSIM COMO OS EQUIPAMENTOS E MÓVEIS QUE A GUARNECEM. [...]" ([REsp 11698](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711698%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA

TURMA, julgado em 18/02/1992, DJ 06/04/1992, p. 4491)

Precedentes:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| [REsp 89927 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600146640&dt_publicacao=19/05/1997) |  | [1996/0014664-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600146640&dt_publicacao=19/05/1997) | [Decisão:24/02/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600146640&dt_publicacao=19/05/1997) |
| **DJ** |  | DATA:19/05/1997 | PG:20631 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00015 | PG:00162 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00108 | PG:00198 |
| [REsp 84715 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600003955&dt_publicacao=16/12/1996) |  | [1996/0000395-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600003955&dt_publicacao=16/12/1996) | [Decisão:14/11/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600003955&dt_publicacao=16/12/1996) |
| **DJ** |  | DATA:16/12/1996 | PG:50755 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00015 | PG:00156 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00108 | PG:00192 |
| [AgRg no Ag 115145](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600382140&dt_publicacao=25/11/1996) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600382140&dt_publicacao=25/11/1996) | [1996/0038214-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600382140&dt_publicacao=25/11/1996) | [Decisão:14/10/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600382140&dt_publicacao=25/11/1996) |
| **DJ** |  | DATA:25/11/1996 | PG:46207 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00015 | PG:00103 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00108 | PG:00147 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400272421&dt_publicacao=26/08/1996) | [53607 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400272421&dt_publicacao=26/08/1996) | | [1994/0027242-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400272421&dt_publicacao=26/08/1996) | [Decisão:28/06/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400272421&dt_publicacao=26/08/1996) |
| **DJ** |  | | DATA:26/08/1996 | PG:29728 |
| **RSSTJ** |  | | VOL.:00015 | PG:00130 |
| **RSTJ** |  | | VOL.:00108 | PG:00170 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500320983&dt_publicacao=19/08/1996) | [68722 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500320983&dt_publicacao=19/08/1996) | | [1995/0032098-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500320983&dt_publicacao=19/08/1996) | [Decisão:23/04/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500320983&dt_publicacao=19/08/1996) |
| **DJ** |  | | DATA:19/08/1996 | PG:28489 |
| **RSSTJ** |  | | VOL.:00015 | PG:00153 |
| **RSTJ** |  | | VOL.:00108 | PG:00189 |
| [MC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500646820&dt_publicacao=29/04/1996) | [374 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500646820&dt_publicacao=29/04/1996) | | [1995/0064682-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500646820&dt_publicacao=29/04/1996) | [Decisão:28/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500646820&dt_publicacao=29/04/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/04/1996 | PG:13410 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00106 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00149 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500071827&dt_publicacao=18/12/1995) | [60828](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500071827&dt_publicacao=18/12/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500071827&dt_publicacao=18/12/1995) | [1995/0007182-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500071827&dt_publicacao=18/12/1995) | [Decisão:22/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500071827&dt_publicacao=18/12/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/12/1995 | PG:44597 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00143 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00181 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500205971&dt_publicacao=27/11/1995) | [64628](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500205971&dt_publicacao=27/11/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500205971&dt_publicacao=27/11/1995) | [1995/0020597-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500205971&dt_publicacao=27/11/1995) | [Decisão:16/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500205971&dt_publicacao=27/11/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/11/1995 | PG:40850 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00148 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00185 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500133008&dt_publicacao=29/05/1995) | [62536](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500133008&dt_publicacao=29/05/1995) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500133008&dt_publicacao=29/05/1995) | [1995/0013300-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500133008&dt_publicacao=29/05/1995) | [Decisão:09/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500133008&dt_publicacao=29/05/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/05/1995 | PG:15528 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00146 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00184 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400343086&dt_publicacao=20/02/1995) | [56662](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400343086&dt_publicacao=20/02/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400343086&dt_publicacao=20/02/1995) | [1994/0034308-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400343086&dt_publicacao=20/02/1995) | [Decisão:12/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400343086&dt_publicacao=20/02/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/02/1995 | PG:03194 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00140 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00179 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400293801&dt_publicacao=13/02/1995) | [54598](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400293801&dt_publicacao=13/02/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400293801&dt_publicacao=13/02/1995) | [1994/0029380-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400293801&dt_publicacao=13/02/1995) | [Decisão:06/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400293801&dt_publicacao=13/02/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/02/1995 | PG:02243 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00134 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00173 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400320086&dt_publicacao=06/02/1995) | [55897](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400320086&dt_publicacao=06/02/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400320086&dt_publicacao=06/02/1995) | [1994/0032008-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400320086&dt_publicacao=06/02/1995) | [Decisão:22/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400320086&dt_publicacao=06/02/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/02/1995 | PG:01359 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00136 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00175 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400322640&dt_publicacao=05/12/1994) | [55970](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400322640&dt_publicacao=05/12/1994) | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400322640&dt_publicacao=05/12/1994) | [1994/0032264-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400322640&dt_publicacao=05/12/1994) | [Decisão:14/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400322640&dt_publicacao=05/12/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/12/1994 | PG:33568 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00138 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00177 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400187564&dt_publicacao=28/11/1994) | [50271](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400187564&dt_publicacao=28/11/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400187564&dt_publicacao=28/11/1994) | [1994/0018756-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400187564&dt_publicacao=28/11/1994) | [Decisão:18/10/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400187564&dt_publicacao=28/11/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/11/1994 | PG:32617 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00128 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00169 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300110438&dt_publicacao=01/08/1994) | [34314](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300110438&dt_publicacao=01/08/1994) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300110438&dt_publicacao=01/08/1994) | [1993/0011043-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300110438&dt_publicacao=01/08/1994) | [Decisão:22/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300110438&dt_publicacao=01/08/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/08/1994 | PG:18614 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00119 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00161 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400060343&dt_publicacao=06/06/1994) | [44795](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400060343&dt_publicacao=06/06/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400060343&dt_publicacao=06/06/1994) | [1994/0006034-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400060343&dt_publicacao=06/06/1994) | [Decisão:10/05/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400060343&dt_publicacao=06/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/06/1994 | PG:14276 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00124 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00165 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300342606&dt_publicacao=18/04/1994) | [41610](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300342606&dt_publicacao=18/04/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300342606&dt_publicacao=18/04/1994) | [1993/0034260-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300342606&dt_publicacao=18/04/1994) | [Decisão:22/02/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300342606&dt_publicacao=18/04/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/04/1994 | PG:08505 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00121 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00163 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200328385&dt_publicacao=01/03/1993) | [30612](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200328385&dt_publicacao=01/03/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200328385&dt_publicacao=01/03/1993) | [1992/0032838-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200328385&dt_publicacao=01/03/1993) | [Decisão:09/02/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200328385&dt_publicacao=01/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/03/1993 | PG:02523 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00117 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00159 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100113603&dt_publicacao=06/04/1992) | [11698](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100113603&dt_publicacao=06/04/1992) | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100113603&dt_publicacao=06/04/1992) | [1991/0011360-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100113603&dt_publicacao=06/04/1992) | [Decisão:18/02/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100113603&dt_publicacao=06/04/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/04/1992 | PG:04491 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00107 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00151 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00034 | PG:00351 |

# SÚMULA 206

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

## Enunciado:

A existência de vara privativa, instituída por lei estadual, não altera a competência territorial resultante das leis de processo.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00099 ART:00100 INC:00004 LET:A LET:B

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

01/04/1998

## Fonte:

DJ DATA:16/04/1998 PG:00044 RDDT VOL.:00033 PG:00219 RSSTJ VOL.:00015 PG:00169 RSTJ VOL.:00108 PG:00203

RT VOL.:00752 PG:00132

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA CUMULADA COM AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO PROPOSTA CONTRA ESTADO FEDERADO, NO FORO EM QUE OCORRERAM OS FATOS QUE DERAM ORIGEM À DEMANDA, E NÃO NO DA CAPITAL: POSSIBILIDADE. FORO PRIVILEGIADO DO ESTADO-MEMBRO: INEXISTÊNCIA. [...] Por não

gozarem de foro privilegiado, podem os Estados Federados ser demandados no foro onde ocorreram os fatos que deram origem à lide, mesmo que esse não seja o da Comarca da Capital. Inteligência dos arts. 99, 100 e 578 do CPC. [...]" ([REsp 46385](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2746385%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/12/1996, DJ 03/03/1997, p. 4619)

"[...] COMPETÊNCIA. AÇÃO CONTRA ESTADO-MEMBRO. VARA DA FAZENDA PÚBLICA. [...] O ESTADO-MEMBRO NÃO TEM FORO PRIVILEGIADO, MAS JUÍZO PRIVATIVO (VARA ESPECIALIZADA), NAS CAUSAS QUE DEVAM CORRER NA COMARCA DA CAPITAL, QUANDO A FAZENDA FOR AUTORA, RÉ OU INTERVENIENTE [...]" ([AgRg no Ag 92717](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2792717%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. MIN. ANTONIO DE PADUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/1996, DJ 03/02/1997, p. 696)

"[...] FAZENDA PÚBLICA. FORO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. [...] CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE, O ESTADO-MEMBRO NÃO TEM FORO PRIVILEGIADO, MAS APENAS VARAS ESPECIALIZADAS, POR ISSO QUE, TRATANDO-SE DE PROCEDIMENTO CONTRA A FAZENDA ESTADUAL, A COMPETÊNCIA SE FIXA PELO LOCAL DO FATO, EX VI DO ART. 100, IV, D, DO CPC. [...]" ([REsp 80482](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2780482%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/02/1996, DJ 18/03/1996, p. 7545)

"[...] COMPETÊNCIA - ESTADO FEDERADO - FORO DA CAPITAL - FORO EM QUE OCORRERAM OS FATOS DA LIDE (CPC, ART. 100). [...] OS ESTADOS FEDERADOS PODEM SER DEMANDADOS, TANTO NO FORO DA CAPITAL, QUANTO NO LOCAL EM QUE OCORREU O FATO EM TORNO DO QUAL SE DESENVOLVE A LIDE (CPC, ART. 100)." ([REsp 67186](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2767186%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/06/1995, DJ 28/08/1995, p. 26603)

"[...] FAZENDA PÚBLICA - COMPETÊNCIA DE FORO - ARTIGOS 99 E 100, CPC. [...] O ESTADO- MEMBRO NÃO TEM FORO PRIVILEGIADO, MAS JUÍZO PRIVATIVO (VARA ESPECIALIZADA), NAS CAUSAS QUE DEVAM CORRER NA COMARCA DA CAPITAL, QUANDO A FAZENDA FOR AUTORA, RÉ OU INTERVENIENTE. NAS CAUSAS PERTENCENTES À COMPETÊNCIA TERRITORIAL DE QUALQUER OUTRA COMARCA NÃO PODE A LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA ATRAIR ESSAS CAUSAS PARA O FORO DA CAPITAL, ART. 94, 99 E 100, IV, 'A', CPC). [...]" ([REsp 34816](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2734816%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/02/1995, DJ 06/03/1995, p. 4318)

"[...] FAZENDA ESTADUAL. FORO PRIVILEGIADO. INEXISTÊNCIA. É COMPETENTE PARA A AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL NO ESTADO DO PARANÁ O FORO DO DOMICÍLIO DO DEVEDOR, NÃO DISPONDO A FAZENDA DAQUELE ESTADO DE FORO PRIVILEGIADO. [...]" ([REsp 49457](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2749457%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/09/1994, DJ 10/10/1994, p. 27117)

"[...] AUTARQUIA ESTADUAL. FORO COMPETENTE. A AUTARQUIA ESTADUAL TANTO PODE SER DEMANDADA NO LOCAL EM QUE ENCONTRA-SE LOCALIZADA A RESPECTIVA SEDE QUANTO NO FORO DO LOCAL ONDE CONTRAIU AS OBRIGAÇÕES." ([AgRg no Ag 42513](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2742513%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 25/05/1994, DJ 06/06/1994, p. 14285)

"COMPETÊNCIA - AÇÃO AJUIZADA CONTRA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO E A CAMARA MUNICIPAL DE FRANCA. HAVENDO DOIS OU MAIS RÉUS COM DOMICÍLIOS DIFERENTES, SERÃO DEMANDADOS NO FORO DE QUALQUER DELES, A ESCOLHA DO AUTOR. A FAZENDA DO ESTADO TEM VARAS ESPECIALIZADAS NO ESTADO E NÃO FORO PRIVILEGIADO. [...]" ([REsp 21315](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2721315%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/03/1993, DJ 10/05/1993, p. 8607)

"COMPETÊNCIA - AUTARQUIA ESTADUAL. A COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO TERRITÓRIO É FIXADA NA LEI FEDERAL. CABE AO LEGISLADOR ESTADUAL DISTRIBUI-LA ENTRE OS DIVERSOS JUÍZOS DA MESMA CIRCUNSCRIÇÃO. ASSIM, PODERÁ DETERMINAR QUE, NA COMARCA DA CAPITAL, AS AUTARQUIAS ESTADUAIS RESPONDAM PERANTE VARA DA FAZENDA. NÃO, ENTRETANTO, QUE NAQUELA HAJAM DE SER PROPOSTAS TODAS AS AÇÕES EM QUE FIGUREM COMO PARTE, SE, DE ACORDO COM AS LEIS DE PROCESSO, A COMPETÊNCIA DEVA ATRIBUIR-SE A JUÍZOS SEDIADOS EM OUTRAS CIRCUNSCRIÇÕES." ([REsp 13649](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713649%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/10/1991, DJ 25/11/1991, p. 17074)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400093209&dt_publicacao=03/03/1997) | [46385](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400093209&dt_publicacao=03/03/1997) | | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400093209&dt_publicacao=03/03/1997) | [1994/0009320-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400093209&dt_publicacao=03/03/1997) | | [Decisão:16/12/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400093209&dt_publicacao=03/03/1997) |
| **DJ** |  | |  | DATA:03/03/1997 | | PG:04619 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00015 | | PG:00188 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00108 | | PG:00218 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500641747&dt_publicacao=03/02/1997) | | [92717](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500641747&dt_publicacao=03/02/1997) | | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500641747&dt_publicacao=03/02/1997) | [1995/0064174-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500641747&dt_publicacao=03/02/1997) | [Decisão:13/12/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500641747&dt_publicacao=03/02/1997) |
| **DJ** |  | |  | | DATA:03/02/1997 | PG:00696 |
| **RSSTJ** |  | |  | | VOL.:00015 | PG:00176 |
| **RSTJ** |  | |  | | VOL.:00108 | PG:00207 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500617935&dt_publicacao=18/03/1996) | [80482](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500617935&dt_publicacao=18/03/1996) | | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500617935&dt_publicacao=18/03/1996) | | [1995/0061793-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500617935&dt_publicacao=18/03/1996) | [Decisão:22/02/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500617935&dt_publicacao=18/03/1996) |
| **DJ** |  | |  | | DATA:18/03/1996 | PG:07545 |
| **RSSTJ** |  | |  | | VOL.:00015 | PG:00201 |
| **RSTJ** |  | |  | | VOL.:00108 | PG:00229 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500271940&dt_publicacao=28/08/1995) | [67186](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500271940&dt_publicacao=28/08/1995) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500271940&dt_publicacao=28/08/1995) | | [1995/0027194-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500271940&dt_publicacao=28/08/1995) | [Decisão:19/06/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500271940&dt_publicacao=28/08/1995) |
| **DJ** |  | |  | | DATA:28/08/1995 | PG:26603 |
| **RSSTJ** |  | |  | | VOL.:00015 | PG:00198 |
| **RSTJ** |  | |  | | VOL.:00108 | PG:00227 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300126016&dt_publicacao=06/03/1995) | [34816](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300126016&dt_publicacao=06/03/1995) | | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300126016&dt_publicacao=06/03/1995) | | [1993/0012601-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300126016&dt_publicacao=06/03/1995) | [Decisão:08/02/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300126016&dt_publicacao=06/03/1995) |
| **DJ** |  | |  | | DATA:06/03/1995 | PG:04318 |
| **RSSTJ** |  | |  | | VOL.:00015 | PG:00184 |
| **RSTJ** |  | |  | | VOL.:00108 | PG:00214 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400165722&dt_publicacao=10/10/1994) | [49457](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400165722&dt_publicacao=10/10/1994) | | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400165722&dt_publicacao=10/10/1994) | | [1994/0016572-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400165722&dt_publicacao=10/10/1994) | [Decisão:19/09/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400165722&dt_publicacao=10/10/1994) |
| **DJ** |  | |  | | DATA:10/10/1994 | PG:27117 |
| **RSSTJ** |  | |  | | VOL.:00015 | PG:00194 |
| **RSTJ** |  | |  | | VOL.:00108 | PG:00223 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300242016&dt_publicacao=06/06/1994) | | [42513](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300242016&dt_publicacao=06/06/1994) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300242016&dt_publicacao=06/06/1994) | [1993/0024201-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300242016&dt_publicacao=06/06/1994) | [Decisão:25/05/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300242016&dt_publicacao=06/06/1994) |
| **DJ** |  | |  | DATA:06/06/1994 | | PG:14285 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00015 | | PG:00173 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00108 | | PG:00205 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00074 | | PG:00017 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200093833&dt_publicacao=10/05/1993) | [21315](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200093833&dt_publicacao=10/05/1993) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200093833&dt_publicacao=10/05/1993) | [1992/0009383-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200093833&dt_publicacao=10/05/1993) | | [Decisão:24/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200093833&dt_publicacao=10/05/1993) |
| **DJ** |  | |  | DATA:10/05/1993 | | PG:08607 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00015 | | PG:00181 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00108 | | PG:00212 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100164631&dt_publicacao=25/11/1991) | [13649](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100164631&dt_publicacao=25/11/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100164631&dt_publicacao=25/11/1991) | [1991/0016463-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100164631&dt_publicacao=25/11/1991) | [Decisão:28/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100164631&dt_publicacao=25/11/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/11/1991 | PG:17074 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00179 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00210 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00027 | PG:00493 |

# SÚMULA 207

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL

## Enunciado:

É inadmissível recurso especial quando cabíveis embargos infringentes contra o acordão proferido no Tribunal de origem.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00530

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00105 INC:00003

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

01/04/1998

## Fonte:

DJ DATA:16/04/1998 PG:00044 RDDT VOL.:00033 PG:00238 RSSTJ VOL.:00015 PG:00205 RSTJ VOL.:00108 PG:00235

RT VOL.:00752 PG:00132

## Excerto dos Precedentes Originários:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL OBSTADO NA ORIGEM. DECISÃO RECORRIDA PROLATADA POR MAIORIA DE VOTOS. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO. COMPETE A ESTE STJ JULGAR, EM RECURSO ESPECIAL, AS CAUSAS DECIDIDAS EM ÚNICA OU ÚLTIMA INSTÂNCIA, PELOS TRIBUNAIS. SENDO A DECISÃO, EM APELAÇÃO, PROLATADA POR MAIORIA DE VOTOS, FAR-SE-IA NECESSÁRIA A OPOSIÇÃO DE EMBARGOS INFRINGENTES E NÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, MESMO QUE REJEITADOS ESTES POR VOTAÇÃO UNÂNIME." ([AgRg no Ag 139132](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27139132%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/06/1997, DJ 25/08/1997, p. 39364)

"RECURSO ESPECIAL. INADMISSÍVEL EM RELAÇÃO A PARTE NÃO UNÂNIME DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO, JÁ QUE PASSÍVEL DE REVISÃO, NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, PELA VIA DOS EMBARGOS INFRINGENTES." ([REsp 39624](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2739624%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/04/1997, DJ 19/05/1997, p. 20628)

"[...] RECURSO DE APELAÇÃO. DECISÃO NÃO UNÂNIME. NÃO CABIMENTO DE RECURSO ESPECIAL. IMPRESCINDIBILIDADE DE SE LANÇAR MÃO DOS EMBARGOS INFRINGENTES. [...] CASO INEXAURIDA A INSTÂNCIA ORDINÁRIA, ATRAVÉS DE EMBARGOS INFRINGENTES, DESCABE A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL EM FACE DE ACÓRDÃO JULGADO POR MAIORIA DE VOTOS EM APELAÇÃO. [...]" ([REsp 98807](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2798807%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/09/1996, DJ 14/10/1996, p. 38974)

"RECURSO ESPECIAL. DECISÃO NÃO UNÂNIME. NÃO CABE RECURSO ESPECIAL QUANTO À PARTE NÃO UNÂNIME DE ACORDÃO PROFERIDO POR MAIORIA DE VOTOS, PORTANTO, AINDA RECORRÍVEL. [...]" ([AgRg no REsp 74089](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2774089%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RN, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, QUINTA TURMA,

julgado em 13/12/1995, DJ 26/02/1996, p. 4043)

"RECURSO ESPECIAL DECISÃO NÃO UNÂNIME AUSÊNCIA DE EMBARGOS INFRINGENTES. TENDO HAVIDO VOTO VENCIDO HÁ DE SE INTERPOR EMBARGOS INFRINGENTES PARA ABRIR A POSSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. NÃO FOI EXAURIDA A INSTÂNCIA ORDINÁRIA. [...]" ([REsp 64468](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2764468%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/06/1995, DJ 14/08/1995, p. 23996)

"RECURSO ESPECIAL. ACORDÃO NÃO UNÂNIME. DEIXANDO A PARTE DE INTERPOR OS EMBARGOS INFRINGENTES, PARA FAZER PREVALECER VOTO MINORITÁRIO QUE LHE FOI FAVORÁVEL NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO, O RECURSO ESPECIAL QUE ELA INTERPÔS NÃO PODE SER CONHECIDO." ([AgRg no Ag 56886](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2756886%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 14/03/1995, DJ 29/05/1995, p. 15522)

"[...] JULGAMENTO PROFERIDO EM SEDE DE APELAÇÃO. MATÉRIA DECIDIDA POR VOTAÇÃO NÃO UNÂNIME. AUSÊNCIA DE OFERECIMENTO DE EMBARGOS INFRINGENTES. NÃO ESGOTAMENTO DAS VIAS RECURSAIS ORDINÁRIAS. ENUNCIADO N. 281 DA SÚMULA/STF. [...] A QUESTÃO QUE, QUANDO DO JULGAMENTO DE APELAÇÃO, HAJA SIDO DECIDIDA POR VOTAÇÃO MAJORITÁRIA, DEVE SER REAPRECIADA, EM SEDE DE EMBARGOS INFRINGENTES, PELO ÓRGÃO COMPETENTE DO TRIBUNAL LOCAL, SOB PENA DE, A MINGUA DE EXAURIMENTO DAS VIAS ORDINÁRIAS, VIR A SER RECONHECIDA A INVIABILIDADE DO RECURSO ESPECIAL QUE A TENHA POR OBJETO (ART. 105, III, DA CONSTITUIÇÃO)." ([REsp 46677](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2746677%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/1994, DJ 19/12/1994, p. 35321)

"APELAÇÃO. DECISÃO POR MAIORIA. RECURSO. SIMPLESMENTE MAJORITÁRIA A DECISÃO COMBATIDA, INADMISSÍVEL O RECURSO ESPECIAL. PRINCÍPIO DA SÚMULA 281 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. [...]" ([REsp 54159](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2754159%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA,

julgado em 18/10/1994, DJ 14/11/1994, p. 30962)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700099350&dt_publicacao=25/08/1997) | [139132](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700099350&dt_publicacao=25/08/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700099350&dt_publicacao=25/08/1997) | [1997/0009935-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700099350&dt_publicacao=25/08/1997) | [Decisão:05/06/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700099350&dt_publicacao=25/08/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/08/1997 | PG:39364 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00211 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00239 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp 39624 BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300283189&dt_publicacao=19/05/1997) | | | [1993/0028318-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300283189&dt_publicacao=19/05/1997) | [Decisão:15/04/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300283189&dt_publicacao=19/05/1997) |
| **DJ** | | | DATA:19/05/1997 | PG:20628 |
| **RSSTJ** | | | VOL.:00015 | PG:00216 |
| **RSTJ** | | | VOL.:00108 | PG:00242 |
| [REsp 98807 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600389659&dt_publicacao=14/10/1996) | | | [1996/0038965-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600389659&dt_publicacao=14/10/1996) | [Decisão:10/09/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600389659&dt_publicacao=14/10/1996) |
| **DJ** | | | DATA:14/10/1996 | PG:38974 |
| **RSSTJ** | | | VOL.:00015 | PG:00227 |
| **RSTJ** | | | VOL.:00108 | PG:00252 |
| [AgRg no REsp 74089 RN](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500452669&dt_publicacao=26/02/1996) | | | [1995/0045266-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500452669&dt_publicacao=26/02/1996) | [Decisão:13/12/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500452669&dt_publicacao=26/02/1996) |
| **DJ** | | | DATA:26/02/1996 | PG:04043 |
| **RSSTJ** | | | VOL.:00015 | PG:00214 |
| **RSTJ** | | | VOL.:00108 | PG:00241 |
| [REsp 64468 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500202492&dt_publicacao=14/08/1995) | | | [1995/0020249-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500202492&dt_publicacao=14/08/1995) | [Decisão:05/06/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500202492&dt_publicacao=14/08/1995) |
| **DJ** | | | DATA:14/08/1995 | PG:23996 |
| **RSSTJ** | | | VOL.:00015 | PG:00225 |
| **RSTJ** | | | VOL.:00108 | PG:00251 |
| [AgRg no Ag 56886 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400291442&dt_publicacao=29/05/1995) | | | [1994/0029144-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400291442&dt_publicacao=29/05/1995) | [Decisão:14/03/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400291442&dt_publicacao=29/05/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/05/1995 | PG:15522 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00209 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00237 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400105312&dt_publicacao=19/12/1994) | [46677](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400105312&dt_publicacao=19/12/1994) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400105312&dt_publicacao=19/12/1994) | [1994/0010531-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400105312&dt_publicacao=19/12/1994) | [Decisão:08/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400105312&dt_publicacao=19/12/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/12/1994 | PG:35321 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00218 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00244 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400284233&dt_publicacao=14/11/1994) | [54159](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400284233&dt_publicacao=14/11/1994) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400284233&dt_publicacao=14/11/1994) | [1994/0028423-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400284233&dt_publicacao=14/11/1994) | [Decisão:18/10/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400284233&dt_publicacao=14/11/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/11/1994 | PG:30962 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00223 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00249 |

# SÚMULA 208

# DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Federal processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00109 INC:00004

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

27/05/1998

## Fonte:

DJ DATA:03/06/1998 PG:00068 RSSTJ VOL.:00015 PG:00231 RSTJ VOL.:00108 PG:00257

RT VOL.:00753 PG:00172

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EX-PREFEITO. DESVIO. VERBA SUJEITA A PRESTAÇÃO DE CONTAS PERANTE O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. ART. 312 CP. [...] É COMPETENTE A JUSTIÇA FEDERAL PARA PROCESSAR E JULGAR AÇÃO PENAL INSTAURADA COM O FITO DE APURAR O COMETIMENTO DO CRIME PREVISTO NO ART. 312 DO CÓDIGO PENAL, POR EX-PREFEITO QUE DURANTE O EXERCÍCIO DO MANDATO TERIA DESVIADO VERBA SUJEITA A PRESTAÇÃO DE CONTAS PERANTE O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. [...]" ([CC 18517](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2718517%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/04/1997, DJ 26/05/1997, p. 22471)

"CONFLITO. PROCESSUAL PENAL. COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL JULGAR PREFEITO ACUSADO DE DESVIO DE VERBAS DESTINADAS AO MUNICÍPIO EM RAZÃO DE CONVÊNIO COM A UNIÃO (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO)." ([CC 14358](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714358%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/1997, DJ 19/05/1997, p. 20551)

"[...] PENAL - VERBA SUJEITA A PRESTAÇÃO DE CONTAS PERANTE O TCU - Firmou-se

jurisprudência de a competência para processar e julgar Prefeito Municipal, de imputação de desvio de verba sujeita a prestação de Contas perante o TCU ser da Justiça Federal, ante o remanescente interesse da União Federal." ([CC 14061](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714061%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 24/04/1996, DJ 12/05/1997, p. 18756)

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. EX-PREFEITO QUE DURANTE O EXERCÍCIO DO MANDATO TERIA SE APROPRIADO DE VERBA FEDERAL SUJEITA A PRESTAÇÃO DE CONTAS PERANTE O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. [...] PRESENTE, INDUBITAVELMENTE, O INTERESSE FEDERAL DA UNIÃO OU REALIZAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO, INTERESSE ESSE QUE, TAMBÉM, ARROSTA PARA ESFERA DOS FEITOS CRIMINAIS DERIVADOS, IMPÕE-SE COMO COMPETENTE A JUSTIÇA FEDERAL PARA O DESATE DA CONTENDA. [...]" ([CC 15426](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2715426%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/03/1996, DJ 27/05/1996, p. 17806)

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIAS. CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. EX- SECRETÁRIO ESTADUAL. DESVIO DE VERBA FEDERAL SUBORDINADA AO CONTROLE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO ATRAVÉS DE CONVÊNIO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM FEDERAL." ([CC 15703](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2715703%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RO, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/03/1996, DJ 22/04/1996, p. 12524)

## Precedentes:

[CC 18517 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600676127&dt_publicacao=26/05/1997) [1996/0067612-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600676127&dt_publicacao=26/05/1997) [Decisão:23/04/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600676127&dt_publicacao=26/05/1997)

**RSSTJ**

VOL.:00015

PG:00247

[CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500347679&dt_publicacao=19/05/1997)

[14358 RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500347679&dt_publicacao=19/05/1997)

[1995/0034767-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500347679&dt_publicacao=19/05/1997)

[Decisão:09/04/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500347679&dt_publicacao=19/05/1997)

**RSSTJ**

VOL.:00015

PG:00238

[CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500301717&dt_publicacao=12/05/1997)

[14061 RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500301717&dt_publicacao=12/05/1997)

[1995/0030171-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500301717&dt_publicacao=12/05/1997)

[Decisão:24/04/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500301717&dt_publicacao=12/05/1997)

**RMP**

VOL.:00009

PG:00489

**RSTJ**

VOL.:00108

PG:00259

[CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500545276&dt_publicacao=27/05/1996)

[15426 RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500545276&dt_publicacao=27/05/1996)

[1995/0054527-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500545276&dt_publicacao=27/05/1996)

[Decisão:27/03/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500545276&dt_publicacao=27/05/1996)

**RSSTJ**

VOL.:00015

PG:00240

[CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500630443&dt_publicacao=22/04/1996)

[15703 RO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500630443&dt_publicacao=22/04/1996)

[1995/0063044-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500630443&dt_publicacao=22/04/1996)

[Decisão:13/03/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500630443&dt_publicacao=22/04/1996)

**RSSTJ**

VOL.:00015

PG:00243

**RSTJ** VOL.:00108 PG:00266

**DJ** DATA:22/04/1996 PG:12524

**RSTJ** VOL.:00108 PG:00263

**DJ** DATA:27/05/1996 PG:17806

**RSSTJ** VOL.:00015 PG:00235

**DJ** DATA:12/05/1997 PG:18756

**RSTJ** VOL.:00108 PG:00262

**DJ** DATA:19/05/1997 PG:20551

**RSTJ** VOL.:00108 PG:00268

**DJ** DATA:26/05/1997 PG:22471

# SÚMULA 209

# DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00029 INC:00010

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

27/05/1998

## Fonte:

DJ DATA:03/06/1998 PG:00068 RSSTJ VOL.:00015 PG:00249 RSTJ VOL.:00108 PG:00271

RT VOL.:00753 PG:00172

## Excerto dos Precedentes Originários:

"- COMPETÊNCIA. EX-PREFEITO MUNICIPAL. DESVIO E MÁ APLICAÇÃO DE VERBAS. FATO NOVO. COMPETÊNCIA DO STJ. - SUPOSTA MALVERSAÇÃO DE VERBAS REPASSADAS AO MUNICÍPIO POR ENTIDADE FEDERAL E JÁ INCORPORADAS NO PATRIMÔNIO DA MUNICIPALIDADE DEVE SER APURADA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADUAL. TODAVIA, RECONHECIDA NOVA CIRCUNSTÂNCIA FÁTICA QUAL SEJA A DE QUE O DENUNCIADO EXERCE, ATUALMENTE, O CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO, A COMPETÊNCIA TRANSFERE-SE PARA O STJ. [...]" ([CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2715734%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [15734](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2715734%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RO, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/02/1996, DJ

23/09/1996, p. 35048)

"PENAL. PROCESSUAL. PREFEITO. VERBA FEDERAL. DESVIO. CRIME. COMPETÊNCIA. [...] A VERBA QUE A UNIÃO FEDERAL OU SEUS AGENTES ENTREGA AO MUNICÍPIO SE INCORPORA AO PATRIMÔNIO MUNICIPAL. 2. O CRIME DE DESVIO DE VERBA FEDERAL PRATICADO POR PREFEITO NÃO SE INSERE NA COMPETÊNCIA JURISDICIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL. [...]" ([CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713073%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [13073](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713073%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 19/10/1995, DJ 05/02/1996,

p. 1351)

"PROCESSO PENAL. PREFEITO MUNICIPAL. DESVIO DE VERBAS FEDERAIS CONVENIADAS. - COMPETÊNCIA. TRADICIONAL JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, ORA ADOTADA PELO STJ, SOBRE COMPETIR TAL AÇÃO PENAL À JUSTIÇA ESTADUAL, HOJE A SEUS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA (CF. ART. 29, VIII)." ([CC 12578](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2712578%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO,

julgado em 26/09/1995, DJ 23/10/1995, p. 35604)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - AÇÃO PENAL - PREFEITO MUNICIPAL - DESVIO DE VERBAS FEDERAIS. - COMPETE AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO APRECIAR E JULGAR ORIGINARIAMENTE, OS CRIMES DE MALVERSAÇÃO DE VERBA PÚBLICA PRATICADO POR EX- PREFEITO MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO." ([CC 13574](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713574%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/09/1995, DJ 23/10/1995, p. 35609)

"PROCESSUAL PENAL. COMPETÊNCIA. CRIME PRATICADO POR PREFEITO. DESVIO DE VERBAS FEDERAIS. COMPETE À JUSTIÇA COMUM ESTADUAL O PROCESSO E JULGAMENTO DE PREFEITO ACUSADO DE MAU EMPREGO DE VERBAS CONCEDIDAS POR ENTIDADES FEDERAIS, JÁ INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO." ([CC 14073](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714073%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/09/1995, DJ 30/10/1995, p. 36716)

"[...] PENAL. COMPETÊNCIA. PREFEITO. DESVIO DE VERBAS FEDERAIS DESTINADAS A MUNICIPIO MEDIANTE CONVÊNIO. AUSÊNCIA DE LESÃO A BENS DA UNIÃO. - A JURISPRUDÊNCIA DESTE TRIBUNAL TEM CONSAGRADO O ENTENDIMENTO DE QUE O DESVIO DE VERBA, REPASSADA PELA UNIÃO PARA O MUNICÍPIO, DESTINADA AO CUSTEIO DE OBRAS OU SERVIÇOS DO SEU PECULIAR INTERESSE, NÃO CONSTITUI FEDERAL, NÃO SE APLICANDO À HIPÓTESE A REGRA DO ART. 109, IV, DA CARTA MAGNA. - SE A DENÚNCIA CONTÉM FATOS DISTINTOS, SEM NEXO DE CAUSALIDADE, DEVE CADA UM SER PROCESSADO E JULGADO PERANTE O JUÍZO COMPETENTE, DEVENDO O TRIBUNAL DE JUSTIÇA PROCESSANTE ENCAMINHAR AS PEÇAS PERTINENTES AO JUÍZO FEDERAL. [...]" ([CC 14039](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714039%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro VICENTE LEAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 04/09/1995, DJ 02/10/1995, p. 32325)

"CONFLITO DE JURISDIÇÕES. CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. PREFEITO MUNICIPAL. DESVIO DE VERBA FEDERAL JÁ INCORPORADA AO PATRIMÔNIO MUNICIPAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL, UMA VEZ QUE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA É O JUIZ NATURAL DO PREFEITO MUNICIPAL (CF, ART. 29, VIII. SÚMULA N. 133/TFR). [...]" ([CC 5281](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275281%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 02/12/1993, DJ 07/02/1994, p. 1108)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500631946&dt_publicacao=23/09/1996) | [15734](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500631946&dt_publicacao=23/09/1996) | [RO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500631946&dt_publicacao=23/09/1996) | [1995/0063194-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500631946&dt_publicacao=23/09/1996) | [Decisão:28/02/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500631946&dt_publicacao=23/09/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/09/1996 | PG:35048 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00269 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00286 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500132079&dt_publicacao=05/02/1996) | [13073](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500132079&dt_publicacao=05/02/1996) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500132079&dt_publicacao=05/02/1996) | [1995/0013207-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500132079&dt_publicacao=05/02/1996) | [Decisão:19/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500132079&dt_publicacao=05/02/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/02/1996 | PG:01351 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00258 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00278 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500032899&dt_publicacao=23/10/1995) | [12578](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500032899&dt_publicacao=23/10/1995) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500032899&dt_publicacao=23/10/1995) | [1995/0003289-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500032899&dt_publicacao=23/10/1995) | [Decisão:26/09/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500032899&dt_publicacao=23/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/10/1995 | PG:35604 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00255 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00275 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500215357&dt_publicacao=23/10/1995) | [13574](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500215357&dt_publicacao=23/10/1995) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500215357&dt_publicacao=23/10/1995) | [1995/0021535-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500215357&dt_publicacao=23/10/1995) | [Decisão:26/09/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500215357&dt_publicacao=23/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/10/1995 | PG:35609 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00260 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00279 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500306778&dt_publicacao=30/10/1995) | [14073](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500306778&dt_publicacao=30/10/1995) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500306778&dt_publicacao=30/10/1995) | [1995/0030677-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500306778&dt_publicacao=30/10/1995) | [Decisão:26/09/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500306778&dt_publicacao=30/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/10/1995 | PG:36716 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00265 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00283 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500301393&dt_publicacao=02/10/1995) | [14039](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500301393&dt_publicacao=02/10/1995) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500301393&dt_publicacao=02/10/1995) | [1995/0030139-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500301393&dt_publicacao=02/10/1995) | [Decisão:04/09/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500301393&dt_publicacao=02/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/10/1995 | PG:32325 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00078 | PG:00338 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00262 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00281 |
| **RT** |  |  | VOL.:00729 | PG:00508 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300177648&dt_publicacao=07/02/1994) | [5281](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300177648&dt_publicacao=07/02/1994) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300177648&dt_publicacao=07/02/1994) | [1993/0017764-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300177648&dt_publicacao=07/02/1994) | [Decisão:02/12/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300177648&dt_publicacao=07/02/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/02/1994 | PG:01108 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00253 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00273 |

# SÚMULA 210

# DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

## Enunciado:

A ação de cobrança das contribuições para o FGTS prescreve em trinta (30) anos.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005172 ANO:1966

\*\*\*\*\* CTN-66 CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL ART:00173 ART:00174

LEG:FED LEI:003807 ANO:1960

\*\*\*\*\* LOPS-60 LEI ORGANICA DA PREVIDENCIA SOCIAL ART:00144

LEG:FED LEI:006830 ANO:1980

\*\*\*\*\* LEF-80 LEI DE EXECUÇÕES FISCAIS ART:00002 PAR:00009

LEG:FED EMC:000008 ANO:1977

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

27/05/1998

## Fonte:

DJ DATA:05/06/1998 PG:00112 RSSTJ VOL.:00015 PG:00273 RSTJ VOL.:00108 PG:00291

RT VOL.:00753 PG:00172

## Excerto dos Precedentes Originários:

"FGTS [...] A PRESCRIÇÃO É DE TRINTA ANOS. [...]" ([REsp 129197](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27129197%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/1997, DJ 20/10/1997, p. 52992)

"[...] FGTS. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. [...] O FGTS NÃO TEM A NATUREZA JURÍDICA DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, ISTO SIM, COMPATIBILIZANDO- SE COM AQUELAS DE FEIÇÃO SOCIAL, PORTANTO, NÃO ESPELHANDO TRIBUTOS, SUJEITANDO- SE AO PRAZO PRESCRICIONAL TRINTENÁRIO. ASSIM COMPREENDE-SE MESMO PARA O INTERREGNO ANTERIOR A EC 8/77. [...]" ([EREsp 35124](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735124%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/09/1997, DJ 03/11/1997, p. 56205)

"[...] FGTS [...] PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA [...] O PRAZO PRESCRICIONAL PARA A CORREÇÃO DOS SALDOS DAS CONTAS VINCULADAS AO FGTS É DE 30 ANOS. [...]" ([REsp 126000](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27126000%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) AL, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/06/1997, DJ 01/09/1997, p. 40770)

"FGTS. [...] PRESCRIÇÃO. As ações propostas contra o FGTS, reclamando diferenças de correção monetária não creditadas nas contas vinculadas, prescrevem em trinta anos. [...]" ([REsp 113586](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27113586%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) AL, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/05/1997, DJ 02/06/1997, p. 23779)

"FGTS. CORREÇÃO MONETÁRIA. SALDO. CONTAS VINCULADAS. CEF. LEGITIMIDADE. UNIÃO FEDERAL E BANCOS DEPOSITÁRIOS. ILEGITIMIDADE. [...] É DEVIDA A CORREÇÃO MONETÁRIA DO SALDO DAS CONTAS VINCULADAS DO FGTS COM BASE NOS PERCENTUAIS APURADOS PELO IPC, POR SER ESTE O ÍNDICE QUE MELHOR REFLETE A REALIDADE INFLACIONÁRIA DO PERÍODO CONSTANTE DOS AUTOS. 2. PACIFICOU-SE NO ÂMBITO JURISPRUDENCIAL DESTA CORTE O ENTENDIMENTO DE QUE A CEF É A PARTE LEGÍTIMA PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DAS AÇÕES QUE VERSEM SOBRE O REAJUSTE DO SALDO DAS CONTAS DO FGTS, POR SER A GESTORA DO FUNDO, SENDO ANTES ILEGÍTIMA A UNIÃO FEDERAL E OS BANCOS DEPOSITÁRIOS. [...]" ([REsp 109999](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27109999%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/02/1997, DJ 10/03/1997, p. 5931)

"CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS. PRESCRIÇÃO. PRAZO TRINTENÁRIO. [...] FIRMOU-SE A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE, EM HARMONIA COM OS PRECEDENTES DO EXCELSO PRETÓRIO, NO SENTIDO DE QUE A COBRANÇA DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS ESTÁ SUJEITA AO PRAZO PRESCRICIONAL TRINTENÁRIO, NÃO SE LHE APLICANDO AS NORMAS TRIBUTÁRIAS PERTINENTES AOS PRAZOS EXTINTIVOS. [...]" ([REsp 36972](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736972%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. MIN. ANTONIO DE PADUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/06/1996, DJ 17/06/1996, p. 21473)

"FGTS. NATUREZA JURÍDICA. PRESCRIÇÃO. EMENDA CONSTITUCIONAL N. 8/77. [...] AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, INCLUSIVE DO FGTS, ERAM TRATADAS COMO TRIBUTOS ATÉ O ADVENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 8/77, QUANDO PERDERAM ESTA CARACTERÍSTICA E PASSARAM A SER CONSIDERADAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS, COM PRAZOS DE DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO NÃO MAIS REGULADOS PELO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. CONTUDO, NA HIPÓTESE, TRATANDO DE CRÉDITOS RELATIVOS A PERÍODOS ANTERIORES À EDIÇÃO DA ALUDIDA EMENDA CONSTITUCIONAL, SUA COBRANÇA PRESCREVIA EM CINCO ANOS, EX VI DO ART. 174 DO CTN. [...]" ([REsp 79385](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2779385%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/12/1995, DJ 04/03/1996, p. 5391)

"EXECUÇÃO FISCAL. CONTRIBUIÇÕES RELATIVAS AO F.G.T.S. DÉBITO ANTERIOR À EMENDA CONSTITUCIONAL N. 8/77. SE OS DÉBITOS RELATIVOS A CONTRIBUIÇÕES REFEREM-SE A PERÍODOS ANTERIORES À EMENDA CONSTITUCIONAL N. 8/77, O PRAZO PRESCRICIONAL ERA DE CINCO ANOS; APÓS A EMENDA, A PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA FOI RESTABELECIDA." ([REsp 30308](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2730308%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 31/05/1995, DJ 19/06/1995, p. 18682)

"FGTS. PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA. [...] NÃO SE APLICA ÀS CONTRIBUIÇÕES DO FGTS O DISPOSTO NOS ARTS. 173 E 174 DO CTN. [...]" ([REsp 11089](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711089%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/06/1993, DJ 30/08/1993, p. 17271)

"EXECUÇÃO FISCAL - CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS E DO FGTS - NATUREZA JURÍDICA - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - INOCORRÊNCIA - PRECEDENTES DO STF. [...] Assente o

entendimento sobre a natureza de contribuição social dos recolhimentos devidos à previdência e ao FGTS, o prazo prescricional é trintenário. 2. Até o advento da EC nº 8/77, apenas os débitos previdenciários sujeitavam-se às regras do CTN quanto à prescrição, conforme orientação da Suprema Corte. 3. Não se opera a prescrição intercorrente quando o exeqüente não deu causa à paralisação do feito. [...]" ([REsp 31694](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2731694%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. MIN. PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA,

julgado em 14/04/1993, DJ 28/06/1993, p. 12877)

"FGTS - NATUREZA JURÍDICA - PRESCRIÇÃO - EMENDA CONSTITUCIONAL N. 8/77. AS PRESTAÇÕES RELATIVAS AO FGTS, ALÉM DE NÃO SE AJUSTAREM A QUALQUER DOS TRÊS TIPOS DE TRIBUTOS DESCRITOS NO CTN, MANTEM COM ESTES FUNDAMENTAL DIFERENÇA TELEOLÓGICA: DESTINAM-SE A UM FUNDO QUE, EMBORA SOB GERÊNCIA ESTATAL, E DE PROPRIEDADE PRIVADA. TAIS CONTRIBUIÇÕES ERAM TRATADAS COMO TRIBUTOS, ATÉ O ADVENTO NA EC N. 8/77. SUA COBRANÇA, ENTÃO, PRESCREVIA EM CINCO ANOS, A TEOR DO ART. 174 DO CTN. APÓS A EC N. 8/77 O PRAZO PRESCRICIONAL DE TRINTA ANOS FOI RESTABELECIDO (LEI N. 6.830/80)." ([REsp 11772](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711772%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/12/1992, DJ 08/03/1993, p. 3094)

"FGTS. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA. ART. 144, DA LEI 3807/60. [...] AS CONTRIBUIÇÕES REFERENTES AOS DEPÓSITOS DEVIDOS AO FGTS NÃO TEM NATUREZA TRIBUTÁRIA E, POR TAL MOTIVO NÃO LHES APLICA A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL - ART. 174, DO CTN, MAS SIM, O PRAZO PRESCRICIONAL DE TRINTA ANOS - ART. 144, DA LOPS, POR TRATAR-SE DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. [...]" ([REsp 11084](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711084%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 21/10/1991, DJ 18/11/1991, p. 16506)

"[...] FGTS. PRESCRIÇÃO. CTN, ARTIGO 174. LEI N. 3807, DE 1960, ART. 144. LEI 6830/80, ART. 2, PAR-2. NATUREZA TRIBUTÁRIA DO FGTS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DO ART. 174, CTN. ADVENTO DA LEI 6830, DE 1980, ART. 2, PAR-9, RESTAURANDO-SE A PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA. PRESCRIÇÃO, NO CASO, CONSUMADA ANTES DA EDIÇÃO DA LEI 6830/80." ([REsp 1311](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271311%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PI, Rel.

Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, Rel. p/ Acórdão Ministro CARLOS VELLOSO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/1990, DJ 06/08/1990, p. 7325)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700284425&dt_publicacao=20/10/1997) | [129197](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700284425&dt_publicacao=20/10/1997) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700284425&dt_publicacao=20/10/1997) | [1997/0028442-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700284425&dt_publicacao=20/10/1997) | [Decisão:15/09/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700284425&dt_publicacao=20/10/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/10/1997 | PG:52992 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00338 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00347 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600254044&dt_publicacao=03/11/1997) | [35124](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600254044&dt_publicacao=03/11/1997) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600254044&dt_publicacao=03/11/1997) | [1996/0025404-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600254044&dt_publicacao=03/11/1997) | [Decisão:10/09/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600254044&dt_publicacao=03/11/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/11/1997 | PG:56205 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00277 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00293 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700225500&dt_publicacao=01/09/1997) | [126000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700225500&dt_publicacao=01/09/1997) | [AL](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700225500&dt_publicacao=01/09/1997) | [1997/0022550-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700225500&dt_publicacao=01/09/1997) | [Decisão:19/06/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700225500&dt_publicacao=01/09/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/09/1997 | PG:40770 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00336 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00344 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600722315&dt_publicacao=02/06/1997) | [113586](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600722315&dt_publicacao=02/06/1997) | [AL](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600722315&dt_publicacao=02/06/1997) | [1996/0072231-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600722315&dt_publicacao=02/06/1997) | [Decisão:15/05/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600722315&dt_publicacao=02/06/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/06/1997 | PG:23779 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00331 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00340 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600630372&dt_publicacao=10/03/1997) | [109999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600630372&dt_publicacao=10/03/1997) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600630372&dt_publicacao=10/03/1997) | [1996/0063037-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600630372&dt_publicacao=10/03/1997) | [Decisão:06/02/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600630372&dt_publicacao=10/03/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/03/1997 | PG:05931 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00324 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00334 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300200046&dt_publicacao=17/06/1996) | [36972](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300200046&dt_publicacao=17/06/1996) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300200046&dt_publicacao=17/06/1996) | [1993/0020004-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300200046&dt_publicacao=17/06/1996) | [Decisão:03/06/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300200046&dt_publicacao=17/06/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/06/1996 | PG:21473 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00318 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00329 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500586878&dt_publicacao=04/03/1996) | [79385](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500586878&dt_publicacao=04/03/1996) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500586878&dt_publicacao=04/03/1996) | [1995/0058687-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500586878&dt_publicacao=04/03/1996) | [Decisão:13/12/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500586878&dt_publicacao=04/03/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/03/1996 | PG:05391 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00321 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00331 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200319807&dt_publicacao=19/06/1995) | [30308](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200319807&dt_publicacao=19/06/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200319807&dt_publicacao=19/06/1995) | [1992/0031980-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200319807&dt_publicacao=19/06/1995) | [Decisão:31/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200319807&dt_publicacao=19/06/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/06/1995 | PG:18682 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00302 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00315 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100096717&dt_publicacao=30/08/1993) | [11089](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100096717&dt_publicacao=30/08/1993) | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100096717&dt_publicacao=30/08/1993) | [1991/0009671-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100096717&dt_publicacao=30/08/1993) | [Decisão:14/06/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100096717&dt_publicacao=30/08/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/08/1993 | PG:17271 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00294 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00309 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300021290&dt_publicacao=28/06/1993) | [31694](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300021290&dt_publicacao=28/06/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300021290&dt_publicacao=28/06/1993) | [1993/0002129-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300021290&dt_publicacao=28/06/1993) | [Decisão:14/04/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300021290&dt_publicacao=28/06/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/06/1993 | PG:12877 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00304 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00317 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100116637&dt_publicacao=08/03/1993) | [11772](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100116637&dt_publicacao=08/03/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100116637&dt_publicacao=08/03/1993) | [1991/0011663-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100116637&dt_publicacao=08/03/1993) | [Decisão:16/12/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100116637&dt_publicacao=08/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/03/1993 | PG:03094 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00297 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00311 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100096660&dt_publicacao=18/11/1991) | [11084](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100096660&dt_publicacao=18/11/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100096660&dt_publicacao=18/11/1991) | [1991/0009666-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100096660&dt_publicacao=18/11/1991) | [Decisão:21/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100096660&dt_publicacao=18/11/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/11/1991 | PG:16506 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00291 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00306 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00036 | PG:00371 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900115197&dt_publicacao=06/08/1990) | [1311](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900115197&dt_publicacao=06/08/1990) | [PI](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900115197&dt_publicacao=06/08/1990) | [1989/0011519-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900115197&dt_publicacao=06/08/1990) | [Decisão:06/06/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900115197&dt_publicacao=06/08/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/08/1990 | PG:07325 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00284 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00300 |

# SÚMULA 211

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL

## Enunciado:

Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00535 INC:00002

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

01/07/1998

## Fonte:

DJ DATA:03/08/1998 PG:00366 RDDT VOL.:00037 PG:00224 RSSTJ VOL.:00015 PG:00343 RSTJ VOL.:00108 PG:00351

RT VOL.:00755 PG:00189

## Excerto dos Precedentes Originários:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO (ART. 545, CPC). [...] OS PADRÕES LEGAIS APONTADOS COMO CONTRARIADOS, PARA REEXAME, NÃO PRESCINDEM DE PREQUESTIONAMENTO. A OMISSÃO DEVE SER SUPRIDA PELA INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. CASO INSATISFATÓRIO A SUA APRECIAÇÃO, COMO CONDIÇÃO PARA O CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL, IMPÕE-SE A ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 535, I E II. [...]" ([AgRg no Ag 123760](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27123760%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/02/1997, DJ 24/03/1997, p. 8990)

"[...] TEMAS CONTROVERTIDOS NÃO OBJETO DE EXAME PELO TRIBUNAL 'A QUO'. INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS PARA SUPRIR OMISSÃO. REJEIÇÃO, SEM APRECIAÇÃO DAS QUESTÕES SUSCITADAS. VEICULAÇÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO, EM RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO INEXISTENTE. UMA VEZ REJEITADOS OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS, INTERPOSTOS COM A FINALIDADE DE TRAZER A DEBATE TEMA SOBRE O QUAL SE OMITIU O TRIBUNAL 'A QUO', NÃO SE TEM POR SUPRIDO O REQUISITO DO PREQUESTIONAMENTO, CABENDO A PARTE ALEGAR, NAS RAZÕES DO APELO NOBRE, CONTRARIEDADE AO ART. 535, II, CPC. [...]" ([AgRg no Ag 103682](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27103682%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 18/11/1996, DJ 16/12/1996, p. 50784)

"[...] RECURSO ESPECIAL. REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DO PREQUESTIONAMENTO: CONCEITO. CUMPRIMENTO DO REQUISITO DO PREQUESTIONAMENTO PELA SIMPLES INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO DAS QUESTÕES FEDERAIS NOVAS: IMPRESCINDIBILIDADE. [...] QUANDO DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA EM AÇÃO DE INDENIZAÇÃO, O JUIZ DE PRIMEIRO GRAU EXCLUIU O REU- DENUNCIANTE (ORA RECORRENTE) DO PROCESSO E CONDENOU O DENUNCIADO (DETRAN/PR) A RESSARCIR O AUTOR. INCONFORMADO, O DETRAN/PR APELOU, PLEITEANDO A REFORMA DA SENTENÇA EM RAZÃO DE 'ERROR IN JUDICANDO' COMETIDO PELO JUIZ DE DIREITO. QUANDO DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO, O TJPR ANULOU A SENTENÇA, POR TER O JUIZ DE PRIMEIRO GRAU COMETIDO "ERROR IN PROCEDENDO". IRRESIGNADO, O ORA RECORRENTE INTERPOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, A FIM DE QUE O TRIBUNAL ESTADUAL SE PRONUNCIASSE ACERCA DAS REGRAS INSERTAS NOS ARTS. 460, 512 E 515 DO CPC. O TJPR REJEITOU OS EMBARGOS, AO FUNDAMENTO DE INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO A SER SUPRIDA, NÃO EMITINDO, POR CONSEQUÊNCIA, JUÍZO SOBRE OS DISPOSITIVOS RETRO. NÃO SE DANDO POR VENCIDO, O RÉU-DENUNCIANTE RECORREU DE ESPECIAL, ALEGANDO QUE O ACÓRDÃO PROFERIDO PELO TJPR CONTRARIOU OS PRINCÍPIOS DO 'NE EAT JUDEX ULTRA PETITA PARTIUM', DO 'TANTUM DEVOLUTUM QUANTUM APELLATUM' E DA PROIBIÇÃO DA 'REFORMATIO IN PEJUS'. II - O REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DO PREQUESTIONAMENTO CONSISTE NA EXIGÊNCIA DE QUE O TRIBUNAL 'A QUO' TENHA APRECIADO E SOLUCIONADO A QUESTÃO FEDERAL SUSCITADA NO RECURSO ENDEREÇADO AOS TRIBUNAIS SUPERIORES. É PRESCINDÍVEL, PARA QUE ESTEJA SATISFEITO ESSE REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE, QUE O TRIBUNAL INFERIOR FAÇA MENÇÃO AOS DISPOSITIVOS LEGAIS APONTADOS COMO VIOLADOS, BASTANDO QUE DECIDA SOBRE AS MATÉRIAS JURÍDICAS NELES INCERTAS. III - NÃO BASTA, PARA QUE ESTEJA CUMPRIDO O REQUISITO DO PREQUESTIONAMENTO, A SIMPLES INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, SENDO NECESSÁRIO QUE O TRIBUNAL INFERIOR EMITA JUÍZO ACERCA DA QUESTÃO FEDERAL A SER SUSCITADA NO RECURSO EXCEPCIONAL. IV - SE, APESAR DE PROVOCADO VIA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, O TRIBUNAL 'A QUO' SE NEGA A EMITIR PRONUNCIAMENTO ACERCA DOS PONTOS TIDOS COMO OMISSIVOS, CONTRADITÓRIOS OU OBSCUROS, DEVE O RECORRENTE ESPECIAL ALEGAR CONTRARIEDADE AO ART. 535, CPC, PLEITEANDO A ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO PROFERIDO QUANDO DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS, AO INVÉS DE INSISTIR NA TESE DA VIOLAÇÃO AOS DISPOSITIVOS LEGAIS, CUJAS MATÉRIAS NÃO FORAM APRECIADAS E SOLUCIONADAS. V - AS QUESTÕES FEDERAIS - INCLUSIVE OS 'ERRORES IN PROCEDENDO' - SURGIDAS NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO DEVEM SER PREQUESTIONADAS, SOB PENA DE NÃO-CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276720%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [6720](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276720%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/10/1996, DJ

04/11/1996, p. 42454)

"[...] RECURSO ESPECIAL. [...] SE ESTÁ EVIDENCIADA OMISSÃO NO ACÓRDÃO CENTRAL, OMISSÃO ESTA NÃO SUPRIMIDA POR OCASIÃO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS INTERPOSTOS, DEVE A PARTE RECORRENTE APONTAR VIOLAÇÃO AO ART. 535, II, DO CPC, PARA CARACTERIZAR O PREQUESTIONAMENTO. [...]" ([REsp 90056](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2790056%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 17/06/1996, DJ 19/08/1996, p. 28443)

"RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. [...] NÃO VERSADA A MATÉRIA NO JULGADO RECORRIDO, INADMISSÍVEL PRETENDER-SE TENHA HAVIDO VULNERAÇÃO DA LEI. SE, APRECIANDO EMBARGOS DECLARATÓRIOS, DEIXOU-SE DE DECIDIR QUESTÃO QUE O DEVERIA TER SIDO, PODERA TER HAVIDO CONTRARIEDADE DA LEI PROCESSUAL (C.P.C., ART. 535), MAS NÃO SE HÁ DE TER COMO SUPRIDA A EXIGÊNCIA DO PREQUESTIONAMENTO. [...]" ([AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2774405%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [74405](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2774405%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PA, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/05/1996, DJ

03/06/1996, p. 19250)

"[...] RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO NA ALÍNEA 'A' DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. QUESTÃO NOVA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. [...] O RECURSO ESPECIAL SÓ PROSPERA, COM FULCRO NA ALÍNEA 'A', SE A MATÉRIA JURÍDICA TIVER SIDO DEBATIDA NA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. EXIGE-SE A INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO, EMBORA A ALEGADA OFENSA AO DISPOSITIVO LEGAL TENHA SURGIDO APENAS NO ACÓRDÃO RECORRIDO. PARA QUE O STJ CONHEÇA DO RECURSO ESPECIAL É NECESSÁRIO QUE A QUESTÃO FEDERAL NOVA TENHA SIDO TRATADA NO ARESTO GUERREADO. [...]" ([REsp 36996](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736996%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEXTA TURMA, julgado em 16/10/1995, DJ 26/02/1996, p. 4091)

"[...] RECURSO ESPECIAL. OFENSA A LEI FEDERAL. PREQUESTIONAMENTO. IMPRESCINDIBILIDADE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. REJEIÇÃO. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535, INCISO II DO CPC. [...] É LICITO À PARTE OPOR EMBARGOS DECLARATÓRIOS VISANDO PREQUESTIONAR MATÉRIA EM RELAÇÃO A QUAL O ACÓRDÃO RECORRIDO QUEDOU-SE OMISSO, EMBORA SOBRE ELE DEVESSE SE PRONUNCIAR. A REJEIÇÃO DESTES EMBARGOS, SE IMPERTINENTE, DETERMINA A SUBSISTÊNCIA DA FALTA DE PREQUESTIONAMENTO DO TEMA CUJO CONHECIMENTO SE PRETENDE DEVOLVER AO STJ, CUMPRINDO AO RECORRENTE, EM SE JULGANDO PREJUDICADO, INTERPOR RECURSO ESPECIAL CALCADO EM VIOLAÇÃO AOS TERMOS DO ARTIGO 535, INCISO II DO CPC, PORQUANTO A DECISÃO DOS EMBARGOS NÃO TERIA SUPRIDO A OMISSÃO APONTADA. A APRECIAÇÃO DE QUESTÃO NÃO DEBATIDA, SUBVERTE O 'ITER' PROCESSUAL, AO TEMPO EM QUE SURPREENDE A PARTE ADVERSA, SUPRINDO-LHE A PRERROGATIVA DO CONTRADITÓRIO, E CRIA PARA A CORTE SUPERIOR O ÔNUS DE APRECIAR TEMA INÉDITO. A PROCEDÊNCIA DAS ALEGAÇÕES DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535, II DO CPC INDUZ A NULIDADE DO ACORDÃO VERGASTADO, IMPONDO QUE OUTRO SEJA PROFERIDO PELO TRIBUNAL 'A QUO', CONTENDO A APRECIAÇÃO DA MATÉRIA PRETERIDA. [...]" ([AgRg no Ag 67820](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2767820%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/09/1995, DJ 25/09/1995, p. 31089)

"[...] RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS PELO TRIBUNAL 'A QUO'. IMPOSSÍVEL O ACESSO AO RECURSO ESPECIAL SE O TEMA NELE INSERTO NÃO FOI OBJETO DE DEBATE NA CORTE DE ORIGEM. TAL AUSÊNCIA NÃO É SUPRIDA PELA MERA OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. FAZ-SE IMPRESCINDÍVEL QUE OS EMBARGOS SEJAM ACOLHIDOS PELA CORTE DE ORIGEM PARA QUE SEJA SANADA A POSSÍVEL OMISSÃO CONSTANTE DO V. ACÓRDÃO EMBARGADO. SE O ORGÃO JULGADOR PERSISTIR NA OMISSÃO, REJEITANDO OS EMBARGOS, DEVE A PARTE VEICULAR NO RECURSO ESPECIAL A OFENSA AS REGRAS PROCESSUAIS PERTINENTES E NÃO INSISTIR NA VIOLAÇÃO AOS PRECEITOS LEGAIS RELATIVOS AO MÉRITO DA CAUSA, SEM QUE SOBRE ELES HAJA O TRIBUNAL 'A QUO' EMITIDO JUÍZO EXPLÍCITO. [...]" ([REsp 43622](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2743622%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/06/1994, DJ 27/06/1994, p. 16912)

"[...] ACÓRDÃO PROFERIDO EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO POR CÂMARA DO TRIBUNAL ESTADUAL. OMISSÃO QUANTO A PONTO RELEVANTE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. VIOLAÇÃO DO ART. 535, CPC. [...] HAVENDO A CÂMARA JULGADORA, AO DECIDIR AGRAVO DE INSTRUMENTO, DEIXADO DE PRONUNCIAR-SE SOBRE QUESTÃO DE INEGÁVEL RELEVÂNCIA QUE HAVIA SIDO EXPRESSAMENTE SUSCITADA PELA AGRAVANTE, IMPÕE-SE, UMA VEZ NÃO SANADA A OMISSÃO EM SEDE DE DECLARATÓRIOS, RECONHECER AFRONTADO O ART. 535, CPC. II - TAL RECONHECIMENTO, TENDO EM VISTA A PECULIAR DISCIPLINA A QUE SUJEITO O RECURSO ESPECIAL, PREJUDICA A ANÁLISE DA MATÉRIA DE FUNDO EM RELAÇÃO A QUAL SE VERIFICOU A OMISSÃO, ISSO, PORQUE, DIANTE DA CERTEZA DE QUE O COLEGIADO DE SEGUNDO GRAU SE OMITIU EM APRECIA-LA, NÃO SE HÁ COMO CONCEBE-LA PREQUESTIONADA. [...]" ([REsp 40167](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2740167%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 14/03/1994, DJ 06/03/1995, p. 4365)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PONTO OMISSO (CPC, ART. 535, II). SE O ACÓRDÃO OMITIU PONTO SOBRE QUE DEVIA PRONUNCIAR-SE O TRIBUNAL, O ÓRGÃO JULGADOR, QUANDO PROVOCADO POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, HÁ DE SOBRE ELE EMITIR PRONUNCIAMENTO, DE MODO CLARO. CASO EM QUE SE RECONHECE A NULIDADE, PARA QUE OUTRO ACÓRDÃO SEJA PROFERIDO, COM O ESCLARECIMENTO DA OMISSÃO. [...]" ([REsp 28871](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2728871%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 30/11/1992, DJ 15/02/1993, p. 1686)

## Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600586144&dt_publicacao=24/03/1997) | [123760](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600586144&dt_publicacao=24/03/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600586144&dt_publicacao=24/03/1997) | [1996/0058614-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600586144&dt_publicacao=24/03/1997) | [Decisão:20/02/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600586144&dt_publicacao=24/03/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/03/1997 | PG:08990 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00357 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00362 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600149747&dt_publicacao=16/12/1996) | [103682](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600149747&dt_publicacao=16/12/1996) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600149747&dt_publicacao=16/12/1996) | [1996/0014974-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600149747&dt_publicacao=16/12/1996) | [Decisão:18/11/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600149747&dt_publicacao=16/12/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/12/1996 | PG:50784 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00354 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | PG:00360 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp 6720 PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000130603&dt_publicacao=04/11/1996) | | |  | [1990/0013060-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000130603&dt_publicacao=04/11/1996) | [Decisão:10/10/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000130603&dt_publicacao=04/11/1996) |
| **DJ** | | |  | DATA:04/11/1996 | PG:42454 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00015 | PG:00364 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00108 | PG:00369 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00092 | PG:00121 |
| [REsp 90056 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600149798&dt_publicacao=19/08/1996) | | |  | [1996/0014979-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600149798&dt_publicacao=19/08/1996) | [Decisão:17/06/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600149798&dt_publicacao=19/08/1996) |
| **DJ** | | |  | DATA:19/08/1996 | PG:28443 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00015 | PG:00395 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00108 | PG:00396 |
| [AgRg no Ag 74405](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500250063&dt_publicacao=03/06/1996) | | | [PA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500250063&dt_publicacao=03/06/1996) | [1995/0025006-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500250063&dt_publicacao=03/06/1996) | [Decisão:07/05/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500250063&dt_publicacao=03/06/1996) |
| **DJ** | | |  | DATA:03/06/1996 | PG:19250 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00015 | PG:00347 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00108 | PG:00357 |
| [REsp 36996 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300202499&dt_publicacao=26/02/1996) | | |  | [1993/0020249-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300202499&dt_publicacao=26/02/1996) | [Decisão:16/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300202499&dt_publicacao=26/02/1996) |
| **DJ** | | |  | DATA:26/02/1996 | PG:04091 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00015 | PG:00378 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00108 | PG:00381 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00083 | PG:00331 |
| [AgRg no Ag 67820](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500120178&dt_publicacao=25/09/1995) | | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500120178&dt_publicacao=25/09/1995) | [1995/0012017-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500120178&dt_publicacao=25/09/1995) | [Decisão:04/09/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500120178&dt_publicacao=25/09/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/09/1995 | | PG:31089 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | | PG:00343 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | | PG:00353 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400029802&dt_publicacao=27/06/1994) | [43622](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400029802&dt_publicacao=27/06/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400029802&dt_publicacao=27/06/1994) | [1994/0002980-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400029802&dt_publicacao=27/06/1994) | | [Decisão:01/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400029802&dt_publicacao=27/06/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/06/1994 | | PG:16912 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | | PG:00392 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | | PG:00394 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300301632&dt_publicacao=06/03/1995) | [40167](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300301632&dt_publicacao=06/03/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300301632&dt_publicacao=06/03/1995) | [1993/0030163-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300301632&dt_publicacao=06/03/1995) | | [Decisão:14/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300301632&dt_publicacao=06/03/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/03/1995 | | PG:04365 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | | PG:00386 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | | PG:00388 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200278280&dt_publicacao=15/02/1993) | [28871](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200278280&dt_publicacao=15/02/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200278280&dt_publicacao=15/02/1993) | [1992/0027828-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200278280&dt_publicacao=15/02/1993) | | [Decisão:30/11/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200278280&dt_publicacao=15/02/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/02/1993 | | PG:01686 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | | PG:00374 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00108 | | PG:00378 |

SÚMULA 212 (SÚMULA CANCELADA)

# DIREITO TRIBUTÁRIO - COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

## Enunciado:

A compensação de créditos tributários não pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória.

A Primeira Seção, na sessão ordinária de 11 de maio de 2005, deliberou pela ALTERAÇÃO do enunciado da Súmula n. 212. REDAÇÃO ANTERIOR (decisão de 23/09/1998, DJ 02/10/1998, PG. 250): A COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS NÃO PODE SER DEFERIDA POR MEDIDA LIMINAR. A Primeira

Seção, na sessão de 14/09/2022, ao apreciar o Projeto de Súmula n. 375, determinou o CANCELAMENTO da Súmula 212 do STJ (DJe 19/09/2022).

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 ART:00798 ART:00799

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

11/05/2005

## Fonte:

DJE DATA:19/09/2022

DJ DATA:23/05/2005 PG:00371 DJ DATA:02/10/1998 PG:00250 RSSTJ VOL.:00015 PG:00401 RSTJ VOL.:00191 PG:00587

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPENSAÇÃO. FALTA DE INTERESSE EM RECORRER. MEDIDA CAUTELAR. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 212 DO STJ. [...] Não há interesse em

recorrer, porquanto o acórdão recorrido dirimiu a controvérsia atinente à impossibilidade da compensação tributária via ação cautelar, restando prejudicado o exame das demais questões. 2. A jurisprudência do STJ veda a possibilidade de compensar tributos por meio de liminar - leia-se também 'medidas cautelares e antecipação de tutela' (Súmula n. 212/STJ). [...]" ([REsp 128700](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27128700%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/12/2004, DJ 28/02/2005, p. 258)

"[...] COMPENSAÇÃO DE TRIBUTOS VIA TUTELA ANTECIPADA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA

212/STJ. [...] Esta Corte Superior já firmou o entendimento de que não é possível a compensação de tributos via antecipação de tutela. Aplicação da Súmula 212/STJ. [...]" ([AgRg no Ag 418418](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27418418%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/08/2004, DJ 20/09/2004, p. 185)

"[...] CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. COMPENSAÇÃO DE TRIBUTOS VIA LIMINAR.

IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO. SÚMULA 212 DO STJ. [...] Esta Colenda Corte já firmou o entendimento no sentido de que a compensação de tributos não é possível de ser efetivada via liminar em mandado de segurança, ou em ação cautelar, ou em antecipação de tutela, face à ausência do conjunto dos requisitos previstos no art. 273, do CPC, para o seu deferimento. I - Aplicação da Súmula nº 212/STJ: 'A compensação de créditos tributários não pode ser deferida por medida liminar.' [...]" ([AgRg no REsp 537736](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27537736%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/12/2003, DJ 22/03/2004, p. 231)

"[...] TUTELA ANTECIPADA. COMPENSAÇÃO DE VALORES INDEVIDAMENTE RECOLHIDOS. SENTENÇA DE MÉRITO. AUSÊNCIA DE PERDA DO AGRAVO INTERPOSTO DA DECISÃO DA TUTELA ANTECIPADA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. TUTELA CASSADA NOS TERMOS DA SÚMULA

212/STJ. [...] Não perde o seu objeto o agravo de instrumento desafiado de decisão que concede antecipação da tutela, em sobrevindo a sentença de mérito da ação. A decisão que concede antecipação da tutela não é substituída pela decisão de mérito posto que os seus efeitos permanecem até que seja cassada pela instância superior. 'Não há relação de continência entre a tutela antecipada e a sentença de mérito. A aludida tutela não antecipa simplesmente a sentença de mérito; antecipa, sim, a própria execução dessa sentença, que, por si só, não produziria os efeitos que irradiam da tutela antecipada. (REsp 112.111/PR; Min. Ari Pargendler.)' 2. Pacificada a jurisprudência das 1ª e 2ª Turmas do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o instituto da compensação, via liminar em mandado de segurança ou em ação cautelar, ou em qualquer tipo de provimento que antecipe a tutela da ação, não é permitido. Aplicação da Súmula nº 212/STJ: 'A compensação de créditos tributários não pode ser deferida por medida liminar'. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27546150%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [546150](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27546150%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/12/2003, DJ 08/03/2004,

p. 176)

"[...] COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA - TUTELA ANTECIPADA - SÚMULA N.212 DO STJ. [...] Aplicável a

Súmula n. 212 do STJ, ainda quando se tratar de compensação de créditos de tributos sujeitos ao lançamento por homologação. [...]" ([AgRg no REsp 357028](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27357028%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/04/2002, DJ 19/05/2003, p. 174)

"[...] DESPACHO QUE INADMITIU EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO POR MEIO DE LIMINAR. INADMISSIBILIDADE. AGRAVO SUSTENTANDO A POSSIBILIDADE DE SEREM OS VALORES COMPENSADOS POR MANDADO DE SEGURANÇA.

QUESTÕES DIVERSAS. [...] A embargante buscava o sucesso da tese que admite a compensação em mandado de segurança, o que não mais comporta discussão. Mas o que o acórdão embargado decidiu (e também é pacífico) é que a compensação não pode ser autorizada por decisão liminar. Na falta de embargos declaratórios, como não se apontou um só acórdão dissentindo daquilo que decidiu a Turma, os embargos de divergência não poderiam ter seguimento." ([AgRg nos EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27152397%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [152397](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27152397%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 29/05/1998, DJ 24/08/1998,

p. 5)

"[...] COMPENSAÇÃO. MEDIDA CAUTELAR. LIMINAR LEI NUM. 8.383/91 (ART. 66). [...] A CAUTELAR NÃO SE PRESTA PARA AFIRMAÇÃO DA SUFICIÊNCIA, CERTEZA E LIQUIDEZ DOS CRÉDITOS LANÇADOS COMO COMPENSÁVEIS. [...]" ([REsp 158768](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27158768%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 02/04/1998, DJ 25/05/1998, p. 44)

"COMPENSAÇÃO - COFINS - FINSOCIAL - LIMINAR - MANDADO DE SEGURANÇA - IMPOSSIBILIDADE. O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, EM REITERADOS PRECEDENTES, NÃO TEM ADMITIDO CONCESSÃO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA PARA AUTORIZAR COMPENSAÇÃO DE TRIBUTOS. [...]" ([REsp 137489](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27137489%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA

TURMA, julgado em 19/02/1998, DJ 20/04/1998, p. 28)

"[...] MANDADO DE SEGURANÇA - COMPENSAÇÃO DO FINSOCIAL COM O COFINS - MEDIDA LIMINAR - IMPOSSIBILIDADE DA CONCESSÃO [...] - A COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO INDEVIDAMENTE PAGO EXIGE APURAÇÃO ANTECIPADA, VIA JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA, DA LIQUIDEZ E CERTEZA DO REFERIDO CRÉDITO, CONSOANTE ENTENDIMENTO ASSENTADO NESTA EG. CORTE. - SENDO A COMPENSAÇÃO MEIO DE EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, DE NATUREZA INQUESTIONAVELMENTE SATISFATIVA, NÃO PODE SER RECONHECIDA EM MEDIDA LIMINAR, POR ISSO QUE NÃO SE ADEQUA A VIA ELEITA. [...]" ([REsp 153993](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27153993%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. MIN. PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/12/1997, DJ 09/03/1998, p. 72)

"[...] MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE LIMINAR EM CAUTELAR. COMPENSAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCÁRIA. IMPOSSIBILIDADE PELA VIA ELEITA. [...] É ENTENDIMENTO PACÍFICO DESTA CORTE A INADMISSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DE COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA ATRAVÉS DE MEDIDAS CAUTELARES E LIMINARES. [...]" ([RMS 8206](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278206%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/11/1997, DJ 15/12/1997, p. 66351)

"[...] ATO JUDICIAL. LIMINAR EM AÇÃO CAUTELAR. COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE PELA VIA ELEITA. RECURSO PROVIDO. INCABÍVEL A OBTENÇÃO DA COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS ATRAVÉS DE SIMPLES MEDIDA LIMINAR." ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27150796%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [150796](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27150796%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/11/1997, DJ 24/11/1997,

p. 61188)

"[...] AÇÃO CAUTELAR. LIMINAR. COMPENSAÇÃO DO FINSOCIAL COM TRIBUTO DA MESMA NATUREZA. DESCABIMENTO. [...] NÃO CABE POSTULAR NO ÂMBITO ESTREITO DA LIMINAR, EM CAUTELAR INOMINADA, A COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS RELATIVOS AO FINSOCIAL COM OUTROS PERTINENTES AO COFINS. II - 'IN CASU', AO PEDIR A CONCESSÃO DE LIMINAR, COM O ESCOPO DE LHE ASSEGURAR O DIREITO DE PROCEDER A COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS DE SUA TITULARIDADE, DE SORTE A EXTINGUI-LOS, FORMULA O POSTULANTE PEDIDO DE FEIÇÃO INQUESTIONAVELMENTE SATISFATIVA, O QUE NÃO SE COMPADECE COM O PERFIL TÉCNICO PROCESSUAL DO PROVIMENTO CAUTELAR. [...]" ([REsp 121315](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27121315%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/06/1997, DJ 30/06/1997, p. 30949)

"[...] CONTRIBUIÇÃO PARA O FINSOCIAL. COMPENSAÇÃO DOS VALORES DEVIDOS NOS EXERCÍCIOS POSTERIORES A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL. IMPOSSIBILIDADE ATRAVÉS DE MEDIDA LIMINAR. A COMPENSAÇÃO PRODUZ EFEITOS DEFINITIVOS, SENDO INCOMPATÍVEL COM PROVIMENTO LIMINAR. [...]" ([RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274970%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [4970](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274970%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/09/1995, DJ 06/11/1995,

p. 37558)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Precedentes: | | |  | |
| [AgRg nos EREsp 152397 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800123709&dt_publicacao=24/08/1998) | | | [1998/0012370-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800123709&dt_publicacao=24/08/1998) | [Decisão:29/05/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800123709&dt_publicacao=24/08/1998) |
| **DJ** | | | DATA:24/08/1998 | PG:00005 |
| **JSTJ** | | | VOL.:00001 | PG:00432 |
| **RSSTJ** | | | VOL.:00015 | PG:00411 |
| **RSTJ** | | | VOL.:00125 | PG:00019 |
| [AgRg no Ag 418418 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100692573&dt_publicacao=20/09/2004) | | | [2001/0069257-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100692573&dt_publicacao=20/09/2004) | [Decisão:19/08/2004](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100692573&dt_publicacao=20/09/2004) |
| **DJ** | | | DATA:20/09/2004 | PG:00185 |
| **RSSTJ** | | | VOL.:00015 | PG:00405 |
| [AgRg no REsp 357028 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101273678&dt_publicacao=19/05/2003) | | | [2001/0127367-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101273678&dt_publicacao=19/05/2003) | [Decisão:16/04/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101273678&dt_publicacao=19/05/2003) |
| **DJ** | | | DATA:19/05/2003 | PG:00174 |
| **RSSTJ** | | | VOL.:00015 | PG:00413 |
| [AgRg no REsp 537736 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300921760&dt_publicacao=22/03/2004) | | | [2003/0092176-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300921760&dt_publicacao=22/03/2004) | [Decisão:09/12/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300921760&dt_publicacao=22/03/2004) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/03/2004 | PG:00231 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00416 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700137856&dt_publicacao=30/06/1997) | [121315](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700137856&dt_publicacao=30/06/1997) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700137856&dt_publicacao=30/06/1997) | [1997/0013785-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700137856&dt_publicacao=30/06/1997) | [Decisão:05/06/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700137856&dt_publicacao=30/06/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/06/1997 | PG:30949 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00001 | PG:00434 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00420 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00026 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700274560&dt_publicacao=28/02/2005) | [128700](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700274560&dt_publicacao=28/02/2005) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700274560&dt_publicacao=28/02/2005) | [1997/0027456-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700274560&dt_publicacao=28/02/2005) | [Decisão:02/12/2004](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700274560&dt_publicacao=28/02/2005) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/02/2005 | PG:00258 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00423 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700433196&dt_publicacao=20/04/1998) | [137489](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700433196&dt_publicacao=20/04/1998) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700433196&dt_publicacao=20/04/1998) | [1997/0043319-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700433196&dt_publicacao=20/04/1998) | [Decisão:19/02/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700433196&dt_publicacao=20/04/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/04/1998 | PG:00028 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00001 | PG:00437 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00427 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00029 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700714390&dt_publicacao=24/11/1997) | [150796](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700714390&dt_publicacao=24/11/1997) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700714390&dt_publicacao=24/11/1997) | [1997/0071439-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700714390&dt_publicacao=24/11/1997) | [Decisão:03/11/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700714390&dt_publicacao=24/11/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/11/1997 | PG:61188 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00001 | PG:00215 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00430 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00032 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700794571&dt_publicacao=09/03/1998) | [153993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700794571&dt_publicacao=09/03/1998) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700794571&dt_publicacao=09/03/1998) | [1997/0079457-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700794571&dt_publicacao=09/03/1998) | [Decisão:15/12/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700794571&dt_publicacao=09/03/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/03/1998 | PG:00072 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00001 | PG:00218 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00433 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00035 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700906647&dt_publicacao=25/05/1998) | [158768](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700906647&dt_publicacao=25/05/1998) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700906647&dt_publicacao=25/05/1998) | [1997/0090664-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700906647&dt_publicacao=25/05/1998) | [Decisão:02/04/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700906647&dt_publicacao=25/05/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/05/1998 | PG:00044 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00001 | PG:00427 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00003 | PG:00144 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00436 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00038 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300959781&dt_publicacao=08/03/2004) | [546150](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300959781&dt_publicacao=08/03/2004) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300959781&dt_publicacao=08/03/2004) | [2003/0095978-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300959781&dt_publicacao=08/03/2004) | [Decisão:02/12/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300959781&dt_publicacao=08/03/2004) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/03/2004 | PG:00176 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00441 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400326203&dt_publicacao=06/11/1995) | [4970](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400326203&dt_publicacao=06/11/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400326203&dt_publicacao=06/11/1995) | [1994/0032620-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400326203&dt_publicacao=06/11/1995) | [Decisão:06/09/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400326203&dt_publicacao=06/11/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/11/1995 | PG:37558 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00001 | PG:00191 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00450 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00021 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700041522&dt_publicacao=15/12/1997) | [8206](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700041522&dt_publicacao=15/12/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700041522&dt_publicacao=15/12/1997) | [1997/0004152-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700041522&dt_publicacao=15/12/1997) | [Decisão:27/11/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700041522&dt_publicacao=15/12/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/12/1997 | PG:66351 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00001 | PG:00439 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00452 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00023 |

# SÚMULA 213

# DIREITO TRIBUTÁRIO - COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

## Enunciado:

O mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

23/09/1998

## Fonte:

DJ DATA:02/10/1998 PG:00250 JSTJ VOL.:00001 PG:00443 RDDT VOL.:00039 PG:00208 RSSTJ VOL.:00016 PG:00011 RSTJ VOL.:00125 PG:00045

RT VOL.:00758 PG:00150

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] MANDADO DE SEGURANÇA. COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA. O RECONHECIMENTO DE QUE O MANDADO DE SEGURANÇA É MEIO APTO PARA A DECLARAÇÃO DE QUE DETERMINADO TRIBUTO É COMPENSÁVEL COM OUTRO SUPÕE QUE O WRIT TENHA OBSERVADO AS EXIGÊNCIAS PRÓPRIAS, SENDO A TEMPESTIVIDADE A PRIMEIRA DELAS. HIPÓTESE EM QUE, DEPENDENDO A COMPENSAÇÃO DO RECONHECIMENTO JUDICIAL DE CRÉDITO QUE REMONTA AO ANO-BASE DE 1989, O PRAZO PARA A IMPETRAÇÃO SE CONTA A PARTIR DA DATA EM QUE, ENTÃO, O TRIBUTO FOI RECOLHIDO A MAIOR. [...]" ([EDcl no REsp 77226](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27EDRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2777226%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/02/1998, DJ 02/03/1998, p. 53)

"[...] MANDADO DE SEGURANÇA - COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA - POSSIBILIDADE - POSSIBILIDADE DE REVER-SE O LANÇAMENTO. - É POSSÍVEL CONCEDER-SE MANDADO DE SEGURANÇA, PARA QUE SE RECONHEÇA A POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA, RESERVANDO-SE AO FISCO, A POSSIBILIDADE DE REVER O LANÇAMENTO." ([REsp 148742](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27148742%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/02/1998, DJ 13/04/1998, p. 82)

"[...] CONTRIBUIÇÃO PARA O FINSOCIAL (LEI 7.689/1988). CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS (LEI COMPLEMENTAR 70/1991). COMPENSAÇÃO (LEI 8.383/1991): MANDADO DE SEGURANÇA. POSSIBILIDADE. [...] OS VALORES RECOLHIDOS A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O FINSOCIAL, CUJA EXAÇÃO FOI CONSIDERADA INCONSTITUCIONAL PELO STF (RE 150.764-1), SÃO COMPENSÁVEIS DIRETAMENTE PELO CONTRIBUINTE COM AQUELES DEVIDOS A CONTA DE COFINS, NO ÂMBITO DO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. [...] II - A IN 67/1992, COMO NORMA COMPLEMENTAR PREVISTA NO ART. 66, PAR. 4., DA LEI 8.383/1991, NÃO PODERIA CRIAR ÓBICES AO INSTITUTO DA COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA, NÃO PREVISTO NA LEI DE REGENCIA, DEVENDO LIMITAR-SE A SUA SIMPLES REGULAMENTAÇÃO. III - O MANDADO DE SEGURANÇA É MEIO PRÓPRIO PARA EXAME DE PEDIDO DE COMPENSAÇÃO, VISTO QUE A COMPENSAÇÃO DA EXAÇÃO EM TELA SE REFERE A QUESTÃO APENAS DE DIREITO. [...]" ([REsp 137790](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27137790%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PA, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/1998, DJ 02/03/1998, p. 64)

"[...] MANDADO DE SEGURANÇA. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE. [...] A PARTIR DO JULGAMENTO DO ERESP 78.301/BA, DA RELATORIA DO EMINENTE MIN. ARI PARGENDLER, A 1A. SEÇÃO DESTE TRIBUNAL VEM ACOLHENDO A POSSIBILIDADE DE SE EFETUAR COMPENSAÇÃO VIA MANDADO DE SEGURANÇA. [...]" ([REsp 145138](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27145138%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/11/1997, DJ 15/12/1997, p. 66298)

"MANDADO DE SEGURANÇA. COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS. ADMISSIBILIDADE, EM TESE. ADMITE-SE A UTILIZAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA PARA DECIDIR SOBRE A COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS, SENDO A QUESTÃO EMINENTEMENTE DE DIREITO." ([REsp 148824](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27148824%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PB, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/10/1997, DJ 17/11/1997, p. 59511)

"[...] MANDADO DE SEGURANÇA - COMPENSAÇÃO DE TRIBUTOS FINSOCIAL E COFINS - CABIMENTO DA VIA JUDICIAL - INCONSTITUCIONAL (RE 159.764-1) - LEI 7.689/1988, ART. 9. [...] - O MANDADO DE SEGURANÇA CONSTITUI MEIO PRÓPRIO PARA O EXAME DE PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS REFERENTES A CONTRIBUIÇÃO PARA O FINSOCIAL COM PARCELAS VINCENDAS DA COFINS, POR SE TRATAR DE QUESTÃO APENAS DE DIREITO. - DECLARADA INCONSTITUCIONAL A CONTRIBUIÇÃO PARA O FINSOCIAL CRIADA PELO ART. 9. DA LEI 7.689, DE 1988 (RE 159.764-1), OS VALORES RECOLHIDOS A ESSE TÍTULO, APÓS SEREM CORRIGIDOS MONETARIAMENTE DESDE A DATA DO PAGAMENTO, SÃO COMPENSAVEIS COM AQUELES DEVIDOS A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS. [...]" ([REsp 119155](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27119155%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SE, Rel. MIN. PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/1997, DJ 20/10/1997, p. 53028)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [EDcl no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500540274&dt_publicacao=02/03/1998) | [77226](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500540274&dt_publicacao=02/03/1998) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500540274&dt_publicacao=02/03/1998) | [1995/0054027-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500540274&dt_publicacao=02/03/1998) | [Decisão:10/02/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500540274&dt_publicacao=02/03/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/03/1998 | PG:00053 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00001 | PG:00201 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00015 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00047 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700659313&dt_publicacao=13/04/1998) | [148742](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700659313&dt_publicacao=13/04/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700659313&dt_publicacao=13/04/1998) | [1997/0065931-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700659313&dt_publicacao=13/04/1998) | [Decisão:10/02/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700659313&dt_publicacao=13/04/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/04/1998 | PG:00082 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00001 | PG:00452 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00036 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00070 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700438040&dt_publicacao=02/03/1998) | [137790](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700438040&dt_publicacao=02/03/1998) | [PA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700438040&dt_publicacao=02/03/1998) | [1997/0043804-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700438040&dt_publicacao=02/03/1998) | [Decisão:05/02/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700438040&dt_publicacao=02/03/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/03/1998 | PG:00064 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00001 | PG:00206 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00023 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00055 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700593363&dt_publicacao=15/12/1997) | [145138](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700593363&dt_publicacao=15/12/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700593363&dt_publicacao=15/12/1997) | [1997/0059336-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700593363&dt_publicacao=15/12/1997) | [Decisão:03/11/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700593363&dt_publicacao=15/12/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/12/1997 | PG:66298 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00001 | PG:00445 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00029 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00062 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700660133&dt_publicacao=17/11/1997) | [148824](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700660133&dt_publicacao=17/11/1997) | [PB](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700660133&dt_publicacao=17/11/1997) | [1997/0066013-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700660133&dt_publicacao=17/11/1997) | [Decisão:16/10/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700660133&dt_publicacao=17/11/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/11/1997 | PG:59511 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00001 | PG:00213 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00038 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00071 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700098320&dt_publicacao=20/10/1997) | [119155](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700098320&dt_publicacao=20/10/1997) | [SE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700098320&dt_publicacao=20/10/1997) | [1997/0009832-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700098320&dt_publicacao=20/10/1997) | [Decisão:07/08/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700098320&dt_publicacao=20/10/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/10/1997 | PG:53028 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00001 | PG:00454 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00019 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00051 |

# SÚMULA 214

# DIREITO CIVIL - CONTRATO DE LOCAÇÃO

## Enunciado:

O fiador na locação não responde por obrigações resultantes de aditamento ao qual não anuiu.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:01483

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

23/09/1998

## Fonte:

DJ DATA:02/10/1998 PG:00250 JSTJ VOL.:00002 PG:00409 RSSTJ VOL.:00016 PG:00041 RSTJ VOL.:00125 PG:00075

RT VOL.:00758 PG:00150

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] LOCAÇÃO. FIANÇA. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. ALTERAÇÃO CONTRATUAL. ACORDO CELEBRADO NOS AUTOS DE AÇÃO DE DESPEJO. EXAME DA PRORROGAÇÃO DA DÍVIDA. [...] A JURISPRUDÊNCIA ASSENTADA NESTA CORTE CONSTRUIU O PENSAMENTO DE QUE, DEVENDO SER O CONTRATO DE FIANÇA INTERPRETADO RESTRITIVAMENTE, NÃO SE PODE ADMITIR A RESPONSABILIZAÇÃO DO FIADOR POR ENCARGOS LOCATÍCIOS ACRESCIDOS AO PACTUADO ORIGINALMENTE SEM A SUA ANUÊNCIA. [...]" ([REsp 151071](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27151071%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 25/11/1997, DJ 19/12/1997, p. 67581)

"[...] LOCAÇÃO COMERCIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE EXONERAÇÃO DE FIANÇA - OBRIGAÇÃO COM PRAZO INDETERMINADO - RECURSO ESPECIAL - NOVAÇÃO SEM ANUENIO DOS FIADORES - VIOLAÇÃO AOS ARTS. 85, 1.006, E 1.500 DO CÓDIGO CIVIL E DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. [...] OS FIADORES NÃO PODEM SER RESPONSABILIZADOS POR OBRIGAÇÕES NOVAS, COM AS QUAIS NÃO TENHAM ANUIDO, EXPRESSAMENTE. OS AJUSTES FIRMADOS EXCLUSIVAMENTE ENTRE OS CONTRATANTES NÃO OBRIGAM OS FIADORES. 4. A MAJORAÇÃO DO LOCATIVO NÃO PREVISTA EM CLÁUSULA ESPECÍFICA E A MUDANÇA DA PERIODICIDADE DOS REAJUSTES, CONFIGURAM NOVAÇÃO, EIS QUE ALTERAM O CONTEÚDO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO, AFASTADO, DIRETAMENTE, O CONTRATO ACESSÓRIO DE FIANÇA. 5. NÃO SE PODE FALAR EM OBRIGAÇÃO PERPÉTUA DO FIADOR, CONTRA A SUA VONTADE, AINDA QUE O CONTRATO TENHA SIDO FIRMADO POR PRAZO INDETERMINADO. A NOVAÇÃO SEM O CONSENTIMENTO DO FIADOR, O EXONERA DA OBRIGAÇÃO ASSUMIDA. [...]" ([REsp 64019](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2764019%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, SEXTA TURMA, julgado em 01/07/1997, DJ 25/08/1997, p. 39407)

"LOCAÇÃO PREDIAL URBANA. MORATÓRIA. FIANÇA. EXONERAÇÃO. LIMITES. [...] NOS TERMOS DO ART. 1.483 DO CÓDIGO CIVIL, A FIANÇA DEVE SER INTERPRETADA DE MANEIRA RESTRITIVA, RAZÃO PELA QUAL OS RECORRENTES, SEM SUA ANUÊNCIA, NÃO RESPONDEM POR OBRIGAÇÕES RESULTANTES DE PACTO ADICIONAL FIRMADO ENTRE LOCADOR E LOCATÁRIO, MORMENTE EM CASOS TAIS, ONDE SE CONCEDEU MORATÓRIA. [...]" ([REsp 90552](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2790552%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEXTA TURMA, julgado em 02/06/1997, DJ 23/06/1997, p. 29199)

"LOCAÇÃO. FIADOR. ACORDO PARA REAJUSTE DE ALUGUEL. [...] NÃO TENDO O FIADOR PARTICIPADO DE ACORDO PARA MAJORAÇÃO DO ENCARGO LOCATÍCIO, NÃO PODE SER RESPONSABILIZADO PELOS ACRÉSCIMOS VERIFICADOS NO ALUGUEL. [...]" ([REsp 74859](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2774859%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/04/1997, DJ 19/05/1997, p. 20653)

"[...] LOCAÇÃO. FIANÇA. [...] SENDO A FIANÇA CONTRATO QUE NÃO ADMITE INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA, O FIADOR NÃO PODE SER RESPONSABILIZADO POR OBRIGAÇÕES RESULTANTES DE PACTO ADICIONAL AJUSTADO ENTRE LOCADOR E LOCATÁRIO SEM A SUA ANUÊNCIA. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2761947%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [61947](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2761947%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 02/04/1996, DJ 06/05/1996, p.

14437)

"LOCAÇÃO. FIANÇA. AÇÃO REVISIONAL DE ALUGUÉIS DE QUE NÃO PARTICIPOU O FIADOR. [...] A TEOR DO ART. 1.483, CC, QUE NÃO ADMITE INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA AO CONTRATO DE FIANÇA, NÃO PODE SER O FIADOR RESPONSABILIZADO POR DIFERENÇAS DE ALUGUÉIS AJUSTADOS EM AÇÃO REVISIONAL DE QUE NÃO FOI CIENTIFICADO. [...]" ([REsp 50437](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2750437%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/1996, DJ 16/12/1996, p. 50959)

"LOCAÇÃO - FIANÇA - AÇÃO REVISIONAL. [...] NÃO RESPONDE O FIADOR PELOS ACRÉSCIMOS VERIFICADOS NO ALUGUEL, SE NÃO FORA CITADO COMO LITISCONSORTE NA REVISIONAL, CONSIDERANDO QUE A FIANÇA É CONTRATO BENÉFICO QUE NÃO ADMITE INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. [...]" ([REsp 62728](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2762728%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA,

julgado em 12/03/1996, DJ 22/04/1996, p. 12594)

"[...] LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONTRATO DE LOCAÇÃO. FIADORES. PACTO ADICIONAL. APLICAÇÃO DO ART. 1.483 DO CC. [...] 'SENDO A FIANÇA CONTRATO BENÉFICO, QUE NÃO ADMITE INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA, NÃO PODE SER O FIADOR RESPONSABILIZADO POR MAJORAÇÕES DE ALUGUERES, AVENÇADAS ENTRE LOCADOR E LOCATÁRIO, EM PACTO ADICIONAL A QUE NÃO ANUIU. O FIADOR SÓ RESPONDE PELAS MAJORAÇÕES PREVISTAS NO CONTRATO A QUE SE VINCULOU.' (RESP NR. 10.987/RS). [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2764273%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [64273](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2764273%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEXTA TURMA, julgado em 22/08/1995, DJ 09/10/1995,

p. 33620)

"[...] LOCAÇÃO. FIANÇA. [...] O ARTIGO 1483 DO CÓDIGO CIVIL DISPÕE EXPRESSAMENTE, QUE A FIANÇA DEVE SE DAR POR ESCRITO E NÃO ADMITE INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. ASSIM SENDO, SE HOUVE O AJUSTAMENTO DO VALOR DA LOCAÇÃO MAIOR DO QUE ESTIPULADO NO CONTRATO, COM A TRANSIGÊNCIA DA LOCATÁRIA, OS FIADORES NÃO ESTARÃO OBRIGADOS A RESPONDER PELO DÉBITO COBRADO, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM 'ASSENTIMENTO TÁCITO'. [...]" ([REsp 34981](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2734981%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/1994, DJ 27/03/1995, p. 7200)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700720551&dt_publicacao=19/12/1997) | [151071](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700720551&dt_publicacao=19/12/1997) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700720551&dt_publicacao=19/12/1997) | [1997/0072055-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700720551&dt_publicacao=19/12/1997) | [Decisão:25/11/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700720551&dt_publicacao=19/12/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/12/1997 | PG:67581 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00071 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00104 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500185202&dt_publicacao=25/08/1997) | [64019](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500185202&dt_publicacao=25/08/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500185202&dt_publicacao=25/08/1997) | [1995/0018520-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500185202&dt_publicacao=25/08/1997) | [Decisão:01/07/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500185202&dt_publicacao=25/08/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/08/1997 | PG:39407 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00434 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00060 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00093 |
| **RT** |  |  | VOL.:00746 | PG:00194 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600170991&dt_publicacao=23/06/1997) | [90552](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600170991&dt_publicacao=23/06/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600170991&dt_publicacao=23/06/1997) | [1996/0017099-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600170991&dt_publicacao=23/06/1997) | [Decisão:02/06/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600170991&dt_publicacao=23/06/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/06/1997 | PG:29199 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00431 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00068 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00101 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500478919&dt_publicacao=19/05/1997) | [74859](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500478919&dt_publicacao=19/05/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500478919&dt_publicacao=19/05/1997) | [1995/0047891-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500478919&dt_publicacao=19/05/1997) | [Decisão:15/04/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500478919&dt_publicacao=19/05/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/05/1997 | PG:20653 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00001 | PG:00393 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00417 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00066 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00099 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500111012&dt_publicacao=06/05/1996) | [61947](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500111012&dt_publicacao=06/05/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500111012&dt_publicacao=06/05/1996) | [1995/0011101-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500111012&dt_publicacao=06/05/1996) | [Decisão:02/04/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500111012&dt_publicacao=06/05/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/05/1996 | PG:14437 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00001 | PG:00386 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00415 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00053 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00086 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00087 | PG:00347 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400190832&dt_publicacao=16/12/1996) | [50437](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400190832&dt_publicacao=16/12/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400190832&dt_publicacao=16/12/1996) | [1994/0019083-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400190832&dt_publicacao=16/12/1996) | [Decisão:19/03/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400190832&dt_publicacao=16/12/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/12/1996 | PG:50959 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00427 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00094 | PG:00110 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00050 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00082 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500140209&dt_publicacao=22/04/1996) | [62728](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500140209&dt_publicacao=22/04/1996) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500140209&dt_publicacao=22/04/1996) | [1995/0014020-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500140209&dt_publicacao=22/04/1996) | [Decisão:12/03/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500140209&dt_publicacao=22/04/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/04/1996 | PG:12594 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00001 | PG:00389 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00411 |
| **RATARJ** |  |  | VOL.:00029 | PG:00069 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00056 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00089 |
| **RT** |  |  | VOL.:00730 | PG:00186 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500197987&dt_publicacao=09/10/1995) | [64273](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500197987&dt_publicacao=09/10/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500197987&dt_publicacao=09/10/1995) | [1995/0019798-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500197987&dt_publicacao=09/10/1995) | [Decisão:22/08/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500197987&dt_publicacao=09/10/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/10/1995 | PG:33620 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00425 |
| **RDR** |  |  | VOL.:00004 | PG:00243 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00064 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00097 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300131737&dt_publicacao=27/03/1995) | [34981](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300131737&dt_publicacao=27/03/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300131737&dt_publicacao=27/03/1995) | [1993/0013173-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300131737&dt_publicacao=27/03/1995) | [Decisão:13/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300131737&dt_publicacao=27/03/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/03/1995 | PG:07200 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00420 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00073 | PG:00235 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00045 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00077 |
| **RT** |  |  | VOL.:00717 | PG:00273 |

# SÚMULA 215

# DIREITO TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA

## Enunciado:

A indenização recebida pela adesão a programa de incentivo à demissão voluntária não está sujeita à incidência do imposto de renda.

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

24/11/1998

## Fonte:

DJ DATA:04/12/1998 PG:00082 JSTJ VOL.:00002 PG:00439 RDDT VOL.:00041 PG:00220 RSSTJ VOL.:00016 PG:00077 RSTJ VOL.:00125 PG:00109

RT VOL.:00762 PG:00190

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] IMPOSTO DE RENDA. VERBA PAGA COMO 'INDENIZAÇÃO ESPECIAL' PELA DISPENSA DE TRABALHADOR. AUSÊNCIA DE HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA PREVISTA NO ART. 43 DO CTN. [...] A NÃO-INCIDÊNCIA DO IR SOBRE AS DENOMINADAS VERBAS INDENIZATÓRIAS A TÍTULO DE INCENTIVO A IMPROPRIAMENTE DENOMINADA 'DEMISSÃO VOLUNTÁRIA', COM RESSALVA DO ENTENDIMENTO DO RELATOR (RESP 125.791-SP, VOTO-VISTA, JULGADO EM 14/12/1997), DECORRE DA CONSTATAÇÃO DE NÃO CONSTITUIREM ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS SUBSUMIDOS NA HIPÓTESE DO ART. 43 DO CTN. [...]" ([REsp 144760](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27144760%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/02/1998, DJ 16/03/1998, p. 91)

"[...] IMPOSTO DE RENDA. RESCISÃO. INCENTIVADA, DO CONTRATO DE TRABALHO. A JURISPRUDÊNCIA DA TURMA SE FIRMOU NO SENTIDO DE QUE TODO E QUALQUER VALOR RECEBIDO PELO EMPREGADO EM RAZÃO DA CHAMADA DEMISSÃO VOLUNTÁRIA ESTÁ SALVO DO IMPOSTO DE RENDA. RESSALVA DO ENTENDIMENTO PESSOAL DO RELATOR, PARA QUEM A INDENIZAÇÃO TRABALHISTA QUE ESTÁ ISENTA DO IMPOSTO DE RENDA É AQUELA QUE COMPENSA O EMPREGADO PELA PERDA DO EMPREGO, E CORRESPONDE AOS VALORES QUE ELE PODE EXIGIR EM JUÍZO, COMO DIREITO SEU, SE A VERBA NÃO FOR PAGA PELO EMPREGADOR NO MOMENTO DA DESPEDIDA IMOTIVADA - TAL COMO EXPRESSAMENTE DISPOSTO NO ART. 6., V, DA LEI N. 7.713, DE 1998, QUE DEIXOU DE SER APLICADO SEM DECLARAÇÃO FORMAL DE INCONSTITUCIONALIDADE. [...]" ([REsp 125171](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27125171%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA

TURMA, julgado em 18/12/1997, DJ 25/02/1998, p. 45)

"[...] IMPOSTO DE RENDA. SUA INCIDÊNCIA SOBRE AS QUANTIAS RECEBIDAS, PELO EMPREGADO EM FACE DA RESCISÃO CONTRATUAL INCENTIVADA. DESCABIMENTO (ART. 43 DO CTN). NA DENÚNCIA CONTRATUAL INCENTIVADA, AINDA QUE COM O CONSENTIMENTO DO EMPREGADO, PREVALECE A SUPREMACIA DO PODER ECONÔMICO SOBRE O HIPOSSUFICIENTE, COMPETINDO, AO PODER PÚBLICO E, ESPECIFICAMENTE, AO JUDICIÁRIO, APRECIAR A LIDE DE MODO A PRESERVAR, TANTO QUANTO POSSÍVEL, OS DIREITOS DO OBREIRO, PORQUANTO, NA RESCISÃO DO CONTRATO NÃO ATUAM AS PARTES COM IGUALDADE NA MANIFESTAÇÃO DA VONTADE. NO PROGRAMA DE INCENTIVO A DISSOLUÇÃO DO PACTO LABORAL, OBJETIVA A EMPRESA (OU ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA) DIMINUIR A DESPESA COM A FOLHA DE PAGAMENTO DE SEU PESSOAL, PROVIDÊNCIA QUE EXECUTARIA COM OU SEM O ASSENTIMENTO DOS TRABALHADORES, EM GERAL, E A ACEITAÇÃO, POR ESTES, VISA A EVITAR A RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA, PREJUDICIAL AOS SEUS INTERESSES. O PAGAMENTO QUE SE FAZ AO OPERÁRIO DISPENSADO (PELA VIA DO INCENTIVO) TEM A NATUREZA DE RESSARCIMENTO E DE COMPENSAÇÃO PELA PERDA DO EMPREGO, ALÉM DE LHE ASSEGURAR O CAPITAL NECESSÁRIO PARA A PRÓPRIA MANUTENÇÃO E DE SUA FAMÍLIA, DURANTE CERTO PERÍODO, OU, PELO MENOS, ATÉ A CONSECUÇÃO DE OUTRO TRABALHO. A INDENIZAÇÃO AUFERIDA, NESTAS CONDIÇÕES, NÃO SE ERIGE EM RENDA, NA DEFINIÇÃO LEGAL, TENDO DUPLA FINALIDADE: RESSARCIR O DANO CAUSADO E, AO MENOS EM PARTE, PREVIDENCIALMENTE, PROPICIAR MEIOS PARA QUE O EMPREGADO DESPEDIDO ENFRENTE AS DIFICULDADES DOS PRIMEIROS MOMENTOS, DESTINADOS A PROCURA DE EMPREGO OU DE OUTRO MEIO DE SUBSISTÊNCIA. O 'QUANTUM' RECEBIDO TEM FEIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, ALÉM DA RESSARCITÓRIA, CONSTITUINDO, DESENGANADAMENTE, MERA INDENIZAÇÃO, INDENE À INCIDÊNCIA DO TRIBUTO. [...]" ([REsp 153242](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27153242%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/12/1997, DJ 02/03/1998, p. 40)

"[...] IMPOSTO DE RENDA. VERBAS INDENIZATÓRIAS RECEBIDAS A TÍTULO DE INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA DO TRIBUTO. NÃO CONSTITUINDO RENDA, MAS INDENIZAÇÃO, DE NATUREZA REPARATÓRIA, QUE NÃO PODE SER OBJETO DE TRIBUTAÇÃO, AS VERBAS RECEBIDAS A TÍTULO DE INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA NÃO ESTÃO SUJEITAS À INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA." ([REsp 140132](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27140132%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/12/1997, DJ 09/02/1998, p. 15)

"[...] IMPOSTO DE RENDA - DEMISSÃO INCENTIVADA - CONCEITO JURÍDICO DO PAGAMENTO RECEBIDO PELO EMPREGADO DESPEDIDO - NÃO INCIDÊNCIA DO TRIBUTO. - A 'DEMISSÃO INCENTIVADA' RESULTA DE COMPRA E VENDA, EM QUE O OPERÁRIO ALIENA DE SEU PATRIMÔNIO O BEM DA VIDA CONSTITUÍDO PELA RELAÇÃO DE EMPREGO, RECEBENDO, COMO PREÇO, VALOR CORRESPONDENTE AO DESFALQUE SOFRIDO. TAL PREÇO NÃO É FATO GERADOR DE IMPOSTO SOBRE RENDA OU PROVENTO." ([REsp 127121](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27127121%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/11/1997, DJ 09/12/1997, p. 64608)

"PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA. QUANTIAS RECEBIDAS. IMPOSTO DE RENDA. NÃO INCIDÊNCIA. [...] TODO E QUALQUER 'QUANTUM' RECEBIDO EM FUNÇÃO DE ADESÃO A PROGRAMA DE INCENTIVO A DEMISSÃO VOLUNTÁRIA NÃO ESTÁ SUJEITO À INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA, VISTO QUE TAL VALOR NÃO CONSTITUI RENDA, NEM CARACTERIZA ACRÉSCIMO PATRIMONIAL. [...]" ([REsp 143767](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27143767%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA

TURMA, julgado em 03/11/1997, DJ 02/02/1998, p. 79)

"IMPOSTO DE RENDA - PROGRAMA DE INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA - INDENIZAÇÃO. A VANTAGEM OFERECIDA PELA EMPREGADORA, À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA, É INDENIZAÇÃO E NÃO ESTÁ SUJEITA À INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA POR NÃO SER RENDA NEM PROVENTOS. [...]" ([REsp 149716](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27149716%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/11/1997, DJ 09/02/1998, p. 12)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700582655&dt_publicacao=16/03/1998) | [144760](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700582655&dt_publicacao=16/03/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700582655&dt_publicacao=16/03/1998) | [1997/0058265-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700582655&dt_publicacao=16/03/1998) | [Decisão:19/02/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700582655&dt_publicacao=16/03/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/03/1998 | PG:00091 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00471 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00161 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00099 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00131 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700207153&dt_publicacao=25/02/1998) | [125171](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700207153&dt_publicacao=25/02/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700207153&dt_publicacao=25/02/1998) | [1997/0020715-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700207153&dt_publicacao=25/02/1998) | [Decisão:18/12/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700207153&dt_publicacao=25/02/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/02/1998 | PG:00045 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00463 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00140 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00081 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00111 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700768813&dt_publicacao=02/03/1998) | [153242](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700768813&dt_publicacao=02/03/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700768813&dt_publicacao=02/03/1998) | [1997/0076881-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700768813&dt_publicacao=02/03/1998) | [Decisão:15/12/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700768813&dt_publicacao=02/03/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/03/1998 | PG:00040 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00454 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00170 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00108 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00139 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700486257&dt_publicacao=09/02/1998) | [140132](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700486257&dt_publicacao=09/02/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700486257&dt_publicacao=09/02/1998) | [1997/0048625-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700486257&dt_publicacao=09/02/1998) | [Decisão:01/12/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700486257&dt_publicacao=09/02/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/02/1998 | PG:00015 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00460 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00153 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00092 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00123 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700245551&dt_publicacao=09/12/1997) | [127121](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700245551&dt_publicacao=09/12/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700245551&dt_publicacao=09/12/1997) | [1997/0024555-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700245551&dt_publicacao=09/12/1997) | [Decisão:07/11/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700245551&dt_publicacao=09/12/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/12/1997 | PG:64608 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00450 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00148 |
| **RDDT** |  |  | VOL.:00030 | PG:00148 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00088 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00119 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700564959&dt_publicacao=02/02/1998) | [143767](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700564959&dt_publicacao=02/02/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700564959&dt_publicacao=02/02/1998) | [1997/0056495-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700564959&dt_publicacao=02/02/1998) | [Decisão:03/11/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700564959&dt_publicacao=02/02/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/02/1998 | PG:00079 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00441 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00156 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00095 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00126 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700678180&dt_publicacao=09/02/1998) | [149716](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700678180&dt_publicacao=09/02/1998) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700678180&dt_publicacao=09/02/1998) | [1997/0067818-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700678180&dt_publicacao=09/02/1998) | [Decisão:03/11/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700678180&dt_publicacao=09/02/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/02/1998 | PG:00012 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00445 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00165 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00102 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00134 |

# SÚMULA 216

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PERANTE O STJ

## Enunciado:

A tempestividade de recurso interposto no Superior Tribunal de Justiça é aferida pelo registro no protocolo da secretaria e não pela data da entrega na agência do correio.

## Referências Legislativas:

LEG:FED RGI:\*\*\*\*\*\* ANO:1989

\*\*\*\*\* RISTJ-89 REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ART:00066

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00374 ART:00508

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

03/02/1999

## Fonte:

REPDJ DATA:15/03/1999 PG:00326 DJ DATA:01/03/1999 PG:00433 JSTJ VOL.:00003 PG:00447

RDDT VOL.:00044 PG:00236 RSSTJ VOL.:00016 PG:00115 RSTJ VOL.:00125 PG:00147 RT VOL.:00762 PG:00190

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] RECURSO. TEMPESTIVIDADE. [...] A TEMPESTIVIDADE DO RECURSO SE AFERE PELA SUA APRESENTAÇÃO NO PROTOCOLO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, E NÃO PELA SUA POSTAGEM NA REPARTIÇÃO DOS CORREIOS. [...]" ([EDcl no AgRg no Ag 78261](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27EDAGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2778261%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEXTA TURMA, julgado em 18/03/1997, DJ 22/04/1997, p. 14458)

"[...] AGRAVO DE INSTRUMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - INTERPOSIÇÃO VIA POSTAL - INTEMPESTIVIDADE. [...] AFERE-SE A TEMPESTIVIDADE DO RECURSO PELA DATA EM QUE A PETIÇÃO RESPECTIVA TENHA SIDO APRESENTADA NO PROTOCOLO-GERAL DO TRIBUNAL. [...]"

([AgRg no Ag 118351](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27118351%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/02/1997, DJ 12/05/1997, p. 18802)

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA AFERIR A TEMPESTIVIDADE CONSIDERA-SE A DATA EM QUE A PETIÇÃO DEU ENTRADA NO PROTOCOLO DO TRIBUNAL, NÃO RELEVANDO AQUELA EM QUE HAJA SIDO ENTREGUE EM DEPENDENCIA DOS CORREIOS." ([EDcl nos EDcl no REsp 85333](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27EERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2785333%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA

TURMA, julgado em 26/11/1996, DJ 03/02/1997, p. 723)

"[...] EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DOS RECURSO POSTADOS PARA O STJ. PROTOCOLO. [...] A TEMPESTIVIDADE DE QUALQUER RECURSO É AFERIDA PELA DATA DE SUA PROTOCOLIZAÇÃO NA SECRETARIA DO STJ. EM SENDO ASSIM, A ESSE PRESSUPOSTO NADA INFORMA A DATA DE POSTAGEM OU DE RECEBIMENTO DAS RESPECTIVAS PETIÇÕES, EM DEPENDENCIAS OUTRAS QUE NÃO O PROTOCOLO DESTE TRIBUNAL. [...]" ([EDcl no AgRg no Ag 99876](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27EDAGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2799876%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, SEXTA

TURMA, julgado em 18/11/1996, DJ 03/02/1997, p. 818)

"[...] AGRAVO REGIMENTAL. INÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PERANTE O STJ. [...] O PRAZO DE RECURSO NO ÂMBITO STJ TEM SEU INÍCIO A CONTAR DE SUA APRESENTAÇÃO NO PROTOCOLO DA CORTE. 2. RECURSO ENVIADO PELA ECT, VIA SEDEX, TEM SUA TEMPESTIVIDADE APROVADA QUANDO DO SEU REGISTRO NO PROTOCOLO, A SER FEITO NO MESMO DIA DE SUA APRESENTAÇÃO. [...]" ([AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 73488](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AEERSP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2773488%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja)

PR, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/10/1996, DJ 25/11/1996, p. 46147)

"AGRAVO REGIMENTAL. TEMPESTIVIDADE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REMESSA PELO CORREIO, ATRAVÉS DE SEDEX. [...] A TEMPESTIVIDADE DE RECURSO INTERPOSTO NESTA CORTE É AFERIDA PELO REGISTRO NO PROTOCOLO DA SECRETARIA E NÃO PELA DATA DA POSTAGEM NA AGÊNCIA DO CORREIO. [...]" ([AgRg nos EDcl no REsp 73170](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ADRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2773170%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/09/1996, DJ 29/10/1996, p. 41642)

"RECURSO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. O QUE DEFINE A TEMPESTIVIDADE DO RECURSO INTERPOSTO JUNTO AO TRIBUNAL É A ENTREGA, DENTRO DO PRAZO, DA PETIÇÃO NO PROTOCOLO E NÃO A APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES NO CORREIO DE ORIGEM. [...]" ([EDcl nos EDcl no REsp 80938](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27EERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2780938%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 26/08/1996, DJ 29/10/1996, p. 41653)

"- AGRAVO REGIMENTAL. INTEMPESTIVIDADE. POSTAGEM VIA CORREIO. - PETIÇÃO DO AGRAVO PROTOCOLIZADA FORA DO QUINQUIDIO LEGAL. - A DATA PARA AFERIÇÃO DOS PRAZOS E A CONSTANTE DO REGISTRO DO PROTOCOLO NO TRIBUNAL, NÃO SE TENDO EM CONTA A DATA EM QUE FOI POSTALIZADO VIA CORREIOS. [...]" ([AgRg no Ag 81895](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2781895%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/08/1996, DJ 26/08/1996, p. 29712)

"AGRAVO REGIMENTAL. PETIÇÃO TRANSMITIDA POR 'FAX'. PRAZO. - NA HIPÓTESE, AFERE-SE A TEMPESTIVIDADE DO RECURSO PELO PROTOCOLO DO ORIGINAL NA SECRETARIA DO TRIBUNAL. PROTOCOLADA A PETIÇÃO FORA DO PRAZO ASSINALADO PELO ART. 258 DO RISTJ, O AGRAVO E INTEMPESTIVO." ([AgRg no Ag 52111](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2752111%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/08/1994, DJ 05/09/1994, p. 23100)

"RECURSO ESPECIAL. PROTOCOLIZAÇÃO NA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU. DESCABIMENTO. INTEMPESTIVIDADE, NO CASO. [...] O RECURSO ESPECIAL HÁ DE SER INTERPOSTO PERANTE O PRESIDENTE DO TRIBUNAL RECORRIDO, DEVENDO, POR ISSO, SER TEMPESTIVAMENTE PROTOCOLIZADO NA SECRETARIA DA CORTE E NÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU. [...]" ([AgRg no Ag 31132](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2731132%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/03/1993, DJ 15/03/1993, p. 3814)

"[...] RECURSO NO STJ. AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO POR TELEGRAMA. REITERAÇÃO POR FAX. INTEMPESTIVIDADE. DATA DO REGISTRO NO PROTOCOLO. [...] A TEMPESTIVIDADE DA PRÁTICA DO ATO PROCESSUAL DECORRE DA DATA CONSTANTE DO REGISTRO DA PETIÇÃO NO PROTOCOLO GERAL DO TRIBUNAL, INEXISTINDO AMPARO LEGAL PARA QUE SE TENHA EM CONTA A DATA EM QUE ENVIADO POR VIA POSTAL OU TELEGRÁFICA. II - INCUMBE À PARTE FORNECER, NA PETIÇÃO RECURSAL, A COMPROVAÇÃO DOS FATOS QUE INIBAM O CURSO DOS PRAZOS PROCESSUAIS, DADO QUE INEXIGÍVEL DESTA CORTE O CONHECIMENTO DAS SINGULARIDADES INERENTES AS ORGANIZAÇÕES JUDICIÁRIAS LOCAIS." ([AgRg no Ag 18310](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2718310%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 29/09/1992, DJ 26/10/1992, p. 19056)

"AGRAVO REGIMENTAL. TELEX. INTEMPESTIVIDADE. O PROTOCOLO NA CORTE MARCA A INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO REGIMENTAL MANIFESTADO POR TELEX, E NÃO A SUA REMESSA.

[...]" ([AgRg no Ag 9386](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279386%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 28/05/1991, DJ 02/09/1991, p. 11816)

"PROCESSO NO STJ. AGRAVO REGIMENTAL. PROTOCOLO / PRAZO. O QUE MARCA A TEMPESTIVIDADE DO AGRAVO REGIMENTAL É SER A SUA PETIÇÃO PROTOCOLADA, NO STJ, DENTRO DO PRAZO. [...]" ([AgRg no Ag 5237](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275237%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA,

julgado em 25/09/1990, DJ 22/10/1990, p. 11668)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Precedentes: |  | | | |
| [EDcl no AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500329956&dt_publicacao=22/04/1997) | [78261](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500329956&dt_publicacao=22/04/1997) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500329956&dt_publicacao=22/04/1997) | [1995/0032995-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500329956&dt_publicacao=22/04/1997) | [Decisão:18/03/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500329956&dt_publicacao=22/04/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/04/1997 | PG:14458 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00003 | PG:00480 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00021 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00143 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00174 |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600451923&dt_publicacao=12/05/1997) | [118351](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600451923&dt_publicacao=12/05/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600451923&dt_publicacao=12/05/1997) | | [1996/0045192-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600451923&dt_publicacao=12/05/1997) | | | [Decisão:25/02/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600451923&dt_publicacao=12/05/1997) |
| **DJ** |  |  | | DATA:12/05/1997 | | | PG:18802 |
| **JSTJ** |  |  | | VOL.:00003 | | | PG:00461 |
| **LEXSTJ** |  |  | | VOL.:00124 | | | PG:00030 |
| **RSSTJ** |  |  | | VOL.:00016 | | | PG:00135 |
| **RSTJ** |  |  | | VOL.:00125 | | | PG:00166 |
| [EDcl nos EDcl no REsp 85333 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600011656&dt_publicacao=03/02/1997) [1996/0001165-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600011656&dt_publicacao=03/02/1997) [Decisão:26/11/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600011656&dt_publicacao=03/02/1997) | | | | | | | |
| **DJ** | |  | |  | DATA:03/02/1997 | | PG:00723 |
| **JSTJ** | |  | |  | VOL.:00003 | | PG:00460 |
| **LEXSTJ** | |  | |  | VOL.:00124 | | PG:00131 |
| **RSSTJ** | |  | |  | VOL.:00016 | | PG:00151 |
| **RSTJ** | |  | |  | VOL.:00125 | | PG:00181 |
| [EDcl no AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600073279&dt_publicacao=03/02/1997) | | [99876](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600073279&dt_publicacao=03/02/1997) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600073279&dt_publicacao=03/02/1997) | [1996/0007327-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600073279&dt_publicacao=03/02/1997) | | [Decisão:18/11/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600073279&dt_publicacao=03/02/1997) |
| **DJ** | |  | |  | DATA:03/02/1997 | | PG:00818 |
| **LEXSTJ** | |  | |  | VOL.:00124 | | PG:00027 |
| **RSSTJ** | |  | |  | VOL.:00016 | | PG:00146 |
| **RSTJ** | |  | |  | VOL.:00125 | | PG:00176 |
| [AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 7348819P9R5/0044229-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500442299&dt_publicacao=25/11/1996) [Decisão:21/10/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500442299&dt_publicacao=25/11/1996) | | | | | | | |
| **DJ** | | |  | |  | DATA:25/11/1996 | PG:46147 |
| **JSTJ** | | |  | |  | VOL.:00003 | PG:00449 |
| **LEXSTJ** | | |  | |  | VOL.:00124 | PG:00119 |
| **RSSTJ** | | |  | |  | VOL.:00016 | PG:00141 |
| **RSTJ** | | |  | |  | VOL.:00125 | PG:00168 |
| [AgRg nos EDcl no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500434938&dt_publicacao=29/10/1996) | | | [73170](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500434938&dt_publicacao=29/10/1996) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500434938&dt_publicacao=29/10/1996) | [1995/0043493-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500434938&dt_publicacao=29/10/1996) | [Decisão:09/09/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500434938&dt_publicacao=29/10/1996) |
| **DJ** | | |  | |  | DATA:29/10/1996 | PG:41642 |
| **JSTJ** | | |  | |  | VOL.:00003 | PG:00457 |
| **LEXSTJ** | | |  | |  | VOL.:00124 | PG:00115 |
| **RSSTJ** | | |  | |  | VOL.:00016 | PG:00138 |
| **RSTJ** | | |  | |  | VOL.:00125 | PG:00171 |
| [EDcl nos EDcl no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500624656&dt_publicacao=29/10/1996) | | | [80938](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500624656&dt_publicacao=29/10/1996) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500624656&dt_publicacao=29/10/1996) | [1995/0062465-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500624656&dt_publicacao=29/10/1996) | [Decisão:26/08/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500624656&dt_publicacao=29/10/1996) |
| **DJ** | | |  | |  | DATA:29/10/1996 | PG:41653 |
| **JSTJ** | | |  | |  | VOL.:00003 | PG:00472 |
| **LEXSTJ** | | |  | |  | VOL.:00124 | PG:00129 |
| **RSSTJ** | | |  | |  | VOL.:00016 | PG:00149 |
| **RSTJ** | | |  | |  | VOL.:00125 | PG:00179 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500408082&dt_publicacao=26/08/1996) | [81895](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500408082&dt_publicacao=26/08/1996) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500408082&dt_publicacao=26/08/1996) | [1995/0040808-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500408082&dt_publicacao=26/08/1996) | [Decisão:06/08/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500408082&dt_publicacao=26/08/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/08/1996 | PG:29712 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00003 | PG:00474 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00023 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00132 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00162 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400146302&dt_publicacao=05/09/1994) | [52111](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400146302&dt_publicacao=05/09/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400146302&dt_publicacao=05/09/1994) | [1994/0014630-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400146302&dt_publicacao=05/09/1994) | [Decisão:10/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400146302&dt_publicacao=05/09/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/09/1994 | PG:23100 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00003 | PG:00453 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00019 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00130 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00161 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200323251&dt_publicacao=15/03/1993) | [31132](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200323251&dt_publicacao=15/03/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200323251&dt_publicacao=15/03/1993) | [1992/0032325-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200323251&dt_publicacao=15/03/1993) | [Decisão:03/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200323251&dt_publicacao=15/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/03/1993 | PG:03814 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00003 | PG:00451 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00016 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00128 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00158 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200004423&dt_publicacao=26/10/1992) | [18310](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200004423&dt_publicacao=26/10/1992) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200004423&dt_publicacao=26/10/1992) | [1992/0000442-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200004423&dt_publicacao=26/10/1992) | [Decisão:29/09/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200004423&dt_publicacao=26/10/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/10/1992 | PG:19056 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00003 | PG:00466 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00041 | PG:00035 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00122 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00152 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100038911&dt_publicacao=02/09/1991) | [9386](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100038911&dt_publicacao=02/09/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100038911&dt_publicacao=02/09/1991) | [1991/0003891-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100038911&dt_publicacao=02/09/1991) | [Decisão:28/05/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100038911&dt_publicacao=02/09/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/09/1991 | PG:11816 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00003 | PG:00464 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00014 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00120 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00150 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000081220&dt_publicacao=22/10/1990) | [5237](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000081220&dt_publicacao=22/10/1990) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000081220&dt_publicacao=22/10/1990) | [1990/0008122-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000081220&dt_publicacao=22/10/1990) | [Decisão:25/09/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000081220&dt_publicacao=22/10/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/10/1990 | PG:11668 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00003 | PG:00455 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00012 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00119 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00149 |

SÚMULA 217 (SÚMULA CANCELADA)

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL

## Enunciado:

Não cabe agravo de decisão que indefere o pedido de suspensão da execução da liminar, ou da sentença em mandado de segurança.

julgando AgRg na SS n. 1.204-AM, na sessão de 23/10/2003, a Corte Especial deliberou pelo CANCELAMENTO da súmula n. 217.

## Referências Legislativas:

LEG:FED RGI:\*\*\*\*\*\* ANO:1989

\*\*\*\*\* RISTJ-89 REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ART:00271 PAR:00002

LEG:FED LEI:004348 ANO:1964 ART:00004

LEG:FED LEI:008038 ANO:1990 ART:00025 PAR:00002

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

23/10/2003

## Fonte:

DJ DATA:10/11/2003 PG:00225 DJ DATA:15/03/1999 PG:00326 DJ DATA:25/02/1999 PG:00077 JSTJ VOL.:00003 PG:00483 RDDT VOL.:00044 PG:00219 RSSTJ VOL.:00016 PG:00155 RSTJ VOL.:00125 PG:00185

RT VOL.:00762 PG:00190

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. DESCABIMENTO. [...] NÃO CABE AGRAVO REGIMENTAL DE DECISÃO DO PRESIDENTE DO STJ QUE INDEFERE PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA CONCEDIDA EM AÇÃO MANDAMENTAL. 2. INTELIGENCIA DO ART. 271, PAR. 2. DO REGIMENTO INTERNO DO STJ. [...]" ([AgRg na SS 601](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGSS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27601%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG,

Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 04/02/1998, DJ 02/03/1998, p. 3)

"[...] SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. DESPACHO INDEFERITÓRIO. AGRAVO REGIMENTAL. [...] CONSOANTE UNÍSSONA E REITERADA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL, INCABÍVEL SE TORNA A INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO EXARADA PELA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE QUE INDEFERE PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR CONCEDIDA EM AÇÃO MANDAMENTAL. [...]" ([AgRg na SS 443](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGSS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27443%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro BUENO DE SOUZA, CORTE ESPECIAL,

julgado em 04/09/1996, DJ 29/10/1996, p. 41560)

"[...] SUSPENSÃO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. AGRAVO REGIMENTAL. - O AGRAVO REGIMENTAL SÓ É CABÍVEL DO DESPACHO DO PRESIDENTE QUE CONCEDE A SUSPENSÃO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA (LEI N. 8.038/90, ART. 25, PAR. 2., E RISTJ, ART. 271, PAR. 2.)." ([AgRg na SS 182](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGSS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27182%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PI, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, CORTE ESPECIAL, julgado em 09/09/1993, DJ 04/10/1993, p. 20479)

"[...] SUSPENSÃO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. AGRAVO REGIMENTAL. O AGRAVO REGIMENTAL SÓ É CABÍVEL DO DESPACHO DO PRESIDENTE QUE CONCEDE A SUSPENSÃO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA - (LEI N.4348/64, ART. 4, RISTJ, ART. 271, PAR-2). [...]" ([AgRg na SS 11](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGSS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro ANTONIO TORREÃO BRAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 08/03/1990, DJ 02/04/1990, p. 2446)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg na SS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700589293&dt_publicacao=02/03/1998) | [601](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700589293&dt_publicacao=02/03/1998) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700589293&dt_publicacao=02/03/1998) | [1997/0058929-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700589293&dt_publicacao=02/03/1998) | [Decisão:04/02/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700589293&dt_publicacao=02/03/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/03/1998 | PG:00003 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00003 | PG:00494 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00192 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00177 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00196 |
| [AgRg na SS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600033609&dt_publicacao=29/10/1996) | [443](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600033609&dt_publicacao=29/10/1996) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600033609&dt_publicacao=29/10/1996) | [1996/0003360-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600033609&dt_publicacao=29/10/1996) | [Decisão:04/09/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600033609&dt_publicacao=29/10/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/10/1996 | PG:41560 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00188 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00174 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00193 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00089 | PG:00017 |
| [AgRg na SS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300199412&dt_publicacao=04/10/1993) | [182](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300199412&dt_publicacao=04/10/1993) | [PI](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300199412&dt_publicacao=04/10/1993) | [1993/0019941-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300199412&dt_publicacao=04/10/1993) | [Decisão:09/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300199412&dt_publicacao=04/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/10/1993 | PG:20479 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00183 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00170 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00188 |
| [AgRg na SS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000004497&dt_publicacao=02/04/1990) | [11](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000004497&dt_publicacao=02/04/1990) | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000004497&dt_publicacao=02/04/1990) | [1990/0000449-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000004497&dt_publicacao=02/04/1990) | [Decisão:08/03/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000004497&dt_publicacao=02/04/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/04/1990 | PG:02446 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00003 | PG:00485 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00181 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00168 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00187 |

# SÚMULA 218

# DIREITO ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL

## Enunciado:

Compete à Justiça dos Estados processar e julgar ação de servidor estadual decorrente de direitos e vantagens estatutárias no exercício de cargo em comissão.

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

10/02/1999

## Fonte:

DJ DATA:24/02/1999 PG:00106 JSTJ VOL.:00004 PG:00375 RSSTJ VOL.:00016 PG:00183 RSTJ VOL.:00125 PG:00203

RT VOL.:00762 PG:00190

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] COMPETÊNCIA. AÇÃO POSTULATÓRIA DE VANTAGEM ESTATUTÁRIA. INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO. SERVIDOR ESTADUAL. [...] COMPETE À JUSTIÇA COMUM DO ESTADO PROCESSAR E JULGAR AÇÃO EM QUE SE POSTULA A INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO, DE NATUREZA NITIDAMENTE ESTATUTÁRIA, EM FUNÇÃO DA ESTABILIDADE ADQUIRIDA PELO TEMPO DE SERVIÇO COMISSIONADO EXERCIDO, AINDA QUE SOB A ÉGIDE DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. [...]" ([CC 12630](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2712630%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro VICENTE LEAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/02/1997, DJ 14/04/1997, p. 12681)

"[...] COMPETÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO ESTATUTÁRIO. REGIME JURÍDICO PRÓPRIO. [...] COMPETE À JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR AÇÃO PROPOSTA POR SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO COMISSIONADO, CUJA SITUAÇÃO FUNCIONAL ERA REGIDA POR ESTATUTO JURÍDICO PRÓPRIO, DE NATUREZA EMINENTEMENTE ESTATUTÁRIA. [...]" ([CC 17768](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2717768%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro VICENTE LEAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 09/10/1996, DJ 11/11/1996, p. 43648)

"- COMPETÊNCIA . SERVIDOR ESTADUAL. CARGO EM COMISSÃO. - TRATANDO-SE DE DIREITOS VINDICADOS POR OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO, DECLARA-SE A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. [...]" ([CC 16753](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716753%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, TERCEIRA SEÇÃO,

julgado em 24/04/1996, DJ 03/06/1996, p. 19190)

"[...] COMPETÊNCIA. RELAÇÃO EMPREGATÍCIA. CARGO EM COMISSÃO. O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO NÃO GERA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA DE NATUREZA TRABALHISTA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL." ([CC 11410](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711410%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 18/05/1995, DJ 07/08/1995, p. 23013)

"[...] COMPETÊNCIA. RELAÇÃO EMPREGATÍCIA. CARGO EM COMISSÃO. O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO NÃO GERA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA DE NATUREZA TRABALHISTA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL." ([CC 5563](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275563%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RO, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 11/11/1993, DJ 13/12/1993, p. 27387)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500035839&dt_publicacao=14/04/1997) | [12630](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500035839&dt_publicacao=14/04/1997) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500035839&dt_publicacao=14/04/1997) | [1995/0003583-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500035839&dt_publicacao=14/04/1997) | [Decisão:26/02/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500035839&dt_publicacao=14/04/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/04/1997 | PG:12681 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00004 | PG:00386 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00036 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00192 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00209 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600408408&dt_publicacao=11/11/1996) | [17768](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600408408&dt_publicacao=11/11/1996) | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600408408&dt_publicacao=11/11/1996) | [1996/0040840-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600408408&dt_publicacao=11/11/1996) | [Decisão:09/10/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600408408&dt_publicacao=11/11/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/11/1996 | PG:43648 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00004 | PG:00384 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00050 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00196 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00213 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600182094&dt_publicacao=03/06/1996) | [16753](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600182094&dt_publicacao=03/06/1996) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600182094&dt_publicacao=03/06/1996) | [1996/0018209-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600182094&dt_publicacao=03/06/1996) | [Decisão:24/04/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600182094&dt_publicacao=03/06/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/06/1996 | PG:19190 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00004 | PG:00382 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00039 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00194 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00211 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400347766&dt_publicacao=07/08/1995) | [11410](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400347766&dt_publicacao=07/08/1995) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400347766&dt_publicacao=07/08/1995) | [1994/0034776-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400347766&dt_publicacao=07/08/1995) | [Decisão:18/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400347766&dt_publicacao=07/08/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/08/1995 | PG:23013 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00004 | PG:00397 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00034 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00189 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00207 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300208888&dt_publicacao=13/12/1993) | [5563](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300208888&dt_publicacao=13/12/1993) | [RO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300208888&dt_publicacao=13/12/1993) | [1993/0020888-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300208888&dt_publicacao=13/12/1993) | [Decisão:11/11/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300208888&dt_publicacao=13/12/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/12/1993 | PG:27387 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00004 | PG:00377 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00187 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00205 |

# SÚMULA 219

# DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA

## Enunciado:

Os créditos decorrentes de serviços prestados à massa falida, inclusive a remuneração do síndico, gozam dos privilégios próprios dos trabalhistas.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:006449 ANO:1977

LEG:FED DEL:007661 ANO:1945

\*\*\*\*\* LF-45 LEI DE FALENCIA

ART:00102 ART:00124 PAR:00001 INC:00003

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

10/03/1999

## Fonte:

DJ DATA:25/03/1999 PG:00049 JSTJ VOL.:00004 PG:00389 RSSTJ VOL.:00016 PG:00199 RSTJ VOL.:00125 PG:00217

RT VOL.:00763 PG:00157

## Excerto dos Precedentes Originários:

"FALÊNCIA. CRÉDITOS TRABALHISTAS. REMUNERAÇÃO DO SÍNDICO. JUROS. [...] NA FORMA DE PRECEDENTE DA CORTE, APÓS 'AS LEIS 3.726/60 E 6449/77 OS CRÉDITOS TRABALHISTAS PREFEREM A TODOS OS DEMAIS, INCLUSIVE OS RELATIVOS A CUSTAS E ENCARGOS DA MASSA. NA CATEGORIA DAQUELES, ENTRETANTO, SE HAVERÃO SE INCLUIR OS ORIUNDOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A MASSA'. 2. O ART. 39 DA LEI 8177/91, DE FATO, COMANDA QUE OS 'DÉBITOS TRABALHISTAS DE QUALQUER NATUREZA, QUANDO NÃO SATISFEITOS PELO EMPREGADOR NAS ÉPOCAS PRÓPRIAS ASSIM DEFINIDOS EM LEI, ACORDO OU CONVENÇÃO COLETIVA, SENTENÇA NORMATIVA OU CLÁUSULA CONTRATUAL SOFRERÃO JUROS DE MORA EQUIVALENTES A TRD ACUMULADA NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A DATA DO VENCIMENTO DA OBRIGAÇÃO E SEU EFETIVO PAGAMENTO'. TODAVIA, NA COMPREENSÃO DO RELATOR, ESSA REGRA JURÍDICA NÃO RETIRA FORÇA DO COMANDO DA LEI ESPECIAL NA SUA PARTE FINAL, OU SEJA, OS JUROS CORRERÃO, MAS DESDE QUE O ATIVO APURADO BASTE PARA O PAGAMENTO DO PRINCIPAL. NÃO É RAZOÁVEL UMA INTERPRETAÇÃO QUE APAGA A SITUAÇÃO ESPECIAL DA EMPRESA SOB O REGIME FALIMENTAR, DIANTE DA LEI POSTERIOR QUE NÃO INVADE O SEU ESPECÍFICO DOMÍNIO, LIMITANDO-SE A REGULAR O PAGAMENTO DOS JUROS NOS CRÉDITOS TRABALHISTAS DE QUALQUER NATUREZA, ESTABELECENDO A FORMULA DE CALCULA-LOS. [...]" ([REsp 76943](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2776943%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/05/1998, DJ 29/06/1998, p. 159)

"FALÊNCIA. CRÉDITOS TRABALHISTAS. RESTITUIÇÕES. RESTITUIÇÕES, POR REFERIREM-SE A BENS QUE NÃO INTEGRAM O PATRIMÔNIO DO FALIDO, NÃO SE SUJEITAM AOS EFEITOS DA CONCORDATA. EM PRINCÍPIO, OS CRÉDITOS TRABALHISTAS PREFEREM OS ENCARGOS E DÍVIDA DA MASSA. CONSOLIDOU-SE A JURISPRUDÊNCIA DO STJ, ENTRETANTO, NO SENTIDO DE QUE SE INCLUEM NA CATEGORIA DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS OS ENCARGOS QUE SÃO ORIUNDOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A MASSA (RESP 32.959/SP). [...]" ([REsp 6119](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276119%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. COSTA LEITE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/03/1998, DJ 25/05/1998, p. 94)

"FALÊNCIA. CRÉDITO TRABALHISTA. COMISSÃO DO SÍNDICO. DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO PREDOMINANTE NA EG. SEGUNDA SEÇÃO, A COMISSÃO DO SÍNDICO SE INCLUI ENTRE OS CRÉDITOS TRABALHISTAS, COM ELES CONCORRENDO. [...]" ([REsp 58730](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2758730%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 05/03/1998, DJ 29/06/1998, p. 189)

"FALÊNCIA. CRÉDITOS TRABALHISTAS. PREFERENCIAS. APÓS AS LEIS 3.726 E 6.449/1977, OS CRÉDITOS TRABALHISTAS PREFEREM A TODOS OS DEMAIS, INCLUSIVE OS RELATIVOS A CUSTAS, DÍVIDAS E ENCARGOS DA MASSA. NA CATEGORIA DAQUELES, ENTRETANTO, SE HAVERÃO DE INCLUIR OS ORIUNDOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A MASSA. [...]" ([REsp 32959](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2732959%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP,

Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/08/1997, DJ 20/10/1997, p. 52965)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500534690&dt_publicacao=29/06/1998) | [76943](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500534690&dt_publicacao=29/06/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500534690&dt_publicacao=29/06/1998) | [1995/0053469-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500534690&dt_publicacao=29/06/1998) | [Decisão:07/05/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500534690&dt_publicacao=29/06/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/06/1998 | PG:00159 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00004 | PG:00420 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00122 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00238 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00113 | PG:00208 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00256 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000116708&dt_publicacao=25/05/1998) | [6119](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000116708&dt_publicacao=25/05/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000116708&dt_publicacao=25/05/1998) | [1990/0011670-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000116708&dt_publicacao=25/05/1998) | [Decisão:24/03/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000116708&dt_publicacao=25/05/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/05/1998 | PG:00094 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00004 | PG:00417 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00074 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00203 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00219 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500006642&dt_publicacao=29/06/1998) | [58730](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500006642&dt_publicacao=29/06/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500006642&dt_publicacao=29/06/1998) | [1995/0000664-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500006642&dt_publicacao=29/06/1998) | [Decisão:05/03/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500006642&dt_publicacao=29/06/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/06/1998 | PG:00189 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00004 | PG:00426 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00109 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00232 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00250 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300065270&dt_publicacao=20/10/1997) | [32959](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300065270&dt_publicacao=20/10/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300065270&dt_publicacao=20/10/1997) | [1993/0006527-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300065270&dt_publicacao=20/10/1997) | [Decisão:13/08/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300065270&dt_publicacao=20/10/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/10/1997 | PG:52965 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00004 | PG:00391 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00081 |
| **RDR** |  |  | VOL.:00010 | PG:00115 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00205 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00024 | PG:00235 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00222 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00099 | PG:00152 |

# SÚMULA 220

# DIREITO PENAL - PRESCRIÇÃO

## Enunciado:

A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:002848 ANO:1940

\*\*\*\*\* CP-40 CODIGO PENAL ART:00110

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

12/05/1999

## Fonte:

DJ DATA:19/05/1999 PG:00121 JSTJ VOL.:00005 PG:00441 RSSTJ VOL.:00016 PG:00245 RSTJ VOL.:00125 PG:00263

RT VOL.:00765 PG:00541

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] PRESCRIÇÃO. EXTINÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. REINCIDÊNCIA. IRRELEVÂNCIA. [...] O

entendimento pretoriano é no sentido de não interferir a reincidência na extinção da pretensão punitiva pela ocorrência da prescrição, mas, tão-somente, na da pretensão executória." ([HC 7942](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277942%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEXTA TURMA, julgado em 23/11/1998, DJ 14/12/1998,

p. 304)

"[...] REINCIDÊNCIA - PRESCRIÇÃO - PRETENSÃO PUNITIVA - A SENTENÇA SOMENTE GANHA FORÇA EXECUTÓRIA (SENTIDO MATERIAL) APÓS TRANSITADA EM JULGADO, CONSEQUÊNCIA DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. AS NORMAS RESTRITIVAS DEVEM SER APLICADAS SEM AMPLIAÇÃO. A REINCIDÊNCIA QUE IMPLICA NO AUMENTO DE UM TERÇO NO PRAZO DA PRESCRIÇÃO É A ANTERIOR À CONDENAÇÃO. TAL PRAZO NÃO SE MAJORA PELO CRIME POSTERIOR À CONDENAÇÃO." ([EREsp 54398](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2754398%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 11/02/1998, DJ 18/05/1998, p. 27)

"[...] REINCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. INAPLICABILIDADE DO ACRÉSCIMO DE UM TERÇO DO ART. 110, 'CAPUT', DO CP. [...] O ART. 110 DO CP REFERE-SE À PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. SENDO NORMA DESFAVORÁVEL AO REU, NÃO PODE TER SUA APLICAÇÃO ESTENDIDA À PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA, POIS INADMISSÍVEL EM DIREITO PENAL A ANALOGIA 'IN MALAM PARTEM'. [...]" ([REsp 54398](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2754398%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 17/09/1996, DJ 18/11/1996, p. 44912)

"[...] REINCIDÊNCIA. PRAZO. PRESCRIÇÃO. PRETENSÕES PUNITIVA E EXECUTÓRIA. DISTINÇÃO. [...] RESULTA DO DISPOSTO NO CAPUT DO ARTIGO 110, DO CÓDIGO PENAL QUE, RECONHECIDA A REINCIDÊNCIA EM SENTENÇA TRANSITA EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO, O PRAZO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA É ALARGADO DE UM TERÇO, O MESMO NÃO OCORRENDO EM SE TRATANDO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. [...]" ([REsp 34031](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2734031%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 02/06/1993, DJ 28/06/1993, p. 12899)

"PRESCRIÇÃO. PRAZO AUMENTADO DE UM TERÇO PELA REINCIDÊNCIA (ART. 110 'CAPUT', 'IN FINE', DO CP). NORMA EXPRESSA, RESTRITA À PRESCRIÇÃO DA CONDENAÇÃO, INAPLICÁVEL A PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PENAL. A TRANSPOSIÇÃO DA REGRA DO ART. 110 'CAPU', 'IN FINE', DO CP, PARA REGULAR A CONTAGEM DOS PRAZOS DO ART. 109 'CAPUT' POR VIA MERAMENTE INTERPRETATIVA, IMPLICA EM APLICAÇÃO ANALÓGICA DA PRIMEIRA (ANALOGIA 'IN MALAM PARTEM'), NÃO PERMITIDA EM DIREITO PENAL. [...]" ([REsp 31285](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2731285%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS,

Rel. p/ Acórdão Ministro ASSIS TOLEDO, QUINTA TURMA, julgado em 12/05/1993, DJ 07/06/1993, p. 11270)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800666532&dt_publicacao=14/12/1998) | [7942](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800666532&dt_publicacao=14/12/1998) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800666532&dt_publicacao=14/12/1998) | | [1998/0066653-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800666532&dt_publicacao=14/12/1998) | [Decisão:23/11/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800666532&dt_publicacao=14/12/1998) |
| **DJ** |  | |  | DATA:14/12/1998 | PG:00304 |
| **JSTJ** |  | |  | VOL.:00005 | PG:00479 |
| **LEXSTJ** |  | |  | VOL.:00124 | PG:00199 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00016 | PG:00252 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00125 | PG:00268 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700021840&dt_publicacao=18/05/1998) | [54398](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700021840&dt_publicacao=18/05/1998) | | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700021840&dt_publicacao=18/05/1998) | [1997/0002184-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700021840&dt_publicacao=18/05/1998) | [Decisão:11/02/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700021840&dt_publicacao=18/05/1998) |
| **DJ** |  | |  | DATA:18/05/1998 | PG:00027 |
| **JSTJ** |  | |  | VOL.:00005 | PG:00443 |
| **LEXSTJ** |  | |  | VOL.:00124 | PG:00213 |
| **REVJUR** |  | |  | VOL.:00249 | PG:00103 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00016 | PG:00249 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00125 | PG:00265 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400291043&dt_publicacao=18/11/1996) | [54398](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400291043&dt_publicacao=18/11/1996) | | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400291043&dt_publicacao=18/11/1996) | [1994/0029104-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400291043&dt_publicacao=18/11/1996) | [Decisão:17/09/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400291043&dt_publicacao=18/11/1996) |
| **DJ** |  | |  | DATA:18/11/1996 | PG:44912 |
| **JSTJ** |  | |  | VOL.:00005 | PG:00467 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00016 | PG:00275 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00125 | PG:00293 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300100408&dt_publicacao=28/06/1993) | [34031](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300100408&dt_publicacao=28/06/1993) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300100408&dt_publicacao=28/06/1993) | [1993/0010040-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300100408&dt_publicacao=28/06/1993) | [Decisão:02/06/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300100408&dt_publicacao=28/06/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/06/1993 | PG:12899 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00457 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00202 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00264 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00281 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300005189&dt_publicacao=07/06/1993) | [31285](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300005189&dt_publicacao=07/06/1993) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300005189&dt_publicacao=07/06/1993) | [1993/0000518-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300005189&dt_publicacao=07/06/1993) | [Decisão:12/05/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300005189&dt_publicacao=07/06/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/06/1993 | PG:11270 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00005 | PG:00446 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00050 | PG:00354 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00253 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00269 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00067 | PG:00337 |

# SÚMULA 221

# DIREITO CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL

## Enunciado:

São civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, tanto o autor do escrito quanto o proprietário do veículo de divulgação.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:00159

LEG:FED LEI:005250 ANO:1967

\*\*\*\*\* LI-67 LEI DE IMPRENSA ART:00049 PAR:00002

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

12/05/1999

## Fonte:

DJ DATA:26/05/1999 PG:00068 JSTJ VOL.:00006 PG:00453 RSSTJ VOL.:00016 PG:00287 RSTJ VOL.:00125 PG:00307

RT VOL.:00765 PG:00151

## Excerto dos Precedentes Originários:

"DANO MORAL. LEI DE IMPRENSA. LEGITIMIDADE PASSIVA. PRECEDENTE DA CORTE. [...] Na

linha de precedente da Corte, a regra do art. 49, § 2º, da Lei de Imprensa não comporta interpretação que exclua a legitimidade passiva daquele que, diretamente, usou as expressões apontadas como violadoras do direito fundamental do autor. Identificado o autor da ofensa à honra, pode o ofendido acioná-lo diretamente, não colhendo fruto a alegada ilegitimidade passiva. [...]" ([REsp 184232](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27184232%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA

TURMA, julgado em 05/11/1998, DJ 22/02/1999, p. 110)

"[...] OFENSA À HONRA. MATÉRIA VEICULADA EM JORNAL. LEGITIMIDADE PASSIVA DO

JORNALISTA. O jornalista responsável pela veiculação de notícia ou charge em jornal, de que decorreu a ação indenizatória de dano moral promovida pelo que se julga ofendido em sua honra, tem legitimidade para figurar no seu pólo passivo. [...]" ([EREsp 154837](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27154837%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/09/1998, DJ 16/11/1998, p. 6)

"Ofensas cometidas pela imprensa. Interpretação dos artigos 12, 49 e 50 da Lei 5.250/67. Possibilidade de o ofendido obter reparação de quem fez as declarações ao jornal ou concedeu a entrevista, não estando adstrito a buscá-la exclusivamente junto a quem as divulgou." ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27122128%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [122128](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27122128%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/03/1998, DJ

31/08/1998, p. 70)

"[...] OFENSA PELA IMPRENSA. DANOS. RESPONSABILIDADE CIVIL. [...] SÃO CIVILMENTE RESPONSÁVEIS POR DANOS MORAIS E MATERIAIS EM CASO DE OFENSA PELA IMPRENSA, TANTO O AUTOR DO ESCRITO, QUANTO O PROPRIETÁRIO DO JORNAL QUE O VEICULA. [...]" ([REsp 14321](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714321%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/11/1991, DJ 02/12/1991, p. 17538)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800432574&dt_publicacao=22/02/1999) | [184232](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800432574&dt_publicacao=22/02/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800432574&dt_publicacao=22/02/1999) | [1998/0043257-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800432574&dt_publicacao=22/02/1999) | [Decisão:05/11/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800432574&dt_publicacao=22/02/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/02/1999 | PG:00110 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00469 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00176 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00306 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00325 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800261222&dt_publicacao=16/11/1998) | [154837](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800261222&dt_publicacao=16/11/1998) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800261222&dt_publicacao=16/11/1998) | [1998/0026122-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800261222&dt_publicacao=16/11/1998) | [Decisão:09/09/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800261222&dt_publicacao=16/11/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/11/1998 | PG:00006 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00116 | PG:00228 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00291 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00309 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700155870&dt_publicacao=31/08/1998) | [122128](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700155870&dt_publicacao=31/08/1998) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700155870&dt_publicacao=31/08/1998) | [1997/0015587-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700155870&dt_publicacao=31/08/1998) | [Decisão:10/03/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700155870&dt_publicacao=31/08/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:31/08/1998 | PG:00070 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00464 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00133 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00301 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00319 |
| **RT** |  |  | VOL.:00759 | PG:00182 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100182079&dt_publicacao=02/12/1991) | [14321](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100182079&dt_publicacao=02/12/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100182079&dt_publicacao=02/12/1991) | [1991/0018207-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100182079&dt_publicacao=02/12/1991) | [Decisão:05/11/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100182079&dt_publicacao=02/12/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/12/1991 | PG:17538 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00460 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00077 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00297 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00315 |

# SÚMULA 222

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Comum processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical prevista no art. 578 da CLT.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00114

LEG:FED DEL:005452 ANO:1943

\*\*\*\*\* CLT-43 CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO ART:00578

LEG:FED LEI:008984

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

23/06/1999

## Fonte:

DJ DATA:02/08/1999 PG:00252 JSTJ VOL.:00008 PG:00481 RDDT VOL.:00049 PG:00215

RLTR VOL.:00009 SETEMBRO/1999 PG:01209

RSSTJ VOL.:00016 PG:00311 RSTJ VOL.:00125 PG:00329 RT VOL.:00767 PG:00185

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE COBRANÇA PROPOSTA POR SINDICATO DE TRABALHADOR CONTRA EMPRESA. CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA ESTABELECIDA EM

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. [...] Compete à Justiça Comum do Estado processar e julgar ação judicial proposta por sindicato de trabalhador contra empregador, na qual se discute sobre a exigibilidade, ou não, de contribuição destinada ao custeio das atividades daquele, prevista em assembléia geral extraordinária. 2. Aplicação literal do art. 1º da Lei nº 8.984, de

07.02.95. [...]" ([CC 22749](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2722749%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, SEGUNDA SEÇÃO,

julgado em 14/10/1998, DJ 07/12/1998, p. 39)

"COMPETÊNCIA. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. Compete à Justiça

Estadual processar a julgar ação monitória que visa ao recebimento de contribuição sindical rural. [...]" ([CC 22878](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2722878%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/09/1998, DJ 16/11/1998, p. 6)

"Contribuição sindical. Litígio. Competência. Tratando-se de contribuição criada diretamente pela lei, a competência para o processo e julgamento dos litígios pertinentes a sua cobrança é da Justiça Comum." ([CC 21594](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2721594%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/08/1998, DJ 26/10/1998, p. 16)

"[...] CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE CUMPRIMENTO. CONTRIBUIÇÕES CONFEDERATIVA E ASSISTENCIAL PREVISTAS EM ACORDO COLETIVO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA TRABALHISTA. COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DOS PEDIDOS.

INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 170/STJ. [...] De acordo com o entendimento jurisprudencial firmado pela egrégia Segunda Seção, compete à justiça trabalhista processar e julgar ações que tenham origem no cumprimento de acordo ou convenção coletiva de trabalho, em observância ao artigo 1º da Lei nº 8.984/96 (Edcl no CC nº 17.765-MG, Relator o eminente Ministro Costa Leite, julgado em 13.08.97). - A justiça estadual é quem tem competência para processar e julgar ações relativas à contribuição sindical prevista nos artigos 578 e seguintes da CLT, não se justificando a competência da justiça do trabalho, já que não diz respeito a relação de emprego ou a cumprimento de convenções coletiva de trabalho ou acordos coletivos de trabalho. - Compete ao juízo onde primeiro for intentada a ação envolvendo acumulação de pedidos, um da competência da justiça trabalhista e outro da justiça comum estadual, decidi-la nos limites da sua jurisdição, ficando facultado ao autor da demanda, se assim o quiser, postular, perante a Justiça Comum, nova causa visando a cobrança da contribuição sindical. [...]" ([CC 20878](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2720878%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 29/04/1998, DJ 19/10/1998, p. 11)

"[...] CONFLITO DE COMPETENCIA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR AÇÃO DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PREVISTA NA CLT. [...]" ([CC 19616](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2719616%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro BUENO DE SOUZA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/02/1998, DJ 27/04/1998, p. 63)

"CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. (CONSOLIDAÇÃO, ARTS. 578 E SEGUINTES). AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL, A TEOR DA DECISÃO PROFERIDA NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA N. 17.765 (SESSÃO DE 13.08.97). [...]" ([CC 19608](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2719608%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/12/1997, DJ 13/04/1998, p. 75)

"Competência. Ação de cumprimento. Acordo ou Convenção. Contribuição sindical. A competência cometida à Justiça do Trabalho pela Lei 9984/95 é restrita ao dissídio que tenha origem no cumprimento de convenção ou acordo coletivo, não se podendo ampliá-la, em ordem a alcançar a cobrança de contribuição sindical estabelecida em lei. Competência da Justiça Comum. Cumulação inadmitida de pedidos. Aplicação quanto ao ponto do princípio da Sum. 179/STJ. [...]" ([EDcl no CC 17765](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27EDCC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2717765%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/08/1997, DJ 03/08/1998, p. 67)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800504524&dt_publicacao=07/12/1998) | [22749](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800504524&dt_publicacao=07/12/1998) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800504524&dt_publicacao=07/12/1998) | [1998/0050452-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800504524&dt_publicacao=07/12/1998) | [Decisão:14/10/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800504524&dt_publicacao=07/12/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/12/1998 | PG:00039 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00507 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00068 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00329 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00345 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800542426&dt_publicacao=16/11/1998) | [22878](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800542426&dt_publicacao=16/11/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800542426&dt_publicacao=16/11/1998) | [1998/0054242-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800542426&dt_publicacao=16/11/1998) | [Decisão:09/09/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800542426&dt_publicacao=16/11/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/11/1998 | PG:00006 |
| **DECTRAB** | |  | VOL.:00054 | PG:00237 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00505 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00071 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00331 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00347 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800039783&dt_publicacao=26/10/1998) | [21594](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800039783&dt_publicacao=26/10/1998) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800039783&dt_publicacao=26/10/1998) | [1998/0003978-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800039783&dt_publicacao=26/10/1998) | [Decisão:12/08/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800039783&dt_publicacao=26/10/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/10/1998 | PG:00016 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00501 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00064 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00324 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00341 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700739686&dt_publicacao=19/10/1998) | [20878](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700739686&dt_publicacao=19/10/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700739686&dt_publicacao=19/10/1998) | [1997/0073968-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700739686&dt_publicacao=19/10/1998) | [Decisão:29/04/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700739686&dt_publicacao=19/10/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/10/1998 | PG:00011 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00498 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00060 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00321 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00337 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700238997&dt_publicacao=27/04/1998) | [19616](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700238997&dt_publicacao=27/04/1998) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700238997&dt_publicacao=27/04/1998) | [1997/0023899-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700238997&dt_publicacao=27/04/1998) | [Decisão:11/02/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700238997&dt_publicacao=27/04/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/04/1998 | PG:00063 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00495 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00318 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00334 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700238830&dt_publicacao=13/04/1998) | [19608](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700238830&dt_publicacao=13/04/1998) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700238830&dt_publicacao=13/04/1998) | [1997/0023883-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700238830&dt_publicacao=13/04/1998) | [Decisão:10/12/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700238830&dt_publicacao=13/04/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/04/1998 | PG:00075 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00491 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00053 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00315 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00331 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [EDcl no CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600408378&dt_publicacao=03/08/1998) | [17765](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600408378&dt_publicacao=03/08/1998) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600408378&dt_publicacao=03/08/1998) | [1996/0040837-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600408378&dt_publicacao=03/08/1998) | [Decisão:13/08/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600408378&dt_publicacao=03/08/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/08/1998 | PG:00067 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00008 | PG:00483 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00041 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00333 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00110 | PG:00177 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00349 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00099 | PG:00149 |

# SÚMULA 223

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO DE INADMISSÃO DE RECURSO

ESPECIAL

## Enunciado:

A certidão de intimação do acórdão recorrido constitui peça obrigatória do instrumento de agravo.

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

02/08/1999

## Fonte:

DJ DATA:25/08/1999 PG:00031 JSTJ VOL.:00009 PG:00473 RDDT VOL.:00049 PG:00211 RSSTJ VOL.:00016 PG:00343 RSTJ VOL.:00125 PG:00359

RT VOL.:00767 PG:00185

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRASLADO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DA CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO IMPUGNADO PELA VIA DO ESPECIAL. PEÇA ESSENCIAL. [...] NA FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO DO AGRAVO A QUE ALUDE O ART. 544 DO CPC, A CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ARESTO RECORRIDO CONSTITUI PEÇA ESSENCIAL PARA QUE SE POSSA AFERIR A TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL, PRESSUPOSTO RECURSAL DE ORDEM OBJETIVA. [...]" ([EDcl no AgRg no Ag 158467](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27EDAGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27158467%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 24/03/1998, DJ 11/05/1998, p. 31)

"[...] AGRAVO REGIMENTAL. FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO. ÔNUS. CONTROLE DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. [...] ASSENTADA JURISPRUDÊNCIA SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO TRASLADO DA CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO, SOB PENA DE NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO. [...]" ([AgRg no Ag 151069](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27151069%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/1998, DJ 06/04/1998, p. 173)

"[...] AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO CONHECIMENTO PELO RELATOR. TRASLADO INCOMPLETO. [...] NEGA-SE SEGUIMENTO AO AGRAVO DO ART. 544, 'CAPUT', DO CPC, QUANDO NÃO CONSTAR DO INSTRUMENTO A CÓPIA DAS CONTRA-RAZÕES AO RECURSO ESPECIAL OU DA CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. [...]" ([AgRg no Ag 162554](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27162554%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) ES, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 19/03/1998, DJ 13/04/1998, p. 154)

"[...] AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALTA DE JUNTADA DA CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO JULGADO RECORRIDO. MOTIVO PARA SE NEGAR SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRECEDENTES DA CORTE E DO STF. [...] CONSOANTE JURISPRUDÊNCIA ASSENTE NA CORTE E NO STF É OBRIGAÇÃO DO AGRAVANTE JUNTAR AO INSTRUMENTO CÓPIA DA CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO, COM VISTAS A VERIFICAÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL, QUE É FEITA DE OFÍCIO PELO RELATOR. [...]" ([EDcl no Ag 170842](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27EDAG%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27170842%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/1998, DJ 06/04/1998, p. 186)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE RECURSO ESPECIAL. INSTRUÇÃO (PEÇAS DE APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA). CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO. DECIDIU A CORTE ESPECIAL DO STJ QUE A CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO CONTRA O QUAL INTERPOSTO O ESPECIAL (ISTO É, A CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO) É PEÇA DE APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA. [...]" ([AgRg no Ag 154985](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27154985%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/03/1998, DJ 04/05/1998, p. 168)

"RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRASLADO DE PEÇAS. CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO. [...] A CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO É PEÇA NECESSÁRIA à AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL, DAÍ QUE OBRIGATÓRIO O TRASLADO DA MESMA. [...]" ([AgRg no Ag 167615](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27167615%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/03/1998, DJ 04/05/1998, p. 178)

"[...] AGRAVO 'REGIMENTAL'. AUSÊNCIA NO INSTRUMENTO DE XEROCÓPIA DE PEÇA ESSENCIAL (CÓPIA DO ACÓRDÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E SUA CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO). VERIFICAÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 288/STF. [...] NÃO SE CONHECE DO AGRAVO QUANDO NÃO CONSTAR DO INSTRUMENTO A CÓPIA DO ACÓRDÃO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS E DE SUA CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO, PEÇAS ESSENCIAIS PARA VERIFICAÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 288 DO STF. [...]" ([AgRg no Ag 162188](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27162188%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEGUNDA

TURMA, julgado em 17/02/1998, DJ 16/03/1998, p. 106)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇA ESSENCIAL. CONTRA-RAZÕES E CÓPIA DA CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. [...] A CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO É PEÇA ESSENCIAL A REGULAR FORMAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO MANIFESTADO CONTRA A DECISÃO DENEGATÓRIA DE RESP, UMA VEZ QUE SEM ELA NÃO SE PODE AFERIR A TEMPESTIVIDADE DO APELO EXTREMO. APLICAÇÃO DA SUM. 288/STF. [...]"

([AgRg no Ag 166398](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27166398%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 10/02/1998, DJ 04/05/1998, p. 191)

"[...] AGRAVO REGIMENTAL. CÓPIA DA CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. [...] INEXISTÊNCIA DA CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO OBJETO DO ESPECIAL. - IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO AGRAVO POR FORMAÇÃO DEFICIENTE DO INSTRUMENTO. [...]" ([AgRg no Ag 157303](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27157303%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA,

julgado em 25/11/1997, DJ 16/02/1998, p. 128)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇA ESSENCIAL. CÓPIA DA CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. A CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO É PEÇA ESSENCIAL A REGULAR FORMAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO MANIFESTADO CONTRA A DECISÃO DENEGATÓRIA DE RESP, UMA VEZ QUE SEM ELA NÃO SE PODE AFERIR A TEMPESTIVIDADE DO APELO EXTREMO. [...]" ([AgRg no Ag 153273](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27153273%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro WALDEMAR

ZVEITER, Rel. p/ Acórdão Ministro BARROS MONTEIRO, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/11/1997, DJ 29/06/1998, p. 3)

"[...] AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRASLADO INCOMPLETO. CONSIDERA-SE INCOMPLETO O TRASLADO NO QUAL FALTE A CERTIDÃO COMPROBATÓRIA DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. [...]" ([AgRg no Ag 74287](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2774287%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, QUINTA TURMA, julgado em 06/12/1995, DJ 26/02/1996, p. 4043)

## Precedentes:

[EDcl no AgRg no Ag 158467 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700620166&dt_publicacao=11/05/1998) [1997/0062016-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700620166&dt_publicacao=11/05/1998) [Decisão:24/03/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700620166&dt_publicacao=11/05/1998)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DJ** |  |  | DATA:11/05/1998 | PG:00031 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00485 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00389 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00406 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700431266&dt_publicacao=06/04/1998) | [151069](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700431266&dt_publicacao=06/04/1998) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700431266&dt_publicacao=06/04/1998) | [1997/0043126-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700431266&dt_publicacao=06/04/1998) | [Decisão:19/03/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700431266&dt_publicacao=06/04/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/04/1998 | PG:00173 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00516 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00350 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00365 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700709507&dt_publicacao=13/04/1998) | [162554](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700709507&dt_publicacao=13/04/1998) | [ES](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700709507&dt_publicacao=13/04/1998) | [1997/0070950-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700709507&dt_publicacao=13/04/1998) | [Decisão:19/03/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700709507&dt_publicacao=13/04/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/04/1998 | PG:00154 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00514 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00373 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00388 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [EDcl no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700890503&dt_publicacao=06/04/1998) | [170842](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700890503&dt_publicacao=06/04/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700890503&dt_publicacao=06/04/1998) | [1997/0089050-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700890503&dt_publicacao=06/04/1998) | [Decisão:19/03/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700890503&dt_publicacao=06/04/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/04/1998 | PG:00186 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00518 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00386 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00403 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700521176&dt_publicacao=04/05/1998) | [154985](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700521176&dt_publicacao=04/05/1998) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700521176&dt_publicacao=04/05/1998) | [1997/0052117-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700521176&dt_publicacao=04/05/1998) | [Decisão:10/03/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700521176&dt_publicacao=04/05/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/05/1998 | PG:00168 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00489 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00362 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00377 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700824993&dt_publicacao=04/05/1998) | [167615](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700824993&dt_publicacao=04/05/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700824993&dt_publicacao=04/05/1998) | [1997/0082499-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700824993&dt_publicacao=04/05/1998) | [Decisão:10/03/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700824993&dt_publicacao=04/05/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/05/1998 | PG:00178 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00494 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00378 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00394 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700703223&dt_publicacao=16/03/1998) | [162188](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700703223&dt_publicacao=16/03/1998) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700703223&dt_publicacao=16/03/1998) | [1997/0070322-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700703223&dt_publicacao=16/03/1998) | [Decisão:17/02/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700703223&dt_publicacao=16/03/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/03/1998 | PG:00106 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00487 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00370 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00385 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700792773&dt_publicacao=04/05/1998) | [166398](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700792773&dt_publicacao=04/05/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700792773&dt_publicacao=04/05/1998) | [1997/0079277-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700792773&dt_publicacao=04/05/1998) | [Decisão:10/02/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700792773&dt_publicacao=04/05/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/05/1998 | PG:00191 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00503 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00375 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00390 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700583198&dt_publicacao=16/02/1998) | [157303](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700583198&dt_publicacao=16/02/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700583198&dt_publicacao=16/02/1998) | [1997/0058319-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700583198&dt_publicacao=16/02/1998) | [Decisão:25/11/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700583198&dt_publicacao=16/02/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/02/1998 | PG:00128 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00511 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00367 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00382 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700480917&dt_publicacao=29/06/1998) | [153273](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700480917&dt_publicacao=29/06/1998) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700480917&dt_publicacao=29/06/1998) | [1997/0048091-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700480917&dt_publicacao=29/06/1998) | [Decisão:05/11/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700480917&dt_publicacao=29/06/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/06/1998 | PG:00003 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00475 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00367 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500248050&dt_publicacao=26/02/1996) | [74287](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500248050&dt_publicacao=26/02/1996) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500248050&dt_publicacao=26/02/1996) | [1995/0024805-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500248050&dt_publicacao=26/02/1996) | [Decisão:06/12/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500248050&dt_publicacao=26/02/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/02/1996 | PG:04043 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00009 | PG:00507 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00347 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00361 |

# SÚMULA 224

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

## Enunciado:

Excluído do feito o ente federal, cuja presença levara o Juiz Estadual a declinar da competência, deve o Juiz Federal restituir os autos e não suscitar conflito.

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

02/08/1999

## Fonte:

DJ DATA:25/08/1999 PG:00031 JSTJ VOL.:00010 PG:00447 RSSTJ VOL.:00016 PG:00393 RSTJ VOL.:00125 PG:00409

RT VOL.:00767 PG:00186

## Excerto dos Precedentes Originários:

"COMPETÊNCIA. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO AJUIZADA PELO MUTUÁRIO CONTRA O AGENTE FINANCEIRO. ILEGITIMIDADE 'AD CAUSAM' DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Decidido pelo Juiz Federal que o ente federal é parte ilegítima 'ad causam', o processo terá curso perante o Juiz estadual. [...]" ([CC 22994](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2722994%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/11/1998, DJ 17/02/1999, p. 109)

"COMPETÊNCIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO NÃO GARANTIDO PELO FCVS. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL RECONHECIDA PELO

JUÍZO FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. Tendo o juízo federal reconhecido a ilegitimidade para causa da pessoa jurídica de direito público que ensejaria a incidência do art.

109. I, Constituição, a competência para processar e julgar a ação resulta do Juízo de Direito em virtude da decisão proferida, não sendo o caso de se suscitar o conflito, mas tão-somente de devolver os autos à justiça estadual. [...]" ([CC 22165](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2722165%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/08/1998, DJ 16/11/1998, p. 6)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DECISÃO DE JUIZ FEDERAL, EXCLUINDO A CEF DO PROCESSO. INEXISTÊNCIA DE CONFLITO. SÓ O JUIZ FEDERAL TEM COMPETÊNCIA PARA DECIDIR SE A CEF DEVE OU NÃO PARTICIPAR DO PROCESSO; A DECISÃO QUE A EXCLUI DO PROCESSO VINCULA A JUSTIÇA ESTADUAL, PORQUE ESTA NÃO PODE DISPOR A RESPEITO. [...]" ([CC 21028](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2721028%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 16/12/1997, DJ 02/03/1998, p. 5)

"COMPETÊNCIA. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. INEXISTÊNCIA DE CONFLITO. DESAPARECIDO O MOTIVO DA DECLINATÓRIA, COM O JUÍZO FEDERAL DECIDINDO A RESPEITO DO QUE LHE INCUMBIA, DENUNCIAÇÃO DA LIDE A ENTE FEDERAL, OS AUTOS DEVERIAM SIMPLESMENTE TER SIDO DEVOLVIDOS AO JUÍZO ESTADUAL. [...]" ([CC 19382](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2719382%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SE, Rel. MIN. COSTA LEITE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/11/1997, DJ 19/12/1997, p. 67440)

"[...] CONFLITO DE COMPETÊNCIA - USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO - INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DA UNIÃO. [...] COMPETE AO JUÍZO FEDERAL AVALIAR O INTERESSE DA UNIÃO FEDERAL OU DE SEUS ENTES NO PROCESSO. INEXISTINDO ESTE, DEVE SIMPLESMENTE DEVOLVER OS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM. CASO EM QUE DEIXA DE EXISTIR O CONFLITO, EIS QUE NÃO MAIS SUBSISTENTE O MOTIVO DA DECLINATÓRIA DE COMPETÊNCIA. [...]" ([CC 14528](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714528%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/05/1996, DJ 26/08/1996, p. 29619)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL UNIÃO. [...] TENDO O MAGISTRADO FEDERAL JULGADO DESCABIDA A INTERVENÇÃO DA UNIÃO NO FEITO, O MESMO DEVE SER REMETIDO À JUSTIÇA ESTADUAL, INEXISTINDO CONFLITO." ([CC 15636](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2715636%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/03/1996, DJ 20/05/1996, p. 16660)

"COMPETÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE CONFLITO. PROCEDIMENTO A SER OBSERVADO. [...] RECEBIDOS OS AUTOS POR DECLINAÇÃO DE JUIZ DE DIREITO, EM FACE DA ALEGAÇÃO, QUE A JUSTIÇA FEDERAL CABE COM EXCLUSIVIDADE APRECIAR, DE SEREM LITISCONSORTES NECESSÁRIOS A UNIÃO E O BANCO CENTRAL, EXCLUÍDA A PERTINÊNCIA DO LITISCONSÓRCIO CUMPRE AO JUIZ FEDERAL APENAS DEVOLVER OS AUTOS À JUSTIÇA ESTADUAL, E NÃO SUSCITAR O CONFLITO." ([CC 11544](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711544%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/02/1995, DJ 03/04/1995, p. 8104)

"[...] CONFLITO DE COMPETÊNCIA - INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. [...] COMPETE AO JUÍZO FEDERAL AVALIAR O INTERESSE DA UNIÃO FEDERAL OU DE SEUS ENTES NO PROCESSO. INEXISTINDO ESTE, DEVE SIMPLESMENTE REMETER OS AUTOS AO JUÍZO COMUM ESTADUAL. CASO EM QUE DEIXA DE EXISTIR CONFLITO, EIS QUE NÃO MAIS SUBSISTE O MOTIVO DE DECLINATÓRIA DE COMPETÊNCIA. [...]" ([CC 11149](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711149%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/12/1994, DJ 03/04/1995, p. 8104)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800587640&dt_publicacao=17/02/1999) | [22994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800587640&dt_publicacao=17/02/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800587640&dt_publicacao=17/02/1999) | [1998/0058764-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800587640&dt_publicacao=17/02/1999) | [Decisão:11/11/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800587640&dt_publicacao=17/02/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/02/1999 | PG:00109 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00465 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00129 | PG:00027 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00414 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00427 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800313524&dt_publicacao=16/11/1998) | [22165](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800313524&dt_publicacao=16/11/1998) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800313524&dt_publicacao=16/11/1998) | [1998/0031352-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800313524&dt_publicacao=16/11/1998) | [Decisão:26/08/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800313524&dt_publicacao=16/11/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/11/1998 | PG:00006 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00462 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00410 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00424 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700780589&dt_publicacao=02/03/1998) | [21028](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700780589&dt_publicacao=02/03/1998) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700780589&dt_publicacao=02/03/1998) | [1997/0078058-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700780589&dt_publicacao=02/03/1998) | [Decisão:16/12/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700780589&dt_publicacao=02/03/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/03/1998 | PG:00005 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00449 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00408 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00214 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00422 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00030 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700131491&dt_publicacao=19/12/1997) | [19382](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700131491&dt_publicacao=19/12/1997) | [SE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700131491&dt_publicacao=19/12/1997) | [1997/0013149-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700131491&dt_publicacao=19/12/1997) | [Decisão:12/11/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700131491&dt_publicacao=19/12/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/12/1997 | PG:67440 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00460 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00406 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00420 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500373793&dt_publicacao=26/08/1996) | [14528](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500373793&dt_publicacao=26/08/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500373793&dt_publicacao=26/08/1996) | [1995/0037379-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500373793&dt_publicacao=26/08/1996) | [Decisão:22/05/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500373793&dt_publicacao=26/08/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/08/1996 | PG:29619 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00457 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00402 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00415 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500612593&dt_publicacao=20/05/1996) | [15636](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500612593&dt_publicacao=20/05/1996) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500612593&dt_publicacao=20/05/1996) | [1995/0061259-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500612593&dt_publicacao=20/05/1996) | [Decisão:27/03/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500612593&dt_publicacao=20/05/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/05/1996 | PG:16660 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00455 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00404 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00418 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400365420&dt_publicacao=03/04/1995) | [11544](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400365420&dt_publicacao=03/04/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400365420&dt_publicacao=03/04/1995) | [1994/0036542-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400365420&dt_publicacao=03/04/1995) | [Decisão:22/02/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400365420&dt_publicacao=03/04/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/04/1995 | PG:08104 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00453 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00399 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00413 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400325789&dt_publicacao=03/04/1995) | [11149](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400325789&dt_publicacao=03/04/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400325789&dt_publicacao=03/04/1995) | [1994/0032578-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400325789&dt_publicacao=03/04/1995) | [Decisão:14/12/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400325789&dt_publicacao=03/04/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/04/1995 | PG:08104 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00451 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00496 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00397 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00411 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00080 | PG:00457 |

# SÚMULA 225

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA TRABALHISTA

## Enunciado:

Compete ao Tribunal Regional do Trabalho apreciar recurso contra sentença proferida por órgão de primeiro grau da Justiça Trabalhista, ainda que para declarar-lhe a nulidade em virtude de incompetência.

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

02/08/1999

## Fonte:

DJ DATA:25/08/1999 PG:00031 JSTJ VOL.:00010 PG:00469

RLTR VOL.:00009 SETEMBRO/1999 PG:01209

RSSTJ VOL.:00016 PG:00417 RSTJ VOL.:00125 PG:00431 RT VOL.:00767 PG:00186

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. SENTENÇA PROFERIDA POR JUIZ TRABALHISTA. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ANULAÇÃO.

[...] Somente nas hipóteses em que o juiz trabalhista se encontra investido na jurisdição de competência federal, cabe ao Tribunal Federal reexaminar, em grau de apelação, a sentença por ele prolatada. - Ao Tribunal Regional do Trabalho, por força de sua jurisdição recursal, cabe declarar a nulidade dos atos decisórios praticados por juiz trabalhista incompetente e remeter os autos ao juízo competente ou julgar o recurso ordinário, fixando, assim, sua competência, sob pena de coexistirem duas decisões no mundo jurídico. [...]" ([CC 19336](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2719336%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) ES, Rel. Ministro VICENTE LEAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 12/08/1998, DJ 31/08/1998, p. 12)

"[...] SENTENÇA PROFERIDA POR JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO. RECURSO. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO DECIDIDA PELO TRIBUNAL 'A QUO' QUE NÃO ANULOU A SENTENÇA. [...] AINDA QUE RESTRITO A DECLARAR A NULIDADE DO JULGADO DE JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO, SOMENTE PODE FAZE-LO O TRT. [...]" ([CC 20480](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2720480%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/11/1997, DJ 23/03/1998, p. 12)

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. DECISÃO DE JCJ. ANULAÇÃO. [...] AO DECLINAR DE SUA COMPETÊNCIA, DEVE A CORTE REGIONAL DECLARAR A NULIDADE DA DECISÃO DA JCJ. [...]" ([CC 18644](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2718644%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) ES, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/1997, DJ 02/06/1997, p. 23755)

"[...] CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS ESTADUAL E TRABALHISTA. RECURSO ORDINÁRIO. DECISÃO DE MÉRITO PROFERIDA POR JUNTA. COMPETÊNCIA DO TRT. - TRATANDO-SE DE RECURSO ORDINÁRIO DE SENTENÇA DE MÉRITO PROFERIDA POR JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO, COMPETENTE PARA APRECIA-LO, AINDA QUE SEJA PARA ANULAR AQUELA DECISÃO, É O TRT AO QUAL SE ACHA A JUNTA VINCULADA. [...]" ([CC 18686](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2718686%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/1997, DJ 26/05/1997, p. 22471)

"COMPETÊNCIA. CONFLITO RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA PROFERIDA POR JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO. COMPETE AO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO AO QUAL SE ACHA VINCULADA A JUNTA CONHECER E JULGAR O RECURSO. [...] CUIDANDO-SE DE RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA PROFERIDA POR JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO, COMPETENTE PARA DELE CONHECER É O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO AO QUAL SE ACHA VINCULADA A JUNTA, AINDA QUE SEJA PARA DECLARAR A INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA A CAUSA E ANULAR OS ATOS DECISÓRIOS PRATICADOS." ([CC 16383](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716383%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/06/1996, DJ 12/08/1996, p. 27444)

"[...] COMPETÊNCIA - TRT/JUIZ FEDERAL - A JCJ, PROFERINDO SENTENÇA, RESTA EXAURIDA SUA JURISDIÇÃO. AO TRT CABE, NO RECURSO, SE ACHAR QUE HOUVE INCOMPETÊNCIA, ANULAR JULGADO. EM SEGUIDA, SUSCITAR O CONFLITO. SE NÃO FOR ANULADA A SENTENÇA E O JUIZ FEDERAL FOR COMPELIDO A PROLATAR OUTRA, HAVERÁ DUAS SENTENÇAS, O QUE E IMPOSSÍVEL." ([CC 9962](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279962%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, TERCEIRA SEÇÃO,

julgado em 15/09/1994, DJ 19/12/1994, p. 35246)

"[...] CONFLITO DE COMPETÊNCIA - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA CONTRA UNIÃO FEDERAL - JUSTIÇA FEDERAL - ART. 27, PARÁGRAFO 10, DO ADCT - CF/88. [...] INTELIGÊNCIA DO ART. 27, PARÁGRAFO 10, DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 1988. II - CONSOLIDADO NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ O ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE A NULIDADE DO JULGADO DEVE SER EXPRESSA, COM A DECLARAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA E, NO CASO, CABE AO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO DECLARA-LA, EM FACE DA DECISÃO PROFERIDA PELA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM-PA." ([CC 2177](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272177%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PA, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/03/1992, DJ 04/05/1992, p. 5846)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700101770&dt_publicacao=31/08/1998) | [19336](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700101770&dt_publicacao=31/08/1998) | [ES](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700101770&dt_publicacao=31/08/1998) | [1997/0010177-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700101770&dt_publicacao=31/08/1998) | [Decisão:12/08/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700101770&dt_publicacao=31/08/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:31/08/1998 | PG:00012 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00485 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00434 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00446 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700622886&dt_publicacao=23/03/1998) | [20480](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700622886&dt_publicacao=23/03/1998) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700622886&dt_publicacao=23/03/1998) | [1997/0062288-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700622886&dt_publicacao=23/03/1998) | [Decisão:26/11/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700622886&dt_publicacao=23/03/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/03/1998 | PG:00012 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00484 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00436 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00448 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600728119&dt_publicacao=02/06/1997) | [18644](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600728119&dt_publicacao=02/06/1997) | [ES](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600728119&dt_publicacao=02/06/1997) | [1996/0072811-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600728119&dt_publicacao=02/06/1997) | [Decisão:09/04/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600728119&dt_publicacao=02/06/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/06/1997 | PG:23755 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00481 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00428 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00440 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600748225&dt_publicacao=26/05/1997) | [18686](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600748225&dt_publicacao=26/05/1997) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600748225&dt_publicacao=26/05/1997) | [1996/0074822-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600748225&dt_publicacao=26/05/1997) | [Decisão:09/04/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600748225&dt_publicacao=26/05/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/05/1997 | PG:22471 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00478 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00431 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00443 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600091560&dt_publicacao=12/08/1996) | [16383](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600091560&dt_publicacao=12/08/1996) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600091560&dt_publicacao=12/08/1996) | [1996/0009156-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600091560&dt_publicacao=12/08/1996) | [Decisão:12/06/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600091560&dt_publicacao=12/08/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/08/1996 | PG:27444 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00473 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00425 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00437 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400216220&dt_publicacao=19/12/1994) | [9962](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400216220&dt_publicacao=19/12/1994) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400216220&dt_publicacao=19/12/1994) | [1994/0021622-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400216220&dt_publicacao=19/12/1994) | [Decisão:15/09/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400216220&dt_publicacao=19/12/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/12/1994 | PG:35246 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00476 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00423 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00435 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100129542&dt_publicacao=04/05/1992) | [2177](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100129542&dt_publicacao=04/05/1992) | [PA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100129542&dt_publicacao=04/05/1992) | [1991/0012954-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100129542&dt_publicacao=04/05/1992) | [Decisão:25/03/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100129542&dt_publicacao=04/05/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/05/1992 | PG:05846 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00471 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00421 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00433 |

# SÚMULA 226

# DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AÇÃO ACIDENTÁRIA

## Enunciado:

O Ministério Público tem legitimidade para recorrer na ação de acidente do trabalho, ainda que o segurado esteja assistido por advogado.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00082 INC:00003 ART:00499

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

02/08/1999

## Fonte:

REPDJ DATA:11/11/1999 PG:00057 DJ DATA:01/10/1999 PG:00083 JSTJ VOL.:00011 PG:00437

RLTR VOL.:00011 NOVEMBRO/1999 PG:01491

RSSTJ VOL.:00017 PG:00011 RSTJ VOL.:00125 PG:00451 RT VOL.:00768 PG:00161 RT VOL.:00770 PG:00194

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA RECORRER. AÇÃO ACIDENTÁRIA. [...] A CORTE ESPECIAL PACIFICOU O ENTENDIMENTO SEGUNDO O QUAL TEM O MINISTÉRIO PÚBLICO LEGITIMIDADE PARA RECORRER NAS AÇÕES ACIDENTÁRIAS, MESMO QUE O ACIDENTADO ENCONTRA-SE REPRESENTADO POR ADVOGADO. [...]" ([EREsp 37322](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2737322%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/10/1997, DJ 27/10/1997, p. 54715)

"[...] AÇÕES ACIDENTÁRIAS. MINISTÉRIO PÚBLICO. FISCAL DA LEI. LEGITIMIDADE RECURSAL. ENUNCIADO DA SUM. 99/STJ. [...] NAS AÇÕES ACIDENTÁRIAS, DECORRENTES DA APLICAÇÃO DA LEI 8.213/1991, LEGITIMA A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO FISCAL DA LEI, EM RAZÃO DO INTERESSE PÚBLICO PRESENTE NESSAS DEMANDAS. II - ATUANDO O PARQUET COMO 'CUSTOS LEGIS', TEM ELE LEGITIMIDADE PARA RECORRER, AINDA QUE SILENTE A PARTE, NOS TERMOS DO ENUNCIADO DA SUM. 99/STJ." ([EREsp 68613](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2768613%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/06/1997, DJ 22/09/1997, p. 46317)

"[...] AÇÃO ACIDENTÁRIA. RECURSO ESPECIAL. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE PARA RECORRER. [...] A CORTE ESPECIAL FIRMOU ORIENTAÇÃO PELA LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA RECORRER NAS AÇÕES DE ACIDENTE DO TRABALHO, AINDA QUE O ACIDENTADO ESTEJA REPRESENTADO POR ADVOGADO DA SUA LIVRE ESCOLHA. [...]" ([EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2772634%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [72634](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2772634%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/06/1997, DJ 12/08/1997, p. 36255)

"[...] MINISTÉRIO PÚBLICO - INTERESSE ECONÔMICO [...] O Ministério Público atua, no processo de infortunística, como custos legis. Visa a resguardar o bom desenvolvimento do processo e em atenção ao economicamente hipossuficiente. Em conseqüência, poderá acompanhar a instrução e valer-se dos recurso legais. Marcará presença obrigatória em todos os atos processuais, ainda que de conteúdo econômico, compensatório da extensão do acidente laboral. Irrelevante estar o trabalhador assistido de advogado. Assim, como postula, pode recorrer, com reforço também na Constituição da República (art. 5º, LV) que assegura 'em processo judicial ou administrativo' contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes." ([EREsp 71995](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2771995%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/04/1997, DJ 27/09/1999,

p. 37)

"[...] AÇÃO ACIDENTÁRIA. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. - ASSENTADA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE ESPECIAL DESTE STJ NO SENTIDO DE QUE O MP TEM LEGITIMIDADE PARA RECORRER, EM AÇÃO ACIDENTÁRIA, MESMO QUE ASSISTIDO O SEGURADO POR ADVOGADO CONSTITUÍDO. [...]" ([EREsp 96868](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2796868%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/1997, DJ 02/06/1997, p. 23760)

"ACIDENTE DO TRABALHO. TRANSAÇÃO, OU ACORDO CELEBRADO ENTRE AS PARTES, REGULARMENTE REPRESENTADAS POR ADVOGADOS. INOBSTANTE TAL ASPECTO, O MP É PARTE LEGÍTIMA E TEM INTERESSE, PODENDO CONSEQUENTEMENTE APELAR DA SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA. [...]" ([EREsp 30468](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2730468%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/08/1996, DJ 26/05/1997, p. 22464)

"ACIDENTE DE TRABALHO. MINISTÉRIO PÚBLICO. [...] LEGITIMIDADE. TRANQUILA JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS AS QUAIS, NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, FOI TRANSFERIDA A COMPETÊNCIA EXCLUSIVA PARA JULGAR A MATÉRIA ACIDENTÁRIA, NO SENTIDO DA LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA RECORRER COMO CURADOR DE ACIDENTES DO TRABALHO, AINDA QUE O CURATELADO TENHA ADVOGADO CONSTITUÍDO."

([REsp 44654](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2744654%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/1995, DJ 28/08/1995, p. 26649)

"[...] AÇÃO ACIDENTÁRIA. [...] RECURSO DO MINISTÉRIO PUBLICO. LEGITIMIDADE. [...] O REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO TEM LEGITIMIDADE PARA RECORRER TANTO NOS PROCESSOS EM QUE É PARTE, QUANTO NAQUELES EM QUE FUNCIONA COMO FISCAL DA LEI - SÚMULA 99 - STJ. II. A TRANSIGÊNCIA DO ADVOGADO DO OPERÁRIO NA AÇÃO ACIDENTÁRIA CEDE ANTE O INTERESSE PÚBLICO E PORQUE AS PRESTAÇÕES, SENDO DE CARÁTER ALIMENTAR, CONFIGURAM DIREITOS INDISPONÍVEIS, ESPECIALMENTE QUANDO POSTULA QUE O BENEFÍCIO SEJA REAJUSTADO TENDO EM VISTA O QUE ESTABELECE A CONSTITUIÇÃO." ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2730224%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [30224](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2730224%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 19/10/1994, DJ

30/10/1995, p. 36778)

"[...] ACIDENTE DO TRABALHO. LIQUIDAÇÃO DE CÁLCULO. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE PARA RECORRER IN CONCRETO. [...] O RECORRENTE ESPECIAL (INSS) PONDERA QUE HOUVE ACORDO ENTRE O ACIDENTADO, ATRAVÉS DE SEU ADVOGADO, E A AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA, NO TOCANTE AOS CÁLCULOS. ASSIM, AO MINISTÉRIO PÚBLICO FALECE LEGITIMIDADE RECURSAL (AGRAVO DE INSTRUMENTO). II - O MINISTÉRIO PÚBLICO TEM LEGITIMIDADE RECURSAL NOS TERMOS DO CAPUT, E PARAG. 2., DO ART. 499 DO CPC. NO CASO EM FOCO, ELE RECORRE COMO CUSTOS LEGIS. SEU RECURSO NÃO SE FAZ IN ABSTRACTO, MAS IN CONCRETO. MESMO COM A ANUÊNCIA DO ACIDENTADO, O CURADOR DE ACIDENTES DO TRABALHO TEVE POR LESIVO AO ACIDENTADO O ÍNDICE APLICADO NOS CÁLCULOS. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735314%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [35314](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735314%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEXTA TURMA, julgado em 21/09/1993, DJ 11/10/1993,

p. 21350)

"[...] ACIDENTÁRIA. EXECUÇÃO. O CURADOR DE ACIDENTES DO TRABALHO NÃO SE CONFORMANDO COM AS CONTAS DE LIQUIDAÇÃO, AINDA QUE TENHA ASSINADO O ACORDO CELEBRADO ENTRE O INSS E O ACIDENTADO, TEM DIREITO DE APELAR DA DECISÃO QUE HOMOLOGOU OS CÁLCULOS, SE ENTENDEU QUE HOUVE LESÃO AO DIREITO DO ASSISTIDO. NÃO HÁ FALAR EM FALTA DE INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA O EXERCÍCIO DA APELAÇÃO. [...]" ([REsp 35166](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735166%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE CANDIDO DE CARVALHO FILHO, SEXTA TURMA, julgado em 13/09/1993, DJ 30/05/1994, p. 13519)

"[...] INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO FISCAL DA LEI E SUA LEGITIMIDADE PARA RECORRER. EM FACE DO PRECEITO EXPRESSO DE LEI (ARTIGO 499, PARAG. 2. DO CPC), O MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS PROCESSOS EM QUE INTERVEM COMO FISCAL DA LEI, TEM LEGITIMIDADE PARA INTERPOR RECURSO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, COMO NA ESPECIAL.

[...]" ([REsp 2350](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272350%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, Rel. p/ Acórdão Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/04/1993, DJ 31/05/1993, p. 10623)

"[...] ACIDENTE DO TRABALHO - MINISTÉRIO PÚBLICO - NOS PROCESSOS DE ACIDENTE DO TRABALHO É COMPULSÓRIA A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, INCLUSIVE QUANTO AOS RECURSOS. CONSIDERE-SE O INTERESSE PÚBLICO DA MATÉRIA EM DISCUSSÃO." ([REsp 6460](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276460%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja)

SP, Rel. Ministro ILMAR GALVAO, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/03/1991, DJ 01/04/1991, p. 3420)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600692769&dt_publicacao=27/10/1997) | [37322](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600692769&dt_publicacao=27/10/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600692769&dt_publicacao=27/10/1997) | [1996/0069276-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600692769&dt_publicacao=27/10/1997) | [Decisão:08/10/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600692769&dt_publicacao=27/10/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/10/1997 | PG:54715 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00461 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00024 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00462 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500695383&dt_publicacao=22/09/1997) | [68613](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500695383&dt_publicacao=22/09/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500695383&dt_publicacao=22/09/1997) | [1995/0069538-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500695383&dt_publicacao=22/09/1997) | [Decisão:18/06/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500695383&dt_publicacao=22/09/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/09/1997 | PG:46317 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00456 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00026 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00464 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600476586&dt_publicacao=12/08/1997) | [72634](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600476586&dt_publicacao=12/08/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600476586&dt_publicacao=12/08/1997) | [1996/0047658-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600476586&dt_publicacao=12/08/1997) | [Decisão:18/06/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600476586&dt_publicacao=12/08/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/08/1997 | PG:36255 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00453 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00034 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00472 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600009600&dt_publicacao=27/09/1999) | [71995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600009600&dt_publicacao=27/09/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600009600&dt_publicacao=27/09/1999) | [1996/0000960-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600009600&dt_publicacao=27/09/1999) | [Decisão:16/04/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600009600&dt_publicacao=27/09/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/09/1999 | PG:00037 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00448 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00129 | PG:00058 |
| **RADCOASP** | |  | VOL.:00004 | PG:00030 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00017 | PG:00028 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00125 | PG:00467 |
| [EREsp 96868](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700016404&dt_publicacao=02/06/1997) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700016404&dt_publicacao=02/06/1997) | [1997/0001640-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700016404&dt_publicacao=02/06/1997) | [Decisão:09/04/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700016404&dt_publicacao=02/06/1997) |
| **DJ** | |  | DATA:02/06/1997 | PG:23760 |
| **JSTJ** | |  | VOL.:00011 | PG:00458 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00017 | PG:00036 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00125 | PG:00474 |
| [EREsp 30468](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600009783&dt_publicacao=26/05/1997) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600009783&dt_publicacao=26/05/1997) | [1996/0000978-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600009783&dt_publicacao=26/05/1997) | [Decisão:21/08/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600009783&dt_publicacao=26/05/1997) |
| **DJ** | |  | DATA:26/05/1997 | PG:22464 |
| **JSTJ** | |  | VOL.:00011 | PG:00439 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00017 | PG:00015 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00125 | PG:00453 |
| [REsp 44654](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400058080&dt_publicacao=28/08/1995) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400058080&dt_publicacao=28/08/1995) | [1994/0005808-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400058080&dt_publicacao=28/08/1995) | [Decisão:07/08/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400058080&dt_publicacao=28/08/1995) |
| **DJ** | |  | DATA:28/08/1995 | PG:26649 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00017 | PG:00065 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00125 | PG:00505 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00076 | PG:00223 |
| [REsp 30224](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200316255&dt_publicacao=30/10/1995) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200316255&dt_publicacao=30/10/1995) | [1992/0031625-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200316255&dt_publicacao=30/10/1995) | [Decisão:19/10/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200316255&dt_publicacao=30/10/1995) |
| **DJ** | |  | DATA:30/10/1995 | PG:36778 |
| **JSTJ** | |  | VOL.:00011 | PG:00470 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00017 | PG:00046 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00125 | PG:00484 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300143069&dt_publicacao=11/10/1993) | [35314](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300143069&dt_publicacao=11/10/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300143069&dt_publicacao=11/10/1993) | [1993/0014306-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300143069&dt_publicacao=11/10/1993) | [Decisão:21/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300143069&dt_publicacao=11/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/10/1993 | PG:21350 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00487 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00062 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00007 | PG:00171 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00503 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00061 | PG:00359 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300137921&dt_publicacao=30/05/1994) | [35166](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300137921&dt_publicacao=30/05/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300137921&dt_publicacao=30/05/1994) | [1993/0013792-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300137921&dt_publicacao=30/05/1994) | [Decisão:13/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300137921&dt_publicacao=30/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/05/1994 | PG:13519 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00483 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00058 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00499 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000019737&dt_publicacao=31/05/1993) | [2350](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000019737&dt_publicacao=31/05/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000019737&dt_publicacao=31/05/1993) | [1990/0001973-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000019737&dt_publicacao=31/05/1993) | [Decisão:26/04/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000019737&dt_publicacao=31/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:31/05/1993 | PG:10623 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00463 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00038 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00477 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000124557&dt_publicacao=01/04/1991) | [6460](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000124557&dt_publicacao=01/04/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000124557&dt_publicacao=01/04/1991) | [1990/0012455-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000124557&dt_publicacao=01/04/1991) | [Decisão:13/03/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000124557&dt_publicacao=01/04/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/04/1991 | PG:03420 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00466 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00041 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00480 |

# SÚMULA 227

# DIREITO CIVIL - DANO MORAL

## Enunciado:

A pessoa jurídica pode sofrer dano moral.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00005 INC:00010

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:00159 ART:01553

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

08/09/1999

## Fonte:

DJ DATA:08/10/1999 PG:00126 JSTJ VOL.:00012 PG:00279

RLTR VOL.:00010 OUTUBRO/1999 PG:01355

RSSTJ VOL.:00017 PG:00079 RSTJ VOL.:00131 PG:00017 RT VOL.:00769 PG:00166

## Excerto dos Precedentes Originários:

"Duplicatas fraudulentas. Protesto. Banco endossatário. Ciência do vício. Dano moral. Pessoa jurídica. [...] Tendo ciência inequívoca o banco endossatário de que as duplicatas eram fraudulentas, sem lastro algum, deve o mesmo responder pelos danos morais decorrentes do protesto. [...] 3. Ressalvada a posição deste Relator, tem direito a pessoa jurídica de postular indenização por danos morais ocasionados por ofensa à sua honra. [...]" ([REsp 161913](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27161913%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/09/1998, DJ 18/12/1998, p. 344)

"INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. A pessoa jurídica pode ser sujeito passivo de danos morais, considerados estes como violadores de sua honra objetiva. [...]" ([REsp 177995](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27177995%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 15/09/1998, DJ 09/11/1998, p. 114)

"RESPONSABILIDADE CIVIL - DANO MORAL - PESSOA JURÍDICA. [...] A ofensa à honra objetiva da

pessoa jurídica pode resultar de protesto indevido de título cambial, cabendo indenização pelo dano patrimonial daí decorrente. [...]" ([REsp 161739](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27161739%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PB, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/06/1998, DJ 19/10/1998, p. 92)

"RESPONSABILIDADE CIVIL. IMPRENSA. DANO MORAL PESSOA JURÍDICA. A PESSOA JURÍDICA PODE SOFRER DANO MORAL. [...]" ([REsp 129428](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27129428%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 25/03/1998, DJ 22/06/1998, p. 87)

"[...] RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. PESSOA JURÍDICA. POSSIBILIDADE. HONRA OBJETIVA. [...] A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO JURÍDICO, NO QUAL CONVERGIRAM JURISPRUDÊNCIA E DOUTRINA, VEIO A AFIRMAR, INCLUSIVE NESTA CORTE, ONDE O ENTENDIMENTO TEM SIDO UNÂNIME, QUE A PESSOA JURÍDICA PODE SER VÍTIMA TAMBÉM DE DANOS MORAIS, CONSIDERADOS ESSES COMO VIOLADORES DA SUA HONRA OBJETIVA." ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27134993%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [134993](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27134993%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MA, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em

03/02/1998, DJ 16/03/1998, p. 144)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800006990&dt_publicacao=18/12/1998) | [161913](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800006990&dt_publicacao=18/12/1998) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800006990&dt_publicacao=18/12/1998) | [1998/0000699-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800006990&dt_publicacao=18/12/1998) | [Decisão:22/09/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800006990&dt_publicacao=18/12/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/12/1998 | PG:00344 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00287 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00098 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00035 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800423737&dt_publicacao=09/11/1998) | [177995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800423737&dt_publicacao=09/11/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800423737&dt_publicacao=09/11/1998) | [1998/0042373-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800423737&dt_publicacao=09/11/1998) | [Decisão:15/09/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800423737&dt_publicacao=09/11/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/11/1998 | PG:00114 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00306 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00045 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800001352&dt_publicacao=19/10/1998) | [161739](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800001352&dt_publicacao=19/10/1998) | [PB](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800001352&dt_publicacao=19/10/1998) | [1998/0000135-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800001352&dt_publicacao=19/10/1998) | [Decisão:16/06/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800001352&dt_publicacao=19/10/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/10/1998 | PG:00092 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00281 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00092 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00029 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700289818&dt_publicacao=22/06/1998) | [129428](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700289818&dt_publicacao=22/06/1998) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700289818&dt_publicacao=22/06/1998) | [1997/0028981-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700289818&dt_publicacao=22/06/1998) | [Decisão:25/03/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700289818&dt_publicacao=22/06/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/06/1998 | PG:00087 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00301 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00084 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00019 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700390420&dt_publicacao=16/03/1998) | [134993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700390420&dt_publicacao=16/03/1998) | [MA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700390420&dt_publicacao=16/03/1998) | [1997/0039042-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700390420&dt_publicacao=16/03/1998) | [Decisão:03/02/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700390420&dt_publicacao=16/03/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/03/1998 | PG:00144 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00295 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00087 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00106 | PG:00340 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00024 |

# SÚMULA 228

# DIREITO CIVIL - DIREITO AUTORAL

## Enunciado:

É inadmissível o interdito proibitório para a proteção do direito autoral.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:00493

LEG:FED LEI:005988 ANO:1973 ART:00002 ART:00029

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

08/09/1999

## Fonte:

DJ DATA:08/10/1999 PG:00126 JSTJ VOL.:00012 PG:00309 RSSTJ VOL.:00017 PG:00109 RSTJ VOL.:00131 PG:00049

RT VOL.:00769 PG:00166

## Excerto dos Precedentes Originários:

"DIREITO AUTORAL. INTERDITO PROIBITÓRIO. [...] AS TURMAS QUE COMPÕEM A SEGUNDA SEÇÃO NÃO DISCREPAM AO AFASTAR O INTERDITO PROIBITÓRIO PARA A DEFESA DOS DIREITOS AUTORAIS. [...]" ([REsp 126797](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27126797%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/02/1998, DJ 06/04/1998, p. 99)

"[...] DIREITOS AUTORAIS. AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO CUMULADA COM PERDAS E DANOS. ECAD. [...] SEGUNDO JURISPRUDÊNCIA FIRME DA CORTE, NÃO CABEM OS INTERDITOS POSSESSÓRIOS PARA A DEFESA DOS DIREITOS AUTORAIS." ([REsp 156850](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27156850%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 10/02/1998, DJ 16/03/1998, p. 182)

"DIREITOS AUTORAIS. INTERDITO PROIBITÓRIO. CONSOLIDADA A JURISPRUDÊNCIA DO STJ NO SENTIDO DE QUE INCABÍVEL O INTERDITO PROIBITÓRIO PARA A PROTEÇÃO DE DIREITO AUTORAL. [...]" ([REsp 144907](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27144907%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/11/1997, DJ 30/03/1998, p. 49)

"DIREITO DE AUTOR. INTERDITO PROIBITÓRIO. DELE NÃO SE PODE VALER O ECAD, A PRETEXTO DE DEFENDER POSSE DE TAIS DIREITOS. POSSE NÃO HÁ, INEXISTINDO EM CONSEQUÊNCIA TURBAÇÃO OU ESBULHO. [...]" ([REsp 67478](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2767478%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA,

julgado em 06/05/1997, DJ 23/06/1997, p. 29124)

"DIREITO AUTORAL. INTERDITO PROIBITÓRIO. INADMISSIBILIDADE. O INTERDITO PROIBITÓRIO NÃO PODE SER UTILIZADO PARA A DEFESA DA POSSE DE DIREITO AUTORAL. [...]" ([REsp 110523](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27110523%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 04/03/1997, DJ 20/10/1997, p. 53084)

"POSSE. DIREITO DE AUTOR, INTERDITO PROIBITÓRIO. INADMISSIBILIDADE. NÃO CABE A UTILIZAÇÃO DOS INTERDITOS POSSESSÓRIOS PARA A DEFESA DOS DIREITOS AUTORAIS. [...]" ([REsp 89171](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2789171%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 09/09/1996, DJ 08/09/1997, p. 42508)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700241076&dt_publicacao=06/04/1998) | [126797](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700241076&dt_publicacao=06/04/1998) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700241076&dt_publicacao=06/04/1998) | [1997/0024107-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700241076&dt_publicacao=06/04/1998) | [Decisão:19/02/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700241076&dt_publicacao=06/04/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/04/1998 | PG:00099 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00317 |
| **REVFOR** |  |  | VOL.:00344 | PG:00320 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00129 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00068 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700859525&dt_publicacao=16/03/1998) | [156850](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700859525&dt_publicacao=16/03/1998) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700859525&dt_publicacao=16/03/1998) | [1997/0085952-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700859525&dt_publicacao=16/03/1998) | [Decisão:10/02/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700859525&dt_publicacao=16/03/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/03/1998 | PG:00182 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00333 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00135 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00074 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700585867&dt_publicacao=30/03/1998) | [144907](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700585867&dt_publicacao=30/03/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700585867&dt_publicacao=30/03/1998) | [1997/0058586-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700585867&dt_publicacao=30/03/1998) | [Decisão:10/11/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700585867&dt_publicacao=30/03/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/03/1998 | PG:00049 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00315 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00133 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00072 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500277239&dt_publicacao=23/06/1997) | [67478](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500277239&dt_publicacao=23/06/1997) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500277239&dt_publicacao=23/06/1997) | [1995/0027723-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500277239&dt_publicacao=23/06/1997) | [Decisão:06/05/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500277239&dt_publicacao=23/06/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/06/1997 | PG:29124 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00311 |
| **RCJ** |  |  | VOL.:00092 | PG:00050 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00113 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00051 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00099 | PG:00198 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600647208&dt_publicacao=20/10/1997) | [110523](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600647208&dt_publicacao=20/10/1997) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600647208&dt_publicacao=20/10/1997) | [1996/0064720-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600647208&dt_publicacao=20/10/1997) | [Decisão:04/03/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600647208&dt_publicacao=20/10/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/10/1997 | PG:53084 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00328 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00124 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00062 |
| **RT** |  |  | VOL.:00748 | PG:00206 |
| **RTJE** |  |  | VOL.:00167 | PG:00151 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600118345&dt_publicacao=08/09/1997) | [89171](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600118345&dt_publicacao=08/09/1997) | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600118345&dt_publicacao=08/09/1997) | [1996/0011834-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600118345&dt_publicacao=08/09/1997) | [Decisão:09/09/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600118345&dt_publicacao=08/09/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/09/1997 | PG:42508 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00012 | PG:00320 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00116 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00054 |

# SÚMULA 229

# DIREITO CIVIL - CONTRATO DE SEGURO

## Enunciado:

O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão.

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

08/09/1999

## Fonte:

DJ DATA:08/10/1999 PG:00126 JSTJ VOL.:00013 PG:00413 RSSTJ VOL.:00017 PG:00139 RSTJ VOL.:00131 PG:00077

RT VOL.:00769 PG:00166

## Excerto dos Precedentes Originários:

"SEGURO. Prescrição. Termo inicial. Suspensão do prazo até o conhecimento, pelo segurado, da resposta definitiva da seguradora. [...]" ([REsp 200734](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27200734%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 23/03/1999, DJ 10/05/1999, p. 192)

"SEGURO. INDENIZAÇÃO. PRESCRIÇÃO. APRESENTADO O PEDIDO DE PAGAMENTO À SEGURADORA, CONSIDERA-SE SUSPENSO O PRAZO DE PRESCRIÇÃO, ATÉ QUE SEJA DECIDIDO. [...]" ([REsp 90601](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2790601%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/03/1998, DJ 01/06/1998, p. 78)

"[...] CONTRATO DE SEGURO. COBRANÇA DO VALOR SEGURADO. PRESCRIÇÃO ÂNUA. SUSPENSÃO DO PRAZO ATÉ RESPOSTA DEFINITIVA DA SEGURADORA EM REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. [...] AFIRMADO PELO ACÓRDÃO ESTADUAL QUE NÃO TERIA HAVIDO RESPOSTA DEFINITIVA DA SEGURADORA QUANTO A REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO DE PAGAMENTO DO VALOR SEGURADO, IMPOSSÍVEL COGITAR DE EVENTUAL VIOLAÇÃO DO ART. 178, PAR. 6., II CC, QUE TRATA DA PRESCRIÇÃO ÂNUA, SEJA POR SER VEDADO O REEXAME DA PROVA NESTA INSTÂNCIA, SEJA PORQUE A JURISPRUDÊNCIA DA CORTE É ASSENTE QUE O PRAZO PRESCRICIONAL FICA SUSPENSO ATÉ RESPOSTA DEFINITIVA DA SEGURADORA." ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2752149%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [52149](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2752149%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em

12/05/1997, DJ 09/06/1997, p. 25544)

"[...] SEGURO. INDENIZAÇÃO. PRESCRIÇÃO. SUSPENSÃO. ART. 170, I, CC. A COMUNICAÇÃO DO SINISTRO FEITA PELO SEGURADO À SEGURADORA SUSPENDE O PRAZO PRESCRICIONAL ATÉ O DIA EM QUE ESSA COMUNICA AQUELA A RECUSA DO PAGAMENTO, RECONTANDO-SE A PARTIR DAÍ, O TEMPO RESTANTE. [...]" ([REsp 108748](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27108748%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 10/03/1997, DJ 05/05/1997, p. 17058)

"[...] SEGURO EM GRUPO. AÇÃO DO SEGURADO CONTRA A SEGURADORA. ART. 178, PAR. 6., II, DO

CC. SUM. N. 101/STJ. FLUÊNCIA DO PRAZO. [...] 'A AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURADO EM GRUPO CONTRA A SEGURADORA PRESCREVE EM UM ANO.' (SUM. N. 101/STJ). 2 - O MENCIONADO PRAZO TEM COMO TERMO 'A QUO' A DATA EM QUE O INTERESSADO TEVE CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA INVALIDEZ E NÃO DA DATA DO ACIDENTE. [...]" ([REsp 59689](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2759689%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/08/1996, DJ 21/10/1996,

p. 40257)

"SEGURO. PRESCRIÇÃO. [...] O PRAZO PRESCRICIONAL FICA SUSPENSO ATÉ O MOMENTO EM QUE O SEGURADO TENHA CONHECIMENTO DA RECUSA DO SEGURADOR AO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO. [...]" ([REsp 80844](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2780844%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA,

julgado em 05/03/1996, DJ 22/04/1996, p. 12579)

"[...] CONTRATO DE SEGURO - TERMO INICIAL (DIES A QUO) DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO - SUSPENSÃO. [...] A JURISPRUDÊNCIA DO STJ ACOLHE ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE O PRAZO PRESCRICIONAL DA AÇÃO DO SEGURADO CONTRA A SEGURADORA TEM COMO TERMO A QUO O MOMENTO EM QUE AQUELE TEVE CIÊNCIA DE QUE OCORREU O SINISTRO E ENQUANTO A SEGURADORA EXAMINA A COMUNICAÇÃO DO SINISTRO E ATÉ QUE DE CONHECIMENTO AO SEGURADO DA SUA RECUSA AO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO, CONSIDERA-SE SUSPENSO O PRAZO PRESCRICIONAL. [...]" ([REsp 70367](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2770367%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/10/1995, DJ 11/12/1995, p. 43218)

"CONTRATO DE SEGURO. PRESCRIÇÃO. SUSPENSÃO DO PRAZO. ENQUANTO A SEGURADORA EXAMINA O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO E ATÉ QUE COMUNIQUE AO SEGURADO A RECUSA DO PAGAMENTO CONSIDERA-SE SUSPENSO O PRAZO PRESCRICIONAL." ([REsp 21547](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2721547%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/05/1993, DJ 16/08/1993, p. 15981)

"[...] CONTRATO DE SEGURO. COMUNICADO DE SINISTRO. PRESCRIÇÃO. [...] FEITA A COMUNICAÇÃO, TEM-SE POR SUSPENSO O PRAZO PRESCRICIONAL, ENQUANTO A SEGURADORA NÃO CIENTIFICAR O SEGURADO DOS MOTIVOS DA RECUSA AO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO. [...]" ([REsp 807](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27807%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro BUENO DE SOUZA, QUARTA TURMA, julgado em 16/11/1992, DJ 14/12/1992, p. 23923)

"CONTRATO DE SEGURO. INCÊNDIO. PRAZO PRESCRICIONAL DO ARTIGO 178, PAR-5., DO CÓDIGO CIVIL. MODO DE CONTAGEM DO PRAZO. RECLAMAÇÃO PERANTE O SEGURADOR. A COMUNICAÇÃO DO SINISTRO, FEITA PELO SEGURADO AO SEGURADOR NOS TERMOS DO ARTIGO

1.457 DO CÓDIGO CIVIL, NÃO CONSTITUI 'CONDIÇÃO SUSPENSIVA' DO CONTRATO DE SEGURO, E NEM CAUSA INTERRUPTIVA DO PRAZO PRESCRICIONAL. DURANTE O TEMPO EM QUE A SEGURADORA ESTUDA A COMUNICAÇÃO, ATÉ QUE DÊ CIÊNCIA AO SEGURADO SE SUA RECUSA DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO, CONSIDERA-SE APENAS SUSPENSO O PRAZO PRESCRICIONAL, QUE RECOMEÇA, DE ENTÃO, A CORRER PELO TEMPO FALTANTE. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278770%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [8770](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278770%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 16/04/1991, DJ 13/05/1991,

p. 6086)

## Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900027124&dt_publicacao=10/05/1999) | [200734](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900027124&dt_publicacao=10/05/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900027124&dt_publicacao=10/05/1999) | [1999/0002712-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900027124&dt_publicacao=10/05/1999) | [Decisão:23/03/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900027124&dt_publicacao=10/05/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/05/1999 | PG:00192 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00449 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00129 | PG:00139 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00180 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00118 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600171971&dt_publicacao=01/06/1998) | [90601](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600171971&dt_publicacao=01/06/1998) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600171971&dt_publicacao=01/06/1998) | [1996/0017197-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600171971&dt_publicacao=01/06/1998) | [Decisão:03/03/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600171971&dt_publicacao=01/06/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/06/1998 | PG:00078 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00427 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00174 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00111 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400238169&dt_publicacao=09/06/1997) | [52149](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400238169&dt_publicacao=09/06/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400238169&dt_publicacao=09/06/1997) | [1994/0023816-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400238169&dt_publicacao=09/06/1997) | [Decisão:12/05/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400238169&dt_publicacao=09/06/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/06/1997 | PG:25544 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00446 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00159 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00096 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600600929&dt_publicacao=05/05/1997) | [108748](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600600929&dt_publicacao=05/05/1997) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600600929&dt_publicacao=05/05/1997) | [1996/0060092-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600600929&dt_publicacao=05/05/1997) | [Decisão:10/03/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600600929&dt_publicacao=05/05/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/05/1997 | PG:17058 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00177 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00114 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500038587&dt_publicacao=21/10/1996) | [59689](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500038587&dt_publicacao=21/10/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500038587&dt_publicacao=21/10/1996) | [1995/0003858-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500038587&dt_publicacao=21/10/1996) | [Decisão:27/08/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500038587&dt_publicacao=21/10/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/10/1996 | PG:40257 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00425 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00162 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00099 |
| **RTJE** |  |  | VOL.:00159 | PG:00237 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500623188&dt_publicacao=22/04/1996) | [80844](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500623188&dt_publicacao=22/04/1996) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500623188&dt_publicacao=22/04/1996) | [1995/0062318-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500623188&dt_publicacao=22/04/1996) | [Decisão:05/03/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500623188&dt_publicacao=22/04/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/04/1996 | PG:12579 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00438 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00168 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00105 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500360420&dt_publicacao=11/12/1995) | [70367](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500360420&dt_publicacao=11/12/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500360420&dt_publicacao=11/12/1995) | [1995/0036042-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500360420&dt_publicacao=11/12/1995) | [Decisão:24/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500360420&dt_publicacao=11/12/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/12/1995 | PG:43218 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00422 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00165 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00102 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200098053&dt_publicacao=16/08/1993) | [21547](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200098053&dt_publicacao=16/08/1993) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200098053&dt_publicacao=16/08/1993) | [1992/0009805-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200098053&dt_publicacao=16/08/1993) | [Decisão:25/05/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200098053&dt_publicacao=16/08/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/08/1993 | PG:15981 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00415 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00152 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00088 |
| **RT** |  |  | VOL.:00703 | PG:00196 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900102168&dt_publicacao=14/12/1992) | [807](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900102168&dt_publicacao=14/12/1992) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900102168&dt_publicacao=14/12/1992) | [1989/0010216-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900102168&dt_publicacao=14/12/1992) | [Decisão:16/11/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900102168&dt_publicacao=14/12/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/12/1992 | PG:23923 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00433 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00044 | PG:00086 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00143 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00079 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100037761&dt_publicacao=13/05/1991) | [8770](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100037761&dt_publicacao=13/05/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100037761&dt_publicacao=13/05/1991) | [1991/0003776-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100037761&dt_publicacao=13/05/1991) | [Decisão:16/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100037761&dt_publicacao=13/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/05/1991 | PG:06086 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00174 | PG:00120 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00013 | PG:00430 |
| **RJTAMG** |  |  | VOL.:00043 | PG:00293 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00148 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00084 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00513 |
| **RT** |  |  | VOL.:00670 | PG:00195 |

SÚMULA 230 (SÚMULA CANCELADA)

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

## Enunciado:

Compete à Justiça Estadual processar e julgar ação movida por trabalhador avulso portuário, em que se impugna ato do órgão gestor de mão-de-obra de que resulte óbice ao exercício de sua profissão.

Julgando os Conflitos de Competência ns. 30.513-SP, 30.500-SP e 30.504-SP, na sessão de 11/10/2000, a Segunda Seção deliberou pelo CANCELAMENTO da Súmula n. 230.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:008630 ANO:1993 ART:00020

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

11/10/2000

## Fonte:

DJ DATA:09/11/2000 PG:00069 DJ DATA:08/10/1999 PG:00126 JSTJ VOL.:00014 PG:00265

RLTR VOL.:00010 OUTUBRO/1999 PG:01355

RSSTJ VOL.:00017 PG:00185 RSTJ VOL.:00131 PG:00123 RT VOL.:00769 PG:00167 RT VOL.:00783 PG:00225

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DECLARATÓRIA PROPOSTA POR TRABALHADOR PORTUÁRIO AVULSO CONTRA O ÓRGÃO GESTOR DA MÃO-DE-OBRA PORTUÁRIA

(OGMO). O órgão administrativo criado para gerir a mão-de-obra portuária não ostenta, nessa atividade, vínculo empregatício com o trabalhador portuário avulso. [...]" ([CC 22059](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2722059%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/12/1998, DJ 15/03/1999, p. 81)

"[...] COMPETÊNCIA. CONFLITO NEGATIVO. JUSTIÇAS COMUM E TRABALHISTA. AÇÃO

ORDINÁRIA DECLARATÓRIA CONSTITUTIVA DE DIREITO. Pedido que não tem natureza trabalhista. Portuário (aposentado) que pretende suspensão de ato impeditivo do órgão gestor de mão-de-obra, de seu ingresso na área portuária. Competência da justiça estadual. [...]" ([CC 23213](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2723213%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BUENO DE SOUZA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/11/1998, DJ 22/03/1999, p. 43)

"PORTUÁRIO. ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA DE TRABALHADOR AVULSO. Competência da

Justiça Estadual, em virtude da relação litigiosa deduzida na inicial. Não há vínculo empregatício entre trabalhador portuário avulso e o órgão gestor da mão-de-obra (Lei 8.630/93)." ([CC 22155](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2722155%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/11/1998, DJ 05/04/1999, p. 76)

"Mão-de-obra do trabalho portuário. Ação ajuizada contra o Órgão Gestor (OGMO). Competência. É estadual, porquanto a relação entre o trabalhador e órgão de gestão não é trabalhista. [...]" ([CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2722058%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [22058](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2722058%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/09/1998, DJ 14/12/1998, p.

88)

"Trabalhador portuário avulso. Litígio envolvendo trabalhador portuário avulso e o órgão gestor de mão-de-obra, não se fundando a inicial na existência de vínculo empregatício. Competência da Justiça Comum." ([CC 22491](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2722491%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/09/1998, DJ 14/12/1998, p. 88)

"COMPETÊNCIA. CONFLITO. TRABALHADOR AVULSO. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE UM DIREITO CUJO EXERCÍCIO ESTARIA SENDO PRETENSAMENTE OBSTADO PELO SINDICATO. PEDIDO E CAUSA DE PEDIR QUE NÃO TÊM NATUREZA LABORAL. COMPETÊNCIA DA

JUSTIÇA ESTADUAL. [...] A competência para julgar a causa se define em função da natureza jurídica da questão controvertida, demarcada pelo pedido e pela causa de pedir. II - Expondo a inicial pedido de declaração da existência de um direito, cujo exercício estaria sendo pretensamente obstado pelo réu, competente para julgar a causa é a Justiça Estadual." ([CC 22678](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2722678%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/09/1998, DJ 08/03/1999, p. 108)

"PORTUÁRIO. Órgão gestor de mão-de-obra de trabalhador avulso. OGMO. É da competência da Justiça Comum a ação proposta por trabalhador portuária avulso (estivador aposentado) contra o órgão gestor da mão-de-obra (LEI nº 8.630/93), para suspensão do ato que impede o seu ingresso na área portuária e para declarar o seu direito de continuar desempenhando suas funções. [...]" ([CC 22859](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2722859%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/09/1998, DJ 26/10/1998, p. 18)

"COMPETÊNCIA. TRABALHADOR AVULSO. ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA PORTUÁRIA

(OGMO). O litígio que se instaura entre o trabalhador avulso portuário e o órgão gestor de mão- de-obra (Lei 8.630/93) não é de natureza trabalhista. [...]" ([CC 22057](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2722057%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/08/1998, DJ 05/10/1998, p. 10)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800252070&dt_publicacao=15/03/1999) | [22059](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800252070&dt_publicacao=15/03/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800252070&dt_publicacao=15/03/1999) | [1998/0025207-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800252070&dt_publicacao=15/03/1999) | [Decisão:09/12/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800252070&dt_publicacao=15/03/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/03/1999 | PG:00081 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00279 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00129 | PG:00019 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00208 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00130 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DJ** |  |  | DATA:22/03/1999 | PG:00043 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00281 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00129 | PG:00030 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00220 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00142 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800313230&dt_publicacao=05/04/1999) | [22155](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800313230&dt_publicacao=05/04/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800313230&dt_publicacao=05/04/1999) | [1998/0031323-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800313230&dt_publicacao=05/04/1999) | [Decisão:11/11/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800313230&dt_publicacao=05/04/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/04/1999 | PG:00076 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00285 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00129 | PG:00022 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00211 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00132 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800252045&dt_publicacao=14/12/1998) | [22058](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800252045&dt_publicacao=14/12/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800252045&dt_publicacao=14/12/1998) | [1998/0025204-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800252045&dt_publicacao=14/12/1998) | [Decisão:23/09/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800252045&dt_publicacao=14/12/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/12/1998 | PG:00088 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00272 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00118 | PG:00054 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00206 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00127 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800391010&dt_publicacao=14/12/1998) | [22491](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800391010&dt_publicacao=14/12/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800391010&dt_publicacao=14/12/1998) | [1998/0039101-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800391010&dt_publicacao=14/12/1998) | [Decisão:23/09/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800391010&dt_publicacao=14/12/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/12/1998 | PG:00088 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00274 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00213 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00134 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800461183&dt_publicacao=08/03/1999) | [22678](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800461183&dt_publicacao=08/03/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800461183&dt_publicacao=08/03/1999) | [1998/0046118-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800461183&dt_publicacao=08/03/1999) | [Decisão:23/09/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800461183&dt_publicacao=08/03/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/03/1999 | PG:00108 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00276 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00129 | PG:00024 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00215 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00136 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800541810&dt_publicacao=26/10/1998) | [22859](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800541810&dt_publicacao=26/10/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800541810&dt_publicacao=26/10/1998) | [1998/0054181-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800541810&dt_publicacao=26/10/1998) | [Decisão:09/09/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800541810&dt_publicacao=26/10/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/10/1998 | PG:00018 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00269 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00217 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00139 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DJ** | DATA:05/10/1998 | PG:00010 |
| **JSTJ** | VOL.:00014 | PG:00267 |
| **LEXSTJ** | VOL.:00114 | PG:00038 |
| **RSSTJ** | VOL.:00017 | PG:00203 |
| **RSTJ** | VOL.:00131 | PG:00125 |

# SÚMULA 231

# DIREITO PENAL - APLICAÇÃO DA PENA

## Enunciado:

A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

22/09/1999

## Fonte:

DJ DATA:15/10/1999 PG:00076 JSTJ VOL.:00014 PG:00289 RSSTJ VOL.:00017 PG:00227 RSTJ VOL.:00131 PG:00149

RT VOL.:00769 PG:00524

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ART. 12 DA LEI N. 6.368/76. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA. APLICAÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. LIMITE DE INCIDÊNCIA DAS ATENUANTES RECONHECIDAS. [...] Se o agente,

trazendo consigo ou transportando a droga, é detido quando pretendia exportá-la, o delito previsto no art. 12 da Lei n. 6.368/76 está consumado, sendo irrelevante, em sede de tipificação, a tentativa de exportação. [...] III - As atenuantes (no caso, as do art. 65, inciso I e art. 65, inciso III, letra 'd', do Código Penal), nunca podem levar a pena privativa de liberdade para nível aquém do mínimo legal que é, até aí, a reprovação mínima estabelecida no tipo legal. [...]" ([REsp 146056](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27146056%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 07/10/1997, DJ 10/11/1997, p. 57830)

"[...] PENA. FIXAÇÃO. NO DIREITO BRASILEIRO NÃO SE ADMITE A REDUÇÃO DA PENA ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL, POR INCIDÊNCIA DE MERA CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE. [...]" ([REsp 49500](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2749500%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, QUINTA TURMA, julgado em 29/06/1994, DJ 15/08/1994, p. 20346)

"[...] PENA-BASE. MÍNIMO LEGAL. MENORIDADE E CAUSA DE AUMENTO. FIXAÇÃO DA PENA. CRITÉRIOS. [...] O SISTEMA ADOTADO PELO CÓDIGO PENAL IMPEDE QUE, ESTABELECIDA A PENA-BASE CONSIDERADAS AS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS, EXISTINDO CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE, O JUIZ DIMINUA A PENA ABAIXO DO ESTABELECIDO EM LEI. PORTANTO, FIXADA A PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL, MESMO LEVANDO EM CONTA A MENORIDADE DO RÉU, A PENA NÃO PODE SER REDUZIDA PARA QUANTIDADE INFERIOR AO MÍNIMO ABSTRATAMENTE CONSIDERADO. E QUÍ AS CIRCUNSTÂNCIAS LEGAIS INFLUEM SOBRE O RESULTADO A QUE SE CHEGA NA PRIMEIRA FASE, CUJOS LIMITES, MÍNIMO E MÁXIMO, NÃO PODEM SER ULTRAPASSADOS. APENAS NA TERCEIRA FASE, QUANDO INCIDEM AS CAUSAS DE DIMINUIÇÃO E DE AUMENTO, É QUE AQUELES LIMITES PODEM SER ULTRAPASSADOS. [...]" ([REsp 46182](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2746182%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 04/05/1994, DJ 16/05/1994, p. 11779)

"[...] PENA - ATENUANTE - O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA VISA A RESGUARDAR O DIREITO DE LIBERDADE. A COMINAÇÃO (IN ABSTRATO) NÃO SE FUNDE COM A APLICAÇÃO (IN CONCRETO). A ATENUANTE DISTINGUE-SE DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DA PENA. A PRIMEIRA ENSEJA O JUIZ, NOS LIMITES DA COMINAÇÃO, REDUZIR A PENA-BASE. A REDUÇÃO, POIS, NÃO PODE TRANSPOR O MÍNIMO FIXADO NA LEI. A SEGUNDA, SIM, CONDUZ A GRAU MENOR PORQUE O LEGISLADOR AFETOU O QUANTUM DA COMINAÇÃO." ([REsp 32344](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2732344%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEXTA TURMA, julgado em 06/04/1993, DJ 17/05/1993, p. 9373)

"[...] PENA - ATENUANTE - O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA VISA A RESGUARDAR O DIREITO DE LIBERDADE. A COMINAÇÃO (IN ABSTRATO) NÃO SE CONFUNDE COM A APLICAÇÃO (IN CONCRETO). A ATENUANTE NÃO SE CONFUNDE COM A CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DA PENA. A PRIMEIRA ENSEJA O JUIZ, NOS LIMITES DA COMINAÇÃO, REDUZIR A PENA-BASE. A REDUÇÃO, POIS, NÃO PODE TRANSPOR O MÍNIMO FIXADO NA LEI. A SEGUNDA, SIM, CONDUZ A GRAU MENOR PORQUE O LEGISLADOR AFETOU O QUANTUM DA COMINAÇÃO."

([REsp 15691](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2715691%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEXTA TURMA, julgado em 01/12/1992, DJ 03/05/1993, p. 7812)

"[...] PENA. FIXAÇÃO. CRITÉRIOS. SE A REDUÇÃO DA PENA IMPORTOU EM FIXA-LA ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL, POR FORÇA DE EQUIVOCADO CRITÉRIO NA ORDEM DE CONSIDERAÇÃO DE CAUSA ESPECIAL DE AUMENTO E DE ATENUANTE, MERECE REFORMA A DECISÃO. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277287%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [7287](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277287%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, SEXTA TURMA, julgado em 16/04/1991, DJ

06/05/1991, p. 5674)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700604985&dt_publicacao=10/11/1997) | [146056](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700604985&dt_publicacao=10/11/1997) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700604985&dt_publicacao=10/11/1997) | [1997/0060498-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700604985&dt_publicacao=10/11/1997) | [Decisão:07/10/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700604985&dt_publicacao=10/11/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/11/1997 | PG:57830 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00297 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00256 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00102 | PG:00451 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00177 |
| **RT** |  |  | VOL.:00750 | PG:00590 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400166222&dt_publicacao=15/08/1994) | [49500](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400166222&dt_publicacao=15/08/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400166222&dt_publicacao=15/08/1994) | [1994/0016622-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400166222&dt_publicacao=15/08/1994) | [Decisão:29/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400166222&dt_publicacao=15/08/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/08/1994 | PG:20346 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00294 |
| **RMP** |  |  | VOL.:00014 | PG:00348 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00254 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:17117 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400088477&dt_publicacao=16/05/1994) | [46182](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400088477&dt_publicacao=16/05/1994) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400088477&dt_publicacao=16/05/1994) | [1994/0008847-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400088477&dt_publicacao=16/05/1994) | [Decisão:04/05/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400088477&dt_publicacao=16/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/05/1994 | PG:11779 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00291 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00066 | PG:00325 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00250 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00171 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00073 | PG:00348 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300046675&dt_publicacao=17/05/1993) | [32344](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300046675&dt_publicacao=17/05/1993) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300046675&dt_publicacao=17/05/1993) | [1993/0004667-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300046675&dt_publicacao=17/05/1993) | [Decisão:06/04/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300046675&dt_publicacao=17/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/05/1993 | PG:09373 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00318 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00246 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00167 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100212121&dt_publicacao=03/05/1993) | [15691](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100212121&dt_publicacao=03/05/1993) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100212121&dt_publicacao=03/05/1993) | [1991/0021212-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100212121&dt_publicacao=03/05/1993) | [Decisão:01/12/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100212121&dt_publicacao=03/05/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/05/1993 | PG:07812 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00310 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00237 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00158 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00047 | PG:00196 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100004812&dt_publicacao=06/05/1991) | [7287](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100004812&dt_publicacao=06/05/1991) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100004812&dt_publicacao=06/05/1991) | [1991/0000481-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100004812&dt_publicacao=06/05/1991) | [Decisão:16/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100004812&dt_publicacao=06/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/05/1991 | PG:05674 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00303 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00231 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00151 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00028 | PG:00464 |

# SÚMULA 232

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - HONORÁRIOS PERICIAIS

## Enunciado:

A Fazenda Pública, quando parte no processo, fica sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários do perito.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00019 ART:00027 ART:00033

LEG:FED LEI:006830 ANO:1980

\*\*\*\*\* LEF-80 LEI DE EXECUÇÕES FISCAIS ART:00039

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

01/12/1999

## Fonte:

DJ DATA:07/12/1999 PG:00127 JSTJ VOL.:00014 PG:00325 RSSTJ VOL.:00017 PG:00265 RSTJ VOL.:00131 PG:00187

RT VOL.:00772 PG:00175

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] HONORÁRIOS DO PERITO. ANTECIPAÇÃO PELA FAZENDA. OBRIGATORIEDADE. As despesas

dos atos processuais devem ser antecipadas, inclusive pela Fazenda Pública e suas autarquias, não estando o perito obrigado a custear as despesas para realizar o trabalho." ([REsp 182201](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27182201%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/03/1999, DJ 29/03/1999, p. 154)

"[...] HONORÁRIOS DE PERITO. FAZENDA PÚBLICA. [...] A Fazenda Pública, em sendo parte da causa, deve depositar previamente os honorários do perito judicial. [...]" ([REsp 127471](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27127471%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro BUENO DE SOUZA, QUARTA TURMA, julgado em 16/06/1998, DJ 13/10/1998, p. 114)

"[...] HONORÁRIOS PERICIAIS - ADIANTAMENTO PELA FAZENDA PÚBLICA - ART. 27 DO CPC. - NAS CAUSAS EM QUE FOR PARTE, A FAZENDA PÚBLICA ESTÁ SUJEITA AO DEPÓSITO PRÉVIO DE HONORÁRIOS REFERENTES À PERÍCIA QUE TENHA REQUERIDO. [...]" ([REsp 132643](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27132643%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 10/02/1998, DJ 16/03/1998, p. 200)

"[...] EXECUÇÃO FISCAL. ADIANTAMENTO DE DESPESAS PARA O OFICIAL DE JUSTIÇA OU PARA O

PERITO. ART. 27, CPC. [...] Se a interpretação por critérios tradicionais conduzir à injustiça, incoerências ou contradição, recomenda-se buscar o sentido eqüitativo, lógico e acorde com o sentimento geral. 2. Custas e emolumentos, quanto à natureza jurídica, não se confundem com despesas para o custeio de atos decorrentes de caminhamento processual. 3. O Oficial de Justiça ou Perito não estão obrigados a arcar, em favor da Fazenda Pública, com as despesas necessárias para a execução de atos judiciais. [...]" ([REsp 154682](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27154682%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/12/1997, DJ 02/03/1998, p. 46)

"[...] HONORÁRIOS PERICIAIS. ANTECIPAÇÃO DO RESPECTIVO MONTANTE PELA FAZENDA PÚBLICA. SE O JUIZ DETERMINA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA, EM AÇÃO POR ELA PROMOVIDA, A FAZENDA PÚBLICA ESTÁ OBRIGADA A ANTECIPAR O DEPÓSITO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS. [...]" ([REsp 30245](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2730245%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/09/1997, DJ 13/10/1997, p. 51553)

"[...] AÇÃO PROPOSTA PELA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL. DEPÓSITO ADIANTADO DA VERBA PERICIAL: NECESSIDADE. [...] A REGRA INSERTA NO ART. 27 DO CPC NÃO SE APLICA, QUANDO A FAZENDA PÚBLICA AGE COMO 'PARTE'. O VISTOR OFICIAL, EM DECORRÊNCIA, TEM DIREITO A SEUS HONORÁRIOS DESDE LOGO. [...]" ([REsp 118785](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27118785%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/05/1997, DJ 09/06/1997, p. 25519)

"[...] DESPESAS JUDICIAIS - PERITO - HONORÁRIOS - OS HONORÁRIOS DO PERITO DEVEM SER ADIANTADOS PELA PARTE QUE REQUEREU A PRODUÇÃO DE PROVA." ([REsp 102234](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27102234%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEXTA TURMA, julgado em 08/10/1996, DJ 01/12/1997, p. 62820)

"[...] FAZENDA PÚBLICA. AÇÃO EM QUE É PARTE. ANTECIPAÇÃO DE DESPESAS PROCESSUAIS, INCLUINDO OS HONORÁRIOS DO PERITO. NÃO CARACTERIZADA VIOLAÇÃO AO ART. 27 DA LEI PROCESSUAL CIVIL. [...] A FAZENDA PÚBLICA, QUANDO FIGURAR COMO PARTE, DEVE ADIANTAR O PAGAMENTO DAS DESPESAS PROCESSUAIS, MORMENTE QUANDO SE TRATAR DE HONORÁRIOS DE PERITO EM PERÍCIA POR ELA REQUERIDA. 2 - A LEI PROCESSUAL CIVIL, NO SEU ARTIGO 27, REFERE-SE A SITUAÇÕES ONDE A FAZENDA PÚBLICA NÃO É PARTE, O QUE NÃO CORRESPONDE AO CASO SOB EXAME. [...]" ([REsp 87717](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2787717%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 29/04/1996, DJ 03/06/1996, p. 19224)

"[...] HONORÁRIOS PERICIAIS - ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO [...] AS DESPESAS DOS ATOS PROCESSUAIS, INCLUSIVE AS REFERENTES À REALIZAÇÃO DE PERÍCIA, DEVEM SER ANTECIPADAS PELA PARTE QUE AS REQUEREU, MESMO QUANDO SE TRATAR DA FAZENDA PÚBLICA E SUAS AUTARQUIAS. [...]" ([REsp 47071](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2747071%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/04/1996, DJ 27/05/1996, p. 17846)

"[...] FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS DE PERITO. ARTIGO 27 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INTELIGÊNCIA. [...] NOS TERMOS DO ARESTO EMBARGADO, 'A FAZENDA PÚBLICA, EM SENDO PARTE NA CAUSA, DEVE DEPOSITAR PREVIAMENTE OS HONORÁRIOS DO PERITO JUDICIAL'. [...]" ([EREsp 10945](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710945%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 09/11/1995, DJ 26/02/1996, p. 3906)

"[...] DESPESAS NECESSÁRIAS À REALIZAÇÃO DE PERÍCIA REQUERIDA PELA UNIÃO, COMO PARTE AUTORA. INAPLICABILIDADE DO ART. 27, CPC. [...] A UNIÃO, QUANDO PARTE, CUMPRE PROMOVER O RECOLHIMENTO ANTECIPADO DE VERBA SUFICIENTE A PROVER OS MEIOS MATERIAIS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE PERÍCIA POR ELA REQUERIDA, SOB O RISCO DE, ASSIM NÃO PROCEDENDO, DEIXAR DE DESINCUMBIR-SE DO ÔNUS PROBATÓRIO QUE LHE CAIBA." ([REsp 29090](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2729090%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA,

julgado em 08/08/1995, DJ 11/09/1995, p. 28830)

"[...] PERÍCIA. DESPESAS. DEPÓSITO PRÉVIO PELA FAZENDA PÚBLICA. C.P.C., ART. 27. [...] A FAZENDA PÚBLICA ESTÁ SUJEITA AO ADIANTAMENTO DAS DESPESAS RELATIVAS À REALIZAÇÃO DE PERÍCIA. [...]" ([RMS 4082](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274082%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/05/1995, DJ 12/06/1995, p. 17609)

"[...] HONORÁRIOS DO PERITO - ESTADO - DEPÓSITO PRÉVIO - ART. 27 DO CPC. O ESTADO É OBRIGADO A ADIANTAR HONORÁRIOS DE PERITO, NOS PROCESSOS EM QUE E AUTOR, OU ONDE TENHA REQUERIDO PROVA PERICIAL." ([REsp 14333](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2714333%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/09/1994, DJ 19/12/1994, p. 35265)

"[...] DESPESAS - PERÍCIA - FAZENDA PÚBLICA - ADIANTAMENTO. FIRMOU-SE O ENTENDIMENTO, NA EGRÉGIA 1A. SEÇÃO, DE QUE A FAZENDA PÚBLICA E SUAS AUTARQUIAS ESTÃO SUJEITAS AO ADIANTAMENTO DAS DESPESAS DOS ATOS PROCESSUAIS, INCLUSIVE AS REFERENTES À REALIZAÇÃO DE PERÍCIA. [...]" ([REsp 43617](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2743617%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 09/03/1994, DJ 11/04/1994, p. 7619)

"HONORÁRIOS DE PERITO. FAZENDA PÚBLICA. A FAZENDA PÚBLICA, QUANDO PARTE NA CAUSA, DEVE DEPOSITAR PREVIAMENTE OS HONORÁRIOS DO PERITO JUDICIAL. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710945%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [10945](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710945%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 22/09/1992, DJ

07/12/1992, p. 23315)

"DESPESA PROCESSUAL EM AÇÃO DE USUCAPIÃO. HONORÁRIOS DE PERITO, A CARGO DA FAZENDA PÚBLICA. 1. ANTECIPAÇÃO DA DESPESA. HIPÓTESE EM QUE, TENDO SIDO, APÓS SUSCITADO O INCIDENTE, DEPOSITADOS OS HONORÁRIOS (AO QUE PARECE, PELA PARTE CONTRÁRIA, MAS O TEMA RELATIVO À AUTORIA É IRRELEVANTE), A QUESTÃO DA ANTECIPAÇÃO TORNOU-SE ACADÊMICA, NÃO ENSEJANDO PRONUNCIAMENTO A SEU RESPEITO. [...]" ([REsp 13934](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713934%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/06/1992, DJ 31/08/1992, p. 13645)

"HONORÁRIOS DE PERITO. SUA FIXAÇÃO, DEPENDENTE COMO É DA VALORAÇÃO DO TRABALHO EFETUADO, NÃO ENSEJA REVISÃO PELA VIA DO ESPECIAL. O RESPECTIVO MONTANTE DEVE, EM PRINCÍPIO, FIXAR-SE DESDE LOGO, EM ATENÇÃO À REGRA DE QUE O PAGAMENTO DAS DESPESAS HAVERÁ DE SER ADIANTADO PELAS PARTES." ([REsp 18172](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2718172%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/04/1992, DJ 11/05/1992, p. 6433)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800527206&dt_publicacao=29/03/1999) | [182201](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800527206&dt_publicacao=29/03/1999) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800527206&dt_publicacao=29/03/1999) | [1998/0052720-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800527206&dt_publicacao=29/03/1999) | [Decisão:04/03/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800527206&dt_publicacao=29/03/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/03/1999 | PG:00154 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00367 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00129 | PG:00120 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00332 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00259 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700253198&dt_publicacao=13/10/1998) | [127471](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700253198&dt_publicacao=13/10/1998) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700253198&dt_publicacao=13/10/1998) | [1997/0025319-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700253198&dt_publicacao=13/10/1998) | [Decisão:16/06/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700253198&dt_publicacao=13/10/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/10/1998 | PG:00114 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00384 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00324 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00249 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700349250&dt_publicacao=16/03/1998) | [132643](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700349250&dt_publicacao=16/03/1998) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700349250&dt_publicacao=16/03/1998) | [1997/0034925-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700349250&dt_publicacao=16/03/1998) | [Decisão:10/02/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700349250&dt_publicacao=16/03/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/03/1998 | PG:00200 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00386 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00326 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00251 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700809374&dt_publicacao=02/03/1998) | [154682](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700809374&dt_publicacao=02/03/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700809374&dt_publicacao=02/03/1998) | [1997/0080937-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700809374&dt_publicacao=02/03/1998) | [Decisão:11/12/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700809374&dt_publicacao=02/03/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/03/1998 | PG:00046 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00351 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00328 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00254 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200318118&dt_publicacao=13/10/1997) | [30245](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200318118&dt_publicacao=13/10/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200318118&dt_publicacao=13/10/1997) | [1992/0031811-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200318118&dt_publicacao=13/10/1997) | [Decisão:23/09/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200318118&dt_publicacao=13/10/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/10/1997 | PG:51553 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00364 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00306 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00231 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700091902&dt_publicacao=09/06/1997) | [118785](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700091902&dt_publicacao=09/06/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700091902&dt_publicacao=09/06/1997) | [1997/0009190-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700091902&dt_publicacao=09/06/1997) | [Decisão:19/05/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700091902&dt_publicacao=09/06/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/06/1997 | PG:25519 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00360 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00320 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00245 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600468656&dt_publicacao=01/12/1997) | [102234](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600468656&dt_publicacao=01/12/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600468656&dt_publicacao=01/12/1997) | [1996/0046865-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600468656&dt_publicacao=01/12/1997) | [Decisão:08/10/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600468656&dt_publicacao=01/12/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/12/1997 | PG:62820 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00388 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00317 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00243 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600082987&dt_publicacao=03/06/1996) | [87717](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600082987&dt_publicacao=03/06/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600082987&dt_publicacao=03/06/1996) | [1996/0008298-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600082987&dt_publicacao=03/06/1996) | [Decisão:29/04/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600082987&dt_publicacao=03/06/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/06/1996 | PG:19224 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00348 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00314 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00240 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400115210&dt_publicacao=27/05/1996) | [47071](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400115210&dt_publicacao=27/05/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400115210&dt_publicacao=27/05/1996) | [1994/0011521-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400115210&dt_publicacao=27/05/1996) | [Decisão:25/04/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400115210&dt_publicacao=27/05/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/05/1996 | PG:17846 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00358 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00312 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00237 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300056425&dt_publicacao=26/02/1996) | [10945](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300056425&dt_publicacao=26/02/1996) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300056425&dt_publicacao=26/02/1996) | [1993/0005642-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300056425&dt_publicacao=26/02/1996) | [Decisão:09/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300056425&dt_publicacao=26/02/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/02/1996 | PG:03906 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00325 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00269 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00189 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200285856&dt_publicacao=11/09/1995) | [29090](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200285856&dt_publicacao=11/09/1995) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200285856&dt_publicacao=11/09/1995) | [1992/0028585-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200285856&dt_publicacao=11/09/1995) | [Decisão:08/08/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200285856&dt_publicacao=11/09/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/09/1995 | PG:28830 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00379 |
| **REVPRO** |  |  | VOL.:00083 | PG:00320 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00301 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00226 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00081 | PG:00289 |
| **RT** |  |  | VOL.:00722 | PG:00300 |
| **RT** |  |  | VOL.:00726 | PG:00186 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400032030&dt_publicacao=12/06/1995) | [4082](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400032030&dt_publicacao=12/06/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400032030&dt_publicacao=12/06/1995) | [1994/0003203-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400032030&dt_publicacao=12/06/1995) | [Decisão:24/05/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400032030&dt_publicacao=12/06/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/06/1995 | PG:17609 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00355 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00335 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00209 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100182192&dt_publicacao=19/12/1994) | [14333](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100182192&dt_publicacao=19/12/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100182192&dt_publicacao=19/12/1994) | [1991/0018219-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100182192&dt_publicacao=19/12/1994) | [Decisão:21/09/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100182192&dt_publicacao=19/12/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/12/1994 | PG:35265 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00344 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00296 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00220 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400029756&dt_publicacao=11/04/1994) | [43617](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400029756&dt_publicacao=11/04/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400029756&dt_publicacao=11/04/1994) | [1994/0002975-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400029756&dt_publicacao=11/04/1994) | [Decisão:09/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400029756&dt_publicacao=11/04/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/04/1994 | PG:07619 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00342 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00309 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00235 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100093203&dt_publicacao=07/12/1992) | [10945](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100093203&dt_publicacao=07/12/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100093203&dt_publicacao=07/12/1992) | [1991/0009320-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100093203&dt_publicacao=07/12/1992) | [Decisão:22/09/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100093203&dt_publicacao=07/12/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/12/1992 | PG:23315 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00375 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00288 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00211 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100173762&dt_publicacao=31/08/1992) | [13934](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100173762&dt_publicacao=31/08/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100173762&dt_publicacao=31/08/1992) | [1991/0017376-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100173762&dt_publicacao=31/08/1992) | [Decisão:09/06/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100173762&dt_publicacao=31/08/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:31/08/1992 | PG:13645 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00369 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00292 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00216 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200026125&dt_publicacao=11/05/1992) | [18172](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200026125&dt_publicacao=11/05/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200026125&dt_publicacao=11/05/1992) | [1992/0002612-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200026125&dt_publicacao=11/05/1992) | [Decisão:14/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200026125&dt_publicacao=11/05/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/05/1992 | PG:06433 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00373 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00300 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00224 |

# SÚMULA 233

# DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO

## Enunciado:

O contrato de abertura de crédito, ainda que acompanhado de extrato da conta-corrente, não é título executivo.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00585

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

13/12/1999

## Fonte:

DJ DATA:08/02/2000 PG:00264 JSTJ VOL.:00015 PG:00295 RSSTJ VOL.:00017 PG:00339 RSTJ VOL.:00131 PG:00263

RT VOL.:00774 PG:00196

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM BANCO. TÍTULO EXECUTIVO. INVIABILIDADE DA

EXECUÇÃO. [...] Os instrumentos particulares de contrato de conta corrente não se apresentam como títulos certos e líquidos a ponto de abrir as vias executivas. [...]" ([REsp 121721](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27121721%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro BUENO DE SOUZA, QUARTA TURMA, julgado em 18/03/1999, DJ 10/05/1999, p. 177)

"EXECUÇÃO. Contrato de abertura de crédito. Título executivo (inexistência). - O contrato de abertura de crédito não é título executivo. [...]" ([EREsp 148290](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27148290%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/02/1999, DJ 03/05/1999, p. 91)

"[...] EXECUÇÃO. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. TÍTULO EXECUTIVO. INEXISTÊNCIA.

INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 585, II, E 586 DO CPC. Mesmo subscrito pelo eventual devedor e assinado por duas testemunhas, o contrato de abertura de crédito não é título executivo extrajudicial, ainda que a execução seja instruída com extrato e que os lançamentos fiquem devidamente esclarecidos, com explicitação dos cálculos, dos índices e dos critérios adotados para a definição e a evolução do débito, pois esses são documentos unilaterais de cuja formação não participou o devedor. [...]" ([REsp 97816](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2797816%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 11/02/1999, DJ 10/05/1999, p. 176)

"EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM

CONTA CORRENTE. Consolidou-se a jurisprudência da Terceira Turma no sentido de que o contrato de abertura de crédito em conta corrente não constitui título executivo extrajudicial. Irrelevância da nova redação do art. 585, II, do CPC. [...]" ([REsp 174829](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27174829%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/10/1998, DJ 16/11/1998, p. 91)

"Contrato de abertura de crédito em conta corrente. Tal contrato não é título executivo extrajudicial, ainda que esteja acompanhado de extratos fornecidos pelo próprio credor. [...]" ([REsp 160106](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27160106%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) ES, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/03/1998, DJ 17/08/1998, p. 71)

"Contrato de abertura de crédito. Limitando-se a ensejar a possibilidade de utilizar-se de crédito, obriga apenas quem se dispõe a propiciar o mútuo. Não reflete qualquer obrigação da outra parte, menos ainda líquida, certa e exigível. Impossibilidade de o título completar-se com extratos fornecidos pelo próprio credor que são documentos unilaterais. Não é dado às instituições de crédito criar seus próprios títulos executivos, prerrogativa própria da Fazenda Pública. Entendimento que não se altera em virtude da modificação introduzida pela Lei 8.953/94, pois não afastada a exigência de liquidez e certeza constante do artigo 586 do CPC." ([REsp 89344](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2789344%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/02/1998, DJ 11/05/1998, p. 86)

"[...] EXECUÇÃO - CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO - INEXISTÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO

[...] O contrato de abertura de crédito em conta-corrente, ainda que acompanhado do extrato bancário, não constitui título executivo extrajudicial. [...]" ([REsp 126053](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27126053%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/1997, DJ 13/04/1998, p. 117)

"[...] CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO EM CONTA-CORRENTE APARELHADO COM EXTRATO DE MOVIMENTAÇÃO. EXECUÇÃO COMO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. ART. 585, II, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE TÍTULO CONSUBSTANCIANDO OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA. [...] O CONTRATO DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE, MESMO QUE ACOMPANHADO DE EXTRATOS DE MOVIMENTAÇÃO, NÃO CONSTITUI TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL, NOS TERMOS DO ART. 585, II, DO CPC, POR NÃO SER OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA DETERMINADA. [...]" ([REsp 71260](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2771260%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. MIN. CLÁUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA,

julgado em 05/12/1995, DJ 01/04/1996, p. 9912)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700146928&dt_publicacao=10/05/1999) | [121721](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700146928&dt_publicacao=10/05/1999) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700146928&dt_publicacao=10/05/1999) | [1997/0014692-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700146928&dt_publicacao=10/05/1999) | [Decisão:18/03/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700146928&dt_publicacao=10/05/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/05/1999 | PG:00177 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00333 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00129 | PG:00094 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00369 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00294 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700940020&dt_publicacao=03/05/1999) | [148290 RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700940020&dt_publicacao=03/05/1999) | | [1997/0094002-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700940020&dt_publicacao=03/05/1999) | [Decisão:24/02/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700940020&dt_publicacao=03/05/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/05/1999 | PG:00091 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00297 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00129 | PG:00096 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00343 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00265 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600360812&dt_publicacao=10/05/1999) | [97816](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600360812&dt_publicacao=10/05/1999) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600360812&dt_publicacao=10/05/1999) | [1996/0036081-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600360812&dt_publicacao=10/05/1999) | [Decisão:11/02/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600360812&dt_publicacao=10/05/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/05/1999 | PG:00176 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00330 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00129 | PG:00077 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00365 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00290 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800376780&dt_publicacao=16/11/1998) | [174829](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800376780&dt_publicacao=16/11/1998) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800376780&dt_publicacao=16/11/1998) | [1998/0037678-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800376780&dt_publicacao=16/11/1998) | [Decisão:06/10/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800376780&dt_publicacao=16/11/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/11/1998 | PG:00091 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00328 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00380 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00307 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700923851&dt_publicacao=17/08/1998) | [160106](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700923851&dt_publicacao=17/08/1998) | [ES](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700923851&dt_publicacao=17/08/1998) | [1997/0092385-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700923851&dt_publicacao=17/08/1998) | [Decisão:17/03/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700923851&dt_publicacao=17/08/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/08/1998 | PG:00071 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00324 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00377 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00303 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600122210&dt_publicacao=11/05/1998) | [89344](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600122210&dt_publicacao=11/05/1998) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600122210&dt_publicacao=11/05/1998) | [1996/0012221-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600122210&dt_publicacao=11/05/1998) | [Decisão:19/02/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600122210&dt_publicacao=11/05/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/05/1998 | PG:00086 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00321 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00362 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00287 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700226549&dt_publicacao=13/04/1998) | [126053](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700226549&dt_publicacao=13/04/1998) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700226549&dt_publicacao=13/04/1998) | [1997/0022654-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700226549&dt_publicacao=13/04/1998) | [Decisão:15/12/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700226549&dt_publicacao=13/04/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/04/1998 | PG:00117 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00317 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00372 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00299 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500382067&dt_publicacao=01/04/1996) | [71260](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500382067&dt_publicacao=01/04/1996) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500382067&dt_publicacao=01/04/1996) | [1995/0038206-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500382067&dt_publicacao=01/04/1996) | [Decisão:05/12/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500382067&dt_publicacao=01/04/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/04/1996 | PG:09912 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00307 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00084 | PG:00181 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00352 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00276 |

# SÚMULA 234

# DIREITO PROCESSUAL PENAL - OFERECIMENTO DE DENÚNCIA

## Enunciado:

A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00129 INC:00001 INC:00006

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

13/12/1999

## Fonte:

DJ DATA:07/02/2000 PG:00185 JSTJ VOL.:00015 PG:00337 RSSTJ VOL.:00017 PG:00383 RSTJ VOL.:00131 PG:00311

RT VOL.:00774 PG:00526

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] DENÚNCIA. [...] - A participação de membro do Parquet na busca de dados para o oferecimento da denúncia não enseja, per si, impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia. [...]" ([HC 9023](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279023%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 08/06/1999, DJ 01/07/1999, p. 190)

"[...] TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. ATOS INVESTIGATÓRIOS REALIZADOS PELO MINISTÉRIO

PÚBLICO. VALIDADE. [...] São válidos os atos investigatórios realizados pelo Ministério Público, que pode requisitar informações e documentos para instruir seus procedimentos administrativos, visando ao oferecimento de denúncia. [...]" ([HC 7445](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277445%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 01/12/1998, DJ 01/02/1999, p. 218)

"[...] DENÚNCIA [...] INQUÉRITO INSTAURADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INEXISTÊNCIA. [...] - O Ministério Público, como

órgão de defesa dos interesses individuais e sociais indisponíveis (CF, art. 127), tem competência para instaurar inquérito policial para investigar a prática de atos abusivos, susceptíveis de causar lesão a tais interesses coletivos. - A instauração de tal procedimento não provoca qualquer constrangimento ilegal ao direito de locomoção, revelando-se, por isso, impróprio o uso do 'habeas corpus' para coibir eventuais irregularidades a ele atribuídos. [...]" ([RHC 7063](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277063%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 26/08/1998, DJ 14/12/1998, p. 302)

"[...] ALEGADA OFENSA AO PRINCIPIO DO PROMOTOR E JUIZ NATURAL - MEMBRO DO MINISTERIO PUBLICO DESIGNADO PARA APURAR O ENVOLVIMENTO DE POLICIAIS MILITARES COM O TRÁFICO DE DROGAS - PARTICIPAÇÃO, POSTERIORMENTE, DA DISTRIBUIÇÃO NA VARA ONDE CAIU O INQUÉRITO DECORRENTE DE SUA INVESTIGAÇÃO - POSSIBILIDADE DE OFERECER DENÚNCIA - ATUAÇÃO ANTERIOR QUE PROVOCA O IMPEDIMENTO DA MAGISTRADA TITULAR DA VARA ONDE TRAMITA AÇÃO PENAL, POR SER ESPOSA DO REPRESENTANTE DO 'PARQUET' - SUBSTITUIÇÃO POR JUÍZA SUBSTITUTA. [...] NÃO ESTÁ IMPEDIDO DE ATUAR, PROMOTOR PÚBLICO DESIGNADO, DE FORMA GENÉRICA, PARA APURAR O ENVOLVIMENTO DE POLICIAIS MILITARES COM O TRÁFICO DE DROGAS, SENDO POSTERIORMENTE DESIGNADO PARA DIVIDIR AS ATRIBUIÇÕES DA VARA PARA ONDE O INQUÉRITO FOI DISTRIBUÍDO, NADA IMPEDINDO QUE OFEREÇA DENÚNCIA E OFICIE NAQUELE ORIGINADO DE SUAS INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES.

2. O PRINCÍPIO DO PROMOTOR NATURAL DEVE TER O DEVIDO TEMPERO, APENAS PARA EVITAR O ACUSADOR DE EXCEÇÃO, AQUELE DESIGNADO COM CRITÉRIOS POLÍTICOS E POUCO RECOMENDÁVEIS. 3. SE O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ATUOU, EM DETERMINADO PROCESSO, ANTES DA MAGISTRADA, SUA ESPOSA, E SOBRE ESTA QUE RECAI O IMPEDIMENTO (ART. 252, I, CPP), NADA HAVENDO DE IRREGULAR NA SUA SUBSTITUIÇÃO POR OUTRA JUÍZA, COMPETENTE PARA TANTO, NÃO SE VISLUMBRANDO QUALQUER OFENSA AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. [...]" ([RHC 6662](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276662%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, SEXTA TURMA, julgado em 20/10/1997, DJ 27/04/1998, p. 214)

"PROCESSUAL PENAL. IMPEDIMENTO MINISTÉRIO PÚBLICO E JUIZ DE DIREITO. [...] A ATUAÇÃO DO PROMOTOR NA FASE INVESTIGATÓRIA - PRÉ-PROCESSUAL - NÃO O INCOMPATIBILIZA PARA O EXERCÍCIO DA CORRESPONDENTE AÇÃO PENAL. II - AS CAUSAS DE SUSPEIÇÃO E IMPEDIMENTO SÃO EXCLUSIVAMENTE AQUELAS ELENCADAS 'EXPRESSIS VERBIS' NOS ARTIGOS 252 E 254, DO CPP. O ROL É TAXATIVO, NÃO PODE SER AMPLIADO. III - DESPICIENDAS AS ALEGAÇÕES DE IMPEDIMENTO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA E DO JUIZ DE DIREITO, EIS QUE NÃO SE ENQUADRAM NAS PREVISÕES LEGAIS. [...]" ([RHC 4074](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274074%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro PEDRO ACIOLI, SEXTA

TURMA, julgado em 28/11/1994, DJ 20/02/1995, p. 3214)

"[...] DENÚNCIA. IMPEDIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRETENSÃO AO TRANCAMENTO DA AÇÃO. - NULIDADE INEXISTENTE. NÃO IMPEDE O PROMOTOR PARA A DENÚNCIA O FATO DE SUA DESIGNAÇÃO PARA PARTICIPAR DA COLETA DE PROVAS INFORMATIVAS, NEM A INICIATIVA DE DILIGÊNCIAS INVESTIGATÓRIAS DO CRIME." ([RHC 892](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27892%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 21/11/1990, DJ 10/12/1990, p. 14812)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900303571&dt_publicacao=01/07/1999) | [9023](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900303571&dt_publicacao=01/07/1999) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900303571&dt_publicacao=01/07/1999) | [1999/0030357-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900303571&dt_publicacao=01/07/1999) | [Decisão:08/06/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900303571&dt_publicacao=01/07/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/07/1999 | PG:00190 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00356 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00129 | PG:00210 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00391 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00318 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800322515&dt_publicacao=01/02/1999) | [7445](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800322515&dt_publicacao=01/02/1999) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800322515&dt_publicacao=01/02/1999) | [1998/0032251-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800322515&dt_publicacao=01/02/1999) | [Decisão:01/12/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800322515&dt_publicacao=01/02/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/02/1999 | PG:00218 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00351 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00003 | PG:00307 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00129 | PG:00190 |
| **RMP** |  |  | VOL.:00009 | PG:00449 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00387 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00313 |
| **RT** |  |  | VOL.:00764 | PG:00507 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700901823&dt_publicacao=14/12/1998) | [7063](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700901823&dt_publicacao=14/12/1998) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700901823&dt_publicacao=14/12/1998) | [1997/0090182-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700901823&dt_publicacao=14/12/1998) | [Decisão:26/08/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700901823&dt_publicacao=14/12/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/12/1998 | PG:00302 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00373 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00420 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00349 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700546551&dt_publicacao=27/04/1998) | [6662](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700546551&dt_publicacao=27/04/1998) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700546551&dt_publicacao=27/04/1998) | [1997/0054655-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700546551&dt_publicacao=27/04/1998) | [Decisão:20/10/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700546551&dt_publicacao=27/04/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/04/1998 | PG:00214 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00368 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00109 | PG:00244 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00415 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00344 |
| **RT** |  |  | VOL.:00755 | PG:00566 |
| **RT** |  |  | VOL.:V.: 00755 | PG:00566 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400333498&dt_publicacao=20/02/1995) | [4074](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400333498&dt_publicacao=20/02/1995) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400333498&dt_publicacao=20/02/1995) | [1994/0033349-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400333498&dt_publicacao=20/02/1995) | [Decisão:28/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400333498&dt_publicacao=20/02/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/02/1995 | PG:03214 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00363 |
| **RMP** |  |  | VOL.:00014 | PG:00343 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00410 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00339 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000119987&dt_publicacao=10/12/1990) | [892](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000119987&dt_publicacao=10/12/1990) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000119987&dt_publicacao=10/12/1990) | [1990/0011998-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000119987&dt_publicacao=10/12/1990) | [Decisão:21/11/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000119987&dt_publicacao=10/12/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/12/1990 | PG:14812 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00339 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00398 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00326 |

# SÚMULA 235

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONEXÃO

## Enunciado:

A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado.

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

01/02/2000

## Fonte:

DJ DATA:10/02/2000 PG:00020 JSTJ VOL.:00015 PG:00379 RDDT VOL.:00055 PG:00219 RSSTJ VOL.:00018 PG:00011 RSTJ VOL.:00131 PG:00355

RT VOL.:00774 PG:00196

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] Ação ordinária. Conexão. Prejudicialidade. [...] Embora possível o reconhecimento da conexão entre a ação ordinária de declaração de invalidade de contratos celebrados entre as partes, e a ação de embargos de devedor oferecidos à execução de título originário daqueles negócios, a reunião das ações depende de juízo com certa margem de discricionariedade. É de ser indeferida a reunião quando um dos processos já se encontra julgado em primeiro grau. Reconhece-se porém, a prejudicialidade entre a ação ordinária de declaração e a ação de embargos, o que justifica a suspensão desta, ainda que em estágios processuais diferentes, nos termos do art. 265, IV, 'a', do CPC. [...]" ([REsp 193766](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27193766%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 04/02/1999, DJ 22/03/1999, p. 215)

"Conflito de competência. Ação declaratória. Conexão com embargos à execução. Julgamento dos embargos. [...] Na linha jurisprudencial desta Corte, julgada uma das ações conexas, não há falar mais na obrigatoriedade da reunião dos processos ante a perda do seu efeito prático, no sentido de evitar decisões conflitantes pelo mesmo Juízo. [...]" ([CC 22051](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2722051%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/09/1998, DJ 23/11/1998, p. 114)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO CONSIGNATÓRIA JÁ JULGADA. INEXISTÊNCIA DE CONEXÃO COM AÇÃO DE EXECUÇÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL." ([CC 16341](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716341%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. MIN. JOSÉ DE JESUS FILHO, PRIMEIRA SECAO, julgado em 23/10/1996, DJ 18/11/1996, p. 44833)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - CONEXÃO - PROCESSO ONDE JÁ OCORREU SENTENÇA - INEXISTÊNCIA. 'NÃO HÁ CONEXÃO, QUE PODERIA DETERMINAR A REUNIÃO DOS PROCESSOS, SE UM DELES JÁ SE ACHA JULGADO, SEM RELEVO A CIRCUNSTÂNCIA DE HAVER APELAÇÃO, POSTO QUE A CONEXÃO SOMENTE OCORRE NA MESMA INSTÂNCIA.' (CC 3.075-3/BA - REL. MIN. DIAS TRINDADE)" ([CC 15824](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2715824%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA SEÇÃO,

julgado em 26/06/1996, DJ 09/09/1996, p. 32308)

"CONEXÃO. INEXISTÊNCIA, JÁ JULGADA UMA DAS CAUSAS. EM CASO DE COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO VALOR E/OU DO TERRITÓRIO, NÃO É ACEITÁVEL A PRETENSÃO DO AUTOR DE DESLOCAR A CAUSA PARA COMARCA DIVERSA. [...]" ([CC 13942](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2713942%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/08/1995, DJ 25/09/1995, p. 31060)

"[...] EXECUÇÃO. CONEXÃO. EXEQUIBILIDADE DO TÍTULO. [...] NÃO HÁ CONEXÃO, CAPAZ DE AUTORIZAR A REUNIÃO DE PROCESSOS, QUANDO UM DELES JÁ SE ACHA JULGADO. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2723023%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [23023](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2723023%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, QUARTA TURMA, julgado em 15/03/1994, REPDJ

25/04/1994, p. 9256, DJ 18/04/1994, p. 8499)

"[...] AÇÃO POSSESSÓRIA. CONEXÃO. NÃO HÁ CONEXÃO, QUE PODERIA DETERMINAR A REUNIÃO DOS PROCESSOS, SE UM DELES JÁ SE ACHA JULGADO, SEM RELEVO A CIRCUNSTÂNCIA DE HAVER APELAÇÃO, POSTO QUE A CONEXÃO SOMENTE OCORRE NA MESMA INSTÂNCIA. DESTACA-SE A FACULTATIVIDADE DA REUNIÃO DE PROCESSOS CONEXOS." ([CC 3075](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273075%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/08/1992, DJ 14/09/1992, p. 14935)

"COMPETÊNCIA. CONEXÃO. JULGADA UMA DAS AÇÕES, DESAPARECE A FINALIDADE DA REUNIÃO DOS PROCESSOS. [...]" ([CC 1899](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271899%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, SEGUNDA SEÇÃO,

julgado em 09/10/1991, DJ 25/11/1991, p. 17041)

"CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE EXECUÇÃO E AÇÃO DECLARATÓRIA, AQUELA PERANTE A JUSTIÇA ESTADUAL, ESTA PERANTE A JUSTIÇA FEDERAL. AVOCAÇÃO, PELO JUIZ FEDERAL, DA AÇÃO DE EXECUÇÃO, POR ENTENDER OCORRENTE CONEXÃO ENTRE AS DEMANDAS. RECUSA DO JUIZ ESTADUAL, QUE SUSCITA O CONFLITO. A CONEXÃO NÃO IMPLICA NA REUNIÃO DE PROCESSOS, QUANDO NÃO SE TRATAR DE COMPETÊNCIA RELATIVA - ART. 102 DO CPC. A COMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA FEDERAL, FIXADA NA CONSTITUIÇÃO, É IMPRORROGÁVEL POR CONEXÃO, NÃO PODENDO ABRANGER CAUSA EM QUE A UNIÃO, AUTARQUIA, FUNDAÇÃO OU EMPRESA PÚBLICA FEDERAL NÃO FOR PARTE. A CONEXÃO, OUTROSSIM, NÃO IMPORTARÁ NA REUNIÃO DAS DEMANDAS SE SE UMA DELAS JÁ SE ENCONTRA JULGADA, COMO OCORRE SE OS EMBARGOS DO DEVEDOR JÁ FORAM OBJETO DE DECISÃO FINAL. [...]" ([CC 832](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27832%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/09/1990, DJ 29/10/1990, p. 12119)

## Precedentes:

[REsp 193766 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800811281&dt_publicacao=22/03/1999) [1998/0081128-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800811281&dt_publicacao=22/03/1999) [Decisão:04/02/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800811281&dt_publicacao=22/03/1999)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DJ** |  |  | DATA:22/03/1999 | PG:00215 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00402 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00129 | PG:00126 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00036 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00379 |
| **RT** |  |  | VOL.:00766 | PG:00211 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800251766&dt_publicacao=23/11/1998) | [22051](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800251766&dt_publicacao=23/11/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800251766&dt_publicacao=23/11/1998) | [1998/0025176-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800251766&dt_publicacao=23/11/1998) | [Decisão:09/09/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800251766&dt_publicacao=23/11/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/11/1998 | PG:00114 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00397 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00031 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00373 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600077487&dt_publicacao=18/11/1996) | [16341](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600077487&dt_publicacao=18/11/1996) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600077487&dt_publicacao=18/11/1996) | [1996/0007748-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600077487&dt_publicacao=18/11/1996) | [Decisão:23/10/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600077487&dt_publicacao=18/11/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/11/1996 | PG:44833 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00382 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00028 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00370 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500659085&dt_publicacao=09/09/1996) | [15824](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500659085&dt_publicacao=09/09/1996) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500659085&dt_publicacao=09/09/1996) | [1995/0065908-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500659085&dt_publicacao=09/09/1996) | [Decisão:26/06/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500659085&dt_publicacao=09/09/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/09/1996 | PG:32308 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00381 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00026 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00368 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500279509&dt_publicacao=25/09/1995) | [13942](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500279509&dt_publicacao=25/09/1995) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500279509&dt_publicacao=25/09/1995) | [1995/0027950-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500279509&dt_publicacao=25/09/1995) | [Decisão:09/08/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500279509&dt_publicacao=25/09/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/09/1995 | PG:31060 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00394 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00023 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00365 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200129765&dt_publicacao=25/04/1994) | [23023](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200129765&dt_publicacao=25/04/1994) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200129765&dt_publicacao=25/04/1994) | [1992/0012976-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200129765&dt_publicacao=25/04/1994) | [Decisão:15/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200129765&dt_publicacao=25/04/1994) |
| **REPDJ** |  |  | DATA:25/04/1994 | PG:09256 |
| **DJ** |  |  | DATA:18/04/1994 | PG:08499 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00400 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00034 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00377 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200118178&dt_publicacao=14/09/1992) | [3075](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200118178&dt_publicacao=14/09/1992) | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200118178&dt_publicacao=14/09/1992) | [1992/0011817-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200118178&dt_publicacao=14/09/1992) | [Decisão:12/08/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200118178&dt_publicacao=14/09/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/09/1992 | PG:14935 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00392 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00021 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00363 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100049298&dt_publicacao=25/11/1991) | [1899](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100049298&dt_publicacao=25/11/1991) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100049298&dt_publicacao=25/11/1991) | [1991/0004929-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100049298&dt_publicacao=25/11/1991) | [Decisão:09/10/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100049298&dt_publicacao=25/11/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/11/1991 | PG:17041 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00390 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00019 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00362 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900124820&dt_publicacao=29/10/1990) | [832](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900124820&dt_publicacao=29/10/1990) | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900124820&dt_publicacao=29/10/1990) | [1989/0012482-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900124820&dt_publicacao=29/10/1990) | [Decisão:26/09/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900124820&dt_publicacao=29/10/1990) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/10/1990 | PG:12119 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00015 | PG:00385 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00015 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00357 |

# SÚMULA 236

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DO STJ

## Enunciado:

Não compete ao Superior Tribunal de Justiça dirimir conflitos de competência entre juízes trabalhistas vinculados a Tribunais Regionais do Trabalho diversos.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:007701 ANO:1988

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

22/03/2000

## Fonte:

DJ DATA:14/04/2000 PG:00107 JSTJ VOL.:00016 PG:00419 LEXSTJ VOL.:00136 PG:00107

RLTR VOL.:00004 ABRIL/2000 PG:00486 RSSTJ VOL.:00018 PG:00041

RSTJ VOL.:00131 PG:00385 RT VOL.:00776 PG:00170

## Excerto dos Precedentes Originários:

"COMPETÊNCIA. JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO SUBORDINADAS A TRIBUNAIS

REGIONAIS DIVERSOS. [...] Cabe ao egrégio Tribunal Superior do Trabalho dirimir conflito entre Juntas de Conciliação e Julgamento subordinadas a tribunais diversos. [...]" ([CC 23257](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2723257%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/11/1998, DJ 19/04/1999, p. 74)

"COMPETÊNCIA. TRABALHISTA. CONFLITO. JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO VINCULADAS A DISTINTOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO. ORIENTAÇÃO ADOTADA PELA CORTE. COMPETENCIA DO TST PARA DIRIMI-LO. [...] TRATANDO-SE DE CONFLITO DE COMPETÊNCIA QUE SE INSTAURA ENTRE JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO VINCULADAS A DISTINTOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO, A COMPETÊNCIA PARA APRECIA-LO, SEGUNDO DECORRE DA INTERPRETAÇÃO DA LEI 7.701/88, É DO TST." ([CC 18109](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2718109%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/03/1998, DJ 20/04/1998, p. 12)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. TRABALHISTA. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE DIFERENTES REGIÕES. [...] É DO EG. TST A COMPETÊNCIA PARA JULGAR CONFLITO ENTRE JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE REGIÕES DIVERSAS." ([CC 20804](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2720804%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/11/1997, DJ 09/02/1998, p. 3)

"COMPETÊNCIA. CONFLITO. TRABALHISTA. INCUMBE AO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO O JULGAMENTO DE CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO VINCULADAS A TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO DIVERSOS. [...]" ([CC 6963](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276963%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ,

Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/02/1994, DJ 14/03/1994, p. 4458)

"TRABALHISTA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO VINCULADAS A TRTS. DIFERENTES. CABE AO TST DIRIMIR CONFLITOS ENTRE JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO VINCULADAS A DIFERENTES TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO." ([CC 4352](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274352%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PE, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 31/03/1993, DJ 26/04/1993, p. 7164)

"CONFLITO ENTRE JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO SUBORDINADAS A TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO DIVERSOS. COMPETE AO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, E NÃO AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DIRIMIR O CONFLITO. [...]" ([CC 2645](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272645%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/06/1992, DJ 17/08/1992, p. 12479)

"COMPETÊNCIA. CONFLITO NEGATIVO. JUSTIÇA DO TRABALHO. AO ÓRGÃO MAIOR DA JUSTIÇA LABORAL COMPETE SOLUCIONAR CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO SUBORDINADAS A TRIBUNAIS REGIONAIS DIVERSOS. [...]" ([CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272354%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [2354](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272354%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) ES, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/04/1992, DJ

19/10/1992, p. 18213)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800646310&dt_publicacao=19/04/1999) | [23257](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800646310&dt_publicacao=19/04/1999) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800646310&dt_publicacao=19/04/1999) | [1998/0064631-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800646310&dt_publicacao=19/04/1999) | [Decisão:25/11/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800646310&dt_publicacao=19/04/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/04/1999 | PG:00074 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00434 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00058 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00400 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600532788&dt_publicacao=20/04/1998) | [18109](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600532788&dt_publicacao=20/04/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600532788&dt_publicacao=20/04/1998) | [1996/0053278-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600532788&dt_publicacao=20/04/1998) | [Decisão:11/03/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600532788&dt_publicacao=20/04/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/04/1998 | PG:00012 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00431 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00052 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00395 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700732975&dt_publicacao=09/02/1998) | [20804](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700732975&dt_publicacao=09/02/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700732975&dt_publicacao=09/02/1998) | [1997/0073297-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700732975&dt_publicacao=09/02/1998) | [Decisão:26/11/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700732975&dt_publicacao=09/02/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/02/1998 | PG:00003 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00429 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00055 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00398 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300337521&dt_publicacao=14/03/1994) | [6963](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300337521&dt_publicacao=14/03/1994) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300337521&dt_publicacao=14/03/1994) | [1993/0033752-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300337521&dt_publicacao=14/03/1994) | [Decisão:09/02/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300337521&dt_publicacao=14/03/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/03/1994 | PG:04458 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00427 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00051 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00393 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300049810&dt_publicacao=26/04/1993) | [4352](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300049810&dt_publicacao=26/04/1993) | [PE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300049810&dt_publicacao=26/04/1993) | [1993/0004981-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300049810&dt_publicacao=26/04/1993) | [Decisão:31/03/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300049810&dt_publicacao=26/04/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/04/1993 | PG:07164 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00425 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00049 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00391 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200009859&dt_publicacao=17/08/1992) | [2645](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200009859&dt_publicacao=17/08/1992) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200009859&dt_publicacao=17/08/1992) | [1992/0000985-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200009859&dt_publicacao=17/08/1992) | [Decisão:24/06/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200009859&dt_publicacao=17/08/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/08/1992 | PG:12479 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00422 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00046 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00388 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100186805&dt_publicacao=19/10/1992) | [2354](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100186805&dt_publicacao=19/10/1992) | [ES](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100186805&dt_publicacao=19/10/1992) | [1991/0018680-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100186805&dt_publicacao=19/10/1992) | [Decisão:08/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100186805&dt_publicacao=19/10/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/10/1992 | PG:18213 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00421 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00045 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00387 |

# SÚMULA 237

# DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS

## Enunciado:

Nas operações com cartão de crédito, os encargos relativos ao financiamento não são considerados no cálculo do ICMS.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:000406 ANO:1968

ART:00001 INC:00001 ART:00002 INC:00001

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

10/04/2000

## Fonte:

DJ DATA:25/04/2000 PG:00044 JSTJ VOL.:00016 PG:00437 LEXSTJ VOL.:00136 PG:00044 RDDT VOL.:00057 PG:00215 RSSTJ VOL.:00018 PG:00061 RSTJ VOL.:00131 PG:00405

RT VOL.:00776 PG:00170

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ICMS - COMPRAS FEITAS COM CARTÃO DE CRÉDITO - JUROS - NÃO INCIDÊNCIA [...] Não

incide o ICMS sobre os encargos financeiros relativos ao financiamento do preço das mercadorias, nas compras feitas por meio de cartão de crédito. A base de cálculo do ICMS é o valor da operação de que decorrer a saída da mercadoria. [...]" ([REsp 87914](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2787914%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) ES, Rel. MIN. FRANCISCO PECANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/05/1999, DJ 23/08/1999, p. 90)

"ICM - BASE DE CÁLCULO - CARTÃO DE CRÉDITO. A Primeira Seção já firmou entendimento no sentido de que os encargos relativos ao financiamento do preço, nas compras feitas com cartão de crédito, não devem ser considerados no cálculo do ICMS. [...]" ([REsp 190318](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27190318%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/12/1998, DJ 08/03/1999, p. 143)

"[...] COMPRA E VENDA. FINANCIAMENTO. INCLUSÃO DOS JUROS NA BASE DE CÁLCULO DO ICMS. [...] SABENDO-SE QUE O ICMS INCIDIRÁ SOBRE A SAÍDA DE MERCADORIAS DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL, INDUSTRIAL OU PRODUTOR, E QUE A BASE DE CÁLCULO DA CITADA EXAÇÃO É O VALOR DA OPERAÇÃO DE QUE DECORRER A SAÍDA DA MERCADORIA, ÓBVIO FICA A IMPOSSIBILIDADE DE QUE ESTE IMPOSTO VENHA A INCIDIR SOBRE O FINANCIAMENTO, ATÉ PORQUE ESTE É INCERTO QUANDO DA CONCRETIZAÇÃO DO NEGÓCIO COMERCIAL. [...]" ([REsp 144752](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27144752%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/1997, DJ 17/11/1997, p. 59467)

"[...] ICMS. BASE DE CÁLCULO. VENDAS COM CARTÃO DE CRÉDITO. EXCLUSÃO DOS ENCARGOS RELATIVOS AO FINANCIAMENTO. OPERAÇÃO DISTINTA DA QUE ENSEJA A COBRANÇA DO IMPOSTO EM TELA. - CONSOANTE PROCLAMADO EM PRECEDENTES DA EGRÉGIA TURMA, NÃO SE INCLUEM NA BASE DE CÁLCULO DO ICMS, NAS COMPRAS EFETUADAS COM CARTÃO DE CRÉDITO, OS ENCARGOS REFERENTES AO FINANCIAMENTO DO PREÇO. [...]" ([REsp 67947](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2767947%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/12/1995, DJ 25/03/1996, p. 8550)

"ICM. CARTÕES DE CRÉDITO. JUROS. [...] SEGUNDO A JURISPRUDÊNCIA DO PRETÓRIO EXCELSO E DESTA COLENDA CORTE, OS ENCARGOS FINANCEIROS RELATIVOS AO FINANCIAMENTO DO PREÇO NAS COMPRAS FEITAS POR MEIO DE CARTÃO DE CRÉDITO, NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS NO CÁLCULO DO ICM. [...]" ([REsp 32202](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2732202%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/06/1994, DJ 01/08/1994, p. 18614)

"CARTÃO DE CRÉDITO - JUROS - ICM - CÁLCULO - INCLUSÃO. OS ENCARGOS RELATIVOS AO FINANCIAMENTO DO PREÇO, NAS COMPRAS FEITAS ATRAVÉS DE CARTÃO DE CRÉDITO, NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS, NO CÁLCULO DO ICM." ([REsp 29307](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2729307%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 29/09/1993, DJ 18/10/1993, p. 21844)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600087520&dt_publicacao=23/08/1999) | [87914](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600087520&dt_publicacao=23/08/1999) | [ES](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600087520&dt_publicacao=23/08/1999) | [1996/0008752-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600087520&dt_publicacao=23/08/1999) | [Decisão:06/05/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600087520&dt_publicacao=23/08/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/08/1999 | PG:00090 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00454 |
| **RJADCOAS** | |  | VOL.:00004 | PG:00129 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00018 | PG:00075 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00124 | PG:00197 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00131 | PG:00418 |
| [REsp 190318](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800724400&dt_publicacao=08/03/1999) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800724400&dt_publicacao=08/03/1999) | [1998/0072440-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800724400&dt_publicacao=08/03/1999) | [Decisão:01/12/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800724400&dt_publicacao=08/03/1999) |
| **DJ** | |  | DATA:08/03/1999 | PG:00143 |
| **JSTJ** | |  | VOL.:00016 | PG:00448 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00018 | PG:00083 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00131 | PG:00426 |
| [REsp 144752](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700582507&dt_publicacao=17/11/1997) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700582507&dt_publicacao=17/11/1997) | [1997/0058250-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700582507&dt_publicacao=17/11/1997) | [Decisão:06/10/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700582507&dt_publicacao=17/11/1997) |
| **DJ** | |  | DATA:17/11/1997 | PG:59467 |
| **JSTJ** | |  | VOL.:00016 | PG:00446 |
| **RDDT** | |  | VOL.:00029 | PG:00120 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00018 | PG:00080 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00131 | PG:00424 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500295342&dt_publicacao=25/03/1996) | [67947](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500295342&dt_publicacao=25/03/1996) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500295342&dt_publicacao=25/03/1996) | [1995/0029534-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500295342&dt_publicacao=25/03/1996) | [Decisão:13/12/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500295342&dt_publicacao=25/03/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/03/1996 | PG:08550 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00441 |
| **RDR** |  |  | VOL.:00005 | PG:00171 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00071 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00414 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300035410&dt_publicacao=01/08/1994) | [32202](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300035410&dt_publicacao=01/08/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300035410&dt_publicacao=01/08/1994) | [1993/0003541-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300035410&dt_publicacao=01/08/1994) | [Decisão:20/06/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300035410&dt_publicacao=01/08/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/08/1994 | PG:18614 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00450 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00067 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00409 |
| **RT** |  |  | VOL.:00709 | PG:00202 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200291961&dt_publicacao=18/10/1993) | [29307](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200291961&dt_publicacao=18/10/1993) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200291961&dt_publicacao=18/10/1993) | [1992/0029196-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200291961&dt_publicacao=18/10/1993) | [Decisão:29/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200291961&dt_publicacao=18/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/10/1993 | PG:21844 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00439 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00054 | PG:00280 |
| **RJTJRS** |  |  | VOL.:00161 | PG:00030 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00065 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00407 |

# SÚMULA 238

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

## Enunciado:

A avaliação da indenização devida ao proprietário do solo, em razão de alvará de pesquisa mineral, é processada no Juízo Estadual da situação do imóvel.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00125 INC:00001 ART:00176 PAR:00001

LEG:FED DEL:000227 ANO:1967 ART:00027

LEG:FED DEC:062934 ANO:1968 ART:00037 ART:00038

LEG:FED SUM:\*\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\* SUM(TFR) SÚMULA DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

SUM:000024

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

10/04/2000

## Fonte:

DJ DATA:25/04/2000 PG:00044 JSTJ VOL.:00017 PG:00403 LEXSTJ VOL.:00136 PG:00044 RSSTJ VOL.:00018 PG:00086 RSTJ VOL.:00131 PG:00431

RT VOL.:00776 PG:00170

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PESQUISA MINERAL. PEDIDO DE ALVARÁ JUSTIÇA ESTADUAL.

Tratando-se de controvérsia entre particulares, compete à Justiça Estadual processar pedido de alvará para pesquisa mineral." ([CC 23928](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2723928%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. MIN. HELIO MOSIMANN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/04/1999, DJ 24/05/1999, p. 88)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JAZIDAS. INDENIZAÇÃO PELOS DANOS DECORRENTES DOS TRABALHOS DE PESQUISA. DEL. 227/1967. PROCEDIMENTO PREVISTO NO INTERESSE DE PARTICULARES, SEM QUALQUER REFLEXO EM BENS OU INTERESSES DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. [...]" ([CC 19914](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2719914%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA SEÇÃO,

julgado em 10/09/1997, DJ 06/10/1997, p. 49846)

"[...] CONFLITO DE COMPETÊNCIA - ALVARÁ DE PESQUISA MINERAL - AVALIAÇÃO - SÚMULA 24/TFR. [...] A AVALIAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DEVIDA AO PROPRIETÁRIO DO SOLO, EM RAZÃO DE ALVARÁ DE PESQUISA MINERAL, É PROCESSADA NO JUÍZO ESTADUAL DA SITUAÇÃO DO IMÓVEL (SÚMULA 24/TFR). [...]" ([CC 10462](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710462%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/09/1994, DJ 24/10/1994, p. 28680)

"[...] COMPETÊNCIA. ALVARÁ DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DA UNIÃO. ENTENDIMENTO CONSAGRADO PELO VERBETE N. 24 DA SÚMULA DO EXTINTO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS. [...] É DO JUÍZO ESTADUAL DA SITUAÇÃO DO IMÓVEL A COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR AVALIAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA A PROPRIETÁRIO DE SOLO OBJETO DE ALVARÁ DE PESQUISA MINERAL. [...]" ([CC 9643](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279643%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/08/1994, DJ 12/09/1994, p. 23701)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - PESQUISA MINERAL - AVALIAÇÃO - DA INDENIZAÇÃO - PROPRIETÁRIO DO SOLO. A QUESTÃO FOI SUMULADA NO TFR, SÚMULA N. 24, VERBIS: 'A AVALIAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DEVIDA AO PROPRIETÁRIO DO SOLO, EM RAZÃO DE ALVARÁ DE PESQUISA MINERAL, É PROCESSADA NO JUÍZO ESTADUAL DA SITUAÇÃO DO IMÓVEL.' NO MESMO SENTIDO É O ENTENDIMENTO DESTE EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. [...]" ([CC 9666](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279666%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/08/1994, DJ 12/09/1994, p. 23701)

"[...] ALVARÁ DE PESQUISA MINERAL. [...] SENDO A QUESTÃO TRAVADA ENTRE PARTICULARES, COMPETENTE É A JUSTIÇA ESTADUAL. - SÚMULA N. 24, DO TFR. [...]" ([CC 1671](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271671%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RO, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 16/04/1991, DJ 06/05/1991, p. 5638)

"COMPETÊNCIA. ALVARÁ DE PESQUISA MINERAL. EXECUÇÃO. DANOS. [...] COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR A AVALIAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DEVIDA AO PROPRIETÁRIO DO SOLO, EM RAZÃO DE ALVARÁ DE PESQUISA MINERAL." ([CC 1859](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271859%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RO, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 02/04/1991, DJ 06/05/1991, p. 5639)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800832882&dt_publicacao=24/05/1999) | [23928](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800832882&dt_publicacao=24/05/1999) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800832882&dt_publicacao=24/05/1999) | [1998/0083288-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800832882&dt_publicacao=24/05/1999) | [Decisão:28/04/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800832882&dt_publicacao=24/05/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/05/1999 | PG:00088 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00418 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00105 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00447 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700400050&dt_publicacao=06/10/1997) | [19914](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700400050&dt_publicacao=06/10/1997) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700400050&dt_publicacao=06/10/1997) | [1997/0040005-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700400050&dt_publicacao=06/10/1997) | [Decisão:10/09/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700400050&dt_publicacao=06/10/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/10/1997 | PG:49846 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00415 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00102 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00444 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400262086&dt_publicacao=24/10/1994) | [10462](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400262086&dt_publicacao=24/10/1994) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400262086&dt_publicacao=24/10/1994) | [1994/0026208-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400262086&dt_publicacao=24/10/1994) | [Decisão:27/09/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400262086&dt_publicacao=24/10/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/10/1994 | PG:28680 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00413 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00099 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00442 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400198396&dt_publicacao=12/09/1994) | [9643](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400198396&dt_publicacao=12/09/1994) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400198396&dt_publicacao=12/09/1994) | [1994/0019839-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400198396&dt_publicacao=12/09/1994) | [Decisão:23/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400198396&dt_publicacao=12/09/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/09/1994 | PG:23701 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00410 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00094 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00436 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400200013&dt_publicacao=12/09/1994) | [9666](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400200013&dt_publicacao=12/09/1994) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400200013&dt_publicacao=12/09/1994) | [1994/0020001-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400200013&dt_publicacao=12/09/1994) | [Decisão:09/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400200013&dt_publicacao=12/09/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/09/1994 | PG:23701 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00408 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00097 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00439 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100015563&dt_publicacao=06/05/1991) | [1671](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100015563&dt_publicacao=06/05/1991) | [RO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100015563&dt_publicacao=06/05/1991) | [1991/0001556-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100015563&dt_publicacao=06/05/1991) | [Decisão:16/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100015563&dt_publicacao=06/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/05/1991 | PG:05638 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00406 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00091 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00433 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100040002&dt_publicacao=06/05/1991) | [1859](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100040002&dt_publicacao=06/05/1991) | [RO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100040002&dt_publicacao=06/05/1991) | [1991/0004000-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100040002&dt_publicacao=06/05/1991) | [Decisão:02/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100040002&dt_publicacao=06/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/05/1991 | PG:05639 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00017 | PG:00405 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00092 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00434 |

# SÚMULA 239

# DIREITO DO CONSUMIDOR - CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL

## Enunciado:

O direito à adjudicação compulsória não se condiciona ao registro do compromisso de compra e venda no cartório de imóveis.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00639

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

28/06/2000

## Fonte:

DJ DATA:30/08/2000 PG:00118 JSTJ VOL.:00018 PG:00381 LEXSTJ VOL.:00136 PG:00114

RLTR VOL.:00009 SETEMBRO/2000 PG:01155

RSSTJ VOL.:00018 PG:00109 RSTJ VOL.:00144 PG:00017 RT VOL.:00780 PG:00189

## Excerto dos Precedentes Originários:

"Adjudicação compulsória. [...] É torrencial a jurisprudência da Corte no sentido de que o 'direito à adjudicação é de caráter pessoal, restrito aos contratantes, não se condicionando a obligatio faciendi à inscrição no registro de imóveis'. [...]" ([REsp 204784](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27204784%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SE, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/11/1999, DJ 07/02/2000, p. 158)

"ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. Promessa de compra e venda. Falta de registro. - A falta de registro não impede a ação de adjudicação compulsória promovida pelos promissários compradores. [...]" ([REsp 184474](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27184474%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA,

julgado em 19/11/1998, DJ 08/03/1999, p. 231)

"[...] 'O DIREITO À ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA É DE CARÁTER PESSOAL, RESTRITO AOS CONTRATANTES, NÃO SE CONDICIONANDO A 'OBRIGATIO FACIENDI' À INSCRIÇÃO NO REGISTRO DE IMÓVEIS' (RESP 30/DF, RELATADO PELO EMINENTE MINISTRO EDUARDO RIBEIRO). [...]" ([REsp 16822](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2716822%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 12/05/1997, DJ 30/06/1997, p. 31033)

"[...] COMPROMISSO DE COMPRA-E-VENDA. NATUREZA JURÍDICA PESSOAL DO DIREITO. [...] INSTRUMENTO NÃO-REGISTRADO. VALIDADE. AÇÃO COMINATÓRIA OU ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. [...] DISPENSÁVEL TAMBÉM A INSCRIÇÃO DO INSTRUMENTO NO REGISTRO IMOBILIÁRIO COMO CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE DAS AÇÕES COMINATÓRIA E ADJUDICATÓRIA, SE O QUE SE PRETENDE E FAZER VALER OS DIREITOS ENTRE AS PARTES CONTRATANTES." ([REsp 37466](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2737466%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA

TURMA, julgado em 25/11/1996, DJ 03/02/1997, p. 731)

"PROMESSA DE COMPRA E VENDA POR INSTRUMENTO PARTICULAR, NÃO INSCRITA NO REGISTRO DE IMÓVEIS. CASO EM QUE NÃO SE PACTUOU ARREPENDIMENTO. DE ACORDO COM A DECISÃO RECORRIDA, 'A PROMESSA DE COMPRA E VENDA, POR INSTRUMENTO PARTICULAR, NÃO INSCRITA NO REGISTRO PÚBLICO, GERA EFEITOS OBRIGACIONAIS, JÁ QUE A ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA É DE CARÁTER PESSOAL, RESTRITO AOS CONTRATANTES, SENDO QUE AQUELE QUE SE COMPROMETEU A CONCLUIR UM CONTRATO, CASO NÃO CONCLUA A SUA OBRIGAÇÃO, A OUTRA PARTE PODERÁ OBTER UMA SENTENÇA QUE PRODUZA O MESMO EFEITO DO CONTRATO FIRMADO'. EM TAL SENTIDO, RESP'S 30 E 9945, ENTRE OUTROS. 2. O DIREITO DE ARREPENDIMENTO SUPÕE QUE HAJA SIDO PACTUADO. E QUE 'NÃO PODERÁ O PROMITENTE VENDEDOR ARREPENDER-SE, SE NÃO HOUVER CLÁUSULA EXPRESSA, NO PRÉ-CONTRATO, PREVENDO ESSA POSSIBILIDADEA (RESP-8202). EM CASO TAL, NÃO TEM APLICAÇÃO O DISPOSTO NO ART. 1088 DO COD. CIVIL. [...]" ([REsp 57225](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2757225%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/04/1996, DJ 27/05/1996, p. 17865)

"[...] COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. REGISTRO. INEXIGÊNCIA. CUIDANDO-SE DE OBRIGAÇÃO PESSOAL NÃO SE EXIGE O REGISTRO DO COMPROMISSO COMO CONDIÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA, SENÃO PARA A CONSTITUIÇÃO DE DIREITO REAL, OPONÍVEL A TERCEIROS."

([REsp 40665](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2740665%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, QUARTA TURMA, julgado em 08/02/1994, DJ 04/04/1994, p. 6686)

"COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA. ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. REGISTRO IMOBILIÁRIO. PARA O EXERCÍCIO DA AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA NÃO SE FAZ INDISPENSÁVEL A INSCRIÇÃO DA PROMESSA DE VENDA E COMPRA NO REGISTRO DE IMÓVEIS. [...]" ([REsp 23675](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2723675%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS,

Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 13/10/1992, DJ 30/11/1992, p. 22621)

"COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA POR INSTRUMENTO PARTICULAR, NÃO REGISTRADO NO OFÍCIO IMOBILIÁRIO. POSSIBILIDADE DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA, EM DEMANDA CONTRA O PROMITENTE DA OBRIGAÇÃO DE FAZER. A PROMESSA DE VENDA GERA PRETENSÕES DE DIREITO PESSOAL, NÃO DEPENDENDO, PARA SUA EFICÁCIA E VALIDADE, DE SER FORMALIZADA EM INSTRUMENTO PÚBLICO. A 'OBLIGATIO FACIENDI', ASSUMIDA PELO PROMITENTE VENDEDOR, PODE DAR ENSEJO À ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. O REGISTRO IMOBILIÁRIO SOMENTE É NECESSÁRIO PARA A PRODUÇÃO DE EFEITOS RELATIVAMENTE A TERCEIROS. [...]" ([REsp 9945](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279945%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 21/08/1991, DJ 30/09/1991, p. 13491)

"COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. REGISTRO IMOBILIÁRIO. A ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA INDEPENDE DA INSCRIÇÃO DO COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA NO REGISTRO IMOBILIÁRIO. [...]" ([REsp 10383](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710383%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 12/08/1991, DJ 07/10/1991, p. 13974)

"PROMESSA DE VENDA DE IMÓVEL - INSTRUMENTO PARTICULAR - ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. DECRETO-LEI 58/37 - LEI 6766/79. A PROMESSA DE VENDA GERA EFEITOS OBRIGACIONAIS NÃO DEPENDENDO, PARA SUA EFICÁCIA E VALIDADE, DE SER FORMALIZADA EM INSTRUMENTO PÚBLICO. O DIREITO À ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA É DE CARÁTER PESSOAL, RESTRITO AOS CONTRATANTES, NÃO SE CONDICIONANDO A OBLIGATIO FACIENDI À INSCRIÇÃO NO REGISTRO DE IMÓVEIS." ([REsp 30](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2730%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/08/1989, DJ 18/09/1989, p. 14663)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900159918&dt_publicacao=07/02/2000) | [204784](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900159918&dt_publicacao=07/02/2000) | [SE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900159918&dt_publicacao=07/02/2000) | [1999/0015991-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900159918&dt_publicacao=07/02/2000) | [Decisão:23/11/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900159918&dt_publicacao=07/02/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/02/2000 | PG:00158 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00400 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00161 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00071 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800571779&dt_publicacao=08/03/1999) | [184474](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800571779&dt_publicacao=08/03/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800571779&dt_publicacao=08/03/1999) | [1998/0057177-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800571779&dt_publicacao=08/03/1999) | [Decisão:19/11/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800571779&dt_publicacao=08/03/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/03/1999 | PG:00231 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00428 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00156 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00065 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100240559&dt_publicacao=30/06/1997) | [16822](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100240559&dt_publicacao=30/06/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100240559&dt_publicacao=30/06/1997) | [1991/0024055-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100240559&dt_publicacao=30/06/1997) | [Decisão:12/05/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100240559&dt_publicacao=30/06/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/06/1997 | PG:31033 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00425 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00136 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00044 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300215787&dt_publicacao=03/02/1997) | [37466](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300215787&dt_publicacao=03/02/1997) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300215787&dt_publicacao=03/02/1997) | [1993/0021578-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300215787&dt_publicacao=03/02/1997) | [Decisão:25/11/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300215787&dt_publicacao=03/02/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/02/1997 | PG:00731 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00415 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00142 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00050 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00092 | PG:00256 |
| **RT** |  |  | VOL.:00740 | PG:00240 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400360592&dt_publicacao=27/05/1996) | [57225](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400360592&dt_publicacao=27/05/1996) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400360592&dt_publicacao=27/05/1996) | [1994/0036059-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400360592&dt_publicacao=27/05/1996) | [Decisão:09/04/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400360592&dt_publicacao=27/05/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/05/1996 | PG:17865 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00397 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00086 | PG:00120 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00153 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00062 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300315749&dt_publicacao=04/04/1994) | [40665](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300315749&dt_publicacao=04/04/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300315749&dt_publicacao=04/04/1994) | [1993/0031574-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300315749&dt_publicacao=04/04/1994) | [Decisão:08/02/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300315749&dt_publicacao=04/04/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/04/1994 | PG:06686 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00414 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00151 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00060 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200150756&dt_publicacao=30/11/1992) | [23675](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200150756&dt_publicacao=30/11/1992) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200150756&dt_publicacao=30/11/1992) | [1992/0015075-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200150756&dt_publicacao=30/11/1992) | [Decisão:13/10/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200150756&dt_publicacao=30/11/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/11/1992 | PG:22621 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00411 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00139 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00047 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067784&dt_publicacao=30/09/1991) | [9945](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067784&dt_publicacao=30/09/1991) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067784&dt_publicacao=30/09/1991) | [1991/0006778-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067784&dt_publicacao=30/09/1991) | [Decisão:21/08/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100067784&dt_publicacao=30/09/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/09/1991 | PG:13491 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00405 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00031 | PG:00238 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00127 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00034 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00025 | PG:00465 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100077682&dt_publicacao=07/10/1991) | [10383](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100077682&dt_publicacao=07/10/1991) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100077682&dt_publicacao=07/10/1991) | [1991/0007768-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100077682&dt_publicacao=07/10/1991) | [Decisão:12/08/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100077682&dt_publicacao=07/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/10/1991 | PG:13974 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00402 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00134 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00042 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00032 | PG:00309 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900081659&dt_publicacao=18/09/1989) | [30](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900081659&dt_publicacao=18/09/1989) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900081659&dt_publicacao=18/09/1989) | [1989/0008165-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900081659&dt_publicacao=18/09/1989) | [Decisão:15/08/1989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=198900081659&dt_publicacao=18/09/1989) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/09/1989 | PG:14663 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00383 |
| **REVJMG** |  |  | VOL.:00112 | PG:00351 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00113 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00019 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00003 | PG:01043 |

# SÚMULA 240

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXTINÇÃO DO PROCESSO

## Enunciado:

A extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, depende de requerimento do réu.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00267 INC:00003

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

02/08/2000

## Fonte:

DJ DATA:06/09/2000 PG:00215 LEXSTJ VOL.:00136 PG:00125 RSSTJ VOL.:00018 PG:00165 RSTJ VOL.:00144 PG:00075

RT VOL.:00781 PG:00176

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO (ART. 267, III, § 1º, CPC). EXECUÇÃO. FRUSTRAÇÃO NA VENDA DOS BENS PENHORADOS. PRINCÍPIOS DA ECONOMIA E DA UTILIDADE PROCESSUAIS. IMPOSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO DE OFÍCIO. [...] Concluindo as instâncias

ordinárias, com base nas circunstâncias da causa, que não restou caracterizada a desídia do autor no prosseguimento do processo, a pretensão recursal não prescindiria do revolvimento de tais circunstâncias, procedimento defeso no âmbito desta Corte, a teor do enunciado n. 7 de sua súmula. II - Em observação aos princípios da economia e da utilidade processuais, não se recomendando a interpretação meramente literal, não se justifica, mesmo com a ausência de manifestação do exeqüente quando intimado para dar prosseguimento ao processo, a extinção da execução, com base no artigo 267-III, § 1º, CPC, em fase em que inclusive já ocorrente uma tentativa frustrada de venda dos bens penhorados. III - Não se faculta ao juiz, na hipótese do inciso III do art. 267, CPC, extinguir o processo de ofício, sendo imprescindível o requerimento do réu. Inadmissível presumir-se desinteresse do réu no prosseguimento e solução da causa." ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27168036%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [168036](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27168036%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em

05/08/1999, DJ 13/09/1999, p. 69)

"EXTINÇÃO DO PROCESSO. INÉRCIA DO AUTOR. A EXTINÇÃO DO PROCESSO, NO CASO DO ART. 267, III, DO CPC, NÃO PODE SER DECRETADA DE OFÍCIO PELO JUIZ. [...]" ([REsp 135147](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27135147%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/1997, DJ 15/12/1997, p. 66422)

"- AÇÃO DE REVISÃO DE ALUGUEL. HONORÁRIOS DO PERITO NÃO RECOLHIDOS PELO AUTOR. EXTINÇÃO DO PROCESSO 'EX OFFICIO'. IMPOSSIBILIDADE. - COM BASE NO ART. 267, III, DO CPC, DESCABE AO JUIZ, DE OFÍCIO, DECRETAR A EXTINÇÃO DO PROCESSO, SENDO IMPRESCINDÍVEL A POSTULAÇÃO DA PARTE. [...]" ([REsp 35370](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735370%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 03/09/1996, DJ 14/10/1996, p. 39023)

"[...] CPC, ART. 267, III (ABANDONO). IMPOSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO DE OFÍCIO. [...] NÃO SE FACULTA AO JUIZ, NA HIPÓTESE DO INCISO III DO ART. 267, CPC, EXTINGUIR O PROCESSO DE OFÍCIO, SENDO IMPRESCINDÍVEL O REQUERIMENTO DO RÉU. II - INADMISSÍVEL PRESUMIR-SE DESINTERESSE DO RÉU NO PROSSEGUIMENTO E SOLUÇÃO DA CAUSA." ([REsp 20408](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2720408%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 29/04/1992, DJ 01/06/1992, p. 8054)

"EXTINÇÃO DO PROCESSO CIVIL - ABANDONO DA CAUSA (ART. 267, III DO CPC) - DECRETAÇÃO DE OFÍCIO - LAUDO PERICIAL. A OMISSÃO QUE LEVA A SE EXTINGUIR O PROCESSO POR ABANDONO DA CAUSA DEVE RELACIONAR-SE COM ATO OU DILIGÊNCIA A SER PRATICADO PELO AUTOR. A FALTA DE APRESENTAÇÃO DE LAUDO PERICIAL PELO AUTOR NÃO AUTORIZA A EXTINÇÃO DO PROCESSO, POR ABANDONO. É DEFESO AO JUIZ DECLARAR, DE OFÍCIO, A EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM FUNDAMENTO NO ART. 267, III DO CPC." ([REsp 15575](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2715575%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/1992, DJ 13/04/1992, p. 4973)

"EXTINÇÃO DO PROCESSO - ABANDONO DA CAUSA PELO AUTOR - C. P. C. ART. 267, III. A EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM TAL FUNDAMENTO, NÃO PODE FAZER-SE DE OFÍCIO. NECESSIDADE DE REQUERIMENTO DA PARTE CONTRÁRIA." ([REsp 9442](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279442%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/09/1991, DJ 07/10/1991, p. 13963)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800199578&dt_publicacao=13/09/1999) | [168036](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800199578&dt_publicacao=13/09/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800199578&dt_publicacao=13/09/1999) | [1998/0019957-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800199578&dt_publicacao=13/09/1999) | [Decisão:05/08/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800199578&dt_publicacao=13/09/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/09/1999 | PG:00069 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00422 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00187 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00096 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700393216&dt_publicacao=15/12/1997) | [135147](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700393216&dt_publicacao=15/12/1997) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700393216&dt_publicacao=15/12/1997) | [1997/0039321-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700393216&dt_publicacao=15/12/1997) | [Decisão:29/10/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700393216&dt_publicacao=15/12/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/12/1997 | PG:66422 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00420 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00184 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00093 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300146890&dt_publicacao=14/10/1996) | [35370](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300146890&dt_publicacao=14/10/1996) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300146890&dt_publicacao=14/10/1996) | [1993/0014689-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300146890&dt_publicacao=14/10/1996) | [Decisão:03/09/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300146890&dt_publicacao=14/10/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/10/1996 | PG:39023 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00427 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00183 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00090 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00090 | PG:00323 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200068049&dt_publicacao=01/06/1992) | [20408](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200068049&dt_publicacao=01/06/1992) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200068049&dt_publicacao=01/06/1992) | [1992/0006804-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200068049&dt_publicacao=01/06/1992) | [Decisão:29/04/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200068049&dt_publicacao=01/06/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/06/1992 | PG:08054 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00412 |
| **RCJ** |  |  | VOL.:00051 | PG:00059 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00175 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00082 |
| **RTJE** |  |  | VOL.:00106 | PG:00217 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100209651&dt_publicacao=13/04/1992) | [15575](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100209651&dt_publicacao=13/04/1992) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100209651&dt_publicacao=13/04/1992) | [1991/0020965-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100209651&dt_publicacao=13/04/1992) | [Decisão:19/02/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100209651&dt_publicacao=13/04/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/04/1992 | PG:04973 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00407 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00171 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00079 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00031 | PG:00444 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100055999&dt_publicacao=07/10/1991) | [9442](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100055999&dt_publicacao=07/10/1991) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100055999&dt_publicacao=07/10/1991) | [1991/0005599-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100055999&dt_publicacao=07/10/1991) | [Decisão:17/09/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100055999&dt_publicacao=07/10/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/10/1991 | PG:13963 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00410 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00169 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00077 |

# SÚMULA 241

# DIREITO PENAL - APLICAÇÃO DA PENA

## Enunciado:

A reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:002848 ANO:1940

\*\*\*\*\* CP-40 CODIGO PENAL ART:00059 ART:00061 INC:00001

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

23/08/2000

## Fonte:

DJ DATA:15/09/2000 PG:00229 JSTJ VOL.:00020 PG:00433 LEXSTJ VOL.:00136 PG:00225 RSSTJ VOL.:00018 PG:00193 RSTJ VOL.:00144 PG:00101

RT VOL.:00781 PG:00530

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] SENTENÇA CONDENATÓRIA. DOSIMETRIA DA PENA. FUNDAMENTAÇÃO. REINCIDÊNCIA. [...]

Presentes as qualificadoras - concurso de agentes e uso de arma de fogo -perfeitamente possível o aumento da pena, em até a metade (CP, Art. 157, § 2º, I, II e III). Precedentes deste STJ. 3. Ordem parcialmente concedida para anular a sentença, tão-somente, na parte que consignou a vedada dupla valoração dos antecedentes do réu, para que, sem prejuízo à condenação, outra venha a ser proferida, fundamentando-se devidamente o aumento da pena-base." ([HC 9219](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279219%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SE, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 08/06/1999, DJ 16/08/1999, p. 85)

"[...] DOSIMETRIA DA PENA. MAUS ANTECEDENTES E REINCIDÊNCIA. DUPLA VALORAÇÃO. [...]

Considerados os maus antecedentes tanto na fixação da pena-base como no acolhimento da agravante da reincidência, dá-se provimento ao recurso a fim de, mantida a condenação, anular- se a decisão condenatória, para, excluindo-se a controvérsia aventada, fundamentar-se devidamente o aumento da pena-base. [...]" ([REsp 160171](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27160171%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 13/10/1998, DJ 23/11/1998, p. 194)

"[...] TRÁFICO DE ENTORPECENTES - CONDENAÇÃO - VALORAÇÃO DA PROVA - ENCADEAMENTO DE INDÍCIOS SÉRIOS - REINCIDÊNCIA - ELEVAÇÃO DA PENA-BASE E CONSIDERAÇÃO COMO AGRAVANTE - 'BIS IN IDEM' [...] POR OUTRO LADO, É DE SE CONCEDER, DE OFÍCIO, ORDEM DE 'HABEAS CORPUS' A FAVOR DO RECORRENTE, PARA, SEM PREJUÍZO DA CONDENAÇÃO, ANULAR- SE A SENTENÇA QUE, AO PASSO DE TER CONSIDERADO A REINCIDÊNCIA PARA ELEVAR A PENA- BASE, AINDA A EMPREGOU COMO AGRAVANTE, EM INTOLERÁVEL 'BIS IN IDEM'. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2795479%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [95479](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2795479%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) AM, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, SEXTA TURMA, julgado em 02/09/1997, DJ

06/10/1997, p. 50064)

"[...] PENA - INDIVIDUALIZAÇÃO - CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL - CIRCUNSTÂNCIA LEGAL - REINCIDÊNCIA - A PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL, EXPRESSAMENTE, REGISTRA O SISTEMA TRIFÁSICO PARA A INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA (ART. 68). A CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL É PONDERADA NA PRIMEIRA ETAPA (PENA-BASE) (ART. 59); A CIRCUNSTÂNCIA LEGAL, NA SEGUNDA (AGRAVANTE E ATENUANTE); POR FIM, AS CAUSAS DE AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DA PENA. A REINCIDÊNCIA É AGRAVANTE (C.P., ART. 61, I). TEM, POR ISSO, MOMENTO CERTO DE CONSIDERAÇÃO. SE O MAGISTRADO LEVA-A EM CONTA, NA PRIMEIRA ETAPA (CP, ART. 59) COMETE ERRO. E SE A CONSIDERA TAMBÉM NA SEGUNDA ETAPA, AFRONTA O PRINCÍPIO - 'NE BIS IN EADEM'." ([RHC 3947](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273947%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEXTA TURMA,

julgado em 26/09/1994, DJ 28/11/1994, p. 32641)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900362870&dt_publicacao=16/08/1999) | [9219](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900362870&dt_publicacao=16/08/1999) | [SE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900362870&dt_publicacao=16/08/1999) | [1999/0036287-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900362870&dt_publicacao=16/08/1999) | [Decisão:08/06/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900362870&dt_publicacao=16/08/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/08/1999 | PG:00085 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00438 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00197 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00103 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700924505&dt_publicacao=23/11/1998) | [160171](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700924505&dt_publicacao=23/11/1998) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700924505&dt_publicacao=23/11/1998) | [1997/0092450-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700924505&dt_publicacao=23/11/1998) | [Decisão:13/10/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700924505&dt_publicacao=23/11/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/11/1998 | PG:00194 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00435 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00203 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600302944&dt_publicacao=06/10/1997) | [95479](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600302944&dt_publicacao=06/10/1997) | [AM](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600302944&dt_publicacao=06/10/1997) | [1996/0030294-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600302944&dt_publicacao=06/10/1997) | [Decisão:02/09/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600302944&dt_publicacao=06/10/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/10/1997 | PG:50064 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00446 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00201 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00111 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400298323&dt_publicacao=28/11/1994) | [3947](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400298323&dt_publicacao=28/11/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400298323&dt_publicacao=28/11/1994) | [1994/0029832-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400298323&dt_publicacao=28/11/1994) | [Decisão:26/09/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400298323&dt_publicacao=28/11/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/11/1994 | PG:32641 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00442 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00207 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00107 |

# SÚMULA 242

# DIREITO PREVIDENCIÁRIO - TRABALHO RURAL

## Enunciado:

Cabe ação declaratória para reconhecimento de tempo de serviço para fins previdenciários.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00004 INC:00001

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

22/11/2000

## Fonte:

DJ DATA:27/11/2000 PG:00195 RSSTJ VOL.:00018 PG:00211 RSTJ VOL.:00144 PG:00119

RT VOL.:00783 PG:00226

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] TEMPO DE SERVIÇO. TRABALHADOR RURAL. PROVA TESTEMUNHAL. AÇÃO DECLARATÓRIA.

APLICABILIDADE. [...] Esta Corte já pacificou o entendimento no sentido da necessidade de comprovação da atividade rurícola por meio de início razoável de prova material, existente na espécie, bem como do cabimento da ação declaratória, para fins de averbação de tempo de serviço e concessão de benefício previdenciário futuro. [...]" ([REsp 235110](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27235110%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEXTA TURMA, julgado em 14/12/1999, DJ 21/02/2000, p. 224)

"[...] AÇÃO DECLARATÓRIA. TEMPO DE SERVIÇO RURAL. INÍCIO DE PROVA. SÚMULA 149-STJ. [...]

Cabível ação declaratória para declarar tempo de serviço para fins previdenciários. 2. O reconhecimento de tempo de serviço rurícola depende de razoável início de prova documental da atividade laborativa rural. Súmula 149-STJ. [...]" ([REsp 213704](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27213704%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 02/12/1999, DJ 07/02/2000, p. 174)

"[...] AÇÃO DECLARATÓRIA. CABIMENTO. [...] Cabível a ação declaratória para o reconhecimento de tempo de serviço visando percepção de benefício. [...]" ([REsp 227254](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27227254%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 26/10/1999, DJ 29/11/1999, p. 196)

"[...] AÇÃO DECLARATÓRIA. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO RURAL. COMPROVAÇÃO. IDONEIDADE. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. SÚMULA 149/STJ. [...] Este Tribunal já

pacificou entendimento, no sentido de reconhecer que a ação declaratória é meio processual adequado para comprovar tempo de serviço visando à percepção de benefícios previdenciários. 2. 'A prova testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário.' (Súmula nº 149 - STJ). [...]" ([REsp 214794](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27214794%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 28/09/1999, DJ 21/02/2000, p. 205)

"[...] TEMPO DE SERVIÇO PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. COMPROVAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA. INSTRUMENTO IDÔNEO. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. PROVA DA ATIVIDADE RURÍCOLA. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA DOCUMENTAL. SÚMULA N°149/STJ. [...] A

ação declaratória, segundo o comando expresso no art. 4°, do Código de Processo Civil, é instrumento processual adequado para resolver incerteza sobre a existência de uma relação jurídica, sendo patente o interesse de agir do segurado da Previdência Social que postula, por essa via processual, o reconhecimento de tempo de serviço para efeito de percepção de benefício. - A jurisprudência da Egrégia Terceira Seção consolidou o entendimento que deu origem à Súmula n°149 desta Corte, no sentido de que, para fins de obtenção de aposentadoria previdenciária por idade, deve o trabalhador rural provar sua atividade no campo por meio de, pelo menos, início razoável de prova documental, sendo suficientes as anotações do registro do casamento civil. [...]" ([REsp 196079](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27196079%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 23/02/1999, DJ 12/04/1999, p. 218)

"[...] AÇÃO DECLARATÓRIA. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO. POSSIBILIDADE DA VIA ELEITA

PARA O FIM COLIMADO. [...] A ação declaratória é meio processual idôneo quando se busca reconhecimento de tempo de serviço, com vistas à concessão de futuro benefício previdenciário. Precedentes da 3ª Seção. [...]" ([EREsp 113305](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27113305%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 11/11/1998, DJ 14/12/1998, p. 91)

"[...] TRABALHADOR URBANO. COMPROVAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO POR MEIO DE AÇÃO DECLARATÓRIA. ADMISSIBILIDADE. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL.

INADMISSIBILIDADE. [...] Remansosa jurisprudência desta Corte admite ação declaratória para comprovação de tempo de serviço com vistas à obtenção de benefício previdenciário futuro. - A orientação firmada na jurisprudência deste Tribunal é no sentido de que a prova exclusivamente testemunhal não é suficiente para comprovar tempo de serviço, sendo imprescindível, pelo menos, início razoável de prova documental, inexistente nos presentes autos. [...]" ([REsp 180764](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27180764%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/09/1998, DJ 05/10/1998, p. 159)

"[...] AÇÃO DECLARATÓRIA - CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO - COMPROVAÇÃO. [...] Pacífica a

jurisprudência deste Tribunal no sentido de considerar idônea a ação declaratória para o reconhecimento de tempo de serviço rural para efeito de percepção de benefício. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27177986%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [177986](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27177986%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, SEXTA TURMA, julgado em 08/09/1998, DJ

01/02/1999, p. 245)

"[...] TEMPO DE SERVIÇO - COMPROVAÇÃO - A ação declaratória é cabível para efeitos de comprovação de tempo de serviço rural. - Para fins de obtenção de aposentadoria previdenciária por tempo de serviço, deve o trabalhador provar o exercício de sua atividade por meio de, pelo menos, início razoável de prova documental. [...]" ([REsp 180591](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27180591%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 08/09/1998, DJ 19/10/1998, p. 152)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900946880&dt_publicacao=21/02/2000) | [235110](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900946880&dt_publicacao=21/02/2000) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900946880&dt_publicacao=21/02/2000) | [1999/0094688-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900946880&dt_publicacao=21/02/2000) | [Decisão:14/12/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900946880&dt_publicacao=21/02/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/02/2000 | PG:00224 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00442 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00240 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00146 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900411536&dt_publicacao=07/02/2000) | [213704](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900411536&dt_publicacao=07/02/2000) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900411536&dt_publicacao=07/02/2000) | [1999/0041153-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900411536&dt_publicacao=07/02/2000) | [Decisão:02/12/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900411536&dt_publicacao=07/02/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/02/2000 | PG:00174 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00429 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00231 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00138 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900743792&dt_publicacao=29/11/1999) | [227254](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900743792&dt_publicacao=29/11/1999) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900743792&dt_publicacao=29/11/1999) | [1999/0074379-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900743792&dt_publicacao=29/11/1999) | [Decisão:26/10/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900743792&dt_publicacao=29/11/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/11/1999 | PG:00196 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00427 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00237 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00144 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900430670&dt_publicacao=21/02/2000) | [214794](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900430670&dt_publicacao=21/02/2000) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900430670&dt_publicacao=21/02/2000) | [1999/0043067-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900430670&dt_publicacao=21/02/2000) | [Decisão:28/09/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900430670&dt_publicacao=21/02/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/02/2000 | PG:00205 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00439 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00235 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00141 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800872450&dt_publicacao=12/04/1999) | [196079](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800872450&dt_publicacao=12/04/1999) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800872450&dt_publicacao=12/04/1999) | [1998/0087245-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800872450&dt_publicacao=12/04/1999) | [Decisão:23/02/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800872450&dt_publicacao=12/04/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/04/1999 | PG:00218 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00435 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00226 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00133 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800222189&dt_publicacao=14/12/1998) | [113305](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800222189&dt_publicacao=14/12/1998) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800222189&dt_publicacao=14/12/1998) | [1998/0022218-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800222189&dt_publicacao=14/12/1998) | [Decisão:11/11/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800222189&dt_publicacao=14/12/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/12/1998 | PG:00091 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00417 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00215 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00121 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800489878&dt_publicacao=05/10/1998) | [180764](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800489878&dt_publicacao=05/10/1998) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800489878&dt_publicacao=05/10/1998) | [1998/0048987-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800489878&dt_publicacao=05/10/1998) | [Decisão:15/09/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800489878&dt_publicacao=05/10/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/10/1998 | PG:00159 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00424 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00223 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00130 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800423648&dt_publicacao=01/02/1999) | [177986](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800423648&dt_publicacao=01/02/1999) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800423648&dt_publicacao=01/02/1999) | [1998/0042364-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800423648&dt_publicacao=01/02/1999) | [Decisão:08/09/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800423648&dt_publicacao=01/02/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/02/1999 | PG:00245 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00433 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00217 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00123 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800487212&dt_publicacao=19/10/1998) | [180591](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800487212&dt_publicacao=19/10/1998) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800487212&dt_publicacao=19/10/1998) | [1998/0048721-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800487212&dt_publicacao=19/10/1998) | [Decisão:08/09/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800487212&dt_publicacao=19/10/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/10/1998 | PG:00152 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00419 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00219 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00125 |

# SÚMULA 243

# DIREITO PROCESSUAL PENAL - SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO

## Enunciado:

O benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um (01) ano.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:002848 ANO:1940

\*\*\*\*\* CP-40 CODIGO PENAL ART:00069 ART:00070

LEG:FED LEI:009099 ANO:1995

\*\*\*\*\* LJE-95 LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS

ART:00089

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

11/12/2000

## Fonte:

DJ DATA:05/02/2001 PG:00157 RSSTJ VOL.:00018 PG:00243 RSTJ VOL.:00144 PG:00149

RT VOL.:00785 PG:00547

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] CORRUPÇÃO PASSIVA. DENÚNCIA. PRINCÍPIOS A OBRIGATORIEDADE E DA INDIVISIBILIDADE. INAPLICABILIDADE. SUSPENSÃO DO PROCESSO. LEI N. 9.099/95 (ART. 89).

PENA MÍNIMA COMINADA. CONCURSO MATERIAL. - Não há ofensa aos princípios a obrigatoriedade e da indivisibilidade da ação penal o oferecimento de denúncia por crime de corrupção passiva sem inclusão na peça acusatória dos agentes da corrupção ativa. - A expressão pena mínima cominada não superior a um ano, requisito necessário para a concessão do sursis processual, deve ser compreendida de modo restrito, sendo inadmissível o favor legal na hipótese de concurso material de delitos, em que o somatório das penas mínimas ultrapassa ao citado limite. [...]" ([HC 7560](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277560%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 14/12/1999, DJ 08/03/2000, p. 162)

"PENAL. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. CONCURSO DE CRIMES. [...] No cálculo da

pena mínima para fins de suspensão do processo (art. 89, da Lei nº 9.099/95) leva-se em conta a soma das penas no caso de concurso material de crimes. Assim, não faz jus ao benefício o condenado, cuja soma dessas penas, ultrapasse o lapso de um ano. [...]" ([EREsp 164326](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27164326%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 12/05/1999, DJ 31/05/1999, p. 78)

"[...] PROCESSUAL PENAL. LEI 9.099/95. ART. 89. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. ESTELIONATO EM CONCURSO MATERIAL. (ART. 171, C/C O ART. 69, DO CP). IMPOSSIBILIDADE.

Afasta-se da esfera de aplicação da suspensão condicional do processo os crimes com pena mínima não superior a um ano, mas cometidos em concurso formal, material ou em continuidade delitiva, se a soma das penas mínimas cominadas a cada delito individualmente ultrapassar aquele quantum. [...]" ([REsp 196049](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27196049%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/04/1999, DJ 31/05/1999, p. 182)

"[...] LEI Nº 9.099/95. CONCURSO FORMAL DE CRIMES. CONSIDERAÇÃO DO AUMENTO MÍNIMO. INAPLICABILIDADE DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. [...] A suspensão condicional

do processo, prevista no art. 89 da Lei nº 9.099/95, é inaplicável aos crimes cometidos em concurso material, formal, ou em continuidade, se a soma das penas mínimas cominadas a cada crime, a consideração do aumento mínimo de 1/6, ou o cômputo da majorante do crime continuado, conforme o caso, ultrapassar o quantum de 01 ano. [...]" ([RHC 8331](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278331%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 25/03/1999, DJ 17/05/1999, p. 220)

"[...] 'SURSIS PROCESSUAL'. CONCURSO MATERIAL. - 'Habeas corpus'. Acerto de sua denegação, na origem, harmônica com o entendimento assentado por este Superior Tribunal, no sentido de que, no caso de concurso material, somam-se as penas mínimas para efeito da suspensão do processo (Lei 9.099/95, art. 89)." ([HC 7583](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277583%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 15/09/1998, DJ 13/10/1998, p. 140)

"[...] LEI Nº 9099/95. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. MAJORANTE (CRIME

CONTINUADO). [...] Para verificação dos requisitos da suspensão condicional do processo (art. 89), a majorante do crime continuado deve ser computada. II - A eventual divergência entre o agente do 'Parquet' e o Órgão Julgador, acerca do oferecimento da suspensão se resolve, analogicamente, com o mecanismo do art. 28 do CPP. [...]" ([RHC 7779](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277779%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 25/08/1998, DJ 13/10/1998, p. 143)

"[...] SUSPENSÃO DO PROCESSO EM CASO DE CONCURSO DE CRIMES [...] NÃO FAZ JUS AO BENEFÍCIO DA SUSPENSÃO PROCESSUAL PACIENTE DENUNCIADO POR CONCURSO DE ÍCRIMES, QUANDO A SOMA DAS PENAS MÍNIMAS, QUER ATRAVÉS DO CONCURSO MATERIAL, QUER FORMAL, ULTRAPASSE O LAPSO DE 1 (UM) ANO. [...]" ([HC 5141](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275141%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, SEXTA TURMA, julgado em 09/04/1997, DJ 02/06/1997, p. 23856)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800376232&dt_publicacao=08/03/2000) | [7560](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800376232&dt_publicacao=08/03/2000) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800376232&dt_publicacao=08/03/2000) | [1998/0037623-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800376232&dt_publicacao=08/03/2000) | [Decisão:14/12/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800376232&dt_publicacao=08/03/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/03/2000 | PG:00162 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00447 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00397 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00121 | PG:00271 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00254 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00144 | PG:00158 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900004973&dt_publicacao=31/05/1999) | [164326](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900004973&dt_publicacao=31/05/1999) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900004973&dt_publicacao=31/05/1999) | [1999/0000497-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900004973&dt_publicacao=31/05/1999) | [Decisão:12/05/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900004973&dt_publicacao=31/05/1999) |
| **DJ** |  | |  | DATA:31/05/1999 | PG:00078 |
| **JSTJ** |  | |  | VOL.:00022 | PG:00423 |
| **RCJ** |  | |  | VOL.:00087 | PG:00156 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00018 | PG:00247 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00121 | PG:00419 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00144 | PG:00151 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800871934&dt_publicacao=31/05/1999) | [196049](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800871934&dt_publicacao=31/05/1999) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800871934&dt_publicacao=31/05/1999) | [1998/0087193-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800871934&dt_publicacao=31/05/1999) | [Decisão:27/04/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800871934&dt_publicacao=31/05/1999) |
| **DJ** |  |  | | DATA:31/05/1999 | PG:00182 |
| **JSTJ** |  |  | | VOL.:00022 | PG:00439 |
| **RMP** |  |  | | VOL.:00016 | PG:00354 |
| **RSSTJ** |  |  | | VOL.:00018 | PG:00263 |
| **RSTJ** |  |  | | VOL.:00144 | PG:00177 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900067444&dt_publicacao=17/05/1999) | [8331](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900067444&dt_publicacao=17/05/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900067444&dt_publicacao=17/05/1999) | | [1999/0006744-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900067444&dt_publicacao=17/05/1999) | [Decisão:25/03/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900067444&dt_publicacao=17/05/1999) |
| **DJ** |  |  | | DATA:17/05/1999 | PG:00220 |
| **JSTJ** |  |  | | VOL.:00022 | PG:00435 |
| **RSSTJ** |  |  | | VOL.:00018 | PG:00272 |
| **RSTJ** |  |  | | VOL.:00144 | PG:00173 |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800393412&dt_publicacao=13/10/1998) | [7583](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800393412&dt_publicacao=13/10/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800393412&dt_publicacao=13/10/1998) | | [1998/0039341-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800393412&dt_publicacao=13/10/1998) | [Decisão:15/09/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800393412&dt_publicacao=13/10/1998) |
| **DJ** |  |  | | DATA:13/10/1998 | PG:00140 |
| **JSTJ** |  |  | | VOL.:00022 | PG:00432 |
| **RSSTJ** |  |  | | VOL.:00018 | PG:00260 |
| **RSTJ** |  |  | | VOL.:00144 | PG:00164 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800517413&dt_publicacao=13/10/1998) | [7779](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800517413&dt_publicacao=13/10/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800517413&dt_publicacao=13/10/1998) | | [1998/0051741-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800517413&dt_publicacao=13/10/1998) | [Decisão:25/08/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800517413&dt_publicacao=13/10/1998) |
| **DJ** |  |  | | DATA:13/10/1998 | PG:00143 |
| **JSTJ** |  |  | | VOL.:00022 | PG:00426 |
| **RSSTJ** |  |  | | VOL.:00018 | PG:00267 |
| **RSTJ** |  |  | | VOL.:00144 | PG:00167 |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600636427&dt_publicacao=02/06/1997) | [5141](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600636427&dt_publicacao=02/06/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600636427&dt_publicacao=02/06/1997) | | [1996/0063642-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600636427&dt_publicacao=02/06/1997) | [Decisão:09/04/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600636427&dt_publicacao=02/06/1997) |
| **DJ** |  |  | | DATA:02/06/1997 | PG:23856 |
| **JSTJ** |  |  | | VOL.:00022 | PG:00443 |
| **LEXSTJ** |  |  | | VOL.:00098 | PG:00309 |
| **RSSTJ** |  |  | | VOL.:00018 | PG:00250 |
| **RSTJ** |  |  | | VOL.:00144 | PG:00155 |

# SÚMULA 244

# DIREITO PENAL - ESTELIONATO

## Enunciado:

Compete ao foro do local da recusa processar e julgar o crime de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:002848 ANO:1940

\*\*\*\*\* CP-40 CODIGO PENAL ART:00171 PAR:00002 INC:00006

LEG:FED DEL:003689 ANO:1941

\*\*\*\*\* CPP-41 CODIGO DE PROCESSO PENAL ART:00069 INC:00001 ART:00070

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

13/12/2000

## Fonte:

DJ DATA:01/02/2001 PG:00302 RSSTJ VOL.:00018 PG:00277 RSTJ VOL.:00144 PG:00183

RT VOL.:00785 PG:00547

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] CHEQUE SEM PROVISÃO DE FUNDOS. COMPETÊNCIA. LOCAL DA RECUSA PELO SACADO.

Segundo o comando expresso na súmula 521, do Supremo Tribunal Federal, o foro competente para processar e julgar crime de estelionato, sob a forma de emissão de cheque sem provisão de fundos, é o local onde ocorreu a recusa do pagamento pelo sacado. [...]" ([CC 20880](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2720880%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro VICENTE LEAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 25/11/1998, DJ 17/02/1999, p. 114)

"- CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PROCESSUAL PENAL. ESTELIONATO. CHEQUE PRÉ-DATADO. DEVOLUÇÃO SEM PROVISÃO DE FUNDOS. LOCAL DA RECUSA. SUM. 521/STF. - Conforme

entendimento sumular (Sum. 521/STF), compete ao juízo da Comarca em que houve a recusa do cheque por insuficiência de fundos, processar e julgar o delito. [...]" ([CC 19777](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2719777%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 12/08/1998, DJ 08/09/1998, p. 18)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PROCESSUAL PENAL. FRAUDE NO PAGAMENTO POR MEIO DE

CHEQUES (ART. 171, § 2º, INCISO VI DO CP). O foro competente, no caso do estelionato na modalidade de cheque sem fundos, é o do local onde se deu a recusa do pagamento. [...]" ([CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2721700%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [21700](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2721700%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 24/06/1998, DJ 17/08/1998,

p. 19)

"[...] COMPETÊNCIA - CHEQUE SEM FUNDOS - O FORO COMPETENTE PARA O PROCESSO E JULGAMENTO DO CRIME DE ESTELIONATO, SOB A MODALIDADE DE CHEQUE SEM A SUFICIENTE PROVISÃO, EM PODER DO SACADO, É DO LOCAL ONDE SE DEU A RECUSA DO PAGAMENTO." ([CC 15038](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2715038%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, TERCEIRA SEÇÃO,

julgado em 10/09/1997, DJ 16/03/1998, p. 13)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ESTELIONATO. EMISSÃO DOLOSA DE CHEQUE SEM FUNDO. SÚMULA 521, DO STF. O FORO COMPETENTE É O LOCAL ONDE SE DEU A RECUSA DO PAGAMENTO PELO SACADO." ([CC 6129](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276129%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro JOSE CANDIDO DE CARVALHO FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 17/03/1994, DJ 30/05/1994, p. 13441)

"[...] COMPETÊNCIA - CHEQUE SEM FUNDOS - O FORO COMPETENTE PARA O PROCESSO E JULGAMENTO DO CRIME DE ESTELIONATO, SOB A MODALIDADE DE CHEQUE SEM A SUFICIENTE PROVISÃO, EM PODER DO SACADO, É DE LOCAL ONDE SE DEU A RECUSA DO PAGAMENTO." ([CC 3283](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273283%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, TERCEIRA SEÇÃO,

julgado em 01/04/1993, DJ 30/08/1993, p. 17263)

"[...] COMPETÊNCIA. EMISSÃO DE CHEQUE SEM PROVISÃO DE FUNDOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 521 DO E. STF, IN VERBIS: ''O FORO COMPETENTE PARA O PROCESSO E O JULGAMENTO DOS CRIMES DE ESTELIONATO, SOB A MODALIDADE DOLOSA DE CHEQUE SEM PROVISÃO DE FUNDOS, É O DO LOCAL ONDE SE DEU A RECUSA DO PAGAMENTO PELO SACADO.' [...]" ([CC 1932](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271932%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro CARLOS THIBAU, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 20/06/1991, DJ 30/09/1991, p. 13462)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700739880&dt_publicacao=17/02/1999) | [20880](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700739880&dt_publicacao=17/02/1999) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700739880&dt_publicacao=17/02/1999) | [1997/0073988-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700739880&dt_publicacao=17/02/1999) | [Decisão:25/11/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700739880&dt_publicacao=17/02/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/02/1999 | PG:00114 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00292 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00195 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700349799&dt_publicacao=08/09/1998) | [19777](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700349799&dt_publicacao=08/09/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700349799&dt_publicacao=08/09/1998) | [1997/0034979-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700349799&dt_publicacao=08/09/1998) | [Decisão:12/08/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700349799&dt_publicacao=08/09/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/09/1998 | PG:00018 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00289 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00193 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800090347&dt_publicacao=17/08/1998) | [21700](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800090347&dt_publicacao=17/08/1998) | [PA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800090347&dt_publicacao=17/08/1998) | [1998/0009034-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800090347&dt_publicacao=17/08/1998) | [Decisão:24/06/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800090347&dt_publicacao=17/08/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/08/1998 | PG:00019 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00294 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00198 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500446545&dt_publicacao=16/03/1998) | [15038](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500446545&dt_publicacao=16/03/1998) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500446545&dt_publicacao=16/03/1998) | [1995/0044654-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500446545&dt_publicacao=16/03/1998) | [Decisão:10/09/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500446545&dt_publicacao=16/03/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/03/1998 | PG:00013 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00287 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00190 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300263919&dt_publicacao=30/05/1994) | [6129](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300263919&dt_publicacao=30/05/1994) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300263919&dt_publicacao=30/05/1994) | [1993/0026391-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300263919&dt_publicacao=30/05/1994) | [Decisão:17/03/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300263919&dt_publicacao=30/05/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/05/1994 | PG:13441 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00285 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00189 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200185240&dt_publicacao=30/08/1993) | [3283](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200185240&dt_publicacao=30/08/1993) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200185240&dt_publicacao=30/08/1993) | [1992/0018524-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200185240&dt_publicacao=30/08/1993) | [Decisão:01/04/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200185240&dt_publicacao=30/08/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/08/1993 | PG:17263 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00283 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00187 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100055794&dt_publicacao=30/09/1991) | [1932](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100055794&dt_publicacao=30/09/1991) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100055794&dt_publicacao=30/09/1991) | [1991/0005579-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100055794&dt_publicacao=30/09/1991) | [Decisão:20/06/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100055794&dt_publicacao=30/09/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/09/1991 | PG:13462 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00281 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00185 |

# SÚMULA 245

# DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

## Enunciado:

A notificação destinada a comprovar a mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária dispensa a indicação do valor do débito.

Referências Legislativas: LEG:FED DEL:000911 ANO:1969 ART:00002 PAR:00002

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

28/03/2001

## Fonte:

DJ DATA:17/04/2001 PG:00149 RSSTJ VOL.:00018 PG:00299 RSTJ VOL.:00144 PG:00203

RT VOL.:00787 PG:00183

## Excerto dos Precedentes Originários:

"ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO. A notificação destinada à

comprovação da mora do devedor não precisa indicar o valor atualizado do débito. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27113060%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [113060](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27113060%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, Rel. p/ Acórdão Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/08/2000, DJ 05/02/2001, p. 71)

"[...] ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DECRETO-LEI 911/69, ART. 2º, § 2º. NOTIFICAÇÃO. DEMONSTRATIVO DO DÉBITO GARANTIDO FIDUCIARIAMENTE. PRESCINDIBILIDADE. [...] A

jurisprudência da Corte vem se firmando no sentido de que, na notificação prevista no art. 2º, § 2º do Decreto-Lei 911/69, não se mostra imprescindível o demonstrativo da dívida garantida pelo alienante fiduciário, sendo bastante a referência ao contrato inadimplido." ([REsp 231128](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27231128%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 16/11/1999, DJ 14/02/2000, p. 43)

"Alienação Fiduciária. Não é obrigatória a especificação do valor do débito, na notificação, para a comprovação da mora do devedor." ([REsp 196668](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27196668%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/05/1999, DJ 30/08/1999, p. 70)

"[...] ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DECRETO-LEI 911/69, ART. 2º, § 2º. NOTIFICAÇÃO. DEMONSTRATIVO DO DÉBITO GARANTIDO FIDUCIARIAMENTE. PRESCINDIBILIDADE. [...] A

jurisprudência da Corte vem se firmando no sentido de que, na notificação prevista no art. 2º, § 2º do Decreto-Lei 911/69, não se mostra imprescindível o demonstrativo da dívida garantida pelo alienante fiduciário, sendo bastante a referência ao contrato inadimplido." ([REsp 164830](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27164830%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 18/08/1998, DJ 05/10/1998, p. 100)

"ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. LIQUIDEZ DO DÉBITO. [...] Para formular o

pedido de busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, basta ao credor fazer referência ao contrato não adimplido e comprovar a mora do devedor, sendo inoportuna no limiar da lide a discussão em torno da liquidez do débito. [...]" ([REsp 142755](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27142755%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 09/06/1998, DJ 21/09/1998, p. 181)

"ALIENAÇÃO FIDUCIARIA. CONSTITUIÇÃO EM MORA. FALTA DE INDICAÇÃO DO VALOR DO DÉBITO. [...] COMO ESTÁ EM PRECEDENTE DA CORTE, A NOTIFICAÇÃO SERVE, APENAS A COMPROVAÇÃO DA MORA, COM O QUE 'NÃO É DE EXIGIR-SE, PARA ESSE EFEITO, MAIS DO QUE A REFERÊNCIA AO CONTRATO INADIMPLIDO, SENDO CERTO QUE, UMA VEZ ADMITIDA A PURGAÇÃO DA MORA, OS AUTOS SÃO REMETIDOS AO CONTADOR PARA CÁLCULO DO DÉBITO EXISTENTE, NA CONFORMIDADE DO DISPOSTO NO PARÁGRAFO 4. DO ART. 3. DO MULTICITADO DECRETO-LEI'. [...]" ([REsp 111227](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27111227%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/02/1998, DJ 13/04/1998, p. 116)

"ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - BUSCA E APREENSÃO - MORA - COMPROVAÇÃO - REQUISITOS [...] JURISPRUDÊNCIA QUE SE FIRMA, NO SENTIDO DE RECONHECER QUE, A TEOR DO DISPOSTO NO PARÁGRAFO 2., DO ART. 2., DO DECRETO-LEI 911/69, NAS DÍVIDAS GARANTIDAS POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, A MORA CONSTITUI-SE EX RE, EXIGINDO-SE, PARA COMPROVA-LA, A SIMPLES NOTIFICAÇÃO, VIA CARTÓRIO, CONTENDO REFERÊNCIA, APENAS, AO CONTRATO INADIMPLIDO. INADMISSÍVEL EXIGÊNCIA NO SENTIDO DE CONDICIONAR A VALIDADE DA NOTIFICAÇÃO A ESPECIALIZAÇÃO, NO RESPECTIVO DOCUMENTO, DO 'QUANTUM DEBEATUR'. [...]" ([REsp 109918](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27109918%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/12/1997, DJ 04/05/1998, p. 153)

"ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. CONSTITUIÇÃO EM MORA. NAS DÍVIDAS GARANTIDAS POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, A MORA CONSTITUI-SE 'EX RE', SEGUNDO O DISPOSTO NO PAR. 2. DO ART. 2. DO DECRETO-LEI N. 911/69, COM A NOTIFICAÇÃO SERVINDO APENAS A SUA COMPROVAÇÃO, NÃO SENDO DE EXIGIR-SE, PARA ESSE EFEITO, MAIS DO QUE A REFERÊNCIA AO CONTRATO INADIMPLIDO. [...]" ([REsp 37535](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2737535%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, TERCEIRA TURMA, julgado em 30/09/1993, DJ 25/10/1993, p. 22492)

Precedentes:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600711224&dt_publicacao=05/02/2001) | [113060 RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600711224&dt_publicacao=05/02/2001) | [1996/0071122-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600711224&dt_publicacao=05/02/2001) | [Decisão:23/08/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600711224&dt_publicacao=05/02/2001) |
| **DJ** |  | DATA:05/02/2001 | PG:00071 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00188 | PG:00115 |
| **RSSTJ**  **RSTJ** |  |  | VOL.:00018  VOL.:00144 | PG:00312  PG:00215 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900842537&dt_publicacao=14/02/2000) | [231128](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900842537&dt_publicacao=14/02/2000) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900842537&dt_publicacao=14/02/2000) | [1999/0084253-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900842537&dt_publicacao=14/02/2000) | [Decisão:16/11/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900842537&dt_publicacao=14/02/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/02/2000 | PG:00043 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00331 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00234 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800882227&dt_publicacao=30/08/1999) | [196668](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800882227&dt_publicacao=30/08/1999) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800882227&dt_publicacao=30/08/1999) | [1998/0088222-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800882227&dt_publicacao=30/08/1999) | [Decisão:13/05/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800882227&dt_publicacao=30/08/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/08/1999 | PG:00070 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00328 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00231 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800121188&dt_publicacao=05/10/1998) | [164830](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800121188&dt_publicacao=05/10/1998) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800121188&dt_publicacao=05/10/1998) | [1998/0012118-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800121188&dt_publicacao=05/10/1998) | [Decisão:18/08/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800121188&dt_publicacao=05/10/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/10/1998 | PG:00100 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00324 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00227 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700545393&dt_publicacao=21/09/1998) | [142755](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700545393&dt_publicacao=21/09/1998) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700545393&dt_publicacao=21/09/1998) | [1997/0054539-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700545393&dt_publicacao=21/09/1998) | [Decisão:09/06/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700545393&dt_publicacao=21/09/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/09/1998 | PG:00181 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00319 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00222 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600666377&dt_publicacao=13/04/1998) | [111227](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600666377&dt_publicacao=13/04/1998) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600666377&dt_publicacao=13/04/1998) | [1996/0066637-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600666377&dt_publicacao=13/04/1998) | [Decisão:19/02/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600666377&dt_publicacao=13/04/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/04/1998 | PG:00116 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00310 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00212 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600628483&dt_publicacao=04/05/1998) | [109918](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600628483&dt_publicacao=04/05/1998) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600628483&dt_publicacao=04/05/1998) | [1996/0062848-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600628483&dt_publicacao=04/05/1998) | [Decisão:04/12/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600628483&dt_publicacao=04/05/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/05/1998 | PG:00153 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00306 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00208 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300218204&dt_publicacao=25/10/1993) | [37535](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300218204&dt_publicacao=25/10/1993) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300218204&dt_publicacao=25/10/1993) | [1993/0021820-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300218204&dt_publicacao=25/10/1993) | [Decisão:30/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300218204&dt_publicacao=25/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/10/1993 | PG:22492 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00303 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00205 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00057 | PG:00402 |

# SÚMULA 246

# DIREITO CIVIL - DPVAT

## Enunciado:

O valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:00159 ART:01518

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

28/03/2001

## Fonte:

DJ DATA:17/04/2001 PG:00149 RSSTJ VOL.:00018 PG:00335 RSTJ VOL.:00144 PG:00239

RT VOL.:00787 PG:00183

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - MORTE DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - SEGURO

OBRIGATÓRIO - DEDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. [...] A verba recebida pelos autores da indenizatória a título de seguro obrigatório deve ser deduzida do montante da indenização. [...]" ([REsp 219035](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27219035%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/05/2000, DJ 26/06/2000, p. 162)

"[...] INDENIZAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO. O valor recebido por conta do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização fixada judicialmente. [...]" ([REsp 117111](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27117111%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/04/2000, DJ 08/05/2000, p. 88)

"[...] AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE DA VÍTIMA. CONDENAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO. VALOR DA COBERTURA. DEDUTIBILIDADE DO

MONTANTE DA INDENIZAÇÃO. [...] O valor do seguro obrigatório recebido pelos autores deve ser deduzido do montante da indenização a que foi condenada a empresa transportadora pela morte do passageiro. [...]" ([REsp 73508](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2773508%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA,

julgado em 06/04/2000, DJ 26/06/2000, p. 174)

"Responsabilidade civil. Acidente sofrido por passageiro. [...] Seguro obrigatório. [...] O valor do seguro obrigatório, como assentado pela Corte, deve ser descontado da indenização fixada. [...]" ([REsp 174382](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27174382%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/10/1999, DJ 13/12/1999, p. 141)

"[...] AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. MORTE DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO

OBRIGATÓRIO. DEDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. [...] A verba recebida pelos autores da indenizatória, a título de seguro obrigatório, deve ser deduzida do montante da indenização. [...]" ([REsp 106396](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27106396%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 13/04/1999, DJ 14/06/1999, p. 195)

"[...] RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE. [...] SEGURO OBRIGATÓRIO. DEDUÇÃO. [...] A VERBA RECEBIDA A TÍTULO DE SEGURO OBRIGATÓRIO NÃO IMPEDE O RECEBIMENTO DE QUALQUER OUTRA INDENIZAÇÃO, MAS DEVE SER ABATIDA DO MONTANTE DA CONDENAÇÃO." ([REsp 119963](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27119963%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PI, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA

TURMA, julgado em 07/05/1998, DJ 22/06/1998, p. 86)

"ACIDENTE DE VEÍCULO. FALECIMENTO DA VÍTIMA. INDENIZAÇÃO AOS FAMILIARES. SEGURO OBRIGATÓRIO. DEDUÇÃO DO 'QUANTUM' A SER INDENIZADO PELA RÉ. [...] O SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS TEM A FINALIDADE DE REPARAR, AO MENOS PARCIALMENTE, OS DANOS CAUSADOS POR ACIDENTES DE TRÂNSITO, DEVENDO, POR ESTA RAZÃO, SER DEDUZIDO DO VALOR A SER PAGO À VÍTIMA OU AOS FAMILIARES PELO RÉU A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR RESPONSABILIDADE CIVIL. [...]" ([REsp 59823](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2759823%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/11/1996, DJ 16/12/1996, p. 50864)

"ACIDENTE DE VEÍCULO - INDENIZAÇÃO - SEGURO OBRIGATÓRIO. A IMPORTÂNCIA RECEBIDA PELA VÍTIMA, EM VIRTUDE DO SEGURO EFETUADO PELO CAUSADOR DO DANO, HÁ DE SER DESCONTADA DA INDENIZAÇÃO A CUJO PAGAMENTO FOR ESSE CONDENADO." ([REsp 39684](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2739684%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ,

Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/05/1996, DJ 03/06/1996, p. 19247)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900521420&dt_publicacao=26/06/2000) | [219035](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900521420&dt_publicacao=26/06/2000) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900521420&dt_publicacao=26/06/2000) | [1999/0052142-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900521420&dt_publicacao=26/06/2000) | [Decisão:02/05/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900521420&dt_publicacao=26/06/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/06/2000 | PG:00162 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00369 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00272 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700022595&dt_publicacao=08/05/2000) | [117111](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700022595&dt_publicacao=08/05/2000) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700022595&dt_publicacao=08/05/2000) | [1997/0002259-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700022595&dt_publicacao=08/05/2000) | [Decisão:10/04/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700022595&dt_publicacao=08/05/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/05/2000 | PG:00088 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00354 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00256 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500442841&dt_publicacao=26/06/2000) | [73508](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500442841&dt_publicacao=26/06/2000) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500442841&dt_publicacao=26/06/2000) | [1995/0044284-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500442841&dt_publicacao=26/06/2000) | [Decisão:06/04/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500442841&dt_publicacao=26/06/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/06/2000 | PG:00174 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00345 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00247 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800365842&dt_publicacao=13/12/1999) | [174382](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800365842&dt_publicacao=13/12/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800365842&dt_publicacao=13/12/1999) | [1998/0036584-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800365842&dt_publicacao=13/12/1999) | [Decisão:05/10/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800365842&dt_publicacao=13/12/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/12/1999 | PG:00141 |
| **LEXJTACSP** | |  | VOL.:00182 | PG:00640 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00018 | PG:00362 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00130 | PG:00273 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00144 | PG:00265 |
| [REsp 106396](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600554374&dt_publicacao=14/06/1999) | | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600554374&dt_publicacao=14/06/1999) | [1996/0055437-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600554374&dt_publicacao=14/06/1999) | [Decisão:13/04/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600554374&dt_publicacao=14/06/1999) |
| **DJ** | |  | DATA:14/06/1999 | PG:00195 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00018 | PG:00349 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00144 | PG:00251 |
| [REsp 119963](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700109666&dt_publicacao=22/06/1998) | | [PI](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700109666&dt_publicacao=22/06/1998) | [1997/0010966-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700109666&dt_publicacao=22/06/1998) | [Decisão:07/05/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700109666&dt_publicacao=22/06/1998) |
| **DJ** | |  | DATA:22/06/1998 | PG:00086 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00018 | PG:00357 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00144 | PG:00260 |
| [REsp 59823](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500041782&dt_publicacao=16/12/1996) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500041782&dt_publicacao=16/12/1996) | [1995/0004178-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500041782&dt_publicacao=16/12/1996) | [Decisão:11/11/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500041782&dt_publicacao=16/12/1996) |
| **DJ** | |  | DATA:16/12/1996 | PG:50864 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00018 | PG:00341 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00144 | PG:00243 |
| [REsp 39684](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300286412&dt_publicacao=03/06/1996) | | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300286412&dt_publicacao=03/06/1996) | [1993/0028641-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300286412&dt_publicacao=03/06/1996) | [Decisão:07/05/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300286412&dt_publicacao=03/06/1996) |
| **DJ** | |  | DATA:03/06/1996 | PG:19247 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00018 | PG:00339 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00144 | PG:00241 |

# SÚMULA 247

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO MONITÓRIA

## Enunciado:

O contrato de abertura de crédito em conta-corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento da ação monitória.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 ART:1102A

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

23/05/2001

## Fonte:

DJ DATA:05/06/2001 PG:00132 RSSTJ VOL.:00018 PG:00373 RSTJ VOL.:00144 PG:00275

RT VOL.:00789 PG:00174

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. AÇÃO MONITÓRIA. CABIMENTO. [...] O contrato de

abertura de crédito não possui eficácia de título executivo, mas constitui prova escrita suficiente para comprovar a existência do débito, na forma em que exigido pela lei processual civil, mostrando-se hábil à utilização da ação monitória. [...]" ([REsp 234563](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27234563%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 08/02/2000, DJ 27/03/2000, p. 113)

"[...] AÇÃO MONITÓRIA - CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE -

VIABILIDADE DO PROCEDIMENTO. [...] Constituindo-se o contrato de abertura de crédito em conta-corrente um documento particular, assinado pelos devedores, bastante a comprovar a existência do débito sem possuir, contudo, eficácia executiva, mostra-se adequado a instruir a ação monitória. [...]" ([REsp 178373](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27178373%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/12/1999, DJ 20/03/2000, p. 72)

"[...] PROCEDIMENTO MONITÓRIO. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. VIABILIDADE. 'PROVA ESCRITA SEM EFICÁCIA DE TÍTULO EXECUTIVO'. ARTS. 1.102a, CPC. CARACTERIZAÇÃO.

[...] O procedimento monitório, também conhecido como injuntivo, introduzido no atual processo civil brasileiro, largamente difundido e utilizado na Europa, com amplo sucesso, tem por objetivo abreviar a formação do título executivo, encurtando a via procedimental do processo de conhecimento. II - A ação monitória tem a natureza de processo cognitivo sumário e a finalidade de agilizar a prestação jurisdicional, sendo facultada a sua utilização, em nosso sistema, ao credor que possuir prova escrita do débito, sem força de título executivo, nos termos do art. 1.102a, CPC.

III - Não se prestando o contrato de abertura de crédito (cheque especial) à via executiva, conforme decidiu a Segunda Seção, em 9/12/98, por meio dos EREsp 108.259-RS, e constituindo documento particular, assinado pelos devedores, bastante a comprovar a existência do débito, mostra-se hábil à utilização do procedimento monitório. IV - Em relação à liquidez do débito e à oportunidade de o devedor discutir os valores, a forma de cálculo e a própria legitimidade da dívida, assegura-lhe a lei a via dos embargos, previstos no art. 1102c, que instauram amplo contraditório e levam a causa para o procedimento ordinário. [...]" ([REsp 218459](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27218459%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/08/1999, DJ 20/09/1999, p. 68)

"Ação monitória. Documento hábil. Demonstrativo de débito em contrato de abertura de conta corrente. [...] Afirmando o Acórdão recorrido que há prova escrita, não é possível afastar o cabimento da ação monitória, sob o argumento de que não existe liquidez e certeza da obrigação.

2. No contrato de abertura de crédito, os demonstrativos de débito, mesmo unilaterais, servem para o ajuizamento da ação monitória. [...]" ([REsp 188375](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27188375%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/08/1999, DJ 18/10/1999, p. 230)

"AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. VIABILIDADE DO REMÉDIO ELEITO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DO AUTOR POR DISPOR ELE DA EXECUÇÃO. PRELIMINAR AFASTADA.

[...] Pairando dúvida acerca da caracterização do contrato de abertura de crédito (cheque especial) como título executivo extrajudicial, inclusive no seio da jurisprudência, é facultado ao credor o emprego da ação monitória. [...]" ([REsp 146511](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27146511%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 23/11/1998, DJ 12/04/1999, p. 158)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900932900&dt_publicacao=27/03/2000) | [234563](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900932900&dt_publicacao=27/03/2000) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900932900&dt_publicacao=27/03/2000) | [1999/0093290-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900932900&dt_publicacao=27/03/2000) | [Decisão:08/02/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900932900&dt_publicacao=27/03/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/03/2000 | PG:00113 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00394 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00295 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800442855&dt_publicacao=20/03/2000) | [178373](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800442855&dt_publicacao=20/03/2000) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800442855&dt_publicacao=20/03/2000) | [1998/0044285-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800442855&dt_publicacao=20/03/2000) | [Decisão:16/12/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800442855&dt_publicacao=20/03/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/03/2000 | PG:00072 |
| **RJADCOAS** | | VOL.:00008 | | PG:00067 |
| **RSSTJ** | | VOL.:00018 | | PG:00380 |
| **RSTJ** | | VOL.:00144 | | PG:00279 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900505115&dt_publicacao=20/09/1999) | [218459](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900505115&dt_publicacao=20/09/1999) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900505115&dt_publicacao=20/09/1999) | [1999/0050511-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900505115&dt_publicacao=20/09/1999) | [Decisão:19/08/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900505115&dt_publicacao=20/09/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/09/1999 | PG:00068 |
| **REVFOR** |  |  | VOL.:00352 | PG:00310 |
| **REVJMG** |  |  | VOL.:00149 | PG:00480 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00386 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00286 |
| **RTJE** |  |  | VOL.:00176 | PG:00190 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800678280&dt_publicacao=18/10/1999) | [188375](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800678280&dt_publicacao=18/10/1999) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800678280&dt_publicacao=18/10/1999) | [1998/0067828-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800678280&dt_publicacao=18/10/1999) | [Decisão:16/08/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800678280&dt_publicacao=18/10/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/10/1999 | PG:00230 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00382 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00129 | PG:00277 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00282 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700613054&dt_publicacao=12/04/1999) | [146511](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700613054&dt_publicacao=12/04/1999) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700613054&dt_publicacao=12/04/1999) | [1997/0061305-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700613054&dt_publicacao=12/04/1999) | [Decisão:23/11/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700613054&dt_publicacao=12/04/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/04/1999 | PG:00158 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00377 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00120 | PG:00335 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00277 |

# SÚMULA 248

# DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA

## Enunciado:

Comprovada a prestação dos serviços, a duplicata não aceita, mas protestada, é título hábil para instruir pedido de falência.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00585

LEG:FED LEI:005474 ANO:1968 ART:00015

(ALTERADA PELA LEI 6458/77) LEG:FED LEI:006458 ANO:1977

LEG:FED DEL:007661 ANO:1945

\*\*\*\*\* LF-45 LEI DE FALENCIA ART:00001 PAR:00003

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

23/05/2001

## Fonte:

DJ DATA:05/06/2001 PG:00132 RSSTJ VOL.:00018 PG:00401 RSTJ VOL.:00144 PG:00301

RT VOL.:00789 PG:00174

## Excerto dos Precedentes Originários:

"Falência. Duplicata de prestação de serviços. Depósito elisivo. Constitui título hábil para embasar o pedido de falência a duplicata de prestação de serviços, protestada e acompanhada de prova de que os serviços foram prestados." ([REsp 172637](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27172637%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/04/2000, DJ 01/08/2000, p. 261)

"[...] DUPLICATA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. PEDIDO DE FALÊNCIA. VALIDADE. DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA. PRECEDENTES. ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA/STJ. [...] A duplicata de prestação

de serviço que preenche todos os requisitos previstos em lei, para legitimar a ação executiva, é eficaz para instruir pedido de falência. II - Para se requerer a falência, basta que tenha o comerciante, sem relevante razão de direito, deixado de pagar no vencimento obrigação líquida constante de título que legitime ação executiva. III - Afirmando o acórdão impugnado estarem presentes todos os requisitos para a exigibilidade do título, quais sejam, o protesto e a comprovação da prestação dos serviços, bem como a ausência de oposição ao aceite e ao protesto dos quirógrafos, a pretensão recursal que sustenta o contrário demandaria o revolvimento de matéria fática, procedimento defeso no âmbito desta Corte, a teor do enunciado n. 7 da súmula/STJ." ([REsp 214681](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27214681%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA,

julgado em 05/10/1999, DJ 16/11/1999, p. 214)

"DUPLICATA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. FALÊNCIA. DEPÓSITO ELISIVO. COMPROVAÇÃO DA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DO AJUSTE ENTRE PARTES. [...] Não há nenhuma adversidade na jurisprudência sobre a validade da duplicata de prestação de serviços para instruir o pedido de falência. 2. Quando o Tribunal de origem confirma a efetiva prestação dos serviços e o cumprimento do ajuste entre as partes, não é possível fazer o reexame da base fática para concluir de outro modo, diante da Súmula nº 07 da Corte, como assentado em precedente. [...]" ([REsp 160914](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27160914%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/11/1998, DJ 01/03/1999, p. 311)

"FALÊNCIA. ELISÃO. RECURSO ESPECIAL. DUPLICATA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. [...] OPTANDO PELA ELISÃO, O DEVEDOR LIMITA A DISCUSSÃO A LEGITIMIDADE E A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO. 2. NÃO PODE SER REVISTO EM RECURSO ESPECIAL O ACORDÃO QUE EXAMINOU A PROVA E CONCLUIU QUE OS TÍTULOS CORRESPONDEM A EFETIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS." ([REsp 68330](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2768330%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 28/11/1995, DJ 25/03/1996, p. 8582)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800307745&dt_publicacao=01/08/2000) | [172637](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800307745&dt_publicacao=01/08/2000) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800307745&dt_publicacao=01/08/2000) | [1998/0030774-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800307745&dt_publicacao=01/08/2000) | [Decisão:10/04/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800307745&dt_publicacao=01/08/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/08/2000 | PG:00261 |
| **RMP** |  |  | VOL.:00016 | PG:00384 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00410 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00309 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900428340&dt_publicacao=16/11/1999) | [214681](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900428340&dt_publicacao=16/11/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900428340&dt_publicacao=16/11/1999) | [1999/0042834-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900428340&dt_publicacao=16/11/1999) | [Decisão:05/10/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900428340&dt_publicacao=16/11/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/11/1999 | PG:00214 |
| **REVJUR** |  |  | VOL.:00267 | PG:00081 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00413 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00312 |
| **RT** |  |  | VOL.:00775 | PG:00208 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700932702&dt_publicacao=01/03/1999) | [160914](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700932702&dt_publicacao=01/03/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700932702&dt_publicacao=01/03/1999) | [1997/0093270-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700932702&dt_publicacao=01/03/1999) | [Decisão:24/11/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700932702&dt_publicacao=01/03/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/03/1999 | PG:00311 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00408 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00306 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500309157&dt_publicacao=25/03/1996) | [68330](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500309157&dt_publicacao=25/03/1996) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500309157&dt_publicacao=25/03/1996) | [1995/0030915-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500309157&dt_publicacao=25/03/1996) | [Decisão:28/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500309157&dt_publicacao=25/03/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/03/1996 | PG:08582 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00018 | PG:00405 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00303 |

# DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

## Enunciado:

A Caixa Econômica Federal tem legitimidade passiva para integrar processo em que se discute correção monetária do FGTS.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:008036 ANO:1990 ART:00007

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

24/05/2001

## Fonte:

DJ DATA:22/06/2001 PG:00163 RSSTJ VOL.:00019 PG:00011 RSTJ VOL.:00144 PG:00317

RT VOL.:00790 PG:00210

## Excerto dos Precedentes Originários:

"FGTS. DEPÓSITOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. DIFERENÇAS. LEGITIMIDADE PASSIVA 'AD CAUSAM'. [...] NAS CAUSAS EM QUE SE DISCUTE CORREÇÃO MONETÁRIA DOS DEPÓSITOS RELATIVOS A CONTAS VINCULADAS AO FGTS, A LEGITIMIDADE PASSIVA 'AD CAUSAM' É APENAS DA CEF. [...]" ([IUJur no REsp 77791](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27IURESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2777791%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, Rel. p/

Acórdão Ministro JOSE DE JESUS FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/02/1997, DJ 30/06/1997,

p. 30821)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Precedentes: |  | | | |
| [IUJur no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500552906&dt_publicacao=30/06/1997) | [77791](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500552906&dt_publicacao=30/06/1997) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500552906&dt_publicacao=30/06/1997) | [1995/0055290-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500552906&dt_publicacao=30/06/1997) | [Decisão:26/02/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500552906&dt_publicacao=30/06/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/06/1997 | PG:30821 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00015 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00319 |

# SÚMULA 250

# DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA

## Enunciado:

É legítima a cobrança de multa fiscal de empresa em regime de concordata.

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

24/05/2001

## Fonte:

REPDJ DATA:19/09/2001 PG:00343 DJ DATA:22/06/2001 PG:00163 RSSTJ VOL.:00019 PG:00029

RSTJ VOL.:00144 PG:00335 RT VOL.:00790 PG:00210 RT VOL.:00793 PG:00191

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] EMPRESA EM REGIME DE CONCORDATA - MULTA MORATÓRIA - AFASTAMENTO - IMPOSSIBILIDADE - INAPLICABILIDADE DO ART. 23, III DO D.L. 7.661/45 - PRECEDENTE DA EG. 1ª

SEÇÃO. - Tratando-se de empresa em regime de concordata, é legítima a cobrança de multa proveniente de infração fiscal (EREsp. 111.926/PR). - A regra do art. 23, III do D.L. 7.661/45 é aplicável apenas aos casos de falência. [...]" ([EREsp 208107](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27208107%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/02/2001, DJ 04/06/2001, p. 52)

"[...] MULTA MORATÓRIA - CONCORDATA. Na interpretação do art. 23, parágrafo único, inciso III do DL n. 7.661/1945 - Lei de Falências, não cabe ao intérprete valer-se da norma do art. 112, II do CTN. O dispositivo da lei tributária tem cabimento quando houver dúvida na aplicação da lei. Dispositivo da lei falimentar que se dirige em benefício dos credores, mecanismo que, em relação à concordata, por não haver patrimônio comum, seria em benefício do próprio infrator, o inadimplente. [...]" ([EREsp 111926](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27111926%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/08/2000, DJ 04/06/2001, p. 51)

"[...] MULTA FISCAL. CONCORDATA. O motivo que inspirou o artigo 23, inciso III, do Decreto-Lei nº 7661/45, excluindo as multas fiscais do processo de falência, foi o de evitar que essas penalidades recaíssem em terceiros alheios à infração; esse tratamento não se justifica no processo de concordata, porque implicaria favorecer o próprio infrator. [...]" ([REsp 182215](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27182215%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/10/1998, DJ 03/11/1998, p. 120)

"[...] MULTA FISCAL. COBRANÇA DE EMPRESA CONCORDATÁRIA: POSSIBILIDADE. [...] É legítima

a cobrança de multa fiscal em face de empresa em concordata. II - A interpretação benigna, prevista no art. 112 do CTN, pressupõe a existência de dúvida objetiva na exegese da legislação fiscal. Não havendo divergência acerca da interpretação da legislação tributária, o art. 112 do CTN não pode ser aplicado. [...]" ([REsp 178427](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27178427%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/09/1998, DJ 07/12/1998, p. 76)

"EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. REJEIÇÃO. EXECUTADA SOB O REGIME DE CONCORDATA

PREVENTIVA. MULTA MORATÓRIA. INCLUSÃO. A norma legal que exclui da falência as penas pecuniárias não tem aplicação ao processo de concordata." ([REsp 167412](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27167412%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/06/1998, DJ 14/09/1998, p. 47)

"[...] MULTA - EXIGIBILIDADE - CONCORDATA. - A MULTA PROVENIENTE DE INFRAÇÃO FISCAL É EXIGÍVEL DO CONCORDATÁRIO. A VEDAÇÃO CONTIDA NO ART. 23, PARÁGRAFO ÚNICO, III DO DECRETO-LEI 7.661/45, REFERE-SE, APENAS, AO PROCESSO DE FALÊNCIA. NÃO É LÍCITO ESTENDE-LA À CONCORDATA." ([REsp 41928](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2741928%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/08/1994, DJ 26/09/1994, p. 25609)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900794214&dt_publicacao=04/06/2001) | [208107](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900794214&dt_publicacao=04/06/2001) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900794214&dt_publicacao=04/06/2001) | [1999/0079421-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900794214&dt_publicacao=04/06/2001) | [Decisão:28/02/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900794214&dt_publicacao=04/06/2001) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/06/2001 | PG:00052 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00053 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00358 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700494942&dt_publicacao=04/06/2001) | [111926](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700494942&dt_publicacao=04/06/2001) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700494942&dt_publicacao=04/06/2001) | [1997/0049494-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700494942&dt_publicacao=04/06/2001) | [Decisão:24/08/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700494942&dt_publicacao=04/06/2001) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/06/2001 | PG:00051 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00033 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00337 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800527419&dt_publicacao=03/11/1998) | [182215](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800527419&dt_publicacao=03/11/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800527419&dt_publicacao=03/11/1998) | [1998/0052741-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800527419&dt_publicacao=03/11/1998) | [Decisão:01/10/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800527419&dt_publicacao=03/11/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/11/1998 | PG:00120 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00065 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00371 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800443991&dt_publicacao=07/12/1998) | [178427](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800443991&dt_publicacao=07/12/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800443991&dt_publicacao=07/12/1998) | [1998/0044399-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800443991&dt_publicacao=07/12/1998) | [Decisão:01/09/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800443991&dt_publicacao=07/12/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/12/1998 | PG:00076 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00062 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00368 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800185119&dt_publicacao=14/09/1998) | [167412](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800185119&dt_publicacao=14/09/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800185119&dt_publicacao=14/09/1998) | [1998/0018511-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800185119&dt_publicacao=14/09/1998) | [Decisão:16/06/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800185119&dt_publicacao=14/09/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/09/1998 | PG:00047 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00059 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00114 | PG:00160 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00365 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300352466&dt_publicacao=26/09/1994) | [41928](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300352466&dt_publicacao=26/09/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300352466&dt_publicacao=26/09/1994) | [1993/0035246-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300352466&dt_publicacao=26/09/1994) | [Decisão:24/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300352466&dt_publicacao=26/09/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/09/1994 | PG:25609 |
| **REVJMG** |  |  | VOL.:00131 | PG:00546 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00056 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00362 |

# SÚMULA 251

# DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL

## Enunciado:

A meação só responde pelo ato ilícito quando o credor, na execução fiscal, provar que o enriquecimento dele resultante aproveitou ao casal.

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

13/06/2001

## Fonte:

DJ DATA:13/08/2001 PG:00333 RSSTJ VOL.:00019 PG:00069 RSTJ VOL.:00144 PG:00375

RT VOL.:00792 PG:00209

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - SÓCIOS - DÍVIDA FISCAL POR ATO ILÍCITO - EXCLUSÃO DA MEAÇÃO - ÔNUS DA PROVA - IMPENHORABILIDADE [...] A meação

da mulher só responde pelos atos ilícitos praticados pelo marido, quando ficar provado que ela foi beneficiada com o produto da infração, cabendo o ônus da prova ao credor. - A Lei 8.009/90 ao determinar sobre os bens impenhoráveis, além da residência, abarcou todos aqueles que usualmente a integram e que não se qualificam como objeto de luxo ou adorno. [...]" ([REsp 141432](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27141432%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/10/1999, DJ 22/11/1999, p. 154)

"PENHORA - MEAÇÃO - EXECUÇÃO FISCAL. A MEAÇÃO DA MULHER NÃO RESPONDE PELOS TÍTULOS DE DÍVIDA DE QUALQUER NATUREZA FIRMADAS APENAS PELO MARIDO, SENDO A NÃO RESPONSABILIDADE A REGRA, COMPETINDO AO CREDOR, COMPROVAR TER O DÉBITO

RESULTADO COM BENEFÍCIO DA FAMÍLIA. [...] Por dívidas contraídas por um só dos cônjuges, ainda que casados pelo regime de comunhão de bens, somente respondem os bens particulares do signatário e os comuns até o limite de sua meação (art. 3º da Lei nº 4.121/62). [...] Qualquer um dos cônjuges pode, com base no artigo 3º da lei nº 4.121/62, defender, através de embargos, a sua meação, em execução, inclusive em execução fiscal (Súmula nºs. 134 do STJ e 112 do TFR). [...]" ([REsp 79333](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2779333%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/12/1997, DJ 02/03/1998, p. 13)

"EXECUTIVO FISCAL. RESPONSABILIDADE PESSOAL DO SÓCIO. CÔNJUGE. MEAÇÃO. EXCLUSÃO. [...] A MEAÇÃO DA ESPOSA SÓ RESPONDE PELOS ATOS ILÍCITOS REALIZADOS PELO CÔNJUGE MEDIANTE PROVA DE QUE SE BENEFICIOU COM O PRODUTO ORIUNDO DA INFRAÇÃO, CABENDO AO CREDOR O ÔNUS DA PROVA DE QUE ISTO OCORREU. [...]" ([REsp 123446](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27123446%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/1997, DJ 17/11/1997, p. 59440)

"[...] SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. RESPONSABILIDADE PESSOAL DO SÓCIO-GERENTE EM RAZÃO DE ATO ILÍCITO. EXCLUSÃO DA MEAÇÃO DA MULHER. A MEAÇÃO DA MULHER SÓ RESPONDE PELOS ATOS ILÍCITOS PRATICADOS PELO MARIDO, MEDIANTE A PROVA DE QUE ELA FOI BENEFICIADA COM O PRODUTO DA INFRAÇÃO (CÓDIGO CIVIL, ART. 263, VI); NESSA HIPÓTESE, O ÔNUS DA PROVA É DO CREDOR, DIVERSAMENTE DO QUE SE PASSA COM AS DÍVIDAS CONTRAÍDAS PELO MARIDO, EM QUE A PRESUNÇÃO DE TEREM FAVORECIDO O CASAL DEVE SER ELIDIDA PELA MULHER. [...]" ([REsp 50443](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2750443%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/03/1997, DJ 12/05/1997, p. 18778)

"EXECUTIVO FISCAL - RESPONSABILIDADE - SÓCIO - GERENTE . CÔNJUGE - MEAÇÃO - PRESUNÇÃO. A RESPONSABILIDADE DO SÓCIO - GERENTE, POR DÍVIDA FISCAL DA PESSOA JURÍDICA, DECORRENTE DE ATO ILÍCITO (CTN, ART. 135), NÃO ALCANÇA, EM REGRA, O PATRIMÔNIO DE SEU CÔNJUGE. SE, DO ATO ILÍCITO HOUVER RESULTADO ENRIQUECIMENTO DO PATRIMÔNIO FAMILIAR, IMPÕE -SE AO ESTADO - CREDOR O ENCARGO DE PROVAR O LOCUPLETAMENTO, PARA SE BENEFICIAR DA EXCEÇÃO CONSAGRADA NO ART. 246 ,

PARÁGRAFO ÚNICO DO CÓDIGO CIVIL. [...] ORLANDO GOMES, ao referir-se à proibição de o marido prestar fiança sem prestar a outorga uxória, considerou tal norma legal inócua, do ponto de vista prático, ante a possibilidade de o aval ser prestado sem tal consentimento ('Direito de Família'), Forense, 3ª ed., n.90). Todavia, se a fiança prestada sem o consentimento da mulher pode ser anulada, e tal anulação vale para ambos os cônjuges, com muito mais razão, ante o mandamento expresso do art. 3º do Estatuto da Mulher Casada, há que resguardar a meação da mulher que não foi ouvida na assunção da dívida, e ainda com maior motivo não anuiu na prestação da garantia cambiária do aval, mais onerosa do que a fiança. Apenas como exceção, admite-se a comprovação do 'benefício da família', e tal exceção decorrerá da evidência ou notoriedade dos fatos admitidos no processo, ou resultará da prova a ser feita por quem alegue a exceção, isto é, pelo credor.' Descrevi, por um imperativo de lealdade, o panorama da Jurisprudência, no que respeita ao Direito Privado. Em tema de Direito Público, tenho como acertada - data venia - a orientação consolidada no saudoso Tribunal Federal de Recursos: a responsabilidade do sócio-gerente, gerada em ato ilícito, não contamina a mulher. É que a responsabilidade solidária do sócio-gerente, na hipótese, resulta de ato ilícito. A teor do Art. 135 do CTN, a responsabilidade do gerente, pela dívida tributária, limita-se àquelas obrigações 'resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos'. A vinculação do sócio infrator ao crédito tributário, na hipótese, encerra nítido caráter penal: o sócio responde por haver infringido o ordenamento jurídico - não por se haver locupletado. Estender tal responsabilidade ao cônjuge é infringir o cânone de que a pena se restringirá à pessoa do infrator. É possível que o ilícito tributário beneficie quem o praticou e tenha resultado em proveito para a família. Se isto houver acontecido, incide a execução consagrada no Art. 246, parágrafo único, do Código Civil. O enriquecimento funcionará, assim, como fato constitutivo do direito que assistirá ao Estado-credor, de estender a execução à meação do cônjuge inocente. Em tal circunstância, restara ao Estado, o encargo de provar o locupletamento familiar (CPC Art. 333, II). Se assim ocorre, a se cogitar de presunção, ela milita em favor da mulher. [...]" ([REsp 44399](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2744399%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/11/1994, DJ 19/12/1994, p. 35269)

## Precedentes:

[REsp 141432 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700515125&dt_publicacao=22/11/1999) [1997/0051512-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700515125&dt_publicacao=22/11/1999) [Decisão:07/10/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700515125&dt_publicacao=22/11/1999)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DJ** |  |  | DATA:22/11/1999 | PG:00154 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00089 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00394 |
| **RT** |  |  | VOL.:00775 | PG:00199 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500585472&dt_publicacao=02/03/1998) | [79333](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500585472&dt_publicacao=02/03/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500585472&dt_publicacao=02/03/1998) | [1995/0058547-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500585472&dt_publicacao=02/03/1998) | [Decisão:11/12/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500585472&dt_publicacao=02/03/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/03/1998 | PG:00013 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00107 | PG:00145 |
| **RMP** |  |  | VOL.:00016 | PG:00382 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00084 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00390 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700178790&dt_publicacao=17/11/1997) | [123446](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700178790&dt_publicacao=17/11/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700178790&dt_publicacao=17/11/1997) | [1997/0017879-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700178790&dt_publicacao=17/11/1997) | [Decisão:06/10/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700178790&dt_publicacao=17/11/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/11/1997 | PG:59440 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00087 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00392 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400190905&dt_publicacao=12/05/1997) | [50443](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400190905&dt_publicacao=12/05/1997) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400190905&dt_publicacao=12/05/1997) | [1994/0019090-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400190905&dt_publicacao=12/05/1997) | [Decisão:17/03/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400190905&dt_publicacao=12/05/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/05/1997 | PG:18778 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00082 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00387 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400050780&dt_publicacao=19/12/1994) | [44399](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400050780&dt_publicacao=19/12/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400050780&dt_publicacao=19/12/1994) | [1994/0005078-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400050780&dt_publicacao=19/12/1994) | [Decisão:23/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400050780&dt_publicacao=19/12/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/12/1994 | PG:35269 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00070 | PG:00208 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00073 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00377 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00076 | PG:00213 |

# SÚMULA 252

# DIREITO ADMINISTRATIVO - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

## Enunciado:

Os saldos das contas do FGTS, pela legislação infraconstitucional, são corrigidos em 42,72% (IPC) quanto às perdas de janeiro de 1989 e 44,80% (IPC) quanto às de abril de 1990, acolhidos pelo STJ os índices de 18,02% (LBC) quanto as perdas de junho de 1987, de 5,38% (BTN) para maio de 1990 e 7,00%(TR) para fevereiro de 1991, de acordo com o entendimento do STF (RE 226.855-7-RS).

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

13/06/2001

## Fonte:

DJ DATA:13/08/2001 PG:00333 RSSTJ VOL.:00019 PG:00095 RSTJ VOL.:00144 PG:00401

RT VOL.:00792 PG:00209

## Excerto dos Precedentes Originários:

"FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO. ATUALIZAÇÃO. PLANOS ECONÔMICOS. A

respeito da controvérsia relativa ao índice a ser aplicado aos saldos do FGTS, no mês de abril de 1990, já se posicionaram o Supremo Tribunal Federal (RE 226.855/7/RS, julgado em 31.08.00) e a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, consignando ser devido o IPC (44,80%). [...]" ([AgRg](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27317882%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [no Ag 317882](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27317882%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CASTRO FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/04/2001, DJ 04/06/2001, p. 148)

"FGTS. CORREÇÃO MONETÁRIA. [...] CORREÇÃO DOS DEPÓSITOS. ÍNDICES APLICÁVEIS.

PRECEDENTES DO STF E STJ. [...] Pacificou-se o entendimento do STJ quanto a inclusão dos índices do IPC no meses de jan/89 e abril/90 na atualização dos depósitos das contas vinculadas. [...]" ([REsp 299974](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27299974%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/03/2001, DJ 04/06/2001, p. 145)

"[...] FGTS. SALDO DAS CONTAS VINCULADAS. [...] CORREÇÃO MONETÁRIA. PERCENTUAIS DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS DOS PLANOS GOVERNAMENTAIS. APLICABILIDADE DO IPC.

MATÉRIA APRECIADA PELO COLENDO STF. [...] A atualização monetária não se constitui em um plus, mas, tão-somente, a reposição do valor real da moeda, sendo o IPC o índice que melhor reflete a realidade inflacionária. 4. No RE nº 226.855-/RS, julgado em 31/08/2000 (DJU 12/09/2000), o colendo STF decidiu que não há direito à atualização monetária dos saldos do FGTS referentes aos Planos 'Bresser' (junho/87 - 26,06%), 'Collor I' (maio/90 - 7,87%) e 'Collor II' (fevereiro/91 - 21,87%). 5. O Superior Tribunal de Justiça uniformizou posicionamento no sentido de que são devidos, para fins de correção monetária dos saldos do FGTS, os percentuais dos expurgos inflacionários verificados na implantação dos Planos Governamentais 'Verão' (janeiro/89 - 42,72%), 'Collor I' (março/90 - 84,32% e abril/90 - 44,80%) e 'Collor II' (janeiro/91 - 13,69% e março/91 - 13,90%). [...]" ([REsp 281725](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27281725%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA,

julgado em 01/03/2001, DJ 09/04/2001, p. 335)

"FGTS [...] CORREÇÃO MONETÁRIA - ALINHAMENTO À POSIÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL

FEDERAL [...] Examinando a questão, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE n. 226.855-7/RS, entendeu tratar-se de matéria infraconstitucional a correção monetária dos meses de janeiro/89 (Plano Verão) e abril/90 (Plano Collor I), e determinou, no plano constitucional, a utilização dos índices oficiais de correção monetária, sem os chamados expurgos inflacionários, relativamente aos meses de: a) junho/87 - Plano Bresser - 18,02% (LBC); b) maio/90 - Plano Collor I

- 5,38% (BTN); e c) fevereiro/91 - Plano Collor II - 7% (TR). 5. Alinhamento desta Corte à posição do Supremo Tribunal Federal para, com nova base de sustentação (porque vencida a tese do direito adquirido, considerando a natureza estatutária e não contratual da correção monetária dos saldos do FGTS bem como a lacuna legislativa existente na implementação dos planos econômicos), manter a aplicação do IPC referente aos meses de: a) janeiro/89 - Plano Verão - 42,72%; e b) abril/90 - Plano Collor I - 44,80% 6. O termo inicial da correção monetária é a data quando deveriam ter sido creditados nas contas do FGTS os valores devidos. [...]" ([REsp 286020](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27286020%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/03/2001, DJ 04/06/2001, p. 118)

"[...] FGTS. Aplicação do IPC e INPC/IBGE. Planos Econômicos. Correção Monetária. Percentuais. [...] Constituída a causa jurídica da correção monetária, no caos, avistada a supremacia de composição enraizada na Carta Maior e estadeada no julgamento do RE 226.855-7-RS, Rel. Min. Moreira Alves, in DJU de 12.10.2000, bem refletida no julgamento do REsp 265.556-AL, Primeira Seção/STJ, Rel. Min. Franciulli Netto, assoalha-se a adoção do IPC e INPC/IBGE apenas para os meses de janeiro/1989 (42, 72%) - Plano Verão - e abril/90 (44,80%) - Plano Collor I. [...]" ([AgRg no](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27317659%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [Ag 317659](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27317659%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/02/2001, DJ 04/06/2001, p. 76)

"FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) [...] Assentou o Pretório Excelso (RE n. 226.855-7/RS), a atualização dos saldos do FGTS, nos seguintes termos: 'Plano Bresser' (junho/87 - LBC - 18,02%), 'Plano Collor I' (maio/90 - BTN - 5,38%) e 'Plano Collor II' (fevereiro/91 - TR - 7,00%). Entendimento também adotado nesta decisão. 3. Quanto ao índice relativo ao 'Plano Verão' (janeiro/89), matéria reconhecidamente de índole infraconstitucional, mantém-se a posição do STJ (IPC - 42,72%). 4. 'Plano Collor I' (abril/90) - A natureza dos depósitos de poupança e do FGTS não se confunde. Aquele é investimento; este é sucedâneo da garantia da estabilidade no emprego. Não se pode atualizar os saldos dos trabalhadores com depósitos inferiores a NCz$ 50.000,00, pelo IPC, e aqueles com importância superior a esse valor, pelo BTN fiscal. A Lei do FGTS não destrinçou os fundistas em duas categorias diferenciadas segundo o valor supra. Onde a lei não distingue, não cabe ao intérprete fazê-lo. Não faria sentido forrar as indenizações decorrentes da estabilidade no emprego dos efeitos da inflação real (IPC = 44,80%) e dar tratamento apoucado aos fundistas (BTN fiscal). 5. Em resumo, a correção de saldos do FGTS encontra-se de há muito uníssona, harmônica, firme e estratificada na jurisprudência desta Seção quanto à aplicação do IPC de 42,72% para janeiro de 1989 e do IPC de 44,80% para abril de 1990. [...]" ([REsp 265556](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27265556%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) AL, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/10/2000, DJ 18/12/2000, p. 151)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000663328&dt_publicacao=04/06/2001) | [317882](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000663328&dt_publicacao=04/06/2001) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000663328&dt_publicacao=04/06/2001) | [2000/0066332-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000663328&dt_publicacao=04/06/2001) | [Decisão:05/04/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000663328&dt_publicacao=04/06/2001) |
| **DJ RSSTJ**  **RSTJ** | |  | DATA:04/06/2001 VOL.:00019  VOL.:00144 | PG:00148 PG:00102  PG:00406 |
| [REsp 299974 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100045561&dt_publicacao=04/06/2001) | |  | [2001/0004556-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100045561&dt_publicacao=04/06/2001) | [Decisão:15/03/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100045561&dt_publicacao=04/06/2001) |
| **DJ** | |  | DATA:04/06/2001 | PG:00145 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00019 | PG:00164 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00144 | PG:00486 |
| [REsp 281725 SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001034316&dt_publicacao=09/04/2001) | |  | [2000/0103431-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001034316&dt_publicacao=09/04/2001) | [Decisão:01/03/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001034316&dt_publicacao=09/04/2001) |
| **DJ** | |  | DATA:09/04/2001 | PG:00335 |
| **JBCC** | |  | VOL.:00190 | PG:00227 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00019 | PG:00147 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00144 | PG:00468 |
| [REsp 286020 SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001135406&dt_publicacao=04/06/2001) | |  | [2000/0113540-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001135406&dt_publicacao=04/06/2001) | [Decisão:01/03/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001135406&dt_publicacao=04/06/2001) |
| **DJ** | |  | DATA:04/06/2001 | PG:00118 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00019 | PG:00158 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00144 | PG:00480 |
| [AgRg no Ag 317659](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000660337&dt_publicacao=04/06/2001) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000660337&dt_publicacao=04/06/2001) | [2000/0066033-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000660337&dt_publicacao=04/06/2001) | [Decisão:06/02/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000660337&dt_publicacao=04/06/2001) |
| **DJ** | |  | DATA:04/06/2001 | PG:00076 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00019 | PG:00099 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00144 | PG:00403 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000655031&dt_publicacao=18/12/2000) | [265556](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000655031&dt_publicacao=18/12/2000) | [AL](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000655031&dt_publicacao=18/12/2000) | [2000/0065503-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000655031&dt_publicacao=18/12/2000) | [Decisão:25/10/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000655031&dt_publicacao=18/12/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/12/2000 | PG:00151 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00106 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00410 |

# SÚMULA 253

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - REEXAME NECESSÁRIO

## Enunciado:

O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00557

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

20/06/2001

## Fonte:

DJ DATA:15/08/2001 PG:00264 RSSTJ VOL.:00019 PG:00171 RSTJ VOL.:00144 PG:00493

RT VOL.:00792 PG:00209

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] INTELIGÊNCIA DO ART. 557 DO CPC. SERVIDOR PÚBLICO. - O art. 557 do Código de Processo

Civil alcança o reexame necessário de que trata o art. 475 do mesmo Código. [...]" ([REsp 262931](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27262931%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RN, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, SEXTA TURMA, julgado em 03/10/2000, DJ 27/11/2000, p. 192)

"[...] ART. 557, DO CPC - DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR - REMESSA OFICIAL -

POSSIBILIDADE. O art. 557, do CPC, com a redação de acordo com a Lei n. 9.139/95, autoriza o relator a decidir monocraticamente o recurso, mesmo em se tratando de remessa oficial, quando manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou contrário à súmula do respectivo tribunal. [...]" ([AgRg no REsp 228824](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27228824%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/08/2000, DJ 26/03/2001, p. 414)

"[...] SENTENÇA PROFERIDA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. REEXAME NECESSÁRIO. DECISÃO

MONOCRÁTICA. ART. 557, DO CPC. POSSIBILIDADE. [...] No vocábulo recurso contido no art. 557 do CPC está compreendida a remessa oficial prevista no art. 475 do mesmo diploma legal. 2. O relator pode, monocraticamente, negar seguimento à remessa oficial sem violar o princípio do duplo grau de jurisdição 3. 'A remessa ex-officio devolve ao Tribunal o conhecimento da causa na sua integralidade, impondo o reexame de todas as parcelas da condenação a serem suportadas pela Fazenda Pública, aí incluída a verba honorária' (REsp nº 117.020/RS, Relator o Ministro ARI PARGENDLER, DJU de 8/9/97)." ([REsp 212504](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27212504%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS,

Rel. p/ Acórdão Ministro PAULO GALLOTTI, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/05/2000, DJ 09/10/2000, p. 131)

"[...] REMESSA OFICIAL. ART. 577 DO CPC. APLICABILIDADE. [...] Em face do princípio da

economia e da própria utilidade do processo, simples meio à consecução de uma finalidade, não se mostra ofensiva à letra da lei a decisão que, apreciando apelação diante de sentença proferida em consonância com o entendimento pretoriano dominante, inclusive do STF, nega-lhe seguimento, bem como à remessa oficial. 2. Posicionamento contrário, apenas em relação à remessa oficial, levaria ao absurdo de se fazer tábula rasa ao art. 557 do CPC, em todos os feitos de interesse do Poder Público, dando azo a privilégios, com exclusão pura e simples da forma simplificada de julgamento alvitrada para dar maior celeridade aos feitos. [...]" ([REsp 190096](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27190096%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEXTA TURMA, julgado em 01/06/1999, DJ 21/06/1999, p. 208)

"[...] SENTENÇA PROFERIDA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. REEXAME NECESSÁRIO EFETUADO PELO PRÓPRIO RELATOR: POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO 'NOVO' ART. 557 DO CPC. [...] O

'novo' art. 557 do CPC tem como escopo desobstruir as pautas dos tribunais a fim de que as ações e os recursos que realmente precisam ser julgados por órgão colegiado possam ser apreciados quanto antes. Por isso, os recursos intempestivos, incabíveis, desertos e contrários à jurisprudência consolidada no tribunal de segundo grau ou nos tribunais superiores deverão ser julgados imediatamente pelo próprio relator, através de decisão singular, acarretando o tão desejado esvaziamento das pautas. Prestigiou-se, portanto, o princípio da economia processual e o princípio da celeridade processual, que norteiam o direito processual moderno. II - O 'novo' art. 557 do CPC alcança os recursos arrolados no art. 496 do CPC, bem como a remessa necessária prevista no art. 475 do CPC. Por isso, se a sentença estiver em consonância com a jurisprudência do tribunal de segundo grau e dos tribunais superiores, pode o próprio relator efetuar o reexame obrigatório por meio de decisão monocrática. [...]" ([REsp 155656](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27155656%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/03/1998, DJ 06/04/1998, p. 89)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000583510&dt_publicacao=27/11/2000) | [262931](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000583510&dt_publicacao=27/11/2000) | | [RN](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000583510&dt_publicacao=27/11/2000) | [2000/0058351-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000583510&dt_publicacao=27/11/2000) | | [Decisão:03/10/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000583510&dt_publicacao=27/11/2000) |
| **DJ** |  | |  | DATA:27/11/2000 | | PG:00192 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00019 | | PG:00197 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00144 | | PG:00518 |
| [AgRg no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900794168&dt_publicacao=26/03/2001) | | [228824](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900794168&dt_publicacao=26/03/2001) | | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900794168&dt_publicacao=26/03/2001) | [1999/0079416-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900794168&dt_publicacao=26/03/2001) | [Decisão:22/08/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900794168&dt_publicacao=26/03/2001) |
| **DJ** |  | |  | DATA:26/03/2001 | | PG:00414 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00019 | | PG:00175 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00144 | | PG:00495 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900392639&dt_publicacao=09/10/2000) | [212504](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900392639&dt_publicacao=09/10/2000) | | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900392639&dt_publicacao=09/10/2000) | [1999/0039263-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900392639&dt_publicacao=09/10/2000) | | [Decisão:09/05/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900392639&dt_publicacao=09/10/2000) |
| **DJ** |  | |  | DATA:09/10/2000 | | PG:00131 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00019 | | PG:00186 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00026 | | PG:00421 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00140 | | PG:00216 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00144 | | PG:00506 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800719156&dt_publicacao=21/06/1999) | [190096](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800719156&dt_publicacao=21/06/1999) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800719156&dt_publicacao=21/06/1999) | [1998/0071915-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800719156&dt_publicacao=21/06/1999) | [Decisão:01/06/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800719156&dt_publicacao=21/06/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/06/1999 | PG:00208 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00183 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00503 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700827232&dt_publicacao=06/04/1998) | [155656](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700827232&dt_publicacao=06/04/1998) | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700827232&dt_publicacao=06/04/1998) | [1997/0082723-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700827232&dt_publicacao=06/04/1998) | [Decisão:03/03/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700827232&dt_publicacao=06/04/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/04/1998 | PG:00089 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00108 AGOSTO/1998 | PG:00250 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00178 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00144 | PG:00499 |

# SÚMULA 254

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

## Enunciado:

A decisão do Juízo Federal que exclui da relação processual ente federal não pode ser reexaminada no Juízo Estadual.

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

01/08/2001

## Fonte:

DJ DATA:22/08/2001 PG:00338 RSSTJ VOL.:00019 PG:00201 RSTJ VOL.:00155 PG:00019

RT VOL.:00793 PG:00191

## Excerto dos Precedentes Originários:

"COMPETÊNCIA. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. INTERESSE DA UNIÃO AFASTADO POR DECISÃO

PROFERIDA PELO JUÍZO FEDERAL. [...] Decidido pelo Juiz Federal não ter a União interesse na causa, enquanto não revista a decisão, terá o processo curso perante o Juiz estadual. - Descabe ao Juiz estadual examinar o acerto ou desacerto do decisório prolatado pelo Juiz Federal, que da causa excluiu a participação de um dos entes federais contemplados no art. 109, I, da Constituição da República. [...]" ([CC 22114](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2722114%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/08/1998, DJ 05/10/1998, p. 10)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DECISÃO DE JUIZ FEDERAL, EXCLUINDO A CEF DO PROCESSO. INEXISTÊNCIA DE CONFLITO. SÓ O JUIZ FEDERAL TEM COMPETÊNCIA PARA DECIDIR SE A CEF DEVE OU NÃO PARTICIPAR DO PROCESSO; A DECISÃO QUE A EXCLUI DO PROCESSO VINCULA A JUSTIÇA ESTADUAL, PORQUE ESTA NÃO PODE DISPOR A RESPEITO. [...]" ([CC 21028](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2721028%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 16/12/1997, DJ 02/03/1998, p. 5)

"[...] CONFLITO DE COMPETÊNCIA - UNIÃO FEDERAL - DENUNCIAÇÃO DA LIDE. [...] COMPETE AO JUIZO FEDERAL AVALIAR O INTERESSE DA UNIÃO FEDERAL OU DE SEUS ENTES NO PROCESSO. REJEITADA A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM E A DENUNCIAÇÃO DA LIDE DO ENTE FEDERAL, INEXISTE CONFLITO. NÃO CABE AO JUÍZO ESTADUAL OU AO STJ, AO APRECIAR O CONFLITO, DECIDIR QUANTO AO ACERTO OU DESACERTO DO JUÍZO FEDERAL. O EVENTUAL REEXAME DO DECIDIDO CABERÁ AO TRF. ENQUANTO NÃO REAPRECIADA A DECISÃO TERÁ CURSO O PROCESSO PERANTE O JUÍZO ESTADUAL (CC 1.555/RS). [...]" ([CC 17233](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2717233%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/10/1996, DJ 24/03/1997,

p. 8967)

"COMPETÊNCIA. NÃO ADMITIDA, PELO JUIZ FEDERAL, A PRETENDIDA INTERVENÇÃO DO ENTE FEDERAL, VOLTA A COMPETÊNCIA AO JUIZ ESTADUAL, A QUEM NÃO CABE DISCUTIR A ACERTO DAQUELA DECISÃO." ([CC 9868](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279868%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/03/1995, DJ 03/04/1995, p. 8104)

"COMPETÊNCIA. CONFLITO. JUÍZOS FEDERAL E ESTADUAL. DIFERENÇAS RELATIVAS AO CRÉDITO DE RENDIMENTOS EM CONTAS DE POUPANÇA. AÇÃO DIRIGIDA CONTRA A UNIÃO FEDERAL, O BANCO CENTRAL DO BRASIL E O BANCO DEPOSITÁRIO. EXCLUSÃO DOS ENTES FEDERAIS PELO JUIZ FEDERAL. ENVIO DOS AUTOS AO JUÍZO ESTADUAL PARA APRECIAÇÃO DO PEDIDO EM RELAÇÃO AO BANCO DEPOSITÁRIO. SUSCITAÇÃO DO CONFLITO PELO JUIZ ESTADUAL. IMPERTINÊNCIA. [...] AJUIZADA A AÇÃO CONTRA A UNIÃO, O BACEN E O BANCO DEPOSITÁRIO, E EXCLUÍDOS OS ENTES FEDERAIS DO FEITO PELO JUIZ FEDERAL, QUE ENCAMINHOU OS AUTOS À JUSTIÇA ESTADUAL, PARA APRECIAÇÃO DO PEDIDO, NO CONCERNENTE AO BANCO DEPOSITÁRIO, AO JUIZ ESTADUAL COMPETIA DECIDIR A CAUSA QUANTO AO REU REMANESCENTE, QUE NÃO DETEM PRERROGATIVA DE FORO NA JUSTIÇA FEDERAL. II - NÃO CABE AO JUIZ ESTADUAL EXAMINAR O ACERTO OU DESACERTO DO JUIZ FEDERAL QUE DA CAUSA EXCLUIU A PARTICIPAÇÃO DE ENTES FEDERAIS CONTEMPLADOS NO ART. 109 - I DA CONSTITUIÇÃO. SE ENTENDER SEM LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM O RÉU REMANESCENTE, QUE DECLARE A CARÊNCIA DA AÇÃO, ENSEJANDO O RECURSO DA PARTE INTERESSADA. III - DA DECISÃO DO JUIZ ESTADUAL QUE EXCLUI OU INADMITE A PARTICIPAÇÃO DO ENTE FEDERAL NA CAUSA, INCUMBE A PARTE INTERESSADA INTERPOR O RECURSO PRÓPRIO, PENA DE PRECLUSÃO." ([CC 11885](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711885%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/02/1995, DJ 03/04/1995, p. 8105)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800279865&dt_publicacao=05/10/1998) | [22114](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800279865&dt_publicacao=05/10/1998) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800279865&dt_publicacao=05/10/1998) | [1998/0027986-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800279865&dt_publicacao=05/10/1998) | [Decisão:12/08/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800279865&dt_publicacao=05/10/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/10/1998 | PG:00010 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00216 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00032 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700780589&dt_publicacao=02/03/1998) | [21028](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700780589&dt_publicacao=02/03/1998) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700780589&dt_publicacao=02/03/1998) | [1997/0078058-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700780589&dt_publicacao=02/03/1998) | [Decisão:16/12/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700780589&dt_publicacao=02/03/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/03/1998 | PG:00005 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00010 | PG:00449 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00408 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00214 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00125 | PG:00422 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00030 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600289280&dt_publicacao=24/03/1997) | [17233](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600289280&dt_publicacao=24/03/1997) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600289280&dt_publicacao=24/03/1997) | [1996/0028928-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600289280&dt_publicacao=24/03/1997) | [Decisão:23/10/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600289280&dt_publicacao=24/03/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/03/1997 | PG:08967 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00211 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00027 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400212216&dt_publicacao=03/04/1995) | [9868](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400212216&dt_publicacao=03/04/1995) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400212216&dt_publicacao=03/04/1995) | [1994/0021221-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400212216&dt_publicacao=03/04/1995) | [Decisão:08/03/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400212216&dt_publicacao=03/04/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/04/1995 | PG:08104 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00205 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00021 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400380186&dt_publicacao=03/04/1995) | [11885](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400380186&dt_publicacao=03/04/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400380186&dt_publicacao=03/04/1995) | [1994/0038018-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400380186&dt_publicacao=03/04/1995) | [Decisão:22/02/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400380186&dt_publicacao=03/04/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/04/1995 | PG:08105 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00208 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00024 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00076 | PG:00031 |

# SÚMULA 255

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS INFRINGENTES

## Enunciado:

Cabem embargos infringentes contra acórdão, proferido por maioria, em agravo retido, quando se tratar de matéria de mérito.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00522 ART:00530

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

01/08/2001

## Fonte:

DJ DATA:22/08/2001 PG:00338 RSSTJ VOL.:00019 PG:00219 RSTJ VOL.:00155 PG:00035

RT VOL.:00793 PG:00191

## Excerto dos Precedentes Originários:

"Embargos infringentes. Agravo retido. [...] A doutrina e a jurisprudência entendem admissível o recurso de embargos infringentes contra decisão majoritária proferida em agravo retido quando se trate de questão de mérito. [...]" ([REsp 193741](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27193741%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/10/1999, DJ 13/12/1999, p. 143)

"[...] EMBARGOS INFRINGENTES - AGRAVO RETIDO - MATERIA DE MERITO [...] CABEM EMBARGOS INFRINGENTES DA DECISÃO MAJORITÁRIA PROFERIDA EM AGRAVO RETIDO, QUANDO NESTE FOR DECIDIDA MATÉRIA DE MÉRITO. [...]" ([REsp 36005](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736005%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/12/1996, DJ 10/03/1997, p. 5941)

"[...] EMBARGOS INFRINGENTES - ACÓRDÃO TOMADO NO JULGAMENTO DE AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO DO RELATOR NEGANDO SEGUIMENTO A APELAÇÃO - CABIMENTO. [...] O JULGAMENTO DE AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO DO RELATOR, NEGANDO SEGUIMENTO A APELAÇÃO, CORRESPONDE AO PRÓPRIO JULGAMENTO DESTE RECURSO. NESTA CIRCUNSTÂNCIA, OS EMBARGOS INFRINGENTES (CPC, ART. 530 ) DEVEM SER ADMITIDOS, QUANDO O ACÓRDÃO QUE DESLINDOU O AGRAVO NÃO SEJA UNÂNIME." ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2779873%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [79873](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2779873%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) BA, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em

29/04/1996, DJ 03/06/1996, p. 19211)

"[...] AGRAVO RETIDO. MATÉRIA DE MÉRITO. [...] EMBARGOS INFRINGENTES. CEDIÇA ORIENTAÇÃO PRETORIANA SOBRE O CABIMENTO DO RECURSO, CONTRA DECISÃO MAJORITÁRIA, SE SE TRATA DE MATÉRIA DE MÉRITO, TAL COMO ACONTECE AO DIREITO DE RETENÇÃO OPONÍVEL A RETOMADA." ([REsp 41229](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2741229%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro JOSÉ DANTAS, QUINTA

TURMA, julgado em 13/04/1994, DJ 25/04/1994, p. 9269)

"[...] LOCAÇÃO. AÇÃO REVISIONAL. [...] CABÍVEL A INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS INFRINGENTES QUANDO A DISSIDÊNCIA LAVRA SOBRE PRELIMINAR DO PRÓPRIO MÉRITO DA DEMANDA. [...]"

([REsp 24259](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2724259%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro BUENO DE SOUZA, QUARTA TURMA, julgado em 30/11/1992, DJ 15/03/1993, p. 3820)

"EMBARGOS INFRINGENTES. AGRAVO RETIDO. REJEIÇÃO DE ARGUIÇÃO DE DECADÊNCIA, EM AÇÃO RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO. CABEM EMBARGOS INFRINGENTES DA DECISÃO PROFERIDA, POR MAIORIA DE VOTOS, EM AGRAVO RETIDO, QUANDO NESTE SE DECIDIR MATÉRIA DE MÉRITO, TAL COMO A DECADÊNCIA DO DIREITO A RENOVATÓRIA. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2715637%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [15637](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2715637%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 22/09/1992, DJ 26/10/1992,

p. 19055)

"[...] AGRAVO REGIMENTAL MANIFESTADO CONTRA DESPACHO DO RELATOR, QUE INADMITIU A APELAÇÃO. DECISÃO TOMADA POR MAIORIA. IMPUGNAÇÃO POR MEIO DE EMBARGOS INFRINGENTES, CONSIDERADOS INCABÍVEIS. NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ART. 530 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. LIMITANDO-SE O AGRAVO REGIMENTAL A SUSCITAR A COMPLEMENTAÇÃO, PELO ÓRGÃO COLEGIADO, DO JULGAMENTO DA PRÓPRIA APELAÇÃO, INICIADO COM O PRONUNCIAMENTO DO RELATOR, É DE TER-SE POR ACERTADO O ENTENDIMENTO DE QUE CONTRA A DECISÃO QUE O APRECIA, QUANDO NÃO UNÂNIME, CABERÃO OS EMBARGOS INFRINGENTES, PREVISTOS NO DISPOSITIVO PROCESSUAL ACIMA INDICADO. [...]" ([REsp 8670](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278670%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro ILMAR GALVAO, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/04/1991, DJ 13/05/1991, p. 6079)

"EMBARGOS INFRINGENTES. AGRAVO RETIDO. SE A DECISÃO PROFERIDA NO AGRAVO RETIDO FOR CONCORRENTE AO MÉRITO, CABEM OS EMBARGOS INFRINGENTES. [...]" ([REsp 7850](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277850%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 19/02/1991, DJ 22/04/1991, p. 4794)

## Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800810587&dt_publicacao=13/12/1999) | [193741](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800810587&dt_publicacao=13/12/1999) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800810587&dt_publicacao=13/12/1999) | [1998/0081058-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800810587&dt_publicacao=13/12/1999) | [Decisão:21/10/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800810587&dt_publicacao=13/12/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/12/1999 | PG:00143 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00253 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00069 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300167790&dt_publicacao=10/03/1997) | [36005](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300167790&dt_publicacao=10/03/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300167790&dt_publicacao=10/03/1997) | [1993/0016779-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300167790&dt_publicacao=10/03/1997) | [Decisão:12/12/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300167790&dt_publicacao=10/03/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/03/1997 | PG:05941 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00243 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00058 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500603098&dt_publicacao=03/06/1996) | [79873](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500603098&dt_publicacao=03/06/1996) | [BA](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500603098&dt_publicacao=03/06/1996) | [1995/0060309-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500603098&dt_publicacao=03/06/1996) | [Decisão:29/04/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500603098&dt_publicacao=03/06/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/06/1996 | PG:19211 |
| **RDR** |  |  | VOL.:00006 | PG:00174 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00250 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00066 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00088 | PG:00048 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300331272&dt_publicacao=25/04/1994) | [41229](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300331272&dt_publicacao=25/04/1994) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300331272&dt_publicacao=25/04/1994) | [1993/0033127-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300331272&dt_publicacao=25/04/1994) | [Decisão:13/04/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300331272&dt_publicacao=25/04/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/04/1994 | PG:09269 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00248 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00063 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200167594&dt_publicacao=15/03/1993) | [24259](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200167594&dt_publicacao=15/03/1993) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200167594&dt_publicacao=15/03/1993) | [1992/0016759-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200167594&dt_publicacao=15/03/1993) | [Decisão:30/11/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200167594&dt_publicacao=15/03/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/03/1993 | PG:03820 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00237 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00052 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00045 | PG:00362 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100211273&dt_publicacao=26/10/1992) | [15637](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100211273&dt_publicacao=26/10/1992) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100211273&dt_publicacao=26/10/1992) | [1991/0021127-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100211273&dt_publicacao=26/10/1992) | [Decisão:22/09/1992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100211273&dt_publicacao=26/10/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/10/1992 | PG:19055 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00231 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00045 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100035653&dt_publicacao=13/05/1991) | [8670](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100035653&dt_publicacao=13/05/1991) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100035653&dt_publicacao=13/05/1991) | [1991/0003565-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100035653&dt_publicacao=13/05/1991) | [Decisão:15/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100035653&dt_publicacao=13/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/05/1991 | PG:06079 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00229 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00043 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000109256&dt_publicacao=22/04/1991) | [7850](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000109256&dt_publicacao=22/04/1991) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000109256&dt_publicacao=22/04/1991) | [1990/0010925-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000109256&dt_publicacao=22/04/1991) | [Decisão:19/02/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000109256&dt_publicacao=22/04/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/04/1991 | PG:04794 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00223 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00037 |

SÚMULA 256 (SÚMULA CANCELADA)

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PERANTE O STJ

## Enunciado:

O sistema de "protocolo integrado" não se aplica aos recursos dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça.

Julgando o AgRg no Ag 792.846-SP, na sessão de 21/05/2008, a Corte Especial deliberou pelo CANCELAMENTO da súmula n. 256.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00541

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

21/05/2008

## Fonte:

DJE DATA:09/06/2008

DJ DATA:22/08/2001 PG:00338 RSSTJ VOL.:00019 PG:00257 RSTJ VOL.:00155 PG:00073

RT VOL.:00793 PG:00192

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] RECURSO ESPECIAL. PROTOCOLO INTEGRADO. IMPRESTABILIDADE. [...] O sistema de

protocolo integrado instituído na justiça estadual não se aplica ao recurso especial endereçado ao STJ, que deve ser apresentado perante o Tribunal de origem, na forma da lei adjetiva civil. [...]" ([AgRg no Ag 327139](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27327139%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 07/12/2000, DJ 05/03/2001, p. 180)

"[...] SISTEMA DE PROTOCOLO JUDICIÁRIO DESCENTRALIZADO - TEMPESTIVIDADE RECURSAL.

[...] O Sistema de 'protocolo integrado' (Estado de São Paulo) ou de 'protocolo judiciário descentralizado' (Estado do Paraná) conquanto vinculantes no âmbito das instâncias ordinárias, são inaplicáveis aos recursos dirigidos às instâncias extraordinárias, por serem estes regidos por normas próprias, disciplinadas no CPC. [...]" ([AgRg no Ag 208971](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27208971%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/1999, DJ 13/03/2000, p. 179)

"AGRAVO REGIMENTAL. TEMPESTIVIDADE. RECURSO ESPECIAL. PROTOCOLO INTEGRADO.

INSTÂNCIA SUPERIOR. INADMISSIBILIDADE. [...] É uníssona a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça no sentido de afirmar que o sistema do protocolo integrado deve ser observado tão-somente nas instâncias ordinárias, restando desvinculada a instância especial (Código de Processo Civil, artigo 525, parágrafo 2º). [...]" ([AgRg no REsp 211121](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27211121%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PB, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 26/10/1999, DJ 05/06/2000, p. 232)

"[...] EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR PROFERIDA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESCABIMENTO. JURISPRUDÊNCIA RECENTE DO STF. CONHECIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. TEMPESTIVIDADE. PROTOCOLO INTEGRADO. [...]

Recebem-se embargos de declaração como agravo regimental, quando opostos contra a decisão de que trata o art. 545 do CPC. 2 - Conforme inúmeros precedentes o sistema de protocolo integrado, próprio da estrutura judiciária estadual, não se aplica aos recursos dirigidos às instâncias extraordinárias. [...]" ([EDcl no Ag 249238](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27EDAG%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27249238%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEXTA TURMA, julgado em 28/09/1999, DJ 08/11/1999, p. 107)

"- AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TEMPESTIVIDADE. PROTOCOLO INTEGRADO. - CONFORME INÚMEROS PRECEDENTES 'O SISTEMA DE PROTOCOLO INTEGRADO, PRÓPRIO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA ESTADUAL, NÃO SE APLICA AOS RECURSOS DIRIGIDOS ÀS INSTÂNCIAS EXTRAORDINÁRIAS'. [...]" ([AgRg no Ag 146451](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27146451%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 19/03/1998, DJ 27/04/1998, p. 183)

"RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. PROTOCOLO INTEGRADO. SEGUNDO ITERATIVA JURISPRUDÊNCIA DESTE TRIBUNAL, A TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL É CONSIDERADA TENDO EM CONTA A DATA DE APRESENTAÇÃO DA PETIÇÃO NO TRIBUNAL DE ORIGEM, NÃO PODENDO SER UTILIZADO O PROTOCOLO INTEGRADO." ([AgRg no Ag 153708](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27153708%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP,

Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/09/1997, DJ 27/10/1997, p. 54808)

"[...] RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. PROTOCOLO INTEGRADO. EXAME DE OFÍCIO. [...] A TEMPESTIVIDADE E UM DOS PRESSUPOSTOS GERAIS DO SISTEMA RECURSAL, SENDO IGUALMENTE CERTO QUE TAIS REQUISITOS PODEM, 'E DEVEM', SALVO EXCEÇÕES, SER APRECIADOS MESMO 'EX OFFICIO', E SOB DUPLO EXAME, A SABER, NOS JUÍZOS 'A QUO' E 'AD QUEM'. II - O SISTEMA DO 'PROTOCOLO INTEGRADO', CONQUANTO VINCULANTE NO ÂMBITO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, É INAPLICÁVEL AOS RECURSOS DIRIGIDOS ÀS INSTÂNCIAS EXTRAORDINÁRIAS, REGIDOS POR NORMAS PRÓPRIAS." ([EDcl no AgRg no Ag 115189](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27EDAGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27115189%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 25/02/1997, DJ 24/03/1997, p. 9034)

"RECURSO ESPECIAL. PROTOCOLO INTEGRADO. ESTADO DE SÃO PAULO. A DATA DO RECEBIMENTO DA PETIÇÃO NO SISTEMA DE PROTOCOLO INTEGRADO, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NÃO DEFINE A TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL, QUE DEVE SER PROCESSADO NA SECRETARIA DO TRIBUNAL QUE PROFERIU O JULGAMENTO RECORRIDO. [...]" ([REsp 107496](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27107496%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 05/11/1996, DJ 02/12/1996, p. 47689)

"RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. PROTOCOLO INTEGRADO. O SISTEMA DE 'PROTOCOLO INTEGRADO', PRÓPRIO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA ESTADUAL, NÃO SE APLICA AOS RECURSOS DIRIGIDOS ÀS INSTÂNCIAS EXTRAORDINÁRIAS. [...]" ([AgRg no Ag 91286](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2791286%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 09/04/1996, DJ 10/06/1996, p. 20346)

"[...] AGRAVO REGIMENTAL. PROTOCOLO INTEGRADO. RECURSOS PARA OS TRIBUNAIS SUPERIORES. INAPLICABILIDADE. INTEMPESTIVIDADE. [...] É ENTENDIMENTO PACÍFICO DESTA EGRÉGIA CORTE, QUE A TEMPESTIVIDADE DE RECURSO DIRIGIDO A ESTE TRIBUNAL AFERE-SE A PARTIR DE SUA APRESENTAÇÃO NO PROTOCOLO DO TRIBUNAL QUE PROFERIU O DECISUM RECORRIDO, SENDO INAPLICÁVEL O SISTEMA DE PROTOCOLO INTEGRADO AOS RECURSOS DIRIGIDOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES. [...]" ([AgRg no Ag 50668](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2750668%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/05/1994, DJ 06/06/1994, p. 14260)

"RECURSO ESPECIAL. É INTERPOSTO PERANTE O PRESIDENTE DO TRIBUNAL RECORRIDO (LEI N. 8.038/90, ART. 26 E REGIMENTO DO STJ, ART. 255). NÃO SE SE LHE APLICA, PORTANTO, O SISTEMA DE PROTOCOLO UNIFICADO E INTEGRADO, DO ESTADO DE SÃO PAULO. [...]" ([AgRg no](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2744844%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [Ag 44844](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2744844%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/02/1994, DJ 11/04/1994, p. 7645)

"[...] PROTOCOLO INTEGRADO. RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVIDADE. A TEMPESTIVIDADE DE RECURSO ESPECIAL SE AFERE A PARTIR DA APRESENTAÇÃO DO MESMO NO PROTOCOLO DO TRIBUNAL QUE PROFERIU O ACORDÃO RECORRIDO, NÃO SE APLICANDO AOS RECURSOS PARA OS TRIBUNAIS SUPERIORES A REGULAMENTAÇÃO DO DENOMINADO 'PROTOCOLO INTEGRADO', FEITO PELO TRIBUNAL LOCAL." ([REsp 38585](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2738585%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, QUARTA TURMA,

julgado em 20/10/1993, DJ 29/11/1993, p. 25891)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000849820&dt_publicacao=05/03/2001) | [327139](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000849820&dt_publicacao=05/03/2001) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000849820&dt_publicacao=05/03/2001) | [2000/0084982-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000849820&dt_publicacao=05/03/2001) | [Decisão:07/12/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000849820&dt_publicacao=05/03/2001) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/03/2001 | PG:00180 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00305 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00090 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800789472&dt_publicacao=13/03/2000) | [208971](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800789472&dt_publicacao=13/03/2000) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800789472&dt_publicacao=13/03/2000) | [1998/0078947-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800789472&dt_publicacao=13/03/2000) | [Decisão:03/12/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800789472&dt_publicacao=13/03/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/03/2000 | PG:00179 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00130 | PG:00029 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00302 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00087 |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900357833&dt_publicacao=05/06/2000) | | [211121](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900357833&dt_publicacao=05/06/2000) | | [PB](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900357833&dt_publicacao=05/06/2000) | [1999/0035783-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900357833&dt_publicacao=05/06/2000) | | [Decisão:26/10/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900357833&dt_publicacao=05/06/2000) |
| **DJ**  **RSSTJ RSTJ** |  | |  | | DATA:05/06/2000  VOL.:00019 VOL.:00155 | | PG:00232  PG:00308 PG:00093 |
| [EDcl no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900572041&dt_publicacao=08/11/1999) | [249238](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900572041&dt_publicacao=08/11/1999) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900572041&dt_publicacao=08/11/1999) | | [1999/0057204-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900572041&dt_publicacao=08/11/1999) | | [Decisão:28/09/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900572041&dt_publicacao=08/11/1999) |
| **DJ** |  | |  | | DATA:08/11/1999 | | PG:00107 |
| **RSSTJ** |  | |  | | VOL.:00019 | | PG:00311 |
| **RSTJ** |  | |  | | VOL.:00155 | | PG:00095 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700300722&dt_publicacao=27/04/1998) | [146451](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700300722&dt_publicacao=27/04/1998) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700300722&dt_publicacao=27/04/1998) | | [1997/0030072-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700300722&dt_publicacao=27/04/1998) | | [Decisão:19/03/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700300722&dt_publicacao=27/04/1998) |
| **DJ** |  | |  | | DATA:27/04/1998 | | PG:00183 |
| **RSSTJ** |  | |  | | VOL.:00019 | | PG:00298 |
| **RSTJ** |  | |  | | VOL.:00155 | | PG:00082 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700492370&dt_publicacao=27/10/1997) | [153708](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700492370&dt_publicacao=27/10/1997) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700492370&dt_publicacao=27/10/1997) | | [1997/0049237-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700492370&dt_publicacao=27/10/1997) | | [Decisão:16/09/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700492370&dt_publicacao=27/10/1997) |
| **DJ** |  | |  | | DATA:27/10/1997 | | PG:54808 |
| **RSSTJ** |  | |  | | VOL.:00019 | | PG:00300 |
| **RSTJ** |  | |  | | VOL.:00155 | | PG:00085 |
| [EDcl no AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600383120&dt_publicacao=24/03/1997) | | | [115189](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600383120&dt_publicacao=24/03/1997) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600383120&dt_publicacao=24/03/1997) | [1996/0038312-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600383120&dt_publicacao=24/03/1997) | [Decisão:25/02/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600383120&dt_publicacao=24/03/1997) |
| **DJ** | | |  | |  | DATA:24/03/1997 | PG:09034 |
| **RSSTJ** | | |  | |  | VOL.:00019 | PG:00313 |
| **RSTJ** | | |  | |  | VOL.:00155 | PG:00098 |
| [REsp 107496 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600576661&dt_publicacao=02/12/1996) | | |  | |  | [1996/0057666-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600576661&dt_publicacao=02/12/1996) | [Decisão:05/11/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600576661&dt_publicacao=02/12/1996) |
| **DJ** | | |  | |  | DATA:02/12/1996 | PG:47689 |
| **RSSTJ** | | |  | |  | VOL.:00019 | PG:00320 |
| **RSTJ** | | |  | |  | VOL.:00155 | PG:00105 |
| [AgRg no Ag 91286](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500606216&dt_publicacao=10/06/1996) | | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500606216&dt_publicacao=10/06/1996) | |  | [1995/0060621-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500606216&dt_publicacao=10/06/1996) | [Decisão:09/04/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500606216&dt_publicacao=10/06/1996) |
| **DJ** | | |  | |  | DATA:10/06/1996 | PG:20346 |
| **RSSTJ** | | |  | |  | VOL.:00019 | PG:00296 |
| **RSTJ** | | |  | |  | VOL.:00155 | PG:00080 |
| [AgRg no Ag 50668](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400102887&dt_publicacao=06/06/1994) | | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400102887&dt_publicacao=06/06/1994) | |  | [1994/0010288-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400102887&dt_publicacao=06/06/1994) | [Decisão:11/05/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400102887&dt_publicacao=06/06/1994) |
| **DJ** | | |  | |  | DATA:06/06/1994 | PG:14260 |
| **RSSTJ** | | |  | |  | VOL.:00019 | PG:00293 |
| **RSTJ** | | |  | |  | VOL.:00155 | PG:00077 |
| [AgRg no Ag 44844](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300299433&dt_publicacao=11/04/1994) | | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300299433&dt_publicacao=11/04/1994) | |  | [1993/0029943-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300299433&dt_publicacao=11/04/1994) | [Decisão:24/02/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300299433&dt_publicacao=11/04/1994) |
| **DJ** | | |  | |  | DATA:11/04/1994 | PG:07645 |
| **RSSTJ** | | |  | |  | VOL.:00019 | PG:00290 |
| **RSTJ** | | |  | |  | VOL.:00155 | PG:00075 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300251341&dt_publicacao=29/11/1993) | [38585](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300251341&dt_publicacao=29/11/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300251341&dt_publicacao=29/11/1993) | [1993/0025134-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300251341&dt_publicacao=29/11/1993) | [Decisão:20/10/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300251341&dt_publicacao=29/11/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/11/1993 | PG:25891 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00318 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00103 |

# SÚMULA 257

# DIREITO CIVIL - DPVAT

## Enunciado:

A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:006194 ANO:1974 ART:00005 ART:00007

(ALTERADA PELA LEI 8441, DE 13/07/1992) LEG:FED LEI:008441 ANO:1992

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

08/08/2001

## Fonte:

DJ DATA:29/08/2001 PG:00100 RSSTJ VOL.:00019 PG:00323 RSTJ VOL.:00155 PG:00109

RT VOL.:00793 PG:00192

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] SEGURO OBRIGATÓRIO VENCIDO. RESPONSABILIDADE DE QUALQUER SEGURADORA. [...] A

indenização decorrente do chamado Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), devida a pessoa vitimada por veículo identificado que esteja com a apólice de referido seguro vencida, pode ser cobrada de qualquer seguradora que opere no complexo. [...]" ([REsp 200838](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27200838%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 29/02/2000, DJ 02/05/2000, p. 145)

"Seguro obrigatório. Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 8.441/92. [...] Como está em precedente da Corte, a 'falta de pagamento do prêmio de seguro obrigatório não é motivo para a recusa do pagamento da indenização', nos termos da Lei nº 8.441, de 13/07/92. 2. Não tem pertinência deixar de efetuar o pagamento devido pela razão de ser a vítima proprietária do veículo. [...]" ([REsp 144583](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27144583%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA

TURMA, julgado em 18/11/1999, DJ 07/02/2000, p. 153)

"SEGURO. SEGURO OBRIGATÓRIO. PRÊMIO IMPAGO. INDENIZAÇÃO. SALÁRIO MÍNIMO. [...] A FALTA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO DE SEGURO OBRIGATÓRIO NÃO É MOTIVO PARA A RECUSA DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO. LEI 8.441, DE 13.7.92. 2. O VALOR DO SEGURO PODE SER ESTIPULADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. [...]" ([REsp 67763](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2767763%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 17/10/1995, DJ 18/12/1995, p. 44581)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900030249&dt_publicacao=02/05/2000) | [200838](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900030249&dt_publicacao=02/05/2000) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900030249&dt_publicacao=02/05/2000) | [1999/0003024-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900030249&dt_publicacao=02/05/2000) | [Decisão:29/02/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900030249&dt_publicacao=02/05/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/05/2000 | PG:00145 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00336 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00120 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700579956&dt_publicacao=07/02/2000) | [144583](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700579956&dt_publicacao=07/02/2000) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700579956&dt_publicacao=07/02/2000) | [1997/0057995-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700579956&dt_publicacao=07/02/2000) | [Decisão:18/11/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700579956&dt_publicacao=07/02/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/02/2000 | PG:00153 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00014 | PG:00150 |
| **RJADCOAS** | |  | VOL.:00005 | PG:00152 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00019 | PG:00330 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00155 | PG:00115 |
| [REsp 67763](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500290278&dt_publicacao=18/12/1995) | | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500290278&dt_publicacao=18/12/1995) | [1995/0029027-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500290278&dt_publicacao=18/12/1995) | [Decisão:17/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500290278&dt_publicacao=18/12/1995) |
| **DJ** | |  | DATA:18/12/1995 | PG:44581 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00019 | PG:00327 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00155 | PG:00111 |

# SÚMULA 258

# DIREITO EMPRESARIAL - TÍTULOS DE CRÉDITO

## Enunciado:

A nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito não goza de autonomia em razão da iliquidez do título que a originou.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00585

LEG:FED SUM:000233 (STJ)

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

12/09/2001

## Fonte:

REPDJ DATA:23/10/2001 PG:00215 DJ DATA:24/09/2001 PG:00363 RSSTJ VOL.:00019 PG:00339

RSTJ VOL.:00155 PG:00125 RT VOL.:00794 PG:00212

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. INEXISTÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO. ORIENTAÇÃO DA SEGUNDA SEÇÃO. NOTA PROMISSÓRIA

VINCULADA. PERDA DE AUTONOMIA. [...] Não constitui título executivo extrajudicial promissória decorrente de contrato de abertura de crédito, ainda que assinado por duas testemunhas. [...]" ([REsp 242716](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27242716%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) ES, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/04/2001, DJ 28/05/2001, p. 160)

"[...] Título extrajudicial. Contrato de abertura de crédito em conta-corrente. Promissória vinculada. [...] O contrato de abertura de crédito em conta-corrente, ainda que acompanhado de extratos da conta de movimentação bancária, não constitui título executivo. III - A iliquidez do título de crédito contamina a nota promissória que dele se originou. [...]" ([REsp 220631](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27220631%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MT, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/03/2001, DJ 30/04/2001,

p. 131)

"[...] CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE. VINCULAÇÃO A NOTA

PROMISSÓRIA. AUTONOMIA INOCORRENTE. [...] A nota promissória vinculada ao contrato de abertura de crédito, nos termos do verbete 233 da súmula/STJ, não goza de autonomia, em face da iliquidez do título que a originou. [...]" ([REsp 297873](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27297873%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 01/03/2001, DJ 02/04/2001, p. 305)

"[...] AÇÃO DE EXECUÇÃO. EMISSÃO DE TÍTULO DE CRÉDITO - NOTA PROMISSÓRIA - VINCULADA A CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE EXIGIBILIDADE. TÍTULO CAMBIAL EMITIDO COMO GARANTIA DE DÍVIDA BANCÁRIA. AUSÊNCIA DE CIRCULAÇÃO. PERDA DA

NATUREZA CAMBIÁRIA. [...] Ausente a circulação do título de crédito, a nota promissória que não é sacada como promessa de pagamento, mas como garantia de contrato de abertura de crédito, a que foi vinculada, tem sua natureza cambial desnaturada, subtraída a sua autonomia II - A iliquidez do contrato de abertura de crédito é transmitida à nota promissória vinculada, contaminando-a, pois o objeto contratual é a disposição de certo numerário, dentro de um limite prefixado, sendo que essa indeterminação do quantum devido, comunica-se com a nota promissória por terem nascidos da mesma obrigação jurídica." ([EREsp 262623](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27262623%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/02/2001, DJ 02/04/2001, p. 251)

"[...] CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE. INEXISTÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO. NOTA PROMISSÓRIA A ELE VINCULADA. AUTONOMIA INOCORRENTE. [...] O

contrato de abertura de crédito em conta-corrente, ainda que acompanhado de extrato, não é título executivo, nos termos do enunciado n. 233 da súmula/STJ. II - A nota promissória vinculada ao contrato de abertura de crédito não goza de autonomia, em face da iliquidez do título que a originou. [...]" ([REsp 285524](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27285524%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA,

julgado em 20/02/2001, DJ 02/04/2001, p. 301)

"[...] CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO - NOTA PROMISSÓRIA [...] O contrato de abertura de

crédito não constitui título executivo, ainda que subscrito pelo devedor e por duas testemunhas e acompanhado dos demonstrativos de evolução do débito. A nota promissória vinculada ao contrato de abertura de crédito não goza de autonomia, em face da própria iliqüidez do título que a originou. [...]" ([AgRg no REsp 221658](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27221658%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2000, DJ 19/02/2001, p. 164)

"[...] EMISSÃO DE TÍTULO DE CRÉDITO - NOTA PROMISSÓRIA - VINCULADA A CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE EXIGIBILIDADE. TÍTULO CAMBIAL EMITIDO COMO GARANTIA DE DÍVIDA BANCÁRIA. AUSÊNCIA DE CIRCULAÇÃO. PERDA DA NATUREZA

CAMBIÁRIA. [...] Não havendo a circulação do título, resta patente que este se destinou à garantia de negócio jurídico subjacente, refugindo da principiologia cambiária. II - Nota promissória que não é sacada como promessa de pagamento, mas como garantia de contrato de abertura de crédito, a que foi vinculada, tem sua natureza cambial desnaturada, subtraída a sua autonomia. Precedente da 3ª Turma: REsp 239.352." ([REsp 264850](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27264850%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2000, DJ 05/03/2001, p. 159)

"[...] CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. TÍTULO EXECUTIVO. INEXISTÊNCIA. ART. 585, II,

CPC. NOTA PROMISSÓRIA. [...] O contrato de abertura de crédito em conta corrente, ainda que acompanhado de extratos de movimentação financeira, não constitui título hábil para a promoção de ação executiva. II. A nota promissória vinculada ao contrato de abertura de crédito não goza de autonomia por restar descaracterizada, em tal situação, a sua natureza como título executivo. [...]" ([REsp 286071](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27286071%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA,

julgado em 07/12/2000, DJ 05/03/2001, p. 175)

"[...] A nota promissória vinculada ao contrato de abertura de crédito não goza de autonomia, em face da própria iliquidez do título que a originou. [...]" ([AgRg no Ag 288445](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27288445%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 14/11/2000, DJ 18/12/2000, p. 210)

"[...] Contrato de abertura de crédito. Nota promissória em garantia. A nota promissória dada em garantia de contrato de abertura de crédito, pelo valor correspondente ao seu limite, não é título executivo para a cobrança da dívida apurada em razão daquele contrato. [...]" ([REsp 254072](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27254072%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 21/09/2000, DJ 11/12/2000, p. 210)

"[...] Nota promissória. Contrato de mútuo. Por estar vinculada a contrato de mútuo, a nota promissória não perde as características de título executivo. Situação diferente da vinculação a contato de abertura de crédito, quando a determinação do valor do saldo devedor depende de apuração em juízo. [...]" ([REsp 249327](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27249327%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 18/05/2000, DJ 07/08/2000, p. 115)

"[...] CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. INEXISTÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO. ORIENTAÇÃO DA SEGUNDA SEÇÃO. NOTA PROMISSÓRIA VINCULADA. PERDA DA AUTONOMIA.

[...] A Segunda Seção desta Corte firmou a orientação de que o contrato de abertura de crédito, ainda que acompanhado do extrato e da movimentação bancária e assinado por duas testemunhas, não constitui título executivo (EREsp 108.259-RS, DJ 20/9/99). II - A nota promissória vinculada ao contrato de abertura de crédito perde a autonomia, descaracterizando-se como título de crédito hábil a instruir, por si só, a execução." ([REsp 158039](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27158039%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 17/02/2000, DJ 03/04/2000, p. 153)

"[...] CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. NOTA PROMISSÓRIA. [...] Contrato de abertura de

crédito não constitui título executivo, ainda que subscrito pelo devedor e por duas testemunhas e acompanhado dos demonstrativos de evolução do débito. Precedentes da Segunda Seção. II - A nota promissória vinculada ao contrato de abertura de crédito não goza de autonomia, em face da própria iliqüidez do título que a originou. [...]" ([AgRg nos EREsp 197090](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27197090%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/02/2000, DJ 10/04/2000, p. 67)

"[...] NOTA PROMISSÓRIA VINCULADA A CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE. TÍTULO EXECUTIVO. INEXISTÊNCIA. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 585, II, E 586 DO CPC.

O contrato de abertura de crédito em conta corrente, conforme jurisprudência assente, não é título executivo extrajudicial, ainda que a execução seja instruída com extrato e que os lançamentos fiquem devidamente esclarecidos, com explicitação dos cálculos, dos índices e dos critérios adotados para a definição e a evolução do débito, pois esses são documentos unilaterais de cuja formação não participou o devedor. A iliquidez atinge a nota promissória a ele vinculada, que, na hipótese, não goza de autonomia. [...]" ([REsp 209958](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27209958%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 24/08/1999, DJ 25/10/1999, p. 89)

"[...] CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE. NOTA PROMISSÓRIA VINCULADA. TÍTULO EXECUTIVO. INEXISTÊNCIA. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 585, II, E 586 DO

CPC. Mesmo subscrito pelo eventual devedor e assinado por duas testemunhas, o contrato de abertura de crédito em conta corrente não é título executivo extrajudicial, ainda que a execução seja instruída com extrato e que os lançamentos fiquem devidamente esclarecidos, com explicitação dos cálculos, dos índices e dos critérios adotados para a definição e a evolução do débito, pois esses são documentos unilaterais de cuja formação não participou o devedor. A iliquidez atinge a nota promissória a ele vinculada, que, na hipótese, não goza de autonomia. [...]" ([REsp 212455](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27212455%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 24/08/1999, DJ 16/11/1999, p. 214)

"[...] Contrato de abertura de crédito. Nota promissória. Executividade. Da mesma forma que o contrato de abertura de crédito, ainda que acompanhado de demonstrativos dos lançamentos, não constitui título executivo, também a nota promissória emitida para sua garantia e a ele vinculada é desprovida de liquidez e certeza. [...]" ([REsp 201840](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27201840%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 18/05/1999, DJ 28/06/1999, p. 122)

"[...] CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. Contrato de abertura de crédito não constitui título executivo, ainda que subscrito pelo devedor e por duas testemunhas e acompanhado dos demonstrativos de evolução do débito. Precedentes da Segunda Seção. A nota promissória vinculada ao contrato de abertura de crédito não goza de autonomia, em face da própria iliquidez do título que a originou. [...]" ([REsp 195215](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27195215%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| TURMA, julgado | em | 04/02/1999, | DJ | 12/04/1999, p. 163) |  |
| Precedentes:  [REsp 242716](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901161975&dt_publicacao=28/05/2001) | [ES](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901161975&dt_publicacao=28/05/2001) |  |  | [1999/0116197-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901161975&dt_publicacao=28/05/2001) | [Decisão:10/04/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901161975&dt_publicacao=28/05/2001) |
| **DJ** |  |  |  | DATA:28/05/2001 | PG:00160 |
| **RSSTJ** |  |  |  | VOL.:00019 | PG:00383 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00155 | PG:00169 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| [REsp 220631 MT](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900567951&dt_publicacao=30/04/2001) | [1999/0056795-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900567951&dt_publicacao=30/04/2001) | [Decisão:19/03/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900567951&dt_publicacao=30/04/2001) |
| **DJ** | DATA:30/04/2001 | PG:00131 |
| **JBCC** | VOL.:00190 | PG:00449 |
| **RSSTJ** | VOL.:00019 | PG:00377 |
| **RSTJ** | VOL.:00155 | PG:00163 |
| [REsp 297873 CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001446274&dt_publicacao=02/04/2001) | [2000/0144627-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001446274&dt_publicacao=02/04/2001) | [Decisão:01/03/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001446274&dt_publicacao=02/04/2001) |
| **DJ** | DATA:02/04/2001 | PG:00305 |
| **RSSTJ** | VOL.:00019 | PG:00406 |
| **RSTJ** | VOL.:00155 | PG:00194 |
| [EREsp 262623 RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001193856&dt_publicacao=02/04/2001) | [2000/0119385-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001193856&dt_publicacao=02/04/2001) | [Decisão:22/02/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001193856&dt_publicacao=02/04/2001) |
| **DJ** | DATA:02/04/2001 | PG:00251 |
| **RSSTJ** | VOL.:00019 | PG:00355 |
| **RSTJ** | VOL.:00155 | PG:00140 |
| **RT** | VOL.:00791 | PG:00183 |
| [REsp 285524 RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001121030&dt_publicacao=02/04/2001) | [2000/0112103-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001121030&dt_publicacao=02/04/2001) | [Decisão:20/02/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001121030&dt_publicacao=02/04/2001) |
| **DJ** | DATA:02/04/2001 | PG:00301 |
| **RSSTJ** | VOL.:00019 | PG:00397 |
| **RSTJ** | VOL.:00155 | PG:00185 |
| [AgRg no REsp 221658 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900591259&dt_publicacao=19/02/2001) | [1999/0059125-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900591259&dt_publicacao=19/02/2001) | [Decisão:15/12/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900591259&dt_publicacao=19/02/2001) |
| **DJ** | DATA:19/02/2001 | PG:00164 |
| **RSSTJ** | VOL.:00019 | PG:00353 |
| **RSTJ** | VOL.:00155 | PG:00130 |
| [REsp 264850 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000634867&dt_publicacao=05/03/2001) | [2000/0063486-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000634867&dt_publicacao=05/03/2001) | [Decisão:15/12/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000634867&dt_publicacao=05/03/2001) |
| **DJ** | DATA:05/03/2001 | PG:00159 |
| **JBCC** | VOL.:00189 | PG:00176 |
| **RSSTJ** | VOL.:00019 | PG:00392 |
| **RSTJ** | VOL.:00143 | PG:00349 |
| **RSTJ** | VOL.:00155 | PG:00179 |
| [REsp 286071 MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001136208&dt_publicacao=05/03/2001) | [2000/0113620-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001136208&dt_publicacao=05/03/2001) | [Decisão:07/12/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001136208&dt_publicacao=05/03/2001) |
| **DJ** | DATA:05/03/2001 | PG:00175 |
| **RSSTJ** | VOL.:00019 | PG:00401 |
| **RSTJ** | VOL.:00155 | PG:00188 |
| [AgRg no Ag 288445 SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000126926&dt_publicacao=18/12/2000) | [2000/0012692-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000126926&dt_publicacao=18/12/2000) | [Decisão:14/11/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000126926&dt_publicacao=18/12/2000) |
| **DJ** | DATA:18/12/2000 | PG:00210 |
| **RSSTJ** | VOL.:00019 | PG:00343 |
| **RSTJ** | VOL.:00155 | PG:00127 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000322920&dt_publicacao=11/12/2000) | [254072](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000322920&dt_publicacao=11/12/2000) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000322920&dt_publicacao=11/12/2000) | [2000/0032292-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000322920&dt_publicacao=11/12/2000) | | [Decisão:21/09/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000322920&dt_publicacao=11/12/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/12/2000 | | PG:00210 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | | PG:00388 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | | PG:00175 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000175072&dt_publicacao=07/08/2000) | [249327](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000175072&dt_publicacao=07/08/2000) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000175072&dt_publicacao=07/08/2000) | [2000/0017507-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000175072&dt_publicacao=07/08/2000) | | [Decisão:18/05/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000175072&dt_publicacao=07/08/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:07/08/2000 | | PG:00115 |
| **RJADCOAS** | |  |  | VOL.:00014 | PG:00033 |
| **RSSTJ** | |  |  | VOL.:00019 | PG:00385 |
| **RSTJ** | |  |  | VOL.:00155 | PG:00172 |
| [REsp 158039](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700878597&dt_publicacao=03/04/2000) | | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700878597&dt_publicacao=03/04/2000) |  | [1997/0087859-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700878597&dt_publicacao=03/04/2000) | [Decisão:17/02/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700878597&dt_publicacao=03/04/2000) |
| **DJ** | |  |  | DATA:03/04/2000 | PG:00153 |
| **RSSTJ** | |  |  | VOL.:00019 | PG:00359 |
| **RSTJ** | |  |  | VOL.:00155 | PG:00144 |
| [AgRg nos EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900677307&dt_publicacao=10/04/2000) | | [197090](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900677307&dt_publicacao=10/04/2000) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900677307&dt_publicacao=10/04/2000) | [1999/0067730-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900677307&dt_publicacao=10/04/2000) | [Decisão:09/02/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900677307&dt_publicacao=10/04/2000) |
| **DJ** | |  |  | DATA:10/04/2000 | PG:00067 |
| **RSSTJ** | |  |  | VOL.:00019 | PG:00346 |
| **RSTJ** | |  |  | VOL.:00155 | PG:00133 |
| [REsp 209958](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900309324&dt_publicacao=25/10/1999) | | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900309324&dt_publicacao=25/10/1999) |  | [1999/0030932-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900309324&dt_publicacao=25/10/1999) | [Decisão:24/08/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900309324&dt_publicacao=25/10/1999) |
| **DJ** | |  |  | DATA:25/10/1999 | PG:00089 |
| **REVJUR** | |  |  | VOL.:00265 | PG:00103 |
| **RSSTJ** | |  |  | VOL.:00019 | PG:00368 |
| **RSTJ** | |  |  | VOL.:00155 | PG:00153 |
| [REsp 212455](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900392094&dt_publicacao=16/11/1999) | | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900392094&dt_publicacao=16/11/1999) |  | [1999/0039209-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900392094&dt_publicacao=16/11/1999) | [Decisão:24/08/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900392094&dt_publicacao=16/11/1999) |
| **DJ** | |  |  | DATA:16/11/1999 | PG:00214 |
| **RSSTJ** | |  |  | VOL.:00019 | PG:00373 |
| **RSTJ** | |  |  | VOL.:00155 | PG:00158 |
| [REsp 201840](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900064569&dt_publicacao=28/06/1999) | | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900064569&dt_publicacao=28/06/1999) |  | [1999/0006456-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900064569&dt_publicacao=28/06/1999) | [Decisão:18/05/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900064569&dt_publicacao=28/06/1999) |
| **DJ** | |  |  | DATA:28/06/1999 | PG:00122 |
| **RSSTJ** | |  |  | VOL.:00019 | PG:00365 |
| **RSTJ** | |  |  | VOL.:00155 | PG:00150 |
| [REsp 195215](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800850864&dt_publicacao=12/04/1999) | | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800850864&dt_publicacao=12/04/1999) |  | [1998/0085086-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800850864&dt_publicacao=12/04/1999) | [Decisão:04/02/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800850864&dt_publicacao=12/04/1999) |
| **DJ** | |  |  | DATA:12/04/1999 | PG:00163 |
| **RSSTJ** | |  |  | VOL.:00019 | PG:00362 |
| **RSTJ** | |  |  | VOL.:00155 | PG:00148 |

# SÚMULA 259

# DIREITO BANCÁRIO - AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

## Enunciado:

A ação de prestação de contas pode ser proposta pelo titular de conta-corrente bancária.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00914 INC:00001

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

28/11/2001

## Fonte:

DJ DATA:06/02/2002 PG:00189 RSSTJ VOL.:00019 PG:00409 RSTJ VOL.:00155 PG:00197

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA. LANÇAMENTOS QUESTIONADOS. SENTENÇA. PROCEDÊNCIA. NULIFICAÇÃO PELO TRIBUNAL ESTADUAL. [...]

Justificado o pedido de prestação de contas feito a banco, por correntista que questiona a natureza de transferência e débitos em conta corrente lançados pela instituição depositária, o acolhimento da pretensão pela sentença de 1o grau, que reconhece a legitimidade da pretensão, constitui fundamento suficiente, de sorte que indevida se revelou a nulificação da decisão monocrática, mormente quando a contestação do réu é vaga, limitando-se a dizer que não se negou a prestá-las e que não lesou o autor. [...]" ([REsp 264506](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27264506%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) ES, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 15/02/2001, DJ 26/03/2001, p. 429)

"AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. DISCORDÂNCIA ACERCA DE LANÇAMENTOS FEITOS EM

CONTA-CORRENTE. INTERESSE DE AGIR. Ao correntista que, recebendo extratos bancários, discorde dos lançamentos deles constantes, assiste legítimo interesse para intentar a ação de prestação de contas, visando a obter pronunciamento judicial acerca da correção ou incorreção de tais lançamentos. [...]" ([REsp 198071](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27198071%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 18/02/1999, DJ 24/05/1999, p. 177)

"Contrato bancário (depósito, ou conta-corrente). Lançamentos. Prestação de contas. O titular da conta tem legitimidade e interesse para propor a ação. [...]" ([REsp 114489](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27114489%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/02/1999, DJ 19/04/1999, p. 133)

"AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. Depósito bancário em conta corrente. Interesse processual. O correntista, inconformado com os lançamentos feitos em sua conta corrente, sem condições de conhecer a natureza e a origem dos registros constantes dos extratos bancários que recebe, tem legítimo interesse de propor ação de prestação de contas. [...]" ([REsp 184283](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27184283%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 01/12/1998, DJ 22/03/1999, p. 210)

"[...] PRESTAÇÃO DE CONTAS. INTERESSE DE AGIR. [...] Ao correntista que, recebendo extratos bancários, discorde dos lançamentos deles constantes, assiste legitimidade e interesse para ajuizar ação de prestação de contas visando a obter pronunciamento judicial acerca de correção ou incorreção de tais lançamentos(REsp nº 12.393.0/SP). [...]" ([REsp 114237](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27114237%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/11/1998, DJ 01/03/1999, p. 305)

"Ação de prestação de contas. Depósito bancário. Conta corrente. [...] Ressalvado o entendimento do Relator, mas na linha da orientação predominante da Corte, o titular da conta corrente tem interesse processual para ajuizar ação de prestação de contas, independentemente de prova de prévio pedido de esclarecimento ao banco. [...]" ([REsp 124583](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27124583%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/06/1998, DJ 19/10/1998, p. 88)

"[...] PRESTAÇÃO DE CONTAS. INTERESSE DE AGIR. AO CORRENTISTA QUE, RECEBENDO EXTRATOS BANCÁRIOS, DISCORDE DOS LANÇAMENTOS DELES CONSTANTES, ASSISTE LEGITIMIDADE E INTERESSE PARA AJUIZAR AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS VISANDO A OBTER PRONUNCIAMENTO JUDICIAL ACERCA DE CORREÇÃO OU INCORREÇÃO DE TAIS LANÇAMENTOS (RESP N. 12.393-0/SP). [...]" ([REsp 75612](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2775612%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. MIN. COSTA LEITE, TERCEIRA

TURMA, julgado em 27/11/1995, DJ 04/03/1996, p. 5406)

"[...] AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS AJUIZADA POR CORRENTISTA. EXTRATOS BANCÁRIOS EMITIDOS E APRESENTADOS EXTRAJUDICIALMENTE. DIVERGÊNCIA QUANTO AOS LANÇAMENTOS. INTERESSE DE AGIR. [...] AO CORRENTISTA QUE, RECEBENDO EXTRATOS BANCÁRIOS, DISCORDE DOS LANÇAMENTOS DELES CONSTANTES, ASSISTE LEGITIMIDADE E INTERESSE PARA AJUIZAR AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS VISANDO A OBTER PRONUNCIAMENTO JUDICIAL ACERCA DA CORREÇÃO OU INCORREÇÃO DE TAIS LANÇAMENTOS. II - O INTERESSE DE AGIR DECORRE, EM CASOS TAIS, DO FATO DE QUE 'O OBRIGADO A CONTAS SE PRESUME DEVEDOR ENQUANTO NÃO PRESTA-LAS E FOREM HAVIDAS POR BOAS'. III - SENDO CERTO, PORÉM, QUE O FORNECIMENTO PERIÓDICO DE EXTRATOS DE MOVIMENTAÇÃO DE CONTA CORRENTE PELA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA TRADUZ RECONHECIMENTO DE SUA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR CONTAS, INJUSTIFICÁVEL SE AFIGURA, POR AUSÊNCIA DE LITIGIOSIDADE EM RELAÇÃO A TANTO, A DIVISÃO DO RITO EM DUAS FASES (ART. 915), CONSTITUINDO IMPERATIVO DE ORDEM LÓGICA A SUPRESSÃO DA PRIMEIRA, CUJA FINALIDADE (APURAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR CONTAS) RESTA, EM FACE DE TAL RECONHECIMENTO, ESVAZIADA E SUPERADA. [...]" ([REsp 12393](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2712393%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 22/02/1994, DJ 28/03/1994, p. 6324)

Precedentes:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| [REsp 264506](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000626066&dt_publicacao=26/03/2001) | [ES](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000626066&dt_publicacao=26/03/2001) | [2000/0062606-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000626066&dt_publicacao=26/03/2001) | [Decisão:15/02/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000626066&dt_publicacao=26/03/2001) |
| **DJ** |  | DATA:26/03/2001 | PG:00429 |
| **RJADCOAS** |  | VOL.:00026 | PG:00091 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00019 | PG:00443 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00155 | PG:00232 |
| [REsp 198071](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800908331&dt_publicacao=24/05/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800908331&dt_publicacao=24/05/1999) | [1998/0090833-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800908331&dt_publicacao=24/05/1999) | [Decisão:18/02/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800908331&dt_publicacao=24/05/1999) |
| **DJ** |  | DATA:24/05/1999 | PG:00177 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00019 | PG:00440 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00155 | PG:00229 |
| [REsp 114489](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600745463&dt_publicacao=19/04/1999) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600745463&dt_publicacao=19/04/1999) | [1996/0074546-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600745463&dt_publicacao=19/04/1999) | [Decisão:02/02/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600745463&dt_publicacao=19/04/1999) |
| **DJ** |  | DATA:19/04/1999 | PG:00133 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00019 | PG:00429 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00155 | PG:00217 |
| [REsp 184283](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800568093&dt_publicacao=22/03/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800568093&dt_publicacao=22/03/1999) | [1998/0056809-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800568093&dt_publicacao=22/03/1999) | [Decisão:01/12/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800568093&dt_publicacao=22/03/1999) |
| **DJ** |  | DATA:22/03/1999 | PG:00210 |
| **RMP** |  | VOL.:00017 | PG:00436 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00019 | PG:00435 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00155 | PG:00224 |
| [REsp 114237](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600739137&dt_publicacao=01/03/1999) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600739137&dt_publicacao=01/03/1999) | [1996/0073913-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600739137&dt_publicacao=01/03/1999) | [Decisão:19/11/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600739137&dt_publicacao=01/03/1999) |
| **DJ** |  | DATA:01/03/1999 | PG:00305 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00019 | PG:00426 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00155 | PG:00213 |
| [REsp 124583](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700197948&dt_publicacao=19/10/1998) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700197948&dt_publicacao=19/10/1998) | [1997/0019794-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700197948&dt_publicacao=19/10/1998) | [Decisão:16/06/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700197948&dt_publicacao=19/10/1998) |
| **DJ** |  | DATA:19/10/1998 | PG:00088 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00019 | PG:00432 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00155 | PG:00221 |
| [REsp 75612](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500494655&dt_publicacao=04/03/1996) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500494655&dt_publicacao=04/03/1996) | [1995/0049465-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500494655&dt_publicacao=04/03/1996) | [Decisão:27/11/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500494655&dt_publicacao=04/03/1996) |
| **DJ** |  | DATA:04/03/1996 | PG:05406 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00019 | PG:00420 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00155 | PG:00207 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100136816&dt_publicacao=28/03/1994) | [12393](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100136816&dt_publicacao=28/03/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100136816&dt_publicacao=28/03/1994) | [1991/0013681-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100136816&dt_publicacao=28/03/1994) | [Decisão:22/02/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100136816&dt_publicacao=28/03/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/03/1994 | PG:06324 |
| **REVFOR** |  |  | VOL.:00328 | PG:00161 |
| **REVPRO** |  |  | VOL.:00085 | PG:00405 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00413 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00199 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00060 | PG:00219 |

# SÚMULA 260

# DIREITO CIVIL - CONDOMÍNIO

## Enunciado:

A convenção de condomínio aprovada, ainda que sem registro, é eficaz para regular as relações entre os condôminos.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:004591 ANO:1964 ART:00009

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

28/11/2001

## Fonte:

DJ DATA:06/02/2002 PG:00189 RSSTJ VOL.:00019 PG:00447 RSTJ VOL.:00155 PG:00237

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] CONDOMÍNIO. AÇÃO DE COBRANÇA. DÉBITOS EM ATRASO. CONVENÇÃO NÃO REGISTRADA.

OBRIGATORIEDADE PARA OS CONDÔMINOS. [...] A convenção de condomínio não registrada tem validade para regular as relações entre as partes, não podendo o condômino, por esse fundamento, recusar-se ao seu cumprimento. [...]" ([REsp 270232](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27270232%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 05/10/2000, DJ 20/11/2000, p. 303)

"Ação de cobrança. Associação de moradores. [...] Como assentado em precedente da Corte, o 'Registro da Convenção de Condomínio tem por finalidade precípua imprimir-lhe validade contra terceiros, não sendo requisito 'inter partes'. Por isso não pode o condômino sob este fundamento recusar-se a cumprir seus termos ou a pagar as taxas para sua manutenção'." ([REsp 180838](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27180838%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/10/1999, DJ 13/12/1999, p. 141)

"CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO APROVADA E NÃO REGISTRADA - OBRIGATORIEDADE EM RELAÇÃO AOS CONDÔMINOS - INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 9 DA LEI 4591/64. [...] A

convenção de condomínio aprovada pelos condôminos, ainda que não registrada, tem validade para regular as relações entre partes. [...]" ([REsp 163604](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27163604%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/03/1999, DJ 10/05/1999, p. 168)

"CONDOMÍNIO. [...] O REGISTRO DA CONVENÇÃO CONDOMINIAL IMPRIME VALIDADE CONTRA TERCEIROS, NÃO SENDO REQUISITO OBRIGATÓRIO 'INTER PARTES'. [...]" ([REsp 33982](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2733982%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 02/09/1997, DJ 10/11/1997, p. 57767)

"[...] CONDOMÍNIO. CONVENÇÃO. FALTA DE REGISTRO. REGULARMENTE APROVADA, A CONVENÇÃO DO CONDOMÍNIO É DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA, NÃO SÓ PARA OS CONDÔMINOS COMO PARA QUALQUER OCUPANTE DE UNIDADE, COMO PREVÊ EXPRESSAMENTE O PAR-2. DO ART. 9. DA LEI N. 4591/64. A FALTA DE REGISTRO NÃO DESOBRIGA O LOCATÁRIO DE RESPEITAR SUAS DISPOSIÇÕES. [...]" ([REsp 36815](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736815%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/09/1993, DJ 25/10/1993, p. 22490)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000775207&dt_publicacao=20/11/2000) | [270232](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000775207&dt_publicacao=20/11/2000) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000775207&dt_publicacao=20/11/2000) | [2000/0077520-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000775207&dt_publicacao=20/11/2000) | [Decisão:05/10/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000775207&dt_publicacao=20/11/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/11/2000 | PG:00303 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00186 | PG:00290 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00465 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00253 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800492437&dt_publicacao=13/12/1999) | [180838](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800492437&dt_publicacao=13/12/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800492437&dt_publicacao=13/12/1999) | [1998/0049243-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800492437&dt_publicacao=13/12/1999) | [Decisão:07/10/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800492437&dt_publicacao=13/12/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/12/1999 | PG:00141 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00461 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00129 | PG:00266 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00250 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800083316&dt_publicacao=10/05/1999) | [163604](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800083316&dt_publicacao=10/05/1999) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800083316&dt_publicacao=10/05/1999) | [1998/0008331-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800083316&dt_publicacao=10/05/1999) | [Decisão:09/03/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800083316&dt_publicacao=10/05/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/05/1999 | PG:00168 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00122 | PG:00199 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00458 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00246 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300099000&dt_publicacao=10/11/1997) | [33982](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300099000&dt_publicacao=10/11/1997) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300099000&dt_publicacao=10/11/1997) | [1993/0009900-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300099000&dt_publicacao=10/11/1997) | [Decisão:02/09/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300099000&dt_publicacao=10/11/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/11/1997 | PG:57767 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00103 | PG:00064 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00451 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00104 | PG:00318 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00239 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300191640&dt_publicacao=25/10/1993) | [36815](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300191640&dt_publicacao=25/10/1993) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300191640&dt_publicacao=25/10/1993) | [1993/0019164-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300191640&dt_publicacao=25/10/1993) | [Decisão:21/09/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300191640&dt_publicacao=25/10/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/10/1993 | PG:22490 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00019 | PG:00456 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00244 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00056 | PG:00332 |

# SÚMULA 261

# DIREITO CIVIL - DIREITO AUTORAL

## Enunciado:

A cobrança de direitos autorais pela retransmissão radiofônica de músicas, em estabelecimentos hoteleiros, deve ser feita conforme a taxa média de utilização do equipamento, apurada em liquidação.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005988 ANO:1973

ART:00073 PAR:00001 PAR:00002 PAR:00003

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

13/03/2002

## Fonte:

DJ DATA:19/03/2002 PG:00189 RSSTJ VOL.:00020 PG:00011 RSTJ VOL.:00155 PG:00261

## Excerto dos Precedentes Originários:

"DIREITOS AUTORAIS. MÚSICA AMBIENTE. RETRANSMISSÃO RADIOFÔNICA. HOTÉIS. [...] A Seção

de Direito Privado deste Tribunal firmou entendimento no sentido de serem devidos direitos autorais pela retransmissão de músicas em quartos de hotéis, impondo-se, no caso, a liqüidação por arbitramento, quando se deve levar em conta a taxa média de utilização dos respectivos aparelhos. [...]" ([REsp 131091](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27131091%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA,

julgado em 01/06/2000, DJ 01/08/2000, p. 257)

"[...] DIREITO AUTORAL. MOTEL. MESA RECEPTORA DE ALGUMAS ESTAÇÕES DE RÁDIO INSTALADA NA ADMINISTRAÇÃO, COM TRANSMISSÃO PARA APARELHOS COLOCADOS NOS APARTAMENTOS. LEI N. 5.988/73, ART. 4º. DIVERGÊNCIA CONFIGURADA. COBRANÇA DEVIDA. [...]

Válida a cobrança de direitos autorais em caso de transmissão, o que se configura na hipótese dos autos, em que o motel dispõe de mesa receptora de estações de rádio e transfere as ondas para aparelhos instalados nos apartamentos que, sem o equipamento central, não operam individualmente. II. Pagamento devido média da utilização efetiva dos aparelhos instalados nos apartamentos. [...]" ([REsp 115662](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27115662%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA,

julgado em 18/11/1999, DJ 14/02/2000, p. 32)

"DIREITOS AUTORAIS. MÚSICA AMBIENTE. RETRANSMISSÃO RADIOFÔNICA. APOSENTOS DE

HOTEL. [...] Os hotéis que propiciam música ambiente a seus hóspedes, mediante retransmissão radiofônica, ficam obrigados ao recolhimento dos direitos autorais, na forma preconizada pelo verbete sumular nº 63-STJ. - Não é devida a contribuição ao ECAD em caso de instalação e utilização de rádio receptor individual em quarto de hotel. [...] - Em hipótese de retransmissão radiofônica nos aposentos, os direitos autorais são devidos, mas não pela totalidade dos apartamentos existentes e, sim, pela média da efetiva utilização do equipamento. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2785188%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [85188](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2785188%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 07/10/1999, DJ

17/12/1999, p. 371)

"ECAD. Direitos autorais. [...] Retransmissão de música. Motel. [...] São devidos direitos autorais, tendo em vista, o disposto no artigo 73, § 1º da Lei 5988/73. Não é dado entretanto, fixar-se esse montante como se todos os apartamentos estivessem ocupados e todos os hóspedes se valessem da aparelhagem para ouvir música. Necessidade de ter-se em conta a média da efetiva utilização." ([REsp 128340](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27128340%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/04/1999, DJ 10/05/1999, p. 165)

"DIREITOS AUTORAIS. COBRANÇA. RETRANSMISSÕES RADIOFÔNICAS DE MÚSICAS EM

APOSENTOS DE HOTEL. [...] De acordo com o entendimento jurisprudencial firmado pela egrégia Segunda Seção desta Corte, a retransmissão radiofônica de músicas em quartos de hotéis está sujeita ao pagamento de direitos autorais, mas tendo em conta a taxa média de utilização dos equipamentos de rádio, o que será apurado por arbitramento. [...]" ([REsp 141308](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27141308%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 05/11/1998, DJ 15/03/1999, p. 231)

"DIREITOS AUTORAIS. MÚSICAS. RETRANSMISSÃO RADIOFÔNICA. HOTÉIS E MOTÉIS.

PAGAMENTO. [...] Evoluindo em sua jurisprudência, a Seção de Direito Privado deste Tribunal passou a entender serem devidos direitos autorais também em relação aos quartos de hotel, liquidando-se o 'quantum' por arbitramento, quando se deve levar em consideração a taxa média de efetiva utilização dos aparelhos." ([REsp 152445](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27152445%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 24/06/1998, DJ 21/09/1998, p. 186)

"DIREITO AUTORAL - RETRANSMISSÃO RADIOFÔNICA - QUARTO DE MOTEL - SÚMULA 63/STJ. [...]

A retransmissão radiofônica em quarto de motel enseja cobrança de direitos autorais. II - A apuração do valor devido deve corresponder à média de utilização dos equipamentos. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27141849%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [141849](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27141849%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/1997, DJ

21/09/1998, p. 158)

"[...] DIREITO AUTORAL. RETRANSMISSÃO POR APARELHO DE RÁDIO EM QUARTO DE HOTEL. PRECEDENTES DA 2A. SEÇÃO. APLICAÇÃO DA SUMULA N. 63. [...] É DEVIDA A COBRANÇA DE DIREITOS AUTORAIS PELA RETRANSMISSÃO RADIOFÔNICA EM QUARTOS DE HOTEL, NA MEDIDA EM QUE INTEGRA O CONJUNTO DE SERVIÇOS OFERECIDOS PELO ESTABELECIMENTO COMERCIAL HOTELEIRO AOS SEUS HÓSPEDES. 2. A COBRANÇA DE DIREITOS AUTORAIS PELA RETRANSMISSÃO RADIOFÔNICA EM QUARTOS DE HOTEL NÃO PODE SER PELA TOTALIDADE DOS APARTAMENTOS E SIM PELA MEDIA DE UTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO. [...]" ([REsp 102954](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27102954%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/02/1997, DJ 16/06/1997, p. 27310)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700321401&dt_publicacao=01/08/2000) | [131091](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700321401&dt_publicacao=01/08/2000) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700321401&dt_publicacao=01/08/2000) | [1997/0032140-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700321401&dt_publicacao=01/08/2000) | [Decisão:01/06/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700321401&dt_publicacao=01/08/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/08/2000 | PG:00257 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00045 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00294 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600768862&dt_publicacao=14/02/2000) | [115662](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600768862&dt_publicacao=14/02/2000) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600768862&dt_publicacao=14/02/2000) | [1996/0076886-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600768862&dt_publicacao=14/02/2000) | [Decisão:18/11/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600768862&dt_publicacao=14/02/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/02/2000 | PG:00032 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00034 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00133 | PG:00342 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00283 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600009830&dt_publicacao=17/12/1999) | [85188](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600009830&dt_publicacao=17/12/1999) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600009830&dt_publicacao=17/12/1999) | [1996/0000983-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600009830&dt_publicacao=17/12/1999) | [Decisão:07/10/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600009830&dt_publicacao=17/12/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/12/1999 | PG:00371 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00015 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00263 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700268560&dt_publicacao=10/05/1999) | [128340](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700268560&dt_publicacao=10/05/1999) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700268560&dt_publicacao=10/05/1999) | [1997/0026856-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700268560&dt_publicacao=10/05/1999) | [Decisão:06/04/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700268560&dt_publicacao=10/05/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/05/1999 | PG:00165 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00039 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700513211&dt_publicacao=15/03/1999) | [141308](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700513211&dt_publicacao=15/03/1999) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700513211&dt_publicacao=15/03/1999) | [1997/0051321-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700513211&dt_publicacao=15/03/1999) | [Decisão:05/11/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700513211&dt_publicacao=15/03/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/03/1999 | PG:00231 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00048 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00297 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700753387&dt_publicacao=21/09/1998) | [152445](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700753387&dt_publicacao=21/09/1998) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700753387&dt_publicacao=21/09/1998) | [1997/0075338-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700753387&dt_publicacao=21/09/1998) | [Decisão:24/06/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700753387&dt_publicacao=21/09/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/09/1998 | PG:00186 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00058 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00308 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700522857&dt_publicacao=21/09/1998) | [141849](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700522857&dt_publicacao=21/09/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700522857&dt_publicacao=21/09/1998) | [1997/0052285-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700522857&dt_publicacao=21/09/1998) | [Decisão:27/10/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700522857&dt_publicacao=21/09/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/09/1998 | PG:00158 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00055 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00304 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600486417&dt_publicacao=16/06/1997) | [102954](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600486417&dt_publicacao=16/06/1997) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600486417&dt_publicacao=16/06/1997) | [1996/0048641-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600486417&dt_publicacao=16/06/1997) | [Decisão:26/02/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600486417&dt_publicacao=16/06/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/06/1997 | PG:27310 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00020 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00268 |

# SÚMULA 262

# DIREITO TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA

## Enunciado:

Incide o imposto de renda sobre o resultado das aplicações financeiras realizadas pelas cooperativas.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005764 ANO:1971

ART:00079 ART:00085 ART:00086 ART:00087 ART:00088 ART:00111

LEG:FED LEI:007450 ANO:1985 ART:00034

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

24/04/2002

## Fonte:

DJ DATA:07/05/2002 PG:00204 RSSTJ VOL.:00020 PG:00063 RSTJ VOL.:00155 PG:00311

RT VOL.:00800 PG:00214

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] IMPOSTO DE RENDA - COOPERATIVA - APLICAÇÕES FINANCEIRAS: INCIDÊNCIA. [...] A Lei n.

5.764/71 só isentou da incidência do Imposto de Renda os atos cooperativos próprios. 2. Não sendo atos de cooperação a aplicação de recursos no mercado imobiliário, feita pelas cooperativas, incide a exação (Precedentes desta Corte) [...]" ([REsp 143645](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27143645%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/12/2000, DJ 12/02/2001, p. 103)

"[...] COOPERATIVA. IMPOSTO DE RENDA SOBRE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA.

INCIDÊNCIA. Os rendimentos auferidos em aplicação financeira por cooperativa não guardam relação com sua finalidade básica, assim, é a mesma contribuinte do imposto de renda, nos moldes do art. 79 da Lei n.º 5.764/71 e art. 34 da Lei n.º 7.450/85, porque a aplicação financeira, de natureza especulativa, não é ato cooperativo." ([REsp 177038](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27177038%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/03/2000, DJ 24/04/2000, p. 45)

"[...] IMPOSTO DE RENDA - COOPERATIVAS - APLICAÇÕES FINANCEIRAS - ATOS NÃO COOPERATIVOS - INCIDÊNCIA - LEI 5.764/71, ART. 79 - PRECEDENTE DA EG. 1ª SEÇÃO (ERESP.

169.662/SP - D.J. DE 27.09.99). - As aplicações financeiras (atos não cooperativos), realizadas pelas cooperativas, por não constituírem negócios jurídicos vinculados à finalidade básica dos atos cooperativos, sujeitam-se à incidência do imposto de renda. [...]" ([REsp 133889](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27133889%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/02/2000, DJ 13/03/2000, p. 166)

"[...] REPETIÇÃO DE INDÉBITO. COOPERATIVA. APLICAÇÕES DE SOBRAS DE CAIXA NO MERCADO FINANCEIRO. NEGÓCIO JURÍDICO QUE EXTRAPOLA À FINALIDADE BÁSICA DOS ATOS

COOPERATIVOS. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA. [...] A atividade desenvolvida junto ao mercado de risco não é inerente à finalidade a que se destinam às Cooperativas. A especulação financeira, como forma de obtenção do creditamento da entidade, não configura ato cooperativo e extrapola dos seus objetivos institucionais. II - As aplicações de sobra de caixa no mercado financeiro, efetuadas pelas Cooperativas, por não constituírem negócios jurídicos vinculados à finalidade básica dos atos cooperativos, sujeitam-se à incidência do imposto de renda. [...]" ([EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2788179%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [88179](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2788179%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/05/1999, DJ

21/02/2000, p. 80)

"[...] OPERAÇÕES FINANCEIRAS. COOPERATIVAS. LEI Nº 5.764/71, ART. 111 (RIR/80, ART. 129). [...]

As operações financeiras das cooperativas decorrentes de sobras de caixa que produzem lucro estão sujeitas à tributação do Imposto de Renda. 2. A isenção prevista na Lei nº 5.764/71 em c/c o art. 111, RIR/80, art. 129, só alcança os negócios jurídicos diretamente vinculados à finalidade básica da associação cooperativa. 3. Não são atos cooperativos, na essência, as aplicações financeiras em razão das sobras de caixa. 4. A especulação financeira é fenômeno autônomo que não pode ser confundido com atos negociais específicos e com finalidade de fomentar transações comerciais em regime de solidariedade, como são os efetuados pelas cooperativas. 5. A norma isencional não suporta interpretação extensiva, salvo situações excepcionais. [...]" ([EREsp 169411](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27169411%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/05/1999, DJ 27/09/1999, p. 38)

"[...] IMPOSTO DE RENDA - ISENÇÃO - ATOS NÃO COOPERATIVOS - APLICAÇÕES FINANCEIRAS. As

cooperativas praticam atos cooperativos e atos não-cooperativos, e estes estão sujeitos ao imposto de renda. Os atos cooperativos estão conceituados na Lei nº 5.764/71, artigo 79. As aplicações financeiras não são atos cooperativos e seu resultado deve ser levado à conta do fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, e contabilizado em separado, de molde a permitir cálculo para a incidência de imposto de renda. [...]" ([EREsp 169662](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27169662%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/05/1999, DJ 27/09/1999, p. 38)

## Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700562751&dt_publicacao=12/02/2001) | [143645](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700562751&dt_publicacao=12/02/2001) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700562751&dt_publicacao=12/02/2001) | [1997/0056275-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700562751&dt_publicacao=12/02/2001) | [Decisão:05/12/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700562751&dt_publicacao=12/02/2001) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/02/2001 | PG:00103 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00117 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00373 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800411747&dt_publicacao=24/04/2000) | [177038](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800411747&dt_publicacao=24/04/2000) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800411747&dt_publicacao=24/04/2000) | [1998/0041174-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800411747&dt_publicacao=24/04/2000) | [Decisão:21/03/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800411747&dt_publicacao=24/04/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/04/2000 | PG:00045 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00121 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00377 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700371182&dt_publicacao=13/03/2000) | [133889](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700371182&dt_publicacao=13/03/2000) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700371182&dt_publicacao=13/03/2000) | [1997/0037118-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700371182&dt_publicacao=13/03/2000) | [Decisão:03/02/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700371182&dt_publicacao=13/03/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/03/2000 | PG:00166 |
| **RJADCOAS** | |  | VOL.:00007 | PG:00083 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00020 | PG:00114 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00155 | PG:00370 |
| [EREsp 88179](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800762965&dt_publicacao=21/02/2000) | | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800762965&dt_publicacao=21/02/2000) | [1998/0076296-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800762965&dt_publicacao=21/02/2000) | [Decisão:26/05/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800762965&dt_publicacao=21/02/2000) |
| **DJ** | |  | DATA:21/02/2000 | PG:00080 |
| **RDDT** | |  | VOL.:00056 | PG:00129 |
| **REVFOR** | |  | VOL.:00356 | PG:00260 |
| **RJADCOAS** | |  | VOL.:00007 | PG:00076 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00020 | PG:00067 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00155 | PG:00313 |
| [EREsp 169411](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800763929&dt_publicacao=27/09/1999) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800763929&dt_publicacao=27/09/1999) | [1998/0076392-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800763929&dt_publicacao=27/09/1999) | [Decisão:26/05/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800763929&dt_publicacao=27/09/1999) |
| **DJ** | |  | DATA:27/09/1999 | PG:00038 |
| **JSTJ** | |  | VOL.:00010 | PG:00071 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00020 | PG:00077 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00155 | PG:00326 |
| [EREsp 169662](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900096266&dt_publicacao=27/09/1999) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900096266&dt_publicacao=27/09/1999) | [1999/0009626-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900096266&dt_publicacao=27/09/1999) | [Decisão:26/05/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900096266&dt_publicacao=27/09/1999) |
| **DJ** | |  | DATA:27/09/1999 | PG:00038 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00020 | PG:00094 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00155 | PG:00346 |

SÚMULA 263 (SÚMULA CANCELADA)

# DIREITO EMPRESARIAL - ARRENDAMENTO MERCANTIL

## Enunciado:

A cobrança antecipada do valor residual (VRG) descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil, transformando-o em compra e venda a prestação.

Julgando os RESPs 443.143-GO e 470.632-SP, na sessão de 27/08/2003, a Segunda Seção deliberou pelo CANCELAMENTO da Súmula n. 263.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:006099 ANO:1974 ART:00005 ART:00011 PAR:00001

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

27/08/2003

## Fonte:

DJ DATA:24/09/2003 PG:00216 DJ DATA:20/05/2002 PG:00188 RSSTJ VOL.:00020 PG:00125 RSTJ VOL.:00155 PG:00383

RT VOL.:00800 PG:00214

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] Leasing. Valor Residual Garantido (VRG). Antecipação. [...] A jurisprudência das Turmas que compõem a 2ª Seção, ressalvada a minha posição, firmou-se no sentido de que a cobrança antecipada do Valor Residual Garantido (VRG) desqualifica o contrato de leasing para compra e venda, o que inviabiliza não só o deferimento de liminar, mas, também, a própria ação de reintegração de posse. [...]" ([REsp 302448](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27302448%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/06/2001, DJ 17/09/2001, p. 163)

"[...] ARRENDAMENTO MERCANTIL. 'LEASING' FINANCEIRO. [...] DEMUDAÇÃO DO CONTRATO PELO PAGAMENTO ANTECIPADO DO 'VALOR RESIDUAL GARANTIDO'. [...] Pacificada a tese de

que a obrigação contratual de antecipação do VRG - ou o adiantamento 'da parcela paga a título de preço de aquisição' - faz infletir sobre o contrato o disposto no § 1° do art. 11, da Lei 6.099/74, operando demudação, ope legis, no contrato de arrendamento mercantil para uma operação de compra e venda a prestação, com financiamento, cabe o indeferimento liminar de embargos de divergência, pela Súmula n. 168/STJ. [...]" ([AgRg nos EREsp 230239](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27230239%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/05/2001, DJ 18/06/2001, p. 110)

"[...] CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. VALOR RESIDUAL DE GARANTIA. COBRANÇA

ANTECIPADA. DESCARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO. [...] A cobrança antecipada do Valor Residual Garantido importa na descaracterização do contrato de arrendamento mercantil. [...]" ([REsp 196873](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27196873%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2000, DJ 12/02/2001, p. 120)

"[...] AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. BEM OBJETO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. LEASING. VRG. COBRANÇA ANTECIPADA. DESCARACTERIZAÇÃO PARA COMPRA E

VENDA A PRESTAÇÃO. [...] O contrato de leasing tem como característica essencial a oferta unilateral do arrendante ao arrendatário, no termo do contrato, da tríplice opção de adquirir o bem, devolvê-lo ou renovar o contrato. II - A imposição da cobrança do VRG, antecipadamente, exorbita os limites da Lei 6.099/74, com as alterações da Lei 7.132/83, sendo o pagamento de tal parcela mera faculdade do arrendatário. III- A cobrança antecipada do Valor Residual Garantido, obrigação prevista em normas regulamentares, que garante ao arrendador o recebimento de quantia final de liquidação do negócio, caso o arrendatário opte por não exercer o direito de compra ou prorrogar o contrato, implica na descaracterização do contrato de arrendamento mercantil, vez que tal exigência não deixa ao devedor outra opção senão a aquisição do bem, de forma a tornar inadmissível o pedido de reintegração na posse." ([REsp 255628](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27255628%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 29/06/2000, DJ 11/09/2000, p. 260)

"[...] ARRENDAMENTO MERCANTIL. VALOR RESIDUAL. PAGAMENTO ANTECIPADO.

DESCARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO. [...] 'A opção de compra, com pagamento do valor residual ao final do contrato, é uma das características essenciais do leasing. A cobrança antecipada dessa parcela, embutida na prestação mensal, desfigura o contrato, que passa a ser uma compra e venda a prazo (art. 5º, c, combinado com o art. 11, § 1º, da Lei nº 6.099, de 12.09.74, alterada pela Lei nº 7.132, de 26.10.83), com desaparecimento da causa do contrato e prejuízo do arrendatário.' (REsp 181.095 - RS, Relator o eminente Ministro Ruy Rosado de Aguiar, in DJ 09.08.99). [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27172432%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [172432](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27172432%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 16/11/1999, DJ

08/03/2000, p. 119)

"ARRENDAMENTO MERCANTIL - LEASING - DESCARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO - VALOR

RESIDUAL GARANTIDO. [...] A opção de compra, com o pagamento do valor residual, ao final do contrato, é uma característica essencial do leasing. A cobrança antecipada dessa parcela, embutida na prestação mensal, desfigura o contrato, que passa a ser uma compra e venda a prazo (art. 5º, c, combinado com o art. 11, § 1º, da Lei n.º 6.099, de 12.09.74, alterada pela Lei n.º 7.132, de 26.10.83), com o desaparecimento da causa do contrato e prejuízo ao arrendatário. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27196209%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [196209](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27196209%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/11/1999, DJ

18/12/2000, p. 183)

"LEASING. Financeiro. Valor residual. Pagamento antecipado. [...] A opção de compra, com o pagamento do valor residual ao final do contrato, é uma característica essencial do leasing. A cobrança antecipada dessa parcela, embutida na prestação mensal, desfigura o contrato, que passa a ser uma compra e venda a prazo (art. 5º, c, combinado com o art. 11, § 1º, da Lei nº 6.099, de 12.09.74, alterada pela Lei nº 7.132, de 26.10.83), com desaparecimento da causa do contrato e prejuízo ao arrendatário. [...]" ([REsp 181095](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27181095%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 18/03/1999, DJ 09/08/1999, p. 172)

## Precedentes:

[REsp 302448 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100105394&dt_publicacao=17/09/2001) [2001/0010539-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100105394&dt_publicacao=17/09/2001) [Decisão:26/06/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100105394&dt_publicacao=17/09/2001)

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DJ** |  |  |  | DATA:17/09/2001 | PG:00163 |
| **RSSTJ** |  |  |  | VOL.:00020 | PG:00181 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00155 | PG:00433 |
| [AgRg nos](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100336612&dt_publicacao=18/06/2001) | [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100336612&dt_publicacao=18/06/2001) | [230239](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100336612&dt_publicacao=18/06/2001) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100336612&dt_publicacao=18/06/2001) | [2001/0033661-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100336612&dt_publicacao=18/06/2001) | [Decisão:23/05/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100336612&dt_publicacao=18/06/2001) |
| **DJ** |  |  |  | DATA:18/06/2001 | PG:00110 |
| **RSSTJ** |  |  |  | VOL.:00020 | PG:00136 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00155 | PG:00385 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800886648&dt_publicacao=12/02/2001) | [196873](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800886648&dt_publicacao=12/02/2001) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800886648&dt_publicacao=12/02/2001) |  | [1998/0088664-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800886648&dt_publicacao=12/02/2001) | [Decisão:19/10/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800886648&dt_publicacao=12/02/2001) |
| **DJ** |  |  |  | DATA:12/02/2001 | PG:00120 |
| **RSSTJ** |  |  |  | VOL.:00020 | PG:00169 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00155 | PG:00420 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000375420&dt_publicacao=11/09/2000) | [255628](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000375420&dt_publicacao=11/09/2000) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000375420&dt_publicacao=11/09/2000) |  | [2000/0037542-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000375420&dt_publicacao=11/09/2000) | [Decisão:29/06/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000375420&dt_publicacao=11/09/2000) |
| **DJ** |  |  |  | DATA:11/09/2000 | PG:00260 |
| **REVFOR** |  |  |  | VOL.:00359 | PG:00250 |
| **RSSTJ** |  |  |  | VOL.:00020 | PG:00176 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00155 | PG:00428 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800305017&dt_publicacao=08/03/2000) | [172432](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800305017&dt_publicacao=08/03/2000) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800305017&dt_publicacao=08/03/2000) |  | [1998/0030501-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800305017&dt_publicacao=08/03/2000) | [Decisão:16/11/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800305017&dt_publicacao=08/03/2000) |
| **DJ** |  |  |  | DATA:08/03/2000 | PG:00119 |
| **RSSTJ** |  |  |  | VOL.:00020 | PG:00143 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00155 | PG:00391 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800874356&dt_publicacao=18/12/2000) | [196209](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800874356&dt_publicacao=18/12/2000) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800874356&dt_publicacao=18/12/2000) |  | [1998/0087435-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800874356&dt_publicacao=18/12/2000) | [Decisão:09/11/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800874356&dt_publicacao=18/12/2000) |
| **DJ** |  |  |  | DATA:18/12/2000 | PG:00183 |
| **RSSTJ** |  |  |  | VOL.:00020 | PG:00157 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00155 | PG:00407 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800495436&dt_publicacao=09/08/1999) | [181095](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800495436&dt_publicacao=09/08/1999) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800495436&dt_publicacao=09/08/1999) |  | [1998/0049543-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800495436&dt_publicacao=09/08/1999) | [Decisão:18/03/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800495436&dt_publicacao=09/08/1999) |
| **DJ** |  |  |  | DATA:09/08/1999 | PG:00172 |
| **RSSTJ** |  |  |  | VOL.:00020 | PG:00149 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00124 | PG:00380 |
| **RSTJ** |  |  |  | VOL.:00155 | PG:00398 |

# SÚMULA 264

# DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA

## Enunciado:

É irrecorrível o ato judicial que apenas manda processar a concordata preventiva.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:007661 ANO:1945

\*\*\*\*\* LF-45 LEI DE FALENCIA ART:00161 PAR:00001

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

08/05/2002

## Fonte:

DJ DATA:20/05/2002 PG:00188 RSSTJ VOL.:00020 PG:00185 RSTJ VOL.:00155 PG:00437

RT VOL.:00800 PG:00215

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] CONCORDATA PREVENTIVA. PRONUNCIAMENTO JUDICIAL QUE A MANDA PROCESSAR.

IRRECORRIBILIDADE. [...] O ato judicial que simplesmente manda processar a concordata é irrecorrível, uma vez que não resolve nenhuma questão incidente." ([REsp 35864](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2735864%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 11/04/2000, DJ 12/06/2000, p. 112)

"DESPACHO QUE MANDA PROCESSAR A CONCORDATA PREVENTIVA. IRRECORRIBILIDADE. PEÇA TÉCNICA PRODUZIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. [...] O DESPACHO QUE MANDA PROCESSAR A CONCORDATA PREVENTIVA, COMO ASSENTADO NA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE, E IRRECORRÍVEL. 2. NÃO MALFERE QUALQUER DISPOSIÇÃO DE LEI FEDERAL A DECISÃO QUE AUTORIZA A MANUTENÇÃO NO PROCESSO DA ANÁLISE CONTÁBIL PRODUZIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. [...]" ([REsp 125126](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27125126%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/05/1998, DJ 03/08/1998, p. 221)

"[...] CONCORDATA PREVENTIVA. PRONUNCIAMENTO JUDICIAL QUE A MANDA PROCESSAR. IRRECORRIBILIDADE E INEXISTÊNCIA DE PRECLUSÃO. [...] O ATO JUDICIAL QUE SIMPLESMENTE MANDA PROCESSAR A CONCORDATA E IRRECORRÍVEL, UMA VEZ QUE NÃO RESOLVE NENHUMA QUESTÃO INCIDENTE. [...]" ([REsp 110797](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27110797%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/10/1997, DJ 15/12/1997, p. 66382)

"CONCORDATA. DESPACHO INICIAL. O DESPACHO DO JUIZ MANDANDO PROCESSAR A CONCORDATA NÃO ENSEJA RECURSO. [...]" ([REsp 3499](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%273499%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/1991, DJ 24/06/1991, p. 8641)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300163264&dt_publicacao=12/06/2000) | [35864](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300163264&dt_publicacao=12/06/2000) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300163264&dt_publicacao=12/06/2000) | [1993/0016326-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300163264&dt_publicacao=12/06/2000) | [Decisão:11/04/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300163264&dt_publicacao=12/06/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/06/2000 | PG:00112 |
| **RDTJRJ** |  |  | VOL.:00046 | PG:00084 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00192 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00442 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700205592&dt_publicacao=03/08/1998) | [125126](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700205592&dt_publicacao=03/08/1998) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700205592&dt_publicacao=03/08/1998) | [1997/0020559-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700205592&dt_publicacao=03/08/1998) | [Decisão:19/05/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700205592&dt_publicacao=03/08/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/08/1998 | PG:00221 |
| **REVJMG** |  |  | VOL.:00145 | PG:00469 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00202 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00453 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600654115&dt_publicacao=15/12/1997) | [110797](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600654115&dt_publicacao=15/12/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600654115&dt_publicacao=15/12/1997) | [1996/0065411-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600654115&dt_publicacao=15/12/1997) | [Decisão:21/10/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600654115&dt_publicacao=15/12/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/12/1997 | PG:66382 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00197 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00448 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000053609&dt_publicacao=24/06/1991) | [3499](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000053609&dt_publicacao=24/06/1991) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000053609&dt_publicacao=24/06/1991) | [1990/0005360-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000053609&dt_publicacao=24/06/1991) | [Decisão:07/05/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000053609&dt_publicacao=24/06/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/06/1991 | PG:08641 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00439 |
| **RT** |  |  | VOL.:00675 | PG:00227 |

# SÚMULA 265

# DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

## Enunciado:

É necessária a oitiva do menor infrator antes de decretar-se a regressão da medida sócio-educativa.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00005 INC:00054 INC:00055

LEG:FED LEI:008069 ANO:1990

\*\*\*\*\* ECA-90 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ART:00110 ART:00111 INC:00005

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

22/05/2002

## Fonte:

DJ DATA:29/05/2002 PG:00135 RSSTJ VOL.:00020 PG:00207 RSTJ VOL.:00155 PG:00457

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] MENOR INFRATOR - REGRESSÃO À MEDIDA DE INTERNAÇÃO - NECESSIDADE DE OITIVA DO

ADOLESCENTE. - Para que se alcancem os objetivos pretendidos pelas medidas sócio-educativas, é necessário que, na imposição das sanções, seja observado, com extremo rigor, o princípio da ampla defesa. Portanto, a prévia audiência do menor infrator, quando possível, faz-se indispensável para a aplicação de medida sócio-educativa mais gravosa. [...]" ([RHC 9270](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279270%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 16/03/2000, DJ 15/05/2000, p. 171)

"[...] ECA. SUBSTITUIÇÃO DA MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA POR INTERNAÇÃO.GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS. [...] Para efeito de

internamento devem ser observadas as garantias estabelecidas no art. 5º, inciso LIV e LV da Carta Magna e no Estatuto da Criança do Adolescente. II - O internamento, ex vi legis, é opção excepcional que deve, sempre que possível, ser evitada. [...]" ([RHC 9315](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279315%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 02/03/2000, DJ 27/03/2000, p. 117)

"[...] ECA. REGRESSÃO DE MEDIDA SEM A OITIVA DO MENOR-INFRATOR. NECESSIDADE DE SUA

INTIMAÇÃO. [...] A determinação de regressão de medidas reclama a oitiva do menor-infrator, para que se manifeste a respeito do descumprimento da medida de semiliberdade originariamente determinada e que deu causa a regressão à medida de internação mais rigorosa, em observância ao caráter educacional de exceção da legislação incidente e ao princípio constitucional da ampla defesa. [...]" ([HC 11302](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711302%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 08/02/2000, DJ 20/03/2000, p. 88)

"[...] ATO INFRACIONAL. REGRESSÃO DE MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA. NECESSIDADE DE OITIVA

DO ADOLESCENTE INFRATOR. [...] Faz-se necessária a oitiva do adolescente infrator, antes de ser decretada regressão na medida sócio-educativa a que se encontra submetido, sob pena de malferimento ao devido processo legal (art. 110, do ECA). [...]" ([HC 10368](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710368%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEXTA TURMA, julgado em 18/11/1999, DJ 17/12/1999, p. 403)

"[...] ADOLESCENTE INFRATOR. REGRESSÃO DE MEDIDA DE SEMILIBERDADE PARA INTERNAÇÃO, SEM OUVIR O MENOR. OFENSA AOS ARTS. 110 E 111, V, DO ECA. CONCESSÃO DA

ORDEM. A decisão que determina a regressão da medida de semiliberdade para a internação, por constituir restrição ao status libertatis, não pode prescindir da oitiva do adolescente infrator, sob pena de ofensa ao postulado do devido processo legal (arts. 110 e 111, V, do ECA). [...]" ([RHC 8873](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278873%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/10/1999, DJ 22/11/1999, p. 166)

"[...] ADOLESCENTE INFRATOR. NÃO CUMPRIMENTO REITERADO DA MEDIDA DE SEMILIBERDADE. CONVERSÃO EM INTERNAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. [...] A reversão

da medida de semiliberdade para a internação deve obedecer às garantias previstas na CF, Art. 5º, LIV e LV, e no ECA, Art. 110, III, V e VI. Há que ser assegurado, ao adolescente, o exercício do direito de defesa. [...]" ([RHC 8837](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278837%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 14/09/1999, DJ 04/10/1999, p. 65)

"[...] ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA. REGRESSÃO.

PRÉVIA AUDIÊNCIA DO MENOR. - As medidas sócio-educativas impostas ao menor infrator devem ser concebidas em consonância com os elevados objetivos da sua reeducação, sendo relevantes para a obtenção desse resultado o respeito à sua dignidade como pessoa humana e a adoção de posturas demonstrativas de justiça. - Nessa linha de visão, impõe-se que no procedimento impositivo de sanções seja observado o princípio da ampla defesa, sendo, portanto, de rigor a prévia audiência do menor na hipótese de regressão da medida de prestação de serviços para a medida de internação. [...]" ([HC 8887](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%278887%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 13/09/1999, DJ 04/10/1999, p. 111)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901042577&dt_publicacao=15/05/2000) | [9270](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901042577&dt_publicacao=15/05/2000) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901042577&dt_publicacao=15/05/2000) | [1999/0104257-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901042577&dt_publicacao=15/05/2000) | [Decisão:16/03/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901042577&dt_publicacao=15/05/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/05/2000 | PG:00171 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00227 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00476 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901051630&dt_publicacao=27/03/2000) | [9315](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901051630&dt_publicacao=27/03/2000) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901051630&dt_publicacao=27/03/2000) | [1999/0105163-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901051630&dt_publicacao=27/03/2000) | [Decisão:02/03/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901051630&dt_publicacao=27/03/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/03/2000 | PG:00117 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00231 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00480 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901053161&dt_publicacao=20/03/2000) | [11302](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901053161&dt_publicacao=20/03/2000) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901053161&dt_publicacao=20/03/2000) | [1999/0105316-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901053161&dt_publicacao=20/03/2000) | [Decisão:08/02/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901053161&dt_publicacao=20/03/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/03/2000 | PG:00088 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00216 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00464 |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900704851&dt_publicacao=17/12/1999) | [10368](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900704851&dt_publicacao=17/12/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900704851&dt_publicacao=17/12/1999) | [1999/0070485-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900704851&dt_publicacao=17/12/1999) | [Decisão:18/11/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900704851&dt_publicacao=17/12/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/12/1999 | PG:00403 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00213 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00461 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900660668&dt_publicacao=22/11/1999) | [8873](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900660668&dt_publicacao=22/11/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900660668&dt_publicacao=22/11/1999) | [1999/0066066-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900660668&dt_publicacao=22/11/1999) | [Decisão:21/10/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900660668&dt_publicacao=22/11/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/11/1999 | PG:00166 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00128 | PG:00290 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00472 |
| **RT** |  |  | VOL.:00775 | PG:00554 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900660170&dt_publicacao=04/10/1999) | [8837](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900660170&dt_publicacao=04/10/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900660170&dt_publicacao=04/10/1999) | [1999/0066017-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900660170&dt_publicacao=04/10/1999) | [Decisão:14/09/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900660170&dt_publicacao=04/10/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/10/1999 | PG:00065 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00220 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00469 |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900262808&dt_publicacao=04/10/1999) | [8887](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900262808&dt_publicacao=04/10/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900262808&dt_publicacao=04/10/1999) | [1999/0026280-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900262808&dt_publicacao=04/10/1999) | [Decisão:13/09/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900262808&dt_publicacao=04/10/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/10/1999 | PG:00111 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00211 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00459 |

# SÚMULA 266

# DIREITO ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO

## Enunciado:

O diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na posse e não na inscrição para o concurso público.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00037 INC:00001 INC:00002

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

22/05/2002

## Fonte:

DJ DATA:29/05/2002 PG:00135 RSSTJ VOL.:00020 PG:00237 RSTJ VOL.:00155 PG:00487

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] CONCURSO PÚBLICO. PROCURADOR DA FAZENDA. MINAS GERAIS. EXIGÊNCIA DE DIPLOMA

OU HABILITAÇÃO. POSSE. [...] Ofende a CF/88, Art. 37, I a exigência da prova de conclusão do Curso de Direito no encerramento das inscrições. [...]" ([RMS 10764](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710764%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 16/09/1999, DJ 04/10/1999, p. 73)

"[...] CONCURSO PÚBLICO. BANCO CENTRAL DO BRASIL. EXIGÊNCIA DE CONCLUSÃO DO CURSO

SUPERIOR NO ATO DA INSCRIÇÃO. ILEGALIDADE. [...] A exigência de critérios discriminatórios em edital de concurso deve ser feita precipuamente sob o prisma da lógica, bastando verificar se a diferenciação possui uma justificativa racional e necessária, ou se resulta de mera discriminação fortuita. 2. Quando se exige um diploma de curso superior, não é para que o candidato possa fazer as provas, mas para que tenha conhecimentos necessários ao melhor exercício das atribuições do cargo; tal diploma só há de ser exigido, pois, no ato da investidura. [...]" ([AgRg no Ag 110559](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27110559%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 10/08/1999, DJ 13/09/1999, p. 86)

"[...] SERVIDOR PÚBLICO. CONCURSO PÚBLICO. EDITAL. DIPLOMA DE CURSO SUPERIOR.

APRESENTAÇÃO. MOMENTO DE INVESTIDURA. LEGALIDADE. O princípio constitucional que assegura a livre acessibilidade aos cargos públicos pela via legítima do concurso público, desde que preenchidos os requisitos inscritos em lei, deve ser concebido sem restrições de caráter formal, dando-se prevalência aos seus fins teleológicos. Se para a investidura no cargo há exigência de ser o candidato possuidor de curso superior, a obrigatoriedade de apresentação do respectivo diploma ocorre no momento da posse. [...]" ([RMS 9647](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ROMS%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279647%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 18/05/1999, DJ 14/06/1999, p. 230)

"[...] CONCURSO PÚBLICO. BANCO CENTRAL DO BRASIL. EXIGÊNCIA DE CONCLUSÃO DO CURSO

SUPERIOR NO ATO DA INSCRIÇÃO. ILEGALIDADE. [...] A exigência de critérios discriminatórios em edital de concurso deve ser feita precipuamente sob o prisma da lógica, bastando verificar se a diferenciação possui uma justificativa racional e necessária, ou se resulta de mera discriminação fortuita. 2. Quando se exige um diploma de curso superior, não é para que ele possa fazer as provas, mas para que tenha conhecimentos necessários ao melhor exercício das atribuições do cargo; tal diploma só há de ser exigido do candidato, pois, no ato da investidura. [...]" ([REsp 173699](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27173699%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 09/03/1999, DJ 19/04/1999, p. 158)

"[...] CONCURSO PÚBLICO - PROCURADOR DA FAZENDA ESTADUAL - DIPLOMA OU HABILITAÇÃO PROFISSIONAL - MOMENTO DA POSSE. - A EXIGÊNCIA POSTA NO EDITAL DE QUE O CANDIDATO POSSUA CURSO SUPERIOR NO ENCERRAMENTO DA INSCRIÇÃO, CONTRARIA O ENUNCIADO NO INC. I, DO ART. 37, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, QUE DISPÕE SOBRE O ACESSO A CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS E OFENDE O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE DE QUE DEVEM ESTAR REVESTIDOS OS ATOS ADMINISTRATIVOS. - O DIPLOMA OU HABITAÇÃO LEGAL PARA O EXERCÍCIO DO CARGO, DEVE SER EXIGIDA POR OCASIÃO DA POSSE E NÃO QUANDO DA INSCRIÇÃO NO CERTAME. [...]" ([REsp 131340](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27131340%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 25/11/1997, DJ 02/02/1998, p. 125)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900276990&dt_publicacao=04/10/1999) | [10764](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900276990&dt_publicacao=04/10/1999) | | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900276990&dt_publicacao=04/10/1999) | [1999/0027699-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900276990&dt_publicacao=04/10/1999) | | [Decisão:16/09/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900276990&dt_publicacao=04/10/1999) |
| **DJ** |  | |  | DATA:04/10/1999 | | PG:00073 |
| **RDJTJDFT** |  | |  | VOL.:00062 | | PG:00243 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00020 | | PG:00261 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00155 | | PG:00497 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600287503&dt_publicacao=13/09/1999) | | [110559](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600287503&dt_publicacao=13/09/1999) | | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600287503&dt_publicacao=13/09/1999) | [1996/0028750-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600287503&dt_publicacao=13/09/1999) | [Decisão:10/08/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600287503&dt_publicacao=13/09/1999) |
| **DJ** |  | |  | DATA:13/09/1999 | | PG:00086 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00020 | | PG:00241 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00155 | | PG:00489 |
| [RMS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800254455&dt_publicacao=14/06/1999) | [9647](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800254455&dt_publicacao=14/06/1999) | | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800254455&dt_publicacao=14/06/1999) | [1998/0025445-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800254455&dt_publicacao=14/06/1999) | | [Decisão:18/05/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800254455&dt_publicacao=14/06/1999) |
| **DJ** |  | |  | DATA:14/06/1999 | | PG:00230 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00020 | | PG:00257 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00155 | | PG:00493 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800320148&dt_publicacao=19/04/1999) | [173699](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800320148&dt_publicacao=19/04/1999) | | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800320148&dt_publicacao=19/04/1999) | [1998/0032014-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800320148&dt_publicacao=19/04/1999) | | [Decisão:09/03/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800320148&dt_publicacao=19/04/1999) |
| **DJ** |  | |  | DATA:19/04/1999 | | PG:00158 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00020 | | PG:00253 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00155 | | PG:00509 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700326551&dt_publicacao=02/02/1998) | [131340](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700326551&dt_publicacao=02/02/1998) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700326551&dt_publicacao=02/02/1998) | [1997/0032655-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700326551&dt_publicacao=02/02/1998) | [Decisão:25/11/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700326551&dt_publicacao=02/02/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/02/1998 | PG:00125 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00002 | PG:00375 |
| **REVJMG** |  |  | VOL.:00143 | PG:00365 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00245 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00501 |

# SÚMULA 267

# DIREITO PROCESSUAL PENAL - PRISÃO

## Enunciado:

A interposição de recurso, sem efeito suspensivo, contra decisão condenatória não obsta a expedição de mandado de prisão.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:003689 ANO:1941

\*\*\*\*\* CPP-41 CODIGO DE PROCESSO PENAL ART:00637

LEG:FED LEI:008038 ANO:1990 ART:00027 PAR:00002

LEG:FED LEI:008950 ANO:1994 ART:00542 PAR:00002

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

22/05/2002

## Fonte:

DJ DATA:29/05/2002 PG:00135 RSSTJ VOL.:00020 PG:00265 RSTJ VOL.:00155 PG:00515

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] CONDENAÇÃO EM GRAU DE APELAÇÃO. RECOLHIMENTO À PRISÃO. CONSTRANGIMENTO

ILEGAL. INEXISTÊNCIA. [...] Contra decisão condenatória proferida em grau de apelação cabe, em regra, somente recurso especial ou extraordinário, vias que, pela sua índole extraordinária não têm efeito suspensivo, razão pela qual, ainda que porventura interposto o primeiro, nada impede seja expedido mandado de prisão contra o paciente, não havendo espaço para se falar em efeito suspensivo a agravo de instrumento, tirado de decisão negatória de seguimento do apelo especial. [...]" ([HC 9355](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279355%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEXTA TURMA, julgado em 18/11/1999, DJ 17/12/1999, p. 401)

"[...] 'HABEAS CORPUS' ORIGINÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EFEITO

SUSPENSIVO. NULIDADE DE ACÓRDÃO. [...] O 'writ' não é o instrumento adequado para a obtenção de efeito suspensivo em recurso especial ou em agravo de instrumento. II - Hipótese, por fim, prevista no art. 102, inciso I, alínea 'i' da Carta Magna que escapa à competência desta Corte. [...]" ([HC 7730](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%277730%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 24/11/1998, DJ 01/03/1999, p. 348)

"[...] RÉU CONDENADO. RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE PRISÃO. PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. DIREITO DE AGUARDAR EM LIBERDADE O RECURSO DE NATUREZA EXCEPCIONAL. [...] - É ASSENTE A DIRETRIZ PRETORIANA NO SENTIDO DE NÃO INIBIR A CONSTRIÇÃO DO 'STATUS LIBERTATIS' DO CONDENADO O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA NÃO CULPABILIDADE, PORQUANTO O RECURSO ESPECIAL, AINDA SOB APRECIAÇÃO, NÃO TEM EFEITO SUSPENSIVO. [...]" ([RHC 6681](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276681%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/10/1997, DJ 10/11/1997, p. 57813)

"- PENAL. RÉU. CONDENAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. DESCONSTITUIÇÃO DO DECRETO DE PRISÃO.

- A CONDENAÇÃO DO PACIENTE, IMPUGNADA POR MEIO DE RECURSO ESPECIAL, QUE NÃO TEM EFEITO SUSPENSIVO, AUTORIZA A EXPEDIÇÃO DO MANDADO DE PRISÃO, SE INEXISTEM RAZÕES VÁLIDAS PARA A SUA SUSTAÇÃO. [...]" ([HC 5362](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275362%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, SEXTA TURMA, julgado em 06/05/1997, DJ 09/06/1997, p. 25567)

"[...] SENTENÇA CONDENATÓRIA. EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE. INTERPOSIÇÃO DE RE E RESP. EFEITO SUSPENSIVO. INEXISTÊNCIA. - A LEI NR. 8.038/91 NÃO ATRIBUIU EFEITO SUSPENSIVO AOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL, TORNANDO-SE POSSÍVEL A EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA, AINDA QUE OS MESMOS NÃO TENHAM SIDO JULGADOS. [...]" ([RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274351%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [4351](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274351%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 27/03/1995, DJ 19/06/1995, p.

18751)

"[...] HOMICÍDIO. JÚRI. APELAÇÃO. CONDENAÇÃO MANTIDA. MANDADO DE PRISÃO. RECURSO ESPECIAL. [...] RECURSO ESPECIAL, SEM EFEITO SUSPENSIVO, NÃO PODE INVALIDAR MANDADO DE PRISÃO RESULTANTE DE DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO A APELAÇÃO CRIMINAL DE RÉU CONDENADO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. [...]" ([HC 2884](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272884%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 23/11/1994, DJ 20/02/1995, p. 3195)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900397401&dt_publicacao=17/12/1999) | [9355](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900397401&dt_publicacao=17/12/1999) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900397401&dt_publicacao=17/12/1999) | [1999/0039740-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900397401&dt_publicacao=17/12/1999) | [Decisão:18/11/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900397401&dt_publicacao=17/12/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/12/1999 | PG:00401 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00277 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00525 |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800525831&dt_publicacao=01/03/1999) | [7730](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800525831&dt_publicacao=01/03/1999) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800525831&dt_publicacao=01/03/1999) | [1998/0052583-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800525831&dt_publicacao=01/03/1999) | [Decisão:24/11/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800525831&dt_publicacao=01/03/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/03/1999 | PG:00348 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00274 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00522 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700565572&dt_publicacao=10/11/1997) | [6681](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700565572&dt_publicacao=10/11/1997) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700565572&dt_publicacao=10/11/1997) | [1997/0056557-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700565572&dt_publicacao=10/11/1997) | [Decisão:07/10/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700565572&dt_publicacao=10/11/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/11/1997 | PG:57813 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00287 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00535 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600795908&dt_publicacao=09/06/1997) | [5362](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600795908&dt_publicacao=09/06/1997) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600795908&dt_publicacao=09/06/1997) | [1996/0079590-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600795908&dt_publicacao=09/06/1997) | [Decisão:06/05/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600795908&dt_publicacao=09/06/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/06/1997 | PG:25567 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00273 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00521 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500031698&dt_publicacao=19/06/1995) | [4351](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500031698&dt_publicacao=19/06/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500031698&dt_publicacao=19/06/1995) | [1995/0003169-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500031698&dt_publicacao=19/06/1995) | [Decisão:27/03/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500031698&dt_publicacao=19/06/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/06/1995 | PG:18751 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00282 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00531 |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400295146&dt_publicacao=20/02/1995) | [2884](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400295146&dt_publicacao=20/02/1995) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400295146&dt_publicacao=20/02/1995) | [1994/0029514-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400295146&dt_publicacao=20/02/1995) | [Decisão:23/11/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400295146&dt_publicacao=20/02/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/02/1995 | PG:03195 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00269 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00517 |

# SÚMULA 268

# DIREITO CIVIL - CONTRATO DE LOCAÇÃO

## Enunciado:

O fiador que não integrou a relação processual na ação de despejo não responde pela execução do julgado.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00568

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

22/05/2002

## Fonte:

DJ DATA:29/05/2002 PG:00135 RSSTJ VOL.:00020 PG:00291 RSTJ VOL.:00155 PG:00541

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] A simples intimação do fiador, sem que ele integre a lide de despejo como réu, impede a sua citação na fase da execução de sentença para responder pelos ônus da sucumbência. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27234727%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [234727](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27234727%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEXTA TURMA, julgado em 21/03/2000, DJ

10/04/2000, p. 142)

"LOCAÇÃO. FIADOR. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. TÍTULO JUDICIAL. Os fiadores em contrato de

locação, uma vez que não incluídos no pólo passivo da ação de despejo, não respondem pela execução da r. sentença proferida naqueles autos. [...]" ([REsp 229284](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27229284%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 08/02/2000, DJ 28/02/2000, p. 115)

"LOCAÇÃO. FIADOR. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. TÍTULO JUDICIAL. - Os fiadores em contrato de

locação, uma vez que não incluídos no pólo passivo da ação de despejo, não respondem pela execução da r. sentença proferida naqueles autos, pena de ferir os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. [...]" ([REsp 188173](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27188173%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 02/02/1999, DJ 29/03/1999, p. 211)

"LOCAÇÃO. FIADOR. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. TÍTULO JUDICIAL. - O FIADOR EXTRAJUDICIAL, UMA VEZ QUE CONTRA ELE NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA CONDENATÓRIA - AINDA QUE CIENTIFICADO DA AÇÃO DE DESPEJO -, NÃO PODE SER EXECUTADO NESSA DEMANDA. [...]"

([REsp 123635](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27123635%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 16/06/1998, DJ 03/08/1998, p. 281)

"[...] LOCAÇÃO - IMÓVEL COMERCIAL - AÇÃO DE DESPEJO - EXECUÇÃO - TÍTULO JUDICIAL - EXCLUSÃO DOS FIADORES QUE NÃO FORAM CONDENADOS NO PROCESSO DE CONHECIMENTO - RECURSO ESPECIAL - DESNECESSIDADE DE CONDENAÇÃO DOS FIADORES [...] EM CASO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXCLUSIVAMENTE JUDICIAL, OS FIADORES NÃO PODEM FIGURAR NO POLO PASSIVO DA RELAÇÃO CASO NÃO TENHAM SIDO PARTES NO PROCESSO DE CONHECIMENTO. 2. O TÍTULO QUE OBRIGA OS FIADORES É O CONTRATO QUE NÃO FOI EXECUTADO NA ESPÉCIE. 3. SUJEITO PASSIVO NA EXECUÇÃO É APENAS O DEVEDOR RECONHECIDO COMO TAL NO TÍTULO EXECUTIVO (ART. 568, I). [...]" ([REsp 78308](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2778308%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, SEXTA TURMA, julgado em 18/08/1997, REPDJ 20/10/1997, p. 53141, DJ 15/09/1997, p. 44458)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900937228&dt_publicacao=10/04/2000) | [234727](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900937228&dt_publicacao=10/04/2000) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900937228&dt_publicacao=10/04/2000) | [1999/0093722-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900937228&dt_publicacao=10/04/2000) | [Decisão:21/03/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900937228&dt_publicacao=10/04/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/04/2000 | PG:00142 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00306 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00554 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900808096&dt_publicacao=28/02/2000) | [229284](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900808096&dt_publicacao=28/02/2000) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900808096&dt_publicacao=28/02/2000) | [1999/0080809-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900808096&dt_publicacao=28/02/2000) | [Decisão:08/02/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900808096&dt_publicacao=28/02/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/02/2000 | PG:00115 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00303 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00551 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800673130&dt_publicacao=29/03/1999) | [188173](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800673130&dt_publicacao=29/03/1999) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800673130&dt_publicacao=29/03/1999) | [1998/0067313-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800673130&dt_publicacao=29/03/1999) | [Decisão:02/02/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800673130&dt_publicacao=29/03/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/03/1999 | PG:00211 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00300 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00548 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700180930&dt_publicacao=03/08/1998) | [123635](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700180930&dt_publicacao=03/08/1998) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700180930&dt_publicacao=03/08/1998) | [1997/0018093-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700180930&dt_publicacao=03/08/1998) | [Decisão:16/06/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700180930&dt_publicacao=03/08/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/08/1998 | PG:00281 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00298 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00546 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500565390&dt_publicacao=20/10/1997) | [78308](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500565390&dt_publicacao=20/10/1997) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500565390&dt_publicacao=20/10/1997) | [1995/0056539-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500565390&dt_publicacao=20/10/1997) | [Decisão:18/08/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500565390&dt_publicacao=20/10/1997) |
| **REPDJ** |  |  | DATA:20/10/1997 | PG:53141 |
| **DJ** |  |  | DATA:15/09/1997 | PG:44458 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00295 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00543 |

# SÚMULA 269

# DIREITO PENAL - APLICAÇÃO DA PENA

## Enunciado:

É admissível a adoção do regime prisional semi-aberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:002848 ANO:1940

\*\*\*\*\* CP-40 CODIGO PENAL ART:00033 PAR:00002 ART:00059

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

22/05/2002

## Fonte:

DJ DATA:29/05/2002 PG:00135 RSSTJ VOL.:00020 PG:00309 RSTJ VOL.:00155 PG:00557

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] REINCIDÊNCIA. REGIME PRISIONAL. O réu reincidente, condenado a pena inferior a quatro anos e com circunstâncias judiciais favoráveis, poderá iniciar o cumprimento em regime semi- aberto. Artigos 33 e 59 do Código Penal. [...]" ([EREsp 182680](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27182680%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/11/2000, DJ 18/12/2000, p. 155)

"[...] Condenado reincidente. PENA INFERIOR A QUATRO ANOS. REGIME PRISIONAL. CP, art. 33, §

2º. - A fixação do regime inicial integra o processo de individualização da pena, regulando-se pela compreensão sistemática do art. 33, § 2º, e do art. 59, ambos do Código Penal, com integração do critério relativo ao quantum da pena e critério pertinente às circunstâncias judiciais. - Na compreensão sistemática das alíneas do § 2º do art. 33, do Código Penal, a melhor exegese aponta no sentido de ser admissível a imposição do regime semi-aberto aos condenados reincidentes cuja pena seja igual ou inferior a quatro anos, consideradas as demais circunstâncias judiciais (art. 59) em plano favorável. [...]" ([REsp 203584](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27203584%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 29/03/2000, DJ 22/05/2000, p. 147)

"[...] ESTELIONATO. REINCIDÊNCIA. REGIME PRISIONAL. [...] O artigo 33 do Código Penal, na letra

do seu parágrafo 2º, proíbe ao reincidente o regime inicial aberto em qualquer caso e o semi- aberto, quando a pena for superior a quatro anos. 2. Nada impede, objetivamente, que se lhe defira o regime semi-aberto na pena igual ou inferior a quatro anos. [...]" ([REsp 175207](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27175207%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 14/09/1999, DJ 17/12/1999, p. 405)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000929883&dt_publicacao=18/12/2000) | [182680](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000929883&dt_publicacao=18/12/2000) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000929883&dt_publicacao=18/12/2000) | [2000/0092988-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000929883&dt_publicacao=18/12/2000) | [Decisão:22/11/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000929883&dt_publicacao=18/12/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/12/2000 | PG:00155 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00313 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00143 | PG:00435 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00559 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900114841&dt_publicacao=22/05/2000) | [203584](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900114841&dt_publicacao=22/05/2000) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900114841&dt_publicacao=22/05/2000) | [1999/0011484-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900114841&dt_publicacao=22/05/2000) | [Decisão:29/03/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900114841&dt_publicacao=22/05/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/05/2000 | PG:00147 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00318 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00135 | PG:00632 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00564 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800383026&dt_publicacao=17/12/1999) | [175207](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800383026&dt_publicacao=17/12/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800383026&dt_publicacao=17/12/1999) | [1998/0038302-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800383026&dt_publicacao=17/12/1999) | [Decisão:14/09/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800383026&dt_publicacao=17/12/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/12/1999 | PG:00405 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00315 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00155 | PG:00561 |

# SÚMULA 270

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

## Enunciado:

O protesto pela preferência de crédito, apresentado por ente federal em execução que tramita na Justiça Estadual, não desloca a competência para a Justiça Federal.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00109 INC:00001

LEG:FED LEI:005172 ANO:1966

\*\*\*\*\* CTN-66 CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL ART:00186

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

01/08/2002

## Fonte:

DJ DATA:21/08/2002 PG:00136 RSSTJ VOL.:00020 PG:00323 RSTJ VOL.:00158 PG:00593

RT VOL.:00803 PG:00160

## Excerto dos Precedentes Originários:

"COMPETÊNCIA. CONFLITO. JUSTIÇA ESTADUAL E JUSTIÇA FEDERAL. EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL PERANTE JUÍZO ESTADUAL. PROTESTO PELA PREFERÊNCIA DE CRÉDITO FORMULADO POR ENTE FEDERAL. INSS. SIMPLES INTERVENÇÃO. NÃO DESLOCAMENTO DA COMPETÊNCIA. ENUNCIADO Nº 244 DA SÚMULA/TFR. [...] O protesto pela

preferência de crédito, apresentado por ente federal nos autos de execução que tramita perante a Justiça Estadual, não desloca a competência para a Justiça Federal. [...]" ([CC 19919](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2719919%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/09/2000, DJ 23/10/2000, p. 101)

"Conflito. Concurso de preferência. A intervenção de autarquia federal em concurso de preferência não serve a determinar a competência da Justiça Federal. [...]" ([CC 17114](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2717114%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/08/1998, DJ 19/10/1998, p. 9)

"COMPETÊNCIA. CONFLITO. JUSTIÇA ESTADUAL E JUSTIÇA FEDERAL. CONCURSO DE PREFERÊNCIAS. INTERVENÇÃO DE ENTES FEDERAIS. NÃO DESLOCAMENTO DA COMPETÊNCIA.

[...] Como já proclamava o verbete 244 da Súmula do extinto Tribunal Federal de Recursos, 'a intervenção da União, suas autarquias e empresas públicas em concurso de credores ou de preferências, não desloca a competência para a Justiça Federal'. II - A Constituição vigente reforça tal entendimento, ao não determinar, no seu art. 109, a competência dos juízes federais em ocorrendo a simples intervenção da União ou de seus entes em tais concursos particulares. [...]" ([CC 21551](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2721551%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/08/1998, DJ 08/03/1999, p. 107)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PROTESTO PELA PREFERÊNCIA DE CRÉDITO. O PROTESTO PELA PREFERENCIA DE CRÉDITO, LEVADO A EFEITO PELA UNIÃO, AUTARQUIA OU EMPRESA PÚBLICA FEDERAL, NOS AUTOS DE EXECUÇÃO QUE TRAMITA PERANTE A JUSTIÇA ESTADUAL, NÃO DESLOCA O PROCESSO PARA A JUSTIÇA FEDERAL, NOS TERMOS DOS PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. [...]" ([CC 15750](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2715750%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RN, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/05/1996, DJ 10/06/1996, p. 20259)

"COMPETÊNCIA - PEDIDO DE PREFERENCIA EM EXECUÇÃO - INTERVENÇÃO DO IAPAS. APLICÁVEL, AO CASO, O PRINCÍPIO DA SÚMULA 244 DO EXTINTO TFR, QUE DETERMINAVA QUE 'A INTERVENÇÃO DA UNIÃO, SUAS AUTARQUIAS E EMPRESAS PÚBLICAS EM CONCURSO DE CREDORES OU DE PREFERÊNCIA NÃO DESLOCA A COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL'. ([CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274674%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [4674](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274674%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/05/1993, DJ

14/06/1993, p. 11762)

"COMPETÊNCIA. CONFLITO NEGATIVO. EXECUÇÃO. PENHOR. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. A PRESENÇA, NA EXECUÇÃO, DA CEF, CREDORA PIGNORATÍCIA DA EXECUTADA, TÃO-SO PARA HABILITAR O SEU CRÉDITO PRIVILEGIADO, NÃO TEM O CONDÃO DE DESLOCAR A CAUSA PARA A JUSTIÇA FEDERAL. [...]" ([CC 4722](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274722%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, SEGUNDA SEÇÃO,

julgado em 26/05/1993, DJ 21/02/1994, p. 2085)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA, EXECUÇÃO. CONCURSO PARTICULAR DE PREFERÊNCIAS. INTERVENÇÃO DE EMPRESA PÚBLICA FEDERAL. [...] OCORRENDO SIMPLES INTERVENÇÃO DE EMPRESA PÚBLICA FEDERAL, SEM OSTENTAR A POSIÇÃO PROCESSUAL DE PARTE AUTORA OU RÉ, DE ASSISTENTE OU OPOENTE, A COMPETÊNCIA NÃO SE DESLOCA PARA A JUSTIÇA FEDERAL. [...]" ([CC 2295](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%272295%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro ATHOS CARNEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/12/1991, DJ 24/02/1992, p. 1851)

"COMPETÊNCIA. CONCURSO DE PREFERÊNCIA. INTERVENÇÃO DE AUTARQUIA FEDERAL. OCORRENDO SIMPLES INTERVENÇÃO DA AUTARQUIA, SEM OSTENTAR A CONDIÇÃO DE AUTORA, RÉ, ASSISTENTE OU OPOENTE, A COMPETÊNCIA NÃO SE DESLOCA PARA A JUSTIÇA FEDERAL. [...]" ([CC 1576](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27CC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271576%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/04/1991, DJ 27/05/1991, p. 6936)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700400131&dt_publicacao=23/10/2000) | [19919](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700400131&dt_publicacao=23/10/2000) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700400131&dt_publicacao=23/10/2000) | [1997/0040013-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700400131&dt_publicacao=23/10/2000) | [Decisão:27/09/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700400131&dt_publicacao=23/10/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:23/10/2000 | PG:00101 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00343 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00158 | PG:00611 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600250200&dt_publicacao=19/10/1998) | [17114](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600250200&dt_publicacao=19/10/1998) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600250200&dt_publicacao=19/10/1998) | [1996/0025020-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600250200&dt_publicacao=19/10/1998) | [Decisão:26/08/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600250200&dt_publicacao=19/10/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/10/1998 | PG:00009 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00341 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00158 | PG:00609 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800036709&dt_publicacao=08/03/1999) | [21551](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800036709&dt_publicacao=08/03/1999) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800036709&dt_publicacao=08/03/1999) | [1998/0003670-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800036709&dt_publicacao=08/03/1999) | [Decisão:26/08/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800036709&dt_publicacao=08/03/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/03/1999 | PG:00107 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00347 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00158 | PG:00615 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500657562&dt_publicacao=10/06/1996) | [15750](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500657562&dt_publicacao=10/06/1996) | [RN](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500657562&dt_publicacao=10/06/1996) | [1995/0065756-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500657562&dt_publicacao=10/06/1996) | [Decisão:08/05/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500657562&dt_publicacao=10/06/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/06/1996 | PG:20259 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00339 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00158 | PG:00607 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300104586&dt_publicacao=14/06/1993) | [4674](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300104586&dt_publicacao=14/06/1993) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300104586&dt_publicacao=14/06/1993) | [1993/0010458-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300104586&dt_publicacao=14/06/1993) | [Decisão:26/05/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300104586&dt_publicacao=14/06/1993) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/06/1993 | PG:11762 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00332 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00158 | PG:00600 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300108034&dt_publicacao=21/02/1994) | [4722](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300108034&dt_publicacao=21/02/1994) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300108034&dt_publicacao=21/02/1994) | [1993/0010803-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300108034&dt_publicacao=21/02/1994) | [Decisão:26/05/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300108034&dt_publicacao=21/02/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/02/1994 | PG:02085 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00336 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00158 | PG:00604 |
| **RTJE** |  |  | VOL.:00130 | PG:00137 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100166367&dt_publicacao=24/02/1992) | [2295](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100166367&dt_publicacao=24/02/1992) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100166367&dt_publicacao=24/02/1992) | [1991/0016636-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100166367&dt_publicacao=24/02/1992) | [Decisão:11/12/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100166367&dt_publicacao=24/02/1992) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/02/1992 | PG:01851 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00038 | PG:00037 |
| **REVPRO** |  |  | VOL.:00068 | PG:00200 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00329 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00158 | PG:00597 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00031 | PG:00093 |
| [CC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000125863&dt_publicacao=27/05/1991) | [1576](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000125863&dt_publicacao=27/05/1991) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000125863&dt_publicacao=27/05/1991) | [1990/0012586-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000125863&dt_publicacao=27/05/1991) | [Decisão:10/04/1991](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000125863&dt_publicacao=27/05/1991) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/05/1991 | PG:06936 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00327 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00158 | PG:00595 |

# SÚMULA 271

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - DEPÓSITO JUDICIAL

## Enunciado:

A correção monetária dos depósitos judiciais independe de ação específica contra o banco depositário.

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

01/08/2002

## Fonte:

DJ DATA:21/08/2002 PG:00136 RSSTJ VOL.:00020 PG:00353 RSTJ VOL.:00158 PG:00621

RT VOL.:00803 PG:00160

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] CORREÇÃO MONETÁRIA. DEPÓSITO JUDICIAL. Está pacificado na Seção de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça o entendimento de ser possível, na própria ação de desapropriação, a discussão sobre correção monetária dos depósitos bancários. [...]" ([REsp 50953](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2750953%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CASTRO FILHO, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/03/2001, REPDJ 18/06/2001, p. 120, DJ 23/04/2001, p. 124)

"[...] DEPÓSITO JUDICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. RESPONSABILIDADE DO BANCO

DEPOSITÁRIO. [...] Responde o banco depositário pelo pagamento da correção monetária relativo aos valores depositados judicialmente - Súmula 179/STJ - sem necessidade de propositura de outra ação com esse escopo, eis que o banco tem função de mero auxiliar da justiça. [...]" ([EREsp 63819](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2763819%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, CORTE ESPECIAL, julgado em 02/08/2000, DJ 28/08/2000, p. 48)

"[...] DEPÓSITOS JUDICIAIS. [...] ATUALIZAÇÃO POR 'EXPURGOS INFLACIONÁRIOS'.

DISPENSABILIDADE DE AÇÃO PRÓPRIA. [...] Orientou-se a jurisprudência do STJ no sentido da desnecessidade de ação própria para obrigar o banco depositário a acrescentar aos depósitos judiciais nele efetuados os 'expurgos inflacionários' suprimidos pelos planos governamentais. [...]" ([REsp 112166](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27112166%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 06/06/2000, DJ 11/12/2000, p. 206)

"[...] DEPÓSITO JUDICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. BANCOS. [...] O percentual a ser aplicado será o indicado pelo Juiz de execução, nos próprios autos, sem necessidade da parte credora socorrer- se das vias ordinárias para, por ação própria, alcançar tal direito. [...]" ([EREsp 122745](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27122745%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/05/2000, DJ 26/06/2000, p. 13)

"Depósito judicial. Correção monetária. Ação própria (desnecessidade). [...] Em tal caso, é 'desnecessário ajuizamento de ação específica para discussão dos índices' (REsp's 56.230, 142.132 e 170.427). [...]" ([REsp 225273](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27225273%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/10/1999, DJ 21/02/2000, p. 122)

"[...] DEPÓSITO JUDICIAL - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA [...] DESNECESSIDADE DE AÇÃO DIRETA DA PARTE CONTRA O DEPOSITÁRIO PARA DISCUTIR OS ÍNDICES DE REAJUSTE - CORREÇÃO

MONETÁRIA. [...] O estabelecimento de crédito que recebe dinheiro em depósito judicial responde pelo pagamento da correção monetária relativa aos valores recolhidos, sendo desnecessário ajuizamento de ação específica para discussão dos índices. [...]" ([REsp 56230](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2756230%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/03/1999, DJ 10/05/1999, p. 163)

"DEPÓSITO JUDICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. LEGITIMIDADE DO BANCO DEPOSITÁRIO. DESNECESSIDADE DE AÇÃO PRÓPRIA. PLANOS 'VERÃO' E 'COLLOR'. [...] Desnecessidade de

ajuizamento de ação própria para se discutir os índices de correção monetária do depósito judicial. [...]" ([REsp 163992](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27163992%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 02/06/1998, DJ 21/09/1998, p. 194)

"[...] DEPOSITÁRIO JUDICIAL. VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA AO JUIZO. DESNECESSIDADE DE AÇÃO DIRETA DA PARTE CONTRA O DEPOSITÁRIO PARA DISCUTIR OS ÍNDICES DE REAJUSTE DOS DEPÓSITOS. [...] A VINCULAÇÃO ENTRE O JUÍZO E O BANCO CONVENIADO COMO DEPOSITÁRIO JUDICIAL DE VALORES É DE NATUREZA PREPONDERANTEMENTE ADMINISTRATIVA E REGIDA PELAS NORMAS DO CONVÊNIO, DE SORTE A EVIDENCIAR-SE A IMPERTINÊNCIA DA PRETENSÃO DO DEPOSITÁRIO NO SENTIDO DE QUE SEJA MANEJADA AÇÃO PRÓPRIA, PELA PARTE, PARA DISCUTIR OS ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA DO DEPÓSITO JUDICIAL. [...]" ([REsp 145800](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27145800%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 22/09/1997, DJ 03/11/1997, p. 56332)

## Precedentes:

[REsp 50953 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400207069&dt_publicacao=18/06/2001) [1994/0020706-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400207069&dt_publicacao=18/06/2001) [Decisão:13/03/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400207069&dt_publicacao=18/06/2001)

**REPDJ** DATA:18/06/2001 PG:00120

**DJ** DATA:23/04/2001 PG:00124

**RSSTJ** VOL.:00020 PG:00367

**RSTJ** VOL.:00158 PG:00634

[EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600747946&dt_publicacao=28/08/2000)

[63819 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600747946&dt_publicacao=28/08/2000)

[1996/0074794-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600747946&dt_publicacao=28/08/2000)

[Decisão:02/08/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600747946&dt_publicacao=28/08/2000)

**RSSTJ**

VOL.:00020

PG:00357

**RSTJ** VOL.:00158 PG:00623

**DJ** DATA:28/08/2000 PG:00048

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600688915&dt_publicacao=11/12/2000) | [112166](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600688915&dt_publicacao=11/12/2000) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600688915&dt_publicacao=11/12/2000) | [1996/0068891-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600688915&dt_publicacao=11/12/2000) | [Decisão:06/06/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600688915&dt_publicacao=11/12/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/12/2000 | PG:00206 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00373 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00158 | PG:00640 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901117976&dt_publicacao=26/06/2000) | [122745](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901117976&dt_publicacao=26/06/2000) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901117976&dt_publicacao=26/06/2000) | [1999/0111797-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901117976&dt_publicacao=26/06/2000) | [Decisão:25/05/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901117976&dt_publicacao=26/06/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/06/2000 | PG:00013 |
| **RJADCOAS** | |  | VOL.:00014 | PG:00037 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00020 | PG:00360 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00158 | PG:00626 |
| [REsp 225273](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900685644&dt_publicacao=21/02/2000) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900685644&dt_publicacao=21/02/2000) | [1999/0068564-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900685644&dt_publicacao=21/02/2000) | [Decisão:18/10/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900685644&dt_publicacao=21/02/2000) |
| **DJ** | |  | DATA:21/02/2000 | PG:00122 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00020 | PG:00384 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00158 | PG:00652 |
| [REsp 56230](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400329601&dt_publicacao=10/05/1999) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400329601&dt_publicacao=10/05/1999) | [1994/0032960-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400329601&dt_publicacao=10/05/1999) | [Decisão:04/03/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400329601&dt_publicacao=10/05/1999) |
| **DJ** | |  | DATA:10/05/1999 | PG:00163 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00020 | PG:00370 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00158 | PG:00637 |
| [REsp 163992](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800096744&dt_publicacao=21/09/1998) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800096744&dt_publicacao=21/09/1998) | [1998/0009674-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800096744&dt_publicacao=21/09/1998) | [Decisão:02/06/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800096744&dt_publicacao=21/09/1998) |
| **DJ** | |  | DATA:21/09/1998 | PG:00194 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00020 | PG:00381 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00158 | PG:00648 |
| [REsp 145800](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700602230&dt_publicacao=03/11/1997) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700602230&dt_publicacao=03/11/1997) | [1997/0060223-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700602230&dt_publicacao=03/11/1997) | [Decisão:22/09/1997](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700602230&dt_publicacao=03/11/1997) |
| **DJ** | |  | DATA:03/11/1997 | PG:56332 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00020 | PG:00376 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00158 | PG:00643 |
| **RT** | |  | VOL.:00750 | PG:00239 |

# SÚMULA 272

# DIREITO PREVIDENCIÁRIO - TRABALHO RURAL

## Enunciado:

O trabalhador rural, na condição de segurado especial, sujeito à contribuição obrigatória sobre a produção rural comercializada, somente faz jus à aposentadoria por tempo de serviço, se recolher contribuições facultativas.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART:00195 PAR:00008

LEG:FED LEI:008213 ANO:1991

\*\*\*\*\* LBPS-91 LEI DE BENEFICIOS DA PREVIDENCIA SOCIAL ART:00011 INC:00007 ART:00024 ART:00025 INC:00002 ART:00026 INC:00003 ART:00039 INC:00001 INC:00002 ART:00052

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

11/09/2002

## Fonte:

DJ DATA:19/09/2002 PG:00191 RSSTJ VOL.:00020 PG:00387 RSTJ VOL.:00159 PG:00623

RT VOL.:00805 PG:00189

## Excerto dos Precedentes Originários:

"PREVIDENCIÁRIO. - O trabalhador rural somente faz jus à aposentadoria por tempo de serviço quanto recolhe contribuições previdenciárias diversas das efetuadas em razão do produto. [...]" ([REsp 232828](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27232828%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, SEXTA TURMA, julgado em 15/02/2000, DJ 17/04/2000, p. 99)

"[...] APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO - TRABALHADOR RURAL - SEGURADO ESPECIAL - AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO FACULTATIVA - CARÊNCIA. [...] A concessão

da aposentadoria por tempo de serviço a trabalhador rural, na condição de segurado especial, está condicionada ao recolhimento das contribuições facultativas à Previdência Social, nos termos do art. 39, II, da Lei 8.213/91, não lhe assegurando a percepção do referido benefício, o recolhimento obrigatório sobre percentual retirado da receita bruta da comercialização da produção. [...]" ([REsp 232756](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27232756%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 02/12/1999, DJ 14/02/2000, p. 67)

"TRABALHADOR RURAL ENQUADRADO COMO SEGURADO ESPECIAL. PRODUTOR. PARCEIRO. MEEIRO. ARRENDATÁRIO RURAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. PERÍODO DE

CARÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO FACULTATIVA. [...] O trabalhador rural enquadrado como segurado especial (produtor, parceiro, meeiro e arrendatário rural exercentes de suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar - CF, art. 195, § 8º) para fins de aposentadoria por tempo de serviço deve comprovar um número mínimo de contribuições mensais facultativas (período de carência), uma vez que a contribuição obrigatória, incidente sobre a receita bruta da comercialização de sua produção (2,5%), apenas assegura a aposentadoria por idade ou por invalidez, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão. Lei nº 8.213, de 1991 - arts. 11, VII, 24, 25, 26, III e 39, I e II. [...]" ([REsp 233538](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27233538%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEXTA TURMA, julgado em 23/11/1999, DJ 17/12/1999, p. 416)

"PREVIDENCIÁRIO. RURÍCOLA. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. CONTRIBUIÇÕES.

EXIGIBILIDADE. [...] Para a concessão de aposentadoria por tempo de serviço a rurícola qualificado como segurado especial, não basta a comprovação das contribuições incidentes sobre produtos industrializados (artigo 195, parágrafo 8º, da Constituição Federal); é imprescindível a comprovação da complementação da idade mínima, 60 anos para o homem e 55 para a mulher (artigo 48, parágrafo 1º, da Lei 8.213/91), além do recolhimento das contribuições à Previdência Social, vale dizer, da carência. [...]" ([REsp 217826](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27217826%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 24/08/1999, REPDJ 29/11/1999, p. 224, DJ 22/11/1999, p. 209)

"[...] TRABALHADOR RURAL AUTÔNOMO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. LEI

8.213/91. [...] A contribuição obrigatória decorrente da aplicação de uma alíquota sobre o resultado bruto da comercialização da produção agrícola não assegura ao trabalhador rural autônomo, a título de segurado especial, a percepção de aposentadoria por tempo de serviço. [...]" ([REsp 203045](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27203045%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 01/06/1999, DJ 28/06/1999, p. 144)

"[...] APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. CONTRIBUIÇÃO FACULTATIVA E OBRIGATÓRIA.

LEI Nº 8.213/91. DEC. 2.173/97. [...] A contribuição sobre percentual retirado da receita bruta da comercialização da produção rural, considerada como obrigatória, não garante ao segurado especial a aposentadoria por tempo de serviço. Tal benefício, conforme se depreende do exame dos arts. 11, inciso VII, e 39, I e II, da Lei nº 8.213/91, tem sua concessão condicionada ao recolhimento facultativo de contribuições, estas disciplinadas no art. 23 do Dec. 2.173/97, e substancialmente diversas daquelas efetuadas sobre a produção rural - art. 24 do mesmo decreto. [...]" ([REsp 207434](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27207434%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 20/05/1999, DJ 01/07/1999, p. 208)

"[...] TRABALHADOR RURAL. SEGURADOS ESPECIAIS. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. PRAZO DE CARÊNCIA. RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES. [...] Os segurados especiais da

previdência social, dentre eles os produtores, parceiros, meeiros e arrendatários rurais que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, não têm assegurado o direito à percepção da aposentadoria por tempo de serviço de forma a desobrigar-se do cumprimento do prazo de carência do benefício, cuja concessão vincula-se à observância dos requisitos inscritos nos artigos 52 e 25, II, da Lei nº 8.213/91, no que tange ao período trabalhado e ao recolhimento das 180 contribuições mensais. [...]" ([REsp 202766](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27202766%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 06/05/1999, DJ 24/05/1999, p. 230)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900880137&dt_publicacao=17/04/2000) | [232828](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900880137&dt_publicacao=17/04/2000) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900880137&dt_publicacao=17/04/2000) | [1999/0088013-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900880137&dt_publicacao=17/04/2000) | [Decisão:15/02/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900880137&dt_publicacao=17/04/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/04/2000 | PG:00099 |
| **RADCOASP** | |  | VOL.:00009 | PG:00040 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00020 | PG:00408 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00159 | PG:00642 |
| [REsp 232756](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900879201&dt_publicacao=14/02/2000) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900879201&dt_publicacao=14/02/2000) | [1999/0087920-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900879201&dt_publicacao=14/02/2000) | [Decisão:02/12/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900879201&dt_publicacao=14/02/2000) |
| **DJ** | |  | DATA:14/02/2000 | PG:00067 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00020 | PG:00404 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00159 | PG:00638 |
| [REsp 233538](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900901487&dt_publicacao=17/12/1999) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900901487&dt_publicacao=17/12/1999) | [1999/0090148-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900901487&dt_publicacao=17/12/1999) | [Decisão:23/11/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900901487&dt_publicacao=17/12/1999) |
| **DJ** | |  | DATA:17/12/1999 | PG:00416 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00020 | PG:00411 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00159 | PG:00646 |
| [REsp 217826](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900485041&dt_publicacao=29/11/1999) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900485041&dt_publicacao=29/11/1999) | [1999/0048504-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900485041&dt_publicacao=29/11/1999) | [Decisão:24/08/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900485041&dt_publicacao=29/11/1999) |
| **REPDJ** | |  | DATA:29/11/1999 | PG:00224 |
| **DJ** | |  | DATA:22/11/1999 | PG:00209 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00020 | PG:00400 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00159 | PG:00635 |
| [REsp 203045](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900091574&dt_publicacao=28/06/1999) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900091574&dt_publicacao=28/06/1999) | [1999/0009157-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900091574&dt_publicacao=28/06/1999) | [Decisão:01/06/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900091574&dt_publicacao=28/06/1999) |
| **DJ** | |  | DATA:28/06/1999 | PG:00144 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00020 | PG:00395 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00159 | PG:00629 |
| [REsp 207434](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900218124&dt_publicacao=01/07/1999) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900218124&dt_publicacao=01/07/1999) | [1999/0021812-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900218124&dt_publicacao=01/07/1999) | [Decisão:20/05/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900218124&dt_publicacao=01/07/1999) |
| **DJ** | |  | DATA:01/07/1999 | PG:00208 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00020 | PG:00398 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00159 | PG:00632 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900082923&dt_publicacao=24/05/1999) | [202766](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900082923&dt_publicacao=24/05/1999) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900082923&dt_publicacao=24/05/1999) | [1999/0008292-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900082923&dt_publicacao=24/05/1999) | [Decisão:06/05/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900082923&dt_publicacao=24/05/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/05/1999 | PG:00230 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00391 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00159 | PG:00625 |

# SÚMULA 273

# DIREITO PROCESSUAL PENAL - CARTA PRECATÓRIA

## Enunciado:

Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária intimação da data da audiência no juízo deprecado.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:003689 ANO:1941

\*\*\*\*\* CPP-41 CODIGO DE PROCESSO PENAL ART:00222

## Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

11/09/2002

## Fonte:

DJ DATA:19/09/2002 PG:00191 RSSTJ VOL.:00020 PG:00415 RSTJ VOL.:00159 PG:00649

RT VOL.:00805 PG:00530

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CRIMINAL. [...] NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA. AUDIÊNCIA DE OITIVA DE TESTEMUNHA NO JUÍZO DEPRECADO. DEFENSOR CONSTITUÍDO NÃO-INTIMADO. CIÊNCIA DA EXPEDIÇÃO DA CARTA. NOMEAÇÃO DE DEFENSOR AD HOC. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. [...] Tendo

havido a intimação da expedição da carta precatória, não é necessária a intimação do réu e do seu advogado constituído para audiência de inquirição de testemunha em outra Comarca. III. Tomada a cautela de se nomear defensor ad hoc no Juízo deprecado, tem-se como descabida eventual alegação de prejuízo à defesa. [...]" ([RHC 9929](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279929%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2000, DJ 19/02/2001, p. 185)

"[...] NULIDADES DO PROCESSO PENAL CONDENATÓRIO. INTIMAÇÃO DO DEFENSOR DA OITIVA DE TESTEMUNHA NO JUÍZO DEPRECADO. REQUISIÇÃO DE RÉU PRESO. DESNECESSIDADE. A

jurisprudência pátria firmou entendimento de que, se o advogado foi intimado da expedição da carta precatória, não há necessidade de ser novamente intimado da data da audiência de inquirição da testemunha a ser realizada no juízo deprecado. (Precedentes do STF e desta Corte) Requisição de réu preso para acompanhar oitiva de testemunha em outra comarca. Desnecessidade. Precedente do STF. Nulidades relativas não argüidas no momento próprio. Preclusão (art. 572, I, c.c. o art. 571, II, do CPP) [...]" ([RHC 10451](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710451%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 03/10/2000, DJ 06/11/2000, p. 212)

"PENAL. PROCESSUAL. OITIVA DE TESTEMUNHAS. NULIDADE. [...] Devidamente intimado o

defensor da efetiva expedição de carta precatória, para oitiva de testemunha arrolada pelo Ministério Público, não caracteriza constrangimento ilegal a realização do ato, no juízo deprecado, sem nova intimação. 2. Em se tratando de nulidade processual, há que ser aplicado o princípio do 'pas de nullité sans grief'. Não basta, à caracterização do prejuízo, a simples alegação de sua existência, cabendo à parte interessada sua demonstração. [...]" ([HC 9545](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279545%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 06/06/2000, DJ 01/08/2000, p. 282)

"[...] NULIDADES. AUSÊNCIA DO RÉU QUANDO DO RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO E QUANDO DA OITIVA DAS TESTEMUNHAS OUVIDAS POR PRECATÓRIA. PREJUÍZO NÃO-DEMONSTRADO.

IMPROPRIEDADE DAS ALEGAÇÕES. [...] Não se reconhece nulidade pela ausência do réu quando do reconhecimento fotográfico, se daí não decorreu qualquer prejuízo à defesa, por se tratar de prova que somente confirmou a anteriormente produzida na fase indiciária, a qual atendera às exigências de lei para a sua realização. II. A ausência do réu nas audiências de oitiva das testemunhas ouvidas por precatória não configura nulidade, se houve a devida intimação de sua defensoria da expedição das respectivas cartas precatórias. [...]" ([HC 10922](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710922%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2000, DJ 17/04/2000, p. 73)

"Processual Penal. Instrução criminal. Alegação de nulidades. Ampla Defesa. Ausência de prejuízo. - Em tema de nulidade no processo penal, as vigas mesma do sistema assentem-se nas seguintes assertivas: (a) ao argüir-se nulidades, dever-se-á indicar, de modo objetivo os prejuízos correspondentes, com influência na apuração da verdade substancial e reflexo na decisão da causa (CPP, art. 566); (b) em princípio, as nulidades consideram-se sanadas se não forem argüidas no tempo oportuno, por inércia da parte. - Eventual irregularidade no curso da instrução, sem prova de influência na busca da verdade ou repercussão na sentença, não tem relevância jurídica e resulta sanada, à míngua de argüição na fase, prevista no art. 571, II, do CPP. - Intimados o réu e seu defensor da expedição de carta precatória para a ouvida de testemunha, não consubstancia desrespeito ao princípio da ampla defesa a realização da audiência no juízo deprecado sem nova intimação, sendo ônus da defesa acompanhar o curso da carta. [...]" ([RHC 9480](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%279480%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 17/02/2000, DJ 27/03/2000, p. 135)

"[...] RÉU PRESO. NULIDADES. INOCORRÊNCIA. AUDIÊNCIA DE OITIVA DE TESTEMUNHA EM OUTRA COMARCA. AUSÊNCIA DE REQUISIÇÃO. EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIA. INTIMAÇÃO DO

ADVOGADO. [...] Inexistência de nulidade por cerceamento de defesa, decorrente da falta de requisição do réu preso para comparecer à audiência de oitiva de testemunha em outra comarca, tendo em vista que houve intimação do seu defensor constituído da expedição da carta precatória e, na ausência deste, foi nomeado defensor ad hoc. [...]" ([HC 10382](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2710382%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 07/12/1999, DJ 14/02/2000, p. 51)

"[...] TRÁFICO DE DROGAS [...] CARTA PRECATÓRIA - OITIVA DE TESTEMUNHA - INTIMAÇÃO DA

DEFESA - JUNTADA DE DOCUMENTO NA AUDIÊNCIA [...] Expedida carta precatória para oitiva de testemunha, do que se deu ciência à defesa, competia a esta saber do dia e horário de seu depoimento, não havendo dispositivo que determine a sua intimação, desse ato, pelo juízo deprecado. [...]" ([REsp 126046](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27126046%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, SEXTA TURMA, julgado em 02/06/1998, DJ 10/08/1998, p. 91)

"PROCESSUAL PENAL. CARTA PRECATÓRIA PARA AUDIÊNCIA DE TESTEMUNHA. INTIMAÇÃO DAS PARTES. [...] A TEOR DO ART. 222 DO CPP, AS PARTES SERÃO INTIMADAS DA EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA PARA AUDIÊNCIA DE TESTEMUNHA RESIDENTE FORA DA JURISDIÇÃO DO JUÍZO. NÃO PREVÊ, ENTRETANTO, A LEI, NOVA INTIMAÇÃO DA DATA DESIGNADA PARA A AUDIÊNCIA. [...]" ([RHC 5508](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%275508%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEXTA TURMA, julgado em 16/09/1996, DJ 21/10/1996, p. 40274)

"[...] PROCESSO PENAL - OBRIGATORIEDADE DA INTIMAÇÃO DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA - COMUNICAÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS VIA AR - NULIDADE INEXISTENTE. - O QUE A LEI EXIGE É INTIMAÇÃO DAS PARTES DA EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS PARA OITIVA DE TESTEMUNHAS, NÃO DA DATA EM QUE SE REALIZARÃO AS AUDIÊNCIAS NO JUÍZO DEPRECADO. - POR OUTRO LADO, INEXISTE NULIDADE PROCESSUAL PELA INTIMAÇÃO REVESTIDO DAS FORMALIDADES LEGAIS E NO ENDEREÇO DECLINADO PELO PRÓPRIO ADVOGADO. [...]" ([HC 4149](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%274149%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA,

julgado em 06/02/1996, DJ 25/03/1996, p. 8590)

"[...] EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIA PARA TOMADA DE DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA. COMPROVADO QUE O DEFENSOR DO RÉU FOI DEVIDAMENTE INTIMADO DA EXPEDIÇÃO DA PRECATÓRIA, NÃO HÁ CAUSA PARA A NULIDADE DO DEPOIMENTO DA TESTEMUNHA, DESDE QUE PRESENTE DEFENSOR 'AD HOC', NOMEADO PELO JUIZ DEPRECADO. É PACÍFICO O ENTENDIMENTO DA JURISPRUDÊNCIA, NO SENTIDO DE QUE, NESTES CASOS, COMPETE AO INTIMADO CUIDAR DA DEFESA DE SEU CONSTITUINTE, ACOMPANHANDO A DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA. O ENTENDIMENTO CONTRÁRIO AFOGARIA A ATIVIDADE FORENSE. ADEMAIS, VALE NO CASO A AFIRMAÇÃO DE QUE: NÃO SE ACOLHE A NULIDADE CRIADA PELA PARTE. [...]" ([RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271650%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [1650](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RHC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%271650%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro JOSE CANDIDO DE CARVALHO FILHO, SEXTA TURMA, julgado em

24/03/1992, DJ 13/04/1992, p. 5008)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000380474&dt_publicacao=19/02/2001) | [9929](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000380474&dt_publicacao=19/02/2001) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000380474&dt_publicacao=19/02/2001) | [2000/0038047-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000380474&dt_publicacao=19/02/2001) | [Decisão:13/12/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000380474&dt_publicacao=19/02/2001) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/02/2001 | PG:00185 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00420 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00159 | PG:00681 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DJ** |  |  | DATA:06/11/2000 | PG:00212 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00420 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00159 | PG:00686 |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900447573&dt_publicacao=01/08/2000) | [9545](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900447573&dt_publicacao=01/08/2000) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900447573&dt_publicacao=01/08/2000) | [1999/0044757-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900447573&dt_publicacao=01/08/2000) | [Decisão:06/06/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900447573&dt_publicacao=01/08/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/08/2000 | PG:00282 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00391 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00159 | PG:00655 |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900923251&dt_publicacao=17/04/2000) | [10922](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900923251&dt_publicacao=17/04/2000) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900923251&dt_publicacao=17/04/2000) | [1999/0092325-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900923251&dt_publicacao=17/04/2000) | [Decisão:21/03/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900923251&dt_publicacao=17/04/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/04/2000 | PG:00073 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00131 | PG:00316 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00391 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00159 | PG:00664 |
| **RT** |  |  | VOL.:00780 | PG:00561 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000021385&dt_publicacao=27/03/2000) | [9480](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000021385&dt_publicacao=27/03/2000) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000021385&dt_publicacao=27/03/2000) | [2000/0002138-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000021385&dt_publicacao=27/03/2000) | [Decisão:17/02/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000021385&dt_publicacao=27/03/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/03/2000 | PG:00135 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00415 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00159 | PG:00674 |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900709365&dt_publicacao=14/02/2000) | [10382](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900709365&dt_publicacao=14/02/2000) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900709365&dt_publicacao=14/02/2000) | [1999/0070936-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900709365&dt_publicacao=14/02/2000) | [Decisão:07/12/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900709365&dt_publicacao=14/02/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/02/2000 | PG:00051 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00387 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00159 | PG:00657 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700226255&dt_publicacao=10/08/1998) | [126046 MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700226255&dt_publicacao=10/08/1998) | | [1997/0022625-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700226255&dt_publicacao=10/08/1998) | [Decisão:02/06/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700226255&dt_publicacao=10/08/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/08/1998 | PG:00091 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00411 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00159 | PG:00690 |
| [RHC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600250847&dt_publicacao=21/10/1996) | [5508](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600250847&dt_publicacao=21/10/1996) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600250847&dt_publicacao=21/10/1996) | [1996/0025084-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600250847&dt_publicacao=21/10/1996) | [Decisão:16/09/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600250847&dt_publicacao=21/10/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/10/1996 | PG:40274 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00410 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00159 | PG:00672 |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500638983&dt_publicacao=25/03/1996) | [4149](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500638983&dt_publicacao=25/03/1996) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500638983&dt_publicacao=25/03/1996) | [1995/0063898-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500638983&dt_publicacao=25/03/1996) | [Decisão:06/02/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500638983&dt_publicacao=25/03/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/03/1996 | PG:08590 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00087 | PG:00290 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00020 | PG:00387 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00159 | PG:00651 |
| **RT** |  |  | VOL.:00730 | PG:00480 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DJ** | DATA:13/04/1992 | PG:05008 |
| **RSSTJ** | VOL.:00020 | PG:00398 |
| **RSTJ** | VOL.:00159 | PG:00670 |
| **RSTJ** | VOL.:00032 | PG:00110 |

# SÚMULA 274

# DIREITO TRIBUTÁRIO - ISS

## Enunciado:

O ISS incide sobre o valor dos serviços de assistência médica, incluindo-se neles as refeições, os medicamentos e as diárias hospitalares.

Referências Legislativas: LEG:FED DEL:000406 ANO:1968 ART:00008 PAR:00001

(ITEM 2 DA LISTA ANEXA)

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

12/02/2003

## Fonte:

DJ DATA:20/02/2003 PG:00153 RSSTJ VOL.:00021 PG:00011 RSTJ VOL.:00164 PG:00551

RT VOL.:00810 PG:00157

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS (ISS) - HOSPITAIS - BASE DE CÁLCULO - INCIDÊNCIA [...] - As

diárias hospitalares estão sujeitas à incidência do ISS, mesmo envolvendo o valor referente aos medicamentos e a alimentação. [...]" ([REsp 130621](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27130621%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) CE, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/09/1999, DJ 27/03/2000, p. 84)

"[...] ISS. BASE DE CÁLCULO. HOSPITAIS. O VALOR DA ALIMENTAÇÃO E DOS MEDICAMENTOS FORNECIDOS PELOS HOSPITAIS ESTÁ EMBUTIDO NAS DIÁRIAS HOSPITALARES E FAZ PARTE DA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS. [...]" ([REsp 11533](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2711533%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/10/1995, DJ 06/11/1995, p. 37560)

"[...] IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS. ESTABELECIMENTO HOSPITALAR. MEDICAÇÃO E ALIMENTOS. SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA PRESTADOS AOS PACIENTES. INCIDÊNCIA DO TRIBUTO. OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA PRESTADOS PELOS HOSPITAIS AOS SEUS PACIENTES, MESMO ENVOLVENDO A PARTE RELATIVA AO FORNECIMENTO DE REMÉDIOS E ALIMENTOS, ESTÃO SUJEITOS AO ISS." ([REsp 25599](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2725599%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, SEGUNDA TURMA,

julgado em 21/08/1995, DJ 11/09/1995, p. 28815)

"[...] ISS - HOSPITAL - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E MEDICAMENTOS. - O PREÇO DE REFEIÇÕES E MEDICAMENTOS, FORNECIDOS EM HOSPITAIS, INTEGRA-SE AO VALOR DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, PARA EFEITO DE INCIDÊNCIA DO ISS (DL 406/68, ART. 8., PAR. 1. E ITEM 2 DA LISTA ANEXA)." ([REsp 36199](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2736199%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/08/1994, DJ 19/09/1994, p. 24654)

"ISS - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - MEDICAMENTOS E REFEIÇÕES SERVIDOS NOS HOSPITAIS - INCIDÊNCIA. COMO OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA PRESTADOS PELOS HOSPITAIS SÃO INCLUÍDOS NA LISTA ANEXA AO DECRETO-LEI N. 406/68 E ENVOLVEM O FORNECIMENTO DE MERCADORIAS (REMÉDIOS E ALIMENTAÇÃO) ESTÃO ELES SUJEITOS APENAS AO ISS. NÃO SE PODE DESTACAR DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, COMO UM TODO, A PARTE DELA INTEGRANTE REFERENTE AO FORNECIMENTO DE REMÉDIOS E ALIMENTAÇÃO AOS PACIENTES. [...]" ([REsp 40161](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2740161%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/12/1993, DJ 21/02/1994, p. 2141)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700312682&dt_publicacao=27/03/2000) | [130621](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700312682&dt_publicacao=27/03/2000) | [CE](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700312682&dt_publicacao=27/03/2000) | [1997/0031268-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700312682&dt_publicacao=27/03/2000) | [Decisão:28/09/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700312682&dt_publicacao=27/03/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/03/2000 | PG:00084 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00027 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00164 | PG:00565 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100108952&dt_publicacao=06/11/1995) | [11533](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100108952&dt_publicacao=06/11/1995) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100108952&dt_publicacao=06/11/1995) | [1991/0010895-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100108952&dt_publicacao=06/11/1995) | [Decisão:11/10/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199100108952&dt_publicacao=06/11/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:06/11/1995 | PG:37560 |
| **LEXJTACSP** | |  | VOL.:00161 | PG:00593 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00021 | PG:00015 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00164 | PG:00553 |
| [REsp 25599](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200192637&dt_publicacao=11/09/1995) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200192637&dt_publicacao=11/09/1995) | [1992/0019263-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200192637&dt_publicacao=11/09/1995) | [Decisão:21/08/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199200192637&dt_publicacao=11/09/1995) |
| **DJ** | |  | DATA:11/09/1995 | PG:28815 |
| **LEXJTACSP** | |  | VOL.:00159 | PG:00498 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00021 | PG:00018 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00164 | PG:00556 |
| **RT** | |  | VOL.:00722 | PG:00299 |
| [REsp 36199](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300175440&dt_publicacao=19/09/1994) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300175440&dt_publicacao=19/09/1994) | [1993/0017544-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300175440&dt_publicacao=19/09/1994) | [Decisão:17/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300175440&dt_publicacao=19/09/1994) |
| **DJ** | |  | DATA:19/09/1994 | PG:24654 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00021 | PG:00021 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00164 | PG:00556 |
| [REsp 40161](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300301462&dt_publicacao=21/02/1994) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300301462&dt_publicacao=21/02/1994) | [1993/0030146-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300301462&dt_publicacao=21/02/1994) | [Decisão:15/12/1993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300301462&dt_publicacao=21/02/1994) |
| **DJ** | |  | DATA:21/02/1994 | PG:02141 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00021 | PG:00023 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00164 | PG:00561 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00058 | PG:00415 |

# SÚMULA 275

# DIREITO ADMINISTRATIVO - ATIVIDADE FARMACÊUTICA

## Enunciado:

O auxiliar de farmácia não pode ser responsável técnico por farmácia ou drogaria.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003820 ANO:1960 ART:00013 ART:00014 ART:00016

LEG:FED LEI:009394 ANO:1996

\*\*\*\*\* LDBE-96 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

(REVOGOU A LEI 5.692, DE 11/08/71)

LEG:FED DEC:000793 ANO:1993

(ALTEROU OS DECS. 74.170/74, DE 10/06/74, E 79.094/77, DE 05/01/77)

LEG:FED DEC:074170 ANO:1974 (REGULAMENTA A LEI 5.991, DE 17/01/73)

LEG:FED DEC:079094 ANO:1977 (REGULAMENTA A LEI 6.360, DE 23/09/76)

LEG:FED LEI:005991 ANO:1973 LEG:FED LEI:006360 ANO:1976

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

12/03/2003

## Fonte:

DJ DATA:19/03/2003 PG:00141 RSSTJ VOL.:00021 PG:00035 RSTJ VOL.:00165 PG:00581

RT VOL.:00811 PG:00176

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA. AUXILIAR DE FARMÁCIA. RESPONSABILIDADE

TÉCNICA. IMPOSSIBILIDADE. [...] Consoante jurisprudência iterativa desta Corte, com a qual o acórdão recorrido está afinado, o auxiliar de farmácia não dispõe de capacitação para assumir responsabilidade técnica por farmácia ou drogaria. [...]" ([REsp 280401](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27280401%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/05/2002, DJ 01/07/2002, p. 290)

"[...] AUXILIAR DE FARMÁCIA. INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA. [...] Os

portadores dos certificados de auxiliar de farmácia, expedidos pelo SENAC, habilitados com carga inferior ao mínimo exigido para o ensino de segundo grau, não fazem jus ao registro no Conselho Regional de Farmácia, não estando aptos a assumir a responsabilidade técnica por farmácia. - Não existe equiparação entre os auxiliares de farmácia e os oficiais de farmácia habilitados com fulcro nos Decretos 20.373/31 e 20.877/31 e arts. 32 e 33, da Lei 3.820/60. [...]" ([REsp 167987](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27167987%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/11/2001, DJ 03/06/2002, p. 143)

"[...] REGISTRO PROFISSIONAL. AUXILIAR DE FARMÁCIA. CURSO AUTORIZADO PELO

MINISTÉRIO DO ESTADO DE EDUCAÇÃO. LEI Nº 5.692/71. 'O 'auxiliar de farmácia', de nível médio, habilitado com carga horária de trabalho escolar inferior ao mínimo exigido para o ensino de segundo grau, sem direito ao prosseguimento de estudos em nível superior, também carece de direito líquido e certo para assumir a responsabilidade técnica na atividade farmacêutica. A legislação de regência não contempla, como direito líquido e certo, a sua inscrição no Conselho Regional de Farmácia'. (REsp. 173.317/MILTON). Os AUXILIARES DE FARMÁCIA, mesmo que o curso seja reconhecido, não podem ser responsáveis por farmácias e drogarias - Lei n. 5.692/71, artigos 22 e 23." ([AgRg no REsp 278904](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27278904%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/10/2001, DJ 18/02/2002, p. 250)

"[...] AUXILIAR DE FARMÁCIA. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA. INSCRIÇÃO. LEI 5.692/71,

ARTIGO 22. IMPOSSIBILIDADE. O Decreto n. 74.170/74, em seu artigo 28, § 2º, b, na redação que lhe conferiu o Decreto n. 793/93, considerou aptos para assumir a responsabilidade técnica pelas farmácias e drogarias, os técnicos formados em curso de segundo grau, com diploma registrado no Ministério da Educação e Cultura, e inscrito no Conselho Regional de Farmácia, observadas as exigências dos artigos 22 e 23 da Lei n. 5.692/71, que estabelecem que o ensino de segundo ciclo compreende 2.200 ou 2.900 horas de trabalho escolar efetivo e habilita ao prosseguimento de estudos em grau superior. O curso de auxiliar de farmácia concluído pela recorrida não se amolda às exigências da legislação de regência, visto que a carga horária cursada encontra-se muito abaixo do mínimo exigido para a inscrição no respectivo órgão profissional. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27143337%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [143337](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27143337%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) AL, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/10/2001, DJ

11/03/2002, p. 217)

"[...] Auxiliar de Farmácia. Curso de Qualificação Profissional (SENAC - CEUSP). Inscrição no Conselho Regional de Farmácia. Leis nºs 3.820/60, 5.692/71 e 5.210/78. Decretos nºs 74.170/74 e 793/93. Resoluções 02/73, 101/73 e 111/73 - CFE. Portaria 363/95. [...] O 'auxiliar de farmácia', de nível médio, habilitado com carga horária de trabalho escolar inferior ao mínimo exigido para o ensino de segundo grau (médio), sem direito ao prosseguimento de estudos em nível superior, carece de direito líquido e certo para assumir a responsabilidade técnica na atividade farmacêutica (farmácia ou drogaria). Os cursos ministrados no SENAC e CEUSP possuem carga horária variando de 300 a 470 horas, portanto, inferior àquela necessária para o segundo grau. [...]" ([REsp 205935](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27205935%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/06/2001, DJ 01/04/2002, p. 169)

"[...] CONSELHO DE FARMÁCIA - INSCRIÇÃO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO. [...] Os antigos

OFICIAIS DE FARMÁCIA, práticos quando regulamentada a profissão, ficaram preservados e com direito a inscreverem-se no Conselho responsáveis por farmácias e drogarias - Súmula 120/STJ - art. 114, parágrafo único, letras "a" e "b" ? Lei n. 3.820/60. 2. Diferentemente, os AUXILIARES DE FARMÁCIA ou os novos OFICIAIS, também de nível médio, com curso reconhecido, não podem ser responsáveis por farmácias e drogarias - Lei n. 5.692/71, artigos 22 e 23, inclusive por não atenderem a carga horária mínima prevista em lei. [...]" ([REsp 270853](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27270853%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/06/2001, DJ 17/09/2001, p. 132)

## Precedentes:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp 280401 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000997153&dt_publicacao=01/07/2002) | | |  | [2000/0099715-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000997153&dt_publicacao=01/07/2002) | [Decisão:07/05/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000997153&dt_publicacao=01/07/2002) |
| **DJ** | | |  | DATA:01/07/2002 | PG:00290 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00021 | PG:00060 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00165 | PG:00605 |
| [REsp 167987 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800199004&dt_publicacao=03/06/2002) | | |  | [1998/0019900-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800199004&dt_publicacao=03/06/2002) | [Decisão:27/11/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800199004&dt_publicacao=03/06/2002) |
| **DJ** | | |  | DATA:03/06/2002 | PG:00143 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00021 | PG:00047 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00162 | PG:00083 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00165 | PG:00591 |
| [AgRg no REsp 278904](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000964581&dt_publicacao=18/02/2002) | | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000964581&dt_publicacao=18/02/2002) | [2000/0096458-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000964581&dt_publicacao=18/02/2002) | [Decisão:16/10/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000964581&dt_publicacao=18/02/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/02/2002 | | PG:00250 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00151 | | PG:00146 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | | PG:00039 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00165 | | PG:00583 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700556743&dt_publicacao=11/03/2002) | [143337](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700556743&dt_publicacao=11/03/2002) | [AL](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700556743&dt_publicacao=11/03/2002) | [1997/0055674-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700556743&dt_publicacao=11/03/2002) | | [Decisão:04/10/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700556743&dt_publicacao=11/03/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/03/2002 | | PG:00217 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | | PG:00042 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00165 | | PG:00586 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900187393&dt_publicacao=01/04/2002) | [205935](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900187393&dt_publicacao=01/04/2002) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900187393&dt_publicacao=01/04/2002) | [1999/0018739-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900187393&dt_publicacao=01/04/2002) | | [Decisão:21/06/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900187393&dt_publicacao=01/04/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/04/2002 | | PG:00169 |
| **RJADCOAS** | |  | VOL.:00037 | | PG:00034 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00021 | | PG:00051 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00165 | | PG:00596 |
| [REsp 270853](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000785539&dt_publicacao=17/09/2001) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000785539&dt_publicacao=17/09/2001) | [2000/0078553-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000785539&dt_publicacao=17/09/2001) | | [Decisão:12/06/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000785539&dt_publicacao=17/09/2001) |
| **DJ** | |  | DATA:17/09/2001 | | PG:00132 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00021 | | PG:00057 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00151 | | PG:00212 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00165 | | PG:00602 |

SÚMULA 276 (SÚMULA CANCELADA)

# DIREITO TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

## Enunciado:

As sociedades civis de prestação de serviços profissionais são isentas da COFINS, irrelevante o regime tributário adotado.

Julgando a AR 3.761-PR, na sessão de 12/11/2008, a Primeira Seção deliberou pelo CANCELAMENTO da Súmula n. 276.

Referências Legislativas: LEG:FED LCP:000070 ANO:1991 ART:00006 INC:00002

LEG:FED LEI:008541 ANO:1992 ART:00001 ART:00002

LEG:FED LEI:009430 ANO:1996 ART:00001 ART:00002

LEG:FED DEL:002397 ANO:1987 ART:00001 ART:00002

(ARTIGOS REVOGADOS PELA LEI 9.430/1996)

## Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

## Data da decisão:

12/11/2008

## Fonte:

DJE DATA:20/11/2008

DJ DATA:02/06/2003 PG:00365 RSSTJ VOL.:00021 PG:00065 RSTJ VOL.:00168 PG:00626

RT VOL.:00820 PG:00187

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] COFINS - SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS - ISENÇÃO [...] As

sociedades civis de prestação de serviços profissionais são beneficiadas com o favor isencional previsto pelo artigo 6º, inciso II da Lei Complementar nº 70/91, sendo irrelevante que se tenha feito opção pelo regime tributário instituído pela Lei 8541/92. [...]" ([AgRg no REsp 422342](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27422342%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/08/2002, DJ 30/09/2002, p. 199)

"[...] COFINS - ISENÇÃO - SOCIEDADES CIVIS - LC 70/91 E DECRETO-LEI 2.397/87. [...] Pacificado o

entendimento desta Corte no sentido de que as sociedades civis de prestação de serviços são isentas da COFINS, nos termos do art. 6º, II da Lei Complementar n. 70/91, sendo irrelevante a circunstância de haverem optado pelo regime instituído pela Lei 8.541/92. [...]" ([AgRg no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27226386%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [226386](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27226386%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/08/2002, DJ

09/09/2002, p. 185)

"[...] COFINS. ISENÇÃO. SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS. [...] A Lei Complementar

nº 70/91, de 30/12/1991, em seu art. 6º, II, isentou, expressamente, da contribuição da COFINS, as sociedades civis de que trata o art. 1º, do Decreto-Lei nº 2.397, de 22/12/1987, sem exigir qualquer outra condição senão as decorrentes da natureza jurídica das mencionadas entidades. 3. Em conseqüência da mensagem concessiva de isenção contida no art. 6º, II, da LC nº 70/91, fixa-se o entendimento de que a interpretação do referido comando posto em Lei Complementar, conseqüentemente, com potencialidade hierárquica em patamar superior à legislação ordinária, revela que serão abrangidas pela isenção da COFINS as sociedades civis que, cumulativamente, apresentem os seguintes requisitos: - sejam sociedades constituídas exclusivamente por pessoas físicas domiciliadas no Brasil; - tenham por objetivo a prestação de serviços profissionais relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada; e - estejam registradas no Registro Civil das Pessoas Jurídicas. 4. Outra condição não foi considerada pela Lei Complementar, no seu art. 6º, II, para o gozo da isenção, especialmente, o tipo de regime tributário adotado para fins de incidência ou não de Imposto de Renda. 5. Posto tal panorama, não há suporte jurídico para se acolher a tese da Fazenda Nacional de que há, também, ao lado dos requisitos acima elencados, um último, o do tipo de regime tributário adotado pela sociedade. A Lei Complementar não faz tal exigência, pelo que não cabe ao intérprete criá-la. 6. É irrelevante o fato de a recorrente ter optado pela tributação dos seus resultados com base no lucro presumido, conforme lhe permite o art. 71, da Lei nº 8.383/91 e os arts. 1º e 2º, da Lei nº 8.541/92. Essa opção terá reflexos para fins de pagamento do Imposto de Renda. Não afeta, porém, a isenção concedida pelo art. 6º, II, da Lei Complementar nº 70/91, haja vista que esta, repita-se, não colocou como pressuposto para o gozo da isenção o tipo de regime tributário seguido pela sociedade civil. 7. A revogação da isenção pela Lei nº 9.430/96 fere, frontalmente, o princípio da hierarquia das leis, visto que tal revogação só poderia ter sido veiculada por outra lei complementar. [...]" ([AgRg no REsp 422741](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27422741%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/06/2002, DJ 09/09/2002, p. 176)

"[...] COFINS - SOCIEDADES CIVIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS - ISENÇÃO - REQUISITOS ESSENCIAIS - REGIME TRIBUTÁRIO - LEI 8.541/92 - REVOGAÇÃO DA L.C. Nº 70/91 - IMPOSSIBILIDADE - PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS - LEI 9.430/96 (LEI ORDINÁRIA) [...] - A

Lei Complementar nº 70/91, em seu art. 6º, inc. II, isentou da COFINS, as sociedades civis de prestação de serviços de que trata o art. 1º do Decreto-lei nº 2.397, de 22 de dezembro de 1987, estabelecendo como condições somente aquelas decorrentes da natureza jurídica das referidas sociedades. - A isenção concedida pela Lei Complementar nº 70/91 não pode ser revogada pela Lei nº 9.430/96, lei ordinária, em obediência ao princípio da hierarquia das leis. - A opção pelo regime tributário instituído pela Lei nº8.541/92 não afeta a isenção concedida pelo art. 6º, II da L.C. 70/91. Entre os requisitos elencados como pressupostos ao gozo do benefício não está inserido o tipo de regime tributário adotado pela sociedade para recolhimento do Imposto de Renda. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27221710%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [221710](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27221710%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em

04/10/2001, DJ 18/02/2002, p. 288)

"[...] COFINS. ISENÇÃO. SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS. ART. 6º, II, LC Nº 70/91.

[...] A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que as sociedades civis prestadoras de serviços são isentas da COFINS, nos termos do art. 6º, II, da Lei Complementar nº 70/91. [...]" ([AgRg](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27297461%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [no REsp 297461](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27297461%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/04/2001, DJ 03/09/2001, p. 153)

"[...] COFINS - SOCIEDADES CIVIS - LC 70/91 - DL 2.397/87. - A circunstância de as sociedades a que se refere o caput do Art. 1º do DL 2.397/87, haverem optado pelo regime instituído pela Lei 8.541/92 é irrelevante para que se lhe reconheça a isenção relativa à contribuição 'COFINS'. Tal isenção nada tem a ver com o modo pelo qual as empresas recolhem o Imposto de Renda." ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27260960%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [260960](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27260960%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em

13/02/2001, DJ 26/03/2001, p. 378)

"[...] COFINS. Sociedades Civis. Isenção (art. 6º, Lei Complementar no 70/91. Decreto-Lei nº 2.397/87 (art. 1º). [...] As sociedades civis de prestação de serviços profissionais relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada, registradas no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e constituídas exclusivamente por pessoas físicas domiciliadas no País, gozam de isenção da COFINS. [...]" ([REsp 227939](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27227939%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SC, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA

TURMA, julgado em 19/10/2000, DJ 12/03/2001, p. 97)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200343847&dt_publicacao=30/09/2002) | [422342](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200343847&dt_publicacao=30/09/2002) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200343847&dt_publicacao=30/09/2002) | [2002/0034384-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200343847&dt_publicacao=30/09/2002) | [Decisão:15/08/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200343847&dt_publicacao=30/09/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/09/2002 | PG:00199 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00096 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00168 | PG:00633 |
| [AgRg no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900714482&dt_publicacao=09/09/2002) | [226386](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900714482&dt_publicacao=09/09/2002) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900714482&dt_publicacao=09/09/2002) | [1999/0071448-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900714482&dt_publicacao=09/09/2002) | [Decisão:13/08/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900714482&dt_publicacao=09/09/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/09/2002 | PG:00185 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00090 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00168 | PG:00627 |
| [AgRg no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200351481&dt_publicacao=09/09/2002) | [422741](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200351481&dt_publicacao=09/09/2002) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200351481&dt_publicacao=09/09/2002) | [2002/0035148-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200351481&dt_publicacao=09/09/2002) | [Decisão:18/06/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200351481&dt_publicacao=09/09/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/09/2002 | PG:00176 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00100 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00168 | PG:00637 |
| [REsp 221710 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900591879&dt_publicacao=18/02/2002) | |  | [1999/0059187-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900591879&dt_publicacao=18/02/2002) | [Decisão:04/10/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900591879&dt_publicacao=18/02/2002) |
| **DJ** | |  | DATA:18/02/2002 | PG:00288 |
| **RDDT** | |  | VOL.:00079 | PG:00163 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00021 | PG:00110 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00168 | PG:00649 |
| [AgRg no REsp 297461](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001437712&dt_publicacao=03/09/2001) | | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001437712&dt_publicacao=03/09/2001) | [2000/0143771-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001437712&dt_publicacao=03/09/2001) | [Decisão:03/04/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001437712&dt_publicacao=03/09/2001) |
| **DJ** | |  | DATA:03/09/2001 | PG:00153 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00021 | PG:00093 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00168 | PG:00630 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000529613&dt_publicacao=26/03/2001) | [260960](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000529613&dt_publicacao=26/03/2001) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000529613&dt_publicacao=26/03/2001) | [2000/0052961-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000529613&dt_publicacao=26/03/2001) | [Decisão:13/02/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000529613&dt_publicacao=26/03/2001) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/03/2001 | PG:00378 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00189 | PG:00459 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00121 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00168 | PG:00661 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900762398&dt_publicacao=12/03/2001) | [227939](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900762398&dt_publicacao=12/03/2001) | [SC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900762398&dt_publicacao=12/03/2001) | [1999/0076239-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900762398&dt_publicacao=12/03/2001) | [Decisão:19/10/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900762398&dt_publicacao=12/03/2001) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/03/2001 | PG:00097 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00114 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00168 | PG:00653 |

# SÚMULA 277

# DIREITO CIVIL - INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE

## Enunciado:

Julgada procedente a investigação de paternidade, os alimentos são devidos a partir da citação.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:005478 ANO:1968 ART:00013 PAR:00002

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

14/05/2003

## Fonte:

DJ DATA:16/06/2003 PG:00416 RSSTJ VOL.:00021 PG:00127 RT VOL.:00820 PG:00187

## Excerto dos Precedentes Originários:

"Ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos. Termo inicial da pensão alimentícia. Entendimento uniforme da Egrégia Segunda Seção do STJ. Dissídio notório. Incidência a partir da citação. [...] Os alimentos devidos em ação de investigação de paternidade, decorrentes de sentença declaratória de paternidade e condenatória de alimentos, são os definitivos, e, portanto, vige a disciplina do art. 13, § 2º, da Lei n. 5.478/68, com retroação dos efeitos à data da citação. - O art. 5º da Lei n. 883, de 21-10-1949, e o art. 7º da Lei n. 8.560, de 29-12- 1992, discorrem também sobre a fixação de alimentos provisionais, e não impedem o arbitramento de verba alimentar de natureza definitiva, na forma apregoada pela Lei de Alimentos, ainda que não baseada em prova preconstituída da filiação." ([EREsp 85685](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2785685%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 18/02/2002, DJ 24/06/2002, p. 180)

"INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. ALIMENTOS. TERMO INICIAL. DATA DA CITAÇÃO.

ORIENTAÇÃO DA SEGUNDA SEÇÃO. [...] A Segunda Seção deste Tribunal firmou orientação no sentido de que, em ação de investigação de paternidade, cumulada com alimentos, o termo inicial destes é a data da citação. [...]" ([REsp 275661](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27275661%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2001, DJ 02/04/2001, p. 299)

"[...] AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. ALIMENTOS. MARCO INICIAL. CITAÇÃO. [...] Os

alimentos, na ação de investigação de paternidade, têm como termo inicial a data da citação do réu. [...]" ([REsp 240954](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27240954%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 14/03/2000, DJ 15/05/2000, p. 168)

"INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. CUMULAÇÃO COM PEDIDO DE ALIMENTOS. TERMO 'A QUO'

DA PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA. [...] Segundo assentou a Eg. Segunda Seção, em ação de investigação de paternidade cumulada com pedido de alimentos, o termo inicial destes é a data da citação (EResp nº 152.895-PR). [...]" ([REsp 174732](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27174732%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RO, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA

TURMA, julgado em 08/02/2000, DJ 04/09/2000, p. 157)

"[...] DIREITO DE FAMÍLIA. INVESTIGAÇÃO DA PATERNIDADE CUMULADA COM ALIMENTOS.

TERMO INICIAL DESTES. [...] Na ação de investigação de paternidade cumulada com postulação de alimentos, estes são devidos a partir da citação. [...]" ([REsp 224783](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27224783%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 16/12/1999, DJ 02/05/2000, p. 146)

"INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. [...] Alimentos. Data inicial. [...] Os alimentos concedidos na sentença de procedência de ação de investigação de paternidade são devidos a partir da citação inicial. Orientação adotada pela 2ª Seção no julgamento do EREsp nº 152.895/PR. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27226686%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [226686](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27226686%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 16/12/1999, DJ

10/04/2000, p. 95)

"[...] ALIMENTOS. TERMO INICIAL NA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. Na ação de

investigação de paternidade, os alimentos são devidos a partir da citação. Precedente da Egrégia 2ª Seção (EREsp nº 152.895, PR). [...]" ([REsp 211902](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27211902%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, TERCEIRA

TURMA, julgado em 14/12/1999, DJ 14/02/2000, p. 30)

"Alimentos - Investigação de Paternidade - Termo inicial. Os alimentos são devidos a partir da citação." ([REsp 218119](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27218119%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/12/1999, DJ 24/04/2000, p. 52)

"Investigação de paternidade cumulada com alimentos. Termo inicial dos alimentos. [...] Na forma do paradigma da Terceira Turma, 'em ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos o termo inicial destes é a data da citação, com apoio no artigo 13, § 2º, da Lei nº 5.478/68, que comanda tal orientação em qualquer caso'. [...]" ([EREsp 152895](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27152895%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/12/1999, DJ 22/05/2000, p. 64)

"AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE CUMULADA COM ALIMENTOS [...] FIXAÇÃO DO TERMO INICIAL DA PENSÃO ALIMENTÍCIA A PARTIR DA CITAÇÃO. [...] RECONHECIDA A PATERNIDADE, A OBRIGAÇÃO DE ALIMENTAR, EM CARÁTER DEFINITIVO, EXSURGE, DE FORMA INCONTESTE, DESDE O MOMENTO EM QUE EXERCIDO AQUELE DIREITO, COM O PEDIDO DE CONSTRIÇÃO JUDICIAL, QUAL SEJA, QUANDO DA INSTAURAÇÃO DA RELAÇÃO PROCESSUAL VÁLIDA, QUE SE DÁ COM A CITAÇÃO. [...]" ([REsp 78563](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2778563%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/11/1996, DJ 16/12/1996, p. 50865)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700660729&dt_publicacao=24/06/2002) | [85685](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700660729&dt_publicacao=24/06/2002) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700660729&dt_publicacao=24/06/2002) | [1997/0066072-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700660729&dt_publicacao=24/06/2002) | [Decisão:18/02/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700660729&dt_publicacao=24/06/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/06/2002 | PG:00180 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00131 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000891487&dt_publicacao=02/04/2001) | [275661](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000891487&dt_publicacao=02/04/2001) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000891487&dt_publicacao=02/04/2001) | [2000/0089148-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000891487&dt_publicacao=02/04/2001) | [Decisão:06/02/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000891487&dt_publicacao=02/04/2001) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/04/2001 | PG:00299 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00176 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00169 | PG:00662 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901106540&dt_publicacao=15/05/2000) | [240954](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901106540&dt_publicacao=15/05/2000) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901106540&dt_publicacao=15/05/2000) | [1999/0110654-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901106540&dt_publicacao=15/05/2000) | [Decisão:14/03/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901106540&dt_publicacao=15/05/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/05/2000 | PG:00168 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00172 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00169 | PG:00658 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800375392&dt_publicacao=04/09/2000) | [174732](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800375392&dt_publicacao=04/09/2000) | [RO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800375392&dt_publicacao=04/09/2000) | [1998/0037539-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800375392&dt_publicacao=04/09/2000) | [Decisão:08/02/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800375392&dt_publicacao=04/09/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/09/2000 | PG:00157 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00154 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00169 | PG:00639 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900675231&dt_publicacao=02/05/2000) | [224783](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900675231&dt_publicacao=02/05/2000) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900675231&dt_publicacao=02/05/2000) | [1999/0067523-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900675231&dt_publicacao=02/05/2000) | [Decisão:16/12/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900675231&dt_publicacao=02/05/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/05/2000 | PG:00146 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00163 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00169 | PG:00648 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900718429&dt_publicacao=10/04/2000) | [226686](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900718429&dt_publicacao=10/04/2000) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900718429&dt_publicacao=10/04/2000) | [1999/0071842-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900718429&dt_publicacao=10/04/2000) | [Decisão:16/12/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900718429&dt_publicacao=10/04/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/04/2000 | PG:00095 |
| **RMP** |  |  | VOL.:00022 | PG:00504 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00166 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00169 | PG:00651 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900382471&dt_publicacao=14/02/2000) | [211902](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900382471&dt_publicacao=14/02/2000) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900382471&dt_publicacao=14/02/2000) | [1999/0038247-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900382471&dt_publicacao=14/02/2000) | [Decisão:14/12/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900382471&dt_publicacao=14/02/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/02/2000 | PG:00030 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00157 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00169 | PG:00642 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900493273&dt_publicacao=24/04/2000) | [218119](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900493273&dt_publicacao=24/04/2000) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900493273&dt_publicacao=24/04/2000) | [1999/0049327-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900493273&dt_publicacao=24/04/2000) | [Decisão:14/12/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900493273&dt_publicacao=24/04/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/04/2000 | PG:00052 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00160 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00169 | PG:00646 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800714456&dt_publicacao=22/05/2000) | [152895](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800714456&dt_publicacao=22/05/2000) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800714456&dt_publicacao=22/05/2000) | [1998/0071445-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800714456&dt_publicacao=22/05/2000) | [Decisão:13/12/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800714456&dt_publicacao=22/05/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/05/2000 | PG:00064 |
| **RBDF** |  |  | VOL.:00006 | PG:00081 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00139 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00136 | PG:00201 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500568861&dt_publicacao=16/12/1996) | [78563](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500568861&dt_publicacao=16/12/1996) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500568861&dt_publicacao=16/12/1996) | [1995/0056886-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500568861&dt_publicacao=16/12/1996) | [Decisão:05/11/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500568861&dt_publicacao=16/12/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/12/1996 | PG:50865 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00146 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00169 | PG:00631 |

# SÚMULA 278

# DIREITO CIVIL - CONTRATO DE SEGURO

## Enunciado:

O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL ART:00178 PAR:00006 INC:00002

LEG:FED SUM:000101

\*\*\*\*\* SUM(STJ) SUMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

LEG:FED SUM:000229

\*\*\*\*\* SUM(STJ) SUMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

14/05/2003

## Fonte:

DJ DATA:16/06/2003 PG:00416 RSSTJ VOL.:00021 PG:00181 RT VOL.:00820 PG:00187

## Excerto dos Precedentes Originários:

"Seguro. Ação de cobrança. Prescrição. [...] O termo inicial do prazo é a data da ciência inequívoca da incapacidade, no caso, a data da aposentadoria, suspenso entre a data da comunicação do sinistro à seguradora e a resposta negativa ao segurado. [...]" ([REsp 309804](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27309804%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/12/2001, DJ 25/03/2002,

p. 276)

"[...] SEGURO. ACIDENTE NO TRABALHO. TERMO A QUO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA. PERÍCIA. [...] Na

ação que envolve contrato de seguro, segundo entendimento do Tribunal, o termo a quo não é a data do acidente, mas aquela em que o segurado teve ciência inequívoca da sua invalidez e da extensão da incapacidade de que restou acometido. [...]" ([AgRg no REsp 329479](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27329479%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2001, DJ 04/02/2002, p. 393)

"[...] Ação de cobrança de indenização securitária por invalidez permanente. Prazo prescricional. Termo a quo. [...] O termo a quo para contagem do prazo prescricional de ação de segurado contra seguradora deve ser o momento em que o segurado obteve ciência inequívoca de estar acometido de moléstia incapacitante." ([REsp 310896](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27310896%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/05/2001, DJ 11/06/2001, p. 210)

"[...] BENEFICIÁRIO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS EM GRUPO E INDIVIDUAIS - PRESCRIÇÃO ÂNUA - ARTIGO 178, § 6º, II, DO CC E SÚMULA 101/STJ - TERMO A QUO DE

CONTAGEM DO PRAZO - SÚMULA 229/STJ. [...] Segundo o disposto no artigo 178, § 6º, II, do CC e enunciado da Súmula 101, desta Corte, a ação de indenização do segurado contra a seguradora prescreve em um ano. II - O prazo prescricional da ação do segurado contra o segurador, para haver reparação por incapacidade, começa a fluir a partir de quando aquele toma ciência inequívoca da referida incapacidade. III - Pacífico no âmbito desta Corte o entendimento segundo o qual não flui o prazo de prescrição ânua enquanto a seguradora não dá efetiva ciência ao segurado do indeferimento do seu pedido de indenização (Súmula 229/STJ). [...]" ([REsp 220080](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27220080%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/04/2000, DJ 29/05/2000, p. 150)

"SEGURO. Acidente no trabalho. Prescrição. Termo a quo. O prazo prescricional somente começa a fluir depois que o segurado tem ciência inequívoca da sua incapacidade, extensão e causa vinculada ao emprego. Resultado de exame que não esclarece suficientemente sobre a incapacidade, grau, natureza e origem. Negado pela ré qualquer efeito aos documentos apresentados pelo autor sobre a prova da sua incapacidade, requerendo, por isso, a produção de prova pericial, não pode ser a data daqueles exames considerada como de ciência inequívoca da incapacidade do operário. [...]" ([REsp 228772](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27228772%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 09/11/1999, DJ 14/02/2000, p. 42)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100294278&dt_publicacao=25/03/2002) | [309804](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100294278&dt_publicacao=25/03/2002) | | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100294278&dt_publicacao=25/03/2002) | [2001/0029427-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100294278&dt_publicacao=25/03/2002) | | [Decisão:06/12/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100294278&dt_publicacao=25/03/2002) |
| **DJ** |  | |  | DATA:25/03/2002 | | PG:00276 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00021 | | PG:00197 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00169 | | PG:00682 |
| [AgRg no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100736199&dt_publicacao=04/02/2002) | | [329479](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100736199&dt_publicacao=04/02/2002) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100736199&dt_publicacao=04/02/2002) | [2001/0073619-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100736199&dt_publicacao=04/02/2002) | [Decisão:09/10/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100736199&dt_publicacao=04/02/2002) |
| **DJ** |  | |  | DATA:04/02/2002 | | PG:00393 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00021 | | PG:00185 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100310664&dt_publicacao=11/06/2001) | [310896](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100310664&dt_publicacao=11/06/2001) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100310664&dt_publicacao=11/06/2001) | [2001/0031066-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100310664&dt_publicacao=11/06/2001) | | [Decisão:17/05/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100310664&dt_publicacao=11/06/2001) |
| **DJ** |  | |  | DATA:11/06/2001 | | PG:00210 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00021 | | PG:00200 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00169 | | PG:00685 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900553896&dt_publicacao=29/05/2000) | [220080](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900553896&dt_publicacao=29/05/2000) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900553896&dt_publicacao=29/05/2000) | [1999/0055389-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900553896&dt_publicacao=29/05/2000) | | [Decisão:11/04/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900553896&dt_publicacao=29/05/2000) |
| **DJ** |  | |  | DATA:29/05/2000 | | PG:00150 |
| **LEXSTJ** |  | |  | VOL.:00134 | | PG:00210 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00021 | | PG:00188 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00169 | | PG:00672 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900791495&dt_publicacao=14/02/2000) | [228772](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900791495&dt_publicacao=14/02/2000) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900791495&dt_publicacao=14/02/2000) | [1999/0079149-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900791495&dt_publicacao=14/02/2000) | [Decisão:09/11/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900791495&dt_publicacao=14/02/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/02/2000 | PG:00042 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00193 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00169 | PG:00677 |

# SÚMULA 279

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO

## Enunciado:

É cabível execução por título extrajudicial contra a Fazenda Pública.

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

21/05/2003

## Fonte:

DJ DATA:16/06/2003 PG:00415 RSSTJ VOL.:00021 PG:00205 RSTJ VOL.:00169 PG:00691

RT VOL.:00820 PG:00188

## Excerto dos Precedentes Originários:

"EXECUÇÃO. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. HONORÁRIOS DE PERITO EM PROCESSO CRIME. FAZENDA

PÚBLICA. Em sendo o Ministério Público órgão integrante do Estado, sua atuação vincula o erário, sujeitando a Fazenda Pública à execução por título extrajudicial, representado por certidão relativa aos honorários de perito arbitrados em processo crime promovido pelo Parquet estadual. [...]" ([AgRg no REsp 199343](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27199343%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/09/2001, DJ 08/10/2001, p. 210)

"[...] EXECUÇÃO FISCAL. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EMBARGOS À

EXECUÇÃO IMPROCEDENTES. EXECUÇÃO DEFINITIVA. É definitiva a execução de decisão que julgou improcedentes os respectivos embargos, ainda que sujeita a apelação. Uma vez iniciada a execução por título extrajudicial (certidão de dívida ativa da Fazenda Pública do Estado do Rio Grande do Sul), será definitiva, caráter que não é modificado pela oposição de embargos do devedor, tampouco pela interposição de recurso contra sentença que julgar improcedentes os embargos. O título extrajudicial goza de executoriedade, além de certeza, liqüidez e exigibilidade. Improcedentes os embargos, tais características são reforçadas, devendo a execução seguir, mesmo ante a interposição de recurso com efeito apenas devolutivo. [...]" ([REsp 188864](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27188864%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/08/2001, DJ 24/09/2001, p. 264)

"[...] EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA - TÍTULO EXTRAJUDICIAL - POSSIBILIDADE.

Admite-se, pelo sistema processual vigente, a execução contra a Fazenda Pública fundada em título executivo extrajudicial. [...]" ([AgRg no REsp 255161](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27255161%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2000, DJ 11/09/2000, p. 247)

"[...] Execução Contra a Fazenda Pública. Título Extrajudicial. CPC, artigos 458, I, 535, I e II e 730. [...] É possível a execução, fundada em título extrajudicial, contra a Fazenda Pública (REsp. 42.774/SP - Rel. Min. Costa Leite e 79.222/RS - Rel. Min. Nilson Naves). [...]" ([REsp 193896](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27193896%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/03/2000, DJ 12/06/2000, p. 79)

"LOCAÇÃO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. [...] É possível a

execução contra a Fazenda Pública, por quantia certa, com amparo em título extrajudicial. [...]" ([REsp 212689](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27212689%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2000, DJ 17/04/2000, p. 78)

"[...] EXECUÇÃO - TÍTULO EXTRAJUDICIAL - FAZENDA PÚBLICA - POSSIBILIDADE. [...] É possível a

execução contra a Fazenda Pública com base em título extrajudicial. [...]" ([REsp 171228](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27171228%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/05/1999, DJ 01/07/1999, p. 125)

"[...] EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA [...] TÍTULO EXTRAJUDICIAL - POSSIBILIDADE. [...]

Nosso ordenamento jurídico admite execução contra a Fazenda Pública, aparelhada em título extrajudicial, observando-se o rito descrito pelo Art. 730 do Código de Processo Civil." ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27181353%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [181353](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27181353%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em

20/05/1999, DJ 21/06/1999, p. 81)

"EXECUÇÃO - FAZENDA PÚBLICA - TÍTULO EXTRAJUDICIAL - POSSIBILIDADE. As requisições de

passagens aéreas, acompanhadas de notas de empenho, são títulos executivos extrajudiciais. O legislador permite a execução contra a Fazenda Pública por título extrajudicial. [...]" ([REsp 203962](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27203962%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) AC, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/1999, DJ 21/06/1999, p. 96)

"[...] EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA FAZENDA PÚBLICA. CABIMENTO. [...] A

execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, prevista no art. 730, do CPC, pode ser fundada em título executivo extrajudicial. [...]" ([REsp 193876](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27193876%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 04/03/1999, DJ 12/04/1999, p. 213)

"EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PODE FUNDAR-SE EM TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. [...]" ([REsp 79222](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2779222%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA

TURMA, julgado em 25/11/1996, DJ 03/03/1997, p. 4640)

"[...] FAZENDA PÚBLICA - EXECUÇÃO - TÍTULO EXTRAJUDICIAL. - A EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA OBEDECE O PROCEDIMENTO DO ART. 730, CPC E SEGUINTES. A EXIGENCIA DO ART. 100, CF/1988, IMPONDO, PARA EXPEDIR PRECATORIO, SENTENÇA JUDICIÁRIA, NÃO INTERFERE NA CONCLUSÃO. O ESTADO PODE EFETUAR PAGAMENTO, INDEPENDENTE DE PRECATÓRIO: VENCIMENTOS DE SERVIDORES, OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONTRATO PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS. TAMBÉM PAGAMENTO DE ALUGUERES. IMPÕE-SE DISTINGUIR: O PRECATÓRIO DEVE SER PRECEDIDO DE 'SENTENÇA JUDICIÁRIA'. ESTA É PRESSUPOSTO. NÃO EXCLUI, ENTRETANTO, A EXECUÇÃO POR TÍTULO EXECUTÓRIO EXTRAJUDICIAL. DEVER-SE-A ENTENDER TELEOLOGICAMENTE OS DISPOSITIVOS LEGAIS. CONFERE-SE, POIS, EQUILÍBRIO AOS INTERESSES DO PARTICULAR E DO ESTADO. EXTREMO FORMALISMO RECLAMAR PROCESSO DE CONHECIMENTO PARA CONFERIR O TÍTULO EXECUTÓRIO EXTRAJUDICIAL. ENTENDA-SE, PARA EFEITO DO ART. 100, CF/1988 - SENTENÇA JUDICIÁRIA - COMO - VERIFICAÇÃO JUDICIAL DO DÉBITO RECLAMADO. ACONTECE, NO PROCESSO EXECUTÓRIO, HAJA, OU NÃO EMBARGOS DO DEVEDOR." ([REsp 98104](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2798104%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEXTA TURMA, julgado em 15/10/1996, DJ 16/12/1996, p. 50992)

"EXECUÇÃO. FAZENDA PÚBLICA. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. A EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA PODE FUNDAR-SE EM TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. [...]" ([REsp 42774](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2742774%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/08/1994, DJ 19/09/1994, p. 24692)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800976779&dt_publicacao=08/10/2001) | | [199343](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800976779&dt_publicacao=08/10/2001) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800976779&dt_publicacao=08/10/2001) | [1998/0097677-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800976779&dt_publicacao=08/10/2001) | [Decisão:11/09/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800976779&dt_publicacao=08/10/2001) |
| **DJ** | | | |  | DATA:08/10/2001 | PG:00210 |
| **RSSTJ** | | | |  | VOL.:00021 | PG:00209 |
| **RSTJ** | | | |  | VOL.:00169 | PG:00693 |
| [REsp 188864 RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800687939&dt_publicacao=24/09/2001) | | | |  | [1998/0068793-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800687939&dt_publicacao=24/09/2001) | [Decisão:02/08/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800687939&dt_publicacao=24/09/2001) |
| **DJ** | | | |  | DATA:24/09/2001 | PG:00264 |
| **RSSTJ** | | | |  | VOL.:00021 | PG:00231 |
| **RSTJ** | | | |  | VOL.:00149 | PG:00208 |
| **RSTJ** | | | |  | VOL.:00169 | PG:00716 |
| [AgRg no REsp 255161](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000366153&dt_publicacao=11/09/2000) | | | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000366153&dt_publicacao=11/09/2000) | [2000/0036615-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000366153&dt_publicacao=11/09/2000) | [Decisão:15/08/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000366153&dt_publicacao=11/09/2000) |
| **DJ** |  | |  | DATA:11/09/2000 | | PG:00247 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00021 | | PG:00214 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00169 | | PG:00698 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800814280&dt_publicacao=12/06/2000) | [193896](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800814280&dt_publicacao=12/06/2000) | | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800814280&dt_publicacao=12/06/2000) | [1998/0081428-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800814280&dt_publicacao=12/06/2000) | | [Decisão:23/03/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800814280&dt_publicacao=12/06/2000) |
| **DJ** |  | |  | DATA:12/06/2000 | | PG:00079 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00021 | | PG:00243 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00169 | | PG:00732 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900394755&dt_publicacao=17/04/2000) | [212689](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900394755&dt_publicacao=17/04/2000) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900394755&dt_publicacao=17/04/2000) | [1999/0039475-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900394755&dt_publicacao=17/04/2000) | [Decisão:21/03/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900394755&dt_publicacao=17/04/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/04/2000 | PG:00078 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00016 | PG:00394 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00251 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00169 | PG:00740 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800259490&dt_publicacao=01/07/1999) | [171228](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800259490&dt_publicacao=01/07/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800259490&dt_publicacao=01/07/1999) | [1998/0025949-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800259490&dt_publicacao=01/07/1999) | [Decisão:25/05/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800259490&dt_publicacao=01/07/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/07/1999 | PG:00125 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00225 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00169 | PG:00709 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800499423&dt_publicacao=21/06/1999) | [181353](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800499423&dt_publicacao=21/06/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800499423&dt_publicacao=21/06/1999) | [1998/0049942-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800499423&dt_publicacao=21/06/1999) | [Decisão:20/05/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800499423&dt_publicacao=21/06/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/06/1999 | PG:00081 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00227 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00169 | PG:00712 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900132467&dt_publicacao=21/06/1999) | [203962](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900132467&dt_publicacao=21/06/1999) | [AC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900132467&dt_publicacao=21/06/1999) | [1999/0013246-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900132467&dt_publicacao=21/06/1999) | [Decisão:06/05/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900132467&dt_publicacao=21/06/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:21/06/1999 | PG:00096 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00248 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00169 | PG:00737 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800813888&dt_publicacao=12/04/1999) | [193876](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800813888&dt_publicacao=12/04/1999) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800813888&dt_publicacao=12/04/1999) | [1998/0081388-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800813888&dt_publicacao=12/04/1999) | [Decisão:04/03/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800813888&dt_publicacao=12/04/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/04/1999 | PG:00213 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00006 | PG:00441 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00238 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00169 | PG:00723 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500581744&dt_publicacao=03/03/1997) | [79222](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500581744&dt_publicacao=03/03/1997) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500581744&dt_publicacao=03/03/1997) | [1995/0058174-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500581744&dt_publicacao=03/03/1997) | [Decisão:25/11/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500581744&dt_publicacao=03/03/1997) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/03/1997 | PG:04640 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00219 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00169 | PG:00703 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00095 | PG:00259 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600369658&dt_publicacao=16/12/1996) | [98104](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600369658&dt_publicacao=16/12/1996) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600369658&dt_publicacao=16/12/1996) | [1996/0036965-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600369658&dt_publicacao=16/12/1996) | [Decisão:15/10/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600369658&dt_publicacao=16/12/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/12/1996 | PG:50992 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00221 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00169 | PG:00706 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400011750&dt_publicacao=19/09/1994) | [42774](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400011750&dt_publicacao=19/09/1994) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400011750&dt_publicacao=19/09/1994) | [1994/0001175-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400011750&dt_publicacao=19/09/1994) | [Decisão:09/08/1994](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400011750&dt_publicacao=19/09/1994) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/09/1994 | PG:24692 |
| **LEXJTACSP** | | VOL.:00156 | | PG:00475 |
| **RSSTJ** | | VOL.:00021 | | PG:00216 |
| **RSTJ** | | VOL.:00169 | | PG:00700 |
| **RSTJ** | | VOL.:00063 | | PG:00435 |

# SÚMULA 280

# DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA

## Enunciado:

O art. 35 do Decreto-Lei n° 7.661, de 1945, que estabelece a prisão administrativa, foi revogado pelos incisos LXI e LXVII do art. 5° da Constituição Federal de 1988.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ART:00005 INC:00061 INC:00067

LEG:FED DEL:007661 ANO:1945

\*\*\*\*\* LF-45 LEI DE FALENCIA ART:00035

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

10/12/2003

## Fonte:

DJ DATA:17/12/2003 PG:00210 RSSTJ VOL.:00021 PG:00255 RT VOL.:00821 PG:00171

## Excerto dos Precedentes Originários:

"HABEAS CORPUS. Falência. Prisão civil. Não subsiste a prisão administrativa prevista no art. 35 da L.F. [...]" ([HC 26196](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2726196%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 25/03/2003, DJ 14/04/2003, p. 224)

"PRISÃO CIVIL. Comerciante. Falência. Inadmissibilidade. É incabível a prisão civil de administrador de empresa, por descumprimento do art. 34 da LF. [...]" ([HC 21316](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2721316%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 11/02/2003, DJ 31/03/2003, p. 225)

"CIVIL. HABEAS CORPUS. FALÊNCIA. DEVERES DO FALIDO. DECRETO-LEI N. 7.661/45, ARTS. 34 E

35. DESOBEDIÊNCIA. PRISÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. CONCESSÃO DA ORDEM. [...] A

jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal já firmou que a prisão administrativa prevista no art. 35 da Lei de Falências não subsiste, porque em confronto com a disposição constante do art. 5º, LXVII, da Constituição Federal. [...]" ([HC 26184](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2726184%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 11/02/2003, DJ 31/03/2003, p. 225)

"Constitucional e Comercial. Habeas Corpus. Falência. Prisão administrativa. [...] A prisão administrativa prevista no art. 35 da Lei de Falências não subsiste, porque em desacordo com os incisos LXI e LXVII do art. 5º da Constituição Federal. [...]" ([HC 22779](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2722779%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/11/2002, DJ 16/12/2002, p. 307)

"Habeas corpus. Falência. Prisão administrativa. [...] A prisão administrativa prevista no art. 35 da Lei de Falências não subsiste, porque em desacordo com os incisos LXI e LXVII do art. 5º da Constituição Federal. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal. [...]" ([HC 19308](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2719308%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/03/2002, DJ 15/04/2002, p. 215)

"CIVIL. HABEAS CORPUS. FALÊNCIA. DEVERES DO FALIDO. DECRETO-LEI N. 7.661/45, ARTS. 34 E

35. DESOBEDIÊNCIA. PRISÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. CONCESSÃO DA ORDEM. [...] A

jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal já firmou que a prisão administrativa prevista no art. 35 da Lei de Falências não subsiste, porque em confronto com a disposição constante do art. 5º, LXVII, da Constituição Federal. [...]" ([HC 19745](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27HC%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2719745%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 05/03/2002, DJ 29/04/2002, p. 245)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201764941&dt_publicacao=14/04/2003) | [26196](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201764941&dt_publicacao=14/04/2003) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201764941&dt_publicacao=14/04/2003) | [2002/0176494-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201764941&dt_publicacao=14/04/2003) | [Decisão:25/03/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201764941&dt_publicacao=14/04/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:14/04/2003 | PG:00224 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00276 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00173 | PG:00506 |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200330352&dt_publicacao=31/03/2003) | [21316](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200330352&dt_publicacao=31/03/2003) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200330352&dt_publicacao=31/03/2003) | [2002/0033035-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200330352&dt_publicacao=31/03/2003) | [Decisão:11/02/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200330352&dt_publicacao=31/03/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:31/03/2003 | PG:00225 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00266 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00173 | PG:00496 |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201764269&dt_publicacao=31/03/2003) | [26184](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201764269&dt_publicacao=31/03/2003) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201764269&dt_publicacao=31/03/2003) | [2002/0176426-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201764269&dt_publicacao=31/03/2003) | [Decisão:11/02/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201764269&dt_publicacao=31/03/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:31/03/2003 | PG:00225 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00273 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00173 | PG:00503 |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200668396&dt_publicacao=16/12/2002) | [22779](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200668396&dt_publicacao=16/12/2002) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200668396&dt_publicacao=16/12/2002) | [2002/0066839-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200668396&dt_publicacao=16/12/2002) | [Decisão:08/11/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200668396&dt_publicacao=16/12/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/12/2002 | PG:00307 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00269 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00173 | PG:00499 |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101642899&dt_publicacao=15/04/2002) | [19308](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101642899&dt_publicacao=15/04/2002) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101642899&dt_publicacao=15/04/2002) | [2001/0164289-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101642899&dt_publicacao=15/04/2002) | [Decisão:19/03/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101642899&dt_publicacao=15/04/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/04/2002 | PG:00215 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00259 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00154 | PG:00230 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00173 | PG:00489 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [HC](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101914010&dt_publicacao=29/04/2002) | [19745](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101914010&dt_publicacao=29/04/2002) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101914010&dt_publicacao=29/04/2002) | [2001/0191401-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101914010&dt_publicacao=29/04/2002) | [Decisão:05/03/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101914010&dt_publicacao=29/04/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/04/2002 | PG:00245 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00263 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00173 | PG:00493 |

# SÚMULA 281

# DIREITO CIVIL - DANO MORAL

## Enunciado:

A indenização por dano moral não está sujeita à tarifação prevista na Lei de Imprensa.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL DE 1916 ART:00159

LEG:FED LEI:005250 ANO:1967

\*\*\*\*\* LI-67 LEI DE IMPRENSA ART:00049

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

28/04/2004

## Fonte:

DJ DATA:13/05/2004 PG:00200 RSSTJ VOL.:00021 PG:00281 RSTJ VOL.:00177 PG:00021

RT VOL.:00824 PG:00150

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. NOTÍCIA OFENSIVA PUBLICADA EM JORNAL DE SINDICATO

PROFISSIONAL. DANO MORAL. VALOR. RAZOABILIDADE. [...] Valor da indenização fixado em parâmetro razoável, pelo que indevidos os pedidos tanto de elevação, como de redução. IV. A tarifação prevista na Lei de Imprensa não mais prevalece após o advento da Constituição Federal de 1988. [...]" ([REsp 453703](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27453703%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MT, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA,

julgado em 21/10/2003, DJ 01/12/2003, p. 359)

"RESPONSABILIDADE CIVIL. LEI DE IMPRENSA. NOTÍCIA JORNALÍSTICA. REVISTA VEJA. ABUSO DO DIREITO DE NARRAR. [...] DANO MORAL. RESPONSABILIDADE TARIFADA. INAPLICABILIDADE. NÃO-RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988. [...] A responsabilidade

tarifada da Lei de Imprensa não foi recepcionada pela Constituição de 1988, não se podendo admitir, no tema, a interpretação da lei conforme a Constituição. [...]" ([REsp 513057](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27513057%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 18/09/2003, DJ 19/12/2003, p. 484)

"RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. OFENSA VEICULADA PELA IMPRENSA. LIMITAÇÃO ESTABELECIDA NA LEI Nº 5.250, DE 9.2.1967. NÃO-RECEPÇÃO PELA CARTA POLÍTICA DE 1.988.

[...] A limitação estabelecida pela Lei de Imprensa quanto ao montante da indenização não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988. Admissibilidade da fixação do quantum indenizatório acima dos limites ali previstos. [...]" ([REsp 213188](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27213188%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 21/05/2002, DJ 12/08/2002, p. 214)

"[...] Danos morais. Lei de imprensa. Quantum indenizatório. [...] A indenização por dano moral objetiva compensar a dor moral sofrida pela vítima, punir o ofensor e desestimular este e outros membros da sociedade a cometerem atos dessa natureza. [...] III - Conforme jurisprudência desta Corte, com o advento da Constituição de 1988 não prevalece a tarifação da indenização devida por danos morais. [...]" ([REsp 168945](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27168945%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, TERCEIRA

TURMA, julgado em 06/09/2001, DJ 08/10/2001, p. 210)

"[...] Danos Morais. Indenização. Lei de imprensa. Tarifação. Inaplicabilidade. [...] Hipótese em que as matérias jornalísticas atacam a pessoa do magistrado, e não os atos por ele praticados no exercício da judicatura, de forma a restar descaracterizada a 'crítica inspirada no interesse público' (art. 27, VIII, da Lei de Imprensa). A fixação do valor da indenização por danos morais não está sujeita ao tarifamento positivado na Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/67)" ([AgRg no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27323856%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [323856](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27323856%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/08/2001, DJ

27/08/2001, p. 333)

"[...] OFENSA À HONRA. MATÉRIA VEICULADA EM TELEVISÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA DO ENTREVISTADO. INDENIZAÇÃO. NÃO TARIFADA. QUANTIFICAÇÃO. [...] A Constituição de 1988

afastou, para a fixação do valor da reparação do dano moral, as regras referentes aos limites tarifados previstas pela Lei de Imprensa, sobretudo quando, como no caso, as instâncias ordinárias constataram soberana e categoricamente o caráter insidioso da matéria de que decorreu a ofensa. [...]" ([REsp 169867](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27169867%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 05/12/2000, DJ 19/03/2001, p. 112)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200872146&dt_publicacao=01/12/2003) | [453703](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200872146&dt_publicacao=01/12/2003) | [MT](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200872146&dt_publicacao=01/12/2003) | [2002/0087214-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200872146&dt_publicacao=01/12/2003) | [Decisão:21/10/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200872146&dt_publicacao=01/12/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/12/2003 | PG:00359 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00309 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00048 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300475238&dt_publicacao=19/12/2003) | [513057](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300475238&dt_publicacao=19/12/2003) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300475238&dt_publicacao=19/12/2003) | [2003/0047523-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300475238&dt_publicacao=19/12/2003) | [Decisão:18/09/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300475238&dt_publicacao=19/12/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/12/2003 | PG:00484 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00314 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00052 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900401905&dt_publicacao=12/08/2002) | [213188](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900401905&dt_publicacao=12/08/2002) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900401905&dt_publicacao=12/08/2002) | [1999/0040190-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900401905&dt_publicacao=12/08/2002) | [Decisão:21/05/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900401905&dt_publicacao=12/08/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/08/2002 | PG:00214 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00301 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00040 |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800221050&dt_publicacao=08/10/2001) | [168945](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800221050&dt_publicacao=08/10/2001) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800221050&dt_publicacao=08/10/2001) | [1998/0022105-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800221050&dt_publicacao=08/10/2001) | | [Decisão:06/09/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800221050&dt_publicacao=08/10/2001) |
| **DJ** |  | |  | DATA:08/10/2001 | | PG:00210 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00021 | | PG:00288 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00151 | | PG:00269 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00177 | | PG:00020 |
| [AgRg no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100599081&dt_publicacao=27/08/2001) | | [323856](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100599081&dt_publicacao=27/08/2001) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100599081&dt_publicacao=27/08/2001) | [2001/0059908-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100599081&dt_publicacao=27/08/2001) | [Decisão:02/08/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100599081&dt_publicacao=27/08/2001) |
| **DJ** |  | |  | DATA:27/08/2001 | | PG:00333 |
| **RJTJRS** |  | |  | VOL.:00210 | | PG:00027 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00021 | | PG:00285 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00177 | | PG:00023 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800239421&dt_publicacao=19/03/2001) | [169867](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800239421&dt_publicacao=19/03/2001) | | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800239421&dt_publicacao=19/03/2001) | [1998/0023942-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800239421&dt_publicacao=19/03/2001) | | [Decisão:05/12/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800239421&dt_publicacao=19/03/2001) |
| **DJ** |  | |  | DATA:19/03/2001 | | PG:00112 |
| **JBCC** |  | |  | VOL.:00189 | | PG:00416 |
| **RJADCOAS** | | VOL.:00030 | | | | PG:00093 |
| **RSSTJ** | | VOL.:00021 | | | | PG:00294 |
| **RSTJ** | | VOL.:00177 | | | | PG:00032 |

# SÚMULA 282

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO MONITÓRIA

## Enunciado:

Cabe a citação por edital em ação monitória.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 ART:1102B

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

28/04/2004

## Fonte:

DJ DATA:13/05/2004 PG:00201 RSSTJ VOL.:00021 PG:00323 RSTJ VOL.:00177 PG:00063

RT VOL.:00824 PG:00150

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] PROCEDIMENTO MONITÓRIO. CITAÇÃO POR EDITAL. ADMISSIBILIDADE. [...] É possível a

citação por edital do réu em ação monitória. No caso de revelia, nomear-se-á curador especial para exercer a defesa do réu através de embargos." ([REsp 297421](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27297421%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/05/2001, DJ 12/11/2001, p. 125)

"[...] Ação monitória. Citação por Edital. Possibilidade. O procedimento monitório é uma das formas de desenvolvimento do processo de conhecimento, aplicando-se-lhe, subsidiariamente, as disposições gerais de procedimento ordinário. Assim, inexistindo no procedimento especial da monitória vedação ao emprego de citação por edital, aplicam-se-lhe as regras do procedimento ordinário para a realização de comunicação das partes." ([REsp 297413](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27297413%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2001, DJ 28/05/2001, p. 198)

"Ação monitória. Citação por edital. [...] A ação monitória é um remédio processual que substitui, de fato, a ação de cobrança, evitando o processo de conhecimento. O art. 1.102b do Código de Processo Civil não fala em mandado de citação, mas, sim, em mandado de pagamento ou de entrega da coisa no prazo de quinze dias. O que a regra jurídica deseja é que o réu, devedor, receba diretamente o mandado de pagamento. Ora, se tal não ocorre, se o réu não é encontrado, a ação monitória perde substância, não valendo, no caso, a citação ficta exatamente por esse particular aspecto. [...]" ([REsp 173591](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27173591%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/05/2000, DJ 18/09/2000, p. 85)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001469851&dt_publicacao=12/11/2001) | [297421](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001469851&dt_publicacao=12/11/2001) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001469851&dt_publicacao=12/11/2001) | [2000/0146985-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001469851&dt_publicacao=12/11/2001) | [Decisão:09/05/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001469851&dt_publicacao=12/11/2001) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/11/2001 | PG:00125 |
| **RDR** |  |  | VOL.:00024 | PG:00163 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00335 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00152 | PG:00253 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00073 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001469720&dt_publicacao=28/05/2001) | [297413](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001469720&dt_publicacao=28/05/2001) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001469720&dt_publicacao=28/05/2001) | [2000/0146972-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001469720&dt_publicacao=28/05/2001) | [Decisão:20/03/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001469720&dt_publicacao=28/05/2001) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/05/2001 | PG:00198 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00332 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00069 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800319034&dt_publicacao=18/09/2000) | [173591](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800319034&dt_publicacao=18/09/2000) | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800319034&dt_publicacao=18/09/2000) | [1998/0031903-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800319034&dt_publicacao=18/09/2000) | [Decisão:10/05/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800319034&dt_publicacao=18/09/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/09/2000 | PG:00085 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00327 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00142 | PG:00203 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00065 |

# SÚMULA 283

# DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO

## Enunciado:

As empresas administradoras de cartão de crédito são instituições financeiras e, por isso, os juros remuneratórios por elas cobrados não sofrem as limitações da Lei de Usura.

## Referências Legislativas:

LEG:FED DEC:022626 ANO:1933

\*\*\*\*\* LU-33 LEI DE USURA ART:00004

LEG:FED LEI:004595 ANO:1964 ART:00010 INC:00010

LEG:FED SUM:000596 (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL)

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

28/04/2004

## Fonte:

DJ DATA:13/05/2004 PG:00201 RSSTJ VOL.:00021 PG:00347 RSTJ VOL.:00177 PG:00087

RT VOL.:00824 PG:00150

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] Contrato bancário. Instituições financeiras. Taxa de juros. Não-limitação. Administradoras de cartão de crédito. Inclusão no conceito de instituição financeira. [...] Não se aplica o limite da taxa de juros aos contratos celebrados com as administradoras de cartão de crédito, pois que são incluídas no conceito de instituição financeira, regidas, portanto, por legislação específica que afasta a 'Lei de Usura'. [...]" ([AgRg no REsp 518639](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27518639%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/10/2003, DJ 01/12/2003, p. 353)

"CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. TAXA DE JUROS. LIMITAÇÃO. SÚMULA Nº 596-STF. [...]

As administradoras de cartões de crédito inserem-se entre as instituições financeiras regidas pela Lei nº 4.595/64. - Cuidando-se de operações realizadas por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, não se aplicam as disposições do Decreto nº 22.626/33 quanto à taxa de juros. Súmula nº 596-STF. [...]" ([REsp 337332](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27337332%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 02/09/2003, DJ 24/11/2003, p. 309)

"[...] ADMINISTRADORA DE CARTÃO DE CRÉDITO. ENQUADRAMENTO COMO INSTITUIÇÃO FINANCEIRA RECONHECIDO PELA 2ª SEÇÃO DO STJ. JUROS. LIMITAÇÃO INEXISTENTE. [...] As

administradoras de cartão de crédito inserem-se na categoria de instituição financeira. [...]" ([AgRg](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27467904%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [no Ag 467904](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27467904%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 19/08/2003, DJ 22/09/2003, p. 335)

"[...] CARTÃO DE CRÉDITO. ADMINISTRADORA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. JUROS. ININCIDÊNCIA

DA LIMITAÇÃO DA LEI DE USURA. [...] As administradoras de cartão de crédito são instituições financeiras. III. Não se limitam os juros do financiamento à Lei de Usura. [...]" ([AgRg no Ag 481127](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27481127%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 12/08/2003, DJ 22/09/2003, p. 336)

"Contrato de cartão de crédito. Juros. [...] Já assentou a Segunda Seção, vencido o relator, que as administradoras de cartão de crédito são consideradas instituições financeiras, aplicando-se a Súmula nº 596 do Supremo Tribunal Federal, válida a cláusula que as autoriza a buscar o financiamento necessário no mercado (REsp nº 450.453/RS, Relator para o acórdão o Ministro Aldir Passarinho Junior, julgado em 25/6/03). [...]" ([REsp 441932](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27441932%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/08/2003, DJ 13/10/2003, p. 360)

"[...] CARTÃO DE CRÉDITO. ADMINISTRADORA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. JUROS. LIMITAÇÃO (12% AA). LEI DE USURA (DECRETO N. 22.626/33). NÃO INCIDÊNCIA. APLICAÇÃO DA LEI N. 4.595/64. DISCIPLINAMENTO LEGISLATIVO POSTERIOR. SÚMULA N. 596-STF. [...] As

administradoras de cartões de crédito inserem-se entre as instituições financeiras regidas pela Lei

n. 4.595/64. II. Não se aplica a limitação de juros de 12% ao ano prevista na Lei de Usura aos contratos de cartão de crédito. [...]" ([REsp 450453](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27450453%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Rel. p/ Acórdão Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/06/2003, DJ 25/02/2004, p. 93)

Precedentes:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| [AgRg no REsp 518639 RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300287491&dt_publicacao=01/12/2003) | [2003/0028749-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300287491&dt_publicacao=01/12/2003) | [Decisão:29/10/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300287491&dt_publicacao=01/12/2003) |
| **DJ** | DATA:01/12/2003 | PG:00353 |
| **RNDJ** | VOL.:00052 | PG:00096 |
| **RSSTJ** | VOL.:00021 | PG:00359 |
| **RSTJ** | VOL.:00177 | PG:00097 |
| [REsp 337332 RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100958903&dt_publicacao=24/11/2003) | [2001/0095890-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100958903&dt_publicacao=24/11/2003) | [Decisão:02/09/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100958903&dt_publicacao=24/11/2003) |
| **DJ** | DATA:24/11/2003 | PG:00309 |
| **RSSTJ** | VOL.:00021 | PG:00362 |
| **RSTJ** | VOL.:00177 | PG:00100 |
| [AgRg no Ag 467904 SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201049336&dt_publicacao=22/09/2003) | [2002/0104933-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201049336&dt_publicacao=22/09/2003) | [Decisão:19/08/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201049336&dt_publicacao=22/09/2003) |
| **DJ** | DATA:22/09/2003 | PG:00335 |
| **RSSTJ** | VOL.:00021 | PG:00351 |
| **RSTJ** | VOL.:00177 | PG:00089 |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201408827&dt_publicacao=22/09/2003) | | [481127](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201408827&dt_publicacao=22/09/2003) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201408827&dt_publicacao=22/09/2003) | [2002/0140882-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201408827&dt_publicacao=22/09/2003) | [Decisão:12/08/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201408827&dt_publicacao=22/09/2003) |
| **DJ** | |  | |  | DATA:22/09/2003 | PG:00336 |
| **RSSTJ** | |  | |  | VOL.:00021 | PG:00356 |
| **RSTJ** | |  | |  | VOL.:00177 | PG:00094 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200713930&dt_publicacao=13/10/2003) | [441932](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200713930&dt_publicacao=13/10/2003) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200713930&dt_publicacao=13/10/2003) | [2002/0071393-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200713930&dt_publicacao=13/10/2003) | | [Decisão:12/08/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200713930&dt_publicacao=13/10/2003) |
| **DJ** |  | |  | DATA:13/10/2003 | | PG:00360 |
| **RJADCOAS** | | |  | VOL.:00053 | | PG:00055 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00021 | | PG:00365 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00177 | | PG:00102 |
| [REsp 450453](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200940763&dt_publicacao=25/02/2004) | | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200940763&dt_publicacao=25/02/2004) | [2002/0094076-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200940763&dt_publicacao=25/02/2004) | | [Decisão:25/06/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200940763&dt_publicacao=25/02/2004) |
| **DJ** | | |  | DATA:25/02/2004 | | PG:00093 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00021 | | PG:00371 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00177 | | PG:00108 |

# SÚMULA 284

# DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

## Enunciado:

A purga da mora, nos contratos de alienação fiduciária, só é permitida quando já pagos pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor financiado.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:008078 ANO:1990

\*\*\*\*\* CDC-90 CODIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR ART:00006 INC:00006 ART:00053

LEG:FED DEL:000911 ANO:1969 ART:00003 PAR:00001

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

28/04/2004

## Fonte:

DJ DATA:13/05/2004 PG:00201 RSSTJ VOL.:00021 PG:00387 RSTJ VOL.:00177 PG:00125

RT VOL.:00824 PG:00151

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. PURGAÇÃO DA MORA. IMPOSSIBILIDADE, QUANDO NÃO PAGO AO MENOS 40% DO PREÇO FINANCIADO. DECRETO-LEI N. 911/69, ART. 3º, PARÁGRAFO 1º. CDC. [...]

Está sedimentado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que a purgação da mora, em caso de contrato de alienação fiduciária, somente é possível se o devedor já houver pago pelo menos 40% (quarenta por cento) do preço financiado, desinfluentes, na espécie, as disposições do Código de Defesa do Consumidor, que não revogaram o art. 3º, parágrafo 1º, do Decreto-lei n. 911/69. [...]" ([REsp 567890](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27567890%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA,

julgado em 18/11/2003, DJ 16/02/2004, p. 272)

"Ação de busca e apreensão. Alienação fiduciária. Purgação da mora. [...] Já decidiu a Corte que vige o Decreto-lei nº 911/69, permitida a purgação da mora apenas quando pagos 40% das prestações. [...]" ([REsp 503449](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27503449%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA

TURMA, julgado em 21/10/2003, DJ 19/12/2003, p. 456)

"AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA - PURGAÇÃO DA MORA - PAGAMENTO INFERIOR A 40% DO DÉBITO - INADMISSIBILIDADE. [...] Na

linha da orientação majoritária da Segunda Seção deste Superior Tribunal de Justiça (EREsp n.º 128.732/RJ, DJ 01.08.00), somente poderá purgar a mora, nos termos do artigo 3º, § 1º, do Decreto- Lei n.º 911/69, o devedor que já tiver pago 40% (quarenta por cento) do preço financiado. [...]" ([REsp 362056](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27362056%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/09/2003, DJ 29/09/2003, p. 241)

"ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. Busca e apreensão. Purga da mora. Deve ser deferido o pedido de purga da mora ao devedor que deposita em juízo o valor correspondente a 40% do valor do débito, ainda que não tenha sido cumprido o mandado. [...]" ([REsp 467167](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27467167%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2003, DJ 19/05/2003, p. 237)

"ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. EMENDA DA MORA. DEVEDOR FIDUCIANTE QUE NÃO

CHEGOU A SOLVER 40% DO PREÇO FINANCIADO. [...] Ao devedor fiduciante não é dado purgar a mora, se não tiver solvido o equivalente a 40% do preço financiado. [...]" ([REsp 136840](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27136840%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 15/08/2002, DJ 18/11/2002, p. 218)

"ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. PURGAÇÃO DA MORA. LIMITE DE 40%. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE. ORIENTAÇÃO DA SEGUNDA SEÇÃO. [...] A

Segunda Seção, ao uniformizar a jurisprudência das Turmas que a compõem, por maioria acabou por optar pelo entendimento segundo o qual as disposições contidas nos arts. 6º, VI e 53 do Código de Defesa do Consumidor não afastaram a limitação de 40% (quarenta por cento) do preço financiado para a purgação da mora nos contratos de alienação fiduciária, de que trata o § 1º do art. 3º do Decreto-Lei n. 911/69." ([REsp 181354](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27181354%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 29/02/2000, DJ 08/05/2000, p. 97)

"[...] ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. PURGAÇÃO DA MORA. Só pode purgar a mora, nos termos do artigo 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911, de 1969, o devedor que já tiver pago 40% (quarenta por cento) do preço financiado. [...]" ([EREsp 129732](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27129732%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, Rel. p/ Acórdão Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/02/2000, DJ 01/08/2000, p. 188)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200301276632&dt_publicacao=16/02/2004) | [567890](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200301276632&dt_publicacao=16/02/2004) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200301276632&dt_publicacao=16/02/2004) | [2003/0127663-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200301276632&dt_publicacao=16/02/2004) | [Decisão:18/11/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200301276632&dt_publicacao=16/02/2004) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/02/2004 | PG:00272 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00416 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00151 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201715183&dt_publicacao=19/12/2003) | [503449](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201715183&dt_publicacao=19/12/2003) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201715183&dt_publicacao=19/12/2003) | [2002/0171518-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201715183&dt_publicacao=19/12/2003) | [Decisão:21/10/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201715183&dt_publicacao=19/12/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/12/2003 | PG:00456 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00411 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00146 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101164724&dt_publicacao=29/09/2003) | [362056](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101164724&dt_publicacao=29/09/2003) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101164724&dt_publicacao=29/09/2003) | [2001/0116472-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101164724&dt_publicacao=29/09/2003) | [Decisão:09/09/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101164724&dt_publicacao=29/09/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/09/2003 | PG:00241 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00404 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00140 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201078037&dt_publicacao=19/05/2003) | [467167](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201078037&dt_publicacao=19/05/2003) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201078037&dt_publicacao=19/05/2003) | [2002/0107803-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201078037&dt_publicacao=19/05/2003) | [Decisão:20/03/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201078037&dt_publicacao=19/05/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/05/2003 | PG:00237 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00408 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00143 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700421120&dt_publicacao=18/11/2002) | [136840](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700421120&dt_publicacao=18/11/2002) | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700421120&dt_publicacao=18/11/2002) | [1997/0042112-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700421120&dt_publicacao=18/11/2002) | [Decisão:15/08/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700421120&dt_publicacao=18/11/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/11/2002 | PG:00218 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00397 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00133 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800499431&dt_publicacao=08/05/2000) | [181354](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800499431&dt_publicacao=08/05/2000) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800499431&dt_publicacao=08/05/2000) | [1998/0049943-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800499431&dt_publicacao=08/05/2000) | [Decisão:29/02/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800499431&dt_publicacao=08/05/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/05/2000 | PG:00097 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00400 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00135 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900482638&dt_publicacao=01/08/2000) | [129732](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900482638&dt_publicacao=01/08/2000) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900482638&dt_publicacao=01/08/2000) | [1999/0048263-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900482638&dt_publicacao=01/08/2000) | [Decisão:23/02/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900482638&dt_publicacao=01/08/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/08/2000 | PG:00188 |
| **REVJUR** |  |  | VOL.:00274 | PG:00093 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00391 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00127 |

# SÚMULA 285

# DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO

## Enunciado:

Nos contratos bancários posteriores ao Código de Defesa do Consumidor incide a multa moratória nele prevista.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:008078 ANO:1990

\*\*\*\*\* CDC-90 CODIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR ART:00003 PAR:00002 ART:00052 PAR:00001

LEG:FED LEI:009298 ANO:1996

LEG:FED DEC:022626 ANO:1933

\*\*\*\*\* LU-33 LEI DE USURA

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

28/04/2004

## Fonte:

DJ DATA:13/05/2004 PG:00201 RSSTJ VOL.:00021 PG:00421 RSTJ VOL.:00177 PG:00157

RT VOL.:00824 PG:00151

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] CÉDULA DE CRÉDITO COMERCIAL. [...] MULTA MORATÓRIA. REDUÇÃO. CDC. [...] As

operações realizadas pelas instituições financeiras guardam nítidos contornos de relação de consumo, o que implica na redução da multa moratória para o teto máximo de 2% para os contratos celebrados após o advento da Lei 9.298/96 que alterou a redação do parágrafo primeiro do art. 52 do CDC. [...]" ([REsp 388572](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27388572%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA,

julgado em 18/11/2003, DJ 01/12/2003, p. 358)

"[...] CONTRATOS BANCÁRIOS. MÚTUO E CONFISSÃO DE DÍVIDA. CDC. APLICABILIDADE. [...] MULTA MORATÓRIA. CONTRATO ANTERIOR À LEI N. º 9.298/96. APLICABILIDADE DA MULTA

PACTUADA. [...] É pacífico o entendimento nesta Corte no sentido da aplicabilidade das disposições do Código de Defesa do Consumidor aos contratos bancários, estando as instituições financeiras inseridas na definição de prestadores de serviços, nos termos do artigo 3.º, § 2.º, do aludido diploma legal. [...] III - A multa moratória é devida no percentual de 10% (dez por cento), no caso de contrato firmado anteriormente à edição da Lei n.º 9.298/96, devendo o percentual ser reduzido para 2% (dois por cento) tão-somente no caso de pacto celebrado posteriormente à referida alteração do Código de Defesa do Consumidor. [...]" ([REsp 500011](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27500011%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/10/2003, DJ 10/11/2003, p. 189)

"[...] Mútuo bancário comum. [...] Multa contratual. Código de Defesa do Consumidor. [...] O Código de Defesa do Consumidor incide nos contratos bancários em geral, presente relação de consumo entre o cliente e a instituição financeira. 5. Sendo a Lei nº 9.298, de 01/8/96, que alterou o art. 52, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor, anterior ao contrato de mútuo, é devida a redução da multa para 2%. [...]" ([REsp 431951](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27431951%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2003, DJ 18/08/2003, p. 202)

"[...] Alienação fiduciária. CDC. Aplicabilidade. [...] A atividade bancária de conceder financiamento e obter garantia mediante alienação fiduciária sujeita-se às normas protetivas do Código de Defesa do Consumidor, no que couber, convivendo este estatuto harmoniosamente com a disciplina do Decreto-lei nº 911/69. [...]" ([REsp 323986](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27323986%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/08/2001, DJ 01/10/2001, p. 213)

"Ação de revisão de cédula de crédito comercial. [...] A jurisprudência da Corte admite a incidência do Código de Defesa do Consumidor em casos como o presente. [...]" ([REsp 263642](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27263642%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 30/05/2001, DJ 20/08/2001, p. 460)

"CONTRATO DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO. NULIDADE DE CLÁUSULAS. APLICAÇÃO DO

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. [...] Tratando-se de empréstimo tomado por consumidor final, a operação creditícia realizada pelo banco submete-se às disposições do Código de Defesa do Consumidor, na qualidade de prestador de serviços especialmente contemplado no art. 3º, § 2º, do citado diploma legal. [...]" ([REsp 213825](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27213825%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 22/08/2000, DJ 27/11/2000, p. 167)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101761312&dt_publicacao=01/12/2003) | [388572](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101761312&dt_publicacao=01/12/2003) | [MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101761312&dt_publicacao=01/12/2003) | [2001/0176131-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101761312&dt_publicacao=01/12/2003) | [Decisão:18/11/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101761312&dt_publicacao=01/12/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/12/2003 | PG:00358 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00447 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00180 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300246421&dt_publicacao=10/11/2003) | [500011](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300246421&dt_publicacao=10/11/2003) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300246421&dt_publicacao=10/11/2003) | [2003/0024642-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300246421&dt_publicacao=10/11/2003) | [Decisão:21/10/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300246421&dt_publicacao=10/11/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/11/2003 | PG:00189 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00462 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00195 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200487214&dt_publicacao=18/08/2003) | [431951](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200487214&dt_publicacao=18/08/2003) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200487214&dt_publicacao=18/08/2003) | [2002/0048721-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200487214&dt_publicacao=18/08/2003) | [Decisão:22/05/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200487214&dt_publicacao=18/08/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:18/08/2003 | PG:00202 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00451 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00183 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100603539&dt_publicacao=01/10/2001) | [323986](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100603539&dt_publicacao=01/10/2001) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100603539&dt_publicacao=01/10/2001) | [2001/0060353-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100603539&dt_publicacao=01/10/2001) | [Decisão:28/08/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100603539&dt_publicacao=01/10/2001) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/10/2001 | PG:00213 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00442 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00175 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000602442&dt_publicacao=20/08/2001) | [263642](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000602442&dt_publicacao=20/08/2001) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000602442&dt_publicacao=20/08/2001) | [2000/0060244-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000602442&dt_publicacao=20/08/2001) | [Decisão:30/05/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000602442&dt_publicacao=20/08/2001) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/08/2001 | PG:00460 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00437 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00171 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900412885&dt_publicacao=27/11/2000) | [213825](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900412885&dt_publicacao=27/11/2000) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900412885&dt_publicacao=27/11/2000) | [1999/0041288-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900412885&dt_publicacao=27/11/2000) | [Decisão:22/08/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900412885&dt_publicacao=27/11/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:27/11/2000 | PG:00167 |
| **JBCC** |  |  | VOL.:00186 | PG:00444 |
| **RJTJRS** |  |  | VOL.:00205 | PG:00052 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00021 | PG:00425 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00151 | PG:00429 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00159 |

# SÚMULA 286

# DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO

## Enunciado:

A renegociação de contrato bancário ou a confissão da dívida não impede a possibilidade de discussão sobre eventuais ilegalidades dos contratos anteriores.

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

28/04/2004

## Fonte:

DJ DATA:13/05/2004 PG:00201 RSSTJ VOL.:00022 PG:00011 RSTJ VOL.:00177 PG:00203

RT VOL.:00824 PG:00151

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] Contratos bancários. Novação. Possibilidade de revisão. Prejudicialidade. [...] A jurisprudência das Turmas que compõem a Segunda Seção desta Corte já pacificou que a renegociação de contratos bancários não afasta a possibilidade de discussão judicial de eventuais ilegalidades. 2. Deferida a revisão dos contratos anteriores, resta prejudicado o exame das demais matérias tratadas nos especiais. [...]" ([REsp 450968](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27450968%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/05/2003, DJ 28/10/2003, p. 283)

"[...] NOTAS DE CRÉDITO COMERCIAL. REPACTUAÇÃO POSTERIOR EM CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA. PROVA PERICIAL. INVESTIGAÇÃO DA LEGITIMIDADE DE CLÁUSULAS ANTERIORES.

SEQÜÊNCIA CONTRATUAL. POSSIBILIDADE. [...] Possível a revisão de cláusulas contratuais celebradas antes da novação por instrumento de confissão de dívida, se há uma seqüência na relação negocial e a discussão não se refere, meramente, ao acordo sobre prazos maiores ou menores, descontos, carências, taxas compatíveis e legítimas, limitado ao campo da discricionariedade das partes, mas à verificação da própria legalidade do repactuado, tornando necessária a retroação da análise do acordado desde a origem, para que seja apreciada a legitimidade do procedimento bancário durante o tempo anterior, em que por atos sucessivos foi constituída a dívida novada. [...]" ([REsp 132565](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27132565%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 12/09/2000, DJ 12/02/2001, p. 118)

"[...] POSSIBILIDADE DE REVISÃO DE CONTRATOS. [...] A renegociação de contratos bancários não afasta a possibilidade de discussão judicial de eventuais ilegalidades. [...]" ([REsp 237302](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27237302%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 08/02/2000, DJ 20/03/2000, p. 78)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200945651&dt_publicacao=28/10/2003) | [450968](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200945651&dt_publicacao=28/10/2003) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200945651&dt_publicacao=28/10/2003) | [2002/0094565-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200945651&dt_publicacao=28/10/2003) | [Decisão:27/05/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200945651&dt_publicacao=28/10/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:28/10/2003 | PG:00283 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00215 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700348024&dt_publicacao=12/02/2001) | [132565](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700348024&dt_publicacao=12/02/2001) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700348024&dt_publicacao=12/02/2001) | [1997/0034802-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700348024&dt_publicacao=12/02/2001) | [Decisão:12/09/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700348024&dt_publicacao=12/02/2001) |
| **DJ** |  |  | DATA:12/02/2001 | PG:00118 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00015 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00153 | PG:00324 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00205 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901002389&dt_publicacao=20/03/2000) | [237302](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901002389&dt_publicacao=20/03/2000) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901002389&dt_publicacao=20/03/2000) | [1999/0100238-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901002389&dt_publicacao=20/03/2000) | [Decisão:08/02/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901002389&dt_publicacao=20/03/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/03/2000 | PG:00078 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00021 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00211 |

# SÚMULA 287

# DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO

## Enunciado:

A Taxa Básica Financeira (TBF) não pode ser utilizada como indexador de correção monetária nos contratos bancários.

Referências Legislativas: LEG:FED MPR:001053 ANO:1995 ART:00005

LEG:FED RES:002171 ANO:1995 ART:00002

(CONSELHO MONETARIO NACIONAL - CMN)

LEG:FED RES:002172 ANO:1995 ART:00002

(CONSELHO MONETARIO NACIONAL - CMN)

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

28/04/2004

## Fonte:

DJ DATA:13/05/2004 PG:00201 RSSTJ VOL.:00022 PG:00033 RSTJ VOL.:00177 PG:00225

RT VOL.:00824 PG:00151

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] Contrato bancário. TBF. [...] A TBF não pode ser utilizada como índice de correção monetária de contratos bancários. [...]" ([AgRg no REsp 324861](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27324861%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/09/2003, DJ 29/09/2003, p. 240)

"[...] Correção monetária. A TBF não pode ser usada como índice de correção porque serve apenas para a remuneração de aplicação financeira. [...]" ([REsp 311366](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27311366%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 26/05/2003, DJ 08/09/2003, p. 333)

"CORREÇÃO MONETÁRIA. TBF. A TBF não pode ser usada como índice de correção de dívida. [...]" ([REsp 472864](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27472864%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 26/05/2003, DJ 08/09/2003, p. 338)

"[...] CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA. [...] POSSIBILIDADE. TBF. ATUALIZAÇÃO

MONETÁRIA. AFASTAMENTO. [...] Em consonância com o artigo 5º da Medida Provisória 1.053/95, a Taxa Básica Financeira (TBF) foi instituída 'para ser utilizada exclusivamente como base de remuneração de operações realizadas no mercado financeiro'. Daí não se admitir sua utilização simultânea como fator de atualização monetária do débito, sob pena de se constituir verdadeiro anatocismo. [...]" ([REsp 439882](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27439882%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2003, DJ 23/06/2003, p. 355)

"[...] CRÉDITO COMERCIAL. [...] TBF. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. [...] A

Taxa Básica Financeira não pode ser usada como índice de correção monetária. [...]" ([AgRg no](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27332798%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [REsp 332798](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27332798%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 11/12/2001, DJ 22/04/2002, p. 213)

"CRÉDITO BANCÁRIO. Contrato de abertura de crédito. Correção monetária. TBF. [...] A TBF (taxa básica financeira) foi instituída para a remuneração do capital, não podendo ser usada para a correção dos débitos. MP 1053/95. [...]" ([REsp 252940](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27252940%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MS, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 28/08/2001, DJ 18/02/2002, p. 450)

"[...] TBF. Correção monetária. [...] A TBF foi instituída para ser utilizada exclusivamente como base de remuneração e não como encargo moratório. [...]" ([EDcl no REsp 213982](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27EDRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27213982%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/03/2001, DJ 30/04/2001, p. 131)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100580561&dt_publicacao=29/09/2003) | [324861](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100580561&dt_publicacao=29/09/2003) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100580561&dt_publicacao=29/09/2003) | [2001/0058056-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100580561&dt_publicacao=29/09/2003) | [Decisão:09/09/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100580561&dt_publicacao=29/09/2003) |
| **DJ RSSTJ**  **RSTJ** | |  | DATA:29/09/2003 VOL.:00022  VOL.:00177 | PG:00240 PG:00037  PG:00227 |
| [REsp 311366 PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100315763&dt_publicacao=08/09/2003) | |  | [2001/0031576-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100315763&dt_publicacao=08/09/2003) | [Decisão:26/05/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100315763&dt_publicacao=08/09/2003) |
| **DJ** | |  | DATA:08/09/2003 | PG:00333 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00022 | PG:00066 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00177 | PG:00255 |
| [REsp 472864 PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201289933&dt_publicacao=08/09/2003) | |  | [2002/0128993-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201289933&dt_publicacao=08/09/2003) | [Decisão:26/05/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201289933&dt_publicacao=08/09/2003) |
| **DJ** | |  | DATA:08/09/2003 | PG:00338 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00022 | PG:00077 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00177 | PG:00265 |
| [REsp 439882 RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200655840&dt_publicacao=23/06/2003) | |  | [2002/0065584-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200655840&dt_publicacao=23/06/2003) | [Decisão:22/05/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200655840&dt_publicacao=23/06/2003) |
| **DJ** | |  | DATA:23/06/2003 | PG:00355 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00022 | PG:00068 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00177 | PG:00258 |
| [AgRg no REsp 332798](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100863650&dt_publicacao=22/04/2002) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100863650&dt_publicacao=22/04/2002) | [2001/0086365-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100863650&dt_publicacao=22/04/2002) | [Decisão:11/12/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100863650&dt_publicacao=22/04/2002) |
| **DJ** | |  | DATA:22/04/2002 | PG:00213 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00022 | PG:00040 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00177 | PG:00229 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| [REsp 252940 MS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000282200&dt_publicacao=18/02/2002) |  | [2000/0028220-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000282200&dt_publicacao=18/02/2002) | [Decisão:28/08/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000282200&dt_publicacao=18/02/2002) |
| **DJ** |  | DATA:18/02/2002 | PG:00450 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00022 | PG:00048 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00177 | PG:00238 |
| [EDcl no REsp 213982](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900415469&dt_publicacao=30/04/2001) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900415469&dt_publicacao=30/04/2001) | [1999/0041546-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900415469&dt_publicacao=30/04/2001) | [Decisão:19/03/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900415469&dt_publicacao=30/04/2001) |
| **DJ** |  | DATA:30/04/2001 | PG:00131 |
| **RSSTJ** |  | VOL.:00022 | PG:00046 |
| **RSTJ** |  | VOL.:00177 | PG:00236 |

# SÚMULA 288

# DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO

## Enunciado:

A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pode ser utilizada como indexador de correção monetária nos contratos bancários.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:008177 ANO:1991 ART:00025

LEG:FED LEI:009365 ANO:1996 ART:00008

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

28/04/2004

## Fonte:

DJ DATA:13/05/2004 PG:00201 RSSTJ VOL.:00022 PG:00081 RSTJ VOL.:00177 PG:00271

RT VOL.:00824 PG:00151

## Excerto dos Precedentes Originários:

"Crédito rural. Alongamento da dívida. Revisão do contrato. TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo como índice de correção monetária. [...] Precedentes da Corte admitem a aplicação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, devidamente pactuada, como índice de correção monetária, considerando a sua natureza em tudo similar à TR. [...]" ([REsp 525649](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27525649%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/2003, DJ 25/02/2004, p. 173)

"[...] Bancário. [...] Cédula de crédito rural hipotecária. [...] Índice de atualização monetária. Taxa de juros a longo prazo. Pactuação. [...] Quando pactuada, é possível a aplicação da TJLP como fator de atualização monetária. [...]" ([REsp 525651](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27525651%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/10/2003, DJ 10/11/2003, p. 192)

"[...] CONTRATO DE FINANCIAMENTO E CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA. [...] CORREÇÃO

MONETÁRIA. TR E TJLP. POSSIBILIDADE. [...] Quando pactuadas, é possível a aplicação da TR e da TJLP como fatores de atualização monetária, porque possuem características semelhantes. [...]" ([REsp 337957](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27337957%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 17/10/2002, DJ 10/02/2003, p. 214)

"CRÉDITO RURAL. [...] TJLP. Possibilidade de sua utilização como índice de correção. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27401165%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [401165](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27401165%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 15/08/2002, DJ

30/09/2002, p. 266)

Precedentes:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300283540&dt_publicacao=25/02/2004) | [525649 MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300283540&dt_publicacao=25/02/2004) | [2003/0028354-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300283540&dt_publicacao=25/02/2004) | [Decisão:20/11/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300283540&dt_publicacao=25/02/2004) |
| **DJ** |  | DATA:25/02/2004 | PG:00173 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00103 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00291 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300283539&dt_publicacao=10/11/2003) | [525651](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300283539&dt_publicacao=10/11/2003) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300283539&dt_publicacao=10/11/2003) | [2003/0028353-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300283539&dt_publicacao=10/11/2003) | [Decisão:14/10/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300283539&dt_publicacao=10/11/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/11/2003 | PG:00192 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00108 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00023 | PG:00353 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00297 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100958066&dt_publicacao=10/02/2003) | [337957](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100958066&dt_publicacao=10/02/2003) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100958066&dt_publicacao=10/02/2003) | [2001/0095806-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100958066&dt_publicacao=10/02/2003) | [Decisão:17/10/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100958066&dt_publicacao=10/02/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/02/2003 | PG:00214 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00085 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00273 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101988188&dt_publicacao=30/09/2002) | [401165](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101988188&dt_publicacao=30/09/2002) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101988188&dt_publicacao=30/09/2002) | [2001/0198818-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101988188&dt_publicacao=30/09/2002) | [Decisão:15/08/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101988188&dt_publicacao=30/09/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/09/2002 | PG:00266 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00100 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00288 |

# SÚMULA 289

# DIREITO PREVIDENCIÁRIO - PREVIDÊNCIA PRIVADA

## Enunciado:

A restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda.

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

28/04/2004

## Fonte:

DJ DATA:13/05/2004 PG:00201 RSSTJ VOL.:00022 PG:00115 RSTJ VOL.:00177 PG:00305

RT VOL.:00824 PG:00151

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] PREVIDÊNCIA PRIVADA. PREVI. RESTITUIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES A EX-EMPREGADA.

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. [...] A restituição das contribuições destinadas às entidades de previdência privada deve se dar de forma plena, utilizando-se no cálculo da atualização monetária índice que reflita a real desvalorização da moeda no período, ainda que outro tenha sido avençado. [...]" ([AgRg no Ag 477274](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27477274%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/02/2004, DJ 08/03/2004, p. 249)

"Entidade de previdência privada. Contribuições. Devolução. Correção monetária. [...] Firmou-se a jurisprudência da Segunda Seção no sentido de que a restituição das contribuições efetivadas para entidade de previdência complementar deve ser feita com correção monetária, mediante índice que traduza a efetiva desvalorização da moeda nacional. [...]" ([AgRg no REsp 487824](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27487824%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/02/2004, DJ 08/03/2004,

p. 249)

"[...] PREVIDÊNCIA PRIVADA. DESLIGAMENTO. DEVOLUÇÃO DAS COTAS PESSOAIS. CORREÇÃO

MONETÁRIA. IPC. [...] A correção monetária deve ser implementada com incidência do IPC, nos meses em que apurado, pois é o índice que mais reflete a desvalorização da moeda. Precedentes iterativos do STJ. [...]" ([REsp 403732](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27403732%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA,

julgado em 10/02/2004, DJ 25/02/2004, p. 179)

"[...] A correção monetária não traduz acréscimo, mas a reposição do valor real da moeda, corroído pela inflação. Os resgates pelos participantes de plano de benefícios de previdência privada devem ser corrigidos monetariamente, de acordo com índices que reflitam a real inflação ocorrida no período. Nada importa que o estatuto da entidade estabeleça critério de reajuste diverso." ([AgRg no Ag 493872](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27493872%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/12/2003, DJ 16/02/2004, p. 243)

"[...] PREVIDÊNCIA PRIVADA. DEVOLUÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES. CORREÇÃO MONETÁRIA. [...] Na

linha da jurisprudência sedimentada na Segunda Seção deste Tribunal, EREsp n. 297.194/DF (DJ 4.2.2002), 'os valores resgatados pelos participantes de plano de benefícios de previdência privada devem ser corrigidos de acordo com índices de correção monetária que reflitam a real inflação ocorrida no período, ainda que o estatuto da entidade estabeleça critério de reajuste diverso'." ([AgRg no Ag 495307](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27495307%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA,

julgado em 26/08/2003, DJ 29/09/2003, p. 263)

"PREVIDÊNCIA PRIVADA. Contribuições. Rescisão do contrato de trabalho. Devolução das contribuições. Percentual. Correção monetária. [...] O associado de entidade de previdência privada que se desliga da empresa patrocinadora tem o direito de levantar a importância que lhe foi descontada. - A restituição deve ser corrigida por índices que reflitam a realidade da desvalorização da moeda. [...]" ([REsp 435029](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27435029%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 24/06/2003, DJ 25/08/2003, p. 313)

"[...] Previdência privada. Diferenças de reserva de poupança. Correção monetária. [...] Na restituição das parcelas ao associado retirante de plano de previdência privada deve incidir a correção monetária integral, que melhor traduz a perda do poder aquisitivo da moeda, como assentado em precedente da 2ª Seção. [...]" ([AgRg no Ag 480071](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27480071%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/05/2003, DJ 09/06/2003, p. 271)

"PREVIDÊNCIA PRIVADA. RESGATE DE CONTRIBUIÇÕES. CORREÇÃO MONETÁRIA. [...] Conforme

entendimento pacificado pela egrégia Segunda Seção desta Corte, 'no caso de desligamento do empregado, a restituição das importâncias com as quais pessoalmente contribuiu à entidade de previdência complementar, deve ser feito com correção monetária por fatores de atualização que recomponham a efetiva desvalorização da moeda nacional.' (EREsp n. 264.061-DF). [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27434110%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [434110](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27434110%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 11/03/2003, DJ

30/06/2003, p. 256)

"PREVIDÊNCIA PRIVADA. DEVOLUÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES. CORREÇÃO MONETÁRIA. As

contribuições que, nos termos do estatuto da entidade de previdência privada, devem ser devolvidas ao associado que se retira estão sujeitas à correção monetária de acordo com índices que reflitam a inflação do período. [...]" ([AgRg no REsp 278640](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27278640%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/02/2003, DJ 04/08/2003, p. 290)

"[...] PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. [...] RESGATE DAS CONTRIBUIÇÕES PESSOALMENTE REALIZADAS. LIMITES. CORREÇÃO. CRITÉRIO. 'EXPURGOS INFLACIONÁRIOS'. [...] Firmou o

Superior Tribunal de Justiça que a restituição das importâncias com as quais pessoalmente contribuiu à entidade de previdência complementar deve ser feito com correção monetária por fatores de atualização que recomponham a efetiva desvalorização da moeda nacional. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27367116%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [367116](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27367116%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 05/12/2002, DJ

24/03/2003, p. 226)

"PREVIDÊNCIA PRIVADA. Extinção do contrato de trabalho. Contribuições. Devolução. Correção monetária. [...] A correção monetária das contribuições vertidas pelo empregado e que lhe serão devolvidas em razão da extinção do contrato de trabalho e desligamento da entidade de previdência devem ser corrigidas por índices que reflitam a realidade da desvalorização da moeda, desde quando feito o recolhimento, e não apenas depois de extinto o contrato de trabalho. [...]" ([EREsp 287954](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27287954%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/10/2002, DJ 09/12/2002, p. 281)

"[...] Previdência privada. Contribuições de beneficiários. Resgate. Correção monetária. Expurgos inflacionários. Inclusão. A correção monetária não se revela em um acréscimo, mas na reposição do valor real da moeda, constituindo, por conseguinte, um imperativo de justiça e de equidade. Os valores resgatados pelos participantes de plano de benefícios de previdência privada devem ser corrigidos de acordo com índices de correção monetária que reflitam a real inflação ocorrida no período, ainda que o estatuto da entidade estabeleça critério de reajuste diverso." ([EREsp 297194](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27297194%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/09/2001, DJ 04/02/2002, p. 271)

"[...] PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA. DESLIGAMENTO DO EMPREGADO. RESGATE DAS CONTRIBUIÇÕES PESSOALMENTE REALIZADAS. CORREÇÃO.

'EXPURGOS INFLACIONÁRIOS'. [...] No caso de desligamento do empregado, a restituição das importâncias com as quais pessoalmente contribuiu à entidade de previdência complementar, deve ser feito com correção monetária por fatores de atualização que recomponham a efetiva desvalorização da moeda nacional. [...]" ([EREsp 264061](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27264061%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, Rel. p/ Acórdão Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/08/2001, DJ 11/03/2002, p. 160)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201280827&dt_publicacao=08/03/2004) | [477274](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201280827&dt_publicacao=08/03/2004) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201280827&dt_publicacao=08/03/2004) | [2002/0128082-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201280827&dt_publicacao=08/03/2004) | [Decisão:10/02/2004](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201280827&dt_publicacao=08/03/2004) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/03/2004 | PG:00249 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00119 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00307 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no REsp 487824 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201634260&dt_publicacao=08/03/2004) | | | [2002/0163426-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201634260&dt_publicacao=08/03/2004) | [Decisão:10/02/2004](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201634260&dt_publicacao=08/03/2004) |
| **DJ** | | | DATA:08/03/2004 | PG:00249 |
| **RSSTJ** | | | VOL.:00022 | PG:00136 |
| **RSTJ** | | | VOL.:00177 | PG:00323 |
| [REsp 403732 DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101629967&dt_publicacao=25/02/2004) | | | [2001/0162996-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101629967&dt_publicacao=25/02/2004) | [Decisão:10/02/2004](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101629967&dt_publicacao=25/02/2004) |
| **DJ** | | | DATA:25/02/2004 | PG:00179 |
| **RSSTJ** | | | VOL.:00022 | PG:00163 |
| **RSTJ** | | | VOL.:00177 | PG:00350 |
| [AgRg no Ag 493872 PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201562246&dt_publicacao=16/02/2004) | | | [2002/0156224-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201562246&dt_publicacao=16/02/2004) | [Decisão:16/12/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201562246&dt_publicacao=16/02/2004) |
| **DJ** | | | DATA:16/02/2004 | PG:00243 |
| **RSSTJ** | | | VOL.:00022 | PG:00127 |
| **RSTJ** | | | VOL.:00177 | PG:00315 |
| [AgRg no Ag 495307 MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201690780&dt_publicacao=29/09/2003) | | | [2002/0169078-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201690780&dt_publicacao=29/09/2003) | [Decisão:26/08/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201690780&dt_publicacao=29/09/2003) |
| **DJ** | | | DATA:29/09/2003 | PG:00263 |
| **RSSTJ** | | | VOL.:00022 | PG:00130 |
| **RSTJ** | | | VOL.:00177 | PG:00317 |
| [REsp 435029 MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200558824&dt_publicacao=25/08/2003) | | | [2002/0055882-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200558824&dt_publicacao=25/08/2003) | [Decisão:24/06/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200558824&dt_publicacao=25/08/2003) |
| **DJ** | | | DATA:25/08/2003 | PG:00313 |
| **RSSTJ** | | | VOL.:00022 | PG:00171 |
| **RSTJ** | | | VOL.:00177 | PG:00357 |
| [AgRg no Ag 480071 MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201308780&dt_publicacao=09/06/2003) | | | [2002/0130878-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201308780&dt_publicacao=09/06/2003) | [Decisão:08/05/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201308780&dt_publicacao=09/06/2003) |
| **DJ** | | | DATA:09/06/2003 | PG:00271 |
| **RSSTJ** | | | VOL.:00022 | PG:00123 |
| **RSTJ** | | | VOL.:00177 | PG:00310 |
| [REsp 434110 DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200525424&dt_publicacao=30/06/2003) | | | [2002/0052542-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200525424&dt_publicacao=30/06/2003) | [Decisão:11/03/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200525424&dt_publicacao=30/06/2003) |
| **DJ** | | | DATA:30/06/2003 | PG:00256 |
| **RSSTJ** | | | VOL.:00022 | PG:00167 |
| **RSTJ** | | | VOL.:00177 | PG:00353 |
| [AgRg no REsp 278640 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000960403&dt_publicacao=04/08/2003) | | | [2000/0096040-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000960403&dt_publicacao=04/08/2003) | [Decisão:06/02/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000960403&dt_publicacao=04/08/2003) |
| **DJ** | | | DATA:04/08/2003 | PG:00290 |
| **RSSTJ** | | | VOL.:00022 | PG:00133 |
| **RSTJ** | | | VOL.:00177 | PG:00320 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101212498&dt_publicacao=24/03/2003) | [367116](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101212498&dt_publicacao=24/03/2003) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101212498&dt_publicacao=24/03/2003) | [2001/0121249-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101212498&dt_publicacao=24/03/2003) | [Decisão:05/12/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101212498&dt_publicacao=24/03/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/03/2003 | PG:00226 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00158 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00344 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200292129&dt_publicacao=09/12/2002) | [287954](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200292129&dt_publicacao=09/12/2002) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200292129&dt_publicacao=09/12/2002) | [2002/0029212-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200292129&dt_publicacao=09/12/2002) | [Decisão:23/10/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200292129&dt_publicacao=09/12/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/12/2002 | PG:00281 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00147 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00334 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100700097&dt_publicacao=04/02/2002) | [297194](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100700097&dt_publicacao=04/02/2002) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100700097&dt_publicacao=04/02/2002) | [2001/0070009-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100700097&dt_publicacao=04/02/2002) | [Decisão:12/09/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100700097&dt_publicacao=04/02/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/02/2002 | PG:00271 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00153 | PG:00194 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00152 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00339 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100242138&dt_publicacao=11/03/2002) | [264061](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100242138&dt_publicacao=11/03/2002) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100242138&dt_publicacao=11/03/2002) | [2001/0024213-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100242138&dt_publicacao=11/03/2002) | [Decisão:22/08/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100242138&dt_publicacao=11/03/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/03/2002 | PG:00160 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00139 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00327 |

# SÚMULA 290

# DIREITO PREVIDENCIÁRIO - PREVIDÊNCIA PRIVADA

## Enunciado:

Nos planos de previdência privada, não cabe ao beneficiário a devolução da contribuição efetuada pelo patrocinador.

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:006435 ANO:1977 ART:00042 INC:00005

LEG:FED DEC:081240 ANO:1978 ART:00031 PAR:00002

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

28/04/2004

## Fonte:

DJ DATA:13/05/2004 PG:00201 RSSTJ VOL.:00022 PG:00177 RSTJ VOL.:00177 PG:00365

RT VOL.:00824 PG:00152

## Excerto dos Precedentes Originários:

"PREVIDÊNCIA PRIVADA. PREVI. Contribuições. Devolução. [...] Segundo o entendimento majoritário, o associado que se desliga da empregadora não tem o direito de receber as contribuições feitas pela empresa à entidade previdenciária. Ressalva do relator. - A Segunda Seção pacificou o entendimento de que as contribuições feitas pelo empregado e associado devem ser devolvidas, quando de sua demissão, com a devida correção, por índices que reflitam a realidade da desvalorização da moeda. [...]" ([REsp 299425](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27299425%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2001, DJ 04/02/2002, p. 380)

"Previdência Privada. [...] Contribuição patronal. Devolução. Inadmissibilidade. [...] Na restituição devida ao associado retirante, não se incluem as contribuições solvidas pela empresa patrocinadora. [...]" ([AgRg no Ag 356563](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27356563%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 30/05/2001, DJ 25/06/2001, p. 178)

"PREVIDÊNCIA PRIVADA. DESLIGAMENTO DO PARTICIPANTE DO PLANO. RESGATE DAS CONTRIBUIÇÕES. EXCLUSÃO DAQUELAS PAGAS PELA PATROCINADORA. [...] Na restituição

devida ao associado retirante, não se incluem as contribuições solvidas pela empresa patrocinadora. [...]" ([REsp 198604](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27198604%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 15/06/2000, DJ 12/02/2001, p. 120)

"[...] PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. DESLIGAMENTO. RESGATE DAS CONTRIBUIÇÕES. CABIMENTO. PARCELAS PAGAS PELA EMPRESA PATROCINANTE. DESCABIMENTO DA

RESTITUIÇÃO. [...] 'Não é possível devolver o que não foi desembolsado pelo empregado. A devolução, efetivamente, só pode alcançar a parte que foi paga pelo empregado demitido e que interrompe o sistema de aposentadoria complementar. No caso, não se pode falar de salário indireto, à medida que o ingresso no plano é facultativo e que a poupança destina-se a uma complementação do valor da aposentadoria, para isso concorrendo o empregado diretamente, por sua livre e espontânea vontade' (Resp. nº 157.993-DF, Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 17.05.99). [...]" ([REsp 148902](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27148902%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA

TURMA, julgado em 06/06/2000, DJ 04/09/2000, p. 156)

"[...] PREVIDÊNCIA PRIVADA. DECRETO Nº 81.240/78, ART. 31, § 2º. 'Contribuições vertidas', no contexto do artigo 31, § 2º, do Decreto nº 81.240, de 1978, são aquelas pagas pelo associado; as contribuições recolhidas pela entidade patrocinadora são insuscetíveis de devolução. [...]" ([AgRg](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27246588%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [no Ag 246588](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27246588%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2000, DJ 01/08/2000, p. 272)

"Plano de aposentadoria complementar. Demissão do empregado. Devolução da contribuição paga pela empresa patrocinadora. [...] Não é possível devolver o que não foi desembolsado pelo empregado. A devolução, efetivamente, só pode alcançar a parte que foi paga pelo empregado demitido e que interrompe o sistema de aposentadoria complementar. No caso, não se pode falar de salário indireto, à medida que o ingresso no plano é facultativo e que a poupança destina-se a uma complementação do valor da aposentadoria, para isso concorrendo o empregado diretamente, por sua livre e espontânea vontade. [...]" ([REsp 157993](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27157993%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/03/1999, DJ 17/05/1999, p. 197)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100031641&dt_publicacao=04/02/2002) | [299425](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100031641&dt_publicacao=04/02/2002) | | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100031641&dt_publicacao=04/02/2002) | [2001/0003164-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100031641&dt_publicacao=04/02/2002) | | [Decisão:16/10/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100031641&dt_publicacao=04/02/2002) |
| **DJ** |  | |  | DATA:04/02/2002 | | PG:00380 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00022 | | PG:00207 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00177 | | PG:00391 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001416421&dt_publicacao=25/06/2001) | | [356563](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001416421&dt_publicacao=25/06/2001) | | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001416421&dt_publicacao=25/06/2001) | [2000/0141642-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001416421&dt_publicacao=25/06/2001) | [Decisão:30/05/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001416421&dt_publicacao=25/06/2001) |
| **DJ** |  | |  | DATA:25/06/2001 | | PG:00178 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00022 | | PG:00183 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00177 | | PG:00369 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800931112&dt_publicacao=12/02/2001) | [198604](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800931112&dt_publicacao=12/02/2001) | | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800931112&dt_publicacao=12/02/2001) | [1998/0093111-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800931112&dt_publicacao=12/02/2001) | | [Decisão:15/06/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800931112&dt_publicacao=12/02/2001) |
| **DJ** |  | |  | DATA:12/02/2001 | | PG:00120 |
| **RDTJRJ** |  | |  | VOL.:00048 | | PG:00068 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00022 | | PG:00200 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00177 | | PG:00385 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp 148902 RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700661296&dt_publicacao=04/09/2000) | | |  | [1997/0066129-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700661296&dt_publicacao=04/09/2000) | [Decisão:06/06/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700661296&dt_publicacao=04/09/2000) |
| **DJ** | | |  | DATA:04/09/2000 | PG:00156 |
| **RADCOASP** | | |  | VOL.:00015 | PG:00024 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00022 | PG:00187 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00177 | PG:00373 |
| [AgRg no Ag 246588](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900524314&dt_publicacao=01/08/2000) | | | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900524314&dt_publicacao=01/08/2000) | [1999/0052431-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900524314&dt_publicacao=01/08/2000) | [Decisão:15/05/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900524314&dt_publicacao=01/08/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:01/08/2000 | | PG:00272 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | | PG:00181 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | | PG:00367 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700877515&dt_publicacao=17/05/1999) | [157993](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700877515&dt_publicacao=17/05/1999) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700877515&dt_publicacao=17/05/1999) | [1997/0087751-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700877515&dt_publicacao=17/05/1999) | | [Decisão:09/03/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700877515&dt_publicacao=17/05/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:17/05/1999 | | PG:00197 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | | PG:00197 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | | PG:00382 |

# SÚMULA 291

# DIREITO PREVIDENCIÁRIO - PREVIDÊNCIA PRIVADA

## Enunciado:

A ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada prescreve em cinco anos.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL DE 1916 ART:00178 PAR:00010 INC:00002

LEG:FED LCP:000109 ANO:2001 ART:00075

LEG:FED LEI:008213 ANO:1991

\*\*\*\*\* LBPS-91 LEI DE BENEFICIOS DA PREVIDENCIA SOCIAL ART:00103

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

28/04/2004

## Fonte:

DJ DATA:13/05/2004 PG:00201 RSSTJ VOL.:00022 PG:00213 RSTJ VOL.:00177 PG:00399

RT VOL.:00824 PG:00152

## Excerto dos Precedentes Originários:

"PREVIDÊNCIA PRIVADA. PENSÃO. DIFERENÇAS. PARCELAS. PRESCRIÇÃO. PRAZO. CINCO ANOS.

[...] Em tema de previdência privada o prazo prescricional é de cinco anos, razão pela qual prescritas estão, na espécie, todas as parcelas anteriores ao último qüinqüênio precedente à propositura da ação. [...]" ([REsp 450352](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27450352%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 03/02/2004, DJ 16/02/2004, p. 260)

"[...] PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. DESLIGAMENTO DO EMPREGADO. DEVOLUÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES. AÇÃO QUE POSTULA DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. INOCORRÊNCIA. LEIS NS. 6.435/77, 8.213/91. LC N. 109/2001. CC, ART. 177. TERMO INICIAL. [...] A

prescrição das ações que discutem direitos advindos de Previdência Complementar é de cinco anos e não vintenária, sendo inaplicável à espécie o art. 177 do Código Civil. II. Inobstante o reconhecimento da aplicabilidade do prazo mais breve, a sua fluição, no caso dos autos, se dá a partir da data da restituição das contribuições feitas à ex-empregada, quando, então, surgiu o seu direito de postular as diferenças em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido.

III. Ajuizada a ação em lapso inferior a cinco anos a contar daquele termo, é de ser afastada a prejudicial. [...]" ([REsp 466693](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27466693%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA,

julgado em 07/08/2003, DJ 22/09/2003, p. 335)

"[...] PREVIDÊNCIA PRIVADA. BENEFÍCIOS. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. ART. 178, § 10, II, CC/1916.

[...] É qüinqüenal a prescrição, em casos de parcelas oriundas dos planos de previdência privada, nos termos do art. 178, § 10, II, do Código Civil de 1916." ([REsp 203963](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27203963%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 03/06/2003, DJ 08/09/2003, p. 331)

"Previdência privada. Prescrição. Art. 178, § 10, II, do Código Civil. [...] Já assentou a Corte que a prescrição, em casos de parcelas devidas oriundas dos planos de previdência privada, é qüinqüenal. [...]" ([REsp 424181](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27424181%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA

TURMA, julgado em 06/12/2002, DJ 10/03/2003, p. 192)

"PREVIDÊNCIA PRIVADA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. A cobrança dos valores devidos a título de complementação da aposentadoria prevista em plano de previdência privada está sujeita à prescrição qüinqüenal. [...]" ([REsp 297547](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27297547%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/05/2002, DJ 05/08/2002, p. 329)

"PREVIDÊNCIA PRIVADA - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA [...] PRESCRIÇÃO

QÜINQÜENAL [...] Consolida-se nesta Corte jurisprudência no sentido de que, em se tratando de parcelas devidas em decorrência de plano de benefício de previdência privada, prevalece a prescrição qüinqüenal, prevista na legislação de regência (Lei 8.213, de 24.07.91, art. 103), não incidindo a prescrição vintenária. [...]" ([REsp 173826](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27173826%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/09/1999, DJ 13/12/1999, p. 141)

"PREVIDÊNCIA PRIVADA. PENSÃO. PRESCRIÇÃO DE PARCELAS NÃO PAGAS INTEGRALMENTE. CONTRATO DE SEGURO, EMBORA COM PECULIARIDADES, PODENDO, EM CERTAS CIRCUNSTÂNCIAS, SER ASSIMILADO AO DE CONSTITUIÇÃO DE RENDA. NÃO INCIDENCIA DA PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA." ([REsp 89416](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2789416%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA,

julgado em 27/04/1998, DJ 03/08/1998, p. 218)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200917632&dt_publicacao=16/02/2004) | [450352](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200917632&dt_publicacao=16/02/2004) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200917632&dt_publicacao=16/02/2004) | [2002/0091763-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200917632&dt_publicacao=16/02/2004) | [Decisão:03/02/2004](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200917632&dt_publicacao=16/02/2004) |
| **DJ** |  |  | DATA:16/02/2004 | PG:00260 |
| **RADCOASP** | |  | VOL.:00055 | PG:00027 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00022 | PG:00235 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00177 | PG:00417 |
| [REsp 466693](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201068761&dt_publicacao=22/09/2003) | | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201068761&dt_publicacao=22/09/2003) | [2002/0106876-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201068761&dt_publicacao=22/09/2003) | [Decisão:07/08/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201068761&dt_publicacao=22/09/2003) |
| **DJ** | |  | DATA:22/09/2003 | PG:00335 |
| **RSSTJ** | |  | VOL.:00022 | PG:00238 |
| **RSTJ** | |  | VOL.:00177 | PG:00420 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900132475&dt_publicacao=08/09/2003) | [203963](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900132475&dt_publicacao=08/09/2003) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900132475&dt_publicacao=08/09/2003) | [1999/0013247-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900132475&dt_publicacao=08/09/2003) | [Decisão:03/06/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900132475&dt_publicacao=08/09/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/09/2003 | PG:00331 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00223 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00406 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200374087&dt_publicacao=10/03/2003) | [424181](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200374087&dt_publicacao=10/03/2003) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200374087&dt_publicacao=10/03/2003) | [2002/0037408-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200374087&dt_publicacao=10/03/2003) | [Decisão:06/12/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200374087&dt_publicacao=10/03/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/03/2003 | PG:00192 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00229 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00412 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001439600&dt_publicacao=05/08/2002) | [297547](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001439600&dt_publicacao=05/08/2002) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001439600&dt_publicacao=05/08/2002) | [2000/0143960-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001439600&dt_publicacao=05/08/2002) | [Decisão:16/05/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001439600&dt_publicacao=05/08/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/08/2002 | PG:00329 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00227 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00411 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800322086&dt_publicacao=13/12/1999) | [173826](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800322086&dt_publicacao=13/12/1999) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800322086&dt_publicacao=13/12/1999) | [1998/0032208-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800322086&dt_publicacao=13/12/1999) | [Decisão:21/09/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800322086&dt_publicacao=13/12/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:13/12/1999 | PG:00141 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00219 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00403 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600123845&dt_publicacao=03/08/1998) | [89416](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600123845&dt_publicacao=03/08/1998) | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600123845&dt_publicacao=03/08/1998) | [1996/0012384-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600123845&dt_publicacao=03/08/1998) | [Decisão:27/04/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600123845&dt_publicacao=03/08/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:03/08/1998 | PG:00218 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00217 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00401 |

# SÚMULA 292

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO MONITÓRIA

## Enunciado:

A reconvenção é cabível na ação monitória, após a conversão do procedimento em ordinário.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 ART:1102C PAR:00002

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

05/05/2004

## Fonte:

DJ DATA:13/05/2004 PG:00183 RSSTJ VOL.:00022 PG:00243 RSTJ VOL.:00177 PG:00427

RT VOL.:00824 PG:00152

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] AÇÃO MONITÓRIA. EMBARGOS . CONVERSÃO DO PROCEDIMENTO PARA ORDINÁRIO.

RECONVENÇÃO. CABIMENTO. [...] É admissível a reconvenção no procedimento monitório, desde que ocorra a conversão do procedimento para o ordinário, com a oposição dos embargos previstos no art. 1.102c, CPC." ([REsp 401575](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27401575%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 06/08/2002, DJ 02/09/2002, p. 197)

"[...] Ação monitória. Reconvenção. Admissibilidade. Segundo a mens legis os embargos na ação monitória não têm 'natureza jurídica de ação', mas se identificam com a contestação. Não se confundem com os embargos do devedor, em execução fundada em título judicial ou extrajudicial, vez que, inexiste ainda título executivo a ser desconstituído. Não pagando o devedor o mandado monitório, abre-se-lhe a faculdade de defender-se, oferecendo qualquer das espécies de respostas admitidas em direito para fazer frente à pretensão do autor. Os embargos ao decreto injuncional ordinarizam o procedimento monitório e propiciam a instauração da cognição exauriente, regrado pelas disposições de procedimento comum. Por isso, não se vislumbra qualquer incompatibilidade com a possibilidade do réu oferecer reconvenção, desde que seja esta conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa. A tutela diferenciada introduzida pela ação monitória, que busca atingir, no menor espaço de tempo possível a satisfação do direito lesado, não é incompatível com a ampla defesa do réu, que deve ser assegurada, inclusive pela via reconvencional. [...]" ([REsp 222937](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27222937%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/05/2001, DJ 02/02/2004, p. 265)

"[...] AÇÃO MONITÓRIA. RECONVENÇÃO. ART. 1.531 DO CC. [...] Não há que se falar em omissão quanto ao 'decisum' vergastado, uma vez que fundamentou e decidiu as questões postas na apelação. O Poder Judiciário, para expressar sua convicção, não precisa se pronunciar sobre todos os argumentos suscitados pelas partes. - A ação monitória, com a impugnação do réu através de embargos, se torna ação normal de conhecimento regida pelo procedimento ordinário podendo, assim, dar ensejo a exceções processuais, reconvenção inclusive. - A penalidade prevista no art.

1.531 do CC só deve ser aplicada no caso de má-fé. Porém, sendo julgada a reconvenção antecipadamente, não houve oportunidade de produção de provas no sentido de se demonstrar a alegada malícia. [...]" ([REsp 147945](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27147945%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 06/10/1998, DJ 09/11/1998, p. 133)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101938092&dt_publicacao=02/09/2002) | [401575](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101938092&dt_publicacao=02/09/2002) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101938092&dt_publicacao=02/09/2002) | [2001/0193809-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101938092&dt_publicacao=02/09/2002) | [Decisão:06/08/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101938092&dt_publicacao=02/09/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/09/2002 | PG:00197 |
| **REVFOR** |  |  | VOL.:00366 | PG:00228 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00261 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00442 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900620305&dt_publicacao=02/02/2004) | [222937](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900620305&dt_publicacao=02/02/2004) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900620305&dt_publicacao=02/02/2004) | [1999/0062030-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900620305&dt_publicacao=02/02/2004) | [Decisão:09/05/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900620305&dt_publicacao=02/02/2004) |
| **DJ** |  |  | DATA:02/02/2004 | PG:00265 |
| **LEXSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00050 |
| **RDDP** |  |  | VOL.:00013 | PG:00125 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00252 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00433 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700644081&dt_publicacao=09/11/1998) | [147945](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700644081&dt_publicacao=09/11/1998) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700644081&dt_publicacao=09/11/1998) | [1997/0064408-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700644081&dt_publicacao=09/11/1998) | [Decisão:06/10/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700644081&dt_publicacao=09/11/1998) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/11/1998 | PG:00133 |
| **RDR** |  |  | VOL.:00018 | PG:00406 |
| **REVFOR** |  |  | VOL.:00346 | PG:00272 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00247 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00429 |
| **RT** |  |  | VOL.:00762 | PG:00200 |

# SÚMULA 293

# DIREITO EMPRESARIAL - ARRENDAMENTO MERCANTIL

## Enunciado:

A cobrança antecipada do valor residual garantido (VRG) não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:006099 ANO:1974 ART:00005 ART:00011 PAR:00001

LEG:FED SUM:000263

\*\*\*\*\* SUM(STJ) SUMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (SÚMULA CANCELADA)

## Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

## Data da decisão:

05/05/2004

## Fonte:

DJ DATA:13/05/2004 PG:00183 RSSTJ VOL.:00022 PG:00269 RSTJ VOL.:00177 PG:00451

RT VOL.:00824 PG:00152

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] ARRENDAMENTO MERCANTIL. ANTECIPAÇÃO DO VRG. NÃO DESCARACTERIZAÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA DO CONTRATO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. CABIMENTO. [...] A

antecipação do valor residual garantido (VRG) não desnatura o contrato de leasing, consoante entendimento pacificado pela Corte Especial (EREsp nº 213828/RS, EREsp nº 286649/RS, EREsp nº 245704/SP). 2 - Firmada a incolumidade do contrato o seu descumprimento rende ensejo ao manejo da ação de reintegração de posse. [...]" ([REsp 280833](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27280833%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RO, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 26/08/2003, DJ 08/09/2003, p. 332)

"ARRENDAMENTO MERCANTIL. LEASING. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DO VALOR RESIDUAL GARANTIDO. DESCARACTERIZAÇÃO DA NATUREZA CONTRATUAL PARA COMPRA E VENDA À PRESTAÇÃO. LEI 6.099/94, ART. 11, § 1º. NÃO OCORRÊNCIA. AFASTAMENTO DA SÚMULA 263/STJ.

[...] O pagamento adiantado do Valor Residual Garantido- VRG não implica necessariamente antecipação da opção de compra, posto subsistirem as opções de devolução do bem ou prorrogação do contrato. Pelo que não descaracteriza o contrato de leasing para compra e venda à prestação. 2. Como as normas de regência não proíbem a antecipação do pagamento da VRG que, inclusive, pode ser de efetivo interesse do arrendatário, deve prevalecer o princípio da livre convenção entre as partes. 3. Afastamento da aplicação da Súmula 263/STJ. [...]" ([EREsp 213828](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27ERESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27213828%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, Rel. p/ Acórdão Ministro EDSON VIDIGAL, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/05/2003, DJ 29/09/2003, p. 135)

"CONTRATO DE LEASING. VALOR RESIDUAL DE GARANTIA. A cobrança antecipada do VRG não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil para compra e venda. Juros. Limitação. Nulidade. A disposição do Decreto 22.626/33, limitativa da taxa de juros, não se aplica às instituições financeiras, podendo aquela ser restringida por determinação do Conselho Monetário Nacional. Incidência da Súmula 596 do STF. Interpretação da Lei 4.595/64." ([REsp 164918](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27164918%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, Rel. p/ Acórdão Ministro ARI PARGENDLER, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/08/2000, DJ 24/09/2001, p. 293)

"ARRENDAMENTO MERCANTIL. LEASING. [...] DESCARACTERIZAÇÃO DO ARRENDAMENTO. [...]

Descaracterizado tal contrato pelo pagamento antecipado do valor residual, a título de aquisição do bem, a avença resulta nominada como compra e venda. [...]" ([REsp 163845](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27163845%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/06/1999, DJ 11/10/1999, p. 69)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001003216&dt_publicacao=08/09/2003) | [280833](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001003216&dt_publicacao=08/09/2003) | [RO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001003216&dt_publicacao=08/09/2003) | [2000/0100321-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001003216&dt_publicacao=08/09/2003) | [Decisão:26/08/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001003216&dt_publicacao=08/09/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:08/09/2003 | PG:00332 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00423 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00608 |
| [EREsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100677795&dt_publicacao=29/09/2003) | [213828](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100677795&dt_publicacao=29/09/2003) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100677795&dt_publicacao=29/09/2003) | [2001/0067779-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100677795&dt_publicacao=29/09/2003) | [Decisão:07/05/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100677795&dt_publicacao=29/09/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/09/2003 | PG:00135 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00273 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00453 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800126252&dt_publicacao=24/09/2001) | [164918](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800126252&dt_publicacao=24/09/2001) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800126252&dt_publicacao=24/09/2001) | [1998/0012625-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800126252&dt_publicacao=24/09/2001) | [Decisão:03/08/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800126252&dt_publicacao=24/09/2001) |
| **DJ** |  |  | DATA:24/09/2001 | PG:00293 |
| **RDTJRJ** |  |  | VOL.:00050 | PG:00128 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00409 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00593 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800093052&dt_publicacao=11/10/1999) | [163845](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800093052&dt_publicacao=11/10/1999) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800093052&dt_publicacao=11/10/1999) | [1998/0009305-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800093052&dt_publicacao=11/10/1999) | [Decisão:15/06/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800093052&dt_publicacao=11/10/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:11/10/1999 | PG:00069 |
| **JSTJ** |  |  | VOL.:00011 | PG:00227 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00393 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00124 | PG:00302 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00578 |

# SÚMULA 294

# DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO

## Enunciado:

Não é potestativa a cláusula contratual que prevê a comissão de permanência, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL DE 1916 ART:00115

LEG:FED LEI:004595 ANO:1964 ART:00004 INC:00009 ART:00009

LEG:FED CIR:002957 ANO:1999

(DIRETORIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN)

LEG:FED RES:001129 ANO:1986 ITEM:00001

(BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN)

LEG:FED SUM:000030

\*\*\*\*\* SUM(STJ) SUMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

12/05/2004

## Fonte:

DJ DATA:08/09/2004 PG:00129 RSSTJ VOL.:00023 PG:00011 RSSTJ VOL.:00000 PG:00015 RSTJ VOL.:00185 PG:00663

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] CONTRATO BANCÁRIO DE ABERTURA DE CRÉDITO E RENEGOCIAÇÕES. [...] COMISSÃO DE

PERMANÊNCIA. COBRANÇA. ADMISSIBILIDADE. [...] Consoante entendimento pacificado na egrégia Segunda Seção deste Tribunal, é admissível a cobrança da comissão de permanência no período de inadimplência, calculada à taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, segundo a espécie de operação, desde que não cumulada com correção monetária, nos termos da Súmula 30 da jurisprudência desta Corte, nem com os juros remuneratórios, além de ficar limitada, sempre, à taxa pactuada no contrato. [...]" ([AgRg no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27390196%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [390196](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27390196%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/10/2003, DJ 10/11/2003,

p. 186)

"[...] CONTRATO DE CRÉDITO BANCÁRIO. [...] COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. POSSIBILIDADE. REVISÃO. DE OFÍCIO. [...] A comissão de permanência é

devida para o período de inadimplência, não podendo ser cumulada com correção monetária (súmula 30/STJ) e nem com juros remuneratórios, calculada pela taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, tendo como limite máximo a taxa do contrato. [...]" ([AgRg no REsp 506650](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27506650%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 21/10/2003, DJ 03/11/2003, p. 322)

"LEASING. [...] COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. [...] Restrita à taxa média de mercado, a estipulação da comissão de permanência não é tida como cláusula puramente potestativa. [...]" ([REsp 258682](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27258682%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 02/09/2003, DJ 17/11/2003, p. 329)

"[...] Cobrança de comissão de permanência em contrato bancário. Taxa média de mercado. Cláusula não potestativa. [...] A Segunda Seção desta Corte decidiu, ao julgar o REsp 374.356-RS, que a comissão de permanência, observada a súmula n.º 30, cobrada pela taxa média de mercado não é potestativa. Ressalva de ponto de vista, com base em voto vencido então proferido, no sentido de achar-se evidenciado em tal caso o seu caráter potestativo, por não ter o mutuário qualquer interferência na fixação da referida taxa. [...]" ([AgRg no Ag 480269](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27480269%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2003, DJ 15/09/2003, p. 316)

"[...] JUROS BANCÁRIOS. MÚTUO. Os juros remuneratórios são exigíveis segundo a taxa prevista no contrato, e a comissão de permanência, segundo a taxa média dos juros remuneratórios no mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil para operação de crédito semelhante, na forma da Circular da Diretoria nº 2.957, de 28 de dezembro de 1999, observado o limite convencionado. [...]" ([REsp 242392](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27242392%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2003, DJ 29/09/2003, p. 240)

"[...] Mútuo bancário comum. Contrato de abertura de crédito fixo. [...] Comissão de permanência. [...] A comissão de permanência, por si só, é legal, não cumulada com a correção monetária (Súmula nº 30/STJ), nem com os juros remuneratórios, devendo ser calculada considerando a taxa média do mercado, segundo a espécie de operação, apurada pelo Banco Central do Brasil (REsp nº 271.214/RS, 2ª Seção, julgado em 12/3/03), limitada à taxa contratada. [...]" ([REsp 442166](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27442166%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2003, DJ 25/08/2003, p. 298)

"[...] CONTRATOS BANCÁRIOS. [...] COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INCIDÊNCIA. PERÍODO DA

INADIMPLÊNCIA. [...] Segundo o entendimento pacificado na E. 2ª Seção (REsp n. 271.214/RS, Rel. p. acórdão Min. Carlos Alberto Menezes Direito, por maioria, julgado em 12.03.2003), os juros remuneratórios serão devidos até o advento da mora, quando poderão ser substituídos pela comissão de permanência, calculada pela variação da taxa média do mercado, segundo as normas do Banco Central, limitada aos valores dos encargos do período de vigência do contrato. [...]" ([REsp 493315](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27493315%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 03/04/2003, DJ 08/09/2003, p. 340)

"[...] Contrato de abertura de crédito. [...] Comissão de permanência. [...] A comissão de permanência, para o período de inadimplência, é cabível, não cumulada com a correção monetária, nos termos da Súmula nº 30 da Corte, nem com juros remuneratórios, calculada pela taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, não podendo ultrapassar a taxa do contrato. [...]" ([REsp 271214](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27271214%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, Rel. p/ Acórdão Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/03/2003, DJ 04/08/2003, p. 216)

"CONTRATO BANCÁRIO. [...] COMISSÃO DE PERMANÊNCIA À TAXA MÉDIA DE MERCADO.

LEGALIDADE. [...] Consoante se tem proclamado, a comissão de permanência 'é aferida pelo Banco Central do Brasil com base na taxa média de juros praticada no mercado pelas instituições financeiras e bancárias que atuam no Brasil, ou seja, ela reflete a realidade desse mercado de acordo com o seu conjunto, e não isoladamente, pelo que não é o banco mutuante que a impõe'." ([REsp 374356](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27374356%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, Rel. p/ Acórdão Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/03/2003, DJ 19/05/2003, p. 120)

"[...] MÚTUO. [...] A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - a cujo teor os juros bancários, no contrato de mútuo, não estão sujeitos ao limite, anual, de 12% (doze por cento) - deve ser seguida com cautela, a modo de que o devedor não fique preso a obrigações conjunturais. Hipótese, emblemática, em que os juros foram contratados à base de 51% (cinqüenta e um por cento) ao mês, nada justificando que o devedor fique assim vinculado, porque aquela taxa, depois, se reduziu substancialmente. Em casos desse jaez, durante o prazo contratual, os juros são exigíveis nos termos contratados, e, após, pela taxa média do mercado, por espécie de operação, na forma apurada pelo Banco Central do Brasil, segundo o procedimento previsto na Circular da Diretoria nº 2.957, de 28 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a prestação de informações relativas a operações de crédito praticadas no mercado financeiro. [...]" ([REsp 139343](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27139343%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/02/2001, DJ 10/06/2002, p. 139)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101449427&dt_publicacao=10/11/2003) | [390196](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101449427&dt_publicacao=10/11/2003) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101449427&dt_publicacao=10/11/2003) | [2001/0144942-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101449427&dt_publicacao=10/11/2003) | [Decisão:21/10/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101449427&dt_publicacao=10/11/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/11/2003 | PG:00186 |
| **RSDCPC** |  |  | VOL.:00027 | PG:00035 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00023 | PG:00020 |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300005862&dt_publicacao=03/11/2003) | | [506650](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300005862&dt_publicacao=03/11/2003) | | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300005862&dt_publicacao=03/11/2003) | [2003/0000586-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300005862&dt_publicacao=03/11/2003) | [Decisão:21/10/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300005862&dt_publicacao=03/11/2003) |
| **DJ** | |  | | |  | DATA:03/11/2003 | PG:00322 |
| **RSSTJ** | |  | | |  | VOL.:00023 | PG:00023 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000453498&dt_publicacao=17/11/2003) | [258682](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000453498&dt_publicacao=17/11/2003) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000453498&dt_publicacao=17/11/2003) | | [2000/0045349-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000453498&dt_publicacao=17/11/2003) | | [Decisão:02/09/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000453498&dt_publicacao=17/11/2003) |
| **DJ** |  | |  | | DATA:17/11/2003 | | PG:00329 |
| **RSSTJ** |  | |  | | VOL.:00023 | | PG:00038 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201383056&dt_publicacao=15/09/2003) | | [480269](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201383056&dt_publicacao=15/09/2003) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201383056&dt_publicacao=15/09/2003) | [2002/0138305-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201383056&dt_publicacao=15/09/2003) | | [Decisão:19/08/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201383056&dt_publicacao=15/09/2003) |
| **DJ** |  | |  | DATA:15/09/2003 | | | PG:00316 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | | PG:00015 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901154570&dt_publicacao=29/09/2003) | [242392](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901154570&dt_publicacao=29/09/2003) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901154570&dt_publicacao=29/09/2003) | [1999/0115457-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901154570&dt_publicacao=29/09/2003) | | | [Decisão:07/08/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901154570&dt_publicacao=29/09/2003) |
| **DJ** |  | |  | DATA:29/09/2003 | | | PG:00240 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | | PG:00034 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200712010&dt_publicacao=25/08/2003) | [442166](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200712010&dt_publicacao=25/08/2003) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200712010&dt_publicacao=25/08/2003) | [2002/0071201-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200712010&dt_publicacao=25/08/2003) | | | [Decisão:22/05/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200712010&dt_publicacao=25/08/2003) |
| **DJ** |  | |  | DATA:25/08/2003 | | | PG:00298 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | | PG:00104 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201559260&dt_publicacao=08/09/2003) | [493315](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201559260&dt_publicacao=08/09/2003) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201559260&dt_publicacao=08/09/2003) | [2002/0155926-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201559260&dt_publicacao=08/09/2003) | | | [Decisão:03/04/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201559260&dt_publicacao=08/09/2003) |
| **DJ** |  | |  | DATA:08/09/2003 | | | PG:00340 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | | PG:00113 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000792497&dt_publicacao=04/08/2003) | [271214](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000792497&dt_publicacao=04/08/2003) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000792497&dt_publicacao=04/08/2003) | [2000/0079249-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000792497&dt_publicacao=04/08/2003) | | | [Decisão:12/03/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000792497&dt_publicacao=04/08/2003) |
| **DJ** |  | |  | DATA:04/08/2003 | | | PG:00216 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | | PG:00044 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00185 | | | PG:00268 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101533375&dt_publicacao=19/05/2003) | [374356](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101533375&dt_publicacao=19/05/2003) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101533375&dt_publicacao=19/05/2003) | [2001/0153337-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101533375&dt_publicacao=19/05/2003) | | | [Decisão:12/03/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101533375&dt_publicacao=19/05/2003) |
| **DJ** |  | |  | DATA:19/05/2003 | | | PG:00120 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | | PG:00099 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700471713&dt_publicacao=10/06/2002) | [139343](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700471713&dt_publicacao=10/06/2002) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700471713&dt_publicacao=10/06/2002) | [1997/0047171-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700471713&dt_publicacao=10/06/2002) | | | [Decisão:22/02/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700471713&dt_publicacao=10/06/2002) |
| **DJ** |  | |  | DATA:10/06/2002 | | | PG:00139 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | | PG:00027 |

# SÚMULA 295

# DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO

## Enunciado:

A Taxa Referencial (TR) é indexador válido para contratos posteriores à Lei n. 8.177/91, desde que pactuada.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:008177 ANO:1991

ART:00006 INC:00001 INC:00002 ART:00010 ART:00011

LEG:FED RES:001799 ANO:1991 (BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN)

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

12/05/2004

## Fonte:

DJ DATA:08/09/2004 PG:00129 RSSTJ VOL.:00023 PG:00127 RSSTJ VOL.:00000 PG:00127 RSTJ VOL.:00185 PG:00664

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL. [...] CORREÇÃO MONETÁRIA PELA TAXA REFERENCIAL.

POSSIBILIDADE. [...] A taxa referencial pode ser adotada, como indexador, quando pactuada. [...]" ([REsp 369069](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27369069%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/11/2003, DJ 15/12/2003, p. 302)

"[...] ESCRITURA DE CONFISSÃO DE DÍVIDA. [...] CORREÇÃO MONETÁRIA. TR. PREVISÃO

CONTRATUAL. MANUTENÇÃO. [...] Ausência de vedação legal para utilização da TR como indexador de contrato de crédito bancário, desde que livremente pactuada. [...]" ([REsp 487648](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27487648%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 01/04/2003, DJ 30/06/2003, p. 262)

"[...] Contrato de abertura de crédito. [...] Correção monetária. [...] Havendo pacto, admite a jurisprudência da Corte a utilização da TR como índice de correção monetária. [...]" ([REsp 271214](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27271214%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, Rel. p/ Acórdão Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/03/2003, DJ 04/08/2003, p. 216)

"[...] CONTRATO DE FINANCIAMENTO E NOTA DE CRÉDITO COMERCIAL. TR NÃO CONTRATADA.

IMPOSSIBILIDADE. [...] A TR, para ser aplicada como índice de correção monetária, deve estar contratada na avença, o que não se extrai dos autos, na espécie. [...]" ([REsp 334175](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27334175%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2001, DJ 18/03/2002, p. 260)

"Crédito rural. TR. Correção monetária. Pactuação. Validade. [...] Conforme a iterativa jurisprudência da 2ª Seção, não é vedada a pactuação da TR como índice de correção monetária. II - A jurisprudência trazida pelo agravante faz referência à hipótese em que o credor impõe unilateralmente a TR na memória de cálculo, o que não é o caso dos autos. [...]" ([AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27365211%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [365211](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27365211%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MT, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em

21/06/2001, DJ 20/08/2001, p. 466)

"Cédula de crédito rural. Correção monetária. Cabimento. Súmula 16-STJ. Taxa Referencial. Adoção como indexador, desde que livremente pactuada entre as partes. [...]" ([REsp 242918](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27242918%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2000, DJ 19/06/2000, p. 146)

"JUROS. Limite. Súmula 596/STF. Capitalização. Súmula 121/STF. TR permitida para calcular a inflação. [...]" ([REsp 188712](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27188712%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 01/12/1998, DJ 22/03/1999, p. 214)

"[...] NOTA DE CRÉDITO RURAL - CORREÇÃO MONETÁRIA. [...] SENDO O CONTRATO FIRMADO APÓS A EDIÇÃO DA LEI NUM. 8.177/1991, E HAVENDO AS PARTES PACTUADO A TAXA REFERENCIAL DIÁRIA (TRD), COMO INDEXADOR, PLENAMENTE LÍCITO O REAJUSTE POR NÃO SE TRATAR DE SUBSTITUIÇÃO DE ÍNDICE ESTABELECIDO PELA TRD. [...]" ([REsp 87615](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2787615%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/08/1996, DJ 30/09/1996, p. 36642)

"CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA. CONVENÇÃO FIRMADA NA VIGÊNCIA DA LEI N. 8177/91. APLICAÇÃO DA TRD COMO INDEXADOR. LICITUDE. [...] SENDO O CONTRATO FIRMADO POSTERIORMENTE À EDIÇÃO DA LEI 8177/91 E TENDO AS PARTES, EXPRESSIS VERBIS, CONVENCIONADO A TAXA REFERENCIAL DIÁRIA (TRD), COMO INDEXADOR, PLENAMENTE LÍCITO O AJUSTE POR NÃO SE TRATAR DE SUBSTITUIÇÃO DE ÍNDICE ESTABELECIDO PELA TRD. [...]" ([REsp 71004](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2771004%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro CLAUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/1995, DJ 26/02/1996, p. 4013)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101323112&dt_publicacao=15/12/2003) | [369069](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101323112&dt_publicacao=15/12/2003) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101323112&dt_publicacao=15/12/2003) | [2001/0132311-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101323112&dt_publicacao=15/12/2003) | [Decisão:25/11/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101323112&dt_publicacao=15/12/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:15/12/2003 | PG:00302 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00023 | PG:00209 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201655388&dt_publicacao=30/06/2003) | [487648](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201655388&dt_publicacao=30/06/2003) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201655388&dt_publicacao=30/06/2003) | [2002/0165538-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201655388&dt_publicacao=30/06/2003) | [Decisão:01/04/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201655388&dt_publicacao=30/06/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/06/2003 | PG:00262 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00023 | PG:00216 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp 271214 RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000792497&dt_publicacao=04/08/2003) | | |  | [2000/0079249-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000792497&dt_publicacao=04/08/2003) | [Decisão:12/03/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000792497&dt_publicacao=04/08/2003) |
| **DJ** | | |  | DATA:04/08/2003 | PG:00216 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00023 | PG:00044 |
| **RSTJ** | | |  | VOL.:00185 | PG:00268 |
| [REsp 334175 RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100889641&dt_publicacao=18/03/2002) | | |  | [2001/0088964-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100889641&dt_publicacao=18/03/2002) | [Decisão:27/11/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100889641&dt_publicacao=18/03/2002) |
| **DJ** | | |  | DATA:18/03/2002 | PG:00260 |
| **RSSTJ** | | |  | VOL.:00023 | PG:00204 |
| [AgRg no Ag 365211](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100108032&dt_publicacao=20/08/2001) | | | [MT](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100108032&dt_publicacao=20/08/2001) | [2001/0010803-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100108032&dt_publicacao=20/08/2001) | [Decisão:21/06/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100108032&dt_publicacao=20/08/2001) |
| **DJ** |  |  | DATA:20/08/2001 | | PG:00466 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00023 | | PG:00131 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901174848&dt_publicacao=19/06/2000) | [242918](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901174848&dt_publicacao=19/06/2000) | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901174848&dt_publicacao=19/06/2000) | [1999/0117484-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901174848&dt_publicacao=19/06/2000) | | [Decisão:04/04/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901174848&dt_publicacao=19/06/2000) |
| **DJ** |  |  | DATA:19/06/2000 | | PG:00146 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00023 | | PG:00145 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800685340&dt_publicacao=22/03/1999) | [188712](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800685340&dt_publicacao=22/03/1999) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800685340&dt_publicacao=22/03/1999) | [1998/0068534-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800685340&dt_publicacao=22/03/1999) | | [Decisão:01/12/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800685340&dt_publicacao=22/03/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:22/03/1999 | | PG:00214 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00023 | | PG:00140 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600081905&dt_publicacao=30/09/1996) | [87615](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600081905&dt_publicacao=30/09/1996) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600081905&dt_publicacao=30/09/1996) | [1996/0008190-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600081905&dt_publicacao=30/09/1996) | | [Decisão:06/08/1996](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600081905&dt_publicacao=30/09/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:30/09/1996 | | PG:36642 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00023 | | PG:00137 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00092 | | PG:00223 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500374579&dt_publicacao=26/02/1996) | [71004](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500374579&dt_publicacao=26/02/1996) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500374579&dt_publicacao=26/02/1996) | [1995/0037457-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500374579&dt_publicacao=26/02/1996) | | [Decisão:15/12/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199500374579&dt_publicacao=26/02/1996) |
| **DJ** |  |  | DATA:26/02/1996 | | PG:04013 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00023 | | PG:00132 |

# SÚMULA 296

# DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO

## Enunciado:

Os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CIR:002957 ANO:1999

(DIRETORIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN)

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

12/05/2004

## Fonte:

DJ DATA:08/09/2004 PG:00129 RSSTJ VOL.:00023 PG:00227 RSSTJ VOL.:00000 PG:00227 RSTJ VOL.:00185 PG:00665

## Excerto dos Precedentes Originários:

"CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO. JUROS REMUNERATÓRIOS E MORATÓRIOS.

CUMULAÇÃO. ADMISSIBILIDADE. É lícita a cobrança de juros remuneratórios, em consonância com o contrato, devidos também após o vencimento, à taxa média de mercado, desde que não supere esta o limite avençado, permitindo-se a cumulação dos remuneratórios com os juros moratórios, até 1% (um por cento) ao mês, tendo em vista a diversidade de origem de ambos. [...]" ([REsp 402483](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27402483%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CASTRO FILHO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/03/2003, DJ 05/05/2003, p. 215)

"[...] JUROS BANCÁRIOS. MÚTUO. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - a cujo teor os juros bancários, no contrato de mútuo, não estão sujeitos ao limite, anual, de 12% (doze por cento)

- deve ser seguida com cautela, a modo de que o devedor não fique preso a obrigações conjunturais. Hipótese, emblemática, em que os juros foram contratados à base de 51% (cinqüenta e um por cento) ao mês, nada justificando que o devedor fique assim vinculado, porque aquela taxa, depois, se reduziu substancialmente. Em casos desse jaez, durante o prazo contratual, os juros são exigíveis nos termos contratados, e, após, pela taxa média do mercado, por espécie de operação, na forma apurada pelo Banco Central do Brasil, segundo o procedimento previsto na Circular da Diretoria nº 2.957, de 28 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a prestação de informações relativas a operações de crédito praticadas no mercado financeiro. [...]" ([REsp 139343](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27139343%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/02/2001, DJ 10/06/2002, p. 139)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200003914&dt_publicacao=05/05/2003) | [402483](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200003914&dt_publicacao=05/05/2003) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200003914&dt_publicacao=05/05/2003) | [2002/0000391-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200003914&dt_publicacao=05/05/2003) | [Decisão:26/03/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200003914&dt_publicacao=05/05/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/05/2003 | PG:00215 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00023 | PG:00238 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00034 | PG:00207 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700471713&dt_publicacao=10/06/2002) | [139343](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700471713&dt_publicacao=10/06/2002) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700471713&dt_publicacao=10/06/2002) | [1997/0047171-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700471713&dt_publicacao=10/06/2002) | [Decisão:22/02/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700471713&dt_publicacao=10/06/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/06/2002 | PG:00139 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00023 | PG:00027 |

# SÚMULA 297

# DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO

## Enunciado:

O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:008078 ANO:1990

\*\*\*\*\* CDC-90 CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR ART:00003 PAR:00002

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

12/05/2004

## Fonte:

DJ DATA:08/09/2004 PG:00129 RSSTJ VOL.:00023 PG:00243 RSTJ VOL.:00185 PG:00666

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] Código de Defesa do Consumidor. Instituição financeira. Relação de consumo. [...] O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras por existir relação de consumo em relação aos respectivos clientes. [...]" ([REsp 298369](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27298369%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/06/2003, DJ 25/08/2003, p. 296)

"[...] Relação de consumo. [...] Os bancos ou instituições financeiras, como prestadores de serviços especialmente contemplados no art. 3º, § 2º, estão submetidos às disposições do CDC. [...]" ([REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27387805%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [387805](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27387805%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/06/2002, DJ

09/09/2002, p. 226)

"[...] CONTRATO DE CADERNETA DE POUPANÇA. [...] O Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) é aplicável aos contratos firmados entre as instituições financeiras e seus clientes referentes à caderneta de poupança. [...]" ([REsp 106888](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27106888%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/03/2001, DJ 05/08/2002, p. 196)

"CÉDULA DE CRÉDITO COMERCIAL [...] CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. [...] Os bancos,

como prestadores de serviços especialmente contemplados no art. 3º, parágrafo segundo, estão submetidos às disposições do Código de Defesa do Consumidor. [...]" ([REsp 175795](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27175795%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/03/1999, DJ 10/05/1999, p. 171)

"CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. BANCOS. [...] OS BANCOS, COMO PRESTADORES DE SERVIÇOS ESPECIALMENTE CONTEMPLADOS NO ARTIGO 3., PARÁGRAFO SEGUNDO, ESTÃO SUBMETIDOS ÀS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. A CIRCUNSTÂNCIA DE O USUÁRIO DISPOR DO BEM RECEBIDO ATRAVÉS DA OPERAÇÃO BANCÁRIA, TRANSFERINDO-O A TERCEIROS, EM PAGAMENTO DE OUTROS BENS OU SERVIÇOS, NÃO O DESCARACTERIZA COMO CONSUMIDOR FINAL DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO BANCO. [...]" ([REsp 57974](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%2757974%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 25/04/1995, DJ 29/05/1995, p. 15524)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001457586&dt_publicacao=25/08/2003) | [298369](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001457586&dt_publicacao=25/08/2003) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001457586&dt_publicacao=25/08/2003) | [2000/0145758-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001457586&dt_publicacao=25/08/2003) | [Decisão:26/06/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001457586&dt_publicacao=25/08/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:25/08/2003 | PG:00296 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00023 | PG:00294 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101718628&dt_publicacao=09/09/2002) | [387805](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101718628&dt_publicacao=09/09/2002) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101718628&dt_publicacao=09/09/2002) | [2001/0171862-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101718628&dt_publicacao=09/09/2002) | [Decisão:27/06/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101718628&dt_publicacao=09/09/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:09/09/2002 | PG:00226 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00023 | PG:00309 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600563446&dt_publicacao=05/08/2002) | [106888](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600563446&dt_publicacao=05/08/2002) | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600563446&dt_publicacao=05/08/2002) | [1996/0056344-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600563446&dt_publicacao=05/08/2002) | [Decisão:28/03/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199600563446&dt_publicacao=05/08/2002) |
| **DJ** |  |  | DATA:05/08/2002 | PG:00196 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00023 | PG:00249 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00161 | PG:00226 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800391975&dt_publicacao=10/05/1999) | [175795](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800391975&dt_publicacao=10/05/1999) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800391975&dt_publicacao=10/05/1999) | [1998/0039197-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800391975&dt_publicacao=10/05/1999) | [Decisão:09/03/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800391975&dt_publicacao=10/05/1999) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/05/1999 | PG:00171 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00023 | PG:00289 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400386150&dt_publicacao=29/05/1995) | [57974](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400386150&dt_publicacao=29/05/1995) | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400386150&dt_publicacao=29/05/1995) | [1994/0038615-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400386150&dt_publicacao=29/05/1995) | [Decisão:25/04/1995](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199400386150&dt_publicacao=29/05/1995) |
| **DJ** |  |  | DATA:29/05/1995 | PG:15524 |
| **JTARS** |  |  | VOL.:00097 | PG:00403 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00023 | PG:00247 |

# SÚMULA 298

# DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO

## Enunciado:

O alongamento de dívida originada de crédito rural não constitui faculdade da instituição financeira, mas, direito do devedor nos termos da lei.

## Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ART:00187

LEG:FED LEI:009138 ANO:1995

(ALTERADA PELAS LEIS 9848/1999 E 9866/1999) LEG:FED LEI:009848 ANO:1999

LEG:FED LEI:009866 ANO:1999

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

18/10/2004

## Fonte:

DJ DATA:22/11/2004 PG:00425 RSSTJ VOL.:00023 PG:00315 RSTJ VOL.:00183 PG:00621 RSTJ VOL.:00185 PG:00667

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] Cédula de crédito rural hipotecária. [...] Securitização da dívida rural. Direito subjetivo. [...] Preenchidos os requisitos legais, o alongamento da dívida constitui um direito do devedor e não mera faculdade das instituições financeiras. [...]" ([REsp 525651](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27525651%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/10/2003, DJ 10/11/2003, p. 192)

"ALONGAMENTO - CRÉDITO RURAL - EXTINÇÃO - EXECUÇÃO - AUSÊNCIA - EXIGIBILIDADE DO

TÍTULO [...] Afirmado pelo acórdão recorrido que o devedor preenche os requisitos legais para a securitização de sua dívida rural, estão ausentes os pressupostos indispensáveis da exigibilidade, certeza e liqüidez do título executivo, por isso a execução deve ser extinta. [...]" ([AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27476337%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) [476337](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27476337%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/02/2003, DJ 17/03/2003,

p. 230)

"[...] CRÉDITO RURAL. SECURITIZAÇÃO. O alongamento das dívidas originárias de crédito rural constitui direito do devedor, desde que atendidos os requisitos previstos na Lei nº 9.138, de 1995. [...]" ([AgRg no Ag 320989](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27320989%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/03/2001, DJ 28/05/2001, p. 199)

"[...] CRÉDITO RURAL. SECURITIZAÇÃO. ALONGAMENTO DA DÍVIDA RURAL. LEI 9.138/95.

DIREITO DO MUTUÁRIO. [...] É direito do devedor, desde que atendidos os requisitos estipulados na lei 9.138/95, o alongamento das dívidas originárias de crédito rural. II. Reconhecido o direito acima, compete às instâncias ordinárias a verificação do atendimento dos requisitos autorizadores da securitização postulada. [...]" ([REsp 234246](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27234246%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/2000, DJ 13/11/2000, p. 146)

"Crédito rural. Securitização. Lei nº 9.138/95. [...] Como assentado em diversos precedentes da Corte, a 'Lei nº 9.138/95 determinou aos bancos, uma vez preenchidos os seus requisitos, o alongamento das dívidas rurais, e não permitiu simples faculdade a ser usada discricionariamente pela instituição de crédito'. 2. Afastado o óbice do direito à securitização, as instâncias ordinárias devem apurar se estão presentes os requisitos legais. [...]" ([REsp 194324](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27194324%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/11/1999, DJ 07/02/2000, p. 156)

"CRÉDITO RURAL. SECURITIZAÇÃO. ALONGAMENTO DA DÍVIDA RURAL. LEI Nº 9.138/95. A Lei nº

9.138/95 concedeu ao devedor o direito de ver atendido seu pedido de alongamento da dívida, uma vez preenchidos os requisitos nela previstos. [...]" ([REsp 147586](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27147586%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) GO, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/1998, DJ 07/12/1998, p. 87)

"[...] DÍVIDA AGRÁRIA. SECURITIZAÇÃO. LEI 9138/95. ALONGAMENTO DA DÍVIDA. DIREITO SUBJETIVO DO DEVEDOR. CONSEQUENTE INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO. DOUTRINA. [...] A SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA PREVISTA NA LEI 9138/95 CONSUBSTANCIA DIREITO SUBJETIVO DO DEVEDOR. COM VISTAS A IMPLEMENTAR A POLÍTICA AGRÍCOLA DE CARÁTER PROTETIVO E DE INCENTIVO DEFINIDA NO ART 187, INC. 1, DA CONSTITUIÇÃO, O GOVERNO FEDERAL AUTORIZOU AO TESOURO NACIONAL A EMISSÃO DE TÍTULOS QUE PERFIZESSEM SETE BILHÕES DE REAIS. NÃO HAVERIA, DESTA FORMA, COMO FUGIR A DETERMINAÇÃO CONTIDA NA LEI 9138/95, QUE REGULA O PROGRAMA DE CRÉDITO RURAL, PARA REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA DOS PRODUTORES QUE, POR CIRCUNSTÂNCIAS ALHEIAS A SUA VONTADE, NÃO ESTAVAM EM DIA COM SUAS OBRIGAÇÕES JUNTO AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. [...]" ([REsp 166592](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27166592%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA

TURMA, julgado em 07/05/1998, DJ 22/06/1998, p. 108)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300283539&dt_publicacao=10/11/2003) | [525651](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300283539&dt_publicacao=10/11/2003) | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300283539&dt_publicacao=10/11/2003) | [2003/0028353-9](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300283539&dt_publicacao=10/11/2003) | [Decisão:14/10/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300283539&dt_publicacao=10/11/2003) |
| **DJ** |  |  | DATA:10/11/2003 | PG:00192 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00022 | PG:00108 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00023 | PG:00353 |
| **RSTJ** |  |  | VOL.:00177 | PG:00297 |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201273266&dt_publicacao=17/03/2003) | | [476337](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201273266&dt_publicacao=17/03/2003) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201273266&dt_publicacao=17/03/2003) | [2002/0127326-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201273266&dt_publicacao=17/03/2003) | [Decisão:25/02/2003](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201273266&dt_publicacao=17/03/2003) |
| **DJ** | |  | |  | DATA:17/03/2003 | PG:00230 |
| **RSSTJ** | |  | |  | VOL.:00023 | PG:00321 |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000713341&dt_publicacao=28/05/2001) | | [320989](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000713341&dt_publicacao=28/05/2001) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000713341&dt_publicacao=28/05/2001) | [2000/0071334-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000713341&dt_publicacao=28/05/2001) | [Decisão:29/03/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000713341&dt_publicacao=28/05/2001) |
| **DJ** |  | |  | DATA:28/05/2001 | | PG:00199 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | PG:00319 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900926781&dt_publicacao=13/11/2000) | [234246](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900926781&dt_publicacao=13/11/2000) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900926781&dt_publicacao=13/11/2000) | [1999/0092678-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900926781&dt_publicacao=13/11/2000) | | [Decisão:29/08/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900926781&dt_publicacao=13/11/2000) |
| **DJ** |  | |  | DATA:13/11/2000 | | PG:00146 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | PG:00346 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800825738&dt_publicacao=07/02/2000) | [194324](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800825738&dt_publicacao=07/02/2000) | | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800825738&dt_publicacao=07/02/2000) | [1998/0082573-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800825738&dt_publicacao=07/02/2000) | | [Decisão:23/11/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800825738&dt_publicacao=07/02/2000) |
| **DJ** |  | |  | DATA:07/02/2000 | | PG:00156 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | PG:00343 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700635023&dt_publicacao=07/12/1998) | [147586](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700635023&dt_publicacao=07/12/1998) | | [GO](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700635023&dt_publicacao=07/12/1998) | [1997/0063502-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700635023&dt_publicacao=07/12/1998) | | [Decisão:03/09/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700635023&dt_publicacao=07/12/1998) |
| **DJ** |  | |  | DATA:07/12/1998 | | PG:00087 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | PG:00324 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00118 | | PG:00301 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800164987&dt_publicacao=22/06/1998) | [166592](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800164987&dt_publicacao=22/06/1998) | | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800164987&dt_publicacao=22/06/1998) | [1998/0016498-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800164987&dt_publicacao=22/06/1998) | | [Decisão:07/05/1998](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800164987&dt_publicacao=22/06/1998) |
| **DJ** |  | |  | DATA:22/06/1998 | | PG:00108 |
| **RDR** |  | |  | VOL.:00012 | | PG:00305 |
| **RJTAMG** |  | |  | VOL.:00071 | | PG:00479 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | PG:00331 |

# SÚMULA 299

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO MONITÓRIA

## Enunciado:

É admissível a ação monitória fundada em cheque prescrito.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 ART:1102A

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

18/10/2004

## Fonte:

DJ DATA:22/11/2004 PG:00425 RSSTJ VOL.:00023 PG:00359 RSTJ VOL.:00183 PG:00622

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE PRESCRITO. O cheque prescrito é documento hábil a instruir a ação monitória. [...]" ([AgRg no REsp 399915](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27399915%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) SP, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/06/2002, DJ 05/08/2002, p. 335)

"[...] AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE PRESCRITO. DOCUMENTO HÁBIL. CAUSA DEBENDI. INDICAÇÃO

NA INICIAL. DESNECESSIDADE. [...] Na linha da orientação das Turmas da Segunda Seção, o cheque prescrito é prova suficiente a ensejar o ajuizamento de ação monitória, pouco importando a origem da dívida." ([REsp 419477](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27419477%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 04/06/2002, DJ 02/09/2002, p. 199)

"[...] Ação monitória. Cheque. Desnecessidade de indicação da causa debendi. [...] Para a admissibilidade da ação monitória, não tem o autor o ônus de declinar a causa debendi, bastando, para esse fim, a juntada de qualquer documento escrito que traduza em si um crédito e não se revista de eficácia executiva. [...]" ([REsp 274257](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27274257%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/08/2001, DJ 24/09/2001, p. 296)

"Ação monitória. Cheque prescrito. [...] A jurisprudência mais recente da Corte afirma que 'o cheque prescrito dá sustentação à ação monitória, pouco importando a causa de sua emissão'. [...]" ([REsp 303095](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27303095%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA,

julgado em 28/08/2001, DJ 12/11/2001, p. 152)

"[...] AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE PRESCRITO. DOCUMENTO HÁBIL À INSTRUÇÃO DO PEDIDO. [...]

A jurisprudência do STJ é assente em admitir como prova hábil à comprovação do crédito vindicado em ação monitória cheque emitido pelo réu cuja prescrição tornou-se impeditiva da sua cobrança pela via executiva. [...]" ([REsp 285223](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27285223%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) MG, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 26/06/2001, DJ 05/11/2001, p. 116)

"AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE QUE PERDEU A EFICÁCIA EXECUTIVA EM FACE DO TRANSCURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL. PROVA ESCRITA. ADMISSIBILIDADE DA VIA ELEITA. É hábil a

ensejar a ação monitória o cheque que tenha perdido a natureza executiva em face do transcurso do prazo prescricional. [...]" ([REsp 300726](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27300726%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PB, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 22/03/2001, DJ 25/06/2001, p. 193)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101443477&dt_publicacao=05/08/2002) | | [399915](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101443477&dt_publicacao=05/08/2002) | | [SP](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101443477&dt_publicacao=05/08/2002) | [2001/0144347-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101443477&dt_publicacao=05/08/2002) | [Decisão:27/06/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101443477&dt_publicacao=05/08/2002) |
| **DJ** |  | |  | DATA:05/08/2002 | | PG:00335 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | PG:00363 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200293230&dt_publicacao=02/09/2002) | [419477](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200293230&dt_publicacao=02/09/2002) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200293230&dt_publicacao=02/09/2002) | [2002/0029323-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200293230&dt_publicacao=02/09/2002) | | [Decisão:04/06/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200293230&dt_publicacao=02/09/2002) |
| **DJ** |  | |  | DATA:02/09/2002 | | PG:00199 |
| **RJTJRS** |  | |  | VOL.:00219 | | PG:00026 |
| **RNDJ** |  | |  | VOL.:00035 | | PG:00121 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | PG:00384 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000860182&dt_publicacao=24/09/2001) | [274257](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000860182&dt_publicacao=24/09/2001) | | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000860182&dt_publicacao=24/09/2001) | [2000/0086018-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000860182&dt_publicacao=24/09/2001) | | [Decisão:28/08/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000860182&dt_publicacao=24/09/2001) |
| **DJ** |  | |  | DATA:24/09/2001 | | PG:00296 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | PG:00364 |
| **RSTJ** |  | |  | VOL.:00148 | | PG:00365 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100148778&dt_publicacao=12/11/2001) | [303095](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100148778&dt_publicacao=12/11/2001) | | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100148778&dt_publicacao=12/11/2001) | [2001/0014877-8](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100148778&dt_publicacao=12/11/2001) | | [Decisão:28/08/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100148778&dt_publicacao=12/11/2001) |
| **DJ** |  | |  | DATA:12/11/2001 | | PG:00152 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | PG:00380 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001113844&dt_publicacao=05/11/2001) | [285223](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001113844&dt_publicacao=05/11/2001) | | [MG](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001113844&dt_publicacao=05/11/2001) | [2000/0111384-4](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001113844&dt_publicacao=05/11/2001) | | [Decisão:26/06/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001113844&dt_publicacao=05/11/2001) |
| **DJ** |  | |  | DATA:05/11/2001 | | PG:00116 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | PG:00371 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100067433&dt_publicacao=25/06/2001) | [300726](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100067433&dt_publicacao=25/06/2001) | | [PB](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100067433&dt_publicacao=25/06/2001) | [2001/0006743-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100067433&dt_publicacao=25/06/2001) | | [Decisão:22/03/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100067433&dt_publicacao=25/06/2001) |
| **DJ** |  | |  | DATA:25/06/2001 | | PG:00193 |
| **JBCC** |  | |  | VOL.:00192 | | PG:00470 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | PG:00377 |

# SÚMULA 300

# DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO

## Enunciado:

O instrumento de confissão de dívida, ainda que originário de contrato de abertura de crédito, constitui título executivo extrajudicial.

## Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 ART:00585 INC:00001 INC:00002

## Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

## Data da decisão:

18/10/2004

## Fonte:

DJ DATA:22/11/2004 PG:00425 RSSTJ VOL.:00023 PG:00389 RSTJ VOL.:00183 PG:00623 RSTJ VOL.:00185 PG:00669

## Excerto dos Precedentes Originários:

"[...] Ação de execução. Instrumento de confissão de dívida oriundo de contrato de abertura de crédito em conta corrente. Título executivo extrajudicial. - Ainda que originário de contrato de abertura de crédito em conta corrente, o instrumento de confissão de dívida constitui título executivo extrajudicial. [...]" ([AgRg no Ag 589802](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGA%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27589802%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/09/2004, DJ 04/10/2004, p. 293)

"[...] Execução. Contrato de abertura de crédito. Conta corrente. Instrumento de confissão de dívida. [...] O contrato de confissão de dívida, assinado pelas partes, na presença de duas testemunhas, no qual os executados comprometem-se a pagar prestações de valor determinado, tem as características de título executivo, uma vez que não foi elaborado unilateralmente pelo banco. [...]" ([AgRg no REsp 400156](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27AGRESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27400156%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, TERCEIRA

TURMA, julgado em 06/05/2002, DJ 10/06/2002, p. 206)

"EXECUÇÃO. CONFISSÃO DE DÍVIDA SEQÜENTE A CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO.

EXECUTIVIDADE. [...] O instrumento particular de confissão de dívida, ainda que seqüente a contrato de abertura de crédito, constitui título executivo extrajudicial. [...]" ([REsp 361594](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27361594%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 21/02/2002, REPDJ 17/06/2002, p. 272, DJ 20/05/2002, p. 155)

"Execução. Contrato de confissão de dívida. [...] Já assentou a Corte que o contrato de confissão de dívida é título executivo extrajudicial. [...]" ([REsp 324109](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27324109%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RN, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2001, DJ 25/02/2002, p. 378)

"[...] EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO. A circunstância de que a confissão de dívida tem origem em contrato de abertura de crédito não a desqualifica como título executivo; ao contrário deste, em que o montante do débito só é conhecido por extratos feitos unilateralmente pelo credor, naquela o valor originário da dívida é expressamente reconhecido pelo devedor. [...]" ([REsp 293668](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27293668%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/04/2001, DJ 04/06/2001, p. 175)

"[...] CONTRATO DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA. EXECUÇÃO. TÍTULO HÁBIL. CPC, ART. 585, II. [...]

O contrato de renegociação de dívida, ainda que oriundo de contrato de abertura de crédito, constitui, em princípio, título hábil a autorizar a cobrança pela via executiva, facultado ao devedor, não obstante, discutir sobre os critérios adotados para a constituição do valor exigido, ainda que remontem ao instrumento originário. [...]" ([REsp 242527](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27242527%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) PR, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 14/12/2000, DJ 12/03/2001, p. 145)

"[...] EXECUÇÃO FUNDADA EM CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA DESACOMPANHADO DAS PROMISSÓRIAS A ELE VINCULADAS. IRRELEVÂNCIA. SUBSISTÊNCIA DO CONTRATO COMO TÍTULO HÁBIL A INSTRUIR A EXECUÇÃO, DESDE QUE PRESENTES OS REQUISITOS LEGAIS. [...]

Apresentando o contrato as formalidades exigidas para qualificá-lo como título executivo (art. 585, II, CPC), é lícita a execução, independentemente da juntada das promissórias a ele vinculadas. [...]" ([REsp 198767](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27198767%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RJ, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA

TURMA, julgado em 02/12/1999, DJ 08/03/2000, p. 122)

"EXECUÇÃO. Título executivo. Termo de renegociação de dívida. O termo de renegociação de dívida constituída em razão de contrato de abertura de crédito não está imune ao exame dos critérios adotados para a formação do débito nele expresso, mas tem as características de título executivo, ensejando processo de execução, cabendo ao devedor defender-se através de embargos. [...]" ([REsp 216042](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%27216042%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) RS, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 04/11/1999, DJ 14/02/2000, p. 40)

"[...] TÍTULO EXECUTIVO. NATUREZA DA OBRIGAÇÃO DECORRENTE DE AVAL EM CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA. O CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA, ASSINADO PELO CONFITENTE E POR DOIS CO-OBRIGADOS, AINDA QUE INTITULADOS DE AVALISTAS E MAIS POR DUAS TESTEMUNHAS, CONSTITUI TÍTULO EXECUTIVO, APTO A APARELHAR EXECUÇÃO CONTRA OS CO-OBRIGADOS." ([REsp 6706](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&O=JT&livre=%27RESP%27.clas.%2Be%2B%40num%3D%276706%27&thesaurus=JURIDICO&fr=veja) DF, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/12/1990, DJ 25/02/1991, p. 1471)

Precedentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no Ag](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200400286222&dt_publicacao=04/10/2004) | [589802](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200400286222&dt_publicacao=04/10/2004) | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200400286222&dt_publicacao=04/10/2004) | [2004/0028622-2](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200400286222&dt_publicacao=04/10/2004) | [Decisão:14/09/2004](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200400286222&dt_publicacao=04/10/2004) |
| **DJ** |  |  | DATA:04/10/2004 | PG:00293 |
| **RSSTJ** |  |  | VOL.:00023 | PG:00393 |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [AgRg no REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101718475&dt_publicacao=10/06/2002) | | [400156](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101718475&dt_publicacao=10/06/2002) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101718475&dt_publicacao=10/06/2002) | [2001/0171847-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101718475&dt_publicacao=10/06/2002) | [Decisão:06/05/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101718475&dt_publicacao=10/06/2002) |
| **DJ**  **RSSTJ** |  | |  | DATA:10/06/2002  VOL.:00023 | | PG:00206  PG:00395 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101164595&dt_publicacao=17/06/2002) | [361594](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101164595&dt_publicacao=17/06/2002) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101164595&dt_publicacao=17/06/2002) | [2001/0116459-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101164595&dt_publicacao=17/06/2002) | | [Decisão:21/02/2002](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200101164595&dt_publicacao=17/06/2002) |
| **REPDJ** |  | |  | DATA:17/06/2002 | | PG:00272 |
| **DJ** |  | |  | DATA:20/05/2002 | | PG:00155 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | PG:00415 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100544161&dt_publicacao=25/02/2002) | [324109](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100544161&dt_publicacao=25/02/2002) | | [RN](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100544161&dt_publicacao=25/02/2002) | [2001/0054416-1](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100544161&dt_publicacao=25/02/2002) | | [Decisão:03/12/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100544161&dt_publicacao=25/02/2002) |
| **DJ** |  | |  | DATA:25/02/2002 | | PG:00378 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | PG:00413 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001351303&dt_publicacao=04/06/2001) | [293668](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001351303&dt_publicacao=04/06/2001) | | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001351303&dt_publicacao=04/06/2001) | [2000/0135130-3](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001351303&dt_publicacao=04/06/2001) | | [Decisão:20/04/2001](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001351303&dt_publicacao=04/06/2001) |
| **DJ** |  | |  | DATA:04/06/2001 | | PG:00175 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | PG:00411 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901156467&dt_publicacao=12/03/2001) | [242527](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901156467&dt_publicacao=12/03/2001) | | [PR](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901156467&dt_publicacao=12/03/2001) | [1999/0115646-7](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901156467&dt_publicacao=12/03/2001) | | [Decisão:14/12/2000](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199901156467&dt_publicacao=12/03/2001) |
| **DJ** |  | |  | DATA:12/03/2001 | | PG:00145 |
| **JBCC** |  | |  | VOL.:00189 | | PG:00335 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | PG:00407 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800939865&dt_publicacao=08/03/2000) | [198767](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800939865&dt_publicacao=08/03/2000) | | [RJ](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800939865&dt_publicacao=08/03/2000) | [1998/0093986-5](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800939865&dt_publicacao=08/03/2000) | | [Decisão:02/12/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199800939865&dt_publicacao=08/03/2000) |
| **DJ** |  | |  | DATA:08/03/2000 | | PG:00122 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | PG:00400 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900455460&dt_publicacao=14/02/2000) | [216042](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900455460&dt_publicacao=14/02/2000) | | [RS](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900455460&dt_publicacao=14/02/2000) | [1999/0045546-0](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900455460&dt_publicacao=14/02/2000) | | [Decisão:04/11/1999](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900455460&dt_publicacao=14/02/2000) |
| **DJ** |  | |  | DATA:14/02/2000 | | PG:00040 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | PG:00404 |
| [REsp](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000130336&dt_publicacao=25/02/1991) | [6706](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000130336&dt_publicacao=25/02/1991) | | [DF](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000130336&dt_publicacao=25/02/1991) | [1990/0013033-6](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000130336&dt_publicacao=25/02/1991) | | [Decisão:19/12/1990](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199000130336&dt_publicacao=25/02/1991) |
| **DJ** |  | |  | DATA:25/02/1991 | | PG:01471 |
| **RSSTJ** |  | |  | VOL.:00023 | | PG:00397 |